

VI Congreso ISKO

España-Portugal 2023

16º Congreso ISKO España

Tercera edición revisada y aumentada



FACULTAD DE
CIENCIAS
DE LA DOCUMENTACIÓN
UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID

**Actas del VI
Congreso ISKO
España-Portugal
2023**

16º Congreso ISKO España

Madrid, 26 y 27 de octubre de 2023

María Olivera Zaldua, Ana Lucía Terra, Carmen
Agustín Lacruz (editores)

Sociedad Internacional para la Organización
del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico

Madrid, 2025
Tercera edición revisada y aumentada

Tercera edición revisada

Madrid, julio de 2025

Edita: Facultad de Ciencias de las Documentación UCM

© De la edición: Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico

© De los textos individuales: los autores



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Atribución/Reconocimiento - 4.0 Internacional.

ÍNDICE

Organización del congreso-Prólogo	9
Introducao-Introducción	11
1. Organización del conocimiento en el ámbito documental	21
<i>Tecnologias da inovação e gestão da informação nas organizações de serviços no contexto da transformação digital</i>	23
Thiago Spiri Ferreira; Sergio Mari Junior; Francisco Carlos Paletta	
<i>Curadoria de acervos digitais em Memória e Cultura: proposta de um modelo autoral como Dados Abertos Interligados e grafos nomeados</i>	33
Carlos Henrique Marcondes	
<i>Organização do Conhecimento nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas: O Plano de Classificação de Informação Arquivística, do Processo ao Produto</i>	47
Luis Corujo; Maria Cristina Vieira de Freitas; Carlos Guardado da Silva; Jorge Revez	
<i>Técnicas de obtención terminológica empleadas en la construcción del Tesauro de Bibliotecología y Estudios de la Información</i>	67
Adriana Suárez Sánchez; Catalina Naumis Peña; Clarisa Victoria García	
<i>¿Cómo incorporan la interdisciplinariedad los profesores de posgrado iberoamericanos de OC?: avance de situación</i>	81
Mario Barité; Varenka Parentelli	
<i>Estudio comparativo de funcionalidades de organización de información en gestores de referencia bibliográficas</i>	93
Jesús Tramullas, Ana I. Sánchez-Casabón; Piedad Garrido-Picazo	
<i>Análisis de la organización del conocimiento como parte de un modelo de recuperación de la información.</i>	105
María del Carmen Cruz Gil; Gema Bueno de la Fuente; Luis Blanco Domingo; Carmen Agustín Lacruz	
<i>Identificação arquivística e organização do conhecimento: estudos para construção do plano de classificação referente às atividades-fim do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)</i>	123
Alexandre Faben; Ana Célia Rodrigues; Carlos Guardado da Silva	
<i>Interoperabilidade semântica para objetos digitais do patrimônio científico: interligando conteúdo via Linked Data</i>	137
Alexandre Medeiros Correia de Sousa; Claudio Jose S. Ribeiro; Maria Manuel Borges	
<i>La clasificación de las revistas científicas en los sistemas nacionales de evaluación de la ciencia</i>	151
Valeria Montoya-Roncancio	

<i>La garantía académica: primera aproximación hacia su normalización</i> Ana Inés Brozia	165
<i>A tipologia documental em sistemas de informação digitais: um olhar sobre a organização do conhecimento sanitário no âmbito dos hospitais federais do Rio de Janeiro/ Brasil</i> Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amara; Rodrigo França Meirelles; Daniel Flores; Francisco José Aragão Pedroza Cunha	173
<i>Modelos conceptuales de esquemas de metadatos de gestión de documentos electrónicos: una base para el tratamiento del patrimonio documental digital</i> José Luis Bonal-Zazo; María Pilar Ortego de Lorenzo-Cáceres	185
<i>Organización y representación del conocimiento en los archivos de los partidos políticos: mapeo de los fondos documentales del Partido de los Trabajadores en el Estado de São Paulo</i> Wilson Roberto Veronez Júnior; Sônia Maria Troitiño-Rodríguez; Daniel Martínez-Dávila	197
<i>Contribuições, desafios e interlocuções da organização do conhecimento e da arquivologia para a definição de pontos de acesso aos documentos da comissão da verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte</i> Jacyara Kalina Themistocles da Silva; Célia da Consolação Dias	207
<i>A organização do conhecimento na “coleção de história e fontes da província portuguesa do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria”</i> Filipa Lopes; Anabela Costa	219
<i>Estratégias de leitura documentária para análise de assunto de objetos museológicos</i> Raul de Azevedo Cavalho; Franciele Marques Redigolo; Mariângela Spotti Lopes Fujita	237
<i>Desinformação nas Mídias Sociais e a Organização do Conhecimento</i> Giulia Nascimento Martins; Natália Marinho do Nascimento	249
<i>Prêmios e instituições de literatura infantil e juvenil do Brasil e o PNLD: análise a partir do conceito de regime de informação</i> Debora Santos de Oliveira	255
<i>Os tipos de contexto, suas aplicações em diferentes domínios e implicações à representação do conhecimento</i> Franciele Marques Redigolo; Gercina Ângela de Lima; Mariângela Spotti Lopes Fujita	267
<i>Análise do conceito de gestão de documentos à luz da teoria do conceito de Dahlberg</i> Danilo André Cinacchi Bueno; Ana Célia Rodrigues	285
<i>Explorando intersecções entre Arquivamento da Web e Organização do Conhecimento</i> Jonas Ferrigolo Melo; Moisés Rockembach	295

<i>Modelo SKOS e ISO 25964: similaridades das recomendações para a representação de tesauros</i>	307
Suelen Camilo Ferreira; Paula Regina Dal'Evedove	
<i>Produtividade científica na temática organização do conhecimento: um recorte da produção na Web of Science no período de 2013 a 2022</i>	317
Raymundo das Neves Machado; Kátia de Oliveira Rodrigues	
<i>Las dataciones en la descripción y recuperación de documentación archivística en corpus digitales y bases de datos. Problemáticas en la documentación vallisoletana del CORHEN</i>	319
Alicia Sánchez Díez; Concepción Mendo Carmona	
2. Organización del conocimiento en el valor patrimonial	335
<i>Perfil de aplicación de metadatos para piezas anatómicas plastinadas alineado a los principios FAIR. Resultados preliminares</i>	337
Morgana Carneiro de Andrade; Maria José Baños-Moreno; Patrícia Pacheco de Barros; Gleice Pereira	
<i>Perfiles de aplicación de metadatos para la digitalización y organización de colecciones especiales con valor patrimonial en Puerto Rico y el Caribe (Poster)</i>	353
Dinah M. Wilson Fraites	
<i>Cultural & Knowledge Spaces in the Digital Era: a Case Study on the Digital Preservation and Access to the Cultural Heritage of the Nile Valley in Sudan</i>	357
Widad Mustafa El Hadi; Sarah Hassan Elbeely; Shadia Abdrabo Abdelwahab	
<i>Representação do conhecimento em arquivos deslocados: uma abordagem estemática</i>	373
Ascensão de Macedo; Carlos Guardado da Silva	
<i>O caleidoscópio do sistema de organização do conhecimento: a manifestação cultural Festa Junina</i>	387
Deise Maria Antonio Sabbag; Ednéia Silva Santos Rocha; Daniele Achilles; Sumeire Tamiko Takahashi	
<i>Conhecimento Patrimonial e Comunidades Discursivas: Em Busca de (Des)construções Coloniais</i>	405
Maira Cristina Grigoletto; Giulia Crippa	
3. Dimensión social en la organización del conocimiento	419
<i>Discapacidades leves de la visión y sistemas de clasificación por colores: hacia una perspectiva de usuario</i>	421
Patricia Daniela Petroccelli Rodríguez	
<i>La presencia del lenguaje inclusivo en la organización del conocimiento: antecedentes</i>	429
Patricia Daniela Petroccelli Rodríguez	

<i>Los términos de accesibilidad e inclusión en la producción científica de Biblioteconomía y Documentación: revisión sistemática de las tendencias de uso</i>	437
Elena Loreto Olmedo Pagés	
<i>Reparação taxonômica em artigos relacionados ao feminino na Wikipédia: iniciativas do WikiProjeto Women in Red</i>	447
María José Vicentini-Jorente; Isabela Correa-Macena	
<i>Teorias e práticas convergentes entre a Organização do Conhecimento e a Curadoria Digital: um olhar para o Museu da Pessoa</i>	457
Gabriela de Oliveira-Souza; María José Vicentino Jorente	
<i>Experiências dos estudantes de ciências sociais portuguesas e espanhóis sobre a literacia da informação e o uso de tecnologias móveis no ensino superior: análise qualitativa pós COVID-19</i>	471
Carlos Lopes; Maria Luz Antunes; David Caballero-Mariscal; Tatiana Sanches	
<i>Representation of the concept of sexual orientation in library classifications: a comparative analysis between the Universal Decimal Classification and the Library of Congress Classification</i>	485
Paulo Vicente; Ana Lúcia Terra; Maria Manuela Tavares de Matos Cardoso	
<i>Artigos científicos sobre pole dance: um estudo no portal brasileiro de publicações e dados científicos em acesso aberto (Oasisbr)</i>	495
Gabriela da Silva Conceição; Barbara Cristina Marques dos Santos Ribeiro; Michely Jabala Mamede Vogel	
<i>O uso de Sistemas de Organização do Conhecimento na tipificação de crimes de homicídio de mulheres e feminicídio: abordagem introdutória</i>	507
Rochelle Martins Alvorcem; Gercina Ângela de Lima; Maria Cristina Vieira de Freitas	
<i>Infodemia socioambiental sobre a Amazônia nas eleições do Brasil</i>	539
Karine Tavares Nunes; Francisco Arrais Nascimento; Caroline Kraus Lovizotto	
4. Teoría y epistemología en la organización del conocimiento	549
<i>Hermenêutica e organização e representação do conhecimento: um diálogo necessário</i>	551
José Augusto Chaves Guimarães; Walter Clayton de Oliveira	
<i>Organização do conhecimento: visão crítica de processos e procedimentos</i>	559
Richele Grengo Vignoli	
<i>A semiótica francesa na representação da informação de histórias em quadrinhos</i>	569
Etefania Cristina Pavarina; Fernanda Lacerda Santana	

<i>Organização do Conhecimento e Pragmatismo: Sinequismo e Falibilismo na atualização do conceito</i>	581
Alexandre Robson Martines; Valdirene Aparecida Pascoal	
<i>Cartografando os destinos discursivos em filosofia e epistemologia da ciência da informação: mapas bibliográficos do século XXI</i>	593
Isabelle Nunes; Gustavo Silva Saldanha	
<i>Organização do conhecimento: visão crítica de processos e procedimentos</i>	599
Richele Grente Vignoli; Mariana Rodrigues Gomes de Mello; Daniel Martínez-Ávila; Aurora Cuevas-Cerveró	
<i>Aspectos Epistemológicos e Mudanças Paradigmáticas da Arquivologia junto à Organização do Conhecimento</i>	607
Rosale de Mattos Souza	
<i>A Organização do Conhecimento nas Humanidades Digitais: uma abordagem exploratória a partir de manuais de HD</i>	611
Ana Lucía Terra	
<i>Fundamentos teóricos de la organización de la información y del conocimiento: arcabouços nos programas de pós-graduação brasileiro</i>	621
Edivania Duarte de Souza; Dalgiza Andrade Oliveira; Jonás Aron Cardoso Diniz	
5. Futuros profesionales en la organización del conocimiento	633
<i>Competencias profesionales para la organización del conocimiento en repositorios institucionales</i>	635
Gema Bueno de la Fuente; Carmen Agustín-Lacruz; Mariângela S.L. Fujita; Ana Lucía Terra	
<i>Relações entre Humanidades Digitais e Organização do Conhecimento: além de uma perspectiva instrumental</i>	649
Moises Rockembach; Thiago Henrique Bragato Barro	
<i>Uso de inteligência artificial para indexação de filmes: reflexões sobre a importância do profissional da informação</i>	659
Ednéia Silva Santos Rocha; Vitoria Safrá Moraes	
<i>Revisitando o debate entre organização da informação e organização do conhecimento: um estudo de caso na Universidade de Lisboa</i>	675
Jorge Revez	
<i>Percepções dos investigadores sobre as competências do bibliotecário da saúde: um estudo qualitativo</i>	691
Maria Luz Antunes; Carlos Lopes; Maria Manuel Borges	
<i>Os desafios da formação de profissionais da organização do conhecimento arquivístico para acervos com documentos fotográficos</i>	703
Anna Carla Almeida Mariz	

VI Congreso ISKO España-Portugal

16º Congreso ISKO España

(Madrid, 26-27 de octubre de 2023)

Coordinación general

- José Luis Gonzalo Sánchez-Molero. Decano de la Facultad de Ciencias de la Documentación. Universidad Complutense de Madrid
- María Olivera Zaldua. Facultad de Ciencias de la Documentación. Universidad Complutense de Madrid

Comité organizador

- Ana Terra. Universidade de Coimbra. Portugal
- Carlos Guardado da Silva. Universidade de Lisboa. Portugal
- Carmen Agustín Lacruz. Universidad de Zaragoza. España
- Blanca Rodríguez Bravo. Universidad de León. España
- Benito Rial Costas. Universidad Complutense de Madrid. España
- Antonio Carpallo Bautista. Universidad Complutense de Madrid. España
- Juan Miguel Sánchez Vigil. Universidad Complutense de Madrid. España
- José María de Francisco Olmos. Universidad Complutense de Madrid. España
- Antonia Salvador Benítez. Universidad Complutense de Madrid. España
- Yolanda Clemente San Román. Universidad Complutense de Madrid. España
- María Antonia Ovalle Perandones. Universidad Complutense de Madrid. España
- Sonia Sánchez Cuadrado. Universidad Complutense de Madrid. España
- Yolanda de la Iglesia. Universidad Complutense de Madrid. España
- Gloria Conde Ballesteros. Universidad Complutense de Madrid. España
- María Ángeles Jiménez Calderón. Universidad Complutense de Madrid. España
- Noemí Astorga Frade. Universidad Complutense de Madrid. España

Comité Científico

- Blanca Rodríguez Bravo. Universidad de León. España
- Carlos Guardado da Silva. Universidade de Lisboa. Portugal
- Crispulo Travieso Rodríguez. Universidad de Salamanca. España
- Fernanda Ribeiro. Universidade do Porto. Portugal
- Francisco Javier García Marco. Universidad de Zaragoza. España
- Isidoro Gil Leiva. Universidad de Murcia. España
- Jesús Gascón García. Universitat de Barcelona. España
- Jorge Revez. Universidade de Lisboa. Portugal
- José Antonio Frías Montoya. Universidad de Salamanca. España
- Charo Arquero Avilés. Universidad Complutense de Madrid. España
- Luís Corujo. Universidade de Lisboa. Portugal
- Maria Cristina V. Freitas. Universidade de Coimbra. Portugal
- María José López-Huertas. Universidad de Granada. España
- María Luísa Alvite Díez. Universidad de León. España
- Maria Manuel Borges. Universidade de Coimbra. Portugal
- Mario Barité. Universidad de la República. Uruguay
- Natália Bolfarini Tognoli. Universidade Federal Fluminense. Brasil
- Olívia Pestana. Universidade do Porto. Portugal
- Rosa San Segundo Manuel. Universidad Carlos III de Madrid. España
- Stephanie Colombo. Universidad de la República. Uruguay
- María Olivera Zaldua. Universidad Complutense de Madrid. España

Las intersecciones de la Organización del Conocimiento en los ámbitos documental, patrimonial y social

El 6º Congreso ISKO España-Portugal / 16º Congreso ISKO España tuvo lugar en la Facultad de Ciencias de la Documentación de la Universidad Complutense de Madrid los días 26 y 27 de octubre de 2023. El tema central de esta edición de la reunión bienal del Capítulo España-Portugal de ISKO (International Society for Knowledge Organisation) fue Organizar el conocimiento en los ámbitos de la documentación, el patrimonio y la sociedad. Fue una nueva oportunidad de encuentro y puesta en común para la comunidad iberoamericana que investiga, enseña, trabaja o tiene un interés especial en el campo de la Organización del Conocimiento, reuniendo a un amplio abanico de docentes, investigadores, profesionales y estudiantes de España y Portugal, pero también de Brasil, México, Uruguay entre otros.

El evento acogió 61 ponencias y pósters, de los cuales se presentan ahora los textos completos seleccionados bajo los cinco ejes temáticos del programa: 1. Organización del conocimiento en el ámbito documental, 2. Organización del conocimiento en el ámbito patrimonial, 3. Dimensión social en la organización del conocimiento, 4. Teoría y epistemología en la organización del conocimiento y 5. Futuros profesionales en la organización del conocimiento. Estas actas reúnen 38 textos en portugués, 16 textos en español y dos textos en inglés.

A continuación se ofrece un breve resumen de las actas del congreso, destacando las aportaciones de los participantes, distribuidas entre los cinco temas que estructuraron el evento.

La Organización del Conocimiento en el Ámbito Documental fue objeto de un amplio debate en el congreso, con ponencias que exploraron temas que iban desde las innovaciones tecnológicas hasta las prácticas archivísticas y el desarrollo de metadatos y tesauros

En lo que se conoce como la cuarta revolución industrial, la transformación digital ha cambiado profundamente la gestión de la información, y especialmente su organización, repercutiendo en la competitividad de las organizaciones al favorecer las inversiones en innovación. Siempre centrados en el contexto de la innovación tecnológica, los principios FAIR se utilizaron en la aplicación de metadatos a especímenes anatómicos plastinados, demostrando avances en interoperabilidad y reutilización de datos. La curación de colecciones digitales, por su parte, se abordó centrándose en la propuesta de un modelo autoral mediante datos abiertos interconectados y grafos con nombre, demostrando cómo las tecnologías emergentes pueden contribuir a la interoperabilidad y accesibilidad de los contenidos culturales. El estudio comparativo de las funcionalidades de los gestores de referencias bibliográficas apuntó a soluciones prácticas para organizar las fuentes de información en un entorno académico. Otro aspecto explorado fue la intersección entre el archivo web y la organización del conocimiento, poniendo de relieve las dificultades y posibilidades de la preservación digital de contenidos en línea.

En el contexto de las instituciones de enseñanza superior, se analizó la construcción de planes de clasificación archivística como un proceso que integra las buenas prácticas archivísticas con la organización del conocimiento, ofreciendo directrices para el tratamiento de los documentos orgánicos. Los desafíos enfrentados en la definición de

los puntos de acceso a los documentos históricos fueron examinados en el contexto de la Comisión de la Verdad de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte, destacando la complejidad de tratar contenidos de gran relevancia histórica en archivos que guardan datos sensibles. La identificación archivística, a través de la construcción de planes de clasificación para actividades específicas, demostró ser una práctica fundamental para garantizar la preservación y la recuperación eficiente de documentos públicos en el Archivo General de la Ciudad de Río de Janeiro. La tipología documental en los sistemas de información digital se analizó con especial atención al sector sanitario, demostrando cómo la clasificación de los documentos hospitalarios puede tener un impacto directo en la eficiencia de los servicios prestados. También hay dos textos centrados en los sistemas de organización del conocimiento. Uno trata del desarrollo de tesauros especializados como herramienta esencial para la normalización terminológica, favoreciendo una recuperación eficaz de la información. El otro destaca el uso de modelos conceptuales, como SKOS y la norma ISO 25964 para la representación de tesauros, como estrategia eficaz para fomentar la normalización y la interoperabilidad entre distintos sistemas de organización del conocimiento.

El análisis de la productividad científica en el tema de la organización del conocimiento, con datos de WoS (2012-2022), proporcionó valiosas perspectivas sobre las tendencias de la investigación, demostrando la evolución y los enfoques emergentes en el campo documental. Por último, el estudio sobre la organización del conocimiento como parte de los modelos de recuperación de información mostró cómo la integración de las prácticas de clasificación e indexación puede mejorar significativamente los sistemas de búsqueda en repositorios digitales.

Este conjunto de artículos sobre la Organización del Conocimiento en el Ámbito Documental pone de relieve la complejidad y transversalidad del área, señalando el continuo desarrollo de tecnologías, métodos y prácticas que garantizan la preservación del conocimiento y el acceso al mismo.

En la **Organización del Conocimiento en el Valor Patrimonial** se puso de relieve en los debates sobre la organización del conocimiento relativo a los bienes culturales e históricos. Un estudio analizó la conservación digital del patrimonio en el Valle del Nilo (Sudán), ilustrando los retos y oportunidades que plantea la digitalización y accesibilidad de colecciones patrimoniales de importancia mundial. Sin embargo, la preservación de estas colecciones va más allá de la simple digitalización y requiere la aplicación de modelos conceptuales de metadatos, que a pesar de sus diferencias comparten entidades genéricas, conciliando flexibilidad y normalización. El papel de los metadatos también se exploró en el análisis de las colecciones de Puerto Rico y el Caribe, destacando que la normalización en la descripción de los objetos facilita el acceso y la recuperación de la información. Esta aproximación a la creación y aplicación de metadatos debe complementarse con estrategias de lectura de documentos aplicadas al análisis de objetos museísticos, destacando la importancia de metodologías específicas para interpretar el significado cultural de estos objetos.

La documentación de acontecimientos culturales, como la Fiesta Junina, ejemplifica cómo los sistemas de organización del conocimiento pueden captar la diversidad y riqueza de las tradiciones locales. Estos sistemas permiten preservar no sólo el contenido físico, sino también los significados simbólicos asociados a los acontecimientos culturales. Otro ejemplo relevante es la organización del fondo de documentos históricos del Instituto de las Religiosas del Sagrado Corazón de María, que refleja la necesidad de

adaptar las técnicas de clasificación y descripción a las particularidades de cada fondo. Por último, el texto sobre los archivos desplazados pone de relieve los retos específicos de la organización del conocimiento en este escenario, subrayando cómo las circunstancias políticas y sociales tienen un impacto directo en las prácticas de archivo y clasificación.

Estas comunicaciones revelan que la Organización del Conocimiento en el Valor Patrimonial requiere un equilibrio entre las tecnologías digitales, las prácticas tradicionales y la comprensión contextual, garantizando que el legado cultural sea accesible, comprendido y preservado para las generaciones futuras.

La **Dimensión Social en la Organización del Conocimiento** implica aspectos relacionados con la representación de grupos sociales, la accesibilidad e inclusión o la lucha contra la desinformación, entre otros, destacando la importancia del contexto. Se analizó el concepto de contexto, revelando sus múltiples aplicaciones en la representación del conocimiento, destacando la necesidad de considerar aspectos sociales y culturales en los procesos de organización del conocimiento. La relevancia del contexto fue particularmente evidente en el uso de sistemas de organización del conocimiento para tipificar delitos de feminicidio, mostrando cómo una categorización adecuada puede contribuir a la justicia social. En la misma línea, el análisis de las comunidades discursivas relacionadas con el conocimiento del patrimonio mostró cómo estas construcciones pueden perpetuar o deconstruir visiones coloniales, resaltando la importancia de un enfoque crítico en la preservación y organización de colecciones culturales. También se analizaron las prácticas de clasificación en contextos institucionales, como en el estudio sobre los archivos de los partidos políticos brasileños, destacando cómo la representación del conocimiento en los archivos históricos puede reflejar tensiones sociales y políticas. Paralelamente, un análisis de la clasificación de revistas científicas puso de relieve los criterios de evaluación utilizados por los sistemas científicos nacionales, revelando su impacto en la difusión del conocimiento académico.

También se habló de inclusión y accesibilidad. Los trabajos dedicados a las deficiencias visuales leves propusieron soluciones innovadoras para la clasificación por colores, mientras que otros investigaron el impacto del uso del lenguaje inclusivo en los sistemas de organización del conocimiento. En esta línea, otro punto importante fue la representación de grupos sociales y de género en los sistemas de clasificación. El estudio sobre la reparación taxonómica en Wikipedia mostró cómo los proyectos colaborativos pueden promover la visibilidad de las mujeres y corregir desigualdades históricas. Por su parte, el análisis de la representación de la orientación sexual en las clasificaciones bibliográficas mostró las discrepancias existentes y la necesidad de un debate continuo sobre los sistemas de organización del conocimiento.

Un estudio sobre la difusión de noticias falsas y la infodemia socioambiental en las elecciones brasileñas reveló cómo la falta de mecanismos adecuados para organizar y verificar la información puede repercutir negativamente en el debate público. Por otro lado, las experiencias educativas de estudiantes portugueses y españoles de ciencias sociales en el periodo post pandémico también aportaron reflexiones sobre la alfabetización informacional, destacando la importancia de una formación crítica para afrontar los retos de la era digital. Por último, la necesidad de métodos eficaces de control y conservación digital, como los propuestos en el estudio del Museu da Pessoa, demuestra que el vínculo entre la conservación digital y la organización del conocimiento es vital para preservar las historias colectivas.

Esta colección de textos demuestra que la Dimensión Social de la Organización del Conocimiento no se limita a lo técnico, sino que implica una responsabilidad ética en la forma en que representamos y accedemos a la información que conforma nuestra sociedad.

La organización del conocimiento, como campo interdisciplinar, requiere una constante reflexión teórica y epistemológica, lo que se ha traducido en un fructífero eje de discusión. Así, **Teoría y Epistemología en la Organización del Conocimiento** reunió textos con discusiones que van desde el diálogo hermenéutico hasta el análisis pragmático e interdisciplinario del concepto de organización del conocimiento. La hermenéutica surgió como un enfoque esencial para la representación del conocimiento, destacando la necesidad de un diálogo continuo entre los procesos de significación y la estructuración de la información. Esta reflexión también fue explorada en estudios que analizaron los procesos y procedimientos de organización del conocimiento desde una perspectiva crítica, proponiendo mejoras para hacer frente a la creciente complejidad de las fuentes de información. El pragmatismo fue otro enfoque teórico relevante. A partir de las propuestas de Charles S. Peirce, se propone la flexibilidad conceptual como forma de adaptar la organización del conocimiento a los cambios tecnológicos y sociales, destacando el papel del error y la revisión continua en la mejora de los sistemas de organización del conocimiento. Por su parte, la semiótica, en la corriente francesa, se presentó como una lente para analizar la representación y recuperación de la información, con énfasis en las narrativas visuales como el cómic.

Se destacó la interdisciplinariedad como una característica intrínseca de la organización del conocimiento, subrayando cómo las distintas disciplinas contribuyen a enriquecer la comprensión y las prácticas de la organización del conocimiento, promoviendo diálogos entre la Ciencia de la Información, la Filosofía, la Lingüística y otras áreas.

El concepto de gestión de documentos se revisó desde una perspectiva teórica, a la luz de la Teoría de los Conceptos de Dahlberg. En el ámbito de los archivos, se examinaron los cambios paradigmáticos desde una perspectiva epistemológica, señalando cómo la evolución de los conceptos fundamentales influye en las prácticas archivísticas y fundamentando la necesidad de revisar y adaptar los modelos conceptuales archivísticos en el contexto del entorno digital. Se abordó la filosofía de la ciencia, resumiendo las principales tendencias teóricas y discursivas en el ámbito de la organización del conocimiento.

También se debatió la contribución de la Organización del Conocimiento a las Humanidades Digitales. Por último, se revisó la distinción entre organización de la información y organización del conocimiento a la luz de un estudio de caso centrado en la Universidad de Lisboa.

Los textos de esta sección sobre Teoría y Epistemología en la Organización del Conocimiento han puesto de manifiesto la importancia de una constante reflexión teórica en la evolución del campo de la organización del conocimiento, dotándolo de sólidos fundamentos epistemológicos y reforzando su capacidad para responder a las necesidades de la sociedad contemporánea.

El desarrollo tecnológico y las necesidades de los contextos profesionales han provocado cambios en las competencias que necesitan los profesionales dedicados a la organización del conocimiento. Así, las ponencias sobre el eje **Futuros Profesionales de la Organización del Conocimiento** pusieron de manifiesto nuevos escenarios y

oportunidades para la formación y el trabajo de estos profesionales, considerando tanto los contextos digitales como los tradicionales. El estudio sobre las percepciones de los investigadores acerca de las competencias de los bibliotecarios sanitarios reveló un apetito de colaboración fructífera. Estos profesionales ya no son meros intermediarios de información, sino complejos gestores de datos.

Se debatió la formación de profesionales especializados para contextos específicos, centrándose en los retos que plantea la formación de archiveros para trabajar con documentos fotográficos. Debido a su naturaleza visual y heterogénea, estas colecciones requieren competencias técnicas específicas para su clasificación, conservación y digitalización. El conocimiento y las competencias en la aplicación de datos enlazados en la interconexión de objetos digitales del patrimonio científico fue otro de los escenarios abordados. En los repositorios institucionales, las competencias profesionales están directamente relacionadas con la gestión de metadatos y sistemas de organización del conocimiento, como esquemas de clasificación y vocabularios controlados. El texto sobre el uso de la inteligencia artificial para la indexación de películas hizo hincapié en que los algoritmos pueden acelerar los procesos tradicionales, pero también destacó el papel insustituible del profesional de la información a la hora de garantizar la precisión y la pertinencia. Además de las competencias técnicas, se exploró la relación entre las humanidades digitales y la organización del conocimiento desde una perspectiva crítica, haciendo hincapié en la necesidad de comprender las repercusiones culturales, sociales y éticas de las tecnologías aplicadas a la organización del conocimiento.

En resumen, el futuro de los profesionales de este campo requiere una formación amplia y continua, en la que los aspectos técnicos, éticos y críticos tengan la misma importancia.

Esta presentación de textos del 6º Congreso ISKO España-Portugal / 16º Congreso ISKO España pone de relieve el carácter interdisciplinar y dinámico de la organización del conocimiento, haciendo hincapié tanto en los avances teóricos como en los retos prácticos en las intersecciones de la organización del conocimiento en los ámbitos documental, patrimonial y social a los que se enfrentan estudiantes, investigadores y profesionales del sector.

María Olivera Zaldúa
Ana Lucía Terra
Carmen Agustín-Lacruz

As interseções da Organização do Conhecimento nos campos documental, patrimonial e social

O 6º Congresso ISKO Espanha-Portugal / 16º Congresso ISKO Espanha decorreu na Faculdade de Ciências da Documentação da Universidade Complutense, em Madrid, nos dias 26 e 27 de outubro de 2023. O tema central desta edição do encontro bienal do Capítulo Espanha-Portugal da ISKO (International Society for Knowledge Organization) foi Organização do conhecimento nos campos documental, patrimonial e social. Tratou-se de mais um momento de encontro e partilha da comunidade Iberoamericana que investiga, ensina, exerce atividade profissional ou tem especial interesse na área da Organização do Conhecimento, reunindo um conjunto alargado de docentes, investigadores, profissionais e estudantes de Espanha e Portugal, mas também do Brasil, México, Uruguai entre outros.

O evento acolheu 61 comunicações e pósteres, de que agora se apresentam os textos selecionados completos subordinados às cinco temáticas orientadoras do programa: 1. Organização do conhecimento no campo documental, 2. Organização do conhecimento no campo patrimonial, 3. Dimensão social na organização do conhecimento, 4. Teoria e epistemologia na organização do conhecimento e 5. Futuros profissionais da organização do conhecimento. Estas atas reúnem assim 38 textos em português, 16 textos em espanhol e dois textos em inglês.

A seguir, apresentamos uma panorâmica sumária das atas do congresso, destacando as contribuições dos participantes distribuídas pelas cinco temáticas estruturantes do evento.

A **Organização do Conhecimento no Campo Documental** foi amplamente discutida no congresso, com apresentações explorando temas que abrangeram desde as inovações tecnológicas até as práticas arquivísticas e ao desenvolvimento de metadados e tesouros.

Na designada quarta revolução industrial, a transformação digital tem modificado profundamente a gestão da informação, e em especial a sua organização, impactando a competitividade das organizações ao favorecer os investimentos em inovação. Ainda focado no contexto da inovação tecnológica, os princípios FAIR foram utilizados na aplicação de metadados para peças anatômicas plastinadas, demonstrando os avanços na interoperabilidade e reutilização de dados. A curadoria de acervos digitais, por sua vez, foi abordada com foco na proposta de um modelo autoral utilizando dados abertos interligados e grafos nomeados, demonstrando como tecnologias emergentes podem contribuir para a interoperabilidade e acessibilidade de conteúdos culturais. Já o estudo comparativo de funcionalidades de gestores de referências bibliográficas, apontou soluções práticas para a organização de fontes de informação em ambiente académico. Outro aspeto explorado foi a interseção entre o arquivamento da web e a organização do conhecimento, evidenciando as dificuldades e possibilidades na preservação digital de conteúdos online.

No contexto das instituições de ensino superior, a construção de planos de classificação arquivística foi analisada como um processo que integra as boas práticas da arquivística com a organização do conhecimento, oferecendo diretrizes para o tratamento dos documentos orgânicos. Os desafios enfrentados na definição de pontos de acesso a documentos históricos foram examinados no contexto da Comissão da

Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ressaltando a complexidade de lidar com conteúdos de grande relevância histórica, em arquivos que custodiam dados sensíveis. A identificação arquivística, por meio da construção de planos de classificação para atividades específicas, revelou-se uma prática fundamental para garantir a preservação e a recuperação eficiente de documentos públicos, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Já a tipologia documental em sistemas de informação digitais foi analisada com foco no setor da saúde, demonstrando como a classificação de documentos hospitalares pode impactar diretamente a eficiência dos serviços prestados. Destacam-se ainda dois textos orientados para os sistemas de organização do conhecimento. Um versa sobre o desenvolvimento de tesouros especializados como uma ferramenta essencial para a padronização terminológica, promovendo a recuperação eficaz da informação. O outro evidencia o uso de modelos conceituais, como o SKOS e a norma ISO 25964 para a representação de tesouros, como uma estratégia eficaz para promover a padronização e a interoperabilidade entre diferentes sistemas de organização do conhecimento.

A análise da produtividade científica sobre o tema da organização do conhecimento, com dados da WoS (2012-2022), forneceu insights valiosos sobre as tendências de pesquisa, demonstrando a evolução e os focos emergentes no campo documental. Por fim, o estudo sobre a organização do conhecimento como parte de modelos de recuperação da informação mostrou como a integração de práticas de classificação e indexação pode melhorar significativamente os sistemas de pesquisa em repositórios digitais.

Esse conjunto de comunicações sobre a Organização do Conhecimento no Campo Documental evidencia a complexidade e a transversalidade da área, apontando para o contínuo desenvolvimento de tecnologias, métodos e práticas que garantam a preservação e o acesso ao conhecimento.

A **Organização do Conhecimento no Campo Patrimonial** destacou-se pelas discussões em torno da organização do conhecimento relativa a bens culturais e históricos. Um estudo debruçou-se sobre a preservação digital do patrimônio, no Vale do Nilo no Sudão, ilustrando os desafios e as oportunidades na digitalização e acessibilidade de acervos patrimoniais de relevância global. Ora, a preservação desses acervos vai além da simples digitalização, exigindo a aplicação de modelos conceituais de metadados, que apesar das suas diferenças partilham entidades genéricas, conciliando flexibilidade e padronização. O papel dos metadados foi também explorado na análise de coleções, em Porto Rico e nas Caraíbas, sublinhando-se que a padronização na descrição de objetos facilita o acesso e a recuperação da informação. Esta abordagem à criação e aplicação de metadados deve ser complementada por estratégias de leitura documental aplicadas à análise de objetos museológicos, enfatizando a importância de metodologias específicas para a interpretação do significado cultural desses objetos.

A documentação de manifestações culturais, como o caso da Festa Junina, exemplifica como os sistemas de organização do conhecimento podem captar a diversidade e a riqueza das tradições locais. Esses sistemas permitem a preservação não apenas do conteúdo físico, mas também dos significados simbólicos associados a eventos culturais. Outro exemplo relevante é a organização da coleção de documentos históricos do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, refletindo a necessidade de adaptar as técnicas de classificação e descrição às particularidades de cada coleção. Por fim, o texto sobre os arquivos deslocados, destaca os desafios específicos relativos à

organização do conhecimento neste cenário, sublinhando como as circunstâncias políticas e sociais impactam diretamente as práticas de arquivo e classificação.

Estas comunicações revelam que a Organização do Conhecimento no Campo Patrimonial requer um equilíbrio entre as tecnologias digitais, as práticas tradicionais e a compreensão contextual, garantindo que o legado cultural se torna acessível, compreendido e preservado para as futuras gerações.

A **Dimensão Social na Organização do Conhecimento** envolve aspetos relativos à representação de grupos sociais, à acessibilidade e inclusão ou a luta contra a desinformação, entre outros, destacando a importância do contexto. O conceito de contexto foi analisado, revelando as suas múltiplas aplicações na representação do conhecimento, enfatizando a necessidade de considerar os aspetos sociais e culturais nos processos de organização do conhecimento. A relevância do contexto ficou particularmente evidente no uso de sistemas de organização do conhecimento para tipificar crimes de feminicídio, mostrando como a categorização adequada pode contribuir para a justiça social. Na mesma linha, a análise das comunidades discursivas relativas ao conhecimento patrimonial mostrou como essas construções podem perpetuar ou desconstruir visões coloniais, realçando a importância de uma abordagem crítica na preservação e organização de acervos culturais. As práticas de classificação em contextos institucionais também foram analisadas, como no estudo sobre os arquivos de partidos políticos brasileiros, sublinhando como a representação do conhecimento em arquivos históricos pode refletir tensões sociais e políticas. Em paralelo, a análise da classificação de revistas científicas destacou os critérios de avaliação utilizados pelos sistemas nacionais de ciência, revelando seu impacto na difusão do conhecimento acadêmico.

A inclusão e acessibilidade também foram discutidas. Trabalhos que trataram de deficiências visuais leves propuseram soluções inovadoras para a classificação de cores, enquanto outros investigaram o impacto do uso de linguagem inclusiva nos sistemas de organização do conhecimento. Nesta linha, outro ponto importante foi a representação de grupos sociais e de género nos sistemas de classificação. O estudo sobre a reparação taxonômica na Wikipédia evidenciou como projetos colaborativos podem promover a visibilidade de mulheres e corrigir desigualdades históricas. Por seu lado, a análise da representação da orientação sexual em classificações bibliográficas mostrou as discrepâncias existentes e a necessidade de um debate contínuo sobre os sistemas de organização do conhecimento.

Um estudo sobre a disseminação de fake news e a infodemia socioambiental nas eleições brasileiras revelaram como a falta de mecanismos adequados para organizar e verificar informações pode impactar negativamente o debate público. Já as experiências educacionais, de estudantes de ciências sociais portuguesas e espanholas, no período pós-pandemia também trouxeram reflexões sobre a literacia da informação, evidenciando a importância de uma formação crítica para enfrentar os desafios da era digital. Por fim, a necessidade de métodos eficazes de controle e curadoria digital, como os propostos no estudo do Museu da Pessoa, demonstra que a ligação entre a curadoria digital e a organização do conhecimento é vital para preservar histórias coletivas.

Este conjunto de textos evidencia que a Dimensão Social da Organização do Conhecimento não se limita à técnica, mas envolve uma responsabilidade ética na forma como representamos e acedemos à informação que molda a nossa sociedade.

A organização do conhecimento, enquanto campo interdisciplinar, requer uma constante reflexão teórica e epistemológica, o que se traduziu num profícuo eixo de

discussão. Assim, a **Teoria e a Epistemologia na Organização do Conhecimento** reuniu textos, com discussões que vão desde o diálogo hermenêutico até a análise pragmática e interdisciplinar do conceito de organização do conhecimento. A hermenêutica emergiu como uma abordagem essencial para a representação do conhecimento, destacando a necessidade de um diálogo contínuo entre os processos de significação e a estruturação da informação. Esta reflexão também foi explorada nos estudos que analisaram os processos e procedimentos da organização do conhecimento sob uma perspectiva crítica, propondo melhorias para lidar com a complexidade crescente das fontes de informação. O pragmatismo foi outro enfoque teórico relevante. Alicerçado nas propostas de Charles S. Peirce, propõe-se a flexibilidade conceitual como um caminho para adaptar a organização do conhecimento às mudanças tecnológicas e sociais, ressaltando o papel do erro e da revisão contínua na melhoria dos sistemas de organização do conhecimento. Por sua vez, a semiótica, na corrente francesa, foi apresentada como uma lente de análise para a representação e recuperação da informação, com ênfase nas narrativas visuais como as histórias em quadrinhos.

A interdisciplinaridade foi apontada como uma característica intrínseca à organização do conhecimento, sublinhando-se como diferentes disciplinas contribuem para enriquecer a compreensão e as práticas da organização do conhecimento, promovendo diálogos entre a Ciência da Informação, a Filosofia, a Linguística e outras áreas.

O conceito de gestão de documentos foi revisitado sob uma perspectiva teórica, à luz da Teoria do Conceito de Dahlberg. No campo da arquivística, as mudanças paradigmáticas foram examinadas sob uma ótica epistemológica, apontando como a evolução dos conceitos fundamentais influencia as práticas arquivísticas e fundamentou a necessidade de revisar e adaptar os modelos conceituais de arquivo no contexto do ambiente digital. A filosofia da ciência foi abordada, sumariando-se as principais tendências teóricas e discursivas no campo da organização do conhecimento.

Também foi discutido o contributo da Organização do Conhecimento para as Humanidades Digitais. Por fim, a distinção entre organização da informação e organização do conhecimento foi revisitada à luz de um estudo de caso focado na Universidade de Lisboa.

Os textos desta secção de Teoria e a Epistemologia na Organização do Conhecimento evidenciaram a importância da constante reflexão teórica na evolução do campo da organização do conhecimento, dando-lhe fundamentos epistemológicos sólidos e reforçando a sua capacidade de responder às necessidades da sociedade contemporânea.

O desenvolvimento tecnológico e as necessidades dos contextos profissionais conduzem a reformulações nas competências necessárias aos profissionais dedicados à organização do conhecimento. Assim, as comunicações relativas ao eixo **Futuros Profissionais na Organização do Conhecimento** destacaram novos cenários e oportunidades para a formação e atuação desses profissionais, considerando tanto os contextos digitais quanto os tradicionais. O estudo sobre as percepções dos investigadores em relação às competências dos bibliotecários da saúde revelou a apetência para uma colaboração profícua. Esses profissionais deixaram de ser apenas intermediários de informação, tornando-se gestores de dados complexos.

A formação de profissionais especializados para contextos específicos foi debatida, com enfoque nos desafios da formação de arquivistas para trabalhar com documentos fotográficos. Esses acervos, pela sua natureza visual e heterogênea, exigem competências técnicas específicas para classificação, preservação e digitalização.

Conhecimentos e competências de implementação de linked data na interligação de objetos digitais do patrimônio científico foi outro cenário abordado. Já nos repositórios institucionais, as competências profissionais estão diretamente ligadas à gestão de metadados e de sistemas de organização do conhecimento, como esquemas de classificação e vocabulários controlados. O texto sobre o uso da inteligência artificial para a indexação de filmes sublinhou que os algoritmos podem acelerar os processos tradicionais, mas também evidenciou o papel insubstituível do profissional da informação, para garantir precisão e relevância. Além das competências técnicas, a relação entre humanidades digitais e organização do conhecimento foi explorada sob uma ótica crítica, com ênfase para a necessidade de compreensão dos impactos culturais, sociais e éticos das tecnologias aplicadas à organização do conhecimento.

Em resumo, o futuro dos profissionais da área passa por uma formação ampla e contínua, na qual aspectos técnicos, éticos e críticos são igualmente importantes.

Desta apresentação dos textos oriundos do 6º Congresso ISKO Espanha-Portugal / 16º Congresso ISKO Espanha, sobressai a natureza interdisciplinar e dinâmica da organização do conhecimento, enfatizando tanto avanços teóricos como desafios práticos, nas interseções da Organização do Conhecimento nos campos documental, patrimonial e social enfrentados pelos estudantes, investigadores e profissionais da área.

María Olivera Zaldua
Ana Lucía Terra
Carmen Agustín-Lacruz

1

**ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO
EN EL ÁMBITO DOCUMENTAL**

Tecnologias da inovação e gestão da informação nas organizações de serviços no contexto da transformação digital

Thiago Spiri Ferreira¹; Sergio Mari Junior²; Francisco Carlos Paletta³

Resumo: O presente estudo versa sobre ciência da informação com seus desmembramentos para a gestão da informação no contexto da quarta revolução industrial. Após análise das principais linhas de estudo sobre a tecnologia da inovação e as ferramentas de gestão da informação, apresentam-se seus conceitos e a evolução de suas aplicações. O objetivo do estudo foi analisar como a gestão da informação na quarta revolução industrial impacta a competitividade das organizações de serviços ao favorecer seus investimentos em inovação. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, quantitativa e qualitativa, levantados por meio de dados secundários do IBGE, seguindo pela análise do conteúdo. Os resultados comprovam que os serviços de tecnologia da informação estão entre os que tiveram evolução positiva nos últimos 12 meses retroativos de agosto de 2022, mesmo com barreiras de investimento em tecnologia, uma estratégia de diferenciação dentre os concorrentes e uma visão de preparação para o futuro.

Palabras-chave: Gestão da informação; Tecnologia da informação; Organizações de serviço; Quarta revolução industrial; Transformação digital.

Resumen: El presente estudio se centra en la ciencia de la información y sus subdivisiones en la gestión de la información en el contexto de la cuarta revolución industrial. Tras analizar las principales líneas de estudio sobre la tecnología de la innovación y las herramientas de gestión de la información, se presentan sus conceptos y la evolución de sus aplicaciones. El objetivo del estudio fue analizar cómo la gestión de la información en la cuarta revolución industrial impacta en la competitividad de las organizaciones de servicios al favorecer sus inversiones en innovación. Se trata de un estudio de revisión bibliográfica, cuantitativa y cualitativa, basado en datos secundarios del IBGE, seguido de un análisis de contenido. Los resultados demuestran que los servicios de tecnología de la información se encuentran entre los que han experimentado un crecimiento positivo en los últimos 12 meses hasta agosto de 2022, a pesar de las barreras de inversión en tecnología, una estrategia de diferenciación entre los competidores y una visión de preparación para el futuro.

Palabras clave: Gestión de la información; Tecnología de la información; Organizaciones de servicios; Cuarta revolución industrial; Transformación digital.

Sumario: 1. Introdução. 2. A quarta revolução industrial e a Ciência da Informação. 3. Gestão da informação o do conhecimento. 4. Procedimentos metodológicos. 5. Análise dos dados; 6. Considerações finais. 7. Referências.

¹ Filiação: Universidade Estadual de Londrina – UEL
E-mail: thiagospiri@uel.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3822-7326>

² Filiação: Universidade Estadual de Londrina – UEL
E-mail: prof.sergiomari@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3697-5235>

³ Filiação: Universidade de São Paulo – USP
E-mail: fcpaletta@usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4112-5198>

1. Introdução

As organizações de serviços atuam com as expectativas dos clientes e investem em inovações para atrair e se diferenciar de outros profissionais e empresas, os quais realizam serviços semelhantes com preços mais acessíveis devido aos custos menores. Esse tipo de competição é resultado de um mercado cada vez mais padronizado e automatizado, reduzindo postos de trabalho nas organizações.

Os investimentos feitos por grandes indústrias em automação e a velocidade com que as ferramentas tecnológicas se tornam disponíveis no mercado global, fazem com que as organizações de serviços sejam forçadas a adaptar-se para entrega, manutenção e prestação de serviços complementares aos produtos ofertados pelo setor industrial. Essa conjuntura acarreta modificações de comportamentos organizacionais.

Diante do panorama sucintamente apresentado, evidencia-se a questão norteadora do estudo: como as organizações de prestação de serviços elaboram suas estratégias para investimento em tecnologias da inovação e gestão da informação diante do cenário competitivo atual?

O presente estudo buscou ressaltar como a gestão da informação pode, pautada em tecnologias da inovação, alcançar uma ou mais vantagens competitivas no mercado de atuação em situações consideradas normais ou adversas, como por exemplo, a da pandemia de Covid-19, com suas consequências mundiais.

Em tempos adversos, a informalidade aumenta devido às demissões que ocorrem nos diversos setores da economia. Fato que gera situações de calamidade como as ocorridas a partir do segundo trimestre de 2020 com a pandemia, forçando empresas a buscarem se adaptar rapidamente às novas condições dos mercados.

Esse estudo de natureza descritiva exploratória, apresenta o objetivo de analisar como a gestão da informação na quarta revolução industrial impacta na competitividade das organizações de serviços ao favorecer seus investimentos em inovação.

A partir de um balizamento teórico com os conceitos da Ciência da Informação, busca descrever como a tecnologia influencia as organizações com ferramentas, *softwares*, aplicativos, entre outros, ao afetar a velocidade na transmissão das informações, bem como enumerar as eventuais barreiras enfrentadas por essas empresas para a rápida adoção dessas tecnologias.

A metodologia aplicada no estudo se deu por meio de dados secundários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente ao setor de serviços do ano de 2022, somado a uma análise quantitativa e qualitativa dos resultados.

2. A quarta revolução industrial e a Ciência da Informação

A primeira revolução industrial (1760-1840) teve como características a implementação da máquina a vapor, que possibilitou a construção de ferrovias e a invenção de locomotivas a vapor. A segunda revolução (1850-1945) diferenciou-se no aumento da produtividade pela eletricidade e o advento da linha de produção. Materiais como ferro, carvão e energia a vapor foram substituídos por aço,

eletricidade e petróleo. A terceira revolução (1960-1990) evidenciou a computação e a conexão de Internet como fatores principais, somados à robótica, genética, informática, telecomunicações e eletrônica (Schwab, 2016).

A quarta revolução industrial tem como diferencial das demais revoluções três características centrais. São elas:

- 1) Velocidade: resultante do mundo multifacetado e profundamente interconectado; as novas tecnologias são constantemente atualizadas e mais qualificadas. Ao contrário das revoluções industriais anteriores, esta evolui em um ritmo exponencial e não linear.
- 2) Amplitude e profundidade: tem a revolução digital como base e combina várias tecnologias, levando a mudanças de paradigmas sem precedentes da economia, dos negócios, da sociedade e dos indivíduos. A revolução não está modificando apenas o “o que” e o “como” fazemos as coisas, mas também “quem” somos.
- 3) Impacto sistêmico: envolve a transformação de sistemas inteiros entre países e dentro deles, em empresas, indústrias e em toda a sociedade. (Schwab, 2016).

A quarta revolução industrial evidencia o papel da Ciência da Informação (CI), seus processos e produtos, proporcionando de forma eficiente e eficaz, a gestão dos recursos informacionais, valendo-se de ferramentas tecnológicas que auxiliam de forma efetiva na inovação, no mundo dos negócios, nas relações entre as diferentes comunidades. Nesse sentido, é possível observar a estreita relação entre a CI, a gestão da informação para negócios e a tecnologia da informação.

Os registros dos primeiros estudos no campo da CI iniciaram na Europa e nos EUA, no final da década de 1930, com a criação de institutos e federações de bibliografia e documentação. O registro inicial da terminologia Ciência da Informação ocorreu na década de 1960 nos EUA. Os principais autores desse momento de fundação deste campo de estudos foram Douglas John Foskett, com sua formação como bibliotecário; Jesse Shera, pioneiro no uso da tecnologia da informação em bibliotecas (ambos americanos) e autores russos como Alexander Ivanovich Mikhailov, formado em engenharia (atuava em desenvolvimento de aviões e caças soviéticos na década de 1940 e 1950) e Rudzhzero Gilyarevskyi, formado em filologia e em informação científica. (Freire, 2006).

Posteriormente outros nomes destacam-se, como o do pesquisador croata Tefko Saracevic, com formação de informatólogo, com contribuições no campo da recuperação de informação, e o alemão Gernot Wersig, cientistas que contribuíram com fundamentos sociológicos para a Ciência da Informação (Freire, 2006).

De acordo com Saracevic (1996) as três características gerais que constituem a Ciência da Informação são: interdisciplinaridade, ligação com a tecnologia de informação e a evolução da sociedade da informação. A primeira característica relaciona a interdisciplinaridade com campos como ciência da computação, ciência cognitiva, biblioteconomia e comunicação. Os dois últimos tópicos norteiam este estudo.

A terminologia de recuperação da informação foi cunhada nos estudos de Mooers (1951), direcionada à estrutura e descrição de informações técnicas e específicas para arquivamento, facilitando a busca ou pesquisa das informações necessárias. Saracevic (1996) justifica que a recuperação da informação foi o componente mais relevante para o desenvolvimento da CI e para a evolução das indústrias informacionais.

A categoria de comunicação da informação está relacionada aos processos de como devem ser realizados as formas de comunicação, assim como o seu uso, após a descrição das suas propriedades. A disseminação por meio da comunicação na década de 1970 foi objetivada por Belkin e Robertson (1976), os quais apresentaram a ideia de que a CI tem como propósito facilitar a comunicação de informações entre indivíduos. Outra contribuição por parte dos autores foi que “a informação é aquilo que é capaz de alterar uma estrutura”. Em um olhar mais amplo, a comunicação relaciona-se ao processo de transmissão de informações ou dados entre duas ou mais pessoas. Porém a informação só é realizada pela comunicação se os envolvidos estabelecerem uma interação entre ambos. Caso isso não ocorra, foi apenas uma comunicação sem a transmissão de informação (Belkin & Robertson, 1976, p. 197).

As revoluções industriais pautaram-se pela produção em escala, mas também pela evolução dos meios de comunicação e das formas de transmissão, que permitem a informação acessível em qualquer local e em tempo real, de forma global, por meio da Internet. Nesse contexto, um ponto a ser considerado como preocupante é a segurança e confiabilidade das informações.

3. Gestão da informação e do conhecimento

Barbosa (2008) considera a informação e o conhecimento como fenômenos indissociáveis e complementares à vida organizacional: “o conhecimento, uma vez registrado, transforma-se em informação e esta, uma vez internalizada, torna-se conhecimento”.

Jannuzzi, Falsarella e Sugahara (2016) justificam que o conhecimento e a informação são considerados elementos essenciais para o desenvolvimento de qualquer sociedade, visto o aprendizado por meio das informações hoje acontece em em tempo real e de maneira globalizada.

Fell e Dornelas (2020) relataram que o esforço das organizações em promover o conhecimento resultou em uma conversão para o conceito de Gestão do Conhecimento (GC). Nesse contexto a academia contribuiu com o ambiente empresarial, por meio de estudos publicados apresentando o valor ou a localização do conhecimento organizacional por meio de esforços de sua elaboração, desenvolvimento, partilhamento e distribuição das informações.

Leonardi e Bastos (2014) visualizaram que a gestão do conhecimento atribui relevância para o conhecimento dentro das organizações contemporâneas, convertendo-se um diferencial competitivo para a elas.

O conhecimento parte da interação entre indivíduos e suas experiências pessoais e profissionais, criando um histórico de relações interpessoais e intrapessoais que se considera um nível de evolução do indivíduo dentro de uma determinada sociedade,

evoluindo sua cognição pelo aprendizado. A cognição em seu significado reduzido é o ato de aquisição do conhecimento por meio de processos como a percepção, a atenção, a associação, a memória, o raciocínio, o juízo, a imaginação, o pensamento e a linguagem (Lezak, Howieson & Loring, 2004).

O estudo da cognição nas organizações é embasado por sistemas cognitivos que se desenvolvem em modelos de rotinas e procedimentos relativamente padronizados, para resolução da complexidade organizacional com critérios internos e externos (Fleury & Fleury, 2001).

A cognição, como ato de aprendizagem, nas organizações de serviços se dá de modo experiencial, por meio dos trabalhos executados. Estabelece-se uma relação entre o histórico de trabalhos com novos formatos de produtos ou com consumidores mais exigentes, contribuindo para a evolução do ambiente e do indivíduo, potencializando seu aprendizado e gerando conhecimento.

Tecnologia pode ser compreendida de modo bastante amplo no contexto da gestão das organizações. Refere-se a modelos de trabalho, produtos ou mesmo a processos realizados pela empresa de forma tradicional que, com aprendizagem teórica ou por meio da observação de concorrentes diretos ou indiretos, ocasionam melhorias nos resultados.

É nesse sentido que podemos afirmar que a inovação por meio da adoção ou desenvolvimento de novas tecnologias, em seu sentido mais amplo, pode oferecer às empresas de serviço uma vantagem competitiva. Barney e Hesterly informam que “em geral, uma empresa possui vantagem competitiva quando é capaz de gerar maior valor econômico do que empresas rivais” (2007, p. 10).

4. Procedimentos metodológicos

Elaborou-se um estudo híbrido, unificando uma revisão bibliográfica dos conceitos como Ciência da Informação, gestão da informação, gestão do conhecimento, tecnologia da informação e inovação.

Justifica-se o direcionamento do trabalho para organizações de serviços, pois esse setor é formado por empresas ou profissionais autônomos, que representam uma parcela significativa no PIB brasileiro, e que foram afetados significativamente pela pandemia de Covid-19.

A pesquisa é exploratória e descritiva e utiliza o método que descreve o comportamento dos fenômenos, possibilitando ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou da problemática, visando à identificação de padrões (Collis & Hussey, 2005).

A revisão bibliográfica é uma metodologia que permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica, que podem ser direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico (Sobral & Campos, 2012). Utilizou para a revisão bibliográfica a seleção de textos base e outros mais atuais, contendo referências ao termo “quarta revolução industrial”.

A parte empírica utilizou-se de dados secundários, que são dados que foram coletados, tabulados, ordenados por terceiros e proporcionam aos interessados opções de análise ou base de comparação para novas análises (Mattar, 1996).

Aplicou-se, ainda, a análise de conteúdo, técnica que é dividida em duas grandes abordagens: a análise de conteúdo quantitativa e a análise de conteúdo qualitativa. A análise de conteúdo quantitativa consiste na análise estatística dos dados, a fim de extrair informações sobre o tema em questão. A análise de conteúdo qualitativa, por outro lado, é uma forma de análise mais subjetiva, que busca compreender o significado dos dados, a fim de chegar a uma interpretação mais detalhada e explicativa dos conteúdos analisados (Bauer, 2008; Bardin, 2016).

5. Análise dos dados

No Brasil cerca de 70% do PIB nacional está relacionado a serviços. O consumo das famílias, que estava represado pelo momento da pandemia de Covid-19, se restaurou aos poucos e mostra evolução a partir do segundo semestre de 2020 (Gov.br, 2022).

De acordo com pesquisa do IBGE (2022), no ano de 2021, com a retomada dos serviços a partir da liberação do atendimento presencial, os serviços apresentaram um crescimento de 10,9% em comparação com o mesmo período de 2020.

Dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE para outubro de 2022 (IBGE, 2022) mostram que apenas uma área do setor teve retração, que foi a de “outros serviços”. As demais áreas tiveram evolução tanto no ano corrente quanto no acumulado dos últimos doze meses, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1: Volume de serviços por área em agosto 2022 (variação em %)

Área do setor de serviços	Acumulado do ano (2022)			Últimos 12 meses		
	Jan a Jun	Jan a Jul	Jan a Ago	Até Jun	Ate Jul	Até Ago
Volume de serviços – Brasil (total)	8,9	8,5	8,4	10,5	9,6	8,9
1 Serviços prestados às famílias	36,2	33,9	32,2	34,6	31,1	29,5
1.1 Serviços de alojamento e alimentação	38,1	35,3	33,6	36,8	32,7	30,9
1.2 Outros serviços prestados às famílias	26,3	26	24,7	23,1	22,5	21,9
2 Serviços de informação e comunicação	2,9	2,8	2,8	6,7	5,9	5,1
2.1 Serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC)	2,8	2,7	2,8	6,4	5,7	5
2.2 Serviços audiovisuais	4,3	4,1	3,2	9	7,6	5,8
3 Serviços profissionais, administrativos e complementares	8,4	7,7	7,7	8,8	7,9	7,5
3.1 Serviços técnico-profissionais	8,3	6,6	6,8	10,1	8	7,7
3.2 Serviços administrativos e complementares	8,5	8,2	8	8,2	7,9	7,4
4 Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	13,9	13,8	13,8	14,7	14,7	13,6

4.1 Transporte terrestre	17,8	17,9	18,3	16,1	16	16,3
4.2 Transporte aquaviário	11,6	12	12,6	14,6	14	14
4.3 Transporte aéreo	53,5	46,6	40	54	47,3	40,1
4.4 Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,7	1,9	2	5,7	5,1	4,3
5 Outros serviços	-4,2	-5,4	-5	-1,6	-3,5	-4,6

Fonte: Adaptado de IBGE, 2022.

A área que mais desenvolveu-se foi a de “serviços prestados às famílias”, que engloba “serviços de alojamento e alimentação”, com crescimento de 30,9% nos últimos doze meses, assim como “outros serviços prestados às famílias”, como entretenimento, atividades culturais e de recreação e lazer, atividades esportivas, serviços pessoais e de educação não continuada, dentre outros, que teve crescimento de 21,9% em doze meses (entre setembro de 2021 e agosto de 2022).

A área de “serviços de tecnologia da informação e comunicação” desmembra-se em três subsegmentos. Destes, ocorreu retração apenas no setor de “telecomunicações”, com -5,4% de decréscimo no período. No mesmo tempo os “serviços de tecnologia da Informação e comunicação (TIC)” teve evolução de 19,6%, e os “serviços audiovisuais” crescimento de 5,8%.

Outras áreas de serviços que tiveram evolução no período foram de transporte, com 13,6% de crescimento, destacando-se o “serviço de transporte aéreo”, com 40,1% de crescimento neste período, seguido de “transporte terrestre”, com 16,3% de crescimento e o “transporte aquaviário”, com 14% de evolução.

Nem todas as áreas de serviços tiveram crescimento no período. A categoria de “outros serviços” teve retração de -4,6%. Nessa categoria, a PMS informa que os principais serviços afetados foram: compra, venda e aluguel de imóveis próprios; manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; atividades de apoio à agricultura, pecuária e pós-colheitas; administração de cartões de crédito; e serviços técnicos.

O setor de serviços possui quatro características essenciais: a intangibilidade, a inseparabilidade, a perecibilidade e a variabilidade. Esta última característica descreve a qualidade do profissional que realiza determinada atividade, variando a qualidade dentre os prestadores de serviços. Nesse quesito, a informação e o conhecimento podem proporcionar destaque dentre os concorrentes.

A gestão do conhecimento é um processo constante de aprendizado, que envolve a aquisição, a criação, a organização, a disseminação e a utilização do conhecimento. A GC é um conjunto de técnicas e práticas que permite às organizações criar, adquirir, organizar, disseminar e utilizar o conhecimento (Lira *et al*, 2008).

As informações coletadas também permitiram elencar algumas barreiras na adoção de tecnologias pelo setor de serviços como forma de busca pela vantagem competitiva. São algumas barreiras os custos de determinadas tecnologias, a complexidade dos dados ou sistemas como *softwares* em redes, a falta de conhecimento dos envolvidos, a falta de apoio para seguir o aprendizado na evolução da inovação e a mudança no comportamento.

Na parte das dificuldades em custo, as tecnologias da inovação podem ser caras e exigir um alto investimento inicial por parte das organizações. Muitos agentes do setor de serviço ainda não têm sua cultura instituída no sentido de compreender seu investimento como algo que irá gerar retorno financeiro, tendo em vista sua capacidade de melhorar a qualidade dos serviços e diferenciar-se no mercado. Essa falta de cultura para o investimento é considerada como uma barreira. Além disso, somado aos recursos financeiros, existe o recurso tempo e mão de obra, que também são barreiras para uma cultura de inovação por meio da tecnologia.

A complexidade das tecnologias da inovação também pode ser um empecilho. As empresas de serviços precisam investir em treinamento para que seus funcionários possam aprender a usar as novas tecnologias. Além disso precisam investir em infraestrutura para suportar as novas tecnologias. Como cada serviço busca uma diferenciação dentre seus concorrentes, a customização de tecnologia torna-se cada vez mais específica e detalhada demandando tempo e tornando mais complexa a atividade das empresas.

Outro fator tido como obstáculo é a falta de conhecimento. Muitas vezes as pessoas não estão familiarizadas com as tecnologias da inovação e, portanto, podem ter dificuldades em adaptá-las.

A falta de apoio à adoção das tecnologias da inovação também pode ocasionar barreiras. Quando há a iniciativa de busca de novas ferramentas, como banco de dados, sistemas de gestão, aplicativos ou *softwares* para gerenciamento das informações, a complexidade do projeto e o acúmulo de tarefas reduzem o interesse na tecnologia. Ou seja, a falta de apoio é outro fator desmotivador para aplicação das tecnologias de inovação.

A barreira da mudança de comportamento pode ser considerada como um desafio complexo, visto que as tecnologias da inovação exigem flexibilidade das pessoas e a compreensão e que o tempo investido agora proporcionará a obtenção de resultados posteriores. A tecnologia precisa ser institucionalizada, posteriormente legitimada, aceita e praticada, para que assim uma cultura de inovação por meio de tecnologias possa ser alcançada e tornada um diferencial com potencial de vantagem competitiva no mercado de serviços.

6. Considerações finais

Esse artigo teve o objetivo de analisar como a gestão da informação na quarta revolução industrial impacta a competitividade das organizações de serviços ao favorecer seus investimentos em inovação. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa que apontou os benefícios que o investimento em inovação pode trazer para as organizações de serviços e algumas barreiras que atrasam ou impedem esse investimento.

Em paralelo buscou-se compreender como o arcabouço da Ciência da Informação, principalmente por meio da gestão da informação e do conhecimento, pode contribuir para a superação dessas barreiras, favorecendo o investimento em inovação.

Com essa abordagem foi possível perceber que o acesso à informação, principalmente para as empresas de serviços, é um fator de competitividade e que a gestão da informação, portanto, fundamental para que essas empresas se mantenham competitivas, principalmente em períodos de maior desafio, como durante a pandemia de Covid-19.

Como recomendação para trabalhos futuros, essa relação entre a gestão da informação e a competitividade pode ser explorada de modo empírico a partir de estudos de caso com empresas de serviços, de modo a verificar a contribuição efetiva da informação para a superação das barreiras ao investimento em inovação.

7. Referências

- Barbosa, R. R. (2008). Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. *Informação & Informação*, 13(1esp), 1-25.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barney, J. B., & Hesterly, W. S. (2007). *Administração estratégica e vantagem competitiva*. Pearson Prentice Hall.
- Bauer, M. (2008). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Vozes.
- Belkin, N., & Robertson, S. (1976). Information science and the phenomenon of information. *Journal of the American Society for Information Science*, 34(4), 197-204.
- Collis, J., & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação* (2ª ed.). Bookman.
- Fell, A. F. A., & Dornelas, J. S. (2020). Gestão do conhecimento, tecnologia da informação e pequenas e médias empresas de serviços: um estudo de casos múltiplos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 25, 29-55.
- Fleury, M. T. L., & Fleury, A.. (2001). Construindo o conceito de competência. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(spe), 183-196. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552001000500010>
- Freire, G. H. de A. (2006). Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 11(1), 6-19.
- Gov.br. (2022, setembro 9). PIB do país tem quarta alta seguida e cresce 1,2% no segundo trimestre de 2022. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/noticias/economia-e-gestao-publica/09/pib-do-pais-tem-quarta-alta-seguida-e-cresce-1-2-no-segundo-trimestre-de-2022>
- IBGE. (2022). Pesquisa Mensal de Serviços: informação sobre as atividades econômicas do mês de outubro de 2022. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2022_out.pdf
- Jannuzzi, C. S. C., Falsarella, O. M., & Sugahara, C. R. (2016). Gestão do conhecimento: um estudo de modelos e sua relação com a inovação nas organizações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 21(1), 97-118.
- Leonardi, J., & Bastos, R. C. (2014). Bases epistemológicas da teoria de criação de conhecimento organizacional. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 4(2), 3-18.
- Lezak, M. D., Howieson, D. B., & Loring, D. W. (2004). *Neuropsychological assessment* (4ª ed.). Oxford University Press.
- Lira, W. S., Cândido, G. A., De Araújo, G. M., & Barros, M. A. (2008). A busca e o uso da informação nas organizações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 13(1), 166-183. <https://doi.org/10.1590/s1413-99362008000100011>

- Mattar, F. N. (1996). *Pesquisa de marketing*: edição compacta. Atlas.
- Mooers, C. N. (1951). Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. *American Documentation*, 2, 20-32.
- Saracevic, T. (1996). Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 1(1), 41-62.
- Schwab, K. (2016). *A quarta revolução industrial*. Edipro.
- Sobral, F. R., & Campos, C. J. G. (2012). Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 46(1), 208-218. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000100028>

Curadoria de acervos digitais em Memória e Cultura: proposta de um modelo autoral como Dados Abertos Interligados e grafos nomeados

Carlos H. Marcondes¹

Resumo: É apresentada a proposta de modelo para a curadoria de objetos do patrimônio digital, com o objetivo de converter uma obra curatorial sobre coleções de arquivos, bibliotecas e museus em recursos permanentes, autorais e reutilizáveis. Atualmente, coleções de objetos patrimoniais são publicadas na web como dados abertos interligados. Uma obra curatorial agrega valor ao fornecer uma interpretação de tais conjuntos de objetos, relacionando os objetos digitais do patrimônio entre si e com outros recursos digitais, contextualizando-os, classificando-os por tipologia e fornecendo comentários. Como tal, uma obra curatorial é autoral. O valor cultural e educacional da obra curatorial aumentaria se esta fosse permanente e pudesse ser reutilizada, como um catálogo de exposição impresso. O modelo proposto baseou-se nas tarefas realizadas por um curador de acervos digitais e nas seções que compõem um catálogo impresso de uma exposição. Também é proposta a implementação do referido modelo usando LOD e tecnologias de grafos nomeados.

Palavras-chave: Arquivos, bibliotecas, museus; Coleções digitais; Curadoria digital; Modelo conceitual; Dados abertos interligados.

Resumen: Se presenta una propuesta de modelo para la conservación de objetos del patrimonio digital, con el objetivo de convertir el trabajo de conservación de las colecciones de archivos, bibliotecas y museos en recursos permanentes, autorizados y reutilizables. Hoy en día, las colecciones de objetos patrimoniales se publican en la web como datos abiertos interconectados. Un trabajo curatorial añade valor al proporcionar una interpretación de tales conjuntos de objetos, relacionando los objetos del patrimonio digital entre sí y con otros recursos digitales, contextualizándolos, clasificándolos por tipología y proporcionando comentarios. Como tal, un trabajo curatorial es de autor. El valor cultural y educativo del trabajo curatorial aumentaría si fuera permanente y pudiera reutilizarse, como un catálogo de exposición impresso. El modelo propuesto se basa en las tareas realizadas por un curador de colecciones digitales y en las secciones que componen un catálogo de exposición impresso. También se propone una implementación de este modelo utilizando tecnologías LOD y de grafos con nombre.

Palabras clave: Archivos, bibliotecas, museos; Colecciones digitales; Conservación digital; Modelo conceptual; Datos abiertos enlazados.

Sumário: Seção 1. Introdução, Seção. 2. Objetivos, Seção. 3. Metodologia, Seção. 4. Resultados, Seção. 5. Conclusões. Anexo 1 – Diagrama de Classes do MIC. Anexo 2 – Vocabulário de relacionamentos Culturalmente Relevantes. Anexo 3 – Caso da Mona Lisa de da Vinci codificado como RDF e grafos nomeados.

1. Introdução

Objetos de memória e cultura originários de coleções digitalizadas por instituições como arquivos, bibliotecas e museus vêm sendo representados e publicados na Web como objetos digitais usando as tecnologias de Dados Abertos Interligados - DAI.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em gestão e Organização do Conhecimento, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
E-mail: ch_marcondes@id.uff.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0929-8475>

Estas coleções têm alto valor cultural porque resultam de processos de curadoria realizados por estas instituições desde há muito tempo; muitas delas têm complementaridades, interseções temáticas ou estão relacionados a outros recursos também disponíveis na web podendo formar percursos e narrativas ricas do ponto de vista cultural. No entanto, embora várias propostas enderecem a questão do enriquecimento semântico dessas coleções (Stiller et L., 2014) pouco existe sobre como utilizar o potencial destas coleções para educação e cultura; estas coleções permanecem isoladas umas das outras, não integradas. Para que estas iniciativas de publicação de acervos atinjam seu máximo potencial cultural e educativo os objetos digitais destas coleções deveriam estar permanentemente integrados, interrelacionados entre si e com outras entidades representadas como recursos digitais, como autores, artistas, personalidades históricas, temas, eventos, datas ou períodos históricos e artísticos, e lugares. Esta integração, ou seja, relacionar objetos digitais uns com outros e com outros recursos, classificá-los por sua tipologia, comentá-los, etc., não é dada “a priori”, é resultado da curadoria “a posteriori” à publicação destes acervos como DAI. Esses trabalhos de curadoria digital devem poder se tornar recursos autorais, permanentes e reusáveis, sob a forma de exposições, aulas ou coleções virtuais comentadas.

Durante o século XX, a curadoria em cultura mudou seu foco, de coleções para exposições (O'Neil, 2007, p. 15). Atualmente, essas várias destas exposições estão ganhando uma dimensão global. Exemplos são “Da Vinci: Mechanics of Genius” no Science Museum em Londres, com curadoria do engenheiro Jim Bennett, “Da Vinci” no Museu do Louvre, Paris, que teve curadoria de Vincent Delieuvin e Louis Frank, e “Human Bodies”, com curadoria do Prof. Gun-ther Von Hagens.

Algumas dessas são exposições itinerantes, que percorreram vários países, foram visitadas por milhares de pessoas e foram remontadas em diferentes locais. No entanto, hoje, é difícil encontrar menções destas exposições na Web, a não ser através de notícias de jornais² ou consultando seus catálogos impressos. Com as tecnologias DAI essas exposições podem agora se tornar novos recursos digitais, autorais e permanentes.

O instrumento de divulgação e registro de uma exposição é o catálogo, um gênero de obra especial. Um catálogo é uma publicação típica que materializa permanentemente a curadoria de uma coleção ou exposição. O conteúdo de um catálogo de exposição são descrições, análises ou comentários sobre conjuntos de objetos patrimoniais e por que eles são reunidos e relacionados.

O Art History. Research Guide (2023) das Bibliotecas da Universidade de Toronto enfatiza que

“Os catálogos de exposições são um tipo de literatura muito importante para a História da Arte. Eles fornecem documentação relacionada a todos os itens exibidos em uma mostra em um museu ou galeria de arte e contêm uma nova visão acadêmica por meio de ensaios temáticos de curadores e acadêmicos.”

² Ver <https://www.theguardian.com/artanddesign/jonathanjonesblog/2016/feb/08/leonardo-da-vinci-mechanics-of-genius-science-museum-london>

Segundo a mesma fonte, um catálogo pode ter a seguinte estrutura:

“Agora, os catálogos de exposições geralmente assumem a forma de livros substanciais contendo uma introdução, ensaios, trabalhos exibidos, imagens coloridas nítidas em papel brilhante, uma bibliografia e às vezes um índice”.

Um exemplo de catálogo online, o catálogo do Museu Britânico, pode ser encontrado no seguinte link: <https://www.britishmuseum.org/research/publications/online-research-catalogues>. O Museu Guggenheim, em Nova York, disponibiliza versões digitalizadas de todos os seus catálogos em <https://archive.org/details/guggenheimmuseum>. Um guia sobre como escrever catálogos de exposições pode ser encontrado em https://owl.purdue.edu/owl/subject_specific_writing/writing_in_art_history/museum_catalog.html. Um exemplo de catálogo impresso, o da exposição “Da Vinci” no Museu do Louvre, Paris, pode ser encontrado em <https://www.louvre.fr/en/what-s-on/exhibitions/leonardo-da-vinci#exhibition-catalogue>.

Em um catálogo, um curador propõe um novo olhar sobre aquele conjunto de objetos, contextualiza-os, revelando novas relações culturalmente relevantes, muitas vezes inusitadas, entre eles e propondo uma narrativa sobre esses objetos. A curadoria de uma exposição é, portanto, um trabalho autoral. Assim, o modelo aqui proposto pretende mimetizar a estrutura e os propósitos de um catálogo de exposição. Foi desenvolvido com base no conjunto de tarefas realizadas por um curador ao preparar uma exposição e na estrutura dos catálogos citados anteriormente.

Este trabalho endereça as seguintes questões. Como integrar objetos digitais destas coleções entre si com outros recursos usando as tecnologias DAI? Como formar novos recursos informacionais curados, autorais, permanentes, com maior valor cultural, a partir destes objetos digitais publicados como DAI, como exposições, aulas, museus ou bibliotecas virtuais, sobre estes mesmos objetos de Patrimônio, Memória e Cultura sobre temas, personagens ou eventos culturais ou históricos relacionados a estes objetos? Como tornar permanente o trabalho de curadoria digital de integrar acervos heterogêneos, de instituições diferentes, usando as tecnologias DAI, para criar novos recursos autorais como exposições, aulas ou coleções virtuais?

O trabalho está organizado como se segue. Após esta Introdução a seção 2 apresenta os Objetivos, a seção 3 descreve a Metodologia, a seção 4 apresenta os Resultados. Por fim a seção 5 apresenta as Conclusões.

2. Objetivos

O objetivo desta pesquisa é desenvolver um modelo e vocabulário – MIC, Modelo Integrado de Curadoria - para as atividades de curadoria sobre objetos digitais de patrimônio, memória e cultura que dê conta das tarefas de um curador digital ao preparar uma exposição e que integre também vocabulários previamente desenvolvidos – Relações Culturalmente Relevantes – CRR (Marcondes 2020), apresentado no Anexo 2 - e Classificação de Tipos de Objetos de Patrimônio – TOP

(Marcondes, 2019) -, entre outros; tornar estas obras de curadoria digital em recursos permanentes, autorais e reusáveis; implementar este modelo em um caso de uso usando as tecnologias DAI e de grafos nomeados.

3. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa em andamento, uma primeira versão do MIC encontra-se em Marcondes (2023). A versão aqui apresentada inclui novas funcionalidades. Para o desenvolvimento do MIC foram seguidas as etapas: identificação de requisitos de uso, das tarefas do curador e do usuário, pesquisa bibliográfica e documental, identificação e análise de vocabulários/ontologias afins para possível reuso, análise de outros modelos similares, das seções que compõe a estrutura de catálogos impressos de exposições, modelagem conceitual, implementação usando as tecnologias DAI e de grafos nomeados. A implementação em DAI e grafos nomeados do caso usado para ilustrar o MIC foi validada usando o validador <http://ttl.summerofcode.be/>.

4. Resultados

Nesta seção a proposta do MIC é apresentada. Em primeiro lugar, na subseção 4.1, são apresentadas as questões que foram considerados no seu desenvolvimento; em seguida, subseção 4.2, o modelo em si, suas classes e relacionamentos, é descrito.

4.1 Questões consideradas no desenvolvimento do MIC

No desenvolvimento do MIC foram consideradas duas questões; os catálogos de exposições como um gênero textual, com características específicas e que serviu inspiração para o MIC; e que, embora existem outros modelos conceituais no domínio da cultura, nenhum deles endereça especificamente a questão da curadoria digital realizada sobre acervos digitais como é a proposta do MIC.

A profusão de recursos digitais de interesse da Ciência, Cultura e Arte agora disponíveis na web amplia as possibilidades de utilização desses recursos para fins culturais e educacionais. Aplicações como bibliotecas digitais, museus e exposições virtuais, e-learning e plataformas de ensino à distância guardam bastante semelhanças pois os usuários interagem com essas aplicações de acordo com procedimentos previamente definidos (navegar pelas opções de acesso a recursos, buscar informações e acessar recursos). O bom funcionamento de tais aplicativos, sejam eles bibliotecas digitais (Candela et al, 2007), museus virtuais (Klentien, 2022), e-learning e ensino à distância (Al Rawashdeh et al, 2021), (Tunde et al, 2015), todos eles assentam na necessidade de modelos conceituais (Campos, 2004) para integrar diferentes recursos em sistemas coerentes e de fácil utilização.

Instituições de patrimônio, como arquivos, bibliotecas e museus, desempenham um papel vital na curadoria de coleções de objetos patrimoniais e na disponibilização dessas coleções à sociedade para fins educacionais, culturais e científicos. As

coleções digitais são material privilegiado para as Humanidades Digitais (Zeng 2019).

Para que objetos patrimoniais se tornem documentos (Briet 2006) e fontes para pesquisa científica, cultura e educação, eles devem ser objeto de extenso trabalho curatorial. Tal é o processo de patrimonialização (Lima 2008 ()) onde um objeto é selecionado, transferido de seu contexto original e trazido para uma instituição patrimonial onde seu contexto é reconstruído (Van Mensch 1992); este processo é desenvolvido por instituições patrimoniais. Essas informações contextuais são os metadados atribuídos ao objeto de patrimônio.

A partir desse trabalho curatorial desenvolvido por instituições de memória e cultura, outros podem ser desenvolvidos. É neste contexto que se coloca a curadoria digital destas coleções quando publicadas como DAI, reproduzindo e ampliando o trabalho de um curador de coleções físicas; o curador digital é o beneficiário desta proposta. Ele, assim como o publicador (semelhante a um editor de publicações em papel) deste novo recurso, tem também um papel nesta ecologia digital de Patrimônio, Memória e Cultura. No contexto da cultura contemporânea, curador significa, segundo Gaskill (2011, p. 1), o profissional responsável pelos acervos das instituições que os administram, planeja suas exposições, desenvolve pesquisas para contextualizá-los.

As tecnologias DAI permitiram que essas coleções sejam publicadas diretamente na Web. Embora heterogêneos, representadas por diferentes metadados, modelos conceituais ou vocabulários, estes acervos, ao serem representados pelas as tecnologias DAI, em especial o RDF, fornecem um modelo de dados unificado. Uma vez publicadas, tais coleções não estão mais limitadas ao contexto das instituições originais que as guardam; eles podem ser combinados com outras entidades representadas na Web, como autores, artistas, temas, eventos históricos e lugares, na crescente “nuvem” de dados interligados da cultura, formando recursos novos e mais ricos.

Uma obra de curadoria digital é um específico percurso sugerido por um curador digital por um conjunto de objetos digitais de patrimônio. Nos catálogos de exposição impressos esta curadoria pressupõe até uma ordem de percurso, uma sequência específica. Foram levadas em conta no desenvolvimento do MIC ontologias como o CURARE, proposto por Mulholland, Wolff, and Collins (2012, p. 748), o HiCo, the Ontology of Historical Context (Daquino and Tomasi 2015), e o NOnt - Narrative Ontology – que formaliza narrativas no contexto de bibliotecas digitais (Meghini, Bartalesi, and Metilli, 2021).

Existem diferentes modelos conceituais no domínio do patrimônio como IFLA LRM (Riva et al, 2017), CIDOC CRM (2015), DPLA (2017), BIBFRAME, EDM (Isaac, 2013). No entanto tais modelos têm limitações em relação aos objetivos do MIC. Eles são declarados ou como centrados no objeto (Isaac 2013, p. 12), ou seja, na descrição das propriedades deste enquanto um objeto de memória e cultura relevante, ou como centrados nos processos/eventos (Isaac 2013, p. 15) que envolvem este objeto, como a sua aquisição, restaurações, participação em exposições, etc. Embora tais modelos tragam um vocabulário relevante, o foco específico do MIC implicou em semânticas específicas.

O MIC também reutiliza metadados de outros vocabulários como DCMI Metadata Terms (2020), CiTO (2018) e SKOS (2012). A principal entidade do MIC, a obra curatorial – CW –, é similar a entidade “Item” dos modelos LRM e BIBFRAME, que a é a concretização de um “Work” nesses modelos.

Pode-se dizer que o MIC é um modelo centrado no objeto, mas em um sentido especial. É melhor descrito como um modelo orientado para os relacionamentos de objetos de memória e cultura uns com os outros e com outras entidades relevantes. Não visa fornecer propriedades adicionais para descrever objetos de memória e cultura, mas usar as descrições já fornecidas por instituições de memória cultura ao publicarem seus acervos na Web, possivelmente usando outros modelos, vocabulários ou ontologias; o curador digital comenta, relaciona tais representações de objetos digitais de patrimônio umas com as outras, dá sua interpretação a este conjunto de objetos e de outros recursos. Para realizar isto o curador digital realiza um conjunto de tarefas.

4.2 O MIC – Modelo Integrado de Curadoria digital

As tarefas do curador que orientaram o desenvolvimento do MIC, são as seguintes: C1 – Selecionar os objetos digitais de patrimônio - DHO - apropriados que irão integrar uma obra de curadoria digital - CW. C2 – Ordenar segundo uma “ordem de visita” (como em um catálogo de exposição) estes DHOs. C3 – Criar, salvar e identificar por um “link” de acesso persistente, um CW, tornando-os recursos web independentes e permanentes. C4 - Relacionar dois DHOs de forma significativa utilizando, quando apropriado, o Vocabulário CRR. C5 - Relacionar DHOs com Agentes – autores, artistas, personagens históricos -, Temas, Eventos culturais (concertos, balés, exposições) ou históricos, Períodos Históricos, Lugares, ou outros recursos, de forma significativa, utilizando, quando apropriado, o Vocabulário CRR. C6 - Ordenar/Organizar DHOs por tipos. C7 - Justificar qualquer relação ou Classificação/Organização criada através de um texto e/ou citação. C8 - Datar (atribuir uma data) qualquer relação culturalmente relevante ou Classificação/Organização por ele feita. As tarefas do usuário do MIC são as seguintes: U1- Permitir que usuários possam recuperar DHOs. U2 - Permitir que usuários possam recuperar outros DHOs Culturalmente Relacionados a um determinado DHO, isto é, identificar quais os DHOs relacionados a um determinado DHO? U3 - Permitir que usuários possam recuperar DHOs que estejam no acervo de uma instituição de patrimônio. U4 - Permitir que usuários possam recuperar narrativas - CW - de um determinado curador/autor. U5 - Permitir que usuários possam recuperar narrativas - CW - sobre um tema. U6 - Permitir que usuários, acessando um DHO, possam recuperar narrativas em que o mesmo é mencionado. U7 - Permitir que usuários possam referenciar narrativas. (Autor, Título, data, “link”). U8 - Permitir que terceiros possam comentar tanto CW como um todo, quanto específicos Relacionamentos Culturalmente Relevantes ou Classificações/Organizações estabelecidos por um Curador digital dentro de um CW.

É importante notar que nem os usuários do MIC nem um curador digital têm qualquer controle sobre a padronização ou o formato de qualquer recurso da web que venha a ser utilizados em um CW. Os dados em coleções de patrimônio publicados como DAI são heterogêneos, pois descrevem muitos tipos diferentes de objetos e as descrições e padrões usados variam de acordo com a instituição. Os recursos da web de entidades externas também são criados e mantidos por diferentes instituições. O MIC usa recursos web de terceiros

O diagrama de classes (ilustrado no Anexo 1) do MIC inclui entidades externas – categorias gerais de recursos web que formam o seu contexto, como Agentes, Conceitos/Temas, Tempo e Espaço, que possam ter relacionamentos culturalmente relevantes com DHOs de coleções de arquivos, bibliotecas e museus publicados como DAI. O núcleo do modelo inclui as entidades E21 Curators, E22 Publishers, E08 Curatorial_work, a mais importante, E080 Sequence, a “sequência de visitação” de recursos prevista pelo Curador Digital para comporem seu E08 Curatorial_work, e E 081 CRR-annotation.

A entidade E08 Curatorial_work é implementada como um grafo nomeado (Carol et al, 2005) para garantir sua permanência, identificação, acesso e reuso. E080 Sequence é uma lista, ordenada ou não, de IRIs de relacionamentos culturalmente relevantes entre recursos web de patrimônio que o Curador Digital considera apropriados para expor seu ponto de vista, desenvolvendo sua narrativa, seu E08 Curatorial-work; E080 Sequence é implementada usando o construto skos:Collection. Um E08 Curatorial_work é composto de um ou mais E081 CRR_annotation, a anotação/comentário feita pelo Curador Digital de um relacionamento entre dois recursos web escolhidos para comporem o E08 Curatorial_work. E082 Document é uma citação com link para um documento digital que suporta ou justifica o específico relacionamento feito pelo Curador Digital. E09 Comments, também uma entidade que não pertence ao núcleo do MIC, são os comentários de terceiros feitos sobre um E08 Curatorial_work. E084 Content é 1 ou mais conteúdos de uma E083 Cw_Section ou de uma E081 CRR_Annotation, em diferentes mídias – o texto ou áudio por exemplo, da anotação do curador.

E01 Digital_Heritage_objects, são objetos digitais oriundos de acervos de instituições de Memória e Cultura e publicados na web como DAI. R01 CRR_rel-Types são os diferentes tipos de relacionamentos entre E01 Digital_Heritage_objects entre si e com entidades externas, sistematizados no Vocabulário CRR.

Uma implementação do MIC em um caso de uso usando as tecnologias DAI e de grafos nomeados é ilustrada no Anexo 3. A visão do grafo Mona Lisa de Da Vinci através de um navegador pode ser vista no Anexo 4 (usando o programa GraphDB).

5. Conclusões

Neste trabalho o MIC – Modelo Integrado de Curadoria – de objetos digitais de patrimônio é desenvolvido e especificado, através de um diagrama de classes. Também é apresentado um caso de uso para ilustrar a implementação do Modelo, usando as tecnologias DAI e grafos nomeados. Até onde é do nosso conhecimento não existe outro modelo que enderece as tarefas de curadoria digital como o MIC.

Várias das tarefas do curador digital e do usuário previstas no MIC vão depender para sua implementação das ferramentas que utilizarem o MIC como base. A princípio visualizamos o MIC como base de ferramentas autorais para curadores criarem cursos ou disciplinas à distância, trabalhos de curadoria digital e bibliotecas de trabalhos de curadoria digital, onde usuários pesquisem por diversos critérios, recuperem trabalhos de curadoria digital e naveguem por eles.

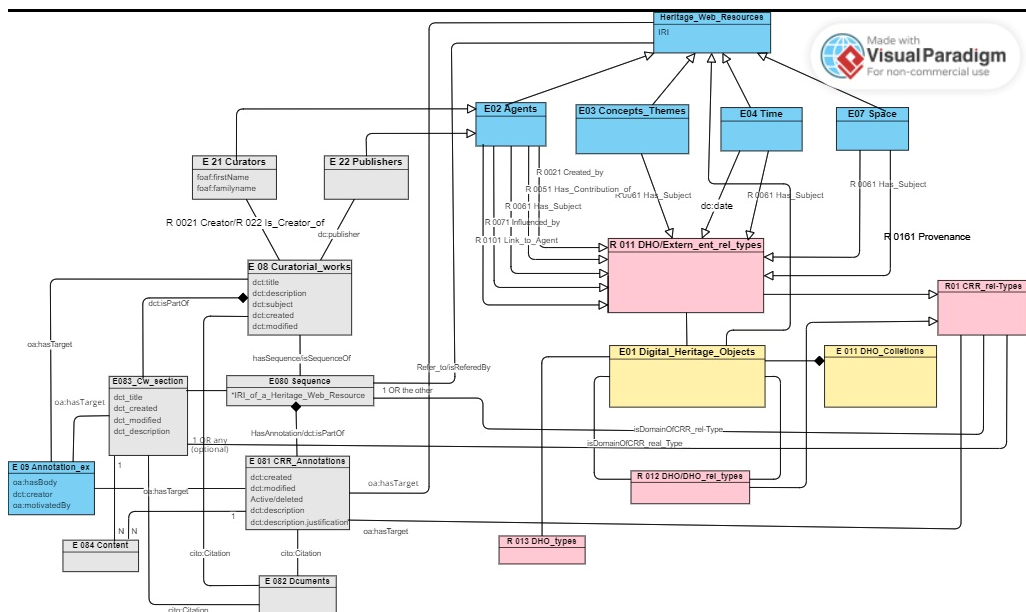
O modelo proposto integra vários outros vocabulários, modelos e ontologias. É apresentada uma implementação do MIC usando tecnologias de DAI e grafos nomeados, contemplando objetos digitais interrelacionados entre si e com outros recursos Web, comentários, referências bibliográficas digitais com textos complementares à descrição do objeto e como justificativa aos comentários feitos pelo curador. Espera-se que o modelo sirva de base para o desenvolvimento de ferramentas autorais para a curadoria digital, ou navegadores através dos quais usuários possam percorrer DHOs, relações entre estes e trabalhos curatoriais que os integrem, anotá-los e comentá-los. Como futuros desenvolvimentos pretende-se validar o CRR através de novos casos e implementar o MIC como uma ontologia computacional.

Referências bibliográficas

- Al Rawashdeh, A. Z., Mohammed, E. Y., Al Arab, A. R., Alara, M., & Al-Rawashdeh, B. (2021). Advantages and disadvantages of using e-learning in university education: Analyzing students' perspectives. *Electronic Journal of E-learning*, 19(3), 107-117.
- Art History. Research Guide (2023). University of Toronto Libraries. (2023). <https://guides.library.utoronto.ca/art> (2023-06-22).
- BIBFRAME – Bibliographic Framework: Overview of the BIBFRAME 2.0 Model. (2017). Library of Congress. (2017). <https://www.loc.gov/bibframe/docs/bibframe2-model.html>.
- Briet, S. (2006). *What is documentation?: English translation of the classic French text*. Scarecrow Press.
- Campos, M. L. D. A. (2004). Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. *Ciência da Informação*, 33 (1), 22-32.
- Candela, L., Castelli, D., Ferro, N., Ioannidis, Y., Koutrika, G., Meghini, C., ... & Schuldt, H. (2007). The DELOS digital library reference model. *Foundations for digital libraries*.
- Carroll, J. J., Bizer, C., Hayes, P., & Stickler, P. (2005). Named graphs. *Journal of Web Semantics*, 3(4), 247-267.
- CIDOC Conceptual Reference Model, Version 6.2. ICOM/CIDOC, 2015. <https://www.cidoc-crm.org/Version/version-6.2>.
- CiTo – Ciotation Typing Ontology. (2018). <http://www.sparontologies.net/ontologies/cito>
- Daquino, M., & Tomasi, F. (2015). Historical Context Ontology (HiCO): a conceptual model for describing context information of cultural heritage objects. In *Metadata and Semantics Research: 9th Research Conference, MTSR 2015, Manchester, UK, September 9-11, 2015, Proceedings 9* (pp. 424-436). Springer International Publishing.
- DPLA Metadata Application Profile, v5. (2017). DPLA. (2017). <http://dp.la/info/map>
- DCMI Metadata Terms. (2020). <https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dcmi-terms/>
- Gaskill, K. (2011). Curatorial cultures: Considering dynamic curatorial practice. (2011). The 17th International Symposium on Electronic Art, Istanbul, Turkey, 14-21 September 2011. (Unpublished). <http://shura.shu.ac.uk/4441/1/kgaskill.pdf>

- Isaac, A. (2013). Europeana Data Model Primer. Europeana. (2013). https://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Share_your_data/Technical_requirements/EDM_Documentation/EDM_Primer_130714.pdf
- Klentien, U. (2022). Development of virtual museum model for youth. *International Journal of Information and Education Technology*, 12(4), 313-317.
- Lima, D. F. C. (2008). Atributos simbólicos do patrimônio: museologia/“patrimoniologia” e informação em contexto da linguagem de especialidade. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, 1(1) 33-43
- Marcondes, C. (2023). A curatorial model for digital heritage collections as linked open data and named graphs. *Scire*. 29(2) 85-95.
- Marcondes, C. (2020). Towards a Vocabulary to Implement Culturally Relevant Relationships between Digital Collections in Heritage Institutions. *Knowledge Organization*, 47(2), 122-137.
- Marcondes, C. H. (2019). Una clasificación de tipos de objetos de patrimonio para la integración de acervos digitales de archivos, bibliotecas y museos. *Scire*, 25(2) 45-52 (2019).
- Meghini, C., Bartalesi, V., & Metilli, D. (2021). Representing narratives in digital libraries: The narrative ontology. *Semantic Web*, 12(2), 241-264.
- Mulholland, P., Wolff, A., & Collins, T. (2012). Curate and storyspace: an ontology and web-based environment for describing curatorial narratives. In *The Semantic Web: Research and Applications: 9th Extended Semantic Web Conference, ESWC 2012, Heraklion, Crete, Greece, May 27-31, 2012. Proceedings 9* (pp. 748-762). Springer Berlin Heidelberg.
- O'Neill, P. (2007). The curatorial turn: from practice to discourse. *Issues in curating contemporary art and performance*, 25.
- Riva, P., Le Boeuf, P., & Žumer, M. (2018). IFLA library reference model: A conceptual model for bibliographic information. IFLA, 2018. <https://repository.ifla.org/handle/123456789/40>
- SKOS – Simple Knowledge Organization System. (2012). <https://www.w3.org/2004/02/skos/>
- Tunde, F., Sunday, A., & Perpetual, O. (2015). Ontology-based model for E-learning management system (O-Bmems). *International Journal of Computer Science Issues (IJCSI)*, 12(3), 118.
- Stiller, J., Petras, V., Gäde, M., & Isaac, A. (2014). Automatic enrichments with controlled vocabularies in Europeana: Challenges and consequences. In *Digital Heritage. Progress in Cultural Heritage: Documentation, Preservation, and Protection: 5th International Conference, EuroMed 2014, Limassol, Cyprus, November 3-8, 2014. Proceedings 5* (pp. 238-247). Springer International Publishing.
- Van Mensch, Peter. (1992). *Toward a methodology of museology*. Zabreb, Croatia: University of Zagreb, 1992. Ph.D. dissertation.
- Zeng, M. L. (2019). Semantic enrichment for enhancing LAM data and supporting digital humanities. Review article. *El profesional de la información*, 28(1).

Anexo 1 – Diagrama de Classes do MIC



Anexo 2 – Vocabulário de Relacionamentos Culturalmente Relevantes

<i>RELACIONAMENTO</i>	<i>RELACIONAMENTO INVERSO</i>
<i>RELACIONAMENTOS ENTRE OBJETOS DIGITAIS DE PATRIMÔNIO</i>	
Id: 0011 Based_on	Id: 0012 Base_for
Id: 0031 Design_or_Procedure_for	Id: 0032 Design_or_Procedure
Id: 0041 Documents	Id: 0042 Documentated_by
Id: 0051 Has_Contribution_of	Id: 0052 Contributor
Id: 0071 Influenced_by	Id: 0072 Influenced
Id: 0081 Inspired*	Id: 0082 Inspired_by*
Id: 0091 Is_Illustrated_by	Id: 0092 Illustrated
Id: 0131 Mentioned_by_in	Id: 0132 Mentions
Id: 0141 Part_of	Id: 0142 Has_part
Id: 0151 Portrays	Id: 0152 Is_Portrayed_by
Id: 0171 Similar_item	
<i>RELACIONAMENTOS ENTRE OBJETOS DIGITAIS DE PATRIMÔNIO E ENTIDADES EXTERNAS</i>	
Id: 0021 Created_by	Id: 0022 Creator
Id: 0051 Has_Contribution_of	Id: 0052 Contributor
Id: 0061 Has_Subject	Id: 0062 Is_Subject
Id: 0071 Influenced	Id: 0072 Influenced_by
Id: 0101 Link_to_Agent	Id: 0102 Link_Agent_to_Object
Id: 0121 Link_to_Event_Process	Id: 0122 Link_Event_Process_to_Object
Id: 0161 Provenance	Id: 0162 Place_of_Provenance

Anexo 3 – Caso da Mona Lisa de Da Vinci codificado como RDF e grafos nomeados

A Curatorial Work relating Da Vinci's Mona Lisa with other heritage digital resources

@prefix dct: <http://purl.org/dc/terms/> .

@prefix crr: <http://exemplos.org/crr/> .

@prefix rdf: <http://www.w3.org/1999/02/22-rdf-syntax-ns#> .

@prefix mic: <http://exemplos.org/mic/> .

@prefix top: <http://exemplos.org/top/> .

@prefix schema: <http://schema.org/> .

@prefix foaf: <http://xmlns.com/foaf/0.1/> .

@prefix skos: <http://www.w3.org/2004/02/skos/core#> .

@prefix cito: <http://purl.org/spar/cito/> .

@prefix wo: <https://www.wikidata.org/wiki/> .

Curatorial Work relating the Da Vinci Mona Lisa with other digital resources

<http://exemplos.org/crr/Mona_Lisa> a mic:E08_Curatorial_work;

dct:title "Mona Lisa, an example of a Curatorial Work ";

dct:description "Mona Lisa is an example of a Curatorial Work, describing the painting by Leonardo Da Vinci, its context and several heritage objects related to it";

dct:hasVersion "2.0";

dct:created "2022-09-10";

dct:modified "2022-09-13";

crr:R0021Created_by <http://exemplos.org/mic/Carlos_Marcondes>;

dct:license <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>;

dct:subject "Italian Renaissance";

dct:subject "Paintining";

dct:publisher <https://ppggoc.eci.ufmg.br/>;

Citations in the Curatorial Work

Mona Lisa in the Wikidata

cito:Citation <https://www.wikidata.org/entity/Q12418>;

Louvre Museum Catálogo

cito:Citation<https://www.boutiquesdemusees.fr/en/exhibition-catalogues/monna-lisa-exhibition-catalogue/35441.html>.

Annotations

Mona Lisa related to Leonardo Da Vinci

mic:Mona_Lisa_Da_Vinci rdf:type skos:Concept.

Mona Lisa related to The Da Vinci Code, by Dan Brown

mic:Mona_Lisa_Da_Vinci_Code rdf:type skos:Concept.

Mona Lisa related to the Salvador Dali pastiche self-portrait as Mona Lisa

mic:Mona_Lisa_Dali rdf:type skos:Concept.

Mona Lisa related to the Mona Lisa : the history of the world's most famous painting, by Donald Sassoon

mic:Mona_Lisa_Mona_Lisa rdf:type skos:Concept.

Mona Lisa related to Louvre Museum

mic:Mona_Lisa_Louvre rdf:type skos:Concept.

Sections

Introductory Section

```
mic:Mona_Lisa_Introduction rdf:type skos:Concept;
mic:A084_Content <http://exemplos.org/Audio1>;
mic:A084_Content <http://exemplos.org/Text1>.
```

Sequence within the Curatorial Work

```
<Mona_Lisa_sequenceOfResources> rdf:type skos:OrderedCollection ;
skos:prefLabel "Sequence of heritage web resources referring to Da Vinci's Mona Lisa"@en;
skos:memberList <http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa_Introduction>.
```

```
mic:Mona_Lisa_Introduction rdf:first
<http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa/Introduction>;
    rdf:rest mic:Mona_Lisa_Da_Vinci.
mic:Mona_Lisa_Da_Vinci rdf:first <http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa_Da_Vinci>;
    rdf:rest mic:Mona_Lisa_Da_Vinci_Code.
mic:Mona_Lisa_Da_Vinci_Code rdf:first
<http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa_Da_Vinci_Code>;
    rdf:rest mic:Mona_Lisa_Mona_Lisa.
mic:Mona_Lisa_Mona_Lisa rdf:first <https://bl.natbib-lod.org/mona-lisa-the-history-of-
the-worlds-most-famous-painting-p1301681402653454/>;
    rdf:rest mic:Mona_Lisa_Da_Vinci_Dali.
mic:Mona_Lisa_Dali rdf:first <http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa_Dali>;
    rdf:rest mic:Mona_Lisa_Louvre.
mic:Mona_Lisa_Louvre rdf:first <http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa_Louvre>;
    rdf:rest rdf:nil .
```

Mona Lisa

```
<https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010062370> rdf:type schema:Painting ;
dct:type top:Painting;
dct:title "Mona Lisa";
dct:date "1503";
crr:0065InCollection <https://www.louvre.fr>;
crr:0131Mentioned_by_in <https://bnb.data.bl.uk/doc/resource/006946635>;
crr:0012Base_for <http://www.studiolo.org/Mona/MONASV12.htm>;
wo:P18
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mona_Lisa,_by_Leonardo_da_Vinci,_from_C2R
MF_retouched.jpg> .
```

Leonardo Da Vinci

```
<https://www.wikidata.org/entity/Q762> rdf:type schema:artist;
dct:title "Leonardo da Vinci";
wo:image:P18 <https://www.wikidata.org/wiki/Q762#/media/File:Francesco_Melzi_-_
Portrait_of_Leonardo.png>.
```

The Da Vinci Code book

```
<https://bl.natbib-lod.org/the-da-vinci-code-p1121681401307175/> rdf:type schema:Ebook ;
dct:type top:textual_documents;
dct:title "The Da Vinci Code, by Dan Brown";
dct:creator "Dan Brown".
```

Mona Lisa : the history of the world's most famous painting

```

<https://bl.natbib-lod.org/mona-lisa-the-history-of-the-worlds-most-famous-painting-
p1301681402653454/> rdf:type schema:Book;
dct:type top:textual_documents;
dct:title "Mona Lisa : the history of the world's most famous painting";
dct:creator "Donald Sassoon".
# The Louvre Museum
<https://www.louvre.fr> rdf:type schema:Museum;
dct:title "The Louvre Museum";
wo:P18 <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Louvre_2007_02_24_c.jpg>.
# the Salvador Dali pastiche self-portrait as Mona Lisa
<http://www.studiolo.org/Mona/MONASV12.htm> rdf:type schema:Painting;
dct:type top:Painting;
dct:title "Dali as Mona Lisa";
dct:creator "Salvador Dali";
wo:P18 <https://www.dalipaintings.com/self-portrait-mona-lisa.jsp#prettyPhoto[image1]/0/>.
# Carlos Marcondes
<http://exemplos.org/mic/Carlos_Marcondes> rdf:type mic:E21_Curator;
foaf:family_name "Marcondes";
foaf:first_name "Carlos";
foaf:homepage <http://profmarcondes.org.br> ;
crr:R0022Creator <http://exemplos.org/crr/Mona_Lisa>;
foaf:mbox <ch_marcondes@id.uff.br>.

## Annotations
<http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa_Da_Vinci> rdf:type mic:E081_Annotation;
mic:domain_resource <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010062370>;
crr:0021Creator <https://www.wikidata.org/wiki/Q762>;
dct:isPartOf <http://exemplos.org/crr/Mona_Lisa>;
mic:A08_Content <http://exemplos.org/Text1>;
# The Wikidata page of Mona Lisa
cito:Citation <https://www.wikidata.org/wiki/Q12418>;
dct:date "2022-09-10".

<http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa_Da_Vinci_Code> rdf:type mic:E081_Annotation;
mic:domain_resource <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010062370>;
crr:0131Mentioned_by_in <https://bnb.data.bl.uk/doc/resource/006946635>;
dct:isPartOf <http://exemplos.org/crr/Mona_Lisa>;
mic:A084_Content <http://exemplos.org/Audio1>;
dct:date "2022-09-10".

<http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa_Dali> rdf:type mic:E081_Annotation;
mic:domain_resource <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010062370>;
crr:0012Base_for <http://www.studiolo.org/Mona/MONASV12.htm>;
dct:isPartOf <http://exemplos.org/crr/Mona_Lisa>;
mic:A084_Content <http://exemplos.org/Audio2>;
dct:date "2022-09-10".

<http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa_Mona_Lisa> rdf:type mic:E081_Annotation;
mic:domain_resource <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010062370>;

```

```

crr:0062Is_Subject <https://bl.natbib-lod.org/mona-lisa-the-history-of-the-worlds-most-famous-painting-p1301681402653454/>;
dct:isPartOf <http://exemplos.org/crr/Mona_Lisa>;
mic:A084_Content <http://exemplos.org/Video1>;
dct:date "2023-08-14".

```

```

<http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa_Louvre> rdf:type mic:E081_Annotation;
mic:domain_resource <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010062370>;
crr:0065InCollection <https://www.louvre.fr>;
dct:isPartOf <http://exemplos.org/crr/Mona_Lisa>;
# The Louvre Museum Catalog
cito:Citation<https://www.boutiquesdemusees.fr/en/exhibition-catalogues/monna-lisa-exhibition-catalogue/35441.html>;
dct:date "2022-09-10".

```

Sections

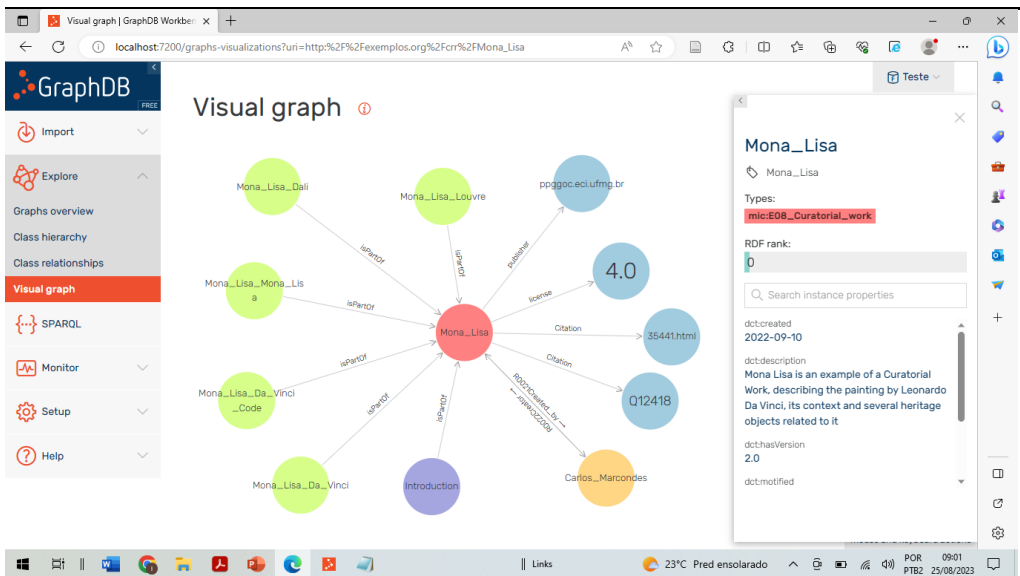
Introductory Section

```

<http://exemplos.org/mic/Mona_Lisa/Introduction> rdf:type mic:E083_CW_section;
dct:title "Da Vinci's Mona Lisa as seen by other artists";
dct:creator "Carlos H. Marcondes";
dct:isPartOf <http://exemplos.org/crr/Mona_Lisa>;
dct:description "The Da Vinci's Mona Lisa is the most famous painting of Occidental Art...";
dct:description <http://exemplos.org/any_text>;
dct:date "2022-09-10".

```

Anexo 4 – A visão do grafo Mona Lisa de Da Vinci através de um navegador



Organização do Conhecimento nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas: O Plano de Classificação de Informação Arquivística, do Processo ao Produto

Luís Corujo¹; Maria Cristina Vieira de Freitas², Carlos Guardado da Silva³, Jorge Revez⁴

Resumo: Este estudo apresenta os recentes desenvolvimentos nas políticas de classificação da informação de arquivo das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas portuguesas. No seguimento de um grupo de trabalho profissional e reforçado por um mandato político (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Corujo, 2017), os arquivos administrativos das IES estão a pôr em prática uma nova abordagem de organização do conhecimento através do desenvolvimento de um Plano de Classificação Comum das IES (PCIES). O PCIES será oficialmente publicado como legislação de gestão documental/arquivística e espera-se que modifique amplamente as práticas de administração das IES. O principal objetivo deste estudo é discutir as soluções de OC (Hjørland 2016) que estão a ser consideradas para a criação do PCIES. Através de uma revisão da literatura, juntamente com uma abordagem de gestão de projetos, foi realizada uma análise qualitativa dos problemas encontrados e das soluções propostas durante a conceção do PCIES. A MacroEstrutura Funcional Portuguesa (MEF) e a Lista Consolidada (LC) são os principais enquadramentos para o desenvolvimento do PCIES, e contribuem para a emergência de um novo paradigma na Gestão da Informação. Este paradigma cruza de forma transversal e suprainstitucional as funções com os processos de negócio, e considera os diferentes organismos da administração pública como sistemas abertos (Silva, 2019). Os resultados incluem uma reflexão sobre um novo instrumento de gestão da informação normalizado, que serve a classificação da informação arquivística para a administração pública portuguesa e, em particular, para a comunidade arquivística das IES.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior; Portugal; Classificação; MacroEstrutura Funcional; Instrumentos de Gestão de Informação

Resumen: Este estudio presenta la evolución reciente de las políticas de clasificación de la información archivística de las Instituciones de Educación Superior (IES) públicas portuguesas. Tras un grupo de trabajo profesional y reforzado por un mandato político (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Corujo, 2017), los archivos administrativos de las IES están poniendo en práctica un nuevo enfoque para organizar el conocimiento mediante el desarrollo de un Plan Común de Clasificación para las IES (PCIES). El PCIES se publicará oficialmente como legislación sobre gestión de documentos/archivos y se espera que modifique ampliamente las prácticas de administración de las IES. El objetivo principal de este estudio es debatir las soluciones de OC (Hjørland 2016) que se están considerando para la creación del PCIES. A través de una revisión bibliográfica, junto con un enfoque de gestión de proyectos, se llevó a cabo un análisis cualitativo de los problemas encontrados y las soluciones propuestas durante el diseño del PCIES. La Macroestructura Funcional Portuguesa (MEF) y la Lista Consolidada (LC) son los principales marcos para el desarrollo del PCIES, y contribuyen a la aparición de un nuevo paradigma en la Gestión de la Información. Este paradigma cruza las funciones

¹ Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa, Portugal
E-mail: luiscorujo@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0003-4411-2453

² Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal
E-mail: cristina.freitas@fl.uc.pt
ORCID: 0000-0002-8849-8792

³ Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa, Portugal
E-mail: carlosguardado@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0003-1490-8709

⁴ Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa, Portugal
E-mail: jrevez@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0002-3058-943X

con los procesos de negocio de forma transversal e interinstitucional, y considera los diferentes órganos de la administración pública como sistemas abiertos (Silva, 2019). Los resultados incluyen una reflexión sobre una nueva herramienta normalizada de gestión de la información que sirva a la clasificación de la información archivística para la administración pública portuguesa y, en particular, para la comunidad archivística de las IES.

Palabras clave: Instituciones de Educación Superior; Portugal; Clasificación; Macroestructura funcional; Herramientas de gestión de la información.

Sumario: 1. Introdução. 2. A MacroEstrutura Funcional Portuguesa. 3. O Plano de Classificação Comum das IES. 4. Soluções de Organização do Conhecimento. 5. Conclusão.

1. Introdução

A classificação é um conceito e uma operação fundamentais na Organização do Conhecimento (OC) (Hjørland, 2017, p. 97). Hjørland (2017) indica que este termo se refere à afetação de elementos a classes pré-estabelecidas e, numa perspetiva mais lata, é o processo de distinguir e distribuir tipos de "coisas" em diferentes grupos.

Autores como Gnoli (2016) e Smiraglia (2016) consideram-na um tipo de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Os SOC e os Processos de Organização do Conhecimento (POC) são os principais aspetos da OC (Hjørland, 2016, p. 475). Hjørland (2016, p. 475) apresenta como exemplos de POC os processos de catalogação, de análise de assunto, de indexação e de classificação, enquanto os SOC constituem uma seleção de conceitos semanticamente relacionados - sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros, ontologias e outros sistemas de metainformação. É neste sentido que o autor considera que OC pode ser compreendida, num sentido restrito, exemplificando com os POC e os SOC que ocorrem no âmbito da CI, mas também num sentido mais alargado, exemplificando com os sistemas conceptuais, os campos e sistemas de atividade sociais existentes ou em curso em todos os domínios da sociedade. Este sentido mais amplo de SOC, em que se incluem os sistemas de atividades e as teorias científicas, constitui-se como o conhecimento de base necessário para organizar o Conhecimento no sentido mais estrito da CI (Hjørland, 2016, p. 482). Hjørland (2016, pp. 476-478) apresenta cinco abordagens (ou tradições) da OC, que correspondem, de certa forma, às diversas correntes de pensamento e à evolução do próprio campo: práticas e intuitivas; baseadas no consenso, e que remete para os sistemas de teor universalista, prescritivo e enciclopédico, idealizados para abarcar todo o conhecimento do mundo e o representar de forma enumerativa através de classes; facetadas-analíticas, relacionadas com sistemas facetados com uma lógica flexível de "blocos de construção", que possibilita a criação de classes específicas para objeto; cognitivas e baseadas no utilizador, incluindo a forma como este produz e angaria informação; e epistemológicas ou de análise de domínio, que subordinam a classificação à interpretação do discurso de uma dada comunidade e ao contexto em que a informação vai ser recuperada, resultando numa classificação menos formal e mecânica. Sobre a abordagem facetada-analítica, Hjørland (2016, p. 477) aponta que o seu ponto forte são os seus princípios lógicos e a forma como fornece

estruturas SOC, mas revela falta de base empírica em termos metodológicos (apesar de qualquer classificação facetada dever ter por base uma lista de conceitos derivados empiricamente), e também por ser uma ordenação especulativa do conhecimento sem base no desenvolvimento ou na influência de teorias e estudos sócio-históricos. Ou seja, aparenta basear-se no pressuposto problemático de que as relações entre conceitos são apriorísticas, e não são estabelecidas pelo desenvolvimento de modelos, teorias e leis (Hjørland, 2016, p. 477). No que tange a abordagem da análise de domínio, Hjørland (2016) considera ser a que melhor se adequa à representação dos documentos a partir de múltiplas perspectivas, sem prejuízo do importante contributo e atualidade das outras. Tennis (2003, pp. 191-192) considera que, para que a análise do domínio funcione cumulativamente, devem ser redigidas definições transferíveis dos domínios, ou seja a definição do domínio em si, o elemento necessário para a sua transferência e compreensão pelos diversos estudos de investigação. Para o efeito, o autor (Tennis, 2003, pp. 192-193) propõe dois eixos (instrumentos) analíticos, concebidos para apoiar o analista de domínio durante a fase de operacionalização: as áreas de modulação, que definem os parâmetros para os nomes e a extensão do domínio (âmbito), e os graus de especialização, que definem e qualificam a intenção do domínio. Assim, os parâmetros de modelação servem para o analista determinar o que está e o que não está incluído no domínio, que deve ser perceptível para quem o vai apreender, assim como o seu nome (Tennis, 2003, p. 193). Já a qualificação do domínio serve para diminuir a sua extensão para aumentar a sua intenção, ou seja, delimita o que está a ser estudado através da focalização, baseando-se na análise do que converge para o domínio, e de que forma se divide dentro dele, declarando ainda a sua posição em relação a outros domínios através da intersecção, que pode ou não provocar a reconfiguração de domínios já estabelecidos e ser responsável pela criação de novos domínios, como são exemplo a Ética Biomédica ou os Estudos Feministas (Tennis, 2003, pp. 193-194). Para além disso, o autor alerta para a necessidade de o analista compreender os limites da análise, uma vez que tudo muda, inclusivamente a visão do analista e o domínio, sugerindo que esta análise seja orientada para o contexto (apesar de, no texto, não concluir a sua ideia) (Tennis 2012a, p. 11).

Além da sua aplicação em classificações bibliográficas tradicionalmente utilizadas nas bibliotecas, estas atividades são também realizadas em contextos como a gestão documental (GD) e os arquivos (Hjørland, 2008, p. 86), isto é, no âmbito da gestão da informação. Os SOC fornecem um registo estruturado dos conceitos - uma unidade básica em OC (Dahlberg, 2014; Smiraglia, 2016) - e de relações entre eles (Gnoli, 2016). Para Dahlberg, sendo os conceitos unidades do Conhecimento, estes estão ligados às características dos objetos, dado que são os conceitos que transformam os significados dos objetos em signos linguísticos, ilustrando esta relação num triângulo, em que o objeto específico ou referente se encontra no vértice superior, é representado pela síntese das suas características (vértice esquerdo), através do significante, que pode ser um signo linguístico ou um termo, com a finalidade de ser comunicado (vértice direito) (Dahlberg, 2014, p. 86).

Smiraglia (2016) considera que os SOC, incluindo as classificações, podem ser avaliados e explicados tendo como referência a teoria dos conceitos, enquanto

Tennis (2015) propõe a Teoria da Classificação como a construção, implementação, manutenção e avaliação de esquemas de classificação. Dahlberg (1976) também fornece a sua perspetiva sobre a evolução histórica da Teoria da Classificação, desde o período em que era considerada apenas como um conhecimento expresso ou inconsciente, até à consideração da possibilidade de aplicar uma série de princípios na avaliação e construção de sistemas de classificação. Nesta linha, devem ser seguidos princípios gerais no desenvolvimento da classificação (Gnoli, 2017a). Gnoli e Poli (2004) apontam os benefícios e os problemas da aplicação de modelos de níveis à classificação para representar níveis de realidade. Para estes autores, a aplicação do modelo de níveis aos diferentes domínios implica, evidentemente, diferentes problemas específicos, como o da representação das ramificações na classificação, mas tal não exclui o facto de os problemas de aplicação a um determinado domínio poderem fornecer lições que podem ser frutuosas para outros domínios, ou seja, os problemas de representação podem estimular a clarificação de questões ontológicas e, inversamente, a ontologia pode oferecer bases mais sólidas e duradouras para a representação do conhecimento (Gnoli e Poli, 2004, p. 159). Tennis (2012b) faz questão de apontar o carácter impermanente dos SOC, porque, sendo formas que criamos, eles estão, por definição, situados no tempo. Assim, à medida que o tempo avança, o sistema e a nossa conceção das formas que o compõem podem mudar, implicando que, após estabelecido um tipo de relação ou um termo individual, estes podem não se manter ao longo da vida do sistema (Tennis, 2012b, p. 28). Adicionalmente, o autor defende que se deve perceber que os SOC não precisam de ser corretos, mas úteis no contexto em que se estão inseridos, isto é, o mesmo sistema pode fazer muito sentido em certos meios e não ter qualquer utilidade em outros, o que não faz dele um sistema incorreto. Nesta linha, os SOC revelam-se mais úteis quando construídos com um determinado propósito e quando integram os significados do contexto no qual são relevantes. Para isto releva que a conceção de SOC úteis deve reconhecer que este trabalho se situa não só num contexto delimitado e que utiliza uma linguagem aberta à interpretação, mas que também se situa no tempo (por isso tem uma história), é impermanente (por isso vai alterar-se), é uma obra de arte (por isso deve ser concebido tendo por base a utilidade como um conceito de beleza) e é um instrumento para o trabalho ético (por isso não só deve ser belo, mas também justo e reduzir quaisquer danos) (Tennis, 2012b, p. 29). Deste modo, Tennis assume a necessidade de ter em consideração as preocupações éticas relativamente à hierarquia como estrutura nos SOC (Tennis, 2012c).

Considerando a necessidade de uma noção alargada de classificação para possibilitar uma melhor integração da enorme diversidade de itens de informação (com especial atenção para os novos suportes de informação e comunicação), considerados como fontes de conhecimento (Gnoli, 2010), o foco deve ser deslocado dos documentos, e os esquemas de classificação devem dar prioridade aos fenómenos (Gnoli, 2016). Gnoli (2016, pp. 404-405) propõe assim, em alternativa às classificações disciplinares (como as bibliográficas), os esquemas de classificação com base nos fenómenos, baseados no potencial associativo das relações entre facetas para a OC, passíveis de serem aplicados a quaisquer itens,

independentemente da sua dimensão. Nesta medida, o autor divide a OC num conjunto de dimensões, cada uma com o respetivo campo de abordagem: α -realidade em si (misticismo); β -fenómenos (ontologia); γ -perspetivas –(epistemologia); δ - documentos (bibliografia, epigrafia, etc.); ε -coleções (biblioteca, arquivo e museologia); ζ -necessidades de informação (ciência cognitiva e da informação); η - pessoas (sociologia) (Gnoli, 2016, p. 406). O autor defende que, apesar da OC estar incluída nas dimensões dos documentos e das coleções, e no campo das disciplinas que se debruçam sobre a bibliografia, a epigrafia, os arquivos, bibliotecas e museus, não se restringe a elas, compreendendo, num sentido mais abrangente, a dimensão dos fenómenos, das perspetivas (epistemologia), das necessidades de informação e da sociologia, isto é, das pessoas. À luz desta análise dimensional, propõe que a classificação baseada nos fenómenos tem um maior poder de representação comparativamente com a classificação disciplinar, uma vez que, numa classificação baseada em disciplinas, um determinado fenómeno, por exemplo uma espécie de planta, é listada em várias classes disciplinares (bioquímica, botânica, farmacologia, arquitetura paisagística, etc.) sem qualquer relação explícita entre elas, à exceção de um índice alfabético, quando disponível, encontrando-se a representação dessa planta dispersa pelo SOC. Numa classificação baseada no fenómeno, a própria planta torna-se um conceito de referência expresso por uma notação estável, e todos os documentos que tratam da planta como tema principal serão assim reunidos na classe correspondente; outros documentos que tratam da planta apenas como tema particular continuarão a estar dispersos em vários pontos do esquema, mas serão recuperáveis de uma forma fácil e coerente através da sua notação estável (Gnoli, 2016, p. 410). Segundo Gnoli (2016), a classificação dos fenómenos é particularmente importante na articulação entre as diferentes dimensões da OC, dado que as disciplinas passam a ser perspetivas sobre o fenómeno em vez das classes principais, e os instrumentos da OC podem organizar documentos em bibliotecas e arquivos, espécimes em museus, jardins e obras de arte em galerias de forma integrada, sem os forçar para sistemas de indexação separados. Para o autor, isso será possível se o foco da OC for deslocado dos documentos e das suas características materiais e de conteúdo para outras dimensões componentes do Conhecimento. A análise dimensional sugere que, como a realidade em si mesma é inatingível pelo conhecimento direto, a dimensão mais geral a que as outras podem ser referenciadas é a dos fenómenos. Assim, um SOC que pretenda funcionar como uma referência muito generalista para qualquer tipo de conhecimento deve basear-se nos fenómenos e tratar as outras dimensões em relação com os fenómenos (Gnoli, 2016, p. 412). Outra razão para preferir "fenómeno" a "objeto" é que o primeiro pode transmitir melhor a ideia de englobar processos, propriedades e relações juntamente com entidades, uma vez que todos estes têm de ser tratados num SOC (Gnoli, 2016, p. 407). Modelar fenómenos como sistemas significa identificar certos componentes, estruturas e ambientes, que são atributos típicos de uma determinada classe de fenómenos, pelo que podem ser tratados como as suas facetas num SOC (Gnoli, 2017b). A classificação em contextos de GD exige um compromisso com a interoperabilidade (entre humanos, organizações e máquinas, justificando um

esquema ou plano de classificação comum), o que pode implicar uma abordagem experimental para a conceção de estruturas de classificação (Tennis, 2005).

Foscarini (2006) apresenta uma Perspetiva Arquivística que discute as vantagens e as limitações da abordagem funcional aplicada à Classificação de Informação de Arquivo, enquanto Doria (2012) considera as atividades na criação de SOC baseados em classificação facetada. Segundo Foscarini, a classificação é um instrumento crucial no ambiente burótico eletrónico nas organizações, na medida em que fornece informações essenciais sob a forma de metainformação sobre o contexto da criação e utilização dos registos, informações que, de outro modo, seriam impossíveis de obter (Foscarini, 2006, p. 195). A autora refere alguns exemplos de normas e orientações (ISO 15489; DIRKS; MoReq, etc.) dedicadas à gestão de informação de arquivo, que apresentam perspectivas de conceção de esquemas de classificação baseadas em modelos funcionais (Foscarini, 2006, p. 192-196). Estas abordagens caracterizam-se pelas investigações preliminares ao ambiente interno e externo da organização, seguidas de uma análise funcional descendente e de uma análise de processos ascendente combinadas (Foscarini, 2006, p. 196). No que tange a descrição das entidades funcionais, o que distingue as atividades das funções é o âmbito, a interdependência hierárquica e o facto de as primeiras serem limitadas no tempo, e de natureza amplamente repetitiva, dado serem instâncias de um processo que se repete muitas vezes (Foscarini, 2006, p. 196). Apoiando-se em Shepherd e Yeo (2003), remete para a ideia da racionalidade burocrática e instrumental que tenta reduzir a incerteza através da abstração e rotina, em que as atividades, por mais criativas que sejam, revelam ser, na sua maioria, instâncias de tipos de atividade que se percecionam como recorrentes (Foscarini, 2006, p. 196). Nesta linha, defende que os sistemas de classificação baseados numa análise funcional rigorosa orientam para a racionalização dos processos de negócio e para a agilização da multiplicidade da informação de arquivo de uma organização numa estrutura única e orgânica (Foscarini, 2006, p. 196). Aliando esta ideia à caracterização das instituições feita por Mary Douglas (1986), afirma que os sistemas de classificação são "dispositivos de minimização da entropia" (Douglas 1986, 48; Foscarini, 2006, p. 196). Doria (2012, p.290) aponta que o interesse em considerar as atividades na conceção de classificações facetadas reside na oportunidade de tornar variável o grau de especificidade da classificação e, conseqüentemente para a indexação e a recuperação da informação da organização. As prioridades dos utilizadores diferem dentro de uma unidade orgânica, tal como o volume de documentos produzidos durante a execução das tarefas profissionais. A autora defende que a possível variação dos graus de especificidade nas tarefas de gestão da informação reduz os custos cognitivos inerentes a essas atividades. Para além disso, a consideração das atividades também permite fragmentar os valores das facetas em várias facetas distintas, uma vez que os seus quantitativos podem ser potencialmente demasiado elevados (Doria, 2012, p. 290). Para ela, a classificação facetada facilita a gestão da informação ao permitir o acesso pluriperspectivado aos documentos, visto ser possível recorrer a elementos heterogêneos para a recuperação, pelo que, se os documentos pesquisados tiverem sido indexados através da classificação facetada, é possível reconhecer potenciais elementos utilizados para a documentalização em

facetas (Doria, 2012, p. 290). Doria conclui que os desafios relacionados com as interfaces gráficas para a apresentação da classificação facetada têm implicações na eficiência e no sucesso deste tipo de sistemas (Doria, 2012, p. 290).

Considerando as esferas da conceção, estudo e crítica da investigação em OC (Tennis, 2008), e tal como outras investigações, como a que se refere ao Plano de Classificação da Administração Local em Portugal (Silva, Corujo & Revez, 2020), este estudo apresenta os recentes desenvolvimentos nas políticas de classificação da informação de arquivo das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas portuguesas.

No seguimento do Projeto Comum de Gestão Documental nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho das Entidades de Ensino Superior (GT-IES), grupo de trabalho profissional e reforçado por um mandato político (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Corujo, 2017), os arquivos administrativos das IES estão a pôr em prática uma nova abordagem de organização do conhecimento através do desenvolvimento de um Plano de Classificação Comum das IES (PCIES). O PCIES será oficialmente publicado como legislação de gestão documental/arquivística e espera-se que modifique amplamente as práticas de administração das IES. O principal objetivo deste estudo é discutir as soluções de OC (Hjørland 2016) que estão a ser consideradas para a criação do PCIES. Através de uma revisão da literatura, juntamente com uma abordagem de gestão de projetos, foi realizada uma análise qualitativa dos problemas encontrados e das soluções propostas durante a conceção do PCIES.

2. A MacroEstrutura Funcional Portuguesa

Considerando o quadro das políticas e estratégias europeias de interoperabilidade, para a promoção do acesso à informação e para a sua reutilização, tal como definido pela Decisão nº 922/2009 e pela Diretiva 2013/37/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, Portugal definiu uma estrutura de classificação da informação para toda a administração pública. A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), órgão coordenador da política arquivística nacional, concebeu esta estrutura em colaboração com mais de duas centenas de organismos da administração pública (central, desconcentrada, regional e local), ao longo da última década e meia (Silva, 2016).

A MacroEstrutura Funcional (MEF) é uma representação conceptual das funções desempenhadas pelos organismos do sector público, que considera o primeiro e segundo níveis hierárquicos de classificação da informação de arquivo, representando, respetivamente, as Funções e Subfunções da Administração Pública Portuguesa. Tem uma perspetiva global e integradora do sector público, que se sobrepõe à análise das funções de cada organização individual, tendo como mais-valia a promoção da interoperabilidade semântica nas trocas informacionais dos organismos da administração. Os objetivos da MEF incluem a ampliação da interoperabilidade semântica nas trocas de informação entre os serviços da administração pública, respondendo à necessidade de uma linguagem comum de

representação da informação, e garantindo a capacidade de um sistema (digital ou não) comunicar de forma transparente com outro sistema. Pretende também fornecer um modelo de classificação (em sintaxe e semântica) que possa ser entendido por diferentes entidades da administração pública. Outro objetivo, ainda, passa pela promoção da utilização de uma estrutura única para classificar e organizar a informação de arquivo do sector público (e os registos que não se materializam em documentos, mas que também são necessários gerir), potenciando uma maior eficácia da gestão e uma maior facilidade de acesso à informação por parte dos organismos e dos cidadãos, e contribuir para a transparência da gestão e para o reforço dos processos de responsabilização e prestação de contas (Silva, 2019; Corujo, 2023).

As iniciativas do Grupo de Trabalho das Autarquias Locais para a análise da viabilidade da aplicação da MEF ao enquadramento funcional dos serviços municipais e, consequentemente, a elaboração um plano de classificação da administração local (Silva, Corujo & Revez, 2020), espoletaram uma nova etapa de desenvolvimento da MEF, essencialmente para apoiar os planos de classificação funcional. Tal culminou na publicação da Lista Consolidada (LC) para classificação (e a avaliação) da informação do sector público, pela DGLAB. Esta lista, em constante atualização, inclui o terceiro e quarto níveis de classificação da informação de arquivo, relativos, respetivamente, aos processos de negócio realizados pela Administração Pública Portuguesa, e decomposições dos vestígios informacionais das atividades que constituem instâncias desses processos de negócio (Silva, Corujo & Revez, 2020; Corujo, 2023). A sua constante atualização resulta de vários projetos paralelos relativos ao processo de desenvolvimento da Macroestrutura Funcional. O documento apresenta, assim, uma estrutura hierárquica de classes que representam as funções, subfunções e processos de negócio desempenhados pela Administração Pública, a partir de uma perspetiva suprainstitucional, transversal e funcional, incluindo a sua descrição e valorização (prazos de retenção administrativa e destino final da informação). Foi proposta como referência para o desenvolvimento de instrumentos organizacionais ou multiorganizacionais de classificação e avaliação da informação pública (planos de classificação e tabelas de retenção (Silva, Corujo & Revez, 2020; Corujo, 2023). Numa lógica de dados abertos e de maior interoperabilidade, a LC passa a estar disponível na Plataforma CLAV (Classificação e Avaliação da Informação Pública). Este instrumento de base ontológica, identifica os processos de negócio das entidades que desempenham funções públicas (Lista Consolidada), associados a um catálogo da legislação que os regula e dos organismos que os executam, e que são responsáveis pela preservação e gestão do ciclo de vida da informação produzida nesse contexto; e ainda as tabelas de conservação derivadas da Lista Consolidada, identificando as classes e o ciclo de vida da informação associados aos processos de negócio (prazos de conservação administrativa e destino final) para implementação em contexto organizacional ou multiorganizacional (Silva, Corujo & Revez, 2020; Corujo, 2023).

3. O Plano de Classificação Comum das IES

A iniciativa do PCIES tem sido mencionada na literatura portuguesa e internacional. Há produção escrita por membros dos grupos de trabalho e apresentada por investigadores (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Corujo, 2017; Corujo, 2023).

Considerando o que anteriormente se apresentou acerca da Classificação na perspetiva da OC, do desenvolvimento dos SOC, e da abordagem funcional e sobre as atividades, verifica-se que a adoção da classificação funcional é complexa porque se baseia na distinção clara entre entidades, unidades orgânicas, ou serviços e funções, quando as unidades orgânicas são estabelecidas, ou devem ser estabelecidas, com base numa especialização funcional. Apesar disso, na perspetiva das organizações e da gestão de processos, considera-se que a classificação por funções é claramente o critério mais estável, sendo tão objetivo como o orgânico se as funções forem claramente delimitadas (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Silva 2019; Corujo, 2023). Por outro lado, considerou-se vantajoso implementar soluções de organização da informação da Administração e da sua interoperabilidade mais abrangentes. O racional por trás dessa ideia é que, em vez de cada entidade criar o seu próprio plano de classificação, se utilize um único instrumento por todas as entidades, salvaguardando as especificidades de cada uma, o que não só garante uma economia de escala, rentabilizando o investimento público, como facilita o acesso à informação por parte das organizações e dos cidadãos (Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Silva, Corujo & Revez, 2020; Corujo, 2023).

Em resposta aos desafios contínuos da modernização administrativa e do Governo Eletrónico, são necessárias novas políticas e ferramentas para a gestão da informação de arquivo, uma exigência que se estende também aos planos de classificação. Estes, durante muito tempo, pareceram não responder eficazmente aos novos desafios, pois continuavam a ser considerados apenas como um instrumento de organização e descrição dos fundos documentais com informação de arquivo pretérita. Ainda hoje, muitas IES não utilizam um verdadeiro plano de classificação na gestão da informação de arquivo que vão produzindo e recebendo no dia-a-dia. Pelo contrário, o plano de classificação deve ser um instrumento fundamental na gestão da informação de arquivo, para além de refletir as funções e atividades de cada organização. Se a sua importância era reconhecida nos sistemas de informação analógicos, quando estes existiam, nos sistemas de informação digitais a classificação é um requisito obrigatório e indispensável (Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Silva, Corujo & Revez, 2020; Corujo, 2023).

O Projeto Comum de Gestão Documental nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas, emanado do GTIES, surgiu da necessidade de envolver múltiplos interlocutores institucionais da Administração Pública num projeto suprainstitucional de gestão documental, e de um esforço no sentido do consenso, da boa vontade, da partilha interinstitucional e do trabalho cooperativo, para convergir na produção de instrumentos harmonizados de gestão da informação de arquivo destas entidades. Um desses instrumentos já produzidos é o Relatório de Avaliação de Documentação Acumulada, orientado para a gestão de informação de arquivo

pretérita, e cuja aplicação pelas várias IES tem permitido racionalizar e mitigar os custos de armazenamento de material eliminável e contribui para adequar e orientar o investimento na manutenção dos documentos detentores de valor que justifiquem a sua conservação permanente (Freitas, Corujo & Sousa, 2017).

No que se refere ao PCIES, à MEF e à LC, são os principais enquadramentos para o seu desenvolvimento, e contribuem para a emergência de um novo paradigma na Gestão da Informação. Este paradigma cruza de forma transversal e suprainstitucional as funções com os processos de negócio, e considera os diferentes organismos da administração pública como sistemas abertos (Freitas, Corujo & Sousa, 2017).

Metodologicamente, o desenvolvimento do PCIES passou a responder aos seguintes objetivos: i) identificação, descrição e representação dos processos de negócio comuns e específicos, que retratam as atividades desenvolvidas, no presente, pelas diferentes IES, no desempenho das suas funções; ii) contextualização, justificação e fixação dos prazos de conservação administrativa e de destino final comuns e específicos das IES, com vista ao desenvolvimento de uma tabela para a avaliação e a seleção documental de registos e de processos de negócio; iii) submissão dos resultados conjuntos, e consubstanciados num documento único, a Portaria de Gestão Documental, instrumento legal sujeito à aprovação dos Ministérios de tuteladas instituições envolvidas; iv) implementação e avaliação periódica.

Para o cumprimento destes objetivos, seguiu-se uma lógica de gestão de projeto, tendo o processo de desenvolvimento dos SOC posto em prática pelo GTIES sido analisado, em diversas óticas, como é o caso da perspetiva da Gestão do Conhecimento, que permitiu evidenciar a criação e a partilha de conhecimento, usando inclusivamente ativos do conhecimento como as plataformas colaborativas, reuniões mensais e quinzenais, dependendo da fase, e que também permitiram debater e validar o resultados obtido, constituindo-se em criação, conversão e gestão do conhecimento (Corujo, 2017).

Alguns resultados incluem: a i) identificação dos processos de negócio e dos processos documentais específicos das funções do Ensino Superior; ii) estabilização e harmonização do vocabulário usado na sua designação; iii) descrição de como esses processos iniciam e terminam; iv) formulação de notas de inclusão e de exclusão e de termos de índice. Nesta linha, as diferentes áreas e os processos de negócio existentes na MEF e na LC foram analisadas e confrontadas com o contexto vivenciado individualmente e/ou pelo conjunto das IES, de modo que o PCIES produzido incluísse todos os processos que fazem parte do exercício das suas funções e atividades, excluindo-se os que não pertencem à sua realidade. Assim, para que o PCIES fosse dotado da elasticidade requerida, para além dos processos de negócio que dependem diretamente da iniciativa das IES, foram considerados todos aqueles em que elas se podem manifestar, seja a que título for. Mais especificamente, visou-se perceber que terceiros e quartos níveis de classificação presentes na LC deveriam integrar o instrumento resultante do processo. Tal implicou uma análise complexa, de alto nível de responsabilidade, baseada numa verificação atenta, com o apoio de instrumentos que auxiliaram tanto a identificação das relações existentes

entre os processos (e.g., complementar, síntese, sucessão), com a aferição das implicações de natureza jurídica, legal e administrativa a que os mesmos se encontram sujeitos, tendo-se produzido justificações que foram embebidas em cada processo de negócio analisado. Trata também da categorização desses mesmos processos, comuns ou específicos, bem como da identificação dos seus intervenientes, podendo estes ser os donos ou apenas participantes, o que implicou a assunção de diferentes níveis de responsabilização. Os trabalhos apoiaram-se, principalmente, em princípios inclusivos, já que qualquer exclusão deve ser seriamente ponderada, contrapondo-se, nesse caso, a exaustividade com a especificidade (Simões e Freitas, 2013), evitando-se incorrer no erro de desconsiderar os processos de negócio que, conquanto aparentemente não digam respeito às funções e às atividades desempenhadas pelas IES, dada a sua abrangência, possam estar a elas vinculados num outro nível de relacionamento. Paralelamente, os *apports* trazidos pela análise e pelos resultados tiveram consequências como as atualizações, acrescentos e alterações na própria LC, de que são exemplos muitos dos processos de negócio identificados no âmbito das Funções MEF 750 - *Prestação de Serviços de Ensino e Formação* e 800 - *Prestação de Serviços Técnicos e Científicos, Investigação e Desenvolvimento*.

Apresenta-se no seguinte Quadro as principais Classes do PCIES:

Quadro 1 – Classes de 1º e 2º nível do PCIES

Código	Título
100	ORDENAMENTO JURÍDICO E NORMATIVO
100.10	Elaboração de diplomas jurídico-normativos e de normas técnicas
100.20	Interpretação da legislação e das normas
150	PLANEAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA
150.10	Definição e avaliação de políticas
150.20	Planeamento, avaliação e melhoria de serviços
150.30	Produção de informações estratégicas e de segurança
150.40	Produção de informação estatística
200	EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA
200.10	Definição de políticas conjuntas e dos instrumentos de regulação
200.20	Coordenação e acompanhamento político e diplomático
200.30	Projetos de execução da política externa
250	ADMINISTRAÇÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO
250.10	Estabelecimento e cessação de relações de trabalho
250.20	Gestão de relações individuais de trabalho
250.30	Gestão e acompanhamento de relações coletivas de trabalho
300	ADMINISTRAÇÃO DE DIREITOS, BENS E SERVIÇOS
300.10	Aquisição, venda, abate ou permuta
300.20	Concessão, delegação e parceria público-privada
300.30	Identificação e caracterização de bens
300.40	Proteção, conservação e valorização
300.50	Utilização, exploração e rendibilidade
350	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
350.10	Execução orçamental
350.30	Gestão da tesouraria
350.40	Gestão da dívida e dos créditos públicos
350.50	Gestão de ativos financeiros e de unidades de participação

Código	Título
400	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTO
400.10	Registo de dados de identificação e caracterização de entidades ou atos
400.30	Formalização notarial e registral de atos jurídicos
450	RECONHECIMENTOS E PERMISSÕES
450.10	Licenciamentos, certificações e outras autorizações
450.20	Classificação e declaração de interesse ou utilidade pública
450.30	Emissão de comprovativos de factos ou atos
500	SUPERVISÃO, CONTROLO E RESPONSABILIZAÇÃO
500.10	Inspeção, auditoria, fiscalização e monitorização de conformidade à norma
500.20	Apuramento de responsabilidades técnicas e disciplinares
500.30	Ação sancionatória e cautelar
500.40	Impugnação administrativa
550	EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO OU DEFESA
550.10	Segurança pública
550.20	Proteção civil, socorro de emergência e prevenção de acidentes
550.30	Missões de defesa e apoio à paz
600	ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA
600.10	Prevenção e investigação criminal
600.20	Resolução alternativa de litígios
600.30	Produção de prova e decisão judiciária
600.40	Execução de penas, medidas e títulos executivos
650	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
650.10	Atribuição de prestações sociais e auxílios económicos
650.20	Acesso a medidas de apoio, serviços e equipamentos sociais
700	PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE
700.10	Gestão de utentes
700.20	Serviços clínicos
710	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E SALUBRIDADE PÚBLICAS
710.10	Serviços de higiene e limpeza
710.20	Serviços mortuários
750	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO E FORMAÇÃO
750.10	Gestão do aluno/formando
750.20	Gestão formativa e curricular
750.30	Avaliação de aprendizagens
800	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
800.10	Execução de serviços científicos e técnicos
800.20	Execução de projetos de investigação e desenvolvimento
850	EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E DE AÇÕES DE INCENTIVO
850.10	Atribuição e controlo de financiamentos e de ajudas diretas
850.30	Atribuição e controlo de bonificações e benefícios
850.40	Atribuição e controlo de garantias financeiras prestadas pelo Estado
900	DINAMIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
900.10	Execução de atividades de dinamização da sociedade
900.20	Execução de atividades de comunicação institucional
950	ADMINISTRAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA
950.10	Administração eleitoral
950.20	Processamento de ações peticionárias, reclamações e manifestações de congratulação
950.30	Atribuição de distinções honoríficas

FONTE: Elaboração Própria (2023), com base no trabalho desenvolvido pelo GT-IES.

4. Soluções de Organização do Conhecimento

Fundamentada na teoria da OC, o PCIES segue uma abordagem procedimental, que considera o conceito de processo de negócio. Tal implicou a normalização e a uniformização da terminologia, como já oportunamente se indicou, já que consiste num conceito relativamente recente no contexto da gestão da informação, pois seu significado não é unívoco, nem totalmente reconhecido pelos profissionais de informação - arquivistas.

Também se verificou o desenvolvimento de uma estrutura hierárquica de classificação semântica da PCIES em três níveis, os dois primeiros representando as funções e subfunções da administração pública (MEF) e o terceiro nível representando os Processos de Negócio. Também se assumiu que, eventualmente, e em função das necessidades decorrentes da gestão da informação de arquivo, designadamente da avaliação, poderão ser criados 4ºs níveis. Seguindo a teoria da OC, a classificação é a operação intelectual de identificação e estruturação hierárquica dos documentos e informações de um sistema arquivístico aberto que reflete as funções e atividades dos órgãos envolvidos nos diferentes processos de negócio, com base nos princípios da interoperabilidade, integralidade, transversalidade e abordagem suprainstitucional (exossistémica) (Doria, 2012; Foscarini 2006; Simões e Freitas 2013). Tal implica o abraçar de um novo paradigma na gestão da informação arquivística da administração pública, que considera, nos processos transversais, dois ou mais produtores, enquanto o conceito de fundo estava intimamente relacionado com as competências de um produtor. Com efeito, o fundo estende-se à transversalidade dos processos das organizações, o que questiona o princípio da proveniência da teoria arquivística clássica.

A identificação dos processos de negócio implicou a adoção dos seguintes princípios: (i) Interoperabilidade (existência de comunicação entre sistemas); (ii) Transversalidade (existência de relações recíprocas); (iii) Granularidade (subdivisão de um sistema em partes mais pequenas); (iv) Completude (apresentação completa); (v) Exogeneidade (existência de cadeias de valor suprainstitucionais ou exossistémicas); (vi) Respeito pela função (dependência hierárquica do processo de negócio das classes de 1º e 2º nível) (Silva, 2019).

De forma a obter um plano de classificação único para toda a administração pública portuguesa, independentemente das diferentes materializações, foi necessário representar o caminho lógico seguido em cada função para a obtenção dos processos de negócio. Assim, a opção foi a construção de mapas conceptuais, que permitissem orientar, explicar e justificar o caminho. Esta informação não pertence a nenhuma das classes, uma vez que não é diretamente visível no Plano de Classificação.

Para a subdivisão, de modo a estruturar o sistema de classificação, foram seguidos os princípios ou tipos de relações semânticas entre os conceitos, propostos por Dahlberg (1976), nomeadamente: Relação hierárquica ou relação de género e espécie (quando dois ou mais conceitos da subdivisão têm características idênticas, e um deles tem mais uma característica do que o outro, que um é mais específico, o outro é mais amplo); Relação partitiva (quando entre o todo e as partes ou entre um produto e os elementos que o constituem); Relação de oposição (quando existe contradição

ou contrariedade); Relação funcional (quando uma função deriva de um processo, com base na valência semântica dos verbos).~

4.1. 1ª Solução - Grupo de Trabalho das Instituições de Ensino Superior e liderança e apoio do Organismo de Coordenação

As IES, inicialmente, haviam contactado e solicitado consultoria técnica e/ou enviado propostas individuais de portarias de gestão documental para a análise e o parecer da entidade coordenadora da política arquivística nacional. A análise comparada das propostas enviadas, por parte da DGLAB, revelou a necessidade de uma aposta no trabalho cooperativo como forma de ultrapassar o impasse gerado pelas inconsistências detetadas nos vários documentos postos à prova. O grupo operacional inicial foi alargado e aberto à participação de todas as IES vinculadas à Administração Pública portuguesa, incluindo-se entre estas os Institutos Politécnicos. Apesar de parecer uma opção de gestão, esta iniciativa exemplifica a dimensão social dos sistemas e das redes de informação. Sem o envolvimento do grupo profissional dos arquivos das IES, seria bastante difícil ligar o trabalho realizado no núcleo central aos nós desconcentrados, aqui identificados com as IES. A conceção do PCIES foi possível graças a uma vontade concertada, à iniciativa e à apetência para construir uma ferramenta que se adaptasse aos novos modelos de gestão da informação nessas organizações (Freitas, Corujo & Sousa, 2015).

A capacidade de as diferentes entidades da Administração Pública interagirem, partilhando informação no âmbito dos processos em que intervêm, exige a existência de ferramentas para soluções interoperáveis. No entanto, as ferramentas que permitem a interoperabilidade não se constroem sem articulação entre as entidades que partilham as mesmas preocupações, que intervêm nos mesmos processos, que concorrem entre si para um serviço ou um produto final (Corujo, 2017).

Desde o início assumiu-se que o PCIES obedeceria à MEF, o que implicou adotar e assumir os seus princípios e conceitos. Significa, portanto, que o objetivo do projeto assentava na promoção de uma interoperabilidade semântica (Tennis, 2005), que servisse os objetivos das entidades que partilham responsabilidades na prestação de serviços públicos (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017).

O método de trabalho utilizado no projeto teve como principais linhas orientadoras para o levantamento/classificação dos Processos de Negócio o resultado das reflexões e do labor de vários anos, desenvolvido quando da construção da MEF. Este método foi inicialmente exposto pela DGLAB, mas os contrastes e os consensos entre a realidade prática e os aspetos teóricos, que surgiram ao longo da análise, tiveram como consequência revisões e aperfeiçoamentos do procedimento metodológico e dos próprios instrumentos de base (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017). Exemplo disso foram os problemas decorrentes da classificação multinível, da existência de representação de diferentes graus de granularidade no mesmo nível, que Gnoli e Poli (2004) também apontam. O contexto necessário para o projeto, providenciado pela DGLAB, foi outro fator preponderante para a criação, a partilha e a conversão de conhecimento, dadas as dificuldades de partilha/conversão de conhecimento num grupo tão grande, e pelo facto de nem todas

as IES participarem com o mesmo grau de colaboração na elaboração dos respetivos instrumentos, e não enviarem o mesmo número de representantes, o que se traduziu em participações com efetividade variada ao longo das fases do processo (Corujo, 2017).

4.2. 2ª Solução - Classificação funcional

Considerando o que anteriormente se expôs acerca da classificação (Dahlberg, 1976; Gnoli e Poli, 2004; Tennis, 2005; Gnoli, 2010; Tennis, 2015; Hjørland, 2017; Gnoli, 2016; Gnoli 2017a); Smiraglia, 2016), dos SOC (Tennis, 2012b; Tennis, 2012c; Hjørland, 2016; Gnoli, 2016; Gnoli, 2017b), da classificação funcional (Foscarini, 2006; Doria, 2012), considera-se que o desenvolvimento do trabalho implicou uma análise do domínio e uma abordagem facetada (Hjørland, 2016, Tennis, 2003; Tennis 2012a; Doria, 2012). Por outro lado, a implementação do PCIES pressupõe a adoção de uma abordagem funcional, por processos de negócio, o que pode implicar alterações nas práticas administrativas e, conseqüentemente, na organização da informação, assim como na integração e partilha de serviços e informação na prossecução de atividades transversais, por parte das entidades, fator de transformação da cultura organizacional, para que passe a alinhar numa perspetiva de Administração Pública interorganizacional e interdependente. Tal transformação também se projeta nas entidades públicas, motivando o afastamento da lógica burocrática weberiana, da tradição hierárquica, da fragmentação dos processos, da redundância de informação, e da duplicação de tarefas, e que não se coaduna com as necessidades da gestão da informação de arquivo eletrónica. A abordagem funcional permite também captar as funções como algo mais estável e comum às diferentes entidades, que não a tramitação que cada entidade desenvolve diferenciadamente. Daí a mudança de paradigma, que se afasta da identificação dos processos documentais em direção à identificação dos processos de negócio que resultam do desempenho de funções públicas pelas diferentes entidades. Subjacente à aplicação do PCIES, ou de qualquer classificação derivada da MEF e da LC, está o envolvimento de modelos e ferramentas integrados e partilhados pelos agentes públicos, a nível suprainstitucional (Corujo, 2023), apontando para a interoperabilidade entre humanos, organizações e máquinas (Tennis, 2005).

4.3. 3ª Solução - Abordagem do processo de negócio

Considerando que os esquemas de classificação devem dar prioridade aos fenómenos (Gnoli, 2016), no caso dos planos de classificação de informação de arquivo, podemos identificá-los com os processos de negócio. Assim, no desenvolvimento de um SOC como o PCIES, a identificação de processos de negócio para a constituição de classes é algo que decorre da abordagem funcional e requer a adoção de diferentes procedimentos de trabalho. O Processo de Negócio deve ser identificado no âmbito da função a que pertence (o que é e não para que serve ou como é desempenhado), deve ser identificado tendo em conta o produto final e não o produto parcial ou intermédio, não deve considerar o procedimento específico para obtenção desse

produto (dado que o procedimento pode variar de entidade para entidade, ou por imperativos legais) e deve ter em conta o enquadramento legal específico, embora se reconheça que não existe uma relação unívoca entre um Processo de Negócio e a legislação. A preocupação em associar o produto final ao conceito de Processo de Negócio conduziu a um outro princípio subjacente a este projeto: o princípio da transversalidade, que garante a identificação do Processo de Negócio na sua plenitude. Tal só é possível com uma abordagem supraorgânica e suprainstitucional (Silva, Corujo & Revez, 2020).

A construção do PCIES permitiu uma visão estruturada da administração pública, na perspetiva de um único supersistema, na articulação de múltiplos sistemas públicos, tendencialmente abertos, partilháveis e flexíveis, em detrimento do tradicional posicionamento no sistema organizacional fechado, isolado e inflexível. Com base no enfoque das relações suprainstitucionais estabelecidas entre processos de negócio, que representam uma rede de transações de elevada complexidade, formando uma teia em que a própria administração pública é vítima recorrente, procura-se clarificar as diferentes ações, através da criação de uma linguagem semântica que potencie o entendimento entre serviços e organismos públicos, na procura da satisfação dos clientes externos e internos (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Silva, Corujo & Revez, 2020).

Aponta-se, ainda, que o desenvolvimento de um SOC de classificação baseado em processos de negócio permite, pela aplicação do SOC, o desenvolvimento de POC. Com efeito, um dos processos de negócio contido no PCIES implica a classificação de registos de informação: *300.30.008 - Registo de documentos e informação*. Esses registos são feitos no âmbito de atividades que correspondem a instâncias dos processos de negócio, pelo que, tanto as atividades como os processos de negócio que as enquadram, podem ser considerados fenómenos. Apesar de os POC serem considerados a dimensão intangível da tangibilidade dos SOC, a classificação da informação de arquivo resulta em registos em sistemas de gestão documental, que acabam por poder ser considerados vestígios (indiretos) desses processos de organização de conhecimento.

5. Conclusão

Este trabalho mostrou como foi criada uma linguagem comum, partilhada e normalizada para representar as funções da administração pública, designada por MEF. Com o objetivo de aprofundar os níveis de interoperabilidade semântica alcançados nesta estrutura, a DGLAB desenvolveu uma LC para a gestão das decisões de classificação e avaliação da informação pública, disponibilizando um instrumento único de classificação (e avaliação) da informação arquivística a todas as IES públicas portuguesas e também a outras entidades da administração pública. Atualmente, parece cada vez mais difícil entender a classificação como uma função que trata os documentos de um fundo, produzidos no âmbito das atividades de uma organização, com base nos princípios arquivísticos da proveniência e do respeito pela ordem original. A normalização de processos terá de ser definitivamente inserida na fase de produção, contribuindo para uma gestão eficaz da informação e

dos registos nos sistemas de informação dos organismos da administração pública (Silva 2019). O paradigma proposto por Portugal caracteriza-se por uma nova abordagem arquivística, um modelo matricial que cruza funções com processos de negócio. A integração das séries documentais tradicionais na MEF é inconciliável com os novos pressupostos.

Tal mudança posiciona, definitivamente, a comunidade arquivística das IES na conceção, planeamento e desenvolvimento do sistema de informação. Finalmente, a MEF, bem como o PCIES, contribuem para a emergência de um novo paradigma na Gestão da Informação na administração pública. Este paradigma cruza funções com processos de negócio, de forma transversal e suprainstitucional, e considera os diferentes organismos da administração pública como sistemas abertos. Como resultado, a administração pública e, em particular, a comunidade arquivística recebem um novo instrumento normalizado de gestão da informação, que serve não só a classificação, mas que permitirá também a avaliação e a seleção da informação arquivística. Incluem-se aqui os procedimentos administrativos que lhes estão associados, agilizando assim as funções do arquivo na garantia de direitos e deveres e na preservação da memória coletiva.

Referências

- Corujo, Luis. 2017. 'O Projeto IES: Análise do processo na ótica da Gestão do Conhecimento - Estratégias de gestão e conversão do conhecimento (Estudo de Caso)'. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 11(1), 10-24.
- Corujo, Luis. 2023. 'Avaliação da Informação de Arquivo Eletrónica'. Lisboa: Edições Colibri.
- Dahlberg, Ingetraut. 1976. 'Classification theory, yesterday and today'. *International Classification* 3(2), p. 85-90.
- Dahlberg, Ingetraut. 2014. 'Brief Communication: What is Knowledge Organization?' *Knowledge Organization*. 41(1), 85-91.
- Doria, Orélie Desfriches. 2012. 'The Role of Activities Awareness in Faceted Classification Development'. *Knowledge Organization*. 39(4), 283-291.
- Douglas, M. 1986. 'How institutions think'. Syracuse, NY: Syracuse University Press.
- Foscarini, Fiorella. 2006. 'Records Classification and Functions: An Archival Perspective'. *Knowledge Organization*, 33(4) 188-198.
- Freitas, Maria Cristina Vieira de; Corujo, Luis; Sousa, Dora Susana Simões. 2015. 'Projeto Comum de Gestão Documental nas Universidades Portuguesas: harmonização e estabilização do vocabulário'. Em *Actas do 12º Congresso BAD*. Évora: APBAD.
- Freitas, Maria Cristina Vieira de; Corujo, Luis; Sousa, Dora Susana Simões. 2017. 'O Projeto Comum de Gestão Documental nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas: da produção à aprovação dos instrumentos de trabalho'. Em *Atas da 1a. Conferência Internacional de Gestão da Informação e Arquivos*. APBAD.
- Gnoli, Claudio and Roberto Poli. 2004. 'Levels of Reality and Levels of Representation'. *Knowledge Organization*, 31(3). 151-160

- Gnoli, Claudio. 2010. 'Classification Transcends Library Business. Knowledge Organization', 37(3), 223-229.
- Gnoli, Claudio. 2012. 'Metadata About What? Distinguishing Between Ontic, Epistemic, and Documental Dimensions in Knowledge Organization'. Knowledge Organization. 39(4), 268-275
- Gnoli, Claudio. 2016. 'Classifying Phenomena Part 1: Dimensions'. Knowledge Organization 43(6): 403-415.
- Gnoli, Claudio. 2017a. 'Classifying Phenomena Part 2: Types and Levels'. Knowledge Organization 44(1): 37-54
- Gnoli, Claudio. 2017b. 'Classifying Phenomena Part 3: Facets'. em *Dimensions of Knowledge: Facets of Knowledge Organization*, ed. Richard P. Smiraglia and Hur-li Lee. (pp. 55–67). Würzburg: Ergon-Verlag
- Gnoli, Claudio. 2020. 'Introduction to Knowledge Organization'. Facet Publishing.
- Hjørland, Birger. 2008. 'What is Knowledge Organization (KO)?'. Knowledge Organization 35 (2/3): 86–101.
- Hjørland, Birger. 2016. 'Knowledge Organization'. Knowledge Organization 43 (6): 475–84. http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization.
- Hjørland, Birger. 2017. 'Classification'. Knowledge Organization 44 (2): 97–128. <http://www.isko.org/cyclo/classification>.
- Shepherd, E. e Yeo G. 2003. 'Managing records: a handbook of principles and practice'. Londres: Facet.
- Silva, Carlos Guardado da. 2016. 'Knowledge Organization in Portuguese Public Administration: From the Functional Classification Plan to the Creation of an Ontology from the Semantic Web's Perspective.' Em *Proceedings of the 14th International ISKO (International Society for Knowledge Organization) Conference*, Rio de Janeiro, Brazil..290–299.
- Silva, Carlos Guardado da. 2019. 'Para um Novo Paradigma na Gestão da Informação Arquivística da Administração Local: o Plano de Classificação'. Em *Investigação em Ciência da Informação*, Silva, Carlos Guardado da. (pp. 87-107). Lisboa: Edições Colibri
- Silva, Carlos Guardado da; Corujo, Luis; Revez, Jorge. 2020 'The Classification Plan for Local Administration: Portuguese Archives and the Knowledge Organization in practice', em *Proceedings of the 16th International ISKO (International Society for Knowledge Organization) Conference*, Aalborg.
- Simões, Maria da Graça; Freitas, M. Cristina V. de. 2013. 'A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da Teoria da Classificação: pontos de convergência e de divergência'. Ponto de Acesso, 7(1) (2013): 81-115.
- Smiraglia, Richard P. 2016. 'Empirical Methods for Knowledge Evolution across Knowledge Organization Systems'. Knowledge Organization 43: 351-357
- Tennis, Joseph T. 2003. 'Two Axes of Domains for Domain Analysis'. Knowledge Organization, 30(3): 191-195.
- Tennis, Joseph T. 2005. 'Experientialist Epistemology and Classification Theory: Embodied and Dimensional Classification'. Knowledge Organization, 32(2): 79-92

- Tennis, Joseph T. 2008. 'Epistemology, Theory, and Methodology in Knowledge Organization: Toward a Classification, Metatheory, and Research Framework'. *Knowledge Organization*, 35(3/2): 102-112.
- Tennis, Joseph T. 2012a. 'What Does a Domain Analysis Look Like in Form, Function, and Genre?'. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 6(1): 3-14. <http://hdl.handle.net/1773/37938>
- Tennis, Joseph T. 2012b. 'Forms, Knowledge, and Forms of Knowing: Correct and Useful Epistemology and Knowledge Organization'. em *Desafios e perspectivas científicas para a organização do conhecimento na atualidade. Estudos avançados em organização do conhecimento*, 1. ISKO-Brasil: pp. 22-29.
- Tennis, Joseph T. 2012c. 'A Convenient Verisimilitude or Oppressive Internalization?: Characterizing the Ethical Augments Surrounding Hierarchical Structures in Knowledge Organization Systems'. *Knowledge Organization*. 39(5), 394-397
- Tennis, Joseph T. 2015. 'Foundational, First-Order, Second-Order Classification Theory'. *Knowledge Organization*. 42(4), 244-249

Técnicas de obtención terminológica empleadas en la construcción del Tesauro de Bibliotecología y Estudios de la Información¹

Adriana Suárez Sánchez²; Catalina Naumis Peña³; Clarisa Victoria García⁴

Resumen: El capítulo analiza tres técnicas de obtención terminológica empleadas en el desarrollo de la nomenclatura terminológica del Tesauro de Bibliotecología y Estudios de la Información: reúso de vocabularios previos, extracción terminológica manual y extracción terminológica automatizada. A partir de los tres procesos empleados, fue posible construir una base con 1574 términos que poseen las características necesarias para asentarse como descriptores. Mediante el análisis documental se obtuvieron 460 términos, la extracción automatizada aportó 348 y el reúso de vocabularios previos nos permitió obtener 487 unidades lingüísticas. Además de evidenciar un conjunto de ventajas y desventajas en el empleo de las técnicas, el análisis nos permitió observar que cada método recupera unidades denominativas particulares. Sintetizamos que el reúso de vocabularios previos aporta vocablos con gran asentamiento de uso en el dominio, incluso conserva términos que guardan relación con temas de interés del área desde hace algunas décadas. En comparación, mediante las técnicas de análisis documental y extracción automatizada, en las que se consultan corpus textuales de reciente publicación, se detecta una terminología más amplia y actualizada. La experiencia práctica apunta que el trabajo de identificación terminológica es un proceso iterativo que se extiende hasta el último momento de evaluación del tesauro.

Palabras clave: Tesauros; Terminología; Vocabularios controlados; Sistemas de organización del conocimiento; Lenguajes documentales.

Resumo: O capítulo analisa três técnicas de recuperação terminológica utilizadas na elaboração da nomenclatura terminológica do Thesaurus de Library and Information Studies: reutilização de vocabulários anteriores, extração terminológica manual e extração terminológica automatizada. A partir dos três processos utilizados, foi possível construir uma base com 1574 termos que possuem as características necessárias para serem registrados como descritores. A análise documental permitiu obter 460 termos, a extração automática 348 e a reutilização de vocabulários anteriores permitiu obter 487 unidades linguísticas. Para além de mostrar um conjunto de vantagens e desvantagens na utilização das técnicas, a análise permitiu-nos observar que cada método recupera unidades denominativas particulares. Podemos resumir que a reutilização de vocabulários anteriores fornece palavras com um uso há muito estabelecido no domínio, preservando inclusive termos que estão relacionados com temas de interesse na área há algumas décadas. Por outro lado, através de técnicas de análise documental e de extração automática, em que se consultam corpora de textos recentemente publicados, detecta-se uma terminologia mais ampla e atualizada. A experiência prática sugere que o trabalho de identificação terminológica é um processo iterativo que se estende até à fase final de avaliação do tesauro.

¹ Investigación realizada gracias al apoyo del proyecto PAPIIT IT40112. Sistema de Información Terminológica sobre Bibliotecología, Archivología e Información, DGAPA-UNAM.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0215-337X>

² Investigador en Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, Universidad Nacional Autónoma de México.

E.mail: asuarez@iibi.unam.mx.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0215-337X>

³ Investigador en Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, Universidad Nacional Autónoma de México.

E.mail: naumis@unam.mx.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3152-3958>

⁴ Estudiante en Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México.

E-mail: clarisajared@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4833-535X>

Palavras-chave: Thesauri; Terminologia; Vocabulários controlados; Sistemas de organização do conhecimento; Linguagens documentais.

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Resultados. 5. Conclusiones. Bibliografía.

1. Introducción

Los tesauros son un sistema para organizar el conocimiento con larga tradición en la bibliotecología, debido a su utilidad en la explicitación temática de dominios de conocimiento y en la indización de los recursos de información.

Desde la segunda mitad del siglo XX, los tesauros han sido vocabularios indispensables en el tratamiento temático de la información. Constituyen un compendio de términos empleados para representar las denominaciones conceptuales a la vez que son herramientas que controlan la ambigüedad del lenguaje, sintetizando el lenguaje natural de los recursos en lenguaje controlado. En asociación con los tesauros, la terminología es la base para estructurar y trasferir el conocimiento asentado en los contenidos documentales así como el pilar de la representación, organización y recuperación de la información (Dahlberg, 1992). Ello fortalecido por la opinión de Cabré (1999) cuando asume que la terminología constituye una de las bases de los tesauros y clasificaciones temáticas, puesto que la expresión de cualquier esquematización del saber humano y cualquier relación de contenido se efectúa a través de un término.

Desde su aparición, en la década de 1960, hasta la actualidad, la construcción de tesauros ha sido una actividad constante. Hoy en día, prevalecen muchas iniciativas asociadas a la construcción de tesauros, en particular, y a la construcción de vocabularios controlados, en general. En este contexto, el trabajo terminológico es esencial para generar una variada tipología de sistemas de organización del conocimiento entre los que es posible mencionar encabezamientos de materia, taxonomías, mapas tópicos y ontologías terminológicas.

Considerando su relevancia, en el año 2020 en el seno del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información (IIBI) surgió la idea de desarrollar un tesoro sobre Bibliotecología y Estudios de la Información. Tras la colaboración de varios profesionales del área, finalmente emergió el proyecto de Tesoro de Bibliotecología y Estudios de la Información. La justificación del proyecto radicó en la importancia de contar con un tesoro del campo en el contexto mexicano.

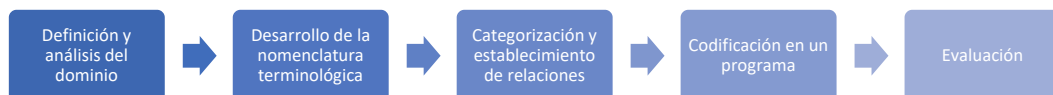
En definitiva, el tesoro es útil para navegar en un orden jerárquico y también en un orden alfabético para clasificar los contenidos generados en este caso en Bibliotecología y Estudios de la Información. Asimismo, es una herramienta de gran apoyo en la indización automática a través del uso para asignar metadatos en las bases de datos bibliográficas, en los portales temáticos e incluso para los motores de búsqueda en la Web (Hudon, 2003). Teniendo como marco el proyecto antes mencionado, el presente artículo analiza tres técnicas de obtención terminológica empleadas en el desarrollo de la nomenclatura terminológica del Tesoro de Bibliotecología y Estudios de la Información: reuso de vocabularios previos, extracción terminológica manual y extracción terminológica automatizada.

2. Objetivos

El Tesauro de Bibliotecología y Estudios de la Información entraña tres grandes objetivos: 1) ser un lenguaje documental que compendie los términos simples o compuestos de las expresiones utilizadas por los especialistas, 2) ser un lenguaje de indización para INFOBILA-Base de Datos sobre la Información Bibliotecológica Latinoamericana y el Repositorio IIBI-UNAM y 3) ser un vocabulario controlado que valide ciertas denominaciones y establezca relaciones entre expresiones sinónimas.

3. Metodología

La construcción de tesauros ha sido objeto de gran reflexión. En relación con el desarrollo del Tesauro de Bibliotecología y Estudios de la Información, su planeación y diseño consideró las siguientes etapas:



La nomenclatura terminológica que compone un tesauro es fundamental. Así, desde mitad del siglo XX se ha asumido que un elemento esencial de los tesauros son los términos (Naumis Peña, 2007; Currás, 2005). Los términos a su vez conformarán la red de descriptores, es decir, los términos escogidos como representativos y que caracterizan las entradas principales de un tesauro.

Currás (2005) asume que en la recopilación de la terminología de un tesauro es recomendable dirigirse a la mayor cantidad posible de documentos de todo tipo: diccionarios, vocabularios de especialidad, sistemas de clasificación, libros, tesauros, bases de datos, enciclopedias, léxicos y documentos sueltos, Aunado a ello, aconseja revisar las consultas de los usuarios, especialmente en bibliotecas sobre el área y la consulta con especialistas sobre el tema.

Lancaster (2002) señala que los términos de un tesauro se obtienen a partir de la autoridad literaria o la autoridad bibliográfica y deberán compendiarse de manera empírica a partir de las publicaciones, un término será adecuado si aparece con la suficiente frecuencia en la literatura del campo tratado. Agrega que es recomendable consultar fuentes del área como diccionarios, glosarios, enciclopedias, manuales y libros de texto en ediciones actualizadas.

Naumis Peña (2007) establece que la construcción del corpus terminológico del tesauro requiere una metodología científica para la selección de cada término. Propone el empleo de métodos inductivos o deductivos. El método deductivo inicia con la construcción de un mapa conceptual y la posterior localización de términos a partir de los rubros categoriales establecidos. El método inductivo o empírico es el extremo opuesto, se localiza la terminología del campo en fuentes documentales relevantes bajo principios de garantía literaria y garantía de uso.

ISO 25964-1:2011 (ISO, 2011; ISO 2013), el estándar más actual para construir tesauros, recomienda que, antes de emprender el trabajo terminológico, es importante investigar sobre los vocabularios previos (tesauros, clasificaciones, repertorios terminológicos) que aportarán un panorama del dominio. Como técnicas para obtener la terminología establece el análisis de fuentes documentales del área y el uso de técnicas automatizadas para extraer palabras clave o frases de corpus documentales. También propone invitar a los profesionales o expertos de dominio a sesiones en las que sugieran términos y conceptos.

Gil Urdiciain y Sánchez Jiménez (2014) expone el uso de técnicas de recuperación de la información y procesamiento del lenguaje natural, especialmente mediante el empleo de un extractor terminológico automático que considera la frecuencia de los términos y la presencia de éstos en el corpus documental. Tal proceso, señala, puede ser enriquecido con algoritmos de lematización. Concluye que la obtención automatizada de terminología reduce el tiempo de trabajo que usualmente se dirige a la revisión de documentos.

Martínez Tamayo y Mendes (2015) retoman el método deductivo e inductivo para el asentamiento de la terminología del tesoro. Refieren que un grupo de expertos deberá identificar los términos más adecuados a partir de un conjunto documental, ya sea partiendo de una categorización general del dominio o de forma más libre analizando recursos e identificando los términos para después proponer una estructura categorial. Recomiendan también recuperar transacciones de búsqueda que los usuarios realizan sobre el área y hacer uso de procesos automatizados.

Molina Salinas y Franco Trujillo (2018) recomiendan una metodología de obtención terminológica más etnográfica que consiste en grupos focales con expertos del área a los que se les aplican cuestionarios para obtener terminología del área y entrevistas para diseñar la taxonomía básica del campo.

En la determinación de la base conceptual que conforma el Tesoro de Bibliotecología y Estudios de la Información partimos de la identificación de términos sobre el dominio que, en etapas posteriores, fueron normalizados y validados para integrarse como descriptores. Con base en las recomendaciones para la obtención de la terminología antes enunciadas, en la determinación de la base conceptual del tesoro se emplearon las siguientes técnicas de extracción terminológica:

- 1) Reúso de vocabularios previos: se consultaron las siguientes obras *Dictionary for Library and Information Science* (Reitz, 2004), *GlosariumBiTri* (Universidad de León, 2010), *Encyclopedia of Library and Information Science* (Bates, 2010), *Diccionario de organización del conocimiento* (Barité, 2015) y el *Tesoro Latinoamericano en Ciencia Bibliotecológica y de la Información* (Naumis Peña, Iglesias-Maturana, Osuna-Dumont y Espinosa-Ricardo, 1999).
- 2) Análisis documental de fuentes primarias: se realizó la revisión retrospectiva (enero 2020-enero 2023) de las revistas *Investigación Bibliotecológica* (IB), *El profesional de la Información* (EPI) y *Journal of the Association for*

Information Science and Technology (JASIST). Se seleccionaron tales revistas debido a su relevancia regional: IB en México, EPI en España y JASIST en el contexto internacional. Es importante mencionar que en el proceso de análisis documental sólo se recuperaron las palabras clave de cada uno de los artículos de las revistas y los términos de los títulos.

- 3) Extracción terminológica automatizada: se procesaron los mismos corpus de las revistas IB, EPI y JASIST en el periodo enero 2020- enero 2023. Cada artículo de las publicaciones señaladas fue descargado en Formato de Documento Portátil (PDF) y transformado a Texto sin Formato (TXT). Una vez en TXT, la extracción terminológica se llevó a cabo mediante el programa QDA Miner con extensión WordStat. Para lograr la extracción de elementos terminológicos se aplicaron listas de paro y se emplearon dos funciones del programa elegido: Palabras clave (KeyWords) que extrae términos simples y Frases (Phrases) que extrae términos compuestos.

Como puede observarse, las técnicas empleadas consideran estrategias con larga tradición en el desarrollo de vocabularios controlados y estrategias afianzadas en procesos computacionales. (Cabré, Freixa, Lorente y Tebé, 1998) mencionan que para explicarse las razones de la evolución en la teoría y la práctica terminológicas es necesario considerar los diversos factores que la configuran como una interdisciplina: la lingüística, la filosofía, la comunicación; los cambios generales de tipo socioeconómico y sociopolítico que se han producido; el desarrollo de la inteligencia artificial y la informática aplicadas. Todos estos factores, entre otros, han impulsado la necesidad de adaptar la teoría terminológica y su metodología de trabajo a las características de los nuevos aportes y a la vista de la diversidad de nuevas aplicaciones en atención a la gran disparidad de necesidades sociales entorno a la información y la comunicación.

Rodríguez y Schnell (2007: 11) coinciden con esta perspectiva cuando señalan que “los cambios socioculturales y tecnológicos acaecidos en la segunda mitad del siglo XX han sido los elementos impulsores del desarrollo pluridimensional de la terminología. Entre las diferentes direcciones en las cuales la terminología ha evolucionado, destacan: la neología, la normalización conceptual, la elaboración de diccionarios especializados y la terminótica, es decir, la aplicación de herramientas informáticas a la gestión terminológica.” Como se puede observar, las técnicas de obtención terminológica para construir tesauros se han enriquecido con nuevas teorías emanadas de las tecnologías de la información y el conocimiento.

A partir de las enunciaciones anteriores, es posible afirmar que en los últimos años la práctica terminológica vinculada con el desarrollo de tesauros y otros vocabularios controlados combina metodologías (Gilchrist, 2003). Mientras el reuso de vocabularios previos y el análisis documental de fuentes primarias cuentan con gran asentamiento de uso, la extracción automatizada en las últimas dos décadas ha registrado grandes avances en el rubro del procesamiento de lenguaje natural.

El reuso de vocabularios ofrece garantías de análisis previos que validan la terminología, pero que es necesario corroborar porque el lenguaje especializado se

desactualiza, con el cambio de expresiones por otras preferidas en la literatura o por objetos, procesos o técnicas que no se utilizan más. En muchos casos se debe evaluar la permanencia de descriptores, la sustitución o incluso la desaparición de las expresiones utilizadas en tesauros o vocabularios controlados anteriores

El análisis documental opera a partir del reconocimiento de macroestructuras y la evaluación de las microestructuras textuales que ofrecen una garantía fuerte a la investigación terminológica porque reconocen las ideas que otorgan el valor semántico general de los textos (Dijk, 1983). Por demás, los corpus documentales en los que se fundamenta también pueden ser seleccionados cuidadosamente para obtener terminología de calidad con garantía literaria.

En cuanto a la extracción terminológica automatizada, las tecnologías juegan un papel esencial. Se recogen los términos que representan las macroestructuras, pero también las microestructuras que no necesariamente son ideas que abonen al significado global de los textos extraídos y los términos pueden no ser significativos, porque muchas veces son elementos utilizados para cohesionar y otorgarle consistencia al texto.

Los tres sistemas poseen sus alcances, ventajas y desventajas, de ahí que la tendencia actual se decante por metodologías integrales que expandan las posibilidades de recuperar y abarcar mayor cantidad de terminología sobre la temática de estudio.

4. Resultados

A partir de los tres procesos empleados, fue posible construir una base con 1574 términos que poseen las características necesarias para asentarse como descriptores. El aporte de cada técnica de extracción terminológica fue el siguiente:

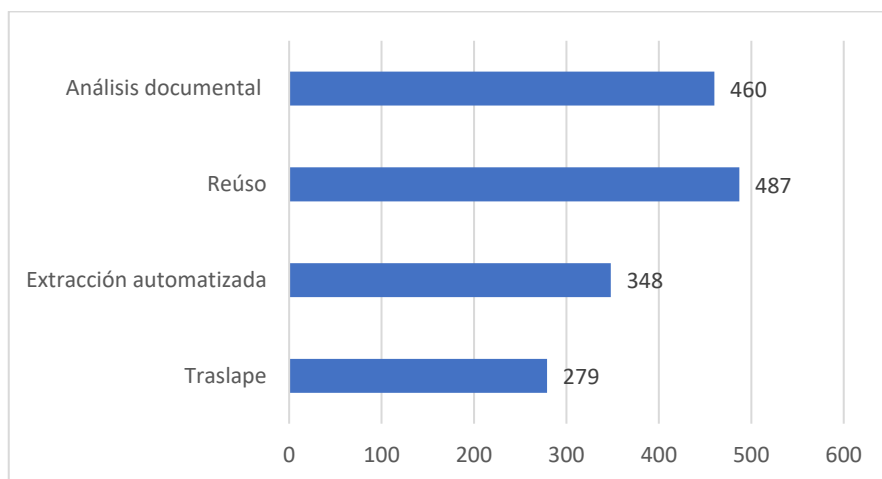


Gráfico 1. Aportes de las técnicas en la nomenclatura.

Fuente: elaboración propia.

Mediante el análisis documental se obtuvieron 460 términos, la extracción automatizada aportó 348 y el reúso de vocabularios previos nos permitió obtener 487 unidades lingüísticas. Por último, al compendiar la base hubo un conjunto de términos que fueron obtenidos en dos o más técnicas de obtención terminológica, dichos términos los colocamos en la categoría traslape. Como puede observarse, la extracción automatizada obtuvo la menor cantidad de términos, tal aspecto coincide con la idea de que aunque los sistemas de extracción automática agilizan el proceso de detección de términos, los principales defectos con los que cuentan tales programas son la excesiva cantidad de ruido, esto es, términos o unidades que no deberían aparecer en el listado de candidatos y también un alto grado de silencio, esto es, términos esenciales del dominio que no son capturados por el programa (Benavent y Parrilla, 2006).

Cada técnica de extracción metodológica contribuyó con los siguientes porcentajes en la nomenclatura terminológica del tesauro:

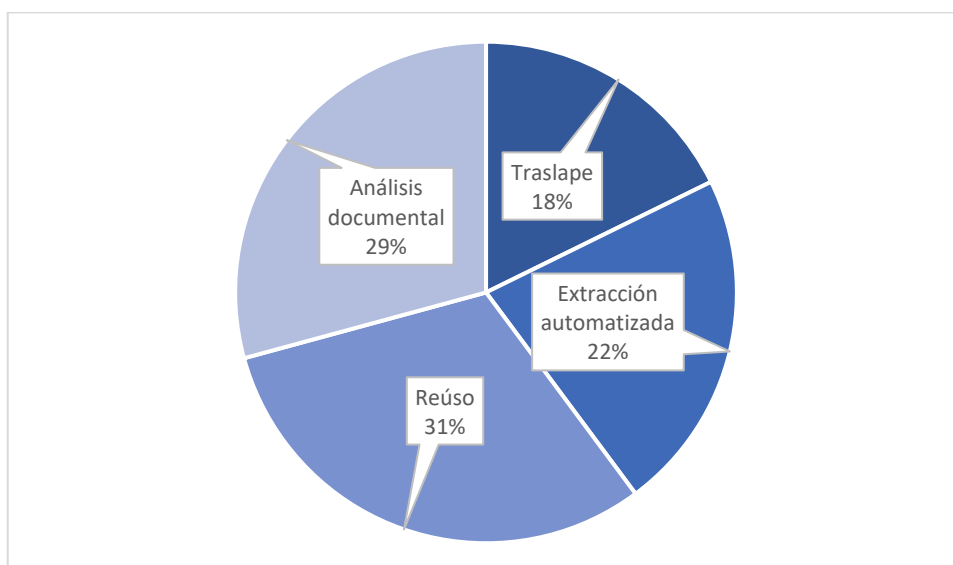


Gráfico 2. Porcentaje de términos aportados.
Fuente: elaboración propia.

El reúso de vocabularios previos es la técnica que aportó mayor número de descriptores, en segundo lugar, tenemos el análisis documental y, finalmente, la extracción terminológica automatizada. Si consideramos tales resultados, es posible afirmar que los tres métodos de obtención terminológica resultaron efectivos en la obtención de descriptores. No obstante, durante el proceso de construcción de la base conceptual, el equipo que desarrolla el tesauro identificó un conjunto de ventajas y desventajas asociadas a las técnicas:

Tabla 1. Ventajas y desventajas de las metodologías.

Ventajas	Desventajas
Análisis documental	
Emplea corpus bien definidos que pueden ser seleccionados bajo facetas de tiempo, regiones geográficas, tipología documental, etc.	Requiere inversión alta de tiempo, asociada al proceso de selección y compendiado de los corpus.
Posibilita reunir la terminología actual del área, registrada en fuentes de información de reciente publicación.	Requiere inversión alta de tiempo, asociada a la identificación y transcripción de las palabras clave de los documentos y los términos de los títulos.
Aporta términos precisos del dominio, especialmente cuando se retoman las palabras clave registradas en artículos de la especialidad.	
Reúso de vocabularios previos	
Retoma términos que cuentan con procesos de validación y normalización terminológica previos.	Escasez de vocabularios previos sobre bibliotecología y estudios de la información.
Requiere inversión baja de tiempo, en la detección de vocabularios previos.	Desactualización de los vocabularios previos en el ámbito de la bibliotecología y los estudios de la información.
Requiere inversión baja de tiempo, en la detección de términos que puedan fungir como descriptores.	Denominaciones poco acordes al contexto bibliotecológico y de los estudios de la información en México.
Extracción automatizada	
Permite procesar grandes corpus documentales en poco tiempo.	Inversión alta de recursos monetarios enfocados a la compra de los extractores terminológicos y otros programas de migración de formatos que son empleados en el proceso.
Combina el trabajo humano con procesos tecnológicos.	Requiere conocimiento humano experto, capaz de operar los programas de extracción automatizada.
	Requiere inversión alta de tiempo, asociada al proceso de selección y compendiado de los corpus que se procesarán.
	Presenta un número excesivo de términos candidatos que frecuentemente no pueden cumplir la función de descriptores en un tesauro.
	Exige demasiado trabajo humano en la aprobación de los términos que ofrece como candidatos.

Fuente: elaboración propia.

Además de evidenciar un conjunto de ventajas y desventajas en el empleo de las técnicas, el análisis precedente nos permitió observar que cada método recupera unidades denominativas particulares. Sintetizamos que el reúso de vocabularios previos aporta vocablos con gran asentamiento de uso en el dominio, incluso conserva términos que guardan relación con temas de interés del área desde hace algunas décadas. En comparación, mediante las técnicas de análisis documental y extracción automatizada, en las que se consultan corpus textuales de reciente publicación, se detecta una terminología más amplia y actualizada:

1. El reúso de vocabularios previos: dado que los vocabularios previos no cuentan con actualizaciones constantes, los elementos que integran se caracterizan por nociones fundamentales del área, con gran asentamiento de uso entre los expertos del campo y terminología diacrónica. Algunos ejemplos de los términos obtenidos son:

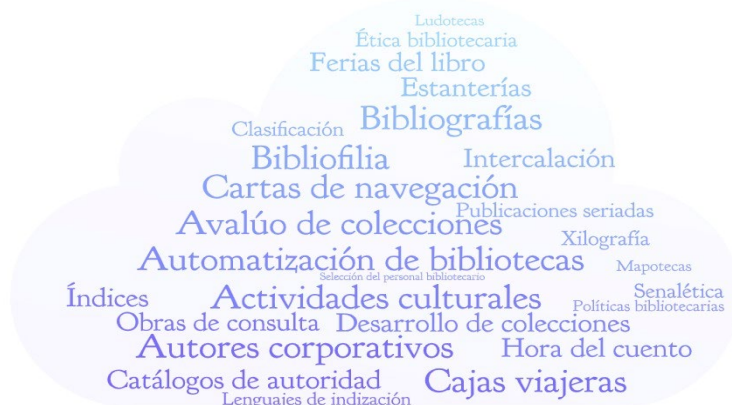


Figura 1. Términos obtenidos de reúso de vocabularios previos.

Fuente: elaboración propia.

2. Análisis documental y extracción terminológica automatizada: aporta una terminología más actual, que incluye temas que están siendo tratados en las revistas de la especialidad. En este rubro fueron detectados muchas voces asociadas con el contexto tecnológico actual de la bibliotecología. Algunos ejemplos son:



Figura 2. Términos obtenidos de reúso de vocabularios previos.

Fuente: elaboración propia.

Actualmente, en el proceso de desarrollo del Tesauro de Bibliotecología y Estudios de la Información nos encontramos en la etapa de categorización y establecimiento de relaciones. La nomenclatura terminológica que hemos construido nos ha resultado de utilidad para construir los nodos; sin embargo, no ha resultado suficiente.

Entre los aspectos interesantes con respecto al reuso de los términos hemos encontrado en el *Tesauro Latinoamericano en Ciencia Bibliotecológica y de la Información* términos que han caído en desuso en varios países, pero hasta hace unos años por tradición se seguían conservando, adaptándolos a nuevos usos. Es el caso de Telegrafía que como sistema de telecomunicaciones está superado por el uso del correo electrónico o en todo caso el fax, (que aparece con el descriptor telefacsímil en el mencionado vocabulario) (Naumis Peña, Iglesias-Maturana, Osuna-Dumont y Espinosa-Ricardo, 1999). Los servicios de telegrafía por cable fueron usados a partir de 1837 y esas primeras transmisiones utilizaban código Morse y generaban telegramas o cablegramas. Actualmente los servicios de telecomunicaciones presentan un desarrollo muy diferente y la red de descriptores en torno al tema exhiben un cambio total. Sin duda, las relaciones de la categoría telecomunicaciones son revisados con los nuevos servicios que facilita la tecnología de las comunicaciones.

También se ha desarrollado el nodo “Servicios y recursos de información” donde contábamos con términos extraídos mediante la revisión de las publicaciones anteriores sobre el particular, caracterizados en el rubro de reuso como “libros,” “revistas,” “periódicos,” “mapas,” “diccionarios” entre muchos otros, pero nuestra base conceptual no incluía términos que forman parte de la línea temática, por ejemplo: “historietas digitales,” “infografías,” “fanzines,” “ficciones de fans”(traducción de “fan-fictions”) o “tráileres de libros” (traducción de “booktrailers”), que fueron rescatados mediante el análisis documental y la extracción automatizada. Derivado de ello, asumimos que la nomenclatura terminológica desarrollada es útil, pero hemos decidido continuar con la investigación terminológica según el desarrollo de los nodos que estamos construyendo.

La definición de los grandes nodos que ha sido expuesta en otros trabajos realizados por el grupo de investigación y que son fundamentales para clasificar las jerarquías como la base de la estructura con la que se desarrolla el tesauro y en definitiva, la macroestructura del mismo, a partir de los trabajos realizados en el Seminario Permanente del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información es la siguiente: Organización de la información y el conocimiento; Tecnología de la información y el conocimiento; Información, conocimiento y sociedad; Metría de la información y del conocimiento científico; Usuarios de la información; Lectura; Servicios y Recursos de Información; Educación sobre Bibliotecología y Estudios de la Información; Historia de la bibliotecología y estudios de la información. (Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2023).

Hasta la fecha se han desarrollado los nodos categoriales que corresponden a “Organización de la información y el conocimiento” y “Servicios y recursos de

información”. La recopilación de términos en esta gran categoría de los servicios y recursos de información se ha visto incrementada y atravesada con mayor amplitud que otras por las tecnologías de la información y las comunicaciones (Alvarenga, 2003).

5. Conclusiones

Los resultados de la investigación muestran como el reúso de vocabularios controlados e instrumentos lingüísticos como los diccionarios aportan el porcentaje más alto de términos para incorporar al tesoro, el análisis documental también aporta mucho a la extracción terminológica y la extracción automatizada no presenta los resultados esperados porque se observa un resultado con menos términos. Es importante señalar que el traslape de términos exige un análisis documental extra para limpiar los listados obtenidos.

En los tesauros la terminología cumple funciones diversas: representar el conocimiento que ha sido comunicado, organizar áreas de información, presentar un orden jerarquizado en base a un sistema de conceptos del dominio que se estudia operando como un sistema de clasificación, presentar las alternativas para designar un concepto normalizando las denominaciones, aclarar el uso de un descriptor en el dominio, presentar un esquema utilizable para asignar metadatos, posibilitar la comunicación consensuada entre expertos y servir como vehículo para indizar por temas y recuperar recursos de información. A partir de todas las ventajas antes enunciadas es que, actualmente, el trabajo terminológico aplicado en los tesauros se observa necesario, ya sea que estemos interesados en construir un tesoro que se presentará de manera impresa o será albergado en el ciberespacio.

En la etapa de construcción de la base terminológica de un tesoro es necesario contemplar muchos aspectos: el dominio del cual trata el vocabulario, las garantías para construir tesauros: garantía literaria, garantía de uso, garantía estructural, garantía lógica, garantía ética y garantía científica, la especificidad o granularidad de los términos y la relación con otros vocabularios controlados. En la medida que cada aspecto sea considerado, estaremos en posibilidades de afianzar los tesauros en procesos normativos y garantías que lo avalen.

En el desarrollo de tesauros es importante seguir metodologías que permitan asentar las unidades denominativas. La experiencia práctica apunta que el trabajo de identificación terminológica es un proceso iterativo (Sager, 1993), que se extiende hasta el último momento de evaluación del tesoro. Como profesionales de la información tenemos muchos retos en el desarrollo de vocabularios controlados que permitan una óptima representación, organización y recuperación del conocimiento, la información y los recursos de información. Asimismo, el análisis de dominio (Hjørland, 2002) es un proceso constante que poco a poco va develando las entidades del área y sus relaciones.

Por último es importante señalar que el trabajo terminológico enfocado a la construcción de tesauros responde a una necesidad social. Remito a Rodríguez y Schnell (2007) quienes mencionan que “la diversidad de necesidades de comunicación en la sociedad de la información en la que nos hallamos inmersos tiene

su reflejo en una creciente diversificación de las necesidades terminológicas. Esta diversificación tiene una doble vertiente: por una parte, son cada vez más los colectivos profesionales los que prestan especial atención a la terminología porque la necesitan para el ejercicio de su profesión.(...) Por otra, se manifiesta también una imperiosa necesidad terminológica por parte de la población general expuesta a la difusión de un ingente volumen de información, y destinataria de la generalización y divulgación del conocimiento especializado que sin la terminología no pudiera ser partícipe del progreso” (Rodríguez y Schnell, 2005: 47).

Bibliografía

- Alvarenga, L. (2003). Representacao do conhecimento na perspectiva da Ciencia da Informacao em tempo e espacio digitais. *Bibli: Revista electrónica de Biblioteconomia e Ciencia da Informacao*, 8(15), 18-40.
- Barité, M. G. (2015). *Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología*. Uruguay: Universidad de la República de Uruguay.
- Bates, M. J. (2010). *Encyclopedia of library and information sciences*. Boca Raton: CRC.
- Benavent, P. y Parrilla, S. (2006). Análisis de la extracción automática de términos con el programa informático ExtraTerm. *Fòrum de Recerca*, 12, 1-10.
- Cabré, M. T. (1999). *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- Cabré, M. T., Freixa, J., Lorente, M., y Tebé i Soriano, C. (1998). La terminología hoy: replanteamiento o diversificación. *Organon*, 12(26), 1-2.
- Currás, E. (2005). *Ontologías, taxonomía y tesauros: manual de construcción y uso*. Gijón: TREA.
- Dahlberg, I. (1992). Knowledge organization and terminology: philosophical and linguistic bases. *International Classification*, 19(2), 65-71.
- Dijk, T. A. (1983). *La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario*. Barcelona: Paidós.
- Gil Urdiciain, B. y Sánchez Jiménez. (2014). Information retrieval techniques applied to the development of a thesaurus. *Transinformação*, 26 (1), 19-26.
- Gilchrist, A. (2003). Thesauri, taxonomies and ontologies: an etymological note. *Journal of documentation*, 59(1), 7-18.
- Hjørland, B. (2002). Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, 58(4), 422-462.
- Hudon, M. (2003). True and tested products: thesauri on the Web. *The Indexer*, 23(3), 115-119.
- Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información. (2023). *Áreas y líneas de investigación*. Recuperado 15 de mayo de 2023, de <https://iibi.unam.mx/areas-lineas/lineas-de-investigacion>
- International Organization for Standardization (ISO). (2011). *ISO-25964-1:2011. Information and documentation -Part 1: Thesauri for information retrieval*. Ginebra, Suiza: ISO.
- International Organization for Standardization (ISO). (2013). *ISO-25964-2:2013. Information and documentation -Part. 2: Interoperability with Other Vocabularies*. Ginebra, Suiza: ISO.
- Lancaster, F.W. (2002). *El control del vocabulario en la recuperación de información*. Valencia: Universidad de Valencia.

- Martínez Tamayo, A. M. y Mendes, P.B. (2015). *Diseño y desarrollo de tesauros*. Argentina: Universidad Nacional de la Plata.
- Molina Salinas, C., y Franco Trujillo E.D. (2018). Una metodología para la construcción de un sistema conceptual para un tesoro de las artes especiales en México. *Terminàlia*, 18, 25-36.
- Naumis Peña, C. (2007). *Los tesauros documentales y su aplicación en la información, impresa, digital y multimedia*. México: Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, Universidad Nacional Autónoma de México.
- Naumis Peña, C., Iglesias Maturana, M. T., Osuna Dumont, A. C. y Espinosa Ricardo, L. (1999). *Tesoro latinoamericano en ciencia bibliotecológica y de la información*. México: Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, Universidad Nacional Autónoma de México.
- Reitz, J. M. (2004). *Dictionary for library and information science*. Wesport: Libraries Unlimited.
- Rodríguez, N. y Schnell, B. (2005). La terminología: nuevas perspectivas y futuros horizontes. *Manual Formativo de Acta*, 38, 47-54.
- Rodríguez, N., y Schnell, B. (2007). La terminología: panorama actual y cooperación internacional. *Manual Formativo de Acta*, 37, 11-25.
- Sager, J. C. (1993). *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- Universidad de León. (2010). *GlosariumBltri*. Recuperado 15 de mayo de 2023, de <http://glossarium.bitrum.unileon.es/>

¿Cómo incorporan la interdisciplinariedad los profesores de posgrado iberoamericanos de la Organización del Conocimiento?: avance de situación

Mario Barité¹; Varenka Parentelli²

Resumen: La interdisciplinariedad puede definirse como comunicación y colaboración entre las disciplinas académicas. La necesidad de integración disciplinaria en la docencia universitaria parte del reconocimiento de la dificultad que la fragmentación del saber establece para la enseñanza universitaria, compartimentada por áreas del saber. La Organización del Conocimiento no escapa a estos desafíos educativos y sus proyecciones, al ser un campo de naturaleza interdisciplinaria *per se*. El objetivo de este trabajo es ofrecer un estado de avance de una investigación iniciada en el año 2021, en la que se analiza el énfasis que le dan a la interdisciplinariedad los docentes responsables de cursos de posgrado enfocados -o relacionados con- la OC, en las universidades iberoamericanas. El abordaje metodológico combina elementos de índole cuantitativa y cualitativa. Se exponen los resultados preliminares de una encuesta, en torno a dos de los cuatro ejes establecidos en la investigación: lugar que le dan los docentes a la interdisciplinariedad en sus concepciones sobre OC; y estrategias y recursos didácticos utilizados por los docentes para incorporar la interdisciplinariedad en la enseñanza. Entre otras conclusiones, los resultados muestran, dentro de las tres formas de abordaje a lo interdisciplinario identificadas (dimensión epistemológica, dimensión y dimensión pedagógica), una variedad importante de enfoques y estrategias, y una preocupación real de los docentes por integrar el conocimiento de diversos orígenes.

Palabras clave: Organización del Conocimiento; Interdisciplinariedad; Posgrado; Docencia universitaria; Evaluación de la enseñanza.

Resumo: A interdisciplinaridade pode ser definida como a comunicação e a colaboração entre as disciplinas acadêmicas. A necessidade de integração disciplinar no ensino universitário decorre do reconhecimento da dificuldade que a fragmentação do conhecimento estabelece para o ensino universitário, compartimentado por áreas de conhecimento. A Organização do Conhecimento não escapa a estes desafios educativos e às suas projeções, pois é um campo de natureza interdisciplinar por si só. O objetivo deste artigo é oferecer um ponto de situação de uma investigação iniciada em 2021, que analisa a ênfase dada à interdisciplinaridade pelos docentes responsáveis por cursos de pós-graduação centrados - ou relacionados - com a OC, em universidades ibero-americanas. A abordagem metodológica combina elementos quantitativos e qualitativos. Os resultados preliminares de um inquérito são apresentados em torno de dois dos quatro eixos estabelecidos na investigação: o lugar dado pelos professores à interdisciplinaridade nas suas concepções de OC; e as estratégias e recursos didáticos utilizados pelos professores para incorporar a interdisciplinaridade no ensino. Entre outras conclusões, os resultados mostram, dentro das três formas de abordagem da interdisciplinaridade identificadas (dimensão epistemológica, dimensão pedagógica e dimensão), uma variedade importante de abordagens e estratégias, e uma preocupação real dos professores em integrar conhecimentos de diferentes origens.

Palavras-chave: Organização do conhecimento; Interdisciplinaridade; Pós-graduação; Ensino universitário; Avaliação do ensino.

¹ Universidad de la República, Uruguay
E-mail: mario.barite@fic.edu.uy 11
ORCID: <https://orcid.org/orcid0000-0002-2992-6582>

² Universidad de la República, Uruguay
E-mail: varenka.parentelli@fic.edu.uy
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2033-7949>

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Resultados. 5. Conclusiones. Referencias bibliográficas.

1. Introducción

La interdisciplinariedad puede definirse, en su enunciación más simple, como “communication and collaboration across academic disciplines” (Jacob y Fickle, 2009, 44). Estos autores confirman, apoyados en numerosas citas, que la interdisciplinariedad es una cuestión tratada en un amplio rango de instancias: en abordajes epistemológicos, en la formación y el desarrollo de teorías, y en investigaciones de corte histórico, político, tecnológico y científico en sentido amplio.

En plan propositivo, Brown, Werbeloff y Raven (2019, 1-2) identifican cinco principios que pueden guiar el trabajo interdisciplinario, más allá de que ellos pongan el foco en la agenda 2030 de las Naciones Unidas: forjar misiones compartidas; formar investigadores que, al tiempo de construir credibilidad disciplinaria a través de la publicación en las principales revistas de su campo, fomenten la capacidad de mirar más allá de sus propias disciplinas y apreciar las normas, teorías, enfoques y avances en otras disciplinas; fomentar los diálogos constructivos; proporcionar soporte institucional; y, reunir a los agentes de la investigación, la formulación de políticas y las instituciones y empresas, para garantizar un impacto en el mundo real. Si bien compartibles en gran medida, estas orientaciones parecen colocar el impulso al trabajo interdisciplinario en los investigadores, cuando en la realidad habitual, la interdisciplina surge como una exigencia de gobiernos, instituciones, empresas y universidades, para ofrecer resultados integrales ante una situación que exige solución sanitaria, tecnológica, científica, social e incluso bélica.

Las cuestiones educativas y pedagógicas también están implicadas, tanto en la formación como en la aplicación de conocimiento construido en forma interdisciplinaria; esto se estudia desde hace muchas décadas (Flexner, 1979; Squires, 1992; Spelt et al., 2009), y mantiene vigencia. De hecho, Jacob y Fickle (2009, 44) analizaron la presencia del término *interdisciplinarity* en los títulos de las revistas registradas por Web of Science entre 1956 y 2007, y al discriminar por disciplinas las 7.694 ocurrencias recogidas, resultó que el área que en su literatura apareció el término más veces (351 equivalente al 4,6 % del total) fue en educación e investigación educativa (Jacob y Fickle, 2009, 47).

La apelación a la interdisciplinariedad, y en consecuencia la necesidad de integración disciplinaria en la docencia universitaria, parte del reconocimiento de la dificultad que la fragmentación del saber establece para la enseñanza universitaria, habitualmente compartimentada por áreas del saber, algunas de ellas con fronteras establecidas hace siglos. En la actualidad, casi cualquier problema vinculado a la naturaleza, la sociedad, la cultura o las personas solo puede ser interpretado y enfrentado con éxito si se apela al concurso de diversas disciplinas (Klein, 1990; Dogan, 1996).

La dimensión pedagógica en la incorporación de la interdisciplina a la enseñanza universitaria exige reconocer, en primer lugar, que las disciplinas involucradas

ponen en juego sus teorías, sus conceptos y sus métodos (Parentelli. 2015, 121). Como explica Klein (1996, 134), esa interacción confluye en el préstamo de herramientas y métodos, en nuevos conceptos y teorías que transforman los objetos que son estudiados en las disciplinas tradicionales, en la creación de interlenguajes y en la formación de comunidades especializadas híbridas.

Parentelli (2015, 121-122) apunta otros elementos de base para enfrentar el trabajo interdisciplinario en el proceso de formación de nuevos investigadores. El primero consiste en tener una actitud abierta para expandir las fronteras epistemológicas de cada disciplina, la que puede lograrse por impulso individual o por motivación colectiva. Parentelli también hace foco en la identificación de las instancias en las cuales un abordaje interdisciplinario es necesario. Ello implica identificar las sociedades posibles entre especialidades, y el tipo de contribución que se espera de cada una de ellas, para estudiar una determinada situación de la realidad. Para esta autora, esto conlleva necesariamente pensar en estrategias concretas para el trabajo interdisciplinario en el aula (Parentelli, 2015, 121-122). Se requiere pues una actitud proactiva de los profesores, un refuerzo de su propia formación docente, una revisión de las técnicas y los métodos de enseñanza, y la revisión de programas y bibliografías.

La Organización del Conocimiento (OC) no escapa a estos desafíos educativos y sus proyecciones. Por el contrario, están en su misma esencia, al tratarse de un campo de naturaleza interdisciplinaria *per se*, según recuerdan en forma recurrente diferentes autores del área (García Marco 1995; McIlwaine 2003; Hjørland 2008; Smiraglia 2014; Szostak, Gnoli and Lopez-Huertas 2016; Guimarães 2017; Salaba 2020). Para esta última autora, la vocación interdisciplinaria de la OC es una consecuencia del hecho de que "knowledge organization is of great importance in a global information landscape, and affects all economic, political, social, and educational sectors" (Salaba 2020, 384).

Muchos de estos autores enumeran diferentes listados de dominios con los cuales la OC mantiene vínculos, en general desde la perspectiva de las contribuciones que el área recibe, y no desde las que puede ofrecer a otros campos del saber. Dentro de esa orientación, Hjørland (2008) destaca los beneficios de armonizar las bases epistemológicas forjadas en otras disciplinas con las de la OC, para asegurar una base sólida a la construcción de las teorías propias.

Esos listados suelen enfatizar en primer término, en los vasos comunicantes esenciales entre OC, Ciencia de la Información y Recuperación de la Información (por ejemplo, Hjørland 2008, 86; Smiraglia 2014, 3). A continuación mencionan un espectro amplio de disciplinas de intersección, desde las ciencias del lenguaje y las tecnologías de la información y la comunicación, hasta las diversas ciencias sociales y humanas. No obstante, son escasos los estudios que buscan ponderar la dimensión de los espacios de intersección de la OC con otros dominios, a partir de la observación empírica. Entre ellos, como piedra de toque, se cuenta un estudio realizado por Ridenour y Smiraglia (2016), que analiza los artículos publicados entre 2011 y 2015 en la revista *Knowledge Organization*, tal como es indizada por categorías temáticas en Scopus. Más allá de los objetivos concretos de esta ponencia, también se apuesta a tomar en consideración los estudios empíricos como

herramienta que permita fundar mejor (o rebatir) las afirmaciones de naturaleza teórica que se encuentran en la literatura habitual del área.

2. Objetivos

El objetivo general de este trabajo consiste en ofrecer un estado de avance de una investigación iniciada en el año 2021, en la que se analizan los énfasis que le dan a la interdisciplinariedad, los docentes responsables de cursos de posgrado enfocados -o relacionados con- la OC, en las universidades iberoamericanas.

En ese marco se establecen además tres objetivos específicos. El primero es profundizar el conocimiento acerca de las concepciones teóricas, los enfoques educativos y las prácticas docentes de los profesores de posgrado iberoamericanos en el área. El segundo objetivo específico consiste en alimentar una base de datos que permita realizar un seguimiento de la problemática en el tiempo. El tercero es aportar un punto de apoyo para la comprensión del desempeño docente en el área, favoreciendo los estudios comparativos y el conocimiento recíproco de las prácticas docentes universitarias en OC en distintos países.

3. Metodología

El abordaje metodológico elegido combina elementos de índole cuantitativa y cualitativa. Las fases que se cumplieron para llevar adelante la investigación fueron las siguientes:

- Determinación del alcance de las expresiones “posgrado”, “Iberoamérica”, “curso enfocado en OC”, y “curso relacionado con OC”. Para ese fin se establecieron las siguientes definiciones operativas: se entiende por posgrado el nivel de formación *stricto sensu*, que refiere exclusivamente al nivel de maestría (tanto profesional como académica) y de doctorado. La denominación “Iberoamérica” abarca en este caso a Portugal, España, y al conjunto de países del continente americano que son herederos culturales y lingüísticos de Portugal y España. Se entiende por “curso enfocado en OC”, aquel en el que los contenidos que se imparten corresponden a tópicos que son específicos del área, mayoritariamente o en su totalidad. Finalmente, se entiende por “curso relacionado con OC”, aquel que integra contenidos propios de la OC -en forma minoritaria- con otros que provienen de otras áreas.

- Identificación de los docentes responsables de los cursos de posgrado en el área iberoamericana (ubicando en todo caso el correo electrónico como elemento de contacto), y relevamiento de los programas de dichos cursos. Esta actividad de compilación no estuvo, ni está, exenta de dificultades, debido a: incertezas respecto a la vigencia o el datado de la información; diversidad de formas de presentación de los datos; invisibilidad de los programas de curso o de sus contenidos; ausencia de la mención del docente, o los docentes responsables.

- Diseño de una encuesta, que agrupa preguntas en torno a cuatro ejes: 1. Concepción de interdisciplinariedad que manejan los docentes. 2. Lugar que le dan los docentes a la interdisciplinariedad en sus concepciones sobre OC. 3. Detalle de los contenidos interdisciplinarios y de la bibliografía externa al área, incorporados a

los cursos de posgrado. 4. Estrategias y recursos didácticos utilizados por los docentes para incorporar la interdisciplinariedad en la enseñanza.

- análisis y cruzamiento de datos.
- presentación de los resultados.

Esta presentación se centra en el análisis del segundo y cuarto eje (lugar que le dan los docentes a la interdisciplinariedad en sus concepciones sobre OC; y estrategias y recursos didácticos utilizados por los docentes para incorporar la interdisciplinariedad en la enseñanza). El universo de estudio lo constituyen las 46 respuestas recibidas de docentes iberoamericanos, hasta el día 31 de agosto de 2023 inclusive. Cabe señalar que la investigación continúa, aunque el nivel de avance permite aventurar que los resultados obtenidos hasta el presente son suficientemente representativos.

4. Resultados y discusión

Se establecen en primer término, algunos de los resultados alcanzados en el marco del eje 2: Lugar que le dan los docentes a la interdisciplinariedad en sus concepciones sobre OC.

De la tabla 1 surge un amplio consenso respecto a que la OC es un campo interdisciplinario. Casi el 70% de los encuestados mencionó estar de acuerdo o totalmente de acuerdo con esa afirmación.

Tabla 1

La OC es un ámbito de naturaleza interdisciplinaria	
Desacuerdo	6, 5%
Parcialmente endesacuerdo	8,7%
Parcialmente de acuerdo	15,2%
De acuerdo	26,1%
Totalmente de acuerdo	43,5%

Fuente: Los autores

Los resultados que se exhiben en la Gráfica 1 muestran además que los docentes de OC de los posgrados iberoamericanos reconocen la influencia de otras disciplinas en la OC, y sitúan esta influencia particularmente en las teorías, en los métodos, en el abordaje del objeto de estudio y en lo instrumental. Con menor frecuencia aparece el abordaje interdisciplinario en la construcción de un lenguaje común y como una posibilidad en la relación de los sujetos. Estas respuestas dan cuenta de una diversidad de concepciones sobre interdisciplinariedad, o quizás, reflejan el convencimiento de los docentes de que se trata de una materia compleja, que se expresa en diferentes maneras en la formación universitaria.

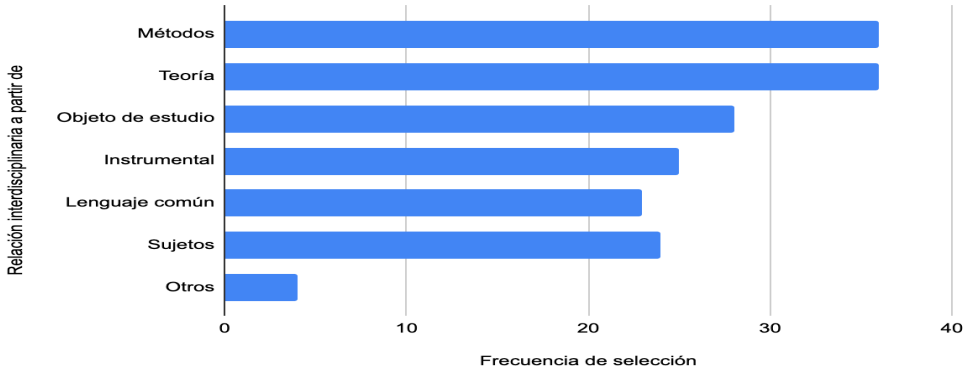


Figura 1. Fuente: los autores.

En cuanto a las respuestas recibidas con relación al eje 4 (Estrategias y recursos didácticos utilizados por los docentes para incorporar la interdisciplinariedad en la enseñanza), cuando se le preguntó a los profesores si habían incorporado conocimientos de otras disciplinas en sus cursos de posgrado el 87,5 % respondió afirmativamente. En cuanto a las disciplinas que tienen alguna presencia en sus cursos, los profesores mencionaron nada menos que 78 campos del saber diferentes, en un total de 156 menciones.

A efectos de facilitar la organización de los datos, los 78 dominios del saber se agruparon considerando su proximidad disciplinaria, según la opinión de los responsables del estudio. Se es consciente de que pudieron tomarse otras opciones (como situar los dominios mencionados en la encuesta en las clases o categorías temáticas de una base de indización o de un sistema de clasificación), pero se entendió más adecuado partir del universo de respuestas (técnica bottom-up), antes que de cartografías previas del universo del conocimiento las que, por otra parte, difieren bastante entre ellas.

Agrupados inductivamente los dominios por macroáreas, los porcentajes de las menciones asociadas a cada una de ellas se distribuyeron de la siguiente manera:

Tabla 2

Macroárea	%
Ciencia de la Información	26.3
Filosofía. Epistemologías	11.5
Lingüística	20.5
Ciencias sociales y humanas	23.7

Tecnologías	12.8
Otros: Matemáticas. Capacitación en investigación. Metodologías. Biología, Física.	5.1

Fuente: Los autores

No sorprende que los vínculos más recurrentes que se mencionan sean con la Ciencia de la Información, la Filosofía, la Epistemología y la Lingüística, un dato que confirma lo que anticipa el sentido común. Sin embargo, es sugestivo el bajo porcentaje de menciones a las tecnologías, lo que permite suponer que los docentes priorizan los abordajes teóricos y metodológicos antes que los instrumentales.

Al consultar a los docentes sobre la manera en que se expresa el vínculo entre esas disciplinas y la OC en el programa de sus cursos, la integración de teorías, de métodos, conceptos y autores fueron los ítems más seleccionados, como muestra la Gráfica 2. También en este caso, la tendencia de las respuestas muestra una diversidad que nuevamente da cuenta de una coexistencia de diversas concepciones de lo interdisciplinario.

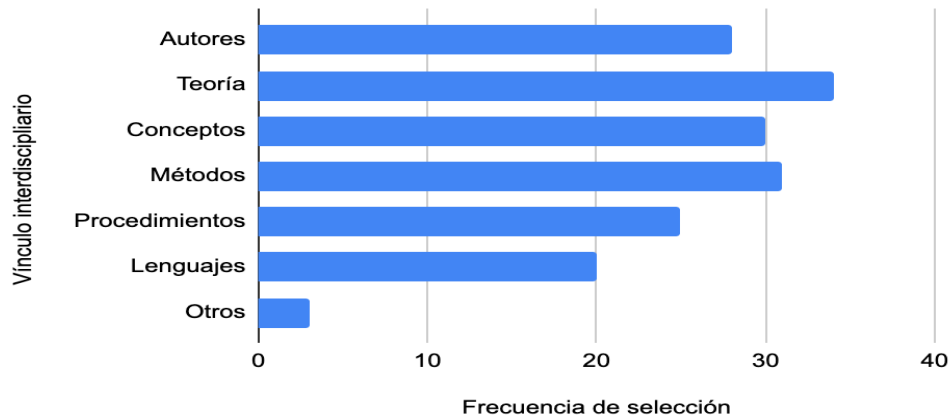


Figura 2. Fuente: Los autores.

Al comparar las figuras 1 y 2 puede identificarse, como elemento consistente, que tanto las teorías como los métodos aparecen entre los más seleccionados para el desarrollo de la interdisciplina, tanto en la concepción misma de lo interdisciplinario como en el abordaje integral en sus cursos.

Preguntados los docentes sobre las estrategias didácticas que utilizan para promover la integración disciplinar en sus cursos, los resultados muestran que el 62,9% incorpora el aprendizaje colaborativo, el 54,3% el aprendizaje basado en problemas, el 51,4% el aprendizaje basado en proyectos y el 8,6 % ninguno de los anteriores.

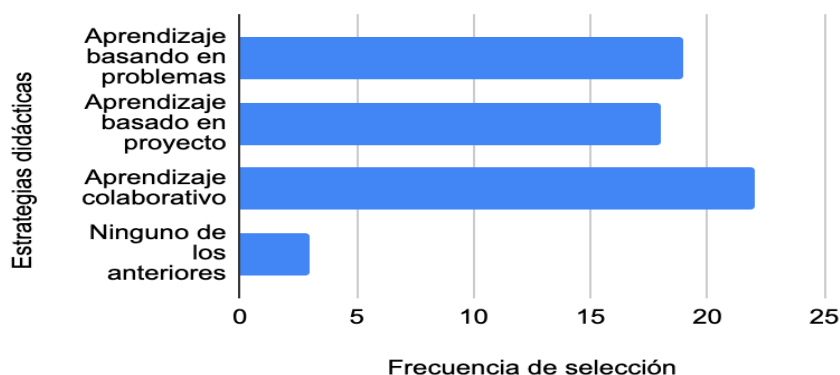


Figura 3. Fuente: Los autores.

Al ofrecer un conjunto de opciones para recoger respuestas sobre los objetivos de aprendizaje buscados en las mencionadas estrategias, la selección fue: 88,6% comprender, 82,9% analizar, 74,3% aplicar, 68,6% evaluar, 57,1% crear, 20% recordar. Esto parecería indicar una apuesta por promover el espíritu analítico y la creatividad, por sobre un modelo de enseñanza memorística.

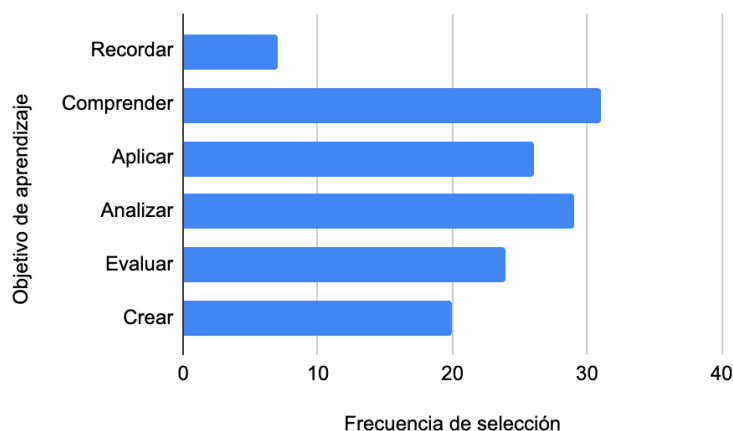


Figura 4. Fuente: Los autores.

La comprensión de conceptos, el análisis de situaciones y la aplicación de conocimientos destacan claramente como los objetivos de aprendizaje más buscados por los docentes en sus cursos. La evaluación y la creación también tienen altas tasas de respuesta, en línea con los objetivos habituales de los programas de posgrado. Al realizar un análisis cruzado entre las estrategias didácticas y los objetivos de aprendizaje, se visualiza una coherencia de diseño, ya que el análisis y la aplicación

como objetivos de aprendizaje (que incluyen la comprensión) son fundamentales para las estrategias asociadas al aprendizaje basado en problemas y en proyectos.

En cuanto a las actividades didácticas desarrolladas en los cursos para promover la integración disciplinar, de las opciones (cerradas) en la encuesta, las más seleccionadas fueron trabajo en grupo (74,3%), seminarios (71,4%), análisis crítico y lecturas comentadas (65,7%), estudio de casos (60%), invitación de expertos de otras disciplinas (57,1%), debates teóricos (57,1%), Resolución de ejercicios (51,4%), trabajos prácticos (51,4%), problematización conceptual (51,4%) y elaboración de proyectos (51,4%). También fueron incluidas otras actividades didácticas, aunque aparecen con menor frecuencia de selección por los encuestados.

Los encuestados realizaron algunas descripciones sobre la estrategia didáctica en la que se incorporaron las actividades seleccionadas. Al analizarlas se observa un fuerte énfasis en las estrategias asociadas al planteamiento, resolución y estudio de problemas y/o casos, y al trabajo en grupo. Aparece también la exposición teórica, y en menor medida, pero de manera repetitiva, el debate y la invitación a otros especialistas. Asociado a lo anterior, aparece transversalmente el análisis como objetivo de aprendizaje y en menor medida la aplicación. Esto se refleja en los ejemplos compartidos por los encuestados.

Cuando se preguntó a los docentes sobre los aspectos, elementos y/o condiciones que deben darse para promover un enfoque interdisciplinario en la formación, el tenor de las respuestas habilitó su agrupación en las siguientes dimensiones: a) dimensión epistemológica (la especificidad y el dominio disciplinario, enfoque teórico y metodológico, aproximación al problema/objeto de estudio); b) dimensión ideológica (complejidad, apertura a la integración); y, c) dimensión pedagógica (estrategias didácticas específicas, recursos didácticos, equipo docente multidisciplinar).

Del conjunto de respuestas no se desprenden claramente las condiciones a partir de las cuales se puede considerar que se ha cumplido un proceso interdisciplinario en la formación universitaria. No obstante, aportan una cantidad importante de datos útiles en sí mismos, que se pueden cruzar para un mejor aprovechamiento.

El consenso docente sobre la naturaleza constitutivamente interdisciplinaria de la OC, también se refuerza con la variedad de autores de otras disciplinas que utilizan en las bibliografías de sus cursos.

Las estrategias de enseñanza más utilizadas son el aprendizaje colaborativo y el basado en problemas. Esto se corresponde de forma coherente con las actividades didácticas propuestas (trabajos en grupo, seminarios, análisis crítico y lecturas comentadas, estudio de casos, invitación de expertos de otras disciplinas, debates teóricos, resolución de ejercicios, trabajos prácticos, problematización conceptual y elaboración de proyectos. Esto además se condice con los objetivos de aprendizaje buscados en cuanto a la comprensión, aplicación y actitud crítica y creativa para el fomento de la investigación.

5. Conclusiones

Aunque se puede afirmar que a lo largo de las últimas décadas existen profundos avances sobre el desarrollo conceptual de la interdisciplina, continúa el debate sobre su significado e implementación. La cuestión interdisciplinaria se imprime en las agendas científicas aunque sigue representando una preocupación en todas las disciplinas, sobre todo porque parecería que casi no hay disciplina que no necesite hoy de algún tipo de confluencia, intersección o colaboración con alguna otra, desde la Música a la Física, desde la Medicina forense a la Sociología, y desde la Biología a la Ciencia de la Información.

La preocupación también se manifiesta en la educación. Puesto que ésta se ha diseñado tradicionalmente bajo una lógica disciplinaria, el desafío se sitúa en cómo educar con una perspectiva amplia en la formación primaria y secundaria. En la universidad esta preocupación se acrecienta, porque la educación con características interdisciplinarias debe atender tanto la formación de profesionales como la de investigadores. En ese sentido, la enseñanza universitaria es responsable de conservar, crear y resignificar el conocimiento científico y profesional al tiempo que, además de enseñar debe formar académicos con capacidades críticas. En ambos casos, es factible que esas personas deban integrar equipos interdisciplinarios en los cuales debe ser tan significativa la calidad de la contribución disciplinar propia como la humildad para integrar el conocimiento especializado ajeno.

Al consultar sobre la influencia de otras disciplinas en la OC y cómo estas se relacionan en sus cursos de posgrados, puede inferirse una coexistencia entre concepciones diversas de interdisciplina. Es decir, si bien la teoría desarrollada sobre la interdisciplina da cuenta de una polisemia que la sitúa en dimensiones ideológicas, epistemológicas, filosóficas y pedagógicas, en las respuestas de los docentes estas visiones confluyen y se solapan entre sí. En efecto, los docentes no discriminan ni ponderan entre aspectos teórico-conceptuales, metodológicos o bien relacionados con el objeto de estudio, al momento de transmitir de qué manera otras disciplinas se integran con la OC.

Entre otras conclusiones, se estima que los parámetros de análisis establecidos han sido útiles para obtener respuestas muy claras en relación a casi todas las interrogantes que guían la investigación. Son particularmente resaltables las respuestas a preguntas abiertas, que aportan contexto y profundidad al conjunto de opiniones y valoraciones. Los resultados muestran, dentro de las tres formas de abordaje a lo interdisciplinario identificadas (dimensión epistemológica, dimensión y dimensión pedagógica), una variedad importante de enfoques y estrategias, y una preocupación real de los docentes por integrar el conocimiento de diversos orígenes.

Al tratarse de una investigación en curso, los hallazgos obtenidos son obviamente parciales. Estos resultados se verán sustancialmente enriquecidos en los próximos meses con el análisis de los programas de los cursos y la triangulación de datos. El compromiso de los responsables del proyecto es dejar a disposición de los docentes iberoamericanos y de otras latitudes, los datos y los avances de la investigación, para contribuir a favorecer una revisión fundamentada de sus prácticas y de sus orientaciones didácticas y pedagógicas.

Referencias Bibliográficas

- Brown, Rebekah Brown, Lara Werbeloff, and Rob Raven. 2019. "Interdisciplinary Research and Impact". *Global Challenges*, 3(4): 1-4. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/gch2.201900020>
- Dogan, Mattei. 1996. "The Hybridization of Social Science Knowledge". *Library Trends* 45: 296-314.
- Flexner, Hans. 1979. "The Curriculum, the Disciplines and Interdisciplinarity in Higher Education: Historical Perspectives". In: *Interdisciplinarity and Higher Education*. Edited by Joseph J. Kockelmans. The Pennsylvania State University Press, 93-122.
- García Marco, Francisco Javier. 1995. "Los Contenidos y la Secuencia Docente de la Organización y Representación del Conocimiento: una Propuesta Interdisciplinar". En *Organización del Conocimiento en Sistemas de Información y Documentación* 1: 219-228. <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2341341.pdf>
- Guimarães, Jose Augusto Chaves. 2017. "Organização do Conhecimento: Passado, Presente e Futuro sob a Perspectiva da ISKO". *Informação & Informação, Londrina* 22: 84 – 98,
- Hjørland, Birger. 2008. "What is Knowledge Organization?" *Knowledge Organization* 35: 86-101.
- Jacobs, Jerry and Scott Fickle. 2009. "Interdisciplinarity: A Critical Assessment". *The Annual Review of Sociology*, 35: 44-65.
- Klein, J. T. 1990. *Interdisciplinarity: History, Theory and Practice*. Detroit, Wayne State University Press.
- McIlwaine, I.C. 2003. "Trends in Knowledge Organization Research". *Knowledge Organization* 30: 75-86.
- Parentelli, Varenka. 2015. *La Concepción de los Docentes con Respecto a la Inclusión de la Interdisciplina en la Enseñanza de Grado: Un Estudio a Partir de los Espacios de Formación Integral. Tesis de Maestría*. Montevideo: Universidad de la República.
- Ridenaur, Laura, and Richard P. Smiraglia. 2016. "How Interdisciplinary is Knowledge Organization?: An Epistemological View of Knowledge Organization as a Domain. In: *Proceedings of the Fourteenth International ISKO Conference, 27-29 September 2016, Rio de Janeiro, Brazil*. Edited by Jose Augusto Chaves Guimarães, Suellen Oliveira Milani and Vera Dodebei. *Advances in Knowledge Organization*, 17. Würzburg: Ergon, 43-50.
- Salaba, Athena. 2020. "Knowledge Organization Requirements in LIS Graduate Programs". In *Proceedings of the Sixteenth International ISKO Conference, 2020 Aalborg, Denmark*, edited by M. Lykke, T. Svarre, M. Skov and D. Martínez-Ávila. *Advances in Knowledge Organization*, 17. Würzburg: Ergon, 384-93.
- Smiraglia, Richard P. 2014. *The Elements of Knowledge Organization*. N.Y.: Springer.
- Spelt, Elisabeth J. H., Harm J.A. Biemans, Tobi Hilde, Pieterneel A. Luning, and Martin Mulder. 2009. "Teaching and Learning in Interdisciplinary Higher Education: A Systematic Review". *Educational Psychology Review*, 21: 365-378.
- Szostak, R., C. Gnoli, and M. J. Lopez-Huertas. 2016. *Interdisciplinary Knowledge Organization*. Switzerland: Springer.

Estudio comparativo de funcionalidades de organización de información en gestores de referencias bibliográficas

Jesús Tramullas¹; Ana I. Sánchez-Casabón²; Piedad Garrido-Picazo³

Resumen: Los estudios sobre gestores de referencias bibliográficas se han centrado tradicionalmente en la comparación de funcionalidades, y en el estudio de los procesos de importación de datos y formación de referencias. Este trabajo propone un análisis de funcionalidades de organización de información, tomando como partida un modelo de calidad de software basado en la ISO/IEC 25010 (SquaRE). El modelo desarrollado propone quince atributos, que han sido valorados usando una escala numérica simple. Los atributos muestran que este tipo de herramientas usan aproximaciones tradicionales a la organización de la información. El instrumento de análisis ha sido aplicado sobre cinco herramientas. Se han obtenido unos resultados cuantitativos que permiten valorar las capacidades de organización de información del software estudiado. Los resultados obtenidos demuestran que un modelo de calidad completo para este tipo de estudios debe combinar el análisis de funcionalidades con el análisis de la calidad de uso. Además sería necesario integrar en los modelos los aspectos relacionados con la facilidad de uso que son de relevancia para los usuarios.

Palabras clave: Referencias bibliográficas; Software; Evaluación; Modelo de calidad; Organización de información.

Resumo: Os estudos sobre gestores de referências bibliográficas têm-se centrado tradicionalmente na comparação de funcionalidades, e no estudo dos processos de importação de dados e formação de referências. Este trabalho propõe uma análise das funcionalidades de organização da informação, tomando como ponto de partida um modelo de qualidade de software baseado na norma ISO/IEC 25010 (SquaRE). O modelo desenvolvido propõe quinze atributos, que foram avaliados através de uma escala numérica simples. Os atributos mostram que este tipo de ferramenta utiliza abordagens tradicionais de organização da informação. O instrumento de análise foi aplicado a cinco ferramentas. Foram obtidos resultados quantitativos para avaliar as capacidades de organização da informação dos programas informáticos estudados. Os resultados obtidos mostram que um modelo de qualidade completo para este tipo de estudo deve combinar a análise das funcionalidades com a análise da qualidade de utilização. Além disso, seria necessário integrar nos modelos os aspectos relacionados com a facilidade de utilização que são relevantes para os utilizadores.

Palavras-chave: Referências bibliográficas; Software; Avaliação; modelo de qualidade; organização da informação.

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Modelo de calidad. 5. Resultados. 6. Discusión. 7. Conclusiones. Referencias bibliográficas.

¹ Depto. Ciencias de la Documentación, Univ. de Zaragoza
E-mail: tramullas@unizar.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5374-9993>

² Depto. Ciencias de la Documentación, Univ. de Zaragoza
E-mail: asanchez@unizar.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0908-1615>

³ Depto. Informática e Ingeniería de Sistemas, Univ. de Zaragoza
E-mail: piedad@unizar.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1750-7225>

1. Introducción

Los gestores de referencias bibliográficas son un tipo de herramienta de software diseñado para dar soporte a las tareas de captura, organización y publicación de datos bibliográficos, en el marco de los procesos de publicación de documentos científicos y técnicos. Se trata de herramientas de software que deben permitir que los usuarios puedan organizar la información de manera eficaz y eficiente, para su integración en la producción de nuevos documentos altamente especializados. En este contexto, y dado el creciente volumen de datos bibliográficos, el usuario necesita funcionalidades que le permitan organizar los datos de manera dinámica y adaptable, según desarrollen sus procesos de publicación.

La evaluación del software de gestión de referencias bibliográficas ha sido objeto de un buen número de publicaciones académicas (Tramullas, Sánchez-Casabón & Garrido-Picazo, 2015). Desde su aparición y difusión, y dada la relevancia de estas herramientas de software en el proceso de la publicación científica y técnica, se han sucedido los estudios que abordaban sus características y funcionalidades, adoptando un enfoque descriptivo y comparativo (Gilmour & Cobus-Kuo, 2011; Hensley, 2011). Estos trabajos establecían las funcionalidades que debía ofrecer un modelo ideal de gestor de referencias, desde una teórica perspectiva e experto, y procedían a contrastarlo con las prestaciones de las herramientas evaluadas. Sin embargo, y como ha señalado Marino (2012), esta aproximación resulta problemática ya que se limita a revisar funcionalidades, sus resultados suelen ser de validez temporal (dada la evolución de las versiones del software), y pueden ignorar otros criterios no funcionales que pueden ser relevantes para los usuarios. Este planteamiento ha llevado a que se vayan publicando estudios que abordan la evaluación de estas herramientas de software desde la perspectiva de los usuarios, estudiando sus preferencias y formas de uso (Cai, Chen, Huang y Ritter, 2021).

La Technical University of Munich publica un detallado informe técnico sobre las características y funcionalidades del software de gestión de referencias desde 2014. Actualmente en su versión 9 (2022), el informe se organiza en bloques dedicados a especificaciones técnicas, importación, formato de datos, edición, visualización y búsqueda, colaboración, estilos de cita, miscelánea y facilidad de uso. Sin embargo, no aborda en profundidad aspectos muy detallados, ya que se limita a la comprobación de la existencia de la funcionalidad.

2. Objetivos

Este trabajo lleva a cabo un estudio comparativo de las funcionalidades de organización de datos bibliográficos que ofrecen los gestores de referencias bibliográficas, y sus objetivos son:

- Identificar las funcionalidades de organización de datos bibliográficos y crear un modelo ideal.
- Desarrollar un instrumento de análisis y evaluación basado en el modelo.

- Analizar los principales gestores de referencias bibliográficas con el instrumento de análisis.

3. Metodología

El proceso de investigación se ha llevado de manera secuencial, en consonancia con la formulación de objetivos. Las fases que se han llevado a cabo son las siguientes:

1. Búsqueda bibliográfica y consulta de normas de referencia.
2. Definición del modelo ideal de funcionalidades.
3. Creación de un modelo de evaluación basado en el modelo de funcionalidades.
4. Selección de las herramientas a evaluar.
5. Aplicación del modelo de evaluación y obtención de resultados.
6. Análisis comparativo.

Para el objeto de este estudio, se entiende organización de información como el conjunto de funcionalidades que permiten ordenar, seleccionar, filtrar y gestionar conjuntos de referencias, en virtud de criterios definidos por el usuario.

El marco genérico adoptado es el establecido por las normas de evaluación de la calidad del software. Estas normas permiten definir modelos de evaluación para herramientas de software, que incluyen diferentes facetas. En este estudio se ha aplicado los principios establecidos por la norma ISO/IEC 25010 (*SquaRE*), desde el punto de vista del usuario final. Se han determinado las características de primer nivel para el dominio objeto de evaluación, que a su vez han sido descompuestas en subcaracterísticas y en atributos de calidad medibles.

El análisis previo de las características disponibles para la organización de información en los gestores de referencias bibliográficas revela cinco tipos de funcionalidades:

- Aquellas que usan los datos específicos de las referencias como criterios de organización. En este grupo se engloban datos como la autoría, el título, la fecha de publicación, o el volumen o revista en que ha sido publicado el trabajo en cuestión. Los gestores de referencias incluyen funcionalidades para seleccionar y ordenar las referencias usando estos criterios.
- Aquellas que utilizan datos bibliográficos complementarios para establecer criterios de selección. Los gestores de referencias pueden incorporar, para cada referencia, diferentes datos descriptivos que luego no son utilizados para la formación de la referencia, como el resumen, las palabras clave de autor, o las fechas de incorporación y/o modificación del registro a la base de datos propia del gestor. En este grupo hay que destacar, por su importancia, las palabras clave de autor y las etiquetas.
- Aquellas que permiten que el usuario cree agrupaciones de referencias según sus propios criterios, mediante la creación de conjuntos y subconjuntos.

Estas agrupaciones pueden recibir diferentes nombres, como biblioteca (*Zotero*), colección (*Mendeley*), o bibliotecas y grupos (*JabRef*). Se presentan de forma jerárquica.

- Aquellas que permiten establecer relaciones entre referencias, también según criterio del usuario. Se trata de funcionalidades que permiten crear relaciones o enlaces entre referencias, del tipo uno a uno o uno a muchos. Estas relaciones se estructuran de manera hipertextual, de forma independiente a otras funcionalidades de organización, como las colecciones o grupos o las etiquetas.
- Y, finalmente, aquellas que permiten al usuario indicar el estado de lectura o consulta de un documento (leído/no leído/en curso), o establecer una valoración sobre el trabajo que se trate, tanto de tipo cualitativo como cuantitativo.

4. Modelo de calidad

Este trabajo se propone crear un modelo de calidad que permita evaluar la calidad de determinadas funcionalidades de los gestores de referencias bibliográficas (Tabla 1). Para ello, toma como base las líneas generales especificados en la norma ISO/IEC 25010:2011, *Systems and Software Quality Requirements and Evaluation (SquaRE)*. La evaluación se ha llevado a cabo mediante el método de inspección de aspectos funcionales. Se han establecido los requerimientos identificados en el apartado 2 de este trabajo como subcaracterísticas y atributos del modelo de calidad del producto.

Tabla 1. Propósito del modelo de calidad

	Descripción	Definición
Entidad	¿Qué software debe ser analizado?	Gestores de referencias bibliográficas
Propósito	¿Por qué debe de ser analizado?	Para desarrollar un proceso de evaluación
Foco de calidad	¿Qué características del software deben de ser analizadas?	Las características de organización de información
Punto de vista	¿Quién utilizará los datos de evaluación?	Los resultados pueden ser utilizados por investigadore/as y por profesionales de la información y la documentación
Contexto	¿En qué contexto/entorno la evaluación se lleva a cabo?	En el contexto del desarrollo de un proceso de investigación

Fuente: elaboración propia

Aunque la norma establece un conjunto de características estandarizadas, para el objetivo de este trabajo no resultan de aplicabilidad, excepto la Adecuación

Funcional y sus subcaracterísticas Completitud funcional y Pertinencia funcional. Por este motivo se ha optado por elaborar y desarrollar subcaracterísticas propias y los atributos derivados de Pertinencia funcional, ajustados a las funcionalidades específicas que se desean evaluar (Tabla 2).

Tabla 2. Modelo de calidad de producto

Caracte- rística	Subcaracterís- tica	Atributos	Explicación
Pertinencia funcional	Uso de datos de referencia	Ordenación por datos/campos	Capacidades para ordenar y visualizar conjuntos de referencias usando columnas de datos (autor, año, publicación...) individuales y/o combinados
		Combinación de datos/campos	
		Configuración de selección de datos/campos	
	Uso de datos complementarios	Creación y gestión de etiquetas/palabras clave de usuario	Capacidades para ordenar y visualizar conjuntos de referencias usando columnas de datos (autor, año, publicación...)
		Creación y gestión de palabras clave de autor	
		Uso de etiquetas/palabras clave para filtrado	
		Uso combinado de etiquetas/palabras clave para filtrado	
		Uso de fecha de incorporación	
		Uso de fecha de modificación	
	Agrupaciones	Creación de colecciones/carpetas	Capacidades para crear, y gestionar estructuras jerárquicas de agrupación y tratamiento de referencias
		Creación de estructuras jerárquicas de colecciones carpetas	
	Relaciones entre referencias	Creación de relaciones unidireccionales	Capacidades para relacionar referencias según criterios de usuario
		Creación de relaciones bidireccionales	
	Lectura y	Estado de consulta/lectura	Capacidades para

	valoración	Valoración de calidad	establecer indicadores útiles al usuario del proceso de consulta
--	------------	-----------------------	--

Fuente: elaboración propia

Los gestores de referencias evaluados han sido *Zotero* 6.0.27, *JabRef* 5.10, *Mendeley* 2.100.0, *EndNote* 21 (Agrawal y Rasouli, 2019) y *Refworks* (September 12, 2023 Release). Cada atributo ha sido valorado en una escala de (No cumple), 1 (Cumple parcialmente) y 2 (Cumple completamente). No se ha establecido una escala que determine la importancia de cada uno de los atributos en relación con el resto. Las pruebas realizadas son de tipo Caja Negra, lo que significa que se han centrado en lo que el software debe hacer, sin entrar en cómo lo hace internamente.

El estudio realizado excluye el análisis de los mecanismos y funcionalidades de búsqueda de texto, tanto del contenido de los campos de datos de cada referencia, como del contenido completo en caso de gestionar documentos. El análisis se ha llevado a cabo contra la instalación estándar de cada herramienta. Aunque *Zotero* puede aumentar sus funcionalidades mediante la incorporación de plugins, no se han utilizado en este caso. Finalmente, hay que señalar que no se han evaluado estos atributos para las funcionalidades de trabajo colaborativo que ofrecen los productos de software estudiados.

5. Resultados

Los resultados cuantitativos de la aplicación del modelo de calidad con los atributos y escala de valoración diseñados se recoge en la Tabla 3. Los resultados cuantitativos han sido complementados con una valoración cualitativa, basada en la revisión de uso de las funcionalidades, así como con los resultados óptimos esperados.

Tabla 3. Resultados

	<i>Zotero</i>	<i>JabRef</i>	<i>Mendeley</i>	<i>Endnote</i>	<i>Refworks</i>
Ordenación por datos/campos	2	2	1	2	1
Ordenación combinada por datos/campos	2	0	0	0	0
Configuración de selección de datos/campos	2	2	0	2	0
Creación y gestión de etiquetas/palabras clave de usuario	2	2	1	2	1
Creación y Gestión de palabras clave de autor (independiente de etiquetas)	0	0	0	0	0

Uso de etiquetas/palabras clave para filtrado	2	2	2	2	2
Uso combinado de etiquetas/palabras clave para filtrado	2	2	0	2	0
Uso de Fecha de incorporación	2	2	2	2	2
Uso Fecha de modificación	2	2	0	2	0
Creación de colecciones/carpetas	2	2	2	2	2
Creación de estructuras jerárquicas de colecciones carpetas	2	2	2	2	2
Creación de relaciones unidireccionales	2	0	0	0	0
Creación de relaciones bidireccionales	2	0	0	0	0
Estado de consulta/lectura	2	2	1	2	0
Valoración de calidad	0	2	1	1	0
TOTALES	26	22	12	21	10

Fuente: elaboración propia

Los resultados obtenidos durante el proceso de investigación responden a dos grupos principales:

- En primer lugar, aquellos referidos a la validez y corrección del modelo de evaluación diseñado y aplicado. El resultado del proceso de elaboración y aplicación permite afirmar que se trata de una propuesta sistemática de evaluación, que permite eliminar sesgos y obtener resultados medibles y comprobables. La creación y utilización de modelos de evaluación basados en normas de calidad del software es aplicable sobre herramientas en las que predomina una aproximación cualitativa a la información.
- En segundo lugar, los resultados específicos obtenidos de la evaluación de las herramientas de software objeto de estudio. El contraste entre las funcionalidades que ofrecen las diferentes herramientas de software analizadas y el modelo de evaluación permite avanzar los siguientes resultados:
 - Se identifican dos tipos de funcionalidades para la organización de información basadas en los datos de las referencias. En primer lugar, aquellas basadas en la ordenación directa, las cuales generan listados atendiendo a diferentes criterios, generalmente limitados a criterios alfabéticos y/o cronológicos. En segundo, aquellas

derivadas de la creación de vocabularios basados en conjuntos de palabras clave y/o etiquetas, en autorías, y en títulos de publicaciones (seriadas, congresos, volúmenes colectivos...).

- El uso potencial de las etiquetas o palabras clave, de especial relevancia para los usuarios, se encuentran muy limitados por las funcionalidades que incorporan los productos software analizados. Características como el resalte de tamaño por volumen de uso, las nubes de etiquetas, o el coloreado distintivo (Fig. 1) no son comunes, lo que limita su utilidad para los usuarios.

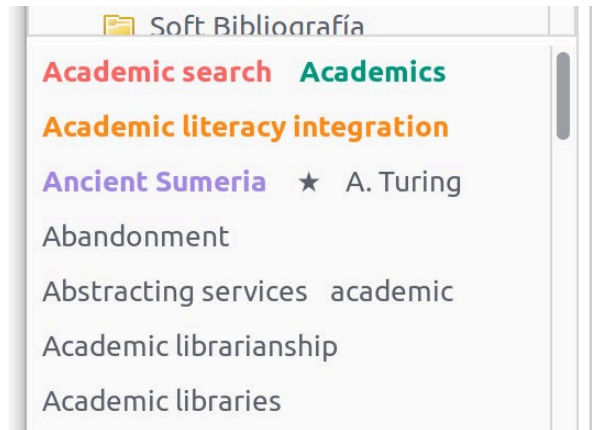


Fig 1. Etiquetas en Zotero

- Los vocabularios creados pueden usarse, en algunas herramientas, para crear filtros de selección de referencias, pero sólo en *JabRef* posibilitan la creación automática de grupos específicos (Fig. 2).
- Las herramientas ofrecen funcionalidades de organización jerárquica basadas en criterios específicos del usuario, que pueden ser externos y ajenos a los datos bibliográficos. Responden a la metáfora de estructuras jerárquicas, como colecciones o carpetas y sus subdivisiones.

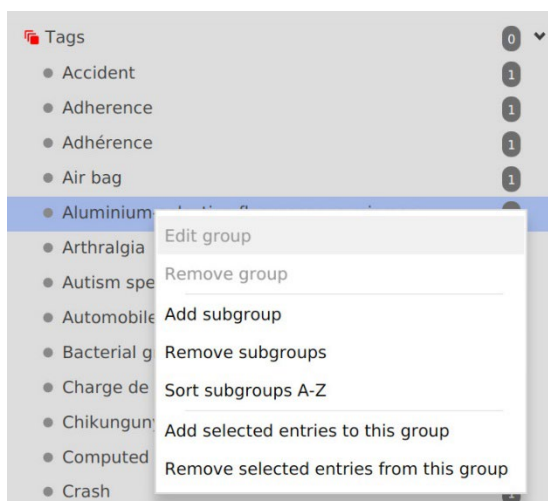


Fig.2. Creación de grupos basados en etiquetas en Jabref

- Debe destacarse la carencia de otras funcionalidades que faciliten a los usuarios la aplicación de criterios diferentes para la organización de información.

6. Discusión

El análisis y discusión de los resultados obtenidos permite establecer el estado general del objeto de estudio, al tiempo que hace posible la identificación de carencias, lo que permite identificar áreas de mejora para nuevos procesos de evaluación, y para futuras versiones de los gestores de referencias bibliográficas.

El modelo de calidad aplicado se ha centrado en la evaluación de funcionalidades. Sin embargo, una evaluación completa, que contemplase la calidad en el uso de las funcionalidades debería ser llevada a cabo combinando la aproximación propuesta con las pautas recogidas en la norma ISO/IEC 25022:2016, *SQuaRE -- Measurement of Quality in Use*.

La evaluación de algunos atributos ha permitido identificar desarrollos específicos de la funcionalidad en algunas de las herramientas revisadas, que superan la prestación esperada. Esto debe llevar a formular un modelos de evaluación más detallados, que aumenten el número de atributos y su granularidad, de forma que se puedan obtener mejores resultados.

Hay que destacar que las funcionalidades disponibles en las herramientas analizadas son muy limitadas. La generación de listados atendiendo a criterios alfabéticos de autoría, o de título, o de publicación, o el uso de criterios cronológicos de ordenación, no deberían considerarse realmente como una funcionalidad de organización de información, ya que se trata meras ordenaciones, antes que de verdaderas posibilidades de organización.

En lo que respecta al aprovechamiento de los datos bibliográficos, las herramientas son capaces de generar vocabularios usando las palabras clave de autor

o las etiquetas introducidas por el usuario (Heckner, Mühlbacher y Wolff, 2008), pero se trata de meras recopilaciones de términos, que no pueden ser procesadas posteriormente para generar estructuras de organización más complejas y especializadas. Tampoco son comunes las funcionalidades que permitan crear una organización de la información de tipo relacional, mediante asociación entre referencias. En contraste, son comunes las funcionalidades de organización jerárquica tradicional de información.

Deben destacarse las notables limitaciones que ofrecen las herramientas basadas exclusivamente en web, frente a aquellas que ofrecen versiones completas de escritorio. Es destacable en este aspecto la involución de *Mendeley Reference Manager*, aplicación web (la versión de escritorio es una simple interfaz local) que ha sustituido a *Mendeley Desktop*, y que ha perdido en el proceso prestaciones potentes y relevantes, que resultan en un notorio empobrecimiento de funcionalidades para el usuario final.

7. Conclusiones

Los gestores de referencias bibliográficas no han integrado, en su formulación actual, funcionalidades avanzadas de organización de la información, ni aprovechan nuevos desarrollos de organización, análisis y visualización de datos, existentes en otras herramientas de procesamiento de información (Hull, Pettifer y Kell, 2008). Si bien sus prestaciones de importación e integración de datos han avanzado, las herramientas muestran carencias cuando se requiere ir más allá del mero soporte a los procesos de publicación, y se necesita emplearlas como herramientas de gestión de información. Por ejemplo, sólo *Zotero* ofrece la posibilidad de visualizar líneas de tiempo para conjuntos de referencias. Difícilmente progresarán las prestaciones de estas herramientas de software si los usuarios se acostumbran a un aprovechamiento mínimo.

(Nilashi et al. 2019) han desarrollado un estudio sobre un grupo de usuarios, mediante el cual han establecido un conjunto de ocho funciones, en las cuales clasifican las diferentes funcionalidades del software de gestión de referencias. Se trata de funciones de especificación técnica, de cita, de importación, de colaboración, de facilidad de uso, de búsqueda/visualización, de edición y de formato de datos. El análisis MICMA hecho por estos autores establece que la facilidad de uso es el aspecto más influyente para los usuarios. Este hecho debe llevar a reformular los modelos de evaluación y los procesos de soporte a usuarios por parte de los profesionales (Berry et al, 2020).

Referencias bibliográficas

- Agrawal, A. & Rasouli, M. (2019). *EndNote 1-2-3 Easy!* Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-24889-5_2
- Berry, T. U., Milewski, S. D., Sexton, M. C., Sharp, A. L., & Williamson, J. M. (2020). Understanding user needs for citation management program support. *Public Services Quarterly*, 16(2), 71-82. <https://doi.org/10.1080/15228959.2019.1687070>

- Cai, T., Chen, C., Huang, T.-H., & Ritter, F. E. (2021). What Makes A Good Reference Manager? A Quantitative Analysis of Bibliography Management Applications. *Asian CHI Symposium 2021*, 64-69. <https://doi.org/10.1145/3429360.3468183>
- Gilmour, R., & Cobus-Kuo, L. (2011). Reference Management Software: a Comparative Analysis of Four Products. *Issues in Science and Technology Librarianship*, (66). <https://doi.org/10.29173/istl1521>
- Heckner, M., Mühlbacher, S. & Wolff, C. (2008). Tagging tagging. Analysing user keywords in scientific bibliography management systems. *Journal of Digital Information*, 9(2), <https://jodi-ojs-tdl.tdl.org/jodi/article/view/246> .
- Hensley, M. K. (2011). Citation Management Software: Features and Futures. *Reference & User Services Quarterly*, 50(3), 204-208. <https://journals.ala.org/index.php/rusq/article/download/3962/4448>
- Hull, D., Pettifer, S. R., & Kell, D. B. (2008). Defrosting the Digital Library: Bibliographic Tools for the Next Generation Web. *PLOS Computational Biology*, 4(10), e1000204. <https://doi.org/10.1371/journal.pcbi.1000204>
- ISO/IEC 25010:2011, *Systems and Software Quality Requirements and Evaluation (SquaRE)*
- ISO/IEC 25022:2016, *SQuaRE -- Measurement of Quality in Use*.
- Marino, W. (2012). Fore-cite: Tactics for evaluating citation management tools. *Reference Services Review*, 40(2), 295-310. <https://doi.org/10.1108/00907321211228336>
- Nilashi, M., Dalvi, M., Ibrahim, O., Zamani, M., & Ramayah, T. (2019). An interpretive structural modelling of the features influencing researchers' selection of reference management software. *Journal of Librarianship and Information Science*, 51(1), 34-46. <https://doi.org/10.1177/0961000616668961>
- Technical University of Munich. (2022). *Reference Management Software Comparison—9th Update* (July 2022). https://doi.org/10.14459/9.COMPARISON_REFERENCE_MANAGEMENT_2022
- Tramullas, J., Sánchez-Casabón, A.I. & Garrido-Picazo, P. (2015). Studies and analysis of reference management software: a literature review. *El Profesional de la Información* 24(5), 680-688. <https://doi.org/10.3145/epi.2015.sep.17>

Análisis de la organización del conocimiento como parte de un modelo de recuperación de la información

María del Carmen Cruz Gil¹; Gema Bueno de la Fuente²; Luís Blanco Domingo³;
Carmen Agustín Lacruz⁴

Resumen: La organización del conocimiento está vinculada a la recuperación de la información, de la misma forma que el desempeño de las tareas profesionales en las organizaciones por las personas que la forman y los sistemas que se utilizan. Esta perspectiva planteada en el modelo de Cruz, se refuerza de manera teórica por otros autores como objetivo planteado en el estudio, en el que se contempla la organización del conocimiento, como subelemento para la recuperación de la información desde los elementos: organización, individuo y sistema. Metodológicamente, además del estudio teórico se realiza un análisis de veinte ocho normas elaboradas, vigentes y publicadas por el CNT 50 de la Asociación Española de Normalización (AENOR). Se consideran una herramienta muy útil para los profesionales de la información, por lo que se incluye también en el estudio como objetivo para analizar, cómo se plantea en las normas la organización del conocimiento, desde el punto de vista de la recuperación de la información. En los resultados se refuerza el planteamiento de la organización del conocimiento como parte de la recuperación de la información y como subelemento de la organización, el individuo y sistema, sin embargo, en las normas no se hace referencia a la organización del conocimiento a pesar de su utilidad para los profesionales de la información.

Palabras clave: Organización del conocimiento; Recuperación de la información; Organización; Usuario; Sistema.

Resumo: A organização do conhecimento está ligada à recuperação da informação, e também ao desempenho das tarefas profissionais nas organizações pelas pessoas que a compõem e pelos sistemas que são utilizados. Esta perspectiva apontada no modelo de Cruz e é reforçada de forma teórica por outros autores tal como realçado no estudo, no qual a organização do conhecimento é contemplada como um subelemento para a recuperação da informação a partir dos elementos: organização, indivíduo e sistema. Metodologicamente, para além do estudo teórico, é feita uma análise de vinte e oito normas elaboradas, em vigor e publicadas pelo CNT 50 da Associação Espanhola de Normalização (AENOR). Estas são consideradas uma ferramenta muito útil para os profissionais da informação, razão pela qual também foram incluídas no estudo como um objetivo para analisar a forma como a organização do conhecimento é abordada nas normas, do ponto de vista da recuperação da informação. Os resultados reforçam a abordagem da organização do conhecimento como parte da recuperação da informação e

-
- 1 Universidad de Zaragoza
E-mail: mccruz@unizar.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8005-8637>
 - 2 Universidad de Zaragoza
E-mail: gbueno@unizar.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5400-1488>
 - 3 Universidad de Zaragoza
E-mail: lblanco@unizar.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7492-4711>
 - 4 Universidad de Zaragoza
E-mail: cagustin@unizar.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2577-1998>

como um subelemento da organização, do indivíduo e do sistema, no entanto, as normas não fazem referência à organização do conhecimento, apesar da sua utilidade para os profissionais da informação.

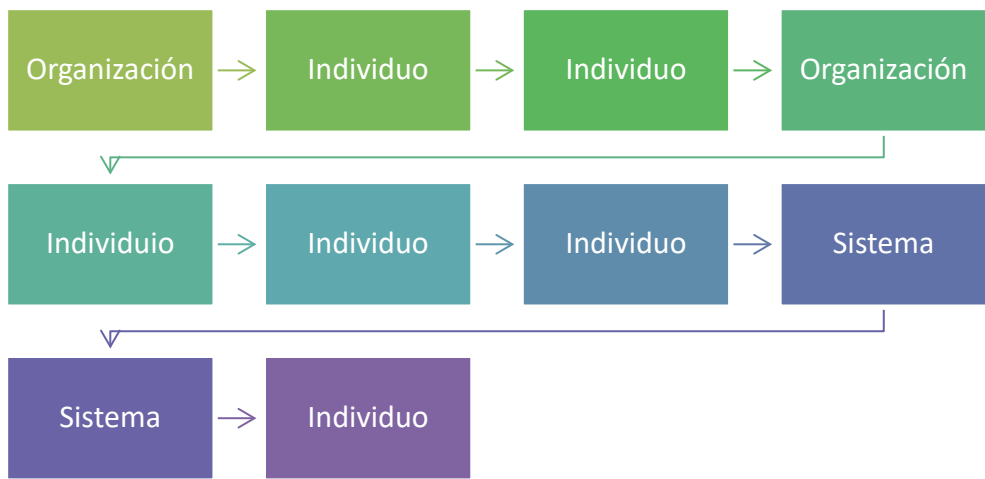
Palavras-chave: Organização do conhecimento; Recuperação da informação; Organização; organização; Utilizador; Sistema.

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Resultados. 5. Conclusiones. Referencias bibliográficas. Anexos.

1. Introducción

El neurocientífico estadounidense LeDoux (2021) considera que los humanos sobrevivimos por nuestra inteligencia y evolucionamos por utilizar nuestras capacidades cognitivas para cambiar el mundo. De acuerdo con LeDoux, se traslada esta teoría a la organización del conocimiento y al ámbito documental de manera general. De manera más específica, a la información. Ingwersen (2005) plantea que la información debe cumplir el requisito de transformar el conocimiento del receptor, conocimiento, que a su vez puede ser consciente, inconsciente, explícito, implícito; comunicarse de diferentes formas, almacenarse con diferentes herramientas y formar parte de diferentes elementos. Estos elementos están vinculados a las tareas que necesitamos desempeñar cada día, siendo nuestra faceta profesional la que más tiempo nos ocupa y donde se produce una mayor interacción del conocimiento. De hecho, cualquier comunicación interactiva que se establece en una organización, es conocimiento en diferentes niveles como se muestra en la figura 1 a continuación:

Figura 1: Conocimiento en diferentes niveles



Fuente: Elaboración propia

De forma más explícita es:

1. Conocimiento-organización

Las organizaciones necesitan recuperar la información para poder explotar su conocimiento y alcanzar ventaja competitiva.

La gestión del conocimiento es una práctica organizativa y de gestión cuyo propósito es lograr la reutilización de los conocimientos y habilidades individuales de sus miembros, para así aumentar la productividad de la organización y potenciar su capacidad de innovación.

2. Conocimiento-personas

Las personas forman parte de la organización, transfieren su conocimiento para la organización con la que colaboran. A su vez, van a necesitar más conocimiento para eliminar la incertidumbre, poder resolver con éxito las tareas que le van a ser demandadas por parte de la organización y así poder satisfacer las carencias que tenga (Cruz, 2022)

Para Ponjuan (2007), el conocimiento se basa en datos e información, pero a diferencia de estos, siempre está ligado a las personas. De hecho, Pérez Montoro (2004), propone identificar el conocimiento con estados mentales que poseemos los individuos, y que, por lo tanto, van a tener unas características propias de cada uno de nosotros. En la misma línea Chávez Montejo y Pérez Sousa (2012), piensan que las organizaciones trascienden por el valor añadido basado en experiencias, aptitudes y actitudes, generadas por el conocimiento que aportan sus recursos humanos.

3. Conocimiento-sistemas

Los sistemas son utilizados por las personas y las organizaciones como herramientas para obtener, compartir y guardar conocimiento. Es decir, cuando un usuario interactúa con el sistema se produce una transformación del estado del conocimiento.

Se llama la atención sobre la importancia y necesidad de organizar el conocimiento en las organizaciones con nuevas tecnologías especializadas en la explotación del conocimiento. Este objetivo se consigue si los sistemas utilizados llevan insertadas herramientas de organización del conocimiento, como pueden ser: un lenguaje controlado que va a facilitar la comunicación y evitar malentendidos, descriptores, lenguajes documentales y metadatos.

Esta línea de conocimiento e información es aunada por Cruz (2022) en su modelo de recuperación de la información, en el que se propone la organización del conocimiento como sub-elemento de los elementos citados con anterioridad, organización, individuo y sistema. También se propone la utilización de las normas elaboradas, traducidas y consensuadas por la Organización Internacional de Organización (ISO) a nivel internacional, y publicadas a nivel nacional por el comité 50 en adelante CNT de la Asociación Española de Normalización (AENOR). Pero, ¿cuál es el planteamiento que se hace en las normas publicadas por el CNT 50 de la organización del conocimiento y su importancia para la recuperación de la información?

De acuerdo con Ponjuan (2003), no se trata de una situación, sino, lo que se pretende con este estudio es aportar un nuevo enfoque en el que resaltar la organización del conocimiento como parte de un modelo de recuperación de la información.

2. Objetivos

Los objetivos del estudio son:

- Resaltar la importancia de la organización del conocimiento para recuperar la información, no como algo general, sino de manera pormenorizada en la organización, el individuo y el sistema.
- Comprobar si la anterior distinción está también reflejada en las normas publicadas y vigentes de AENOR.

3. Metodología

Para el cumplimiento de los objetivos, se plantea, por un lado, un estudio de metodología cualitativa de carácter documental, con una recogida de datos transversal de las normas publicadas por el CNT 50 de AENOR. Y por otro, reforzar de manera teórica o académica la organización del conocimiento como subelemento para la recuperación de la información, desde los elementos: organización, individuo y sistema. Los resultados preliminares derivados de la revisión de la literatura científica respecto al primer objetivo, así lo corroboran.

Para obtener los resultados relacionados con el segundo y tercer, se sigue con una metodología cualitativa en la que de acuerdo con Hernández – Sampieri (2018), se continua desde una perspectiva teórica, pero en la que el contexto es como si se cambiase de puesto de trabajo en una misma organización. Se hace una revisión profunda de las normas, lo que va a permitir un desempeño más eficaz de las responsabilidades de los profesionales de la información.

4. Resultados

4.1. Organización del conocimiento para la recuperación de la información de manera detallada en la organización, individuos y sistemas

Organización

El conocimiento debe permanecer en la organización y para ello habrá que utilizar estrategias (Montoya Quintero et al., 2022, p.60). Una de ellas, es que las organizaciones implementen sistemas de flujo de trabajo para organizar el conocimiento como lo han hecho en grandes sectores de Estados Unidos y el Reino Unido (García Moreno, 1999, p.1). Otra estrategia propuesta por Cruz en su modelo, es que la organización proporcione un buen clima, pues esta situación va a influir en los individuos (Cruz, 2022). Ponjuan (2003), también consideraba que la organización debería tener un clima que facilitase a los individuos generar

conocimiento. Este clima va a favorecer también compartir las experiencias y facilitar la retroalimentación, clave en las organizaciones, pero hecho muy complejo cuando el conocimiento está descentralizado (Hichan Jabrouni, et al. 2011). La estructura organizativa que la organización decida en los sistemas también va a influir, por este motivo, en el modelo de Cruz (2023) se considera imprescindible que la organización sea un elemento más de su modelo de recuperación de la información.

Individuos

Se mencionó con anterioridad la idea de LeDoux de la evolución gracias al conocimiento de los individuos. Para Wen Lou, et al. (2018), la cognición del usuario consiste en una serie de procesos, en los que el aprendizaje, el pensamiento y la memoria se encuentran en niveles superiores. De este modo, el modelo basado en el conocimiento otorga importancia al proceso de cognición del usuario y su influencia. Para Ponjuan (2007) el humano tiene la capacidad de crear y transformar el mundo, evidentemente esto es gracias a su conocimiento. Para Montoya Quintero, el conocimiento humano tiene un gran valor a nivel individual y organizacional (Montoya Quintero et al., 2022, p.9). Cruz (2022) también lo incorporó a su modelo como parte esencial. Se considera necesario que los individuos de la organización tengan control del conocimiento almacenado en el sistema (Bueno Vallejo et al, 1999).

Sistema

Una de las estrategias que se debe fomentar es que la Organización exija a las empresas proveedoras del sistema, documentación funcionamiento y formación a los individuos que vayan a utilizarlo. Esta es la manera en la que se puede obtener mayor rendimiento (Bueno Vallejo et al, 1999). Los sistemas son la herramienta indiscutible por parte de la organización para la permanencia de su conocimiento y poder recuperarlo y actualizarlo a través del usuario. Por este motivo Cruz (2022) lo consideró como elemento de su modelo de recuperación de la información. Pinto (2015), también llamó la atención sobre la importancia de los sistemas para que el conocimiento de las organizaciones fuese recuperado y de esta forma ser utilizado para la toma de decisiones. Pero no solamente esto, sino, organizar el conocimiento de los sistemas con técnicas como ontologías para resolver el gran volumen de datos.

En esta misma línea Ingwersen (2005), como se cita en Cruz (2015), habló de:

- “Modelo de Dominio”, a aquél que aporta el conocimiento para que los individuos desarrollen sus tareas.
- “Modelo usuario”, en el que los individuos que forman parte de la organización transfieren el conocimiento al sistema mediante su interacción.
- “Modelo del sistema”, cuando es el sistema el que transmite ese conocimiento al interactuar con los individuos

4.2. Organización del conocimiento para la recuperación de la información en las normas publicadas y vigentes de AENOR

La existencia de normas va a facilitar la recuperación de la información y a servir también de apoyo a la organización, el individuo y el sistema. Con esta justificación, Cruz (2022) lo considera imprescindible en su modelo, y por ello, se ha realizado una revisión exhaustiva de las siguientes normas elaboradas por el Comité CTN 50 Documentación y vigentes en la actualidad (véase Tabla 1: Normas analizadas en Anexo I).

Todas las normas están relacionadas con la organización, individuos y sistemas para la recuperación de la información, pero en ninguna de ellas se hace referencia de manera explícita al conocimiento como se especifica en la *ISO 9001:2015, Sistemas de gestión de calidad. Requisitos*, “en el que se hace referencia a que la organización determine los conocimientos necesarios para la operación de sus procesos y lograr la conformidad de los productos y servicios. También señala que los conocimientos deben mantenerse y estar a disposición en la medida que sea necesario, de forma que, si hay cambios en la organización, se consideren los conocimientos actuales y se actualicen” (ISO 9001:2015, p. 20.) Sí se hace alguna mención de manera general como en los ejemplos que se destacan a continuación en la tabla 2 a continuación:

Tabla2: Resumen de las normas que hacen referencia a conocimiento

NORMA	TÍTULO	REFERENCIA AL CONOCIMIENTO
50121:1991	<i>Métodos para el análisis de documentos, determinación de su contenido y selección de términos de indización</i>	Al conocimiento que debe tener el indizador.
30302:2022	<i>Información y documentación. Sistemas de gestión para los documentos: Guía de implantación</i>	A las habilidades y conocimientos dentro de la organización como elementos que pueden afectar a la necesidad de formación o asesorías externas
21695:2021 IN	<i>Información y documentación. Gestión de documentos en la arquitectura empresarial</i>	A pesar de que se hace referencia a metas estratégicas no se hace referencia al conocimiento
16175-1:2021	<i>Información y documentación. Procesos y requisitos funcionales para software para la gestión de documentos. Parte 1: Requisitos funcionales y directrices asociadas para cualquier aplicación que gestione documentos electrónicos</i>	Se hace referencia a la información para el buen funcionamiento de la organización, pero tampoco se hace referencia al conocimiento.

16175-2:2021	2021 <i>Información y documentación. Procesos y requisitos funcionales para software para la gestión de documentos. Parte 2: Guía para la selección, diseño, implementación y mantenimiento de software para la gestión de documentos</i>	A la importancia de conocer el proceso de negocio de la organización en cada momento y vincula de manera clara organización, sistema e individuo, no se hace referencia al conocimiento.
15489-1:2016	<i>Información y documentación. Gestión de documentos. Parte 1: Conceptos y principios</i>	Se hace referencia a los documentos como evidencia de las actividades de la organización y lo relaciona, al igual que otras normas citadas con anterioridad, con la organización, software y usuarios, pero tampoco hace referencia al conocimiento. También se llama la atención sobre la importancia de que los metadatos representan el contexto de la organización, las dependencias y relaciones entre los documentos, las aplicaciones, el contexto legal y social; pero no el conocimiento.

21946:2021 IN	<i>Información y documentación. Identificación y valoración para gestionar los documentos</i>	<p>Se hace referencia a que los resultados del análisis del contexto de la organización deberían documentarse y examinarse periódicamente, no lo hace en referencia al conocimiento, sino para garantizar que los cambios en el entorno se identifican y evalúan. (UNE-ISO/TR 21946:2021, p.13)</p> <p>De igual forma, llama la atención sobre la importancia de que la organización sea responsable de sus acciones, conserve y ponga los documentos a disposición de las partes interesadas y del público de acuerdo, entre otras cosas, con los acontecimientos relevantes, protección de los derechos, títulos, transparencia y conservación de la información con fines de investigación. (UNE-ISO/TR 21946:2021, p.18).</p> <p>También resalta la importancia de la vinculación de los documentos con los procesos de trabajo, funciones de la organización, actividades o transacciones situadas en sus contextos (UNE-ISO/TR 21946:2021, p.20), pero en ningún momento se menciona la palabra conocimiento.</p>
17068:2020	<i>Información y documentación. Repositorio de tercero de confianza para documentos electrónicos</i>	Al conocimiento como experto.
30301:2019	<i>Información y documentación. Sistemas de gestión para los documentos. Requisitos</i>	Se hace referencia a la necesidad de documentar los procesos de trabajo, pero

		no hace referencia al conocimiento.
15801:2019 IN	<i>Gestión de documentos. Información almacenada electrónicamente. Recomendaciones sobre confiabilidad y fiabilidad,</i>	Se referencia en la norma en varias ocasiones a documentar los procesos, como en los flujos de trabajo (UNE-ISO 15801:2019 p. 44), pero no desde la perspectiva del conocimiento.
14641-1:2015	<i>Archivo electrónico. Parte 1: Especificaciones para el diseño y funcionamiento de un sistema de información para la preservación de información digital</i>	Pretende ser marco de referencia para las organizaciones, pero no hace referencia al conocimiento.
14721:2015	<i>Sistemas de transferencia de datos e información espaciales. Sistema abierto de información de archivo (OAIS). Modelo de referencia.</i>	El objetivo de la norma es la aplicación para un Sistema de Información de Archivo (OAIS), que puede formar parte de una organización, personas y sistemas para conservar información y que esté disponible. También al aumento de información digital, el intercambio de la información y la importancia del Modelo de entorno de OAIS para asegurar la conservación a largo plazo formado por productores, usuarios y la Dirección, pero tan solo se hace referencia al conocimiento al definirlo como “tener base de conocimiento” que gestiona tanto información recibida e información, como cualquier tipo de conocimiento que puede ser intercambiado y que se expresa y representa mediante algún tipo de datos.

Fuente: Elaboración propia

5. Conclusiones

Con los resultados obtenidos se puede concluir que la literatura científica corrobora la importancia de la organización del conocimiento para recuperar la información, no como algo general, sino de manera pormenorizada y teniendo en cuenta la importancia de la organización del conocimiento en la organización, el individuo y el sistema.

En el análisis exhaustivo de las normas, se observa que, a pesar de ser una herramienta muy útil para los profesionales de la información, se aprecia un sesgo al no hacer referencia a la organización del conocimiento, por lo que se recomienda corregir en futuras versiones pues esta acción repercutirá también en la ayuda a profesionales de la información.

Referencias bibliográficas

- Asociación Española de Normalización y Certificación (2015). *Sistemas de transferencia de datos e información espaciales. Sistema abierto de información de archivo (OAIS). Modelo de referencia.* (14721). <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-14721-2015-n0055413>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2021). *Información y documentación. Gestión de documentos. Conceptos fundamentales y vocabulario.* (30300) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-30300-2021-n0065289>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2017). *Sistemas de transferencia de información y datos espaciales. Auditoría y certificación de repositorios digitales de confianza.* (16363) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-16363-2017-n0058850>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2006). *Documentación e información. Formato para el intercambio de información.* (2709) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-2709-2006-n0036928>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (1991). *Documentación. Métodos para el análisis de documentos, determinación de su contenido y selección de los términos de indización.* (50121) <https://tienda.aenor.com/norma-une-50121-1991-n0005087>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (1994). *Documentación. Numeración de las divisiones y subdivisiones en los documentos escritos* (50132). <https://tienda.aenor.com/norma-une-50132-1994-n0005095>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2006). *GEDI. Intercambio de documentos electrónicos genérico.* (17933) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-17933-2006-n0036842>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2014). *Información y documentación. Directrices sobre el contenido, la organización y presentación de índices* (999) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-999-2014-n0053404>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2014). *Información y documentación. Tesauros e interoperabilidad con otros vocabularios. Parte 1: Tesauros para la recuperación de la información.* (25964-1) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-25964-1-2014-n0053960>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2016). *Información y documentación. Tesauros e interoperabilidad con otros vocabularios. Parte 2:*

- Interoperabilidad con otros vocabularios.* (25964-2) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-25964-2-2016-n0057671>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2022). *Información y documentación. Sistemas de gestión para los documentos. Guía de implantación.* (30302) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-30302-2022-n0070596>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2021). *Información y documentación. Gestión de documentos en la arquitectura empresarial* (21965) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-tr-21965-2021-in-n0067980>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2021). *Información y documentación. Procesos de gestión de documentos. Metadatos para la gestión de documentos. Parte 2: Elementos conceptuales y de implementación.* (23081-2) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-23081-2-2021-n0067979>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2021). *Información y documentación. Procesos y requisitos funcionales para software para la gestión de documentos. Parte 1: Requisitos funcionales y directrices asociadas para cualquier aplicación que gestione documentos electrónicos* (16175-1) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-16175-1-2021-n0067981>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2021). *Información y documentación. Procesos y requisitos funcionales para software para la gestión de documentos. Parte 2: Guía para la selección, diseño, implementación y mantenimiento de software para la gestión de documentos.* (16175-2) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-ts-16175-2-2021-n0067978>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2016) *Información y documentación. Gestión de documentos. Parte 1: Conceptos y principios.* (15489-1) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-15489-1-2016-n0057440>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2021) *Gestión de documentos en entornos de computación en la nube. Parte 1: Cuestiones y consideraciones* (22428-1) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-tr-22428-1-2021-in-n0066288>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2021) *Información y documentación. Identificación y valoración para gestionar los documentos* (21946) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-tr-21946-2021-in-n0065170>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2020). *Información y documentación. Repositorio de tercero de confianza para documentos electrónicos* (17068). <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-17068-2020-n0063117>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2019). *Información y documentación. Sistemas de gestión para los documentos. Requisitos.* (30301) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-30301-2019-n0062850>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2019). *Gestión de documentos. Información almacenada electrónicamente. Recomendaciones sobre confiabilidad y fiabilidad.* (15801) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-tr-15801-2019-in-n0062170>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2018). *Información y documentación. Procesos de gestión de documentos. Metadatos para la gestión de documentos. Parte 1: Principios* (23081-1) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-23081-1-2018-n0059599>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2012). *Información y documentación. Metadatos para la gestión de documentos. Parte 3: Método de auto-evaluación.* (23081-3) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-tr-23081-3-2012-in-n0049909>

- Asociación Española de Normalización y Certificación (2014) *Información y documentación. Apreciación del riesgo en procesos y sistemas de gestión documental*. (18128) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-tr-18128-2014-in-n0053363>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2023). *Información y documentación. Proceso de migración y conversión de documentos electrónicos* (13008) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-13008-2023-n0071578>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2011). *Información y documentación. Directrices para la implementación de la digitalización de documentos* (13028) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-tr-13028-2011-in-n0048666>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2008). *Información y documentación. Análisis de los procesos de trabajo para la gestión de documentos* (26122) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-tr-26122-2008-in-n0042231>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2008). *Conservación a largo plazo de la información basada en documentos*. (18492) <https://tienda.aenor.com/norma-une-iso-tr-18492-2008-in-n0041813>
- Asociación Española de Normalización y Certificación (2015). *Sistemas de gestión de calidad. Requisitos* (9001). <https://tienda.aenor.com/norma-une-en-iso-9001-2015-n0055469>
- Bueno Vallejo, D “et al”. (1999), Acceso inteligente a sistemas de búsqueda de información por usuarios no especializados. <http://info.iaia.lcc.uma.es/lcc/publicaciones/LCC212.pdf>
- Chávez Montejó, Y.; Pérez Sousa, H. (2012). Gestión documental, gestión de la información y gestión del conocimiento: nociones e interrelaciones. *Reflexiones*, 8-9, 222-227 <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5704452.pdf>
- Cruz Gil, M.C. (2015). La gestión de la información en la administración pública desde la perspectiva de la recuperación de la información. *Ibersid* 9, 63-69. <https://doi.org/10.54886/ibersid.v9i0.4242>
- Cruz Gil, M.C. (2022) *Applying an advanced information Search and retrieval model in organizations*. Nova Science Publisher.
- García Moreno, M.A. (1999). Gestión del conocimiento de las organizaciones a través del workflow. En López-Huertas Pérez, M.J. & Fernández Molina, J.C. *La representación y la organización del conocimiento en sus distintas perspectivas. Su influencia en la recuperación de la información: actas del IV Congreso ISKO-España EOCONSID* 99. 22-24 de abril de 1999, Granada, p.p. 17-23 // <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1300078>
- Hernández Sampieri, R. (2018). *Metodología de la investigación: Las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta*. McGraw Hill.
- Ingwersen, Peter (2005). *The turn: integration of information seeking and retrieval in context*. Springer.
- Jabrouni, Hicham “et al.” (2011). Continuous improvement through knowledge-guided analysis in experience Feedback. *Engineering Applications of Artificial Intelligence*, 24, 1419-1431. <http://dx.doi.org/10.1016/j.engappai.2011.02.015>
- LeDoux, J. (2021). *Una historia natural de la humanidad: El apasionante recorrido de la vida hasta alcanzar nuestro cerebro consciente*. Ediciones Paidós.
- Montoya Quintero, D.M. “et al”. (2022). Modelo conceptual de gestión del conocimiento basado en el relacionamiento de normas ISO. *Aibi: revista de investigación, administración e ingeniería*, 10(1), 59-69. <https://doi.org/10.15649/2346030X.2378>.
- Pinto Branquinho, L. (2015). Descoberta de conhecimento com uso de ontologias na mineração de dados. *Abakós*, 4(1), 0-23 <https://mba.eci.ufmg.br/downloads/10580-39382-1-PB.pdf>

Ponjuan Dante, G. (2003). Gestión documental, de información y del conocimiento...puntos de contacto y diferencias. *Ciencias de la información*, 34(3),1-11. <https://biblat.unam.mx/hevila/Cienciasdelainformacion/2003/vol34/no3/7.pdf>

Ponjuan Dante, G. (2007). *Gestión de información. Dimensiones e implementación para el éxito organizacional*. Ediciones Trea.

When Lou, Hui Wang&Jianguan He. (2018) Of the people: Digital literatura resource knowledge recommendation based on user cognition. *Information Technology and Libraries*, 37(3), 66–83. <https://doi.org/10.6017/ital.v37i3.10060>

ANEXO I

Tabla 1. Normas analizadas

NÚMERO DE LA NORMA	TÍTULO DE LA NORMA
UNE-ISO 14721:2015	Sistemas de transferencia de datos e información espaciales. Sistema abierto de información de archivo (OAIS). Modelo de referencia.
UNE-ISO 30300:2021	Información y documentación. Gestión de documentos. Conceptos fundamentales y vocabulario.
UNE-ISO 16363:2017	Sistemas de transferencia de información y datos espaciales. Auditoría y certificación de repositorios digitales de confianza.
UNE-ISO 2709:2006	Documentación e información. Formato para el intercambio de información.

NÚMERO DE LA NORMA	TÍTULO DE LA NORMA
UNE 50121:1991	Documentación. Métodos para el análisis de documentos, determinación de su contenido y selección de los términos de indización.
UNE 50132:1994	Documentación. Numeración de las divisiones y subdivisiones en los documentos escritos.
UNE-ISO 17933:2006	GEDI. Intercambio de documentos electrónicos genérico.
UNE-ISO 999:2014	Información y documentación. Directrices sobre el contenido, la organización y presentación de índices
UNE-ISO 25964-1:2014	Información y documentación. Tesauros e interoperabilidad con otros vocabularios. Parte 1: Tesauros para la recuperación de la información.
UNE-ISO 25964-2:2016	Información y documentación. Tesauros e interoperabilidad con otros vocabularios. Parte 2: Interoperabilidad con otros vocabularios

NÚMERO DE LA NORMA	TÍTULO DE LA NORMA
UNE-ISO 30302:2022	Información y documentación. Sistemas de gestión para los documentos. Guía de implantación.
UNE-ISO/TR 21965:2021 IN	Información y documentación. Gestión de documentos en la arquitectura empresarial.
UNE-ISO 23081-2:2021	Información y documentación. Procesos de gestión de documentos. Metadatos para la gestión de documentos. Parte 2: Elementos conceptuales y de implementación.
UNE-ISO 16175-1:2021	Información y documentación. Procesos y requisitos funcionales para software para la gestión de documentos. Parte 1: Requisitos funcionales y directrices asociadas para cualquier aplicación que gestione documentos electrónicos.
UNE-ISO/TS 16175-2:2021	Información y documentación. Procesos y requisitos funcionales para software para la gestión de documentos. Parte 2: Guía para la selección, diseño, implementación y mantenimiento de software para la gestión de documentos.

NÚMERO DE LA NORMA	TÍTULO DE LA NORMA
UNE-ISO 15489-1:2016	Información y documentación. Gestión de documentos. Parte 1: Conceptos y principios.
UNE-ISO/TR 22428-1:2021	Gestión de documentos en entornos de computación en la nube. Parte 1: Cuestiones y consideraciones.
UNE-ISO/TR 21946:2021 IN	Información y documentación. Identificación y valoración para gestionar los documentos.
UNE-ISO 17068:2020	Información y documentación. Repositorio de tercero de confianza para documentos electrónicos.
UNE-ISO 30301:2019	Información y documentación. Sistemas de gestión para los documentos. Requisitos.
UNE-ISO/TR 15801:2019 IN	Gestión de documentos. Información almacenada electrónicamente. Recomendaciones sobre confiabilidad y fiabilidad.
UNE-ISO 23081-1:2018	Información y documentación. Procesos de gestión de documentos.

NÚMERO DE LA NORMA	TÍTULO DE LA NORMA
	Metadatos para la gestión de documentos. Parte 1: Principios.
UNE-ISO/TR 23081-3:2012 IN	Información y documentación. Metadatos para la gestión de documentos. Parte 3: Método de auto-evaluación.
UNE-ISO/TR 18128:2014 IN	Información y documentación. Apreciación del riesgo en procesos y sistemas de gestión documental
UNE-ISO 13008:2023	Información y documentación. Proceso de migración y conversión de documentos electrónicos.
UNE-ISO/TR 13028:2011 IN	Información y documentación. Directrices para la implementación de la digitalización de documentos.
UNE-ISO/TR 26122:2008 IN	Información y documentación. Análisis de los procesos de trabajo para la gestión de documentos.
UNE-ISO/TR 18492:2008 IN	Conservación a largo plazo de la información basada en documentos.

Fuente: elaboración propia

Identificação Arquivística e Organização do Conhecimento: estudos para construção do plano de classificação referente às atividades-fim do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

Alexandre Faben¹; Ana Célia Rodrigues²; Carlos Guardado da Silva³

Resumo: Este estudo aborda os fundamentos teóricos da Organização do Conhecimento (OC) e sua relação com a identificação arquivística para representar o conhecimento produzido sobre o órgão produtor e sua tipologia documental, base para elaboração do plano de classificação das atividades-fim do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) no âmbito do Programa de Gestão de Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (PGD Carioca). A identificação arquivística é um método de pesquisa para reconhecer o documento e o vínculo arquivístico que mantém com o seu contexto de produção, conhecimento arquivístico produzido como resultado do estudo que precede e fundamenta as funções que sustentam a metodologia arquivística para gestão de documentos e tratamento técnico de arquivos. A questão de pesquisa é a seguinte: Como a identificação arquivística e a organização do conhecimento arquivístico contribuem para a construção do plano de classificação do AGCRJ? Para responder à questão, o objetivo da pesquisa é discutir as relações entre a identificação arquivística e a OC, mais especificamente a classificação, no campo arquivístico, apresentando os procedimentos e instrumentos de identificação e classificação das atividades-fim do AGCRJ. A pesquisa alia uma dimensão teórica, de natureza qualitativa, a uma dimensão aplicada, que apresenta os estudos de identificação arquivística, realizados nos parâmetros da Diplomática e Tipologia Documental, cujos resultados demonstram o rigor científico na nomeação correta dos documentos de arquivo, bem como no estabelecimento das funções e atividades representadas no plano de classificação, o que contribui para as discussões sobre as abordagens da organização do conhecimento em Arquivos.

Palavras-chave: Identificação arquivística; Classificação em Arquivos; Organização do Conhecimento Arquivístico; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Resumen: El estudio aborda los fundamentos teóricos de la Organización del Conocimiento (OC) y su relación con la identificación archivística para representar el conocimiento producido sobre el organismo productor y su tipología documental, base para la elaboración del plan de clasificación funcional del Archivo General de la Ciudad de Rio de Janeiro (AGCRJ) en el marco del Programa de Gestión Documental del Municipio de Rio de Janeiro (PGD Carioca). La identificación archivística es un método de investigación para reconocer el documento de archivo y el vínculo que mantiene con su contexto de producción, conocimiento archivístico producido como resultado del estudio que precede y fundamenta las funciones que sustentan la metodología archivística para la gestión documental y el tratamiento técnico del archivo. La pregunta de investigación indaga cómo la identificación archivística y la organización del conocimiento archivístico contribuyen a la construcción del plan de clasificación de la AGCRJ. Para responder a la pregunta, el objetivo de la investigación es discutir las relaciones

¹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ
E-mail: alexandrefaben@id.uff.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9011-632X>

² Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/UFF
E-mail: anaceliarodrigues@id.uff.br
ORCID: <https://orcid.org/00000-0003-0851-528X>

³ Universidade de Lisboa
E-mail: carlosguardado@campus.ul.pt
ORCID: <https://orcid.org/00000-0003-1490-8709>

entre identificación archivística y OC, más concretamente la clasificación, en el campo archivístico, presentando los procedimientos e instrumentos para la identificación y clasificación de las actividades centrales del AGCRJ. La investigación combina una dimensión teórica, de naturaleza cualitativa, con una dimensión aplicada, que presenta estudios de identificación archivística, realizados en los parámetros de la Diplomática y la Tipología Documental, cuyos resultados demuestran rigor científico en la correcta denominación de los documentos archivísticos, así como como en el establecimiento de funciones y actividades representadas en el plan de clasificación, lo que contribuye a las discusiones sobre los enfoques para organizar el conocimiento en Archivos.

Palabras clave: Identificación archivística; Clasificación de archivos; Organización del conocimiento archivístico; Archivo General de la Ciudad de Río de Janeiro.

Sumario: 1. Introdução. 2. Identificação arquivística e Organização do Conhecimento (OC): reflexões no contexto da arquivística para a gestão de documentos. 3. Identificação Arquivística e Organização do Conhecimento no âmbito do PGD Carioca. 4. Considerações finais. Referências.

1. Introdução

O reconhecimento de documentos de arquivo e a natureza da sua informação são indispensáveis para a garantia da transparência administrativa, para possibilitar o acesso à informação, e para conferir qualidade dos serviços arquivísticos. Se não sabemos quais são os documentos, quais as informações que são registradas em seu conteúdo, por quem foram produzidos e qual o motivo de sua produção e acumulação, não temos parâmetros para sua gestão e tratamento no âmbito dos arquivos.

Identificar o documento de arquivo dentro do seu contexto de produção, como prova da ação que lhe deu origem, é um desafio, e exige um trabalho de pesquisa, quer seja pelo cientista da informação, quer seja pelo profissional arquivista.

O documento e a informação de natureza arquivística sempre estiveram no centro dos debates teóricos de profissionais da área. O caráter orgânico, assim como as características que os tornam exclusivos no contexto de produção, instiga a refletir sobre um método seguro que permita reconhecê-los como prova das ações que lhes deram origem, perspectiva da identificação arquivística.

A identificação arquivística, método de pesquisa sobre o documento de arquivo em seu contexto orgânico-funcional, tem por finalidade a produção de conhecimento arquivístico para normalizar o seu reconhecimento, denominação e agrupamento em séries documentais para fins de implantação de programas de gestão de documentos e de tratamento de documentos acumulados em arquivos. Esta investigação revela o vínculo arquivístico que caracteriza a gênese do documento de arquivo, a indissociável relação que mantém com seu contexto de produção. No contexto da identificação, a etapa da identificação de tipos documentais encontra na abordagem da Diplomática e Tipologia Documental seus fundamentos teóricos e metodológicos.

Estudos desenvolvidos por Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) abordam a identificação arquivística em profícuo diálogo com as disciplinas que têm a informação e o conhecimento como objeto de estudo, encontrando nos campos da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento (OC) um espaço de interlocução para definir o conhecimento arquivístico. Os autores consideram que:

O conhecimento arquivístico pode ser concebido a partir do conceito de fundo (sobre o qual incidirão todos os processos de organização), caracterizado a partir da reunião e análise de documentos produzidos por uma mesma pessoa ou instituição, com base no método diplomático enquanto suporte para a metodologia da identificação arquivística (TOGNOLI, RODRIGUES, GUIMARÃES, 2019, p. 71).

Faben e Rodrigues (2019, p. 406) apontam que esse conhecimento produzido pela identificação arquivística é a base da classificação, função que consiste em estabelecer o reflexo do contexto de produção e acumulação dos documentos, visando a organização e representação do conhecimento arquivístico no plano de classificação e auxiliando a própria gestão de documentos.

Silva e Corujo (2022) destacam a pertinência destes estudos que buscam alinhamento dos conceitos da Organização do Conhecimento (OC) e da Arquivística, reconhecendo-se a importância da sua utilização e aplicação em diferentes contextos na promoção e “na difusão do conhecimento organizacional ou social” (SILVA; CORUJO, 2021, p. 16).

Em pesquisas recentes, Faben, Rodrigues e Silva (2021) destacam a importância dos estudos de identificação arquivística para a Organização do Conhecimento (OC) e a contribuição destes resultados de pesquisa para o debate sobre acesso à informação, no contexto da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável. Os autores afirmam que a garantia deste direito:

Depende da recuperação e do acesso aos documentos públicos, uma vez que, neles, é registrada a informação produzida, recebida e acumulada pelos órgãos e entidades da administração pública no exercício de suas funções e atividades. Estas questões remetem à necessidade de reconhecimento da natureza do documento e da informação que circulam como ativo estratégico e produto da gestão administrativa e da necessidade de metodologia capaz de gerar tal conhecimento no âmbito da administração pública municipal brasileira como exigência para o efetivo cumprimento da legislação em vigor, perspectiva da identificação como método de pesquisa que produz conhecimento arquivístico sobre os documentos e o órgão produtor (FABEN; RODRIGUES; SILVA, 2021, p. 70).

Portanto, torna-se fundamental a discussão sobre as relações entre a identificação arquivística e a OC, no campo arquivístico, designadamente a classificação, âmbito no qual os estudos de identificação arquivística, vista nesta pesquisa como um método que tem por objeto os documentos e seu produtor, ocupe o lugar imprescindível de ponto de partida para a implementação de Programa de Gestão de Documentos para a garantia do acesso à informação, transparência administrativa e integridade pública, em cumprimento do ODS 16 da Agenda 2030 da ONU, pauta de relevantes discussões, inclusive no V Congresso ISKO Espanha-Portugal, com o tema Organização do Conhecimento no Horizonte 2030.

2. Identificação arquivística e Organização do Conhecimento (OC): reflexões no contexto da arquivística para a gestão de documentos

A identificação é um método de pesquisa para a Arquivística, operação de natureza intelectual, que precede e fundamenta as demais funções que integram a metodologia arquivística, ou seja, a classificação, avaliação, descrição e também o planejamento da produção documental, especificamente na criação dos documentos (convencionais

ou digitais), que tem dois objetos de estudos: o órgão produtor, produzindo conhecimento sobre o elemento orgânico (estrutura administrativa) e o elemento funcional (competências, funções e atividades), e a tipologia documental, estudo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos externos (estrutura, forma de apresentação do documento) e internos, o “conteúdo substantivo do documento (atividade) e natureza de sua proveniência e função” (BELLOTTO, 2000) para denominar o tipo e definir a série documental. A informação que fundamenta o estudo obtém-se através dos próprios documentos e da legislação.

Pesquisas desenvolvidas por Rodrigues (2003, 2008, 2018) sobre a identificação no campo da Arquivística permitiram sistematizar os aspectos teóricos e metodológicos que a caracterizam e sua pertinência para o desenvolvimento de boas práticas nos programas de gestão de documentos ou de tratamento de documentos acumulados em arquivos.

No momento em que a gestão de documentos é integrada pela Arquivística, a necessidade de identificação de documentos e informações se torna ainda mais pertinente enquanto condição para a formulação de requisitos para os Programas de Gestão de Documentos. As discussões sobre a identificação arquivística, enquanto um método preliminar no tratamento técnico, avançaram consideravelmente nos debates profissionais e acadêmicos da área. O enfoque da identificação arquivística no âmbito do tratamento técnico dos documentos, perspectiva difundida pela Espanha, marcou a Arquivística de países ibero-americanos (RODRIGUES, 2008, p. 48-51).

A relação entre a identificação arquivística e as funções classificação e avaliação, que sustentam o tratamento técnico arquivístico no contexto da gestão de documentos, pode ser abordada a partir da finalidade atribuída a cada uma delas: a identificação arquivística reconhece os documentos e suas informações, o contexto de produção e acumulação, expressos pelos vínculos existentes na ação que deu origem ao documento de arquivo, núcleo do conhecimento arquivístico que fundamenta a função da classificação. Esta, por sua vez, representa o contexto de produção e acumulação dos documentos de arquivo e exprime a organicidade do conjunto ao relacionar hierarquicamente as camadas da ação administrativa no plano de classificação, cujo menor nível fica registrado no documento. A avaliação consiste em estabelecer valores para os documentos a fim de determinar os prazos de guarda e destinação (eliminação ou guarda permanente) registrados na tabela de temporalidade de documentos. É na ação registrada no documento que encontramos o fundamento dessa análise, razão pela qual a avaliação está intrinsecamente relacionada com a classificação e, ambas as funções, têm por base a identificação arquivística.

A partir do momento em que identificamos o documento de arquivo pela ação que lhe deu origem, revelamos sua natureza probatória, da mesma forma em que a organicidade, que também é inerente à própria gênese do documento de arquivo, é revelada a partir da tipologia documental.

No momento em que a gestão de documentos é integrada pela Arquivística, a necessidade de identificação de documentos e informações se torna ainda mais

pertinente, enquanto condição para a formulação de requisitos para os Programas de Gestão de Documentos.

Neste contexto, as relações entre a Diplomática e a Arquivística conquistam um definitivo espaço no debate teórico dos estudiosos espanhóis na área denominada estudos de Tipologia Documental. Tipo é um termo que significa modelo, referência. No campo da Arquivística seu uso vem sendo aplicado para designar o modelo de documento de arquivo, criado como resultado do exercício de uma atividade, o tipo documental. Esta perspectiva é adotada pela arquivística brasileira a partir dos estudos pioneiros desenvolvidos por Heloísa Liberalli Bellotto, publicados em 1982, 1990 e 2000 (RODRIGUES, 2008, 2018).

Na Arquivística, os estudos fundamentados pela Tipologia Documental consideram os documentos produzidos em decorrência das funções e atividades de um organismo produtor para desenvolver o tratamento técnico, ao possuir uma base segura para realizar as funções arquivísticas de classificação, avaliação, descrição e, também, o planejamento e padronização da produção documental. A Identificação confere rigor aos estudos realizados para reconhecer as competências, as funções, as atividades e a produção documental com o objetivo de agrupá-las em séries, consolidadas a partir de estudos teóricos e de aplicação.

Ao identificar o documento de arquivo, nos parâmetros da tipologia documental, reconhecemos que ele é produto de uma atividade específica, e que foi produzido dentro de um contexto. Desta forma, sendo produto de uma ação, é possível compreender sua natureza probatória. A organicidade, qualidade exclusiva do documento de arquivo, é evidenciada pelo tipo documental, quando vinculado à atividade e/ou função que o produziu.

A identificação de tipologia documental, etapa de estudo da gênese do documento de arquivo, no contexto da identificação arquivística, permite estabilidade para atribuir nomes corretos aos documentos de arquivo (FABEN; RODRIGUES, 2018). Possibilita identificá-los corretamente nos parâmetros da Diplomática e Tipologia Documental, para agrupá-los em série e, assim, realizar as funções arquivísticas de classificação e avaliação no contexto da gestão de documentos.

Ana Célia Rodrigues (2008), ao abordar questões relacionadas com a padronização do reconhecimento dos documentos de arquivo, enfatiza que os documentos não podem ser denominados pelos assuntos, mas sim pela atividade que determinou sua produção, aspecto nuclear para sua identificação e tratamento técnico.

Faben e Rodrigues (2019, p. 191) afirmam que “reconhecer documentos de arquivo pelo assunto de que tratam compromete a transparência e a qualidade dos serviços arquivísticos”.

Por esta razão, os documentos de arquivo não devem ser reconhecidos pelo assunto, mas pela ação que determinou sua produção em determinado contexto. O tipo documental, denominação dada ao documento de arquivo, sintetiza esta perspectiva (RODRIGUES, 2008, p. 43-44).

A Organização do Conhecimento (OC) trata de organizar e representar documentos, bem como os assuntos e conceitos, tanto humanos como de inteligência artificial. Para esses propósitos, são desenvolvidos regras e padrões, incluindo

sistemas de classificação. “A organização do conhecimento em sistemas de classificação e sistemas conceituais são assuntos fundamentais no OC”, destaca Hjørland (2016, p. 2, tradução nossa). O autor afirma que “a organização do conhecimento dos arquivos deve, no entanto, ser considerada como parte da OC (...)”, salientando que “o princípio específico mais importante da organização para este domínio é o princípio da proveniência”.

Tognoli, Vitoriano e Leme (2017), ao discutir estes fundamentos no campo teórico da arquivística, afirmam que a função classificação:

Configura-se como uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico, na medida em que restabelece a lógica interna do fundo e permite a recuperação da informação no âmbito das relações funcionais existentes (TOGNOLI, VITORIANO, LEME, 2017, p. 69).

A identificação arquivística, como método, contribui para a organização do conhecimento quando da elaboração do plano de classificação no âmbito da gestão de documentos (BUENO; RODRIGUES; CAMPOS, 2017).

Nesta perspectiva, a identificação arquivística é vista como base da classificação e da avaliação, que representa o conhecimento produzido sobre documento de arquivo e seu produtor, evidenciando a importância da proveniência da tipologia documental como núcleo das análises, contexto em que se colocam as preocupações que envolvem a sua correta identificação, perspectiva que deve nortear os procedimentos de gestão documental.

3. Identificação Arquivística e Organização do Conhecimento no âmbito do PGD Carioca

A identificação arquivística como método considera o reconhecimento dos documentos nos parâmetros da tipologia documental, e a identificação do órgão produtor, reconhecendo as funções e atividades desenvolvidas que geram documentos. Apresenta, como resultado, a contextualização do conhecimento arquivístico sobre o produtor e as séries documentais.

A compreensão das particularidades de cada documento, proporcionada pelo método, contribui substancialmente para o conhecimento da informação que se produz, e por isso é a base que sustenta a implementação do Programa de Gestão de Documentos.

No âmbito do PGD Carioca, criado pelo Decreto Rio n.º 48.973, de 10 de junho de 2021, os estudos de identificação arquivística são desenvolvidos em duas fases, as quais apresentamos no modelo desenvolvido pelo AGCRJ.

No contexto do método de identificação arquivística, a etapa de identificação do órgão produtor consiste em sistematizar informações sobre o estudo do elemento orgânico, desenvolvido a partir da pesquisa da estrutura administrativa do AGCRJ, tendo como fontes de informação os dados disponíveis no Sistema Integrado de Codificação Institucional (SICI), conforme a Figura 1.

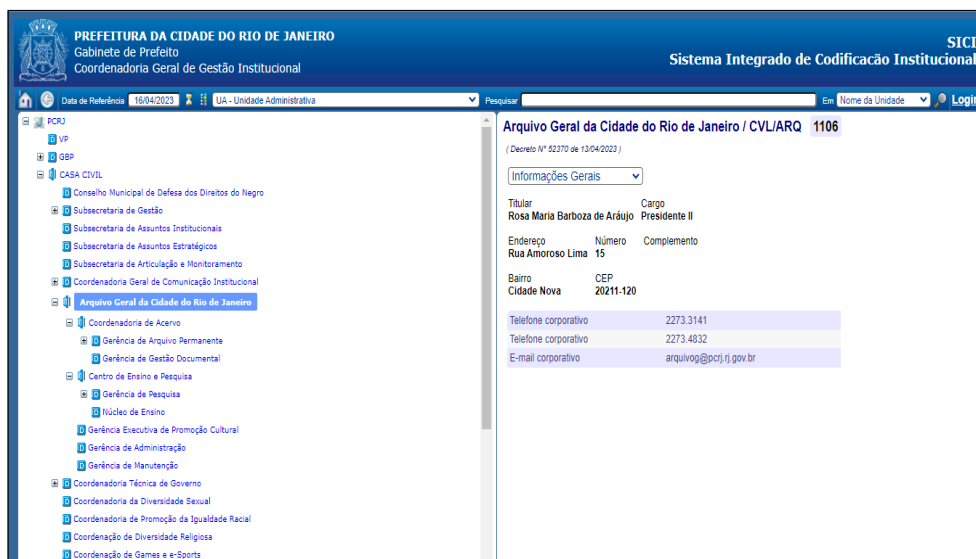


Figura 1: Sistema Integrado de Codificação Institucional da SMI Fonte: Disponível em: <http://sici.rio.rj.gov.br/PAG/principal.aspx>. Acesso em 16 mar 2023.

O estudo do elemento funcional sintetiza a pesquisa sobre as atribuições do órgão produtor, nesse caso a competência, funções e atividades desempenhadas pelo AGCRJ. Para essa pesquisa, são consideradas as seguintes fontes de informações: Leis, Decretos e Portarias municipais, conforme é possível verificar a seguir.

A tabela apresenta o estado da arte da discussão no âmbito da política municipal de arquivos e de gestão de documentos na cidade do Rio de Janeiro, ao sistematizar a visão geral do marco regulatório.

O registro das informações sobre as atribuições (competência, funções e atividades) está apresentado, parcialmente, na Figura 2.


<div>  <div> Planilha de Identificação de Órgão Produtor Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro AGCRJ </div> </div>		
Competência	Função	Atividade
Atividade-fim		
<p>Lei 3.404 de 2001 - Art. 5º - Considera-se política municipal de arquivos o conjunto de objetivos, princípios, diretrizes e programas elaborados e executados pelo Poder Executivo Municipal de forma a garantir a gestão, preservação e acesso aos documentos dos arquivos públicos municipais, bem como a proteção especial a arquivos privados, considerados de interesse público e social para a Cidade do Rio de Janeiro.</p>	<p>047786 GI/ARQ/CAV/GGD Gerência de Gestão Documental Implementar o Programa de Gestão de Documentos;</p>	<p>Elaborar e aplicar planos de classificação e tabelas de temporalidade; Acompanhar a elaboração e aplicação de planos de classificação e tabelas de temporalidade;</p>

Figura 2: Planilha de Identificação de Órgão Produtor - AGCRJ. Fonte: PGD Carioca.

A Sistematização das atribuições (competências, funções e atividades) e séries documentais (tipológicas) do AGCRJ e registro no quadro de Identificação de Contexto de Produção, sintetiza uma perspectiva de coleta de informações nucleares que precisam ser identificadas para a elaboração do plano de classificação que contribui para a organização do conhecimento arquivístico.

Tabela 1 - Identificação de Contexto de Produção

Órgão	Competência	Função	Atividade	Série
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ	Definição e implementação da política municipal de Arquivos	Gestão de documentos	Racionalizar e padronizar procedimentos	Processo de Aprovação de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade

Fonte: PGD Carioca.

No contexto do método de identificação arquivística, a identificação de tipologia documental permite realizar o estudo dos elementos externos e internos que apresentam os documentos para definir a série documental, e o registro das informações sobre os tipos documentais produzidos e acumulados pelo AGCRJ, base da elaboração do plano de classificação. As informações coletadas nessa etapa ficam registradas na Ficha de Identificação do Tipo Documental, Figura 3.


 <p>Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DOCUMENTAL (Preencher uma ficha para cada série documental)</p>	
Órgão Produtor	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ
Competência	Definição e Implementação da Política Municipal de Arquivos
Função	Gestão de Documentos
Atividade	Racionalizar e padronizar procedimentos
Nome usual do documento	Processo
(Padronização) Tipo documental proposto	Processo de Aprovação de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade
Espécie:	Processo
Gênero:	Textual
Suporte:	Digital/Papel
Objetivo da Produção	Aprovação dos instrumentos de gestão de documentos
Quantidade de vias:	1
Tramitação:	CPAD encaminha ofício memorando para o AGCRJ com a minuta do plano de classificação e tabela de temporalidade solicitando a aprovação dos instrumentos de gestão de documentos. A gerência de Gestão Documental elaborará parecer de aprovação, autua o Processo de Aprovação de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Encaminha o referido Processo A Procuradoria Geral do Município (PGM) para manifestação técnica quanto aos prazos de guarda estabelecidos na tabela de temporalidade. A PGM encaminha o processo ao Arquivo que emite para a CPAD do Órgão/Entidade Publicar os instrumentos em Diário Oficial Municipal.
Fundamento Legal:	Decreto municipal nº 22.615 de 2003; Decreto municipal nº 48.729 de 2021; Decreto municipal nº 48.973 de 2021.
Prazo de Guarda - Vigência:	2 arquivo corrente - 5 arquivo intermediário
Destinação:	() Eliminação (x) Guarda Permanente
Nível de Acesso:	(x) Ostensivo () restrito - justificar
Informações complementares:	
Responsável pelo preenchimento	Agente público: Alexandre Faben Data: 16/04/2021

Figura 3: Ficha de Identificação do Tipo Documental. Fonte: PGD Carioca.

Neste estudo, as fontes de informações são sistematizadas a partir dos próprios documentos identificados, entrevistas com gestores das áreas e textos legais e normativos que dispõem sobre a produção, tramitação, vigência e prescrição da tipologia documental.

O tipo documental é o elo capaz de revelar as ações que são desempenhadas a partir das atividades, funções e competência, que são intrínsecas ao produtor. Por isso, não podemos identificar o documento de arquivo sem um parâmetro que exprima a sua razão de ser, ação que definiu sua produção, e que revela a íntima relação com o seu contexto. Sendo assim, a identificação arquivística é fundamental para determinar a qualidade do plano de classificação e contribuir para a organização do conhecimento arquivístico.

A identificação arquivística permite a classificação arquivística, que consiste no agrupamento lógico da competência, funções, atividades e séries documentais explicitadas no plano de classificação, instrumento que explicita a relação orgânica entre os documentos de arquivo e o contexto de produção, conforme a Figura 4.

 <p>Plano de Classificação Documental</p> <p>ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO</p>			
Competência: 11 Definição e Implementação da Política Municipal de Arquivos			
Função: 11.01 Gestão de Documentos			
Atividade		Série Documental	
11.01.0 1	Orientar órgãos e entidades	11.01.01.0 1	Manual de Gestão de Documentos
		11.01.01.0 2	Processo de Solicitação de Visita Técnica Arquivística
		11.01.01.0 3	Questionário de Mapeamento de Situação Arquivística
		11.01.01.0 4	Relatório de Visita Técnica Arquivística
11.01.0 2	Racionalizar e padronizar procedimentos	11.01.02.0 1	Processo de Aprovação de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade
		11.01.02.0 2	Parecer de Aprovação de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade

		11.01.02.03	Tabela de Temporalidade Documental
		11.01.02.04	Plano de Classificação de Documentos
		11.01.02.05	Ficha de Identificação de Tipologia Documental
		11.01.02.06	Relatório de Implementação do PGD Carioca
		11.01.02.07	Base de Dados de Identificação Arquivística
11.01.03	Eliminar documentos de valor corrente e intermediário	11.01.03.01	Processo de Eliminação de Documentos
		11.01.03.02	Lista de Eliminação de documentos
		11.01.03.03	Edital de Ciência de Eliminação de Documentos
		11.01.03.04	Termo de Eliminação de Documentos
		11.01.03.05	Parecer de Aprovação de Eliminação de Documentos
Função: 11.02 Acesso e Preservação aos Documentos de Valor Permanente			
11.02.01	Recolher documentos de valor permanente	11.02.01.01	Processo de Recolhimento de Documentos
		11.02.01.02	Termo de Recolhimento de Documentos
		11.02.01.03	Lista de Recolhimento de Documentos
		11.02.01.04	Parecer de Aprovação de Recolhimento de Documentos
		11.02.01.05	Parecer de Conservação e Conformidade de Recolhimento de Documentos
11.02.02	Promover aquisição de fundos e coleções privadas	11.02.02.01	Parecer de Aquisição de Acervo
		11.02.02.02	Termo de Doação de Acervo
		11.02.02.03	Norma Interna de Aquisição de Acervo
11.02.03	Permitir o acesso às informações de valor permanente	11.02.03.01	Formulário de Solicitação de Reprodução de Documentos
		11.02.03.02	Termo de Autorização para Reprodução de Documentos
		11.02.03.03	Planilha de Controle de Atendimento e Reprodução de Acervo
		11.02.03.04	Norma de Reprodução e Acesso ao Acervo
		11.02.03.05	Base de Dados de Acervo Documental Permanente
		11.02.03.06	Inventário Analítico
		11.02.03.07	Inventário Topográfico

		11.02.03.08	Guia de Fundos
11.02.04	Preservar e conservar documentos de valor permanente	11.02.04.01	Formulário de Diagnóstico para Tratamento de Documentos
		11.02.04.02	Parecer de Conservação de Documentos
		11.02.04.03	Planilha de Controle de Temperatura e Umidade
Função: 11.03 Pesquisa da História Municipal			
11.03.01	Promover estudos e pesquisas	11.03.01.01	Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
		11.03.01.02	Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal
		11.03.01.03	Livro Estrutural da Administração Pública Municipal
		11.03.01.04	Projeto de Pesquisa
11.03.02	Gerenciar acervo bibliográfico	11.03.02.01	Catalogo Bibliográfico
		11.03.02.02	Ficha de Atendimento de Consultente
		11.03.02.03	Base de Dados de Gerenciamento de Acervo Bibliográfico
Função: 11.04 Promoção Cultural			
11.04.01	Promover programas culturais, artísticos e científicos	11.04.01.01	Dossiê Depoimentos Cariocas
		11.04.01.02	Depoimentos Cariocas
		11.04.01.03	Mini Documentário de Difusão de Acervo
		11.04.01.04	Vinheta de Difusão de Acervo
		11.04.01.05	Pauta de Entrevista
		11.04.01.06	Entrevista Sem Cortes
		11.04.01.07	Roteiro de Edição de Entrevista
		11.04.01.08	Índice de Decupagem
		11.04.01.09	Projeto de Promoção Cultural
		11.04.01.10	Relatório de Análise de Redes Sociais
		11.04.01.11	Termo de Cessão de Uso de Imagem e Voz
		11.04.01.12	Arte Gráfica de Divulgação de Conteúdo

Figura 4: Plano de Classificação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: PGD Carioca. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/gerencia-de-gestao-documental1>. Acesso em 16 mar 2023.

Após a identificação e a classificação, a avaliação inicia-se com a análise dos valores primários e secundários dos documentos, que determinam às séries documentais a condição de permanentes ou elimináveis. O prazo de guarda é atribuído à atividade que deu origem ao documento, informação evidenciada pela tipologia documental e estudada no momento da identificação arquivística, que fica registrada na tabela de temporalidade de documentos.

A partir da identificação arquivística, as informações que estão registradas nos documentos de arquivo colaboram para a transparência administrativa e integridade pública.

4. Considerações finais

Os documentos de arquivo registram as ações e atividades da administração pública e, por isso, eles possuem a capacidade de provar a integridade da gestão.

Nesse sentido, identificar documentos a partir de um parâmetro que permita conhecer a ação que lhes deu origem é a base para possibilitar o acesso à informação, garantir a transparência administrativa, a integridade pública e a participação social, que se estabelece a partir da organização do conhecimento arquivístico.

Assegurar o acesso a documentos e informação identificados e classificados corretamente é base e condição para uma governança pública transparente, responsável e inclusiva. Demonstra, portanto, comprometimento com a sociedade, perspectiva da organização do conhecimento que é garantida através do plano de classificação, instrumento técnico que, publicado e acessível, contribui com o acesso à informação, transparência administrativa e integridade pública, práticas essenciais para uma boa governança.

O trabalho desenvolvido pelo AGCRJ, através do PGD Carioca, permite publicizar as informações produzidas pela Prefeitura, por meio da transparência dos atos como prestação de contas para a sociedade.

Ao publicar os procedimentos e operações técnicas, estabelecidos em Portaria, no Diário Oficial do Município, é possível normatizar e padronizar as ações no âmbito do Programa de Gestão de Documentos, bem como consolidar o Arquivo como autoridade competente para coordenar e acompanhar o tratamento técnico arquivístico.

Desta forma, os procedimentos metodológicos adotados contribuem para a organização do conhecimento e o acesso à informação na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A publicação de plano de classificação é de fundamental importância para incentivar o acesso à informação e o envolvimento das partes interessadas a fim de promover a prestação de contas, especialmente através da participação social.

O objetivo dos instrumentos de gestão de documentos é demonstrar a aplicabilidade da identificação arquivística nos parâmetros da tipologia documental, proporcionando pleno acesso à informação, com qualidade e responsabilidade.

Cabe ressaltar que a implementação da gestão de documentos ainda é um desafio, no Brasil, em todas as esferas, tendo em vista que ainda contamos com poucos Arquivos Públicos institucionalizados, sobretudo os Arquivos Municipais.

Referências

- Bellotto, H. L. (1982). Tipologia documental em arquivística. São Paulo, Brasil: *Revista do Arquivo Municipal*, n. 195, p. 9-17.
- Bellotto, H. L. (1990). Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. Arquivo de Rio Claro. Rio Claro, Brasil: *Arquivo do Município de Rio Claro*, 0(1), p. 4-15.
- Bellotto, H. L. (2000). *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado.
- Bueno, D.A; Rodrigues, A.C; Campos, M. L. A. (2017). Análise do conceito de “identificação arquivística” à luz dos princípios da Teoria do Conceito de Dahlberg. In: *Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento* / coord. por Maria da Graça Melo Simões, Maria Manuel Borges, ISBN 978-972-8627-75-1, págs. 477-486
- Faben, A; Rodrigues, A.C. (2018). Identificação de documentos de arquivo no Brasil: ensino, pesquisa e práticas profissionais em arquivologia. In: *Produção, tratamento, disseminação e uso recursos informacionais heterogêneos* [recurso eletrônico]: diálogos interdisciplinares / Maria Luíza de Almeida Campos ... [et al.] (Org.). - Niterói : IACS/UFF. 241p. – (Série Estudos da Informação, 5).
- Faben, A; Rodrigues, A.C. (2019). Identificação, classificação e organização do conhecimento arquivístico: reflexões em torno dos instrumentos de gestão de documentos. In: Barros, T. H. B. & Tognoli, N. B. (Org.). *Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades*. Isko Brasil, p. 405-411. Disponível em: <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/02/LIVRO-ISKO-BRASIL-EDICAO-BELEM.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- FABEN, A.; RODRIGUES, A. C.; SILVA, C. G. Da. (2021). Identificação como base para a organização do conhecimento arquivístico: In: Silva, Carlos Guardado da, Revez, Jorge & Corujo, Luís (Eds.). *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal*, Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 25 e 26 de novembro de 2021. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Colibri. ISBN 978-989-566-137-4. DOI: <https://doi.org/10.51427/10451/50067> . Acesso em: 27 mar. 2021.
- Hjørland, B. (2016). Knowledge organization, 43, n. 6: 475-484. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em: 17/05/2019.
- Rodrigues, A. C. (2003). Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG. (Dissertação Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo). www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003181526/publico/tesaAnaCelia.pdf
- Rodrigues, A. C. (2008). *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. (Tese Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo). https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-7112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf
- Rodrigues, A. C. (2018). Tipología documental: diálogos entre la archivística y la diplomática para la construcción del método de identificación del documento de archivo. *Boletín de la ANABAD*, 68(3-4), p. 429-445, (Ejemplar Especial Homenaje Antonia Heredia Herrera).

- Silva, C.G; Revez, J; Corujo, L. (Eds.2021). *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal*, Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 25 e 26 de novembro de 2021. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Colibri. ISBN 978-989-566-137-4. DOI: <https://doi.org/10.51427/10451/50067> . Acesso em: 27 mar. 2023.
- Silva, C.G; Corujo, L. (2022). Organização do conhecimento e arquivística: relações e prismas teóricos. *Acervo: Organização do conhecimento em arquivos*. 35(2), 1-23. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1811/1719>. Acesso em: 20 jan 2023.
- Tognoli, N. B., Rodrigues, A.C. & Guimarães, J.A.C. (2019). Archival Knowledge: Conceptual Frameworks for Recent Terminology in the KO Domain. *Knowledge Organization*, 46, p. 522 – 529.
- Tognoli, N. B.; Vitoriano, M. C. C. P.; Leme, T. F. A (2017). Classificação enquanto uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico. In: *Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. Fabio Assis Pinho, José Augusto Chaves Guimarães (Org.). Recife, PE: Ed. UFPE, 409p.

Interoperabilidade semântica para objetos digitais do patrimônio científico: interligando conteúdo via *Linked Data*

Alexandre Medeiros Correia de Sousa¹; Cláudio José Silva Ribeiro²; Maria Manuel Borges³

Resumo: Uma das questões mais recorrentes nas instituições que lidam com a curadoria de bens ligados a um patrimônio cultural é a da organização do conhecimento em seus acervos. Esse tema tem levantado debates sobre as melhores formas de promover a representação e a interoperabilidade dos dados destes bens na web. Um fator que deve ser observado é o de que campos específicos de acervos culturais apresentam características próprias, composto de diferentes tipos físicos de objetos e de coleções, que formam um heterogêneo e interligado campo documental. Os usos das tecnologias da Web Semântica e os princípios *Linked Data* têm sido apontados como possíveis facilitadores para suprir os anseios das instituições de memória científica de organizar, integrar e disponibilizar os diversos dados de seus patrimônios culturais. Assim, este trabalho busca estabelecer um método para o uso de metadados descritivos em campos de acervos culturais mais específicos, como o do Patrimônio Cultural Científico, ao demonstrar o uso de mapas conceituais para descobrir e representar as relações associativas entre bens documentais deste domínio e a harmonização de tais relações com metadados semânticos de vocabulários preexistentes. O resultado constitui uma orientação para a criação de um conjunto de termos de vocabulários semânticos que ajudem instâncias documentais do patrimônio cultural a organizar melhor os objetos digitais dos seus acervos na web.

Palavras-chave: Web Semântica; Linked Data; Mapa Conceitual; Vocabulários Semânticos; Patrimônio Cultural Científico.

Resumen: Una de las cuestiones más recurrentes en las instituciones que se ocupan de la conservación de bienes del patrimonio cultural es la organización del conocimiento de sus colecciones. Esta cuestión ha suscitado debates sobre las mejores formas de promover la representación y la interoperabilidad de los datos de estos bienes en la web. Un factor que debe tenerse en cuenta es que los ámbitos específicos de las colecciones culturales tienen características propias, compuestas por diferentes tipos físicos de objetos y colecciones, que forman un campo documental heterogéneo e interconectado. El uso de las tecnologías de la Web Semántica y los principios de Linked Data han sido identificados como posibles facilitadores para satisfacer las necesidades de las instituciones de memoria científica de organizar, integrar y poner a disposición los diferentes datos de su patrimonio cultural. Así, este trabajo pretende establecer un método para el uso de metadatos descriptivos en ámbitos más específicos de las colecciones culturales, como el Patrimonio Cultural Científico, demostrando el uso de mapas conceptuales para descubrir y representar las relaciones asociativas entre los bienes documentales de este dominio y la armonización de dichas relaciones con metadatos semánticos procedentes de vocabularios preexistentes. El resultado es una guía para la creación de un conjunto de términos de

¹ Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: alexandre.sousa@fiocruz.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8187-5439>

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: claudio.ribeiro@unirio.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9571-1707>

³ Universidade de Coimbra, CEIS20, Coimbra, Portugal.
E-mail: mmb@fl.uc.pt
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7755-6168>

vocabulários semânticos que ajudarão a los organismos documentales del patrimonio cultural a organizar mejor los objetos digitales de sus colecciones en la web.

Palabras clave: Web semântica; Datos enlazados; Mapa conceptual; Vocabulários semânticos; Patrimonio científico cultural.

Sumário: 1. Introdução. 2. Objetivo e Metodologia. 3. Resultados. 4. Conclusões. 5. Referências Bibliográficas.

1. Introdução

Num cenário crescente de dados abertos e estruturados na web, tem-se buscado uma crescente capacidade de diferentes sistemas e recursos digitais relacionados ao patrimônio cultural se comunicarem e compartilharem informações de maneira significativa. Dentre os desafios que se colocam para curadores de coleções documentais de patrimônios culturais está o de organizar o conhecimento extrínseco dos bens salvaguardados de forma satisfatória.

No trabalho com a organização de recursos de origens e contextualizações diversas, um dos caminhos trilhados é o uso de metadados específicos nos objetos digitais. Indispensáveis para a comunicação entre computadores pela via web, o papel dos metadados é o de fornecer informação estruturada que auxilie na descrição de recursos e na estruturação sintática da rede. Observando-se essa via, é possível pensar no desenvolvimento de uma rede informacional de itens documentais na web, a partir do uso de certos metadados descritivos, capazes de expressar relações específicas existentes entre dois ou mais objetos digitais.

Os recursos digitais do patrimônio cultural têm uma instigante particularidade que é a de possuírem variadas relações entre si, tanto derivadas do contexto de domínio tipológico do patrimônio cultural que os recolhem, quanto relacionadas às múltiplas fontes disponíveis no ambiente informacional suportado pela teia conhecida como *World Wide Web*. Por outras palavras, os objetos digitais oriundos de bens culturais de coleções de museus, arquivos históricos, bibliotecas, apresentam relações associativas que podem servir como metadados descritivos e dotadas de aspectos semânticos. Ambas essas características podem incrementar a organização do conhecimento destes acervos na web.

Nessa perspectiva, alguns autores (Freire et al., 2018; Marcondes, 2018; Marden et al., 2013; Ninin & Simionato, 2018; Observatoire de la Culture et des Communications du Québec, 2017; Thorsen & Pattuelli, 2016) apontam a convergência das tecnologias da Web Semântica e dos princípios do *Linked Data*, estabelecidos por Tim Berners-Lee (2001; 2006) como uma forma de facilitar a integração de recursos de diferentes procedências no meio virtual. Essa convergência propõe, de forma mais eficiente, a adoção de padrões e métricas com o intuito de estruturar uma web em que os dados sejam processados não somente por sua sintaxe, mas também por sua semântica, de forma a torná-los compreensíveis também para as máquinas, o que antes era possível somente por humanos.

Ainda no contexto destas relações associativas, a adoção desses padrões convergentes possibilitaria a interoperabilidade semântica e o enriquecimento de informações entre diferentes recursos. Isso viabiliza o estabelecimento do aporte

conceitual e tecnológico para publicar tanto os dados quanto os metadados dos itens componentes de acervos culturais, de forma ampla e com a possibilidade de integrar contextualmente diferentes recursos culturais publicados na web.

Edelstein et al. (2013) validam a nossa intenção quando pontuam que a relevância da Web Semântica e do movimento *Linked Data* no campo dos acervos do patrimônio cultural pode ser influenciada pelo pensamento associativo e ferramental descritivo. Na visão desses autores, o *Linked Data* acaba instrumentalizando a criação de relacionamentos entre distintos itens, tornando-se um facilitador da integração temática de coleções diferentes e estimulando a filosofia dos dados abertos nesse campo.

Para poder implementar essa filosofia, a estruturação dos dados passa pelo uso de metadados que portam informações semânticas, nomeados nesse relato de metadados semânticos, organizados em vocabulários, reconhecidos e avalizados por comunidades em domínios distintos. Esses elementos são organizados de modo a tornarem-se, como explicam Campos (2007, p. 25) e Catarino & Souza (2012, p. 80), arcabouços de metadados padronizados com termos que descrevem propriedades, representando de forma clara e exata o significado e condições de uso de cada termo. Tais arcabouços podem e devem ser utilizados nas descrições de relações associativas dos recursos culturais.

Deste modo, as tecnologias da Web Semântica e as iniciativas em *Linked Data* se mostram como uma boa opção de uso, capaz de gerar uma desejada integração entre distintos objetos digitais de itens documentais do Patrimônio Cultural, principalmente no imenso e variado conjunto de dados que inunda o cotidiano contemporâneo.

Essa linha de discussão teórica e prática encontra apoio no campo da Ciência da Informação, que estuda questões de interoperabilidade técnica e semântica entre recursos oriundos de sistemas e acervos heterogêneos, mais especificamente na linha da Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento.

2. Objetivos e Metodologia

Este trabalho tem como objetivo estabelecer, apoiado na discussão sobre interoperabilidade semântica para web e *Linked Data*, um método de trabalho que observe o sentido contextual de um grupo de bens culturais, para poder explorar as possíveis relações associativas existentes entre eles e aferir a sua utilização como metadados semânticos em objetos digitais do patrimônio cultural.

Métodos como o uso de mapas conceituais e análise documental, além da investigação da conjuntura custodial dos itens, podem fornecer o instrumental necessário para identificar estas relações subjetivas e construir as hiperligações desejadas. Esses métodos podem ajudar a determinar e organizar as características relevantes do contexto explorado – como, por exemplo, a mesma procedência, o mesmo produtor, o mesmo campo temático, etc. – e nortear a inferência das relações existentes entre os documentos que estão neste âmbito investigado.

O campo experimental investigado foi o relativo ao domínio do Patrimônio Cultural Científico, que possui atributos determinantes específicos, capazes de servir

como referencial para a contextualização das suas fronteiras, tipificação dos seus bens culturais e identificação das relações associativas entre itens documentais científicos (Lourenço & Wilson, 2013, p. 745).

Para propor um método de trabalho a ser usado no âmbito dos acervos culturais, optou-se pela adoção dos seguintes passos: o levantamento dos objetos documentais a serem estudados por meio de pesquisa documental em acervos históricos vinculados ao Patrimônio Cultural Científico brasileiro; a construção de um mapa conceitual para proceder à organização lógica dos objetos no domínio cultural científico; inferir e representar as relações entre os diferentes objetos e recursos selecionados; desenvolvimento da redação das relações associativas identificadas no mapa conceitual, estabelecendo os atributos de cada uma destas dentro do contexto; tendo em vista a possibilidade de reuso, identificação e exploração de estruturas com descritores semânticos que expressem as relações estabelecidas. Nesse último passo, o recorte adotado apontou para representações derivadas do uso de ontologias e vocabulários para web, como é caso do CIDOC-CRM (*Conceptual Reference Model*) e também do EDM (*Europeana Data Model*). Ambas as iniciativas fornecem vocabulários semânticos para descrever e relacionar objetos culturais; permitem o cotejamento entre as relações associativas descobertas com os termos de vocabulários web para identificar as equivalências semânticas e serem usados em descrições de recursos do patrimônio cultural.

Para o desenvolvimento da pesquisa experimental, foi demarcado como campo empírico de investigação o escopo dos itens documentais do Patrimônio Cultural Científico ligados à publicação da descoberta da tripanossomíase americana, mais conhecida como Doença de Chagas. Essa escolha foi tomada porque a Doença de Chagas, descoberta em 1909, representa um marco científico relevante, visto que teria sido a primeira vez, na história da medicina mundial, que um mesmo pesquisador relatava completamente uma doença infecciosa, identificando o vetor (o inseto *Triatominae*, conhecido como “barbeiro”), o agente etiológico (o protozoário *Trypanosoma cruzi*), os hospedeiros, as manifestações clínicas e a epidemiologia (Araújo-Jorge et al., 2017, p. 10; Kropf, 2009, p. 348).

3. Resultados

Os resultados foram obtidos e reunidos a partir do levantamento documental, geração do mapa conceitual, inferência das relações e posterior harmonização das relações estabelecidas com termos pertinentes dos vocabulários semânticos pesquisados.

3.1. Levantamento documental

Dentro do campo empírico a ser abordado, fez-se um levantamento dos itens documentais relativos nos acervos arquivísticos e bibliográficos da Fundação Oswaldo Cruz, a qual é a instituição científica brasileira detentora do maior número de bens documentais sobre a história da descoberta da Doença de Chagas. Como o número de documentos localizados foi bastante expressivo, para termos um recorte mais bem delimitado do escopo documental do campo explorado, optou-se por

utilizar 5 documentos encontrados. O critério para essa seleção buscou documentos que se relacionassem diretamente com marco de divulgação da Doença de Chagas, que foi o artigo do periódico *Brazil-Médico*, de abril de 1909 (Carvalho et al., 2009, pp. 26), já que assim poderíamos montar uma rede de relações a partir de um ponto de inflexão importante para a história do fato científico estudado.

Desta forma selecionamos: a) Uma fotografia, atribuída ao final de 1908 de Carlos Chagas com uma das pacientes estudadas; b) O manuscrito do artigo de comunicação da descoberta, atribuído ao primeiro trimestre de 1909; c) O artigo do periódico *Brazil-Médico*, de abril de 1909, que traz o anúncio oficial da descoberta; d) O artigo do periódico *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, de agosto de 1909, que traz a primeira grande revisão da descoberta; e) Cédula de dez mil cruzados, emitido pelo Banco Central do Brasil, em homenagem a Carlos Chagas e aos 80 anos da descoberta da Doença de Chagas, em janeiro de 1989.

Com os elementos selecionados, partimos para a construção da inferência das relações associativas por meio de um mapa conceitual.

3.2. Mapa conceitual

Com o crescimento da informação na web e a consolidação da estrutura hipertextual dos recursos disponibilizados, que trouxe uma forma de uso onde os fluxos são bidirecionais, ou seja, com conexões (hiperligações) entre os diferentes recursos. Os usuários percorrem as fontes de informação sem um sentido único e sem uma referência de fluxo de pesquisa fixo, e, portanto, houve a necessidade de recorrer a outras formas de organização do conhecimento que permitissem uma estruturação mais rápida e eficaz de recuperação da informação. Como explica Simões (2008, pp. 69–71), esquemas como mapas conceituais, taxonomias e ontologias acabaram se desenvolvendo nesse sentido, baseando-se nos princípios de relações hierárquicas e associativas provenientes de instrumentos mais clássicos, como os tesouros. Apesar de se observarem diferenças entre eles, estes três sistemas se apresentam como estruturas representativas da informação de modo que ela seja recuperada em ambiente web, “constituindo verdadeiros sistemas de navegação semântica”.

Considere-se um desses esquemas, a saber, os mapas conceituais. Conforme Figueiredo & Sales (2016, p. 3), eles são ferramentas de organização do conhecimento que, no campo da Ciência da Informação, podem ser aplicados, “por exemplo, na análise de assunto e organização de conceitos, na organização de documentos hipertextuais e no esclarecimento de conceitos sobre determinada temática”. Nesse sentido, o mapa conceitual é descrito por Sherrat & Schlabach (1990, pp. 60–61) como um dispositivo capaz de estruturar graficamente os conceitos ou ideias pertencentes a um assunto, ou uma estrutura de proposições e as relações que existem entre essas ideias, na forma de uma descrição esquemática, com o propósito de representar a compreensão de um indivíduo sobre um corpo de conhecimento e ilustrar o relacionamento entre as ideias significativas para ele.

Assim, podemos pensar num mapa conceitual contendo relações associativas, que opere vínculos semânticos existentes em um grupo de recursos informacionais, com vistas a uma navegação hipertextual na web. Teríamos como os conceitos os recursos

informativos, e como as relações associativas as conexões subjacentes, mas existentes entre os itens de um grupo de documentos.

Para compor o quadro gráfico do mapa conceitual das relações associativas deste trabalho, pautou-se a construção do cenário como num plano cartesiano, em que a disposição dos pontos no quadro construído seguiu conforme a sua relação entre uma linha horizontal, de caráter cronológico, composta de indicação de mês e ano, e uma linha vertical, de publicação dos atos científicos de divulgação da pesquisa, composta de três níveis: “Documentos anteriores à divulgação”, “Documentos de divulgação” e “Documentos posteriores à divulgação”

Vale ressaltar que, no domínio do Patrimônio Cultural Científico, o que dá legitimidade ao bem documental é a sua relação com a dinâmica de desenvolvimento de uma pesquisa científica (Araújo et al., 2017, p. 17; Granato & Santos, 2015, pp. 79–80). Como o ato científico normalmente acontece por um período temporal contínuo e determinado, marcado por ações encadeadas que conduzem o desdobramento da pesquisa, considerou-se o fator cronológico como um importante guia para orientar as relações associativas entre os bens desse domínio.

Conforme mostra a Figura 1, os documentos foram distribuídos pelo mapa de acordo com suas datas de publicação e a sua relação ao principal documento de divulgação no âmbito desse campo empírico, que é o documento C, o artigo de comunicação da descoberta da Doença de Chagas, em 1909.

Para que a representação das relações estivesse de acordo com os princípios *Linked Data*, estabeleceu-se uma “porta principal” de conexão do mapa conceitual com a nuvem de dados ligados, através do termo “Chagas’ Disease”, no *dataset* da *Library of Congress*⁴, que foi representado por uma circunferência verde. Foi esse ponto que recebeu a relação associativa “trabalho fundador” no recurso que representa o trabalho considerado o marco inicial da Doença de Chagas. Esse foi o único ponto que não seguiu a regra da relação cronológica estabelecida anteriormente.

⁴ <http://id.loc.gov/authorities/subjects/sh85022320>

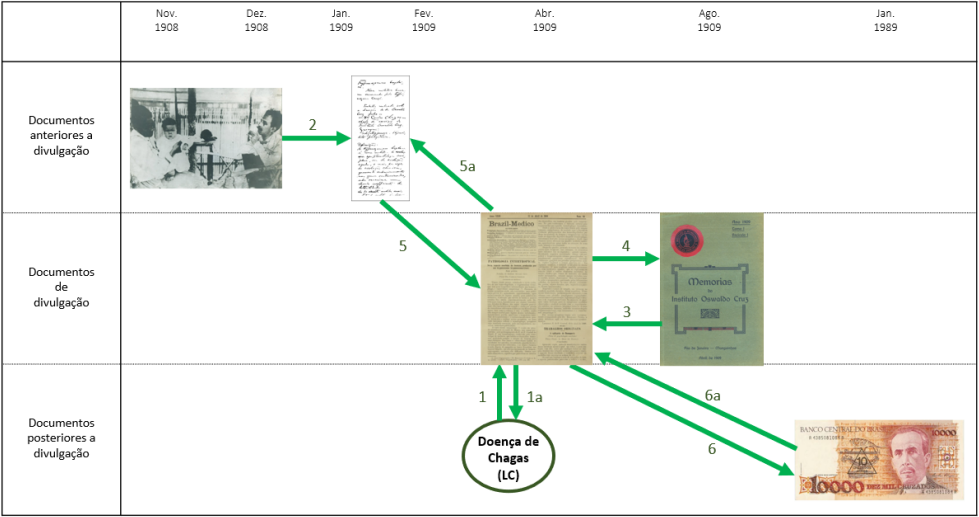


Figura 1. Mapa conceitual dos bens documentais da Doença de Chagas.
Fonte: os autores.

3.3. Inferência das relações

Com a disposição dos documentos realizada, iniciou-se a inferência de relações entre os bens representados, com base na análise documental dos itens. Todas as relações identificadas entre os documentos foram representadas graficamente por setas diretivas numeradas que apontam para a direção da associação.

Conforme dito anteriormente, a questão cronológica foi um ponto importante no processo de estabelecimento das relações associativas entre os diferentes bens documentais do domínio estudado, por demarcar a dinâmica de pesquisa científica, a sua publicação e repercussão na sociedade. Dessa forma, todas as primeiras relações estabelecidas foram definidas no sentido “A para B”, onde obrigatoriamente o documento ou o evento A é antecessor do B.

Numa tabela, cada uma das relações foi identificada com um número sequencial, seguida pela etiqueta descritiva, uma explicação sobre a semântica e a indicação sobre o sentido da relação.

Para poder incrementar o arcabouço construído das relações, e aproveitar a riqueza da possibilidade descritiva do mapa conceitual, optou-se por também indicar as possíveis associações “de volta”, ou seja, relações com sentido subordinativo “B para A”. Nesse caso, estas relações foram identificadas pelo número da relação original, seguido por uma letra.

Assim, foram estabelecidas 9 relações associativas, que podem ser vistas no quadro que segue abaixo (Tabela 1). Por uma questão de conveniência descritiva, os documentos são referidos como recursos na redação do escopo das relações.

Tabela 1. Relações associativas dos bens documentais da Doença de Chagas

<p>1 - É marco inicial de</p> <p>Usado para relacionar o recurso que é considerado o marco inicial da pesquisa científica em questão a um <i>dataset</i> (Wikidata) ou um termo de autoridade que já esteja estabelecido em dados abertos (LC).</p> <p>Relação A para B</p>
<p>1a - Tem como marco inicial</p> <p>Usado para relacionar um <i>dataset</i> (Wikidata) ou um termo de autoridade que já esteja estabelecido em dados abertos (LC), ao recurso considerado o marco inicial da pesquisa científica em questão.</p> <p>Relação B para A</p>
<p>2 - É uma imagem relacionada a</p> <p>Usado para indicar recursos audiovisuais (fotografias, etc.) que captam momentos ou outros aspetos relacionados ao desenvolvimento da pesquisa. Podem ser imagens dos locais de pesquisas de campo, das instalações de trabalho ou das apresentações em congressos e outros eventos.</p> <p>Não se aplica caso a imagem tenha sido publicada como parte de um trabalho</p> <p>Relação A para B</p>
<p>3 - É publicação seguinte</p> <p>Usado para ligar dois recursos, na perspectiva de desenvolvimento de uma pesquisa e do encadeamento cronológico de comunicação científica.</p> <p>Relação A para B</p>
<p>4 - É publicação anterior</p> <p>Usado para ligar dois recursos, na perspectiva de desenvolvimento de uma pesquisa e do encadeamento cronológico de comunicação científica.</p> <p>Relação B para A</p>
<p>5 - É prévia de</p> <p>Usado para indicar recursos que são versões ou partes prévias de um trabalho publicado. Podem ser rascunhos ou outros documentos textuais de trabalho prévios que compõem uma publicação.</p> <p>Relação A para B</p>
<p>5a - É versão publicada de</p>

Usado para indicar o trabalho publicado dos recursos textuais que são versões ou partes prévias do trabalho em questão.
Relação B para A
6 - Foi homenageado com
Usado para relacionar um recurso a uma premiação, ou outro recurso que remete a um reconhecimento público (medalha, diploma, etc.).
Relação A para B
6a - É homenagem de
Usado para relacionar uma premiação, ou outro recurso que remete a um reconhecimento público, (medalha, diploma, etc.), a um recurso que pode ser um trabalho publicado ou apresentação feita.
Relação B para A

Fonte: os autores.

3.4. Harmonização das relações

Com as relações associativas estabelecidas, pôde-se partir para a pesquisa dos termos pertinentes dos vocabulários semânticos no contexto *Linked Data*, com o intuito de chegar ao grupo de metadados descritivos de propriedades a serem usadas na descrição dos dados dos objetos digitais de bens documentais do Patrimônio Cultural Científico. Essa busca ocorreu primeiramente através da pesquisa direta na documentação de alguns vocabulários para web e modelos conceituais mais proeminentemente usados em iniciativas *Linked Data* em acervos culturais. A escolha recaiu sobre os modelos CIDOC-CRM e EDM, por estes apresentarem maior uso e relevância no campo cultural (Allemang & Hendler, 2011, p. 558; Coneglian & Santarem Segundo, 2016, p. 91; Haslhofer & Klas, 2010, p. 7).

Na primeira pesquisa, no exame indutivo realizado no material de referência do Modelo Conceitual CIDOC-CRM, versão 6.2.1137⁵, o escopo de cada uma das 168 propriedades foi explorado, e os metadados que expressavam a mesma semântica de alguma relação associativa identificada foram anotados. Assim, a pesquisa encontrou 1 termo, que foi harmonizada e organizada na Tabela 2.

Tabela 2. Termos CIDOC-CRM Harmonizados

Termo CIDOC-CRM	Descrição	Relação associativa	Exemplo
P62 depicts (is depicted by)	Para ligar um item físico, feito pelo homem, com uma	2 - É uma imagem relacionada a	O item A retrata uma imagem relacionada ao item B.

⁵ <http://www.cidoc-crm.org/Version/version-6.2.1>

	representação visual de alguma coisa ou pessoa.		
--	---	--	--

Fonte: os autores

O mesmo exame indutivo foi aplicado ao documento *Definition of the Europeana Data Model*, v5.2.8 (2017), que é a versão mais atualizada dos termos descritivos do modelo EDM. Nessa versão, as propriedades EDM são descritas de forma complementar às propriedades do modelo *Dublin Core*, por este ser utilizado na antiga versão do EDM, o *Europeana Semantic Elements*. Essa integração permitiu observar os termos *Dublin Core* de maneira mais rica por possibilitar analisar este conjunto de propriedades de modo mais útil a uma finalidade descritiva de objetos de patrimônio cultural.

A pesquisa indicou a existência de algumas propriedades que se assemelham ao escopo das relações associativas identificadas neste estudo. Das 76 propriedades arroladas e descritas no modelo consultado, foram encontrados 4 termos, harmonizados e organizados na Tabela 3.

Tabela 3. Termos EDM Harmonizados

Termo EDM	Descrição	Relação associativa	Exemplo
edm:incorporates	Para ligar um recurso a outro, no intuito de agregar valor a outro recurso.	6 - Foi homenageado com 6a - É homenagem de	O item E está relacionado ao item C. O item C está relacionado ao item E
edm:isNextInSequence	Esta propriedade suporta a navegação sequencial por recursos relacionados em que a ordem é importante, como em objetos estruturados hierarquicamente.	3 - É publicação seguinte	O item D é uma publicação posterior do item C
edm:isDerivativeOf	Esta propriedade captura uma noção de algo que deriva de outro, de modo	5a - É versão publicada de	O item C é uma publicação derivada do item B

	bem restrito e direto		
edm:isRelatedTo	Esta é a propriedade contextual mais geral em EDM. Podem-se incluir aqui relações contextuais que têm a ver com conexões culturais.	5 - É prévia de	O item B tem uma relação (é prévia de) com o item C

Fonte: os autores

Com o levantamento das propriedades pertinentes nos termos de vocabulários semânticos realizado, e feito o cotejamento entre as propriedades escolhidas e as relações associativas, observou-se que 4 relações puderam ser harmonizadas e que 5 relações não puderam ser contempladas. Este resultado mostra que o campo do Patrimônio Cultural Científico ainda possui um vasto território semântico a ser explorado.

4. Conclusões

Esse relato explorou como as possibilidades de investigação no campo da significação das relações, que podem ser promovidas pelas tecnologias da *Web Semântica* e pelos princípios *Linked Data*, podem oferecer uma organização mais rica, plural e flexível para objetos portadores do conhecimento em campos de acervos culturais específicos, como o do Patrimônio Cultural Científico. Adicionalmente, ao investigar o uso de mapas conceituais para descobrir e representar as relações associativas entre bens documentais deste domínio e a harmonização de tais relações com metadados de vocabulários preexistentes, a investigação pôs em prática o reuso de termos já estabelecidos em diferentes campos do conhecimento.

Dessa forma, a intenção precípua desta pesquisa constituiu-se na criação de um processo de trabalho que auxilie instâncias documentais a organizar melhor os objetos digitais dos seus acervos na *web*, assim como a criação de um arcabouço básico de termos de vocabulários semânticos para ser usado no processo de catalogação de metadados dos objetos culturais. Com isso, buscamos fomentar a discussão em torno de uma rede de dados de bens documentais científicos que permita a descoberta e acesso por outros sistemas e usuários, e no futuro desenvolvimento de um vocabulário semântico próprio do campo dos acervos culturais, construído de forma colaborativa.

Por fim, ao adotar a interoperabilidade semântica via *Linked Data* para objetos digitais do patrimônio cultural, será possível promover a descoberta, o compartilhamento e a reutilização de informações culturais, enriquecendo a

experiência do usuário e facilitando a colaboração entre instituições de diferentes países e profissionais que lidam com os acervos culturais em suas rotinas de preservação e divulgação.

O campo do Patrimônio Cultural possui um grande potencial no que diz respeito à construção de instrumentos que organizem o conhecimento do campo e tornem exploráveis uma vasta gama de bens culturais mediante tecnologias e princípios de dados abertos.

5. Referências bibliográficas

- Allemang, D., & Hendler, J. (2011). *Semantic Web for the working ontologist*. Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-385965-5.10001-9>
- Araújo, B. M. de, Ribeiro, E. S., & Granato, M. (2017). Carta do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia: produção e desdobramentos. In B. M. de Araújo, E. S. Ribeiro, & M. Granato (Eds.), *Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores* (pp. 11–20). Museu de Astronomia e Ciências Afins. http://site.mast.br/hotsite_cadernos_do_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia/index.html
- Araújo-Jorge, T. C. de, Telleria, J., & Dalenz, J. R. (2017). History of the discovery of the American Trypanosomiasis (Chagas disease). In J. Telleria & M. Tibayrenc (Eds.), *American Trypanosomiasis Chagas Disease* (2nd ed., pp. 1–22). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-801029-7.00001-0>
- Berners-Lee, T., Hendler, J., & Lassila, O. (2001). The Semantic Web: a new form of web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities. *Scientific American*, 284(5), 35–43. <https://doi.org/10.1038/scientificamerican0501-34>
- Berners-Lee, T. (2006). *Linked Data*. <https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>
- Campos, L. F. de B. (2007). Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais. *Encontros Bibli*, 12(23), 16–46. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2007v12n23p16/390>
- Catarino, M. E., & Souza, T. B. de. (2012). A representação descritiva no contexto da web semântica. *Transinformação*, 24(2), 77–90. <https://doi.org/10.1590/S0103-37862012000200001>
- Carvalho, J. da R., Azevedo, N., Araújo-Jorge, T. C. de, Lannes-Vieira, J., Soeiro, M. de N. C., & Klein, L. (2009). *Clássicos em Doença de Chagas: história e perspectivas no centenário da descoberta*. Ed. Fiocruz
- Coneglian, C. S., & Santarem Segundo, J. E. (2016). Europeana no Linked Open Data: conceitos de Web Semântica na dimensão aplicada das Humanidades Digitais. *Encontros Bibli*, 22(48), 88–99. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n48p88>
- Edelstein, J., Galla, L., Li-Madeo, C., Marden, J., Rhonemus, A., & Whysel, N. (2013). *Linked Open Data for Cultural Heritage: Evolution of an Information Technology*. <http://www.whysel.com/papers/LIS670-Linked-Open-Data-for-Cultural-Heritage.pdf>
- Europeana Foundation. (2017). *Definition of the Europeana Data Model v5.2.8*. <https://github.com/europeana/corelib/wiki/EDMObjectTemplatesProviders>
- Figueiredo, L. A. A., & Salles, R. (2016). Mapas conceituais na perspectiva instrumental da organização do conhecimento. *XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3930/2329>
- Freire, N., Meijers, E., Voorburg, R., & Isaac, A. (2018). Aggregation of cultural heritage datasets through the Web of Data. *Procedia Computer Science*, 137 (January 2019), 120–126. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2018.09.012>

- Granato, M., & Santos, F. P. (2015). Os museus e a salvaguarda do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia no Brasil. In MAST, 30 anos de pesquisa: Museologia e Patrimônio (pp. 79–119). Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Haslhofer, B., & Klas, W. (2010). A Survey of Techniques for Achieving Metadata Interoperability. *ACM Computing Surveys*, 42(2), 1–42. <https://doi.org/10.1145/1667062.1667064>
- Kropf, S. P., & Lacerda, A. L. de. (2009). *Carlos Chagas, um cientista do Brasil = Carlos Chagas, scientist of Brazil*. Editora FIOCRUZ. <https://doi.org/10.7476/9786557080009>
- Lourenço, M. C., & Wilson, L. (2013). Scientific heritage: Reflections on its nature and new approaches to preservation, study and access. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, 44(4), 744–753. <https://doi.org/10.1016/j.shpsa.2013.07.011>
- Marcondes, C. H. (2018). Relacionamentos culturalmente relevantes para interligar objetos do patrimônio digital na web usando tecnologias de dados interligados. *XIX Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação*, 1074–1092. <https://euroclio.eu/projects/partner-europeana-creative/>.
- Marden, J., Li-Madeo, C., Whysel, N., & Edelstein, J. (2013). Linked open data for cultural heritage. *Proceedings of the 31st ACM International Conference on Design of Communication - SIGDOC '13*, 107. <https://doi.org/10.1145/2507065.2507103>
- Ninin, D. M., & Simionato, A. C. (2018). Linked Open Data em instituições de patrimônio cultural. *XIX Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação*, 5730– 5748. <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/view/1430>
- Observatoire de la Culture et des Communications du Québec. (2017). *État des lieux sur les metadonnées relatives aux contenus culturels*. Institut de la statistique du Québec. www.stat.gouv.qc.ca/droits_auteur.htm
- Sherratt, C., & Schlabach, M. (1990). The applications of concept mapping in reference and information services. *Reference & User Services Quarterly*, 30(1), 60–69. <http://www.jstor.org/stable/25828679>
- Simões, M. da G. (2008). *Da abstracção à complexidade formal: relações conceptuais num tesouro*. Almedina
- Thorsen, H. K., & Pattuelli, M. C. (2016). Linked Open Data and the Cultural Heritage Landscape. In E. Jones & M. Seikel (Eds.), *Linked Data for Cultural Heritage* (pp. 1–22). ALA. <https://semlab.io/documents/2016/10/01/linked-open-data-and-the-cultural-heritage-landscape.html>

La clasificación de las revistas científicas en los sistemas nacionales de evaluación de la ciencia

Valeria Montoya-Roncancio¹

Resumen: En el presente estudio se describen cómo los sistemas nacionales de evaluación de revistas han ido evolucionando con el transcurrir del tiempo, tanto que algunos países cuentan con sistemas de clasificación nacional propios y otros, en mayor o menor grado, se basan en rankings internacionales. La metodología empleada fue descriptiva con enfoque documental, con técnica de análisis de contenido bibliográfico y se ejecutaron las fases de selección documental, análisis de políticas y análisis comparativo de los sistemas de evaluación de revistas. El artículo presenta los resultados del análisis de una muestra de cinco países: España, México, Colombia, Chile y Argentina. Los principales resultados evidencian la conformación de los sistemas nacionales de evaluación, la cantidad de revistas seleccionadas por cada agencia nacional de investigación y los indicadores de mayor y menor frecuencia que se incluyen en los modelos de medición. El estudio concluye que la clasificación de revistas en los últimos años viene proponiendo un conjunto de nuevos sistemas que intentan cuantificar y reducir a aspectos del impacto científico, basándose en los tradicionales indicadores editoriales y bibliométricos, y es necesario incluir indicadores procedimentales y divulgativos en este proceso de medición de calidad.

Palabras clave: Revistas científicas; Evaluación; Calidad editorial; Indicadores; Países.

Resumo: Este estudo descreve como os sistemas nacionais de avaliação de periódicos têm evoluído ao longo do tempo, de tal forma que alguns países possuem sistemas próprios de classificação nacional e outros, em maior ou menor grau, baseiam-se em rankings internacionais. A metodologia utilizada foi descritiva com abordagem documental, utilizando a técnica de análise de conteúdo bibliográfico, tendo sido realizadas as fases de seleção documental, análise política e análise comparativa dos sistemas de avaliação de periódicos. O artigo apresenta os resultados da análise de uma amostra de cinco países: Espanha, México, Colômbia, Chile e Argentina. Os principais resultados mostram a conformação dos sistemas nacionais de avaliação, o número de revistas selecionadas por cada agência nacional de investigação e os indicadores mais e menos frequentes incluídos nos modelos de medição. O estudo conclui que a classificação de periódicos nos últimos anos vem propondo um conjunto de novos sistemas que tentam quantificar e reduzir aspectos do impacto científico, com base em indicadores editoriais e bibliométricos tradicionais, sendo necessário incluir indicadores processuais e de disseminação neste processo de medição da qualidade.

Palavras-chave: Revistas científicas; Avaliação; Qualidade editorial; Indicadores; Países.

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Antecedentes. 4. Metodología. 5. Resultados. 6. Conclusiones. Referencias bibliográficas

1. Introducción

Los sistemas nacionales de evaluación de la ciencia basan la clasificación de revistas en función de determinados parámetros y criterios de evaluación que permiten crear rankings y listas de calidad. Para organizar estas listas, es necesario describir las

¹ Universidad de Salamanca
E-mail: Valeriamontoya@usal.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7357-3326>

revistas, sistematizarlas, contrastarlas con determinados criterios de impacto, visibilidad y calidad. Esta actividad iniciada por la política científica ha inspirado buena parte de los estudios más recientes, los cuales han intentado diseñar y ofrecer herramientas adecuadas para la valoración de las revistas donde los científicos publican sus trabajos de investigación (Abadal, 2017; Kozak 2021; Merlo 2021).

Son diversas las instituciones que han desarrollado metodologías, mecanismos y sistemas de evaluación para medir, en función de diversas pautas e indicadores, la calidad de las publicaciones. La evaluación, como ejercicio propio del avance de cualquier entidad, es un proceso sistematizado que exige elaborarse en función de un método estable, con el propósito de definir el beneficio y seguridad del componente que se valora.

Las revistas científicas como elemento que se evalúa muestran de cierta manera la forma cómo se desarrolla la ciencia, la academia y sus investigadores. Las revistas científicas son un canal de comunicación y vehículo de información, y su clasificación constituye una sección muy dinámica y con diferentes aspectos, y, por tanto, son estudiadas por muchas investigaciones internacionales. La mayor parte de los estudios sobre la calidad de las revistas científicas, se basan en la valoración de los elementos formales (los llamados criterios de calidad editorial) para los que se han desarrollado y aplicado numerosas propuestas con pequeños matices de ponderación de requisitos (Úsuga-Cifuentes et al., 2020; Wilches-Visbal et al., 2023; Merlo-Vega & Montoya-Roncancio, 2023).

En el presente estudio se describen cómo los sistemas nacionales de evaluación de revistas han ido evolucionando con el transcurrir del tiempo, tanto que algunos países cuentan con sistemas de clasificación nacional propios y otros en mayor o menor grado que se basan en los rankings internacionales.

La comunidad científica Iberoamericana ha sido principalmente prolifera en estos temas, y desde los años sesenta, ha diseñado y empleado sistemas para la valoración de sus colecciones nacionales. Algunos elementos destacables que veremos de estos modelos son los desarrollados por FECYT (España), CONAHCYT (México), MINCIENCIAS (Colombia), seguidamente de ANID (Chile) y CONICET-CAICYT (Argentina). Todos ellos están establecidos en un conjunto de ítems alusivos a diferentes aspectos, manejan diversos modos de evaluación, y están encaminados a la categorización de las revistas en relación de su calidad, y, por ende, a la delimitación de un fondo de publicaciones de excelencia en cada país (Pérez, 2017; Baiget 2020).

En este estudio nos ocuparemos de examinar los modelos nacionales para evaluar las revistas científicas que se han creado en cinco países: España, México, Colombia, Chile y Argentina. La elección de los cinco casos se planteó con relación al problema considerado. España, México y Colombia han transformado actualmente sus modelos y estos sistemas no han sido aún examinadas de manera crítica. Argentina y Chile, poseen una divergencia, en el sentido que sus procedimientos están sin actualizar en los últimos cinco años y se encuentran menos alineados con la tendencia internacional (Vasen & Lujano, 2017).

2. Objetivos

La clasificación de las publicaciones seriadas puede organizarse teniendo en cuenta los elementos principales que los sistemas nacionales de evaluación de la ciencia aplican en sus proyectos, programas, convocatorias y listas de comprobación. En este sentido, el objetivo general de este estudio se basa en describir los sistemas nacionales de evaluación de revistas científicas en España, México, Colombia, Chile y Argentina.

Para puntualizar los aspectos principales de los sistemas analizados, el objetivo general se estructuró en los siguientes objetivos específicos:

- a) Identificar las agencias de investigación que realizan las convocatorias de evaluación de revistas, sus procesos internos y guías de solicitud.
- b) Presentar los criterios de evaluación de revistas en cada país, su trayectoria, implicaciones y tendencias recientes.
- c) Contrastar los criterios que integran los distintos sistemas nacionales de evaluación de revistas.

3. Antecedentes

La evaluación de la calidad de las revistas científicas es un proceso de caracterización y certificación de éstas ante la sociedad científica. En todo el mundo, diferentes agencias y entidades se han encargado de construir sistemas o modelos que posibiliten medir la calidad de las publicaciones, considerando diversos indicadores orientados a suprimir el sesgo inherente en alguna etapa de este proceso. (Montoya, 2020). A continuación, se presentarán las agencias y modelos de clasificación de revistas de España, México, Colombia, Chile y Argentina.

3.1. España

Desde el año 2007 la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT) concede el Sello de Calidad FECYT a las revistas que superan el proceso de evaluación formal y de impacto fundamentado en criterios de calidad. Este proceso donde las revistas se presentan para ser reconocidas por su calidad científica y editorial lleva realizándose durante ocho ediciones (2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2018, 2020, 2023) con un modelo de medición que ha ido evolucionando a lo largo de estos años y el cual se encuentra integrado en la actualidad por 22 indicadores de calidad (FECYT, 2023).

La clasificación consiste en una evaluación cuantitativa de indicadores de calidad editorial y científica, con indicadores obligatorios y recomendados, y una evaluación cualitativa obligatoria relacionada al área de conocimiento a la que se adscribe la revista. En la última edición, tanto la evaluación cuantitativa como cualitativa se realizó de forma simultánea en una única fase. En esta edición, se evaluaron 757 revistas, de las cuales 632 obtuvieron el Sello de Calidad FECYT.

En el modelo actual, se han incluido nuevos indicadores relacionados con la ciencia abierta, estructura de la revista, metodología de los artículos de la relevancia de la contribución de la revista a su área de conocimiento y especialización del equipo editorial, estructura de los artículos que publica la revista y su orientación científica. A su vez, se han reformulado los indicadores: metadatos, acceso, reutilización de contenidos, transparencia en las políticas de acceso, visibilidad e impacto, estadísticas, políticas de difusión de contenidos y bibliografías, estructura y funcionalidades de la web, aspectos éticos y buenas prácticas editoriales en igualdad de género (FECYT, 2023).

3.2. México

Los antecedentes del sistema de clasificación de revistas mexicanas datan desde el año 1993 con la creación del Índice de Revistas Mexicanas de Ciencia y Tecnología (IRMC) por parte del Consejo Nacional de Ciencias y Tecnologías (CONACYT). En el año 2014, el CONACYT encargó a la empresa española Scimago Research Group una investigación acerca de las condiciones de las revistas científicas mexicanas y la influencia de las políticas nacionales para su consolidación. A partir de ahí, en el 2016 el CONACYT dispuso suprimir el Índice que regía a las revistas científicas y plantea el nuevo modelo de clasificación, en el cual se categoriza en ocho categorías a las revistas que conforman el sistema. Así, de un sistema de inclusión en un índice, se traslada a un modelo que incluye información de las bases de datos bibliométricas y que adopta como propia esa estratificación (CONACYT, 2019).

Según este manual de clasificación, cada revista será evaluada a partir de seis dimensiones, constituidas por un conjunto variable de criterios cumplidos conforme al puntaje obtenido que logre la revista evaluada. Este modelo plantea un circuito primario, en los cuatro superiores se incluyen las revistas indexadas por Scopus y WoS y uno secundario para las revistas que no forman parte de ellas. Las revistas no indizadas por una de estas dos plataformas son clasificadas en cuatro grupos que se denominan: competencia nacional, competencia internacional, en consolidación y en desarrollo (CONACYT, 2019).

Durante los últimos años, el Consejo Nacional de Humanidades Ciencias y Tecnologías (CONAHCYT) busca promover la excelencia de las publicaciones nacionales y divulgar los resultados de la actividad investigadora desarrollada en el país, mediante una Política de Acceso Abierto que permita a las revistas elevar su visibilidad e impacto en la generación de nuevo conocimiento, fomentando la difusión, la divulgación de la ciencia y tecnología creada en el país (CONACYT, 2022). Actualmente 269 revistas forman parte del Sistema de Clasificación de Revistas Mexicanas de Ciencia y Tecnología (CRMICYT).

3.3. Colombia

Desde la década de 1990, en Colombia se realizan convocatorias para el reconocimiento y clasificación de las revistas nacionales. Luego de tres mediciones,

en el año 2000, se presenta la primera versión del Sistema Nacional de Indexación y Homologación de Publicaciones Especializadas de Ciencia, Tecnología e Innovación (PUBLINDEX) que compone en la actualidad uno de los primordiales referentes de la dinámica investigativa del país. A partir del año 2016, PUBLINDEX ha desarrollado tres ediciones (2018, 2020, 2021) para evaluar las revistas científicas colombianas con un modelo que implementa la transición de criterios de gestión editorial a una valoración de visibilidad e impacto (MinCiencias, 2022).

Este modelo, indexa las revistas colombianas con criterios aceptados internacionalmente, con el fin de clasificarlas en 4 categorías (A1, A2, B y C) en vigencias determinadas por cada proceso de indexación. Durante la versión del 2021, 520 revistas se presentaron para ser evaluadas, de las cuales 286 obtuvieron la clasificación y prorrogaron su vigencia hasta tanto se disponga la publicación de los resultados del nuevo proceso de indexación.

En el año 2022, se publicó el nuevo modelo de medición que se encuentra en fase de construcción y desarrollo, apostando por un proceso de categorización de revistas científicas enfocado en criterios editoriales de calidad, visibilidad y valoración del impacto; examinando de forma caracterizada, la dinámica de cada gran área del conocimiento y de las categorías temáticas obtenidas. Este modelo constará de 3 fases: 1) Declaración de cumplimiento del proceso de gestión editorial, 2) Validación del proceso de evaluación y de la visibilidad. 3) Impacto por combinación de métricas de la revista científica. El objetivo de este sistema de clasificación es aumentar de manera significativa el universo de fuentes académicas de citas para las revistas científicas colombianas, disminuir las restricciones de los índices citacionales clásicos y conservar un nivel de rigor apropiado para elevar la calidad, visibilidad e impacto de las revistas colombianas (MinCiencias, 2022).

3.4. Chile

Desde inicios de la década de 1980, Chile ha implementado una política de desarrollo e internacionalización de las publicaciones, pero no ha generado un ranking o índice nacional de revistas. Su sistema de evaluación se ha basado a lo largo de estos años en los indicadores del catálogo de LATINDEX, el ISSN, la mentoría a editores y SciELO Chile (Publindex 2022; Montoya, 2020). Hasta el año 2019, el organismo encargado de incentivar el desarrollo y la cultura de Ciencia, así como la clasificación de las publicaciones seriadas fue la Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICYT). Luego en enero del 2020, el CONICYT se transformó en la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID) y en concordancia con los nuevos estándares de ciencia abierta promovidos por la Red SciELO, las revistas científicas chilenas editadas en formato electrónico son sometidas a un proceso de evaluación con los criterios de clasificación y selección de SciELO-Chile (SciELO 2023).

Los criterios de evaluación de SciELO-Chile son definidos en el contexto de la iniciativa regional SciELO, comprendida por dos fases: una evaluación formal y una evaluación del contenido de la revista. Los criterios de postulación y permanencia en la colección han sido diseñados con el fin de fortalecer el desarrollo de la calidad

y pertinencia científica en su conjunto, con sus diferentes áreas temáticas. Son 51 los criterios que comenzaron a regir desde la apertura de postulación el 1 de marzo 2023, en los que se encuentran criterios de obligatorio cumplimiento y otros recomendables de buenas prácticas.

En la actualidad, SciELO-Chile tiene abierta la convocatoria durante todo el año y cuenta con 130 revistas nacionales clasificadas.

3.5. Argentina

En el año 1999 se crea el Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas (NBRA) con el propósito de agrupar al conjunto de publicaciones científicas y tecnológicas de excelencia, en los distintos campos del conocimiento del país. Un año después, se conforma un Comité Científico encargado de valorar las revistas y volver a aprobar su continuidad en los siguientes 3 años. En el año 2001, Argentina se adhiere a la red SciELO y se decide que aquellas publicaciones que hagan parte de ese proyecto serán incluidas en el Núcleo Básico Nacional. Adicionalmente, en el año 2014, se presenta un documento con bases para la categorización de las revistas científicas en Ciencias Sociales y Humanidades, donde se propone 3 niveles de categorización (Vasen et al., 2017). Luego de unos años, en el 2019, se incluyen nuevos criterios de calidad y pertinencia para la valoración e inclusión de publicaciones al Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas. (CAICYT, 2019).

De esta manera, las revistas argentinas que aspiren a ingresar al NBRA, deben completar un formulario de postulación, ser sometidas a una evaluación exhaustiva teniendo en cuenta los criterios de calidad del Catálogo Latindex y posteriormente, son presentadas al Comité Asesor del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) quien emite una resolución con los ingresos, solicitud de mejoras, rechazos y bajas de las revistas presentadas. A su vez, aquellas revistas que sean aceptadas en el NBRA estarán autorizadas para requerir su inclusión a SciELO Argentina si cumplen además con los requisitos técnicos exigidos para formar parte de este portal (CAICYT, 2022).

Actualmente, el NBRA se encuentra conformado por 372 revistas nacionales indexadas y su convocatoria está abierta de manera permanente para recibir solicitudes de evaluación durante todo el año.

4. Metodología

La metodología empleada en este artículo está compuesta por el tipo de investigación, las técnicas aplicadas, las fases ejecutadas y la demarcación del objeto de estudio. Esto con el fin de cumplir con los objetivos planteados y de este modo avanzar en la obtención de resultados.

El tipo de investigación utilizada fue descriptiva con enfoque documental, con el fin de obtener antecedentes sobre los modelos de clasificación de revistas en España, México, Colombia, Chile y Argentina, y de este modo profundizar, derivar, completar, o rebatir nuevos conocimientos.

Para esto, se aplicó la técnica del análisis de contenido que consistió en la consulta de manuscritos, fuentes primarias y secundarias para extraer la información necesaria al crear las referencias relacionadas con el estudio, y en los que se plasmó el conocimiento que varios autores hallaron al realizar sus investigaciones con anterioridad (Montoya, 2020).

Las fases desarrolladas en esta investigación fueron las siguientes:

1. Búsqueda bibliográfica: la exploración y revisión de los documentos pertinentes permitió elaborar un marco conceptual que describe el tema de estudio. Esta consulta se realizó en los portales de cada sistema de información científica nacional, consultando los manuales y modelos de medición de cada país. A su vez, se realizó una búsqueda en fuentes multidisciplinarias principales como Google Scholar, SciELO, Redalyc y el recolector BASE. Así mismo, se consultaron publicaciones científicas (artículos y libros) en fuentes especializadas en Biblioteconomía y documentación, como LISA y LISTA, y también en las bases bibliográficas generales Web of Science y Scopus que trataran sobre investigaciones actualizadas en este campo de evaluación de revistas.
2. Selección documental: se realizó un filtrado y revisión de documentos asociados a la valoración de las publicaciones científicas, centrándose de manera única en aquellos que se enfocaran o priorizaran los contenidos relacionados a sistemas nacionales de evaluación de revistas y detallaran la certificación, acreditación, obtención o renovación de sellos de calidad científica.
3. Análisis de políticas: caracterización de los sistemas nacionales y de los indicadores aplicados en los países estudiados. Esta investigación ha consultado fuentes primarias, elaboradas por los sistemas nacionales de evaluación de la ciencia. Para ello, se han estudiado, localizado e identificado los modelos de medición, los los procesos internos, las convocatorias, normativas, declaraciones, guías de solicitud y otros listados similares relacionados con las políticas científicas de los cinco países objeto de estudio. Los documentos principales se enuncian en la sección final como recursos bibliográficos.
4. Análisis comparativo de los sistemas de evaluación de revistas: una vez seleccionada y procesada la información, se han reconocido los elementos comunes, para contrastar los indicadores con mayor presencia y menor frecuencia en los diferentes sistemas nacionales analizados. Esto, con el fin de emitir conclusiones sobre la clasificación de las revistas científicas en estos países.

La demarcación del objeto de estudio se basó en el análisis de una muestra de cinco países. La selección de los cinco casos se realizó en función del problema analizado. La mayoría de los países del mundo, no desarrollan ninguna estrategia para promover la producción en revistas científicas nacionales. Aquellos países que, si lo hacen, han escogido dos estrategias complementarias: el apoyo al desarrollo de las revistas y la generación de ranking nacional de revistas científicas. Los países de

iberoamérica que han generado una política híbrida, que han cambiado recientemente sus sistemas y estas tendencias no han sido aún analizadas de modo crítico, adoptando las estrategias antes señaladas son: España, Colombia y México. Mientras que Argentina y Chile, poseen una divergencia, en el sentido en que sus procedimientos están sin actualizar en los últimos cinco años y se encuentran menos alineadas con la tendencia internacional (Vasen et al., 2017; MinCiencias, 2022).

5. Resultados

La metodología aplicada en este estudio permite brindar datos sobre las agencias nacionales de investigación de cada país estudiado, así como las instituciones encargadas de realizar la evaluación a sus revistas científicas. En el caso de España y México es realizada por el mismo organismo, distinto de Argentina, Colombia y Chile quienes lo han delegado a otros entes. También se puede observar, que la fecha de origen de los modelos parte de hace dos décadas, a excepción de Chile que no registra la fecha concreta de creación de su convocatoria de evaluación. Ver Tabla I.

Tabla I. Datos generales de las agencias de medición

DATOS	A	B	C	D	E
Agencia nacional de investigación	CAICYT-CONACYT	MINCIENCIAS	ANID	FECYT	CONAHCYT
Institución encargada	NBRA	Publindex	SciELO-Chile	FECYT	CONAHCYT
Origen del modelo	1999	2002	Sin fecha	2007	2016
Vigencia	3 años	1 año	1 año	1 año	1 año
Fases de evaluación	2 fases	3 fases	2 fases	1 fase	3 fases
Categorización	3 categorías	4 categorías	3 categorías	Sin categorías	6 categorías
Indexación en WoS/Scopus como criterio de medición	Si	Si	Sí	Si	Si

Fuente: Agencias nacionales de cada país.

En la tabla, A es: Argentina, B: Colombia, C: Chile, D: España, E: México.

Adicionalmente, se puede considerar que la vigencia de la indexación obtenida para las revistas para la mayoría de países es de 1 año, a diferencia de Argentina que la extiende por 3 años. A su vez, se observa que las fases de evaluación, varían de un país a otro, empezando por una fase única con España desde

su última edición, luego con dos fases para Argentina y Chile; y siguiendo con tres fases para Colombia y México.

Ahora bien, otro elemento a destacar en la Tabla I, es el hecho de que en todos los sistemas de evaluación es definitivo el contar con citas representativas en los índices bibliográficos de WoS y Scopus, para lograr una clasificación nacional y sobre todo para posicionarse en los niveles principales para aquellos que son valorados por categorías como es el caso para Colombia y México. Aunque España no posee categorías en su modelo de medición, el número de citas en estos índices sí se tienen en cuenta al momento de realizar la evaluación de las revistas.

De igual manera, para conocer la trayectoria, incidencia y tendencias recientes de los sistemas nacionales de evaluación de revistas, en la Figura 1, se presenta la cantidad de revistas indexadas por cada país con corte al año 2023.

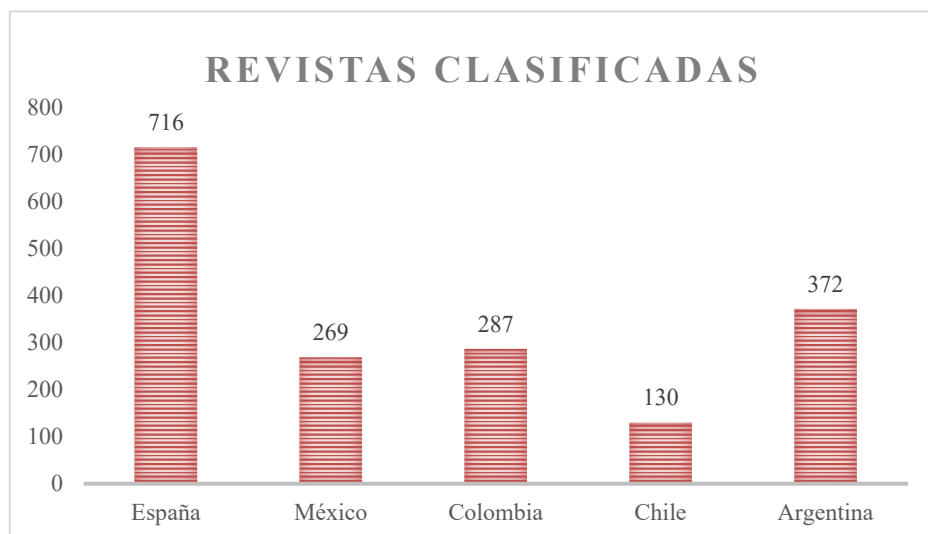


Figura 1: Revistas categorizadas por agencias nacionales.

Fuente: Agencias nacionales de cada país

Según los datos representados, España es el país con más revistas científicas avaladas con su sello de calidad FECYT, contando con 716 revistas clasificadas. Seguida por Argentina con 372, Colombia con 287, México con 269 y Chile con 130.

Por otro lado, el análisis de estos sistemas de clasificación se fundamenta principalmente en el cumplimiento de ciertos criterios de evaluación y en la identificación de principios que permiten validar los procesos de indexación. Para ello, en la Tabla 2 se presenta un análisis comparativo de los modelos de medición identificando los indicadores más frecuentes en cada país.

Tabla 2. Incidencia de criterios más frecuentes

	A	B	C	D	E	% cumplimiento
Política y Gestión editorial	X	X	X	X	X	100%
Equipo editorial/ científico calificado	X	X	X	X	X	100%
Autoría internacional	X	X	X	X	X	100%
Revisión por pares	X	X	X	X	X	100%
Calidad de contenido	X	X	X	X	X	100%
Cumplimiento de la frecuencia de publicación	X	X	X	X	X	100%
Aspectos éticos	X	X	X	X	X	100%
Impacto citacional en WoS y Scopus	X	X	X	X	X	100%
Visibilidad internacional		X	X	X	X	80%
Volumen de manuscritos	X	X	X			60%
Accesibilidad		X		X*	X	60%
Plataforma de edición en línea		X		X	X	60%
DOI en artículos		X	X		X	60%

Fuente: modelos nacionales de evaluación.

En la tabla, A es: Argentina, B: Colombia, C: Chile, D: España, E: México

Con relación a la Tabla 2, se puede observar de forma general que los criterios con mayor porcentaje de cumplimiento (100%) son los relacionados con los aspectos más generales, básicos y tradicionales al evaluar la conformación de una revista. Así como, el cumplimiento del criterio del impacto citacional en WoS y Scopus, se presenta un elemento fundamental en todos los países. Por otro lado, los indicadores relacionados con un 60% de cumplimiento son elementos que España, Colombia y México los han ido integrando a sus modelos de evaluación en los últimos años, estos son la accesibilidad, el uso de una plataforma de edición en línea y el DOI en los artículos.

Es necesario mencionar que los indicadores seleccionados en asterisco (*) se refieren a indicadores que han sido incluidos como recomendados para cumplimiento de las revistas. Por lo que llama la atención, en este caso que España, considere la accesibilidad como un indicador orientativo y no obligatorio en su proceso de evaluación.

Ahora bien, al en la Tabla 3 se comparan los criterios menos frecuentes en los modelos de evaluación de los países estudiados.

Tabla 3. Incidencia de criterios menos frecuentes

	A	B	C	D	E	% cumplimiento
Programa de detección antiplagio	X		X			40%
Preservación digital	X	X				40%
ORCID de autores		X	X			40%
Marketing y divulgación científica			X	X*		40%
Declaración de autoría (Taxonomía CRediT)	X		X			40%
Buenas prácticas editoriales en igualdad de género				X*		20%
Ciencia abierta				X*		20%

Fuente: modelos nacionales de evaluación.

En la tabla, A es: Argentina, B: Colombia, C: Chile, D: España, E: México

De acuerdo con los datos anteriores, se encuentra que los países que le han apostado a incluir más indicadores aparte de los criterios tradicionales editoriales y bibliométricos son Chile, España y Argentina. Mientras que Colombia apenas incluye la preservación digital y los Orcid en sus autores y México no agrega ningún criterio. También, la inclusión de los indicadores recomendados *, tales como el marketing y divulgación científica, ciencia abierta y buenas prácticas en igualdad de género muestra la línea de avance que tiene España en su modelo de evaluación nacional.

6. Conclusiones

Los resultados de la metodología permiten dar respuesta al primer objetivo de investigación que planteaba identificar las agencias de investigación FECYT (España), CONAHCYT (México), MINCIENCIAS (Colombia), ANID (Chile) y CONICET-CAICYT (Argentina), que son aquellos que realizan las convocatorias de evaluación de manera anual o trienal a las revistas, y quienes poseen sus propios procesos internos y guías de solicitud al momento de cumplimentar la postulación a sus mediciones (Tabla I).

Igualmente, a través de la sección de antecedentes y los datos contenidos en la Figura 1, se da respuesta al segundo objetivo, que consistió en presentar los criterios de evaluación de revistas en cada país, su trayectoria, implicaciones y tendencias recientes. Destacando el trabajo realizado por cada sistema de clasificación nacional y en donde países como España, México y Colombia le han apostado a crear sus propios rankings de revistas, apoyar el desarrollo y consolidación de sus publicaciones seriadas a través de estrategias complementarias, y han reformado sus modelos de evaluación en los últimos años según las tendencias y requerimientos actuales.

El análisis realizado ha pretendido contrastar los criterios que integran los distintos sistemas nacionales de evaluación de revistas, que corresponde al tercer objetivo específico de la investigación. En este apartado, se destacan los indicadores editoriales más frecuentes con un 100% de cumplimiento en todos los países, tales como: política y gestión editorial, equipo editorial/ científico calificado, calidad de contenido, calidad de contenido, revisión por pares, aspectos éticos, entre otros. (Tabla 2). Y también los criterios menos frecuentes, pero que se han ido incluyendo de manera paulatina en algunos modelos con un 20% de cumplimiento con los indicadores: buenas prácticas editoriales en igualdad de género, ciencia abierta y con un 40% de cumplimiento: ORCID de autores, preservación digital, marketing y divulgación científica, etc. (Tabla 3).

El estudio concluye que la clasificación de revistas en los últimos años viene proponiendo un conjunto de nuevos sistemas que intentan cuantificar y reducir a aspectos del impacto científico a las revistas académicas en España, México, Colombia, Chile y Argentina. Sin embargo, uno de los primordiales inconvenientes que nace a lo largo de la valoración es que, al emplear modelos de evaluación científica, colectivamente aprobados a nivel internacional, no se lleva a cabo la labor necesaria en todos ellos para adecuarlos al medio que se pretende evaluar, o no se valoran los sesgos originados de los ámbitos geográficos, lingüísticos, sociales y culturales en los que se emplean dichas convocatorias de medición (Valenciano-Valcárce & Devís-Devís, 2010). Siendo necesario, el promover la cooperación y el impacto de una evaluación de revistas que va más allá de los tradicionales indicadores editoriales y bibliométricos, y que, además, incluya indicadores procedimentales y divulgativos en su medición de calidad (Merlo-Vega & Montoya-Roncancio, 2023).

Referencias bibliográficas

- Abadal, E. (2017). *Revistas científicas. Situación actual y retos de futuro*. Universitat de Barcelona.
http://www.publicacions.ub.edu/ejecuta_descarga.asp?codart=08744&cc=&mp=43L41o31B75I&formato=pdf
- Baiget, T. (2020). *Manual SCImago de revistas científicas. Creación, gestión y publicación. Ediciones Profesionales de la Información*.
- CAYCyT (2022). Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas.
<http://www.caicytconicet.gov.ar/sitio/comunicacion-cientifica/nucleo-basico/>.
- CONACYT (2019). Manual del Sistema de clasificación de revistas mexicanas de ciencia y tecnología. <https://www.revistascytconacyt.mx/manual-sistema-crmcyt2019.pdf>
- CONACYT (2022). Sistema de clasificación de revistas mexicanas de ciencia y tecnología. <https://www.revistascytconacyt.mx/>
- FECYT (2023). Guía de evaluación de la octava edición del procedimiento de participación en la evaluación de la calidad editorial y científica de revistas de científicas españolas.
https://calidadrevistas.fecyt.es/sites/default/files/2023_guiaeval_viii_def.pdf
- Kozak, M. (2021). Language Quality in Scientific Journals: Whose Responsibility? *Social Communication*, 7(1), 77-81. <https://doi.org/10.2478/sc-2021-0007>

- SciELO (2023). Postulación SciELO-Chile. https://www.scielo.cl/sr_scielo/postulacion/PostulacionSciELO-Chile.html
- MinCiencias (2022). Modelo de clasificación de revistas Publindex 2022. https://minciencias.gov.co/sites/default/files/ckeditor_files/Modelo%20de%20clasificacion%20de%20revistas%20-%202022%20-%2025%20Nov%202022.pdf
- Merlo Vega, J. A. (2021). La necesaria presencia de las revistas culturales en las bibliotecas universitarias. En Encuentro profesional de revistas culturales con bibliotecas públicas y universitarias (pp. 30-38). Asociación de Revistas Culturales de España.
- Merlo Vega, J. A. & Montoya-Roncancio, V. (2023). Criterios de evaluación de revistas científicas *Revista Estudios de la Información*, 1(1), Article 1. <https://doi.org/10.54167/rei.v1i1.1223>
- Montoya-Roncancio, V. (2020). Políticas nacionales de evaluación de revistas científicas en Argentina, Chile, Colombia, España y México [Trabajo de Fin de Máster, Universidad de Salamanca]. <http://hdl.handle.net/10366/147100>
- Pérez-Anaya, O. (2017). Índice de Osk: Una nueva medición bibliométrica para las revistas científicas. *Revista Española de Documentación Científica*, 40(2), Article 2. <https://doi.org/10.3989/redc.2017.2.1418>
- Úsuga-Cifuentes, N., Castañeda-Vergel, L., & Antonio Collo-Castaño, D. (2020). Sistema de revistas científicas ITM: Una apuesta estratégica para la gestión de las publicaciones científicas. *Tecno-Lógicas* (Instituto Tecnológico Metropolitano), 23(49), I-III. <https://doi.org/10.22430/22565337.1794>
- Valenciano-Valcárce, J., & Devís-Devís, J. (2010). *La calidad y evaluación de las revistas científicas a debate: Una mirada desde las Ciencias de la Actividad Física y el Deporte*. Publicacions de la Universitat de València (PUV).
- Vasen, F., & Vilchis, I. L. (2017). Sistemas nacionales de clasificación de revistas científicas en América Latina: Tendencias recientes e implicaciones para la evaluación académica en ciencias sociales. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 62(231), 199-228. [https://doi.org/10.1016/S0185-1918\(17\)30043-0](https://doi.org/10.1016/S0185-1918(17)30043-0)
- Wilches-Visbal, J. H., Castillo-Pedraza, M. C., & Obispo-Salazar, K. J. (2023). Clasificación de revistas científicas Publindex 2022: ¿Scopus/Web of Science o perecer? *Salud UIS*, 55(1). <https://doi.org/10.18273/saluduis.55.e:23028>

La garantía académica: primera aproximación hacia su normalización

Ana Inés Brozia¹

Resumen: Con el objetivo de ofrecer una sistematización de las denominaciones utilizadas para hacer referencia a lo conocido como “garantía académica”, así como también de las conceptualizaciones que los acompañan para distinguir matices y consistencias para colaborar con la normalización del término, se realiza una revisión de literatura sobre un corpus formado con trabajos académicos, ponencias de congresos del área, artículos de revistas y obras de referencia. Como resultado, se ofrece una lista de denominaciones en inglés, una denominación en portugués, y se presenta la única denominación encontrada en la literatura en español, que por sus características no constituye necesariamente una equivalencia. Todas las fuentes consultadas apuntan a que lo indispensable a tener en cuenta para aplicarla es el acuerdo en cuanto a objetos de estudio y sus relaciones que estén establecidos en las distintas áreas del conocimiento, basándose en distintos acuerdos que sus comunidades hayan logrado. Puede interpretarse que para algunos autores los espacios de educación formal son indispensables para ser considerados dentro de esta garantía, en tanto para otros esos alcances podrían ser flexibles e incluir aquellos ámbitos del conocimiento que no los tienen. Se considera una investigación relevante debido a que, para poder ahondar en cualquier objeto de estudio, su denominación y su conceptualización deben quedar establecidas claramente por la comunidad que lo estudia, en este caso, la comunidad de organización del conocimiento, la cual no presenta actualmente un acuerdo respecto a su nombre o alcance.

Palabras clave: Garantía académica; Garantías; Organización del conocimiento; Sistemas de organización del conocimiento; Normalización.

Resumo: Com o objetivo de oferecer uma sistematização das denominações utilizadas para se referir ao que se conhece como “garantia acadêmica”, bem como as conceitualizações que as acompanham para distinguir nuances e consistências a fim de colaborar com a padronização do termo, realiza-se uma revisão de literatura sobre um corpus constituído por trabalhos acadêmicos, comunicações de conferências na área, artigos de periódicos e obras de referência. Como resultado, é apresentada uma lista de nomes em inglês, um nome em português e o único nome encontrado na literatura em espanhol, que, pelas suas características, não constitui necessariamente uma equivalência. Todas as fontes consultadas assinalam que o essencial a ter em conta para a aplicar é o acordo sobre os objetos de estudo e as relações que se estabelecem nas diferentes áreas do conhecimento, com base nos diferentes acordos a que as suas comunidades chegaram. Pode-se interpretar que para alguns autores os espaços de educação formal são indispensáveis para serem considerados dentro desta garantia, enquanto para outros estes âmbitos poderiam ser flexíveis e incluir as áreas do conhecimento que não os têm. Esta investigação é considerada relevante porque, para aprofundar qualquer objeto de estudo, a sua denominação e conceitualização devem ser claramente estabelecidas pela comunidade que o estuda, neste caso, a comunidade da organização do conhecimento, que atualmente não concorda com o seu nome ou âmbito.

Palavras-chave: Garantia acadêmica; Garantias; Organização do conhecimento; Sistemas de organização do conhecimento; Normalização.

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Resultados. 5. Conclusiones. Referencias bibliográficas.

¹ Facultad de Información y Comunicación. Universidad de la República, Uruguay.
E-mail: ana.brozia@fic.edu.uy
<https://orcid.org/0000-0003-2096-9313>

1. Introducción

Las garantías son consideradas como autoridades que los clasificadores e indizadores invocan para la inclusión de términos en sistemas de organización del conocimiento y las relaciones existentes entre ellos, lo cual sirve para su creación, actualización y evaluación. Según la garantía empleada para cualquiera de estas tareas, es la metodología que se utilizará, y en qué serán basadas las decisiones. Por ejemplo, si se utiliza la garantía literaria, la base de las decisiones será la literatura, es decir, lo que está publicado (Barité, 2011); si se piensa en encarar estas tareas en base a la garantía de usuario, se tendrá en cuenta la estructura cognitiva de los usuarios y su comportamiento al momento de buscar información (Barité et al., 2015); para aplicar la garantía organizacional, las tareas serán realizadas para una empresa u organización, a medida, para satisfacer sus necesidades relacionadas a la comunicación y el intercambio en ese contexto (Barité et al., 2015).

La literatura sobre garantía académica es escasa y, según la bibliografía existente y consultada, cuenta con varias denominaciones en inglés, lo que refleja por un lado esa escasez, y por otro la falta de normalización para la denominación de este objeto de estudio; se hace necesario mencionar que el término en español “garantía académica” es una traducción y no una equivalencia lingüística. En el caso del estudio sobre garantías, particularmente la garantía académica, la terminología como campo del conocimiento es de gran importancia y valor porque permite sistematizar, recopilar y analizar cuestiones relativas a denominaciones, alcance y matices de los diferentes términos utilizados para denominarla, brindando para ello una metodología conocida como trabajo terminológico puntual, el cual tiene por objetivo estudiar un término o un conjunto pequeño de términos temáticamente homogéneos. Es necesario contar con denominaciones unívocas para los objetos de estudio porque es lo que permite la comunicación entre especialistas, científicos y técnicos, y la organización del conocimiento no escapa a este aspecto. Logrando una denominación unívoca para lo aquí presentado como garantía académica, brindando los elementos y características que deben hacer parte de ella, y eventualmente proponiendo una metodología para su aplicación como herramienta, se posibilitaría identificar las situaciones en las que haga falta para la elaboración, actualización o evaluación de sistemas de organización del conocimiento.

2. Objetivos

Sistematizar las diferentes denominaciones que se han utilizado para hacer referencia a lo conocido como garantía académica, teniendo en cuenta que “garantía académica” es hasta el momento una denominación surgida como traducción, por lo tanto, no necesariamente se trata de una equivalencia en español a los términos utilizados en la literatura en inglés. Tomando como base las denominaciones encontradas utilizadas en la literatura del área, se espera mostrar cuáles son los alcances de esos términos, buscando puntos en común y las diferencias que presenten en vistas de su normalización, punto importante del control de vocabulario necesario para el desarrollo del estudio de este objeto.

3. Metodología

Se realiza una investigación cualitativa, en forma de revisión de literatura para obtener una lista de denominaciones, a la vez que se estudia la información relativa a sus alcances y matices. Las fuentes consultadas son trabajos académicos (como trabajos finales de grado), ponencias de congresos del área (como International ISKO Conference), artículos de revistas (como *Knowledge Organization* y *Library Resources & Technical Services*), y obras de referencia como lo es el *Diccionario de Organización del Conocimiento* de Barité et al. (2015).

La selección de la información incluida en este trabajo se realizó a través de la lectura de las fuentes mencionadas anteriormente, y extrayendo las que pudieran brindar datos sobre las diferentes denominaciones que se utilizan para garantía académica. Esta selección se basó en dos cuestiones: por un lado, denominaciones que pudieran referir a esta garantía, y, por otro, contexto que aludiera a una conceptualización referente a la garantía.

4. Resultados

En esta instancia, puede ofrecerse una serie de términos que fueron utilizados para hacer referencia a lo mismo, en orden cronológico, incluyendo además información sobre sus alcances conceptuales.

Bliss (1929, 1939) fue quien puso en un lugar predominante a la organización científica de las disciplinas y la importancia de los consensos dentro de ellas. Dicha organización hace que el conocimiento se acumule de forma ordenada, se logre estabilidad, y que las disciplinas también sean reconocidas fuera de su propio contexto. En 1939, afirma que las clasificaciones bibliográficas “should be organized in consistency with the scientific and educational consensus, which is relatively stable and tends to become more so as theory and system become more definitely and permanently established in general and increasingly in detail” (Bliss, 1939, pp. 42-43). En la misma obra, Bliss afirma que las clasificaciones bibliográficas bien definidas pueden volver al consenso más predominante y permanente (1939, p. 37), generando de este modo un fenómeno de soporte recíproco entre sistemas y estado de la ciencia.

Queda establecida por Bliss, entonces, de forma explícita, la importancia de los consensos dentro de las distintas disciplinas, pero los disensos también tendrían su relevancia debido a que pueden resultar considerables en el momento de la representación y recuperación temática de información, ya que incluyéndolos es que se lograría una representación temática equilibrada.

La referencia de Bliss al consenso educacional se vincula al papel central de la educación en la transmisión del conocimiento aceptado y en la generación de condiciones para la producción de nuevo conocimiento. También se refiere al hecho de que las clasificaciones para fines de la educación pueden evidenciar relaciones prácticas arbitrarias e intencionadas (Bliss, 1939, p. 309), que puede ser necesario reflejar en un sistema de clasificación.

En su revisión del pensamiento de Bliss, Beghtol (1986) distingue entre consenso científico / filosófico por un lado y consenso educacional por el otro, basada en que muchos sistemas de clasificación fueron hechos a medida para satisfacer las necesidades de bibliotecas de instituciones educativas concretas. Sin embargo, la noción de “garantía educacional” (*educational warrant*) y/o su equivalente “consenso educacional” no han sido desarrolladas en la literatura del área. Para Bliss, entonces, el orden de las ciencias representa de alguna manera el orden natural, tal como es apreciado y asimilado por la inteligencia, puesto que la indagación filosófica y científica finalmente arriba a conclusiones que se dan por válidas, acerca de cómo el conocimiento debe organizarse. Y, así como el orden natural es estable, las representaciones de ese mundo pueden replicar las condiciones de estabilidad y permanencia del conocimiento. Bliss, entonces, propone a través de su utilización los términos *scientific warrant*, *philosophical warrant*, *educational warrant* y *consensus* para referirse al consenso en disciplinas científicas, artes y religión, a su orden natural “cientificista”, vinculándolo directamente con la educación.

El término *scholarly warrant* (Brooks & Hofer, 1976, como se cita en Siqueira, 2018, quien lo traduce al portugués como *garantia acadêmica*) hace referencia a la justificación académica cuando la garantía literaria no es suficiente, en ámbitos de graduación y posgraduación (Siqueira, 2018), lo que establece una clara relación de esta garantía con la garantía literaria, brindando posibilidades de combinación en la metodología para la creación, evaluación o actualización de sistemas de organización del conocimiento.

Beghtol en 1986 hace referencia a lo publicado por Bliss denominando esta garantía como *academic warrant*, mencionando que se trata de consenso científico, pero sin elaborar sobre esto de forma detallada. Luego, aparece de modo esporádico dentro de la literatura de la organización del conocimiento, pero sin profundización. Martínez-Ávila y Budd (2017) apenas aventuran que esa autora la consideró “probably just as a synonym of education warrant” (p. 709), aunque, por referencias posteriores en ese mismo texto, Beghtol parece remitir antes a la idea de consenso científico y educacional. La garantía académica guarda una conexión histórica directa con la idea propuesta y defendida por Bliss (1929, 1939) de que los sistemas de clasificación debían acompañar el consenso científico, lo cual relaciona a esta garantía directamente con el concepto de consenso, e indirectamente con el disenso. Como puede observarse, es la primera vez que se utiliza la expresión *academic*, y es la que se ha seleccionado para tratar en español, denominándose “garantía académica”.

Svenonius en 2003 se refiere a *scholarly warrant* o *scholarly usage*, escribiendo que son los expertos quienes están directamente involucrados en esta garantía, a través de su participación en la creación, actualización o evaluación de sistemas de organización del conocimiento. Sin embargo, aclara que idealmente debe ser combinada con otras modalidades:

What may be correct usage in the language of one expert may not be in that of another. And if students, for instance, rather than experts, are going to use the controlled vocabulary, some attention must be paid to their vocabulary. As noted,

a thesaurus that ignores linguistic expectations can be both unfriendly and expensive. (Svenonius, 2003, p. 824)

Esto demuestra la existencia de un riesgo en la posibilidad de que una clasificación quede sesgada como consecuencia de la elección de expertos que pueden influir en acentuar determinadas teorías u orientaciones, y esto no es conveniente en todas las circunstancias. A veces los sesgos son buscados y esto puede depender, por ejemplo, de la unidad de información en la que se van a utilizar o que requiere su diseño, por lo cual la responsabilidad de seleccionar los expertos para que den su opinión en el desarrollo, actualización o evaluación de un sistema de organización del conocimiento es importante.

Sachs y Smiraglia en 2004 realizaron una publicación donde analizan una clasificación (Sachs Classification –SC–) que dio la base ontológica para el desarrollo de una obra llamada *Worldmark Encyclopedia of the Nations*, la que brinda información geográfica asociada al conocimiento más directamente aplicado a países o regiones en un amplio abanico de más de veinte ciencias. En esa publicación, escriben que “the hierarchical order and the domain-specific generation of genus-species relations is founded on a warrant styled ‘academic’” (p. 168). Esto, además de proporcionar nuevamente el uso del término *academic warrant*, implica que las clasificaciones científicas tradicionales son jerárquicas, y sus niveles se desagregan siguiendo el modo *top-down* o deductivo, tomando como punto de partida los conceptos más generales, los que se despliegan luego en conceptos más específicos, siguiendo las cadenas de conceptos más aceptadas por los especialistas. Por ese motivo, los sistemas de organización del conocimiento enfáticamente inspirados en las clasificaciones científicas siguen este modelo de organización jerárquica del saber.

Estos autores no solo mencionan a la garantía académica, sino que también realizan una clara distinción con la garantía literaria: “academic warrant can be distinguished from the literary warrant endemic in library classification schemes first and foremost because SC does not represent documentary content” (Sachs & Smiraglia, 2004, p. 168). Esto quiere decir que la garantía literaria estará basada en la documentación, mientras que la garantía académica se respaldará en las clasificaciones formales que las disciplinas desarrollen.

Otra contribución importante sobre el tema es que mencionan que la garantía académica “represents scientific order shaped in academe and refined by individual communities of scholarship, politics, and other cultural endeavour” (Sachs & Smiraglia, 2004, p. 168). De esta manera, abren el panorama explicitando que hay posibilidades de interacción entre los elementos puramente formales de una disciplina con aquellos culturales, políticos y sociales, que pueden incidir para integrar de mejor manera elementos de la realidad a la creación de sistemas de organización del conocimiento. Esto exhibe un matiz con respecto a lo encontrado previamente, ya que hace referencia a que esta garantía podría aplicarse únicamente en dominios que cuenten con una academia, al mencionar este elemento claramente, lo cual dejaría por fuera los dominios sin espacios de educación formal.

También Clarke (2015) prefiere la expresión *scholarly warrant* para referir a la opinión de los expertos con el fin de justificar la selección de terminología candidata a integrar un vocabulario controlado. Clarke (2015) utiliza, al igual que Brooks y Hofer, el término *scholarly warrant*, describiéndola como una garantía donde participan expertos en la selección de términos para vocabularios controlados. En su trabajo, citando a Bakhtin y Holquist (1981), señala que el lenguaje de las especialidades profesionales estratifica a los colectivos y refuerza la identidad y el sentido de pertenencia a los mismos, lo que se expresa favorablemente en la homogeneización de la terminología que comparten. No obstante, agrega Clarke que el proceso de selección de términos para vocabularios controlados implica colocar en situación de poder a sus creadores, y que, más allá de la intención de crear vocabularios controlados objetivos y libres de sesgo, los sesgos ocurren igual (Clarke, 2015), introduciendo la cuestión sobre los sesgos mencionada por Svenonius (2003). Algunos de esos sesgos corresponden al desequilibrio en el tratamiento de corrientes o líneas de pensamiento diferentes dentro de la misma comunidad de discurso. Ese es un obstáculo al consenso que idealmente entendía Bliss se daba en todas las disciplinas. Por otro lado, la falta de integración de expertos a los equipos de diseño de vocabularios controlados puede generar también organizaciones terminológicas inadecuadas, desactualizadas o desenfocadas del estado del arte de los dominios; por lo anteriormente mencionado, sería importante e interesante contar con la participación de esos expertos en el diseño de sistemas de organización del conocimiento, es decir, aplicando la garantía académica al proceso.

En español no existe una producción significativa sobre el tema, y es por eso que se decide en este trabajo utilizar el término “garantía académica”. Según Barité et al. (2015), quienes utilizan este término, esta se basa en los acuerdos a los que arriban los expertos en las diferentes áreas del saber, utilizando las expresiones “científicos” y “especialistas”, en cuanto a cómo denominan sus objetos de estudio y qué alcances conceptuales tienen. Además de mencionar los acuerdos, también indican que esta garantía “se apoya en el análisis de las clasificaciones, las taxonomías, las nomenclaturas y los sistemas científicos de pensamiento” (Barité et al., 2015, p. 77). Incluyen también, como otros autores, que las clasificaciones especializadas son jerárquicas en la gran mayoría de los casos, y la garantía académica puede contribuir a validar relaciones “género / especie” o “todo / parte”, con vistas a incluirse en sistemas de organización del conocimiento. Al final de la definición que proporcionan en su diccionario, los autores señalan “la opinión experta aportada al proceso de selección de términos de indización y a la identificación de sus relaciones es una forma de garantía académica” (Barité et al., 2015, p. 77). La última frase citada en este texto contiene una importante salvedad: incluye a personas con grandes conocimientos sobre una materia, pero apartándola, o al menos no incluyéndola necesariamente, del ámbito académico.

5. Conclusiones

Se trata de una investigación terminológica que tiene la desventaja de utilizar un abanico de denominaciones, lo cual dificulta la reunión de la información a ser tenida

en cuenta para arribar a conclusiones. Es decir, en este caso, los expertos en el tema no mantienen un acuerdo completo en cuanto a la denominación de su objeto de estudio, y tampoco en algunas cuestiones relativas a su alcance, sino que se encuentra en discusión. Sería deseable llegar a ese acuerdo, para avanzar en el asunto de su aplicación.

La poca investigación realizada hasta la fecha en idioma español hace que no sea posible aún establecer una equivalencia para *academic warrant*. La literatura no proporciona suficiente garantía literaria para que la denominación “garantía académica” sea necesariamente aceptada, ya que en este caso se trata de una traducción del inglés al español. Es posible ver que las diferentes denominaciones encontradas, acompañadas por sus respectivos alcances y conceptualizaciones, presentan algunas diferencias que hacen dudar respecto al alcance del concepto en general, pero proporcionan algunas similitudes que permiten trazar un camino hacia una conceptualización que funcione para establecer una denominación normalizada y una conceptualización clara que cubra las áreas grises. Todas las menciones que esta garantía presenta en la literatura consultada apuntan a que lo indispensable a tener en cuenta para aplicarla es el acuerdo en cuanto a objetos de estudio y sus relaciones que estén establecidos en las distintas áreas del conocimiento, basándose en distintos acuerdos que sus comunidades hayan logrado. Puede interpretarse que para algunos autores (Beghtol, 1986; Bliss, 1929, 1939; Brooks & Hofer, 1976 como se cita en Siqueira, 2018; Sachs & Smiraglia, 2004) los espacios de educación formal son indispensables para ser considerados dentro de esta garantía, en tanto para otros (Barité et al., 2015; Clarke, 2015; Svenonius, 2003) esos alcances podrían ser flexibles e incluir aquellos ámbitos del conocimiento que no los tienen, como pueden ser la cultura friki o los tatuajes, los cuales son ejemplos de campos del conocimiento sin educación formal y sin academia, pero que cuentan con terminología especializada y consensuada por sus comunidades.

Sería necesario esclarecer qué ocurre con campos del saber que no cuentan con taxonomías, clasificaciones, nomenclaturas u otros recursos que establezcan de forma explícita sus alcances o relaciones entre términos, o cuando en un mismo campo del saber existen distintas visiones sobre una misma idea o situación, generando la posibilidad de utilización de diferentes denominaciones para un mismo objeto o fenómeno, o con cargas positivas o negativas para ciertos términos, lo que mostraría disensos o consensos en una misma área del saber, como pasa en economía o en religión.

Idealmente, la experiencia y el conocimiento en las distintas áreas del saber no deberían ser tratadas con mayor o menor valor en base a la existencia de posibilidades de estudiar esas áreas en la educación formal, es decir, en la academia. Si un consenso posible dentro de la comunidad de la organización del conocimiento es delimitar el alcance de esta garantía a las áreas académicas del saber, sería importante pensar en la creación de una garantía que cubra las áreas del conocimiento que no cuentan con respaldo académico, pero sí experto, para no dejar por fuera la especialización no académica, por llamarla de alguna manera. Otra posibilidad sería la jerarquización de la garantía académica, estableciéndola como una subgarantía bajo otra, que sea preponderante, que abarque a todos los

especialistas. Para finalizar, cabe destacar que se pretende continuar con este trabajo, el cual es parte de una tesis de maestría en Información y Comunicación que se encuentra en ejecución, e intenta dar respuesta a la historia de la garantía académica, sus denominaciones y conceptualizaciones con vistas a profundizar en una conceptualización que logre acuerdo, y su metodología de uso.

Referencias bibliográficas

- Barité, M. (2011). *La garantía literaria como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento: Modelo y aplicación* [Disertación doctoral]. Universidad de Granada.
- Barité, M., Colombo, S., Duarte Blanco, A., Simón, L., Cabrera Castromán, G., Odella, M. L., & Vergara, M. (2015). *Diccionario de organización del conocimiento: Clasificación, indización, terminología*. CSIC.
- Beghtol, C. (1986). Semantic Validity: Concepts of Warrant in Bibliographic Classification Systems. *Library Resources & Technical Services*, 30(2), 109-125.
- Bliss, H. E. (1929). *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences*. Holt.
- Bliss, H. E. (1939). *The organization of knowledge in libraries and the subject approach to books* (2nd ed.). Wilson.
- Clarke, R. I. (2015). Designing Disciplinary Identity: An Analysis of the Term 'Design' in Library and Information Science Vocabulary. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*, 52(1), 1-4. <https://doi.org/10.1002/ptra2.2015.145052010074>
- Martínez-Ávila, D., & Budd, J. M. (2017). Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. *Journal of Documentation*, 73(4), 700-715. <https://doi.org/10.1108/JD-10-2016-0129>
- Sachs, M. Y., & Smiraglia, R. (2004). From encyclopedism to domain-based ontology for knowledge management: The evolution of the Sachs Classification (SC). En I. C. McIlwaine (Ed.), *Knowledge Organization and the Global Information Society: Proceedings of the Eight International ISKO Conference, 13-16 July 2004 London, UK* (pp. 167-172). Ergon.
- Siqueira, L. F. (2018). *As garantias como mecanismos de justificação dos sistemas de organização do conhecimento* [Trabajo final de grado]. Universidade de Brasília.
- Svenonius, E. (2003). Design of Controlled Vocabularies. En M. A. Drake & M. Dekker, *Encyclopedia of Library and Information Science* (2nd ed., pp. 822-838). CRC Press.

A tipologia documental em sistemas de informação digitais: um olhar sobre a organização do conhecimento sanitário no âmbito dos hospitais federais do Rio de Janeiro/ Brasil¹

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral²; Rodrigo França Meirelles³; Daniel Flores⁴; Francisco José Aragão Pedroza Cunha⁵

Resumo: O objetivo desta comunicação é apresentar o mapeamento da tipologia documental em sistemas de informação digitais, no contexto dos registros eletrônicos em saúde, que permitam a gestão, preservação, acesso e difusão das informações em saúde dos hospitais federais do Rio de Janeiro/Brasil. O estudo é exploratório e descritivo, abordagem quantitativa, dos tipos bibliográfico, documental, de levantamento e empírico. Os resultados da pesquisa empírica foram tabulados e analisados através das técnicas de análise de conteúdo e estatística descritiva aplicadas nos questionários *on-line* respondidos entre 22 profissionais inseridos em 10 hospitais que compõem a amostra. Os resultados revelam que 77,3% produzem tipologia documental em sistemas de informação digitais, apenas 13,6% dos respondentes apontam que esses documentos digitais não são produzidos e 9,1% desconhecem. Dos cinquenta e sete tipos documentais em ambientes digitais elencados pelos gestores de saúde, trinta e quatro são considerados administrativos e vinte e três como assistenciais. Os resultados revelam que tal tipologia documental administrativa em ambientes digitais elencada está associada, a saber: deliberações administrativas; instrumentos normativos e resolutivos; controle de frequência e da vida funcional dos colaboradores; prestação de contas; planejamento estratégico; instrumentos de referência; instrumentos de controle e destinação; sistematização das atividades assistenciais e infraestrutura hospitalar. Constata-se que a organização e o tratamento da tipologia documental administrativa e assistencial nos SIS possibilita, de modo significativo, a melhoria na comunicação entre os sujeitos e entre os hospitais, otimizando a recuperação e difusão das informações em saúde.

Palabras clave: Informação em Saúde; Tipologia documental; Hospitais; Registros eletrônicos em saúde; Sistemas de informação em saúde.

Resumen: El objetivo de esta comunicación es presentar el mapeo de la tipología documental en los sistemas de información digital, en el contexto de los registros electrónicos de salud, que permiten la gestión, preservación, acceso y difusión de la información de salud en los

¹ Manuscrito produto das pesquisas intituladas “Os REGISTROS ELETRÔNICOS EM SAÚDE: um olhar sobre a tipologia documental em sistemas de informação digitais no âmbito da cadeia de custódia nos hospitais federais do Rio de Janeiro”, Tese defendida em agosto de 2023 no PPGCI da UFF e financiada pela CAPES; e, “Gestão e preservação de documentos digitais: bases para a aprendizagem e inovação organizacional em hospitais do Brasil e da Espanha (Edital nº 41/2017 CAPES/PRINT – Professor visitante no exterior junior e EDITAL PROP/CI/UFBA nos anos de 2020 à 2022 – PIBIC).

² Filiación: Universidade Federal Fluminense/ Universidade Federal da Bahia

E-mail: louiseamaral@id.uff.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8307-8334>

³ Filiación: Universidade Federal da Bahia

E-mail: rodrigomei@ufba.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5535-7208>

⁴ Filiación: Universidade Federal Fluminense

E-mail: df@id.uff.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8888-2834>

⁵ Filiación: Universidade Federal da Bahia

E-mail: franciscopetroza@ufba.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2770-7818>

hospitales federales de Río de Janeiro/Brasil. El estudio es exploratorio y descriptivo, con abordaje cuantitativo y cualitativo, de tipo bibliográfico, documental, de encuesta y empírico. Los resultados de la investigación empírica fueron tabulados y analizados mediante las técnicas de análisis de contenido y estadística descriptiva aplicadas a los cuestionarios online respondidos por 22 profesionales de los 10 hospitales que componen la muestra. Los resultados muestran que el 77,3% produce tipos de documentos en sistemas de información digitales, sólo el 13,6% de los encuestados afirma que no se producen estos documentos digitales y el 9,1% lo desconoce. De los cincuenta y siete tipos de documentos en entornos digitales enumerados por los gestores sanitarios, treinta y cuatro se consideran administrativos y veintitrés asistenciales. Los resultados muestran que los tipos de documentos administrativos listados en ambientes digitales están asociados a: deliberaciones administrativas; instrumentos normativos y resolutivos; control de asistencia y vida laboral de los empleados; rendición de cuentas; planificación estratégica; instrumentos de referencia; instrumentos de control y destino; sistematización de la actividad asistencial e infraestructura hospitalaria. Se observa que la organización y tratamiento de los documentos administrativos y asistenciales en el SIS mejora significativamente la comunicación entre las personas y entre los hospitales, optimizando la recuperación y difusión de la información sanitaria.

Palabras clave: Información sanitaria; Tipología documental; Hospitales; Historia clínica electrónica; Sistemas de información sanitaria.

Sumario: 1 Introdução. 2. Metodologia. 3. A tipologia documental em sistemas de informação digitais nos hospitais federais do Rio de Janeiro. 4. Considerações Finais. Referências.

1. Introdução

A assertiva norteadora deste estudo é fruto de pesquisas realizadas por meio de Cunha et al (2013). Estes pesquisadores alertam que se os organismos produtores dos serviços de atenção à saúde (OPSAS) percebessem a importância do tratamento e da organização dos documentos em saúde, a partir dos preceitos, pressupostos e das técnicas da Arquivologia, os entraves dos processos de planejamento, estruturação, liderança, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro poderiam ser minimizados e, ainda, promoveriam oportunidades para a organização do patrimônio documental dos serviços, das redes e dos sistemas de saúde das Nações (Cunha, 2020).

“A Gestão Arquivística de Documentos (GAD) é uma tecnologia/processo para a democratização da saúde e o aprimoramento da gestão dos sistemas de saúde brasileiros e para a formulação de políticas públicas de promoção, prevenção e atenção à saúde pública” (Meirelles, 2021, pp. 10). Amaral e outros (2023) evidenciam diversas lacunas no que tange a institucionalização desse processo nas rotinas dos hospitais e do fenômeno dos dados e das informações em saúde no âmbito da organização do patrimônio documental sanitário por meio da tipologia documental.

A tipologia documental é compreendida como o estudo dos tipos documentais, configurando as informações orgânicas registradas em suportes eletrônicos, de valor primário ou secundário, compreendidos como tecnologias (documentos, arquivos, sistemas de informação e repositórios). Tais tecnologias são entendidas como mecanismos e estruturas de transferência da informação entre os serviços, sistemas e as redes de atenção

e inovação à saúde, uma vez que refletem procedimentos de geração, disseminação, transferência, mediação, uso e organização da informação em saúde, como um bem público e privado, e são dependentes de registros eletrônicos ou analógicos autênticos, interoperáveis e confiáveis (Cunha, 2014a, 2014b, 2020; Cunha *et al.*, 2013; Cunha, Lima, Oliveira, 2015a; González de Gómez, 1993).

Os registros eletrônicos em saúde (RES) representam “toda e qualquer forma de registro em meio eletrônico dos dados que têm sua origem nos eventos do processo saúde-doença-cuidado no âmbito individual ou coletivo. Incorpora as três dimensões de aplicações das TIC [...] (automação, informação e comunicação).

Abrange o Prontuário Eletrônico do Paciente, a emissão de laudos e resultados de exames complementares e extratos dedados com diferentes finalidades como, por exemplo, aqueles que permitem a continuidade do cuidado entre profissionais ou serviços (guias de encaminhamento, sumários de alta etc.), imagens que documentam aspectos relacionados aos contatos dos indivíduos com os serviços de saúde etc. Os RES são usados para colher, transmitir, receber, armazenar, disponibilizar, disseminar e relacionar dados multimídia dos eventos do processo saúde-doença-cuidado” (Brasil, 2016, p. 47). Os RES conformam os documentos arquivísticos digitais em saúde e, assim, a doção e assimilação de tecnologias avançadas de gestão e preservação de documentos entre os OPSAS (hospitais), no âmbito da cadeia de custódia digital arquivística, que abarca o SUS deve ser uma preocupação dos gestores (Meirelles; Cunha, 2020).

A tipologia documental em sistemas de informação digitais propicia a difusão das informações em saúde, com vistas à mediação de fluxos informacionais para a promoção, prevenção, atenção e assistência em saúde. A tipologia documental reflete os dados e as informações representadas e armazenadas em um sistema informatizado (banco de dados, arquivos e repositórios), conformando um registro assistencial ou administrativo de um hospital. Amaral e outros (2023) alertam que, sob o aspecto teórico, existe uma lacuna na literatura de iniciativas dos hospitais na identificação e no tratamento dos documentos gerados, recebidos e acumulados, por meio de requisitos arquivísticos em sistemas informatizados para garantir a autenticidade, a preservação da cadeia de custódia digital em repositórios arquivísticos digitais confiáveis e a difusão ou a disseminação das informações orgânicas em serviços de saúde (Cunha, 2014b).

Este estudo justifica-se por compreender que os hospitais geram, recebem e acumulam tipologia documental em ambientes digitais, em peculiar (Prontuário Eletrônico do Paciente), que suscitem incertezas quanto à autenticidade e confiabilidade dos seus metadados, vulnerabilidades física (degradação) e tecnológica (obsolescência) e custos para o acesso, a recuperação e preservação das informações em saúde (Gava; Flores, 2020; Santos; Flores, 2015).

A identificação é uma metodologia arquivística que, por meio do estudo da gênese do tipo documental, proporciona uma eficaz organização, preservação e acesso por um repositório digital e/ou sistema de informação confiável (Conselho Nacional de Arquivos, 2014; Rodrigues, 2008). A tipologia documental em saúde no Brasil está vinculada às normas e aos padrões regulatórios do SUS, visto que os estudos de identificação refletem preocupações sobre como os documentos estão sendo criados, identificados, estruturados, organizados e preservados, bem como quem fornece a chancela aos mesmos. Defende-se que os agentes em saúde se conscientizem da importância da organização da tipologia documental e passem a assimilar tais práticas à gestão dos sistemas de informação digitais em saúde para a organização dos conhecimentos assistenciais e administrativos.

Diante deste cenário, questiona-se qual é a tipologia documental em sistemas de informação digitais, no contexto dos RES, utilizadas nos hospitais federais do Estado do Rio de Janeiro? Assim, o objetivo desta comunicação é apresentar o mapeamento da tipologia documental em sistemas de informação digitais, no contexto dos RES, que permitam a gestão, preservação, acesso e difusão das informações em saúde dos hospitais federais do Rio de Janeiro/Brasil.

2. Metodologia

O estudo é exploratório e descritivo, abordagem quanti-qualitativa, dos tipos bibliográfico, documental, de levantamento e empírico; idealizado em duas etapas. Na primeira foram consultadas as bases de dados Web of Science e Base de dados em Ciência da Informação para seleção de textos sobre gestão arquivística de documentos, sistemas de arquivos, tipologia documental, RES, documentos arquivísticos digitais, cadeia de custódia e custódia confiável. As bases foram selecionadas em razão da sua representatividade nas áreas do estudo e relevância na comunidade científica.

Na segunda, os resultados da pesquisa empírica foram tabulados e analisados através das técnicas de análise de conteúdo e estatística descritiva aplicadas em 02 questões do Grupo I do questionário on-line, relativas à categoria de análise (CA1) que evidenciou a gestão de tipologia documental e sistemas arquivísticos digitais entre 22 profissionais inseridos em 10 hospitais federais do Rio de Janeiro/ Brasil que compõem a amostra.

3. Tipologia documental em sistemas de informação digitais nos hospitais federais do Rio de Janeiro

No que se refere à tipologia documental em sistemas de informação digitais, verifica-se a produção das mesmas nos hospitais, conforme apontam 77,3% dos gestores de saúde e constatado também na análise das funções de descrição e de preservação. Para apenas 13,6% dos respondentes, esses documentos digitais não são produzidos e 9,1% desconhecem.

Dos cinquenta e sete tipos documentais em ambientes digitais elencados pelos gestores de saúde, trinta e quatro são considerados administrativos e vinte e três como assistenciais. Esta tipologia documental em ambientes digitais administrativas e assistencial associada, gerada no âmbito dos serviços de atenção à saúde, balizam os arquivos e subsidiam os sistemas de informação em saúde (SIS) de um determinado distrito sanitário e/ou organização hospitalar (Cunha *et al.*, 2021).

Desse modo, os resultados revelam que tal tipologia documental administrativa em ambientes digitais elencada está associada, a saber:

- a) Deliberações administrativas, instrumentos normativos e resolutivos (*i.e.* comunicações internas, atas de reunião, atas de registro de preços, formulários de avaliação da área administrativa e assistencial, de controle geral e de controle de temperatura e umidade, de conferência do carro de emergência, de lavanderia, leis federais, relatórios e protocolos administrativos, requisições de material e de cópias, solicitações de impressos, planilhas de padronização dos insumos utilizados no hospital e contratos terceirizados do setor de hotelaria hospitalar e de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais e odontológicos)
- b) Controle de frequência e da vida funcional dos colaboradores (*i.e.* assentamentos funcionais e folhas de frequência)
- c) Prestação de contas (*i.e.* notas fiscais);
- d) Planejamento estratégico (*i.e.* plano de manutenção do parque tecnológico do hospital, planos de trabalho e plano diretor de TI);
- e) Instrumentos de referência (*i.e.* ficha índice);
- f) Instrumentos de controle e destinação (*i.e.* tabela de temporalidade de documentos, plano de classificação), sistematização das atividades assistenciais (*i.e.* registros de cirurgia, registros de consulta, cartões de agendamento, autorização de internação hospitalar, autorização de procedimento ambulatorial, solicitações de prontuário);
- g) Infraestrutura hospitalar (*i.e.* plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e plano de manutenção do parque tecnológico do hospital).

A tipologia documental assistencial em ambientes digitais está relacionada à atenção ao paciente e tangencia às consultas médicas e internações (*i.e.* “solicitações médicas”, “avisos de cirurgia”, “laudos de internação”, “fichas de internação”, “fichas de anestesia”, “folhas de cirurgia”, “folhas de evolução e de prescrição do paciente”, “termos de consentimento”, “termos de sigilo, confidencialidade e acesso às informações”, “relatórios de alta”, “relatórios de assistência”, “protocolos terapêuticos”, “protocolos assistenciais”, “notificações de procedimentos”) e exames (*i.e.* “relação de exames total”, “requisições/resultados de exame”, “exames complementares”). A tipologia “declarações de nascidos vivos”,

“declarações de óbito” e “boletins de produção ambulatorial” apresentam uma convergência de informações para a vigilância epidemiológica. E os “prontuários do paciente” alinham-se com a tipologia documental assistencial em ambientes digitais sinalizada anteriormente. Vale ressaltar que a tipologia documental “prontuário eletrônico do paciente” não é apontada pelos gestores em saúde como existente dentro dos sistemas de informação em saúde (SIS). Essa tipologia documental é sigilosa, segundo à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de modo que o acesso seja restrito com os devidos graus (hierarquia de acesso) e segurança.

A tipologia documental em ambientes digital mais usada nos hospitais é administrativa: comunicações internas (82,4%), seguida pelas atas de registro de preços de medicamentos e insumos de usos diversos nos hospitais (64,7%). Com percentuais de 58,8% cada, encontram-se as notas fiscais, os laudos de internação, as folhas de frequência, as fichas de internação e as atas de reunião. E, com percentuais de 52,9%, encontram-se as solicitações de prontuários, os formulários de avaliação da área administrativa, os exames complementares, os boletins de produção ambulatorial, as autorizações de procedimento ambulatorial, as autorizações de internação hospitalar e os assentamentos funcionais. Constata-se que, tanto a tipologia documental administrativa quanto a assistencial é, amplamente, utilizada nos hospitais federais para cumprimento dos diversos processos de trabalho.

A organização e o tratamento da tipologia documental administrativa e assistencial nos SIS possibilita, de modo significativo, a melhoria na comunicação entre os sujeitos e entre os hospitais, otimizando a recuperação e difusão das informações em saúde (Galvão; Ricarte, 2012). “A padronização dessas informações em rede nos Sistemas de Informação em Saúde (SIS), além de promover uma comunicação mais efetiva entre as equipes de saúde, possibilita a recuperação precisa desses registros” (Meirelles, 2023, p. 27).

Destaca-se o fato dos instrumentos arquivísticos de classificação e avaliação estarem entre a tipologia documental em sistemas de informação digitais, apesar da inexistência das funções de classificação/ avaliação nos hospitais. Constata-se, assim, que as práticas de gestão de documentos nos processos de trabalho dos hospitais não são recorrentes, principalmente no que se refere ao estabelecimento dos prazos de guarda dos documentos, previstos da tabela de temporalidade documental, com percentual de 5,9%. Tampouco os instrumentos de descrição/referência são utilizados, representado nos hospitais pelas fichas índice, com percentual de 5,9%.

Os SIS bem estruturados tornam-se ferramentas importantes para o planejamento e para a avaliação das políticas de saúde, assim como dos serviços, das redes e dos sistemas de saúde, colaborando para o processo de gestão dos hospitais e para a qualidade dos serviços de saúde prestados para a população (Pinheiro *et al.*, 2016; Meirelles, 2023).

De acordo com 50% dos respondentes, os sistemas de informação digitais em saúde também estão presentes nos hospitais, sendo responsáveis pela

produção e pelo armazenamento dessa tipologia documental administrativa e assistencial apresentada. Contudo, ao somarmos os que afirmaram que não (27,3%) e os que desconhecem (22,7%), constata-se que ainda é incipiente a utilização dos sistemas de informação em saúde nos hospitais pesquisados.

A incipiente utilização dos SIS é ressaltada por 42,9% dos gestores de saúde que não indicaram em qual sistema de informação os documentos digitais estão armazenados. Apenas 14,3% sinalizaram a incorporação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), seguido por 10,7% com o e-SUS Hospitalar, 7,1% para o MV Sistemas e com percentual de 3,6% para Internet, Sistema de Gestão Laboratorial (Bioslab), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), Sistema de Controle Logístico de Documentos (Siclom), Sistema de Informação dos Centros e Testagem e Aconselhamento em Aids (SI-CTA), Sistema proprietário para gerenciamento hospitalar e Sistema de faturamento, plantão médico, laudos e arquivo. É válido ressaltar que, apesar de ter sido indicada, a *Internet* não é considerada como SIS. Os demais SIS fornecem, com seus bancos de dados específicos, um suporte tanto administrativo e assistencial (*e.g.* SEI, Bioslab, MV Sistemas, Siclom), quanto para a vigilância epidemiológica de doenças e agravos de saúde (*e.g.* Sinan, Siclom, SI-CTA) nos referidos hospitais, tornando-se mecanismos adotados para a difusão/disseminação das informações em saúde.

Dentre os SIS apresentados pelos gestores de saúde, somente o Siclom e Sinan são citados na pesquisa de Coelho Neto e Chioro (2021). Estes dois SIS registram as atividades e ações epidemiológicas que são oriundas de um fato, um indício, uma suspeita de alguma doença ou agravamento, desencadeando um banco de dados sobre o processo saúde-doença baseado na tríade “dado/informação-decisão-ação” (Coeli *et.al*, 2009, p. 527; Cruz *et.al*, [2020]; Brasil, 2005). Desta maneira, estes SIS constituem-se como alicerce do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em Saúde (SNVE), tornando-se “[...] essenciais para assegurar a padronização de procedimentos em todo o país e permitir a adoção das medidas capazes de prevenir e controlar as doenças transmissíveis” (*i.e.* sarampo, poliomielite, Covid-19, Aids, dentre outras) (Ministério da Saúde, 2005, p. 15). O SEI, como mecanismo mais utilizado pelos hospitais, está voltado mais para os documentos digitais de uso corrente e com valor primário. Assim como o sistema MV.

Os metadados previamente estabelecidos por esses SIS são processados, originando tipologia documental em ambientes digitais a ser organizada e preservada de modo que permita a recuperação pelos profissionais de saúde e coletados por outros sistemas (Coeli *et al.*, 2009). Assim, esses SIS possibilitam o cumprimento das competências e atividades dos respectivos hospitais, uma vez que produzem, armazenam e disseminam tipologia documental administrativa e assistencial (Quadro 1).

Quadro 1: Sistemas de informação digitais e tipologia documental administrativa e assistencial dos hospitais

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL
Sistema de faturamento, plantão médico, laudos e arquivo.	Assentamentos Funcionais/ Autorizações de Internação Hospitalar/ Autorizações de procedimento ambulatorial/ Boletins de produção ambulatorial/ Comunicações Internas/ Exames Complementares/ Fichas de internação/ Laudos de internação/ Relatórios de alta/ Solicitações de Prontuário
E-SUS Hospitalar Sistema Eletrônico de Informações	Assentamentos Funcionais/ Atas de registro de preços de medicamentos e insumos diversos de uso no hospital/ Atas de Reunião/ Autorizações de Internação Hospitalar/ Autorizações de procedimento ambulatorial/ Avisos de Cirurgia/ Boletins de produção ambulatorial/ Cartões de Agendamento/ Comunicações Internas/ Contratos de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico- hospitalares, laboratoriais e odontológicos/ Contratos terceirizados do setor de hotelaria hospitalar/ Declarações de óbito/ Exames Complementares/ Fichas de anestesia/ Folhas de Cirurgia/ Folhas de Evolução e de Prescrição do Paciente/ Folhas de Frequência/ Formulários de Avaliação da Área Administrativa/ Formulários de Avaliação da Área Assistencial/ Laudos de internação/ Notas fiscais/ Notificações de Procedimentos/ Planilhas de padronização dos insumos utilizados no hospital/ Planos de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde/

	<p>Planos de manutenção do parque tecnológico do hospital/ Planos de Trabalhos/ Planos de Classificação de Documentos/ Prontuários do Paciente/ Protocolos Administrativos/ Protocolos Assistenciais/ Protocolos terapêuticos/ Registros de Cirurgia/ Registros de Consulta/ Relações de Exames Total/ Relatórios de alta/ Relatórios Administrativos/ Relatórios de Assistência/ Relatórios de nutrição/Requisições de Material/ Requisições/ Resultados de Exame/ Solicitações médicas/ Solicitações de Prontuário/ Termos de Consentimento/ Termos de Sigilo, Confidencialidade e Acesso às Informações</p>
Sistema Proprietário para Gerenciamento Hospitalar	<p>Assentamentos Funcionais/ Atas de registro de preços de medicamentos e insumos diversos de uso no hospital/ Atas de Reunião/ Autorizações de Internação Hospitalar/ Autorizações de procedimento ambulatorial/ Boletins de produção ambulatorial/ Cartões de Agendamento/Comunicações Internas/ Contratos de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais e odontológicos/ Contratos terceirizados do setor de hotelaria hospitalar/ Declarações de nascidos vivos/ Declarações de óbito/ Exames Complementares/ Fichas de anestesia/ Fichas de internação/ Fichas índice/ Folhas de Cirurgia/ Folhas de Evolução e de Prescrição do Paciente/ Folhas de Frequência/ Formulários de Avaliação da Área Administrativa/ Formulários de Avaliação da Área Assistencial/ Leis federais/ Notas fiscais/ Notificações de Procedimentos/ Planilhas de padronização dos insumos utilizados no hospital/ Planos de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde/ Planos de manutenção do parque tecnológico do hospital/ Planos diretores de TI/ Planos de Classificação de Documentos/ Prontuáriosdo Paciente/ Protocolos Administrativos/ Protocolos Assistenciais/ Protocolos terapêuticos/ Registros de Cirurgia/ Registros de Consulta/ Relações de Exames Total/ Relatórios de alta/ Relatórios Administrativos/Relatórios de Assistência/ Relatórios de nutrição/ Requisições de Cópias/ Requisições de Material/Requisições/</p>

	Resultados de Exame/ Solicitações médicas/ Solicitações de Impressos/ Solicitações de Prontuário/ Termos de Consentimento/ Termos de Sigilo, Confidencialidade e Acesso às Informações
Internet	Atas de Reunião/ Autorizações de Internação Hospitalar/ Autorizações de procedimento ambulatorial/ Cartões de Agendamento/ Comunicações Internas
Sistema Eletrônico de Informações	Atas de registro de preços de medicamentos e insumos diversos de uso no hospital/ Atas de Reunião/ Autorizações de Internação Hospitalar/ Autorizações de procedimento ambulatorial/ Avisos de Cirurgia/ Boletins de produção ambulatorial/ Cartões de Agendamento/ Comunicações Internas/ Contratos de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais e odontológicos/ Contratos terceirizados do setor de hotelaria hospitalar/ Declarações de óbito/ Exames Complementares/ Fichas de anestesia/ Fichas de internação/ Folhas de Cirurgia/ Folhas de Evolução e de Prescrição do Paciente/ Folhas de Frequência/ Formulários de Conferência do Carro de Emergência/ Formulários de Controle Geral/ Formulários de lavanderia/ Laudos de internação/ Leis federais/ Notas fiscais/ Notificações de Procedimentos/ Planilhas de padronização dos insumos utilizados no hospital/ Planos de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde/ Planos de manutenção do parque tecnológico do hospital/ Planos diretores de TI/ Planos de Trabalhos/ Planos de Classificação de Documentos/ Prontuários do Paciente/ Protocolos Administrativos/ Protocolos Assistenciais/ Protocolos terapêuticos/ Registros de Cirurgia/ Registros de Consulta/ Relações de Exames Total/ Relatórios de alta/ Relatórios Administrativos/ Relatórios de Assistência/ Relatórios de nutrição/ Requisições de Cópias/ Requisições de Material/ Requisições/ Resultados de Exame/ Solicitações médicas/ Solicitações de Impressos/ Solicitações de Prontuário/ Tabelas de Temporalidade de Documentos/ Termos de Consentimento/ Termos de Sigilo, Confidencialidade e Acesso às Informações.

MV Sistemas	<p>Assentamentos Funcionais/ Atas de registro de preços de medicamentos e insumos diversos de uso no hospital/ Atas de Reunião/ Autorizações de Internação Hospitalar/ Autorizações de procedimento ambulatorial/ Avisos de Cirurgia/ Boletins de produção ambulatorial/ Cartões de Agendamento/ Comunicações Internas/ Contratos de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico- hospitalares, laboratoriais e odontológicos/Contratos terceirizados do setor de hotelaria hospitalar/ Declarações de óbito/ Exames Complementares/ Fichas de anestesia/ Fichas de internação/ Folhas de Evolução e de Prescrição do Paciente/ Folhas de Frequência/ Formulários de Avaliação da Área Administrativa/ Formulários de Avaliação da Área Assistencial/ Formulários de Conferência do Carro de Emergência/ Formulários de Controle de Temperatura e Umidade/ Formulários de Controle Geral/ Formulários de lavanderia/ Laudos de internação/ Notas fiscais/Notificações de Procedimentos/ Planilhas de padronização dos insumos utilizados no hospital/ Planos de Trabalhos/ Planos de Classificação de Documentos/ Prontuários do Paciente/ Protocolos Administrativos/ Protocolos Assistenciais/ Protocolos terapêuticos/ Registros de Consulta/ Relações de Exames Total/ Relatórios de alta/ Relatórios Administrativos/ Relatórios de Assistência/ Relatórios de nutrição/ Requisições de Cópias/ Requisições de Material/ Requisições/ Resultados de Exame/ Solicitações médicas/ Solicitações de Prontuário/ Termos de Consentimento/ Termos de Sigilo, Confidencialidade e Acesso às Informações</p>
E-SUS Hospitalar Sistema Eletrônico de Informações	<p>Autorizações de Internação Hospitalar/ Autorizações de procedimento ambulatorial/ Boletins de produção ambulatorial/Fichas de internação/ Folhas de Frequência/ Formulários de Avaliação da Área Administrativa/ Formulários de Avaliação da Área Assistencial/ Laudos de internação/ Notas fiscais/ Planos diretores de TI/ Prontuários do Paciente/</p>

	Registros de Consulta/ Relatórios Administrativos/ Relatórios de Assistência/ Requisições/ Resultados de Exame.
E-SUS Hospitalar Sistema Eletrônico de Informações Bioslab	Autorizações de Internação Hospitalar/ Autorizações de procedimento ambulatorial/ Comunicações Internas/ Folhas de Frequência/ Formulários de Avaliação da Área Administrativa/ Formulários de lavanderia/ Laudos de internação/ Relações de Exames Total

Fonte: Pesquisa de levantamento

As informações revelam que os sistemas de informação que mais custodiam tipologia documental digital, tanto assistencial quanto administrativa, nos hospitais são o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), seguido pelo e-SUS hospitalar. Apesar de não constarem da listagem de Coelho Neto e Chioro (2021), vale ressaltar que os sistemas de faturamento, plantão médico, laudos e arquivo e o proprietário para gerenciamento hospitalar armazenam expressiva tipologia documental digital. E o Bioslab apresenta pouca tipologia documental nos hospitais pesquisados.

A tipologia documental em sistemas de informação digital administrativa e assistencial indicada pelos gestores dá também respaldo às atividades laborais e decisórias, alicerçando também esses sistemas de informação com dados e informações de valor primário⁶. Essa tipologia, nesses sistemas, cria fluxos de dados e de informações que versam sobre o cotidiano dos colaboradores e dos serviços de saúde prestados nos hospitais. Esse mapeamento da tipologia documental realizada, corrobora com a necessidade de implementação de práticas e de procedimentos arquivísticos no cotidiano dos hospitais analisados.

4. Considerações finais

Neste estudo acredita-se que as informações orgânicas, produzidas em razão das atividades assistenciais e administrativas nos OPSAS, se forem geridas tomando-se como preceitos as técnicas e procedimentos arquivísticos, a partir de uma abordagem multirreferencial e multidisciplinar, é possível que ocorram melhorias nas tomadas de decisão dos gestores de saúde e a promoção do bem-estar sanitário das Nações e na formulação das políticas públicas para a Saúde Coletiva.

A partir das respostas obtidas por meio do questionário *on-line* da pesquisa, constatou-se um cenário favorável no sentido de institucionalização da gestão de tipologia documental em sistemas arquivísticos digitais administrativos e assistenciais que contribuem para os processos laborais e a tomada de decisão nos hospitais. Isso porque a GAD é reconhecida pelos gestores.

⁶ “Qualidade inerente às razões de criação de todo documento, típica das fases iniciais de seu ciclo vital” (Camargo et. al, 2012, p. 83).

A metodologia de identificação arquivística é pertinente para o delineamento das competências, funções e atividades dos hospitais federais analisados, possibilitando o conhecimento dos documentos digitais produzidos, recebidos e acumulados pelas diversas áreas que os compõem. Evidencia-se, neste sentido, a aplicação dos instrumentos arquivísticos específicos desta metodologia para embasar o desenvolvimento das etapas subsequentes do tratamento técnico documental (*e.g.* classificação, avaliação e descrição) e imprescindíveis para o tratamento e a organização das informações orgânicas em saúde.

Amaral, L. A. F. de O. F. de O. (2023). Regime de informação e tipologia documental no âmbito dos serviços de saúde: noções aplicadas à gestão da informação em hospitais federais do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*. [no prelo].

Brasil. Ministério da Saúde. (2016). Política Nacional de Informação e Informática em Saúde. Brasília, DF. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_infor_informatica_saude_2016.pdf.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. (2005). Guia de vigilância epidemiológica. 7. ed. Brasília, DF. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Guia_Vig_Epid_novo2.pdf.

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de documentos eletrônicos. (2014). Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos. Rio de Janeiro, RJ, Arquivo Nacional. http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/resol_conarq_39_repositorios.pdf.

Camargo, A.M.A. *et al.* (2012). Dicionário de terminologia arquivística. (3 ed). Associação dos Arquivistas de São Paulo.

Coelho Neto, G. C.; Chioro, A.. dos. (2021). Afinal, quantos Sistemas de Informação em Saúde de base nacional existem no Brasil? *Cadernos de Saúde Pública*, 37(7). <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1448/afinal-quantos-sistemas-de-informacao-em-saude-de-base-nacional-existem-no-Brasil>.

Coeli, C. *et al.* Sistemas de Informação em Saúde. In: Medronha, R. A. *Epidemiologia*. (2 ed). (pp. 525-534).

Cruz, D.N. *et al.* (2020). A comunicação de casos e óbitos de Covid-19 e as mudanças no Ministério da Saúde: ISC no combate à Covid-19. <http://www.isc.ufba.br/acomunicacao-de-casos-e-obitos-de-covid-19-e-as-mudancas-no-ministerio-da-saude/#:~:text=Nesta%20dire%C3%A7%C3%A3o%2C%20%E2%94%92>.

Cunha, F.J.A.P.. (2014a). Gestão de documentos, aprendizagem e inovação organizacional em hospitais. *Informação Arquivística*, 3(2), 29-42.

- Cunha, F.J.A.P.. (2014b). O *complexus* do conhecimento, inovação e comunicação em serviços de atenção à saúde. In: Cunha, F.J.A.P.; Lázaro, C.P.; Pereira, H.B.de B. (Org.). Conhecimento, inovação e comunicação em serviços de saúde. (pp. 221-236).
- Cunha, F.J.A.P.. (2020). Os registros das informações orgânicas em saúde: a Arquivologia e os Arquivistas no enfrentamento das pandemias. <https://www.youtube.com/watch?v=Tv0waiEve-M>.
- Cunha, F.J.A.P. *et al.* (2013). Mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde. Salvador.
- Cunha, F.J.A.P. *et al.* (2021). Políticas de informação e a agenda 2030: um estudo nos sistemas de saúde do Brasil e Espanha. [Anais]. Seminário Hispano Brasileiro de Investigación en Información, Documentación y Sociedad, Brasília.
- Cunha, F.J.A.P.; Lima, G.L.Q.; Oliveira, L.A.F. (2015). Arquivos como mecanismos de difusão de conhecimentos para a aprendizagem e inovação em organismos produtores de saúde. [Anais]. Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), João Pessoa.
- Galvão, M.C.B.; Ricarte, I.L.M.. (2012). Prontuário do Paciente. Guanabara Koogan.
- Gava, T.B.S.; Flores, D. (2020). Auditoria e certificação ao longo da cadeia de custódia digital arquivística. Informação & Informação, 26 (4), 74-99. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/196283>.
- González de Gómez, M. N. (1993). A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. Ciência da Informação, 22 (3), 217-222. <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479>.
- Meirelles, R. F. (2023). Os repositórios arquivísticos na difusão de conhecimentos em saúde: subsídios para a cadeia de custódia dos organismos produtores do Sistema Único de Saúde. [Tese de Doutorado em Difusão do Conhecimento, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia]. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36947>.
- Meirelles, R. F. (2021). Repositórios arquivísticos do SUS: Subsídios para a difusão de conhecimentos em saúde. [Relatório de qualificação de Doutorado em Difusão do Conhecimento, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia].
- Meirelles, R. F.; Cunha, F. J. A. P. (2020). Autenticidade e preservação de Registros Eletrônicos em Saúde: proposta de modelagem da cadeia de custódia das informações orgânicas do Sistema Único de Saúde. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, 14 (3), 581
- Pinheiro, A. L. S. *et al.* (2016). Gestão de saúde: o uso dos sistemas de informação e compartilhamento de conhecimento para a tomada de decisão. Texto & Contexto - Enfermagem, 25(3). <https://doi.org/10.1590/0104-07072016003440015>.
- Rodrigues, A.C.. (2008). Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. [Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf
- Santos, H. M.; Flores, D. (2015). Estratégias de preservação digital para documentos arquivísticos: uma breve reflexão. *Cadernos BAD*, (1), 87-101.

Modelos conceptuales de esquemas de metadatos de gestión de documentos electrónicos: una base para el tratamiento del patrimonio documental digital

José-Luis Bonal-Zazo¹; María-Pilar Ortego-de-Lorenzo-Cáceres²

Resumen: Análisis de las entidades de los modelos conceptuales de seis esquemas de metadatos de gestión de documentos electrónicos con el objetivo de estudiar los tipos de entidades, los tipos de subentidades, los problemas terminológicos y conceptuales y sus analogías y diferencias. El estudio se ha desarrollado aplicando una metodología de carácter comparativo estructurada en cuatro fases: 1) identificación de normas y esquemas de metadatos, 2) selección de normas y esquemas de acuerdo con criterios de ámbito, contexto, tiempo y espacio; 3) registro de datos equivalentes sobre entidades y subentidades; y 4) análisis de analogías y diferencias entre entidades y subentidades. El análisis ha permitido apreciar la existencia de diferentes estructuras de clasificación de entidades y subentidades, así como el predominio de cinco grandes entidades (*documento*, *agente*, *actividad de gestión*, *regulación* y *relación*); y un elevado número de subentidades que son tratadas de diferente modo en los modelos estudiados. La diversidad detectada permite apreciar que la flexibilidad en la definición de las entidades que integran los modelos conceptuales no interfiere en el diseño de normas y esquemas de metadatos.

Palabras clave: Esquemas de metadatos; Modelos conceptuales; Análisis comparativo; Documentos electrónicos; Normas de metadatos.

Resumo: Analisam-se as entidades dos modelos conceptuais de seis esquemas de metadados de gestão de documentos electrónicos com o objetivo de estudar os tipos de entidades, os tipos de subentidades, os problemas terminológicos e conceptuais e as suas analogias e diferenças. O estudo foi desenvolvido através da aplicação de uma metodologia comparativa estruturada em quatro fases: 1) identificação de normas e esquemas de metadados; 2) seleção de normas e esquemas segundo critérios de âmbito, contexto, tempo e espaço; 3) registo de dados equivalentes sobre entidades e subentidades; e 4) análise de analogias e diferenças entre entidades e subentidades. A análise revelou a existência de diferentes estruturas de classificação de entidades e subentidades, bem como a predominância de cinco grandes entidades (*documento*, *agente*, *atividade de gestão*, *regulação* e *relação*); e um grande número de subentidades que são tratadas de forma diferente nos modelos estudados. A diversidade detectada permite apreciar que a flexibilidade na definição das entidades que compõem os modelos conceptuais não interfere na conceção de normas de metadados e esquemas de metadados.

Palavras-chave: Esquemas de metadados; Modelos conceptuais; Análise comparativa; Documentos electrónicos; Normas de metadados; Normas de metadados.

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Resultados. 5. Conclusiones. Referencias bibliográficas.

¹ Universidad de Extremadura. Facultad de Ciencias de la Documentación y la Comunicación
E-mail: jlbonal@unex.es

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6518-0976>

² Universidad de Extremadura. Facultad de Ciencias de la Documentación y la Comunicación
E-mail: portego@unex.es

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8057-8715>

1. Introducción

Los esquemas de metadatos se configuran como documentos técnicos de carácter normativo que establecen, definen, normalizan y regulan el uso de los elementos de datos que deben ser empleados en un sistema de información concreto. Por su carácter, pueden ser considerados auténticas normas de descripción, ya que contienen directrices específicas sobre el uso y aplicación, manual o automatizada, de datos descriptivos de distinto carácter para la gestión de documentos electrónicos.

Sin embargo, dependiendo de las entidades a las que se apliquen los metadatos, es posible encontrar dos modelos de gestión: modelos *mono-entidad* y modelos *multi-entidad*. En los modelos *mono-entidad*, los metadatos se aplican, exclusivamente, a los documentos electrónicos. En los modelos *multi-entidad*, los metadatos no solo se aplican a los documentos electrónicos, sino también a otras entidades vinculadas con su gestión, tales como aplicaciones informáticas, procesos de trabajo, instrumentos de gestión documental o, incluso, organizaciones o personas.

De acuerdo con lo indicado en el párrafo anterior, existen esquemas de metadatos de carácter *mono-entidad*, es decir, esquemas que recogen, exclusivamente, elementos de datos sobre los documentos electrónicos; y esquemas de metadatos de carácter *multi-entidad*, es decir, esquemas que presentan elementos de datos que pueden ser aplicados a distintas entidades, y no solo a los documentos electrónicos. Esto no implica que los esquemas de carácter *multi-entidad* se empleen siempre en entornos *multi-entidad*, ya que un esquema de este tipo puede ser usado exclusivamente para registrar datos sobre los documentos electrónicos.

Los esquemas de metadatos, especialmente los de carácter *multi-entidad*, deben estar fundamentados en un modelo conceptual de la realidad que se pretende representar con los metadatos. Según la norma UNE-ISO/TS 23081-2 (2008) un modelo conceptual es un “*modelo de datos que representa una visión abstracta del mundo real*”. Esta definición, aunque breve, destaca por su precisión. Efectivamente, un modelo conceptual es un patrón de referencia, un arquetipo, que, a diferencia de referentes de carácter concreto, tiene un carácter abstracto, es decir, no es un ejemplo específico que imitar, sino un paradigma ideal que seguir, que, sin embargo, constituye un reflejo de una realidad compleja. En el ámbito específico de la gestión de documentos, los modelos conceptuales constituyen referentes para sistemas de gestión de cualquier tipo (de una empresa, de un ayuntamiento, de una universidad o de cualquier organización). El estudio de los modelos conceptuales en el ámbito de la archivística ha sido abordado por diversos autores desde distintos puntos de vista (Díaz, Llanes & Mena, 2021; Baek, 2014 o Schmerbauch, 2017).

De los tres elementos clásicos que integran un modelo conceptual, las *entidades*, los *atributos* y las *relaciones*, destacan los primeros, las entidades, por ser los objetos tangibles o intangibles sobre los que se centra la gestión documental; de hecho, la segunda edición de la norma citada señala que “*desde la*

perspectiva de la gestión de documentos, la comprensión del entorno de las actividades se basa en las entidades” (UNE-ISO 23081-2: 2021). En la primera edición de la misma norma, se indica que una entidad es “*cualquier cosa abstracta o concreta que existe, ha existido o puede existir, incluyendo asociaciones entre cosas*” (UNE-ISO/TS 23081-2: 2008). Las entidades, por tanto, son atemporales y su naturaleza puede ser concreta o abstracta (algo tan abstracto como las relaciones existentes entre las cosas puede ser una entidad).

2. Objetivos

Teniendo en cuenta lo señalado en el apartado anterior, este trabajo se plantea con el objetivo principal de hacer un estudio comparativo de los modelos conceptuales de los principales esquemas de metadatos de carácter *multi-entidad* diseñados para la gestión de documentos electrónicos que existen en la actualidad. Para ello se proponen los siguientes objetivos específicos:

- Objetivo específico 1. Identificar los distintos tipos de entidades definidos en los esquemas de metadatos de gestión de documentos electrónicos seleccionados, con la finalidad de determinar si existen determinados patrones de definición de tipos de entidades.
- Objetivo específico 2. Identificar las categorías específicas (subentidades o subtipos de entidad) que se encuentran en los esquemas de metadatos seleccionados, estableciendo una comparación entre las mismas para valorar la forma en que se clasifican las distintas subentidades en los diferentes modelos y apreciar la existencia, o no, de modelos de clasificación de entidades y subentidades.
- Objetivo específico 3. Analizar los problemas terminológicos y conceptuales existentes en los diferentes tipos de entidades y subentidades identificados, valorando las analogías y diferencias que hay entre ellas. La consecución de este objetivo se encuentra limitada por el hecho de que se emplearán esquemas de metadatos de distintas lenguas y culturas archivísticas, lo cual dificulta el análisis comparativo.
- Objetivo específico 4. Proponer los elementos básicos para poder desarrollar una tabla de equivalencias de tipos de entidades y de subentidades, que sea común a los esquemas de metadatos analizados.

En definitiva, el objetivo último perseguido con este trabajo es la realización de una comparación de las entidades y subentidades definidas en los principales esquemas de metadatos de gestión de documentos electrónicos, con el fin de identificar los puntos comunes y divergentes que hay en ellos. El análisis resultará relevante para el establecimiento de equivalencias entre esquemas de metadatos y para profundizar en el estudio comparado de otros elementos y aspectos de los esquemas.

3. Metodología

Para la consecución de los objetivos fijados se ha seguido una metodología de carácter comparativo que permite sistematizar el trabajo de análisis de los tipos y categorías de entidades objeto de estudio. Tal como señala Nohlen, el método comparativo es el *“procedimiento de comparación sistemática de objetos de estudio que, por lo general, es aplicado para llegar a generalizaciones empíricas y a la comprobación de hipótesis”* (Nohlen, 2020: 41). Se trata de una metodología apropiada para la realización del trabajo que presentamos, teniendo en cuenta el objeto de estudio: los modelos conceptuales de esquemas de metadatos de gestión de documentos, los cuales presentan información concreta y altamente estructurada que posibilita el establecimiento de relaciones de analogía y diferencia entre distintas entidades y subentidades.

El uso del método comparativo en el ámbito de las ciencias sociales ha sido abordado de forma teórica por distintos autores. Sartori ha profundizado en las características de los objetos comparables y los problemas que entraña la forma de llevar a cabo la comparación (Sartori, 1999). Por su parte Gómez Díaz de León y León de la Garza (2014) señalan que el método comparativo se desarrolla en tres grandes etapas. La primera etapa consiste en la definición de una estructura teórica para la elaboración de hipótesis con el fin de *“definir las propiedades y características de los casos a comparar”* (Gómez & León: 2014, 229) o, en palabras de Sartori, la determinación de la connotación y la denotación de los términos (Sartori: 1984, 293, cit. por: Gómez & León, 2014: 229). La segunda etapa se orienta a la definición de los criterios de selección de los casos que serán objeto de estudio (Gómez & León, 2014, 229). Según los mismos autores, la tercera etapa debe centrarse en el análisis de los casos *“a partir de la comparación de las variables”* para determinar las concordancias existentes (Gómez & León, 2014: 229). Es destacable, asimismo, el estudio de Nohlen (2020), quien destaca las funciones del método comparativo (heurística, empírico-generalizadora, generadora de hipótesis, empírica-cuantificadora y comprobadora de hipótesis) (Nohlen, 2020: 45); y, sobre todo, profundiza en los criterios de selección del objeto de estudio, destacando cuatro grandes criterios: *a)* el ámbito del objeto (centrado, principalmente, en la amplitud o el número de casos), *b)* el contexto, *c)* el tiempo (comparación diacrónica, sincrónica y diferida en el tiempo), y *d)* el espacio (estatal, intraestatal, supraestatal y mundial) (Nohlen, 2013: 46-49).

Teniendo en cuenta los referentes teóricos señalados, el trabajo se ha desarrollado en cuatro fases.

La primera fase se dedicó a la búsqueda y localización de las principales normas y esquemas de metadatos relacionados con la gestión de documentos electrónicos. La búsqueda se ha realizado a través de buscadores de Internet, bases de datos especializadas y referencias de los propios esquemas de metadatos seleccionados, los cuales, habitualmente, incluyen una relación de las fuentes empleadas para el desarrollo del esquema entre las que se encuentran otros esquemas y normas de referencia. Tras el proceso de búsqueda fueron identificados 29 esquemas y normas de metadatos de diferentes ámbitos y entornos geográficos.

La segunda fase se centró en la selección de la muestra de esquemas de metadatos para llevar a cabo la comparación. Los 29 esquemas y normas identificados presentan un elevado grado de heterogeneidad, por ese motivo, de acuerdo con las pautas definidas por Nohlen (2020) sobre ámbito, contexto, tiempo y espacio, se definieron los siguientes criterios de selección:

- Deben ser normas o esquemas desarrollados **en el ámbito de la archivística y la gestión de documentos**. Por ese motivo se han descartado esquemas como *Dublin Core*, que pese a contar con un modelo conceptual propio (DCM) y disponer de datos aplicables a los documentos electrónicos, es de carácter genérico.
- Deben ser normas o esquemas **de carácter técnico** para la gestión de documentos electrónicos de archivo. De este modo, no se han seleccionado normas como *Information and Records Management Standard* de Nueva Zelanda, porque es una norma de principios de gestión, pero no contiene elementos técnicos.
- Deben ser normas o esquemas que cuenten con un **modelo conceptual claramente definido**. En algunos esquemas es posible intuir, a partir de la propia relación de metadatos, las entidades a las que se pueden aplicar los mismos, sin embargo, no figura, de forma expresa, el modelo conceptual; por esta razón, ante la imposibilidad de identificar con certeza las entidades del modelo, se ha optado por no tenerlos en cuenta. Es el caso, por ejemplo, de *Records Management Metadata Standard*, de Toronto, el cual, pese a contar con un conjunto de elementos bien definidos y clasificados, no permite apreciar el modelo conceptual en que se basa.
- Deben ser normas o esquemas que dispongan de un **modelo propio**. En algunas Comunidades Autónomas españolas se han desarrollado esquemas de metadatos basados en el *Esquema de Metadatos para la Gestión del Documento Electrónico (e-EMGDE)*, desarrollado por el Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas. En este caso, se ha seleccionado *e-EMGDE*, pero no esquemas o perfiles de aplicación derivados.
- Deben ser normas o esquemas de metadatos que dispongan de un **modelo conceptual multi-entidad**. No han sido seleccionados normas como *e-Government Metadata Standard* (e-GMS), desarrollada en el Reino Unido, por tratarse de una norma de carácter *mono-entidad*.
- Deben ser normas o esquemas de metadatos desarrolladas en el mismo contexto, es decir, que se usen específicamente con **finés de gestión de documentos electrónicos**. Por este motivo, se han descartado fuentes normativas como *PREMIS*, que, pese a contar con un modelo conceptual muy claro, está orientada a la preservación digital; o modelos conceptuales como *Records in Context* (RiC) o *NEDA-MC: modelo conceptual de descripción archivística*, por estar orientados a la descripción archivística general.
- Deben ser normas o esquemas desarrollados **a partir de 2006**. Se optó por establecer ese límite temporal por tratarse del año en que apareció la norma ISO 23081 sobre metadatos para la gestión de documentos. Salvo alguna

excepción, la mayoría de las normas y esquemas identificados han sido publicados a partir de esa fecha, por tanto, no se trataba de un criterio discriminante. En cualquier caso, de acuerdo con los criterios de Nohlen (2020) se ha intentado hacer una comparación sincrónica. Todos los esquemas finalmente seleccionados datan del período 2012-2023.

- Deben ser norma o esquemas de carácter internacional, por ese motivo no se estableció ninguna por su ámbito espacial y fueron seleccionados casos de estatal, supraestatal e intraestatal.

Tras el proceso de selección fueron elegidos 6 esquemas de metadatos (v. tabla 1)

Tabla 1. Normas y esquemas de metadatos seleccionados

Nombre	Nombre abreviado	Institución responsable	Fecha	Lugar	Ámbito
<i>Australian Government Recordkeeping Metadata Standard</i>	AGRkMS	National Archives of Australia	2015	Australia	Estatal
<i>Esquema de Metadatos para la Gestión del Documento Electrónico</i>	e-EMGDE	Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas	2016	España	Estatal
<i>Información y Documentación. Procesos de gestión de documentos. Metadatos para la gestión de documentos. Parte 2. Elementos conceptuales y de implementación.</i>	UNE-ISO-23081	AENOR. Comité técnico CTN 50.	2021	ISO	Supraestatal
<i>Minimum recordkeeping metadata requirements</i>	MRMR	State Records of South Australia	2023	Australia del Sur	Intraestatal
<i>Queensland Recordkeeping Metadata Standard and Guideline</i>	QRMSG	Queensland State Archives	2012	Queensland	Intraestatal
<i>RecordKeeping Metadata Standard for the Government of the Hong Kong Special Administrative Region</i>	RKMS	Government Records Service	2016	Hong Kong	Intraestatal

Fuente: Elaboración propia (2023)

La tercera fase se dedicó al registro de los datos en una hoja de cálculo con el fin de establecer relaciones comparativas entre los modelos conceptuales de las normas y esquemas seleccionados a dos niveles: 1) entre las diferentes entidades de los modelos; 2) entre las diferentes categorías de cada entidad, o subentidades. Para facilitar la comparación, la información de las entidades y subentidades similares o equiparables se registró en las mismas filas.

A partir de la información recopilada, la cuarta fase se centró en el análisis de las entidades y subentidades para identificar las analogías y diferencias de carácter conceptual y terminológico existentes en los elementos de los modelos, así como las relaciones presentes entre entidades.

4. Resultados

En la actualidad coexisten distintos esquemas de metadatos relacionados con la gestión de documentos electrónicos aparentemente similares, pero que, realmente, presentan diferencias de distinto tipo en sus planteamientos.

Por lo que respecta a la estructura o clasificación de las entidades y subentidades, es posible diferenciar tres casos diferentes:

- 1. Modelos conceptuales que presentan dos niveles de clasificación (entidades y subentidades), tales como AGRkMS, e-EMGDE y UNE-ISO 23081-2.
- 2. Modelos conceptuales que presentan solamente las entidades generales, es decir, las grandes categorías, pero no presentan, de forma detallada, las subentidades, tales como MRM y QRMSG. No obstante, estos modelos, al explicar el alcance de las grandes entidades aluden, de forma más o menos detallada, a las subentidades. Por ejemplo, en MRMR, al explicar el alcance de la entidad *mandates*, se indica: “*laws, policies, regulations and business rules*”, es decir, aunque no se presente de forma sistemática, sí se alude a las subentidades.
- 3. Modelos conceptuales que presentan solamente las entidades específicas, como ocurre en RKMS, donde no se advierte una clasificación de las entidades en categorías y, por el contrario, solamente se ofrece una relación de 16 entidades (la mayoría de las cuales coinciden con las subentidades de los otros modelos (v. tabla 3).

Tabla 2. Entidades

AGRkMS 2015	e-EMGDE 2016	UNE-ISO 23081-2 2021	MRMR 2023	QRMSG 2012
Record	Documento	Documento	Records	Records
Agent	Agente	Agente	Agents	Agents
Business	Actividad	Actividades de gestion	Business	Functions
Mandate	Regulación	Regulaciones	Mandates	
Relationship	Relación	Relaciones	Relationships	
		Actividades de gestión de documentos		

Fuente: Elaboración propia (2023)

En lo relativo a las entidades identificadas en los modelos analizados, como se ha señalado, salvo en RKMS, en los cinco modelos restantes se define un número de entidades principales que oscila entre 3 (QRMSG) y 6 (UNE-ISO 23081-2). Teniendo en cuenta su alcance es posible advertir las siguientes características:

- Existen entidades coincidentes en los cinco modelos, se trata, de acuerdo con la terminología de UNE-ISO 23081-2 de las siguientes: *documento*, *agente*, *actividad de gestión*, *regulaciones y relaciones* (v. tabla 2).
- Existen entidades que se encuentran presentes en cuatro modelos (AGRkMS, e-EMGDE, UNBE-ISO 23081-2 y MRMR). Son, concretamente, las entidades *regulaciones y relaciones* (v. tabla 2).
- Existe una entidad que, aparentemente, se encuentra presente solamente en UNE-ISO 23081-2, la entidad *actividades de gestión de documentos*. Cabe señalar, no obstante, que esta entidad equivale a una subentidad similar presente en AGRkMS y en e-EMGDE: *evento de gestión de documentos*. Asimismo, en el caso de MRMR en la definición de la entidad “*business*” se indica: “*functions, activities or processes generating records, including records management processes*”; de modo que coincide parcialmente con la entidad *actividades de gestión de documentos*, de UNE-ISO 23081-2 y con la entidad *relación* de AGRkMS y de e-EMGDE (v. tabla 2).

Las mayores diferencias entre esquemas se aprecian en las subentidades. Con carácter general se advierte que existen tres modelos con un mayor índice de coincidencia: AGRkMS, e-EMGDE y UNE-ISO 23081-2 (v. tabla 3). Aun así, incluso en estos tres esquemas es posible encontrar importantes disparidades. Dado que el grado de diferencia varía notablemente entre unas entidades y otras, abordaremos su análisis por entidades.

Las subentidades de la entidad **documento** coinciden completamente en los tres modelos citados (AGRkMS, e-EMGDE y UNE-ISO 23081-2), todos ellos con 6 subentidades que se encuentran, en orden jerárquico decreciente, entre el nivel superior de *archivo*, o *grupo/agrupación de fondos*, y el nivel inferior de *documento simple* o ítem. En el caso de RKMS, sin embargo, la jerarquía es diferente, y las entidades indicadas, se encuentran entre el nivel de serie (*class*) y el nivel de componente (*component*) o, lo que es lo mismo, parte de un documento.

En el caso de la entidad **agente**, se aprecian mayores diferencias entre los tres modelos que presentan mayor grado de semejanza (AGRkMS, e-EMGDE y UNE-ISO 23081-2). Hay cuatro subentidades que aparecen en los tres: *institución*, *órgano*, *persona* (también presente en RKMS) y *dispositivo/mecanismo/instrumento*. Sin embargo, hay una subentidad que no aparece en e-EMGDE: *grupo de trabajo*, la cual, por el contrario, también se encuentra en RKMS.

Por lo que respecta a la entidad **actividad**, la coincidencia es completa en los tres modelos similares (AGRkMS, e-EMGDE y UNE-ISO 23081-2), ya que los tres presentan cuatro subentidades de gestión en un orden jerárquico decreciente: *función marco*, *función*, *actividad/proceso* y *operación/transacción/acción*. Como se puede apreciar, en este caso los mayores problemas en algunas subentidades son de carácter terminológico, si bien los conceptos están claros, pese al carácter abstracto de la entidad. En el caso de RKMS no aparece ninguna de las subentidades citadas.

Tabla 3. Subentidades

AGRkMS 2015	e-EMGDE 2016	UNE-ISO 23081-2 2021	RKMS 2016
RECORD	DOCUMENTO	DOCUMENTO	
Archives	Grupo de fondos	Agrupación de fondos	
Archive	Fondo	Fondo	
Series	Serie	Serie	Class
			Subclass
Transaction Sequence	Agregación	Expediente compuesto	Folder
File	Expediente	Expediente simple	
			Sub-folder
			Part
Item	Documento simple	Ítem	Record
			Component
AGENT	AGENTE	AGENTE	
Institution	Institución	Institución	
Organisation	Órgano	Organismo/entidad/órgano	
Work Group		Grupo de trabajo	Group
Person	Persona	Persona /instrumento	User
Mechanism	Dispositivo		
BUSINESS	ACTIVIDAD	ACTIVIDADES DE GESTION	
Ambient Function	Función marco	Función marco	
Function	Función	Función	
Activity	Actividad	Actividad / Proceso	
Transaction	Acción	Operación / Transacción	
MANDATE	REGULACIÓN	REGULACIONES	Mandate
Legislation		Legislación / Regulaciones	
Regulation			
Policy		Políticas	
Business Rule		Reglas de procedimiento / Reglas de gestión	
Stakeholder Requirement			
Community Expectation			
Standard			
Instrument			
Code of Conduct			
System Specification			
RELATIONSHIP	RELACIÓN	RELACIONES	
Provenance Relationship	Relación de procedencia		
Recordkeeping Event	Evento de gestión de documentos	ACTIVIDADES DE GESTIÓN DE DOCUMENTOS	
			Records Classification Scheme
			Disposal Hold
			Retention and disposal Schedule
			Event History
			Event Trigger
			Stub

Fuente: Elaboración propia (2023)

La entidad **regulación** es la que presenta las diferencias más significativas en los distintos modelos. Mientras que en AGRkMS se definen hasta 10 subentidades diferentes (v. tabla 3), en UNE-ISO 23081-2 solamente se definen tres. En e-EMGDE no se definen subentidades específicas, por el contrario, se indica que “*las posibles categorías para este tipo de entidad son definidas por cada organización en función de sus necesidades y normativas específicas*” (e-Esquema, 2015: 11). En RKMS aparece una subentidad denominada *mandate* que, como se puede apreciar, coincide con la entidad definida en el resto de modelos (v. tabla 3).

Como en el caso anterior, en la entidad **relación** se aprecian notables diferencias. En AGRkMS y e-EMGDE se han establecido dos subentidades: a) *relación de procedencia*, y b) *evento de gestión de documentos*, la segunda de las cuales coincide, tal como se ha señalado, con la entidad “*actividades de gestión de documentos*” de UNE-ISO 23081-2. En RKMS no se ha definido ninguna subentidad equivalente, no obstante, en este modelo se han definido 6 subentidades que aluden, realmente, a *actividad de gestión de documentos* o instrumentos de gestión de documentos (*records classification schema, disposal hold, retention and disposal schedule*, etc.).

5. Conclusiones

El análisis de los modelos conceptuales presentes en las normas y esquemas analizados, e incluso en los seleccionados inicialmente, permite apreciar la diversidad de modelos teóricos en que se fundamentan las normas y estándares de metadatos: mientras que existen normas y esquemas en los que no se define, a priori, ninguna entidad y que se caracterizan por su simplicidad, existen otros con un elevado número de entidades y subentidades, organizadas en estructuras de clasificación más o menos complejos.

Teniendo en cuenta la estructura del modelo conceptual, es posible diferenciar tres grandes patrones: modelos que presentan una estructura clasificatoria en dos niveles (entidades y subentidades), modelos que presentan solamente las entidades principales y modelos que presentan solamente las subentidades. En cualquier caso, todos ellos permiten llegar a tratar entidades específicas.

De todo el conjunto de entidades identificadas, hay dos que se encuentran, de uno u otro modo, en todos los modelos analizados, se trata de la entidad *documento* y de la entidad *agente*. El resto de entidades (*actividad de gestión, regulaciones, relaciones y actividades de gestión de documentos*) se encuentran, con mayor o menor presencia, en el resto de modelos, aunque no en todos ellos. Se aprecia, por tanto, el predominio de entidades concretas (*documentos y agentes*) frente a otras de carácter abstracto (como *actividades o relaciones*, entre otras).

Las mayores diferencias entre modelos se encuentran en las subentidades, tanto desde el punto de vista de su definición (existen modelos con numerosas subentidades y otros que no presentan ninguna), como de su alcance (hay subentidades de un modelo que coinciden con entidades de otro).

La diversidad detectada permite apreciar que existe una gran flexibilidad en la definición de las entidades que integran los modelos conceptuales, lo cual no parece interferir en la aplicación de los esquemas de metadatos.

Referencias bibliográficas

- Australian Government Recordkeeping Metadata Standard (AGRkMS)* (2015). National Archives of Australia. Disponible en: <https://www.naa.gov.au/information-management/information-management-standards/australian-government-recordkeeping-metadata-standard>.
- Baek, J.E.. (2014). A Study on Feature Analysis of Archival Metadata Standards in the Records Lifecycle. *Journal of the Korean Society for Library and Information Science*. 48. pp 71-111. 10.4275/KSLIS.2014.48.3.071.
- Díaz de Arce, E.O., Llanes Padrón, D.; Mena Múgica, M.M. (2021). Una mirada a los Modelos Conceptuales de Descripción archivística desde una perspectiva comparativa. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 34 (2), pp. 27-48.
- Esquema de metadatos para la gestión del documento electrónico (e-EMGDE)* (2016). Versión 2.0. Documentación complementaria a la Norma Técnica de Política de gestión de documentos electrónicos. Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas. Secretaría de Estado de Administraciones Públicas. Dirección de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones. Disponible en: <https://administracionelectronica.gob.es/ctt/verPestanaGeneral.htm?idIniciativa=eemgde>
- Gómez Díaz de León, C. & León de la Garza, E.A. (2014). Método comparativo. En: *Métodos y técnicas cualitativas y cuantitativas aplicables a la investigación en ciencias sociales* (pp. 223-251). Tirant Humanidades.
- Minimum recordkeeping metadata requirements* (2023). State Records of South Australia. Disponible en: www.archives.sa.gov.au/_data/assets/pdf_file/0019/829000/20201130-standard-minimum-recordkeeping-metadata-requirements-final-v10.pdf
- Nohlen, D. (2020). El método comparativo. En: *Antologías para el estudio y la enseñanza de la ciencia política. Volumen III: la metodología de la ciencia política*. Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Jurídicas. DOI: <https://tinyurl.com/y2lh7foq>
- Norma Española UNE-ISO 23081* (2008). *Información y Documentación. Procesos de gestión de documentos. Metadatos para la gestión de documentos. Parte 2. Elementos conceptuales y de implementación*. Asociación Española de Normalización.
- Norma Española UNE-ISO 23081* (2021). *Información y Documentación. Procesos de gestión de documentos. Metadatos para la gestión de documentos. Parte 2. Elementos conceptuales y de implementación*. Asociación Española de Normalización.
- Queensland Recordkeeping Metadata Standard and Guideline* (2012). Queensland State Archives. Disponible en: www.forgov.qld.gov.au/_data/assets/pdf_file/0023/183326/qld-recordkeeping-metadata-standard-guideline.pdf
- RecordKeeping Metadata Standard for the Government of the Hong Kong Special Administrative Region* (2016). Government Records Service. Disponible en: [https://www.grs.gov.hk/pdf/RKMS\(v1.1\)\(Eng_only\).pdf](https://www.grs.gov.hk/pdf/RKMS(v1.1)(Eng_only).pdf)
- Sartori, G. (1999). Comparación y método comparativo. En: *La comparación en las ciencias sociales*. Alianza Editorial.

Organización y representación del conocimiento en los archivos de los partidos políticos: mapeo de los fondos documentales del Partido de los Trabajadores en el Estado de São Paulo

Wilson Roberto Veronez Júnior¹; Sônia Maria Troitino-Rodríguez²; Daniel Martínez-Ávila³

Resumen: Este artículo científico analiza el proceso de organización y representación del conocimiento en archivos de partidos políticos centrándose en los fondos documentales del Partido de los Trabajadores en directorios del Estado de São Paulo, en la región sudeste de Brasil. Es una investigación bibliográfica con enfoque cualitativo que hace uso de la etnografía documental para el diagnóstico de las principales manifestaciones documentales producidas por el Partido de los Trabajadores a lo largo de más de 45 años de acumulación natural y producción documental, así como de instrumentos de investigación utilizados para la recuperación y acceso a los documentos. Al analizar la preservación y conservación de los archivos diagnosticados se concluye de manera parcial que algunos de ellos siguen normas archivísticas, principalmente en los directorios de *São Paulo* y *São José dos Campos*. De este modo, se identifica que al mismo tiempo que el archivo tiene el poder de restringir, también tiene el poder de dar acceso a la información y a la memoria, lo que para los partidos políticos tiene un especial significado en el sentido de pertenencia, identidad, rescate histórico, resignificación y renacimiento de ellos mismos. Después del mapeo, el siguiente paso de la investigación será la discusión de la propuesta de elaboración de una guía de fuentes para investigadores y sujetos que trabajan con archivos de partidos políticos como fuentes de investigaciones e información, el cual se espera que contribuya significativamente para las relaciones de la Organización y Representación del Conocimiento con la Archivística.

Palabras clave: Organización y representación del conocimiento en archivos; Archivos de Partidos Políticos; Preservación de la Memoria; Guía de Fuentes en Archivos; Partido de los Trabajadores.

Resumo: Este artigo científico analisa o processo de organização e representação do conhecimento em arquivos de partidos políticos, tendo como foco os acervos documentais do Partido dos Trabalhadores em diretórios do Estado de São Paulo, na região sudeste do Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa que faz uso da etnografia documental para o diagnóstico das principais manifestações documentais produzidas pelo Partido dos Trabalhadores ao longo de mais de 45 anos de acumulação natural e produção documental, bem como dos instrumentos de pesquisa utilizados para a recuperação e acesso aos documentos. Ao analisar a preservação e conservação dos arquivos diagnosticados, conclui-se parcialmente que alguns deles seguem as normas arquivísticas, principalmente nos diretórios de São Paulo e São José dos Campos. Dessa forma, identifica-se que ao mesmo tempo em que o arquivo tem o poder de restringir, ele também tem o poder de dar acesso à informação e à memória, que para os partidos políticos tem um significado especial no sentido de

¹ Universidade Estadual Paulista/Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (UNESP/PPGCI)
Email: wilson.veronez@unesp.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2939-1917>

² Universidade Estadual Paulista/Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (UNESP/PPGCI)
Email: sonia.troitino@unesp.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7204-3283>

³ Universidad de León (ULE) / Universidade Estadual Paulista/Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (UNESP/PPGCI)
Email: dmarta@unileon.es
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2236-553X>

pertença, identidade, resgate histórico, ressignificação e renascimento de si mesmos. Após o mapeamento, o próximo passo da pesquisa será a discussão da proposta de elaboração de um guia de fontes para pesquisadores e sujeitos que trabalham com arquivos de partidos políticos como fontes de pesquisa e informação, o que se espera contribuir significativamente para as relações da Organização e Representação do Conhecimento com a Ciência Arquivística.

Palavras-chave: Organização e Representação do Conhecimento em Arquivos; Arquivos de Partidos Políticos; Preservação da Memória; Guia de Fontes em Arquivos; Partido dos Trabalhadores.

Sumario: 1. Introdução. 2. Organización y Representación del Conocimiento en Archivos. 3. Mapa de los fondos documentales del Partido de los Trabajadores en el Estado de São Paulo. 4. Conclusión. Referencias bibliográficas.

1. Introdução

En los últimos años, partiendo de los estudios de Esteban Navarro & García Marco (1995), ha surgido una línea de discusión de las relaciones científicas, epistemológicas e interdisciplinarias entre la Archivística y la Organización y Representación del Conocimiento, lo que como resultado ha generado producciones científicas sobre diversos temas relacionados: Diplomática, Descripción, Clasificación, Tipología, Fotografías, Tesauros, Vocabularios Controlados, Archivos de Partidos Políticos y Movimientos Sociales, entre otros. La mayor parte de esta producción científica ha sido discutida en el contexto de la *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), tanto en las actas de los congresos de los capítulos brasileño, ibérico y norteamericano, como en el *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (ENANCIB) de Brasil y, más específicamente, en el Grupo de Trabajo 2 - "*Organização e Representação do Conhecimento*", además de publicaciones en libros y revistas. Estas producciones científicas han incentivado a la Archivística a repensar sus principales procesos de organización y representación del conocimiento.

El Partido de los Trabajadores (PT) es un partido político de centroizquierda que, según Alves (2018), desde su fundación en el 10 de febrero de 1980 se posicionó como partido representativo de los intereses de los trabajadores. Diversas organizaciones de izquierda se han ido sumando a su construcción. Aunque algunas de estas corrientes se disolvieron, como fue el caso del *Partido Comunista Revolucionário* (PCR), otras permanecieron en el partido, como la *Democracia Socialista* (DS) y *O Trabalhismo* (OT). La cuestión del derecho a las diferentes corrientes en el PT es antigua y el debate sobre ellas fue fundamental para la construcción de su estructura de partido. La constitución del PT se basa en la lucha de la clase trabajadora por derechos, así como en el avance del sindicalismo brasileño en los años 70 y el apoyo de clases religiosas, como las Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) y de la Teología de la Liberación.

Barros y Sousa (2019) afirman que a mediados de la década de 1980 ya se realizaban estudios sobre Organización del Conocimiento y Archivística. Según Guimarães y Tognoli (2015) fue con el cambio de paradigma que se produjo en la Archivística en este mismo periodo que estos estudios ganaron intensidad, especialmente en lo que se refiere a las nuevas Tecnologías de la Información y la

Comunicación (TICs) aplicadas a los procesos de organización y representación en los procesos archivísticos. Posteriormente, ya en la década de 1990s, fue a partir de Esteban Navarro y García Marco (1995) cuando empezaron a surgir publicaciones que contribuyeron al establecimiento de la investigación teórica y aplicada en archivos.

En este contexto, Veronez Júnior, Martínez-Ávila y Troitiño-Rodríguez (2022) infieren que los campos de la Organización del Conocimiento y la Archivística están vinculados desde un punto de vista científico, epistemológico e interdisciplinar. Esta vinculación se produce a través de aspectos teóricos e históricos y en la elaboración de procesos y funciones. Esto permite evaluar los procesos de organización y representación del conocimiento en los archivos ya que los instrumentos de gestión son fundamentales para la comprensión de las relaciones documentales, así como para la comprensión del contexto en que los documentos fueron producidos y la elaboración de instrumentos de investigación que faciliten el acceso a la documentación.

El presente trabajo tiene como objetivo determinar la existencia y análisis de los procesos de organización y representación del conocimiento en archivos de partidos políticos, centrándose en los acervos documentales del PT en el Estado de São Paulo. Se trata de una investigación bibliográfica con enfoque cualitativo y que hace uso de la etnografía documental para el diagnóstico de las manifestaciones documentales producidas por el PT, así como de instrumentos de gestión como el cuadro de clasificación de archivo y la tabla de valoración, y de investigación que son utilizados para la recuperación y acceso a la documentación, como guías, catálogos e índices. Se mapean los fondos documentales del PT en el Estado de *São Paulo*, siendo este un partido político que cuenta con una acumulación natural y producción documental de más de 45 años de historia.

En una primera fase, los materiales fueron recuperados y analizados de forma remota utilizando bases de datos, revistas y eventos científicos brasileños e internacionales especializados en Archivos, Archivística, Fondos Documentales, Archivos de Partidos Políticos, Partido de los Trabajadores y Organización y Representación del Conocimiento. Se analizaron eventos científicos como ENANCIB, ISKO y la Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC) además de los trabajos publicados en los Cuadernos de Formación Política del PT. No se definió un periodo específico para la recuperación de materiales. Para complementar la búsqueda, se examinaron publicaciones en el *Diário Oficial da União*, de los Estados, de los Municipios y en documentos recuperados de los Tribunales Regional y Superior de Justicia Electoral.

En la segunda fase práctica de recogida de datos, fueron diagnosticados de manera práctica los acervos del PT de las ciudades de *Marília*, *São Paulo*, *São José dos Campos*, *Tupã*, *Taubaté* y *Lins*. Aunque el PT no adopte una lógica de producción de documentos gubernamentales o corporativos, a partir del mapeo realizado en los acervos, fue posible verificar que el proceso de organización y representación del conocimiento en algunos de sus archivos se realiza con base en directrices y principios archivísticos. Sin embargo, a partir del diagnóstico de los

acervos, se considera también que el método de organización y representación adoptado por las instituciones es frágil desde el punto de vista científico.

En su sentido estructural, se resalta también que es necesario que el campo de Organización y Representación del Conocimiento no se limite a discutir solamente la elaboración de Sistemas de Organización del Conocimiento (SOCs) para archivos en un sentido general, sino que también debe plantearse estrategias específicas para los archivos de partidos políticos. En esta línea, se argumenta que estos SOCs podrían ser elaborados a partir de la dinámica social, ya que en la sociedad se presentan diversas discusiones que impactan directamente en la elaboración de los sistemas y en los términos que serán utilizados para la representación de su conocimiento real. Además de la falta de procesos de organización y representación, se ha observado que existe una dispersión de los archivos de este tipo a lo largo del tiempo y que expresa el desorden de los fondos documentales, así como que esta masa documental se compone en su mayoría de documentos textuales (expedientes, contratos de trabajos, documentos financieros, formulario de afiliación, panfletos y carteles) y fotografías. Muchos de estos objetos han permanecido en posesión de los militantes del Partido o incluso depositados en lugares inadecuados, lo que ha dificultado que estos archivos estén disponibles para su tratamiento, clasificación y acceso.

2. Organización y Representación del Conocimiento en Archivos

De acuerdo con Linden (2022, p. 437), la ampliación del diálogo entre las áreas de Archivística y Organización y Representación del Conocimiento es necesaria y constructiva para los avances en el campo teórico y práctico de esta intersección. Por lo tanto, la relación entre los dos campos se encuentra en continua necesidad de estudios más profundos desde los puntos de vista científico, epistemológico e interdisciplinar.

Según Barros (2019), pese a su trayectoria paralela, la Archivística, ha buscado interlocuciones aunque superficiales o incluso involuntarias con el campo de la Organización y Representación del Conocimiento.

Esteban Navarro y García Marco (1995) indicaban que los investigadores, las sociedades científicas y los eventos y congresos que se sitúan en el marco de la Organización y Representación del Conocimiento suelen ignorar el análisis del sustrato teórico, los recursos metodológicos y los instrumentos de gestión documental aplicados a los archivos. En su estudio se sostiene que la Organización y Representación del Conocimiento se consolida como un campo científico que mantiene un diálogo con los archivos y que se sirve de elementos que aportan aspectos teóricos y metodológicos a los procesos de organización del conocimiento desarrollados en los archivos. De este modo surgió la necesidad de reconocer en la Organización y Representación del Conocimiento el contexto de los archivos, y esta inserción se dio principalmente en el ámbito de la ISKO.

Barros y Sousa (2019) comentan que los procesos de organización y representación del conocimiento en los archivos deben considerarse también parte integrante de la Organización del Conocimiento. Según los autores, los archivos

pueden contener registros oficiales, imágenes, cartas, informes, actas, diplomas, etc. Troitiño-Rodríguez (2018) afirma que la organización y representación del conocimiento en los archivos está estrechamente relacionada con el proceso de contextualización funcional de sus documentos. Sin embargo, lo que rara vez es discutido son los diferentes parámetros que pueden ser adoptados para la organización del conocimiento en archivos. Cuando consideramos los distintos procesos de organización del conocimiento en archivos, nos enfrentamos a más de una forma de contextualizar los documentos.

Barros y Sousa (2019, p. 78) destacan que,

Así, su campo científico puede y está relacionado con los archivos y la archivística, precisamente al pensar en las posibilidades de enfoques relacionados con los sistemas de organización. Ya que los sistemas de gestión, clasificación, acceso y control de archivos son justamente eso: sistemas conceptuales basados en las características de las instituciones productoras de documentos.

Acerca de los SOC's en archivos, nuestro trabajo no tiene por objetivo discutir la elaboración de uno (para ello sugerimos los estudios de Barros, Bastos y Santos, 2022).

Veronez Júnior, Martínez-Ávila y Troitiño-Rodríguez (2022) repasan los enfoques epistemológicos y los procesos relacionados con la Archivística y la Organización del Conocimiento. En este sentido, se afirma que el principal proceso es la clasificación en Archivos. Según Sousa (2022), la clasificación en archivos se ocupa de los procesos de organización y representación de la información orgánica, es decir, aquella producida en el curso de las actividades administrativas y jurídicas del archivo. Aunque en el contexto bibliotecario, tal como indica Moreira (2018), la clasificación es el proceso esencial en la elaboración de SOC's como ontologías, taxonomías, folksonomías, tesauros, vocabularios, en el contexto de los archivos la clasificación es diferente y, aunque en teoría ambas clasificaciones tienen similitudes, en la práctica tienen funciones diferentes.

En cuanto al método científico que une ambos campos, Bunge (1980, p. 34) entiende que

No es ni más ni menos que la manera de hacer buena ciencia, natural o social, pura o aplicada, formal o fáctica. Y esta manera puede adoptarse en campos que antes no eran científicos pero que se caracterizan, como la ciencia, por la búsqueda de normas generales.

Estos aspectos pueden analizarse en los campos de la Archivística y la Organización del Conocimiento, ya que ambos están basados en métodos y principios científicos que los ponen a prueba en lo que respecta a su epistemología y cientificidad. Veronez Júnior, Martínez-Ávila y Troitiño Rodríguez (2022) argumentan que los campos de la Archivística y la Organización del Conocimiento se relacionan en tres aspectos: a) están dotados de leyes científicas y bases teóricas y están sometidos a pruebas científicas; b) se basan en escuelas de pensamiento, prácticas y herramientas organizativas y de representación específicas; c) la interdisciplinariedad vincula los dos campos, principalmente debido a la

aproximación con la Biblioteconomía, la Ciencia de la Información, la Documentación, la Epistemología, la Historia y la Lingüística.

3. Mapa de los fondos documentales del Partido de los Trabajadores en el Estado de São Paulo

A partir del mapeo realizado en los Directorios del PT de *Marília, São Paulo, São José dos Campos, Tupã, Taubaté y Lins* fue posible diagnosticar la situación de los fondos y sus condiciones de preservación.

En cuanto a las condiciones de preservación de los acervos y de la memoria, parafraseando a Alberch I Fugueras (2003), el archivo tiene el poder de restringir pero también tiene el poder de dar acceso a la información y a la memoria, lo que para los partidos políticos tiene un amplio significado en el sentido de pertenencia, identidad, mantenimiento de las luchas, rescate histórico, resignificación y renacimiento de sí mismo. Este proceso de resignificación no existe sólo para la reconstrucción de la historia de los partidos políticos, sino también para los militantes, afiliados, gestores y simpatizantes, los cuales son además fundamentales para la constitución del archivo. ¿Qué sería de una organización partidaria sin estos sujetos políticos? ¿Qué sentido tiene tener una organización sin su participación? Además del proceso de lucha y militancia, existe una producción documental, es decir, esos actos quedan registrados en algún tipo de soporte, hay algún material que refleja estas luchas, y los militantes se encargan de que esto quede evidenciado, de que eso se transmita por algún canal de comunicación y de que ese registro llegue a alguien. De esta forma, la acción y el proceso de comunicación se da a través de las luchas, de la resistencia y en el sentido de que las estrategias y las ideas necesitan de una dinámica social. Consideramos que esta dinámica social es fundamental en el proceso.

Para ilustrar la dispersión de los fondos a lo largo del tiempo, la Tabla 1 muestra los fondos documentales que han sido diagnosticados.

Tabla 1. Archivos del Partido de los Trabajadores en el estado de São Paulo

INSTITUCIÓN	UBICACIÓN	FECHA	REGIÓN	SITUACIÓN
Directorio Municipal del PT	<i>Marília</i>	Febrero de 2022	<i>Centro-oeste Paulista</i>	Sin organizar Los archivos están dispersos No existen instrumentos de gestión ni de investigación
Directorio Nacional del PT	<i>São Paulo</i>	Agosto de 2022	Capital de São Paulo	Organizada según las directrices archivísticas, pero sin cuadro de clasificación ni una tabla de valoración

Directorio Municipal del PT	<i>São José dos Campos</i>	Abril y Mayo de 2023	Valle del Paraíba	Organizada según las directrices archivísticas, pero sin cuadro de clasificación ni una tabla de valoración
Directorio Municipal del PT	<i>Tupã</i>	Junio de 2023	<i>Alta Paulista</i>	Sin organizar Los archivos están dispersos No existen instrumentos de gestión ni de investigación
Directorio Municipal del PT	<i>Taubaté</i>	Junio de 2023	Valle del Paraíba	Sin organizar Los archivos están dispersos No existen instrumentos de gestión ni de investigación
Directorio Municipal del PT	<i>Lins</i>	Julio de 2023	Noroeste Paulista	Sin organizar Los archivos están dispersos No existen instrumentos de gestión ni de investigación

Fuente: elaboración propia (2023)

En el caso de los Directorios de *Marília*, *Tupã*, *Taubaté* y *Lins* existe una situación peculiar: los archivos están dispersos, la mayoría de las veces están en posesión de militantes, dispersados a lo largo del tiempo y sin un lugar específico para su almacenamiento y conservación. En este sentido expresamos una preocupación muy seria relacionada con la organización y representación del conocimiento, ya que, como estos archivos están dispersos, vemos notablemente difícil establecer métodos.

En el caso del Directorio de *São Paulo*, custodiado por la *Fundação Perseu Abramo* (FPA), se trata de la acumulación natural del PT. Sus documentos fueron recogidos desde los años de 1980 de directorios municipales y estatales, entre otras instituciones documentales, en sus más variadas manifestaciones documentales e incluyen una gran cantidad de archivos personales, sobre todo de personas que contribuyeron a la construcción del PT.

Según la Guía de la Colección de la FPA (2009), el Directorio de *São Paulo* cuenta con

110 metros lineales de documentación textual (equivalentes a más de 900 cajas de archivo), - 300 pegatinas, - 1.970 carteles, - 8.040 fotogramas en hojas de contacto fotográfico, - 745 diapositivas, - 21.450 fotografías, - 24.030 negativos, - 1.450 cintas audio-magnéticas, - 1.410 grabaciones audiovisuales en diferentes formatos, - 80 banderas y pancartas, - 1.000 broches, - 200 camisetas, - otros materiales: regalos de campaña, bolsas, discos de vinilo, gorras y llaveros.

Sin embargo, como la Guía está en proceso de actualización, no se indica el número exacto de documentos que están en el Directorio de *São Paulo*.

En el caso del Directorio de *São José dos Campos*, destaca la presencia de documentos que incluyen manifestaciones documentales más variadas, como

1985), ponían en peligro a los militantes, ya que, si eran sorprendidos con documentos considerados subversivos para el orden público, podían ser detenidos, torturados y/o incluso asesinados por agentes del Estado. Por esta razón era muy peligroso para los militantes de los movimientos sociales producir y almacenar documentos, aunque fuera para la preservación de la memoria de los movimientos.

4. Conclusión

Considerando lo aquí expuesto, se resalta la necesidad de que los fondos documentales de los partidos políticos sigan normas archivísticas relacionadas con la organización y representación por el bien de mayor activo, que es la valorización de su registro histórico y su memoria institucional y personal.

Por otro lado, se comprueba que los directorios analizados presentan un método básico de organización y ninguno de los fondos disponía de instrumentos imprescindibles, como cuadro de clasificación o una tabla de valoración. La falta de estas herramientas pone en peligro la búsqueda y el acceso al conocimiento producido por el PT.

Todo partido político tiene la responsabilidad social de presentarse como una manifestación colectiva que se preocupa por su historia y su memoria, y en este sentido se señala que la dispersión de estos fondos no reproduce plenamente la historia de los sujetos políticos que contribuyeron a las luchas y a la formación del Partido.

Como continuación a esta investigación, se realizará un mapeo de los archivos del Partido de los Trabajadores en los directorios de las ciudades de *Bauru*, *Assis*, *Osasco* y *São José do Rio Preto*. Después de mapear los acervos documentales propuestos, con el fin de destacar la organización del conocimiento en los archivos de los partidos políticos, se buscará elaborar una guía de fuentes para investigadores y militantes que utilizan los archivos de los partidos políticos como fuente de investigación e información, lo que se espera que también contribuya significativamente a las relaciones de la Organización y Representación del Conocimiento y la Archivística.

Referencias bibliográficas

- Alberch I Fugueras, R (2003). La dimensión democrática de los archivos. En Culturas de archivo, ed. J. BLASCO. GALLARDO, Salamanca, Universidad de Salamanca.
- Alves, S. (2018). Documentos: As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia. Perseu: História, Memória e Política, (16). <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/286>
- Barros, T. H. B., Bastos, C. M. C., & Santos, A. C. R. D. (2022). Sistemas de organização do conhecimento no contexto da arquivologia: aportes metodológicos para seu desenvolvimento. Acervo: Revista do Arquivo Nacional. 35 (2) p. 1-20. <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/194695>
- Barros, T. H. B., & Sousa, R. T. B. D. (2019). Organização do conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. Informação & informação. 24 (2) 76-92. DOI: [10.5433/1981-8920.2019v24n2p76](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n2p76)

- Bunge, M. (1980). *Epistemologia: curso de atualização*; tradução de Claudio Navarra–São Paulo: T. Universidade de São Paulo.
- Centro Sérgio Buarque de Holanda (2009). *Guia do acervo* / [organizador] Carlos Henrique Metidieri Menegozzo. -- São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo. p. 248. https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/guiadoacervo_CSBH.pdf
- Esteban Navarro, M. A. E., & Garcia Marco, F. J. (1995). Las “primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica”. *Scire: representación y organización del conocimiento*, 149-157. DOI: <https://doi.org/10.54886/scire.v1i1.1038>
- Guimarães, J. A. C., & Tognoli, N. B. (2015). Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. *Knowledge Organization*, 42(8), 562-569. <http://hdl.handle.net/11449/164830>
- Linden, L. L. (2022). *Organização do conhecimento e Arquivologia: diálogos e prospecções. Organização e representação do conhecimento em múltiplas abordagens* [recurso eletrônico]. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. 452 pp 418-441. <http://hdl.handle.net/10183/253856>
- Troitiño-Rodríguez, S. M. (2018). Different parameters for Knowledge Organization in archives. In *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age* (pp. 160-166). Ergon-Verlag. doi.org/10.5771/9783956504211
- Veronez Júnior, W. R; Martínez-Ávila, D., & Troitiño-Rodríguez, S. M (2022). Dimensões científicas e epistemológicas da Organização do Conhecimento Arquivístico: análise com base nas contribuições de Bunge e Japiassu. XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB. <https://cip.brapci.inf.br/benancib/v/201851>
- Veronez Júnior, W. R; Troitiño-Rodríguez, S. M & Martínez-Ávila, D (2023). Organização e representação do conhecimento em arquivos de associações político-partidárias: acervos documentais do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo. In VII Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento (COAIC). Universidade Estadual de Londrina (UEL). <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2023/coaic23/paper/view/837>

Contribuições, desafios e interlocuções da Organização do Conhecimento e da Arquivologia para a definição de pontos de acesso aos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Jacyara Kalina Themistocles da Silva¹; Dalgiza Andrade Oliveira ²; Célia da Consolação Dias³

Resumo: O acesso às informações públicas contribui para uma política de transparência que favorece a garantia dos direitos civis, políticos e sociais. Nessa perspectiva, os documentos podem ser considerados fontes fundamentais que possibilitam o desenvolvimento e a manutenção das sociedades democráticas, além de colaborar para o resgate e a preservação da memória coletiva. Entretanto, mesmo diante da relevância histórica e social dos documentos, existe a dificuldade de recuperação documental em diversos fundos arquivísticos. Destarte, busca-se investigar os instrumentos e metodologias da Organização do Conhecimento e da Arquivologia que podem contribuir para o tratamento e acesso aos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental, exploratória e aplicada, utilizando uma abordagem qualitativa. Os procedimentos específicos incluíram a revisão da literatura, solicitação de informações à referida universidade, ao Arquivo Geral e ao Laboratório de Imagens da instituição mencionada. Após isso, buscou-se por contribuições da Organização do Conhecimento nos estudos apresentados no Grupo de Trabalho 2 - Organização e Representação do Conhecimento, do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, realizado no Brasil. Já na perspectiva da Arquivologia, foram encontradas na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, as diretrizes necessárias para a definição dos elementos descritivos. Por fim, as contribuições da Organização do Conhecimento no âmbito documental, indicam a importância do contexto documental, da indexação, da utilização de um instrumento de controle terminológico, a necessidade de uma política de indexação e apresenta uma proposta para a definição dos pontos de acesso.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Arquivologia; Norma Brasileira de Descrição Arquivística; Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Abstract: Access to public information contributes to a policy of transparency that favors the guarantee of civil, political and social rights. From this perspective, documents can be considered fundamental sources that enable the development and maintenance of democratic societies, in addition to collaborating for the rescue and preservation of collective memory. However, even in the face of the historical and social relevance of the documents, there is the difficulty of document recovery in various archival funds. Thus, we seek to investigate the instruments and methodologies of the Organization of

¹ Doutoranda em Gestão e Organização do Conhecimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC) / Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

E-mail: jacyara.kalina@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9424-8952>

² Pós-doutoranda em Ciência da Informação, Doutora em Ciência da Informação, Professora da Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

E-mail: dalgizamg@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0814-6325>

³ Doutora em Ciência da Informação, Professora da Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

E-mail: celiadias@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0891-6454>

Knowledge and Archival Science that can contribute to the treatment and access to the documents of the Truth Commission of the Federal University of Rio Grande do Norte. For this, a bibliographical, documental, exploratory and applied research was carried out, using a qualitative approach. Specific procedures included reviewing the literature, requesting information from the aforementioned university, the General Archive and the Image Laboratory of the aforementioned institution. After that, we looked for contributions from the Organization of Knowledge in the studies presented in Working Group 2 - Organization and Representation of Knowledge, of the National Meeting of Research in Information Science, held in Brazil. From the perspective of Archivology, the directives necessary for the definition of descriptive elements were found in the Brazilian Standard for Archival Description. Finally, the contributions of the Organization of Knowledge in the documentary scope, indicate the importance of the documentary context, indexing, the use of a terminological control instrument, the need for an indexing policy and presents a proposed definition of access points.

Keywords: Knowledge Organization; Archival science; Brazilian Standard of Archival Description; Truth Commission of the Federal University of Rio Grande do Norte.

Sumário: 1. Introdução. 2. Contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivística para a definição dos pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN. 3. Metodologia. 4. Resultados. 5. Conclusões. 6. Agradecimentos 7. Referências.

1. Introdução

O acesso à informação é essencial para efetivar a construção e a manutenção das sociedades democráticas. Ao dar acesso às informações públicas é possível contribuir para uma política de transparência que favorece a garantia dos direitos civis, políticos e sociais. Há de se ressaltar que, no Brasil, o acesso à informação é caracterizado como um direito fundamental, previsto na Constituição Cidadã (Brasil, 1988).

Nessa perspectiva, destaca-se que é importante documentar as informações, criando registros que constituem fontes de prova. Os documentos podem apresentar informações relevantes em diversas perspectivas que contribuem para o entendimento dos processos sociais, culturais, econômicos, políticos, tecnológicos, científicos e tantos outros, até chegar ao contexto atual da sociedade. Assim, o acesso aos documentos públicos poderá contribuir para o resgate e a preservação da memória coletiva.

Para Bellotto (2010), os documentos são considerados produtos sociais e também desempenham funções na sociedade. Além disso, a autora discorre que existe uma relação entre o gênero, a função, a informação e a perspectiva de testemunho contida nos documentos, que são compatíveis à sua razão de ser e ao seu destino final.

Nesse sentido, ressalta-se a importância histórica e social dos fundos arquivísticos das Comissões da Verdade, na medida em que eles podem ser considerados fontes de prova que contribuem para demonstrar os impactos da ditadura⁴ (Almeida & Maia, 2015).

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi responsável por contribuir para o resgate histórico e a preservação da memória nacional, iniciando

⁴ No Brasil, entre os anos 1964 até 1985, o país vivenciou uma ditadura militar. Nesse período ocorreram inúmeras violações de direitos humanos, tais como perseguições, censura, torturas, prisões e mortes de opositores ao regime militar (Almeida & Maia, 2015).

investigações e apurando as violações de direitos humanos que ocorreram durante a ditadura militar (Brasil, 2011).

Além disso, a CNV impulsionou a criação de outras Comissões da Verdade, entre elas a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CV-UFRN). A CV-UFRN foi criada com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos que ocorreram na UFRN durante o regime militar, e teve como objetivo efetivar o direito à memória no âmbito dessa universidade (Almeida & Maia, 2015).

Para cumprir esse objetivo, a comissão universitária investigou os impactos do regime militar na UFRN, mapeou os documentos do período repressivo existentes nos arquivos da UFRN e de outras instituições, contribuiu para a recuperação da memória dos movimentos de resistência ao Regime Militar na UFRN, e desenvolveu propostas de reparação para as vítimas da repressão dentro da universidade. Por fim, o trabalho realizado pela CV-UFRN resultou no desenvolvimento de um fundo documental de relevância histórica e social (Almeida & Maia, 2015).

O acesso aos documentos dessa comissão universitária possibilita a comprovação das violações ocorridas durante o regime militar, no âmbito da UFRN. E, por isso, pode colaborar para a construção da memória coletiva. Além de contribuir para condições de justiça e reparação às vítimas da ditadura, no que se refere à honra, imagem e sofrimentos vivenciados.

No entanto, apesar da importância desses documentos, ainda existem desafios relacionados ao tratamento, recuperação e acesso ao fundo arquivístico da CV-UFRN na plataforma digital⁵ em que os documentos estão disponíveis atualmente. Nessa perspectiva, busca-se identificar as contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivologia para a recuperação e acesso aos documentos da CV-UFRN.

Nessa direção, três hipóteses foram formuladas: (1) a Organização do Conhecimento oferece recursos que podem contribuir para a recuperação dos documentos da CV-UFRN; (2) a representação do documento pode ser baseada em seu contexto e conteúdo, conforme preconizado pelos estudos em Arquivologia; e (3) a descrição arquivística multinível, que parte do geral para o particular e da informação relevante para o nível de descrição, pode facilitar o acesso aos documentos da CV-UFRN.

Destarte, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, documental, exploratória e aplicada, com uma abordagem qualitativa. Os procedimentos específicos incluíram a revisão de literatura, a solicitação de informações à UFRN, ao Arquivo Geral e ao Laboratório de Imagens (LABIM). Os requerimentos de informações objetivaram conhecer o perfil dos usuários, as demandas por documentos, o instrumento de controle terminológico utilizado e a política de indexação da CV-UFRN.

Além disso, também foram realizadas buscas por contribuições da Organização do Conhecimento para a Arquivologia, nos *Anais do Encontro*⁶ Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

⁵ Disponível em: <http://bczm.ufrn.br/comissaodaverdade/>

⁶ Principal evento de Pesquisa de Pós-graduação da área de Ciência da Informação do Brasil.

E em relação às contribuições da Arquivística, destaca-se que a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) foi utilizada como base teórica para a proposta de definição de pontos de acesso, já que a norma apresenta todas as diretrizes necessárias para a descrição documental.

2. Contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivística para a definição dos pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN

A Organização do Conhecimento (OC) pode ser caracterizada como uma área de estudo que possibilita a criação de modelos conceituais, que representam as unidades de conhecimento. E que, por isso, está relacionada à criação dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) (Lima, 2015).

Assim, os modelos de organização do conhecimento podem trazer contribuições para a definição de padrões de organização em diversas perspectivas, inclusive, no âmbito documental. Esses modelos trazem interlocuções entre o contexto do domínio analisado, a natureza dos conceitos e suas relações. Desencadeando em modelizações de domínios do conhecimento que podem auxiliar na elaboração de linguagens documentárias e contribuir para a recuperação das informações (Campos, 2004).

De acordo com Aguiar e Kobashi (2013), a Organização do Conhecimento pode contribuir para a Arquivística por meio dos estudos relativos à Teoria do Conceito, Teoria da Classificação e Análise Documentária. Os autores acrescentam que no domínio da Arquivologia, existem características que devem ser consideradas no tratamento dos documentos, pois a organização e representação do conhecimento registrado nos documentos requer a análise de características orgânicas e funcionais da informação arquivística. Por isso, aspectos relacionados à proveniência e a organicidade dos documentos são relevantes, já que vinculam relações de contexto, produção, funções e atividades relacionadas à produção documental.

Segundo Barros e Sousa (2019), as metodologias da Organização e Representação do Conhecimento (ORC) contribuem para dar acesso às informações, pois possibilitam a construção de modelos, estruturas e sistemas de organização do conhecimento. Os autores indicam que existem interlocuções entre a OC e a Arquivística, destacando a elaboração de requisitos para as normas de descrição documental, as taxonomias, ontologias e a utilização de vocabulário controlado. Nesse sentido, entende-se que as contribuições da OC estão ligadas, principalmente, à atividade de descrição documental.

Conforme o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, a atividade de descrição refere-se a um “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.” (Arquivo, 2005, p. 67).

Nesse sentido, destaca-se a criação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), que estabelece o processo de padronização internacional da descrição arquivística. A ISAD(G) foi publicada em 1994, sendo esse o primeiro trabalho consolidado do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Essa norma abrange a padronização dos elementos descritivos dos documentos em qualquer

suporte, respaldada em procedimentos metodológicos e na definição padronizada das informações, tradicionalmente, recuperadas (Brasil, 2006).

Além disso, em 1996, foi criada a Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (ISAAR (CPF)), complementar à ISAD (G). A ISAAR (CPF) é relevante devido às diretrizes que apresenta para a regulação da descrição do produtor dos documentos, tendo em vista que essa informação é considerada fundamental para a compreensão do contexto dos documentos descritos (Brasil, 2006).

No entanto, na perspectiva de Sousa *et al.* (2006, p. 49) sobre a ISAD (G), “[...] a norma é eficiente, porém, é necessário que a comunidade arquivística como um todo continue verificando e apontando as possíveis falhas e lacunas que possam surgir no decorrer de sua aplicação”.

Nessa perspectiva, foi criada a NOBRADE, que tem como objetivo estabelecer diretrizes para a descrição arquivística no âmbito brasileiro, apresentando todos os 28 elementos descritivos, indicando os sete elementos obrigatórios e definindo as oito áreas de descrição, conforme apresentado no Quadro 1 (Brasil, 2006).

Quadro 1. Definição dos pontos de acesso para os documentos da CV-UFRN

Áreas da NOBRADE	Elementos descritivos	Pontos de acesso escolhidos	Notas explicativas sobre a escolha dos pontos de acesso
Área 1 - Área de identificação	1.1 Código de referência 1.2 Título 1.3 Data(s) 1.4 Nível de descrição 1.5 Dimensão e suporte	Código de referência - (obrigatório) . Título – (obrigatório) . Data da produção do documento – (obrigatório) . Data assunto. Nível de descrição - (obrigatório) . Dimensão e suporte - (obrigatório) .	A NOBRADE estabelece o elemento descritivo “data(s)”, indicando que existem várias datas que podem ser inseridas. Optou-se aqui, pelas datas de produção e a data-assunto. Data-assunto é um “elemento de identificação cronológica do assunto de um documento, independentemente da sua data de produção” (Brasil, 2006, p. 14).
Área 2 - Área de contextualização	2.1 Nome(s) do(s) produtor(es) 2.2 História administrativa/Biografia 2.3 História arquivística 2.4 Procedência	Nome(s) do(s) produtor(es) - (obrigatório) . Procedência.	“Registre a forma de aquisição, data e nome da entidade da qual procede a unidade de descrição, informação que deve constar preferencialmente no nível de descrição de maior abrangência em relação às demais de mesma procedência” (Brasil, 2006, p. 38).

Área 3 - Área de conteúdo e estrutura	3.1 Âmbito e conteúdo 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo	Não se aplica.	Não se aplica.
Área 4 - Área de condições de acesso e uso	4.1 Condições de acesso 4.2 Condições de reprodução 4.3 Idioma 4.4 Características físicas e requisitos técnicos 4.5 Instrumentos de pesquisa	Condições de acesso - (obrigatório somente para descrições em níveis 0 e 1) .	“Informe se existem ou não restrições de acesso à unidade de descrição. Em caso afirmativo, indique o tipo de restrição, a norma legal ou administrativa em que se baseia e, se for o caso, o período de duração da restrição” (Brasil, 2006, p. 44).
Área 5 - Área de fontes relacionadas	5.1 Existência e localização dos originais 5.2 Existência e localização de cópias 5.3 Unidades de descrição relacionadas 5.4 Nota sobre publicação	Existência e localização dos originais.	“Este elemento de descrição é útil para relacionar unidades de descrição custodiadas pela mesma ou por diferentes entidades e que podem ser associadas, por exemplo, por proveniência, área de atuação ou assunto” (Brasil, 2006, p. 51).
Área 6 - Área de notas	6.1 Notas sobre conservação 6.2 Notas gerais	Não se aplica.	Não se aplica.
Área 7 - Área de controle da descrição	7.1 Nota do arquivista 7.2 Regras ou convenções 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	Não se aplica.	Não se aplica.
Área 8 - Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Nomes de entidades. Área geográfica. Assuntos tópicos.	“A indexação dos assuntos deve contemplar nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos. Os assuntos tópicos devem ser indexados de acordo com as necessidades, possibilidades e objetivos da entidade custodiadora [...]” (Brasil, 2006, p. 59).

Fonte: Elaborado com base na NOBRADE (BRASIL, 2006).

Destaca-se que a NOBRADE tem como pressupostos básicos o respeito ao fundo e a descrição multinível. Além disso, a norma adota os princípios expressos na ISAD (G), que são: descrição do geral para o particular; informação relevante para o nível de descrição; relação entre descrições; e a não repetição da informação. Esses

princípios contribuem para dar acesso aos documentos por meio de uma descrição arquivística padronizada, que considera o nível de descrição e suas relações, as informações relevantes e as descrições hierárquicas e concisas (Brasil, 2006).

Após essa breve indicação das contribuições da OC e da Arquivologia, a seguir, apresenta-se a metodologia utilizada neste estudo.

3. Metodologia

Este estudo desenvolveu-se, inicialmente, com base na pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de uma abordagem qualitativa e adotando procedimentos empíricos. Destaca-se que o levantamento bibliográfico e documental buscou apresentar subsídios teóricos para os estudos sobre Organização do Conhecimento, Arquivologia e os documentos da CV-UFRN, no período de 2012 até 2022. Além disso, ocorreu a consulta às leis e normas consideradas relevantes para o contexto deste estudo, como a Constituição Federal de 1988 e a NOBRADE.

Posteriormente, realizou-se a busca por contribuições da Organização do Conhecimento no âmbito arquivístico, para isso foi necessário analisar as pesquisas apresentadas no GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento do ENANCIB. Ademais, também foram analisadas as contribuições da Arquivologia para o processo de definição de elementos descritivos, conforme preconiza a NOBRADE.

Em seguida, foram realizadas solicitações de informações à UFRN, ao Arquivo Geral e ao LABIM, buscando identificar o perfil dos usuários, as demandas e a política de indexação para a descrição do fundo arquivístico da CV-UFRN. Assim, foram enviados requerimentos de informações pelos *e-mails* institucionais do Arquivo Geral e do LABIM, e a solicitação à UFRN foi encaminhada pelo Portal Fala.Br.

As solicitações de informações consistiram nas seguintes perguntas: 1) Qual é o perfil dos usuários que buscam informações e/ou acesso aos documentos da CV-UFRN? 2) Quais são os documentos da CV-UFRN que têm mais demandas de pesquisas e consultas pelos usuários? 3) Para realizar a organização dos documentos no ambiente digital, a CV-UFRN utilizou algum vocabulário controlado a fim de indexar os termos de modo mais eficiente? Se sim, qual/quais foram eles? 4) A CV-UFRN possui diretrizes para a indexação dos documentos? Se sim, qual/quais são elas?

Por fim, indica-se que a abordagem empírica e exploratória pode ser observada no decorrer da análise dos documentos da CV-UFRN que estão na base de dados digitais do LABIM. Desse modo, buscou-se identificar os elementos descritivos nos documentos e estabelecer uma proposta de pontos de acesso de acordo com as diretrizes da NOBRADE.

4. Resultados

Para cumprir o objetivo de identificar contribuições da OC para a Arquivologia foram realizadas buscas nos *Anais* do ENANCIB, especificamente, no Grupo de

Trabalho 2 (GT2) - Organização e Representação do Conhecimento, devido à sua ementa, que abrange os estudos das teorias e metodologias nos processos de organização e representação do conhecimento.

Nessa perspectiva, os estudos identificados no GT 2 do ENANCIB, indicaram a importância da análise de domínio, análise documentária, avaliação de documentos, descrição, indexação, linguística documentária, Teoria da classificação, Teoria do conceito e Tipologia documental.

Já em relação às contribuições da Arquivística, destacam-se as diretrizes apresentadas na NOBRADE, tendo em vista que a norma estabelece todos os elementos de descrição documental, apresenta os níveis de descrição e dispõe sobre recomendações de uso de instrumentos como: vocabulários controlados e políticas de indexação (Brasil, 2006).

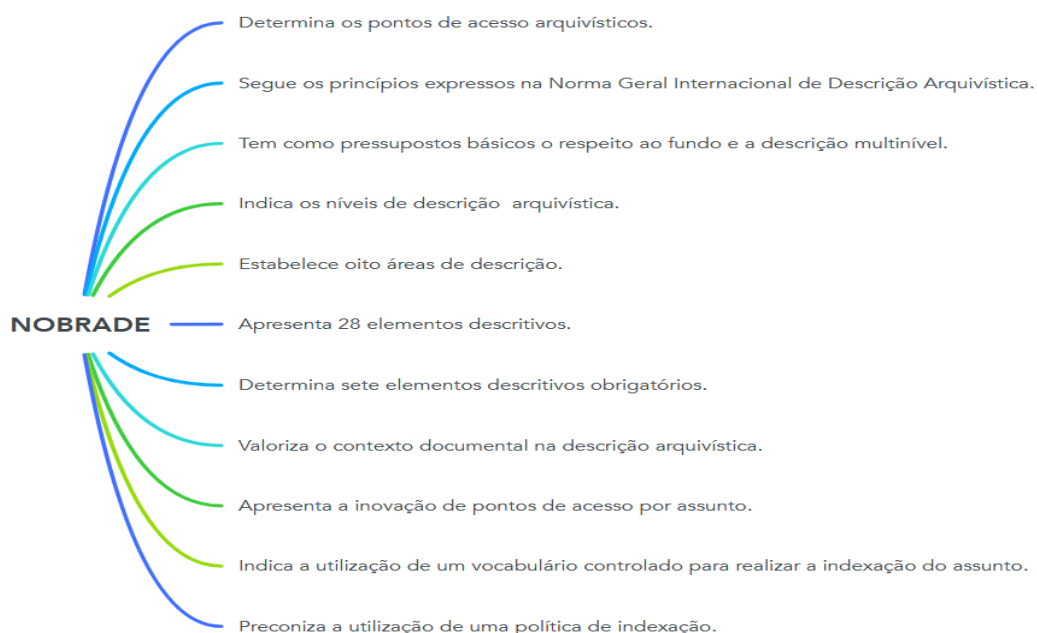


Figura 1. Contribuições da NOBRADE. Fonte: Adaptado da NOBRADE (Brasil, 2006).

Em relação à utilização de um vocabulário controlado, inicialmente, pretendia-se utilizar o Tesauro⁷ da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), devido à sua abrangência temática. No entanto, foram identificados problemas de relacionamentos nesse instrumento de controle terminológico durante a tentativa de realizar a tradução dos termos. Além disso, estudos realizados por Frota *et al.* (2017), confirmam essa inconsistência nos relacionamentos.

Os autores indicaram “[...]formação inadequada de termos gerais e específicos para representar as dimensões dos Direitos Humanos[...] falta de coerência entre

⁷ Disponível em: <https://biblioteca.corteidh.or.cr/tesauro>

conceitos, bem como o emprego de termos que estão em desuso na área” (Frota *et al.*, p. 225).

Diante disso, optou-se pela utilização do Tesauro do Senado⁸ brasileiro, tendo em vista que, historicamente, essa instituição tem atuado na organização da informação no Brasil. Entretanto, ao realizar a tradução dos termos, ocorreu a dificuldade para selecionar o termo mais adequado, tendo em vista que esse instrumento não dispõe de termos específicos. Todavia, como o instrumento apresenta termos autorizados, a dificuldade foi superada.

A seguir, apresenta-se a Figura 2, que ilustra as contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivologia para a definição dos pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN.

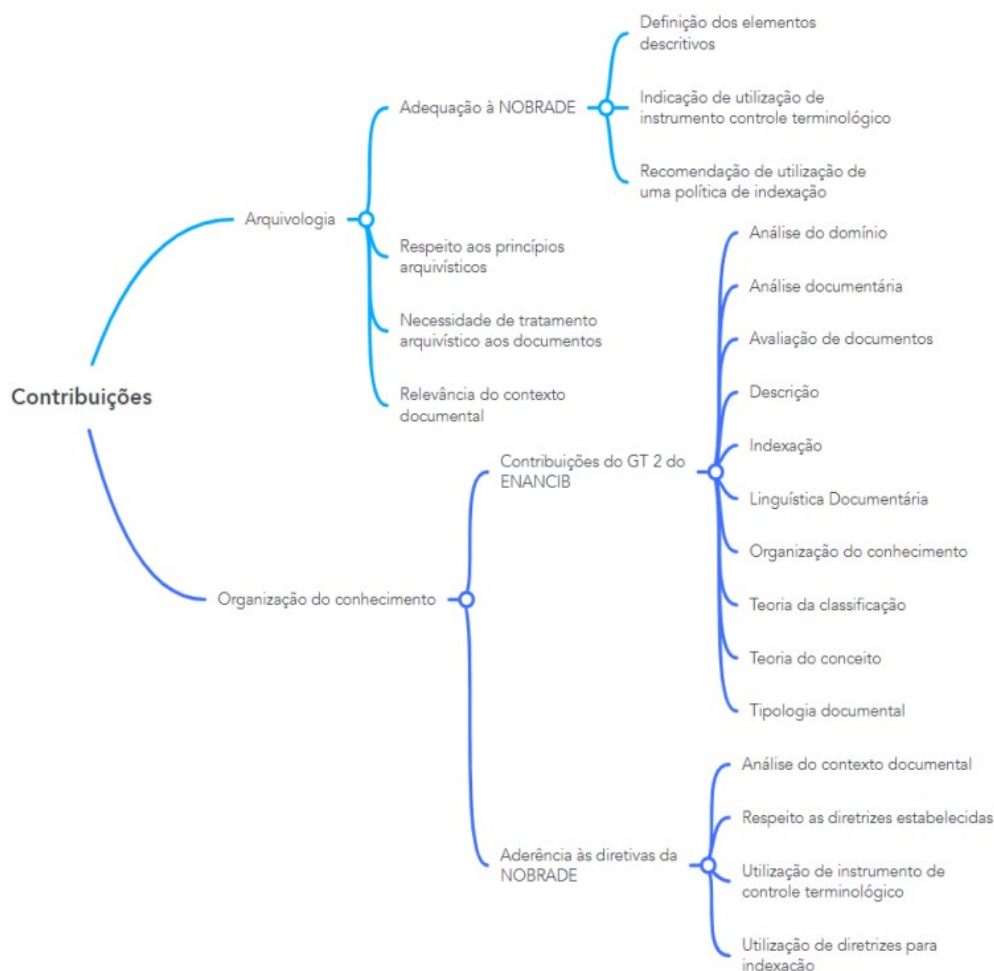


Figura 2: Contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivologia. Fonte: Silva (2023, p. 96).

⁸ Disponível em: <https://legis.senado.gov.br/webthes/#/>

Além das descobertas de contribuições, no decorrer do estudo alguns desafios para a definição dos pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN também foram identificados. Nesse aspecto, destaca-se a ausência de aplicação de tratamento arquivístico aos documentos da CV-UFRN, falta de registros das demandas pelos documentos, lacuna de estudos de usuários que buscam pelos documentos da CV-UFRN, necessidade de refletir sobre as questões éticas e legais que envolvem a proteção dos dados pessoais das vítimas da ditadura no tratamento dos documentos da CV-UFRN e a dificuldade para encontrar e utilizar um vocabulário controlado adequado sobre o tema de direitos humanos.

Para superar os desafios encontrados foi necessário recorrer às diretrizes da NOBRADE para definição dos pontos de acesso arquivísticos, considerar o contexto documental em face da ausência de estudos de usuários que pudessem mensurar as demandas mais recorrentes e indicar a necessidade de proteção dos dados pessoais das vítimas da ditadura com base nas perspectivas éticas e legais que envolvem o direito de proteção à imagem, à honra e à privacidade.

Por fim, sobre a utilização de um vocabulário controlado indicou-se a aplicação do Tesouro do Senado⁹ do Brasil, com base no entendimento de que essa instituição, historicamente, tem desempenhado um papel significativo na organização da informação no Brasil.

Já em relação às interlocuções identificadas nas contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivística para a definição de pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN, destacam-se a importância da análise do contexto documental, a utilização de um instrumento de controle terminológico e a indexação, que é estudada com profundidade no campo de estudo da OC, o que reforça a importância da Organização do Conhecimento no âmbito arquivístico.

5. Conclusões

Durante o desenvolvimento deste estudo, foi possível compreender a importância do fundo documental da CV-UFRN, ressaltando o seu potencial de uso para a construção e manutenção da memória coletiva. Diante disso, destaca-se a relevância da busca por contribuições da Organização do Conhecimento no âmbito documental. Entende-se que por meio dessas contribuições será possível colaborar para a recuperação desses documentos.

Assim, no decorrer deste estudo foram apresentados subsídios para a definição dos pontos de acesso que contribuem para a recuperação dos documentos da CV-UFRN, na medida em que apresenta marcadores teóricos e metodológicos de interlocução entre a Organização do Conhecimento e a Arquivística. Desse modo,

⁹ O Senado Federal faz parte do Poder Legislativo do Brasil atuando em conjunto com a Câmara dos Deputados no Congresso Nacional. Destaca-se por contribuir para a estabilidade e democracia brasileira, possui importância política, funções legislativas e diversas competências como processar e julgar Presidente, Ministros, Procurador-Geral. Além disso, compete ao Senado, realizar a escolha de ministros indicados pelo presidente, autorizar operações externas de natureza financeira, entre outras coisas (Brasil, 1988).

foi possível reforçar a perspectiva de valor social desses documentos e indicar a necessidade de tratamento arquivístico para o fundo da CV-UFRN, com base nos princípios arquivísticos.

Em relação às contribuições da OC, identificou-se nos *Anais* do ENANCIB estudos teóricos que apresentam 10 contribuições da OC para a Arquivologia, são elas: Análise de domínio, Análise documentária, Avaliação de documentos, Descrição, Indexação, Linguística Documentária, Organização do Conhecimento, Teoria da classificação, Teoria do conceito e Tipologia documental.

Na perspectiva da Arquivologia, identificou-se contribuições na NOBRADE, com destaque para a apresentação das áreas de descrição arquivística, elementos descritivos, identificação dos pontos de acesso por indexação, indicação de utilização de uma política de indexação e de um vocabulário controlado para a indexação.

Após a análise dos subsídios teóricos, destacam-se que alguns pontos de interseção nas contribuições da Organização do Conhecimento e nos estudos da Arquivologia estão relacionados à indexação, análise de domínio (contexto) e a utilização de instrumento de controle terminológico.

Diante disso, apresenta-se uma proposta de definição de pontos de acesso aos referidos documentos. Na qual apresentam-se três diretrizes, quais sejam: a definição dos pontos de acesso com base na NOBRADE; a escolha do processo de indexação documental; e a definição de um instrumento de controle terminológico para ser utilizado na indexação por assunto.

Para isso foi necessário realizar a análise contextual dos documentos e a descrição dos elementos obrigatórios que são apresentados na NOBRADE. Diante disso, os elementos descritivos escolhidos para compor a proposta de definição de pontos de acesso aos documentos da CV-UFRN, foram: **área 1** - código de referência, título, data da produção do documento, data assunto, nível de descrição, e dimensão e suporte; **área 2** – nome (s) do (s) produtor (es) e procedência; **área 4** – condições de acesso; **área 5** - existência e localização dos originais (nome da entidade custodiadora); **área 8** – nomes de entidades, área geográfica e assuntos tópicos (indexação de assuntos).

Além disso, indica-se que no decorrer deste estudo, foram observados alguns desafios, referentes à necessidade de tratamento arquivístico dos documentos, à falta de políticas ou diretrizes de indexação, falta de estudo de usuários e à necessidade de atualização dos instrumentos de controle terminológico relacionados aos Direitos Humanos.

Por fim, indicam-se possibilidades de estudos futuros relacionadas à necessidade de realização de um estudo de usuários; desenvolvimento de uma política de indexação para os documentos da CV-UFRN; aplicação do conhecimento arquivístico no tratamento documental da CV-UFRN e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle terminológico no campo temático dos Direitos Humanos.

6. Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES pela bolsa recebida no decorrer desta pesquisa.

7. Referências

- Aguiar, F.L. de. & Kobashi, N. Y. (2013). Organização e representação do conhecimento: perspectivas de interlocução interdisciplinar entre ciência da informação e arquivologia. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/184940>.
- Almeida, J. de A. & Maia, K. L. da S. (Orgs.). (2015). Verdades cruzadas: um panorama dos trabalhos da Comissão da Verdade da UFRN. Editora UFRN, <http://www.comissaodaverdade.ufrn.br/documentos.php>.
- Arquivo Nacional. (2005). Dicionário brasileiro de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional, www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf.
- Barros, T. H. B.; Sousa, R. T. B. de. (2019). Organização do Conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. Informação & Informação. 24 (2). p.76-92. www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38290.
- Bellotto, H. L. (2010). Da gênese à função: O documento de arquivo como informação e testemunho. In: Freitas, Lídia Silva de; Marcondes, Carlos Henrique & Rodrigues, Ana Célia (Orgs), Documento: gênese e contextos de uso. 161-174. Editora da UFF.
- Brasil. (1988). Constituição de República Federativa do Brasil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Brasil. (2011). Lei 12.528/2011. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Lei/L12528.htm.
- Brasil. (2006). Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Arquivo Nacional. <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>.
- Campos, M. L. de A. (2004). Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. Ciência da Informação, 33 (1). <https://www.scielo.br/j/ci/a/CyYd3Km3xzTdmf5DzxxQd3h/>.
- Frota, M. G. da C., Ribeiro, A. C. & Gomes, P. (2017). A Qualidade do Tesouro da Corte Interamericana de Direitos Humanos como Instrumento de Organização da Informação e do Conhecimento. In: ISKO Brasil, 5, 225-232. <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122062>.
- Lima, G.A. B. de O. (2015). Organização do conhecimento: pesquisa e desenvolvimento. In: Guimarães, J. A. C. & Dodebei, V. (Orgs.) Organização do conhecimento e diversidade cultural. ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015. 3, 670–687. <https://isko.org.br/publicacoes/serie-estudos-avancados-em-organizacao-e-representacao-do-conhecimento/>.
- Silva, J. K. T. da. (2023). Contribuições da Organização do Conhecimento e da Arquivologia para a definição de pontos de acesso aos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. [Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais]. <http://hdl.handle.net/1843/57130>.
- Sousa, A. P. de M., Rodrigues, A. S., Rodrigues, A.S. & Oliveira, A. A. de. (2006). Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. *Arquivística.net*, 2(2), p.38-51. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56134>.

A organização do conhecimento na “coleção de história e fontes da província portuguesa do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria”

Filipa Lopes¹; Anabela Costa²

Resumo: A Organização do Conhecimento faz-se através de sistemas e processos que visam descrever, representar e ordenar a realidade. Este estudo de caso, apoiado na pesquisa bibliográfica e na análise documental, pretende contextualizar e descrever a Organização do Conhecimento levada a cabo na “Coleção de História e Fontes da Província Portuguesa do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria”. Esta foi coligida, organizada e conservada pelas Religiosas do Sagrado Coração de Maria integrantes do Grupo Arquivos, especialmente formado para salvaguardar e divulgar a memória daquelas religiosas em Portugal. Os resultados demonstram que, numa primeira fase, a documentação e informação coligida serviu como fonte na produção de nova documentação e informação focada na preservação e reconstrução da memória institucional e eclesial desaparecida, sobretudo, aquando da Primeira República (1910-1926) e do exílio em Tui (Espanha) (1911-1933). Numa segunda fase, toda a documentação e informação coligida e produzida foi organizada e classificada tendo em conta as orientações da Cúria Generalícia (Roma, Itália) e a estrutura orgânico-funcional plasmada no texto constitucional de 1983. Estes resultados, apresentados sob a forma de descrição arquivística normalizada/Guia, permitem concluir que a referida coleção é um conjunto documental reunido artificial e intencionalmente sem que tenha sido aplicado e respeitado o princípio de proveniência.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria; Coleção de História e Fontes; Guia; Estudo de Caso.

Resumen: El conocimiento se organiza a través de sistemas y procesos que pretenden describir, representar y ordenar la realidad. Este estudio de caso, basado en la investigación bibliográfica y en el análisis documental, pretende contextualizar y describir la Organización del Conocimiento llevada a cabo en la “Coleção de História e Fontes da Província Portuguesa do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria”. Este fue recogido, organizado y conservado por las Religiosas del Sagrado Corazón de María miembros del Grupo de Archivos, especialmente constituido para salvaguardar y divulgar la memoria de estas religiosas en Portugal. Los resultados muestran que, en una primera fase, la documentación e información recogidas sirvieron de fuente para la producción de nueva documentación e información centrada en la preservación y reconstrucción de la memoria institucional y eclesial desaparecida, especialmente durante la Primera República (1910-1926) y el exilio en Tui (España) (1911-1933). En una segunda fase, se organizó y clasificó toda la documentación e información recopilada y producida teniendo en cuenta las directrices de la Curia General (Roma, Italia) y la estructura orgánico-funcional establecida en el texto constitucional de 1983. Estos resultados, presentados en forma de descripción/guía archivística normalizada, permiten concluir que este fondo es un conjunto de documentos reunidos artificial e intencionadamente sin que se haya aplicado y respetado el principio de procedencia.

Palabras clave: Organización del Conocimiento; Instituto de las Religiosas del Sagrado Corazón de María; Colección de Historia y Fuentes; Guía; Estudio de caso.

¹ IEM e CHAM, Univ. Nova Lisboa, École nationale des chartes-Université PSL - Centre Jean Mabillon
E-mail: filipa.lopes@fcsh.unl.pt,
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2300-4106>

² Univ. Coimbra, FLUC
E-mail: anabela.costa@student.uc.pt
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3659-8561> .

Sumário: Introdução. 1. Objetivo e Metodologia. 2. Resultados e Discussão. 3. Conclusão. 4. Referências bibliográficas

Introdução

O debate sobre a interdisciplinaridade entre a Organização do Conhecimento (OC) e a Arquivística é cada vez mais atual tendo em conta o domínio das tecnologias digitais e os novos contextos de produção e disseminação da documentação e informação, assim como as novas formas de construção, representação e pesquisa de conhecimento.

Segundo Hjørland (2016), apesar de independentes teórica e metodologicamente, a Arquivística e a OC convergem nas atividades de descrição, representação e organização da documentação e informação, assim como nos assuntos e conceitos a elas associados, daqui se inferindo ser a organização do conhecimento arquivístico parte da OC. Norteando-se pelo princípio de proveniência, do qual a classificação e descrição são consideradas funções nucleares (Guimarães & Tognoli, 2015; Tognoli & Guimarães, 2019) e definindo o conhecimento arquivístico como todo o conhecimento que resulta das atividades de uma pessoa ou entidade representado num conjunto documental e informacional designado de fundo, Tognoli *et al.* (2017) reafirmam o papel central que a classificação tem na organização daquele conhecimento e demonstram a importância do contexto de produção para a compreensão da orgânica e funcionalidade dos acervos documentais e informacionais.

No seguimento dos estudos referidos, Barros & Sousa (2019) e Lehmkuhl *et al.* (2019) corroboram a aproximação interdisciplinar da Arquivística à OC e concluem sobre a importância que o desenvolvimento da classificação e descrição arquivísticas tem na construção e implementação de sistemas de organização do conhecimento, sobretudo considerando a mudança de paradigma que as tecnologias digitais operaram no contexto de produção e disseminação da informação e do conhecimento e nos desafios que impuseram à sua gestão dentro das organizações.

A documentação e informação que resulta das atividades e administração das organizações religiosas são testemunhos sociais e culturais valiosos (Choi & Nilson, 2019) que dão conta da relevância do papel que desempenham ou desempenharam nas sociedades presentes e pretéritas. A análise da forma como organizam ou organizaram o seu conhecimento permite-nos compreender a sua orgânica e funcionalidade e, sobretudo, a forma como percebem e representam a realidade, transformando o conhecimento subjetivo em conhecimento social (Silva *et al.*, 2022).

Considerando o sentido restrito da definição de OC, segundo o qual esta está intimamente ligada a atividades de descrição documental, indexação e classificação (Hjørland, 2008), este trabalho visa contextualizar e descrever a OC na “Coleção de História e Fontes da Província Portuguesa do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria”, doravante designada apenas como “Coleção de História e Fontes” (CHF). Para isso optou-se por uma metodologia qualitativa assente num estudo de caso apoiado na pesquisa bibliográfica e na análise documental.

1. Objetivo e metodologia

Este estudo pretende contextualizar e descrever a OC na CHF. Para atingir este objetivo optou-se por um estudo de caso assente na pesquisa bibliográfica e na análise documental (Coutinho, 2016). A pesquisa bibliográfica teve em conta os documentos reguladores da missão e organização do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria (IRSCM), nomeadamente os seus dois textos constitucionais (1850 e 1983), já a análise documental incidiu na documentação e informação que integra a referida CHF.

2. Resultados e discussão

2.1. O Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria

O IRSCM foi fundado pelo Venerável Padre Jean Gailhac (1802-1890) e pela Madre Saint Jean Pélissier Cure (1809-1869) a 24 de fevereiro de 1849 na cidade de Béziers (França) (Sampaio, 1990), especialmente consagrado à educação e formação cristã de mulheres e crianças com a instituição de colégios, escolas gratuitas/patronatos e lares. No ano de 1870, o IRSCM inicia o processo de expansão da sua missão pela Europa instalando-se na Irlanda (1870), Portugal (1871) e Inglaterra (1872), chegando à América em 1877, mais concretamente aos Estados Unidos (1877) e Brasil (1911) (Carvalhaes, 1945).

Em Portugal, o IRSCM começa por marcar presença no Porto (1871) de onde se projeta para Braga (1876), Chaves (1886), Viseu (1892) e Penafiel (1901), nesta cidade estabelecendo o seu noviciado em 1904. Neste mesmo ano, a 2 de outubro, é também instituída a Província Portuguesa da qual é primeira Vigária a Madre Maria da Eucaristia Lencastre (1861-1931) (Carvalhaes, 1970). A implantação da República (1910) força as Religiosas do Sagrado Coração de Maria (RSCM) ao exílio em Tui (Espanha) onde, dando continuidade à sua missão, fundam um colégio (1911) e estabelecem o noviciado (1917). Embora se mantenham em Tui até 1933, o regresso a Portugal acontece em 1920 com a fundação de um colégio na cidade de Espinho (Carvalhaes, 1970). Daqui as RSCM levam a sua missão a todo o Portugal Continental fundando colégios, escolas gratuitas/patronatos, lares e residências universitárias, assim como comunidades locais especialmente vocacionadas para o apostolado assistencial junto de comunidades vulneráveis e em risco de exclusão.

Em 1952, a Província Portuguesa do IRSCM expande a sua missão para África, mais concretamente Moçambique, onde permanece até 1974, a saber: Quelimane (1952-1974), Gurué (1959-1974), Morrumbala (1959-1974), Dondo (1960-1974), Lourenço Marques, atual Maputo, (1963-1974), Pebane (1963-1974) e Mualama (1972-1974). Entre 1982 e 2009 instalam-se no Mali fundando comunidades em Kimparana (1982-2009) e Fanterela (1997-2008) (Costa & Santos, 2021). Atualmente, o IRSCM continua a sua missão em Braga, Cabeço de Vide, Coimbra, Costa Nova do Prado, Covilhã, Fátima, Guimarães, Lisboa, Murtosa e Porto, assim como em Zumalai (Timor Leste) (IRSCM-AP, 2022).

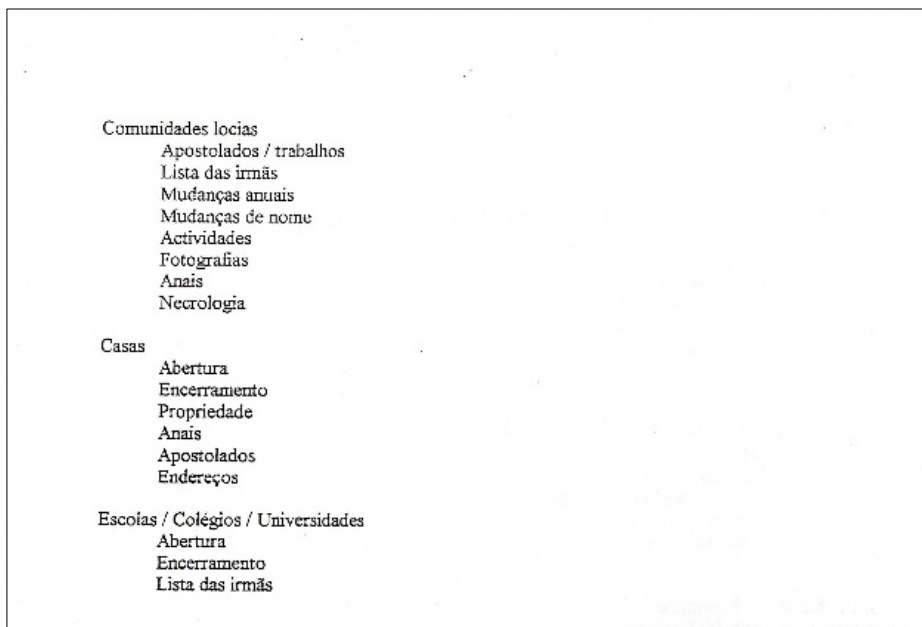
2.2. O Grupo Arquivos

Desde a sua fundação o IRSCM mostra preocupação com a salvaguarda da sua memória institucional e eclesial assinalando, ainda que brevemente, nos seus dois textos constitucionais a existência de um local próprio para a preservação da documentação e informação por si produzida, recebida e acumulada, assim como a responsabilidade da Secretária Provincial sobre ela:

«436. As actas do capítulo são redigidas pela secretária do capítulo, assinadas pela presidente e por todos os membros do capítulo e guardadas, cuidadosamente, no arquivo provincial.» (IRSCM, 1944).

«48b. A secretária provincial é responsável pelos documentos e estatísticas para o arquivo da província. Comunica à secretária geral toda a informação necessária.» (IRSCM, 1983).

Em 1997, a Província Portuguesa institui o Grupo Arquivos (GA) cujo principal objetivo era a salvaguarda e divulgação da memória das RSCM em Portugal. Aquele começa por solicitar e/ou recolher presencialmente, sobretudo junto das comunidades locais, documentação e informação que colige, organiza e conserva tendo em conta as orientações oriundas da Cúria Generalícia (Roma, Itália) que sugere uma “lista de material” a guardar no “arquivo histórico provincial” assente em nove classes, e respetivas subclasses, a saber: “Ereção da Província”, “Ereção do Noviciado”, “Superiores Provinciais”, “Conselheira Provincial-Secretária Provincial-Ecônoma Provincial”, “Informação sobre a Província”, “Superiores”, “Comunidades Locais”, “Casas”, “Escolas-Colégios-Universidades”, como comprova a figura 1.



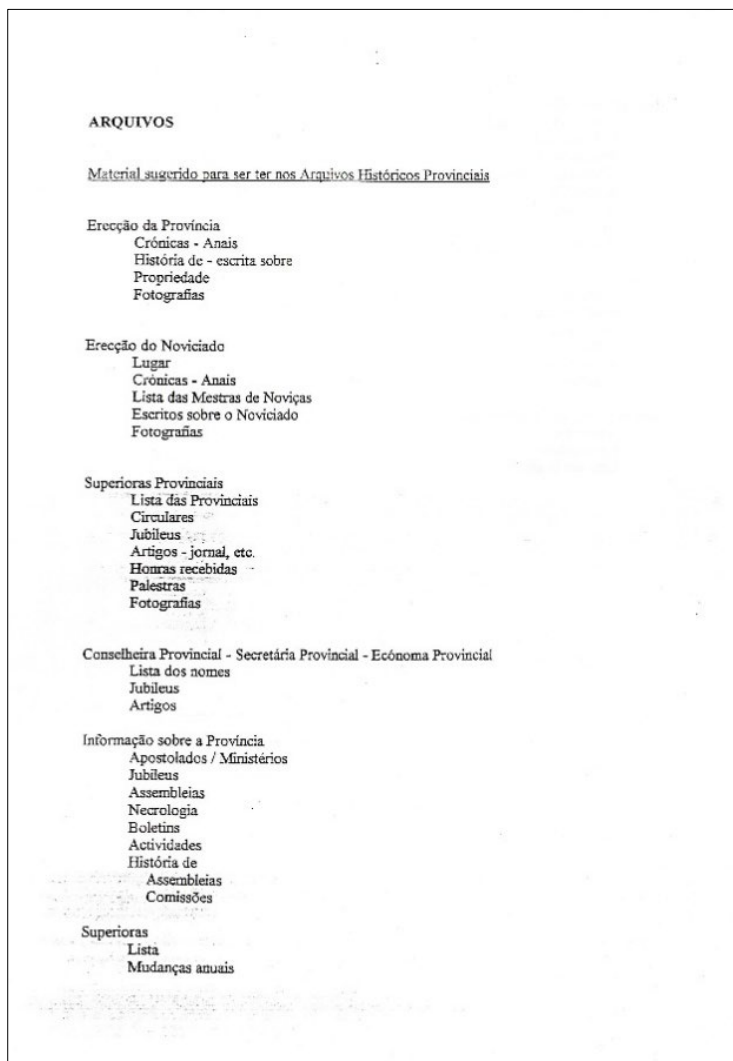


Figura 1. Anexo da carta da RSCM John Bosco à RSCM Maria Cecília Azevedo
 (Cúria Generalícia, Roma, 21 de abril de 1997)
 Fonte: Arquivo Histórico do IRSCM, Província Portuguesa.

Por ação do GA, especialmente das RSCM Maria Cecília Azevedo (1925-2021) e Maria Cândida Valente (1924-) suas integrantes, é coligida documentação produzida e recebida por diversas estruturas da Província Portuguesa, de outras províncias do IRSCM, assim como de pessoas singulares das quais se destacam RSCM *per se*. Numa primeira fase, esta documentação serviu como fonte de informação para o GA produzir nova documentação e informação especialmente focada na preservação de uma memória institucional que estava em risco de desaparecer sobre a fundação do IRSCM em Portugal, de comunidades e obras já extintas, assim como a reconstrução daquela que se perdeu durante o período da

Primeira República Portuguesa (1910-1926) e consequente fuga e exílio das RSCM para Tui, Espanha (1911-1933).

Numa segunda fase, tanto a documentação e informação coligida como produzida por aquele grupo foi organizada e classificada considerando as referidas orientações da Cúria Generalícia (figura 1), assim como a estrutura orgânico-funcional tripartida plasmada no texto constitucional de 1983, a saber “Nível Geral”, “Nível Provincial” e “Nível Local” e respetivas subdivisões (quadro 1).

Quadro 1. Estrutura orgânico-funcional do IRSCM segundo as “Constituições de 1983”

Nível	Órgão e Constituição	Funções
- <u>Geral</u>	<p>- <u>Superiora Geral</u> . 1 RSCM; . eleita pelo Capítulo Geral; . mandato de 6 anos, renovável por igual período.</p> <p>- <u>Assistentes Gerais</u> . pelo menos, 2 RSCM; . eleitas pelo Capítulo Geral; . mandato de 6 anos, renovável por igual período.</p>	<p>- governar o IRSCM; - representar o IRSCM junto da Santa Sé; - visitar as Províncias; - convocar e presidir ao Capítulo Geral e ao Conselho Geral Extraordinário; - demitir e nomear a Secretária e a Economa Geral; - nomear as Superiores Provinciais e as Responsáveis pela Formação; - aprovar a abertura e/ou o encerramento de uma Comunidade/Casa/Obra; - estabelecer ou transferir a Casa de Formação; - dispensar uma noviça do primeiro compromisso; - confirmar a admissão de uma RSCM aos votos perpétuos; - receber os votos perpétuos de uma RSCM; - aprovar os relatórios financeiros do Generalato e das Províncias; - supervisionar a administração dos bens materiais do IRSCM.</p> <p>- auxiliar a Superiora Geral no governo do IRSCM.</p>

	<p>- <u>Conselho Geral</u> (órgão deliberativo) . é constituído por: . Superiora Geral; . Assistentes Gerais.</p> <p>- <u>Conselho Geral Ampliado</u> (órgão consultivo) . é constituído por: . Conselho Geral; . Secretária Geral; . Economa Geral; . Superiores Provinciais.</p> <p>- <u>Secretária Geral</u> . 1 RSCM; . nomeada pela Superiora Geral; . mandato de 6 anos, renovável por igual período.</p> <p>- <u>Economa Geral</u> . 1 RSCM; . nomeada pela Superiora Geral; . mandato de 6 anos, renovável por igual período.</p> <p>- <u>Capítulo Geral</u> (assembleia colegial) . órgão máximo do governo do IRSCM;</p>	<p>- assistir a Superiora Geral no governo do IRSCM; - implementar as “Constituições” e as diretivas do Capítulo Geral; - confirmar as decisões dos Capítulos Provinciais; - preparar o Capítulo Geral; - trabalhar com grupos eclesiais e com outras congregações a nível internacional; - preparar o Conselho Geral Ampliado.</p> <p>- auxiliar o Conselho Geral a atingir os objetivos do IRSCM; - pronunciar-se sobre a realização de um Conselho Geral Extraordinário; - planejar encontros interprovinciais e internacionais; - rever a situação financeira do IRSCM; - avaliar a execução das decisões do Capítulo Geral.</p> <p>- auxiliar o Conselho Geral no governo do IRSCM; - participar nas reuniões do Conselho Geral; - redigir as atas das reuniões do Conselho Geral; - responsável pelo Arquivo.</p> <p>- auxiliar o Conselho Geral no governo do IRSCM; - administrar os bens materiais do IRSCM; - participar nas reuniões do Conselho Geral; - apresentar ao Capítulo Geral e ao Conselho Geral Ampliado os relatórios financeiros do Generalato e das Províncias.</p> <p>- quando em sessão, governar o IRSCM extraordinariamente; - determinar objetivos e prioridades para o IRSCM;</p>
--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> . reúne a cada 6 anos; . convocado pela Superiora Geral; . é constituído por: <ul style="list-style-type: none"> . Superiora Geral; . Assistentes Gerais; . Secretária Geral; . Ecónoma Geral; . Superiores Provinciais (membros <i>ex officio</i>); . Delegadas de cada Província. 	<ul style="list-style-type: none"> - eleger a Superiora Geral e as Assistentes Gerais; - poder para modificar as “Constituições” (com dois terços dos votos e aprovação da Santa Sé); - determinar a data da tomada de posse do Conselho Geral.
<p>- <u>Provincial</u> As Províncias são estabelecidas ou suprimidas pelo Capítulo Geral, quando em sessão, ou pela Superiora Geral com o consentimento do Conselho Geral, depois de consultado o Conselho Geral Ampliado.</p>	<p>- <u>Superiora Provincial</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 RSCM; . nomeada pela Superiora Geral; . mandato de 3 anos, renovável por igual período. <p>- <u>Conselheiras Provinciais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . pelos menos, 2 RSCM; 	<ul style="list-style-type: none"> - governar a Província; - supervisionar as Comunidades Locais e respetivas RSCM; - visitar as Comunidades Locais; - avaliar a vida e missão das Comunidades Locais; - enviar em missão as RSCM da Província para trabalho apostólico; - convocar, preparar e presidir ao Capítulo Provincial; - convocar e presidir ao Capítulo Provincial Extraordinário; - nomear a Secretária e a Ecónoma Provincial; - supervisionar a formação das RSCM; - admitir e demitir candidatas a RSCM às várias etapas da formação inicial; - em representação da Superiora Geral, receber os votos perpétuos de uma RSCM; - nomear as Coordenadoras Locais; - organizar encontros para os diferentes grupos da Província; - supervisionar o trabalho da Comissão de Formação e de outras Comissões da Província; - aprovar o projeto de vida/comunitário e o orçamento das Comunidades Locais.

	<p>. designadas pela Província.</p> <p>- <u>Conselho Provincial</u> . é constituído por:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Superiora Provincial; . Conselheiras Provinciais. <p>- <u>Secretária Provincial</u> . 1 RSCM;</p> <ul style="list-style-type: none"> . nomeada pela Superiora Provincial; . mandato de 3 anos, renovável por igual período; . membro <i>ex officio</i> do Capítulo Provincial. <p>- <u>Ecónoma Provincial</u> . nomeada pela Superiora Provincial;</p> <ul style="list-style-type: none"> . mandato de 3 anos, renovável por igual período; . membro <i>ex officio</i> do Capítulo Provincial. <p>- <u>Capítulo Provincial</u> . convocado e presidido pela Superiora Provincial;</p> <ul style="list-style-type: none"> . é constituído por: . Superiora Provincial; . Conselheiras Provinciais; . Secretária Provincial; . Ecónoma Provincial; 	<p>- auxiliar a Superiora Provincial no governo da Província.</p> <p>- assistir a Superiora Provincial no governo da Província;</p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalhar diretamente com a Comissão de Formação e outras Comissões da Província; - preparar o Capítulo Provincial; - constituir a Comissão de Formação. <p>- auxiliar a Superiora Provincial no governo da Província;</p> <ul style="list-style-type: none"> - auxiliar o Conselho Provincial; - redigir as atas das reuniões do Conselho Provincial; - comunicar à Secretária Geral toda a informação requerida; - responsável pelo Arquivo Provincial. <p>- auxiliar a Superiora Provincial no governo da Província;</p> <ul style="list-style-type: none"> - administrar os bens materiais da Província; - trabalhar em estreita relação com a Ecónoma Geral; - auxiliar as Comunidades Locais na administração dos bens materiais. <p>- refletir e avaliar a vida e missão da Província;</p> <ul style="list-style-type: none"> - decidir sobre uma execução mais efetiva da missão do IRSCM na Província; - eleger as Delegadas para o Capítulo Geral.
--	--	---

	<ul style="list-style-type: none"> . Delegadas eleitas pela Província. . realiza-se, pelo menos, 6 meses antes do Capítulo Geral. - <u>Responsável pela Formação Inicial</u> <ul style="list-style-type: none"> . 1 RSCM; . nomeada pela Superiora Geral; . mandato de 3 anos, renovável por igual período. - <u>Comissão de Formação</u> <ul style="list-style-type: none"> . instituída pelo Conselho Provincial com o qual colabora; . é constituída por: <ul style="list-style-type: none"> . 1 RSCM, responsável pela Formação Inicial; . outras RSCM com vocação de formação. 	<ul style="list-style-type: none"> - comunicar o espírito do IRSCM aos novos membros; - acompanhar todo o processo formativo das candidatas a RSCM. - refletir sobre as questões da formação de uma RSCM; - estabelecer, coordenar e avaliar o programa da pastoral vocacional; - estabelecer, coordenar e avaliar o programa de formação inicial; - estabelecer, coordenar e avaliar o programa de formação permanente.
<p>- <u>Local</u> As Comunidades Locais são estabelecidas e/ou encerradas pela Superiora Geral, após parecer favorável do Conselho Geral e sugestão da Superiora Provincial e seu Conselho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Coordenadora Local</u> <ul style="list-style-type: none"> . 1 RSCM; . nomeada pela Superiora Provincial; . mandato de 3 anos, renovável por igual período. - <u>Administradora financeira</u> <ul style="list-style-type: none"> . 1 RSCM. 	<ul style="list-style-type: none"> - governar a Comunidade; - representar a Comunidade junto da Província; - representar a Comunidade junto da Igreja Local; - supervisionar e desenvolver a formação das RSCM da Comunidade; - promover o retiro em Comunidade; - redigir o projeto de vida/comunitário e o orçamento da Comunidade. - auxiliar a Coordenadora Local na administração dos bens materiais; - redigir e estabelecer o orçamento da Comunidade.

Fonte: Elaboração própria, após leitura e análise das “Constituições de 1983”.

Em simultâneo, outras opções de classificação foram adotadas para facilitar o acesso a assuntos e tipologias documentais específicas, assim como a estruturas que, não estando previstas no texto constitucional de 1983, foram instituídas para apoiar e divulgar o ideário e missão do IRSCM das quais se destacam: Assembleias e Comissões Provinciais, Família Alargada do Sagrado Coração de Maria e Justiça, Paz, Integridade da Criação. Daqui resultando o esquema classificativo implementado pelo GA na documentação e informação por si coligida e produzida, que apresentaremos no elemento de informação “sistema de organização” da descrição arquivística normalizada apresentada na subsecção seguinte (quadro 2).

2.3. A Coleção de História e Fontes

Em 2016, aquando do estabelecimento do depósito da documentação e informação definitiva da Província Portuguesa no Solar da Torre (Braga) a que se convencionou chamar Arquivo Histórico do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria (AHIRSCM) (Costa & Santos, 2021), deu-se início ao estudo científico da CHF, para ali transferida em 2013, optando-se por manter a sua integridade intelectual e física, da mesma forma atribuindo-lhe o título por que é conhecida, procurando com ele evidenciar as tradições documentais e informacionais que estão na sua origem.

O tratamento arquivístico realizado incluiu, para além da organização, classificação e descrição da documentação e informação, igualmente a sua limpeza e higienização mecânicas, assim como o seu reacondicionamento em unidades de instalação mais apropriadas à preservação e conservação do suporte e salvaguarda da informação. A descrição arquivística normalizada que se apresenta está de acordo com as normas internacionais e nacionais nomeada e respetivamente: a “ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística” (2004) e as “Orientações para a Descrição Arquivística” (2007) (quadro 2).

Quadro 2. Descrição arquivística normalizada da CHF/Guia

<p><u>Zona de identificação</u></p> <p>. Código de referência: PT/IRSCM-PP/CHF</p> <p>. Título: Coleção de História e Fontes da Província Portuguesa do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria</p> <p>. Datas: 1920-2011</p> <p>. Nível de descrição: Coleção ao nível do fundo.</p> <p>. Dimensão e suporte: c. 8 m. l. (c. 2740 doc. textuais, c. 2100 docs. iconográficos); papel, papel fotográfico, película fotográfica.</p>
<p><u>Zona do contexto</u></p> <p>. Nome do Produtor: Grupo Arquivos (1997-2019), Maria Cecília Azevedo (1925-2010), Maria Cândida Valente (1924-).</p> <p>. História administrativa:</p> <p>- O Grupo Arquivos iniciou funções no ano de 1997 sendo inicialmente constituído pelas seguintes RSCM: Margarida Maria Gonçalves, Maria Cecília Azevedo (Responsável) e Maria Helena Marques Barbosa tendo, ao longo do tempo, integrado outras RSCM, nomeadamente: Maria Cândida Valente e Cidália Santos.</p>

Foi criado com o objetivo de constituir e organizar o Arquivo da Província Portuguesa do IRSCM. Durante o triénio de 2016-2019, o grupo apresentava os seguintes objetivos:

- . organizar e cuidar da conservação do Arquivo da Província;
- . recolher e tratar os materiais/documentos vindos das Comunidades/Obras;
- . facultar a consulta dos materiais, quando solicitada.

Ainda durante o referido triénio o grupo apresentava a seguinte constituição:

- . 1 RSCM com conhecimento e experiência na área da Arquivística;
- . 1 Arquivista.

- Maria Cecília Azevedo nasceu a 30 de dezembro de 1925 em Sernancelhe (dio. de Lamego, distr. de Viseu), adotou como nome de religião Lúcia do Coração de Maria, tomou hábito em 1955, fez votos temporários em 1956 e votos perpétuos em 1961. Foi membro do Grupo Arquivos entre 1997 e 2010(?). Faleceu em Fátima (dio. de Leiria-Fátima, distr. de Santarém) a 17 de março de 2010.

- Maria Cândida Valente é o nome de religião de Leopoldina de Jesus Valente, nascida a 3 de julho de 1924 em Cambridge (arquidio. de Boston, estado de Massachusetts, Estados Unidos da América), tomou hábito em 1946, fez votos temporários em 1947 e votos perpétuos em 1952. Foi membro do Grupo Arquivos entre 2001 e 2008(?).

. **História custodial e arquivística:** A documentação foi coligida, produzida e organizada pelas RSCM Maria Cecília Azevedo e Maria Cândida Valente na Comunidade Local da Residência das RSCM de Viseu, daqui sendo transferida para o Solar da Torre (Braga) por volta de 2013. Foi incorporada no Arquivo Histórico do IRSCM aquando do seu estabelecimento no Solar da Torre no ano de 2016.

. **Fonte imediata de aquisição ou transferência:** Transferência proveniente da Comunidade Local da Residência das RSCM, *sita* no n.º 10 da Avenida 25 de abril, Viseu, por volta do ano de 2013. Incorporação no Arquivo Histórico do IRSCM em 2016.

Zona do conteúdo e estrutura

. **Âmbito e conteúdo:** Apresenta originais e cópias de documentação/informação produzida, recebida e acumulada por diversas estruturas orgânicas e funcionais da Cúria Generalícia (Roma, Itália) e da Província Portuguesa do IRSCM nomeadamente: Conselho Geral, Capítulo e Conselho Provincial, Comissão de Formação, Comissão dos Ministérios, Família Alargada do Sagrado Coração de Maria e Justiça, Paz, Integridade da Criação.

Integra documentação e informação sobre a ereção e fundação da Província Portuguesa, comemorações jubilares do IRSCM, o fundador (Venerável Padre Jean Gailhac), a fundadora (Madre Saint Jean Péllissier Cure) e a Casa-Mãe (Béziers, França).

Encerra documentação/informação produzida pelo Grupo Arquivos da qual se destacam os historiais/anais de Comunidades, Casas e Obras, tanto extintas como ativas, sediadas em Aveiro, Braga, Cabeção, Cabeço de Vide, Canelas, Coimbra, Costa Nova do Prado, Covilhã, Fátima, Guarda, Guimarães, Lisboa, Monchique, Mondim de Basto, Portalegre, Porto, Silves e Viseu.

Compreende os boletins e outras publicações periódicas relativas à Província Portuguesa, Província Francesa, Província Brasileira, Província Americana do Oeste, Província Americana do Este, Província Anglo-Irlandesa e Cúria Generalícia.

Reúne iconografia, maioritariamente na forma de fotografia, entre outra, sobre o apostolado das RSCM portuguesas em Moçambique (1952-1974) e no Mali (1982-2009), assim como sobre Comunidades, Casas e Obras, tanto extintas como ativas,

sediadas em Aljezur, Arnoia, Aveiro, Braga, Canelas, Coimbra, Covilhã, Costa Nova do Prado, Fátima, Fervença, Guarda, Guimarães, Lamego, Lisboa, Mondim de Basto, Magoito, Penafiel, Portalegre, Porto, Silves, Vilarinho de São Romão e Viseu. Contém igualmente iconografia relativa às primeiras fundações em Portugal (1871), nos Estados Unidos da América (1877) e no Brasil (1911), assim como do exílio das RSCM portuguesas em Tui (Espanha) (1911-1933).

. **Sistema de organização:** A documentação encontra-se organizada tendo em conta o seguinte esquema classificativo:

- Sector A

- . Conselho Geral
 - . 1: Estruturas de Governo
 - . 2: Conselho Geral
 - . 3: Conselho Geral Ampliado
- . Capítulo Geral
- . Capítulo/Conselho Provincial
 - . 1: Capítulo Provincial
 - . 2: Conselho Provincial
- . Formação Inicial e Permanente
 - . 1: Formação Inicial
 - . 2: Formação Permanente
 - . 3: Boletim da Formação Permanente
- . Assembleias/Comissões Provinciais
 - 1: Ministérios
 - 2: Pastoral Paroquial
 - 3: Pastoral Juvenil/Vocacional
 - 4: Colégios
 - 5: Lares
 - 6: Centros Sociais
 - 7: Missão “Ad Gentes”
- . Ereção da Província Portuguesa
- . Instituto/Jubileus
 - . 1: Centenário da Morte do Fundador
 - . 2: 105 anos da Morte do Fundador
 - . 3: Celebrações Jubilares do Instituto
 - . 4: 150 anos da Fundação do Instituto
 - . 5: Bicentenário do Fundador
- . Fundador
 - . 1: Documentação
 - . 2: Fotos
- . Fundadora
 - . 1: Documentação
 - . 2: Fotos
- . Casa-Mãe
 - . 1: Documentação
 - . 2: Fotos
- . Maria
 - . 1: Instituto do Sagrado Coração de Maria
 - . 2: Fátima
- . Família Alargada do Sagrado Coração de Maria

- . 1: Documentação e Circulares
- . 2: Boletins
- . Justiça, Paz, Integridade da Criação
 - . 1: Documentação
- . Testemunhos de Vida
- . Assuntos Vários
 - . 1: Brochuras
 - . 2: Textos
 - . 3: Postais
 - . 4: Fotos
 - . 5: Pagelas
 - . 6: Prospektos Turísticos
- . Necrologia
 - . 1: Necrologia em Portugal
 - . 2: Necrologia no Estrangeiro
- Sector B
 - . Historiais/Anais de Comunidades
- Sector C
 - . Fotos
- Sector D
 - . Faturação
 - . Relatório de Contas
 - . Catálogo dos Arquivos [da Província Portuguesa]
 - . Documentação dos Arquivos
- Sector E
 - . Boletim da Província Portuguesa
 - . [Boletim] Colégio do Sagrado Coração de Maria, Lisboa
 - . [Boletim] Colégio do Sagrado Coração de Maria, Fátima
 - . [Boletim] Colégio de Nossa Senhora do Rosário, Porto
- Sector F
 - . Boletins Internacionais
 - . Boletim do Generalato
- Sector G
 - . Primeiras Fundações Portuguesas Extintas
 - . Comunidades/Obras Extintas

Dentro de cada classe e subclasse a documentação e informação encontra-se ordenada temática e/ou alfabética e/ou cronologicamente.

Zona das condições de acesso e utilização

- . **Condições de acesso:** Documentação sujeita a autorização para consulta e a horário restrito.
- . **Condições de reprodução:** Constantes no regulamento que prevê algumas restrições tendo em conta a tipologia dos documentos, seu estado de conservação e fim a que se destina a reprodução, sendo cada caso analisado *per se*.
- . **Idioma/escrita:** Português, francês, inglês, espanhol, italiano e latim.
- . **Instrumentos de descrição:** LOPES, Filipa – *Coleção de História e Fontes da Província Portuguesa do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria: catálogo*. Braga, 2017 [versão não revista].

Zona da documentação associada

- . **Unidades de descrição relacionadas:**

<p>- (relação completiva) PT/IRSCM-PP/Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria – Província Portuguesa (F);</p> <p>- (relação completiva) PT/IRSCM-PP/Coleção de Documentos para a História da Missão das Religiosas do Sagrado Coração de Maria em Moçambique e da Região de Moçambique (Col. F).</p>
<p><u>Zona das notas</u></p> <p>. Notas:</p> <p>- nota ao elemento de informação “Título”: título atribuído;</p> <p>- nota ao elemento de informação “Datas”: data crítica. Apresenta informação a partir de 1871.</p>
<p><u>Zona do controlo da descrição</u></p> <p>. Nota do arquivista: Descrição elaborada por Filipa Lopes, revista por Anabela Costa.</p> <p>. Regras ou convenções:</p> <p>- DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – <i>Orientações para a descrição arquivística</i>. 2.^a v. Lisboa: DGARQ, 2007.</p> <p>- <i>ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999</i>. Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.^a ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.</p> <p>- <i>NP 3680: 1989, Documentação – Descrição e referências bibliográficas: abreviatura de palavras típicas</i>. Lisboa: IPQ; CT7.</p> <p>- <i>NP 4041: 2005, Informação e Documentação – Terminologia Arquivística: conceitos básicos</i>. Lisboa: IPQ; CT7.</p> <p>. Data da descrição: Descrição elaborada em agosto de 2017 e revista em setembro de 2023.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Embora partindo do estudo da estrutura orgânico-funcional do IRSCM (quadro 1), considerado por Tognoli *et al.* (2017) como um procedimento fundamental na organização do conhecimento arquivístico, o principal elemento agregador na OC da CHF é a reconstituição e a preservação da memória institucional e eclesial do IRSCM e não a rede estrutural formada pelos órgãos, suas funções e respetivas atividades, aquilo a que Luciana Duranti (1997), citada pelos referidos autores, designou de “vínculo arquivístico”. Não foi aplicado e respeitado o princípio de proveniência (Guimarães & Tognoli, 2015; Tognoli & Guimarães, 2019) como se depreende da análise do esquema classificativo apresentado no elemento de informação “sistema de organização” inserido na descrição arquivística normalizada (quadro 2). Disto é exemplo paradigmático a classe “Historiais/Anais de Comunidades” pertencente ao “Sector B” onde as tipologias documentais aparecem ordenadas alfabeticamente por localidade de existência da comunidade local independentemente do seu produtor ser a respetiva comunidade ou o GA. Tipologias documentais semelhantes, desta feita apenas produzidas pelo GA, aparecem sob as classes pertencentes ao “Sector G”, a saber: “Primeiras Fundações Portuguesas Extintas” e “Comunidades/Obras Extintas”.

Igualmente paradigmática é a classe “Fotos” do “Sector C”, considerada subclasse quando alocada às classes “Fundador”, “Fundadora”, “Casa-Mãe” e “Assuntos Vários” pertencentes ao “Sector A”. Em todas a documentação apresenta vários contextos de produção e proveniência, desde comunidades locais a acervos pessoais de RSCM e de antigas alunas dos colégios, escolas/gratuitas e lares do IRSCM. Da mesma forma todas as classes pertencentes ao “Sector D” dizem respeito a documentação e informação produzida, recebida e acumulada pelo GA no âmbito das suas funções, no entanto o esquema classificativo referido não espelha tal contexto produtivo.

3. Conclusão

No decorrer deste estudo procurou-se contextualizar e descrever a OC levada a cabo na CHF partindo da análise da sua documentação e informação, assim como da pesquisa bibliográfica realizada aos documentos reguladores da missão e organização do IRSCM, onde se destacam os seus dois textos constitucionais.

A OC, mais concretamente a organização do conhecimento arquivístico tem no princípio de proveniência a base onde as funções de classificação e descrição o constroem e representam, permitindo o estabelecimento de redes e relações estruturais entre órgãos, funções e atividades que enformam o contexto de produção da documentação e informação, em última análise do conhecimento. Neste sentido, na OC da CHF não foi aplicado nem respeitado o princípio de proveniência, concluindo-se que aquela é temática e cronológica e segue critérios essencialmente intuitivos que refletem não só a experiência de vida ministerial das RSCM que estão no cerne da sua organização, mas também a missão e ideário do IRSCM.

A perda do “vínculo arquivístico” associada à dificuldade, nalguns casos impossibilidade, da sua reconstrução está na base da manutenção da integridade intelectual e física da CHF, a par da importância de que se reveste a manutenção dessa mesma integridade para futuros estudos sobre as práticas epistémicas da OC em organizações religiosas, com especial foco nas pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana.

Dada a riqueza e diversidade documental e informacional da CHF, o AHIRSCM tem como objetivo de curto prazo continuar a sua descrição arquivística normalizada até ao nível do documento de maneira a aprofundar o estudo da OC nela implementada, assim como disponibilizar na Web o respetivo catálogo.

4. Referências bibliográficas

- Barros, T. H. B. & Sousa, R. T. B. de (2019). Archival Science and Knowledge organization: mapping methodological relationships. *Knowledge Organization*, 46(7), [10.5771/0943-7444-2019-7-493](https://doi.org/10.5771/0943-7444-2019-7-493)
- Carvalhaes, M. de C. (1945). *A obra mais bela: um capítulo da história da educação feminina*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.
- Carvalhaes, M. de C. (1970). *Por caminhos não andados: sessenta anos de história: 1871-1931*. Lisboa: Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria – Portugal.

- Choi, Y. & Nilson, E. (2019). The current status of catholic archives: a survey report. *The American Archivist*, 82(1), 91-123, <https://doi.org/10.17723/0360-9081-82.1.91>
- Conselho Internacional de Arquivos & Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivos (2004). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999* (2.^a ed.). Lisboa: IAN/TT.
- Costa, A. & Santos, M. A. L. dos (2021). “Para que todos tenham vida”: um vislumbre do Arquivo do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria em Portugal. *O feminino nos arquivos: abordagens e problematizações*. Ponta Delgada: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.
- Coutinho, C. P. (2016). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática* (2.^a ed.). Coimbra: Almedina.
- Direcção Geral de Arquivos, Programa de Normalização da Descrição em Arquivo & Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo (2007). *Orientações para a descrição arquivística – 2.^a versão*. Lisboa: DGARQ.
- Guimarães, J. A. C. e Tognoli, N. B. (2015). Provenance as a Domain Analysis Approach in Archival Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, 42(8), [10.5771/0943-7444-2015-8-562](https://doi.org/10.5771/0943-7444-2015-8-562)
- Hjørland, B. (2008). What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*, 35(2), [10.5771/0943-7444-2008-2-3-86](https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86)
- Hjørland, B. (2016). Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, 43(6), [10.5771/0943-7444-2016-6-475](https://doi.org/10.5771/0943-7444-2016-6-475)
- Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria (1944). *Constituições do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, Virgem Imaculada*. Porto: Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria
- Hjørland, B. (1983). *Constituições do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, Virgem Imaculada*. s.l.: Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria
- Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria – Área de Portugal (2022). *Listas da Província*. s.l.: Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria-Área de Portugal.
- Lehmkuhl, C., Linden, L., Barros, C., Silva, E., Vital, L. (2019). Sistemas de organização do conhecimento e arquivologia: diálogos possíveis. Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: UFPA e ISKO Brasil, <https://isko.org.br/publicacoes/serie-estudos-avancados-em-organizacao-e-representacao-do-conhecimento/>
- Sampaio, R. do C. (1990). *Uma caminhada na fé e no tempo: a história das Religiosas do Sagrado Coração de Maria: 1: génese do Instituto: seu desenvolvimento com a Madre Saint-Jean: 1802-1848*. Braga: Religiosas do Sagrado Coração de Maria.
- Silva, A. M. da, Tolare, J. B. & Oliveira, A. N. de (2022). Os processos e sistemas em organização do conhecimento: análise de verbetes da Enciclopédia da ISKO. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas*, 17, 34-53, <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasacb/article/view/11417>
- Tognoli, N., Guimarães, J. A. (2019). Provenance as a knowledge organization principle. *Knowledge Organization*. 46(7), <http://hdl.handle.net/11449/201532>,
- Tognoli, N., Vitoriano, M. C. de C. P., Leme, T. F. (2017). A classificação enquanto uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico. *ISKO Brasil*, 64-60, <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121222>

Estratégias de leitura documentária para análise de assunto de objetos museológicos

Raul de Azevedo Carvalho¹; Franciele Marques Redigolo²; Mariângela Spotti Lopes Fujita³

Resumo: A leitura documentária de objetos museológicos vai além da simples observação visual, envolvendo uma interação entre processos cognitivos e metacognitivos. Essa abordagem visa atingir uma compreensão mais profunda e contextualizada do objeto, onde a análise não se limita somente às características visuais do objeto, mas também engloba aspectos históricos, culturais e simbólicos que o cercam. Esses processos cognitivos e metacognitivos desempenham um papel fundamental na determinação dos assuntos, com vistas a uma posterior recuperação da informação. Dentro deste contexto, o presente estudo tem como propósito principal a identificação das estratégias cognitivas e metacognitivas utilizadas na leitura documentária para determinar o assunto de objetos museológicos, com foco específico nas coleções zoológicas abrigadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Para alcançar esse objetivo, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa exploratória, com coleta introspectiva de dados, utilizando o Protocolo Verbal Individual (PVI) como instrumento. Essa metodologia permitiu uma análise detalhada das práticas empregadas por profissionais de museu durante o processo de catalogação, enquanto realizam a leitura documentária para determinar os assuntos dos objetos em análise. Os resultados obtidos por meio desse método possibilitaram a identificação das estratégias empregadas e, de forma mais abrangente, uma compreensão aprofundada do processo de leitura documentária em contextos museológicos. Isso representa uma contribuição significativa para as pesquisas que buscam aprimorar a representação temática dentro dos ambientes museológicos.

Palavras-Chave: Coleções Museológicas; Leitura Documentária; Cognição; Metacognição; Protocolo Verbal Individual.

Resumen: La lectura documental de objetos de museo va más allá de la simple observación visual, implicando una interacción entre procesos cognitivos y metacognitivos. Este enfoque tiene como objetivo lograr una comprensión más profunda y contextualizada del objeto, donde el análisis no se limita únicamente a las características visuales del objeto, sino que también abarca los aspectos históricos, culturales y simbólicos que lo rodean. Estos procesos cognitivos y metacognitivos desempeñan un papel fundamental en la determinación de los sujetos con vistas a la posterior recuperación de la información. En este contexto, el objetivo principal de este estudio es identificar las estrategias cognitivas y metacognitivas utilizadas en la lectura documental para determinar el tema de los objetos museológicos, con un enfoque específico en las colecciones zoológicas que alberga el Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Para alcanzar este objetivo, el procedimiento metodológico adoptado fue la investigación exploratoria, con recogida de datos introspectiva, utilizando como instrumento el Protocolo Verbal Individual (PVI). Esta metodología permitió un análisis detallado de las prácticas empleadas por los profesionales del museo durante el proceso de catalogación, a la vez que se realizó una lectura documental para determinar los sujetos de los objetos analizados. Los

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, Marília, SP, Brasil.
E-mail: raul.carvalho@unesp.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5655-9482>.

² Professora Assistente Doutora do Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP Marília, SP, Brasil.

E-mail: marques.redigolo@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6277-2960>.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, Marília, SP, Brasil.

E-mail: mariangela.fujita@unesp.br

ORCID: <http://www.orcid.org/0000-0002-8239-7114>.

resultados obtenidos a través de este método permitieron identificar las estrategias empleadas y, más ampliamente, conocer en profundidad el proceso de lectura documental en contextos museísticos. Esto representa una contribución significativa a la investigación destinada a mejorar la representación temática en los entornos museísticos.

Palabras clave: Colecciones museológicas; Lectura documental; Cognición; Metacognición; Protocolo verbal individual.

Sumário: 1.Introdução. 2. Objetivo. 3. Cognição e metacognição na leitura documentária no contexto museológico. 4. Metodologia. 5. Estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura documentária no contexto museológico. 6. Considerações finais. Referências Bibliográficas.

1. Introdução

A análise de assunto, tanto de documentos bibliográficos quanto de objetos museológicos, envolve processos cognitivos e metacognitivos. Esses processos são fundamentais para a compreensão profunda do conteúdo, permitindo uma leitura documentária focada na construção de conceitos precisos que representem eficazmente o tema abordado que, por sua vez, facilitam a recuperação de informações por parte dos usuários.

Para conduzir essa atividade de maneira bem-sucedida, é necessário adotar uma estrutura lógica de leitura, onde o documento é examinado em partes, identificando os conceitos subjacentes e construindo representações temáticas do conteúdo. No entanto, é vital reconhecer que os processos cognitivos e metacognitivos empregados para identificar os temas estão intrinsecamente ligados à estrutura textual do documento, sendo necessário compreender como esses processos operam na leitura documentária de documentos não textuais, como é o caso dos objetos museológicos.

Neste contexto, podemos enfatizar a importância significativa dos aspectos cognitivos e metacognitivos no âmbito da leitura documentária, uma vez que, como já dito por Van Dijk e Kintsch (1983), eles englobam os processos mentais essenciais de compreensão, interpretação e assimilação das informações durante a análise de documentos. Quando aplicados à análise de objetos museológicos, a cognição e a metacognição desempenham um papel fundamental, capacitando profissionais a desenvolver estratégias adequadas para compreender a estrutura do objeto e identificar as partes relevantes que lançam luz sobre o seu contexto. Esse enfoque, por sua vez, possibilita uma compreensão mais aprofundada do conteúdo temático dos objetos museológicos e, como resultado, uma análise de assunto mais precisa.

2. Objetivo

Embora os objetos museológicos e documentos bibliográficos representem tipologias distintas, o processo de leitura documentária para determinar os assuntos compartilha características comuns. Este estudo tem como objetivo central identificar as estratégias cognitivas e metacognitivas empregadas na leitura documentária com o propósito de determinar o assunto dos objetos museológicos. Mais precisamente, foca-se nas coleções zoológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

3. Cognição e metacognição na leitura documentária no contexto museológico

A análise de assunto, como a primeira etapa do processo de indexação documental, assume um papel de destaque na determinação dos assuntos de um documento. Essa determinação, por sua vez, capacita a eficiente recuperação do documento por meio de catálogos e índices, proporcionando um acesso facilitado aos usuários de uma unidade de informação. Portanto, trata-se de uma operação intelectual de suma relevância nas atividades dos profissionais da área da informação, permitindo a identificação e representação de temas, além da organização através de Sistemas de Organização do Conhecimento, simplificando o processo de busca e recuperação de documentos para os usuários (Fujita, 2003; Lancaster, 2004; Hjørland, 2018).

Conforme delineado por Moraes e Guimarães (2006), esse processo se desdobra em duas etapas distintas: a etapa analítica e a etapa sintética. A etapa analítica compreende uma leitura técnica meticulosa do documento, visando identificar sua estrutura textual e as porções mais pertinentes do texto que expõem o conteúdo temático. Para atingir esse objetivo, empregam-se estratégias metacognitivas, culminando na identificação dos conceitos intrínsecos. A etapa subsequente, a etapa sintética, abarca a seleção desses conceitos, a condensação do conteúdo documental e a representação utilizando linguagens documentárias (Guimarães; Moraes; Guarido, 2007).

Contudo, quando se trata de um documento não-textual, tal como um objeto museológico, a análise de assunto demanda uma consideração cuidadosa dos elementos que moldam a sua forma. Carvalho et al. (2023) delinea o objeto museológico em dois aspectos: aspectos físicos e contextuais, que conjuntamente moldam a abordagem dos profissionais na apreensão das partes significantes do objeto e na determinação do seu conteúdo temático.

Segundo Carvalho et al. (2023), os aspectos físicos do objeto museológico são constitutivos de sua materialidade tangível e fornecem um ponto de partida crucial para a análise de assunto, pois apresentam a mensagem intrínseca do objeto. Porém, a análise de assunto do objeto museológico transcende a mera dimensão física. Ela se estende ao mundo mais vasto que cerca o objeto, isto é, o contexto em que ele foi criado, utilizado e recebido. Os aspectos contextuais revelam a história, a cultura e o ambiente social do objeto museológico. Os aspectos contextuais desempenham um papel vital na determinação do assunto, pois permitem desvendar camadas de significado que de outra forma permaneceriam ocultas.

Em suma, quando nos deparamos com um objeto museológico, a análise de assunto não é uma tarefa meramente superficial. Ela requer uma abordagem que mergulha nas profundezas do objeto, considerando tanto suas características físicas palpáveis quanto o ambiente histórico e cultural que o nutre. Essa análise abrangente e multidimensional não apenas fornece uma compreensão holística do objeto, mas também permite que ele seja interpretado e comunicado de maneira precisa e enriquecedora para o público.

Nesse sentido, a dimensão cognitiva desse processo emerge desde o instante em que o profissional começa a analisar o objeto, capturando suas características intrínsecas, tais como forma, textura, cores e dimensões. No entanto, essa cognição

vai além da mera observação visual, incorporando também a associação das características do objeto a um conhecimento prévio que oferece uma estrutura na qual o conteúdo do documento possa ser relacionado, o que permite, segundo Van Dijk e Kintsch (1983) e Kintsch (1998), a combinação das informações retiradas do documento com as proposições formadas a partir de conhecimentos preestabelecidos e da experiência pessoal dos leitores.

Por outro lado, a metacognição exerce igualmente um papel essencial ao permitir que os profissionais monitorem atentamente o seu próprio processo de leitura documentária. Nesse estágio, a definição clara de metas e objetivos para a catalogação assume um papel orientador fundamental, auxiliando a direcionar a atenção e esforços para áreas específicas do objeto para uma análise mais profunda. Essa monitorização possibilita aos profissionais identificar pontos de dificuldade ou confusão e, adicionalmente, permite a adaptação das estratégias empregadas consoante a complexidade do objeto e a disponibilidade de informações.

Dessa forma compreende-se que a leitura documentária de objetos museológicos envolve a aplicação conjunta de estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura. A primeira categoria abarca comportamentos automáticos e inconscientes, enquanto a segunda pode ser caracterizada como comportamentos conscientes durante a leitura (Cintra, 1989). Em outras palavras, a leitura documentária de objetos museológicos, conduzida por profissionais de museu, faz uso tanto da cognição quanto da metacognição na determinação dos assuntos.

Portanto, apesar de um objeto museológico não se manifestar em forma de documento textual, ele encerra em si uma multiplicidade de discursos que se enraízam na época de produção e na intenção comunicativa à audiência. Nesse contexto, é válido afirmar que, no âmbito museológico, para a compreensão da estrutura do objeto e a apreensão das partes relevantes que elucidam o seu contexto, a análise de assunto acontece através da combinação de estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura documentária.

4. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, que tem como instrumento para coleta introspectiva de dados a aplicação do Protocolo Verbal Individual (PVI) com quatro profissionais que realizam a catalogação no ambiente museológico.

O PVI é um instrumento que consiste na observação da introspecção do profissional durante a execução da tarefa. Conforme Redigolo (2014), esse método exige que o indivíduo expresse, em tempo real, todos os procedimentos realizados, permitindo uma exploração detalhada dos processos cognitivos e das experiências conscientes do sujeito. É uma abordagem minuciosa e abrangente que oferece uma perspectiva ampla sobre o fenômeno analisado (Cavalcanti, 1989; Alonso-Arroyo et al., 2016).

A pesquisa foi realizada no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), situado na região amazônica, estado do Pará, cidade de Belém. Para a coleta de dados, quatro coleções relacionadas à zoologia foram selecionadas dentro do museu: Coleção de

Ictiologia, Coleção de Herpetologia, Coleção de Aracnídeos e Coleção de Paleontologia. Essa seleção específica delimitou o contexto no qual o PVI foi aplicado. Cada coleção contava com um profissional experiente, com mais de quatro anos de prática na catalogação, e esses profissionais foram os participantes do estudo.

A coleta introspectiva de dados teve como objetivo identificar as estratégias cognitivas e metacognitivas empregadas pelos profissionais durante o processo de leitura documentária no contexto da catalogação museológica. Para atingir o objetivo desta pesquisa, foi realizada a coleta introspectiva de dados através do Protocolo Verbal Individual (PVI). Esse instrumento permitiu observar e analisar como os profissionais de museu conduzem a leitura documentária durante a catalogação de objetos museológicos nas coleções zoológicas. Esse enfoque permitiu a identificação e análise dos aspectos cognitivos e metacognitivos que permeiam a interpretação dos objetos museológicos.

A aplicação do PVI seguiu os procedimentos metodológicos delineados por Carvalho (2022), que adaptou o instrumento às especificidades dos objetos museológicos, baseando-se nos trabalhos de Fujita, Nardi e Fagundes (2003) e nas contribuições de Redigolo (2014). O processo de aplicação do PVI foi dividido em três etapas:

Etapas 1 - Procedimentos anteriores a coleta:

- **Definição do universo de pesquisa:** foram selecionadas quatro coleções zoológicas do MPEG como universo de pesquisa.
- **Seleção do objeto-base:** os participantes utilizaram objetos das suas respectivas coleções museológicas para realizar a tarefa.
- **Seleção dos participantes:** foram selecionados quatro profissionais do MPEG responsáveis pela catalogação em suas respectivas coleções.
- **Delimitação da tarefa:** os participantes executaram a catalogação de seus objetos museológicos.
- **Conversa informal com os participantes:** uma conversa informal foi realizada com os sujeitos para explicar os objetivos e a importância da pesquisa.

Etapas 2 - Procedimentos durante a coleta:

- **Gravação do "pensar alto":** as verbalizações dos sujeitos durante a realização da tarefa foram gravadas por meio de um gravador digital.
- **Entrevista retrospectiva (opcional):** essa abordagem foi empregada para esclarecer eventuais dúvidas surgidas durante a aplicação do PVI.

Etapas 3 - Procedimentos posteriores à coleta:

- **Transcrição literal das falas dos participantes:** as falas de cada participante foram transcritas e organizadas em categorias de análise.

- **Leitura detalhada dos dados coletados para a construção das categorias de análise:** as transcrições dos PVIs foram minuciosamente analisadas, buscando temas relevantes para construir categorias de análise a partir da identificação de padrões recorrentes e significativos.
- **Construção das categorias de análise:** após a análise detalhada, foram formuladas as categorias de análise para facilitar a compreensão dos processos que envolvem a atividade.
- **Retorno aos dados para retirar trechos da discussão que exemplifiquem cada categoria de análise:** uma reavaliação das transcrições foi feita para extrair trechos que ilustrassem os fenômenos presentes nas categorias, permitindo a síntese dos principais aspectos observados.

Os dados obtidos através da análise das transcrições dos protocolos foram organizados e classificados em dois eixos de análise distintos: Estratégias Cognitivas e Estratégias Metacognitivas. O primeiro eixo se subdivide em 04 (quatro) categorias e o segundo em 05 (cinco) categorias construídas com base na observação dos profissionais enquanto realizavam a leitura documentária para determinar o assunto durante o processo de catalogação dos objetos museológicos (vide quadro 1).

Quadro 1. Eixos e categorias para análise do PVI

Eixos	Categorias	Síntese
Estratégias Cognitivas	Pré-visualização	Obter uma ideia geral do objeto museológico.
	Análise da Estrutura	Identificar a estrutura física do objeto museológico.
	Realização de Inferências	Conectar o que está sendo observado com o seu conhecimento prévio.
	Síntese	Sintetizar as informações.
Estratégias Metacognitivas	Definição dos Objetivos	Estabelecer os objetivos da leitura documentária.
	Autoavaliação	Avaliar o conhecimento prévio sobre o objeto museológico.
	Autorregulação	Identificar pontos fortes e dificuldades durante a leitura documentária.
	Análise da Proveniência	Rastrear a origem do objeto museológico.
	Comparação com outros objetos	Comparar o objeto museológico com outros semelhantes na coleção ou na literatura.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Para identificar os participantes, foram adotadas as seguintes terminologias: Profissional 1 (P1), Profissional 2 (P2), Profissional 3 (P3) e Profissional 4 (P4), que são utilizadas ao longo da discussão a seguir.

Na seção subsequente, serão apresentadas detalhadamente as estratégias cognitivas e metacognitivas empregadas na leitura documentária para a determinação do conteúdo dos objetos museológicos. Essas estratégias foram obtidas por meio da aplicação do PVI e são discutidas conforme as categorias de análise

previamente mencionadas. Esse enfoque permite uma compreensão aprofundada dos processos mentais e reflexivos utilizados pelos profissionais durante suas atividades de catalogação.

5. Resultados sobre estratégias cognitivas e metacognitivas de leitura documentária no contexto museológico

A partir dos resultados obtidos por meio da aplicação PVI, tornou-se possível a observação das estratégias cognitivas e metacognitivas adotadas pelos profissionais no decorrer do processo de leitura documentária realizado durante a catalogação dos objetos museológicos. Como resultado, foi possível elucidar os aspectos cognitivos e metacognitivos envolvidos na leitura documentária de objetos museológicos, contribuindo para o campo das pesquisas sobre análise de assunto no contexto museológico. Além disso, este estudo proporcionou a compreensão acerca dos processos mentais empregados na determinação dos conteúdos temáticos dos objetos museológicos.

O primeiro eixo trata das estratégias cognitivas de leitura documentária. Essas estratégias referem-se às abordagens mentais e processos que o profissional utiliza ao interagir com o documento e que visam melhorar a compreensão, retenção e análise do conteúdo.

A primeira categoria de análise diz respeito à pré-visualização do objeto museológico. Antes de começar a leitura documentária, o profissional realiza uma pré-visualização do objeto para obter uma ideia geral do que se trata. Foi possível observar que os sujeitos P1, P2, P3 e P4 realizam uma pré-visualização buscando reconhecer o objeto, antes de iniciar a atividade. O sujeito P1 afirma: “[...] *a gente observa a amostra em todas as faces, buscando informações*”. Os sujeitos P3 e P4 utilizaram a palavra “*triado*”, no sentido de haver uma separação dos materiais que entram de acordo com suas características antes de partir para a análise. O sujeito P2 realizou essa pré-visualização, mas não expressou verbalmente.

A segunda categoria diz respeito à análise de estrutura física. Nesse momento, o profissional identifica a estrutura que compõe o objeto museológico. O sujeito P2 afirma: “[...] *vai para a lupa para fazer identificação, para olhar cada estrutura, lá [...] consegui identificar aqueles espécimes a nível de espécie, perfeito*”. Os sujeitos P1, P3 e P4 afirmam que realizam a análise da estrutura a nível taxonômico e para isso precisam identificar certas partes da estrutura física do objeto museológico.

A terceira categoria trata da realização de inferências. O profissional realiza inferências e conexões entre o que está sendo observado com seu conhecimento prévio para compreender melhor o conteúdo. Essas inferências podem ser observadas em todos os profissionais analisados, como podemos ver na fala do sujeito P2: “[...] *tem grupos que são difíceis de identificar e [...] precisa de um especialista naquilo*.” O sujeito P4 exemplifica: “[...] *como sou especialista [...] serpentes estão melhor identificadas, por exemplo, os anfíbios, que eu deixo em nível de sp [espécie]*”. Observa-se aqui que a catalogação depende também do nível de especialidade do profissional.

A quarta categoria diz respeito à síntese das informações para criar uma visão geral do conteúdo. Os quatro profissionais sintetizam a informação para inserir no sistema de catalogação da instituição. Todos os sujeitos da pesquisa sintetizam a informação em pequenos resumos e inserem esses dados no programa chamado *Specify*, utilizado pela instituição a qual fazem parte.

O segundo eixo trata das estratégias metacognitivas de leitura documentária. Essas estratégias são abordagens mentais que envolvem o monitoramento e o controle dos processos cognitivos durante a leitura.

A primeira categoria desse eixo diz respeito à definição dos objetivos antes de começar a leitura documentária. Observou-se que todos os sujeitos se preparam antes de iniciar a leitura documentária dos seus objetos, estabelecendo os objetivos ao retirarem os objetos museológicos de suas estantes (identificar e selecionar os assuntos).

A segunda categoria diz respeito à autoavaliação que o profissional realiza sobre seu conhecimento prévio sobre o assunto antes de começar a leitura. O sujeito P2: *“Sou especialista em aracnídeos e sei que em algumas localidades eu tenho certeza absoluta que ocorre uma espécie, não ocorre outra, entendeu?”* Os sujeitos P1 e P4 também possuem especialidades e o sujeito P3 também afirma que possui sua especialidade e acrescenta: *“[...] mas para fazer identificação específica é uma bibliografia mais específica”*.

A terceira categoria trata da autorregulação, onde o profissional observa se está conseguindo realizar a leitura ou se está tendo dificuldades, podendo mudar sua abordagem para determinar o assunto. O sujeito P2 fala: *“A gente não é livre de erros, mas a gente tem que tentar minimizar esses erros, assim o máximo, porque às vezes a gente só descobre as coisas depois de muito tempo”*. Os outros profissionais não explicitam exatamente se estão com dificuldades em realizar a atividade.

A quarta categoria se refere a análise da proveniência do objeto, ou seja, sua origem e trajetória ao longo do tempo. Isso é bem importante no que tange objetos zoológicos, pois essas informações permitem identificar grupos que habitam apenas determinada área, exemplificado na fala de P2: *“Para algumas espécies, de um lado de um rio pode ser uma espécie do outro lado do rio pode ser outra espécie”*.

A última categoria diz respeito a comparação com outros itens semelhantes da sua coleção ou da literatura. Essa é uma prática comum entre os pesquisadores da área das ciências biológicas para determinar informações, como podemos perceber na fala de P2: *“[...] uma espécie é baseada num determinado exemplar. Se eu digo que esse exemplar é uma espécie nova, todos os outros que eu identificar é com base nele, então ele é chamado de holótipo”*. E também na fala de P3: *“[...] para fazer identificação específica é uma bibliografia mais específica, ou seja, são trabalhos específicos para cada um dos grupos”*.

A partir da análise das categorias foi possível determinar a abordagem empregada pelos profissionais na determinação do assunto de objetos museológicos durante o processo de catalogação, diferenciando tanto as estratégias cognitivas quanto as metacognitivas utilizadas por esses especialistas. Dito isso, podemos afirmar que o processo de análise do assunto de objetos museológicos é inegavelmente complexo,

segundo Ceravolo e Tálamo (2007) e como se observa na síntese dos resultados no quadro 2 abaixo:

Quadro 2. Síntese dos resultados por eixo e categoria de análise

Eixos	Categorias	Síntese dos resultados
Estratégias Cognitivas	Pré-visualização	Todos os profissionais realizaram uma pré-visualização do objeto antes de iniciar a atividade.
	Análise da Estrutura	Os profissionais identificam partes específicas da estrutura do objeto com objetivo de identificar a que tipologia pertencem (no campo da zoologia).
	Realização de Inferências	Observou-se que a catalogação, quando se refere a objetos de coleções de zoologia, depende também do nível de especialidade de cada profissional.
	Síntese	Todos os profissionais sintetizam a informação para inserir no sistema de catalogação da instituição (<i>Specify</i>).
Estratégias Metacognitivas	Definição dos Objetivos	Antes de iniciar a leitura documentária, todos os profissionais deixam claro a atividade que estão realizando (catalogação).
	Autoavaliação	Os profissionais deixam claro suas especialidades e suas limitações.
	Autorregulação	Apenas o sujeito P2 deixou claro que pode cometer erros e que deve minimizá-los, os outros sujeitos não explicitaram suas dificuldades,
	Análise da Proveniência	Todos os profissionais buscaram rastrear a origem de seus objetos museológicos, pois essa é uma atividade essencial na identificação quando se trata do campo da zoologia.
	Comparação com outros objetos	Assim como na análise da proveniência, todos os profissionais realizaram a comparação com outros objetos, pois essa é uma prática comum na área da zoologia.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com base nesses resultados, observa-se que a identificação do assunto dos objetos museológicos muitas vezes esbarra em desafios devido à variedade de suportes encontrados em um acervo museológico e se amplia ainda mais essa complexidade quando se trata de acervos zoológicos, como foi o caso analisado nesta pesquisa.

Assim, a aplicação de estratégias cognitivas nesse contexto envolve a ativação de processos mentais complexos, nos quais os profissionais empregam seus conhecimentos prévios, intuição e raciocínio lógico para identificar temas, contextos históricos e significados culturais associados aos objetos em análise. Essas estratégias são essenciais para decifrar as camadas de informação que os objetos museológicos podem conter, proporcionando uma compreensão mais profunda de sua relevância e significado.

Por outro lado, as estratégias metacognitivas também desempenham um papel fundamental. Os profissionais não apenas aplicam suas habilidades cognitivas, mas também refletem sobre seus próprios processos de pensamento. Ao empregar estratégias metacognitivas, eles monitoram e avaliam constantemente sua própria compreensão e abordagem, ajustando-as conforme necessário. Isso é particularmente crucial devido à natureza subjetiva da determinação do assunto, pois a autorreflexão ajuda a minimizar vieses e aprimorar a precisão das análises.

Consequentemente, a combinação de estratégias cognitivas e metacognitivas cria um ambiente de trabalho em que os profissionais podem abordar o desafio de determinar o assunto de maneira mais holística e rigorosa. Embora a complexidade inerente a essa tarefa persista, a aplicação consciente dessas estratégias pode levar a uma catalogação mais precisa e a uma compreensão do conteúdo temático dos objetos museológicos. Portanto, a análise das categorias revelou não apenas os processos envolvidos, mas também destacou a importância dessas estratégias para uma abordagem aprofundada na determinação do assunto de objetos museológicos.

6. Considerações finais

Com sustentação nos PVI e na amostra representativa das coleções zoológicas, pode-se observar que existe uma dinâmica complexa entre as operações cognitivas e metacognitivas durante a leitura documentária de objetos museológicos.

Observa-se que a dimensão cognitiva desse processo emerge à medida que os profissionais do museu se engajam na análise do objeto por meio das características físicas e contextuais. Simultaneamente, a metacognição desempenha um papel crucial ao possibilitar a autoavaliação e autorregulação durante o processo de leitura documentária.

Nesse cenário, a análise de assunto dos objetos museológicos é impulsionada por estratégias cognitivas e metacognitivas, cuja sinergia permite que os profissionais tenham uma compreensão mais abrangente do objeto museológico. Dessa forma, ao compreender a interseção desses processos, os profissionais podem otimizar suas abordagens, garantindo um maior rigor na catalogação museológica e, consequentemente, uma melhor representação e recuperação da informação museológica.

Referências Bibliográficas

Alonso Arroyo, A., Fujita, M. S. L., Gil Leiva, I. & Padiella, A. (2016). Protocolo verbal: análisis de la producción científica, 1941-2013. *Informação & Sociedade*, 26(2), 61-76.

- Carvalho, R. A. (2022). A análise de assunto no contexto museológico: aplicação do protocolo verbal individual nos museus da UFPA e MPEG (Dissertação de mestrado em Ciência da Informação). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Carvalho, R. A., Redigolo, F. M. & Fujita, M. S. L. (2023). Procedimentos Para Leitura Documentária de Objetos Museológicos de Coleções Zoológicas: Contribuições Para Análise de Assunto em Museus. In N. B. Tognoli, A. C. de Albuquerque, & B. M. N. Cervantes (Eds.), *Organização e Representação do Conhecimento em Diferentes Contextos: Desafios e Perspectivas na Era da Datificação* (Vol. 6, 475-481). Londrina: ISKO-Brasil: PPGCI-UUEL.
- Ceravolo, S. M. & Tálamo, M. F. G. M. (2007). Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In *Anais do 8º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Salvador, UFBA.
- Cintra, A. M. M. (1989). Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese* (2a ed.). SCT; CNPq; IBICT.
- Cavalcanti, M. C. (1989). *I-n-t-e-r-a-ç-ã-o leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática*. Unicamp.
- Fujita, M. S. L. (2003). A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 1(1), 60-90.
- Fujita, M. S. L., Nardi, M. I. A., & Fagundes, S. A. (2003). Observing documentary reading by verbal protocol. *Information Research - an International Electronic Journal*, 8(4), 31.
- Guimarães, J. A. C.; Moraes, J. B. E. de, & Guarido, M. D. M. (2007). Análisis documental de contenido de textos narrativos. *Ibersid*, 1, 93-99.
- Hjørland, B. (2018). Indexing: concepts and theory. *Knowledge Organization.*, 45(7), 609-639.
- Kintsch, W. (1998). *Comprehension: a paradigm for cognition*. New York: Cambridge University Press.
- Lancaster, F. W. (2004). *Indexação e resumos: Teoria e prática* (2ª ed.). Brasília: Briquet Lemos.
- Moraes, J. B. E. de & Guimarães, J. A. C. (2006). Análise documental de conteúdo de textos literários: em busca do diálogo entre as concepções de aboutness/meaning e de percurso temático/percurso figurativo. *Scire*, 12(1), 71-83.
- Redigolo, F. M. (2014). *O processo de análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação do protocolo verbal* (Tese de doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- Van Dijk, T. A. & Kintsch, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

Desinformação nas Mídias Sociais e a Organização do Conhecimento

Giulia Nascimento Martins¹; Natália Marinho do Nascimento²

Resumo: O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação trouxe implicações em todos os âmbitos da sociedade, inclusive no uso das mídias sociais. A quantidade de ambientes para a interação e compartilhamento de informações cresceu exponencialmente e o modo de armazenar, organizar e disseminar tudo isso tornou-se complexo. Nesses ambientes, muitas informações falsas são disponibilizadas de modo incorreto e propagadas porque não são confirmadas e validadas antes de serem disseminadas. Partindo desse pressuposto faz-se necessário compreender as mídias sociais para analisar a informação e a desinformação nesses ambientes. Diante disso, os objetivos deste trabalho são: analisar a relação entre a disseminação da desinformação e a Organização do Conhecimento, bem como, analisar o papel das mídias sociais na propagação da desinformação. Como problema busca-se compreender como a Organização do Conhecimento pode contribuir para diminuir a desinformação que ocorre nas mídias sociais. Parte-se da hipótese de que a Organização do Conhecimento pode auxiliar por meio de suas técnicas de tratamento e organização da informação e do conhecimento no combate à disseminação da desinformação nas mídias sociais. Como metodologia optou-se pela pesquisa bibliográfica com o objetivo de reunir as informações e dados que darão subsídios teóricos para a investigação e também na elucidação proposta para este projeto. Além disso, a pesquisa configura-se em qualitativa do tipo descritiva. Ao final do trabalho, será possível inferir que a aplicação da Organização do Conhecimento, junto ao uso da Inteligência Artificial, é essencial no combate à disseminação de desinformação nas mídias sociais, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento de um ambiente virtual mais confiável.

Palavras-chave: Desinformação; Mídias Sociais Digitais; Organização do Conhecimento;

Resumen: El avance de las Tecnologías de la Información y la Comunicación ha traído implicaciones en todos los ámbitos de la sociedad, incluyendo el uso de las redes sociales. La cantidad de espacios para la interacción y el intercambio de información ha crecido exponencialmente, y la forma de almacenar, organizar y difundir todo esto se ha vuelto compleja. En estos entornos, se disponen y propagan muchas informaciones falsas de manera incorrecta, ya que no se confirman ni validan antes de difundirse. A partir de esta premisa, es necesario comprender las redes sociales para analizar la información y la desinformación en estos entornos. Por lo tanto, los objetivos de este trabajo son analizar la relación entre la propagación de la desinformación y la Organización del Conocimiento, así como analizar el papel de las redes sociales en la propagación de la desinformación. Como problema, se busca comprender cómo la Organización del Conocimiento puede contribuir a reducir la desinformación en las redes sociales. Se parte de la hipótesis de que la Organización del Conocimiento puede ayudar mediante sus técnicas de tratamiento y organización de la información y el conocimiento en la lucha contra la propagación de la desinformación en las redes sociales. En cuanto a la metodología, se ha optado por la investigación bibliográfica con el objetivo de recopilar la información y los datos que proporcionarán fundamentos teóricos para la investigación y para la propuesta de este proyecto. Además, la investigación se configura como cualitativa de tipo descriptiva. Al final del trabajo, se podrá inferir que la aplicación de la Organización del Conocimiento, junto con el uso de la Inteligencia

¹ Universidade Estadual Paulista - UNESP
E-mail: nascimento.martins@unesp.br
ORCID: <http://orcid.org/000-0003-3111-0248>

² Universidade Estadual Paulista - UNESP
E-mail: natalia.nascimento@unesp.br
ORCID: <http://orcid.org/000-0002-0770-2035>

Artificial, es esencial para combatir la propagación de la desinformación en las redes sociales, proporcionando una base sólida para el desarrollo de un entorno virtual más confiable.

Palabras clave: Desinformação; Mídias Sociais Digitais; Organização do Conhecimento

Sumario: 1. Introdução. 2. Desinformação. 3. O Papel da Organização do Conhecimento no Combate à Desinformação. 4. Resultados. 5. Conclusão. 6. Agradecimentos. 7. Referências Bibliográficas.

1. Introdução

A tecnologia está em muitos momentos e lugares cercando os indivíduos, em tempos de avanços científicos, tecnológicos e concomitantemente a essas descobertas ocorreu o desenvolvimento de Tecnologias da Informação e Conhecimento (TIC). Para Miranda (2007), as TICs referem-se "à conjugação da tecnologia computacional ou informática com a tecnologia das telecomunicações e tem na Internet e mais particularmente na *World Wide Web* (WWW) a sua mais forte expressão".

Com base em Souza (2007), a aceleração dos processos de comunicação e o desenvolvimento das TICs permitem a democratização do saber, além de propagar valores culturais e de mercado impostos pelas culturas hegemônicas, dificultando assim uma reflexão crítica sobre o uso da informação. Isso acontece quando o conhecimento veiculado pelas novas tecnologias torna o seu usuário um mero reprodutor dos discursos difundidos. Nesse caso, o fato de ter acesso às novas mídias - internet, base de dados, repositórios e bibliotecas digitais, etc. não faz do usuário um sujeito capaz de gerar novos conhecimentos. Em outras palavras, ter acesso às tecnologias, saber usar computadores e internet, não significa que o sujeito tenha domínio destas ferramentas, que saiba explorar suas potencialidades e produzir novos conhecimentos, uma vez que, para Hessen e Correia (1999), o conhecimento é um processo, no qual somente nos apropriamos da informação quando executamos diversas competências e, ao mesmo tempo, necessitamos delas para que o conhecimento seja gerado e transformado.

Neste sentido, muitas vezes, os próprios donos de perfis de mídias sociais utilizam da desinformação a fim de influenciar os usuários. Assim, a desinformação utiliza técnicas de comunicação e informação de modo que induz o usuário ao erro, além disso, ela apresenta uma falsa imagem da realidade suprimindo ou ocultando informações e minimizando sua importância ou modificando seu sentido (Bandeira, 2019). Desse modo, Bandeira (2019, p. 17) afirma que seu principal objetivo "é influenciar a opinião pública de maneira a proteger interesses de alguns".

1.1 Objetivos

Os objetivos desta pesquisa são multifacetados e visam compreender e abordar os desafios relacionados ao uso das mídias sociais no contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Primeiramente, a pesquisa busca analisar a relação entre a disseminação da desinformação e a Organização do Conhecimento, explorando como a OC pode contribuir para mitigar o problema da desinformação nas mídias sociais.

Em segundo lugar, procura-se examinar o papel das mídias sociais na propagação da desinformação, reconhecendo seu impacto na sociedade moderna. A pesquisa também busca compreender como a combinação de ferramentas de Organização do Conhecimento e Inteligência Artificial pode ser eficaz no combate à disseminação da desinformação.

1.2. Metodologia

A metodologia adotada envolve uma abordagem qualitativa e descritiva, com base em pesquisa bibliográfica para reunir informações teóricas e dados que embasem a investigação.

2. Desinformação

As mídias sociais, além de facilitarem as interações, têm-se transformado em fontes de informação cruciais na contemporaneidade (Vidigal; Marques, 2016). Recuero observa que a capacidade dessas plataformas em disseminar informações por meio das conexões existentes alterou significativamente o panorama da disseminação de conteúdo. Consequentemente, as pessoas conseguem compartilhar informações de forma mais ágil e interativa, gerando a criação de novos canais e uma multiplicidade de dados circulando entre os grupos sociais (Recuero, 2009).

Mueller (2000) sustenta que o surgimento de novos meios e canais de comunicação expandiu consideravelmente a interação em nosso cotidiano. A autora destaca que com a revolução da internet, especialmente com a ascensão das mídias sociais, a disseminação de informações equivocadas, incorretas e falsas tornou-se mais fácil, prática e rápida do que nunca. Os jornais digitais e as redes sociais, segundo a autora, são exemplos de canais de comunicação com maior visibilidade para os usuários.

Para Heller, Jacobi e Borges (2020, p.199): “O fenômeno da Desinformação, é uma ambivalência da informação e situa-se claramente no âmbito da Ciência da Informação. Seja oferecendo uma discussão robusta, seja indicando meios de enfrentamento a esse fenômeno, a Ciência da Informação, pode assumir o protagonismo de quem tem a informação como seu objeto.”

No contexto atual, a desinformação essencialmente envolve a manipulação intencional dos fatos com o propósito de atingir objetivos específicos, frequentemente distorcendo a verdade. Para abordar essa complexidade, Wardle & Derakhshan (2017) propõem uma categorização da desinformação em três tipos: Mis-information (informações falsas compartilhadas sem intenção de causar danos), Dis-information (propagação intencional de informações falsas com intuito de prejudicar) e Mal-information (divulgação de informações verdadeiras que deveriam ser mantidas em sigilo com intenção de causar danos).

Essas nuances ressaltam a complexidade do fenômeno da desinformação e a necessidade de compreendê-lo em sua totalidade, considerando suas múltiplas formas e o impacto que pode ter na sociedade em geral. Os autores Souza e Teffé (2018) afirmam que a desinformação é um problema complexo, exigindo a

participação de diversos atores das áreas tecnológicas, governamentais, de marketing e da sociedade civil para sua inibição e combate eficazes. Portanto, a compreensão da desinformação demanda uma abordagem cuidadosa e crítica para identificar, compreender e atenuar seus efeitos prejudiciais, destacando o relevante papel da Organização do Conhecimento na luta contra os diversos tipos de desinformação.

3. O Papel da Organização do Conhecimento no Combate a Desinformação

A Organização do Conhecimento (OC), conforme discutido por Dahlberg (2006), é uma disciplina fundamental que se dedica a estruturar e sistematizar conceitos independentemente de suas particularidades. Ela é a força motriz por trás da criação de ferramentas conhecidas como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), que desempenham um papel crucial na apresentação de objetos de estudo de maneira sistematizada e estruturada, até mesmo no ambiente online. A relevância da Organização do Conhecimento vai além da simples categorização de informações; ela é fundamental para uma compreensão abrangente das características e, mais importante, das implicações da desinformação. Ao assumir a responsabilidade de arbitrar significados e signos, a OC influencia e institui discursos e práticas, como enfatizado por Assis (2021).

À medida que adentramos o século XXI, a ascensão da Inteligência Artificial (IA) suscita debates vigorosos sobre a concorrência entre máquinas e seres humanos. Embora a tecnologia esteja progredindo rapidamente, ainda está longe de se equiparar à complexidade da mente humana, como observado por Kaufman (2022). No entanto, essa era tecnológica oferece vastas oportunidades para explorar a IA em diversas áreas, incluindo a Ciência da Informação. A IA pode ser vista como uma aliada na batalha contra a desinformação, contribuindo com suas capacidades únicas para o cenário.

Portanto, emerge uma perspectiva promissora para combater a disseminação da desinformação ao integrar os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) com ferramentas de inteligência artificial. Essa abordagem oferece a possibilidade de desenvolver mecanismos que recomendem conteúdo autêntico, poupando os usuários dos algoritmos de recomendação que frequentemente propagam informações enganosas. A colaboração harmoniosa entre OC e IA não apenas facilita a disseminação de informações precisas, mas também reforça a importância da capacidade humana de discernir e interpretar informações criticamente, criando uma sociedade mais bem informada e resistente à desinformação. Essa conexão entre disciplinas promete moldar um futuro onde a verdade prevalece sobre a falsidade, e a informação se torna uma ferramenta poderosa para a sociedade.

Primeiramente, a OC auxilia na classificação e rotulação da informação, o que é essencial para identificar e separar informações verdadeiras da desinformação. Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) permitem categorizar e estruturar a informação de forma que seja mais fácil discernir sua veracidade. Por exemplo, através do uso de metadados e ontologias, é possível etiquetar a informação com dados relevantes, como fonte, data e confiabilidade.

Ademais, a OC facilita a criação de sistemas de busca e recuperação de informação mais eficazes. Isso é crucial para que as plataformas de redes sociais possam filtrar e remover conteúdo desinformativo. Algoritmos de busca e recomendação podem se beneficiar da OC para identificar e priorizar conteúdo confiável em detrimento do conteúdo desinformativo.

Por fim, a OC promove a criação de bases de dados e repositórios organizados de informações confiáveis. Esses recursos podem servir como pontos de referência para verificar a veracidade das informações compartilhadas em redes sociais. Além disso, SOC podem contribuir para o desenvolvimento de sistemas mais eficazes de verificação de fatos.

Sendo assim, a Organização do Conhecimento é uma ferramenta poderosa na luta contra a desinformação nas redes sociais. Em conjunto com a inteligência artificial e outras tecnologias, a OC pode desempenhar um papel crucial na criação de ambientes virtuais mais confiáveis e na mitigação dos efeitos prejudiciais da desinformação.

4. Resultados

A partir da presente pesquisa, é possível compreender que a Organização do Conhecimento é uma ferramenta eficaz no combate à desinformação. Entretanto, foi possível inferir que há poucos estudos que relacionem as duas áreas, sendo um assunto a ser melhor desenvolvido.

5. Conclusão

A tecnologia permeia muitos aspectos da vida moderna, e em um período de avanços científicos e tecnológicos, presenciamos o surgimento das Tecnologias da Informação e Conhecimento (TICs). A rápida expansão das TICs e dos processos de comunicação trouxe consigo a democratização do conhecimento, mas também a propagação de valores culturais e de mercado impostos por culturas dominantes. Em um cenário em que as mídias sociais desempenham um papel central na vida cotidiana, é preocupante observar que a desinformação é muitas vezes promovida pelos próprios proprietários de perfis dessas plataformas. A desinformação utiliza estratégias de comunicação para enganar os usuários, criando uma falsa representação da realidade ao suprimir ou ocultar informações, ou ao distorcer seu significado. Isso, como apontado por Bandeira (2019), muitas vezes serve ao propósito de influenciar a opinião pública em benefício de interesses particulares.

Esta pesquisa abordou os desafios relacionados ao uso das mídias sociais no contexto das TICs. Investigamos a relação entre a disseminação da desinformação e a Organização do Conhecimento, examinando como a OC pode ser uma ferramenta crucial na mitigação desse problema. Além disso, consideramos o papel das mídias sociais na propagação da desinformação e como a combinação de ferramentas de Organização do Conhecimento e Inteligência Artificial pode ser eficaz no combate a essa disseminação prejudicial. A desinformação é uma ameaça complexa que exige uma abordagem multifacetada envolvendo governos, empresas de tecnologia e a

sociedade em geral. Além disso, a conscientização e a educação desempenham papéis fundamentais, capacitando os usuários a discernir informações confiáveis das falsas. Embora enfrentemos desafios contínuos, com o comprometimento adequado, podemos trabalhar para criar um ambiente de mídias sociais mais informado, responsável e confiável.

6. Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

7. Referências bibliográficas

- Assis, J. (2021). Folksonomias e pós-verdade: desafios para a organização do conhecimento. *Liinc em Revista*, 17(1), e5706.
- Bandeira, D. H. T. (2019). Critérios para identificar a desinformação nas mídias digitais: uma abordagem sobre o feminicídio e violência contra a mulher. 2019. 137 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília.
- Dahlberg, I. (2006). Knowledge organization: a new science?. *Knowledge Organization*, 33(1), 11-19.
- Heller, B., Jacobi, G., & Borges, J. (2020). Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, 49(2).
- Hessen, J., & Correia, A. (1999). *Teoria do conhecimento* (pp. 13-13). São Paulo: Martins fontes.
- Kaufman, D. (2022). *Desmistificando a inteligência artificial*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Miranda, G. L. (2007). Limites e possibilidades das TIC na educação. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 3, 41-50
- Mueller, S. P. M. (2000). A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Recuero, R. (2009). Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. *Metamorfoses jornalísticas*, 2, 1-269.
- Souza, C. A., & Teffé, C. A. S. D. (2018). Fake News e eleições: identificando e combatendo a desordem informacional. In G. Abboud, N. Nery Jr, & C. Ricardo (Eds.), *Fake news e Regulação* (pp. 177–190). Thomson Reuters.
- Souza, R. F. de (2007). Organização do conhecimento. In.: TOUTAIN, Lídia M. B. B. (org). *Para entender a Ciência da Informação*. Salvador: EDUFBA, p. 103-124.
- Vidigal, F., & Marques, L. K. S. (2016). Redes Sociais como Fontes de Informação em Inteligência Competitiva: Uma abordagem a partir de métodos qualitativos. In *Atas: Investigação qualitativa em ciências sociais* (Vol. 3, pp. 407-416). <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/983>.
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking* (Vol. 27, pp. 1-107). Strasbourg: Council of Europe.

Prêmios e instituições de literatura infantil e juvenil do Brasil e o PNLD: análise a partir do conceito de regime de informação.¹

Debora Santos de Oliveira²

Resumo: Reconhece que os prêmios de literatura possuem uma importante função na indústria editorial do livro. Observa o uso da informação dos prêmios de Literatura Infantil e Juvenil (LIJ) junto ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) na Organização do Conhecimento (OC) da indústria editorial do livro. Aborda o conceito de Regime de Informação (RI) como instrumento analítico para questionar a possível falta de imparcialidade do PNLD que, comprometido com o fomento do livro e da leitura no Brasil, se condiciona ao jogo de interesses do comércio do livro. Traz as características do Prêmio da Academia Brasileira de Letras de Literatura Infantil e Juvenil (ABL), Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte de Literatura (APCA), Prêmio da Companhia Editora de Pernambuco de Literatura Infantil (CEPE), Prêmio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), Prêmio Glória Pondé de Literatura Juvenil da Fundação Biblioteca Nacional (BN), Prêmio Sylvia Orthof de Literatura Infantil da Fundação Biblioteca Nacional (BN), Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Prêmio da Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil (AEILJ), distinguindo-os como os principais prêmios de LIJ brasileira. Destaca as agências mantenedoras dos prêmios de LIJ. Assinala as editoras Companhia das Letrinhas, Cosac Naify, Ática, Peirópolis Positivo e FTD como as que mais receberam prêmios de LIJ nos últimos vinte anos (2000-2020). Aponta o prêmio da FNLIJ e o prêmio Jabuti como participantes do RI e da OC da indústria editorial do livro.

Palavras chaves: Prêmios literários; Literatura infantil e juvenil; PNLD; Regime de informação; Prêmios de literatura infantil e juvenil.

Resumen: Reconoce que los premios de literatura desempeñan un papel importante en la industria editorial del libro. Analiza el uso de la información de los premios de Literatura Infantil y Juvenil (CLY), junto con el Programa Nacional del Libro y Material Didático (PNLD), en la Organización del Conocimiento (KO) de la industria editorial del libro. Aborda el concepto de Régimen de Información (RI) como herramienta analítica para cuestionar la posible falta de imparcialidad del PNLD que, comprometido con la promoción del libro y la lectura en Brasil, está condicionado a los intereses del comercio del libro. Se examinan las características del Premio de Literatura Infantil y Juvenil de la Academia Brasileña de Letras (ABL), el Premio de la Asociación Paulista de Críticos de Arte de Literatura (APCA), el Premio de Literatura Infantil de la Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), el Premio de la Fundación Nacional del Libro Infantil y Juvenil (FNLIJ), el Premio Glória Pondé de Literatura Infantil de la Fundación Biblioteca Nacional (BN), el Premio Sylvia Orthof de Literatura Infantil de la Fundación Biblioteca Nacional (BN), el Premio Jabuti de la Cámara Brasileña del Libro (CBL) y el Premio de la Asociación de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil y Juvenil (AEILJ), distinguiéndolos como los principales premios brasileños de literatura infantil. Destaca las agencias que organizan los premios del AIL. Destaca las editoriales Companhia das Letrinhas, Cosac Naify, Ática, Peirópolis Positivo y FTD como las que más premios de literatura infantil han recibido en los últimos veinte años (2000-2020). Señala al premio FNLIJ y al premio Jabuti como partícipes del IR y OC de la industria editorial de libros.

¹ Traz resultados parciais da tese “El impacto de los premios de literatura infantil y juvenil iberoamericano en el canon literario: El caso de Castilla y León (2000-2020)” orientadas pelas professoras doutoras Araceli García Rodríguez y Raquel Gómez Díaz, com previsão de defesa no ano de 2024.

² Doutoranda no Programa de “Formación de la Sociedad del Conocimiento” da Universidade de Salamanca. E-mail: oliveira2019@usal.es
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5084-3936>

Palabras clave: Premios literarios; Literatura infantil y juvenil; PNLD; Régimen de información; Premios de literatura infantil y juvenil.

Sumario: 1. Introdução. 2. Organização do Conhecimento e Regime de Informação. 3. Análises e Resultados. 4. Conclusões. 5. Referências

1 Introdução

Os prêmios de literatura cumprem um papel singular na validação do sistema literário, pois reconhecem obras e autores e consolidam nomes como recomendáveis para a leitura. Para Lluch, Tabernero-Sala e Calvo-Valios (2015) prêmios literários são uma porta de entrada para os livros. Soma-se a isto o que Squires (2013), Amaral (2015) e Almeida (2015) afirmam que os ganhadores dos prêmios literários recebem visibilidade e, ao mesmo tempo, financiamento, o que possibilita muitas vezes alguma ascensão na carreira como autor. Zilberman (2017) destaca que as obras premiadas são representativas no âmbito da produção literária e dão visibilidade ao mercado editorial livro.

Em relação aos prêmios de literatura infantil e juvenil, de aqui em diante LIJ, as mesmas propriedades supracitadas são aplicáveis. No entanto, a diferença perceptível é o papel do mediador, que influencia na formação cultural e social da criança e do jovem.

A partir do exposto, questiona-se por meio das lentes do conceito de Regime de Informação (RI) se o prêmio literário pode ser visto como um ator determinante no sistema da indústria editorial. Assim como se esta submissão do prêmio literário as agências que o financiam comprometem a imparcialidade de programas como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Nessa direção, se arquitetou a seguinte pergunta de pesquisa: prêmios literários de LIJ podem influenciar na OC ou no RI da indústria editorial?

1.1 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é reconhecer se os prêmios de LIJ, junto às instituições que o agenciam, possuem alguma influência na indústria editorial do livro. Da mesma forma, observar a relação dos prêmios com o PNLD.

Para chegar ao objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Discutir o conceito de Organização do Conhecimento (OC) e relacioná-lo ao conceito de Regime de Informação (RI).
- Levantar os prêmios de LIJ brasileira, as agências que os atribuem e as editoras premiadas, destacando possíveis relações com o PNLD.

1.2 Metodologia

Para o levantamento dos prêmios de LIJ foi realizada uma pesquisa exploratória pautada em levantamento documental eletrônico.

Para a recuperação dos prêmios de LIJ as páginas da Biblioteca Nacional (BN); Fundação Nacional do livro infantil e juvenil (FNLIJ) e Câmara Brasileira de Livros (CBL) foram contempladas. Assim como revistas especializadas de estudo em literatura brasileira, outras notícias da imprensa geral, que agregaram informações válidas também foram acionadas.

Nestes instrumentos de pesquisa, as seguintes palavras-chave foram usadas para a recuperação das informações: “prêmios”, “literários”, “infantis” e “juvenis”, cada uma com as suas variações.

Os critérios de análise para considerar os prêmios de LIJ foram:

- 1) Ser prêmio de literatura infantil e juvenil de uma agência pública ou privada brasileira.
- 2) Ter relevância nacional.
- 3) Ser válido entre 2000 e 2020.

Algumas bases de dados foram empregadas, a fim de levantar o debate sobre os conceitos de OC e RI, tais como: Brapci – Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação e *Scientific Electronic Library Online* – SCIELO e, outros.

O portal do Ministério da Educação e a página do planalto brasileiro também foram incorporados para observar o decreto n.º 9.099 que dispõe sobre o PNLD.

2. Organização do Conhecimento e Regime de Informação

O conceito de OC³ e RI foram pertinentes para ponderar sobre uma possível influência dos prêmios literários na problemática da indústria editorial do livro brasileira. OC procura “[...] verificar como o conhecimento pode ser compreendido, organizado, descrito e representado, de modo que possa ser disponibilizado e acessado”. (Danuello, 2007, p.22).

Rabello e Guimarães (2006, p.11) também relatam que “[...] o conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, e admite usos indiscriminados; [...] as leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis, e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar”.

Ao considerar OC como o processo de produção do conhecimento (registrado), se observa o PNLD pelo âmbito documental, isto é, sendo uma política/lei que orienta a disseminação de livros e incentiva a leitura na escola.

A partir deste entendimento, é pertinente considerar que as legislações refletem o comportamento do sistema governamental. E para discutir a manutenção desse modo informacional, se apropria do conceito de RI.

³ O uso do conceito de OC, na pesquisa presente, não é observado sobre a óptica das atividades ou dos instrumentos utilizados no tratamento de documentos para armazenamento, disseminação, recuperação e uso em sistemas e serviços de informação. Senão, no uso da informação dos prêmios literários na organização do conhecimento da indústria editorial do livro.

Segundo Bezerra, *et al.* (2016), RI é significativo para se ter um cenário que revele as ações das políticas de informação, seus atores, normas, instituições, etc., que se relacionam de alguma forma.

RI se constitui instrumento analítico quando “a reconstrução dos modos de produção de ações e práticas de informação, ancoradas nas redes densas de relações culturais, sociais e econômicas e condicionadas pelas estruturas preferenciais das relações de poder” (González de Gómez e Chicanel, 2008, p.2).

Os dois conceitos relacionam-se quando há tentativa de observar como os prêmios, junto ao PNLD podem influenciar na OC da indústria editorial do livro. O que se poderia explicar na perspectiva de RI é que há necessidade de permanência dos atores, (do prêmio literário e do PNLD), que sustentem esta cadeia produtiva editorial do livro.

3. Análises e Resultados

Para alcançar às expectativas propostas anteriormente, se destacam as seguintes características dos prêmios de LIJ brasileiro e do PNLD.

3.1 Prêmios literários

Foram localizados oito prêmios de literatura infantil e juvenil brasileiros, que são eles:

1. Prêmio da Academia Brasileira de Letras de Literatura Infantil e Juvenil (ABL)
2. Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte de Literatura (APCA)
3. Prêmio da Companhia Editora de Pernambuco de Literatura Infantil (CEPE)
4. Prêmio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ)
5. Prêmio Glória Pondé de Literatura Juvenil da Fundação Biblioteca Nacional (BN)
6. Prêmio Sylvia Orthof de Literatura Infantil da Fundação Biblioteca Nacional (BN)
7. Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro (CBL)
8. Prêmio da Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil (AEILJ).

Para cada um deles foram coletadas todas as informações que os caracterizavam. Contudo, para aproximar-se do objetivo proposto, se descreve a continuação unicamente as indispensáveis.

3.1.1 Prêmios de LIJ e suas agências

A Academia Brasileira de Letras (ABL) é uma instituição literária fundada no século XIX para divulgar a língua e a cultura portuguesa. Até 1994 concedia o

Prêmio Machado de Assis exclusivamente para literatura infantil, substituído em 1998 pelo Prêmio ABL de LIJ.

O prêmio atribuído pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), foi criado em 1956 para disseminar o conhecimento sobre o jornalismo cultural brasileiro. A partir de 1972, passou a incluir outras áreas, como cinema e literatura, e a partir de 1983 a categoria honorária de LIJ.

A Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) foi criada em 1967 e é uma editora vinculada à Secretaria do Estado de Pernambuco. Desde 2018, concede o Prêmio Nacional de Literatura LIJ que premia autores brasileiros, independentemente da sua região de origem.

A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), criada em 1968, possui uma seção no *International Board of Books Young People* (IBBY)⁴. A FNLIJ é a representação brasileira no cenário internacional, tendo como seu principal objetivo o de divulgar o livro brasileiro para crianças e jovens. Entre outras atividades, concede o prêmio desde 1996 a 18 categorias para livros infantis e juvenis.

A Biblioteca Nacional brasileira, por intermédio da sua Fundação, criada em 1810, é responsável pelo patrimônio bibliográfico nacional, possuindo dois prêmios literários, o Prêmio Glória Pondé de literatura infantil, instituído em 2003 e o Prêmio Sylvia Orthof de literatura juvenil, organizado em 2012.

Criada em 1940, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) tem a missão de promover o mercado do livro brasileiro e incentivar a leitura. Desde 1959, concede o prêmio Jabuti, assim como faz o reconhecimento do Livro do Ano.

A Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil (AEILIJ) foi criada em 1999 para defender o trabalho de autores e ilustradores, em 2017 instituiu o prêmio que leva o seu nome.

Observa-se que o prêmio Jabuti é o mais tradicional, no que tange a sua antiguidade. Dez anos após a sua criação, surge o prêmio da FNLIJ que se destaca não somente ao nível nacional, como também internacional. Os prêmios APCA e ABL se instituem aproximadamente no final do século XX e já no século seguinte a BN e a CEPE lançam os seus prêmios. Por último, e, mais especializado em LIJ está o da AEILIJ, fundada há menos de 10 anos. É interessante considerar que as associações são mantidas pelos seus parceiros, o que normalmente não configura continuamente uma estabilidade financeira, a APCA e a AEIL possuem estas características. As academias, como a ABL, possuem o estilo da intelectualidade e o compromisso com a permanência do legado dos literatos nacionais. No caso das editoras, espera-se um peso mais significativo no mercado quando acompanhada de um grupo editorial, o que não é o caso da CEPE, que é uma companhia com caráter de sociedade, ainda que exerça a função editorial. E por último, está a Biblioteca Nacional que é uma fundação sem fins lucrativos que visa salvaguardar o patrimônio bibliográfico brasileiro.

⁴ O *International Board of Books Young People* é uma organização internacional comprometida com o livro infantil e juvenil, sua sede está em Basileia, Suíça.

3.1.2 Das obras premiadas

Outro fator significativo, é a quantidade de obras que cada prêmio galardoou, em ordem crescente, que se encontra na tabela a seguir.

Tabela 1 – Quantidade de obras premiadas por prêmios de LIJ de 2000-2020.

Prêmio	Número de obras premiadas
APCA	3
CEPE	7
AEIL	13
Gloria Pondé e Sylvia Orthof da BN	16
ABL	17
Jabuti	47
FNLIJ	350

Fonte do autor

Apesar de que os prêmios se diferenciam nas datas de criação e nas categorias que galardoam, é interessante reconhecer que os prêmios que mais recompensaram foram o da FNLIJ e o Jabuti.

Outro fator que pode corroborar essa presença de tantas obras premiadas é a quantidade de obras que estes prêmios recebem. Isto é, o que seduz as editoras e autores para enviarem as suas obras para diferentes prêmios; um fator importante pode ser a questão econômica.

Tabela 2 Prêmios literários e as suas atribuições aos vencedores – segundo os editais de 2000 a 2020.

Prêmio	Valor entregue
Jabuti da CBL	5 mil reais
CEPE	10 mil reais
Pondé da BN	30 mil reais
Sylvia Orthof da BN	30 mil reais
ABL	50 mil reais
APCA	Menção honrosa
FNLIJ	Menção honrosa
AEILIJ	Menção honrosa

Fonte do autor

Os prêmios que não seriam considerados atrativos economicamente seriam os que só oferecem menção honrosa, no entanto, não se pode ignorar outro fator significativo, a questão simbólica. Nesses dois aspectos, o prêmio da FNLIJ e o Jabuti se destacam, já que o primeiro é o único que representa o Brasil no panorama internacional e o segundo premia o Livro do ano. Este segundo concede a quantia de 100 mil reais para esta categoria, superando a dos outros prêmios.

3.1.3 Das editoras

A seguir estão as editoras que mais foram premiadas nos últimos vinte anos (2000-2020).

Tabelas 3 – Editoras mais premiadas no Brasil com livros de LIJ de 2000-2020

Editoras	Porcentagens de premiações
Companhia das Letrinhas ⁵	36%
Cosac Naify ⁶	27%
Ática ⁷	11%
Peirópolis ⁸	9%
Positivo ⁹	8%
FTD ¹⁰	9%

Fonte do autor

De acordo com Furtado (2011, apud Guerra, 2015, p.22) as editoras Companhia das Letrinhas, Cosac Naify, Peirópolis e FTD são mantenedoras da FNLIJ. Ademais, questiona-se a aparição do PNLD nas páginas oficiais das editoras, enquanto a editora Positivo não possuía nenhuma descrição em sua página sobre o programa, todas as outras faziam referência e possuíam um acervo exclusivo ao PNLD. Não se sabe se essa referência serve somente para que os interessados possam encontrar os livros que possuem “o selo” do PNLD, isto é que estão dentro do programa e estão sendo recomendados, ou se o intuito das editoras é demonstrar que estas obras foram validadas pelo PNLD, aumentando assim o seu prestígio e o seu valor simbólico.

3.2. O PNLD e os prêmios literários

O (PNLD) está “destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas, literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa” (Brasil, 2017). O financiamento do PNLD se dá por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

⁵ A Companhia das Letrinhas é um selo da editora Companhia das Letras, que faz parte de um extenso grupo editorial, possui fator significativo no comércio do livro, pela colaboração com outras editoras. Este selo demonstra uma exclusividade a LIJ.

⁶ A Cosac Naify encerrou suas atividades em 2015, tendo seu acervo comprado pela Amazon. https://pt.wikipedia.org/wiki/Cosac_Naify

⁷ A editora Ática é do ramo dos livros escolares.

⁸ A editora Peripólis em 2022 completou 22 anos, tendo em sua história o recebimento de diversos prêmios literários segundo a sua página oficial:

<https://www.editorapeiropolis.com.br/quem-somos>

⁹ Fazendo parte do sistema de ensino Positivo, não foi encontrada a data correta de criação da editora. Porém, o sistema está focado na temática da educação. <https://loja.editorapositivo.com.br/quem-somos/>

¹⁰ Criada em 1902, também tem ênfase na educação. <https://pt.wikipedia.org/wiki/FTD>

Através da pesquisa intitulada "Retratos da Leitura no Brasil" (Instituto Pró-Livro, 2020), que traça o comportamento do leitor brasileiro, se pode questionar se programas como PNLD influenciam no desenvolvimento da leitura no país.

O resultado da pesquisa apontou a frequência de leitura por tipo de material, sendo em primeiro lugar os livros escolares os mais lidos. Esses dados indicam que, a priori, a leitura no Brasil está relacionada ao ambiente escolar.

Além disso, um estudo realizado pela Câmara Brasileira de Livros (2021), que expõe a produção e vendas do setor editorial brasileiros, indicou que os livros publicados em 2022, com dados do ano anterior, demonstraram que a venda de livros teve um faturamento de 3,9 bilhões de reais, dos quais 1,20 bilhão de reais eram livros didáticos.

Tendo em conta os dados supracitados, se percebe que é provável que o PNLD é um dos responsáveis pelo aumento de compra e venda de livros escolares, mais do que no desenvolvimento da leitura em si. Isso se explica quando se percebe que a indústria editorial do livro é uma indústria lucrativa, e por tanto, isto não significa que mais livros estejam sendo lidos, pois o acesso ao livro e a leitura no Brasil corresponde a um processo de democracia.

Ainda que prêmios literários sejam uma possível solução para o aumento da venda de livros e divulgação da leitura, esta inferência está condenada ao fator do mercado, do lucro. Aguiar, Turchi e Martha, (2013, p.47-49) declaram que no Brasil [...] "os critérios de atribuição de prêmios baseiam-se em modelos e normas escolhidos em contextos historicamente variáveis, mas há também um forte componente de mercado, realizado pelos editores, na projeção que os prêmios dão aos autores e às suas obras".

Por tanto, pelo ensejo de solucionar a questão dos baixos índices de leitura, pode se dizer que programas como o PNLD surgem, mas os próprios estão condenados a passar pelo crivo das nuances do mercado. Pode-se ter melhor compreensão desta roda comercial, com a afirmação de como é construído o acervo básico do FNLIJ, financiado por uma larga lista de editoras objetiva ser suporte para as secretarias de educação. Segundo o FNLIJ, o seu Acervo Básico foi "criado em 1996 para orientar a compra de um acervo inicial por Secretarias de Educação, escolas e bibliotecas".

Guerra (2015) também destaca que as editoras que possuem associação com a CBL, do prêmio Jabuti, recebem um desconto para o envio de livros para concorrer ao prêmio. Isto não corresponde apenas à categoria de LIJ, porém o preço das inscrições no prêmio favorece as editoras de grande porte, para submeter uma grande quantidade de livros,

"...elevam-se sobremaneira as chances de que seu (s) livros (s) seja (m) premiados (s) em algumas das 27 (vinte e sete categorias). E com o prestígio de um livro ser premiado, as chances de venda da obra potencializam-se" (Guerra, 2015, p.20).

Somado a isto, na página oficial do Prêmio Jabuti é possível encontrar a seguinte descrição "Anualmente, editoras dos mais diversos segmentos e escritores (as) independentes de todo o Brasil inscrevem suas obras em busca...". A partir desta afirmação se entende que editoras e escritores têm os mesmos privilégios, no entanto, há uma diferença de valores para associados, deixando claro que autores

que se auto publicam pagam mais. Com estas informações se entende que as editoras associadas ao prêmio Jabuti possuem melhores prerrogativas e mais incentivo quanto ao envio de suas obras.

O site oficial da FNLIJ também declara que

A FNLIJ tem como principal missão promover e desenvolver a literatura infantil e juvenil no Brasil, estimulando a leitura, valorizando a produção literária nacional, promovendo a formação de leitores e contribuindo para a melhoria da qualidade dos livros destinados ao público infanto-juvenil. (FNLIJ, 2023).

A fundação chega a afirmar que “recebe das editoras as primeiras edições dos livros publicados, anualmente, para análise e seleção”. Isto é, são as editoras que mantêm a fundação e são as editoras que enviam seus livros para “concorrerem” à premiação. E como o prêmio da FNLIJ possui diversas categorias, a chance de que as grandes editoras enviem muitos livros e tenham a chance de ganhar é enorme, comparadas a pequenas editoras e escritores auto independentes.

Guerra (2015) ressalta que “sabendo que os prêmios Jabuti e FNLJ recebem investimentos editoriais, não há como os consumidores se esquivarem.” Em outras palavras, agenciar prêmios é um negócio lucrativo, tanto pela visibilidade, tanto pela venda e a consequente permanência no mercado, como nas bibliotecas escolares. Mesmo como uma variedade imensa de editoras que dão considerável suporte financeiro aos prêmios, essa multiplicidade serve “apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha” (Adorno e Horkheimer, 1985, p.105 apud Guerra, 2015).

A pesquisa *How big is global publishing* revela que o Brasil ocupa a 13ª posição no ranking mundial de publicação (Wischenbart, 2017). O relatório de 2021 da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)¹¹ indica que em relação ao livro didático o Brasil sobe para a quarta colocação. E em relação à leitura, o Relatório de Avaliação de Alunos do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) revela que o Brasil ocupa a 59ª posição entre 76 países (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019). Portanto, pode-se afirmar que, apesar do Brasil estar entre os 20 países que mais publicam livros no mundo, esse número não é diretamente proporcional aos índices de leitura em que o país ocupa uma das últimas posições. Por outro lado, a elevada taxa de publicação pode dever-se ao boom da publicação de livros de caráter pedagógico e didático; e estes tipos de livros são avaliados e disponibilizados pelo PNLD.

4. Conclusões

Nos últimos 20 anos (2000-2020) o prêmio da FNLIJ foi o mais recompensado, o prêmio Jabuti é o que galardoia melhor financeiramente (considerando o período

¹¹ *World Intellectual Property Organization* (2020). *World Intellectual Property Indicators*. (WIPO). Segundo o Blog del Cedro – “A indústria editorial mundial: algumas cifras”. Publicado em 16/09/2021, disponível em: <https://www.cedro.org/blog/articulo/blog.cedro.org/2021/09/16/industria-editorial-mueve-cifras-millonarias>. Consultado em 25/04/23.

desta pesquisa) e a Companhia das Letrinhas foi a editora que mais recebeu prêmios. Cabe ressaltar que o prêmio da FNLIJ é financiado pelas editoras que mais foram premiadas, sendo as mesmas que possuem um destaque do PNLD nas suas páginas *webs* oficiais.

No RI da indústria editorial do livro há pouco ou nenhum espaço para as agências menores e com menos influência, ainda que estejam comprometidas com a LIJ, como, por exemplo, a AEILIJ. Porque o livro é um objeto de lucro e que sempre estará sujeito ao sistema de compra e venda, sendo o Estado o que mais contribui para este comércio.

Prêmios literários como afirmam García-Rodríguez e Gómez-Díaz (2022) são como uma vitrine, recurso fundamental para apresentar temas importantes para o público infanto-juvenil. Mas, eles estão condicionados a quem os financiam, por isso ainda que fortaleça a ideia simbólica do comprometimento com a educação, em consonância com o incentivo à leitura, não há imparcialidade nesse sistema, já que todos os atores passam pelo crivo do comércio, onde aquele que possui mais capital conduzirá todo caminho. Por isto, se pode afirmar que prêmios de LIJ podem influenciar a Organização do Conhecimento e no Regime de Informação da indústria editorial do livro.

5. Referências

- Aguar, V. T; Turchi, M. Z., Martha, A. A. P. (2013). Prêmios Hans Christian Andersen e Astrid Lindgren Memorial Award (ALMA). En Rechou, B.A.R., Premios literarios e de ilustración na LIX (pp. 37-56). Edicións Xerais de Galicia.
- Amaral, A. L. (2015). Canon e Políticas editoriais no universo da língua portuguesa. En Macedo. A. G., Passos. J., Brugioni. E. (Ed.), *Prêmios literários: O poder das narrativas: as narrativas de poder*. Diacrítica.
- Almeida, Germano. (2015). Acerca de los premios literarios. Revista Diacrítica 29(3).12-16.
- Bezerra, E. P.; Silva, Z. C., et al. (2016). Regime de Informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. *Em Questão*, 22(2), 60-86.
<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewFile/57935/37087>
- Brasil. (2017) Decreto nº 9.099, de julho de 2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9099.htm
- Câmara Brasileira de Livros. (2021). Informe público. Produção e vendas de livros do setor editorial brasileiro. Governo do Brasil. https://cbl.org.br/pesquisas-de-mercado_categoria/1-producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/
- Danuello, Jane Coelho. (2007). *Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional da UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/e1ca8180-5214-439e-a011-80e2a83eb8d6>
- Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. (2024). O que fazemos. FNLIJ. <https://fnlij.org.br/o-que-fazemos/>
- García-Rodríguez, Araceli; Gómez-Díaz, Raquel. (2022). Children's and young adults' literature awards in Spain: Analysis and characterization. *History of Education & Children's Literature*. 17 (2), 355-376.

- González de Gómez, M. N.; Chicanel, M. (2008). As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB*. São Paulo.
- Guerra, Mariana Passos Ramalhete. *O leitor e a literatura juvenil: um diálogo entre os prêmios literários Jabuti e FNLJ e o Programa Nacional Biblioteca da Escola*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositório Institucional da UFES. <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1675/1/O%20LEITOR%20E%20A%20LITERATURA%20JUVENIL%20um%20di%C3%A1logo%20entre%20os%20pr%C3%AAmios.pdf>
- Instituto Pró-Livro. (2020). Informe público. *Retratos da leitura no Brasil*. <http://plataforma.prolivro.org.br/retratos.php>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2019). Relatório Brasil no PISA 2018. INEP. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/relatorio-brasil-no-pisa-2018>
- Lluch, Gemma; Tabernero-Sala, Rosa; Calvo-Valios, Virginia (2015). “Epitextos virtuales públicos como herramientas para la difusión del libro”. *El profesional de la información*, v. 24, n. 6, pp. 797-804.
- Rabello, Rodrigo; Guimarães, José Augusto Chaves. (2006). A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB*. FAPESP, Marília. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/178848>
- Squires, C. (2013). Literary prizes and awards. En G. Harper (Ed.), *A Companion to Creative Writing*. (pp. 291-304). Wiley-Blackwell.
- Wischenbart, R., Bueno, M., Carrenho, C., Fleischhacker, A. (2017). Report. How big is global publishing? A bird’s perspective. BookMap.
- Zilberman, R. (2017). O romance brasileiro contemporâneo conforme os prêmios literários (2010-2014). *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, 50.424-443.10.1590/2316-40185025.

Os tipos de contexto, suas aplicações em diferentes domínios e implicações à representação do conhecimento

Franciele Marques Redigolo¹; Gercina Ângela de Lima²; Mariângela Spotti Lopes Fujita³

Resumen: La variedad de concepciones de contexto se manifiesta en varias dimensiones relacionadas con las situaciones vividas, el discurso utilizado y el entorno en el que opera la comunidad, lo que implica conocimiento de los tipos de contexto presentados en la literatura para reconocer y ampliar las representaciones en la indización. Con el objetivo de sistematizar las características de cada tipología contextual y ampliar las implicaciones para las representaciones del conocimiento en la indexación, se propone realizar un estudio analítico conceptual de los tipos de contextos destacados por autores seminales de diferentes áreas del conocimiento. Se realizó una búsqueda exploratoria, sin límite de tiempo, en las bases de datos electrónicas del Portal de Revistas de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior – CAPES. La muestra, compuesta por 43 definiciones sobre tipos de contexto de diferentes autores, fue extraída de un universo de 87 artículos. Se utilizó la Taxonomía de Contexto para clasificar 46 tipos de contexto encontrados en 22 citas y se encontraron 11 nuevos tipos de contexto sin clasificación. Los resultados obtenidos confirman la interdisciplinariedad del contexto, fuertemente vinculado a las Ciencias de la Información y la Informática a partir de las definiciones sugeridas por los autores de las publicaciones analizadas. Por lo tanto, la confirmación y el registro de los tipos de contexto es evidencia de interdisciplinariedad con otras áreas de dominio cuyo estudio de los significados que cubren sirvió para inferir las implicaciones para la representación en la indización.

Palabras-clave: Contexto; Tipos de contexto; Indización; Representación del conocimiento; Taxonomía de contexto.

Abstract: The variety of conceptions of context manifests itself in several dimensions related to the situations experienced, the discourse used, and the environment in which the community operates, which implies knowledge of the types of contexts presented in the literature to recognize and expand the representations in indexing. With the aim of systematizing the characteristics of each contextual typology and expanding the implications for knowledge representations in indexing, it is proposed to carry out a conceptual, analytical study of the types of contexts highlighted by seminal authors from different areas of knowledge. An exploratory search was carried out, without a time limit, in the electronic databases on the Periodicals Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – CAPES. The sample, composed of 43 definitions of types of contexts from different authors, was extracted from 87 articles. The Context Taxonomy was used to classify 46 types of contexts found in 22 citations and 11 new types of contexts without classification were found. The results confirmed the context's interdisciplinarity, strongly linked to Information Science and Computer Science based on the definitions suggested by the authors of the analyzed publications. Therefore, the confirmation and registration of context types are evidence of interdisciplinarity with other domain areas whose study of the meanings they cover served to infer the implications for representation in indexing.

¹ Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP Marília, SP, Brasil.
E-mail: marques.redigolo@unesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6277-2960>

² Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil
E-mail: limagercina@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0735-3856>

³ Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, Marília, SP, Brasil.
E-mail: mariangela.fujita@unesp.br
ORCID: <http://www.orcid.org/0000-0002-8239-7114>

Keywords: Context; Context types; Indexing; Knowledge representation; Context taxonomy.

Sumário: 1. Introdução. 2. Proposta e Objetivo. 3. Fundamentação Teórica. 4. Metodologia. 5. Análise dos Resultados. 6. Conclusão. 7. Agradecimentos. Referências Bibliográficas.

1. Introdução

O contexto de algo consiste nas ideias, situações, eventos ou informações que remetem a sua plena compreensão. No entanto, as concepções de contexto são variadas, assim como de tipos de contexto. Desse modo, a palavra contexto possui diversas interpretações, dependendo da abordagem terminológica que lhe é dada, em relação à linguagem, pode ser considerado do ponto de vista terminológico, contexto linguístico, e o metalinguístico. Desta forma, a ideia do contexto está relacionada às situações vivenciadas, ao discurso utilizado e ao ambiente em que a comunidade se insere, tendo em vista o domínio de cada área de conhecimento.

Conforme Pinto Molina (1992, p. 63), “[...] o termo contexto pode ser interpretado em vários sentidos: no mais extenso, como contexto extralinguístico de uma língua natural, ou seja, o quadro sócio físico no qual a língua em questão é utilizada [...]”. Distingue, assim, os tipos de contexto, o contexto sócio físico, o contexto individual (psíquico), o contexto social e o contexto cultural [entre outros]. Mas, assim como na Linguística, existem outros tipos de contextos em diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, esta pesquisa sobre o mapeamento das tipologias existentes na literatura, foi direcionada pelo seguinte questionamento: Quais são os **tipos de contexto** extraídos de diversas áreas do conhecimento e suas implicações à representação do conhecimento na indexação?

Este trabalho se insere em um projeto mais amplo sobre o estudo do contexto na perspectiva da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Como resultados, já foram publicados dois artigos. Primeiramente, o artigo intitulado “A importância do contexto para a indexação” de Lima, Fujita e Redigolo (2021), no qual as autoras estudaram a importância do contexto para Indexação com o objetivo de analisar os diferentes pontos de vista que o contexto tem no processo de indexação, especificamente o contexto sociocognitivo. As autoras consideraram que o processo de indexação sempre sofre influência sociocultural, e depende do contexto cultural e social específico do indexador e do usuário. Concluem que “a perspectiva em indexação é necessária porque o objetivo da condensação e representação documentária é a recuperação da informação para a construção social do conhecimento” (Lima; Fujita; Redigolo, 2021, p. 298). Salienta-se, em complementação, que o estudo de diferentes tipos de contextos por pesquisadores e profissionais de indexação e recuperação poderá atender demandas de diferentes domínios do conhecimento.

Em uma segunda publicação, denominada “Interdisciplinaridade conceitual de contexto na perspectiva da representação do conhecimento sobre o contexto”, Fujita, Lima e Redigolo (2022) estudaram as relações interdisciplinares do conceito contexto, a partir das definições sugeridas pelos autores da amostra selecionada pela investigação, para traçar perspectivas fronteiriças nas áreas do conhecimento e verificar sua ocorrência interdisciplinar. Os resultados obtidos demonstraram que a

maioria das definições são de autores das áreas de Ciência da Computação e da Ciência da Informação com pesquisas sobre recuperação da informação, Inteligência artificial e Organização do Conhecimento. As autoras concluem que “o contexto envolve interação entre as pessoas, em um determinado evento a partir de uma situação ocorrida na qual gera um registro do conhecimento comunicado por meio da linguagem ou da informação gerada, em determinado acontecimento, transcorrido em um determinado ambiente” (Fujita; Lima; Redigolo, 2022, p.163).

Observamos, preliminarmente, que a variedade de concepções de contexto se manifesta em várias dimensões relacionadas às situações vivenciadas, ao discurso utilizado e ao ambiente em que a comunidade se insere. Para usar o contexto na indexação, devemos entender o que é contexto e como pode ser usado, o que implica o conhecimento de tipos de contexto apresentada na literatura de modo a reconhecer e ampliar as representações na indexação.

2. Proposta e Objetivo

Nestas perspectivas, as aplicações dos elementos do contexto nas áreas de Organização do Conhecimento, Ciência da Informação e Ciência da Computação explicam as relações interdisciplinares que o conceito de contexto mantém nas diferentes áreas de conhecimento. Dando continuidade nessa linha de pesquisa, **propõe-se** realizar estudo analítico conceitual dos tipos de contextos evidenciados por autores seminais de diferentes áreas do conhecimento com o **objetivo** de sistematizar as diversas características de cada tipologia contextual apresentada na literatura de modo a reconhecer e ampliar as implicações às representações do conhecimento na indexação.

3. Fundamentação teórica

Os tipos de contexto na literatura estão vinculados à realização de processos que os caracterizam como, por exemplo, na recuperação da informação em meios eletrônicos em que há necessidade de agregar aspectos contextuais que caracterizam o ambiente de pesquisa do utilizador tais como interesses, preferências, tempo e localização para propiciar uma recuperação contextual com mais precisão (Tamine-Lechani; Boughanen; Daoud, 2010). Nessa perspectiva, a recuperação contextual, segundo os autores, envolve duas etapas: a definição do contexto das necessidades de informação do usuário, ou contexto de pesquisa e adaptação dessa pesquisa em função do processo de seleção da informação. Para descobrir as dimensões de um processo de recuperação da informação, os autores investigaram a literatura contextual de recuperação da informação e sistematizaram na Figura 1 cinco dimensões específicas de contexto: Dispositivo, contexto espaço-temporal, contexto do usuário, Tarefa/Problema e Contexto do documento.

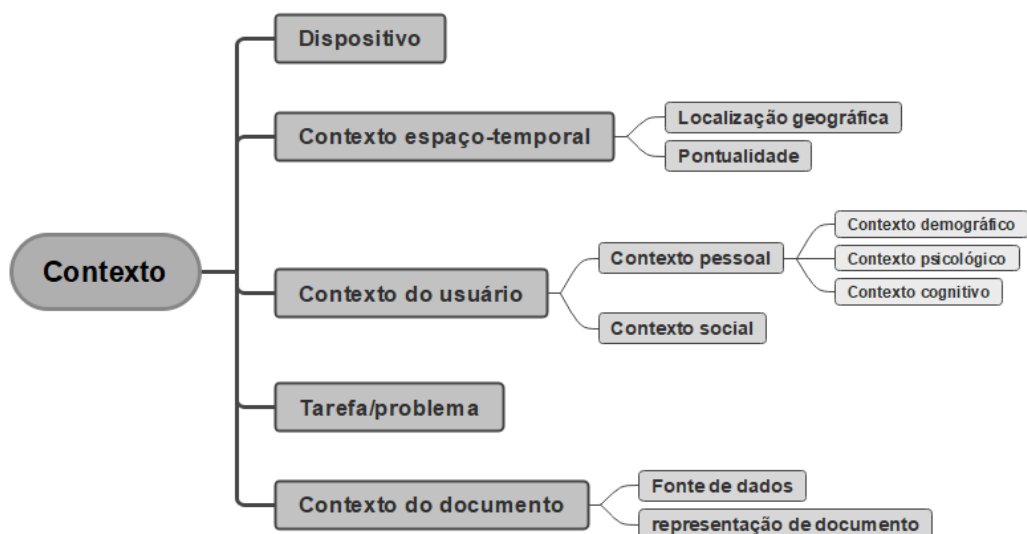


Figura 1. O conceito multidimensional de contexto em Recuperação da Informação

Fonte: Traduzido de Tamine-Lechani, Boughanen, Daoud, 2010, p.5

O dispositivo refere-se ao equipamento físico, por exemplo, computador ou telefone móvel; o contexto espaço-temporal subdivide-se em localização geográfica e pontualidade; o contexto do usuário inclui o contexto pessoal e o contexto social e o primeiro inclui ainda as subdimensões de contextos demográfico (linguagem, gênero), psicológico (ansiedade e frustração) e o cognitivo (níveis de expertise e interesses do usuário); a tarefa ou problema refere-se à intenção da atividade de busca; e o contexto do documento guiado pelo princípio de polirepresentação baseada em espaços multivariáveis de estruturas documentais.

Com base no conceito multidimensional de contexto em Recuperação da Informação, Boughareb e Farah (2015) avançaram em apresentar proposta que denominaram de Taxonomia de Contexto, conforme apresentado na Figura 2:

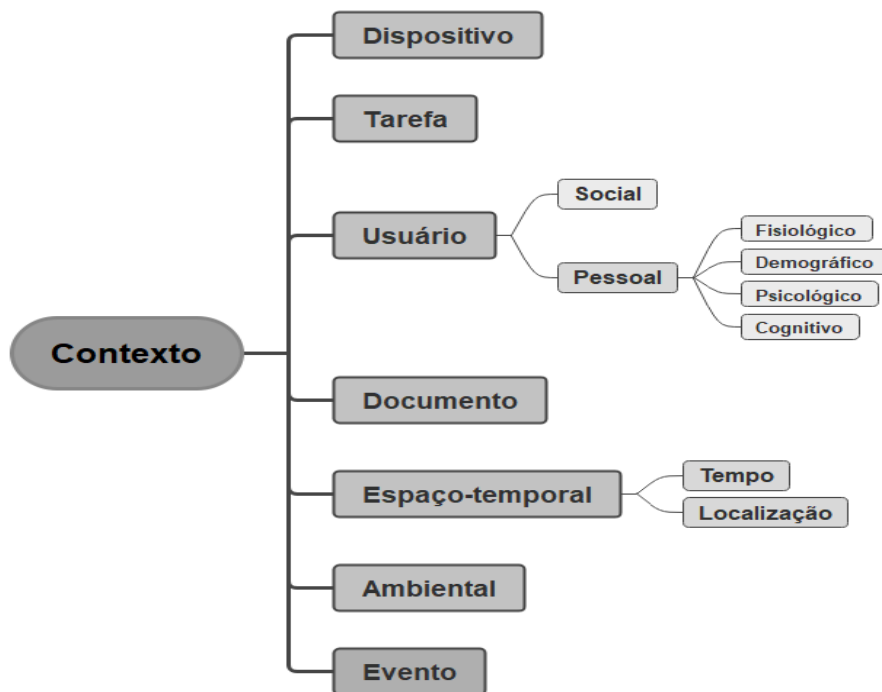


Figura 2. Taxonomia de contexto.

Fonte: Adaptado e traduzido de Boughareb e Farah (2015, p.592).

A taxonomia de contexto foi proposta em função da existência de outras quatro importantes taxonomias que se constituíram progressivamente a partir dos conceitos que as compõem: Taxonomia de Fuhr (2000), Taxonomia de Myrhaug e Goker (2003), Taxonomia de Ingwersen e Jarvelin (2005) e Taxonomia de Tamine-Lechani, Boughanen, Daoud (2010). Tem relevância para a Representação do Conhecimento, o fato da Taxonomia de Ingwersen e Jarvelin terem introduzido o documento, tratado dentro de duas dimensões contextuais: o contexto intra-objeto que representa o conteúdo do documento e sua estrutura e o contexto inter-objeto que contém as ligações entre documentos pelas citações e referências que têm em comum entre os documentos. O documento passa a ter relevância na taxonomia de contexto de Boughareb e Farah (2015). A taxonomia de Fuhr, conforme relatado por Boughareb e Farah (2015), definiu três principais dimensões: social, atividades e de tempo. Myrhaug e Goker (2002) sugerem cinco principais categorias: (1) contexto de atividades (tarefas); (2) contexto ambiental, (3) contexto pessoal, (4) contexto social e (5) contexto espaço-temporal. Além dessas propostas, Dey e Abowd (2000) apresentam três categorias para o contexto, a saber: (1) pessoas, (2) coisas e (3) local.

A taxonomia de contexto, será tomada como parâmetro de análise de conteúdo das definições sobre tipos de contexto por incluir os mais relevantes para a caracterização do contexto na representação do conhecimento.

4. Metodologia

Esta pesquisa tem abordagem quali-quantitativa por tratar os dados de forma qualitativa e quantitativa a partir do método de análise de conteúdo. Caracteriza-se em exploratória e descritiva por estudar abordagens do conceito contexto de forma interdisciplinar a partir de textos com perspectivas de diversas áreas do conhecimento.

Para levantamento do universo da pesquisa, fez-se uma busca exploratória sem limite temporal nas bases de dados eletrônicas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a saber: (1) Library Information Science Abstracts – LISA; (2) SociINDEX; (3) Base de Dados em Ciência da Informação – BRAPCI; (4) Scopus e Web Of Science, utilizando-se as seguintes expressões de busca: “Contexto” e indexação” OR “Context and indexing” OR “ Contexto e indexación” OR “Contexto e análise de assunto” OR “Context and subject analysis” OR “ Contexto y análisis de contenido”). Os documentos recuperados são principalmente das áreas da Linguística, Ciência da Informação e Ciência da Computação.

Para a análise dos conteúdos dos textos utilizou-se a amostra desta pesquisa composta por 43 definições sobre os tipos de contexto de diversos autores, extraídas de um universo de 87 artigos que compõem a planilha em excel de análise de dados. A análise de conteúdo, para Bardin (1977, 2011), se refere à análise a partir de uma representação objetiva e sistemática do conteúdo extraído das comunicações. Segundo a autora, a análise de conteúdo consiste em: [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

A partir desta perspectiva, a análise da amostra da pesquisa seguiu as três fases básicas da análise de conteúdo: (1) pré-análise, a partir da leitura flutuante, a escolha dos documentos a serem utilizados, construir o corpus e formular os objetivos e preparo do material (2) exploração do material, a partir da categorização e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação e atividades (Bardin, 2011).

5. Análise dos Resultados

Na etapa de pré-análise (1) realizou-se a leitura flutuante dos 87 documentos do corpus para conhecimento do conteúdo e seleção dos documentos. Em seguida, foi elaborada uma planilha no Excel com categorias como, autoria, filiação institucional dos autores, título e dados de publicação, para registrar os dados descritivos dos documentos selecionados, bem como incluir citações específicas do conteúdo dos documentos analisados sobre contexto nos aspectos de definição de contexto, histórico da aplicação do contexto, elementos constitutivos e área do domínio. Foram selecionados, previamente, 41 textos desses 87 documentos com definições sobre tipos de contexto.

Na etapa de exploração do material a partir da categorização (2), ocorreu a análise das 41 citações da amostra selecionada a partir de categorias. A categoria e subcategorias (2) foram elaboradas a partir da Taxonomia de Contexto de Boughareb e Farah (2015, p. 592) com base em Tamine et al. (2010); Dey e Abowd (2000) e Goker e Myrhaug (2002): “Dispositivo”; “Usuário Social: Fisiológico; Demográfico; Psicológico e Cognitivo”; “Usuário Pessoal”; “Documento: Fonte de dados e Representação de documento”; “Espaço-temporal: Tempo; Localização geográfica e pontualidade”; “Ambiente”; “Evento”; “Atividade (tarefas)”, que atendessem ao objetivo dessa análise.

Na etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação e atividades (3) foi realizada, inicialmente, a identificação dos tipos de contexto nas citações dos 41 artigos previamente selecionados na etapa de exploração do material a partir da categorização (2), em seguida os tipos de contextos identificados foram registrados em uma listagem e relacionados por ordem de número atribuído às citações. Na tabela 1, as subcategorias da categoria “Tipos de contexto” foram desenvolvidas, com o propósito de classificar os tipos de contexto identificados nas 41 definições de autores da amostra selecionada pela investigação a partir de diversas áreas do conhecimento. O preenchimento da tabela 1 abaixo foi realizado com os números atribuídos às 41 citações onde foram identificados tipos de contexto que caracterizaram as subcategorias. Nessa etapa, foram excluídas 4 citações de 4 textos e 22 citações de 22 textos tiveram 46 tipos de contextos classificados nas subcategorias da tabela 1:

Tabela 1. Categorias e Subcategorias de tipos de contexto de acordo com a taxonomia de Tamine et al. (2010); Boughareb e Farah (2015); Dey e Abowd (2000) e Goker e Myrhaug (2002).

Categoria	Subcategorias			Número da referência da definição (Anexo 1)
Tipos de Contexto	Dispositivo			9, 41
	Tarefa			1, 3, 4,11,31
	Usuário 10, 28, 29, 32, 34, 35, 37, 38, 41	Social 1,11, 16, 25, 37	Fisiológico	-
			Demográfico	25
			Psicológico	-
			Cognitivo	6, 29, 33, 38
		Pessoal		
	Documento	Fonte de dados		-
		Representação de documento		7, 8
	Espaço-temporal	Tempo		9, 11,31, 34,38,41
		Localização geográfica		9, 11, 31, 38, 41
		Pontualidade		-
	Ambiental			11, 34
	Evento			-

Fonte: elaborado pelas autoras a partir das taxonomias de contexto de Tamine et al. (2010); Boughareb e Farah (2015); Dey e Abowd (2000) e Goker e Myrhaug (2002).

A tabela 2 demonstra que as análises realizadas com os tipos de contexto extraídos das citações resultaram, por outro lado, em 11 novos tipos de contexto com 23 ocorrências nas citações analisadas não previstos pelos autores da Taxonomia do Contexto (Tamine et al., 2010; Boughareb; Farah, 2015; Dey; Abowd, 2000; Goker e Myrhaug, 2002). Essa análise revela que outras áreas do conhecimento utilizam o conceito de contexto nos diferentes estudos publicados.

Tabela 2. Novos contextos encontrados a partir da etapa de categorização na análise de conteúdo

Categoria	Tipos de contexto	Número de ocorrências
Contexto	Contexto cultural (6)	1, 16, 19, 21, 25, 32
	Contexto interpretativo (4)	3, 4, 29, 30
	Contexto situacional (7)	9, 26, 27, 28, 30, 37, 41
	Múltiplos contextos (2)	9, 41
	Sócio organizacional (3)	1, 17, 23
	Contexto dinâmico (2)	26, 38
	Contexto linguístico (3)	15, 27, 39
	Contexto de identidade (2)	31, 40
	Contexto de propriedade (2)	9, 41
	Contexto extralinguístico (2)	15, 39
	Contexto histórico (2)	16, 32

Fonte: Elaborada pelas autoras

Para confirmar a interdisciplinaridade do contexto, verificou-se quais áreas de conhecimento utilizam o conceito e os tipos de contexto que incluem. Para isso, foi realizado um levantamento das ocorrências e identificamos as áreas de conhecimento pela afiliação institucional dos autores das publicações. A tabela 3 demonstra que das 41 citações analisadas, 46, 34% são de autores da Ciência da Informação, e 24,4% são de autores da Ciência da Computação.

Tabela 3. Números de ocorrência dos tipos de contextos nas áreas do conhecimento

Área de estudo	Número da ocorrência nas áreas de estudo
Ciência da Computação (10)	1, 2, 13, 20, 24, 28, 31, 38, 40, 41
Ciência da Informação (19)	4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 37
Linguística (5)	3, 15, 27, 35, 36
Ciências políticas (1)	7
Engenharia (2)	9, 17
Psicologia (1)	18

Medicina (1)	19
Psicologia cognitiva (1)	39
Comunicação (1)	16

Fonte: Elaborada pelas autoras

A confirmação e registro dos tipos de contexto é uma evidência de interdisciplinaridade com outras áreas de domínio cujo estudo dos significados que abrangem são, evidentemente, importantes para investigar as implicações à representação na indexação. Para isso, foi realizada a seleção de 11 tipos de contexto cujo critério teve como base a quantidade de ocorrências igual ou maior que 3 demonstradas nas tabelas 2 (6 tipos de contexto) e 3 (5 tipos de contexto). A análise dos 11 tipos de contexto apresentada na tabela 4 foi realizada por meio das citações transcritas dos textos e da definição encontrada no Dicionário Michaelis que forneceram proposições à elaboração das implicações na indexação incluídas na coluna 3.

Tabela 4. Análise das definições dos tipos de contexto e suas implicações à Indexação

Tipos de contexto	Definições extraídas da amostra	Definições extraídas do dicionário Michaelis	Implicações à Indexação
1 Contexto cultural	TEXTO 19 contexto cultural (mentalidades partilhadas em matéria de qualidade, risco, participação, etc.).	Relativo ao conjunto de conhecimentos , informações e valores adquiridos , que instruem o indivíduo, o grupo ou a sociedade , conforme uma perspectiva do processo de evolução. Relativo a eventos que contribuem para o aprimoramento da cultura .	Considerar para a indexação o conjunto de conhecimentos, informações e valores que instruem o indivíduo, o grupo ou a sociedade que influenciam o acontecimento, ação, operação ou evento.
2 Contexto interpretativo	TEXTO 03 Abordagem teórica, abordagem a partir de diversas áreas: Literatura, Semiótica e Arte, Linguística, Estudos do Discurso, Análise Crítica do Discurso, Sociologia, Etnografia e Antropologia, Psicologia, Informática e Inteligência Artificial. A análise da indexação é um processo de interpretação e decisão dependente do contexto, o indexador assume inevitavelmente uma determinada posição.	Que contém explicação ; explicativo. Que contém elementos para a interpretação de alguma coisa.	Considerar para a indexação as abordagens teóricas de outras áreas de conhecimento que influenciam o acontecimento, ação, operação ou evento.

<p>3 Contexto situacional</p>	<p>TEXTO 27</p> <p>A fim de delimitar razoavelmente o âmbito do contexto, é consensual que o contexto pode ser dividido em contexto linguístico e contexto situacional. O contexto linguístico englobaria o material fonético, morfológico, sintático ou textual que rodeia a palavra, enquanto o contexto situacional implica tudo o que tem a ver com a situação imediata e o contexto sociocultural em que o acontecimento linguístico tem lugar. Note-se que não é apenas o contexto situacional objetivo que deve ser tido em conta, uma vez que as experiências individuais, as crenças, intenções e percepções dos participantes também podem afetar a forma como o significado é construído de um determinado evento de comunicação.</p>	<p>Relativo ou pertencente a situação.</p> <p>Próprio ou específico de situação.</p>	<p>Considerar para a indexação a situação imediata do acontecimento, ação, operação ou evento.</p>
<p>4 Contexto sócio organizacional</p>	<p>TEXTO 1</p> <p>As abordagens podem incidir em diferentes aspectos do problema, como o sistema, a interação, o conteúdo, o utilizador e o processo. Para a avaliação, o quadro de Ingwersen e Jarvelin [2] sugere critérios e medidas aos níveis da recuperação da informação, da procura de informação, da tarefa de trabalho e do nível sócio-organizacional e cultural.</p> <p>TEXTO 17</p> <p>Conhecimento, raciocínio, interação e cada agente no seu ambiente sócio-organizacional</p> <p>TEXTO 23</p> <p>A análise das características intrínsecas dos sistemas de classificação e categorização permite compreender como a estrutura funcional de um sistema de informação contribui para o contexto; como diferentes formas de organização medeiam a comunicação entre o pesquisador e o sistema; e como estruturas organizacionais concretas e tipos específicos de relações contribuem para a produção</p>	<p>Relativo a ou próprio de organização; organizativo.</p>	<p>Considerar para a indexação formas de organização, agente organizacional e sistema de informação do ambiente organizacional</p>

	de ambientes de informação significativos.		
5 Contexto linguístico	<p>TEXTO 27</p> <p>O contexto linguístico abrangeria o material fonético, morfológico, sintático ou textual que circunda a palavra, enquanto contexto situacional implica qualquer coisa a ver com a situação imediata e o contexto sociocultural contexto em que o evento linguístico ocorre. Observe que não é apenas o objetivo do contexto situacional que deve ser levado em conta, uma vez que as experiências individuais, crenças, intenções e percepções dos participantes também podem afetar a forma como o significado é construído para um determinado evento de comunicação.</p> <p>TEXTO 39</p> <p>O contexto pode ser linguístico ou extralinguístico. Um tipo comum de declaração em que o contexto é fornecido pelo contexto linguístico são as declarações comparativas. Por exemplo, na declaração comparativa, “Tom é mais amigável do que Sam”, o padrão de amizade é dado a Sam.</p>	<p>Relativo a linguística, como ciência.</p> <p>Retirado do site https://www.todamateria.com.br/contexto/: Parte da pragmática que estuda a produção dos enunciados linguísticos que afetam a interpretação e o significado das mensagens, de forma que depende das ocasiões de sentido. Em outros termos, o contexto linguístico se encarrega das propriedades linguísticas que acompanham uma palavra, expressão ou enunciado.</p>	<p>Considerar para a indexação as propriedades linguísticas que acompanham uma palavra, expressão ou enunciado que completam o significado da mensagem.</p>
6 Contexto tempo	<p>TEXTO 41</p> <p>Isso não deve ser confundido com a evolução gradual das preferências do usuário ao longo do tempo. Por exemplo, o usuário está procurando um feriado na Suíça. No verão, o usuário pode preferir fazer caminhadas na colina, enquanto no inverno o usuário pode se interessar por esqui e outros esportes de inverno. Aqui, diferentes atributos de perfil de usuário podem ser selecionados dependendo da época do ano. Uma forma mais sutil de contexto temporal é o conceito de lar. Para a maioria das pessoas, esse é um local fixo. No entanto, um aluno pode morar fora da casa dos pais durante dez horas e na casa dos pais em outras ocasiões. Assim, a definição de casa muda com a época do ano.</p>	<p>Período de momentos, de horas, de dias, de semanas, de meses, de anos etc. no qual os eventos se sucedem, dando-se a noção de presente, passado e futuro.</p>	<p>Considerar para a indexação o período temporal exato do acontecimento, ação, operação ou evento.</p>

<p>7 Contexto localização geográfica</p>	<p>TEXTO 09</p> <p>Os feriados são um bom exemplo de preferências do usuário com contexto de localização. O usuário possui um conjunto de preferências de férias em seu perfil de usuário. Alguns deles refletem o tipo de feriado que o usuário prefere, por exemplo, esqui ou praia. Alguns refletem onde o usuário prefere ir, por exemplo, visitando locais históricos do Império Romano. Assim, um local especificado na consulta restringiria quais preferências seriam aplicáveis. Por exemplo, se o usuário estiver visitando Bali, nem o Império Romano nem as preferências de esqui serão aplicáveis, mas a preferência de praia sim.</p>	<p>Próprio de uma determinada região.</p>	<p>Considerar para a indexação a localização específica diretamente relacionada ao objeto do acontecimento, ação, operação ou evento.</p>
<p>8 Contexto tarefa (atividade)</p>	<p>TEXTO 01</p> <p>A avaliação do desempenho do sistema de RI, do ponto de vista da RI baseada em tarefas, deve basear-se numa descrição do que seria necessário para realizar a "tarefa de trabalho" (ou seja, o contexto da tarefa motivadora) e da forma como a realização dessa tarefa poderia ser medida. Em seguida, as técnicas de apoio do sistema de RI, e as medidas para a sua avaliação, devem ser justificadas de acordo com hipóteses sobre o modo como essas técnicas apoiarão a realização da tarefa motivadora e das tarefas de pesquisa, e sobre o modo como as medidas refletem essa realização.</p>	<p>Qualquer trabalho, manual ou intelectual, que se realiza de forma obrigatória ou voluntária.</p>	<p>Considerar para a indexação a descrição de tarefas e suas atividades referentes ao acontecimento, ação, operação ou evento que influenciam a recuperação da informação.</p>
<p>9 Contexto usuário</p>	<p>TEXTO 28</p> <p>Uma das falhas da maioria dos modelos de recuperação de informação tem sido atribuída ao isolamento das consultas do contexto em que ocorrem, ou o contexto da necessidade de informação. Quando um intermediário de pesquisa, como um bibliotecário, é capaz de estabelecer o contexto da pesquisa de informação de um usuário da informação e, conseqüentemente, aconselhar e orientar o usuário na recuperação da informação.</p>	<p>Que utiliza algo; que tem o direito de uso, mas não a propriedade.</p>	<p>Considerar para a indexação a seleção de termos que representarão a necessidade de informação do usuário durante a busca e recuperação para realizar a mediação da informação.</p>

10 Contexto social	<p align="center">TEXTO 37</p> <p>Contexto social geral pode ser caracterizado pelas seguintes categorias: (i) privado; (ii) público; (iii) institucional / formal; (iv) informal. A definição precisa desses conceitos não pode ser dada aqui. O importante é apenas que eles definem diferentes tipos de contextos sociais, por exemplo, instituições públicas como tribunais, trânsito ou hospitais, locais informais públicos como restaurantes ou ônibus, instituições privadas como famílias e locais informais privados como fazer amor ou bater em alguém. Os diferentes contextos sociais assim caracterizados globalmente são, por sua vez, definidos pelas seguintes propriedades: (i) posições (por exemplo, funções, status, etc.); (ii) propriedades (por exemplo, sexo, idade, etc.); (iii) relações (por exemplo, dominância, autoridade); (iv) funções (por exemplo, pai, garçonne, juiz, etc.). Essas propriedades dos contextos sociais e seus membros estão sistematicamente relacionadas. Eles definem as ações possíveis dos membros sociais nos respectivos contextos.</p>	<p>Relativo às peessoas ou à sociedade.</p>	<p>Considerar para a indexação as instituições públicas ou privadas e pessoas envolvidas no acontecimento, ação, operação ou evento.</p>
11 Contexto cognitivo	<p align="center">TEXTO 06</p> <p>A análise do discurso de Van Dijk oferece uma descrição teórica da operação cognitiva de compreensão do objeto de um de um texto em termos de regras mentais seguidas inconscientemente.</p>	<p>Que se refere à cognição ou ao conhecimento.</p>	<p>Considerar para a indexação o conhecimento prévio sobre o objeto sob análise do tema principal.</p>

As inferências sobre as implicações à indexação a partir das definições dos tipos de contexto selecionados da amostra de citações dos textos analisados demonstraram que foi possível identificar outros aspectos de representação de conteúdos textuais para enriquecimento do processo de indexação. Os resultados obtidos nas análises de tipos de contexto confirmam a interdisciplinaridade do contexto, fortemente ligadas à Ciência da Informação e Ciência da Computação, observada por Fujita, Lima e Redigolo (2022) no estudo das relações interdisciplinares do conceito contexto, a partir das definições sugeridas pelos autores das publicações analisadas. Ressalte-se ainda que 46 tipos de contexto foram devidamente classificados na Taxonomia do Contexto adaptada de Tamine et al. (2010); Boughareb e Farah (2015); Dey e Abowd (2000) e Goker e Myrhaug (2002), autores cuja afiliação

institucional é da área de Ciência da Computação. Entretanto, quando Boughareb e Farah (2015) desenvolveram a Taxonomia do Contexto incluíram os tipos de contexto de Ingwersen e Jarvelin (2005), pesquisadores da área de Ciência da Informação, além de outras propostas de autores da Ciência da Computação tendo em vista a necessidade de incluir os tipos de contexto na análise de sistemas de informação.

6. Conclusão

Esse trabalho teve a intenção de ampliar os estudos sobre o contexto e sua importância na representação do conhecimento, visto que para representar um domínio ou o conteúdo de um documento deve-se levar em consideração as características da comunidade, da instituição e do domínio do conhecimento, além de todas variáveis em torno desse processo. Na literatura, é apontada a dificuldade de ter um consenso sobre uma definição de contexto, mas isto explica-se pela abordagem interdisciplinar inerente ao termo, surgindo com isto vários tipos de contextos, utilizados em diversas áreas de conhecimento e com perspectivas diferenciadas.

Para a aplicação da técnica de análise de conteúdo, utilizou-se a Unidade de Contexto (UC) “Contexto” e baseou-se nas tipologias de contextos das taxonomias das figuras 1 e 2 na construção das 11 Unidades de registros (UR) “tipos de contextos”. A aplicação dessa análise às 41 definições da amostra resultou em 46 ocorrências, e evidenciou mais 11 novos tipos de contextos, a partir das 23 ocorrências na amostra analisada. Em relação à interdisciplinaridade, os contextos originaram de 09 áreas do conhecimento, dentre essas áreas sobressaíram a Ciência da Informação seguida pela Ciência da Computação, e a Linguística.

A confirmação e registro dos tipos de contexto é uma evidência de interdisciplinaridade com outras áreas de domínio cujo estudo dos significados que abrangem são, evidentemente, importantes para investigar as implicações à representação na indexação. Foram selecionados 11 tipos de contextos que tiveram até 3 ocorrências, os quais foram analisados em relação às suas implicações no processo de indexação.

Como resultado, observou-se que deve-se considerar no processo de indexação os seguintes aspectos contextuais: Em relação ao (1) contexto cultural é importante considerar o conjunto de conhecimentos, informações e valores que instruem o indivíduo, o grupo ou a sociedade que influenciam o acontecimento, ação, operação ou evento. No que tange ao (2) contexto interpretativo deve-se pensar nas abordagens teóricas de outras áreas de conhecimento que influenciam o acontecimento, ação, operação ou evento. Em relação ao (3) contexto situacional, considerar para a indexação a situação imediata do acontecimento, ação, operação ou evento. Sobre o (4) contexto sócio organizacional incluir formas de organização, agente organizacional e sistema de informação do ambiente organizacional. A respeito do (5) contexto linguístico, destacam-se as propriedades linguísticas que acompanham uma palavra, expressão ou enunciado que completam o significado da mensagem. Em relação ao (6) contexto tempo, considerar para a indexação o período temporal

exato do acontecimento, ação, operação ou evento. O (7) contexto localização geográfica, pondera considerar para a indexação a localização específica diretamente relacionada ao objeto do acontecimento, ação, operação ou evento. Sobre o (8) contexto tarefa (atividade), é importante considerar para a indexação a descrição de tarefas e suas atividades referentes ao acontecimento, ação, operação ou evento que influenciam a recuperação da informação. Sobre o (9) contexto usuário, é relevante considerar para a indexação a seleção de termos que representarão a necessidade de informação do usuário durante a busca e recuperação para realizar a mediação da informação. Para o (10) contexto social, considerar para a indexação as instituições públicas ou privadas e pessoas envolvidas no acontecimento, ação, operação ou evento e por último o (11) contexto cognitivo, que prevê considerar para a indexação o conhecimento prévio sobre o objeto sob análise do tema principal.

Conclui-se que, os diversos tipos de contexto vão surgindo em diferentes domínios, conforme a necessidade de explicitar em uma dada situação, o que seja relevante para a interação entre as pessoas explicitamente ou não, tendo por base as circunstâncias que todos da comunidade já conhecem. Nesse caso, a representação da informação, especificamente no processo da indexação que analisa o conteúdo de um documento, deve levar em consideração os elementos constituintes dos contextos em questão, e todos os aspectos que aquele conhecimento foi gerado e como ele deve ser representado para atender as diferentes perspectivas com fins de recuperação.

7. Agradecimentos

A segunda e terceira coautoras agradecem ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, Ministério da Educação, pelo apoio: SHIS QI 1 Conjunto B, Blocos A, B, C, and D – Lago Sul, Brasília/DF – CEP 71605-001 pela concessão das bolsas de produtividades de Pesquisa através dos processos números PQ-1B Processo 305052/2021-7e PQ-1D Processo 313645/2020-5.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Boughareb, Djalila; Farah, Nadir. (2015). Context in Information Retrieval. Proceedings - 2014 International Conference on Control, Decision and Information Technologies, CoDIT2014.10.1109/CoDIT.2014.6996961.
- Dey, Anind; Abowd, Gregory. (2000). Towards a Better Understanding of Context and Context-Awareness. Technical report git-gvu-99-22. 304-307.
- Fujita, M. S. L.; Lima, G. A. de; Redigolo, F. M. (2022). A interdisciplinaridade conceitual de contexto na perspectiva da Representação do conhecimento. FRC: Front. Repr. Conh. 1:2. Belo Horizonte.
- Fuhr, N. (2000). Information retrieval: introduction and survey. Post- graduate course on information retrieval, university of Duisburg-Essen, Germany.
- Göker, A. and Myrhaug, H. I. (2002). "User Context and Personalisation." *ECCBR Workshops*.

- Göker, A. and Myrhaug, H. I. (2002). User context and personalisation. In Workshop on Case Based Reasoning and Personalization, in conjunction of the 6th European Conference on Case Based Reasoning ECCBR, Mehmet H. Göker, Barry Smyth (ed.), pp.1–8.
- Ingwersen, P. and Jarvelin. (2005). The TURN: Integration of Information Seeking and Retrieval in Context. SPRINGER, August 2005 ISBN 978-1-4020-3851-8, Vol. 18.
- Lima, G. A. de; Fujita, M. S. L.; Redigolo, F. M. (2021). A importância do contexto para a Indexação. Ponto de acesso: Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA, Salvador, 15: 3, 283-302.
- Pinto Molina, M. (1992). El resumen documental: principios y métodos. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Madrid: Pirámide, 584.
- Tamine-Lechani, Lynda; Daoud, Mariam. (2018). Evaluation in Contextual Information Retrieval: Foundations and Recent Advances within the Challenges of Context Dynamicity and Data Privacy. ACM Computing Surveys - CSUR, 51: 4, 1-36. <https://doi.org/10.1145/3204940>.
- Tamine-Lechani, Lynda; Boughanem, Mohand; Daoud, Mariam. (2010). Evaluation of contextual information retrieval effectiveness: Overview of issues and research. Knowl. Inf. Syst. 24:1, 1-34.

Análise do conceito de gestão de documentos à luz da teoria do conceito de Dahlberg

Danilo André Cinacchi Bueno¹; Ana Célia Rodrigues²

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar os aspectos teóricos que envolvem a definição do termo e do conceito de gestão de documentos no Brasil, à luz da Teoria do Conceito de Dahlberg, identificando suas características constitutivas essenciais (que lhe dão identidade) e acidentais (fases, funções, contexto), com base no método triangular conceitual. Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritiva, de revisão de literatura nacional e estrangeira sobre os conceitos de gestão de documentos e ciclo de vida dos documentos, a partir da aplicação do método triangular conceitual da Teoria do Conceito de Dahlberg. Como resultados, a pesquisa indica que a gestão de documentos no Brasil se configura como um processo desenvolvido para estabelecer procedimentos e operações técnicas arquivísticas para garantir o uso eficaz e racional dos documentos, como instrumento e suporte necessário para a realização das atividades de qualquer instituição. Este processo, portanto, também tem como objetivo estabelecer a integração dos sistemas de arquivos (corrente, intermediário e permanente), ao longo do ciclo de vida, a partir das funções arquivísticas de identificação, produção, classificação e avaliação de documentos.

Palavras-chave: Ciclo de Vida dos Documentos; Gestão de Documentos; Método Triangular Conceitual; Teoria do Conceito.

Resumen: El objetivo de esta investigación es analizar los aspectos teóricos que involucran la definición del término y del concepto de gestión de documentos en Brasil, a la luz de la Teoría del Concepto de Dahlberg, identificando sus características constitutivas esenciales (que le dan identidad) y accidentales (fases, funciones, contexto), con base en el método triangular conceptual. Se trata de una investigación de naturaleza cualitativa, de tipo descriptiva, de revisión de literatura nacional y extranjera sobre los conceptos de gestión de documentos y ciclo de vida de los documentos, a partir de la aplicación del método triangular conceptual de la Teoría del Concepto de Dahlberg. Como resultados, la investigación indica que la gestión de documentos en Brasil se configura como un proceso desarrollado para establecer procedimientos y operaciones técnicas archivísticas con el fin de garantizar el uso eficaz y racional de los documentos, como instrumento y soporte necesario para la realización de las actividades de cualquier institución. Este proceso, por lo tanto, también tiene como objetivo establecer la integración de los sistemas de archivos (corriente, intermedio y permanente), a lo largo del ciclo de vida, a partir de las funciones archivísticas de identificación, producción, clasificación y evaluación de documentos.

Palabras clave: Ciclo Vital de los Documentos Vida; Gestión de Documentos; Método Triangular Conceptual; Teoria del Concepto.

Sumario: 1. Introdução. 2. O Método Analítico da Teoria do Conceito. 3. O conceito de Gestão de Documentos. 4. Análise do conceito de Gestão de Documentos. 5. Conclusões. 6. Referências

¹ Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGARQ/UNIRIO).
E-mail: danilo.bueno@unirio.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1077-8855>

² Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF).
E-mail: anaceliarodrigues@id.uff.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0851-528X>

1. Introdução

O crescimento da produção e acumulação de documentos, enquanto fenômenos sociais estão ligados à contínua expansão, transformação e complexidade das estruturas administrativas contemporâneas, impulsionados também pelo uso expressivo de tecnologias da informação e comunicação nos seus processos de trabalho, acentuando-se nas últimas três décadas, dada a sua capacidade para gerar, armazenar e gerenciar documentos em novos suportes e meios digitais.

Estes elementos redundaram, e ainda redundam, em dificuldades e em novos desafios de organização, preservação e recuperação de documentos e informações para a tomada de decisão, comprovação das atividades legais das instituições públicas e privadas, bem como para o atendimento de acesso à informação na sociedade contemporânea.

Neste cenário de constantes transformações, as instituições arquivísticas e os arquivistas também são desafiados a proporem soluções teórico-metodológicas alinhadas às melhores práticas e soluções na busca de racionalização, economia e eficácia em seus processos de trabalho, a partir de uma visão holística e integrada dos arquivos.

É nesse contexto que a gestão de documentos se manifesta como um marco fundamental na história e desenvolvimento da Arquivologia enquanto campo de conhecimento, e um dos conceitos arquivísticos mais utilizados, sujeito a distintas percepções teóricas e metodológicas.

Essas percepções teórico-metodológicas sobre o conceito de gestão de documentos parecem, em termos epistemológicos, serem classificadas em decorrência de diferentes realidades arquivísticas e histórico-administrativas nacionais e, em certa medida, regionais, que são expressas em sua terminologia em diversas línguas. (Jardim, 2015, p.20).

Este é o caso do *records management*, traduzido para o português como gestão de documentos, cujo termo, conceito, objetos, funções e finalidades expressam práticas arquivísticas que foram desenvolvidas nos Estados Unidos da América desde a década de 1930, contexto distinto do Brasil, como resposta ao fenômeno do aumento da produção documental, delineando novas funções arquivísticas de produção, classificação e avaliação de documentos. Sua operacionalização está relacionada com o conceito de ciclo de vida dos documentos, modelo sistêmico de tratamento dos documentos de arquivo desde sua produção até sua destinação final, discussões que passaram ao contexto arquivístico internacional, influenciando as teorias e as práticas desenvolvidas até então.

No Brasil, os conceitos de gestão de documentos e de ciclo de vida dos documentos, no campo teórico-metodológico da Arquivologia, influenciam as práticas arquivísticas e estão registradas na Lei Federal nº 8.159/1991 (Lei Nacional de Arquivos). Esta lei consolida as características do termo e do conceito de gestão de documentos e do ciclo de vida dos documentos no Brasil, dotadas de contornos conceituais, para fazer frente ao problema do descontrole da produção e acumulação indiscriminada de documentos, problema ainda vigente no país, justificando a emergência deste debate (Bueno; Rodrigues, 2021, p.88).

Dessa forma, como problema de pesquisa, pergunta-se: A terminologia representada no plano lexical indica os contornos conceituais da gestão de documentos e suas implicações, tanto em sua compreensão quanto em sua operacionalização? Esta problemática decorre da maior ou menor precisão da interpretação da natureza do conceito, seus elementos constitutivos, objetos, funções e finalidades, e sua relação com outros conceitos, sobretudo quando aplicada em contextos arquivísticos e histórico-administrativos distintos de sua origem.

A par dessas discussões, o objetivo desta pesquisa é analisar as características do conceito de gestão de documentos no Brasil à luz da Teoria do Conceito de Dahlberg, identificando suas características constitutivas essenciais e acidentais, com base no método triangular conceitual.

Cabe ressaltar que não é proposta deste artigo realizar uma investigação aprofundada da terminologia desse domínio específico do conhecimento, o que ultrapassaria o objetivo proposto. Nosso objetivo é, sobretudo, desenvolver um ensaio com base na análise do conceito de gestão de documentos no Brasil à luz da Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg (1978), que propõe um modelo analítico “idealizado para elucidar a natureza e a estrutura dos conceitos”, bastante utilizado nas linguagens documentárias na Ciência da Informação, caracterizado pela identificação de conceitos e por sua expressão terminológica.

Como metodologia, trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritiva, de revisão de literatura nacional e estrangeira sobre o conceito de gestão de documentos, a partir da aplicação do método triangular conceitual da Teoria do Conceito de Dahlberg.

2. O Método Analítico da Teoria do Conceito

O método analítico triangular da Teoria do Conceito proposta por Dahlberg (1978), de acordo com Campos (2001, p.87), foi desenvolvido para tornar clara a natureza e a estrutura dos conceitos, estreitamente ligada aos estudos da Teoria da Classificação, possibilitando as bases seguras para a elaboração de tesouros para o estabelecimento de relações e sua realização no plano verbal, recorrente na Ciência da Informação, nos estudos de terminologia utilizado na organização e representação do conhecimento.

As teorias e ferramentas conceituais usadas na organização do conhecimento, segundo Gonçalves e Tognoli (2022, p.6),

[...] enquanto marco-teórico conceitual, quanto como campo de pesquisa, apresenta-se como um terreno fértil para o desenvolvimento de teorias, conceitos e métodos fundamentais à Ciência da Informação. A OC atua como mediadora entre a produção e o uso da informação, seja no âmbito do contexto – a exemplo da Arquivologia – seja no âmbito do conteúdo – a exemplo da Biblioteconomia.

Para Dahlberg (1978, p.7), conceito é definido como “uma unidade do conhecimento, compreendendo afirmações verdadeiras sobre um dado item de referência, representado numa forma verbal”. Destaca, ainda, que se o homem tem

a capacidade de desenvolver afirmações corretas sobre as coisas reais (itens empíricos) e sobre as ideias da mente (cognição), então é possível desenvolver um modelo de análise para a construção de conceitos.

Com a forma verbal, os seres humanos são capazes de se comunicar verbalmente ou por escrito sobre os conteúdos – afirmações sobre o referente – de um conceito, e o uso dessa forma verbal é aplicada para pensar no universo do discurso e na construção do conhecimento em um determinado domínio. A autora define três tipos de componentes necessários para a formação de uma unidade do conhecimento, ou seja, um conceito:

[...] afirmação verdadeira é o componente de um conceito que expressa um atributo do seu item de referência; [...] item de referência é o componente do conceito para o qual sua afirmação verdadeira e sua forma verbal estão diretamente relacionadas, seu “referente”; [...] forma verbal (termo/nome) de um conceito é o componente que resume convenientemente ou sintetiza e representa um conceito com o propósito de designar um termo, um conceito em comunicação. (Dahlberg, 1978, p.7).

São três passos fundamentais para a construção de conceitos representados pelo método triangular conceitual: a) Passo referencial – item de referência – referente. b) Passo predicacional – afirmações sobre o referente – características. c) Passo representacional – forma verbal – termo que representa o conceito.

Esses passos são representados graficamente dentro do triângulo conceitual segundo o modelo reproduzido na Figura 1:

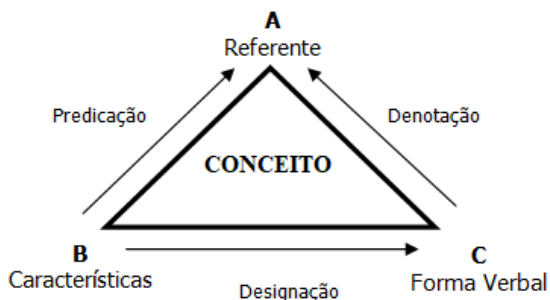


Figura 1. Triângulo Conceitual. Fonte: Adaptada de Dahlberg, 1978.

Este modelo evidencia os tipos de atividades/relações existentes entre os três componentes do modelo: Predição nominal (B-A); Designação (B-C); e Denotação (C-A).

Para Dahlberg (1978, p.10), é necessária uma categorização apropriada de conceitos que deve seguir uma categorização de referentes. Nesse sentido, a categorização formal dos conceitos tem importância na formação de sistemas de conceitos e na combinação e relações dos mesmos.

Corroborando com essa análise, Campos (2001, p.103) ressalta que “para Dahlberg, o processo de determinação do conceito se dá no momento em que é selecionado um item de referência – um referente – e analisado dentro de um

universo.” É nesse momento em que se atribui predicado ao referente, selecionando suas características ou atributos mais relevantes para a definição do conceito, que é a soma de todos os elementos que o compõem, ou seja, a soma das características que refletem as propriedades de um item de referência é que formarão o conteúdo e a designação apropriada para o conceito.

No que tange a ação de predicação, existem três tipos gerais de predicações que produzem três tipos de características que podem ser afirmadas segundo Dahlberg (1978):

1) Características que se aplicam a todos os referentes de um dado tipo: “características essenciais”; 2) Características que se aplicam a somente alguns referentes de um dado tipo: “características acidentais”; 3) Características que se aplicam a um único referente: “características individualizantes”.

Com o método analítico triangular da Teoria do Conceito, podemos inferir que para o processo de construção e análise de qualquer conceito, se faz necessário que selecionemos um item de referência – referente – para analisá-lo dentro de um universo – contexto – atribuindo-lhe predicados – afirmações – a dito referente, selecionando as suas características mais relevantes (essenciais, acidentais e individualizantes) constituindo o conceito, bem como formarão seu conteúdo e designação – termo.

Este modelo se mostra pertinente para os estudos dos conceitos especializados em determinado domínio do conhecimento, como é o caso da gestão de documentos, no domínio de conhecimento da Arquivologia.

3. O conceito de gestão de documentos

Historicamente, o termo, o conceito e as práticas de gestão de documentos estão vinculados ao atendimento das diversas demandas estatais contingenciais norte-americanas na primeira metade do século XX, que vinha experimentando forte ritmo de crescimento de toda as ordens. Este crescimento estatal incidiu em um volume maior de atividades do governo, que deveriam ser documentadas e controladas adequadamente como suporte para a tomada de decisão estratégica, planejamento competitivo e comprovação legal de suas atividades.

Cruz Mundet (2011, p.21, trad. nossa) explica que o conceito de gestão de documentos foi desenvolvido sob a influência das teorias da Administração Científica de Taylor e outros fundadores do *management* na busca de racionalização, economia e eficácia nos processos de trabalho da Administração Pública Federal dos Estados Unidos. “Desse modo, a gestão científica tem seu equivalente na gestão arquivística: o controle sistemático dos documentos e da informação”, denominado de *records management*.

No seio do conceito de gestão de documentos está o conceito de *records life cycle*, traduzido para o português como ciclo de vida dos documentos, que também teve lugar nos Estados Unidos e serviu de base conceitual para a formulação das fases operativas dos programas de gestão de documentos da administração pública federal norte-americana.

Conforme explica Dingwall (2016, p.206), o modelo de ciclo de vida dos documentos se tornou a principal lente sob a qual se debruçou e ainda se debruça a organização arquivística, como uma “[...] metodologia norte-americana de gestão de documentos. Descreve a sequência de atividades consideradas necessárias para que os documentos cumpram suas funções”.

Este conceito possui correlatos na arquivística europeia e latino-americana, sob a interpretação da Teoria das Três Idades documentais proposta pelo arquivista francês Yves Pérotin (1960-1966). Este autor propõe que em função de sua frequência de uso, baseado nos valores primários e valores secundários sistematizado e enunciado por Schellenberg em 1956, também denominada como teoria de valor primário e secundário dos documentos de arquivo, os documentos de arquivo passam a ser objeto de intervenção em uma ou mais fases: arquivos correntes, intermediários ou permanentes.

Nessa esteira cronológica de renovadas discussões teóricas e metodológicas, foi por meio de esforços do renomado Arquivo Nacional dos Estados Unidos que identificamos pela primeira vez o registro e consagração do conceito de gestão de documentos na *Federal Records Management Act* (1950, 44 U.S.C. Chapters 21, 29, 31, and 33).

Posteriormente, o termo e o conceito são fixados no *Dictionary of Archival Terminology*, DAT1 (1984), DAT2 (1988) e DAT3 (2002), elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), que define a gestão de documentos como: “área da administração geral voltada para o alcance de economia e eficiência na criação, manutenção, uso e destinação de documentos”.

A sistematização e disseminação do conceito e das fases operativas de um programa de gestão de documentos ficaram a cargo do arquivista norte-americano James B. Rhoads que registra esse modelo em um dos manuais mais relevantes dos estudos RAMP¹ (1983), ao estudar a função da gestão de documentos no âmbito do sistema de arquivos da Administração Pública Federal dos Estados Unidos, definindo-a como: “criação, uso e manutenção, e destinação” (Rhoads, 1989, p. 4, trad. nossa).

Com base nas fases operativas do Programa de Gestão de Documentos (PGD), são desenvolvidas as funções arquivísticas de classificação e avaliação, com a aplicação dos planos de classificação e das tabelas de temporalidade, apontadas como funções nucleares de um PGD, bem como na normatização das atividades de criação/produção de documentos e de protocolos.

No Brasil, embora o conceito de gestão de documentos tenha sido institucionalizado pela Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, também conhecida como Lei Nacional de Arquivos, o debate sobre as consequências indiscutíveis do aumento do volume da documentação administrativa ganham relevância e importância no projeto de reforma político-administrativa iniciado no Governo de Getúlio Vargas em 1938, marcando a constituição do Estado moderno no Brasil, pela via da modernização da administração pública brasileira.

Assim como nos demais países latino-americanos, no Brasil a noção de gestão de documentos se desenvolve mediante um processo muito diferente dos norte-americanos, não advindo de uma demanda setorial da administração pública, mas,

sobretudo, como uma demanda legítima das próprias instituições arquivísticas e dos arquivistas, em especial dos Arquivos Nacionais da região. Havia a necessidade de se modernizar e de se aproximar da administração pública para fazer frente aos problemas gerados pelo crescimento da produção e acúmulo de grandes massas documentais, dupla problemática ainda enfrentada pelos arquivos públicos brasileiros.

As discussões sobre a necessidade de modernização do Arquivo Nacional do Brasil (AN) não ocorreram por acaso, mas estavam estreitamente relacionadas com as discussões em âmbito internacional do conceito do *records management* e do ciclo de vida dos documentos sistematizados pelos norte-americanos, alterando a percepção dos arquivos e das práticas arquivísticas no país.

O contato do Brasil com o conceito de gestão de documentos, no campo teórico e prático, é marcado também pela tradução para o português de seis trabalhos de Schellenberg publicados pelo AN e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que foram referenciais teóricos para a execução das primeiras práticas de gestão de documentos, imprimindo as primeiras noções de gestão de arquivos correntes e intermediários no Brasil, ao longo das décadas 1960 e 1970.

Por outro lado, é ao longo da década de 1980 que as mudanças começaram a surgir, a partir da institucionalização do Programa de Modernização Administrativa do AN, iniciado em 1981, na esteira do processo de redemocratização do país nesse mesmo período, onde se verifica a mobilização do AN para a inclusão da proteção do patrimônio documental brasileiro na Constituição de 1988, cujo texto foi aprovado e inserido no Art. 216 (§ 2.º), determinando a responsabilidade da administração pública com a gestão de documentos.

Este dispositivo, três anos mais tarde, conferiu o aporte necessário para a aprovação da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, reafirmando este dever constitucional. No seu Art. 2º define o conceito de arquivos como:

[...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Configurando-se como marco legal e diretriz geral para a organização dos arquivos no Brasil, o conceito de gestão de documentos brasileiro é definido no Art. 3º da referida Lei, como o “[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.”

No Art. 8º também sistematiza os documentos de arquivo para o seu tratamento técnico de acordo com a Teoria da Três Idades documental, e define:

§ 1º - Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

§ 2º - Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º - Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

A Lei nº 8.159/1991, portanto, demarca os arquivos de acordo com a construção do regime federativo no Brasil, distribuindo as responsabilidades sobre sua gestão, preservação e acesso como um dever da administração pública, dispositivo que, segundo Jardim (1995, p.95), apresenta características notadamente conceituais, a partir da definição de arquivos, gestão de documentos, documentos correntes, intermediários e permanentes.

Em 1995, o Arquivo Nacional, por meio de sua Divisão de Gestão de Documentos, publica o “Manual de Gestão de documentos: conceitos e princípios básicos da gestão de documentos”. Esse manual é conceitualmente inspirado nas práticas norte-americanas de gestão de documentos sistematizadas por Rhoads (1983; 1989), e apresenta os elementos de um PGD sistematizado em três fases: 1) produção/criação de documentos; 2) manutenção e uso; 3) destinação de documentos.

Desse modo, essas mudanças legais, técnicas e políticas conferiu ao AN a competência no desenho, controle e gestão de formulários (modelos) na implementação de padrões técnicos arquivísticos para a produção de documentos, e especificamente para o controle e orientação técnica das atividades de protocolo, classificação e avaliação, problemas ainda vigentes na gestão de documentos no Brasil.

4. Análise do conceito de gestão de documentos

O conceito de gestão de documentos no Brasil é definido como o “[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.”

A partir do método triangular conceitual, podemos definir que a categoria de nosso referente é um “processo”, pois trata-se de um conjunto de procedimentos e operações técnicas de intervenção no ciclo de vida dos documentos.

Definida a categoria do nosso referente (processo) e a forma verbal (gestão de documentos), podemos inferir predicções para verificar as características que compõem o conceito (características essenciais, acidentais e individuais).

Para essas predicções, optamos por verificar apenas as características essenciais e acidentais e suas relações com outros conceitos, desenvolvendo uma análise que contribua para elucidar o conceito de gestão de documentos no Brasil.

As características essenciais do processo de gestão de documentos são suas fases operativas, a saber: produção, manutenção e uso e destinação de documentos, sob as quais desenvolve um conjunto de procedimentos e operações técnicas de intervenção no ciclo de vida dos documentos, especificamente nas fases correntes e

intermediárias. Isto não significa que as atividades arquivísticas são finalizadas com a destinação de documentos, conforme explica Heredia Herrera (1998, p.33), mas continua na fase permanente, quando os documentos adquirem outros valores secundários, incidindo em procedimentos e operações arquivísticas específicas desta fase do ciclo de vida dos documentos.

Estes procedimentos e operações técnicas estão relacionadas às funções arquivísticas que sustentam o desenvolvimento da gestão de documentos, que também são características essenciais: identificação, produção, classificação e avaliação de documentos.

Como características acidentais do processo de gestão de documentos, no que tange à representação da informação dos documentos em seu contexto de produção, podemos apontar os princípios de classificação adotados, que pode variar por assunto, estrutural ou funcional, que é diferente para cada intuição e geram diferentes instrumentos de classificação de documentos.

Da mesma forma, nas atividades inerentes à função de avaliação de documentos, também teremos variação na destinação de documentos, que é específica de cada contexto administrativo. Esta lógica se aplica a todas as funções arquivísticas que sustentam o processo de gestão de documentos, podendo ser aplicadas para todas as suas características, auxiliando o entendimento do conceito de gestão de documentos no Brasil.

5. Conclusões

A partir da análise realizada com base na aplicação do método analítico da Teoria do Conceito, podemos verificar a possibilidade de formular um raciocínio mais seguro no âmbito do desenvolvimento de análises e compreensão da estrutura dos conceitos, a partir do método triângular conceitual proposto por Dahlberg (1978), revelando um método seguro para analisar conceitos no campo científico.

A gestão de documentos se configura como um processo desenvolvido para estabelecer procedimentos e operações técnicas arquivísticas para garantir o uso eficaz e racional dos documentos, como instrumento e suporte necessário para a realização das atividades de qualquer instituição. Este processo, portanto, também tem como objetivo estabelecer a integração dos sistemas de arquivos (corrente, intermediário e permanente), ao longo do ciclo de vida, a partir das funções de identificação, produção, classificação e avaliação de documentos.

A gestão de documentos, portanto, é um processo imprescindível e estratégico para as administrações, no que tange à tomada de decisão, comprovação legal de suas atividades, prestação de contas, transparência ativa e para o pleno acesso à informação, tendo em vista o dever constitucional do Poder Público com a gestão, preservação e acesso aos documentos e informações.

6. Referências

- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 set. 2023.
- Brasil. (1991). Lei Federal n.º 8.159, de 8 de janeiro. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial, Brasília, 9 jan.1991, seção 1, p. 455.
- Brasil. (1955). Arquivo Nacional. Gestão de documentos; conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 1995. (Publicações Técnicas, 47).
- Bueno, Danilo André Cinacchi; Rodrigues, Ana Célia. Dos sistemas de arquivos à gestão de documentos: reflexões acerca das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 85-108, jan./abr. 2021. Disponível em:<<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1602>>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- Campos, Maria Luiza de Almeida. (2001). Linguagem Documentária: Teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EDUFF.
- Cruz Mundet, J. R. (2011). Administración de documentos y archivos: textos fundamentales. Madrid: Cordinadora de Asociaciones de Arqchiveros (CAA). 486p.
- Dahlberg, Ingetraut. (1978). A Referent-oriented analitycal concept theory of interconcept. *International Classification*. Frankfurt, v.5. n° 3, pp.142-150. (Traduzido do inglês por Vânia Teixeira Gonçalves, Bolsista do CNPQ – 31p.).
- Dingwall, Glenn. (2016). Modelo do ciclo de vida e modelo do continuum: uma visão das concepções de organização arquivística desde o período do pós-guerra. In: *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. (Orgs.). Editora UFMG. 346p.
- Gonçalves, Jéssica dos Santos; Tognoli, Natália Bolfarini. (2022). Diálogos entre a Teoria do Conceito e organização do conhecimento arquivístico: uma revisão sistemática de literatura. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 28, n. 4, e-120016, out./dez. 2022. Disponível em:<https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/23432/1/goncalves_tognoli_teorias_do_conceito.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- Herrera Heredia, Antonia. (1998). El debate sobre la gestión documental. *Métodos de Información*, Vol. 5, nº 22-23. Enero-Marzo.
- Jardim, José Maria. (2015). Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de Transformações. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 19-50, jul./dez. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article>>. Acesso em 15 abr. 2023.
- Rhoads, James B. (1989). La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información: un estudio del RAMP. Paris: UNESCO, 1989. 51p.
- Schellenberg, T. R. (2006). Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 388p.

¹ RAMP, acrônimo de *Records and Archives Management Program* – é um programa permanente do Conselho Internacional de Arquivos em parceria com a UNESCO criado para disseminar estudos arquivísticos e conscientizar o público em geral sobre a importância dos documentos de arquivos e sua gestão, e ajudar os Estados-membros a estabelecerem infraestruturas e programas eficientes de gestão de documentos, participando do debate internacional sobre as principais questões enfrentadas pelos arquivos.

Explorando intersecções entre Arquivamento da Web e Organização do Conhecimento

Jonas Ferrigolo Melo¹; Moisés Rockembach²

Resumo: Este artigo tem como objetivo explorar as relações entre a Organização do Conhecimento e o Arquivamento da Web, além de identificar critérios na preservação da Web. A metodologia adotada foi revisão de literatura, em conjunto com a análise de modelos para o Arquivamento da Web. Foram examinadas as pesquisas que abordam os métodos, técnicas e estratégias empregados na seleção, aquisição, organização, armazenamento, descrição e disponibilização de acesso ao conteúdo web arquivado. Conclui-se que os modelos selecionados podem ser aplicados por distintas iniciativas de Arquivamento da Web e apresentam relação estreita com os estudos de Organização do Conhecimento. No entanto, é necessário maiores estudos sobre a estrutura e as ferramentas utilizadas no campo da Organização do Conhecimento a fim de assegurar a preservação de longo prazo e o acesso eficaz as informações disponíveis na web.

Palavras-chave: Arquivamento da web; Organização do Conhecimento; Websites; Preservação Digital.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo explorar las relaciones entre la Organización del Conocimiento y el Archivalo Web, además de identificar criterios para la preservación de la web. La metodología adoptada fue una revisión de la literatura, junto con el análisis de modelos para el Archivalo Web. Se examinaron investigaciones que abordan los métodos, técnicas y estrategias empleadas en la selección, adquisición, organización, almacenamiento, descripción y provisión de acceso al contenido web archivado. Se concluye que los modelos seleccionados pueden ser aplicados por distintas iniciativas de Archivalo Web y presentan una relación estrecha con los estudios de Organización del Conocimiento. Sin embargo, se requiere de estudios adicionales sobre la estructura y las herramientas utilizadas en el campo de la Organización del Conocimiento con el fin de garantizar la preservación a largo plazo y el acceso eficaz a la información disponible en la web.

Palabras clave: Archivo de la Web; Organización del Conocimiento; Sitios web; Preservación Digital.

Sumario: 1. Introdução. 2. Intersecções do Arquivamento da Web e Organização do Conhecimento. 3. Metodologias, técnicas e abordagens para o Arquivamento da Web. 4. Conclusão. 5. Referências

1. Introdução

A web, em razão da sua dinamicidade, exige que o processo de preservação seja pensado de forma sistêmica desde o princípio, incluindo metodologia de coletados dados, estabelecimento de políticas para seleção do conteúdo, técnicas e métodos de armazenamento, preservação digital, acesso e demais procedimentos necessários quando se trabalha com informação associada à tecnologia. A esse conjunto de atividades relativas à preservação do ambiente web é dado o nome de

¹ Universidade do Porto
E-mail: jonasferrigolo@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7312-3509>

² Universidade de Coimbra
E-mail: moises.rockembach@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9057-0602>

Arquivamento da Web que, de forma objetiva, é o processo que compreende coletar, armazenar e disponibilizar a informação retrospectiva da World Wide Web para futuros pesquisadores (Rockembach, 2018; Rockembach, Pavão, 2018). Para a promoção do Arquivamento da Web são necessários outros recursos teóricos e práticos que possibilitam a efetiva concretização destes procedimentos. Ainda que tenha uma relação estreita com a Ciência na Informação, é na área de estudo da Organização do Conhecimento em que muitas de suas técnicas, rotinas e procedimentos são apoiados, considerando a longa tradição de pesquisas desta área. A Organização do Conhecimento é o campo que se dedica a indexação, classificação e representação de documentos para recuperação da informação, navegação e processos relacionados, sejam realizados por humanos ou computadores (Hjørland, 2021).

A Organização do Conhecimento, incluindo seus procedimentos (como catalogação, análise de assunto, indexação e classificação) e recursos (como sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros, ontologias e sistemas de metadados), desempenha um papel essencial na Ciência da Informação. Isso ocorre porque a organização é um pré-requisito para qualquer forma de acesso e utilização eficaz do conhecimento no contexto dos serviços de informação (Mogollón et al., 2018). E, portanto, as linhas de estudo da Organização do Conhecimento são o cerne que compõe o fazer do Arquivamento da Web.

Na camada mais profunda, as relações entre Organização do Conhecimento e Arquivamento da Web baseiam-se em questões filosóficas melhor caracterizadas como “paradigmas”. No âmbito da migração massiva da produção da informação a partir da web, seja por meio de websites ou mídias sociais, emerge a necessidade de avaliar, classificar, preservar, recuperar e acessar esse conteúdo pelo tempo que for necessário. Para isso, diversas técnicas, procedimentos e metodologias podem ser utilizadas, sejam pautadas no paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista; ou no pós-custodial, informacional e científico (Silva e Ribeiro, 2011, 2012). Independente do debate conceitual paradigmático, nenhum Arquivo da Web e nenhuma sistemática de Organização do Conhecimento podem ser neutros em relação a conflitos paradigmáticos e, portanto, tais problemas filosóficos representam a base para o estudo do Arquivamento da Web e Organização do Conhecimento.

Conscientes destes debates paradigmáticos pautados na área da Ciência da Informação, mais especificamente na Arquivologia, este artigo tem como objetivo apresentar as intersecções entre o Arquivamento da Web e a Organização do Conhecimento e identificar modelos para o Arquivamento da Web. A metodologia adotada neste estudo consistiu na revisão de literatura sobre Arquivamento da Web e Organização do Conhecimento. Foram analisados os trabalhos que discutem as metodologias, técnicas e abordagens utilizadas para selecionar, adquirir, organizar, armazenar, descrever e fornecer acesso ao conteúdo web arquivado. Destacam-se alguns modelos relevantes, como os propostos por Bragg e Hanna (2013), Maemura et al. (2018), Németh e Drótos (2019), Khan e Rahman (2019) e Rockembach (2021). Serão explorados os

estágios desses modelos, demonstrando como podem ser aplicados por qualquer iniciativa de Arquivamento da Web.

A variedade de métodos utilizados no Arquivamento da Web é influenciada por diversos fatores, como o ambiente jurídico, o relacionamento entre produtores de conteúdo e os arquivos, a natureza do conteúdo arquivado, a escala do arquivo e a capacidade técnica e financeira da organização responsável pelo arquivamento (Masanès, 2006). Diferentes pesquisadores propuseram modelos e fluxos de trabalho para o Arquivamento da Web, abrangendo desde a recolha de informação até a disponibilização para pesquisa.

2. Intersecções do Arquivamento da Web e Organização do Conhecimento

Com a rápida disseminação dos protocolos da web e a legalização das atividades comerciais pela Internet nos EUA no início da década de 1990 (Abbate, 1999; Guizzo, 1999), a Internet foi transformada, deixando de ser uma ferramenta especializada para cientistas e estudantes para se transformar em uma infraestrutura social globalmente acessível, com a possibilidade de uma produção massiva de informações. Junto disso, emerge uma onda caracterizada pela produção exponencial de dados, de novas formas de comunicação, disseminação e organização de conhecimento (Jenkins; Deuze, 2008; Finnemann, 2014).

Com a possibilidade de adicionar, modificar ou excluir qualquer fonte relevante, e de selecionar recursos a qualquer momento, a web como um todo parece qualificar-se como um sistema quase perfeito para a organização do conhecimento (Finnemann, 2019). No entanto, Finnemann (2019) aponta três obstáculos que impedem que a web seja uma solução suficiente para a Organização do Conhecimento no século XXI: ela é muito grande para ser vista por qualquer observador, incluindo rastreadores automatizados; seu carácter efêmero, em que todos os dias novos materiais são inseridos ao passo que outros são apagados ou perdidos; e a grande vantagem da Internet, que permite a todos serem produtores de conteúdo. Essas razões fazem com que a web não seja, por si só, suficiente como um sistema de organização do conhecimento, ao passo que o conhecimento advindo desta área precisa estar inserido nas práticas e políticas de arquivamento da web, na medida em que os materiais sejam considerados dignos de preservação para acesso futuro.

Nesse sentido, as técnicas e práticas da Organização do Conhecimento começam a ingressar nos métodos e rotinas para Arquivamento da Web. A relação entre estes dois campos, ainda que pouco estudada, já foi explicitamente mencionada por Finnemann (2019), que aponta que as distinções entre coleções especiais, infraestruturas de pesquisa e arquivos gerais não são claras, porém ainda possuem significado, uma vez que cada uma dessas finalidades possui implicações no conjunto de métodos utilizados para seleção. Dessa forma, o sistema "ideal" para a organização do conhecimento acaba se tornando uma combinação cada vez mais complexa de materiais da web coletados e arquivados, devido a uma variedade de critérios. Para além da assertiva de Finnemann diretamente relacionada ao Arquivamento da Web, cabe destacar que a

Organização do Conhecimento, de modo geral, colabora com o processo de formação de um Arquivo Web, especialmente quando apoiado por sua “vertente estreita” (Hjørland, 2008), que se refere às atividades como descrição, indexação e classificação de documentos e a preocupação com a natureza e qualidade desses processos. Essas técnicas advindas da Organização do Conhecimento constitui um locus interdisciplinar eficaz (García Marco 1995; Hjørland 2008) no qual campos como Ciência da Informação, Lógica, Linguística, Comunicação, Tecnologia, entre outros, têm seus quadros teóricos e metodológicos integrados. Essa interdisciplinaridade tem o potencial de promover o desenvolvimento de processos, instrumentos, métodos e rotinas relativos à representação e organização de documentos e de seus conteúdos informativos, tanto por pessoas como por programas.

Após sua criação, um arquivo da web retém vestígios das conexões de links, funcionando como uma espécie de índice para entidades sociais, culturais e políticas, tanto de natureza cívica quanto profissional. Esses arquivos podem também ser concebidos para atuar como índices para categorias específicas de organização do conhecimento, por meio de links para coleções especiais, infraestruturas de pesquisa e sistemas de conhecimento oriundos de diversas fontes. Outro campo da Organização de Conhecimento que tem relevância basilar na composição de um Arquivo da Web é a indexação de um determinado documento. Essa etapa da composição de um arquivo deve refletir as necessidades de um determinado grupo de usuários ou de um propósito. Ou seja, qualquer descrição ou representação de um determinado documento precisa estar adequada ao seu contexto. Cabe destacar que o processo de descrição não será neutro, portanto, há de se estabelecer relações com o contexto de produção e o público-alvo sem, necessariamente, padronizar as descrições ou fazer uma descrição única para diferentes conjuntos documentais. A representação de um documento é feita para permitir aos usuários fazer discriminações relevantes. A recuperação da informação também entra neste rol de atividades advindas da Organização do Conhecimento que se tornam fundamentais para o Arquivamento da Web, ao passo que permite aos usuários encontrar as informações que buscam.

Essas atividades sempre partirão de um “lugar teórico” no âmbito da Ciência da Informação e das técnicas da Organização do Conhecimento e, portanto, não existe a maneira “ideal” para sua execução. Isso vai depender do alicerce teórico que está sendo utilizado e, também, dos objetivos de composição de um arquivo da web. Essa afirmativa que defendemos encontra críticas por parte de outros pesquisadores, que defendem que uma perspectiva única deve ser estabelecida sob o risco de se criar um campo difuso. Entendemos, por um lado, que um campo científico pode encontrar certa dificuldade em se desenvolver sem uma clareza teórica, entretanto, por outro lado, quando se insere uma nova perspectiva de objeto, é importante que diferentes abordagens sejam debatidas para serem distinguidas umas das outras e comparadas entre si. Em outras palavras: temos que examinar e interpretar as diferentes perspectivas de abordagens com muita honestidade e cuidado para que a composição de um Arquivo da Web não se torne algo automatizado e sem que seja pensado na perspectiva do usuário.

Uma maneira de fazer isso tem sido estabelecer uma distinção entre o “paradigma custodial” (ou “paradigma orientado ao sistema”), de um lado, e o “paradigma informacional e científico” (ou “paradigma orientado ao usuário”), do outro. A Organização do Conhecimento, especialmente quando articulada com as técnicas de Arquivamento da Web, pode encontrar um campo mais vantajoso quando apoiada em uma perspectiva orientada ao usuário. Em certo sentido, todas as abordagens da Organização do Conhecimento podem concordar sobre o objetivo de que os sistemas e processos visam satisfazer as necessidades de informação dos usuários. Portanto, pode-se afirmar que os usuários se beneficiam de sistemas bem estruturados, razão pela qual a abordagem vai ser orientada ou “amigável” para o usuário. A melhor forma de definir esta abordagem é provavelmente através do método: os sistemas baseados em abordagens orientadas para o usuário devem especificar como é feito o design de um sistema com base em estudos empíricos dos utilizadores.

O problema não está em apenas formular e utilizar uma teoria, mas descobrir pressupostos teóricos em diferentes práticas, formular esses pressupostos claramente a fim de tornar possível a comparação de abordagens. Nesta perspectiva, as lições advindas da Organização do Conhecimento associadas aquelas advindas das metodologias, técnicas e abordagens para o Arquivamento da Web podem trazer caminhos positivos para a preservação destes conteúdos informacionais.

3. Metodologias, técnicas e abordagens para o Arquivamento da Web

O processo de Arquivamento da Web envolve uma série de etapas e modelos que visam garantir a preservação a longo prazo dos recursos online. Diferentes pesquisadores têm proposto abordagens sistemáticas e modelos para orientar as organizações nesse processo complexo e algumas instituições já desenvolvem programas para preservar websites em seus países, encarando de forma efetiva o desafio de preservar o conteúdo produzido na Internet. No caso do Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos aprovou em dezembro de 2021 a Política de Preservação de Websites e Mídias Sociais para o país (Melo et al., 2023; Melo; Rockembach, 2023). O desafio em estabelecer uma política com os procedimentos para a formação de um Arquivo Web perpassa tanto as questões técnicas e tecnológicas, quanto a coleta destes dados que mudam, somem e se alteram rapidamente, considerando a natureza dinâmica da Internet.

Ao longo de mais de uma década de estudos em relação à preservação da Internet foram criadas algumas iniciativas de Arquivamento da Web que definem os padrões, políticas e tecnologias para efetivação deste arquivamento. Um dos modelos utilizados é o proposto por Brown (2006), que apresenta um fluxo que começa na política de seleção, passa pela seleção, lista de coleta, coleta, garantia de qualidade, armazenamento, preservação e entrega (acesso). Esse modelo fornece uma estrutura abrangente que aborda desde a definição dos critérios de seleção até a disponibilização dos recursos preservados para acesso.

A rotina de preservação de *websites*, segundo Gomes (2010), é dividida em três

etapas que envolve a recolha de informação proveniente da *web*, indexação e disponibilização de serviços de pesquisa e acesso, sendo que a primeira etapa se subdivide em coletar o arquivo, armazená-lo, extrair os endereços a partir dos *hiperlinks*, e inserir os endereços para a recolha. Com a intenção de especificar um pouco mais as fases, Niu (2012) diz que com a diversidade de recursos informacionais, o gerenciamento e o fluxo de trabalho do Arquivamento da Web passa a exigir o estabelecimento de passos, rotinas e técnicas que incluem procedimento referentes à avaliação e seleção, aquisição, organização e armazenamento, descrição e acesso, sendo este, basicamente, o fluxo de trabalho núcleo do Arquivamento da Web.

Da mesma forma, em 2013, um grupo de trabalho do *Archive-It*, serviço de arquivamento ligado ao *Internet Archive*, publicou um *White Paper* intitulado “*The web archiving life cycle model*”, em que fala sobre o ciclo de vida do Arquivamento da Web. O modelo baseia-se nas experiências da equipe, bem como nas lições aprendidas pelas instituições parceiras, incluindo estudos de caso de seis instituições. Trata-se de um esforço voltado com a intenção de representar fluxos de trabalho comuns e criar um modelo mensurável que possa ser utilizado como referência para organizações que queiram criar ou melhorar seus programas de arquivamento da *web* (Bragg; Hanna, 2013).

O modelo é uma tentativa de incorporar os braços tecnológicos e programáticos do arquivamento da *web* em uma estrutura que será relevante para qualquer organização que deseje arquivar a *web*, independentemente do tamanho da organização, orçamento ou métodos técnicos de arquivamento da *web*. (Bragg; Hanna, 2013, p. 28, *tradução nossa*).

O modelo apresenta uma forma de visualizar as diferentes etapas e fases que instituições enfrentam ao desenvolver e gerenciar um programa de arquivamento da *web*, tendo sua forma circular para sugerir a natureza repetitiva dos passos no ciclo de vida (Bragg; Hanna, 2013). O *Modelo de Ciclo de Vida do Arquivamento da Web* pode ser visto na Figura 1.

Considerando que quase todas as rotinas do arquivamento da *web* envolvem algum tipo de decisão política, estes aspectos são representados pelo nível mais externo do ciclo de vida, a esfera política. Ao envolver todos os passos do ciclo de vida nesta esfera, o modelo representa a necessidade da constante elaboração de políticas nas rotinas de preservação destes conteúdos. Em uma segunda esfera, estão representados os metadados e a descrição: o serviço *Arquivo- It* escolheu incorporá-los como uma esfera completa, em vez de um segmento da esfera, para enfatizar que criar, importar e exportar metadados é um processo contínuo que ocorre em conjunto com outras atividades que compõem o ciclo de vida (Bragg; Hanna, 2013).

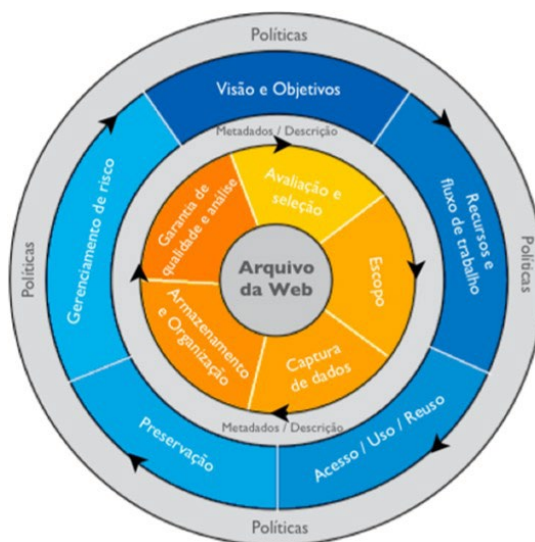


Figura 1 - Modelo de Ciclo de Vida do Arquivamento da *web*
 Fonte: Bragg; Hanna (2013, p. 3 apud ROCKEMBACH, 2018, p. 26).

O círculo azul dentro da banda de políticas representa as decisões de alto nível que uma instituição enfrenta ao configurar e gerenciar seu programa de arquivamento da *web*; por sua vez, o círculo laranja descreve as tarefas do dia-a-dia envolvidas no negócio de Arquivamento da Web (Bragg; Hanna, 2013). O centro do modelo representa a própria coleção, o conteúdo da web arquivado, considerando que esses dados são o resultado final de todas as etapas anteriores.

Outra abordagem que se destaca pela sua acessibilidade e clareza é a Abordagem Sistemática para a Preservação da Web, proposta por Khan e Rahman (2019). Essa abordagem divide o processo de preservação em estágios autoexplicativos e projeta um modelo que pode ser utilizado por qualquer iniciativa de arquivamento da web. Khan e Rahman (2019) estabeleceram o modelo começando pela definição do escopo do arquivo, ou seja, determinando o tipo de site, tópico ou domínio que será preservado.

Nesta abordagem é importante reconhecer os diferentes aspectos que precisam ser observados durante o processo de preservação e arquivamento da web: gestão dos objetos digitais, formato e armazenamento do objeto digital, gestão do arquivamento, questões administrativas, acesso e segurança ao arquivo, planejamento de preservação (Khan e Rahman, 2019), e demais questões que precisam ser entendidas para uma eficaz gestão do arquivo *web* e que ajudarão a tratar os desafios que ocorrem durante o processo de preservação.

Importante destacar que a vida útil da mídia de armazenamento digital pode ser surpreendentemente curta, e a rápida evolução das tecnologias de renderização pode impedir o acesso futuro (Lavoie, 2000). Neste sentido, o Modelo *Open Archival Information System* (OAIS) se propõe a responder o que é necessário para preservar e manter o acesso às informações digitais a longo prazo,

ao passo que o modelo de referência OAIS é uma tentativa de fornecer uma estrutura de alto nível para o desenvolvimento de arquivos digitais (Khan e Rahman, 2019). Ainda que seja uma questão de difícil solução, o modelo de referência OAIS apresenta uma estrutura conceitual para um sistema de arquivo dedicado a preservar e manter o acesso às informações digitais a longo prazo (Lavoie, 2000). As dez etapas que compreendem a abordagem sistemática para preservação da web estão ilustradas na Figura 2, a seguir:

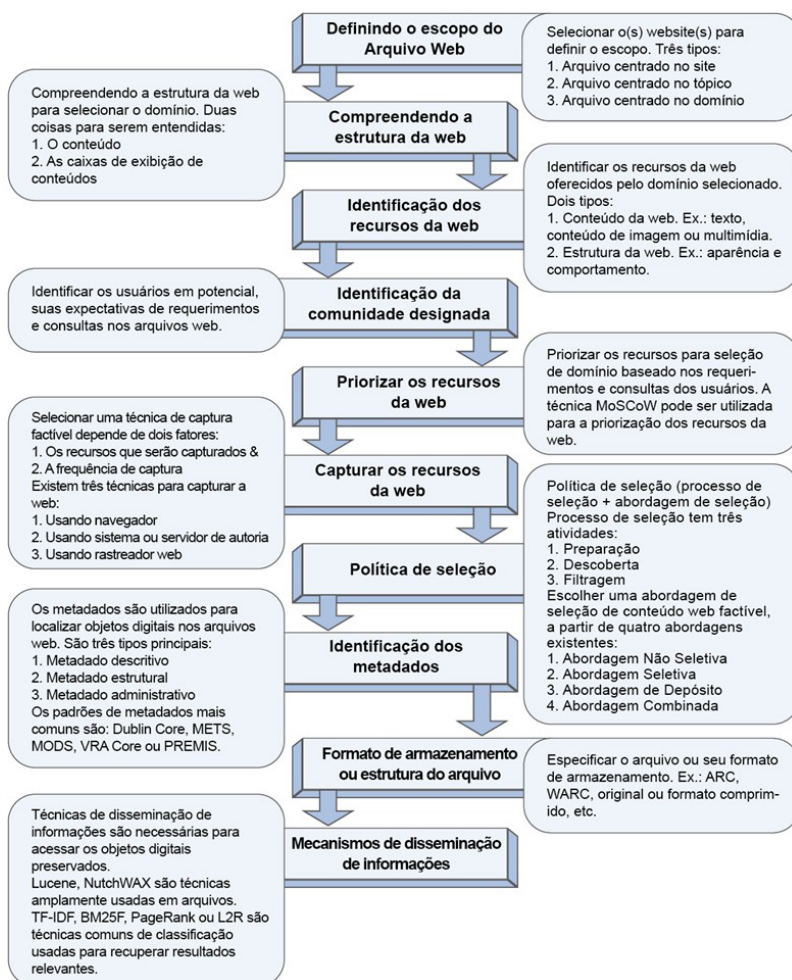


Figura 2 – Abordagem sistemática para o processo de preservação da web

Fonte: Khan; Rahmam (2019, p. 74 apud Melo, 2020, p. 72).

A abordagem para arquivamento da web de Maemura et al. (2018) propõem um processo composto por três etapas de seleção e captura: pré-produção, rastreamentos de produção e garantia de qualidade de pós-produção. Na fase de pré-produção, são realizados rastreamentos de teste para definir o tamanho e a

abrangência da coleção. Os rastreamentos de produção são responsáveis por capturar todos os recursos da web da coleção, enquanto a garantia de qualidade na pós-produção pode exigir rastreamentos adicionais. Geralmente, são necessárias várias iterações para cada uma dessas etapas, garantindo a qualidade e a integridade dos recursos preservados.

Como se pode perceber, cada fluxo de trabalho possui suas próprias rotinas, critérios, processos seletivos e softwares estabelecidos conforme sua necessidade de composição do arquivo web. A responsabilidade pela coleta dos conteúdos web têm se estabelecido como uma importante ferramenta para preservar a memória oficial destes países (Bingham; Byrne, 2021). Ainda que as iniciativas tenham escopos distintos, no geral elas apresentam as etapas levantadas por Rockembach (2021) e ilustradas na Figura 3:

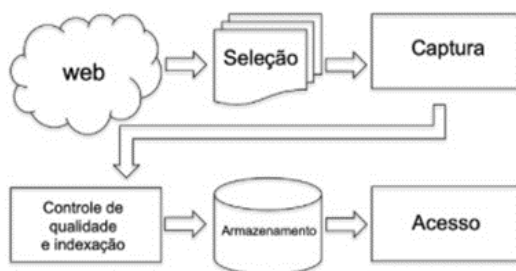


Figura 3 – Modelo de Arquivamento da Web
Fonte: Rockembach (2021, p. 7).

4. Conclusão

Esses diferentes modelos e abordagens destacam a complexidade e a importância de seguir um processo estruturado para o Arquivamento da Web. A definição de critérios de seleção, a compreensão da estrutura da web, a escolha de técnicas de captura adequadas e a garantia de qualidade são aspectos fundamentais para o sucesso das iniciativas de preservação da web. E, portanto, é posto que a inserção dos princípios de Organização do Conhecimento ajuda a estabelecer relacionamentos entre diferentes recursos da web, permitindo que os usuários naveguem por conteúdos relacionados, organizados com base em assuntos, tópicos ou relações semânticas. A partir disso, os usuários podem explorar e descobrir informações interconectadas dentro da coleção da web arquivada.

O Arquivamento da Web é uma área em constante evolução, impulsionada pela necessidade de preservar o conteúdo produzido na Internet, que é dinâmico e suscetível a mudanças e exclusões rápidas. E, sendo assim, conclui-se que as abordagens e metodologias levantadas atendem a este desafio. Entretanto, ainda há que se explorar a estrutura e as ferramentas fornecidas pela Organização do Conhecimento para que sejam garantidas a preservação a longo prazo e o acesso efetivo a informações e conhecimentos baseados na web. Nesta pesquisa, ainda

queseja evidente a correlação entre essas duas áreas do conhecimento, não foram encontrados estudos específicos em Arquivamento da Web que tratam especificamente de técnicas e ferramentas advindas de estudos de Organização do Conhecimento.

É importante ressaltar que o Arquivamento da Web não é apenas uma questão técnica, mas também envolve aspectos políticos, jurídicos e sociais. As instituições responsáveis pelo Arquivamento da Web devem considerar esses diferentes fatores ao desenvolver suas estratégias e fluxos de trabalho. Além disso, é fundamental que haja uma colaboração entre os produtores de conteúdo, os arquivos e a comunidade em geral para garantir o sucesso dessas iniciativas. O avanço das tecnologias e a evolução das práticas de preservação digital certamente contribuirão para aprimorar ainda mais a forma como o conteúdo web é selecionado, adquirido, organizado, armazenado, descrito e disponibilizado para acesso.

5. Referencias

- Abbate, J. (1999). *Inventing the internet*. MIT press.
- Bingham, N. J., & Byrne, H. (2021). Archival strategies for contemporary collecting in a world of big data: Challenges and opportunities with curating the UK web archive. *Big Data & Society*, 8(1), 2053951721990409.
- Bragg, M., & Hanna, K. (2013). The web archiving life cycle model. *Archive-It. Recuperado de* https://archive-it.org/static/files/archiveit_life_cycle_model.pdf.
- Brown, A. (2006). *Archiving websites: a practical guide for information management professionals*. facet publishing.
- Finnemann, N. O. (2014). Digitization: New trajectories of mediatization? In K. Lundby (Ed.), *Mediatization of communication* (Vol. 21, pp. 297–391). Walter de Gruyter GmbH & Co KG, Berlin/Boston.
- Finnemann, N. O. (2019). Web archive. *Knowledge Organization*, 46(1), 47-70.
- Garcia Marco, Francisco Javier. 1995. “Fundamentos de organización y representación documental: aportaciones de la archivística.” *Revista general de información y documentación* 5: 91-148.
- Gomes, D. (2010). Preservar a Web: um desafio ao alcance de todos. In *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* (pp. 1-9).
- Guizzo, É. M. (1999). *Internet, o que é, o que oferece, como conectar-se*. Editora Atica.
- Hjørland, B. (2008). What is knowledge organization (KO)? *Knowledge Organization*, 35(2-3), 86-101.
- Hjørland, B. (2021). Information Retrieval and Knowledge Organization: A Perspective from the Philosophy of Science. *Information*, 12, 135. <https://doi.org/10.3390/info12030135>
- Jenkins, H., & Deuze, M. (2008). Convergence culture. *Convergence*, 14(1), 5-12.
- Khan, M., & Rahman, A. U. (2019). A systematic approach towards web preservation. *Information Technology and Libraries*, 38(1), 71-90.
- Lavoie, B. (2000). Meeting the challenges of digital preservation: The OAIS reference model. *OCIC Newsletter*, 243, 26-30.
- Lavoie, B. (2004). The open archival information system reference model: Introductory guide.

- Maemura, E., Worby, N., Milligan, I., & Becker, C. (2018). If these crawls could talk: Studying and documenting web archives provenance. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 69(10), 1223-1233.
- Masanès, J. (2006). *Web archiving: issues and methods* (pp. 1-53). Springer Berlin Heidelberg.
- Melo, J. F. (2020). Arquivamento dos websites do governo federal brasileiro: preservação do domínio GOV. BR. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. 133 f.
- Melo, J. F., de Oliveira, C., & Rockembach, M. (2023, June 11). História do arquivamento da web no Brasil: um percurso entre a academia, o legislativo e executivo brasileiro. <https://doi.org/10.31235/osf.io/u4ydh>
- Melo, Jonas Ferrigolo & Rockembach, Moisés. Public Policies for Governmental Web Archiving in Brazil, presentation, May 12, 2023; (<https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc2143896> /: accessed September 20, 2023), University of North Texas Libraries, UNT Digital Library, <https://digital.library.unt.edu>; crediting International Internet Preservation Consortium.
- Mogollón, J. B. M., Dalessandro, R. C., & Tognoli, N. B. (2018). Metateoria, ciência da informação e organização do conhecimento: um estudo a partir da literatura científica da área. *Brazilian Journal of Information Science*, 12(2), 6-12.
- Németh, M., & Drótos, L. (2019). A blended learning-based curriculum on Web archiving in the national Széchényi library. *Digital Library Perspectives*, 35(2), 97-114.
- Niu, J. (2012). An overview of web archiving. *D-Lib magazine*, 18(3/4).
- Rockembach, M. (2018). Arquivamento da web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 16(1), 7-24.
- Rockembach, M. (2021). A web brasileira na Covid-19: arquivamento da web e preservação digital. *Liinc em Revista*, 17(1), e5713-e5713.
- Rockembach, M., & Pavão, C. M. G. (2018). Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da web. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 11(1), 168-182.
- Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2011). Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação. *Recife: Néctar*, 122-138.
- Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2012). Documentation/Information and their paradigms: characterization and importance in research, education, and professional practice. *Knowledge Organization*, 39(2), 111-124.

Modelo SKOS e ISO 25964: similaridades das recomendações para a representação de tesouros

Suelen Camilo Ferreira¹; Paula Regina Dal'Evedove²

Resumo: A imensa quantidade de dados e informações disponíveis no ambiente digital impôs desafios à Ciência da Informação, dentre eles a necessidade de adaptação dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) para formatos interoperáveis semanticamente no ambiente *web*. Nesse contexto, a W3C formaliza a recomendação do *Simple Knowledge Organization System* (SKOS) como modelo de dados para disponibilização e compartilhamento de diferentes tipos de SOC na *web*, culminando no surgimento da norma ISO 25964, que substitui as normas anteriores para elaboração de SOC do tipo tesouros. Dois fatores devem ser considerados neste cenário. O primeiro é que a referida norma surge quando o SKOS já estava sendo amplamente utilizado para construção de tesouros conceituais interoperáveis. O segundo é que as recomendações SKOS contemplam todos os tipos de SOC, enquanto as recomendações ISO 25964 visam essencialmente os tesouros. Esses dois fatores indicam possíveis similaridades entre as recomendações SKOS e as recomendações da norma ISO 25964. Neste sentido, objetiva-se identificar similaridades entre o modelo SKOS e a norma ISO 25964 para a representação de tesouros. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, conduzida mediante pesquisa bibliográfica em bases de dados nacionais e internacionais. Foram selecionadas publicações que tratavam da relação entre o modelo de dados SKOS e a norma ISO 25964. Constatou-se que os resultados conferem aportes teóricos e metodológicos para construção e manutenção de tesouros conceituais e interoperáveis semanticamente em ambiente *web*. No entanto, poucas pesquisas discutem as similaridades entre o modelo SKOS e a norma ISO 25964.

Palavras-chave: Simple Knowledge Organization System; ISO 25964; Tesouros; Sistemas de Organização do Conhecimento; Linguagem Documentária

Resumen: La inmensa cantidad de datos e información disponible en el entorno digital ha planteado retos a la Ciencia de la Información, entre ellos la necesidad de adaptar los Sistemas de Organización del Conocimiento (SOC) a formatos semánticamente interoperables en el entorno *web*. En este contexto, el W3C formalizó la recomendación del *Simple Knowledge Organization System* (SKOS) como modelo de datos para poner a disposición y compartir diferentes tipos de SOC en la *web*, lo que culminó en la aparición de la norma ISO 25964, que sustituye a las normas anteriores para preparar SOC de tipo tesoro. En este escenario hay que tener en cuenta dos factores. El primero es que esta norma surgió cuando SKOS ya se utilizaba ampliamente para construir tesoros conceptuales interoperables. El segundo es que las recomendaciones SKOS abarcan todos los tipos de SOC, mientras que las recomendaciones ISO 25964 se dirigen esencialmente a los tesoros. Estos dos factores indican posibles similitudes entre las recomendaciones SKOS y las recomendaciones ISO 25964. Teniendo esto en cuenta, el objetivo es identificar las similitudes entre el modelo SKOS y la norma ISO 25964 para la representación de tesoros. Se trata de un estudio exploratorio y descriptivo con un enfoque cualitativo, realizado mediante investigación bibliográfica en bases de datos nacionales e internacionales. Se seleccionaron las publicaciones que tratan de la relación entre el modelo de datos SKOS y la norma ISO 25964. Los resultados proporcionan apoyo teórico y metodológico para la

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil
E-mail: suelencamilo@estudante.ufscar.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3944-9967>

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Brasil
E-mail: dalevedove@ufscar.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1521-2201>

construcción y el mantenimiento de tesauros conceptuales y semánticamente interoperables en un entorno *web*. Sin embargo, pocos estudios han analizado las similitudes entre el modelo SKOS y la norma ISO 25964.

Palabras clave: Sistema Simple de Organización del Conocimiento; ISO 25964; Tesauro; Sistemas de Organización del Conocimiento; Lenguaje Documental

Sumario: 1. Introdução. 2. Metodologia. 3. Resultados. 4. Conclusões. 5. Referências bibliográficas

1. Introdução

A crescente quantidade de dados na *web* exige novos modelos da Ciência da Informação, visto que a representação da informação é crucial para a organização e recuperação informacional eficaz (Araújo, 2017; Santos & Vidotti, 2009; Cervantes *et al.*, 2018).

Na Ciência da Informação (Le Coadic, 2004; Saracevic, 2009), os tesauros, enquanto Linguagens Documentárias (LD) e Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), cumprem importante função nos processos de Organização e Recuperação do Conhecimento (ORC), tanto no apoio à indexação como nos processos de pesquisa de documentos de acervos impressos ou digitais disponibilizados em sistemas de recuperação da informação (Barbosa, 1969; Cintra *et al.*, 2002; Currás, 2010; Sousa *et al.*, 2018). Nesta perspectiva, a necessidade de adaptação de tesauros para formatos legíveis por máquina e interoperáveis semanticamente no ambiente Web é evidente. “O tesauro promove o controle de sinônimos e estruturas sintáticas simplificadas” (Dodebei, 2002, p. 66), de modo que direciona o processo de indexação e auxilia no processo de busca e ampliação de consultas. Atua, portanto, como ferramenta terminológica elaborada para a recuperação da informação (Barbosa & Viera, 2022).

1.1. Modelo SKOS

O *Word Wide Web Consortium* (W3C) formalizou o *Simple Knowledge Organization System* (SKOS) em 2009 como um modelo para representar diversos tipos de SOC em ambientes digitais, visando atender às novas demandas de compartilhamento e interoperabilidade semântica de vocabulários na Web (Miles, Bechhofer, 2009; Pastor-Sanchez *et al.*, 2009; Ramalho, 2017, Ramalho & Sousa 2019; Zeng & Mayr, 2018). O SKOS favorece a integração de tesauros em Sistemas de Recuperação de Informação e é baseado em três elementos principais: conceitos, propriedades e relações (Moraes *et al.*, 2019). Os conceitos são componentes cruciais na estrutura do SKOS, pois carregam as ideias que expressam os significados de objetos, pessoas, lugares e eventos presentes no mundo real (Catarino, 2014, Isaac & Summers, 2009; Miles & Bechhofer, 2009; Ramalho, 2015; Rautenberg *et al.*, 2020; Zeng & Mayr, 2018). As propriedades são como os adjetivos que descrevem os atributos dos conceitos e são divididas em duas categorias principais: Propriedades de Etiquetagem e Propriedades de Documentação. As relações expressam a ligação de significado entre os conceitos. São as relações que atribuem semântica ao SOC representado de acordo com o modelo SKOS e, assim como nos

tesauros, podem ser divididas basicamente em três tipos: relações hierárquicas, relações de equivalência e relações associativas (Bezares *et al.*, 2020; Sousa, 2019).

Algumas tecnologias semânticas são fundamentais para a estruturação de vocabulários no modelo SKOS. Os elementos do modelo SKOS são declarados a partir de diretivas triplas *Resource Description Framework* (RDF); sua estrutura é construída com base na linguagem *eXtensible Markup Language* (XML); e os conceitos identificados por *Uniform Resource Identifier* (URI) (Berti Junior *et al.*, 2017; Ramalho & Sousa, 2019; Ramalho, 2017; Sousa *et al.*, 2018).

1.2. A norma ISO 25964 e o modelo SKOS

Alcançar a interoperabilidade em redes em expansão contínua requer uso de padrões e protocolos (Lara, 2013) em prol de colaboração comunitária que garanta a transmissão de dados sem falhas. Nesse contexto, as normas são padrões que regulam procedimentos e refletem técnicas acordadas por uma comunidade.

A norma ISO 25964 está dividida em duas partes e define tesauros válidos para representar dados semânticos, sendo essencial para estruturar e representar informações de forma interoperável semanticamente, substituindo as normas anteriores (ISO 2788 e ISO 5964) e se alinhando ao modelo SKOS (Bandyopadhyay & Mukhopadhyay, 2015; Clarke & Zeng, 2012; ISO TC46/SC9/WG8 & Isaac, 2012; Pastor-Sánchez, 2013a), onde as relações semânticas são estabelecidas prioritariamente entre conceitos, por isto a denominação tesauros conceituais para tesauros representados de acordo com o SKOS e a norma ISO 25964 (Zeng & Mayr, 2018).

A ISO 25964-1:2011 *Information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies - Part 1: Thesauri for information retrieval* orienta na seleção e combinação de conceitos para criar tesauros eficazes, enquanto o SKOS facilita a transferência desses tesauros para a *web* (National Information Standards Organization [NISO], 2023). A ISO 25964-2:2013 *Information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies - Part 2: Interoperability with other vocabularies* e o SKOS oferece diretrizes para mapeamento entre SOC e expressão desses mapeamentos online (American Society for Testing and Materials [ASTM] Compass, 2022; International Organization For Standardization [ISO], 2011; NISO, 2023).

Neste cenário, dois fatores são considerados para justificar a pesquisa aqui apresentada. O primeiro é que a referida norma surge quando já ocorria a ampla utilização do SKOS na construção de tesauros interoperáveis (Bandyopadhyay; Mukhopadhyay, 2015). O segundo é de que o modelo SKOS integra vários tipos de SOC na *web*, enquanto a norma ISO 25964 se concentra especificamente na elaboração de tesauros (Martínez-González & Alvite-Díez, 2019a; Pastor-Sánchez, 2013b), sinalizando possíveis equivalências entre a norma ISO 25964 e o modelo SKOS. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo identificar similaridades entre as recomendações do modelo SKOS e a norma ISO 25964 para a representação de tesauros.

2. Metodologia

Conforme conceitos de metodologia do trabalho científico esclarecidos por Severino (2009), Gerhardt e Silveira (2009), a presente pesquisa possui abordagem qualitativa de natureza aplicada, pois visou produzir conhecimentos que embasam a aplicação prática. Está caracterizada como exploratória e descritiva, pois proporciona maior familiaridade com os elementos do objetivo a partir da análise do objeto estudado, de modo a contribuir com a identificação de similaridades entre o modelo SKOS e a norma ISO 25964. Quanto aos procedimentos utilizados, esta pesquisa é bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica ocorreu a partir das buscas em bases de dados nacionais e internacionais, quais sejam: Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (BENANCIB); publicações da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO Brasil); *Web of Science*; *Scopus*; *Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text* (LISA); *Academic Search Premier* (ASP); *Information Science & Technology Abstracts* (ISTA); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO.org); *Science Direct*; *Gale Academic OnFile*; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT); e Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Elegeu-se como estratégia de busca “SKOS” OR “*Simple Knowledge Organization System*” aplicada nos campos título, resumo e palavras-chave de publicações entre 2012 e 2022, em idioma português, inglês ou espanhol. As buscas realizadas em janeiro de 2023 totalizaram 626 resultados. Após leitura e análise dos títulos, resumos e palavras-chave, foram selecionadas publicações que tratavam da relação entre o modelo de dados SKOS e a norma ISO 25964, e publicações que tratavam das principais extensões SKOS (SKOS-XL, ISO-THES e UNESKOS) que visam atender especificidades da norma ISO 25964. O conjunto de publicações, juntamente com a norma ISO 25964 e recomendações SKOS, viabilizou a análise das abordagens e aplicações similares entre o modelo SKOS e a norma ISO 25964, as quais foram ordenadas em três grupos: a) Fundamentação histórico-conceitual; b) Técnicas de implementação, manutenção e gerenciamento de tesouros; e c) Normalização e extensões. Esta manobra favoreceu a identificação e discussão de similaridades entre o modelo SKOS e a norma ISO 25964 para construção de tesouros, elencadas das subseções 3.1 à 3.11.

3. Resultados

O *corpus* estudado se constituiu de 25 documentos, conforme serão citados ao longo das subseções seguintes, incluindo a norma ISO 25964 completa e as recomendações SKOS.

Além dos três grupos de abordagens e aplicações, as onze categorias de similaridades entre a norma ISO 25964 e o modelo SKOS foram definidas de acordo com os pontos mais destacados nos textos pertencentes ao *corpus* e são apresentadas a seguir.

3.1. Definição de tesauros em relação a outros SOC

A perspectiva conceitual sobre tesauros é vital para encontrar similaridades entre o modelo SKOS e a norma ISO 25964, pois apenas codificar em SKOS não resolve problemas de interoperabilidade semântica (Lara, 2013; Rio-Branco *et al.*, 2021). O sucesso deste tipo de SOC ocorre quando tanto indexador quanto pesquisador usam o mesmo termo para um conceito (ISO, 2011; Saliba *et al.*, 2021). Tesauros devem ser intuitivos, permitir inferências por máquinas e troca eficiente de dados (Alexiev *et al.*, 2016; Bandyopadhyay & Mukhopadhyay, 2015).

O SKOS *Reference* (Miles & Bechhofer, 2009) diferencia tesauros de ontologias e sistemas de classificação, explicando que os tesauros não têm semântica formal, sendo considerados “ontologias leves” (ISO, 2013; Will, 2012; Zeng & Mayr, 2018). E enquanto os esquemas de classificação são linguagens documentárias pré-coordenadas, os tesauros são linguagens documentárias pós-coordenadas (ISO, 2013; Caracciolo *et al.*, 2012; Clarke & Zeng, 2012).

3.2. Conceitos e termos

Tanto o modelo SKOS (Isaac & Summers, 2009) quanto a norma ISO 25964 definem conceitos e termos, visando relações hierárquicas, equivalentes e associativas. Sendo que a norma ISO 25964 oferece um conjunto mais abrangente de regras de integridade do que o SKOS (ISO 2011, 2013; Martínez-González & Alvite-Díez, 2019a; Will, 2012).

A norma mantém as tags BT, NT e RT, pois já são utilizadas em milhares de tesauros, porém esclarece que elas devem fazer referência a conceitos (ideias) e não a termos (palavras) (Alvite-Díez & Martínez-González, 2021; Clarke & Zeng, 2012), para serem considerados tesauros interoperáveis semanticamente (Will, 2012), estabelecendo níveis lexicais (termos) e conceituais (ISO TC46/SC9/WG8 & Isaac, 2012; Pastor-Sánchez, 2013a). Assim, a norma facilita a representação de tesauros monolíngues e multilíngues (Bandyopadhyay & Mukhopadhyay, 2015; Caracciolo *et al.*, 2012).

3.3. Domínios, microtesauro e grupos de conceitos

A ISO 25964 introduz os "*ConceptGroups*" como conjuntos de conceitos selecionados por critérios específicos, como a relevância temática (ISO, 2011). Ao contrário do SKOS, a norma ISO 25964 não estabelece hierarquia entre *ConceptGroups* e seus conceitos, enfatizando a importância de etiquetar verbalmente cada grupo.

O SKOS oferece classes como "esquemas de conceitos" e "coleções" para criar estruturas de agrupamento, permitindo que os conceitos sejam associados a essas estruturas sem a necessidade de hierarquia (Martínez-González & Alvite-Díez, 2019b; Pastor-Sánchez, 2013a). No entanto, as soluções do SKOS para representar grupos de conceitos não refletem precisamente a natureza dos grupos definidos pela

ISO 25964, levando a propostas de extensões *ad hoc* para preencher essa lacuna (Alvite-Díez & Martínez-González, 2021).

3.4. Relações de equivalência

Na norma, as notações USE e UF são mantidas em relação à ISO 2788, enquanto as equivalências em SKOS, como *skos:closeMatch* e *skos:exactMatch*, permitem diferentes graus de correspondência. Alterações de termos equivalentes no SKOS não afetam a indexação, facilitando a construção de tesauros multilíngues (ISO, 2011; Isaac & Summers, 2012; Miles & Bechhofer, 2011; Pastor-Sánchez, 2013a).

3.5 Equivalência composta

A ISO 25964-2:2013 trata da interoperabilidade de tesauros com outros vocabulários controlados, introduzindo a equivalência composta, que combina dois ou mais conceitos/termos de diferentes vocabulários (Balkan & Bell, 2014; ISO, 2013; Pastor-Sánchez, 2016).

Tanto a ISO 25964 quanto o SKOS não possuem meios para representar conceitos compostos, pois essa complexidade não é comum em tesauros (Alvite-Díez; Martínez-González, 2021; Clarke; Zeng, 2012; ISO, 2011, 2013; Martínez-González & Alvite-Díez, 2019c; Pastor-Sánchez, 2016; Will, 2012).

3.6. Relações hierárquicas

A norma formaliza três tipos de relações hierárquicas: genérica (BTG), partitiva (BTP) e instancial (BTI) (Martínez-González; Alvite-Díez, 2019c; Will, 2012). No entanto, essas distinções não têm equivalentes no SKOS (Alvite-Díez; Martínez-González, 2021; Alexiev *et al.*, 2016).

A poli-hierarquia - que ocorre quando um conceito pode ter mais de um conceito superior - não possui instruções específicas para representá-la, tanto no modelo SKOS quanto na norma ISO 25964, mas também não são restringidas por estes, levando a necessidade de desenvolvimento de soluções *ad hoc* (Martínez-González & Alvite-Díez, 2019c).

3.7. Principais termos e principais conceitos

Os termos principais (*topTerms*) e os conceitos principais (*topConcepts*) são os mais abrangentes em seus domínios. Um conceito pode estar vinculado ao topo de qualquer hierarquia à qual pertença, facilitando a navegação e validação dos relacionamentos hierárquicos dentro da mesma faceta (ISO, 2011, 2013). Tesauros usando *skos:ConceptScheme* para microtesauros usam *skos:hasTopConcept* para representar os principais conceitos, mas com *skos:Collection*, essa representação é inviável, exigindo soluções *ad hoc* (Martínez-González & Alvite-Díez, 2019c; Will, 2012;).

3.8. Relações associativas

A ISO 25964 permite comentar sobre as relações associativas (RT), como causa/efeito e pessoa/disciplina, aproximando tesouros de ontologias onde todos os relacionamentos são detalhados (Martínez-Gonzalez & Alvite-Díez, 2019a; Will, 2012). A notação é similar em SKOS é *skos:related*.

3.9. Notas

As notas têm um papel secundário nos tesouros, recebendo pouca atenção na literatura. Tanto no SKOS quanto na norma, as notas podem ser utilizadas para registrar histórico de versões, significado e aplicação de termos e conceitos, dentre outras funções (ISO TC46/SC9/WG8 & Isaac, 2012; Will, 2012; Martínez-González & Alvite-Díez, 2019b)

3.10. Matrizes (ou Arranjos)

Arranjos previstos pela ISO 25964 correspondem a *skos:Collections*, sendo conjuntos de conceitos com um "conceito pai" em comum (ISO, 2011; ISO TC46/SC9/WG8 & Isaac, 2012; Martínez-González & Alvite-Díez, 2019a). Por exemplo, em "veículo", os conceitos derivados são considerados "conceitos irmãos", tais como "veículo agrícola" e "veículo elétrico" (Martínez-González & Alvite-Díez, 2019c). Will (2012) destaca que grupos de conceitos irmãos podem ser organizados em arranjos usando rótulos de nós, facilitando a navegação e seleção de termos. Esses rótulos não representam conceitos, mas são úteis em exibições hierárquicas.

3.11. Extensões SKOS e outras propostas de aprimoramento

A norma ISO 25964 e o modelo SKOS são compatíveis, embora o SKOS não incorpore todos os recursos da ISO 25964. Existem extensões como SKOS-XL, UNESKOS e ISO-THES para aprimorar o SKOS. A extensão SKOS-XL ajuda a superar as limitações originais do SKOS e é útil para representar etiquetas e relações lexicais (Berti Junior *et al.*, 2017; Caracciolo *et al.*, 2012; Isaac & Summers, 2009; Stellato *et al.*, 2015a, 2015b;). A ISO-THES apresenta novas classes que ajudam a expressar relações terminológicas de equivalência composta (Pastor-Sánchez, 2016; Barbosa & Vieira, 2022). O UNESKOS ajuda a estruturar tesouros em grupos e subgrupos de conceitos. Essas extensões atendem a necessidades específicas de modelagem de tesouros (Pastor-Sánchez, 2016; Barbosa & Vieira, 2022).

Outras propostas de aprimoramento estão relacionadas ao mapeamento entre tesouros (Balkan & Bell, 2014; Bandyopadhyay e Mukhopadhyay, 2015) e relações hierárquicas estendidas para transitividade (Alexiev *et al.*, 2016): BTGE, BTPE e BTIE.

4. Conclusões

Neste trabalho foram apresentadas similaridades entre as recomendações do modelo de dados SKOS e a norma ISO 25964 para representação de tesauros, sem esgotar todas possibilidades comparativas, indicando pontos de aprimoramento do modelo frente às recomendações da norma.

Constata-se que os resultados conferem aportes teóricos e metodológicos para construção e manutenção de tesauros conceituais e interoperáveis semanticamente em ambiente *web*. No entanto, poucas pesquisas comparam o modelo SKOS e a ISO 25964.

Mapear e analisar elementos que compõem o modelo SKOS e a norma ISO 25964 contribui no desenvolvimento de instrumentos de representação temática como os tesauros conceituais em ambiente *web*.

Como pesquisa futura, sugere-se estudo comparativo entre a norma ISO 25964 e as normas anteriores, de modo a analisar como os tesauros eram representados antes da norma e atualmente, de modo a analisar os principais tesauros existentes no Brasil.

5. Referências bibliográficas

- Alexiev, V., Isaac, A., & Lindenthal, J. (2016). On the composition of ISO 25964 hierarchical relations (BTG,BTP, BTI). *International Journal on Digital Libraries*, 17, 39-48.
- Alvite-Díez, M. L., & Martínez-González, M. (2021). Representación de tesauros en SKOS: tendencias y desafíos para su integración en la web semántica. *Scire*, 27(2), 13-20.
- Araújo, C. A. A. (2017). Teorias e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. *Informação em Pauta*, Fortaleza, 2(2), 9-34.
- American Society for Testing and Materials Compass (2022). ISO 25964-2:2013. Information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies - Part 2: Interoperability with other vocabularies.
- Balkan, L., & Bell, L. (2014). Linking Thesauri - ELSST as a Hub for Social Science Data Terms. *IASSIST Quarterly*, 38(2).
- Bandyopadhyay, S., & Mukhopadhyay, Parthasarathi (2015). Developing SKOS- compliant multilingual thesaurus: an ISO 25964 based approach. *Information studies*, 21(4).
- Barbosa, A. P. (1969). Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica. IBBD.
- Barbosa, E. R., & Viera, A. F. G. (2022). Relações semânticas e interoperabilidade em tesauros representados em skos. *Informação & Informação*, 27(1), 229-252.
- Berti Junior, D. W., Soergel, D., & Lima, G. A. De, & Maculan, B. C. S. (2017). Semiautomatização de relações em tesauros: uma proposta para o refinamento de relacionamentos semânticos a partir do tesauro agrovoc. *Informação & Informação*, 22(3), 377-404.
- Bezares, G. M., Rodríguez, E. M. M., & Fuente, G. B. de la (2020). Conversión normalizada (SKOS) de sistemas de organización del conocimiento interoperables en la web. *Investigación Bibliotecológica*, 34(82).
- Caracciolo, C., Stellato, A., Morshed, A.; Johannsen, G., Rajbahndari, S., Jaques, Y, & Keizer, J. (2012). The AGROVOC Linked Dataset. *Semantic Web journal: Special Call for Linked Dataset descriptions*.
- Catarino, M. E. (2014). Simple Knowledge Organization System: construindo sistemas de organização do conhecimento no contexto da web semântica. *Informação & Tecnologia (ITEC)*, 1(1), 17-28.

- Cervantes, B. M. N., Ramalho, R. A. De S., González, P. R. V. A., & Santos, J. C. F. (2018). Representação e Recuperação da Informação na Web: aspectos teóricos e tecnológicos. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, 13, 409-426.
- Cintra, A. M. M., Tálamo, M. F. G. M., Lara, M. L. G., & Kobashi, N. Y. (2002). Para entender as linguagens documentárias (2 ed. rev e ampl.). Polis.
- Clarke, S. G. D., & Zeng, M. L. (2012). From ISO 2788 to ISO 25964: The Evolution of Thesaurus Standards towards Interoperability and Data Modeling. In: *Information Standards Quality, Special Edition: Year in Review and State of the Art of the Standards*, 20-26.
- Currás, E. (2010). Ontologias, taxonomia e tesauro em teoria de sistemas e sistemática. Thesaurus.
- Dodebei, V. L. D. (2002). *Tesauro: linguagem de representação da memória documentária*. Intertexto; Interciência.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (Org.). (2009). *Métodos de pesquisa*. Ufrgs.
- International Organization For Standardization (2013). *ISO 25964: Information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies - part 2: interoperability with other vocabularies*
- International Organization For Standardization (2011). *ISO 25964: Information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1: thesauri for information retrieval*.
- Isaac, A., Summers, E. (2009). SKOS Simple Knowledge Organization System Primer. W3C Working Group Note, 18.
- ISO TC46/SC9/WG8, & Isaac, A. (2012). *Correspondence between ISO 25964 and SKOS/SKOS-XL models*.
- Lara, M. L. G. (2013). Documentary languages and knowledge organization systems in the context of the semantic web. *TransInformação*, 25(2), 145-150.
- Le Coadic, Y. (2004). *A ciência da informação* (2a ed). Brasília, Briquet de Lemos.
- Martínez-González, M. M., & Alvite-Díez, M. L. (2019a). A semantic web methodological framework to evaluate the support of integrity in thesaurus tools. *Journal of Information Science*, 1-14.
- Martínez-González, M. M., & Alvite-Díez, M. L. (2019b). Thesauri and Semantic Web: Discussion of the evolution of thesauri toward their integration with the Semantic Web. *IEEE Access*, 20, 153151-153170.
- Martínez-González, M. M., & Alvite-Díez, M. L. (2019c). The support of constructs in thesaurus tools from a Semantic Web perspective: Framework to assess standard conformance. *Computer Standards & Interfaces*, 65, 79-91.
- Miles, A., & Bechhofer, S. (2009). *SKOS Simple Knowledge Organization System Reference*. W3C Recommendation.
- Morais, M. W. de, & Ramalho, R. A. S. (2019). Representação em SKOS de um microtesauro de conhecimentos estratégicos nas organizações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 24, 187-198.
- National Information Standards Organization (2023). *ISO 25964: the international standard for thesauri and interoperability with other vocabularies*.
- Pastor-Sánchez, J. A. (2013a). ISO-THES: ampliando Skos a partir de la norma de tesauros ISO 25964. *Anuario ThinkEPI*, 7, 189-193.
- Pastor-Sánchez, J. A. (2013b). Marcado semántico: tecnologías y aplicación para la representación de sistemas de organización del conocimiento en el contexto linked open data. *Scire*, 19(2), 55-68.

- Pastor-Sánchez, J. A., Martínez-Mendez, F. J., & Rodríguez-Muñoz, J. V. (2009). Advantages of thesaurus representation using the Simple Knowledge Organization System (SKOS) compared with proposed alternatives. *Information Research*, 14 (4), 1-15.
- Pastor-Sánchez, J. A. (2016). Proposal to represent the UNESCO Thesaurus for the semantic web applying ISO-25964. *Brazilian Journal of Information Science*, 9(2), 1-8.
- Ramalho, R. A. S. (2015). Análise do Modelo de Dados SKOS: Sistema de Organização do Conhecimento Simples para a Web. *Informação & Tecnologia*, 2(1), 66-79.
- Ramalho, R. A. S. (2017). Representação SKOS da categoria Tecnologia da Informação e Comunicação do Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 10, 1-13.
- Ramalho, R. A. S., & Sousa, J. L. (2019). Diretrizes para avaliação de sistemas de organização do conhecimento representados em SKOS. *Informação & Informação*, 24, 126-138.
- Rautenberg, S., Souza, L. De, & Kelnar, J. P. (2020). Uma proposta de tesauro para a ciência da computação: organização de elementos de conhecimento com SKOS. *Encontros Bibli*, 26, 01-15.
- Rio-Branco, L. B. P., Moreira, W., Fujita, M. S. L. (2021). Mapeamento entre sistemas de organização do conhecimento: revisão sistemática de literatura. *Informação em Pauta*, 6, 1-21.
- Saliba, E. M., Lebbe, R. V., Dubois, A., & Ohler, A. (2021). Zoonom: Gathering the concepts of zoological nomenclature in an electronic thesaurus. *Biodiversity Information Science and Standards*.
- Santos, P. L. V. A. C., & Vidotti, S. A. B. G. (2009). Perspectivismo e tecnologias de informação e comunicação: acréscimos à Ciência da Informação. *DataGramaZero*, 10(3), 1-9.
- Saracevic, T. (2009). Information science. In: Bates, M. J., Maack, M. N. *Encyclopedia of Library and Information Science*. Taylor & Francis. 2570-2586.
- Severino, A. J. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico*. Cortês.
- Sousa, J. L. (2019). *Avaliação do padrão Simple Knowledge Organization System (SKOS) para a representação de vocabulários controlados*. [Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação]. Universidade Federal de São Carlos.
- Sousa, J. L., Martins, P. G. M., & Ramalho, R. A. de S. (2018). Análise dos padrões XML e RDF para a representação na web sob a perspectiva da Ciência da Informação: um estudo preliminar. *Informação & Tecnologia*, 5, 65-78.
- Stellato, A., Rajbhandari, S., Turbati, A., Fiorelli, M., Caracciolo, C., Lorenzetti, T., Keizer, & J., Pazienza, M. T. (2015a). Collaborative Development of Multilingual Thesauri with VocBench (System Description and Demonstrator). *ESWC 2015: The Semantic Web: ESWC 2015 Satellite Events*.
- Stellato, A., Rajbhandari, S., Turbati, A., Fiorelli, M., Caracciolo, C., Lorenzetti, T., Keizer, & J., Pazienza, M. T. (2015b). VocBench: a Web Application for Collaborative Development of Multilingual Thesauri. *ESWC 2015: The Semantic Web. Latest Advances and New Domains*.
- Will, L. (2012). The ISO 25964 Data Model for the Structure of an Information Retrieval Thesaurus. *Bulletin of the American Society for Information Science & Technology*, 38(4), 48-51
- Zeng, M. L., Mayr, P. (2018). Knowledge Organization Systems (KOS) in the Semantic Web: a multi-dimensional review. *International Journal on Digital Libraries*, 20, 209–230.

Produtividade científica na temática organização do conhecimento: um recorte da produção na Web of Science no período de 2013 a 2022

Raymundo das Neves Machado¹; Kátia de Oliveira Rodrigues²

Resumo: Estudo de abordagem quantitativa e de natureza descritiva pautado no levantamento dos indicadores bibliométricos de produção científica. Como fonte de dados, foi selecionada a coleção principal da Web of Science, tendo como material de análise os artigos, que totalizaram 171, cobrindo o período de 10 anos (2013-2022). Os resultados direcionam para o Brasil, com o maior volume de artigos (42,52%) publicados. Quanto aos autores, somam-se 346 autores distintos, com máximo de 11 e mínimo de um autor/artigo, destacando B. Hjørland (7,60%), em seguida D. Martinez-Avila (6,43%) e J. A. C. Guimarães (4,68%). Quanto à tipologia da autoria, 35,67% dos artigos foram de autoria única e 64,33% de autoria múltipla. A rede citações de publicações foi composta por três agrupamentos que estão direcionados para vertentes temáticas, como sistema de organização do conhecimento, análise do domínio e análise do discurso.

Palavras-chave: Organização do conhecimento; Produção científica; Indicadores bibliométricos.

Resumen: Se trata de un estudio cuantitativo y descriptivo basado en una encuesta sobre indicadores bibliométricos de la producción científica. Se seleccionó como fuente de datos la colección principal de la Web of Science, analizando 171 artículos que abarcan un período de 10 años (2013-2022). Los resultados muestran a Brasil con el mayor volumen de artículos (42,52%) publicados. En cuanto a los autores, hubo 346 autores diferentes, con un máximo de 11 y un mínimo de un autor/artículo. Hjørland (7,60%), seguido de D. Martinez-Avila (6,43%) y J. A. C. Guimarães (4,68%). En cuanto al tipo de autoría, el 35,67% de los artículos fueron de autoría única y el 64,33% de autoría múltiple. La red de citas de las publicaciones se compuso de tres agrupaciones que se orientan hacia vertientes temáticas como el sistema de organización del conocimiento, el análisis de dominios y el análisis del discurso.

Palabras clave: Organización del conocimiento; Producción científica; Indicadores bibliométricos

Sumario: 1 Introdução. 2 Método. 3 Análise e discussão dos resultados, 4 Conclusão. 5. Referências

1. Introdução

Na literatura científica, várias são as compreensões para o termo “conhecimento”, contudo, neste trabalho, considerou-se a perspectiva de Torres e Santos (2022, p. 231-232), como sendo “[...] um processo individual que opera com uma série de questões internas e pessoais de um indivíduo, como conhecimento prévio, cultura,

¹ Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais. Instituto de Ciência da Informação/UFBA.
E-mail: raymacha@ufba.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3138-1286>

² Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais. Instituto de Ciência da Informação/UFBA.
E-mail: kkatia@ufba.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4909-8745>

valores e princípios.” Os autores, ao associarem o termo “conhecimento” a um processo, sugerem que é o ato de conhecer, logo o conhecimento é contínuo e ininterrupto, o que demanda do profissional da informação constantes atualizações dos instrumentos que auxiliam suas práticas profissionais, em especial os diretamente relacionados à organização e à representação da informação. No que se refere à Organização do Conhecimento (OC), este estudo a entende “[...] como o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento.” (Brascher; Café, 2008, p. 6). Os autores complementam afirmando que “[...] esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional.” (Brascher; Café, 2008, p. 8).

Embora a OC constitua-se como objeto de investigação de pesquisadores do campo da Ciência da Informação, a partir de diferentes abordagens – metodológicas e/ou teóricas –, observa-se, contudo, que é diminuto o número de produções que discutem a OC na ótica dos indicadores bibliométricos, o que justifica a relevância deste trabalho. Castanha e Wolfram (2018, p. 15) destacam a importância em analisar, na perspectiva da bibliometria, em um domínio, a exemplo da OC. De acordo com os autores, a bibliometria “[...] fornecendo uma análise quantitativa dos processos de comunicação e da natureza e desenvolvimento de domínios científicos que permite uma visão objetiva e ampla [...]”.

Por meio de uma breve busca em base de dados nacionais, foram identificados um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e dois artigos científicos. O TCC de Azevedo (2013) teve como objetivo “Investigar as características da produção científica sobre Organização do Conhecimento publicadas nos últimos cinco anos, nos periódicos [de] classificados no sistema Qualis da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)”. O autor constatou que a temática é bastante pesquisada no Brasil. Já os artigos eram de autoria única ou com dois autores e a autora Café, L. é a que mais produziu sobre a temática no período de 2007-2011. Quanto ao autor mais citado nos trabalhos sobre Organização do Conhecimento, Castanha e Wolfran (2018), ao pesquisarem no periódico *Knowledge Organization*, evidenciaram que a maior frequência de citações coube a Hjørland no período de 1993-2016.

O artigo de Souza (2013) tinha como objetivo “[...] mapear a atividade científica sobre a temática Organização do Conhecimento, publicadas em todo o período de abrangência da base de dados ISI Web of Science – WoS.” O autor evidenciou, dentre outros resultados, que o Canadá é o país mais representativo nas pesquisas sobre OC e que o Brasil se enquadra em oitavo lugar. Bufrem, Freitas e Nascimento (2014), por sua vez, desenvolveram um estudo que tinha como objetivo examinar a configuração pautada nas autorias e na fundamentação teórica da OC no Brasil. Os autores destacaram o amadurecimento de pesquisadores brasileiros sobre a temática investigada e uma rede de colaboração entre eles.

Também foram investigadas as publicações sobre OC que recorrem aos indicadores bibliométricos, indexadas na Web of Science (WoS). Nessa base de

dados foram recuperadas três publicações no periódico *Knowledge Organization*, de 2014 e 2018. O artigo de Castanha e Wolfran (2018) investigou, dentre outros indicadores, os autores mais prolíficos no referido periódico, assim como as citações presentes nessas publicações e os trabalhos citados. Os autores evidenciaram “[...] uma estreita rede de comunicação científica entre os autores citados neste núcleo [autores mais prolíficos], que indica o real papel do periódico *Organização do Conhecimento* como espaço de construção do conhecimento na área de organização do conhecimento.” (Castanha; Wolfran, 2018, p. 13, grifo nosso). Dito isto, o presente trabalho tem como objetivo mapear a produtividade científica na temática da OC, na WoS, no período de 2012 a 2022. O artigo está estruturado em quatro seções, sendo a primeira, relativa à “Introdução”, onde apresenta-se a contextualização da temática e a justificativa para a pesquisa. Na segunda seção, “Método”, explicita-se o caminho percorrido para alcançar o objetivo estabelecido. Na terceira seção, apresenta-se a “Análise e discussão dos resultados”. Na quarta seção, “Conclusão”, são expostas as principais considerações e reflexões sobre os resultados evidenciados na pesquisa.

2. Método

Estudo de abordagem quantitativa e qualitativa de natureza descritiva, pautado no levantamento dos indicadores bibliométricos de produção científica (Maltrás Barba, 2003). Os dados foram extraídos da coleção principal da Web of Science/WoS (Clarivate Analytics), em 3 de junho de 2023, e atualizados em 29 de agosto de 2023. Esse banco de dados foi escolhido por ser frequentemente utilizado nos estudos bibliométricos, devido à sua natureza multidisciplinar, e está disponível no Portal de Periódicos da Capes (Brasil), bem como devido à sua dinâmica de exportação dos dados para *software* bibliométrico.

A estratégia de busca empregada foi TS = (“Knowledge Organization” AND (Information Science OR Library Science)) e o período de busca de 2013-2022. Para a seleção das unidades amostrais, foi utilizado o filtro “Artigo”.

Como resultado, foram levantados 231 itens. Destes, foram selecionados 171 (74,02%) itens na tipologia artigos, constituindo a amostra deste estudo. Com os dados coletados em arquivo .txt, o passo seguinte constou da migração desses dados para o Bibliometrix do R, que inclui a interface gráfica Biblioshiny (Aria; Cuccurullo, 2017), a fim de extrair os indicadores de produção científica e, em seguida, migrados para o Microsoft Excel para uma análise exploratória. Foram elencadas as variáveis de produção anual, autores, periódicos fontes, países (de origem dos autores), rede das publicações citadas e vertentes temáticas. Para a rede de citação das publicações foi empregado o CitNetExplorer, versão 1.0.0, (van Eck; Waltman, 2014).

3. Análise e discussão dos resultados

Nas subseções seguintes, os indicadores bibliométricos de produção científica do domínio OC que foram extraídos da coleção principal da WoS, constando de 171 artigos.

3.1. Análise temporal da produção e citações

No período de 2013 a 2022 foram recuperados 231 itens. Destes, 171 (74,02%) são artigos, que constituíram o *corpus* deste estudo. Nesse período, o máximo de artigos publicados foi 26 (15,20%), em 2020, e o mínimo 10 (5,85%), em 2014. Na plotagem dos dados foi detectada sazonalidade, ou seja, produções que se alteram em altos e baixos, tendência verificada ao longo do período de 2013 a 2017. Em seguida, houve crescimento entre 2018 e 2021. No período analisado, o incremento de artigos foi estimado em 22,22%.

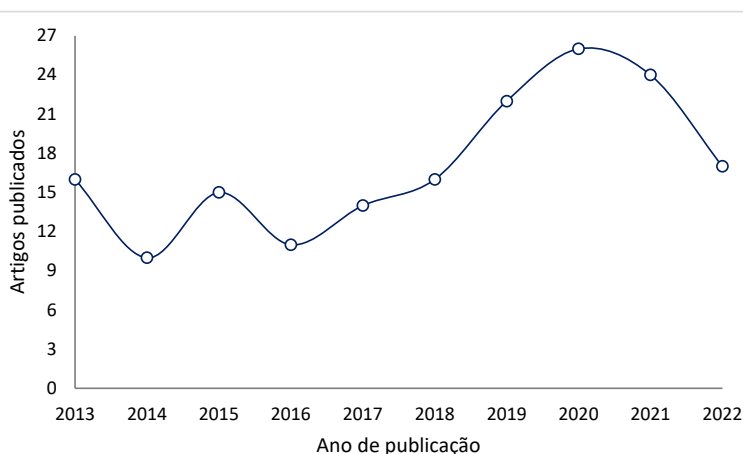


Gráfico 1 – Artigos publicados no domínio da Organização do Conhecimento (2013-2022)
Fonte: dados do estudo.

Em 2019, o incremento do número de artigos foi maior em todo o período (37,50%), entre 2019 e 2020 o quantitativo de artigos foi maior ou igual a 20 artigos/ano. Para o período de 2013-2022, a média de publicação foi estimada em 17,1 artigos/ano e o desvio padrão igual a 5,3.

Analisando o volume de citações na coleção dos 171 artigos, soma-se 1.146, com média 6,6 citações/artigos e desvio padrão estimado em 15,3. Esse resultado evidencia grande dispersão das – citações na coleção analisada –, o que se deve ao fato de que dos 171 artigos publicados, 65 (38,01%) foram citados uma ou mais vezes. No Quadro 1 temos a distribuição das citações/artigos, sendo possível, visualizar a frequência média de citação por artigo e a frequência média de citação anual.

Quadro 1 – Distribuição das citações/artigos publicados no domínio da Organização do Conhecimento (2013-2022)

Ano	Frequência		Média	
	Artigos	Citações	Artigo	Anual
2013	16	522	32,62	2.97
2014	10	76	7,60	0.76
2015	15	163	10,87	1.21
2016	11	77	7,00	0.88
2017	14	101	7,21	1.03
2018	16	77	4,81	0.80
2019	22	42	1,91	0.38
2020	26	54	2,08	0.52
2021	24	32	1,33	0.44
2022	17	2	0,12	0.06

Fonte: dados do estudo.

Com base no Quadro 1, pode-se observar que os artigos publicados em 2013 foram os mais citados na coleção analisada, com média de 32,6 citações/artigos. Destaca-se o artigo de Hjørland, Birger, intitulado “Citation analysis: a social and dynamic approach to knowledge organization”. Information Processing & Management, v. 49, n. 6, p. 1313-1325, 2013, citado na coleção 121 vezes (média de citação igual a 11). O resultado corrobora com os evidenciados na pesquisa de Castanha e Wolfran (2018), realizada no periódico *Knowledge Organization*, pois nesse periódico o autor Hjørland, Birger foi o mais citado, entre 1993-2016.

Na sequência, vêm os artigos publicados em 2015, totalizando 163 citações (11,87% do total), e em 2017, com 101 citações. É possível observar que dentre os artigos publicados em 2022, dois foram citados, correspondendo a 0,17% do total.

3.2. Dados demográficos

Quanto aos países, em termos de número de artigos publicados, foram levantados 25 países. Coube ao Brasil a liderança, com 41,52% dos artigos, seguido pelos Estados Unidos (16,9%) e pela Dinamarca (7,60%).

Aqui pode-se afirmar o prognóstico de Souza (2013), que desenvolveu uma análise bibliométrica abrangendo o período de 1979 a 2010, no domínio da Organização do Conhecimento, tendo como fonte a base de dados ISI Web of Knowledge. A autora prevê “[...] que a participação brasileira nas publicações deverá aumentar exponencialmente nos próximos anos.” (Souza, 2013, p. 26). É possível comprovar essa previsão neste estudo. Na análise citada, o Brasil publicou nove publicações, ocupando a oitava posição no *ranking* mundial.

Pontua Souza (2013), o marco para o domínio estudado, ocorrido durante o VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), realizado em Salvador/BA, que foi a instalação da ISKO Brasil, certamente um acontecimento que impulsionou os estudos na área em foco e, conseqüentemente, o aumento das publicações.

3.3 Contribuição das autorias

Quanto aos autores distintos, estes somam 346, que assinaram os 171 artigos, com máximo de 11 e mínimo de um autor/artigo, destacando B. Hjørland, com 13 (7,60%) artigos. Em seguida, destacam-se D. Martinez-Avila, com 11 (6,43%), e J. A. C. Guimarães, com oito (4,68%) – esses autores podem ter participado em autoria única e/ou compartilhada. No conjunto, tais autores publicaram 32 (18,71%) artigos. Verifica-se também que 314 (90,23%) autores contribuíram com um artigo no período analisado, em autora única ou múltipla.

Examinando a tipologia da autoria dos 171 artigos, tem-se que 35,67% foram de autoria única, enquanto 64,33% de autoria múltipla. Ao analisar detalhadamente os estratos da tipologia, o maior quantitativo de artigos, isto é, 61 (35,67%), coube à autoria única, 44 (25,73%) à autoria dupla, 33 (19,30%) à tripla e 33 (19,30%) foram artigos escritos por quatro ou mais autores. No Gráfico 2 pode-se visualizar melhor a distribuição da tipologia da autoria.

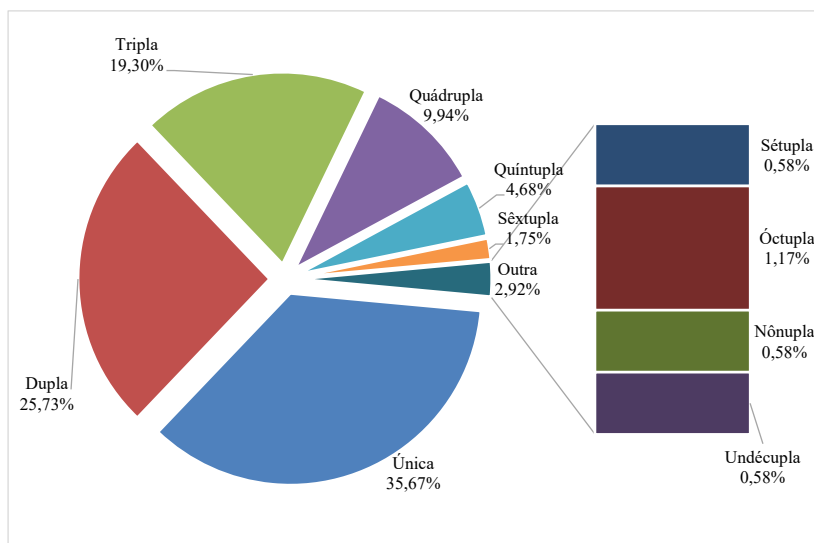


Gráfico 2 – Tipologia da autoria dos artigos no domínio da Organização do Conhecimento (2013-2022)

Fonte: dados do estudo.

Observando o Gráfico 2, é possível inferir uma característica do domínio OC – no período examinado –, ou seja, a autoria única, que correspondeu a uma frequência relativa superior às demais tipologias de autoria. Na contemporaneidade, a tendência, em contextos científicos diferenciados, refere-se às publicações em colaboração, ou seja, a autoria multiplica.

3.4. Periódicos fontes

A fim de examinar a produtividade dos periódicos no domínio da OC, foi aplicada a Lei de Bradford, identificando 54 títulos que publicaram 171 artigos. O periódico núcleo da coleção foi composto por um único título – *Knowledge Organization* –, que publicou 35,09% dos artigos; a segunda zona, aqui denominada de “intermediária”, conta com nove títulos que publicaram, em conjunto, 32,16% dos artigos; e na terceira zona, ou seja, a zona da dispersão, tem-se 56 títulos, que totalizaram 32,75% dos artigos publicados.

No Gráfico 3 tem-se os 10 primeiros títulos com maior volume de artigos publicados, destacando *Knowledge Organization* e *Journal of Documentation* na primeira e segunda posição, respectivamente, dado esse também verificado no estudo de Souza (2013), o que posiciona esses títulos como principais veículos de disseminação da produção científica.



Gráfico 3 – Periódicos top 10 no domínio da Organização do Conhecimento (2013-2022)

Fonte: dados do estudo.

Dentre esses 10 títulos – visualizados no Gráfico 3 – que publicaram 115 (67,25%) artigos, 50% desse conjunto é brasileiro – *Perspectivas em Ciência da Informação*, *Em Questão*, *Encontros Bibli-Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, *Informação & Sociedade: Estudos e Transinformação* –, totalizando 29 (16,96) artigos.

3.5. Rede de citações das publicações

Passou-se a analisar a rede de citação das publicações dos 171 artigos, resultando em 143 *links*, num intervalo temporal de 2013 a 2022. Na Figura 1 tem-se o mapa da rede de citação, no qual cada círculo representa uma publicação e essas são

rotuladas pelo sobrenome do primeiro autor; as linhas denotam as relações estabelecidas de citação entre duas publicações. No eixo horizontal do mapa estão as publicações, enquanto no vertical encontram-se os anos que correspondem ao período de citação.

A fim de evitar a superposição de rótulos, o algoritmo não rotula a publicação quando essas se sobrepõem, conforme pode-se perceber na visualização do mapa. As cores representam os agrupamentos, que agregam as publicações fortemente conectadas entre si. Na Figura 1, tem-se as publicações mais citadas. Por padrão, o CitNetExplorer só apresenta as primeiras 40 com maior volume de citações (van Eck e Waltman, 2014). A rede é formada por três agrupamentos: azul, verde e lilás

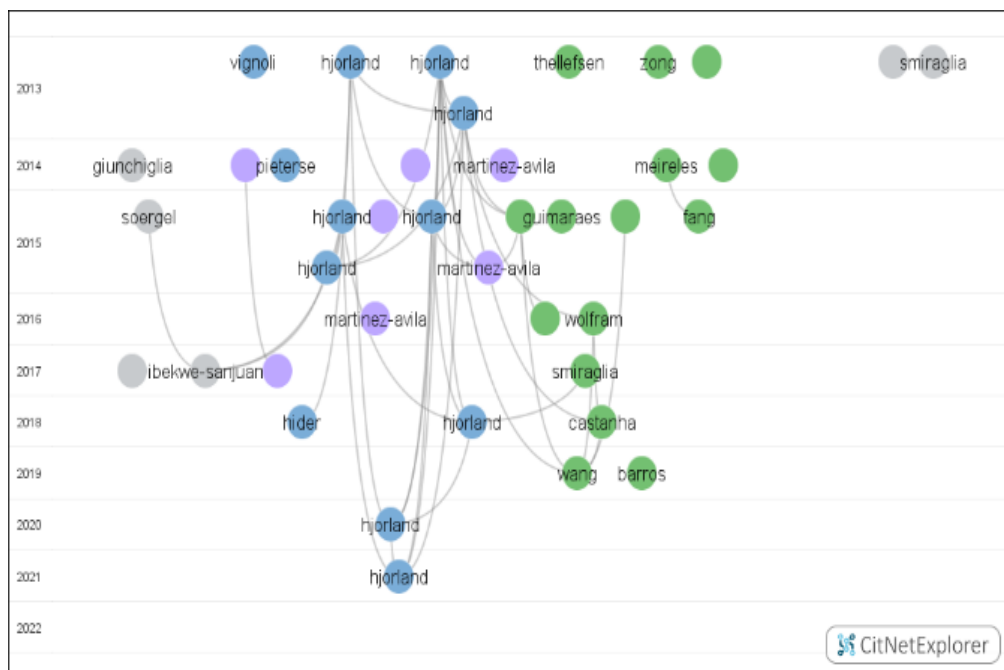


Figura 1 – Rede de citações das publicações do domínio da Organização do Conhecimento (2013-2022)

Fonte: dados do estudo.

O Quadro 2 contém os dados pertencentes a cada agrupamento, com o total de publicações, os *links* de citações e o período de cobertura das publicações citadas. Pode-se observar que o Agrupamento Lilás apresentou o menor período e que o Agrupamento Azul foi o mais denso.

Quadro 2 – Descrição dos agrupamentos da rede de citações das publicações do domínio da Organização do Conhecimento (2013-2022)

Agrupamento	Total de artigos	Links de citações	Período	Vertente temática
Azul	32	60	2013-2022	Sistema de organização do conhecimento
Verde	28	37	2013-2022	Análise do domínio
Lilás	11	10	2014-2021	Análise do discurso

Fonte: dados do estudo.

Na Figura 2 foi destacado o Agrupamento Azul, por ser mais denso, enfatizando a rede composta pelas 10 principais publicações (*core publications*), contendo 26 *links* de citações, compreendendo o período de 2013 a 2022. Observa-se que esse *core* é formado, em sua maioria, por publicações em que consta Birger Hjørland como autor, individual ou em coautoria, na coleção estudada.

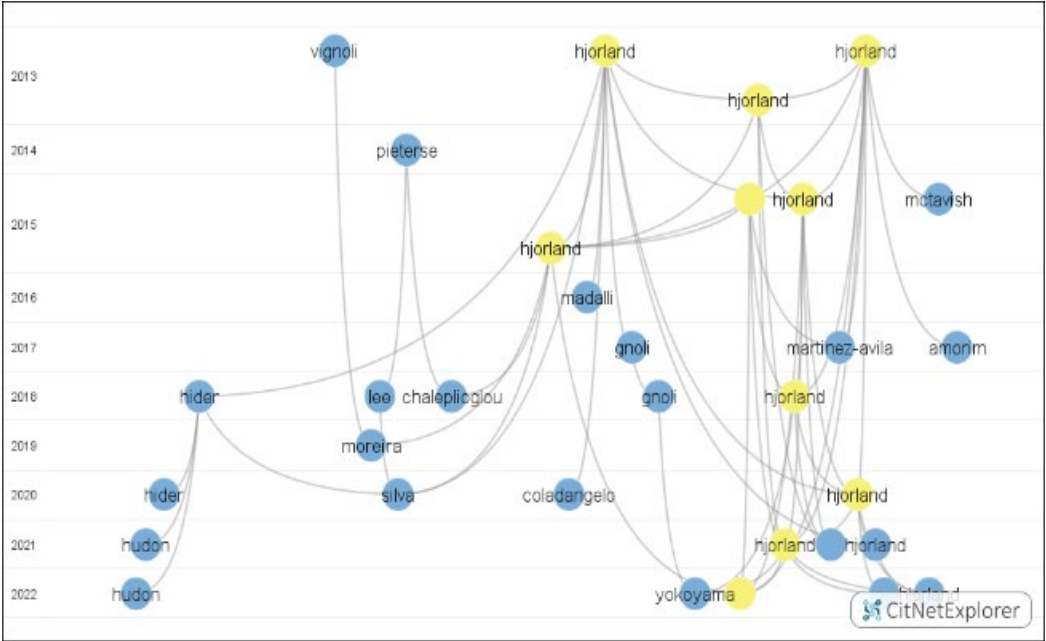


Figura 2 – *Core publications* do Agrupamento Azul do domínio da Organização do Conhecimento (2013-2022)

Fonte: dados do estudo.

3.6. Vertentes temáticas

Utilizando as frequências de ocorrência das palavras-chave, fornecidas pelo(s) autor(es) e a fim de examinar o conteúdo temático de cada agrupamento, é possível observar suas respectivas vertentes temáticas, embora haja pontos de intercessão entre elas – aqui não examinados – que direcionam para o núcleo de discussões em

torno da OC. Também é apresentada a frente de pesquisa para cada agrupamento com base na frequência de citação (LCS) de cada conjunto de dados analisado.

O Agrupamento Azul tem direção para temas em classificação, o que é possível ainda inferir como dedicado ao conhecimento científico, com foco na organização de sistema de conhecimento por meio de ontologia, tesouro e análise do domínio. O principal representante desse agrupamento é Birger Hjørland.

O Agrupamento Verde tem seu conteúdo direcionado para a análise do domínio. Observa também temas ligados à bibliometria – estudo de citação, análise de cocitação, análise de coocorrência de palavras –, ética e uma concentração em temas voltados aos arquivos. Três autores representam esse agrupamento: José Augusto Chaves Guimarães, Renata Cristina Gutierrez Castanha e Daniel Martinez-Avila.

O Agrupamento Lilás, o menor em número de publicações e na cobertura temporal, tem em sua estrutura temática foco na análise do discurso e na organização do conhecimento, o que permite inferir uma inclinação para a pesquisa com abordagem qualitativa. Temas ligados à bibliometria, como colaboração científica, produção científica e citação, também compõem esse conjunto. Seus representantes são Daniel Martinez-Avila e Leilah Santiago Bufrem.

4. Conclusão

Os indicadores bibliométricos da produção científica levantados permitiram obter um panorama do domínio Organização do Conhecimento no período de 2013-2022, tendo a WoS como principal fonte de dados e os artigos como material de análise.

A autoria única foi expressiva, quando examinados os extratos da tipologia individualmente, o que denota uma característica da coleção em estudo composta por 171 artigos, sendo 35,67% destes assinados por um único autor.

Quanto à dispersão do *corpus* analisado, observou-se o que podemos chamar de “moderada dispersão” dos periódicos que os publicaram, com acentuada relevância para a *Knowledge Organization*, que obteve o maior índice de publicação, bem como também foi o mais citado, realçando a importância desse título na temática da OC.

A partir das vertentes temáticas identificadas por meio das palavras-chave, foi possível levantar temas desenvolvidos pelos pesquisadores na década estudada, que convergem para o sistema de organização do conhecimento, que tem seu foco na estrutura da terminologia, presente nas temáticas de cada agrupamento.

O estudo também vem confirmar o achado de outras pesquisas, como a de Souza (2013), no que diz respeito ao autor com maior frequência de artigos e ao veículo de disseminação com maior volume de artigos publicados, nesse caso Birger Hjørland e *Knowledge Organization* e *Journal of Documentation*, respectivamente.

A coleção examinada também realça a dinâmica dos pesquisadores brasileiros, com seus respectivos estudos e pesquisas, evidenciando o Brasil como o país de maior volume de artigos publicados no período estudado, bem como os periódicos

nacionais que representam a materialização da produtividade local, promovendo desse modo a visibilidade da ciência brasileira, sobretudo na Biblioteconomia e na Ciência da Informação.

5. Referências

- Aria, M.; Cuccurullo, C. (2017). bibliometrix: an R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, v. 11, n. 4, p. 959-975.
- Azevedo, M. de F. S. de (2013). *Organização do conhecimento: um estudo bibliométrico*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul.
- Brascher, M.; Café, L. (2008). *Organização da informação ou organização do conhecimento?* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, São Paulo, Brasil.
- Bufrem, L. S.; Freitas, J. L.; Nascimento, B. S. (2014). Autoria e pesquisa em organização do conhecimento: análise da produção científica em ciência da informação. *Em Questão*, v. 20, n. 3, p. 150-165.
- Castanha, R. C. G.; Wolfram, D. (2018). The domain of knowledge organization: a bibliometric analysis of prolific authors and their intelectual space. *Knowledge Organization*, v. 45, n. 1, p. 13-22.
- Maltrás Barba, B. (2003). *Los indicadores bibliométricos: fundamentos y aplicación al análisis de la*. Ediciones Trea.
- Souza, C. D. De (2013). A organização do conhecimento: estudo bibliométrico na base de dados ISI Web of Knowledge. *Biblios*, n. 51, p. 20-32.
- Torres, F. Da S.; Santos, R. F. dos. (2022). Contributos da organização e representação da informação e do conhecimento para as práticas informacionais em ambientes web: um estudo de caso no Memória globo. *Folha de rosto*, v. 8, n. 1, p. 227-248.
- Van Eck, J.; Waltman, L. (2014). CitNetExplorer: a new software tool for analyzing and visualizing citation networks. *Journal of Informetrics*, v. 8, n. 1, p. 802-823.

Las dataciones en la descripción y recuperación de documentación archivística en corpus digitales y bases de datos. Problemáticas en la documentación vallisoletana del CORHEN¹

Salicia Sánchez Díez²; Concepción Mendo Carmona³

Resumen: Sistematización y estudio de las formas de descripción y representación de las dataciones de documentación de tipo archivístico de épocas medieval y moderna, que encontramos en catálogos y corpus documentales digitales, con especial atención a las registradas en el corpus documental CORHEN. Evaluación de los problemas derivados de su descripción normalizada y análisis de las dificultades que por causa de dichas formulaciones presenta la recuperación de los registros en estas bases de datos.

Palabras clave: Descripción documental; Recuperación documental; Datación; Corpus digitales; CORHEN.

Resumo: Sistematização e estudo das formas de descrição e representação da datação da documentação de tipo arquivístico da época medieval e moderna, que encontramos em catálogos e corpora documentais digitais, com especial atenção aos registados no corpus documental CORHEN. Avaliação dos problemas derivados de sua descrição padronizada e análise das dificuldades que devido a essas formulações apresenta a recuperação de registros nessas bases de dados

Palavras-chave: Descrição documental; Recuperação de documentos; Datação; Corpus digitais; CORHEN.

Sumario: 1. Introducción y objetivos. 2. Metodología y fuentes. 3. Resultados. 4. Conclusiones. 5. Referencias bibliográficas.

1. Introducción

Los estándares y normas de descripción, tanto archivísticas como bibliográficas, así como los más extendidos esquemas y estructuras de metaetiquetado analítico que se aplican a todo tipo de recursos, objetos e información, contemplan la descripción de sus dataciones de una manera ciertamente simplista, suficiente para representar datas completas en las que el año o el año, mes y día, así como el lugar de producción o edición, figuran claramente en el recurso a describir, pero no adecuada a la diversa realidad de las datas contenidas en las descripciones de documentos archivísticos medievales o modernos. En los análisis descriptivos de estos, también en sus

¹ Proyecto El castellano norteño en la Edad Media. Estudio lingüístico de la documentación vallisoletana. Ref.: PID2020-119308GB-I00. Financiado por: MCIN/AEI/10.13039/501100011033.

² Universidad Complutense de Madrid
E-mail: aliciasa@ucm.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0072-0588>

³ Universidad Complutense de Madrid
E-mail: cmendo@ucm.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3736-2649>

registros, encontramos dataciones inestables, incompletas, supuestas, exhibiendo un ejemplario de su variabilidad presente en los documentos, en función de los datos que ofrece su contenido textual. Con ello, nos referimos no solo a los datos incluidos en el protocolo o en el escatocolo de los documentos -lugares del texto en donde suelen explicitarse las datas- sino a otros datos e información marginal, indicada en las distintas partes y cláusulas diplomáticas en las que se enmarca el texto de un documento de estas características y que permiten la reconstrucción de una datación no explicitada. Así, los documentalistas, historiadores o filólogos que los describen hablan de datas visualizadas, datas conjeturales, datas reconstruidas, datas tentativas o incluso datas calculadas⁴, conceptos estos que nos obligan a definir, o cuanto menos sistematizar, unas formas de descripción y representación igualmente complejas y adaptadas a este tipo de recurso. Estas formas deben plantearse acordes o venir inspiradas en las ya existentes, siempre normalizadas y coherentes con las convenciones actuales, lo cual, como se verá a continuación, no siempre es fácil.

Adoptando el proceso documental en nuestros planteamientos metodológicos, asumiendo que organizamos, describimos y representamos recursos de forma normalizada para recuperar limpia y ordenadamente aquellos que responderían a nuestras preguntas, se debe entender que una descripción de la data tópica (indicación del lugar de producción de documento) o de la referencia cronológica (año, mes y día de su confección) incompleta, vaga o no normalizada producirá un listado de recuperación posterior basada en buscadores con lagunas e incongruencias.

En este trabajo se trata de localizar, sistematizar y exponer las principales problemáticas que afectan a la descripción de las dataciones de los documentos, ilustradas con casos reales tomados del CORHEN (GHEN, 2019-). El Corpus Histórico del Español Norteño es resultado y fuente a su vez de los trabajos de investigación que llevamos realizando, en el marco de los tres proyectos *El castellano norteño en la Edad Media. Estudio lingüístico de la documentación cántabra y burgalesa; palentina y vallisoletana*, del Grupo de Historia del Español Norteño (GHEN).

Para ello, inicialmente se ha procedido a revisar las formas de descripción de datas en las principales plataformas y catálogos en línea de fondos de archivos así como de los más representativos corpus digitales en red, con la finalidad de detectar las carencias que creemos presentan, elaborando un índice de dificultades y problemas. Asimismo, se han revisado y analizado catálogos bibliográficos, especialmente de fondos antiguos, en los que esta cuestión haya podido ser o no resuelta, registrando sus respectivas complicaciones y soluciones.

⁴ Siguiendo el método Kawasaki, que permite automatizar el cálculo de la procedencia espacio-temporal de documentos medievales españoles, tratando a la vez tanto la variación cronológica como la geográfica, en función de un coeficiente de correlación calculado a partir del patrón global de coincidencia de rasgos lingüísticos entre documentos. Cfr. Kawasaki, Yoshifumi. (2014). Datación crono-geográfica de documentos medievales españoles. *Scriptum digital: revista de corpus diacrònics i edició digital en llengües iberoromàniques*, 3, 29-63. Ídem. (2015). La determinación cronológica de cambios gráfico-fonéticos y la datación de documentos no fechados en el Codea. En J. P. Sánchez Méndez, M. de La Torre y V. Codita, coords. *Temas, problemas y métodos para la edición y el estudio de documentos hispánicos antiguos* (pp. 491-516).

Cabe indicar que en el ámbito bibliotecario este asunto lleva siendo objeto de estudio desde no hace tanto tiempo, pero sin duda creemos que nos llevan la delantera al menos en la asunción de la existencia del mismo y la necesidad de abordaje y solución.

Por último, se completa la sistematización con el estudio de las dataciones de los fondos vallisoletanos del CORHEN.

Considerando los fundamentos del diseño y modelado de bases de datos, así como del diseño y desarrollo de buscadores, este estudio permitirá la formulación de distintas propuestas de representación y descripción para que la recuperación de documentación, tanto desde el plano cronológico como desde el geográfico, sea satisfactoria. Téngase en cuenta que una resolución favorable que permita una ordenación cronológica real de la documentación presente en un corpus o que mejore la localización apropiada de la misma es necesaria para la implementación de aplicaciones digitales ampliamente extendidas y que intervienen en los procesos de difusión de estos fondos, como pueden ser las líneas de tiempo o los mapas interactivos. En estas herramientas digitales participativas, hasta el momento, aquellos documentos o recursos sin una datación explícita completa e íntegra no pueden participar.

Los resultados y conclusiones fundamentarán las propuestas de definición de la representación de dataciones complejas enunciadas desde del profundo conocimiento de estándares de descripción archivística y su adaptación, en este caso, al corpus del fondo elegido como corpus de control, compuesto por la documentación de ámbito privado y carácter particular, de entre los siglos XI al XIII, localizados en fondos vallisoletanos, catedralicios y monásticos, como los del Archivo de la Catedral de Valladolid y los de los monasterios de Santa María de Benevívere, Santa María de Palazuelos, Santa María de Valbuena, San Andrés de Valvení y Vega.

A crescente quantidade de dados na *web* exige novos modelos da Ciência da Informação, visto que a representação da informação é crucial para a organização e recuperação informacional eficaz (Araújo, 2017; Santos & Vidotti, 2009; Cervantes *et al.*, 2018).

Na Ciência da Informação (Le Coadic, 2004; Saracevic, 2009), os tesauros, enquanto Linguagens Documentárias (LD) e Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), cumprem importante função nos processos de Organização e Recuperação do Conhecimento (ORC), tanto no apoio à indexação como nos processos de pesquisa de documentos de acervos impressos ou digitais disponibilizados em sistemas de recuperação da informação (Barbosa, 1969; Cintra *et al.*, 2002; Currás, 2010; Sousa *et al.*, 2018). Nesta perspectiva, a necessidade de adaptação de tesauros para formatos legíveis por máquina e interoperáveis semanticamente no ambiente Web é evidente. “O tesouro promove o controle de sinônimos e estruturas sintáticas simplificadas” (Dodebei, 2002, p. 66), de modo que direciona o processo de indexação e auxilia no processo de busca e ampliação de consultas. Atua, portanto, como ferramenta terminológica elaborada para a recuperação da informação (Barbosa & Viera, 2022).

2. Metodología y fuentes

Se ha procedido, en primera instancia, al análisis y estudio de las formas de descripción de datas observables en algunas plataformas, catálogos y corpus textuales en línea. De la selección y muestra inicial de plataformas y catálogos, se incluyen en este trabajo noticias solo de aquellas que ofrecen resultados pertinentes a los objetivos propuestos.

Para ello, se han realizado descargas masivas de registros que reflejan la variedad de formas de descripción de datas. Se ha comenzado interrogando a la base de datos del Portal de Archivos Españoles PARES (Ministerio de Cultura y Deporte, 2023). Las descargas de registros descritos con estándares de índole bibliográfica se han realizado sobre el Catálogo general de la Biblioteca Nacional de España (BNE, 2023) y el Catálogo Colectivo del Patrimonio Bibliográfico Español (Ministerio de Cultura y Deporte, 2023), entre otros. Se ha continuado con el Archivo Dixital de Galicia (Galiciana) (Biblioteca de Galicia, 2023) y el buscador de Dokuklik, Archivos de Euskadi (portal web de consulta de documentación de archivos históricos vascos públicos y privados) (Eusko Jaurlaritza, 2023).

Por último, en relación con corpus documentales, se han realizado búsquedas y descargas de registros en, entre otros, CHARTA (Red CHARTA, 2022), ALDICAM (Grupo ALDICAM, 2021), CODEA (GITHE, 2022) Y CORHEN (GHEN, 2019-). De este último, se examinan con especial interés las descripciones de las dataciones de los fondos vallisoletanos descritos.

A continuación, se ha procedido al cribado de resultados y a la sistematización de las descripciones de la que obtenemos una codificación tipológica. Para ello, se ha diseñado y desarrollado una pequeña base de datos en Access que ha facilitado el proceso.

El análisis de las descripciones de las dataciones se ha elaborado a través de la observación de, por una parte, los campos de descripción que aparecen en los registros catalográficos y descriptivos de los recursos representados en ellos y, por otra, de los campos de filtrado de sus buscadores.

Los resultados proporcionan una perspectiva más clara de los problemas de visualización, búsqueda y recuperación que muestran algunas de estas tipologías en el propio CORHEN lo que permitirá, en una segunda etapa, formular soluciones normativas.

3. Resultados

Consultada la base de datos del PARES es importante notar que su buscador permite especificar la búsqueda de los términos deseados *Con todas las palabras*, *Con frase exacta*, *Con alguna de las palabras* o *Sin las palabras*. Esto permite mejorar la recuperación en lo relativo a la data tópica, permitiendo sortear dataciones en las que aparecen signos de interrogación, guiones o corchetes, que evidencian una data conjetural. A pesar de ello, no debe equipararse esta función con el truncamiento. La posibilidad de realizar la búsqueda mediante truncamientos eliminaría prácticamente

el silencio documental en lo relativo a las cuestiones geográficas, no así con las cronológicas.

En el caso del buscador del PARES, el filtro por fecha que ofrece presenta dos cajones de búsqueda *desde* y *hasta* en el que se permite la adición de día, mes y año con formato dd/mm/aaaa. Esto exige introducir datos en ambos cajones para recuperar registros. Así, para recuperar registros de hasta el año 1250 se debe completar el cajón *desde* con año: 0000.

Tras la recuperación masiva de registros y su cribado y estudio destacamos las siguientes cuestiones:

La base no aporta información acerca de las características de las dataciones inestables o incompletas, no se indica si la datación es reconstruida, conjetural o similar. No es posible deducir tales cuestiones de la descripción porque no se incluyen signos como los interrogantes o los corchetes (de uso habitual en estos casos). Se entiende que, cuando no figura la fecha en el documento, aunque esta pudiera conjeturarse o reconstruirse, se opta por indicar el siglo. Pero esto es una conjetura observable en los resultados obtenidos, no es posible realizar una afirmación al respecto.

Encontramos registros en los que la descripción de la data del documento se indica mediante el siglo. Esto va a suceder siempre y cuando el documento no presente una referencia cronológica indicada mediante un año completo en concreto. Si este no presenta año, de ninguna manera, la referencia apuntará al siglo I y, en el listado de recuperación aparecerá situado en las primeras posiciones. Además, en la lista de recuperación, los registros que se datan por siglo se posicionan delante de los del año del mismo siglo. Estas dos últimas cuestiones apuntadas representan los dos problemas de mayor gravedad detectados en la mayoría de los catálogos y corpus examinados.

En esta base de datos, lo más interesante lo encontramos en la descripción. El diseño de la tabla principal de la base de datos, la que lista los registros descriptivos, presenta una variedad de opciones que podemos clasificar. El acceso a esta información lo realizamos a partir de las descripciones en formato EAD (Society of American Archivists & Library of Congress, 2015) obtenidas mediante búsquedas clave. A continuación se muestra una tabla con los tipos más interesantes de descripciones de datas descritas mediante un rango más o menos completo en esta base:

Tabla 1. Descripción de dataciones tomadas de PARES

Tipo de datación	Fragmento de descripción EAD	Data visualizada Campo de fechas de producción
desde / hasta aaaa / aaaa-mm-dd	<unitdatestructured datechar="creation" era="ce" label="fecha creaci;n" encodinganalog="3.1.3"> <daterange> <fromdate standarddate="0978">0978</fromdate> <todate standarddate="1815-04-20">1815-04-20</todate> </daterange> </unitdatestructured>	0978 / 1815-04-20

desde / hasta aaaa / siglo (1700-1799)	<unitdatestructured datechar="accumulation" era="ce" label="fecha formaci_ñ" encodinganalog="3.1.3"> <daterange> <fromdate standarddate="1092">1092. </fromdate> <todate notbefore="1700" notafter="1799">1700. </todate> </daterange> </unitdatestructured>	1092 / s. XVII
desde / hasta siglo (1300-1399) / aaaa	<unitdatestructured datechar="accumulation" era="ce" label="fecha formaci_ñ" encodinganalog="3.1.3"> <daterange> <fromdate notbefore="0801" notafter="0899">IX. </fromdate> <todate notbefore="1300" notafter="1399">1300. </todate> </daterange> </unitdatestructured>	S. IX / 1300
Simple, sin fecha fin. Lugar aaaa-mm-dd. Lugar	<unitdatestructured datechar="creation" era="ce" label="fecha creaci_ñ" encodinganalog="3.1.3"> <datesingle standarddate="1250-11-13">1250-11-13. Calatayud</datesingle> </unitdatestructured>	1250-11-13. Calatayud
Simple, sin fecha fin, sin lugar aaaa-mm-dd	<unitdatestructured datechar="creation" era="ce" label="fecha creaci_ñ" encodinganalog="3.1.3"> <datesingle standarddate="1250-01-03">1250-01-03</datesingle> </unitdatestructured>	1250-01-03
Aproximada a siglo siglo (1201-1299)	<unitdatestructured datechar="creation" era="ce" label="fecha creaci_ñ" encodinganalog="3.1.3"> <daterange> <date notbefore="1201" notafter="1299">XIII</date> </daterange> </unitdatestructured>	s. XIII
Simple, sin año, con mes y día 0001-mm-dd	<unitdatestructured datechar="creation" era="ce" label="fecha creaci_ñ" encodinganalog="3.1.3"> <datesingle standarddate="0001-11-14">0001-11-14</datesingle> </unitdatestructured>	sa-11-14
Simple, sin año, mes o día, sin lugar. 01-01-01.	<unitdatestructured datechar="creation" era="ce" label="fecha creaci_ñ" encodinganalog="3.1.3"> <datesingle standarddate="0001-01-01">0001-01-01. S.L.</datesingle> </unitdatestructured>	sa-sm-sd

Fuente: Elaboración propia.

El buscador avanzado del Catálogo general de la BNE, en lo que respecta a la datación, solo permite la búsqueda de registros mediante un campo denominado *Datos de publicación* o filtra mediante *Año de publicación*. Sin embargo, permite ordenar el listado de recuperación por dichos campos, de antiguo a moderno y de moderno a antiguo.

La búsqueda ofrece al usuario un listado del que se extraen registros descritos con ISBD (IFLA, 2022) y etiquetados para su automatización con formato IBERMARC (BNE, 2001) y MARC 21 (BNE, 2023).

En la tabla siguiente, se observan algunas de las descripciones de dataciones del catálogo. En ellas se refleja la complejidad y problemática de describir documentos de carácter archivístico mediante estándares bibliográficos. Estos obligan a utilizar

campos destinados a dataciones normalizadas que no se ajustan a los cánones usuales archivísticos. Así, al no disponer de un campo descriptivo en el que se permita incluir el mes y el día de la referencia cronológica, se opta por no incluirla o derivar su descripción a otros campos como el de notas (500) o la cabecera (008). Hay que recordar que estos últimos campos no permiten el filtrado o la búsqueda avanzada sobre ellos, al no ser campos clave, obligatorios o puntos de acceso al registro catalográfico definido.

Tabla 2. Descripción de dataciones tomadas del Catálogo general de la BNE

Tipo de datación	Fragmento de descripción ISBD/MARC 21 o IBERMARC	Data visualizada Campo de datos de publicación
Simple, año, sin lugar aaaa	245 00 [Acta de venta o donación de terrenos] 260 c1609	1609
Desde/hasta, sin lugar aaaa-aaaa	245: 10 Actas de las Juntas de la Cofradía del Santo Sepulcro de Ávila[h[Manuscrito] 260: c1793-1868	1793-1868
Lugar, año conjetural, no explicitado Lugar, [aaaa?]	245: 00 Alalá 246: 13 Miña mai mándame a fonte 260: Orense c[1953?]	Orense, [1953?]
Año conjetural mediante siglo, sin lugar. siglo	008: 110718s14011500sp 000 0 spa 245: 0 Arbitrio que propuso Profet el Nacy a los Señores Arzobispo de Toledo, Obispo de Ávila, Marqués de Santillana y Conde de Plasencia[h[Manuscrito] 260: cS. XV 596: Nota en h. 1 que data el documento erróneamente en 1511	S. XV Indicación en etiqueta 008: fecha simple (s), pero después indica de 1401 al1500. En etiqueta de nota 596, fecha errónea.
Año conjetural mediante siglo, sin lugar. siglo	008: 970203q17011800 245: 10 Breve sobre el culto de Raimundo Lulio. Castri Gandulfi, 16 junii 1751 (h. 1-14). Carta del Marqués del Campo de Villar al obispo de Cartagena, Diego de Rojas y Contreras, ordenando restituir a sus cátedras a los dominicos de Palma de Mallorca que se opusieron al culto de Raimundo Lulio, Buen Retiro, 4 marzo 1761 (h. 14-14v). Confirmación del culto a Raimundo Lulio, 18 junio 1763 (h. 14v-15)[h[Manuscrito] 260: cS.XVIII	S. XVIII Indicación en etiqueta 008: Fecha dudosa (q), y después indica de 1701 al1800. En etiqueta de título 245, otras fechas
Año conjetural mediante siglo, sin lugar. siglo	008: 960912q14011500 245: 10 Bulla contra iudeos, 10 ag. 1419, Benedicto XIII (h. 1-8v). Constitutio contra iudeos, Fernando I de Aragón (h. 9-16). Super facto prelatorum, Petrus Bertrandi (h. 14-44). Statuta provincialia Avinionensis (h. 44v-67) 260: cS.XV	S. XV

Fuente: Elaboración propia.

El buscador avanzado del CCPB muestra dificultades similares a las anteriores derivadas del uso de estándares no archivísticos a la descripción de estos recursos. Se han realizado cribados de las búsquedas limitadas por el campo *Datos de publicación o producción* y según rangos de fechas definidos. Se ha observado en este caso, y a diferencia del anterior, profusión de símbolos y formas de descripción que tratan de indicar al usuario que las datas descritas son no visualizadas o explícitas, conjeturales, dudosas o reconstruidas. Se observa falta de data tópica en prácticamente todos los recursos extraídos.

Tabla 3. Descripción de dataciones tomadas del CCPBE

Tipo de datación	Fragmento de descripción ISBD/MARC 21 o IBERMARC	Data visualizada Campo de datos de publicación
Simple, año conjetural, no explicitado [ca. aaaa]	008 100622s1400 fr a fre d 245 10 \$Testamento [\$hManuscrito] / \$c[de ¿?]; traducido de latin en francais [par le frère Jehan Corbillon]. 260 \$c[ca. 1400]	[ca. 1400] En etiqueta 008, se indica fecha simple (s) 1400.
siglo conjetural, no explicitado [aaaa-aaaa?]	008 000107q13011400xx a lat d 245 10 \$a[Bulla latina cum glossa] [\$hManuscrito]. 260 \$c[1301-1400?]	[1301-1400?] En etiqueta 008, se indica data dudosa (q), entre 1301 y 1400.
siglo conjetural, no explicitado siglo	008 080421s1400 sp ccz nn lat d 245 11 \$a[Rituale]. 260 \$cS. XV	S. XV En etiqueta 008, se indica data simple (s) 1400
Intervalo de siglos, no explicitado [siglo-siglo]	008 130424q13011500sp 000 0 ara d 245 10 \$a[Al-iqtiá'£Ä□d fÄ al-iË tiqÄ□d] [\$hManuscrito] / \$c[AbÄ á,□Ä□mid al- Ä azÄ□lÄ]. 260 \$c[S. XIV-XVI].	[S. XIV-XVI]. En este caso, si la búsqueda se realiza hasta 1400, se recupera correctamente. El buscador se aplica en la etiqueta 008.

Fuente: Elaboración propia.

Galiciana, el portal de Archivos Digitales de Galicia, presenta numerosas omisiones y errores en las descripciones de las dataciones lo que influye negativamente en los listados de recuperación. No muestra en sus EAD la posibilidad de datar por siglo, ni tampoco permite las búsquedas bajo este tipo de registro cronológico. Se observa el uso de descripciones simples que se visualizan de dos formas distintas: la primera del tipo desde/hasta y la segunda extensiva mediante el uso del nombre del mes de forma desarrollada, como se observa en algunos ejemplos tipificados en la tabla 4. Esta base de datos no permite la ordenación y el filtrado de los resultados mediante las dataciones, creemos que debido a la arbitrariedad y falta de estandarización de sus descripciones. La parte de la datación dedicada a la data tópica es prácticamente inexistente.

Al contrario, el buscador de Dokuklik ofrece mejores resultados de búsqueda que Galiciana, evitando prácticamente el ruido y silencio documental. Sin embargo, en ocasiones pueden resultar frustrantes las dificultades que plantea en relación con la ordenación cronológica o geográfica de los resultados de búsqueda. En Dokuklik, los datos exportados no se ofrecen en formatos de descripción sino en texto libre,

revelando una variedad descriptiva tan extraordinaria como grave. Esta base de datos es la que permite una visualización más completa y variada de las dataciones, incluyendo incluso kalendaciones y otros datos anejos a las mismas, de todas las bases de datos consultadas. En ocasiones refleja el dato relativo al año empleando el sistema de cómputo anual de Eras; en concreto la Era hispánica (reflejada en el documento mediante las palabras era o sub era), así como su equivalente en la Era cristiana. Cuando la data tópica ha podido ser transcrita, se incluye en la descripción de la misma, no así en caso contrario, es decir, no se ofrecen datas tópicas conjeturales o reconstruidas, excepto en un caso en el que, en la visualización, se explica dicha circunstancia: 1218. Sin data, fecha deducida.

Tabla 4. Descripción de dataciones tomadas de Galiciana

Tipo de datación	Fragmento de descripción EAD	Data visualizada Campo de datos de publicación
Simple, [sin lugar] desde / hasta aaaa-mm-dd / aaaa-mm-dd Forma desarrollada explícita aaaa, mes, dd. [s.l.]	<unitdatestructured datechar="Creación"> <daterange> <fromdate>11521001</fromdate> <todate>11521001</todate> </daterange> </unitdatestructured>	1152-10-01 / 1152-10-01 1152, outubro, 1. [s.l.]
Simple, sin lugar desde / hasta aaaa-mm-dd / aaaa-mm-dd Forma desarrollada explícita aaaa, mes, dd.	<unitdatestructured datechar="Creación"> <daterange> <fromdate>09110627</fromdate> <todate>09110627</todate> </daterange> </unitdatestructured>	0911-06-27 / 0911-06-27 0911, junio, 27
Siglo, sin lugar, aproximada aaaa-aaaa	<unitdatestructured datechar="Creación"> <daterange> <fromdate>10000000</fromdate> <todate>10990000</todate> </daterange> </unitdatestructured>	1000-1199

Fuente: Elaboración propia.

Tabla 5. Descripción de dataciones tomadas de Dokuklik

Tipo de datación	Visualización de la data	Título del documento
Simple, lugar. (era y kalendación)	834-05-25, Calahorra. (era DCCC.LXXII, octavo Kls. Junii)	Privilegio del rey D. Ramiro I, llamado de los votos de Santiago.
Año (era), sin lugar	974. (era 1012)	Extracto de la donación a la iglesia de Covarrubias, por el presbítero Juanis, de su hacienda.
Mes.año, sin lugar	08.1023	Carta manuscrita a Manuel de Irujo en la que le comenta varios asuntos.
Año (era), sin lugar	1095. (era 1133)	Extracto del documento de venta, por la condesa de Fuentes, de dos eras de sal al prior de Monasterio de Badarán.

Simple, sin lugar. (era y kalendación)	1156-08-17. (era de 1194, XVI kalendas septembris)	Fueros dados a la villa de Castrocalbón por la condesa doña María, mujer del conde Ponce de Minerva.
Simple, sin lugar	1164.05.24	Carta de Privilegio otorgada a la villa de Laguardia por el rey de Navarra don Sancho 7º el Sabio, en Pamplona el octavo día de las Kalendas del mes de junio de la Era de 1202, que es en 24 de mayo del año de 1164.
Simple, lugar. (kalendación)	1196-03-29, San Juan de Letrán. (IV kalendas aprilis)	Bula Cum in ultionem nostrorum criminum del papa Celestino III al arzobispo de Tarragona, Raimundo de Castelersol y obispos de Tarazona, doctor García Frontín, y de Calahorra, don García.
Simple, lugar. (kalendación)	1197-02-20, San Juan de Letrán. (X kalendas martii)	Bula, Si largitoris divini beneficium recognoscens, del papa Celestino III, al duque (sic) de Navarra, Sancho VIII el Fuerte, exhortándole a que se uniera a los príncipes cristianos de los reinos de España, para hacer la guerra a los moros.
Simple aaaa/mm/dd	1199/04/19	Martín de Subiza y Arbona, su mujer, dan a la Casa de Bargota toda la heredad que tenían en Lazcano y en Idiazábal. Facta carta in mense aprilis in loco qui dicitur Funes altero die Resurreccio in era Mª CCª XXXª VIIª.
Simple aaaa.mm.dd	1202.08.16	Alfonso VIII confirma a la villa de San Sebastián el fuero de la misma otorgado por el rey de Navarra Sancho VI.
Desde/hasta, lugares, otros datos aaaa/aaaa, lugar; lugar. otros	1203/1290, Vitoria; Santisteban. Fechas concretas: 1290; 1203; 1281	El folio 197 contenía los siguientes extractos de documentos: 1.- Privilegio del rey Sancho IV, en que hace donación a la Orden de San Juan y a su maestre, Fernán Pérez, de las heredades que en término de Badajoz tenía Mari Domingo, la Bejarana, por haberse alzado con los demás traidores...
Simple, lugar. (era)	1203-05-20, Toledo. (era 1241)	Sentencia pronunciada por D. Esteban Illán, juez de Toledo, en el pleito sobre propiedad y uso de cierta agua, entre D. Pedro Vicente de Vargas y otros.
año conjetural, sin lugar	1218. Sin data, fecha deducida.	Donación de treinta yugadas de tierra y treinta aranzadas de viña, por Rodrigo, obispo de Sigüenza, a favor del monasterio de San Salvador de Pinilla.
Año aaaa	1230	Donación de unos solares en la villa de Fontecha, otorgada por Furtado de Alava, hijo de Martín Petraz de Fonte Egger, a favor del monasterio de San Millán de la Cogolla. El original de este documento se hallaba en el fº 210 del libro becerro...
Simple, lugar aaa-mm-dd, lugar	1230-04-02, Letrán	Bula Cum vestri Religionis honestas..., del papa Gregorio IX, por la que concede el monasterio del Santo Angel de Ursaria, en la diócesis de Troya, a la Orden de Calatrava.

Fuente: Elaboración propia.

El caso de los corpus documentales consultados (CHARTA, ALDICAM, CODEA Y CORHEN), puede estudiarse en conjunto, puesto que las bases de datos son similares en sus características y presentan formas de descripción uniformes.

Estas no incluyen buscadores simples o avanzados, sino que la consulta del corpus se realiza mediante el acceso a una tabla principal en la que se listan los documentos descritos, formada por columnas de campos etiquetados de forma

sencilla. Bajo cada nombre de columna o etiqueta se presenta un pequeño limitador o campo de filtrado que permite buscar a través de ese campo o columna y ordenar el listado completo utilizando los valores del campo o columna seleccionada.

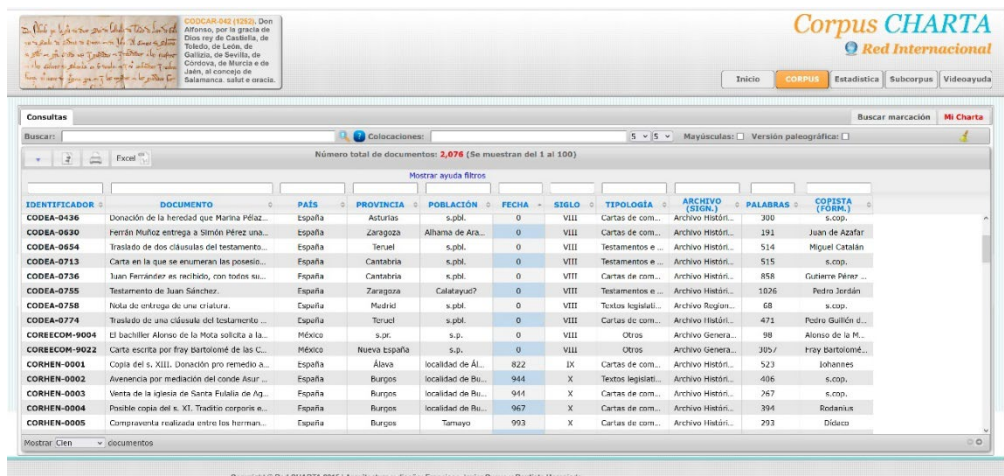


Figura 1. Corpus documental CHARTA.

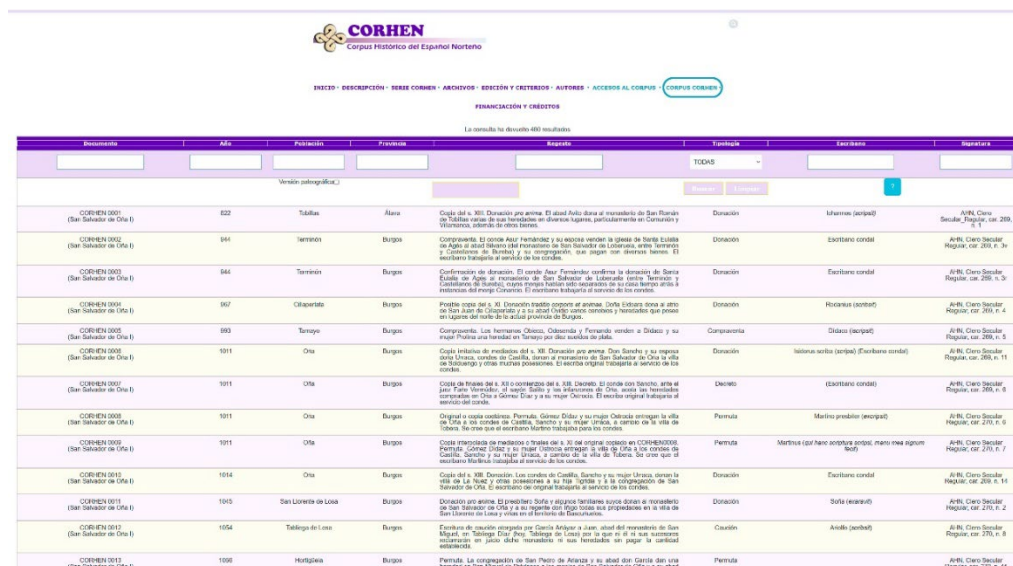


Figura 2. Corpus documental CORHEN

Por otra parte, no podemos hablar de descripciones tal y como hemos venido tratando las anteriores, sino que los documentos se presentan transcritos en su integridad (crítica y paleográficamente) y encabezados por un regesto que incluye

los datos principales de localización y descripción del documento. Es decir, no existen registros como tal en estos corpus, sino tablas con datos tomados del regesto.

CORHEN0001
GHEN
AHN, Clero Secular Regular, car. 269, n. 1
0822 noviembre 18 (s.l. [Tobillas, Álava, España])
Copia del s. XIII. Donación pro anima. El abad Avito dona al monasterio de San Román de Tobillas varias de sus heredades en diversos lugares, particularmente en Comunión y Villamanca, además de otros bienes.
Iohannes (scripsit)

CORHEN00565
GHEN
ACV, caja 64, carp. 5, doc. 3. [Leg. I, nº. 3]
s.a s.m s.d (s.l [Catedral de Valladolid, Valladolid, Valladolid, España])
Donación al abad y capítulo de Valladolid de diez maravedís en razón del portazgo de Olivares.

0183
ALDICAM
16123 noviembre 8 (s.l. [Madrid, Madrid, España])
ARCM 8657/13, 2/13, 1r
Nota de abandono y entrega de un recién nacido.
Privado
Nota
beneficencia, infancia

Figura 3. Ejemplos de regestos CORHEN y ALDICAM

Estas cabeceras o regestos están ciertamente normalizados según una regla o acuerdo interno, es decir, no siguen un estándar archivístico o bibliográfico.

El corpus CHARTA permite una búsqueda simple a texto completo que admite truncamientos, búsquedas en desarrollos de abreviaturas del texto y posibles posiciones del término en el texto.

Además, como indicamos *ut supra*, ofrece directamente el listado de todos los registros en formato tabla sin necesidad de búsqueda previa y permite filtrar y ordenar el listado por los campos que presenta: identificador, documento, país, provincia, población, fecha, siglo, tipología, archivo y número de palabras del texto.

En el campo fecha de este listado se observa que solo figura el año. Aquellos que no presentan año aparecen ordenados al comienzo del listado con un cero. En relación con los lugares de producción, se observa una ordenación alfabética pero hay descripciones que indican valores como: ¿, s.l., sl, en blanco, Burgos?, localidad de Burgos?, S.pbl., etc., que dificultan su recuperación y ordenación alfabética.

Para la visualización y filtrado, la base recoge los datos de la cabecera, deconstruyéndola, para situarlos y mostrarlos en los campos de la tabla. Así, las dataciones en la cabecera son complejas, los tipos de datación son tan variados como los casos de las datas de los propios documentos. Resulta difícil establecer una tipología o clasificación determinada. Sin embargo, en la tabla que se visualiza y por la que se permite buscar solo se refleja el año del documento, si es que este consta

en el regesto. Esta simplificación produce silencio documental en las búsquedas realizadas por este campo.

A continuación, se muestra la parte de la casuística más relevante de las descripciones de datas en CHARTA y CORHEN:

Casuística ejemplificada del CHARTA
s.d./s.m./s.a (España, s.pr., s.pbl., s.l.)
30/06/1183 (España, Cantabria, s.pbl., s.l.)
s.d./s.m./1182 (España, Burgos, Palacios de la Sierra?, s.l.)
s.d./s.m./1161 (España, Burgos, localidad de Alfoz de Burgos, s.l.)
s.d./s.m./1180 (España, Burgos?, localidad de Burgos?, s.l.)
18/11/0822 (España, Álava, localidad de Álava, s.l.)

Casuística ejemplificada del CORHEN
0822 noviembre 18 (s.l. [Tobillas, Álava, España])
0944 noviembre 22 (s.l. [monasterio de San Salvador de Loberuela, Terminón, Burgos, España])
0967 s.m. s.d. (s.l. [monasterio de San Juan de la Hoz de Cillaperlata, Cillaperlata, Burgos, España])
1065 abril s.d. (s.l. [Barrio de Díaz Ruiz, Burgos, España])

En el resto de corpus de uso lingüístico o textual la tónica es similar. Es habitual que los datos por los que es posible el filtrado de documentos sean los que constan en la cabecera, que se podrán combinar en filtrados y búsquedas completas: Año (incluyendo o excluyendo año calculado (Kawasaki), lugar, ocupación, ...).

El caso de CORHEN-Valladolid es, de todos ellos, el más complejo en la medida en que aporta mayor variedad de tipos de dataciones. Esta complejidad es la que ha dado pie a la investigación que se inicia con este estudio. Hasta la fecha (aún se siguen transcribiendo y describiendo los documentos que van a formar parte de este subcorpus del CORHEN) se puede sistematizar una variedad de descripciones de datas que vienen ejemplificadas por los siguientes casos:

Casuística ejemplificada del CORHEN-Valladolid Ordenada cronológicamente
s.f. (s.l. [¿Palazuelos, Valladolid?, España])
s.f. (s.l. [Monasterio de Vega, Valladolid, España])
s.a s.m s.d (s.l [Catedral de Valladolid, Valladolid, Valladolid, España])
s.a s.m s.d (Santa María de Valladolid, Valladolid, Valladolid, España)
1088 s.m s.d (s.l [Catedral de Valladolid, Valladolid, Valladolid, España])
1150 julio 28 (Saldaña) 1114 octubre 18 (Catedral de Valladolid, Valladolid, Valladolid, España)
1160 agosto s.d ([Catedral de Valladolid], Valladolid, Valladolid, España)
1219 septiembre s.d (Valladolid, Valladolid, España)
1266 marzo 1 (casa del infante don Sancho, Valladolid, Valladolid, España)
1280 julio 22 (s.l [Valladolid, Valladolid, España])

1291 febrero 24 (s.l. [¿Cabezón de Pisuerga, Valladolid?, España])
[1130] enero 21 (s.l. [Valladolid, España])
1150 octubre [23-29] (s.l. [Monasterio de Vega, Valladolid, España])
[1133-1139] diciembre 21 (s.l. [Monasterio de Vega, Valladolid, España])
1173 s.m. s.d. (s.l.[¿monasterio de San Andrés de Valvení, San Martín de Valvení, Valladolid?, España])

De esta pluralidad, de sus formas de descripción y de los modos de recuperación que ofrece CORHEN derivarán los mismos problemas ya revelados durante el examen del resto de corpus documentales.

4. Conclusiones

La muestra de plataformas, catálogos y corpus seleccionada para estudiar las formas de descripción de dataciones de documentos archivísticos medievales o modernos ha resultado acertada por cuanto ha ofrecido una visión amplia y altamente especializada de su casuística y particularidades. Las dificultades y problemas que de su análisis se han extraído son las que se enuncian a continuación.

Se han detectado documentos de carácter archivístico descritos con estándares y normas de carácter bibliográfico. El uso de campos de descripción bibliográfica como *Lugar de publicación* o *Año de publicación*, adecuados para la descripción de un recurso publicado y normalizado con ISBD, impide describir correctamente la data de un documento, constriñendo la descripción de la data tópica a un nombre de ciudad y la referencia cronológica a un año. Al no permitirse registrar más información, se recurre, en estos casos, a transcribirla en campos como el de notas o la cabecera del registro, desde donde no podrá ser recuperada. Precisamente, en relación con la recuperación, el problema en estos casos deriva de la cuestión descriptiva anterior.

En general, al respecto de los datos cronológicos, solo en los casos en los que el documento presenta una data completa y explicitada, la recuperación es precisa y la ordenación de su registro descriptivo en un listado de recuperación correcta. En el resto de casos, la recuperación o bien no se realiza o bien se realiza pero con problemas en la ordenación cronológica de los registros en los listados de resultados.

Así, un registro con una referencia cronológica reconstruida o conjetural (normalmente expresada entre corchetes, que contiene abreviaturas del tipo s. n., s. f., s. d., s. a. o que incluye símbolos como el de la interrogación o los corchetes) puede llegar a recuperarse en los casos en los que el buscador está claramente preparado para ello (reconociendo truncamientos, búsquedas en texto, etc.) y el usuario está informado sobre las habilidades a aplicar en estos casos. Sin embargo, lo más frecuente es la aparición del silencio documental.

En relación con la ordenación cronológica de los registros recuperados con estas formulaciones, es mayoritario el hecho de no incluirse correctamente en el lugar que debieran sino que se sitúan al comienzo del listado de recuperación (véase casuística ejemplificada de CORHEN-Valladolid, ordenada cronológicamente). Estos registros

no se podrán tener en cuenta para trabajos o aplicaciones en los que la ordenación cronológica es fundamental (i. e. líneas de tiempo).

Por otra parte, en los casos en los que la referencia cronológica se describe aproximada a un siglo el problema observado es similar y no por ello se resuelve. La ordenación cronológica del registro que presenta por dato cronológico un siglo determinado o un intervalo de años que comprenden un siglo, lo sitúa delante de los registros que sí muestran una descripción de la data más completa (ordenada de menos a mayor) o al final del listado de dichos registros (si la ordenación es de mayor a menor). Por supuesto, los casos en los que esos registros no se recuperan son abundantes.

Por último, en relación con las referencias cronológicas se observa que la recuperación mejora cuando al aproximar una fecha de producción, esta se realiza a través de la formulación *año desde / año hasta*, que si se realiza mediante siglo. Aunque esta preferencia por una u otra formulación va a depender del uso que vayamos a realizar de la base y de sus registros.

En relación con las datas tópicas, el análisis ofrece resultados desoladores por cuanto apenas es posible recuperar registros mediante este dato. La explicación la encontramos en la falta del dato en las descripciones, en su total omisión o en los errores ortográficos y símbolos que presentan las escasas dataciones geográficas obtenidas de las búsquedas. Veremos que esta cuestión mejora en los corpus documentales con respecto a los portales y catálogos, lo que permite desarrollar aplicaciones basadas en estos registros, como en el caso de ALDICAM y su atlas geográfico, aunque sigue presentando abundantes limitaciones, especialmente en el registro de documentos de época altomedieval (aquellos con mayor número de datas conjeturales o sin data).

Centrándonos ya en el caso del corpus CORHEN y de su subcorpus CORHEN-Valladolid, origen de este trabajo, sorprende el detalle de las descripciones de sus dataciones, especialmente en lo referido a las dataciones tópicas.

Sin mostrar la aplicación de ninguna norma o estándar dedicado, se observa una buena normalización en cuanto a su formulación. El uso de corchetes y signos de interrogación advierte al usuario de una data conjetural o reconstruida. Las abreviaturas s. f., s. a., s. m., s. d., y s. l., sustituyen a los datos que faltan rellenando los caracteres de formulaciones del tipo *aaaa/mm/dd*, y su uso es uniforme en toda la base.

La descripción de la data de las cabeceras de los documentos es fácilmente interpretable por un usuario lego.

El mayor problema surge en la búsqueda que se realiza limitada o acotada por algún elemento de la datación. Las causas principales detectadas son las relacionadas con la carencia de un motor de búsqueda. Un cajón de búsqueda simple sobre un campo que toma el dato de la datación de una cabecera compleja y lo transforma en un data tan simple como un año, produce falta de consistencia en la base y en la recuperación. Además, no permite truncamientos, limita los resultados y genera ruido y silencio documental. El usuario asume que los documentos sin data explícita no se recuperan de forma ordenada y, por tanto, que no pueden ser utilizados o reflejarse en aplicaciones que lo requieran.

Es imperativo, en el caso de los corpus documentales en general y, especialmente, en el caso de CORHEN, debido a la alta variabilidad formal de las descripciones de las datas, el diseño y desarrollo de motores de búsqueda adaptados a estas descripciones que resuelvan los problemas descritos. Además, es necesaria una normalización más exhaustiva si cabe de dichas formulaciones. Esta tarea es la que abordaremos en una segunda etapa de esta investigación, basada en los resultados y conclusiones extraídas de este estudio.

5. Referencias bibliográficas

- Biblioteca de Galicia. (2023). Galiciana. Biblioteca Dixital de Galicia [Base de datos]. Recuperado el 23 de julio de 2023, de <https://biblioteca.galiciana.gal/gl/inicio/inicio.do>
- Biblioteca Nacional de España. (2001). *Formato IBERMARC para registros bibliográficos*. (6.^a ed.). BNE.
- . (2023). Catálogo general [Base de datos]. Recuperado el 23 de julio de 2023, de <http://catalogo.bne.es/uhtbin/webcat>
- . (2023). *Formato MARC 21 para registros bibliográficos. Edición completa, octubre de 2011. Última actualización núm. 36 de junio de 2023. Traducción al español realizada por la BNE*. BNE.
- Eusko Jaurlaritz. Gobierno Vasco. (2023). Dokuklik. Archivos de Euskadi [Base de datos]. Recuperado el 23 de julio de 2023, de <https://dokuklik.euskadi.eus/>
- GHEN. (2019-). CORHEN. Corpus Histórico del Español Norteño [Base de datos]. Recuperado el 23 de julio de 2023, de <http://corhen.es/buscador/>
- GITHE. (2022). CODEA. Corpus de documentos españoles anteriores a 1900. [Base de datos]. Recuperado el 23 de julio de 2023, de <https://www.corpuscodea.es/>
- Grupo ALDICAM. (2021). ALDICAM-CM. Atlas lingüístico diacrónico e interactivo de la Comunidad de Madrid [Base de datos]. Recuperado el 23 de julio de 2023, de <http://aldicam.blogspot.com/>
- IFLA. (2022). *ISBD: Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada. Actualización de 2021 a la edición consolidada de 2011, traducida al español*. BNE.
- Kawasaki, Yoshifumi. (2014). Datación crono-geográfica de documentos medievales españoles. *Scriptum digital: revista de corpus diacrònics i edició digital en llengües iberoromàniques*, 3, 29-63.
- . (2015). La determinación cronológica de cambios gráfico-fonéticos y la datación de documentos no fechados en el Codea. En J. P. Sánchez Méndez, M. de La Torre y V. Codita, coords. *Temas, problemas y métodos para la edición y el estudio de documentos hispánicos antiguos* (pp. 491-516).
- Ministerio de Cultura y Deporte. (2023). CCPB. Catálogo Colectivo del Patrimonio Bibliográfico [Base de datos]. Recuperado el 23 de julio de 2023, de <http://catalogos.mecd.es/CCPB/cgi-ccpb/abnetopac/O12236/ID53c95e26?ACC=101>
- . (2023). PARES. Portal de Archivos Españoles [Base de datos]. Recuperado el 23 de julio de 2023, de <https://pares.culturaydeporte.gob.es/inicio.html>
- Red CHARTA. CHARTA. (2022). Corpus Hispánico y Americano en la RED [Base de datos]. Recuperado el 23 de julio de 2023, de <http://www.corpuscharta.es/>
- Society of American Archivists and Library of Congress. (2015). *EAD. Encoded Archival Description*. Recuperado el 8 de julio de 2023, de <https://www.loc.gov/ead/index.html>

**ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO
EN EL VALOR PATRIMONIAL**

Perfil de aplicación de metadatos para piezas anatómicas plastinadas alineado con los principios FAIR. Resultados preliminares

Morgana Carneiro de Andrade¹; María-José Baños-Moreno²; Patrícia Pacheco de Barros³; Gleice Pereira⁴

Resumen: Introducción: La digitalización de piezas anatómicas para la obtención y difusión de objetos anatómicos digitales es un paso más en el camino hacia la accesibilidad del acervo de los museos. Actualmente existe un proyecto de descripción y difusión de la colección de piezas anatómicas del Museo de Ciências da Vida de la Universidade Federal do Espírito Santo. **Objetivos:** Para facilitar la adecuada representación de los objetos asociados a piezas anatómicas plastinadas y de las imágenes generadas, se propone la definición de un perfil de aplicación especializado en este tipo de objetos, que permita identificación y su descripción teniendo en cuenta los principios FAIR. **Metodología:** En este artículo se adopta la metodología Design Science Research, aplicando la búsqueda bibliográfica para la localización y análisis de documentación relacionada con el tema de estudio y en los principios FAIR y la investigación documental para la identificación de páginas web de museos que difunden información sobre objetos anatómicos. **Resultados:** Como resultado, se obtuvo un conjunto de atributos para representación física de las piezas anatómicas, así como de sus representaciones digitales, que se alinearon con los principios FAIR. **Conclusiones:** Con esta propuesta, se pretende avanzar hacia la definición de un perfil de aplicación que mejore la interoperabilidad entre los sistemas de información en el ámbito museológico.

Palabras clave: Piezas anatómicas; Perfil de aplicación; Museos de anatomía; Metadatos; Principios FAIR

Resumo: Introdução: A digitalização de peças anatómicas para a aquisição e divulgação de objectos anatómicos digitais é mais um passo no caminho da acessibilidade das colecções museológicas. Actualmente, existe um projeto de descrição e divulgação da coleção de peças anatómicas do Museu de Ciências da Vida da Universidade Federal do Espírito Santo. **Objetivos:** De forma a facilitar a representação adequada dos objectos associados a peças anatómicas plastinadas e das imagens geradas, propõe-se a definição de um perfil de aplicação especializado neste tipo de objectos, que permita a sua identificação e descrição tendo em conta os princípios FAIR. **Metodologia:** Este artigo adopta a metodologia Design Science Research, aplicando a pesquisa bibliográfica para a localização e análise de documentação relacionada com o tema de estudo e os princípios FAIR e a pesquisa documental para a identificação de sites de museus que divulgam informação sobre objectos anatómicos. **Resultados:** Como resultado, obtivemos um conjunto de atributos para a representação física de peças anatómicas,

¹ Biblioteca General de la Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil
E-mail: morganaandrade@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9627-0045>

² Universidad de Murcia, Murcia, España
E-mail: mbm41963@um.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9137-1330>

³ Biblioteca General de la Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil
E-mail: patricia.barros@ufes.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6359-3339>

⁴ Departamento de Biblioteconomia de la Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil
E-mail: gleice.pereira@ufes.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6359-3339>

bem como para as suas representações digitais, que se encontravam alinhados com os princípios FAIR. **Conclusões:** Com esta proposta, pretende-se avançar para a definição de um perfil de aplicação que melhore a interoperabilidade entre sistemas de informação no domínio museológico.

Palavras-chave: Espécimes anatómicos; Perfil de aplicação; Museus de anatomia; Metadados; Princípios FAIR

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Resultados. 5. Conclusiones. Referencias bibliográficas

1. Introducción

El término “anatomía”, de origen griego, puede ser traducido como “cortar en partes”. Se trata de “una rama de la biología que estudia la organización estructural de los seres vivos, que incluye los sistemas, los órganos y los tejidos que los constituyen, la apariencia y la posición de varias partes, las sustancias de las que están hechos, su localización y su relación con otras partes del cuerpo”. Este método hace posible la comprensión de la estructura y función de los seres vivos. En la antigüedad se definía como el acto de explotar las estructuras del cuerpo humano mediante la desecación.

En 2015, Gunther von Hagens inauguró el Museo Humano en Berlín, pero mucho antes, allá por los años 90, este anatomista se había hecho famoso a raíz de la exposición *Los mundos de los cuerpos*, donde utilizó la técnica de la plastificación. Con el paso del tiempo, estas exposiciones se han ido multiplicando, debido principalmente a su potencial valor educativo (Martin et al., 2016). Muchos otros museos alrededor del mundo tienen colecciones de piezas anatómicas de seres vivos (especímenes). En Europa y Estados Unidos se pueden citar el Museo Royal College of Surgeons of England y el Center for the History of Medicine at Countway Library; en Brasil, el Museo de Anatomía Humana Professor Alfonso Bovero da USP, el Museo de Anatomía Humana de la UnB o el Museo de Ciências da Vida (MCV)⁵ de la Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

La importancia que tienen los museos para la cultura y la educación requiere que sus colecciones sean más inclusivas, accesibles y reutilizables (Jedrzejewski et al., 2020; Marreez et al., 2010; Martin et al., 2016). En este sentido, la digitalización de piezas anatómicas para la obtención y difusión de objetos anatómicos digitales (OAD) es, sin duda, un paso más en el camino hacia la accesibilidad del acervo de los museos.

El MCV fue creado en 2008 con el propósito de difundir y popularizar las ciencias de la vida. Posee un laboratorio interdisciplinar e interprofesional, que aglutina la extensión, la investigación, la enseñanza y la difusión de piezas anatómicas reseñables. Estas piezas se exponen al público de forma presencial a través de exposiciones locales y nacionales, así como mediante *tours* virtuales.

Actualmente existe un proyecto de descripción y difusión de la colección de piezas anatómicas de seres vivos (especímenes) del Museo de Ciências da Vida, que

⁵ <https://linktr.ee/mcv.ufes>

se integrará en la Plataforma Acervus (un repositorio digital, desarrollado con el software Tainacan, que tiene como objetivos reunir, preservar y difundir el patrimonio digital de la UFES). En este marco, pronto se reveló la necesidad de aportar información más detallada de las piezas para la adecuada representación de los OAD y de las imágenes generadas. En concreto, para la representación de información de piezas anatómicas plastinadas (un método de conservación de éstas) o conservadas mediante otras técnicas.

Al realizar las primeras búsquedas sobre la representación de información de este tipo de colección, queda patente la escasez de literatura especializada, así como también la práctica ausencia de repositorios digitales o de bibliotecas virtuales que publiquen la descripción de este tipo de material, o de la existencia de perfiles de aplicación de metadatos - PAM (Heery & Patel, 2000) en este campo. Más allá de estos hallazgos, es importante destacar la relevancia de adoptar buenas prácticas para la publicación de datos en la Web (principios FAIR, *Data on the Web Best Practices* - DWBP) (Lóscio, Burle y Calegary, 2017; Wilkinson et al., 2016), dada la tendencia a considerar las "colecciones digitales como datos" (Padilha et al., 2017).

Uno de los estudios con mayor proximidad al objetivo de esta investigación es el artículo titulado "Indexación de imágenes digitales del área de Anatomía: transposición de imágenes para la escritura" (Rezende et al., 2020). Esta investigación amplía el alcance de dicho artículo al proponer la elaboración de un PAM, que establece, además de las propiedades y sus valores, un documento legible por ordenador (DCMI, 2020) alineado con los principios FAIR (Wilkinson et al., 2016) y con las mejores prácticas de publicación de datos en la Web (Lóscio, Burle y Calegary, 2017).

2. Objetivos

El objetivo de este trabajo es avanzar en la definición de un perfil de aplicación especializado en objetos anatómicos y su representación digital (OAD), que permita identificación de este tipo de elementos, así como su descripción, teniendo en cuenta los principios FAIR. De esta forma se pretende contribuir a la organización, compartición y reutilización de los OAD presentes en museos y repositorios digitales.

3. Metodología

Se trata de una investigación aplicada, en la que se adoptó la *Design Science Research* – DSR (Hevner, 2007). Se adoptaron la búsqueda bibliográfica y la investigación documental (búsquedas de sitios web de museos y de repositorios digitales en Google), conforme a la metodología indicada (ver la siguiente Figura 1).

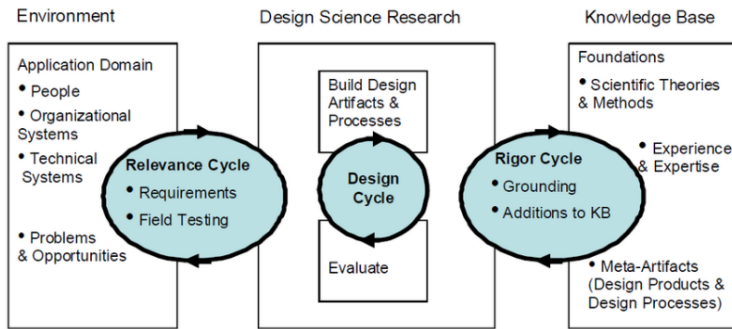


Figura 1. Three circle view of design science research. Source: Hevner (2007)

Para la búsqueda bibliográfica, que fue realizada en las bases de datos Web of Science y Scopus, se trataron diversos aspectos como:

- a) anatomía, Patología y Morfología, para mejorar la comprensión de estos conceptos y sus elementos;
- b) representación del conocimiento y de la información;
- c) identificación de perfiles de aplicación de metadatos (PAM), diccionarios de datos, modelado de datos y vocabularios especializados en piezas anatómicas; y
- d) buenas prácticas para publicación de los datos en la Web, como los principios FAIR (*Findability, Accessibility, Interoperability, Reuse*) y DWBP (*Data on the Web Best Practices*).

El análisis de las páginas web de museos y repositorios, que fue realizado a partir de una búsqueda en la que se empleó el motor de búsqueda de Google, a nivel nacional e internacional, se orientó hacia la identificación y descripción de objetos anatómicos.

Para la elaboración de un PAM especializado en piezas anatómicas se aplicaron las recomendaciones de las DWBP y del DCAT-AP (Dekkers et al., 2023), que define el uso de metadatos para una aplicación o un dominio específico (DCMI, 2020), orientado a humanos y aplicables por máquinas. Fueron definidos los siguientes pasos:

- a) definición del alcance del perfil de aplicación de metadatos;
- b) análisis de los datos de los objetos, así como de las imágenes digitales de la colección del Museo de Ciências da Vida (MCV);
- c) identificación de los requisitos informacionales (atributos);
- d) análisis de los metadatos empleados por la Plataforma Acervus;
- e) modelado de los datos de los objetos y de las imágenes digitales de la colección del Museo; y
- f) definición de los valores y de las restricciones de los metadatos, incluyendo la definición de vocabularios controlados o de listas de valores para campos específicos; validación de la consistencia de la propuesta.

El proceso de desarrollo del PAM prevé la participación de profesionales que actúan en las diferentes áreas asociadas al tipo de colección analizada.

4. Resultados

Con la investigación bibliográfica se recuperaron 1.812 artículos, siendo seleccionados 58 trabajos (Tabla 1), que se incorporaron a la Base de Conocimiento (etapa del DSR) . Se localizaron 38 perfiles de aplicaciones en el dominio de los museos. Por otro lado, se obtuvo un total de 100 sitios web de museos, nacionales e internacionales, que difunden información sobre piezas anatómicas (plastinadas o no) y sus características.

Más allá de la identificación de los requisitos informacionales que tienen en cuenta la perspectiva museológica para la representación de las piezas anatómicas (a partir de la bibliografía investigada, el análisis de los sitios web de los museos y los perfiles de las aplicaciones centradas en el patrimonio cultural), se consideró las tecnologías de la Web Semántica (Berners-Lee, 2006) y los alineamientos con los principios FAIR (Wilkinson et al., 2016) y las DWBP (Lóscio; Burle; Caleyary, 2017).

Tabla 1. Artículos analizados

AUTORES	TÍTULOS
[Anonymous]. (2012)	Online veterinary anatomy museum to share resources worldwide
Aitken (2005)	Formalizing concepts of species, sex and developmental stage in anatomical ontologies
Ashby (2019)	Museums, Students, Anatomy and the Public
Baca (Ed.) (2006)	Cataloging cultural objects: A guide to describing cultural works and their images
Baldock & Burger (2005)	Anatomical ontologies: Names and places in biology
Bard (2011)	A systems biology representation of developmental anatomy
Baud et al. (2005)	Desiderata for Representing Anatomical Knowledge
Berquist et al. (2012)	The Digital Fish Library: Using MRI to Digitize, Database, and Document the Morphological Diversity of Fish
Binding & Tudhope (2016)	Improving interoperability using vocabulary linked data.
Canadelli (2011)	“Scientific Peep Show” The Human Body in Contemporary Science Museums
DCMI (2020)	DC Tabular Application Profiles
de Bono et al. (2012)	ApiNATOMY: A Novel Toolkit for Visualizing Multiscale Anatomy Schematics with Phenotype-Related Information
de Bono et al. (2014)	ApiNATOMY: Towards Multiscale Views of Human Anatomy
Domanski et al. (2023)	Terra Incognita in anatomical museology—A literature review from the perspective of evidence-based care

AUTORES	TÍTULOS
Durack et al. (2007)	The David L. Bassett Stereoscopic Atlas of Human Anatomy
Edgecombe (2008)	Anatomical nomenclature: Homology, standardization and datasets
FAIRsharing FIP. (2022)	FAIRsharing.org
Findlen (2006)	Anatomy theaters, botanical gardens, and natural history collections
Fonseca & Finn (2016)	The impact of body worlds on adult visitors' knowledge on human anatomy: A preliminary study
Golub & Liu (2022)	Information and Knowledge Organisation in Digital Humanities: Global Perspectives
Golub et al. (2021)	Knowledge organisation for digital humanities: An introduction
Gomez (2019)	"With their natural skin". Museological exhibitions of preserved human bodies and remains
Guha et al. (2015)	Schema. org: Evolution of Structured Data on the Web: Big data makes common schemas even more necessary.
Heery & Patel (2000)	Application Profiles: Mixing and Matching Metadata Schemas
Jedrzejewski et al. (2020)	Virtual Anatomy Museum: Facilitating Public Engagement Through an Interactive Application
Jocks et al. (2015)	An investigation to examine the most appropriate methodology to capture historical and modern preserved anatomical specimens for use in the digital age to improve access: A pilot study
Jones (2002)	Re-inventing anatomy: The impact of plastination on how we see the human body
Kiourexidou et al. (2019)	Websites with Multimedia Content: A Heuristic Evaluation of the Medical/Anatomical Museums
Kistler et al. (2013)	The Virtual Skeleton Database: An Open Access Repository for Biomedical Research and Collaboration
Maglia et al. (2007)	An anatomical ontology for amphibians
Marreez et al. (2010)	The Role of Medical Museums in Contemporary Medical Education
Martin et al. (2016)	The Role of a Museum-Based Science Education Program in Promoting Content Knowledge and Science
Marwede & Fielding (2007)	Entities and relations in medical imaging: An analysis of computed tomography reporting
Masuda et al. (1997)	Setting up and features of a database of images of plastinated materials
Mugridge (2007)	Cataloging cultural objects: A guide to describing cultural works and their images
Monza et al. (2019)	New life to italian university anatomical collections: Desire to give value and open museological issues cases compared
Neal et al. (1998)	The digital anatomist structural abstraction: A scheme for the spatial description of anatomical entities

AUTORES	TÍTULOS
Padilha et al. (2019)	Final report: always already computational: collections as data (version 1)
Pepper et al. (2021)	Automatic Metadata Generation for Fish Specimen Image Collections
Qin & Zeng (2020)	Metadata
Rezende et al. (2019)	Index of digital images anatomical: Incorporation of a written for imagery
Rosse (2001)	Terminologia Anatomica: Considered from the perspective of next-generation knowledge sources
Rosse & Mejino (2003)	A reference ontology for biomedical informatics: The Foundational Model of Anatomy
Rosse et al. (1998)	Motivation and organizational principles for anatomical knowledge representation: The digital anatomist symbolic Knowledge base
Rosse et al. (1998)	The digital anatomist foundational model: Principles for defining and structuring its concept domain
Smith et al. (2005)	Anatomical information science
FORCE11. (2014)	Guiding Principles for Findable, Accessible, Interoperable and Re-usable Data Publishing version b1.0—FORCE11
Tomasi (2018)	Modelling in the digital humanities: Conceptual data models and knowledge organization in the cultural heritage domain
Towbin et al. (2021)	The Importance of Body Part Labeling to Enable Enterprise Imaging: A HIMSS-SIIM Enterprise Imaging Community Collaborative White Paper
Turinsky et al. (2008)	Integration of Genomic and Medical Data into a 3D Atlas of Human Anatomy
Tybjerg (2017)	Anatomy Museum: Death and the Body Displayed
Vogt (2021)	FAIR data representation in times of eScience: A comparison of instance-based and class-based semantic representations of empirical data using phenotype descriptions as example
Warren (2012)	Anatomy Museum
Wilkinson et al. (2016)	The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship
Yosakonkun et al. (2021)	Metadata Schema for Managing Digital Data and Images of Thai Human Skulls
Zeng & Chan (2006)	Metadata interoperability and standardization-A study of methodology, Part II
Zhang et al. (2016)	Design and Development of Digital and Innovative Anatomy Museum
Zhang et al. (2017)	Design and development of digital and innovative anatomy museum
Ziegler et al. (2020)	Applications of 3D Paleontological Data at the Florida Museum of Natural History

Fuente: elaboración propia.

Como resultado, se obtuvo un conjunto de atributos para representación física y digital de las piezas anatómicas (Tablas 2 y 3). Esta información hará posible la identificación de metadatos especializados alineados con las buenas practicas de publicación de datos.

Tabla 2. Representación de de las piezas anatómicas

OBJETO: PIEZA ANATÓMICA (ESPECIMEN)	
ATRIBUTO	DEFINICIÓN
OBJETO	
Anatomía	Partes del cuerpo humano o de cualquier animal o vegetal para el estudio y conocimiento de su organización interna
Organismo	Conjunto de órganos que componen un ser vivo
Reino	Tipo de organización utilizado para agrupar a los individuos de acuerdo con la similitud entre las características estructurales, anatómicas y genéticas. Está compuesto por un conjunto de filos.
Filo	Compuesto por un conjunto de clases
Clase	Uno de los niveles taxonómicos del sistema de clasificación que agrupa a los seres vivos en diferentes niveles según las relaciones evolutivas existentes entre ellos. Compuesto por un conjunto de ordens
Orden	Taxón de alto nivel jerárquico utilizado en el sistema de clasificación científica de los seres vivos para agrupar familias constituidas por especies que presentan entre sí un alto grado de similitud morfofuncional. Compuesto por un conjunto de familias.
Familia	División taxonómica utilizada en la clasificación de los seres vivos compuesta por un conjunto de géneros
Género	División taxonómica utilizada en la clasificación de los seres vivos, inferior a la familia, compuesta por un conjunto de especies
Especie	División taxonómica utilizada en la clasificación de los seres vivos, inferior al género
Nomenclatura	Nombre científico de los animales. Es una combinación binaria que consiste en el nombre del género seguido del epíteto específico
Hábitat	Descripción donde habita o habitó el espécimen y la geolocalización
Sexo	La totalidad de las características en estructuras reproductivas, funciones, fenotipo y genotipo, que distinguen al organismo masculino del femenino
Citación	Recurso relacionado que hace referencia, cita o señala al recurso descrito
Código de fabricación	Número con el que se registró/archivó la pieza anatómica por la empresa de fabricación
Código de identificación del MCV	Número con el que se registró la pieza el equipo MCV
Código de patrimonio	Referencia inequívoca para la pieza anatómica en la UFES
Colección	Estructura que sirve preferentemente para agrupar documentos con alguna característica común

OBJETO: PIEZA ANATÓMICA (ESPECIMEN)	
ATRIBUTO	DEFINICIÓN
Descripción	Descripción objetiva y sucinta con características y/o detalles que particularizan y distinguen la pieza anatómica
Descripción de la adquisición	Información sobre el proceso de adquisición de la pieza anatómica (número de procesos de entrada y quién o cómo se adquirió)
Descripción del estado de conservación	Información sobre los deterioros de la pieza anatómica
Dimensiones	Dimensiones en centímetros, con precisión de milímetros
Ejemplares	Cantidad de ejemplares del mismo artículo en el acervo
Es parte de	Una parte de un espécimen
Estado de conservación	Estado de conservación de la pieza anatómica
Exposición	Registro, en orden cronológico creciente, de las exposiciones en las que participó la pieza anatómica
Intervenciones	Tratamiento aplicado para la conservación de la pieza
Materiales	Información sobre los múltiples materiales utilizados para la confección de la pieza anatómica
Método de adquisición	Forma en que la pieza se incorporó a la colección (compra, donación, cesión)
Notas	Información adicional que no se encuentra en otros campos
Palabras clave	Términos libres que describen la pieza anatómica
Placa de identificación	Información de la pieza colocada en la placa de identificación
Premio	Registro de premios que haya recibido la pieza anatómica
Preparación	Procedimientos adoptados para la conservación de la pieza anatómica
Préstamo	Información sobre el préstamo de la pieza anatómica a otras entidades
Referencias bibliográficas	Publicaciones y otros tipos de documentos que respaldan la información proporcionada por el catalogador o que ofrecen una descripción más detallada de la obra, así como aquellas en las que se menciona o reproduce la obra
Tema	Temas que representan un objeto y las respuestas que deben proporcionar
Tiene parte	Posee partes que forman parte de un espécimen
Tipo de colección	Tipo de acervo: museológico, archivístico, bibliográfico
Tipo de ítem	Indicación de la pieza anatómica
Tirada	Número de ejemplares de una pieza anatómica fabricados en una sola ocasión
Título	Título principal
LICENCIA	
Derechos de autor	Persona o organización que posee o gestiona los derechos sobre la pieza anatómica
Licencia	Derechos sobre la imagen de la pieza anatómica en el repositorio según Creative Commons

OBJETO: PIEZA ANATÓMICA (ESPECIMEN)	
ATRIBUTO	DEFINICIÓN
Tipo de acceso	Grado de acceso a la imagen de la pieza anatómica
AGENTE	
Catalogador	Nombre del descriptor de la pieza anatómica
Fotógrafo	Profesional responsable de las imágenes del objeto
Pintor	Nombre del responsable de la pintura de la pieza anatómica
Plastinador	Nombre del responsable de la plastinación (método de conservación de piezas anatómicas)
Taxidermista	Profesional que aplica e estudia las técnicas de <i>taxidermia</i>
Técnico en conservador	Nombre del responsable del procedimiento de conservación de la pieza anatómica
Técnico en disección	Nombre del responsable de los procedimientos de disección
PERÍODO TEMPORAL	
Fecha de adquisición	Fecha en que se adquirió la pieza anatómica
Fecha de digitalización	Fecha de digitalización de la pieza anatómica
Fecha de producción	Fecha de fabricación o proceso de preservación de la pieza anatómica
Fecha de publicación	Fecha de publicación de la imagen en el sitio web
Periodo de muerte	Fecha de muerte del espécimen
LOCAL	
Local de producción	Lugar de producción de la pieza anatómica
Lugar de recogida	Geolocalización relacionada a la coleta de la pieza anatómica
Ubicación	Ubicación física de la pieza anatómica en la institución

Fuente: elaboración propia.

Tabla 3. Representación digital de las piezas anatómicas

OBJETO: PIEZA ANATÓMICA (IMAGEN ESPECIMEN)	
ATRIBUTO	DEFINICIÓN
Audiodescripción	Recurso de accesibilidad utilizado para la descripción de la pieza anatómica
Duración	Duración del vídeo en horas, minutos, segundos, milésimas de segundo
Formato	Formato del objeto
Idioma	Idioma del objeto
Ítem relacionado	Enlaces externos que pueden contribuir al enriquecimiento informativo del objeto

Fuente: elaboración propia.

El conjunto de atributos presentados en las Tablas 2 y 3 se alinean con las directrices FAIR cuando son contemplados aspectos que corresponden a los 15 principios. La Tabla 4 presenta estos principios y la correspondencia que los satisfacen.

Tabla 4. Adecuación de la colección de las piezas anatómicas a los principios FAIR

PRINCIPIOS	DESCRIPCIÓN
F1. A los (meta)datos se les asigna un identificador globalmente exclusivo y persistente	Identificador único proporcionado por el sistema Tainacan e identificadores locales: Código de Fabricación; Código de Identificación en MCV; Código de Patrimonio
F2. Los datos deben ser descritos con metadatos enriquecidos (definidos por R1 más abajo)	Se agregaron atributos que pueden describir detalladamente el elemento, como autor y título. Se añadió información relevante o relacionada. En este caso, además del dominio, se adoptaron los siguientes atributos: Es parte de, Tiene parte, Referencias bibliográficas, Citas, Tema, Elementos relacionados, Cobertura geográfica y temporal, que serán representados mediante esquemas de metadatos como Dublin Core y específicos del dominio
F3. Los metadatos incluyen clara y explícitamente el identificador de los datos que describen	Los metadatos recibirán un identificador único y persistente, y los valores adoptados, preferiblemente, estarán alineados con LOD que permitirá el uso de API.
F4. Los (meta)datos son registrados o indexados en un recurso de búsqueda	Los metadatos deben ser conformes con los estándares adoptados por sistemas como repositorios digitales y motores de búsqueda (Dublin Core; Schema.org; DCAT-AP)
A1. Los (meta)datos son recuperables por su identificador utilizando un protocolo de comunicación estandarizado	El software que adoptar permite el uso de API. Se considerarán las tres DWBP (Lóscio, Burle y Calegaty, 2017): BP23 Hacer que los datos estén disponibles mediante API; BP24 Usar estándares WEB como base para construcción de APIs; BP25 Proporcionar una documentación completa para las APIs
A1.1. El protocolo es abierto, gratuito y universalmente implementable	El protocolo utilizado es HTTP y es posible recabarlos a través de OAI-PMH. Los metadatos y los datos pueden ser accesibles fácilmente y, si es necesario y no hay impedimentos legales, se pueden descargar
A1.2. El protocolo permite un procedimiento de autenticación y autorización cuando es necesario	No es necesario tener una cuenta específica para consultar los metadatos y los datos, solo para la presentación de elementos. El software permite la restricción temporal de los datos y, si es necesario, de metadatos específicos. También habrá un canal para recopilar comentarios de los consumidores de datos y proporcionar comentarios al editor original.
A2. Los metadatos son accesibles, incluso cuando los datos no están disponibles	Los metadatos deben estar siempre preservados. Los metadatos específicos o para control administrativo pueden ser incluidos como privados

PRINCIPIOS	DESCRIPCIÓN
I1. Los (meta)datos usan un lenguaje formal, accesible, compartible y ampliamente aplicable para la representación del conocimiento	El software proporciona acceso en RDF y JSON
I2. Los (meta)datos utilizan vocabularios y/o ontologías que siguen los principios de FAIR	Preferiblemente, adoptará vocabularios controlados en SKOS y ontologías. Como fuente de consulta se prevé el uso de Language Open Vocabulary (LOV)
I3. Los (meta)datos incluyen referencias cualificadas para otros (meta)datos	Los atributos "Es parte de", "Tiene parte", "Referencias bibliográficas", "Citas", "Licencia" y "Tiene relación" relacionan metadatos y datos con el uso de enlaces.
R1. Los (meta)datos se describen detalladamente con atributos precisos y relevantes	La decisión fue representar los objetos con mayor granularidad debido a su especificidad y teniendo en cuenta la diversidad de usuarios (profesores, investigadores, estudiantes de varios niveles)
R1.1. Los (meta)datos se publican con una licencia de uso de datos clara y accesible	Los derechos de autor, el propietario de los derechos de autor y la licencia buscan garantizar la protección de los derechos del autor y cómo se utilizará el objeto.
R1.2. Los (meta)datos están asociados con su origen de forma detallada	La localización de origen del espécimen, el lugar de producción, la fecha de adquisición, una descripción detallada sobre la adquisición y la procedencia tienen como objetivo informar sobre el origen del objeto.
R1.3. Los (meta)datos cumplen los estándares comunitarios relevantes para el dominio	Se adoptarán estándares de metadatos y, preferentemente, vocabularios controlados del campo de las Ciencias de la Salud, como taxonomías, tesauros y ontologías.

Fuente: elaboración propia.

Existe un consenso en la literatura de que los objetos culturales digitales son considerados datos (Padilha et al., 2019), incluso el CCO ya aplica este concepto (Mugridge, 2007). Este estudio consideró, además de los principios FAIR (Wilkinson et al., 2016), las DWBP, que son unas recomendaciones de la World Web Consortium (W3C) que tienen como base el *DC Tabular Application Profiles* - DCAT-AP (Lóscio, Burle e Calegari., 2017; DCMI, 2020).

Así, con respecto a lo presentado en las Tablas 2 y 3, más allá de la información sobre piezas anatómicas (especímenes), se incluye otra información que permite satisfacer las necesidades de los usuarios del sistema y de las máquinas. Esto hace posible la localización (*Findable*), accesibilidad (*Accessibility*), interoperabilidad (*Interoperability*) y reutilización (*Reuse*) de los datos de las piezas de la colección del Museu de Ciências da Vida (MCV) y de otros museos de anatomía de forma más eficiente.

4.1. Anotaciones preliminares para un perfil de aplicación especializado

Un aspecto importante antes de crear un PAM es la identificación de esquemas de metadatos y vocabularios que representen los objetos, de forma que los datos sean interoperables semánticamente.

Para eso, se investigan los esquemas de metadatos, ontologías y vocabularios existentes, analizando cuáles tenían prioridad sobre otros:

- a) esquemas de metadatos u ontologías presentes en Language Open Vocabularies (LOV), como el DCMI Metadata Terms; Schema.org; Open Biomedical Ontologies; DICOM y DBpedia ontology;
- b) vocabularios: definición de valores de las propiedades con base en los vocabularios SNOMED; MESH; Unified Medical Language Systems; y sintaxes basadas en las buenas prácticas; y
- c) Foundational Model of Anatomy y European Data Model
- d) El estándar de la ISO CIDOC-CRM (CIDOC Conceptual Reference Model; International Standards Organization 2006).

5. Conclusiones

El desarrollo de una estructura para repositorios digitales debe tener en cuenta las necesidades específicas para la representación de objetos de diferentes colecciones con el fin de facilitar la interoperabilidad, comprensibilidad, fiabilidad, el descubrimiento, accesibilidad y reutilización de los datos basadas en la normalización y la adopción de las mejores prácticas para definir propiedades y valores. Este artículo trata de un ámbito que requiere un alto nivel de granularidad, ya que hay que tener en cuenta los distintos niveles de usuarios, desde los escolares (educación museística) hasta los investigadores de alto nivel.

Con este fin, se identificaron los requisitos de información y las especificaciones técnicas del sistema (requisitos funcionales), también se realizó una propuesta de atributos para la representación de especímenes y partes anatómicas (modelos conceptuales) y de sus representaciones digitales alineados con los principios FAIR.

Con esta entrega, pretendemos avanzar hacia la definición de un perfil de aplicación que mejore la interoperabilidad entre los sistemas de información en el ámbito museológico.

6. Agradecimientos

A la Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES) el apoyo financiero para participar en el VI Congreso ISKO España-Portugal (16º ISKO España).

Referencias bibliográficas

- [Anonymous]. (2012). Online veterinary anatomy museum to share resources worldwide. *Veterinary Record*, 171(21), 520–520. <https://doi.org/10.1136/vr.e7909>
- Aitken, S. (2005). Formalizing concepts of species, sex and developmental stage in anatomical ontologies. *Bioinformatics*, 21(11), 2773–2779. <https://doi.org/10.1093/bioinformatics/bti409>
- Akram, M., Nanda, S., Maraver, P., Armananzas, R., & Ascoli, G. (2018). An open repository for single-cell reconstructions of the brain forest. *Scientific Data*, 5. <https://doi.org/10.1038/sdata.2018.6>
- Ashby, J. (2019). Museums, Students, Anatomy and the Public: Bringing Them All Together. *Journal of Morphology*, 280, S34–S34.
- Baca, M. (Ed.). (2006). Cataloging cultural objects: A guide to describing cultural works and their images. American Library Association.
- Baldock, R., & Burger, A. (2005). Anatomical ontologies: Names and places in biology. *Genome biology*, 6(4), 1–6.
- Bard, J. (2011). A systems biology representation of developmental anatomy. *Journal of Anatomy*, 218(6), 591–599. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7580.2011.01371.x>
- Baud, R., Lovis, C., Fabry, P., & Geissbuhler, A. (2005). *Desiderata for Representing Anatomical Knowledge*. (R. Engelbrecht, A. Geissbuhler, C. Lovis, & G. Mihalas, Orgs. v. 116, p. 653–65).
- Berners-Lee, T. (2006). *Linked Data*. www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html
- Berquist, R., Gledhill, K., Peterson, M., Doan, A., Baxter, G., Yopak, K., Kang, N., Walker, H., Hastings, P., & Frank, L. (2012). The Digital Fish Library: Using MRI to Digitize, Database, and Document the Morphological Diversity of Fish. *Plos One*, 7(4). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0034499>
- Binding, C., & Tudhope, D. (2016). Improving interoperability using vocabulary linked data. *International Journal on Digital Libraries*, 17(1), 5–21.
- Canadelli, E. (2011). “Scientific Peep Show” The Human Body in Contemporary Science Museums. *Nuncius-Journal of the History of Science*, 26(1), 159–184. <https://doi.org/10.1163/182539111X569801>
- DCMI. *DC Tabular Application Profiles*. (2020). www.dublincore.org/blog/2020/dc_tabular_application_profiles/
- de Bono, B., Grenon, P., & Sammut, S. (2012). ApiNATOMY: A Novel Toolkit for Visualizing Multiscale Anatomy Schematics with Phenotype-Related Information. *Human Mutation*, 33(5), 837–848. <https://doi.org/10.1002/humu.22065>
- de Bono, B., Grenon, P., Helvensteijn, M., Kok, J., & Kokash, N. (2014). *ApiNATOMY: Towards Multiscale Views of Human Anatomy* (H. Blockeel, M. VanLeeuwen, & V. Vinciotti, Orgs.; Vol. 8819, p. 72–83).
- Dekkers, M., Fragkou, P., Sofou, N., Van Nuffelen, B. (2023). DCAT-AP 3.0. <https://semiceu.github.io/DCAT-AP/releases/3.0.0/>
- Domanski, J., Domagala, Z., Simmons, J., & Wanat, M. (2023). Terra Incognita in anatomical museology—A literature review from the perspective of evidence-based care. *Annals of Anatomy-Anatomischer Anzeiger*, 245. <https://doi.org/10.1016/j.aanat.2022.152013>
- Durack, J., Kung, S., Chase, R., Ladd, A., Krebs, M., & Dev, P. (2007). *The David L. Bassett Stereoscopic Atlas of Human Anatomy*: Developing a Specialized Collection within the Stanford MediaServer Digital Library (R. Larson, E. Rasmussen, S. Sugimoto, & E. Toms, Orgs.; p. 506–506. <https://doi.org/10.1145/1255175.1255306>

- Edgecombe, G. (2008). Anatomical nomenclature: Homology, standardization and datasets. *Zootaxa*, 1950, 87–95. <https://doi.org/10.11646/zootaxa.1950.1.8>
- FAIRsharing | FIP. (2022). FAIRsharing.org. <https://doi.org/10.25504/FAIRsharing.343864>
- Findlen, P. (2006). Anatomy theaters, botanical gardens, and natural history collections. *The Camb. History of Science: Early Modern Science* (Vol. 3, p. 272–289). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CHOL9780521572446.013>
- Fonseca, G., & Finn, G. (2016). The impact of body worlds on adult visitors' knowledge on human anatomy: A preliminary study. *Clinical Anatomy*, 29(4), 439–445. <https://doi.org/10.1002/ca.22692>
- Golub, K., & Liu, Y.-H. (2022). *Information and Knowledge Organisation in Digital Humanities: Global Perspectives*. Taylor & Francis.
- Golub, K., Kamal, A. M., & Vekselius, J. (2021). Knowledge organisation for digital humanities: An introduction. In *Information and Knowledge Organisation in Digital Humanities* (p. 1–22). Routledge.
- Gomez, L. (2019). “With their natural skin”. Museological exhibitions of preserved human bodies and remains. *Asclepio-Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, 71(2). <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.15>
- Guha, R. V., Brickley, D., & MacBeth, S. (2015). Schema.org: Evolution of Structured Data on the Web: Big data makes common schemas even more necessary. *Queue*, 13(9), 10–37.
- Heery, R., & Patel, M. (2000). Application Profiles: Mixing and Matching Metadata Schemas. *Ariadne*, 25. <http://www.ariadne.ac.uk/issue/25/app-profiles/>
- Hevner, A. R. (2007). A three cycle view of design science research. *Scandinavian journal of information systems*, 19(2), 4.
- Jedrzejewski, Z., Loranger, B., & Clancy, J. (2020). Virtual Anatomy Museum: Facilitating Public Engagement Through an Interactive Application. In P. Rea (Org.), *Biomedical Visualisation*, 7(1262):1–18. https://doi.org/10.1007/978-3-030-43961-3_1
- Jocks, I., Livingstone, D., & Rea, P. (2015). *An investigation to examine the most appropriate methodology to capture historical and modern preserved anatomical specimens for use in the digital age to improve access—A pilot study*. L. Chova, A. Martinez, & I. Torres, Orgs.; p. 6377–6386.
- Jones, D. (2002). Re-inventing anatomy: The impact of plastination on how we see the human body. *Clinical Anatomy*, 15(6), 436–440. <https://doi.org/10.1002/ca.10040>
- Kiourexidou, M., Antonopoulos, N., Kiourexidou, E., Piagkou, M., Kotsakis, R., & Natsis, K. (2019). Websites with Multimedia Content: A Heuristic Evaluation of the Medical/Anatomical Museums. *Multimodal Technologies and Interaction*, 3(2). <https://doi.org/10.3390/mti3020042>
- Kistler, M., Bonaretti, S., Pfahrer, M., Niklaus, R., & Buchler, P. (2013). The Virtual Skeleton Database: An Open Access Repository for Biomedical Research and Collaboration. *Journal of Medical Internet Research*, 15(11). <https://doi.org/10.2196/jmir.2930>
- Lóscio, B. F., Burle, C., & Calegari, N. (2017). *Data on the Web Best Practices*. W3C. <https://www.w3.org/TR/2016/PR-dwbp-20161215/>
- Maglia, A., Leopold, J., Pugener, L., & Gauch, S. (2007). *An anatomical ontology for amphibians* (R. Altman, A. Dunker, L. Hunter, T. Murray, & T. Klein, Orgs. p. 367.
- Marreez, Y., Willems, L., & Wells, M. (2010). The Role of Medical Museums in Contemporary Medical Education. *Anatomical Sciences Education*, 3(5), 249–253. <https://doi.org/10.1002/ase.168>

- Martin, A., Durksen, T., Williamson, D., Kiss, J., & Ginns, P. (2016). The Role of a Museum-Based Science Education Program in Promoting Content Knowledge and Science Motivation. *Journal of Research in Science Teaching*, 53(9), 1364–1384. <https://doi.org/10.1002/tea.21332>
- Marwede, D., & Fielding, J. M. (2007). Entities and relations in medical imaging: An analysis of computed tomography reporting. *Applied Ontology*, 1, 67–79.
- Masuda, Y., Yoshida, Y., Minagawa, K., Zhang, J., & Yohro, T. (1997). Setting up and features of a database of images of plastinated materials. *Acta Anatomica*, 158(1), 10–20.
- Monza, F., Cusella, G., Ballestriero, R., & Zanatta, A. (2019). New life to italian university anatomical collections: Desire to give value and open museological issues cases compared. *Polish Journal of Pathology*, 70(1), 7–13. <https://doi.org/10.5114/PJP.2019.84455>
- Mugridge, R. L. (2007). Cataloging cultural objects: A guide to describing cultural works and their images. *Library Collections, Acquisitions, and Technical Services*, 31(3-4), 230.
- Neal, P. J., Shapiro, L. G., & Rosse, C. (1998). The digital anatomist structural abstraction: A scheme for the spatial description of anatomical entities. *Proceedings of the AMIA Symposium*, 423–427.
- Padilha, T. et al. (2019). *Final report: always already computational: collections as data* (version 1). <https://zenodo.org/record/7883759>. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7883759>
- Pepper, J., Greenberg, J., Bakis, Y., Wang, X., Bart, H., & Breen, D. (2021). *Automatic Metadata Generation for Fish Specimen Image Collections* (J. Downie, D. McKay, H. Suleman, D. Nichols, & F. Poursardar, Orgs. p. 31–40. <https://doi.org/10.1109/JCDL52503.2021.00015>
- Qin, J., & Zeng, M. L. (2020). Metadata. American Library Association.
- Rezende, L., Ferreira, J., & Manini, M. (2019). Index of digital images anatomical: Incorporation of a written for imagery. *Biblios-Revista de Bibliotecologia y Ciencias de la Informacion*, 77. <https://doi.org/10.5195/biblios.2019.433>
- Rosse, C. (2001). Terminologia Anatomica: Considered from the perspective of next-generation knowledge sources. *Clinical Anatomy*, 14(2), 120–133. [https://doi.org/10.1002/1098-2353\(200103\)14:2<120::AID-CA1020>3.0.CO;2-V](https://doi.org/10.1002/1098-2353(200103)14:2<120::AID-CA1020>3.0.CO;2-V)
- Rosse, C., & Mejino, J. (2003). A reference ontology for biomedical informatics: The Foundational Model of Anatomy. *Journal Of Biomedical Informatics*, 36(6), 478–500. <https://doi.org/10.1016/j.jbi.2003.11.007>
- Rosse, C., Mejino, J., Modayur, B., Jakobovits, R., Hinshaw, K., & Brinkley, J. (1998). Motivation and organizational principles for anatomical knowledge representation: The digital anatomist symbolic Knowledge base. *Journal of the American Medical Informatics Association*, 5(1), 17–40. <https://doi.org/10.1136/jamia.1998.0050017>
- Rosse, C., Shapiro, L., & Brinkley, J. (1998). The digital anatomist foundational model: Principles for defining and structuring its concept domain. *Journal of the American Medical Informatics Association*, 820–824.
- Smith, B., Mejino, J., Schulz, S., Kumar, A., & Rosse, C. (2005). Anatomical information science. In A. Cohn & D. Mark (Orgs.), *Spatial Information Theory, Proceedings*. v. 3693, p. 149–164.
- The Future of Research Communications and e-Scholarship FORCE11. (2014, setembro 10). *Guiding Principles for Findable, Accessible, Interoperable and Re-usable Data Publishing* version b1.0—FORCE11. <https://force11.org/info/guiding-principles-for-findable-accessible-interoperable-and-re-usable-data-publishing-version-b1-0/>

- Tomasi, F. (2018). Modelling in the digital humanities: Conceptual data models and knowledge organization in the cultural heritage domain. *Historical Social Research/Historische Sozialforschung*. Supplement, 31, 170–179.
- Towbin, A., Roth, C., Petersilge, C., Garriott, K., Buckwalter, K., & Clunie, D. (2021). The Importance of Body Part Labeling to Enable Enterprise Imaging: A HIMSS-SIIM Enterprise Imaging Community Collaborative White Paper. *Journal of Digital Imaging*, 34(1), 1–15. <https://doi.org/10.1007/s10278-020-00415-0>
- Turinsky, A., Fanea, E., Trinh, Q., Dong, X., Stromer, J., Shu, X., Wat, S., Hallgrímsson, B., Hill, J., Edwards, C., Grosenick, B., Yahma, M., & Sensen, C. (2008). *Integration of Genomic and Medical Data into a 3D Atlas of Human Anatomy* J. Westwood, R. Haluck, H. Hoffman, G. Mogel, R. Phillips, R. Robb, & K. Vosburgh, Orgs. Vol. 132, p. 526.
- Tybjerg, K. (2017). Anatomy Museum: Death and the Body Displayed. *Medical History*, 61(3), 454–455. <https://doi.org/10.1017/mdh.2017.43>
- Vogt, L. (2021). FAIR data representation in times of eScience: A comparison of instance-based and class-based semantic representations of empirical data using phenotype descriptions as example. *Journal of Biomedical Semantics*, 12(1). <https://doi.org/10.1186/s13326-021-00254-0>
- Warren, R. (2012). Anatomy Museum. *Raritan-A Quarterly Review*, 31(4), 151–151.
- Wilkinson, M. D., Dumontier, M., Aalbersberg, Ij. J., Appleton, G., Axton, M., Baak, A., Blomberg, N., Boiten, J.-W., da Silva Santos, L. B., & Bourne, P. E. (2016). The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. *Scientific data*, 3(1), 1–9.
- Yosakonkun, S., Tuamsuk, P., Chansanam, W., & Tuamsuk, K. (2021). Metadata Schema for Managing Digital Data and Images of Thai Human Skulls. *DATA*, 6(11). <https://doi.org/10.3390/data6110114>
- Zeng, M. L., & Chan, L. M. (2006). Metadata interoperability and standardization-A study of methodology, Part II. *D-Lib Magazine*, 12(6), 1082–9873.
- Zhang, Q., Chen, D., Hu, J., & Pan, A. (2016). *Design and Development of Digital and Innovative Anatomy Museum* (S. Li, Y. Dai, & Y. Cheng, Orgs. p. 473–477. <https://doi.org/10.1109/ITME.2016.93>
- Zhang, Q., Chen, D., Hu, J.G., & Pan, A.-H. (2017). Design and development of digital and innovative anatomy museum. In Dai Y., Li S., & Cheng Y. (Orgs.), *Proc. Int. Conf. Inf. Technol. Med. Educ.*, ITME (p. 473–477). Institute of Electrical and Electronics Engineers Inc.; Scopus. <https://doi.org/10.1109/ITME.2016.0113>
- Ziegler, M., Perez, V., Pirlo, J., Narducci, R., Moran, S., Selba, M., Hastings, A., Vargas-Vergara, C., Antonenko, P., & MacFadden, B. (2020). Applications of 3D Paleontological Data at the Florida Museum of Natural History. *Frontiers in Earth Science*, 8. <https://doi.org/10.3389/feart.2020.600696>

Perfiles de aplicación de metadatos para la digitalización y organización de colecciones especiales con valor patrimonial en Puerto Rico y el Caribe

Dinah M. Wilson Fraites¹

Resumen: Este trabajo presenta los resultados del desarrollo de un perfil de aplicación de metadatos para la descripción de colecciones especiales con valor patrimonial en Puerto Rico y el Caribe. Se discute la importancia de elaborar perfiles de aplicación que cumplan con principios comunes de metadatos para representar particularidades locales que mantengan la interoperabilidad necesaria para el intercambio y acceso a la información.

Palabras claves: Archivos digitales; Estándares de metadatos; Interoperabilidad semántica; Patrimonio cultural; Humanidades digitales.

Resumo: Este artigo apresenta os resultados do desenvolvimento de um perfil de aplicação de metadados para a descrição de coleções especiais com valor patrimonial em Porto Rico e nas Caraíbas. Discute-se a importância de desenvolver perfis de aplicação que respeitem princípios comuns de metadados para representar particularidades locais que mantenham a interoperabilidade necessária para o intercâmbio e acesso à informação.

Palavras-chave: Arquivos digitais; Normas de metadados; Interoperabilidade semântica; Patrimônio cultural; Humanidades digitais.

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Resultados. 5. Conclusiones. Referencias bibliográficas.

1. Introducción

Durante el año 2022, la Facultad de Humanidades y el Sistema de Bibliotecas de la Universidad de Puerto Rico, Recinto de Río Piedras, unieron esfuerzos para trabajar en un proyecto subvencionado por el Fondo Nacional para las Humanidades de los Estados Unidos (National Endowment for the Humanities), con el objetivo de digitalizar, organizar, preservar y dar acceso a cuatro colecciones especiales, con materiales únicos y con valor patrimonial, para el estudio de Puerto Rico y el Caribe. El proyecto incluye recursos de las siguientes colecciones: Colección Alfred Nemours (enfocada en la revolución haitiana); Colección Victoria Espinosa y Colección José Emilio González (literatura y teatro puertorriqueño del siglo XX); Colección Catálogos de Artistas (arte puertorriqueño moderno y contemporáneo), y Colección de Datos Censales de Puerto Rico (censo de producción agrícola de 1935). La diversidad de los materiales en este tipo de colecciones presenta un reto al momento de integrar los estándares de metadatos para garantizar la organización y el acceso a la información. En este trabajo se discute el proceso para la creación

¹ Sistema de Bibliotecas, Universidad de Puerto Rico, Recinto de Río Piedras
E-mail: dinah.wilson@upr.edu
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4762-1625>

de perfiles de metadatos que cumplan con principios comunes, a la vez que representan las particularidades culturales de las colecciones.

1.1. Desarrollo

La creación de metadatos es una de las tareas principales de las instituciones gestoras del patrimonio cultural que buscan visibilizar y brindar acceso a sus colecciones a través de la web. Según Dahlgren y Hansson (2020), dicho trabajo se desarrolla en un marco de incertidumbre, caracterizado por el objetivo de representar adecuadamente el legado histórico y el intento por presentar una visión plural y diversa de las colecciones. Las tensiones entre la estandarización y la diversidad se agudizan en torno a colecciones patrimoniales caribeñas. El legado colonial y la multiculturalidad del Caribe dificulta la descripción, sobre todo en la aplicación de vocabularios controlados (Gooding, 2022). Es por esto que las instituciones patrimoniales deben crear y difundir perfiles de aplicación de metadatos para sus colecciones digitales. El cumplimiento con principios comunes tales como modularidad, extensibilidad, refinamiento y plurilingüismo a través de la elaboración de perfiles de aplicación facilita la armonización entre necesidades locales y estándares globales (Duval et al. 2002; Zeng y Qin, 2022).

2. Objetivos

El objetivo principal de este proyecto es el desarrollo de un perfil de aplicación de metadatos para la descripción de patrimonio cultural caribeño, que cumpla con principios comunes y mejores prácticas, a la vez que represente adecuadamente la diversidad de las colecciones.

3. Metodología

Se realizó un análisis comparativo de perfiles de aplicación de metadatos utilizados en repositorios y colecciones digitales en Puerto Rico y en instituciones en América Latina, España y Estados Unidos. Los perfiles de Puerto Rico pertenecen a proyectos de archivos digitales de base comunitaria; los perfiles de América Latina y España corresponden a repositorios institucionales (Biblioteca Nacional de Chile, Universidad Autónoma de México y Universidad de Salamanca), mientras que los perfiles de Estados Unidos se accedieron a través del Digital Library Federation y corresponden a bibliotecas universitarias.

4. Resultados

Se adaptó el estándar Dublin Core para crear perfiles de aplicación de metadatos que cumplen con los principios comunes a los dominios de metadatos (modularidad, extensibilidad, refinamiento, plurilingüismo) y que representan las cualidades únicas de los materiales en las colecciones.

Modularidad: Se utilizaron los elementos establecidos en el esquema Dublin Core (reconocidos por el prefijo dc:).

Extensibilidad: Se incorporó solamente un elemento adicional para uso interno que permitiera documentar el estado de preservación de los recursos.

Refinamiento: Se utilizaron calificadores para crear elementos más específicos. Se aplicaron los roles establecidos en el formato MARC para refinar el elemento dc:contributor; se distinguió entre dc:subject con vocabularios controlados y palabras claves, y se incluyó un subtipo que detalla el elemento dc:type con vocabularios controlados del Tesoro de Arte y Arquitectura del Instituto Getty.

Plurilingüismo: Se incorporaron descripciones en español e inglés y se combinaron materias en inglés tomadas de los encabezamientos de materia de la Biblioteca del Congreso de los Estados Unidos con palabras claves en español o en francés, según las particularidades de las colecciones.

5. Conclusiones

La elaboración de perfiles de aplicación de metadatos es una etapa fundamental en todo proyecto de digitalización de colecciones especiales. El reto consiste en adaptar los estándares para representar las particularidades culturales de las colecciones. Dicha tarea adquiere un matiz urgente en colecciones con valor patrimonial en el Caribe para lograr eliminar los sesgos comunes a perspectivas eurocéntricas que imponen visiones coloniales y simplifican la multiculturalidad de la región. De esta manera se logra mantener la interoperabilidad necesaria para el intercambio y procesamiento de información en el ámbito digital y se proveen metadatos de calidad que ayudan a los usuarios a interpretar y utilizar los materiales en colecciones digitales.

Referencias bibliográficas

- Dahlgren, A. y Hansson, K. (2020). Conflicting Demands on Metadata Production in Cultural Heritage Collections. *Digital Culture & Society*, 6(2), 239–256. <https://doi.org/10.14361/dcs-2020-0212>
- Duval, E., Hodgins, W., Sutton, S. & Weibel, S.L. (2002). Metadata principles and practicalities. *D-Lib Magazine*, 8(4). <https://doi.org/10.1045/april2002-weibel>
- Gooding, A. (2022). Trouble in Paradise: Expanding Applications of the Getty Thesaurus of Geographic Names® to Enhance Intellectual Discoverability of Circum-Caribbean Materials. *KULA: Knowledge Creation, Dissemination, and Preservation Studies*, 6(3). <https://doi.org/10.18357/kula.227>
- Zeng, M.L. y Qin, J. (2022). *Metadata* (3ra edición). ALA Neal-Schuman.

Cultural & Knowledge Spaces in the Digital Era: a Case Study on the Digital Preservation and Access to the Cultural Heritage of the Nile Valley in Sudan

Widad Mustafa El Hadi¹ ; Sarah Hassan Elbeely² ; Shadia Abdrabo Abdelwahab³

Abstract: In this paper we discuss the place of museums in Information Science landscape and their historical role in preserving and accessing cultural heritage. Definitions of Culture, cultural heritage and more related concepts are reviewed and examined. The scope of this paper is limited to a single case study, the Nile Valley Cultural heritage in Sudan. Our main question is how the Valley cultural heritage is preserved and made accessible in knowledge spaces? How is it possible to assess the preservation and the accessibility of the cultural heritage, namely in museums as a knowledge space? To answer these questions, we have based our methodology on examining two types of knowledge spaces: knowledge organization systems (Classification and Indexing Systems) and the place of Nubia in museums which will be the core of our article. The purpose is to evaluate the accessibility of the cultural heritage with as special focus on museums. We highlight the assets, the limitations and challenges ahead.

Key-words: Cultural heritage; Tangible and intangible heritage; LAMs; Access to information; Museum education; Heritage preservation

Resumen: En este artículo discutimos el lugar de los museos en el panorama de las ciencias de la información y su papel histórico en la preservación y el acceso al patrimonio cultural. Se revisan y examinan las definiciones de cultura, patrimonio cultural y conceptos más relacionados. El alcance de este artículo se limita a un único estudio de caso: el patrimonio cultural del valle del Nilo en Sudán. Nuestra principal pregunta es ¿cómo se preserva y se hace accesible el patrimonio cultural del Valle en espacios de conocimiento? ¿Cómo es posible evaluar la preservación y la accesibilidad del patrimonio cultural, concretamente en los museos como espacio de conocimiento? Para responder a estas preguntas, hemos basado nuestra metodología en examinar dos tipos de espacios de conocimiento: los sistemas de organización del conocimiento (Sistemas de Clasificación e Indexación) y el lugar de Nubia en los museos, que será el núcleo de nuestro artículo. El objetivo es evaluar la accesibilidad del patrimonio cultural con especial atención a los museos. Destacamos los activos, las limitaciones y los desafíos que tenemos por delante.

Palabras clave: Patrimonio cultural, Patrimonio material e inmaterial, LAM, Acceso a la información, Educación en museos, Preservación del patrimonio

Summary: 1. Introduction and Overview. 2. Preserving Cultural Heritage. 3. The Need for Digital preservation and Accessibility as an Urgent Measure for Preserving and Promoting the Nile Valley Cultural Heritage in Sudan. 4. Research Methodology. 5. Assets, limitations and Shortcomings in Promoting the Nile Valley Cultural Heritage. 6. Concluding Remarks and Perspectives. References

¹ Université de Lille. Département Sciences de l'Information et du Document, iSchool .France
E-mail : widad.mustafa@univ-lille.fr

² Faculty of Arts and Humanities, University of Khartoum (Sudan)
E-mail: selbeely@gmail.com
ORCID: orcid.org/0000-0001-7183-6030

³ Senior Digital Curator, National Corporation for Antiquities and Museums (Sudan)
E-mail: shadiabdu@yahoo.com

1. Introduction and Overview

The humanity has always learned from the previous experiences for many reasons and through time. The national heritage proves to be a great way to discover a nation's history. Tangible and intangible cultural heritage is crucial for understanding societies and their history and therefore needs a special attention. The wide adoption of new digital technologies, documenting, storing, visualizing and exhibiting cultural heritage assets became more affordable and reliable. Access to Information and Knowledge are considered as a Human Right (Beghtol 2002). From Paul Otlet (1868-1944) the Belgian visionary to the UNESCO WSIS, efforts have been made to guarantee and promote this right.

It is ethically and intellectually crucial to protect cultural and information diversity. From an ethical point of view, there is a need for a global and local access to information in any language, at any time and for any purpose for any individual, culture, ethnic groups, or domains. (Beghtol, *ibid*). All human activity takes place in definable social domains in which people share customs, habits, language and therefore also perceptions. Perception shapes how we comprehend what we know and therefore also how we know what we know (Smiragilia 2012, 2014). Perception is shaped by culture. The concept of “culture” is essential given its impact on cultural heritage preservation “Culture” describes in general the various phenomena that make up the collective beliefs and activities of a certain group of people. Discussions of culture refer generally to shared values, history, language, collective memory, social attitudes, preferences and practices”, (Beghtol 2002).

We first define culture, cultural heritage and more related concepts and the place of museums as a knowledge space and one of the GLAM sector. The need for digital preservation and accessibility as an urgent measure for preserving and promoting the Nile Valley cultural heritage in Sudan is reviewed. The main questions we raise are how the Valley cultural heritage is preserved and made accessible in knowledge spaces? How is it possible to assess the preservation and the accessibility of the cultural heritage, namely in museums as a knowledge space? To answer these questions, we have chosen a methodology based on examining two types of knowledge spaces: knowledge organization systems (Classification and Indexing Systems) and the place of Nubia in museums which will be the core of our article. The purpose is to evaluate the accessibility of the cultural heritage and the actions to be undertaken with a focus on museums. We highlight the assets, the limitations and challenges ahead. The paper concludes by insisting on the importance of museum education in order to promote and guarantee the preservation and accessibility to Sudanese cultural heritage. Regarding Information Science it is crucial to undertake more research on museums as one of the major knowledge spaces and clearly link Digital Humanities Research and the LAMs to bridge the gaps between knowledge organization and cultural heritage through museums.

2. Preserving Cultural Heritage

Culture is an unwritten set of common values, norms, beliefs, and ideas shared by members of the same group (Daft, 2010), and as such it is considered as a social phenomenon. Hofstede et al. (2010) describe culture as a collective programming of the society's thought system which distinguishes humans from other populations; in more general terms it is a relatively permanent system of meanings, shared by a group of people living in a particular geographic area during the same time period. In KO, the concept of culture is essential, given its impact on classifications and indexing languages crucial essential in organizing knowledge. Beghtol (2002) argued that culture describes in general the various phenomena that make up the collective beliefs and activities of a certain group of people. Discussions of culture refer generally to shared values, history, language, collective memory, social attitudes, preferences and practices.

The International Council on Monuments and Sites (ICOMOS, 2002, p. 21) defines "Cultural Heritage" as "an expression of the ways of living developed by a community and passed on from generation to generation, including customs, practices, places, objects, artistic expression and values and is often expressed as either Intangible or Tangible Cultural Heritage". It signifies the aesthetic, historical, social, spiritual or other special characteristics and values a place, an object or a custom may have for present and future generations. Hence 'Cultural Heritage' is a resource for economic, social and culturally sustainable development through the inter-institutional and multi sector cooperation. Its communication and promotion shows the real socio-cultural and economic values of cultural heritage

The term 'Cultural Heritage' has changed content considerably in recent decades and it is not limited to monuments and museums or library collections. It also incorporates traditions or living expressions inherited from ancestors and passed on to future generations and mainly includes oral traditions, performing arts, social practices, rituals, festive events, knowledge and practices concerning nature and the universe or the knowledge and skills to produce traditional crafts (UNESCO)⁴. Coordinated efforts and experiences in the form of initiatives and projects are gaining momentum towards digitization of cultural heritage. The potential of digital technologies in safeguarding and preserving valuable assets have been established over time, predominantly in preserving our increasingly threatened heritage such as wars, natural disasters and spoliation. Technological advancements in digitization and preservation aspects in the form of more sophisticated digitization gadgets have resulted in the practical implications of many digital preservation initiatives.

2.1. The Place of Museums in the Information Science Landscape

Museums, together with Galleries, Libraries, and Archives (GLAM), are part of the cultural heritage institutions. It varies in types and sizes across the globe, but in the last decade almost all of them use digital resources (Sotirova & al 2014). In the recent

⁴ <https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003>

years, museums developed their virtual websites that became part and parcel of those memory institutions. Those virtual museums providing free access to collections as well as street-view tours through archeological sites, are becoming an important tool of knowledge transformation. (...) museum objects are considered documents according to the documentation tradition, and the issue whether some types of documents should be kept in libraries rather than museums was also discussed by Kyle (1959) (*ISKO Encyclopedia*) <https://www.isko.org/cyclo/lam> Museums seem, like libraries, to have their primary roles as institutes for learning. Exhibitions and narratives are for them dominant ways of communicating information to users (...). *ISKO Encyclopedia (ibid)*

The GLAM (Galleries, Libraries, and Archives & Museums) movement is a denomination more common in Digital Humanities literature. In LIS communities it is the LAMs which is a more common denomination. Some authors indicate that the LAMs (Libraries, Archives and Museums) formerly were not separated, and they therefore consider contemporary tendencies towards convergence to be a reconvergence of LAMs (see also Briet 1951). On the other hand, the separate developments of LAMs also seem to be deeply rooted in historically developed cultural practices, probably most clearly seen in how archives developed as necessary collections for administrations to maintain social order by different spheres of society. *ISKO Encyclopedia*.

As memory institutions, museums are sites for continuous production and circulation of knowledge. As for preserving knowledge, museum collections have been and continue to be used in exhibits to transmit research discoveries to a wider public and thereby popularize scientific knowledge. A collection is more than the sum of its parts, as museums recontextualize objects by removing them from their original contexts and placing them in the new context of a collection (Macdonald 2006, 82: in Quoc-Tan 2023).

Museum representational practices have frequently been characterized as "excluding and oppressive" due to their capacity and proclivity for erasing, marginalizing, or silencing minority groups and identities (Sandell 2007: Quoc-Tan 2023). The recent debate on colonial collections and the necessity of restitution has fueled the discussion about the role and legitimacy of museums (Grigo & Laely 2022). The selection of objects to be exhibited, collections displays are also affected by a number of issues - such as museum targets, space limitations, aesthetic criteria, touristic programs and lack of funds (De Simone, 2014).

Recently, the digitization of heritage occupied a considerable place within cultural and tourist practices. "Museums around the world promote their cultural heritage by offering expanded access to the content of their collections on the Internet. (...) more than 600 institutions from 60 countries now exhibit on the web. Thanks to Google Art Project, put online in 2011, you can visit all or part of the collections of 151 museums across 40 countries (32,000 works) using Street View technology. The digital environment is based on a diversity of media devices and tools which provide access to cultural knowledge and make universal heritage accessible" (Baujard, 2020, p. 10).

3. The Need for Digital preservation and Accessibility as an Urgent Measure for Preserving and Promoting the Nile Valley Cultural Heritage in Sudan

It is crucial to highlight the links between cultural heritage preservation and our domain Information Science and its sub-field Knowledge Organization. Youngman (Youngman et al 2022:358) define: “Cultural heritage is a form of knowledge which relies on information sources. In the context of cultural heritage, The NARA Document on Authenticity (International Council on Monuments and Sites, 1994) distinguishes how our understanding of cultural heritage is reliant on information sources available to us, defined as “all material, written, oral and figurative sources which make it possible to know the nature, specifications, meaning and history of the cultural heritage” (p. 48). Indeed, as reference points of memory, information sources maintain and contextualize our constant re-creation and renegotiation of cultural heritage in the present. “These tangible and intangible traces of cultural heritage are essentially the past turned into “information-as-thing”—in Buckland's words, are presentation of knowledge (about the past) (1991). According to (Hjørland 2000, 36) “(...) information is not a thing, but that all things can be informative (..) – to a greater or lesser degree, and always only from the point of view of specific situations. Things that are generally seen as important because of their informative potentialities can be termed documents, and if they are judged collectively important, they are collected, organized, retrieved and disseminated by archives, libraries, museums, journals, databases, and other kinds of memory institutions.”

Hjørland argued that “Documents and memory institutions are information resources, and the aim of library science/documentation/IS is to facilitate the utilization of such information resources. The kind of expertise needed for the management of memory institutions is not primarily IT expertise, but expertise on information/knowledge resources – which to a high degree is subject/task specific (e.g. resources relevant for high school education)”, (Hjørland *ibid*).

Both tangible and intangible cultural heritage may serve as conveyors of information and ideas about the past: “the body itself is a site of memory,” as Dwyer and Alderman explain with reference to “bodily enactments, commemorative rituals, and cultural displays”, (2008, p. 166)”. Youngman (Youngman et al 2022:358 *ibid*) also noted that“(..) manifestations of heritage serve as evidence and experiences of ways of knowing. Regarding tangible heritage as physical traces of knowledge, our understanding of the past is rooted in our practices of material record-creation that inform our collective memory”.

3.1. Digitization as Measures for Preservation and Access to the Cultural Heritage of the Nile Valley in Sudan

The digitization of heritage has a crucial place in cultural and tourist practices. Studies on museum public visiting behavior and public access conditions to collection the variety of paths and knowledge of the works are at the core of scientific research on museums. The Digital revolution is a change for museums that must

consider new technologies to communicate with the public and establish a more active contact to go beyond the walls and build knowledge in a different way considering cultural diversity. The traditional mission of conservation is being challenged by new arrangements for exhibitions, gateways and access to collections (Baujard 2019).

Sudan, known as Nubia and its Kushite kingdoms in the ancient times, is a country with a remarkable cultural heritage, the remains of which exist spread over numerous archaeological sites in a wide geographical area. The country is located at the heart of Africa and its pre-history extends as far back as 300,000 years. The ancient sites are full of fabulous monuments. There was a rich heritage in the area before the advent of the Arabs. The first known settlements probably date back to 5000-4000 BC. The pyramids and temples in north Sudan are not known much outside the country, but they are records of one of the earliest human civilization that flourished in the region 3000 years ago. It continued for centuries and later was known as the Kush or Meroitic. This civilization was ahead of its time in many aspects (Ali, 1988 in Fahmi et al., 2022). Pyramids were constructed here even before that. When the word pyramids is mentioned anywhere in the world, people think of ancient Egyptian civilization (Fahmi et al., 2022). Not many are aware that there are quite an impressive number of ancient pyramids in Sudan; about 220. Some in Nuri and others in Al Kurru and the latest were unearthed in Meroe Al Bejrawiyah. At the Bejrawiyah site, there are 44 great pyramids of the Kushite kingdoms and Meroe Empire. They were believed to have been built about 2000 years ago between 324 BC and 350 AD (Ali, 1988; Hinkel, 1997; Hinkel, 2000: Fahmi et al., *ibid*).

Heritage conservation is always of interest to contemporary societies. But the practice is often vague and full of challenges that need a multidisciplinary specialist. Cultural heritage conservation has also been recognized as an essential part of countries' development plans, yet it faces multi-dimensional challenges and pressures. The threats to it have been acknowledged by the global community and national governments alike. This has generated actions such as international charters and guidelines in order to organize, govern and control any sort of intervention. Sudan has a rich history and very ancient civilization. But now most archaeological sites are under threat. The country is seeking help from international missions in order to protect the broad range of its heritage. This includes missions from European countries such as Germany, Britain, France, Switzerland, and Poland, (Baujard 2019).

4. Research Methodology

Our main question is how the Valley cultural heritage is preserved and made accessible in knowledge spaces? How is it possible to assess the preservation and the accessibility of the cultural heritage, namely in museums? To carry out this research we have based our methodology on the two following elements: "Nubia" & "Kush" in knowledge organization systems (Classification and Indexing Systems) and the place of Nubia in Museums which will be the core of our article. The purpose is to

evaluate the accessibility of the cultural heritage with a special focus on museums uncovering the challenges and actions to be undertaken. Our approach being interdisciplinary but fundamentally based on recorded knowledge led us to carry out an empirical study in the historical description of the following terms and how and subject headings, “Nubia”, “Kush”, “Napata”, “Meroe” in classifications and indexing systems to see how the terms and subject-headings are organized and how they are used in museums as access keys and surrogates to museum objects. Regarding KOS, two types of classifications, the Dewey Decimal Classification (DDC), and the Universal Decimal Classification (UDC). As for indexing languages we have chosen three, RAMEAU, LCC subject-headings and the Polish indexing language KABA1. Checking the classes and subject-headings in the KOS is a major step in our research. As for museums we have visited some museums in Sudan, outside Sudan, undertook literature reviews from a vast documentation and searched in museum catalogs, websites and exhibitions.

I. Nubia and Kushite Kingdoms in Classifications

UDC Class	UDC Description	DDC	DDC description
94(6)	History of Africa	960	History of Africa
94(62)	History of Egypt and the Sudan	962	Egypt, Sudan, South Sudan
94(624)	History of Sudan	962.4	Sudan and South Sudan
94(3)	History of ancient and medieval world	962.401-962.404	Periods of history of Sudan and South Sudan together, Sudan alone
94(32)	History of ancient Egypt	962.401	Beginnings to 500
=426.24	Nubian languages -- Kenzi/Kenuzi, Dongolawl, Nobiin, Midob and Hill Nubian dialects	962.402	500-1820
=426.241	Nobiin / Nubian / Mahas /Fadicca -- Old Nubian	962.403	Anglo-Egyptian Condominium Period, 1820-1956
(213.522.2)	Sahara desert -- Libyan desert. Arabian desert (Western desert), Nubian desert	962.404	1956-

II. Nubia and Koushite Kingdoms in Indexing Systems

RAMEAU	LCSH
Colonies égyptiennes	[no term/ pas de correspondance]
Haute-Nubie (Soudan)	[no term/ pas de correspondance]
Basse-Nubie (Égypte)	[no term/ pas de correspondance]

Koush (Royaume)	[no term/ pas de correspondance]
Koushites	Cushites
Nubiens	Nubians
Danagla (peuple d'Afrique)	Danagla (African people)
Napata (Soudan ; ville ancienne)	Napata (Extinct city)
Villes disparues, en ruine, etc. – Soudan	Extinct cities—Sudan
Méroé (Soudan ; ville ancienne)	Meroe (Extinct city)
Naga (Soudan ; ville ancienne)	Naqa (Extinct city)

III. The Place of Nubia & Kushite Kingdoms in Museums

KABA (used by National Library of Poland)	
nazwa preferowana [preferred name]	Nubia (kraina historyczna) [Numbia (historical land)]
warianty nazwy [variant names]	Bilad-al-Barabra (pays barbars)

In this section we focus on information regarding the Nubian collections and its place in four important museums namely: the British museum; the Louvre, Boston museum of fine arts, and the Egyptian museum in Cairo.

It is crucial to indicate that most of this information was collected from the websites of these museums. However the access to this important heritage is really problematic. When searching in museum websites access to information is not direct in three of these museums and if one searches for Nubian objects and artifacts it is rather a “mandatory” path to go first through Ancient Egypt. This is why indexing languages which offer descriptors which can be most of the time extremely precise (RAMEAU et LCSH for example) can solve the difficulties we have noticed in the four museums: The British museum, The Louvre, Boston museum of fine art, The Egyptian museum in Cairo in Egypt. (Mustafa El Hadi et al. 2022; 2023).

Based on our previous work (Mustafa El Hadi et al.2023) consisting in checking how Nubia and Kushite kingdoms are seen and described in Knowledge organization systems (KOS) based on classifications and indexing languages with refined indexing based on descriptors, and hence giving better access to the museum collections, we do think that museum catalogs should be organized not only by codes but by semantic tools such as thesauri and indexing languages which offer a better access to museum objects. Descriptors found in the LCC and LCSH and its translation in French RAMEAU (see the tables above) offer a better access to cultural heritage (*ibid*).

As research perspectives we would like to bridge the gap between knowledge organization and cultural heritage mainly through museums. Our work is in line with what Zeng (2019) suggested. “In order to enhance LAM (Library, Archives and Museums) data’s quality and discoverability while enabling a self-sustaining ecosystem, “semantic enrichment” becomes a strategy increasingly used by LAMs during recent years”.

5. Assets, limitations and Shortcomings in Promoting the Nile Valley Cultural Heritage

Here we focus on information regarding the Nubian collections and how they are organized, identifying problems and challenges ahead. The purpose is to evaluate the relevance and efficiency of museum catalogues and websites. We have chosen four important museums namely: the British museum; the Louvre, Boston museum of fine arts, and the Egyptian museum in Cairo. We provide as well information on the Sudanese museums and the state of the art in these museums.

Following the digitization trend, the four museums mentioned above are presenting their Nubian collection on their websites. The richness of the Nubian collection in these museums are due to the law fifty-fifty split of excavated objects between the missions and the country, and the dynamic of circulation of objects: the policy of exchange adopted by many museums (De Simone, 2014). A policy which has led to the loss of traces of many objects that were buried in storage boxes in many museums. However, the access to this important heritage is really problematic as we mentioned above. This is why indexing languages which offer descriptors which can be most of the time extremely precise (RAMEAU and LCSH for example) can solve the difficulties we have noticed in those museums: The British museum, The Louvre, Boston museum of fine art, The Egyptian museum in Cairo in Egypt.

It is quite evident the limited place given to such a “great” civilization where the concept of ‘Nubia’ often appears to be far from clear in the museological context. Most of the Nubian collections, including those coming from Sudan, are in fact located in Egyptian contexts, both on exhibition and in storage with no distinction made between the two civilizations. The Nubian artifacts could be found in 122 locations scattered across five continents: Africa 22, Americas 20, Asia 1, Europe 77, and Oceania 2 (De Simone 2014). A large quantity of Nubian material are in storage due to the lack of a clear concept of ‘Nubia’ and of a scientific program in most of the museums, compounded by the long-term impact of the colonial perception of Nubia ingrained in the Egyptologist paradigm (De Simone *ibid*). This fact appears to be related to the original organization of the Nubian collections that arrived in Europe and other regions of the world as part of Egyptian collections, with which they were later ‘naturally’ exhibited or stored.

The following are the information collected from the websites of the four mentioned museums.

The British Museum houses one of the largest collections of Egyptian and Nubian antiquities and these have been acquired by the museum since its foundation in 1753 (de Simone, 2014). The Egyptian collection of the British Museum is displayed thematically in various rooms, and the Nubian collection is reunited in the Raymond and Beverly Sackler Gallery that was created in 1992. On the ground this collection is exhibited in a limited space (room No. 65) where it is annexed to the department of Egyptian antiquities. The website is presenting the ancient Sudanese collection mentioning the name of the dynasty/kingdom together with the number of found/exhibited objects for example: Kushite (502 objects); Meroitic (502 objects);

Nubia and Sudan periods and cultures (502 objects); Post-Meroitic (38 objects); X-Group Culture (38 objects). The information on the objects themselves and where they were found...etc are accurate and provide good details accompanied with photographs of good quality. The museum website provides as well a street-view tour to some archeological sites where interactive graphics are preserved so that people can explore them without a trip to Sudan. Access to the collection is through the entry: "Egyptian antiquities".

The Louvre: Unquestionably the Louvre collection is typologically and thematically significant enough to deserve to have a gallery devoted to its display; unfortunately, it is still part of the department of Egyptian antiquities. A new location consists of a small showcase in which objects are organized chronologically; it is located on the south landing, immediately at the exit from the majestic Egyptian gallery on the first floor of the Sully Section. In this showcase there are only a few objects from the Nubian collection, the rest are dispersed in the Egyptian, Roman and Coptic galleries (de Simone 2014). The website is presenting a vast collection of types of objects (jewelry, pots, statues, etc.) found in sites in Sudan representing different kingdoms (Kerma, Meroe, Napata, etc.). The information is abundant and the photographs are well displayed but again access is through the section of Egyptian antiquities.

Boston Museum of Fine Arts: The collection traces the history of Nubia from Prehistory to the Islamic period. The museum is one of the first institutions in the world to dedicate a gallery to Nubia. The website is presenting its collection, the largest and most important outside of Khartoum, including Kerma pottery (finest ever manufactured in the Nile Valley), colossal royal statues of Napatan kings from the temples and tombs at Gebel Barkal, and exquisite jewels and vessels of precious metal, faience amulets from the royal tombs of el-Kurru and Nuri, offering a comprehensive overview of ancient Nubian art⁵. The collection is exhibited in the Nubian Art section under the main title: Art of Ancient Egypt, Nubia, and the Near East.

The Egyptian museum in Cairo: In Egypt, until the sixties, Nubia was in fact perceived as part of Egypt without any special need felt for it to have a separate space of its own. The Museum's website is limiting the information on the 25th Dynasty (the Kushite dynasty that ruled over Egypt for a century) in the timeline section under the title: The third transitional era; it says, "The rulers of Kush took control of Upper Egypt and they invaded Memphis". Despite the fact that the 25th Dynasty was mentioned in this timeline, it is the only Dynasty that was not mentioned with the other Egyptian dynasties on the external walls of the museum. Access to information on collections on the website is complicated and difficult. The Arabic language page of the website contains more information compared to the English language page. Despite the richness of collections on the ground there are no Nubian artifacts

⁵ These are the typical words used in the museum's website.

presented on the museum's website. It is worth mentioning that most of the Nubian collection was relocated to the Nubia Museum of Aswan that was established in 1997.

Museums in Sudan: We cannot speak about the Nubian collection without presenting the situation in the Sudanese museums, in this part we will provide a brief historical overview together with information on the actual status in those museums. It is important to indicate that Sudan contains about 25 museums, general or specialized, situated in different states of the country.

The year 1905 witnessed the release of the first Antiquities Law to regulate antiquities work, prohibit the smuggling of antiquities, and stipulate the establishment of a museum committee. It represented the first interest in collecting antiquities and conducting regular excavations under the auspices of the state. A special administration for antiquities and museums was established following the publication of this law. In the year 1910, a qualitative local development occurred in the field of museums, as antiquities were classified for the first time, and an English language guide to museum collections was prepared.⁶

Interest in museums began in Sudan since the late nineteenth century and the beginning of the twentieth century, since the era of the Mahdist regime that was reflected in the display of some ancient antiquities in the Bayt al-Mal. The Austrian priest Joseph, who was in captivity during the Mahdist regime, mentioned in his book that there was a museum known as the Antiques House. This museum contained hunting trophies from Darfur and some collectibles from Egypt and Abyssinia, where the Abyssinian section was one of the largest sections, among its holdings was the crown of King John. During the era of Anglo-Egyptian rule in Sudan, in the late nineteenth century, interest in archaeological works, collections, archaeological materials, and natural history models increased. In 1928 the Khalifa's House was converted into a museum that displays important antiquities from the Mahdist and the Turkish period, as well as some antiquities dating back to the period of Anglo-Egyptian dual rule⁷.

The first quarter of the twentieth century (1900 - 1925), which was the early colonial era in Sudan, witnessed a series of archaeological works in northern and central Sudan, including the area from the northern border, where missions worked to rescue antiquities in the area that was later flooded by the waters of the First Aswan Dam. In 1925 one of the first museums to be established in Sudan was located in the city of Meroe. Most of the holdings of this museum date back to the period of the Napatan civilization in the areas of Nuri, Barkal, and Al-Kurru. The museum was demolished in the eighties by the great Nile floods, but was recently restored and reopened in March 2009. Jabal Barkal site is now considered an open museum containing many temples, the most important of which are the Great Temple of Amun, and the Temple of Tahraqa carved into the rock, in addition to many palaces, buildings, and pyramids⁸.

⁶ 1-Abderabu, Shadia, Sudanese museums: a general perspective, work in progress, not published yet.

⁷ 1-Abderabu, Shadia, Sudanese museums: a general perspective

⁸ ibid

In 1948, the artifacts displayed at the Gordon Memorial College were transferred to a nearby house that was converted into an antiquities museum. In 1956, serious work was undertaken to establish a National Sudanese museum. The implementation of this project was accelerated due to the Egyptian government's decision to build the High Dam, the waters of which flooded about 113 square kilometers of Sudanese land, an area that is replete with a huge amount of cultural accumulation and landmark antiquities, which had to be saved and placed in the right place. UNESCO undertook this mission, which was known as the campaign to save Nubian antiquities in Sudan and Egypt, and the Sudan National Museum was one of its results. Since that time, archaeological operations in the country have not stopped, which has supported museums with many archaeological collections. It, in turn, led to the opening of many museums in the different states of Sudan⁹.

The University of Khartoum's Natural History Museum, located within the university's central Khartoum campus, was first opened in 1929 as part of the previous Gordon Memorial College. The museum contains different types of birds, reptiles and marine creatures, which are displayed live or mummified, with brief information about each animal, its areas of existence and its scientific and local name. Some of the museum's first samples were collected during Sudan's colonial era from various regions of Sudan, including South Sudan. The museum is considered a representative of the natural environments in Sudan. In collaboration with Sudan Memory since 2018, the total Natural History Museum collection has been digitized through mostly photographic recordings (sudanmemory.org 2020).

But in fact several fundamental reasons helped weakening the role of museums in Sudan. While Sudan resided under colonialism for more than half a century, museums began to be implemented by foreign scholars under foreign governments, and relied entirely on foreign funding. Therefore, it did not create popular nor official interest and did not lead to spreading archaeological awareness at any level.

Since it was inaugurated in 1971 the Sudan National Museum houses all the archaeological collections revealed from excavation all over Sudan. Most of Sudanese museums are controlled through the National Corporation for Antiquities and Museums NCAM. After the establishment of the Sudan National Museum in 1956 over an area of 31,348 square meters on the shore of the Blue Nile at the confluence of the Blue and White Nile in Mugran, it was considered the heir to the Khartoum Museum, the first museum in Sudan, which was established in Gordon Memorial College.

In spite of the development in museums documentation systems and the use of new technologies all over the world, documentation in Sudan museums continues to be manual. Recently, a digital documentation system was developed in SNM but the database is not complete yet, therefore even for museum curators there is no full access to most parts of the database. Only seven museums have digital databases including SNM, the Natural History Museum, the Currency Museum (private), Sudatel telecommunication Museum (private), Shikan museum in AL Obeid, Nyala

⁹ ibid

museum, Ali Dinar museum in Al Fashir. The last three museums use excel sheets for documentation.

Museums in Sudan are understaffed and have very limited funds. For example, Sudan National Museum (31,348 square meters covering gardens and galleries) has only 17 curators, senior and junior combined, including the museum sector director, a deputy director, two technical aids, and one IT staffer. Regional museums on the other hand have only one or two curators. There is only one continuous yearly training program available for those curators at the British Museum which is part of the International Training Program ITP.

Despite the growing number of specialized museums, which are scattered all over the country, access to the collections in those museums are limited only to visitors and researchers who can physically go there. There are three exceptions, the Currency Museum at the Bank of Sudan, inaugurated in 2011, located in the Central Bank Headquarters in Khartoum. The museum has a page in the bank's website providing beautiful photos and information on the history of the Sudanese currency and its circulation in Sudan from the early beginnings until the modern stages. It includes photos of coins and paper currencies from ancient times, foreign and national, since the Mahdist state. It displays photos of machines and tools used in the currency industry, including presses, machines, printing presses, storage, seals, etc. The second exception is the Sudatel Private Museum inaugurated in 2012 by the telecommunication company. The museum is located in the company's tower in Khartoum. The museum's website provides information on the history of telecommunication in Sudan since 1866, and provides beautiful photos of tools and machines used in the sector since its early beginning. Both museums are private museums. The third exception is a public museum which is connected to the University of Khartoum (a public university). The museum's website was provided for by a Sudanese organization "Sudan Memory".

It is important to indicate that about 47 international missions are working in the different archaeological sites in addition to the Sudanese teams. Nevertheless, the richness of the findings are mostly inaccessible to the wider public in the absence of museum websites. Although the international missions are actively digitizing their findings, for example the British mission in Amara West site has introduced a virtual street-view visit to the archaeological site in the British museum website, but still there is a long way to go.

Museums must strongly encourage the local community to enthusiastically embrace the Museum Galleries through a variety of interactive activities, tours and educational programs. It should touch upon a broad array of aspects of culture and eventually "maneuver" a visitor in specific directions through their permanent collections and exhibitions (Spyropoulos 2021). This educational role is enhanced by digitization that help informing a larger public, forming their ideas, and orienting their knowledge about certain realities or misconceptions of the world.

6. Concluding Remarks and Perspectives

When undertaking this research our purpose is to assess the current situation in Museums holding our cultural heritage, in Sudan and outside the country. In our research we tried to undertake an analytical study aiming to examine the content of the license and the archeological law in order to find the gaps that lead to issues in heritage conservation practice. Our contribution highlights the challenges and issues and provide some recommendations for the future. The experience of Sudan is not isolated and it provides a beneficial case study, which may offer valuable lessons to other developing countries. Conservation of heritage is a cultural issue, and so capacity building and local awareness play a crucial role in enhancing and sustaining conservation projects (Fahmi et al. 2022).

One crucial aspect that we have to deal with in order to promote and guarantee the preservation and accessibility to our cultural heritage is to develop, maintain and improve museum education which is one of the important services provided by museums in Sudan. Recently, a museum education center project was put into place within SNM rehabilitation program.

It is important to mention the role of the UNESCO. This organization is providing support to the museum sector in Sudan through workshops, training, logistics, and helping with financial support for carrying out these activities. The number of workshops and training depend on the selected theme, e.g. intangible heritage, scientific research in the field,..etc. Usually those training programs and workshops are organized about 3 to 5 times a year. World heritage programs are mostly organized by the UNESCO itself, therefore the organization usually provides financial support to participants.

Regarding Information Science and its sub-field Knowledge Organization, it is crucial to undertake more research on museums as one of the major knowledge spaces and clearly link Digital Humanities and the LAMs. As mentioned above the LAMs formerly were not separated, and they therefore consider contemporary tendencies towards convergence to be a reconvergence of LAMs. As memory institutions, museums are sites for continuous production and circulation of knowledge. Information technologies and the recent fabulous progress in many aspects: digitization of heritage, expanded on the Internet, virtual visits, immersive museum is a valuable help. The digital environment is based on a diversity of media devices and tools which provide access to cultural knowledge and make universal heritage accessible.

Regarding the case study, as research perspectives we would like to bridge the gap between knowledge organization and cultural heritage mainly through museums. Our work will be in line with what Zeng suggested “In order to enhance LAM (Library, Archives and Museums) data’s quality and discoverability while enabling a self-sustaining ecosystem, “semantic enrichment” becomes a strategy increasingly used by LAMs during recent years”, (Zeng 2019).

References

- Baujard, Corinne, *Environnement numérique et musées*, Les Cahiers du numérique 2019/1 (Vol. 15)2019/1 (Vol. 15), pages 9 à 18, Éditions Lavoisier, ISSN 1622-1494 ; ISBN 9782746249028
- Beghtol, Clare (2002), "A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems", *Journal of Documentation*, Vol. 58 Iss 5 pp. 507 – 532 Permanent link to this document: <http://dx.doi.org/10.1108/00220410210441>
- Briet, Suzanne *Qu'est-ce que la documentation*, 1951
- Daft, R.L. (2010) *Organization Theory and Design*. 10th Edition, South-Western Cengage Learning, Mason, USA
- De Simone, Maria Costanza. 2014. "Nubia and Nubians: The 'Museumization' of a Culture." Accessed at <https://scholarlypublications.universiteitleiden.nl/access/item/%3A2933635/view>.
- Fahmi, Maha M, Ahmad, Yahaya and Hashim, Helena (2022), The Challenges for Preserving Glorious Heritage of Sudan: Status and Solutions, in *Informatics Studies*. ISSN 2320 – 530x. Vol. 9, Issue 2, Second Quarterly Issue. April - June 2022. P 25 -38
- Grigo, Jacqueline and Laely, Thomas (2022) *Attempts to Decolonize Knowledge Production in Museum Practice; Critical Reflections on a Collaboration between Uganda and Switzerland*, p. 119-151, *Recherches sociologiques et anthropologiques*, <https://doi.org/10.4000/ras.5709> –
- Hofstede et al. (2010) in: Tung, R. Verbeke2, (2010) Beyond Hofstede and GLOBE: Improving the quality of cross-cultural research, in *Journal of International Business Studies*, (2010) 41, 1259–1274. doi:10.1057/jibs.2010.41
- Hofstede, G. (2011). Dimensionalizing Cultures: The Hofstede Model in Context. Online Readings in Psychology and Culture, 2(1). <https://doi.org/10.9707/2307-0919.1014>
- ICOMOS (2002) The Archives of The ICOMOS International Cultural Tourism Charter: Linking cultural heritage conservation to the celebration of cultural diversity, <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/607/>
- ISKO Encyclopedia <https://www.isko.org/cyclo/>
- Hinkel, Friedrich W (1991). *Meroitic Architecture. The Kingdom of Naptan and Meroe*.
- Hjørland, Birger (2000) Document, Memory Institutions and Information Science, *Journal of Documentation*, Vol. 56, No. 1, January 2000.
- Mustafa El Hadi, W., El Beely, Sarah, Abderabu, Shadia (2023) "How Racism Leads to Epistemicide or Murder of Knowledge? A Case Study of Tangible and Cultural Heritage of the Nile Valley in Sudan", *Knowl. Org.* 50(2023)No.6 pp 391-406
- Owen J. Dwyer & Derek H. Alderman, 2008, Memorial Landscapes: Analytic Questions and Metaphors https://www.researchgate.net/publication/225732213_Memorial_Landscapes_Analytic_Questions_and_Metaphors
- Quoc-Tan, Tran, (2023) *Standardization and the Neglect of Museum Objects: An Infrastructure-based approach to Inclusivity in Museum Knowledge Systems*, *Knowledge Organization* 50 (5): 369-380. 46 references. DOI:10.5771/0943-7444-2023-5-369
- Smiraglia, Richard (2012) The 2nd Milwaukee Conference on The Ethics of Information Organization was held June 15-26,2012 at University of Wisconsin-Milwaukee, unpublished proceedings
- Smiraglia, Richard P. 2014. *Cultural Synergy in Information, Institutions*. New York: Springer, 2014

- Sotirova, Kalina, Peneva, Juliana, Stanislav Ivanov, Rositza Doneva, Milena Dobрева, (2014) *Digitization of Cultural Heritage – Standards, Institutions, Initiatives*, 28 Oct 2014, https://www.researchgate.net/publication/267295861_Chapter_1_Digitization_of_Cultural_Heritage_-_Standards_Institutions_Initiatives
- Spyropoulos, Georgios (2021) *Recognizing Museums for their achievements in innovation and public quality, as well as their commitment to excellence in their human values*. 2021, Academia Letters; <https://doi.org/10.20935/AL826>; Publication Date: 2021
- UNESCO cited in <https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003>
- Youngman, Tyler, Sebastian Modrow, Melissa Smith, and Beth Patin. 2022. "Epistemicide on the Record: Theorizing Commemorative Injustice and Reimagining Interdisciplinary Discourses in Cultural Information Studies." *Proceedings of the Association for Information Science and Technology* 59(1): 358–367.
- Zeng, Marcia Lei (2019). "Semantic enrichment for enhancing LAM data and supporting digital humanities. Review article". *El profesional de la información*, v. 28, n. 1, e280103. <https://doi.org/10.3145/epi.2019.ene.03>.

Museum websites

- Bank of Sudan Currency Museum, <https://cbos.dot.jo/en/content/currency-museum>
- Boston Museum of Fine Arts. Accessed at: <https://www.mfa.org/collection/ancient-egypt-nubia-and-the-near-east>.
- ISKO Encyclopedia: <https://www.isko.org/cyclo/lam>
- The British Museum. Accessed at: https://www.britishmuseum.org/collection/search?keyword=nubia&material_culture=Meroitic&material_culture=Kushite&view=grid&sort=object_name_asc&page=1.
- The Egyptian Museum. Accessed at: <https://egyptianmuseumcairo.eg/emc/ar/historical-timeline/>.
- The Louvre. Accessed at: <https://collections.louvre.fr/en/recherche?page=34&q=nubie>.
- Sudatel Telecommunication Museum, <https://www.sudatel.sd/media-center/sudatel-museum/gallery-studio/>
- The University of Khartoum's Natural History Museum <https://www.sudanmemory.org/cms/70/17/>

Representação do conhecimento em arquivos contestados: uma abordagem estemática

L. S. Ascensão de Macedo¹; Carlos Guardado da Silva²

Resumo: Este estudo utilizou a abordagem genealógica da Estemática para analisar a representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação (IAI) em situações de disputa de custódia. O objetivo principal foi compreender como os arquivos em disputa são representados nos IAI e como isso reflete os processos de custódia e a complexidade dos casos estudados. Foram analisados os IAI do fundo Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal (CNSEF), que está sob custódia de duas entidades, o ANTT e o ABM. Utilizando a Estemática, identificaram-se processos evolutivos nos IAI, revelando como a representação da informação arquivística é influenciada por mecanismos de inserção, modificação ou eliminação de elementos descritivos, como no título do artefacto. Os resultados mostraram que a representação dos arquivos é influenciada pelas entidades custodiantes, que tendem a fazer prevalecer seus próprios IAI, omitindo informações sobre a parte remanescente de parte a parte. Além disso, foi identificada a dificuldade de reunificação do fundo CNSEF devido a questões de ordem político-institucional. Conclui-se que a abordagem Estemática foi relevante para analisar os processos de representação de arquivos em situações de disputa de custódia, identificando as metáforas e analogias presentes nas representações dos arquivos em IAI. Não se dispondo de abordagens metodológicas alternativas, a Estemática possui elevado potencial epistemológico para o domínio da Organização do Conhecimento, designadamente por tratar-se de uma das abordagens de classificação genealógica.

Palavras-chave: Estemática; Arquivos contestados; Representação de arquivos; Instrumentos de acesso à informação; Classificação genealógica.

Resumen: Este estudio utilizó el enfoque genealógico de la estética para analizar la representación de los archivos en los instrumentos de acceso a la información (IAI) en situaciones de litigios de custodia. El objetivo principal era comprender cómo se representan los archivos en litigio en el IAI y cómo esto refleja los procesos de custodia y la complejidad de los casos estudiados. Analizaron el IAI del fondo del Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal (CNSEF), custodiado por dos entidades, la ANTT y la ABM. Utilizando la Estemática, identificaron procesos evolutivos en las IAI, revelando cómo la representación de la información archivística se ve influida por mecanismos de inserción, modificación o supresión de elementos descriptivos, como el título del artefacto. Los resultados mostraron que la representación de los archivos está influida por los custodios, que tienden a hacer prevalecer su propio IAI, omitiendo información sobre el resto de una parte a otra. Además, se observó que el fondo de la CNSEF es difícil de reunir debido a cuestiones políticas e institucionales. Concluimos que el enfoque estemático fue pertinente

¹ Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
E-mail: laureanomacedo@edu.ulisboa.pt,
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7251-7314>

² Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
E-mail: carlosguardado@campus.ul.pt
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1490-8709>

para analizar los procesos de representación de archivos en situaciones de disputas de custodia, identificando las metáforas y analogías presentes en las representaciones de archivos en IAI. A falta de enfoques metodológicos alternativos, la Estemática tiene un gran potencial epistemológico para el campo de la Organización del Conocimiento, en particular por ser uno de los enfoques de clasificación genealógica.

Palabras clave: Estemática; Archivos en disputa; Representación archivística; Herramientas de acceso a la información; Clasificación genealógica.

Sumario: 1. Introdução. 2. Metodologia e métodos. Estemática: considerações gerais. 3. Natureza e objeto da investigação. 4. Recolha, análise e visualização de dados. 5. Resultados. 6. Conclusões. 7. Referências.

1. Introdução

O propósito desta comunicação consiste em apresentar resultados de uma investigação empírica sobre a representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação (IAI) cuja custódia é contestada. Poucos estudos têm sido realizados sobre mecanismos de representação sobre arquivos que se encontram nesta condição (Macedo et al., 2022), tornando-se pertinente encontrar novas abordagens metodológicas que permitam conhecer a natureza complexa deste fenómeno no conspecto da Organização do Conhecimento.

O fenómeno dos arquivos deslocados tem sido denominado diversamente na literatura científica e na terminografia da especialidade, o que terá contribuído para a sua escassa compreensão conceptual (Macedo, 2019). A definição mais recente consiste em “archives removed from the place of their creation, where the ownership of the archives is disputed by two or more parties” (International Council on Archives, 2020, p. 5). As causas deste fenómeno derivam de casos associados ao conflito armado, à descolonização, à secessão/irredentismo, à diáspora forçada, ao tráfico ilícito de bens culturais, de posturas centralistas das entidades governamentais, que pode constituir-se como um fenómeno tanto internacional como subnacional. Face à diversidade de fatores incoativos, alguns autores procuraram estudá-lo sob os mais variados crivos epistêmicos da Teoria Crítica (Linebaugh & Lowry, 2021; Lowry, 2019) e do Realismo Crítico (Macedo, 2023), Macedo *et al.* (2022) sinalizaram a carestia de abordagens metodológicas para a compreensão deste fenómeno.

Processos evolutivos no contexto da literatura arquivística limitaram-se na exploração conceptual das “metáforas biológicas” subjacentes a diversos conceitos (Adell, 2010; Bak, 2012; Brothman, 2001; Hurley, 1993), analogias que se encontram em Muller *et al.* (1898), Jenkinson (1922, 2003) e Casanova (1928). No contexto da Organização do Conhecimento, as classificações inspiradas na filogenética sistemática ou classificação genealógica têm sido analisadas por Gnoli (2006, 2020). O autor, não obstante, não refere, pelo menos diretamente, a Estemática como parte integrante destes métodos. Aproximações entre a Crítica Textual e a Arquivística têm sido efetuadas por MacNeil (2008; 2017, 2019), não tendo sido realizadas, contudo, transposições - com recurso à Estemática - para

sustentar muitos dos seus argumentos.

Desta forma, esta comunicação recorre à Estemática para explicar processos evolutivos de representação de conjuntos documentais do mesmo produtor dispersos entre entidades custodiantes, tomando o caso do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* (CNSFUN) como um dos onze fundos reivindicados pelas autoridades madeirenses (Macedo, 2023). Pretende-se responder à seguinte questão de investigação: *como têm sido representados ao longo do tempo os artefactos informacionais que integram o fundo CNSFUN pelas entidades custodiantes nos instrumentos de acesso à informação?* Deve-se realçar que a natureza da disputa pode não incidir exclusivamente sobre a custódia, que implica a propriedade física, dos conjuntos documentais dispersos. A disputa pode incidir, também, na contestação em torno de representações dos conjuntos documentais reivindicados.

Esta comunicação estrutura-se da seguinte forma: a secção de metodologia e métodos explica os conceitos e procedimentos da Estemática, circunscrevendo-nos à fase de *recensio*, os métodos de recolha, análise e visualização estemática de dados relativos ao fundo CNSFUN. Na secção de resultados, apresentam-se os resultados das etapas que integram a *recensio* e proposta de estema. Por fim, tecem-se conclusões que emergem deste estudo empírico.

2. Metodologia e métodos. Estemática: considerações gerais

A Estemática é um ramo da Crítica Textual, que versa sobre “the scientific study of the origins and development of texts in general” (Roelli, 2020, p. 4). A Estemática, por seu turno, tem como foco o estudo genealógico das tradições textuais, o que implica o estudo dos processos subjacentes à sua transmissão, que visa imprimir objetividade no processo de edição crítica, baseada em regras e princípios orientadores (Chiesa, 2020).

O conceito de estema provém da expressão latina *stemma codicum* ou, simplesmente, *stemma* (do grego *στέμμα*), que significa, grinalda ou coroa e árvore genealógica. Portanto, o estema constitui uma representação gráfica de vínculos genealógicos de tipo de relação ascendente-descendente das tradições textuais. O produto do método estemático visa a produção de um estema (*stemma* ou *stemmata codicum*), que consiste numa hipótese de representação esquemática dos testemunhos (textos) dentro de uma tradição textual.

Os métodos subjacentes à Estemática têm sido desenvolvidos desde meados do século XVIII, atribuindo-se ao alemão Karl Lachmann (1793-1851) como seu principal impulsionador (Timpanaro, 1963), e refinado posteriormente por diversos estudiosos (Blecua, 1983; Grier, 1989; Maas, 1927; West, 1973), com aproximações computacionais inspiradas na filogenética sistemática (Macé & Baret, 2006). Esta abordagem de genealogia textual tem como objeto o estudo da tradição textual, que “consists of all the facts and objects that have transmitted the work through time, from its origin to us” (Chiesa, 2020, p. 75). Estes objetos são denominados por testemunhos (*testimonia*) e mantêm entre si vínculos ou relações que se exprimem na metáfora da árvore genealógica, onde existe um texto (pai) que dá origem a outros textos (filhos). Este método suporta-se em dois princípios orientadores: (1) o valor

da lição (*lectio*) depende do valor dos testemunhos (*testimonia*) e (2) só no estabelecimento das relações de dependência ou de autonomia entre testemunhos é que se pode reconstituir o estema.

Para realizar um exercício desta natureza e apoiando-nos no método estemático de Lachmann-Maas (Maas, 1927) e de Blecua (1983), existem duas fases distintas na Crítica Textual: (1) determinar os vínculos genealógicos entre os testemunhos, processo denominado por *recensio* e (2) reconstituir o texto crítico, denominado por *constitutio textus*. Enquanto a fase de *recensio* consiste no processo preparatório que visa “the enumeration and examination of the material” (Roelli & Macé, 2015, p. 164), a fase de *constitutio textus* visa reconstruir o texto crítico. Por falta de espaço, limitar-nos-emos à *recensio*. Além disto, esta fase subdivide-se num conjunto de etapas: *fontes critici*, *collatio*, *eliminatio codicum descriptorum*, *examinatio*, *selectio* e *constitutio stemmatis*, que brevemente se descreve a seguir:

- *fontes critici*: esta etapa consiste na análise heurística, histórica e material dos testemunhos de tradição direta e/ou indireta, que não incide apenas na análise dos textos em si mas em elementos para identificar as fontes, contexto e autores (Andrews, 2020a);
- *collatio*: a colação consiste num processo de transcrição e de comparação dos testemunhos de modo a poder-se aferir sobre as suas similaridades e divergências a partir das suas variantes (*lectiones uariae*) (Andrews, 2020b). Esta abordagem pode ser realizada manualmente ou computacionalmente assistida, sendo um processo delicado e intensivo, uma vez que “un deficiente cotejo puede provocar errores irremediables en la filiación” (Blecua, 1983, p. 45);
- *eliminatio codicum descriptorum*: esta etapa consiste na eliminação de cópias que emergem do processo intensivo de *collatio*, dado que estes testemunhos não são relevantes para a composição do estema por não acrescentarem informação substantiva;
- *examinatio* e *selectio*: etapa que incide na análise valorativa e global das variantes em partes essenciais do texto (*loci critici*) resultantes do processo de identificação de erros ou de inovações presentes em testemunhos que se desviaram em relação ao original ou ao arquétipo ou hiparquétipo;
- *constitutio stemmatis*: incide na elaboração do estema, objetivo final da *recensio*, que parte de “las relaciones que se establecen entre *n* elementos y los niveles de dependência” (Blecua, 1983, p. 62), com vista a estabelecer uma “oriented tree-like graph representing a hypothesis about genealogical relationships between witnesses of a text” (Andrews, 2020a, p. 212).

A opção por esta abordagem pode ser metodológica e epistemologicamente relevante no contexto da Organização do Conhecimento, atendendo que a sua transposição para o estudo dos IAI poderá informar sobre reorganizações/reordenações físicas e intelectuais do conjunto documental sob uma perspetiva evolutiva.

3. Natureza e objeto da investigação

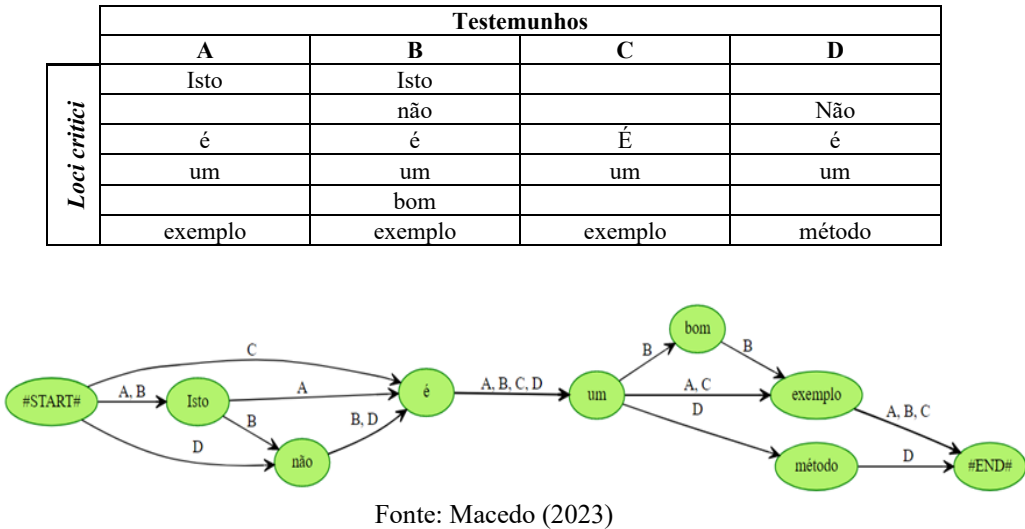
Este estudo caracteriza-se pela sua abordagem qualitativa, documental, portanto não interferente (Silva, 2021). O objeto desta comunicação consiste no estudo dos IAI que representaram o fundo CNSEF, partindo dos dados explorados por Macedo (2023).

De acordo com o autor, o CNSEF encontra-se repartido entre a Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) ($n \approx 84$ unidades de instalação), sendo que cerca de 57,1% se encontram na custódia desta entidade, enquanto aquela apenas custodia cerca de 42,9%.

4. Recolha, análise e visualização de dados

Com base na fase de *recensio* e suas etapas atrás descritas, o recurso ao método estemático não tem como propósito reconstituir o texto original de um supositício IAI que descreveu o fundo CNSEF (de que não se possuem evidências de ter existido). Dado que os IAI podem ser genologicamente diversos, para as etapas de *recensio*, apoiar-nos-emos em Macedo (2023), mantendo as siglas, as ferramentas computacionais de apoio à *collatio*, como a Tabela 1 ilustra, e a produção de estema em linguagem *dot* em software *graphviz* (Ellson et al., 2021).

Tabela 1. Exemplo de *collatio* tabular (em cima) e visualização da *collatio* em grafos acíclicos.



5. Resultados

5.1. Identificação dos fontes críticos

De acordo com Macedo (2023), o *corpus* de IAI que integram a tradição de representação do fundo CNSEF foram coligidos a partir da consulta de bases de dados institucionais do ANTT e ABM, identificado na Tabela 2:

Tabela 2. *Corpus* de IAI da tradição de representação do fundo CNSEF.

<i>Sigla</i>	<i>Corpus de IAI</i>
L₁	Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1894). <i>Relação de todos os livros encontrados nos arquivos dos suprimidos Conventos de Santa Clara e de Nossa Senhora da Encarnação, e de que n'esta data se faz entrega pela repartição de fazenda do districto do Funchal</i> . https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202801
F₁^a	SN. (1939). A Madeira nos arquivos nacionais: Convento da Encarnação. Parte 3 de 8. <i>Arquivo Histórico Da Madeira</i> , 6, 129–132.
F₂	Costa, J. P. da. (1955). <i>Ilha da Madeira: Relação das espécies incorporadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo por Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886</i> . https://abm.madeira.gov.pt/idd/IDD64.pdf
F₃^a	Arquivo Distrital do Funchal. (1937). <i>Roteiro e índices do Arquivo Distrital do Funchal (PT/ABM/ADFUN/C/001/00001)</i> . Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1404327
F₃^b	Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (sem data). <i>Conventos (IDD 25 e 25-A)</i> . https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/IDD-n.º-25-e-25A-Conventos.compressed.pdf
F₄	CEHA. (1995). <i>NESOS: Base de Dados de História das Ilhas Atlânticas</i> . Centro de Estudos de História do Atlântico. https://arquivo.pt/wayback/20190321125649/http://nesos.madeira-edu.pt/login/
L₇	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2002). Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal. In M. do C. J. D. Farinha & J. Mattoso (Eds.), <i>Ordens monástico-conventuais: inventário: Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria</i> (pp. 409–414). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
L₈ ∈ O_L	Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011). <i>Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal (PT/TT/CNSEF)</i> . DigitArq. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375671
L₉	Carvalho, M. F., & Braga, J. (2017). <i>Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal: catálogo</i> . https://arquivo.pt/wayback/20191114154443/http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/ID-L-743-PT-TT-CNSEF.pdf
H	Archives Portal Europe Foundation. (2020). Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal (PT-00000000438 - PTTTCNSEF). In <i>APEF Archives Portal Europe</i> . https://www.archivesportaleurope.net/advanced-search/search-in-archives/results-(archives)/?&repositoryCode=PT00000000438&term=funchal&using=all&levelName=archdesc&t=fa&recordId=PT/TT/CNSEF

Fonte: Macedo (2023)

5.2. Seleção dos *loci critici*, *transcriptio*, *collatio* e *examinatio*

De acordo com os critérios de seleção de *loci critici*, definimos os metadados de título, cotas e datas extremas como elementos de onde se poderão depreender os mecanismos de inserção, eliminação ou modificação, em sentido diacrónico e dentro das tradições de representação adotadas pelas entidades custodiantes. As transcrições do título foram realizadas *talis qualis* nos IAI coligidos, designadamente a partir dos frontispícios, lombadas, capas, termos de abertura ou dos *incipit*. Para esse efeito, incluímos a denominação original constante de cada códice manuscrito conservado no ANTT (O_L) e no ABM (O_M). Os dados da transcrição podem ser verificados em Macedo e Silva (2023).

Por falta de espaço, não nos é possível descrever individualmente todas as unidades de instalação ($n = 84$), cingindo-nos a dois exemplos.

Atentemos ao caso de CNSEF Liv. 8, originalmente intitulado *Tombo da creaçam e erecçam do Recolhimento de N[ossa] S[enhora] da E[n]carnaçam desta cidade em Mosteiro Religiozo* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2023). A tradição de representação em IAI deste códice apresenta duas versões:

- **Grupo $\{O_L L_1 F_{1a} F_2 F_4\}$** o conjunto de *instrumenta* apresenta como *Livro de Tombo da instituição* $\{L_1 F_1^a F_2 F_4\}$, diferindo de O_L com a leitura *creaçam e erecçam do Recolhimento*, simplificada por *instituição*. F_4 aproxima-se de O_L com o segmento *do Convento de Nossa Senhora da Encarnação*.
- **Grupo $\{L_7 L_8 L_9 H_2\}$** apresenta uma simplificação do título, divergindo do grupo anterior, com a leitura *fundação* e omissão de tipologia documental em L_7 .

A Figura 2 (*infra*) ilustra uma colação em grafo acíclico feita a partir dos títulos transcritos do códice e dos IAI que descreveram CNSEF Liv. 8. Conforme se depreende a partir desta figura, os IAI mais recentes tendem a não herdar os elementos de título descritos em *instrumenta* anteriores. Esta situação ocorre não apenas em relação ao título contido no original (O_L) mas também nos instrumentos de tradição anterior a L_7 , obliterando a possibilidade de rastreabilidade das denominações atribuídas ao mesmo códice noutros IAI. Este aspeto pode estar associado ao facto de a entidade custodiante manifestar maior preferência em fazer prevalecer os seus *instrumenta* descritivos (família L) em detrimento de outros que também serviram o mesmo propósito (F), omitindo-os.

Um outro exemplo pode ser observado em CNSEF Liv. 2 (O_M). O título original foi extraído a partir de dois *loci critici*: *Nossa Senhora do Monte no Convento da Encarnação* (na capa, versão 1) e *Livro da Confraria dos Escravos de Nossa Senhora do Monte* (no frontispício, versão 2). Os IAI que integram a tradição de representação do fundo que permaneceu na Madeira resumem-se a dois *instrumenta*, conforme se pode visualizar na Tabela 3:

Tabela 3. Colação tabular dos títulos extraídos de CNSEF Liv. 2 (O_M)

O _M liv. 2 v1	Nossa Senhora do Monte no Convento da Encarnação								
O _M liv. 2 v2	Livro	da	Confraria	dos	Escravo	de	Nossa	Senhora	do Monte
F ₃ ^a	Confraria dos Escravo de N. ^a S. ^a do Monte								
F ₃ ^b	Livro	da	Confraria	dos	escravo	de	Nossa	Senhora	do Monte

Fonte: adaptado de Macedo (2023).

Se bem que no original coexistam duas denominações atribuídas ao mesmo códice, os únicos IAI (F₃^a, F₃^b) apenas diferem do facto de o mais recente (F₃^b) ser uma cópia direta da versão constante do frontispício do códice original. Um facto importante consiste na reintegração de duas unidades de instalação no CNSEF por desagregação do fundo *Convento de Santa Clara do Funchal* (livs. 47 e 48). Apesar de esta modificação encontrar-se testemunhada em L₇, apesar de a informação constante em L₁, com nota datada de 1899-05-17, onde se sinalizava as discrepâncias no cômputo global de livros do CNSEF, contado 46 no lugar de 48 unidades de instalação.

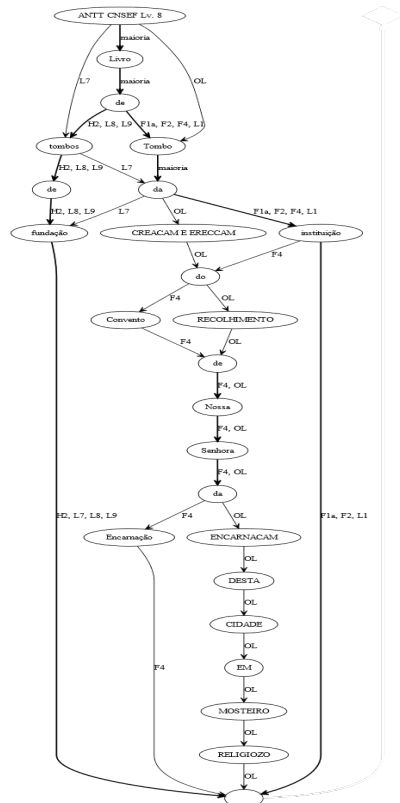


Figura 2. Colação baseada em grafos relativa ao título de CNSEF Liv. 8 (ver <https://osf.io/szhn3>). Fonte: Macedo (2023)

5.3. *Constitutio stemmatis*

O fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, repartido entre o ANTT e o ABM, dispõe de uma tradição de representação do fundo materializados em IAI, produzidos desde 1894 até às versões que estão em linha na Internet. As etapas de *recensio* permitiram traçar os vínculos genealógicos entre IAI, onde é possível perceber os mecanismos de transmissão, como inserção, modificação ou omissão/eliminação na composição do título associado ao artefacto informacional.

Atendendo que o fundo se encontra repartido entre entidades custodiantes, a sua estrutura e organicidade original (representadas como Ω) foram erodidas a partir do momento em que o conjunto documental transitou para diversas entidades custodiantes sucessoras. Isto pressupõe a necessidade de delimitar-se a presença de arquétipos e subarquétipos, que emergiram a partir dos traços constantes dos originais e dos IAI analisados. O seguinte estema teve como critério a data de produção dos IAI, os quais são caracterizados a seguir:

- Ω/ω arquétipo e subarquétipo que correspondem hipoteticamente a IAI que terá/terão sido produzido(s) em contexto de vida da instituição produtora (CNSEF) ou depois (em contexto de RFF) de 1864 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1865). Elementos mnemotécnicos (cota, tipologia de encadernação, etc.) que constam nos originais são visíveis nos frontispícios e *incipits* e nas capas e lombadas, apesar de terem-se perdido tais elementos com a reencadernação. Infere-se, por abdução, a existência do arquétipo Ω , que corresponde à estrutura primitiva do CNSEF.
- Φ/ϕ arquétipo e subarquétipo que correspondem hipoteticamente ao conjunto de unidades de instalação produzida pela comissão designada pela RFF relativamente ao CNSEF, contendo elementos mnemotécnicos descritos em ω . Verifica-se que esta documentação entrou como parte integrante, mas espúria, do fundo \mathbf{O}_M . Φ , por seu turno, corresponde hipoteticamente ao fundo (e produtor) *Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal*.
- β subarquétipo respeitante ao IAI eletrónico do sistema de informação de arquivo CALMTM, conforme indicado por \mathbf{H}_2 , mantendo este vínculo com \mathbf{L}_7 por via do *DigitArq* e do *Portal Português de Arquivos*.

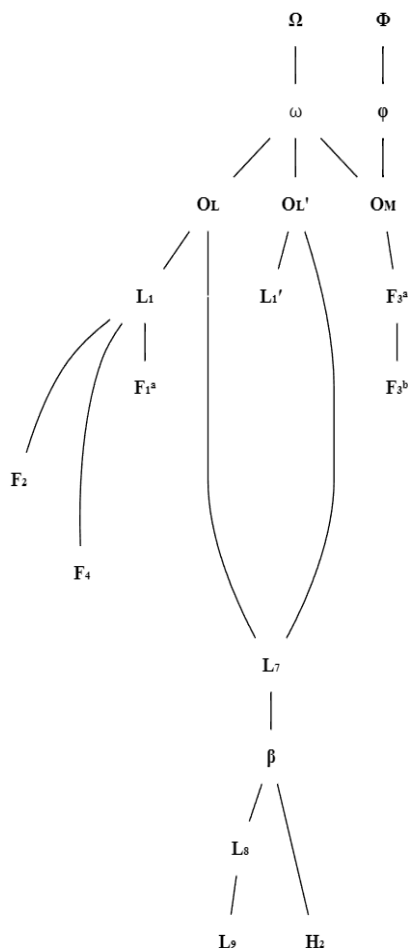


Figura 2. Representação estemática da tradição de IAI referentes à CNSEF (ver <https://osf.io/u7j26>). Fonte: adaptado de Macedo (2023).

Para a composição do estema, tivemos de reconhecer que alguns dos códices foram reconduzidos de um fundo para outro, como foi com o *Convento de Santa Clara do Funchal* (**OL'** livs. 103, 109), descrito em **L1'** e corrigido e integrado em **L7** (livs. 47-48).

Está patente em alguns testemunhos (**F1^a** **F2** **F4**) o interesse que as entidades insulares manifestaram no fundo custodiado pelo ANTT, não só na produção de IAI de diversa tipologia genológica, mas também na produção de representações substitutas (micrografias/digitalizações), face à inexistência de IAI atualizados e de representações substitutas em torno do conjunto documental sob custódia do ABM. O estema *supra* evidencia como as entidades custodiantes fazem prevalecer a *sua* representação do fundo, por um lado a família **L** (**OL**) e, por outro, a família **F3** (**OM**). Por exemplo, os IAI associados ao subarquétipo **β** não estabelecem relação completiva com o fundo descrito em **F3^b**.

Se, por um lado, existem motivos de ordem político-ideológicos, que limitam a estratégia de reunificação do fundo, o recurso às garantias literárias para a descrição arquivística, por outro, revelou que estas são falíveis, *i. e.*, a adequação dos IAI às normas de descrição arquivística não garante por si um nível de interoperabilidade semântica que suporte, dentro de critérios científicos, representações organicamente reunificadas.

6. Conclusões

Este estudo realizou uma abordagem empírica sobre a representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação (IAI) cuja custódia é matéria de contestação recorrendo a um dos métodos genealógicos, a Estemática. Ficou evidente que a representação dos arquivos sob disputa é influenciada por fatores incoativos diversos, como conflitos armados, descolonização, diáspora forçada, entre outros. Além disso, a disputa não se limita à custódia física dos conjuntos documentais, mas também inclui a contestação em torno das representações dos mesmos. A abordagem metodológica da Estemática revelou-se útil para analisar os processos evolutivos de representação da informação arquivística, identificando metáforas biológicas e analogias presentes nos instrumentos de acesso à informação.

No sentido de responder à pergunta de partida, o caso do fundo CNSEF é fruto de processos custodiais acidentados, iniciados em finais do século XIX, mas que se estendem até ao século XXI. O principal problema identificado consiste na dificuldade de reunificação (física e/ou digital) de um fundo disperso entre duas entidades custodiantes, ANTT e ABM. Qualquer tentativa de reunificação virtual do CNSEF não pode ignorar as diversas denominações atribuídas às unidades de instalação. No entanto, verifica-se que a tradição de representação deste fundo por ambas as entidades tende a fazer prevalecer os seus IAI, omitindo a existência da parte remanescente de parte a parte.

No entanto, este estudo também apresenta limitações. A falta de abordagens metodológicas para a compreensão dos processos evolutivos de representação de arquivos sob disputa é uma limitação, atendendo que poucos estudos têm sido realizados neste sentido. Além disso, a diversidade de fatores incoativos e a complexidade dos casos estudados podem dificultar a generalização dos resultados.

As implicações teóricas deste trabalho estão relacionadas à compreensão dos processos de representação da informação arquivística em situações de disputa de custódia. A aplicação da Estemática como método de análise mostrou-se relevante para identificar as metáforas e analogias presentes nas representações dos arquivos sob disputa. Recomenda-se a continuação deste tipo de investigação, utilizando abordagens metodológicas interdisciplinares e novas metodologias para a compreensão dos processos de representação de arquivos sob disputa. Também é recomendável a aplicação da Estemática em outros contextos da Organização do Conhecimento, a fim de explorar sua utilidade em diferentes áreas.

Em suma, este estudo contribui para o entendimento dos processos de representação de arquivos em situações de disputa de custódia, partindo do estudo empírico do CNSEF. A abordagem da Estemática mostrou-se relevante para analisar

os processos evolutivos de representação da informação arquivística, indicando possíveis implicações teóricas e práticas na área da Organização do Conhecimento.

7. Referências

- Adell, J. I. (2010). Clasificación de documentos y clasificación en biología. *Tábula*, 13, 105–124.
- Andrews, T. (2020a). The stemma. Em P. Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 208–291). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-005>
- Andrews, T. (2020b). Transcription and collation. Em P. Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 160–175). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-004>
- APEF. (2020). *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal (PT-00000000438—PTTTCNSEF)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CNSEF/search/0/funchal
- Arquivo Distrital do Funchal. (1937). *Roteiro e índices do Arquivo Distrital do Funchal (PT/ABM/ADFUN/C/001/00001)*. Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1404327>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1894). *Relação de todos os livros encontrados nos arquivos dos suprimidos Conventos de Santa Clara e de Nossa Senhora da Encarnação, e de que n'esta data se faz entrega pela repartição de fazenda do districto do Funchal*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202801>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011). *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*. Em *DIGITARQ*. DGARQ - Direcção-Geral de Arquivos. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375671>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2023). *Livro de tombos de fundação (PT/TT/CNSEF/001/0001)*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375679>
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (sem data). *Conventos (IDD 25 e 25-A)*. <https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/IDD-n.º-25-e-25A-Conventos.compressed.pdf>
- Bak, G. (2012). Continuous classification: Capturing dynamic relationships among information resources. *Archival Science*, 12(3), 287–318. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9171-8>
- Blecua, A. (1983). *Manual de Crítica Textual*. Editorial Castalia.
- Brothman, B. (2001). The Past That Archives Keep: Memory, History, and the Preservation of Archival Records. *Archivaria*, 48–80.
- Carvalho, M. F., & Braga, J. (2017). *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal: Catálogo*. <https://arquivo.pt/wayback/20191114154443/http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/ID-L-743-PT-TT-CNSEF.pdf>
- Casanova, E. (1928). *Archivistica*. (2nd ed.). Stab. arti grafiche Lazzeri.
- CEHA. (1995). NESOS: Base de Dados de História das Ilhas Atlânticas. Em *Centro de Estudos de História do Atlântico*.
- Chiesa, P. (2020). Principles and practice. Em P. Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology: History, Methodology, Digital Approaches* (pp. 74–87). De Gruyter.
- Costa, J. P. da. (1955). *Ilha da Madeira: Relação das espécies incorporadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo por Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886* (pp. 1–22). <https://abm.madeira.gov.pt/idd/IDD64.pdf>

- Ellson, J., Gansner, E., Hu, Y., & North, S. (2021). *Graphviz: Graph visualization software*. Graphviz. <https://graphviz.org/>
- Gnoli, C. (2006). Phylogenetic Classification. *Knowledge Organization*, 33(3), 138–152.
- Gnoli, C. (2020). Genealogical classification. Em *IEKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. <https://www.isko.org/cyclo/genealogical>
- Grier, J. (1989). Lachmann, Bédier and the Bipartite Stemma: Towards a Responsible Application of the Common-Error Method. *Revue d'histoire des textes*, 18(1988), 263–278. <https://doi.org/10.3406/rht.1989.1332>
- Hurley, C. (1993). What, If Anything, Is A Function? *Archives & Manuscripts*, 21(2), 208–220.
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2002). Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal. Em J. Mattoso & M. do C. J. D. Farinha (Eds.), *Ordens monásticas-conventuais: Inventário: Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria* (pp. 409–414). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- International Council on Archives. (2020). *Disputed Archival Claims: An International Survey (2018/2019): Report to the International Council on Archives' Expert Group on Shared Archival Heritage*. ICA International Council on Archives. www.ica.org/sites/default/files/disputed_archival_claims_an_international_survey_2018_2019.pdf
- Jenkinson, H. (1922). *A manual of archive administration: Including the problems of war archives and archive making*. Clarendon.
- Jenkinson, H. (2003). *Selected writings of Sir Hilary Jenkinson* (R. H. Ellis & Peter. Walne, Eds.). Society of American Archivists.
- Linebaugh, R., & Lowry, J. (2021). The archival colour line: Race, records and post-colonial custody. *Archives and Records*, 42(3), 284–303. <https://doi.org/10.1080/23257962.2021.1940898>
- Lowry, J. (2019). “Displaced archives”: Proposing a research agenda. *Archival Science*, 19(4), 349–358. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09326-8>
- Maas, P. (1927). *Textkritik* (3. Aufl.). Teubner.
- Macé, C., & Baret, P. V. (2006). Why Phylogenetic Methods Work: The Theory of Evolution and Textual Criticism. Em C. Macé, Ph. V. Baret, A. Bozzi, & L. Cignoni (Eds.), *The Evolution of Texts: Confronting Stemmatalogical and Genetical Methods*, ed. By C. Macé, Ph. V. Baret, A. Bozzi, and L. Cignoni (*Linguistica Computazionale*, 24), 2006, 89–108 (Vol. 24, pp. 89–108). Istituto editoriali e poligrafici internazionale.
- Macedo, L. S. A. de. (2019). Arquivos deslocados: Mapeamento de literatura. *Brazilian Journal of Information Science*, 13(4), 5–34. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n4.02.p5>
- Macedo, L. S. A. de. (2023). *Arquivos deslocados: Arquipélago da Madeira*. Colibri.
- Macedo, L. S. A. de, & Silva, C. G. da. (2023, agosto 24). *Representação do conhecimento em arquivos contestados: Uma abordagem estemática (dados da investigação)*. OSF. <https://osf.io/nh7xr/>
- Macedo, L. S. A. de, Silva, C. G. da, & Freitas, M. C. V. de. (2022). Information Representation in Displaced Archives: A Meta-Synthesis. *Knowledge Organization*, 49(5), 329–351. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2022-5>
- Macneil, H. (2008). Archivalterity: Rethinking Original Order. *Archivaria*, 66, 1–24.

- MacNeil, H. (2017). Deciphering and interpreting an archival fonds and its parts: A Comparative Analysis of Textual Criticism and the Theory of Archival Arrangement. Em A. J. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 161–197). Monash University Publishing. <https://doi.org/10.17723/0360-9081-81.1.249>
- MacNeil, H. (2019). Trusting Records in the Digital Age: Changing Archival Perspectives. Em *Die Zukunft der Vergangenheit in der Gegenwart: Vol. Band 71* (pp. 89–100). Böhlau Verlag. <https://doi.org/10.7767/9783205232346.89>
- Muller, S., Feith, J. A., & Fruin, R. (1898). *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven: Ontworpen in opdracht van de Vereeniging van Archivarissen in Nederland*. Erven B. van der Kamp.
- Nury, E. (2019). Visualizing collation results. *Variants: The Journal of the European Society for Textual Scholarship Visualizing Collation Results Publisher European Society for Textual Scholarship*, 14, 75–94. <https://doi.org/10.4000/variants.950>
- Roelli, P. (2020). Introduction. Em P. Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 1–8). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384>
- Roelli, P., & Macé, C. (2015). *Parvum lexicon stemmatologicum. A brief lexicon of stemmatology*. Helsinki University Homepage. <https://doi.org/10.5167/uzh-121539>
- Silva, C. G. da. (2021). Investigação documental. Em S. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques (Eds.), *Manual de investigação qualitativa: Conceção, análise e aplicações* (pp. 103–123). Pactor.
- S.N. (1939). A Madeira nos arquivos nacionais: Convento da Encarnação. Parte 3 de 8. *Arquivo Histórico da Madeira*, 6, 129–132.
- Timpanaro, S. (1963). *La genesi del metodo del Lachmann*. le Monnier.
- West, M. L. (1973). *Textual Criticism and Editorial Technique*. B. G. Teubner.

O Caleidoscópio do Sistema de Organização do Conhecimento: a manifestação cultural Festa Junina

Deise Sabbag¹; Ednéia Silva Santos Rocha²; Daniele Achilles³; Sumeire Tamiko Takahashi⁴

Resumo: Apresenta reflexão entre cultura, classificação e patrimônio a partir de Sistema de Organização do Conhecimento **Objetivo:** Criação de mapas conceituais do assunto festa junina no escopo da Classificação Decimal de Dewey (CDD) na perspectiva conceitual patrimônio e manifestação cultural. **Metodologia:** Descritiva e exploratória com a construção de mapas conceituais. **Resultados:** O índice oferece a possibilidade de classificar o assunto em 398 subordinado a classe 390 e na classe 700.455 9. Os mapas conceituais foram criados a partir das classes 394 (Costumes Gerais), 398 (Folclore) articulando com os assuntos patrimônio manifestação cultural imaterial. A análise demonstrou que o assunto ‘festa junina’ pode ser representado considerando a origem e evolução do festejo, destacando influências de cunho espiritual, religiosas e culturais. Também pode ser representada pelos itens de composição do festejo: quadrilhas, fogueiras, balões etc. Por último, por tradições e costumes de determinadas regiões do Brasil. **Considerações:** A festa junina como patrimônio cultural imaterial afirma a importância da produção da cultura que se dá via relações sociais, processos de estruturação e reconstrução de elementos socioculturais. A partir das identificações, a identidade e dos processos e dinâmicas da memória individual e coletiva vai se definindo a partir do próprio sentimento de pertencimento cultural. Como um caleidoscópio (representação metafórica escolhida), a CDD oferece como instrumento de representação do conhecimento pequenos fragmentos, que, combinados por meio de movimentos culturais pode revelar cores com efeitos visuais interessantes (isto é, perspectivas ou nuances que marcam a identidade e a memória), mas também que traduzem o assunto produzindo reducionismos, apagamentos e silenciamentos socioculturais.

Palavras-chave: Sistema de Organização do Conhecimento; Classificação Decimal Universal; Patrimônio Cultural Imaterial; Festa Junina; Memória e Patrimônio.

Resumen: Presenta una reflexión sobre cultura, clasificación y patrimonio a partir del Sistema de Organización del Conocimiento **Objetivo:** Elaborar mapas conceptuales sobre el tema “Festa Junina” en el ámbito de la Clasificación Decimal Dewey (CDD) desde la perspectiva conceptual del patrimonio y la manifestación cultural. **Metodología:** Descriptiva y exploratoria con la construcción de mapas conceptuales. **Resultados:** El índice ofrece la posibilidad de clasificar el tema en 398 subordinado a la clase 390 y en la clase 700.455 9. Los mapas conceptuales fueron creados a partir de las clases 394 (Costumbre General), 398 (Folklore) articulándose con los temas patrimonio manifestación cultural inmaterial. El análisis mostró que el tema “Festa Junina” puede ser representado considerando el origen y la evolución de la fiesta, destacando las influencias espirituales, religiosas y culturales. También se puede representar por los elementos que componen la fiesta: cuadrillas, hogueras, globos, etc. Por último, por las tradiciones y costumbres de algunas regiones de Brasil. **Consideraciones:** La “Festa

¹ Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

E-mail: deisesabbag@usp.br, deise.sabbag@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6392-4719>

² Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: edneia@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1478-6828>

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia

E-mail: daniele.achilles@unirio.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3648-7282>

⁴ Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: sumeire@ffclrp.usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3804-4326>

Junina” como patrimonio cultural inmaterial afirma la importancia de la producción de cultura que tiene lugar a través de relaciones sociales, procesos de estructuración y reconstrucción de elementos socioculturales. La identidad y los procesos y dinámicas de la memoria individual y colectiva se definen por el sentido de pertenencia cultural. Como un caleidoscopio (la representación metafórica elegida), el DDC ofrece pequeños fragmentos como instrumento de representación del conocimiento que, al combinarse mediante movimientos culturales, pueden revelar colores con interesantes efectos visuales (es decir, perspectivas o matices que marcan la identidad y la memoria), pero que también traducen al sujeto produciendo reduccionismo, borrado y silenciamiento sociocultural.

Palabras clave: Sistema de Organización del Conocimiento; Clasificación Decimal Universal; Patrimonio Cultural Inmaterial; Festa Junina; Memoria y Patrimonio.

1. Introdução

O trabalho apresenta a reflexão imbricada entre cultura, classificação e patrimônio a partir de um Sistema de Organização do Conhecimento propondo a discussão entre a representação do conceito festa junina e o ato de patrimonialização, mobilizando os conceitos de valor cultural, preservação do patrimônio e celebração coletiva que apresenta implicações para a memória social.

A pesquisa tem como objetivo a criação de mapas conceituais que admitem e incluem a festa junina como um festejo para além da marcação do cristianismo. Esse olhar sugere a afirmação da diferença do próprio festejo, singularizando a manifestação cultural, uma vez que, a partir de abril de 2023, foi considerada patrimônio cultural imaterial. Ao refletir sobre esse tema é possível também associar outros elementos conceituais que podem se circunscrever nas entrelinhas do problema: organização do conhecimento, representação do conhecimento, patrimônio cultural, patrimônio cultural imaterial, memória, identidade.

2. O Classificar

Historicamente a classificação é utilizada em bibliotecas para organizar documentos, provendo uma sequência lógica e útil com base em assuntos ou temas. A necessidade de organizar o conhecimento humano de maneira lógica levou os filósofos a estabelecerem grandes agrupamentos, cuja ordem variava de acordo com os conceitos de cada um. Por essa razão, o estudo das classificações, e aqui nos referimos às bibliográficas, nos leva sempre à definição mais fundamental de classificação, que é, em termos lógicos: "um processo mental pelo qual coisas, seres ou pensamentos são agrupados de acordo com suas semelhanças ou diferenças" (Barbosa, 1969, p.13).

Classificar é uma operação de organizar um conjunto de objetos, coisas, seres e saberes em classes, seja com relacionamentos lógicos ou ontológicos, utilizando critérios específicos, escolhendo, separando, dividindo e aproximando, mas de forma arbitrária. Essa ação facultativa, que pode ser totalitária, desmedida, dominadora, é que causou o riso desconfortável de mal-estar em Foucault (2016, prefácio) ao ler Borges e o que refletir que a vertigem taxonômica é o “limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso”. Mas, isso o quê? O que surpreende o autor, e nos surpreende também, não é a extravagância de encontros naturais e insólitos,

mas o arruinamento do próprio espaço comum dos encontros que avizinha, assemelha as coisas, é o lugar.

O lugar que causa a desordem elegendo a predileção por um discurso ou outro podendo causar uma história única representacional como nos mostra Chimamanda (2019).

O acolhimento de uma classificação na contemporaneidade, seu conceito generalíssimo que compreende todo e qualquer conceito de extensão e os procedimentos de divisão, distinção, ordenação, semelhança, diferença, coordenação, hierarquização, encontram forte debate nos estudos críticos e nos estudos de cultura no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Estudos que provocam pensamentos. Provocam Caos e Eros. Em “Metamorfoses” de Ovídio (2017) encontramos a compreensão de Caos que separa e Eros que junta; mas para os gregos o primeiro representava forma indefinida, desorganizada, elementos dispersos, potência rudimentar, criação; o segundo surge trazendo a ordem fragmentária da divisão de organização.

Talvez a organização classificatória avinda de Eros seja realmente erótica por atribuir sentidos passionais globalizados do capitalismo. Aqui, neste trabalho, mais do que buscar o estabelecimento de semânticas possíveis dentro de uma classificação, queremos olhar o modelo de mundo que ela apresenta como apenas um discurso possível. Queremos propor o olhar heterotópico para a classificação. A linguagem e o discurso, a formação discursiva, que ficam secretamente marginalizados produzindo efeitos de sentido e uma materialidade ideológica, corroborando com a diluição das estruturas de formação identitária e de memória dos grupos ‘vencedores’ da história. Esse movimento traz à tona singularidades e representações outras e contribui com o alargamento da criticidade sobre os modos de selecionar, classificar, lembrar e esquecer.

2.1 Sistemas de Organização do Conhecimento como modelo de mundo

Linguagem é determinada pela ideologia. Linguagem é ideologia. Linguagem documentária é ideologia. Linguagem documentária é ideológica que busca uma ordem dentro do corpo social. Compreendemos os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) como formações discursivas produto de formações ideológicas, pois arbitram sobre “o que se pode e se deve dizer em determinada época, em determinada sociedade” (Pêcheux, 2015⁵, o que se pode ou não classificar, o onde e o quando. Mas e o porquê? Os SOCs como produto de um processo discursivo produzem sentidos, pois são um suporte que sustenta a concretização dos conceitos e termos em figuras e temas. SOCs são modelos de mundo.

⁵ Citar Foucault e Pêcheux num mesmo texto pode ser visto como algo perigoso para alguns pesquisadores. Refletimos neste texto estudos de dois Grupos de Pesquisa brasileiros: Linguagem, Discurso e Organização do Conhecimento (líder João Batista Ernesto de Moraes, <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/216103>) e ECOAR – Estudos Contemporâneos em Organização, Análise e Representação da Informação (Líder Deise Sabbag, <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/668114>)

Os SOC's foram concebidos para representarem a organização do conhecimento e da informação. Cabeçalhos de assunto, taxonomias, ontologias, tesauros, esquemas de classificação compõem esses sistemas que são regidos por padrões e regras.

Gnoli (2015) define os SOC's como sistemas que selecionam conceitos indicando suas relações semânticas, neste escopo estariam os sistemas de classificação. Em nosso entendimento os sistemas de classificação modelizam domínios de conhecimentos produzindo sentidos.

A pesquisadora Maria Luiza de Almeida Campos anuncia em seu texto "Modelização de domínios de conhecimentos: uma investigação de princípios fundamentais" o pensamento de Le Moigne sobre modelos de mundo/domínios. Campos (2004) cita que

Le Moigne afirma que conhecer é modelizar, ou seja, o processo de conhecer equivale à construção de modelos do mundo/domínio a ser construído que permitem descrever e fornecer explicações sobre os fenômenos que observamos. Ele propõe o desenvolvimento de uma postura metodológica na qual possamos pensar não somente na diversidade de modelos, mas principalmente nos princípios que possibilitam o ato de modelar. Estes princípios são interessantes porque restauram a liberdade do modelizador, não o deixando refém de um dado modelo específico.

O entendimento dos SOC's como modelos de mundo apresenta o caráter provisório das classificações, já que este está ligado a acontecimentos e visões, ideologias que se modificam dependendo do tempo e do espaço, regras sociais e culturais, por isso ela é efêmera, ou deveria ser. As regras correspondem a um conjunto de critérios de divisão em categorias que cria a possibilidade de "nomear, falar, pensar" (Foucault, 2013).

2.2 Classificação Decimal de Dewey

Em bibliotecas, centros de informação e nas mais variadas unidades de informação, os documentos são categorizados usando um sistema de classificação específico. Existem diversos esquemas disponíveis para essa finalidade. Um dos mais populares e amplamente adotados é a Classificação Decimal de Dewey (CDD).

A CDD foi concebida em 1873 por Melvil Dewey (1851-1931) dos EUA sendo publicada pela primeira vez em 1876. Da primeira (1876) à 15ª edição (1952), a CDD foi publicada em um volume de tamanhos variados. A 16ª edição (1958), considerada uma edição muito importante, foi lançada em dois volumes, e isso facilitou o manuseio do número crescente de livros. O segundo volume foi dedicado principalmente ao índice, chamado Índice Relativo. A 18ª edição (1971) foi publicada em três volumes, estendendo um pouco mais o processo. A 19ª edição, publicada em 1979, também editada em três volumes da seguinte forma: Volume 1 Introdução, Tabelas auxiliares; Volume 2 tabelas; e Volume 3 com o Índice Relativo. A 20ª edição (1989), a 21ª edição (1996), a 22ª edição (2003) e a 23ª edição (2011) foram editadas em quatro volumes cada. (Sharma, 2014).

A tabela de classificação tem sido amplamente utilizada como uma ferramenta essencial para a organização da informação. Ao determinarmos o assunto de um item informacional, é crucial realizar uma análise contextual levando em consideração a estrutura da classificação utilizada.

No âmbito do tratamento temático, é fundamental considerar o assunto apropriado em termos de apresentação, formato interno de conteúdo e formato físico do documento. Dessa forma, garantimos uma organização eficiente e coerente da informação⁶.

No entanto, alguns temas são mais complexos para realizar esse procedimento. Vamos tomar o tema ‘festa junina’ como exemplo. A obra a ser tratada pode considerar o tema comum a abordagem histórica, podendo explorar as origens da Festa Junina e sua evolução ao longo do tempo, destacando as influências religiosas ou culturais. Outra abordagem seria tratar de elementos que compõem uma festa junina como as quadrilhas, fogueiras, balões, bandeirinhas coloridas, barraquinhas de comidas e brincadeiras típicas, destacando como esses elementos contribuem para caracterizar esse tipo de festa. Outra abordagem, poderia estar relacionada a tradições e costumes de determinadas regiões do Brasil, incluindo as danças, músicas e vestimentas dos participantes.

3. Festa Junina como Patrimônio Cultural

Os festejos juninos no Brasil foram reconhecidos como manifestação da cultura nacional por meio da lei 14.555 de 25 de abril de 2023. No âmbito da cultura, a constituição federativa brasileira diz que o Estado tem que garantir a todas as pessoas o pleno exercício dos direitos culturais, bem como o acesso às fontes de cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais (Constituição, 1988).

Atualmente as festas juninas são consideradas comemorações cristianizadas dedicadas principalmente a três santos católicos: Santo Antônio (13 de junho), São João Batista (24 de junho) e São Pedro (29 de junho). Mas sua origem remonta a festividades pagãs europeias realizadas no solstício de verão para afastar os maus espíritos das colheitas. Após a consolidação do cristianismo como religião "oficial" na Europa, várias manifestações pagãs foram sendo cristianizadas como método prático para facilitação da conversão dos diferentes povos por meio da aculturação das festividades. A festa tem entrada no Brasil por meio dos exploradores portugueses no século XVI (Lima, 2023).

⁶ Este trabalho analisa “Festa Junina” na CDD buscando sua classificação conceitual como manifestação cultural imaterial, mas é importante citar a existência do padrão Library Reference Model (LRM) da IFLA (sucessor e integrador do FRBR, FRAD, FRSD), com metodologia orientada a objetos busca um senso comum sobre as informações do patrimônio cultural com relação à modelagem, padrões, recomendações e práticas. O modelo FRBRoo (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos Orientados a Objetos) é uma extensão do CIDOC CRM, modelo conceitual para informações sobre patrimônio cultural.

3.1 Patrimônio Cultural e Memória

Em 1937 foi publicado o Decreto-lei nº 25 que denominava o conceito de “Patrimônio Histórico e Artístico” no Brasil. No decreto patrimônio era “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

A nomeação Patrimônio Histórico Artístico foi substituída pelo Patrimônio Cultural Brasileiro pela Constituição Federal de 1988, artigo 26, incorporando o conceito de **referência cultural**, bem como a definição de bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os **bens de caráter imaterial**. O artigo 216 da Constituição diz que patrimônio cultural são os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Inclui as formas de expressão:

- Modos de criar, fazer e viver;
- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

É responsabilidade do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a responsabilidade de zelar pelo cumprimento de marcos legais, a gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro e dos bens reconhecidos pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Patrimônio da Humanidades. Tem a responsabilidade de coordenação, regulação e fomento por meio do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014)

A gestão do patrimônio é realizada segundo as características de cada grupo:

- Patrimônio Material;
- Patrimônio Imaterial;
- Patrimônio Arqueológico;
- Patrimônio Mundial;
- Educação Patrimonial.

A relação entre patrimônio e memória sugere uma tendência de pensarmos automaticamente sobre patrimônio material, desconsiderando, muitas vezes, os atravessamentos afetivos que determinadas manifestações culturais provocam nas pessoas.

A festa junina é um bem cultural de natureza imaterial. O bem cultural imaterial contempla práticas e domínios da vida social:

- Saberes, ofícios e modos de fazer;
- Celebrações;
- Formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e
- Lugares (mercados, feiras, santuários com práticas culturais coletivas).

A característica do patrimônio imaterial é a transmissão de geração em geração sendo recriado pelos grupos e comunidades provocando identidade e continuidade e a promoção do respeito à diversidade cultural e a criatividade.

A Unesco define patrimônio imaterial como as práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas - com os instrumentos, objetivos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio (Unesco, 2006).

A festa junina, classificada como patrimônio cultural imaterial, resulta de uma série de experiências e vivências, memórias individuais e coletivas. Uma herança cultural passada de geração para geração por meio de práticas socioculturais, recriada constantemente pelas comunidades em função do território, da história e da identidade. Isso significa dizer: uma manifestação cultural dotada de representações significativas para a formação da história, memória e identidade do povo brasileiro.

O ato de patrimonializar a festa junina propicia o estímulo à memória das pessoas, bem como a manutenção da lembrança, produzindo uma espécie de pertencimento e identificação. Segundo Pelegrini (2006, p. 1) podemos entender “o patrimônio cultural como o *locus* privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade”, essa noção tem relação direta com a lembrança essencial à compreensão do ato de patrimonialização. Já Alberti (2004, p.15), chama atenção para a relação da memória com o passado, que, segundo o autor, é um “passado vivo”. A esse respeito Halbwachs (1990) afirma a memória como um fenômeno coletivo e social, valorizando as dinâmicas de coesão dos grupos sociais. Ao mesmo tempo, Pollak (1992) nos indica que a memória é seletiva, mas promove o sentido de continuidade e manutenção da lembrança e do esquecimento.

A festa junina como patrimônio cultural imaterial afirma a importância da produção da cultura que se dá via relações sociais, processos de estruturação e reconstrução de elementos socioculturais. A partir das identificações, a identidade vai se definindo com base no próprio sentimento de pertencimento cultural.

4. Metodologia

O posicionamento da questão desenvolvida nesta comunicação tem alicerce no percurso metodológico descritivo e exploratório com a construção de mapas conceituais analisando esses constructos a luz da análise do discurso que interfere nas marcações identitárias.

O estudo considerou a representação do conhecimento do assunto ‘Festa Junina’ na Classificação Decimal de Dewey (CDD, 23ª edição).

As etapas da pesquisa foram organizadas em:

- I) Fundamentação Teórica (seções 2 e 3);
- II) Pesquisa do termo ‘Festa Junina’ na CDD;
- III) Pesquisa da notação de objetos informacionais em catálogo da Biblioteca Nacional e Biblioteca USP;
- IV) Pesquisa do termo ‘Folclore’ na CDD;
- V) Localização nas tabelas do assunto;
- VI) Criação de mapas conceituais com os conceitos oriundos dos relacionamentos entre os termos;
- VII) Análise.

Ao pesquisar termo ‘Festa Junina’ na CDD verificou-se a inexistência dele neste sistema de classificação. O próximo passo foi compreender como esses objetos informacionais foram classificados em catálogos bibliográficos.

No catálogo bibliográfico da Universidade de São Paulo (Dedalus) a obra “Festa junina em Portugal: marcas culturais no contexto de folkmarketing” foi classificada em 398.209469, com os descritores:

- a) Festas Folclóricas (Portugal);
- b) Festas Populares (Portugal);
- c) Festas Juninas (Portugal)

No catálogo da Biblioteca Nacional o mesmo item foi classificado em 394.309469, indexada com os descritores:

- a) Festas Juninas – Portugal – História;

Outro exemplo interessante é a obra “Festas Juninas, festas de São João” que foi classificada no Dedalus na classe 394.2 com os descritores

- a) Festa de São João e Festas Juninas;

Já no catálogo da Biblioteca Pública Municipal de São Bernardo do Campo, classificou-se em 394.26 com os termos:

- a) Festas Folclóricas (Portugal);
- b) Festas Populares (Portugal);
- c) Festas Juninas (Portugal);

O que se observa, é que na CDD o tema é classificado geralmente, nas classes 398 “Folclore” ou 394 “Costumes gerais”, ambas subordinadas à classe geral 390 que aborda os “costumes, trajes, etiqueta e folclore”, superordenados à classe principal 300 Ciências Sociais.

O terceiro passo foi a busca do termo folclore na CDD. No índice relativo observamos a indicação do termo nas seguintes classes:

Folklore	398
arts	700.355 9
T3C -	355 9
History and criticism	398.09

Após a identificação do termo folclore no índice relativo, descartamos a classificação “arts 700.355 9” com base na busca feita nos catálogos, identificamos o mesmo na tabela principal 300, classes 390, 394, 398, como se segue:

Classe 390

390	Customs, etiquette, folklores Standard subdivisions are added for customs, etiquette, folklore together; for customs alone Class here folkways; interdisciplinary works on ceremony or rite not provided for here, see the type, e.g., religious rites 203.8, military ceremonies 355.17
390.01-.09	SUMMARY Standardsubdivisions of customs, etiquette, folklore together; standard subdivisions of customs .1-.4 Customs of specific economic, social, occupational classes
391	Costume and personal appearance
392	Customs of life cycle and domestic life
393	Death customs
394	General customs
395	Etiquette (Manners)
398	Folklore
399	Customs of war diplomacy

Classe 394

394	Includingkissing, swearing Class etiquette in 395 SUMMARY
394.1	
.2	Eating, drinking; using drugs
.3	Special occasions
.4	Official ceremonies and observances
.5	Pageants, processions, parades
.6	Fairs
.7	Customs of chivalry
.8	Dueling and suicide
.9	Cannibalism

Classe 398

- 398 See also 201.3 for religious mythology; also 800 for belles-lettres by identifiable authors, anonymous literary classics

SUMMARY

- 398.09 History, geographic, treatment, biography of folklores
- .2 Folk literature
 - .3 Real phenomena as subjects of folklore
 - .4 Paranatural and legendary phenomena as subjects of folklore
 - .7 Jokes and jests
 - .8 Rhymes and rhyming games
 - .9 Proverbs

A CDD apresenta a possibilidade de classificação do assunto “Festa Junina” nos desdobramentos hierárquicos a seguir:

398.209469

398.2 – Folclore como literatura

09 – Tratamento Histórico, geográfico

469 – Tabela de área: Portugal

394.309469

394.3 – Costumes recreativos, inclui dança

09 – Tratamento histórico, geográfico

469 – Tabela de área: Portugal

394.26

394 – Costumes Gerais

394.26 – Feriados

O conceito de festa junina é definido no Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira como: festa religiosa, originalmente de natureza agrária e pagã, incorporada à tradição religiosa. O período é marcado pelas festas de São João, Santo Antônio e São Pedro. No Nordeste as festas juninas estão diretamente vinculadas ao início da colheita do milho, e é nesse alimento que se baseia toda a culinária da época. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012). Nesta perspectiva a classificação oferecida pela CDD para suficiente para a representação dos objetos informacionais que tratam deste assunto.

A partir desta conceituação foram elaborados os mapas conceituais de Festa Junina como patrimônio cultural.

5. Mapas Conceituais

O mapa conceitual é uma forma gráfica para organizar o conhecimento e a representação do conhecimento estabelecendo relacionamento entre conceitos e termos, também chamadas de unidades semânticas ou unidades de sentido. Um domínio de conhecimento é estruturado hierarquicamente levando em consideração o contexto do conhecimento. (Novak e Cañas, 2010).

A teoria dos mapas conceituais foi desenvolvida a partir da psicologia da aprendizagem de David Ausubel (1963, 1968, 1978) dentro da psicologia cognitiva que preconiza a aprendizagem por meio da assimilação de novos conceitos, ou seja, aprendizagem significativa.

De acordo com os autores as características do mapa conceitual são:

- Questão particular de partida que pesquisadores procuram responder, também chamado de questão focal;
- Relacionamento entre conceitos;
- Representação dos conceitos por meio de círculos ou quadros indicados por linhas que os interligam;
- Termos que representem o conceito (um rótulo, palavra designativa);
- Dois ou mais conceitos conectados por termos de ligação que criam uma afirmação de sentido (unidades semânticas ou unidades de sentido);
- Representação de forma hierárquica;
- Considerar contextos específicos de domínios do conhecimento que são constructos sociais de determinado tempo e espaço dentro do corpo social;
- Busca da compreensão de uma situação que precisa de compreensão por meio da organização do conhecimento e representação do conhecimento;
- Inclusão de *cross links* ou ligações cruzadas, caracterização de novas ligações;
- Inclusão de objetivos que esclarecem o sentido de determinando conceito;
- Uso dos mapas conceituais para aprendizagem e avaliação;
- Facilitação do aprendizado significativo, pois funcionado como molde para ajudar a organização e estruturação do conhecimento;
- Processo criativo

Os mapas conceituais contribuem no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação por promoverem um aprendizado conceitual dentro do que a área já trabalha para o desenvolvimento de SOC's, desde o uso dos relacionamentos genérico/espécie, como em outros tipos de relacionamentos como lógicos e ontológicos contribuindo para o sequenciamento das tarefas e explicitando progressivamente quadros de desenvolvimento conceitual (David Ausubel 1963, 1968; Ausubel, Novak & Hanesian, 1978).

Elaboração dos mapas conceituais do trabalho a proposta de Novak e Cañas (2010):

- a) Escolha do contexto da área do conhecimento;
- b) Delimitação do domínio do conhecimento;
- c) Escolha da questão focal ou problema;
- d) Definição dos conceitos-chave;
- e) Listagem dos conceitos-chave;
- f) Ordenação dos conceitos-chave do geral ao mais específico;
- g) Construção do mapa conceitual preliminar (opcional o uso de pos-its ou software específico;
- h) Revisão do mapa preliminar;
- i) Estabelecimento de ligações entre conceitos e suas relações;
- j) Revisão geral para reposicionamento dos conceitos, se for necessário, para clareza e melhor estrutura;
- k) Versão final.

A seguir foram elaborados quatro mapas conceituais com os conceitos: Valor Cultural, Preservação de Patrimônio, Celebração Coletiva e Festejo Junino para Festa Junina como Patrimônio Cultural.

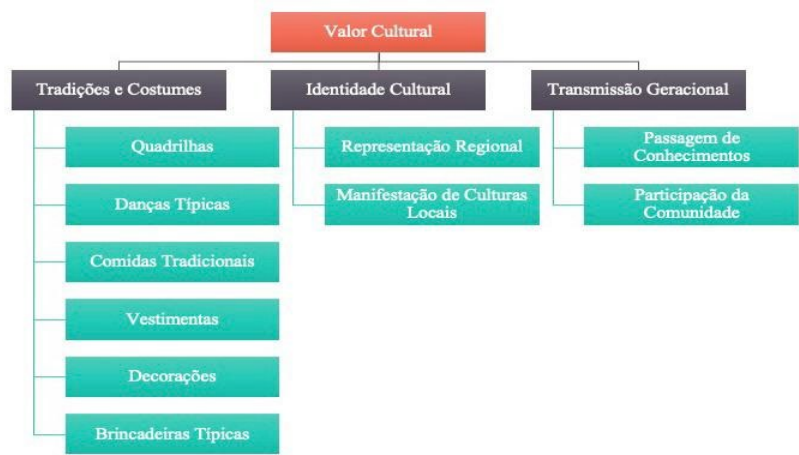


Figura 1. Valor Cultural. Fuente: Elaborado pelas autoras.



Figura 2. Preservação do Patrimônio. Fuente: Elaborado pelas autoras.

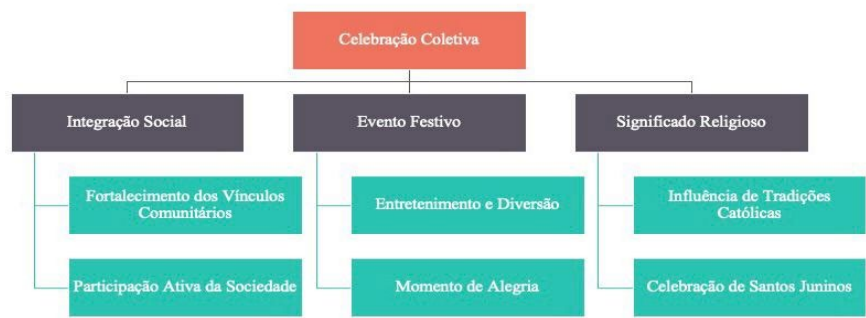


Figura 3. Celebração Coletiva. Fuente: Elaborado pelas autoras.

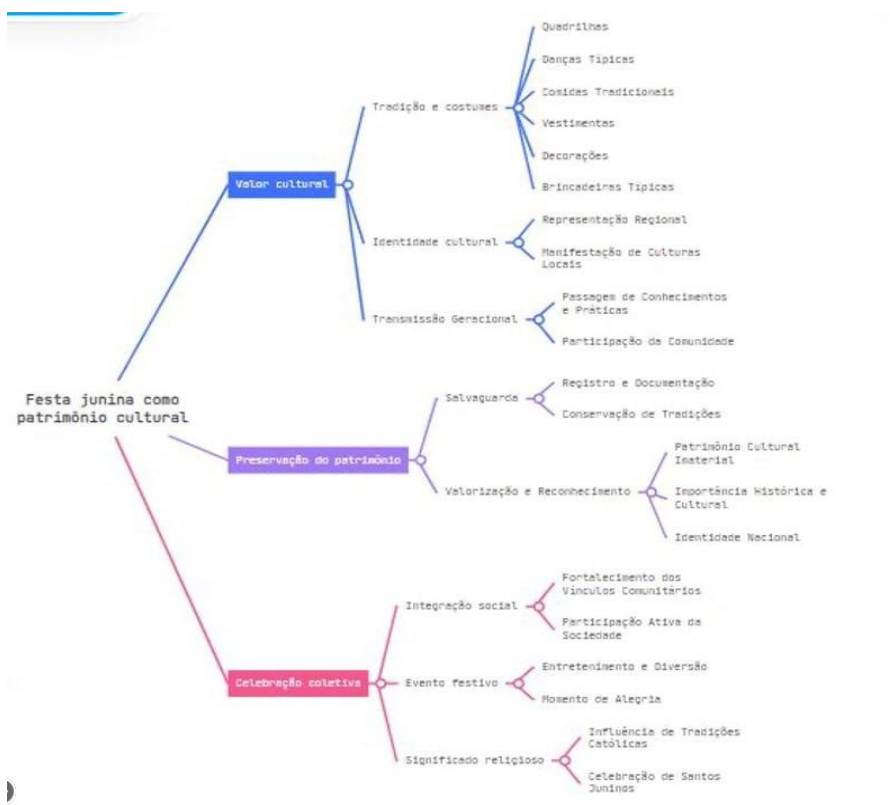


Figura 4. Festa Junina como Patrimônio Cultural. Fuente: Elaborado pelas autoras.

Analisando a definição de patrimônio do Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012) selecionamos os seguintes conceitos:

- Festa Religiosa Agrária
- Festa Religiosa Pagã

- Festas de São João
- Festas de Antônio
- Festas de São Pedro
- Festas da Colheita de Milho

Analisando a definição de patrimônio imaterial da Unesco (2006) selecionamos os seguintes conceitos:

- Práticas (comunidades, grupos e indivíduos);
- Representações (comunidades, grupos e indivíduos);
- Expressões (comunidades, grupos e indivíduos);
- Técnicas (comunidades, grupos e indivíduos);
- Instrumentos (comunidades, grupos e indivíduos);
- Objetivos (comunidades, grupos e indivíduos);
- Artefatos (comunidades, grupos e indivíduos);
- Lugares culturais (comunidades, grupos e indivíduos);

Analisando os conceitos atribuídos pela Classificação Decimal de Dewey para Folclore, considerando que ela não possui o termo Festa Junina, selecionamos os seguintes termos:

- Folclore;
- Dança;
- Costumes Recreativos;
- Feriados.

Podemos descortinar que a CDD não apresenta adequadamente o assunto “Festa Junina”, pois em primeiro lugar o termo não existe em seu índice relativo. “Costumes Recreativos” e “Feriados” são termos muito amplos, que não representam a extensão e a intensão do conceito.

Dança seria um termo que poderia estar subordinado ou associado a práticas, expressões, técnicas, instrumentos, artefatos e lugar de comunidades, grupos e indivíduos alinhando-se a definição da Unesco (2006) sobre patrimônio imaterial. Mas não contempla os conceitos e termos para a definição do Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012).

Tão pouco agrega os valores de Festa Junina como Patrimônio Cultural Imaterial considerando os valores de cultura, preservação de patrimônio, celebração coletiva e festejo junino.

Da análise podemos vislumbrar que o efeito da CDD acerca do tema “Festa Junina” apresenta uma forma de conhecimento que se faz no entremeio do discurso da classificação. Sim classificação é um discurso, um Sistema de Organização do Conhecimento que se desdobra, apresenta, institui padrões e formas de fazer e de ser; nela a história já está contada onde a forma de existência é a forma dominante.

Desvelando o entremeio propomos o confronto, a contradição, para que ocorra a desconstrução em busca de uma história que não seja única, movimentar e falar do silêncio que rege os processos de significação. Os silêncios dentro da Classificação Decimal de Dewey, e claro, de outras SOCs, precisam ser explicados, porque o silêncio é perigoso, pois pode trazer a noção de implícito que é uma forma de dominação da noção de não-dito na semântica como nos diz Orlandi (2007), instalado no limiar do sentido, no atravessamento das palavras, dos conceitos e dos termos.

Contra esses silêncios nos SOCs instigamos a resistência como forma de recusa de se submeter buscando a compreensão desses processos de produção de sentidos que o silêncio põe em jogo. Contra o silêncio a resistência.

6. Considerações para além das nuances Caledoscópicas

A festa junina como patrimônio cultural imaterial afirma a importância da produção da cultura que se dá via relações sociais, processos de estruturação e reconstrução de elementos socioculturais. A partir das identificações, a identidade vai se definindo a partir do próprio sentimento de pertencimento cultural. Mas, contudo, assim como um caleidoscópio, a CDD oferece para a representação do conhecimento “Festa Junina” pequenos fragmentos, que apesar de coloridos, com efeitos visuais interessantes, traduzem de forma linear e reducionista apagando e silenciando discursos outros.

As tradições são inventadas e mudadas, humanas e históricas. A temporalidade não é a marca, e nem pode ser, pois a marcação do “sempre foi assim” não existe já que tudo tem seu tempo e espaço em um determinando momento histórico, social, econômico, político e cultural.

Festa junina no Brasil são muitas festas⁷, ou seja, podemos entender como festa junina plural, devido as distintas variantes regionais. O contexto situacional, o território, as formas de colonização, as influências de diferentes povos, e tantos outros elementos culminam em um sincretismo religioso e cultural. Quando pensamos em festa junina no plural, obrigatoriamente, escapamos às representações básicas, como calças remendadas, dentes pintados, e tantos outros marcadores estéticos que ‘desconsideram’ a singularidade efetiva da diversidade de nuances cultural.

⁷ (1) Há variantes regionais. Eu associo São João ao pinhão, mas isso implica presença de araucárias. Na minha infância, a gente se vestia de gaúcho com bombachas para a festa, as meninas usavam roupas de prendas, nunca de caipiras. (2) O caipira idealizado do São João foi criado por Martins Pena, Monteiro Lobato, Mazzaropi e por quadros de Almeida Jr. (3) Há variantes regionais como no sul do Brasil onde associam a Festa de São João ao pinhão implicando a presença de araucárias, bem como a vestimenta característica do gaúcho com bombacha, jovens usando prendas. (4) No interior de São Paulo as Festas Juninas possuem uma ligação com as quermesses das igrejas católicas onde se bebe vinho quente e as pessoas se vestem de “caipira”, com camisas xadrezes que mais referenciam os lenhadores americanos e nunca as populações rurais que vestiam suas melhores roupas para irem às festas, uma das regiões do Brasil que reproduz marcadamente o colonialismo. (5) No nordeste as festas juninas são marcadas pela tradição, mas também por uma grande promoção turística capitalística.

Se a representação estética tem sido questionada no ambiente escolar, porque não questionamos as influências da colonização do poder, do saber e do ser, como aponta Foucault, utilizando a CDD como um dos instrumentos responsáveis também por reproduzir uma classificação reducionista. Lançar um olhar mais alargado para a festa junina como patrimônio cultural imaterial requer aberturas necessárias à análise e ressignificação do modo como tratamos o assunto em diferentes perspectivas, por esse motivo essa comunicação se justifica e encontra relevância acadêmica. Afinal, estamos pensando isso no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação?

7. Referencias bibliográficas

- Alberti, Verena (2004). *Ouvir e contar: textos em história oral*. Editora FGV.
- Ausubel, D. P. (1963). *The psychology of meaningful verbal learning*. New York: Grune and Stratton.
- Ausubel D. P. (1968). *Educational psychology: a cognitive view*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- Ausube, D. P.; Novak, J. D.; Hanesian, H. (1978). *Educational psychology: a cognitive view*. 2. ed. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Barbosa, Alice Príncipe (1969). *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.
- Campos, Maria Luiza de Almeida (2004). Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. *Ciência da Informação*, 33(1). https://www.scielo.br/j/ci/a/CyYd3Km3xzTdmf5DzxxQd3h/#Chimamanda_Ngozi
- Adichie (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo: Martins Fontes.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 5 de outubro de 1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Dewey, Melvil (2011). *Dewey decimal classification and relative index* (v. 3). OCLC Online Computer Library Center.
- Foucault, Michel (2013). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, Michel (2016). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gnoli, Claudio (2015). *Encyclopedia of Knowledge Organization*. http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Vértice.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2002). Patrimônio imaterial. Ministério da Cultura do Brasil. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012). *Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira*. <http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/apresentacao.html>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014). Patrimônio Cultural. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>
- Lima, Paola (2023). *Festa junina: cultura popular reconhecida por lei*. Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/05/festa-junina-cultura-popular-reconhecida-por-lei>.
- Novak, Joseph D. & Cañas, Alberto J. (2010). A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. *Práxis Educativa*, v. 5; n.1, p. 09-29, jan.-jun.
- Orlandi, Eni Puccinelli (2007). *As formas de silêncio*. Unicamp.
- Ovídio (2017). *Metamorfoses*. 34.
- Pêcheux, Michel (2015). *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes Editores.

- Pelegrini, Sandra C. A. (2006). Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*, 26(51), 115-140.
- Pollak, Michael. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.
- Sharma, Jaideep (2014). Classification DDC. En Jaideep Sharma. *BLIE-227 document processing: practice*. Indira Gandhi National Open University School of Social Sciences.
- Unesco (2006). *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Ministério de Relações Exteriores do Brasil. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por

Conhecimento Patrimonial e Comunidades Discursivas: Em Busca de (Des)construções Coloniais

Maira Cristina Grigoletto¹; Giulia Crippa²

Resumo: Objetiva a busca por processos de (des)construção do conhecimento colonial no campo do patrimônio a partir do mapeamento de comunidades discursivas organizadas na Europa. De abordagem qualitativa, e exploratória quanto aos objetivos, integra pesquisa mais ampla sobre práticas de valorização e (re)negociação patrimonial em diferentes configurações de espaço-tempo. Fundamenta-se em levantamento bibliográfico, cuja análise do conteúdo deu-se com organização, seleção e inferência de fontes de informação recuperadas em setembro de 2022. Os resultados apontam às comunidades discursivas no campo do patrimônio com aportes e/ou referenciais teórico-epistemológicos pós-coloniais e decoloniais. Ademais, sustentam alocações e discussões sobre as correlações entre múltiplas camadas discursivas que tem funcionado para fundamentar enunciados, narrativas, práticas e conhecimentos nesse campo de saber, fazer e poder. As conclusões sustentam a hipótese de que a episteme ocidental tem sofrido transformações, o que pode ser identificado em publicações patrimoniais mais atuais, que conduzem caminhos para a construção de conhecimentos mais inclusivos e para a reorganização de regimes e sistemas de patrimônio com a aceitação de perspectivas interculturais.

Palavras-chave: Conhecimento; Patrimônio; Pós-Colonial; Decolonial; Interculturalidade.

Resumen: Este artículo pretende buscar procesos de (de)construcción del conocimiento colonial en el ámbito del patrimonio mediante la cartografía de comunidades discursivas organizadas en Europa. Con un enfoque cualitativo, y exploratorio en sus objetivos, forma parte de un estudio más amplio sobre prácticas de valorización y (re)negociación del patrimonio en diferentes configuraciones espacio-temporales. Se basa en una encuesta bibliográfica cuyo contenido se analizó mediante la organización, selección e inferencia de fuentes de información recuperadas en septiembre de 2022. Los resultados señalan comunidades discursivas en el campo del patrimonio con aportes y/o referencias teóricas y epistemológicas poscoloniales y decoloniales. Además, sustentan asignaciones y discusiones sobre las correlaciones entre múltiples capas discursivas que han trabajado para fundamentar enunciados, narrativas, prácticas y saberes en este campo del saber, del hacer y del poder. Las conclusiones apoyan la hipótesis de que la episteme occidental ha sufrido transformaciones, que pueden identificarse en las publicaciones más actuales sobre el patrimonio, lo que conduce a caminos hacia la construcción de un conocimiento más inclusivo y la reorganización de los regímenes y sistemas patrimoniales con la aceptación de perspectivas interculturales.

Palabras clave: Conocimiento; Patrimonio; Postcolonial; Decolonial; Interculturalidad.

Sumário: 1. Introdução. 2. Comunidades discursivas no campo do patrimônio: aproximações pós-coloniais e decoloniais. 3. Conhecimento patrimonial: traços de (des)construções coloniais. 4. Conclusão. 5. Referências bibliográficas

¹ Pós-Doutoranda na Universidade de Bolonha/Itália. Docente na Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil
E-mail: maira.grigoletto@ufes.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0301-0090>

² Docente na Universidade de Bolonha/Itália

E-mail: giulia.crippa2@unibo.it

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6711-3144>

1. Introdução

As produções culturais, objeto de interesse para a preservação, são investidas de valores por intermédio de práticas documentárias, que as fazem funcionar no meio social com o nome próprio “patrimônio”; seguido dos qualificadores que à ele possam ser associados: histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, cultural etc.

Essas práticas sustentam o registro e a validação de informações, valores e conhecimentos para a certificação da existência de um patrimônio e podem ser entendidas desde quatro categorias trabalhadas por Frohmann (2012): a materialidade, os lugares institucionais; os modos como são socialmente disciplinadas; e sua contingência histórica. Pela agência dos documentos, esses passam a ter o poder que têm de intervir nas práticas sociais, com efeitos na construção de novas artificialidades, como a do patrimônio (Frohmann, 2007).

Esse complexo processo documental - que respalda histórica, jurídica, administrativa e cientificamente certa realidade - tem diretrizes alocadas em noções e conhecimentos de patrimônio presentes em materialidades como: publicações científicas; legislações preservacionistas; acordos entre nações; listas de patrimônios mundiais ou locais em *sites* institucionais etc.

Tais materialidades permitem o acompanhamento da história do conhecimento do patrimônio no Ocidente, constituída desde um discurso autorizado, fundamentado em critérios de valor hegemônicos e estruturas de pensamento europeias (Smith, 2013).

Diante da vasta produção acerca do patrimônio cultural, a acessibilidade atualmente é oferecida, por exemplo, em catálogos digitais que refletem um esquema ainda universalista, que atualiza os recursos sem considerar sua historicidade, em uma estrutura em que o processo de transformação epistêmica não é considerado. Esta operação de catalogação da produção é de extrema importância, mas dissolve a sedimentação dos materiais ali armazenados, representados e/ou referenciados.

A estrutura dos catálogos *on-line*, apoiando-se na lógica das ferramentas de indexação ou *tags* e palavras-chave, falha ou não pode destacar os traços de colonialidade do conhecimento. Por outro lado, uma análise seletiva dos registros dos catálogos, declina as fontes do século XVI ao XX, fornecendo-nos dados "estratigráficos" sobre o interesse da Modernidade pelos espaços não europeus e pelos povos que os habitaram. Mais, fornecem dados sobre o interesse pelo conhecimento produzido por esses povos em diferentes associações de espaço-tempo.

Compreendemos que a circulação de produtos do conhecimento do patrimônio pode garantir associações que dinamizam esse campo com potencialidades para: interpretações globais e locais; manutenção ou transformação de regimes e sistemas patrimoniais de poder; formulação de políticas concorrentes ou mesmo contraditórias. Em meio a essas dinâmicas epistêmicas e funcionais: Como (re)conhecer processos e meios de e/ou para (des)construção colonial no campo do patrimônio?

Se tomarmos como válida a hipótese de que a episteme ocidental, tal como foi construída, deve enfrentar uma "crise" de identidade para transformar-se em um

caminho mais inclusivo, a inovação e a originalidade estão na formação de um primeiro protótipo de ferramenta bibliográfica orientado para o assunto, capaz de colocar as estratigrafias de próprio conhecimento que estrutura a episteme Ocidental sobre colonialidade no centro das atenções.

Nesse processo de organização do conhecimento no campo do patrimônio, propomos a busca por (des)construções coloniais, tendo como ponto de partida o mapeamento de comunidades discursivas em solo europeu. Em associação, objetivamos identificar bases teórico-epistemológicas pós-coloniais e decoloniais na tessitura dessas comunidades para discutir aspectos da geopolítica do conhecimento patrimonial.

Com abordagem qualitativa, e exploratória quanto aos objetivos, trata-se de um dos desdobramentos de pesquisa mais ampla sobre práticas de valorização e (re)negociação patrimonial em diferentes configurações de espaço-tempo.

É resultado de seleção, análise e inferência realizada desde um *corpus* bibliográfico, de acesso aberto, constituído a partir de levantamento realizado em setembro de 2022 em bases de dados nacionais e internacionais, com a utilização dos termos de busca: patrimônio, dissonância e regime de informação. O marco inicial foi a década de 1990, frente às crescentes discussões sobre a natureza conflituosa do patrimônio. Como termo, o ano de 2022, em função dos debates que antecederam e acompanharam os 50 anos da adoção da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.

Para armazenamento, organização e exploração das fontes recuperadas, foi utilizado o *software* de gerenciamento de referências Zotero, que permitiu a elaboração de etiquetas com termos, expressões e palavras-chave, facilitando a extração de dados.

O mapeamento das comunidades discursivas inicia-se com a exploração do percurso bibliográfico, seguido de discussões sobre as correlações que essa permite para caracterizações e alocações de camadas discursivas que tem funcionado para fundamentar enunciados, narrativas, práticas e conhecimentos no campo do patrimônio.

2. Comunidades discursivas no campo do patrimônio: aproximações pós-coloniais e decoloniais

A noção de comunidades discursivas aplicada nesta pesquisa considera o campo do patrimônio como lugar de poder (Bourdieu, 2014), que funciona no espaço-tempo de relações de força entre saberes e fazeres de agentes patrimoniais que agenciam interesses – diferentes e diversos - para seleção e criação de um patrimônio. Em Foucault (2005), apreendemos que essas comunidades, sustentadas por epistemes científicas e/ou jurídico-administrativas, emergem a partir de enunciados e narrativas de um conhecimento específico por elas organizado. Conhecimento que pode ser validado ou desqualificado e, portanto, com condições de circulação e apropriação delimitadas em certos regimes de patrimônio e de informação.

As comunidades discursivas aqui mapeadas estão alinhadas a pensamentos pós-coloniais e decoloniais. Para Knudsen et al. (2022), ao acompanhar tais pensamentos,

conforme surgiram como movimento intelectual nas décadas de 1980 e 1990, pode-se verificar questões de ordem local, temporal, bem como de escala e impacto do colonialismo.

A teoria pós-colonial, com enfoque “[...] na marginalização simbólica, alteridade linguística e formas estéticas de resistência [...]”, teria suas origens vinculadas aos seus representantes do sul da Ásia e do Oriente Médio, tais como: Gayatri Spivak, Homi Bhabha e Edward Said (Knudsen et al., 2022a, p. 09, tradução nossa).

Na América do Sul, dentre pensadores e ativistas decoloniais com repercussão transnacional na década de 2000, citamos: Dussel, Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres e Walter Mignolo, Maria Lugones, Gloria Anzaldúa, Linda Tihuwai Smith e Catherine E. Walsh. Cabe também indicarmos os pensadores e escritores decoloniais africanos, tais como: Achille Mbembe, Ngũgĩ wa Thiong’o, Souleymane Bachir Diagne, Chinua Achebe e Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni (Knudsen et al., 2022a). A ênfase, nesse caso, está na “[...] a hierarquia geopolítica global resultante que ainda persiste em nossa contemporaneidade.” (Knudsen et al., 2022a, p. 09, tradução nossa).

No acompanhamento das diferenças temporais, Knudsen et al. (2022a) esclarecem que o pós-colonialismo refere-se, essencialmente aos séculos XIX e XX, o que não abrange as questões das Américas atingidas por ordens coloniais desde o século XV. O Quadro 1 apresenta as comunidades discursivas mapeadas, considerando contexto de emergência e abordagens.

Quadro 1. Comunidades discursivas e abordagens

Contexto	Abordagem
<p>Comunidade 1</p> <p>Evento <i>The Constitution of Cultural Property</i>. Data: 17 a 19/06/2011 Local: Universidade de Göttingen, Alemanha Coordenação: Regina F. Bendix Adytia Eggert Arnika Peselmann.</p> <p>Evento <i>Institutions, territoires et communautés: perspectives sur le patrimoine culturel translocal imatériel*</i> Data: 30/06 a 03/07/2021 Local: Villa Vigoni em Loveno di Menaggio, na Itália Coordenação: Regina F. Bendix Adytia Eggert Arnika Peselmann.</p> <p>*Evento vinculado à investigação trilateral franco-alemã-italiana sobre o impacto do patrimônio cultural imaterial.</p>	<p>- Regimes patrimoniais e Estado;</p> <p>- Processos de interpretação e incorporação de convenções patrimoniais mundiais em esferas locais.</p>
<p>Comunidade 2</p> <p>Projeto <i>Bodies Across Borders: Oral and Visual Memory in Europe and Beyond</i> (BABES) Período: 2013 a 2018 Local: Departamento de História e Civilização do Instituto Universitário Europeu, em Florença/Itália</p>	<p>- Exploração das fronteiras e do fazer fronteira na e da Europa, transformando</p>

<p>Coordenação: Professora Luisa Passerini Financiamento: <i>European Research Council</i> (ERC)</p> <p>Projeto <i>Legitimation of European Cultural Heritage and the dynamics of identity politics in the EU</i> (EUROHERIT) Período: 2015 a 2020 Local: Departamento de Música, Arte e Estudos Culturais da Universidade de Jyväskylä, na Finlândia Coordenação: Professor Tuuli Lähdesmäki Financiamento: <i>European Research Council</i> (ERC)</p> <p><i>Workshop Dissonant heritages. Contestation of meanings and uses of memory in today's Europe.</i> Data: 27 e 28/04/2017 Local: Florença/Itália.</p>	<p>identidades, pertencimento, acessos e realidades europeias contemporâneas (Lähdesmäki et al., 2019, p. vii, tradução nossa).</p> <p>- Pluralidade das tradições europeias, com suas “[...] contradições, rupturas sociais, culturais e políticas em diferentes tempos e lugares [...]” (Lähdesmäki et al., 2019, p. vii, tradução nossa).</p>
<p>Comunidade 3</p> <p><i>European Colonial Heritage Modalities in Entangled Cities</i> (ECHOES) Período: 2018 a 2021 Desenvolvimento: pesquisadores propuseram tratar questões da herança colonial, concentrando-se em novos atores (artistas, ativistas e curadores) para perceberem práticas de descolonização.</p>	<p>- Manifestação de manifestam apoio à ligação entre patrimônio e futuro para iniciativas decoloniais;</p> <p>- Patrimônio entendido como um fenômeno cultural “[...] onipresente que se acumula em museus, arquivos e na paisagem e que aumenta e se diversifica continuamente.” (Knudsen et al., 2022a, p. 07, tradução nossa).</p>
<p>Comunidade 4</p> <p><i>Workshop Dissonant Heritage: concepts, critcs, cases</i> Data: 16 a 20/11/2021 Local: Università di Bologna, Bologna/Itália e Cracóvia/Polônia Organização: Uniwersytet Jagielloński w Krakowie e Una Europa no âmbito do <i>IEurope Project</i>.</p>	<p>Para os organizadores, são muitos os exemplos de dissonâncias que podem ser observadas, por exemplo, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> patrimônios de regimes totalitários; patrimônios de dor, vergonha e trauma; patrimônio LGBTQ+; patrimônio indígena; patrimônio colonial; patrimônio de guerra; iconoclastia, entre outros <p>(Università di Bologna, Una Europa & Uniwersytet Jagielloński w Krakowie, 2021).</p>

Fonte: Elaborado pela autoria.

Os resultados das publicações das comunidades mapeadas, dos referenciais teórico-epistemológicos e os capítulos onde esses foram localizados estão representados no Quadro 2; as especificações das obras constam nas referências finais. No período da elaboração desse artigo, a publicação resultante do evento referente à quarta comunidade não estava disponível.

Quadro 2. Publicações das comunidades discursivas e referenciais

Publicações	Referenciais / Pós-Coloniais e Decoloniais
Comunidade 1 <i>Heritage Regimes and the State</i> (Bendix, Eggert & Peselmann, 2013)	Boaventura de Sousa Santos (Silva, 2013). Homi Bhabha (Pichler, 2013).
Comunidade 2 <i>Dissonant Heritages and Memories in Contemporary Europe</i> (Lähdesmäki et al., 2019)	Aníbal Quijano (Turunen, 2019). Arthuro Escobar (Turunen, 2019). Boaventura de Sousa Santos (Proglio, 2019); (Turunen, 2019). Edward Said (Proglio, 2019); (Turunen, 2019); (Van Huis, 2019). Enrique Dussel (Turunen, 2019). Gayatri Spivak (Van Huis, 2019). Nelson Maldonado-Torres (Turunen, 2019). Ramón Grosfoguel (Proglio, 2019); (Turunen, 2019). Stuart Hall (Proglio, 2019). Walter Mignolo (Turunen, 2019).
Comunidade 3 <i>Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe</i> (Knudsen et al., 2022a)	Achille Mbembe (Ifversen, 2022); (Knudsen et al., 2022b); (Kølvraa, 2022); (Mahdjoub, 2022); (Singh, 2022). Chinua Achebe (Clopot; Andersen; Oldfield, 2022). Edward Said (Buettner, 2022); (Kølvraa, 2022); (Zabunyan, 2022). Gayatri C. Spivak (Zabunyan, 2022). Homi Bhabha (El Hammami; Laouli; Schütz, 2022); (Knudsen et al., 2022b); (Peixoto; Ferreira, 2022). Nelson Maldonado-Torres (Knudsen et al., 2022b) Stuart Hall (Buettner, 2022); (Zabunyan, 2022).

Fonte: Elaborado pela autoria.

Com as comunidades discursivas indicadas e pelas suas correlações teórico-epistemológicas, pós-coloniais e decoloniais, iniciamos o processo de cartografar alguns dos vetores de força nas tantas relações entre saber, fazer e poder no campo em pauta. Um movimento “estratigráfico” para (re)conhecer as camadas de (des)construção colonial em diferentes relações de espaço-tempo, considerando regimes e sistemas de patrimônio, de documentação e de informação.

3. Conhecimento patrimonial: traços de (des)construções coloniais

A narrativa que há muito atravessa a história ocidental da modernidade é a de uma Europa que, já com a colonização da América, se consolidou como o centro do comércio mundial, impondo o domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-os ao seu "sistema-mundo" e esquema de poder.

Neste processo, a Europa, durante muito tempo, concentrou sob sua hegemonia o domínio de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e sobretudo da produção do conhecimento, através de várias operações, incluindo a expropriação das populações colonizadas e a repressão das formas de produção do conhecimento e do significado dos colonizados, bem como sua coerção para aprender a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, tanto no campo da atividade material e tecnológica, quanto no da subjetividade (principalmente através da questão religiosa). Os europeus consideravam que o resto da espécie humana pertencia a categorias inferiores e precedia o estágio em que se encontravam, apresentando-se não apenas como portadores exclusivos da ideia de modernidade, mas também como seus criadores e protagonistas exclusivos.

Entre os vários estudiosos da decolonialidade, é consenso referir-se à colonialidade do conhecimento como uma das manifestações das formas de poder que excluem, marginalizam e silenciam diferentes formas de conhecimento, sustentadas pela opressão colonial, patriarcal e racista moderna.

Para Stuart Hall (2006), quando pensamos em Identidade Cultural, tendemos a sugerir que estamos nos referindo à Identidade Cultural ligada à formação de Nações, com características sistematizadas no Quadro 3.

Quadro 3. Características da Identidade Cultural

Essência	Característica
Entidade política	Indivíduos com direitos e deveres e que são sujeitos de direito.
Entidade que faz sentido	Um sistema de representação cultural (os indivíduos participam da ideia de nação como representados pela cultura nacional).

Fonte: Elaborado pela autoria.

A Nação, como uma comunidade imaginada, é simbólica e representada na Cultura Nacional, é uma ideia da Modernidade Ocidental que se universalizou. Para Homi K. Bhabha (2007), Cultura Nacional é o discurso de instituições culturais e símbolos/representações que produzem significado em histórias e memórias, ou seja: permite a identificação, que influencia e organiza concepções e ações. A Cultura

Nacional se representa com base em certas estratégias e dispositivos, descritos no Quadro 4.

Quadro 4. Cultura Nacional: estratégias e dispositivos

Estratégia	Dispositivos
Narrativa da Nação	História nacional e literatura na mídia/cultura popular: histórias, imagens, cenários, eventos coletivos, símbolos e rituais que representam as experiências compartilhadas, perdas, triunfos e desastres que dão sentido à própria Nação.
Ênfase nas origens, continuidade, tradição e atemporalidade	Os elementos "essenciais" do "caráter nacional" permaneceriam inalterados, apesar da História.
Invenção de tradições	Um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente continuidade com um passado histórico adequado.
Construção de mitos de fundação	Histórias que localizam a origem de uma nação, um povo e seu "personagem" nacional em um passado distante, não histórico, mas mítico.
Ideia do povo/folk original	Sujeitos que raramente exercem o poder.

Fonte: Elaborado pela autoria.

A formação de uma Cultura Nacional contribuiu para a criação de padrões de alfabetização que, por sua vez, foram idealizados como universais, para a normalização de uma língua de comunicação e para a criação e manutenção de instituições culturais nacionais (bibliotecas, museus, arquivos, etc.).

Os estudos pós-coloniais e decoloniais, assim como as perspectivas sobre o Sul global, há muito vêm argumentando que existe um desequilíbrio na produção e distribuição de informações: o que o Norte global produziu e exportou tornou-se universalmente conhecido, enquanto o Sul não foi considerado capaz de desafiar ou contribuir para isso. Em termos sociológicos, esta situação é referida como "colonialidade do conhecimento" (Franceschini, 2013, Maldonado-Torres, 2007, Mellino, 2021, Mignolo, 2007, Santos, 2008, 2018). Por isso, é de se perguntar como se desenvolveu tal colonialidade. Um dos pontos de acesso a possíveis traços que permitem uma compreensão de tal desenvolvimento cultural são as condições epistêmicas da produção de conhecimento. Isto é: que livros, que documentos, que informações, que produções culturais foram produzidos e disponibilizados pela Modernidade?

A resposta a isso pode ser encontrada, pelo menos parcialmente, nas listas dos bens patrimonializados sob as diretrizes de um regime patrimonial (cientificista, jurídico e administrativo) estabelecido desde o século XIX. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) tem sustentado nessas listas a internacionalização de um discurso autorizado e de práticas patrimoniais que

sistematizam conhecimentos acerca do patrimônio, construídos com base em valores ocidentais, essencialmente europeus, os quais passam a legitimar as expressões humanas culturais em âmbito global (Smith, 2013).

A análise dessas listas é capaz de destacar o traçado da construção da "colonialidade do conhecimento" da qual o Ocidente foi o autor desde o século XVI. No caso específico, a produção, organização e materialização de um conhecimento acerca do que é plausível de ser patrimônio. A hegemonia no campo do patrimônio está presente na política, na forma de governo e na gama de regras e normas (culturais, sociais e éticas) agenciada no espaço urbano para controle, gestão e interações de produtos patrimonializados na sociedade (Pichler, 2013). Se a crítica pós/decolonial nos fez tomar consciência da dívida histórica do Ocidente, torna-se necessário embarcarmos num caminho de verificação das formas materiais em que esta "dívida" foi produzida.

Em visão similar, Silva (2013) enfatiza que o poder do patrimônio está na condição de ser objeto resultante de uma seleção, de uma curadoria e, portanto, sua concepção e consubstanciação situam-se no eixo de políticas patrimoniais e de conhecimento, com discursos e práticas em transformação e cada vez mais complexos. Como analisa, o deslocamento das relações verticais entre a UNESCO e seus sítios indicados, que tem materializado a hegemonia do regime patrimonial, é que permite o acompanhamento dos processos de construção e reformulação do patrimônio no período pós-colonial e no tempo presente; movimento importante para desenvolvimentos epistemológicos e de práticas políticas com formas particulares de descolonização (Silva, 2013).

Se a contribuição dos Estudos Culturais define a "colonialidade do conhecimento" como a matriz da Modernidade Ocidental, torna-se necessário examinar como isto se manifesta materialmente ao longo do tempo. Não estamos falando do fenômeno colonial como uma política ativa de conquista e dominação de espaços "distantes", mas da constituição de ideologias, mentalidades e imaginários que alimentaram este fenômeno, por exemplo, através da declinação (muitas vezes binária) entre civilização/cultura e hierarquização étnica/racial que, até hoje, estão subjacentes aos aspectos mais problemáticos da episteme de matriz Ocidental.

A análise de Turunen (2019) é de que a colonialidade está enraizada no sistema capitalista mundial e que, mesmo com diferenças entre experiências nacionais e regionais, é possível desenterrá-la, desde a análise de projetos europeus, como o da União Europeia.

Enquanto as práticas patrimoniais, no passado e no presente, podem fomentar a compreensão mútua em um mundo de culturas em conflito, não mais separadas por tempo e espaço, elas também podem funcionar como propaganda ideológica e cultural e como um instrumento tanto de guerra quanto de diplomacia. Enquanto nosso mundo se debate com conflitos - entre nações, grupos raciais, grupos minoritários e majoritários, comunidades imigrantes e comunidades estabelecidas - a compreensão das noções de patrimônio e de suas dissonâncias, desenvolvidas por algumas comunidades discursivas, têm desempenhado o papel de facilitar a comunicação intercultural, a coesão social e a redução de conflitos. Em meio à dinâmicas de (trans)formações de identidades e remodelação da geopolítica do

conhecimento centrado na Europa, estão os processos para transgredir margens, limites e fronteiras (Proglío, 2019).

As contribuições das escolhas decoloniais para os estudos do patrimônio estão na ordem do deslocamento do universalismo e da hegemonia eurocêntricos para a pluriversalidade, entendida como perspectivas trans e interculturais (Knudsen et al., 2022a). O que para os autores se difere de relativismos ou nacionalismos locais, permitindo observações e debates de múltiplos colonialismos ou mesmo neocolonialismos em diferentes localidades.

Por esses encaminhamentos, segue-se um dos entendimentos do patrimônio como produção cultural que desenvolve, continuamente, valores e significados que interligam dimensões individuais e coletivas relacionadas à memórias, sentimentos, pertencimentos, práticas sociais e econômicas (Apaydin, 2020). Enfim, um conjunto de práticas e processos que começa, cada vez mais, a ser estudado pelas suas potencialidades de vir a ser.

A aceitação das perspectivas trans e interculturais realocam as preocupações acerca dos saberes e fazeres patrimoniais, que se direcionam para o futuro e não para o passado. A atenção explicitada por Holtorf (2020) está no futuro do patrimônio, nas noções e conhecimentos de patrimônio cultural e nas práticas que possam contribuir com o desenvolvimento social.

4. Conclusão

As comunidades discursivas ora mapeadas são representativas de trajetórias de transformações epistêmicas e funcionais. Inicialmente, acompanhamos os objetivos de analisar conjunturas de regimes de patrimônio, bem como de regimes de documentação e de informação à eles associados.

Em outro movimento discursivo, o destaque está na natureza dissonante do patrimônio, uma vez que é resultado de múltiplas significações, confrontos e diretrizes culturais, emotivas, políticas e normativas situadas em diferentes configurações de espaço-tempo. O olhar está voltado às práticas de inclusão e exclusão no ato de lembrar, aos processos de curadoria, aos meios, ambientes, ambiências e ferramentas para criar novas formas de exploração.

A perspectiva discursiva de futuro do patrimônio, conduz ao entendimento do patrimônio pela polifonia, pela inclusão de pessoas e grupos que foram silenciados, racializados por diferentes formas de exclusões e de violências. Pessoas e grupos não inseridas no *corpus* da geopolítica do conhecimento colonial, por possuírem domínios de comunicação à parte de materialidades validadas e autorizadas. É no confronto a esses fantasmas do passado colonial que são pensadas as ferramentas para ampliar limites e permitir o exame de narrativas que por muito tempo ficaram desaparecidas. No campo da epistemologia do patrimônio, as reflexões desde diferenças, marginalizações e consequências dos processos de colonização e descolonização levam também ao questionamento de práticas sociais e de ferramentas que ainda se sustentam em estruturas de representação com traços coloniais. Portanto, pela episteme prospectiva, são pautados processos para transformações e para aberturas de metodologias plurais. Isso se alinha a ideia de

inovação e originalidade apontada no início desse artigo, que estaria na formação de um protótipo de ferramenta bibliográfica orientado para o assunto para destacar as estratigrafias de próprio conhecimento que estrutura a episteme Ocidental sobre colonialidade.

As comunidades discursivas identificadas permitem reafirmarmos que o campo do patrimônio é eminentemente político e pauta-se em informações e em conhecimentos relevantes para a tomada de decisões, que se consubstancia na seleção de produtos de interesse para preservação. Conhecimentos que resultam de discursos e de práticas que funcionam e, de certa maneira, são legitimados e se retroalimentam por noções de patrimônio validadas e disseminadas por comunidades de saber e de fazer que passam a ter o poder de estabelecer as fronteiras ou aberturas para o entendimento do que possa vir a ser um patrimônio.

5. Referências bibliográficas

- Apaydin, V. (2020). Introduction: why cultural memory and heritage? In Apaydin, V. (Ed.), *Critical perspectives on cultural memory and heritage: construction, transformation and destruction* (pp. 1-9). London: UCL Press.
- Bhabha, H. K. (2006). The Texture of Heritage. In *Conference sites & subjects. Narrating heritage*.
- Bhabha, H. K. (2007). *O local da cultura*. Belo Horizonte, BH: UFMG.
- Bendix, R., Eggert, A. & Peselmann, A. (2013). Introduction: Heritage regimes and the state. In Bendix, R.; Eggert, A. & Peselmann, A. (Org.), *Heritage regimes and the state* (2nd ed. pp. 11-20). Göttingen: Univ. Verl. Göttingen.
- Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Buettner, E. (2022). Europe and its entangled colonial pasts: europeanizing the ‘imperial turn’. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 25-43). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Clopot, C. E., Andersen, C. & Oldfield, J. (2022). New diplomacy and decolonial heritage practices. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 274-291). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- El Hammami, B., Laouli, M. & Schütz, M. (2022). Aesthetics and colonial heritage an interview with artists based in Marseille. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 227-236). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Franceschini, L. (2013) *Decolonizzare la cultura. Razza, sapere e potere: genealogie e resistenze*. Verona: Ombre Corte.
- Frohmann, B. (2007). Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. In Skare, R., Lund, N. W., Vårheim, A. (Org.). *A document (re)turn: contributions from a research field in transition*. Lang.

- Frohmann, B. (2012). A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. *Morpheus: Revista de Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, Rio de Janeiro, 8(14), 227-249.
- Grosfoguel, R. (2004). Race and ethnicity or racialized ethnicities? Identities within global coloniality. *Ethnicities*, 4(3), 315-336, 2004.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A.
- Holtorf, C. (2020). 'Cultural heritage is concerned with the future': a critical epilogue. In Apaydin, V. (Ed.), *Critical perspectives on cultural memory and heritage: construction, transformation and destruction*. (pp. 309-311). London: UCL Press.
- Ifversen, J. (2022). Decolonial voices, colonialism and the limits of European liberalism: the European question revisited. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 292-308). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Kølvraa, C. (2022). 1917, Brexit and imperial nostalgia A longing for the future. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 44-62). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Knudsen, B. T. et al. (2022a). Introduction. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 1-21). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Knudsen, B. T. et al. (2022b). Decolonial countervisuality. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 255-273). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Lähdesmäki, T. et al. (2019). Preface. In Lähdesmäki, T. et al. (Org.). *Dissonant heritages and memories in contemporary Europe*. (pp. v-viii). Cham: Palgrave Mcmillan.
- Mahdjoub, D. (2022). Traces of contempt and traces of self-esteem. Deconstructing our toxic colonial legacy. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 193-208). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Maldonado-Torres, N. (2007) On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, 21(23), 240-270.
- Mellino, M. (2021). *La critica postcoloniale: decolonizzazione, capitalismo e cosmopolitismo nei postcolonial studies*. Milano: Meltemi.
- Mignolo, W. D. (2007) Coloniality of power and de-colonial thinking. *Cultural Studies*, 21(23), 155-167.
- Peixoto, P.; Ferreira, C. (2022). Reframing the colonial in postcolonial Lisbon: placemaking and the aestheticization of interculturality. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 209-226). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Pichler, A. (2013). The dynamics of heritage choice and heritage regimes in the "Making of Old Havana". In Bendix, R., Eggert, A Peselmann, Arnika (Org.). *Heritage regimes and the state*. (2nd ed., pp. 39-59). Göttingen: Univ. Verl. Göttingen.
- Proglio, G. (2019). Geography of emotions across the black mediterranean: oral memories and dissonant heritages of slavery and the colonial past. In Lähdesmäki, T. et al. (Org.). *Dissonant heritages and memories in contemporary Europe*. (pp. 249-272). Cham: Palgrave Mcmillan.

- Santos, B. S. (Ed.) (2008). *Another knowledge is possible: beyond northern epistemologies*. London-NY: Verso.
- Santos, B. S. (Ed.) (2018). *O fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul*. Lisboa: Almedina.
- Silva, M. C. (2013). Castles Abroad. Nations, Culture and Cosmopolitanisms in African Heritage Sites of Portuguese Origin. In Bendix, R., Eggert, A Peselmann, Arnika (Org.). *Heritage regimes and the state*. (2nd ed., pp. 61-78). Göttingen: Univ. Verl. Göttingen.
- Singh, M. (2022) Enslaved bodies, entangled sites and the memory of slavery in Cape Town: the meeting of the dead and the living. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 237-251). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.
- Smith, L. Discussion. (2013). In Bendix, R., Eggert, A Peselmann, Arnika (Org.). *Heritage regimes and the state*. (2nd ed., pp. 389-395). Göttingen: Univ. Verl. Göttingen.
- Turunen, J. (2019). A geography of coloniality: re-narrating european integration. In Lähdesmäki, T. et al. (Org.). *Dissonant heritages and memories in contemporary Europe*. (pp. 185-2014). Cham: Palgrave Mcmillan.
- Università di Bologna, Una Europa & Uniwersytet Jagielloński w Krakowie. (2021). *Call for Workshop Dissonant Heritage: concepts, critiques, cases*. Disponível em: [https://www.ucm.es/data/cont/docs/5-2021-05-14-2_CALL_II%20Doctoral%20Workshop%20CH%20Una%20Europa%20\(may\).pdf](https://www.ucm.es/data/cont/docs/5-2021-05-14-2_CALL_II%20Doctoral%20Workshop%20CH%20Una%20Europa%20(may).pdf). Acesso em: 18 abr. 2023.
- Van Huis, I. (2019). Contesting Cultural Heritage: Decolonizing the Tropenmuseum as an Intervention in the Dutch/European Memory Complex. In Lähdesmäki, T. et al. (Org.). *Dissonant heritages and memories in contemporary Europe*. (pp. 215-248). Cham: Palgrave Mcmillan.
- Zabunyan, E. (2022). Decolonizing contemporary art exhibitions Okwui Enwezor (1963–2019), the turning point of curatorship. In Knudsen, B. T. et al. (Eds.). *Decolonizing colonial heritage: new agendas, actors and practices in and beyond Europe*. (pp. 152-172). Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge.

3

**DIMENSIÓN SOCIAL EN LA ORGANIZACIÓN
DEL CONOCIMIENTO**

Discapacidades leves de la visión y sistemas de clasificación por colores: hacia una perspectiva de usuario

Patricia Daniela Petroccelli Rodríguez¹

Resumen: Clasificar el material bibliográfico en una biblioteca que brinda servicios a niños y niñas haciendo uso de colores, puede estar perjudicando el acceso y recuperación de información, en particular, aquellos usuarios y usuarias que presentan alguna anomalía visual entre las que se encuentra el daltonismo. Este tema fue en parte presentado en una investigación anterior, ahora se pretende presentar el tema desde la perspectiva de los usuarios y las usuarias. Para ello la metodología a implementar es de corte cualitativa, de tipo exploratoria, utilizando métodos de revisión de literatura y análisis de contenido para determinar aspectos de los sistemas de colores que obstaculizan el derecho de acceso a la información. Esto brindó resultados donde se pudo determinar que cada una de estas expresiones de sistemas de colores se aplica en un lugar determinado y por lo general solo ahí. En ese entorno quienes concurren y consultan esa unidad de información debe adaptarse al sistema impuesto. Un sistema que no contempla la inclusión de personas con discapacidades visuales y donde se generan dificultades en niños y niñas que no perciben alguna gama de colores por ser daltónicos. A modo de conclusión, se entiende que desde la organización del conocimiento existen carencias de respuestas ante los profesionales que se encuentran en este ámbito como intermediarios. Es un tema interdisciplinario para tratar en la organización del conocimiento, donde los aportes de las ciencias cognitivas, la medicina y la óptica pueden contribuir a brindar soluciones alternativas, pensando e interactuando con el público infantil.

Palabras clave: Discapacidad; Daltonismo; Clasificación; Colores; Inclusión.

Resumo: A classificação do material bibliográfico numa biblioteca que presta serviços a crianças com recurso à cor pode ser prejudicial para o acesso e recuperação da informação, em particular para os utilizadores que têm uma anomalia visual que inclui o daltonismo. Este tema foi parcialmente apresentado numa investigação anterior, pretendendo-se agora apresentar o tema na perspetiva dos utilizadores. Para o efeito, a metodologia a implementar é qualitativa, exploratória, utilizando métodos de revisão da literatura e análise de conteúdo para determinar aspectos dos sistemas de cor que dificultam o direito de acesso à informação. Os resultados obtidos permitiram determinar que cada uma destas expressões de esquemas de cores é aplicada num determinado local e, normalmente, apenas nesse local. Nesse ambiente, quem visita e consulta essa unidade de informação tem de se adaptar ao sistema imposto. Um sistema que não contempla a inclusão de pessoas com deficiência visual e onde se geram dificuldades em crianças que não percebem uma gama de cores por serem daltónicas. Em jeito de conclusão, entende-se que, a partir da organização do conhecimento, há uma falta de respostas para os profissionais que se encontram neste domínio como intermediários. Trata-se de uma questão interdisciplinar a ser tratada na organização do conhecimento, onde os contributos das ciências cognitivas, da medicina e da oftalmologia podem contribuir para dar soluções alternativas, pensando e interagindo com o público infantil.

Palavras-chave: Deficiência; Daltonismo; Classificação; Cores; Inclusão.

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Resultados. 5. Conclusiones. Referencias bibliográficas

¹ Universidad de la República, Facultad de Información y Comunicación
E-mail: patricia.petroccelli@fic.edu.uy
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8194-0632>

1. Introducción

Las anomalías visuales pueden generar trastornos en los niños y las niñas, que se reflejan especialmente en la lectura, influyendo en algunos casos en un comportamiento extraño como la somnolencia, la irritabilidad o la fatiga, e incluso generando trastornos en el aprendizaje como plantean Lázaro et al. (2013) e informa Admira Visión (2018).

Un estudio realizado sobre la percepción visual en niños de tres a cinco años menciona que llegó a la conclusión de que en los niños «la percepción visual proporciona fuentes para la adquisición del lenguaje y la comprensión de la cultura...» (Yu, 2012, p. 294). Sin embargo, no todos los niños y las niñas ven o interpretan de igual manera si tienen alguna anomalía en la visión del color (Lillo et al. 1995; Moreira & Lillo, 2004). Entre esas anomalías visuales se encuentra la discromatopsia definida por el Diccionario de la Real Academia Española, como «Incapacidad para percibir o discernir los colores.» (RAE, 2023). Este trastorno ocular puede ser de origen adquirido o congénito. Cuando es congénito hablamos de daltonismo, definido por el Diccionario de la Real Academia Española, como «defecto de la vista que consiste en no percibir determinados colores o en confundir algunos de los que se perciben» (RAE, 2014, p. 704).

Este tema fue en parte presentado en una investigación realizada por Petroccelli (2020), en su tesis de maestría. Se pretende en este trabajo, continuar con el trabajo realizado y presentar el tema desde la perspectiva de los usuarios y las usuarias.

En bibliotecas escolares, infantiles, para preescolares, de clubes deportivos, asociaciones públicas y privadas entre otros tantos tipos, los tejuelos de colores, cintas, o adhesivos de colores, son símbolos orientadores para niños y niñas, y una herramienta de clasificación temática para quienes procesan el material bibliográfico. No obstante, el servicio debe contar con las herramientas necesarias para que niños y niñas puedan ser independientes al momento de buscar y recuperar información, incluyendo a quienes tienen alguna anomalía visual que impida distinguir los colores. En este sentido, los criterios de diseño de sistemas de clasificación y las necesidades informativas de los usuarios y las usuarias ha sido un problema central en el área de organización del conocimiento, y más ampliamente en ciencia de la información.

Es necesario disponer en las unidades de información con herramientas que no obstaculicen o en el peor de los escenarios, impidan o desestimulen a las personas con alguna discapacidad visual a capacitarse, educarse y sentirse partícipe de la comunidad que integran. Por ende, para que esto no ocurra, en esencial la concientización de la no discriminación y el respeto como ser humano al acceso de la información.

1.1. Derechos, discapacidad visual y cultura

El acceso a la información, a los bienes culturales, la libertad de expresión y de opinión, son derechos humanos fundamentales que los Estados deben garantizar a todas las personas, incluyendo a las que tienen una discapacidad visual. En el campo

normativo son varios los instrumentos internacionales que instan a los Estados a adoptar medidas en este sentido.

La Agenda 2030 de Desarrollo Sostenible señala que «es necesario empoderar a las personas vulnerables» (OMS, 2015, p. 8), entre ellas a «las personas con discapacidad (más del 80% de las cuales viven en la pobreza)» (OMS, 2015, p. 8) a través de acciones y medidas eficaces para eliminar obstáculos y restricciones. En su objetivo número cuatro, menciona el compromiso de adoptar las medidas necesarias para garantizar el acceso a la educación de calidad en todos los niveles para todas las personas, incluidas las personas con discapacidad.

La Convención de Naciones Unidas sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad (ONU, 2008) hace referencia a diversos derechos y pone en manos de los Estados la responsabilidad de garantizarlos, así como de promoverlos. Entre las medidas a adoptar se encuentra el facilitar la información y los bienes culturales en formatos accesibles y sin costes adicionales, asegurando el acceso de las personas con discapacidad a materiales y espacios culturales en igualdad de condiciones con las demás.

2. Objetivos

El propósito de esta investigación es analizar si el público infantil con discapacidades leves de la visión como la discromatopsia y en especial aquellos que son daltónicos, pueden acceder a la información en bibliotecas y unidades de información que utilizan códigos de colores como sistemas de clasificación.

3. Metodología

Para lograr los objetivos de esta investigación se plantea utilizar una metodología cualitativa tipo exploratoria utilizando métodos adecuados para:

- a) Establecer cuál es la situación en cuanto a la utilización de colores con fines de representación.
- b) Analizar los sistemas de clasificación utilizados.
- c) Identificar las dificultades u obstáculos que puedan padecer niños y niñas con discapacidades leves de la visión ante el acceso a la información.

En este marco, se considera apropiado realizar una investigación exploratoria, compuesta por distintas fases.

Las fases metodológicas consisten en revisión de literatura, descripción y análisis del contenido de los sistemas de clasificación basados en colores, y la discusión de resultados en base al perfil de los usuarios con discapacidad visual.

4. Resultados

Una vez realizada la investigación se pudo determinar que existen sistemas especializados para bibliotecas con base en la Clasificación Decimal Dewey, que sugieren el uso de colores, por ejemplo:

- *Introduction to the Dewey Decimal Classification for British Schools*, es una obra autorizada por Dr. Godfrey Dewey a la cual no se pudo tener acceso, sin embargo, existe una segunda edición publicada en 1968 (Amazon, 2023).
- *Dewey Decimal Classification for School Libraries*, presenta un código compuesto por la notación del esquema, tópico y colores (Dewey, 1986).
- *Junior Colour Code*, combina números y etiquetas de colores (Baird, 2012).

Con base en la Clasificación Decimal Universal (CDU) surgieron varias propuestas entre las cuales se destaca la utilización de la figura de una margarita, cuyos pétalos son de diferentes colores como expresión de la distribución temática componente en cada clase del sistema (Rueda, 1995; Ubillo, 2005). Otra adaptación, es la que plantea Camacho (2015), propone una clasificación para pequeños lectores empleando los mismos colores de la margarita de la CDU, con la salvedad de algunas modificaciones particulares en la clase ocho para lo que es literatura y la sugerencia de utilización de una cinta de color según el nivel de lectura.

Además, se constató la existencia de otras clasificaciones sugeridas e improvisadas que emergen ante la necesidad de organizar las colecciones orientadas al público infantil (Hurtado, 1978; Rueda, 1995, 1998; Pinheiro & Sachetti, 2004; Deus, 2009).

Cada una de estas expresiones de sistemas de colores se aplica en un lugar determinado y por lo general solo ahí. En ese entorno quienes concurren y consultan esa unidad de información debe adaptarse al sistema impuesto.

Los sistemas de colores surgen y tienen la razón de existir ante la necesidad de facilitar el acceso del material a los usuarios y las usuarias donde el mediador juega un papel importante entre la colección y las necesidades de los mismos.

En su conjunto las distintas propuestas presentan un grado de dispersión en la atribución de colores que dificulta la uniformización de criterios. Las variantes comprenden combinaciones y gamas de colores muy amplia.

Los colores se utilizan para la clasificación en base a la representación del contenido temático del documento y/o género literario. Sin embargo, también se aplican con otras connotaciones:

- discriminar el material bibliográfico por nivel de instrucción de los usuarios y usuarias (Camacho, 2015).
- distinguir géneros literarios (Hurtado, 1978).
- identificar tipos de formato o soporte (Rueda, 1995).
- señalar franjas etarias o nivel de lectura de los usuarios y usuarias (Ubillo, 2005).

Ante estos resultados cabe preguntar qué pasa con los usuarios ante este escenario. El indicar que determinado material es para un determinado nivel del ciclo escolar, nivel de instrucción o nivel de lectura ¿es una forma indirecta de discriminación?

En algún caso aislado, son los niños y las niñas quienes eligen los colores y la atribución de significado como una tarea interactiva puntual, aunque por lo general son los mediadores quienes hacen esa tarea en forma aislada o basados en alguna literatura orientadora.

En la bibliografía consultada aparece Beak (2015) que ante situaciones similares a la planteada en esta investigación pregunta *Where is children's voice in KO?*. A lo cual se pueden agregar las siguientes interrogantes: ¿qué pasa con las personas daltónicas? ¿dónde están sus derechos de acceso a la información?

De la investigación no se desprenden respuestas certeras para las interrogantes, pero si un marco normativo que apunta a la igualdad de derechos ante personas con discapacidad.

Se está trabajando para que las unidades de información tengan una infraestructura accesible, para que los textos sean de fácil lectura, que se utilice el código braille entre otras medidas, aunque omiten el contemplar anomalías visuales (como el daltonismo) porque no se las reconoce como una discapacidad. A modo de reflexión sobre el tema y en base los resultados obtenidos, se da paso a las conclusiones.

5. Conclusiones

Se entiende necesario hacer más difusión sobre el tema para que estas anomalías invisibles en muchos contextos tengan mayor relevancia en las medidas a tomar al momento de trabajar con colores.

Desde la organización del conocimiento existen carencias de respuestas ante los profesionales que se encuentran en este ámbito como intermediarios.

En las unidades de información, los mediadores deberían evitar el uso de códigos de colores y, en caso de considerar que no se puede o no es de su gusto utilizar un sistema que no sea basado en colores, se busque una medida alternativa inclusiva para quienes padecen alguna anomalía visual.

En los primeros años de vida y hasta entrada la adolescencia, el crecimiento a nivel cognitivo es frágil y no todos los niños y niñas maduran a la misma vez, cada ser es único. Puede ser traumático tener dificultades en la lectura o no poder estar en igualdad de condiciones visuales al resto de sus compañeros y compañeras.

Es un tema interdisciplinario para tratar en la organización del conocimiento, donde los aportes de las ciencias cognitivas, la medicina y la óptica pueden contribuir a la mejor formulación de soluciones o alternativas, con fundamento científico, pensando e interactuando con el público infantil.

El daltonismo está invisibilizado en la sociedad y puede ser una limitante en tareas cotidianas que realizan niños y niñas en el transcurso de su desarrollo y formación. Se pueden presentar dificultades en la lectura, al momento de dibujar o

pintar con colores, elegir ropa, comprar objetos, buscar material en la biblioteca que utiliza colores en los lomos de los libros, entre muchas otras situaciones.

Niños y niñas crecen ignorando o conscientes de su anomalía visual que, según su grado de afectación, puede llegar a influir en la elección de su carrera académica o en lo laboral. A esto le sigue una etapa donde el ser humano comienza a padecer otras anomalías o patologías en la visión que dificultan actividades recreativas como la lectura. Para amortiguar estas dificultades se tienen que dar las condiciones adecuadas en su entorno, a favor de la formación como ser humano a nivel social y cultural. Desde las unidades de información se puede contribuir a hacer más ameno este tipo de situaciones contribuyendo con la sociedad en su rol de lugar de esparcimiento y formación.

Las políticas de inclusión social que se promueven desde los gobiernos, y se procesan –entre otras instituciones de interés social- en las bibliotecas, deben considerar formas inclusivas de aproximación a las categorías de usuarios con discapacidades leves de la visión ya sea adquirido o genético, incluyendo afecciones similares.

Referencias bibliográficas

- Admira Visión (2018). *Visión y retraso escolar*. www.admiravision.es/es/articulos/divulgacion/articulo/vision-y-retrasoescolar#.Xk6J3yN7nIU
- Amazon (2023). *Introduction to the Dewey Decimal Classification for British Schools*. <https://www.amazon.com/Introduction-Decimal-Classification-British-Schools/dp/0910608091>
- Baird, N. (2012). *Setting up and Running a School Library* (Information Collection and Exchange Publication No. ED204). Peace Corps OPATS. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED536911.pdf>
- Beak, J. (2015). Where is children's voice in KO? *Knowledge Organization*, 42(5), 284-289.
- Camacho E., J. A. (2015). Manual de procedimientos, organización y gestión de la Biblioteca escolar. *Mi biblioteca*, 11(41), 38-81.
- Dewey, M. (1986). *Dewey decimal classification for School Libraries*. Forest Press.
- Deus, D. Costa de (2009). *Proposta de classificação em cores*. Monografía. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Hurtado M., J. (1978). *La literatura infantil en la biblioteca*. Instituto Colombiano de Cultura.
- Lázaro, M. del M., García, J.A. y Perales, F.J. (2013). Anomalías de la visión y rendimiento escolar en Educación Primaria. Un estudio piloto en la población granadina. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 76(27,1), 101-119. <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10715.pdf>
- Lillo, J., Collado, J. A., Sánchez, M. P. & Pitini, I. (1995). Desarrollo madurativo, percepción del color y respuestas Tritán. *Anales de psicología*, 11(2), 165-172.
- Moreira V., H. & Lillo J., J. (2004). Marco referencial y percepción cromática. *Óptica pura y aplicada*, 37(1), 89-95.
- Organización Mundial de la Salud (2015). *Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible*. www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10715.pdf
- Organización de las Naciones Unidas (2008). *Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad*. www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf

- Petrocelli Rodríguez, P. (2020). *Clasificación por colores en bibliotecas orientadas al público infantil: exploración y revisión crítica* [Tesis de maestría. Universidad de la República, Facultad de Información y Comunicación]. Colibri. <https://hdl.handle.net/20.500.12008/27444>
- Pinheiro, M. A. R. & Sachetti, V.F.P. (2004, setembro 22-24). *Classificação em cores: uma alternativa para bibliotecas infantis*. [III Seminário Biblioteca Escolar, espaço de ação pedagógica]. Belo Horizonte. <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/319.pdf>
- Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española (2014). *Diccionario de la lengua española*. Barcelona: Espasa.
- Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española (2023). *Diccionario de la lengua española*. <https://dle.rae.es/>
- Rueda, R. (1998). *Bibliotecas escolares: guía para el profesorado de educación primaria*. Narcea.
- Rueda, R. (1995). *La biblioteca de aula infantil. El cuento y la poesía*. Narcea.
- Ubillo, M. A. (2005). Clasificación por colores en biblioteca para niños: proponiendo el código junior en colores. *Bibliodocencia. Revista de Profesores de Bibliotecología*, 2 (11), 27-30.
- Yu, X. (2012). Exploring visual perception and children's interpretation of picture books. *Library & Information Science Research*, 34, 292-299.

La presencia del lenguaje inclusivo en la organización del conocimiento: antecedentes

Patricia Daniela Petroccelli Rodríguez¹

Resumen: El propósito de este trabajo es realizar la búsqueda y sistematización del lenguaje inclusivo en la organización del conocimiento, con el objetivo de hacer una revisión de artículos que de alguna forma hagan mención al lenguaje inclusivo, identificar a qué hacen referencia, qué tópico es el más recurrente, si hay una fecha clara de cuándo se empezó a incorporar, y si está más presente en alguna publicación periódica en particular. Se aplica una metodología de naturaleza cualicuantitativa, de tipo descriptiva, utilizando el método de análisis de contenido sobre cinco títulos de publicaciones periódicas representativos del área, a saber: *Advances in Knowledge Organization*, *Cataloging & Classification Quarterly*, *College & research libraries*, *Journal of Documentation*, y *Knowledge Organization*. Destacándose entre los resultados que el lenguaje discriminatorio va más allá del género o la orientación sexual, también se ve presente en las prácticas culturales que distinguen a una determinada comunidad de personas por su color o raza (etnia), personas que hablan una lengua diferente poco común como los indígenas, los que practican alguna religión en particular más allá del catolicismo, y hacia las personas con discapacidad. Por ende, es de desear que se siga trabajando en el tema y que aparezcan cada vez más artículos de experiencias donde se relate cómo eliminaron sesgos discriminatorios de los sistemas de organización del conocimiento.

Palabras clave: Organización del conocimiento; Lenguaje inclusivo; Inclusión; Discriminación; Sesgo.

Resumo: O objetivo deste trabalho é pesquisar e sistematizar linguagem inclusiva na organização do conhecimento, com o intuito de revisar artigos que, de alguma forma, fazem menção à linguagem inclusiva, identificando a que se referem, qual o tema mais recorrente, se há uma data clara em que começou a ser incorporada e se é mais frequente em alguma publicação periódica específica. É aplicada uma metodologia descritiva, qualitativa-quantitativa, utilizando o método de análise de conteúdo em cinco títulos de periódicos representativos da área, a saber: *Advances in Knowledge Organization*, *Cataloging & Classification Quarterly*, *College & research libraries*, *Journal of Documentation* e *Knowledge Organization*. Entre as conclusões, a linguagem discriminatória vai para além do gênero ou da orientação sexual, estando também presente em práticas culturais que distinguem uma determinada comunidade de pessoas pela sua cor ou raça (etnia), pessoas que falam uma língua rara diferente, como os povos indígenas, pessoas que praticam uma determinada religião para além do catolicismo e pessoas com deficiência. Por conseguinte, é desejável que se continue a trabalhar sobre este tema e que surjam cada vez mais artigos sobre experiências de eliminação de preconceitos discriminatórios dos sistemas de organização do conhecimento.

Palavras-chave: Organização do conhecimento; Linguagem inclusiva; Inclusão; Discriminação; Preconceito.

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Resultados. 5. Conclusiones. Referencias bibliográficas

¹ Universidad de la República, Facultad de Información y Comunicación
E-mail: patricia.petroccelli@fic.edu.uy
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8194-0632>

1. Introducción

Cada lengua es un producto social en permanente cambio que acumula y expresa los estereotipos y valores marcados de cada sociedad, transmitidos de una generación a otra, según Cordo (2013). Con el lenguaje, dice Carreño (2020, p. 240), «habitamos el mundo e interactuamos con los otros, pero también es con el lenguaje que *construimos* el mundo entendido como entramado de significaciones comunes y pre-reflexivamente comprensibles». Por consiguiente, en cada lugar se puede interpretar de manera diferente lo que es un sesgo discriminatorio y cambiar según el tiempo y el contexto en el que se aplique.

El sesgo (*bias* en inglés) es una inclinación o tendencia, tanto en el concepto como en su denominación, para referirse a un objeto de la realidad. Los sesgos pueden encontrarse en la forma de relacionar conceptos, así también en la forma de denominar para hacer referencia, por ejemplo, a las minorías.

En este sentido, varios grupos de movimientos sociales han puesto de manifiesto la necesidad de contar con estructuras conceptuales que los representen o que lo hagan sin sesgos negativos como mencionan Colombo et al. (2022). De ahí que surge esta investigación, con un tema no muy reciente, el lenguaje inclusivo.

Según González (2021, p. 199) en la «Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948 aparecen recogidas las primeras aseveraciones enfocadas a alcanzar la igualdad» desde el punto de vista social, haciendo referencia a organizaciones, agrupaciones y movimientos sociales.

En 1973, la investigadora argentina Delia Esther Suardiaz, publicó su tesis de maestría con el título *Sexism in the Spanish Language* (Guerrero, 2021), donde plantea el uso discriminatorio del lenguaje hacia la mujer.

Según Guerrero (2021, p. 15) en la década de los 80 comienzan los primeros trabajos de investigación y el tema del feminismo comienza a influir en la prensa española, momento en que surgen las demandas sociales para realizar cambios en determinadas definiciones.

En este contexto es difícil determinar cuándo surgió el término lenguaje inclusivo y, por otra parte, las interpretaciones conceptuales presentan variantes. De hecho, a continuación, se presentan distintas definiciones para tratar de entender de qué se está hablando.

El lenguaje inclusivo muchas veces entendido como no sexista es definido como el «conjunto de propuestas de uso de la lengua castellana que busca personalizar la presencia de mujeres y hombres al escribir, hablar y presentar, promoviendo que las y los hablantes abandonen o no incurran en el sexismo lingüístico y en el sexismo social presente en el lenguaje» (Perú, Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables, 2014, p. 14).

Gil (2020, p. 66) hace referencia al mundo hispánico y dice que el lenguaje inclusivo «puede definirse como la planificación de un conjunto de cambios léxicos y gramaticales que permiten visibilizar, en ocasiones de manera creativa, el justo reclamo a favor de la igualdad de género».

La Real Academia Española (RAE) manifiesta que la expresión *lenguaje inclusivo* acoge al menos dos interpretaciones:

1. Se entiende a veces por *lenguaje inclusivo* aquel en el que las referencias expresas a las mujeres se llevan a cabo únicamente a través de palabras de género femenino, como sucede en los grupos nominales coordinados con sustantivos de uno y otro género. Desde este punto de vista, sería inclusiva la expresión *los españoles y las españolas*, y no lo sería, en cambio, la expresión *los españoles*, aun cuando el contexto dejara suficientemente claro que abarca también la referencia a las mujeres españolas. También se considera “inclusiva”, en esta misma interpretación del término, la estrategia de emplear sustantivos colectivos de persona, sean femeninos (*la población española*), sean masculinos (*el pueblo español*), así como la de usar términos nominales que abarquen en su designación a los dos sexos (como en *toda persona española*, en lugar de *todo español*).
2. En la segunda interpretación, la expresión *lenguaje inclusivo* se aplica también a los términos en masculino que incluyen claramente en su referencia a hombres y mujeres cuando el contexto deja suficientemente claro que ello es así, de acuerdo con la conciencia lingüística de los hispanohablantes y con la estructura gramatical y léxica de las lenguas románicas. Es lo que sucede, por ejemplo, en expresiones como *el nivel de vida de los españoles* o *Todos los españoles son iguales ante la ley*. (RAE, 2020, p. 5-6)

Bonnin et al. entienden por lenguaje inclusivo:

«Al uso de ciertas expresiones que designan personas o grupos de personas en las que, en vez de utilizar el género gramatical masculino (“chicos”) o femenino (“chicas”), cambiamos la marca de género, generalmente mediante el sufijo “-e” (“chiques”) o incluyendo un pronombre no binario (“les” o “elles”) a los ya existentes (las/los, ellos/ellas). El uso de esta variante no binaria (es decir, ni masculina ni femenina) es habitualmente llamado “lenguaje inclusivo”». (2022, párr. 6)

Como se puede apreciar no hay un consenso claro sobre su definición, pero sí una idea general que es la no discriminación.

En esta investigación, se deja de lado la profundización sobre el uso de la letra x, la e, el guión corto, la @, o la supresión de la letra que otorga el sexo a la palabra como menciona Carreño (2020), para hacer énfasis en los sesgos negativos que aún se pueden ver reflejados en la representación temática. Esto va en sintonía con lo que Corda y Tello (2017), señalan «aspectos naturalizados del lenguaje que expresan violencia simbólica y/o invisibilizan relaciones de desigualdad, que están presentes en términos temáticos utilizados» (párr. 5).

Considerando estos elementos, en organización del conocimiento se encuentran artículos sobre temas vinculados, aunque se desconoce si se habla de lenguaje inclusivo para hacer referencia a las minorías.

2. Objetivos

Se plantea hacer una revisión de artículos que de alguna forma hagan mención al lenguaje inclusivo, identificar a qué hacen referencia, qué tópico es el más recurrente, si hay una fecha clara de cuándo se empezó a incorporar, si está más presente en alguna publicación periódica en particular, y la existencia de una línea en el tiempo donde el tema fue más persistente.

3. Metodología

Por la impronta de esta investigación y el tema sobre el que se quiere trabajar, se entiende válida la necesidad de querer conocer los antecedentes del lenguaje inclusivo en algunas de las publicaciones vinculadas al área.

Para obtener datos sobre lo expuesto, el procedimiento metodológico aplicado en la investigación va a ser de naturaleza cualicuantitativa, de tipo descriptiva, utilizando el método de análisis de contenido sobre cinco títulos de publicación periódica representativos del área, a saber: *Advances in Knowledge Organization*, *Cataloging & Classification Quarterly*, *College & research libraries*, *Journal of Documentation*, y *Knowledge Organization*.

La revisión documental sobre la temática a abordar se realiza en artículos que estén en inglés dado a que es el idioma oficial de todas las publicaciones mencionadas, por ende, en cada una de las publicaciones se hizo la búsqueda por *inclusive language* con y sin comillas, dependiendo del buscador y los registros obtenidos.

Se delimitaron los resultados al período comprendido entre el 2018 y el 2022 para tener insumos más actualizados, y por un tema de tiempo, dado que se ingresó a cada artículo de cada número de publicación periódica.

El primer título *Advances in Knowledge Organization*, es la serie de actas de las Conferencias Internacionales ISKO. La consulta se realizará a través de Nomos eLibrary, ingresando a cada acta para hacer la revisión literaria sobre el tema propuesto, al igual que en el caso de la publicación periódica *Knowledge Organization*, se va a buscar número por número también en el mismo buscador Nomos eLibrary.

Las demás publicaciones periódicas, *Cataloging & Classification Quarterly*, *College & Research Libraries*, *Journal of Documentation*, se harán las consultas a través del buscador de Timbó Foco (<https://foco.timbo.org.uy/home>). Este buscador permite acceder gratuitamente en línea a la última bibliografía y literatura científica-tecnológica mundial.

A los resultados de búsqueda en primera instancia se le aplicarán distintos filtros para acceder a colecciones internacionales, durante el período de tiempo propuesto.

En una segunda instancia y luego de aplicados los filtros, se ordenarán los resultados por título de publicación periódica y a su vez se determinará un orden de presentación.

Finalizada la etapa de búsqueda y filtrado de datos, se comenzará con la sistematización para lo cual se realizará una planilla por cada título de publicación periódica, con el registro de los títulos encontrados, autor(es), tópico(s) referente(s)

y datos de publicación (año, volumen, número, páginas), para dar lugar al proceso de análisis y discusión de resultados.

4. Resultados

Los resultados obtenidos de la investigación se presentan a continuación en forma esquemática por títulos de publicaciones periódicas relevadas en el área Organización del conocimiento.

Tabla 1. Cantidad de artículos encontrados vinculados con el lenguaje inclusivo

	Advances in Knowledge Organization	Knowledge Organization	Cataloging & Classification Quarterly	College & Research Libraries	Journal of Documentation
2022	5	3	4	9	3
2021	0	6	0	3	2
2020	4	6	0	2	2
2019	0	7	0	0	0
2018	6	5	0	1	0
Totales	15	27	4	15	7

Fuente: Elaboración propia.

Resulta interesante observar cómo resalta la publicación *Knowledge Organization* en cuanto a artículos vinculados a lo inclusivo. Son 27 artículos que muestran una presencia constante en los años delimitados para esta investigación, lo cual no sucede igual en los demás títulos, es notoria la ausencia de artículos sobre el tema en estudio durante algunos años. Los otros títulos de publicaciones *Advances in Knowledge Organization* y *College & Research Libraries* presentan igualdad de cantidad de artículos publicados y en menor medida la *Journal of Documentation* y *Cataloging & Classification Quarterly*.

A continuación, se presentan discriminados los tópicos sobre los que hacen referencia esos artículos.

Tabla 2. Tópicos referentes al lenguaje inclusivo

	Advances in Knowledge Organization	Knowledge Organization	Cataloging & Classification Quarterly	College & Research Libraries	Journal of Documentation
disability				x	x
gender		x	x	x	

language	x	x		x	
racism	x	x	x	x	
religion		x			
sex		x	x	x	x

Fuente: Elaboración propia.

Los tópicos de las publicaciones periódicas fueron extraídos literalmente del resumen de los artículos y ante casos de duda, del cuerpo del texto, teniendo siempre en consideración de qué trataba el documento. Los resultados demuestran que el lenguaje discriminatorio va más allá del género o la orientación sexual, también se ve presente en las prácticas culturales que distinguen a una determinada comunidad de personas por su color o raza (etnia), personas que hablan una lengua diferente poco común como los indígenas, los que practican alguna religión en particular más allá del catolicismo, y hacia las personas con discapacidad.

En el cuadro 2, se puede apreciar que las publicaciones *Knowledge Organization* y *College & Research Libraries* son las que más tienen artículos que hacen referencia a tópicos referidos a lo inclusivo, seguidas en menor medida de la *Cataloging & Classification Quarterly*, *Advances in Knowledge Organization* y *Journal of Documentation*. Sin embargo, es necesario precisar aún más los resultados obtenidos para saber qué tópico es el más recurrente en este período.

Tabla 3. Recurrencia de tópicos inclusivos

	Advances in Knowledge Organization	Knowledge Organization	Cataloging & Classification Quarterly	College & Research Libraries	Journal of Documentation
disability	0	0	0	6	4
gender	0	1	1	1	0
language	5	2	0	1	0
racism	1	1	2	3	0
religion	0	1	0	0	0
sex	0	1	1	1	1
Otros	9	21	0	3	2

Fuente: Elaboración propia.

Existen muchos artículos asociados a los tópicos vinculados con el lenguaje inclusivo, sin embargo, es mucho menor la cantidad de artículos que tratan sobre estos tópicos en particular. De la muestra seleccionada, se puede decir que el tema más recurrente es la discapacidad (*disability*), seguido de mayor a menor número de

apariciones por lengua (*language*), racismo (*racism*), sexo (*sex*), género (*gender*) y religión (*religion*).



Figura 1. *Tópicos más recurrentes*. Fuente: Elaboración propia.

Es de entenderse, que en otro período seguramente fuese distinto el resultado a los que se refleja en estos últimos cuatro años. Por consiguiente, no se puede establecer una fecha clara de cuándo se empezaron a incorporar estos tópicos en la literatura del área.

Haciendo un análisis más de corte cualitativo, se puede decir como dato relevante, que en estos últimos años la publicación *Advances in Knowledge Organization* presenta varios artículos sobre temas vinculados a la lengua y su relación con la necesidad de una cobertura temática más específica; *Knowledge Organization* es muy heterogénea en los tópicos que abarca, obstaculizando la detección de prevalencia de un tópico en particular; *Cataloging & Classification Quarterly* tiene poco contenido sobre los tópicos en cuestión aunque diferentes a los anteriores; *College & Research Libraries* contiene artículos sobre el tópico discapacidad en todos los años relevados, en lo relacionado a la igualdad de servicios prestados, la exclusión y la discapacidad intelectual, seguido en menor medida del tópico racismo (etnia); y *Journal of Documentation* que casi no trataba temas vinculados a lo inclusivo, en los dos últimos años aparecen artículos principalmente sobre discapacidad desde la visión de la prestación de servicios, y los modelos de búsqueda inclusiva.

5. Conclusiones

Se entiende que ante los resultados obtenidos, esta investigación aporta información sobre la presencia del *inclusive language* plasmado en publicaciones periódicas del área Organización del conocimiento.

Es de desear que se siga trabajando en el tema y que aparezcan cada vez más artículos de experiencias donde se relate cómo eliminaron sesgos discriminatorios de los sistemas de organización del conocimiento, de los catálogos, y de la representación de la información.

Sería interesante hacer una revisión con el término en español, utilizando un corpus de recursos en igual idioma, lo cual podría brindar resultados diferentes aportando más información.

Una delimitación que tuvo esta investigación es que al abarcar los últimos años de las publicaciones mencionadas, no se pudo determinar desde cuándo se está trabajando con temas vinculados al lenguaje inclusivo en organización del conocimiento.

Referencias bibliográficas

- Bonnin, J., Dvoskin, G., Lauría, D., López García, M., Salerno, P., Zunino, G. & Tosi, C. (2022). ¿Qué dice la lingüística sobre el lenguaje inclusivo? UBAfilo. Facultad de Filosofía y Letras. <http://novedades.filo.uba.ar/novedades/%C2%BFqu%C3%A9-dice-la-ling%C3%BC%C3%ADstica-sobre-el-lenguaje-inclusivo>
- Carreño, S. (2020). ¿Por qué utilizar lenguaje inclusivo? Una perspectiva fenomenológica. *Nomadías*, (29), 237–255. <https://nomadias.uchile.cl/index.php/NO/article/view/61063>
- Colombo, S., Petroccelli, P. & Simón, L. (2022, Octubre 5-7). *Representación de la sigla LGTBIQ+ en sistemas de indización*. [Presentación de paper]. XI Seminario Hispano Brasileño de Investigación en Información, documentación y Sociedad. Madrid, España. <https://eventos.ucm.es/80525/detail/xi-seminario-hispano-brasileno-de-investigacion-en-informacion-documentacion-y-sociedad.html>
- Corda, M., & Tello, S. (2017, Noviembre 15-17). *Evaluación de descriptores temáticos para adecuarlos a la concepción de un lenguaje inclusivo y no discriminatorio: la política en FLACSO Argentina*. [Sesión de conferencia]. VI Encuentro Nacional de Catalogadores. La Plata, Argentina. www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.9678/ev.9678.pdf
- Cordo, A. (2013). *Lenguaje inclusivo: ¿por qué? ¿para qué? ¿para quiénes?*. Ministerio de Desarrollo Social.
- Gil, J. M. (2020). Las paradojas excluyentes del «lenguaje inclusivo»: Sobre el uso planificado del morfema flexivo -e. *Revista Española De Lingüística*, 50(1), 65-84. <http://dx.doi.org/10.31810/RSEL.50.1.3>
- González Vallejo, R. (2021). Unión Europea y lenguaje inclusivo: la guía italiana y española de la Secretaría General del Consejo. *Lingue E Linguaggi*, 0(46). <http://sibaese.unisalento.it/index.php/linguelinguaggi/article/view/23518>
- Guerrero Salazar S. (2021). El lenguaje inclusivo en la universidad española: la reproducción del enfrentamiento mediático. *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación*, 88, 15-30. <https://doi.org/10.5209/clac.7829>
- Perú, Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables. (2014). *Guía para el uso del lenguaje inclusivo: si no me nombras, no existo*. Documento de trabajo: Promoviendo el uso del lenguaje inclusivo en las entidades públicas. Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/Guia_lenguajeinclusivo-2015-.pdf
- RAE (2020). *Informe de la Real Academia Española sobre el lenguaje inclusivo y cuestiones conexas*. https://www.rae.es/sites/default/files/Informe_lenguaje_inclusivo.pdf

Los términos de accesibilidad e inclusión en la producción científica de Biblioteconomía y Documentación: revisión sistemática de las tendencias de uso

Elena Loreto Olmedo Pagés¹

Resumen: En una sociedad inclusiva, es el entorno el que se adapta a la diversidad que presentan las personas que la conforman para sacar el máximo provecho de dicha variedad, lo que no solo incluye a personas con discapacidad, como tradicionalmente se ha venido creyendo. Esto ha dado lugar a una diferenciación entre los términos de accesibilidad e inclusión, que a priori pueden parecer sinónimos, pero que se han especializado siendo el primero el medio para conseguir el fin, que es el segundo. Este hecho resulta todavía confuso, pues tradicionalmente se ha utilizado la accesibilidad para hablar de personas con discapacidad, pero en un tiempo más reciente se habla de inclusión para tener en cuenta otros grupos de la sociedad, como pueden ser personas que no conocen el idioma, aquellos que presentan riesgo de exclusión social, etc. En este artículo se presentan los primeros resultados de una investigación llevada a cabo en la que se realiza una revisión sistemática sobre el uso de los conceptos de “accesibilidad” e “inclusión” relacionados con el de “biblioteca” en la producción científica del ámbito de la Biblioteconomía y la Documentación a través de las bases de datos de *Web of Science*, *Scopus* y *Library Science Database*, en este caso, la parte correspondiente a las personas con discapacidad. Con ello, se pretende conocer la evolución en el uso de los términos en los últimos veinte años y comprobar si existe una tendencia de uso que lleve a la preferencia de un concepto sobre el otro.

Palabras clave: Revisión sistemática; Accesibilidad; Inclusión; Biblioteca; Discapacidad.

Resumo: Numa sociedade inclusiva, é o ambiente que se adapta à diversidade das pessoas que a compõem para tirar o máximo partido dessa variedade, que não inclui apenas as pessoas com deficiência, como tradicionalmente se pensava. Isto deu origem a uma diferenciação entre os termos acessibilidade e inclusão, que à primeira vista podem parecer sinónimos, mas que se especializaram, sendo o primeiro o meio para atingir o fim, que é o segundo. Este facto continua a ser confuso, uma vez que a acessibilidade tem sido tradicionalmente utilizada para falar de pessoas com deficiência, mas mais recentemente a inclusão tem sido utilizada para ter em conta outros grupos da sociedade, como as pessoas que não conhecem a língua, as que estão em risco de exclusão social, etc. Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma revisão sistemática da utilização dos conceitos de “acessibilidade” e “inclusão” relacionados com o de “biblioteca” na produção científica no domínio da Biblioteconomia e Ciência da Informação através das bases de dados Web of Science, Scopus e Library Science Database, neste caso, na parte correspondente às pessoas com deficiência. Desta forma, pretende-se conhecer a evolução no uso dos termos nos últimos vinte anos e verificar se existe uma tendência de uso que leve à preferência de um conceito sobre o outro.

Palavras-chave: Revisão sistemática; Acessibilidade; Incluso; Biblioteca; Deficiência.

Sumario: 1. Introducción. 2. Estado de la cuestión. 3. Objetivos. 4. Método. 5. Resultados y discusión, 6. Conclusiones. Referencias bibliográficas

¹ Contratada predoctoral Santander-UCM, Grupo de investigación IDEA Lab, Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense de Madrid, España
Email: elolmedo@ucm.es
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2766-4777>

1. Introducción

Una sociedad inclusiva es aquella que se planifica y diseña pensando en las personas que tienen necesidades diferentes y se ofrece a todo el conjunto de la ciudadanía bajo las mismas condiciones, promoviendo así la igualdad de oportunidades. Es así como se acepta la diversidad y se convierte en una ventaja para la sociedad, y no al contrario.

Para conseguir que la realidad en la que estamos inmersos sea inclusiva, desde hace años se promueven medidas de accesibilidad, entendiendo esta como la condición necesaria para generar un entorno inclusivo. En el ámbito de la producción científica y, específicamente, en el del campo de la Biblioteconomía y la Documentación, la accesibilidad de las bibliotecas es un tema que se ha considerado tradicionalmente como un eje central de las funciones de estas instituciones. En un mundo cambiante como este, la diversidad no hace más que incrementarse, por lo que han proliferado también los estudios que analizan estas cuestiones. No obstante, a mayor producción científica sobre accesibilidad e inclusión, mayor es también la confusión que rodea a estos dos conceptos.

El presente artículo pretende arrojar luz a esta cuestión, por medio de una revisión sistemática que compruebe el uso de ambos términos en los artículos y *conference papers* publicados en los últimos veinte años en tres bases de datos: *Web of Science*, *Scopus* y *Library Science Database*. Con ello, se busca conocer la relación que existe entre la accesibilidad y la inclusión, las tendencias de uso de estos conceptos y su vinculación al concepto de discapacidad y sus tipos, como aquello que define a un sector concreto de usuarios de una biblioteca, creando un nuevo y más justo paradigma en la realidad social.

2. Estado de la cuestión

Semánticamente, “incluir” e “integrar” tienen un significado similar, lo que lleva a muchas personas a utilizar estos dos conceptos como sinónimos. No obstante, cuando se trata de movimientos sociales, a pesar de que el objetivo sea, aparentemente, el mismo, dichos términos comprenden filosofías muy distintas.

La integración implica la inserción en la sociedad de las personas con diversidad, haciendo ajustes en los modelos ya existentes para que sean estas personas las que se adapten al entorno que las rodea. Visto así, defiende los derechos de estos individuos a participar en la sociedad, aunque en la práctica se realicen acciones que suponen tan solo su inserción parcial (Adirón, 2005; Werneck, 2002).

Por tanto, la articulación social integrativa responde a un proceso que entraña respeto por el grupo al que pretende integrar dentro de una globalidad donde procura el “debilitamiento” de las fronteras inter-grupales, pero no su desaparición (Scialpi, 1992; Bartolomé, 1980).

La Convención Internacional sobre Derechos de las Personas con Discapacidad, del 3 de mayo de 2008, indica en su artículo 9 sobre accesibilidad la necesidad de adoptar “medidas pertinentes para asegurar el acceso de las personas con

discapacidad, en igualdad de condiciones con las demás, al entorno físico, el transporte, la información y las comunicaciones, incluidos los sistemas y las tecnologías de la información y las comunicaciones, y a otros servicios e instalaciones abiertos al público o de uso público” (ONU, 2006).

Si la integración es la aceptación de las personas con diversidad en el conjunto social, la accesibilidad es la herramienta que hace posible dicha integración.

La accesibilidad ha sido generalmente asociada a personas que, según el modelo tradicional, sufrían algún tipo de “discapacidad”, es decir, “que incluye déficits, limitaciones en la actividad y restricciones en la participación. Indica los aspectos negativos de la interacción entre un individuo (con una “condición de salud”) y sus factores contextuales (factores ambientales y personales)” (OMS, 2001). Para personas con cualquier deficiencia, limitación en la actividad o restricción en la participación que sufre una persona como resultado de la interacción entre estos factores internos y externos, se promueven adaptaciones adecuadas para que los recursos que se ponen a su disposición resulten accesibles.

“Eliminar los obstáculos en los espacios públicos, transporte, información y comunicación hará posible que las personas con discapacidad participen en la educación, empleo y vida social, reduciendo así su aislamiento y dependencia. En todos los dominios, los requisitos fundamentales para abordar la accesibilidad y reducir las actitudes negativas son las normas de acceso; la cooperación entre los sectores público y privado; una organización líder responsable de la ejecución; la formación en accesibilidad; el diseño universal para los planificadores, arquitectos y diseñadores; la participación de los usuarios, y la educación pública” (OMS, 2011).

En gran parte gracias a la expansión del movimiento *Independent Living*, desde hace algunos años, se está presenciando el cambio del término “discapacidad”, entendida en un sentido tradicional por su énfasis en el hecho de que sea la persona que presenta diversidad (diversidad que se considera un obstáculo) la que deba adaptarse a su entorno para participar de él, por el de “diversidad”, que conlleva la responsabilidad del entorno sobre las barreras que genera cuando las personas con diversidad intentan participar en él (Moscoso, 2011). La “diversidad” es definida por el Diccionario de la Lengua Española como “variedad, desemejanza, diferencia o abundancia, gran cantidad de varias cosas distintas”, de lo que se sustrae la variedad característica del ser humano y lo que la aceptación de dicha naturaleza diversa puede suponer en términos de enriquecimiento social (Sampedro Palacios y Pérez Villar, 2019).

Con todo ello, se puede afirmar que la inclusión social reposa en principios tales como la aceptación de las diferencias individuales, donde se valora cada individuo y se convive y aprende a través de la cooperación (Sasaki, 1997).

La constitución de una sociedad inclusiva comienza, por tanto, con la creación de espacios respetuosos con la diversidad, donde se garantiza la accesibilidad universal, definida por el artículo 2 del Real Decreto Legislativo 1 de 2013, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley General de Derechos de las Personas con Discapacidad y de su Inclusión Social en España, como “la condición que deben cumplir los entornos, procesos, bienes, productos y servicios, así como los

objetos, instrumentos, herramientas y dispositivos, para ser comprensibles, utilizables y practicables por todas las personas en condiciones de seguridad y comodidad y de la forma más autónoma y natural posible. Presupone la estrategia de “diseño universal o diseño para todas las personas”, y se entiende sin perjuicio de los ajustes razonables que deban adoptarse” (Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad, 2013). Esta condición sería corregida y ampliada por la Ley 6/2022, de 31 de marzo, de modificación del Texto Refundido de la Ley General de derechos de las personas con discapacidad y de su inclusión social, aprobado por el Real Decreto Legislativo 1/2013, de 29 de noviembre, para establecer y regular la accesibilidad cognitiva y sus condiciones de exigencia y aplicación. Esta modificación tiene en consideración otros grupos con diversidad, como son los mayores, los desconocedores de las lenguas oficiales, personas con poca alfabetización, etc. Es bajo la idea de la inclusión de todas las personas que se establece la accesibilidad cognitiva como parte de la accesibilidad universal, que había quedado incompleta en la normativa anterior. Así, la accesibilidad cognitiva se define como el “elemento que ha de permitir la fácil comprensión, la comunicación e interacción a todas las personas. [...] Se despliega y hace efectiva a través de la lectura fácil, sistemas alternativos y aumentativos de comunicación, pictogramas y otros medios humanos y tecnológicos para tal fin” (BOE, 2022).

La inclusión exige una ruptura total de los sistemas para garantizar la inserción total de todas las personas, independientemente de si presentan diversidad, pues parte de la base de que todos los individuos son diferentes entre sí y que dicha diversidad es una ventaja para la vida en sociedad. Es por ello que los sistemas son los que deben adaptarse y convertirse en modelos de calidad para todos y no limitarse a adaptar sus características para dar respuesta en situaciones puntuales a necesidades específicas (Adirón, 2005; Werneck, 2002).

Dentro del ámbito de las bibliotecas, y analizando la bibliografía especializada en el mismo, se puede hablar de “bibliotecas accesibles” (Miranda, 2017; Oliveira y Silva, 2015) y de “bibliotecas inclusivas” (Silva y Spudeit, 2020; Valdés, 2018; Silva y Bernardino, 2015; Canosa, 2008), aunque en ocasiones ambos términos son utilizados indistintamente (Sampedro Palacios y Pérez Villar, 2019; Kowalsky y Woodruff, 2017; Furtado, 2015; Peix Cruz, 2013).

De forma paralela a la evolución de los conceptos expuesta anteriormente, estos dos términos se han introducido en el ámbito de la Biblioteconomía y la Documentación, haciendo que sea posible el estudio de su uso en la literatura científica.

Esta investigación toma como base la premisa de que el uso de estos dos términos que, a priori, pueden parecer sinónimos y, de hecho, se llegan a usar como tal, es transitorio. Es decir, allá donde se utilizó tradicionalmente el concepto de “accesibilidad”, se utilizará el de “inclusión”, dando lugar a una forma más coherente de expresión científica de la realidad que rodea a las bibliotecas. El presente artículo muestra los primeros resultados del estudio que se está llevando a cabo, pudiendo conocer en este caso la relación que estos términos pueden tener con las diferentes discapacidades reconocidas en el ámbito de las bibliotecas.

3. Objetivos

El objetivo principal de esta investigación es realizar una revisión sistemática sobre el uso los conceptos de accesibilidad e inclusión en el entorno de la Biblioteconomía y la Documentación a través de diferentes bases de datos. Con ello, se pretende (1) conocer la evolución del uso de estos términos asociados a la literatura científica del ámbito de las bibliotecas en los últimos 20 años y (2) comprobar si existe una tendencia hacia el uso de un término sobre otro a la hora de hablar de discapacidad.

4. Método

Para el abordaje metodológico de la revisión sistemática realizada se han seguido las directrices aportadas por Salvador Oliván, Marco Cuenca y Arquero Avilés (2018 y 2023).

4.1. Fuentes de datos

Para llevar a cabo este estudio, se ha realizado la búsqueda en las bases de datos de *Web of Science* (WoS), *Scopus* y *Library Science Database* (plataforma ProQuest). Todas las búsquedas han sido realizadas el día 6 de junio de 2022 y se han actualizado el día 25 de julio de 2023.

4.2. Estrategia de búsqueda

Se ha diseñado la estrategia de búsqueda para recuperar en cada una de las bases de datos mencionadas aquellos artículos científicos o *conference paperes* en cuyo título, palabras clave o resumen se hiciera uso del concepto de “accesibilidad” o “inclusión” (y derivados) vinculado al de “biblioteca”, que hubieran sido publicados entre 2002 y 2022 en revistas del área de Biblioteconomía y Documentación, en inglés o castellano. Así:

Tabla 1. Estrategias de búsqueda empleadas por base de datos

<i>Web of Science</i>	
<i>Accessibility</i>	((TI=(accessi*) OR AB=(accessi*) OR AK=(accessi*)) AND (TI=(librar*) OR AB=(librar*) OR AK=(librar*)))
<i>Inclusion</i>	((TI=(inclus*) OR AB=(inclus*) OR AK=(inclus*)) AND (TI=(librar*) OR AB=(librar*) OR AK=(librar*)))
<i>Scopus</i>	
<i>Accessibility</i>	((TITLE-ABS-KEY(accessi*) AND TITLE-ABS-KEY(librar*)) AND (DOCTYPE(ar) OR DOCTYPE(cp)) AND SUBJAREA(SOCI) AND PUBYEAR > 2001 AND PUBYEAR

Inclusion < 2023 AND (LANGUAGE(english) OR LANGUAGE(spanish))
 ((TITLE-ABS-KEY(inclus*) AND TITLE-ABS-KEY(librar*)) AND (DOCTYPE(ar) OR
 DOCTYPE(cp)) AND SUBJAREA(SOCI) AND PUBYEAR > 2001 AND PUBYEAR <
 2023 AND (LANGUAGE(english) OR LANGUAGE(spanish)))

Library Science Database

Accessibility title(accessi*) OR abstract(accessi*) AND title(librar*) OR abstract(librar*)
 title(inclus*) OR abstract(inclus*) AND title(librar*) OR abstract(librar*)

Inclusion

Fuente: elaboración propia.

4.3. Criterios de inclusión

Los principales criterios de inclusión han sido:

- La presencia de las palabras derivadas de “accesibilidad” o “inclusión” y “biblioteca” en el título del documento, las palabras clave o el resumen
- Artículos, *conference papers* o *proceeding papers* o revisiones
- Publicados entre 2002 y 2022
- En inglés o castellano
- En revistas del sector de la Biblioteconomía y la Documentación
- Enfoque temático dirigido a la discapacidad

Las búsquedas dieron como resultado registros que eran considerados por las bases de datos referidas como revisiones de libro o *book review*. Estos resultados han sido excluidos de la revisión sistemática en este trabajo, pues lo que se pretende es analizar la producción científica a través de los artículos publicados. De igual modo se ha procedido con aquellos que incluyen estadísticas sobre acceso o *accession*, generalmente en bibliotecas digitales, pues se ha considerado que un mayor acceso a los recursos no garantiza una mayor accesibilidad a los mismos y, por tanto, no responde al objetivo del estudio.

4.4. Extracción de datos

En definitiva, se ha generado una base de datos con los resultados obtenidos que cumplen con los requisitos del estudio, es decir, artículos de revista y actas de conferencia que incluyan en su título, palabras clave o resumen palabras derivadas de accesibilidad o inclusión y biblioteca, que fueran publicados entre 2002 y 2022 en revistas del área de Biblioteconomía y Documentación. Posteriormente, se ha procedido a la eliminación de los duplicados y aquellos registros que no correspondieran con los criterios establecidos para este trabajo.

Un último criterio establecido y seguido en el proceso de depuración de los datos ha sido el enfoque temático del artículo, comprobado mediante la lectura completa de cada uno de ellos, pues lo que se pretende es que sean investigaciones

realizadas con el fin de facilitar la accesibilidad o inclusión en el entorno bibliotecario a usuarios que presentan algún tipo de discapacidad.

4.5. Análisis de datos

Los metadatos de los artículos recuperados de las diferentes búsquedas realizadas fueron introducidos en una base de datos creada con Excel. Es con este programa con el que se procedió al análisis de dichos datos.

5. Resultados y discusión

El número de registros resultantes de las búsquedas realizadas es de 3.124. Tras eliminar los registros duplicados y aquellos que no correspondían con los criterios de inclusión, queda un total de 2332 de artículos que incluyen en su título, palabras clave o resumen los términos de “accesibilidad” o “inclusión” y “biblioteca” (o derivados), publicados entre 2002 y 2022 en revistas del área de Biblioteconomía y Documentación, en inglés o castellano. Se ha procedido a la revisión de todos ellos para determinar cuáles centran su enfoque en las personas con discapacidad. Con ello, resulta que el conjunto de datos utilizado para la elaboración de este estudio comprende un total de 200 registros.

Para comenzar con el análisis de los resultados obtenidos en este estudio, se ha procedido a la división de los registros recuperados en función de si incluían términos derivados de accesibilidad o de inclusión. De los 200 registros estudiados en este caso, 123 corresponden al concepto de accesibilidad y 77 al de inclusión. Se debe tener en cuenta también que, de estos 200 registros, 40 utilizan ambos términos.

Poniendo el foco en la consecución del primer objetivo de esta investigación, se ha observado la evolución temporal de la publicación de estudios que utilizaran en su título, palabras clave o resumen uno de estos dos términos junto con el de “biblioteca” y cuyo enfoque estuviera centrado en los usuarios con discapacidad, estableciendo como período de estudio los veinte años comprendidos entre 2002 y 2022. Los resultados de esta comparativa se pueden observar en el Gráfico 1.

Como se puede observar en este gráfico, durante los primeros años del período analizado son muy pocas las publicaciones que abordan esta temática, aunque esto cambia notablemente a partir de 2016, independientemente del término al que se preste atención. No obstante, es posible hablar de una preferencia considerable por el concepto de accesibilidad prácticamente total, hasta los últimos dos años y con algunas excepciones anteriores, como son 2008, 2009 o 2014.

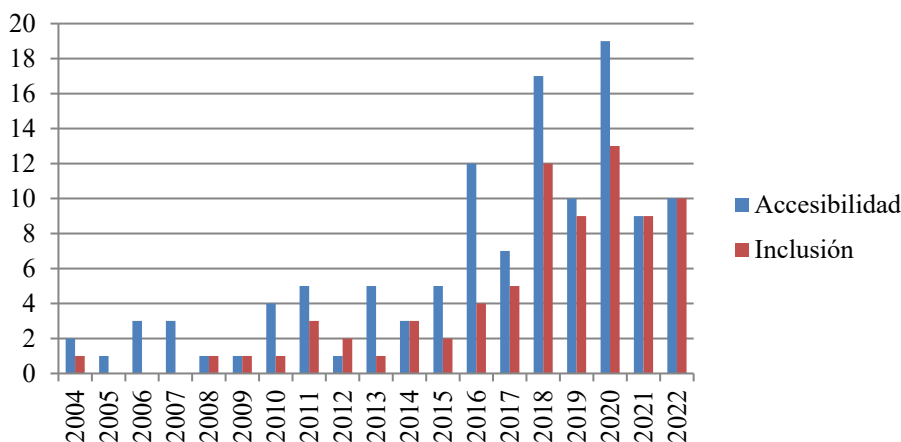


Gráfico 1. Evolución de publicaciones con los términos de accesibilidad e inclusión
Fuente: elaboración propia.

De hecho, se puede llegar a separar este período en tres bloques: una primera fase, entre 2002 y 2009, donde las publicaciones para cualquiera de los términos no asciende a más de 3 por año, siendo más frecuente el uso de “accesibilidad”; una segunda fase, entre 2010 y 2015, donde el término de “inclusión” comienza a ser más utilizado y aumentan las publicaciones de esta temática; y una tercera fase, que abarca desde 2016 hasta 2022, donde la publicación de artículos relacionados con este tema se incrementa notablemente, llegando a igualarse el uso de los términos de accesibilidad e inclusión en los dos últimos años.

Dado que se trata de los primeros resultados de un estudio más amplio, lo que se presenta en este trabajo es solo una sección de los datos de un conjunto más amplio. No obstante, a tenor de lo que se presenta en este contexto, ya se puede hablar, por una parte, de la escasez de investigaciones relacionadas con esta temática que centren su estudio en la accesibilidad e inclusión para las personas con discapacidad, a pesar de ser todavía uno de los grandes problemas de esta sociedad. Los datos expuestos revelan una mayor preocupación por este tema, especialmente a partir de 2016.

6. Conclusiones

Los primeros resultados a los que se llega a través de todo este proceso de revisión sistemática y análisis de la muestra de los documentos recuperados tras cada búsqueda denotan una mayor preocupación científica por cuestiones de accesibilidad e inclusión, especialmente en los últimos años. Asimismo, se confirma el cambio de preferencia de un término sobre el otro, siendo el concepto de “inclusión” el que ha logrado no solo incrementar sus cifras sino también igualar a las de la “accesibilidad”, aunque se debe puntualizar que este no ha quedado en desuso. En todo caso, es posible que se hayan especializado, es decir, que el término de accesibilidad se entienda como una herramienta y el de inclusión

como un fin. Es la herramienta necesaria para alcanzar ese fin. De modo que, al hablar de inclusión, se hable de la sociedad, del entorno y de lo que se pretende conseguir a fin de que todas las personas vivan en equidad. Y, al hablar de accesibilidad, se hable de los obstáculos que se eliminan para conseguir que la sociedad sea equitativa, barreras como la física o la digital.

Este es solo un primer acercamiento a la repercusión social que este estudio puede tener. Los primeros resultados de un estudio más amplio que incluye a otro tipo de usuarios, para comprobar si la tendencia hacia el uso del término de inclusión se debe, en efecto, a la introducción de términos como la inclusión social o la inclusión digital, y a cuestiones de consideración para con otros usuarios que también presentan necesidades especiales, con lo que se rompe con la idea de que son las personas con discapacidad las que necesitan de materiales o servicios adaptados y se plantea la creación de materiales y la planificación de servicios con un diseño universal que valga a todos los posibles usuarios de las bibliotecas.

Por supuesto, todavía queda mucho camino en el proceso de creación de una sociedad inclusiva en la que todos puedan participar de forma equitativa y activa. Pero sí se puede afirmar que la delimitación y sistematización de los términos relacionados con esta temática en la producción científica tiene un efecto positivo en la organización del conocimiento y, con ello, en la concienciación de la sociedad.

Referencias bibliográficas

- Adirón, F. (2005). *¿Qué es la inclusión? La diversidad como valor*. Ministerio de Educación.
- Bartolomé, L. J. (1980). Sobre el Concepto de Articulación Social. *Desarrollo Económico - Revista de Ciencias Sociales*, 20(78), 275-286.
- BOE (31 de marzo de 2022). Ley 6/2022, de 31 de marzo, de modificación del Texto Refundido de la Ley General de derechos de las personas con discapacidad y de su inclusión social. *BOE*.
- Canosa, D. (2008). Bibliotecas e inclusión social: coexistir en la diversidad. *Educación y Biblioteca*, 88-94.
- Furtado, M. (2015). Bibliotecas acessíveis na construção de uma sociedade mais justa. *BiblioCanto*, 1(1), 16-30.
- Kowalsky, M. y Woodruff, J. (2017). *Creating inclusive library environments: a planning guide for serving patrons with disabilities*. American Library Association.
- Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad (3 de 12 de 2013). Real Decreto Legislativo 1/2013, de 29 de noviembre, por el que se aprueba el Texto Refundido de la Ley General de derechos de las personas con discapacidad y de su inclusión social. *BOE*.
- Miranda, S. N. (2017). Acessibilidade em bibliotecas: de Ranganathan à Agenda 2030. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13, 1669-1683.
- Moscoso, M. (2011). La Discapacidad como Diversidad Funcional: los límites del paradigma etnocultural como modelo de justicia. *Dilemata*, (7), 77-92.
- Oliveira, G. D. y Silva, E. F. (2015). Bibliotecas e bibliotecários em busca da acessibilidade. *BiblioCanto*, 1(1), 68-86.

- OMS (2001). *Clasificación Internacional del Funcionamiento, de la Discapacidad y de la Salud*. OMS.
- OMS (2011). *Informe Mundial sobre la Discapacidad*. OMS.
- ONU (2006). Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad.
- Peix Cruz, S. (2013). Bibliotecas inclusivas, bibliotecas para todos. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, 29(107), 42-49.
- Salvador Oliván, J. A., Marco Cuenca, G. y Arquero Avilés, R. (2023). La reproducibilidad de las estrategias de búsqueda en revisiones sistemáticas publicadas en revistas españolas de Biblioteconomía y Documentación. *Ibersid: Revista De Sistemas De información Y documentación*, 17(1), 129–137.
<https://doi.org/10.54886/ibersid.v17i1.4892>
- Salvador Oliván, J. A.; Marco Cuenca, G.; Arquero Avilés, R. (2018). Las revisiones sistemáticas en Biblioteconomía y Documentación: análisis y evaluación del proceso de búsqueda. *Revista Española de Documentación Científica*, 41(2): e207.
<https://doi.org/10.3989/redc.2018.2.1491>
- Sampedro Palacios, C. B. y Pérez Villar, J. (2019). Innovación Social como herramienta en la transformación de una sociedad inclusiva. *Accesibilidad e Innovación Social. Prospectiva*, (28), 93-119.
- Sassaki, R. K. (1997). *Inclusão, construindo uma sociedade para todos*. WVA Editora.
- Scialpi, D. (1992). *La Función Social de la Biblioteca*. Espacio.
- Silva, A. F. y Spudeit, D. (2020). *Bibliotecas inclusivas: o que posso fazer para a inclusão das pessoas com de deficiência visual?* ABECIN Editora.
- Silva, C. C. y Bernardino, M. C. (2015). Percepções sobre biblioteca inclusiva. *Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia y Ciência da Informação*, 1(1), 30-43.
- Valdés, M. A. (2018). Biblioteca de Santiago: cuando una biblioteca inclusiva puede cambiar la vida. En G. Precht, *Actas del III Seminario Internacional ¿Qué leer? ¿Cómo leer? Lectura e inclusión* (págs. 379-381). Ministerio de Educación, División de Educación General, Plan Nacional de Lectura.
- Werneck, C. (2002). *Manual da Midia Legal. Comunicadores pela inclusão*. WVA Editora.

Reparação taxonômica em artigos relacionados ao feminino na Wikipédia: iniciativas do WikiProjeto *Women in Red*

Maria José Vicentini Jorente¹; Isabela Correa Macena²

Resumo: Ao abordar a Organização do Conhecimento (KO) sob uma perspectiva social, é fundamental refletir sobre os processos de construção da organização da informação, vista sua capacidade de influenciar no reconhecimento de questões sociais, tais quais as de representação do feminino. A enciclopédia Wikipédia, a sétima plataforma digital mais acessada em todo o mundo (Similarweb, 2023), enfrenta desafios relacionados à diversidade em seu quadro de colaboradores e em seus conteúdos: paradoxalmente ao seu alcance global, apenas 12% dos colaboradores da plataforma se identificavam com o gênero feminino (Wikimedia, 2022) e apenas cerca 18% de todo o conteúdo biográfico da Wikipédia retrata mulheres (Humaniki, 2023). Nesse contexto, a própria plataforma conta com iniciativas que visam combater os problemas relativos à disparidade de gênero. Assim, o problema deste trabalho tem foco nas ações do projeto Wiki *Women in Red* e, especialmente, seu manual de escrita para verbetes sobre mulheres e suas realizações. A metodologia empregada é teórico-exploratória e descritiva, com a análise do panorama informacional da Wikipédia e as iniciativas do WikiProjeto mencionado, bem como da fundamentação teórica na prática da reparação taxonômica e sua relação com a KO. Considera-se que a falta de diversidade, aliada aos problemas linguísticos encontrados nos verbetes, contribui para uma indexação desigual e limitada do conhecimento. As ações que têm sido praticadas pela plataforma são estratégias preliminares para resolução dos problemas identificados e devem contar com a *expertise* dos profissionais da Organização do Conhecimento para ampliá-las, tornando o ambiente mais equânime.

Palavras-chave: Informação e Tecnologia; Wikipédia; Enciclopédias; Gênero, Viés de gênero.

Resumen: Al abordar la Organización del Conocimiento (KO) desde una perspectiva social, resulta imprescindible reflexionar sobre los procesos de construcción de la organización de la información, dada su capacidad para influir en el reconocimiento de cuestiones sociales, como la representación de las mujeres. La enciclopedia Wikipedia, la séptima plataforma digital más consultada del mundo (Similarweb, 2023), se enfrenta a retos relacionados con la diversidad en su personal y contenidos: paradójicamente a su alcance global, sólo el 12% de los colaboradores de la plataforma se identifican con el género femenino (Wikimedia, 2022) y sólo alrededor del 18% de todo el contenido biográfico de Wikipedia retrata a mujeres (Humaniki, 2023). En este contexto, la propia plataforma cuenta con iniciativas dirigidas a combatir los problemas relacionados con la disparidad de género. Así, la problemática de este trabajo se centra en las acciones del proyecto Wiki *Women in Red* y, en particular, en su manual de redacción de entradas sobre mujeres y sus logros. La metodología empleada es teórico-exploratoria y descriptiva, analizando el panorama informativo de Wikipedia y las iniciativas del WikiProyecto mencionado, así como la base teórica en la práctica de la reparación taxonómica y su relación con el MD. Se considera que la falta de diversidad, unida a los problemas lingüísticos encontrados en las entradas, contribuye a una indexación desigual y limitada del conocimiento. Las

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília - Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação; Brasil.
E-mail: mj.jorente@unesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0492-0918>.

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília - Graduação em Biblioteconomia; Brasil.
Email: ic.macena@unesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4638-6984>

acciones que han sido tomadas por la plataforma son estrategias preliminares para resolver los problemas identificados y deben contar con la experiencia de los profesionales de la Organización del Conocimiento para ampliarlas, haciendo el ambiente más equitativo.

Palabras clave: Información y Tecnología; Wikipedia; Enciclopedias; Género, Sesgo de género.

Sumário: 1. Introdução. 2. Web 2.0: potencialidades e desafios da colaboratividade. 3. Os manuais do projeto Wiki Women in Red e seu potencial como ferramenta de reparação taxonômica. 4. Considerações finais. 5. Referências

1. Introdução

Ao abordar a Organização do Conhecimento (KO) sob uma perspectiva social, torna-se imperativo refletir sobre os processos de construção da organização da informação, vista sua capacidade de influenciar no reconhecimento de questões sociais, tais quais as de representação do feminino. A KO, preocupada com a estruturação, classificação e representação do conhecimento com o objetivo de facilitar sua recuperação e acesso, tem enfrentado transformações impulsionadas pelas mudanças sociais e tecnológicas ocorridas nos últimos anos, o que leva à reflexão de suas limitações e potencialidades.

De acordo com a percepção de Jenny Samuelsson (2010), que posteriormente foi retomada por Michael Dudley (2019), as questões do feminino são frequentemente marginalizadas e invisibilizadas pelos Sistemas de Organização do Conhecimento (KOS) de maneira geral: devido à predominância da perspectiva masculina na construção e seleção de terminologia, os KOS tendem a refletir as estruturas sociais dominantes, o que resulta na sub-representação das mulheres e na perpetuação de estereótipos de gênero.

No contexto dígito-virtual, com a popularização da Web, especialmente, a partir da Web 2.0, ocorre uma crescente valorização das atividades de colaboração, que dão voz às parcelas marginalizadas da sociedade (O'Reilly, 2007). Tal mudança de paradigma abre novas possibilidades para abordar as limitações dos Sistemas de Organização do Conhecimento, tendo em tela que, por meio da participação ativa dos sujeitos informacionais, é possível promover perspectivas inclusivas e representativas para a KO.

Contudo, é importante reconhecer, que, mesmo em plataformas intrinsecamente colaborativas e amplamente acessadas, ainda há uma carência significativa de diversidade em termos de participação e representação de mulheres.

Nesse contexto, a enciclopédia Wikipédia, objeto central de nossa pesquisa e a sétima plataforma digital mais acessada em todo o mundo, com cerca de quatro bilhões de visitas anualmente (Similarweb, 2023), também enfrenta problemas em relação à diversidade em seu quadro de colaboradores e em seus conteúdos: paradoxalmente ao seu alcance global, apenas 12% dos colaboradores da plataforma se identificavam com o gênero feminino (Wikimedia, 2022) e apenas cerca 18% de todo o conteúdo biográfico da Wikipédia retrata mulheres (Humaniki, 2023).

A disparidade de gênero na participação e representação na Wikipédia representa um desafio significativo para a KO em sua plataforma, pois pode levar a um viés na seleção e edição de conteúdo, com uma potencial influência na representatividade e

precisão das informações disponíveis na plataforma. De acordo com as diretrizes da Wikipédia, que tratam da verificabilidade, da notabilidade e do ponto de vista neutro para elaboração de seus verbetes, a plataforma aspira a ser uma fonte de conhecimento abrangente e imparcial. No entanto, devido à carência na diversidade de colaboradores, presume-se que o viés de gênero esteja presente nos artigos existentes da Wikipédia, o que resulta na necessidade de uma análise aprofundada de seu conteúdo.

Nesse sentido, a própria plataforma conta com iniciativas que visam combater os problemas relativos à desigualdade de gênero. Destaca-se o projeto mundial *Women in Red* (Wikipédia, 2023b), que busca reduzir o viés sistêmico de gênero no âmbito do movimento *Wiki*. O projeto visa criar e expandir biografias de mulheres notáveis, de modo a contribuir para a diversificação e equidade de gênero na disponibilização do conhecimento. Para garantir a qualidade e a abordagem adequada, disponibiliza um manual específico que orienta os colaboradores na escrita e edição de artigos sobre mulheres, com a disposição de diretrizes e recomendações importantes para garantir que as biografias sejam inclusivas, precisas e bem fundamentadas.

Adicionalmente, há problemas que impactam na qualidade e precisão da organização do conhecimento disponível na plataforma. No estudo realizado por Claudia Wagner *et al.* (2015), particularmente, foi evidenciado que existem, ainda, problemas no léxico utilizado nos verbetes da plataforma, sendo a diferença mais significativa a reincidência de termos relacionados à família e relacionamentos em artigos sobre mulheres em comparação às biografias masculinas. Em consonância, palavras como “mulher”, “menina” ou “garota” aparecem com frequência nos artigos sobre mulheres, enquanto verbetes relativos a homens não possuem palavras equivalentes, presumindo-se que há uma naturalização do gênero masculino que rege o ambiente. Tais questões são capazes de resultar em uma indexação desigual e limitada do conhecimento, com a perpetuação de estereótipos de gênero e sub-representação das contribuições e realizações de mulheres.

Outras iniciativas para combater e reduzir essas desigualdades têm sido empreendidas, com o objetivo de revisar o conteúdo presente em dispositivos de informação que possam enfatizar a discriminação, como o sexismo. Uma abordagem que se mostra aplicável é a reparação taxonômica, conceituada por Maria Aparecida Moura (2018) como um conjunto de práticas que busca identificar e corrigir estruturas que ainda sustentam discursos androcentristas. A autora sugere que a reparação taxonômica envolve a revisão crítica da organização e classificação do conhecimento, para eliminar vieses discriminatórios e promover a inclusão de perspectivas historicamente marginalizadas. Ela é capaz de corrigir desequilíbrios e injustiças presentes nos sistemas de classificação e representação da informação por permitir uma reconstrução justa e inclusiva do conhecimento, o que contribui para a recuperação e o acesso de informações, que enseja uma Organização do Conhecimento apta a refletir a pluralidade e a diversidade de perspectivas.

O presente trabalho tem seu foco inicial nas ações do projeto *Women in Red* e, especialmente, seu manual de escrita para verbetes sobre mulheres e suas realizações. Isto porque, com as diretrizes disponibilizadas no manual e empregadas pelos membros envolvidos no projeto, é possível aplicar a reparação taxonômica nos

verbetes da plataforma, de modo a diminuir os desequilíbrios presentes no sistema de classificação e representação da informação da plataforma. A metodologia empregada é teórico-exploratória e descritiva, com a análise do panorama informacional na Wikipédia e iniciativas do projeto *Women in Red*, bem como da fundamentação teórica na prática da reparação taxonômica e sua relação com a KO. As diretrizes elaboradas pelo projeto destacam-se por sua abrangência e detalhamento. A análise e divulgação das ações justifica-se pelo potencial de envolver diversas comunidades de interesse, a fim de permitir a geração de novos conteúdos relacionados às mulheres e a aplicação da reparação taxonômica, com a redução dos desequilíbrios presentes na Wikipédia.

Considera-se que as ações que têm sido praticadas pela plataforma são estratégias preliminares para resolução dos problemas identificados e devem contar com a *expertise* dos profissionais da Organização do Conhecimento para ampliá-las, tornando o ambiente mais equânime. Embora a Web 2.0 ofereça oportunidades para a inclusão de vozes marginalizadas por meio de ações de colaboração, plataformas como a Wikipédia ainda sofrem com a sub-representação e participação das mulheres. A falta de diversidade, aliada com problemas linguísticos encontrados nos verbetes, contribui para uma indexação desigual e limitada do conhecimento.

2. Web 2.0: potencialidades e desafios da colaboratividade

Historicamente, observamos o crescimento exponencial no acesso à internet a partir da década de 1990. Em sua obra clássica "Web 2.0", publicada em 2007, Tim O'Reilly destaca uma distinção importante em um campo que, à primeira vista, pode parecer uniforme, com a delineação da divisão entre a geração *Web 1.0*, onde predominavam as características da transição do suporte tradicional para o eletrônico, e o subsequente período, denominado de *Web 2.0*, onde as contribuições dos internautas passam a acrescentar valor à informação no processo de comunicação. Consequentemente, tal paradigma transformou os ambientes digitais em plataformas de informação, conforme enfatizado pelo autor.

Os ambientes que surgiram na *Web 1.0* e transformaram-se em plataformas na sua versão 2.0 têm, assim, como principal característica a aderência da colaboração e do compartilhamento. Alguns desses ambientes conseguiram, ainda, sustentar sua estrutura original, visto que já utilizavam da colaboratividade na criação de conteúdos, como a Wikipédia: um projeto de enciclopédia multilíngue, com licença livre, baseado na escrita colaborativa e no enciclopedismo, o que favorece a horizontalização do conhecimento.

A colaboração da comunidade de editores é um princípio fundamental na Wikipédia. No entanto, ela não ocorre sem fundamentos: a plataforma estabelece uma série de diretrizes e regras para a edição de artigos e, quando publicados, passam por um processo de controle e revisão. Conforme enfatizado por Rabello, Rodrigues e Jorente (2010), o ambiente estabelecido na plataforma engendra como uma via de mão dupla: de um lado, pode ajudar no aprendizado de habilidades referentes à escrita e a leitura e, de outro, é um repositório aberto a partir do qual as informações podem ser reutilizadas.

Assim, por se tratar de uma plataforma colaborativa, a Wikipédia necessita de sujeitos empenhados em criar e aprimorar os seus verbetes. Tendo em vista que o número de editores que se identificam com o gênero feminino é notavelmente reduzido, a carência da participação de mulheres, aliada à baixa representatividade de biografias femininas na plataforma, se soma aos problemas existentes no uso de terminologia tendenciosa. De acordo com Blanco-Ruiz (2021), o enviesamento da figura feminina no contexto da informação estabelece um impacto significativo na construção de identidades das mulheres.

A Wikipédia desempenha um papel fundamental no compartilhamento de informações em escala global. Os impactos dos problemas de representação de gênero na plataforma, estabelecidos principalmente pela escolha de termos enviesados na redação dos verbetes sobre as mulheres, resultam em uma organização desigual do conhecimento. Quando a linguagem tendenciosa é usada de modo consistente, são criadas estruturas de informação distorcidas, que influenciam diretamente na visibilidade de biografias, tópicos e contribuições relacionadas a mulheres.

Prover acesso à informação às mulheres desempenha um papel fundamental na superação de barreiras sociais e culturais, uma vez que a lacuna entre homens e mulheres representa um obstáculo significativo para a transformação das divisões econômicas e sociais presentes nas relações de gênero. Nesse sentido, a plataforma conta com iniciativas que visam combater os problemas relativos à disparidade de gênero, como o WikiProjeto internacional *Women in Red*, traduzido para português como “Mulheres a Vermelho”, em uma referência às hiperligações da Wikipédia que indicam a inexistência de uma página, as quais são destacadas em vermelho. O objetivo principal é expandir o conteúdo relacionado às mulheres na Wikipédia, com a criação de biografias e outros artigos relevantes.

Um manual principal e um complementar fazem parte dos recursos que a Wikipédia tem disponibilizado para enfrentar os desafios relacionados à representação de gênero, com diretrizes indicadas para a edição de verbetes sobre mulheres que destacam especialmente a importância de uma linguagem neutra e o uso de fontes confiáveis. Assim, o conjunto potencializa a edição dos verbetes na busca pela correção das disparidades de gênero encontradas na plataforma.

No contexto da Wikipédia, a implementação das diretrizes contidas nos manuais de escrita sobre mulheres contribui para uma representação equitativa de gênero na plataforma, de modo a influir, também, na organização do conhecimento, tendo em vista corrigir a perpetuação de desigualdades e injustiças sociais no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

3. Os manuais do projeto Wiki Women in Red e seu potencial como ferramenta de reparação taxonômica

A reparação taxonômica é um conceito complexo que se destaca como um conjunto de iniciativas voltadas para a identificação e correção de estruturas inflexíveis presentes em Sistemas de Organização do Conhecimento. Segundo Melissa Adler (2016), a reparação não se limita a corrigir erros passados, mas engloba a

responsabilização, negociação e a busca pelo reparo das injustiças sociais. No contexto da KO, a reparação taxonômica visa eliminar vieses discriminatórios e promover a inclusão de perspectivas historicamente marginalizadas.

A reparação taxonômica encontra implícita sua aplicação nos manuais do projeto *Women in Red* (Wikipédia, 2023a), que buscam melhorar a qualidade e a abrangência das biografias das mulheres na plataforma da Wikipédia. O principal deles aborda diversos tópicos críticos que são fundamentais para a organização do conhecimento da Wikipédia, de modo a contribuir para uma representação apurada das contribuições das mulheres na escrita dos verbetes de um ponto de vista técnico.

O primeiro tópico trata da notabilidade, com a busca da contextualização da importância de cada um dos verbetes existentes na plataforma. Para isso, é abordado o uso do lide, um resumo conciso sobre a pessoa retratada, normalmente encontrado nas primeiras linhas do artigo. Afirma-se que, ao escrever o lide, a maneira adequada é ressaltar contribuições da mulher retratada, sem citar informações como o parentesco dela com outras pessoas.

Em seguida, é abordada a importância de utilizar referências seguras. Nesse tópico, recomenda-se o uso de no mínimo 3 a 5 fontes para fundamentar a biografia de uma mulher. Ressalta-se que são consideradas fontes aceitáveis especialmente as fontes secundárias, como dicionários biográficos, livros, enciclopédias, periódicos e jornais, visto que tais fontes de informação passam por um controle editorial para garantir sua precisão.

Também é abordada a escolha de um título para o verbete, que configura um aspecto fundamental para a organização do conhecimento na Wikipédia. O manual enfatiza a importância de utilizar no título o nome pelo qual a maioria das fontes de referência retratam a mulher em questão. Ainda, segundo Deborah J. Anthony (2010), citada na página do manual, as mulheres têm sido sistematicamente excluídas da história quando opta-se por utilizar apenas seu nome após o casamento, sem retratar seu nome de batismo, portanto, essa perspectiva deve ser observada ao escrever biografias sobre mulheres.

O quarto tópico retrata os aspectos técnicos da criação de um artigo, com orientações gerais sobre como é realizada a inserção de verbetes na Wikipédia. Ainda, ele sugere que os editores consultem o manual complementar, que fornece orientações sobre a escrita.

A seguir, o quinto tópico aborda a conclusão do artigo, com orientações sobre ações adicionais que devem ser realizadas para garantir a visibilidade do artigo na plataforma, como a criação de uma página de discussão, a adição de uma entrada correspondente na Wikidata e a indicação de desambiguação para que, caso já exista outro verbete com o mesmo nome, seja possível identificar seu assunto.

O manual complementar (Wikipedia, 2023c), por sua vez, foca em aspectos linguísticos e culturais que são essenciais para promover uma representação justa e inclusiva das mulheres na plataforma. Também organizado em tópicos, visa orientar na identificação e correção de títulos, linguagem, imagens e práticas de indexação que promovem a discriminação contra as mulheres.

O primeiro tópico define que o gênero masculino não deve ser considerado o gênero padrão e, portanto, deve-se evitar o uso de termos como “autora feminina”

ou “presidente mulher”, pois isso reflete a hierarquia de gênero presente na sociedade. Ele é complementado pelo terceiro tópico, que sugere uma abordagem neutra, de modo a destacar as realizações da pessoa sem enfatizar seu gênero. O manual também alerta para o fato de que infoboxes e fontes de metadados podem propagar a discriminação de gênero, como o destaque excessivo das relações conjugais das mulheres.

Ainda, no segundo tópico, recomenda-se o uso de sobrenomes ao se referir a mulheres notáveis, como uma forma de evitar a infantilização das mulheres. No entanto, é importante notar que essa diretriz pode variar dependendo do contexto cultural e das preferências individuais das mulheres retratadas.

O quarto tópico reitera a importância de evitar definir mulheres notáveis em termos de seus relacionamentos, especialmente no título ou no lide. O foco nos relacionamentos pode afetar a forma como os artigos são vinculados e indexados nos mecanismos de busca, o que contribui para uma representação desigual na plataforma. Além disso, se um homem for mencionado no artigo de uma mulher notável, é sugerido que ela também seja adicionada à página do homem para manter a equidade.

O quinto tópico destaca a importância de usar linguagem neutra em relação ao gênero, especialmente ao se referir a profissões e ao falar sobre seres humanos em geral, o que inclui evitar o uso do termo “homens” quando se refere a seres humanos em geral, optando por uma linguagem inclusiva. Também é recomendado evitar chamar mulheres de “meninas” ou “mulheres” a menos que esteja relacionado a títulos específicos, como “primeira dama”. O uso do pronome genérico masculino também deve ser evitado.

O sexto tópico orienta a evitar o uso de fontes abertamente sexistas e a não incluir informações que sejam predominantemente voltadas para o público masculino. Ele é complementado pelo sétimo tópico, que instrui os editores a evitarem o uso de imagens que objetificam as mulheres, especialmente em artigos que não estão relacionados à pornografia. Deve-se tomar um cuidado especial ao ilustrar artigos sobre a saúde e o corpo das mulheres, com preferência por imagens médicas confiáveis.

O oitavo tópico define que, ao escrever sobre a saúde da mulher, é fundamental que as alegações médicas sejam baseadas em fontes confiáveis que sigam as diretrizes médicas apropriadas. Fontes secundárias, como artigos de revisão, metanálises e diretrizes médicas, são consideradas aceitáveis para fundamentar informações médicas em artigos sobre mulheres.

Ao examinar os dois manuais, destaca-se que, embora, o foco seja na criação de novos verbetes, no entanto, as diretrizes estabelecidas por eles podem ser igualmente aplicadas na revisão e aprimoramento de verbetes já existentes. Quando combinadas com a abordagem da reparação taxonômica, tais ações têm o potencial de ajudar a eliminar vieses discriminatórios e promover a representação das contribuições das mulheres na Wikipédia.

Para tanto, é necessário, primeiramente, que os verbetes passem por uma revisão crítica na qual se busque identificar estruturas que possam ser discriminatórias ou tendenciosas em sua organização, o que pode incluir a análise de linguagem sexista,

a avaliação da notabilidade e a verificação da presença de fontes confiáveis para embasar as informações apresentadas nos artigos. Além disso, a linguagem utilizada nos verbetes deve ser ajustada de acordo com as diretrizes de linguagem neutra de gênero. Pode-se considerar, também, a correção dos títulos, visto que esse aspecto influencia profundamente a organização do conhecimento na plataforma. Todas ações mencionadas se enquadram no contexto da reparação taxonômica e contribuem para a promoção da inclusão feminina na Wikipédia.

Assim, como uma forma de melhorar a organização do conhecimento na Wikipédia, propõe-se a aplicação da reparação taxonômica de maneira sistemática, o que envolve a formação de editores e colaboradores da plataforma no entendimento e na implementação das diretrizes do manual do projeto *Women in Red*. Por meio dessa aplicação, a Wikipédia pode se tornar um repositório mais igualitário do conhecimento, ao refletir uma variedade de perspectivas e reconhecer as realizações das mulheres de maneira equitativa.

4. Considerações finais

O presente estudo explorou a complexa interseção entre a KO, a participação feminina na Wikipédia e a aplicação da reparação taxonômica como uma ferramenta fundamental para promover uma representação igualitária das contribuições das mulheres na plataforma.

As questões de gênero têm sido marginalizadas nos sistemas de organização do conhecimento e, assim, refletem estruturas sociais dominantes e perpetuando estereótipos de gênero. A Wikipédia, como uma das maiores fontes de informação do mundo, não está imune a essas questões, com uma notável disparidade de gênero em sua comunidade de editores e na representação de biografias femininas.

Nesse contexto, o projeto *Women in Red* e seus manuais de escrita se destacam como iniciativas importantes para combater o desequilíbrio de gênero. Os manuais fornecem diretrizes detalhadas sobre como melhorar a qualidade e a abrangência das biografias das mulheres na plataforma, o que inclui orientações sobre notabilidade, uso de fontes confiáveis, escolha de títulos e linguagem neutra de gênero. Eles servem como uma base sólida para a aplicação da reparação taxonômica na Wikipédia.

Ao adotar essa abordagem, a Wikipédia pode se tornar um repositório de conhecimento inclusivo e preciso, com a integração de uma variedade de perspectivas ao reconhecer as realizações das mulheres de maneira equitativa. Além disso, pode-se esperar uma redução significativa nos desequilíbrios de representação e uma contribuição positiva para a promoção da igualdade de gênero no compartilhamento global de conhecimento, o que se configura como um passo fundamental em direção a uma organização do conhecimento mais justa e equitativa.

5. Referências

Adler, M. (2016). The case for taxonomic reparations. *Knowledge Organization*, 43(8).

- Anthony, D. J. (2010). A spouse by any other name. *William & Mary Journal of Race, Gender, and Social Justice*, 17(1).
- Blanco-Ruiz, M. (2021). Perspectiva de gênero no ambiente digital. In: Jorente, M. J. V. *et al.* (org.). *Curadoria Digital e Gênero na Ciência da Informação: acesso e preservação* (pp. 61-79). Marília: Editora Oficina Universitária.
- Dudley, M. (2019). Liberating knowledge at the Margins. *Canadian Journal of Academic Librarianship*, 5, 1–23.
- Humaniki (2023). Humaniki provides statistics about the gender gap in the content of all Wikimedia projects. Recuperado em 28 de agosto de 2023 de <https://humaniki.wmcloud.org>.
- Rabello, R., Rodrigues, G. M., & Jorente, M. J. V. (2010). Cultura da Wikipédia como política de capacitação compartilhada em meio digital de socialização do conhecimento. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 3(1).
- Moura, M. A (2018). Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. *Liinc em Revista*, 14(2).
- O'Reilly, T. (2007). What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. *Communications & strategies*, 1.
- Salles, I. A., & Pappa, G. L. (2021). Viés de Gênero em Biografias da Wikipédia em Português. In *Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining*. Sociedade Brasileira de Computação - SBC.
- Samuelsson, J. (2010). Knowledge Organization for Feminism and Feminist Research: A Discourse Oriented Study of Systematic Outlines, Logical Structure, Semantics and the Process of Indexing. In *Knowledge Organization*, 37.
- Schmahl, K. G. *et al.* (2020). Is Wikipedia succeeding in reducing gender bias? Assessing changes in gender bias in Wikipedia using word embeddings. In *Proceedings of the Fourth Workshop on Natural Language Processing and Computational Social Science*, 4.
- Similarweb (2023). Ranking dos sites principais: sites mais visitados do mundo. Sites mais visitados do mundo. Recuperado em 10 de junho de 2023 de <https://www.similarweb.com/pt/top-websites/>.
- Voss, J. (2009). Wikipedia as Knowledge Organization System. In *Classification at crossroads: multiple directions to usability*.
- Wagner, C. *et al.* (2015). It's a Man's Wikipedia?: assessing gender inequality in an online encyclopedia. In *International AAAI Conference on Web and social media*.
- Wikimedia. (2022). *2021 Community Insights Report*. Recuperado em 10 de junho de 2023 de https://meta.wikimedia.org/wiki/Community_Insights/Community_Insights_2021_Report.
- Wikipédia. (2023a). *Primer for creating women's biographies*. Recuperado em 10 de junho de 2023 de https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:WikiProject_Women_in_Red/Essays/Primer_for_creating_women%27s_biographies.
- Wikipédia. (2023b). WikiProject Women in Red. Recuperado em 10 de junho de 2023 de https://en.m.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:WikiProjectWomen_in_Red.
- Wikipédia. (2023c). *Writing about women*. Recuperado em 10 de junho de 2023 de https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Writing_about_women.

Teorias e práticas convergentes entre a Organização do Conhecimento e a Curadoria Digital: um olhar para o Museu da Pessoa

Gabriela de Oliveira Souza¹; Maria José Vicentini Jorente²

Resumo: Tendo em vista a necessidade de práticas organizacionais e curatoriais que contemplem a complexidade de museus virtuais como o Museu da Pessoa, o presente estudo tem como objetivo geral analisar aspectos da Organização do Conhecimento presentes na Curadoria Digital do Museu da Pessoa. Além disso, visa analisar a necessidade de práticas organizacionais e curatoriais que contemplem a complexidade de museus dígito-virtuais tais quais o Museu da Pessoa. O presente estudo é de natureza qualitativa, e do tipo teórico e exploratório. O método utilizado foi o Estudo de Caso único do tipo exploratório, para compreender como são desenvolvidas as ações de Curadoria Digital e a Organização do Conhecimento no Museu da Pessoa. As tecnologias de informação e comunicação apresentaram novas perspectivas para a Museologia, uma vez que podem aproximar as pessoas dos museus, e tornar seus processos mais colaborativos. O Museu da Pessoa se destaca nesse sentido, uma vez que é essencialmente colaborativo e tem como foco a musealização de histórias de vida. Seu acervo é construído pelos sujeitos informacionais, e sua metodologia incentiva o desenvolvimento de projetos coletivos de preservação da memória. Nesse sentido, considera-se que as práticas de Organização do Conhecimento e Curadoria Digital realizadas no Museu da Pessoa correspondem às necessidades de seu acervo, e podem ser aplicadas em equipamentos culturais semelhantes. Pode-se concluir que a Organização do Conhecimento e a Curadoria Digital podem ser aplicadas em conjunto para garantir o acesso, a organização e a preservação de acervos de webmuseus.

Palavras-chave: Museu da Pessoa; Curadoria Digital; Organização do Conhecimento; Informação e Tecnologia.

Resumen: Ante la necesidad de prácticas organizativas y curatoriales que tengan en cuenta la complejidad de museos virtuales como el Museu da Pessoa, el objetivo general de este estudio es analizar aspectos de la Organización del Conocimiento presentes en la Curaduría Digital del Museu da Pessoa. También pretende analizar la necesidad de prácticas organizativas y curatoriales que tengan en cuenta la complejidad de los museos digitales-virtuales como el Museu da Pessoa. Se trata de un estudio cualitativo, teórico y exploratorio. El método utilizado fue un único estudio de caso exploratorio para comprender cómo se desarrollan la Curaduría Digital y la Organización del Conocimiento en el Museu da Pessoa. Las tecnologías de la información y la comunicación han presentado nuevas perspectivas para la Museología, ya que pueden acercar a las personas a los museos y hacer que sus procesos sean más colaborativos. El Museu da Pessoa destaca en este sentido, ya que es esencialmente colaborativo y se centra en la musealización de historias de vida. Su colección es construida por sujetos informativos y su metodología incentiva el desarrollo de proyectos colectivos de preservación de la memoria. En este sentido, se considera que las prácticas de Organización del Conocimiento y Curaduría Digital llevadas a cabo en el Museu da Pessoa se corresponden con las necesidades de su colección y pueden aplicarse a equipamientos culturales

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília - Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação; Brasil.

E-mail: gabriela.oliveira@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7519-6624>.

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília - Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação; Brasil.

E-mail: mj.jorente@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0492-0918>.

similares. Se puede concluir que la Organización del Conocimiento y la Curación Digital pueden aplicarse conjuntamente para garantizar el acceso, la organización y la preservación de las colecciones de los museos web.

Palabras clave: Museu da Pessoa; Curación Digital; Organización del Conocimiento; Información y Tecnología.

Sumario: 1. Introdução. 2. Teorias e práticas convergentes entre a Organização do Conhecimento e a Curadoria Digital. 3. O Museu da Pessoa como lugar de conversação. 4. Organização do Conhecimento e Curadoria Digital no Museu da Pessoa. 5. Conclusão. 6. Referências

1. Introdução

A Web fez emergir a necessidade de diferentes formas de busca, compartilhamento e organização da informação, e se tornou um dos meios mais utilizados para busca de informações e documentos, de modo que surgiram novas áreas que se dedicaram ao estudo das formas de organização em ambientes Web. Nesse sentido, compreende-se que a Organização do Conhecimento (OC) pode ser aplicada em plataformas de webmuseus, como o Museu da Pessoa. O acervo do Museu da Pessoa é formado por histórias de vida, sendo baseado em três eixos: registro, preservação e divulgação de histórias de vida (Miziara, 2016).

Pode-se afirmar que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apresentaram novas perspectivas para a Museologia, uma vez que podem aproximar as pessoas dos museus, e tornar seus processos mais colaborativos. O Museu da Pessoa se destaca nesse sentido, uma vez que é essencialmente colaborativo e tem como foco a musealização de histórias de vida. O Museu é precursor em aliar a museologia social, as TIC e as histórias de vida, pois seu acervo é construído pelos sujeitos informacionais, e sua metodologia, a Tecnologia Social da Memória, incentiva o desenvolvimento de projetos coletivos de preservação da memória.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar aspectos da Organização do Conhecimento presentes na Curadoria Digital do Museu da Pessoa. Trata-se de estudo de natureza qualitativa, e do tipo teórico e exploratório, que visa analisar a necessidade de práticas organizacionais e curatoriais que contemplem a complexidade de museus dígito-virtuais tais quais o Museu da Pessoa.

O método utilizado foi o Estudo de Caso. De acordo com os conceitos apresentados por Yin (2001), este trabalho se classifica como estudo de caso único do tipo exploratório. O método foi utilizado para compreender como são desenvolvidas as ações de Curadoria Digital e a Organização do Conhecimento no Museu da Pessoa, e se apoiou em 3 fontes de evidência: documentação - documentação do Museu da Pessoa (plano museológico e política de preservação); observação direta - observação da Curadoria Digital e da organização do site do Museu da Pessoa; registro em arquivo - acervo e documentos presentes no site do museu. Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico e uma revisão de literatura acerca da temática proposta.

2. Teorias e práticas convergentes entre a Organização do Conhecimento e a Curadoria Digital

Birger Hjørland (2016) definiu a Organização do Conhecimento (OC) como uma área que contempla pesquisa, ensino e práticas, relacionada à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. A OC consiste em descrever, representar, arquivar e organizar documentos e suas representações, além de discutir seus aspectos tecnológicos. Para isso, apresenta padrões, normas, listas de cabeçalhos de assuntos, sistemas de classificação, tesouros, entre outros recursos.

De acordo com Ingetraut Dahlberg (2006), o conhecimento é o objeto de estudo da OC, que busca agrupá-lo, organizá-lo e representá-lo, de modo a permitir que seja utilizado. A autora ressaltou duas aplicações gerais para a organização do conhecimento, sendo estas:

1. Construção de sistemas conceituais;
2. Correlação ou mapeamento de unidades dos sistemas conceituais com objetos da realidade.

A primeira aplicação diz respeito à Teoria do Conceito, defendida pela autora - uma aplicação teórica da OC. A segunda, por sua vez, corresponde ao uso dos sistemas de organização de conhecimento - como sistemas de classificação e tesouros, por exemplo - para conectar os sistemas conceituais aos documentos, o que representa uma aplicação mais prática da OC.

Complementarmente, Hjørland (2016) destacou dois principais aspectos da OC: processos de organização do conhecimento e sistemas de organização do conhecimento. Os processos referem-se a procedimentos técnicos como a catalogação, a indexação, a etiquetagem e a indexação. Já os sistemas são os instrumentos utilizados nos processos, como os sistemas de classificação, as listas de cabeçalho de assunto, os tesouros, as ontologias e os padrões de metadados.

De acordo com Vignoli, Souto e Cervantes (2013), a OC tem como base o conhecimento e o mundo dos conceitos. Além disso, segundo as autoras, a finalidade da OC é a análise dos conceitos e os processos de modelagem do conhecimento, e sua aplicabilidade se dá em tesouros, taxonomias e ontologias.

A Internet e a Web fizeram emergir a necessidade de diferentes formas de organização, armazenamento, apresentação e recuperação da informação (Hjørland, 2016). Segundo Hjørland (2016), a Internet se tornou um dos meios mais utilizados para busca de informações e documentos, de modo que surgiram novas áreas que se dedicaram ao estudo das formas de organização em ambientes Web. Dentre essas áreas, destaca-se a Curadoria Digital e o Design da Informação, por exemplo.

Hjørland (2016) ainda afirmou que a OC deve ser compreendida enquanto uma base de conhecimentos que pode ser aplicada em qualquer plataforma tecnológica (HJØRLAND, 2016). Nesse sentido considera-se que sua aplicabilidade pode se estender à plataformas de webmuseus, como o Museu da Pessoa.

Segundo Hjørland (2016), as tecnologias têm impulsionado o desenvolvimento da OC. De modo complementar à perspectiva tecnológica por ele apresentada, a

Curadoria Digital (CD) emerge enquanto uma área que compreende a gestão e a preservação de objetos e informações digitais a longo prazo, por meio de práticas e metodologias que abrangem: manter, preservar e agregar valor aos dados digitais ao longo de todo seu ciclo de vida (DCC, 2004). A gestão ativa das informações digitais por meio da CD reduz os riscos de obsolescência digital e perda dos dados, além de proporcionar maior valor e confiabilidade, ao garantir que estejam disponíveis e acessíveis para os sujeitos informacionais (DCC, 2004).

A CD se desenvolveu a partir de conceitos da museologia referentes à curadoria de museus de maneira geral. Por outro lado, a CD levou em conta processos de preservação digital na curadoria de dados, e convergiu tais conceitos em ações relacionadas à criação, preservação, disseminação e acesso à informação na Web (Santos, 2014). Sarah Higgins (2008) apresentou o Ciclo de Vida da Curadoria Digital do Digital Curation Centre (*DCC Curation Lifecycle Model*), uma representação gráfica das etapas da CD, compreendida como um processo contínuo e cíclico. Segundo a autora, de modo geral, o modelo é indicativo e não exaustivo, e pode ser aplicado em diferentes instituições (Higgins, 2008). A figura a seguir (Figura 1) apresenta uma versão traduzida do modelo apresentado por Higgins (2008).

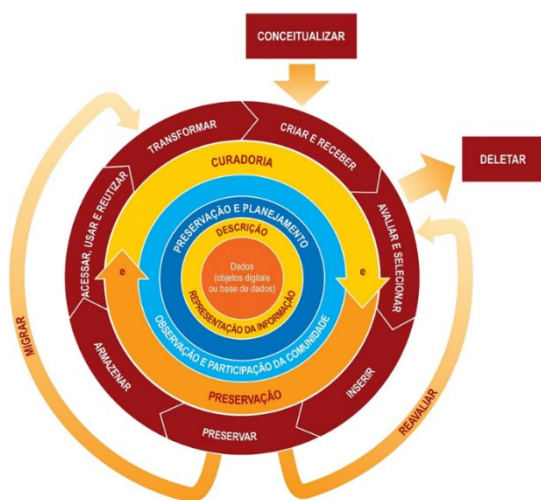


Figura 1. Ciclo de Vida da Curadoria Digital. Fonte: Traduzido de Higgins (2008).

O Modelo do Ciclo de Vida da Curadoria Digital (Figura 1) é dividido em três tipos de ações: ações essenciais, ações sequenciais e ações ocasionais (Higgins, 2008). As ações essenciais, representadas nas cores laranja, amarelo e azul na figura, abrangem: dados; descrição e representação da informação; preservação e planejamento; participação e observação da comunidade; e curadoria e preservação. As ações sequenciais, representadas em vermelho na figura, compreendem: conceitualizar; criar e receber; avaliar e selecionar; inserir; preservar; armazenar; acessar, usar e reutilizar; e transformar. Já as ações

ocasionais, representadas por meio das setas em tons alaranjados, são: deletar, reavaliar e migrar.

Diante do exposto, considera-se que a OC e a CD são essenciais para a organização e preservação dos acervos de equipamentos culturais.

3. O Museu da Pessoa como lugar de conversação

O conceito de museu e as discussões teóricas dentro da Museologia sofreram transformações à medida que a sociedade também se transformou (Hernández Hernández, 1994). Segundo Francisca Hernández Hernández (1994), com o tempo, a Museologia passou a compreender os museus enquanto uma forma de conexão entre as pessoas e a sociedade. Também assume a concepção de que tudo pode ser musealizável, e que os museus devem valorizar as comunidades de interesse e o patrimônio cultural (Hernández Hernández, 1994).

Museus são instrumentos de mudança individual e social e, nesse contexto, ressalta-se a importância de práticas museológicas (Wagensberg, 2005) colaborativas, que proporcionem uma maior interação entre os museus e as comunidades de interesse, conforme explicitou Jorge Wagensberg (2005) “Na museologia, como um todo, tudo é conversa. A interatividade é uma forma de conversa. O pensamento é uma auto-conversa. O trabalho em equipe tem como base a conversa” (Wagensberg, 2005, p.7).

O Museu da Pessoa é um museu dígito-virtual e colaborativo, cujo acervo é composto pelas histórias de vida compartilhadas pelas comunidades de interesse. Ou seja, nele, o acervo é construído de forma horizontal e com a colaboração direta dos sujeitos informacionais, o que o torna um museu aberto e construído em rede (Museu da Pessoa, 2019).

Instituições como o Museu da Pessoa suscitam diferentes reflexões acerca das formas de interação dos museus com as comunidades de interesse. De acordo com Wagensberg (2001), ensinar, formar, informar e proteger o patrimônio são alguns dos atributos dos museus, mas não sua prioridade. A prioridade deveria ser causar mudanças nos indivíduos que interagem com os acervos entre o antes e o depois da visita ao museu, de modo que suas atitudes mudem em relação ao museu e, principalmente, em outras atividades de suas vidas, uma vez que “o museu oferece mais perguntas do que respostas” (Wagensberg, 2001, p.22, tradução nossa).

Pode-se afirmar que a origem dos museus está relacionada ao colecionismo e às coleções. De acordo com Carlos Alberto Ávila Araújo (2010), há, desde o princípio, uma relação entre a Museologia, a preservação e a exposição de coleções, o que apresenta, no contexto do sistema complexo dos museus, por um lado, uma faceta da preservação do acervo, e por outro, uma faceta conversacional que deve ser facilitada (Araújo, 2010).

Para isso, é essencial que os museus conheçam as suas comunidades de interesse, atentando-se às necessidades de tal público, uma vez que, devido a sua característica de integrar - e não excluir - pode “desenvolver a identificação coletiva” (Wagensberg, 2005, p.19).

A Web 2.0 trouxe uma nova perspectiva para a museologia, uma vez que ela pode aproximar as pessoas dos museus, e tornar seus processos mais colaborativos, como é feito pelo Museu da Pessoa, que se destaca por possuir em sua essência meios para a criação do conhecimento de forma colaborativa.

O Museu da Pessoa, criado em 1991 pela historiadora Karen Worcman, é um museu dígito-virtual e colaborativo cujo acervo é composto por histórias de vida. Um dos destaques do Museu da Pessoa é o Programa Conte Sua História, a principal fonte de novas histórias para o acervo (Museu da Pessoa, 2019). O programa é responsável por captar, processar e compartilhar a maior parte do acervo do museu, e é o principal aspecto de sua metodologia - a musealização de histórias de vida (Museu da Pessoa, 2019).

A missão do Museu da Pessoa é “valorizar cada pessoa ao tornar sua história de vida patrimônio da humanidade” (Museu da Pessoa, 2019, p.12). Sua visão é “ser reconhecido como museu da humanidade que combate a intolerância ao conectar pessoas por meio de suas experiências e sentimentos” (Museu da Pessoa, 2019, p.12).

O Museu da Pessoa é precursor em aliar a museologia social, as tecnologias de informação e as histórias de vida. Nele, o público é o criador do acervo, sendo o foco a musealização das histórias de vida, o que cria um museu aberto e construído em rede. Estes fatores levaram a instituição a repensar conceitos como espaço, preservação e acervo (Museu da Pessoa, 2019).

A metodologia utilizada pelo museu é denominada Tecnologia Social da Memória, que propõe a concepção e o desenvolvimento de projetos coletivos de preservação da memória. A Tecnologia Social da Memória valoriza as memórias das pessoas, e considera a memória como uma ferramenta de mobilização que valoriza as experiências e os saberes coletivos. Esta metodologia permite que as pessoas se utilizem das técnicas do Museu da Pessoa, estimulando a participação social (Museu da Pessoa, 2019).

4. Organização do Conhecimento e Curadoria Digital no Museu da Pessoa

Nessa sessão, decidiu-se fazer uma análise comparativa da autonarrativa do Museu da Pessoa em sua página de apresentação. Atualmente, o acervo do Museu da Pessoa é formado por cerca de 20 mil histórias de vida registradas em áudio, vídeo e texto, e por um banco de imagens com 62 mil fotos e documentos digitalizados, entre desenhos, ilustrações, documentos pessoais, mapas, entre outros (Museu, 2022). Devido à complexidade do acervo, e com o advento da Internet, foi decidido abrigar o acervo em uma plataforma digital, “entendida e encarada como o museu em si” (Museu da Pessoa, 2019, p.13).

O Museu da Pessoa se dedica a fazer com que as imagens e documentos digitalizados em seu acervo tenham o mesmo significado que originalmente possuem para o dono da história. Todas as imagens presentes no acervo sempre estão relacionadas a uma história, e todas estão digitalizadas (Museu da Pessoa, 2019).

Cada entrevista realizada pelo Museu da Pessoa constitui um objeto museológico, considerado “uma unidade do acervo” (Museu da Pessoa, 2019, p.18). As atividades de preservação realizadas pelo museu têm como principal

objetivo garantir o compartilhamento das memórias e sua reinserção no cotidiano, ao estimular o seu reuso em pesquisas, salas de aula, programas de televisão, programas de rádio e ainda por meio das redes sociais do museu (Museu da Pessoa, 2019).

As histórias registradas em áudio ou vídeo passam por três etapas de tratamento: digitalização, transcrição e minutagem. Quando as histórias são enviadas via plataforma, são registradas em texto ou vídeo, conforme a preferência do autor. Há a possibilidade de inserir junto às histórias fotos e documentos às histórias, e cada um é digitalizado e catalogado individualmente. Os documentos textuais são organizados por meio de fichas catalográficas, que contém informações referentes ao conteúdo das entrevistas e dos entrevistados (Museu da Pessoa, 2019). As cópias em papel dos documentos textuais são organizadas em caixas-arquivo de plástico, numeradas sequencialmente e identificadas por etiquetas, que informam seu conteúdo. O museu também armazena as licenças de uso de imagem (Museu da Pessoa, 2019).

Os documentos eletrônicos e filmográficos são organizados por meio de planilhas do Excel e da base de dados do museu, a fonte principal de informações. As tabelas apresentam uma descrição do conteúdo e informações gerais, e sua identificação é feita por meio de códigos numerados sequencialmente com base no suporte. Para a preservação é aplicada uma estratégia híbrida, analógica-digital, na qual se apresenta uma alternativa de manter o suporte original preservado. Essa hibridez deve ser capaz de evitar problemas na preservação. Nesse sentido, para os suportes com cartucho, são mantidos os originais, alinhados sequencialmente com uma etiqueta de identificação com a numeração (Museu da Pessoa, 2019).

O museu mantém alguns materiais bibliográficos para consulta, armazenados em armários de acesso restrito, identificados como pertencentes ao acervo do museu com etiquetas. A documentação em suporte físico referente à parte iconográfica do acervo é composta por fotografias impressas, negativos e cromos, armazenados em prateleiras de um armário deslizante, localizado na reserva técnica. É importante destacar que a maior parte desse conteúdo em suporte físico é o registro de eventos institucionais. O maior volume de acervo fotográfico é incorporado junto ao processo de gravação das histórias e é nato-digital, ou seja, já é coletado em formato digital (Museu da Pessoa, 2019).

Os entrevistados também podem levar cerca de dez fotografias importantes para a história, que são escaneadas com um scanner de mão e catalogadas em fichas contendo o código da imagem, data, local e conteúdo. As entrevistas gravadas são armazenadas em duas mídias, uma para a preservação e a outra para acesso, e os áudios são extraídos e enviados para a transcrição (Museu da Pessoa, 2019).

Quando uma entrevista é concluída e processada, é realizada a catalogação das histórias de vida na base de dados do Museu da Pessoa. A essência do registro está na própria história, os campos do registro são preenchidos com as informações coletadas durante a entrevista. O suporte, a localização física, o estado de conservação das mídias e a integridade do conteúdo são registrados diretamente no sistema e em tabelas de controle de mídias, salvas no servidor interno do museu (Museu da Pessoa, 2019).

As histórias de vida coletadas pelo Museu da Pessoa até 2013 eram preservadas em mídias analógicas, e a partir de 2013 passaram a ser preservadas de forma digital. Assim, o acervo de mídias analógicas passou por um processo de digitalização e tanto o conteúdo nato-digital quanto o conteúdo digitalizado são armazenados, atualmente, em mídias do tipo LTO-7, sendo que uma cópia fica armazenada na reserva técnica do Museu e outra fica na reserva técnica de uma instituição parceira, além de uma cópia salva em HD. Destaca-se que o Museu da Pessoa preserva todas as mídias analógicas na reserva técnica em sua sede física. Para evitar a obsolescência, o Museu da Pessoa está utilizando o YouTube para o upload de todas as histórias de vida na íntegra.

O Museu da Pessoa considera a digitalização como estratégia na preservação do conteúdo, ainda que as mídias originais sejam mantidas como parte do acervo e submetidas às ações de conservação preventiva, de modo que os originais não são descartados quando passam pelo processo de digitalização (Museu da Pessoa, 2019). Percebe-se a preocupação do Museu quanto à preservação para o acesso. Entretanto, o museu não apresenta estratégias de acesso para a preservação.

Compreende-se que a relação entre preservação e acesso pode ocorrer de duas formas: pode-se preservar os objetos digitais e depois proporcionar o acesso, ou o processo inverso - o acesso pode proporcionar a preservação dos objetos digitais.

A primeira forma representa os processos tradicionais de tratamento e preservação da informação - utiliza-se, a princípio, a catalogação, a classificação e a indexação para preservar tais objetos e depois eles são disponibilizados aos sujeitos informacionais.

Na segunda forma, compreendida enquanto complexa e pertencente ao terceiro paradigma da Ciência da Informação, os objetos digitais são compartilhados para que os internautas colaborem no processo de preservação, ou seja, é feita uma descrição simples do objeto digital, depois ele é compartilhado e os internautas podem colaborar com sua preservação por meio de atividades colaborativas como a Folksonomia, uma forma de catalogação colaborativa.

Referente à Curadoria Digital do acervo, o Museu da Pessoa desenvolve diversas atividades e procedimentos que podem ser identificados no ciclo da vida na CD. Para armazenar e preservar seu acervo, o Museu da Pessoa utiliza um sistema criado de forma 100% autoral e desenvolvido em PHP. Por conta das especificidades do Museu, não seria viável a utilização de uma ferramenta pronta, por esse motivo, o Museu utiliza o sistema autoral, que apenas os colaboradores do Museu, Núcleos ou pessoas autorizadas podem acessar e modificar.

Referente à OC, o sistema apresentado aos internautas poderia apresentar áreas em que os indivíduos pudessem conversar com o acervo, e nesse processo propor diferentes formas de organização do conhecimento. Nesse sentido, a OC se tornou essencial diante das transformações das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e da complexidade das informações presentes em ambientes Web (Nakano; Martínez-Ávila; Jorente; Padua, 2018).

Para a criação da interface do Museu da Pessoa e disponibilização de conteúdos, é utilizado um tema do WordPress que se conecta ao sistema do Museu por meio

de APIs . Toda a coleta de histórias, imagens, vídeos e áudios enviados pelos internautas é feita pela estrutura do WordPress.

Além disso, a Tecnologia Social da Memória (TSM), metodologia utilizada pelo Museu da Pessoa, apresenta elementos relevantes para a OC do Museu da Pessoa. Tal metodologia foi desenvolvida com base em quatro diretrizes: Para quem? Com quê? Por quê? Para quê?

A primeira diretriz (para quem?) orienta que a TSM pode ser aplicada por qualquer organização social, comunidade ou empresa que deseje registrar, organizar e compartilhar suas histórias. A metodologia pressupõe que diferentes indivíduos, especialistas e não especialistas, podem desenvolver de forma coletiva um projeto de preservação da memória (Museu da Pessoa, 2019). A segunda diretriz (com quê?), por sua vez, pressupõe a valorização da memória das pessoas, e não somente de documentos, objetos e monumentos (Museu da Pessoa, 2019).

A terceira diretriz (por quê?) justifica o uso da metodologia, uma vez que, segundo os princípios do Museu da Pessoa, a memória e a história contribuem com a construção da identidade de uma comunidade, e todas as pessoas têm o direito de participar da construção dessa memória coletiva. Por fim, a quarta diretriz (para quê?) ressalta que o registro e a construção de um projeto de memória podem impulsionar mudanças sociais (Museu da Pessoa, 2019).

Para a aplicação da TSM deve-se considerar cinco princípios básicos:

1. A História é uma narrativa: a História é sempre narrada por alguém, e por esse motivo, não há uma única versão da História; além disso, ela é construída conforme a percepção do grupo que irá aplicar a metodologia.
2. A História é feita pelas pessoas: cada indivíduo é autor e personagem de sua História, e se relaciona com os acontecimentos da sociedade; as pessoas têm o direito de decidir o que será registrado de sua história, e como ela será registrada.
3. Toda história tem valor: toda história merece ser preservada e compartilhada, de modo que não há histórias mais ou menos importantes; as histórias preservadas passam a assumir um sentido social, e é de significativa importância garantir que sejam compartilhadas.
4. O que é produzido socialmente deve ser apropriado pela sociedade: cada história corresponde a história do grupo ou da sociedade e, portanto, é necessário garantir o acesso e o compartilhamento das narrativas.
5. A articulação das histórias contribui para uma nova memória social: quando articuladas, as histórias de diferentes pessoas e grupos constituem uma nova memória social, que realmente representa tais grupos e indivíduos, conforme exposto na Figura 2 (Museu da Pessoa, 2019).

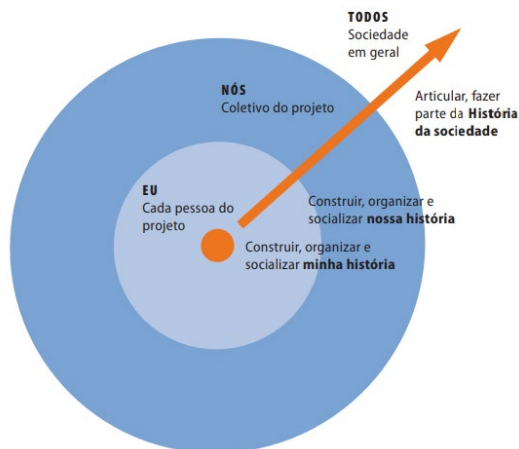


Figura 2. Etapas da Tecnologia Social da Memória. Fonte: Museu da Pessoa (2009).

A Figura 2 representa as etapas de aplicação da TSM com a narrativa individual ao centro, que depois é interligada às narrativas de outros indivíduos que participam do projeto de memória e, por fim, são compartilhadas com a sociedade em geral. As etapas da metodologia podem ser realizadas em ordem diferente, conforme as necessidades do projeto proposto, tais etapas “na verdade, acontecem em paralelo e se entrelaçam continuamente” (Museu da Pessoa, 2019, p.16).

Durante o processo, os grupos são incentivados a narrar suas histórias, reunir documentos, fotos e objetos, além de identificar espaços que complementem tais memórias. A metodologia compreende diferentes instrumentos para a coleta das histórias e produção de registros, como: entrevistas, rodas de histórias, linhas do tempo e seleção de objetos e fotografias (Museu da Pessoa, 2019).

Após a coleta das histórias, é necessário organizar e socializar os registros. Considera-se essencial para a metodologia garantir que as histórias possam ser acessadas e compartilhadas por qualquer pessoa.

O ciclo só se completa quando o conteúdo produzido é socializado. Toda história pressupõe troca – as narrativas só existem à medida que, além de narradas, sejam também escutadas e interpretadas por alguém. Essa socialização pode acontecer em diferentes níveis: do próprio grupo envolvido ao público mundial da internet. É nessa teia que as narrativas se conectam, abrindo novas possibilidades de interação social. (Museu da Pessoa, 2019, p.16).

A Tecnologia Social da Memória se destaca no contexto da OC, uma vez que, possibilita a criação de relações entre as histórias de vida, as comunidades de interesse e a sociedade em geral. Além disso, a metodologia pressupõe a organização de tais histórias, o que, consequentemente, faz parte do processo de organização do acervo do Museu.

5. Conclusão

A partir do exposto, pode-se concluir que a Organização do Conhecimento (OC) e a Curadoria Digital (CD) podem ser aplicadas em conjunto para garantir o acesso, a organização e a preservação de acervos de webmuseus. Além disso, destaca-se a necessidade de metodologias e técnicas que contemplem complexidade dos objetos informacionais digitais.

Assim, faz-se necessário a ampliação das práticas oriundas da CD e da OC, uma vez que as TIC permitem a criação, o armazenamento e o compartilhamento de um grande volume de informações, mas podem apresentar algumas fragilidades que coloquem em risco a salvaguarda dos objetos informacionais digitais. Isto ocorre porque tais objetos informacionais necessitam de diferentes metodologias para seu tratamento e gestão, já que apresentam características distintas dos documentos tradicionais, seja em papel ou outro suporte físico (Sayão; Sales, 2012).

Nesse contexto, a CD apresenta práticas e metodologias que compreendem tais aspectos complexos, de modo que a gestão ativa das informações digitais por meio da CD reduz os riscos de obsolescência digital e perda dos dados, além de proporcionar maior valor e confiabilidade, ao garantir que estejam disponíveis e acessíveis para os sujeitos informacionais (DCC, 2004). Destaca-se o Ciclo de Vida da Curadoria Digital, uma representação gráfica das etapas da CD, que apresenta as ações necessárias para a aplicação da CD em diversas instituições. Pode-se afirmar que o ciclo de vida proposto por Higgins e pelo DCC apresenta diversas ações contínuas essenciais ao desenvolvimento da CD em diferentes instituições.

Entretanto, ainda que o ciclo de vida seja eficiente em diversos aspectos, há a necessidade de maior participação das comunidades de interesse nos processos da CD. Aquiles Brayner (2018) destacou, nesse sentido, que a princípio, o modelo foi pensado para gestão de dados científicos, e não priorizava os sujeitos informacionais. Há, no ciclo de vida proposto pelo DCC, uma ação - observação e participação da comunidade - que representa a participação nos processos curatoriais, no entanto, a comunidade seria, a princípio, uma comunidade especializada, de profissionais da informação e da tecnologia (Brayner, 2018).

Tal conceito de participação da comunidade não contempla a complexidade dos acervos e equipamentos culturais, que podem se beneficiar das diversas formas de participação e interação das comunidades de interesse com os acervos. É necessário, desse modo, uma abertura das práticas de CD e OC no que se refere à participação dos sujeitos informacionais, o que não exclui nem minimiza a atuação dos profissionais da informação. Esta abertura amplia a atuação desses profissionais, uma vez que a complexidade de tais práticas colaborativas demanda outras competências.

Nesse contexto, considera-se que o sistema do Museu poderia apresentar, além do programa “conte sua história”, espaços que permitam uma maior interação das comunidades de interesse com o acervo, e nesse processo propor diferentes formas de organização do conhecimento. Nesse sentido, a OC se tornou essencial diante das transformações das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e da

complexidade das informações presentes em ambientes Web (Nakano; Martínez-Ávila; Jorente; Padua, 2018).

Considera-se que as práticas de Organização do Conhecimento e Curadoria Digital realizadas no Museu da Pessoa correspondem às necessidades de seu acervo, e podem também ser aplicadas em equipamentos culturais semelhantes. Sendo assim, essas convergências entre as práticas da Organização do Conhecimento e da Curadoria Digital podem criar modelos que favoreçam a cultura de compartilhamento dessas instituições.

6. Referências

- Araújo, C. A. A. (2010) Ciência da informação como campo integrador para as áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. *Informação & Informação*, 15(1), 173-189. doi: 10.5433/1981-8920.2010v15n1p173
- Brayner, A. A. (2018) Curadoria digital: novos modelos de participação pública na descrição de conteúdos em instituições culturais. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 12(1), 53-65. doi: 10.26512/rici.v12.n1.2019.10521. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/10521>.
- Dahlberg, I. (2006) Knowledge Organization: a new science? *Knowledge Organization*, 33(1), 11-19.
- Digital Curation Centre. (2004) What is digital curation? Recuperado de <https://www.dcc.ac.uk/about/digital-curation>.
- Hernández Hernández, F. (1994) Manual de la Museología. Editorial Síntesis.
- Higgins, S. (2008) The DCC Curation Lifecycle Model. *The International Journal of Digital Curation*, 3(1), 134-140. Recuperado de <http://www.ijdc.net/index.php/ijdc/article/viewFile/69/48>.
- Hjørland, B. (2016) Knowledge organization (KO). *Encyclopedia of Knowledge Organization*. Recuperado de https://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization#top.
- Miziara, R. (2016) Experienciar museus: um olhar sobre o museu da pessoa. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, 232-248. Recuperado de <http://www.sescsp.org.br/files/artigo/f9afe4f5-a04c-4dab-9eb8-b0ee1e12dccb.pdf>.
- Museu da Pessoa. (2022). Recuperado de <https://museudapessoa.org/>.
- Museu da Pessoa. (2019) *Plano Museológico*.
- Nakano, N.; Martínez-Ávila, D.; Jorente, M. J. V. & Padua, M. C. (2018) Information Design, Information Science, and Knowledge Organization: a domain analysis from the perspective of complexity. *Scire: representación y organización del conocimiento*, 24(1), 67-75. Recuperado de <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/168135>.
- Santos, T. N. C. (2014) *Curadoria digital: o conceito no período de 2000 a 2013*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/17324>.
- Sayão, L. F. & Sales, L. F. (2012). Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. *Informação & Sociedade: Estudos*, 22(3). Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12224>.
- Vignoli, R. G.; Souto, D. V. B. & Cervantes, B. M. N. (2013) Sistemas de organização do conhecimento com foco em ontologias e taxonomias. *Informação & Sociedade: Estudos*, 23(2). Recuperado de <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91940>

- Wagensberg, J. (2001) Principios fundamentales de la museología científica moderna. *B.M M*, 55, 22-24. Recuperado de https://ocw.ehu.es/pluginfile.php/53801/mod_resource/content/1/Wagensberg_2001.pdf.
- Wagensberg, J. (2005) O museu “total”, uma ferramenta para a mudança social. In: *Congresso mundial de centros de ciência: Textos provocativos*. (pp. 1-19) Rio de Janeiro. Recuperado de: <https://www.museudavida.fiocruz.br/4scwc/Texto%20Provocativo%20-%20Jorge%20Wagensberg.pdf>.
- Yin, R. K. (2001) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Experiências dos estudantes de ciências sociais portuguesas e espanholas sobre a literacia da informação e o uso de tecnologias móveis no ensino superior: análise qualitativa pós COVID-19

Carlos Lopes¹; Maria Luz Antunes²; David Caballero-Mariscal³; Tatiana Sanchez⁴

Resumo: Objetivo: Analisar comparativamente as experiências e percepções dos estudantes de Ciências Sociais portuguesas e espanholas sobre a utilização e inclusão das tecnologias móveis nos processos de ensino-aprendizagem e refletir sobre o papel das bibliotecas de ensino superior e dos seus profissionais neste contexto. **Método:** Metodologia socio-constructiva exploratória de grupos focais, baseada numa amostra de dezoito estudantes finalistas de Psicologia e Educação. **Resultados:** Os estudantes experimentam lacunas significativas nas suas competências no uso de tecnologias móveis. Percebem limitações atitudinais e tecnológicas nos seus professores. Também existem algumas diferenças de atitudes relativamente à inclusão das tecnologias móveis nos processos de ensino-aprendizagem. Os estudantes espanhóis mostraram melhores competências e os estudantes portugueses um nível mais elevado de autoperceção. **Discussão/Conclusões:** Decorrente da pandemia destaca-se a necessidade de aproximação estudante-professor e as limitações técnicas de alguns professores, sendo necessária uma mentalidade de abertura a novos dispositivos e ferramentas tecnológicas nos processos de ensino. As instituições académicas, e os bibliotecários em particular, devem esforçar-se por compreender o âmbito e as possibilidades das tecnologias móveis para aumentar a motivação dos estudantes e para adquirir competências de informação. Esta reflexão é uma prioridade na otimização dos processos de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Tecnologias móveis; Ensino superior; Literacia da informação; Investigação qualitativa; COVID-19; Estudo comparativo.

Resumen: Objetivo: Analizar comparativamente las experiencias y percepciones de estudiantes portugueses y españoles de Ciencias Sociales sobre el uso e inclusión de las tecnologías móviles en los procesos de enseñanza-aprendizaje y reflexionar sobre el papel de las bibliotecas de educación superior y sus profesionales en este contexto. **Método:** Metodología exploratoria de grupos focales socioconstructivos, a partir de una muestra de dieciocho estudiantes de último curso de Psicología y Educación. **Resultados:** Los estudiantes experimentan importantes carencias en sus competencias en el uso de las tecnologías móviles. Perciben limitaciones actitudinales y tecnológicas en sus profesores. También existen algunas diferencias en las actitudes hacia la inclusión de las tecnologías móviles en los procesos de enseñanza-aprendizaje. Los estudiantes españoles mostraron mejores competencias y los portugueses un mayor nivel de autopercepción. **Discusión/Conclusiones:** Como consecuencia de la pandemia, destaca la necesidad de acercamiento alumno-profesor y las limitaciones técnicas de algunos profesores, siendo necesaria una mentalidad de apertura a nuevos dispositivos y herramientas

¹ APPsyCI – Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion, Ispa – Instituto Universitário, Portugal.

E-mail: clopes@ispa.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6440-4739>

² Instituto Politécnico de Lisboa (ESTeSL), Portugal; APPsyCI - Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion, Portugal.

E-mail: mluz.antunes@estesl.ipl.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0942-7601>

³ Universidade de Granada, Espanha.

E-mail: davidcaballero@ugr.es

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7930-2535>

⁴ UIDEF – Instituto de Educação (Universidade de Lisboa), Portugal.

E-mail: tsanches@fpie.ulisboa.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4902-2628>

tecnológicas en los procesos de enseñanza. Las instituciones académicas, y los bibliotecarios en particular, deben esforzarse por comprender el alcance y las posibilidades de las tecnologías móviles para aumentar la motivación de los estudiantes y adquirir competencias informacionales. Esta reflexión es prioritaria para optimizar los procesos de enseñanza-aprendizaje.

Palabras clave: Tecnologías móviles; Educación superior; Alfabetización informacional; Investigación cualitativa; COVID-19; Estudio comparativo.

Sumário: 1. Introdução. 2. Objetivos. 3. Método. 4. Resultados. 5. Discussão/Conclusões. Referências bibliográficas.

1. Introdução

A aprendizagem móvel (*m-Learning*), enquadrada no crescimento exponencial da utilização de tecnologias móveis e das suas aplicações (tanto *smartphones* como *apps*), é uma tendência imparável no ambiente universitário a nível mundial (Krull & Duart, 2018). Pelas mudanças que provoca nas estratégias e nas relações com a informação, influencia a motivação, a qualidade e até os resultados do ensino superior (Klimova, 2019). Também em Portugal e em Espanha, o desenvolvimento de tecnologias móveis no contexto do ensino aumentou consideravelmente desde 2010, principalmente entre a população mais jovem (Pinto, et al., 2019. 2021; Porcar et al., 2010; Sánchez, 2012; Calzada et al., 2014).

No entanto, apesar de ser descrita como uma solução, a adoção de tecnologias móveis no ensino superior também apresenta o seu próprio desafio: encontrar estratégias e ações capazes de tornar mais eficazes as diferentes funções do ensino superior. Como apontam Witt e Gloerfeld (2018), a implementação de tecnologias móveis, em resposta a novas necessidades, requer o desenvolvimento de novas estratégias que permitam a adaptação a cenários emergentes, através do desenvolvimento de planos digitais que promovam o processo de transformação digital em todas as funcionalidades, áreas e serviços universitários (gestão, formação inicial e contínua, processos de aprendizagem, investigação, criação e difusão de conhecimento...). Para o conseguir é essencial desenvolver instrumentos e metodologias para compreender e monitorizar a forma como as universidades estão a responder ao desafio de incorporar o *m-Learning* nas suas diferentes funções. Na atualidade, o acesso à informação, a comunicação e o processo de ensino-aprendizagem não podem ser concebidos sem dispositivos móveis. Esta realidade conheceu um aceleramento no período durante e pós-pandemia devido à adaptação forçada ao ensino virtual e à necessidade de adotar novas estratégias (Chen & Tsai, 2021; Sales, et al., 2020). Também no âmbito das bibliotecas, diversos serviços e recursos digitais se viram reforçados (Baker & Ellis, 2021; Zain, 2021). Contudo, apesar desta transição irrevogável, existem discrepâncias entre o ritmo social no processo de adaptação a novas realidades e a efetiva adaptação por parte das instituições de ensino superior (Alomary & Woollard, 2015; Pinto et al., 2019).

O acesso e a gestão da informação estão hoje inevitavelmente interligados com as principais características das tecnologias da informação: conectividade, imediatismo e ubiquidade (Huang et al., 2014; Martin, 2013; Pinto et al., 2020, 2021). Estes elementos têm um impacto significativo na forma como os

bibliotecários disponibilizam informação (Ramos Eclevia, 2022) e como os professores implementam as suas metodologias e se relacionam com a informação (Crompton & Burke, 2018). As tecnologias móveis têm vindo a ser progressivamente integradas nas aprendizagens no ensino superior e com um nível de aceitação muito significativo, não só devido à sua utilidade, mas também porque tornam o ambiente de aprendizagem mais atrativo e motivador (Udenze & Oshionebo, 2020; Marques & Pombo, 2021). Neste sentido, estudantes, professores e bibliotecários podem beneficiar grandemente das possibilidades que os dispositivos móveis e suas aplicações podem oferecer.

Este estudo tem como questão de investigação compreender as experiências, perceções e as atitudes dos processos de adaptação dos estudantes finalistas das ciências sociais de dois contextos e países diferentes (Portugal e Espanha), relativamente à inclusão dos dispositivos móveis no processo de ensino-aprendizagem no ensino superior. A revisão da literatura realizada permitiu identificar a interdisciplinaridade da ciência da informação com todas as áreas do conhecimento.

2. Objetivo

Porque são finalistas, estes estudantes sempre viveram com tecnologias e percebem o fosso geracional e as profundas divergências entre a sua conceção de metodologias atrativas e as atitudes, metodologias e compreensão da realidade por parte dos seus professores. Foram, assim, propostos os seguintes objetivos:

1. Analisar as experiências e as perceções dos estudantes sobre a inclusão de tecnologias móveis nos processos de ensino-aprendizagem;
2. Determinar o valor que os estudantes atribuem à informação e à literacia das tecnologias móveis no contexto pós-pandémico;
3. Estabelecer uma comparação entre duas amostras de estudantes pertencentes a dois contextos e países diferentes (Portugal e Espanha) para determinar semelhanças, divergências e necessidades; e
4. Descrever as necessidades percebidas pelos estudantes relativamente à adoção da tecnologia móvel.

3. Método

Para a conceptualização do estudo realizou-se uma revisão específica da literatura, centrada na interseção dos temas: tecnologias móveis, ensino superior, metodologias de ensino e COVID-19. Utilizou-se a metodologia qualitativa do grupo focal, dado tratar-se de uma técnica que visa recolher dados resultantes da interação de um grupo sobre um tema apresentado e dinamizado pelo investigador (Morgan et al., 1993, 1998), que utiliza a interação na discussão de um grupo de participantes como fonte dos dados e que reconhece o papel ativo do investigador/moderador na dinamização da discussão sobre um determinado assunto (Krueger & Casey, 2014; Silva et al., 2014).

3.1. Participantes

A amostra foi recolhida entre os estudantes finalistas de cursos de licenciatura em Psicologia e Educação em Lisboa e em Granada no ano letivo 2021-2022. Foram realizadas duas sessões em ambos os locais e foi obtido consentimento informado para fins de investigação. A amostra foi não-probabilística e de conveniência, na qual participaram voluntariamente 18 estudantes.

3.2 Procedimentos: implementação dos grupos focais

O guião de apoio aos grupos focais foi implementado previamente na Universidade de Granada (Espanha) entre os estudantes dos cursos de Educação e Informação e de seguida com os estudantes de Psicologia do Ispa-Instituto Universitário (Portugal). A abordagem qualitativa segue uma entrevista semiestruturada.

A versão final do questionário foi revista pelos restantes peritos, chegando a um consenso sobre os aspetos fundamentais: a capacidade de obter informação de qualidade dos entrevistados, clareza e ajustamento ao tempo previsto para os grupos de discussão. Procedeu-se também à realização de um teste piloto. Neste sentido, foi definido um guião de atividades para cada uma das fases que constituiria os grupos focais (Tabela 1).

Tabela 1. *Guião de atividades dos grupos focais**

Fase	Atividade
Planeamento	<ul style="list-style-type: none"> - Definição dos objetivos do grupo focal. - Definição da estrutura do grupo focal. - Definição do n.º de grupos, do n.º de participantes e da duração do grupo focal.
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção e recrutamento dos participantes - Obtenção do consentimento informado dos participantes/representantes legais. - Definição do moderador e observador não participante. - Definição dos tópicos de discussão e formulação das questões orientadoras do grupo focal. - Avaliação das condições logísticas (local, materiais necessários).
Introdução	<ul style="list-style-type: none"> - Agradecimento pela disponibilidade e participação no grupo de discussão. - Apresentação do moderador e do observador não participantes. - Referências às questões éticas relacionadas com o estudo. - Garantia de confidencialidade das informações.
Moderação	<ul style="list-style-type: none"> - Informação global sobre a natureza do grupo focal e sua importância para o estudo. - Disponibilização para eventuais esclarecimentos de dúvidas.
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da finalidade e dos objetivos do estudo. - Contextualização breve da fase do processo de investigação. - Apresentação dos objetivos específicos do grupo focal.

	- Apresentação das questões orientadoras. - Dinamização da discussão em grupo.
Conclusão	- Agradecimento pela disponibilidade e colaboração de todos os participantes. - Garantia da confidencialidade da informação veiculada no grupo focal, por cada participante. - Garantia de que os resultados do estudo possam ser divulgados na comunidade científica. - Partilha de opiniões relativas à satisfação com a participação no grupo focal, esclarecimento de dúvidas e possíveis sugestões.
Análise e divulgação dos resultados	- Análise dos resultados. - Elaboração do relatório do grupo focal. - Divulgação dos resultados.

Nota: Tabela adaptada dos estudos de Acocella e Cataldi (2020), Morgado et al. (2021) e Silva et al. (2014).

3.3. Instrumento

A versão final do questionário foi revista por todos os peritos. Foram definidas as questões orientadoras a ambos os grupos focais (PT e ES), que facilitaram a fase de moderação (Tabela 2).

Tabela 2. *Questões orientadoras dos grupos focais*

1. Utilizou o seu telemóvel nas aulas para fins académicos? Como o utilizou (tomando notas, procurando informação, etc.)?
2. Que meios utilizou (programas, recursos, plataformas)? Utilizou um telemóvel, tablet, computador portátil, etc. (tente indicar se utiliza um ou todos eles, e qual(is) deles(s) utiliza(m) mais)?
3. Como estudante, que nível de competência tecnológica tem?
4. Acha que os professores estão preparados e adaptados para ensinar utilizando telemóveis? Que nível de competência tecnológica encontra no corpo docente?
5. Finalmente, classifique o nível de competência do pessoal docente na utilização de tecnologias móveis no processo de ensino e aprendizagem.

3.4. Análise de dados

O grupo focal durou cerca de noventa minutos e foi conduzido pelo primeiro e terceiro autores com a ajuda de um investigador com experiência na condução de grupos focais. O grupo focal foi gravado com um gravador de áudio e transcrito depois na sua totalidade. O conteúdo foi explorado utilizando um método lógico-semântico (Krueger & Casey, 2000; Morgan, 1993; Silva et al., 2014), uma abordagem de categorização que combina análises temáticas, estruturais e de frequência. Mais precisamente consistiu, em primeiro lugar, no processamento sistemático de dados, no qual se fez um inventário de todas as palavras-chave ou conceitos mencionados pelo menos três vezes ao longo do grupo focal para

identificar unidades significativas. Estas unidades foram depois agrupadas em vários subtemas com base na sua concomitância temática (análise temática) antes de serem organizadas e categorizadas de acordo com as suas analogias de significado e seguindo uma classificação hierárquica, que vai desde o particular ao geral (análise estrutural). Finalmente, devido a este processo, os temas principais foram identificados de acordo com a sua frequência de ocorrência (análise de frequência).

A análise de dados seguiu o procedimento seguinte:

- i. Transcrição das gravações efetuadas durante os grupos focais.
Formato analisável.
- ii. Codificação e categorização dos dados.
- iii. Identificação e refinamento das categorias obtidas.
- iv. Interpretação da informação.

Para garantir o rigor da informação e dos resultados obtidos, quatro peritos na matéria, pertencentes a diferentes áreas, procederam à codificação e categorização. Os peritos pertencem às áreas de Informação, Psicologia, Educação, Informação aplicada à Saúde e Antropologia. Por outro lado, o *software* QDA Miner foi utilizado para contrastar a informação e ratificar os resultados.

4. Resultados

Os resultados, seguindo os objetivos gerais da pesquisa e o guião elaborado para o grupo focal, foram distribuídos conforme o delineamento da pesquisa – garantia de coerência e facilidade na estruturação dos resultados.

4.1 Utilizou o seu telemóvel nas aulas para fins académicos? Como o utilizou (tomando notas, procurando informação, etc.)?

A incorporação de dispositivos nas salas de aula é considerada uma realidade inevitável. Afirmar-se também que após a crise pandémica a sua presença tem sido evidente no meio académico. Não há proposta alternativa possível diante de um facto que não é apenas uma realidade, mas também inevitável pelo futuro dos acontecimentos. Ambos os grupos participantes do grupo focal apresentaram respostas semelhantes (Tabela 3).

Tabela 3. *Utilizou o seu telemóvel nas aulas para fins académicos?*

	PORTUGAL		ESPANHA	
	PROGRAMAS	DISPOSITIVOS	PROGRAMAS	DISPOSITIVOS
Nas aulas	Word PPT Adobe Reader Word Pad Zoom (plataforma) GoogleDrive	Laptop Tablet	Word PPT Adobe Reader GoogleDrive Intercom Scoop Drive Living Drive Word Pad	Laptop Tablet Mobile Pizarra Digital
Para trabalhos académicos	Word PPT Adobe Reader Word Pad Slideshare Drive Zoom	Laptop Tablet/mobile (aplicações específicas, <i>apps</i>)	Laptop Mobile Tablet	Word PPT Adobe Reader PPT Adobe Reader Word Pad Zoom (plataforma) GoogleDrive (plataforma) Scratch Scoop

O uso do telemóvel aparece mais frequente nas salas de aula dos estudantes espanhóis (ED1-ED9), como evidenciado:

“O telemóvel é útil quando o professor quer fazer alguma atividade” (ED 6).

Por outro lado:

“Há atitudes diferentes, dependendo da idade e dos conhecimentos que o professor tem” (ED 7).

No caso de Portugal (ID1-ID9), constatou-se que:

*“Acima de tudo utiliza-se o portátil” (ID 1, ID3, ID5).
“É mais cómodo e mais prático para tomar notas” (ID 5).*

Principalmente devido ao *“tamanho do écran, teclado, etc.”*

De qualquer forma, a procura rápida de informação e o acesso à mesma mostrou-se mais fácil em ambos os grupos através do telemóvel; deve-se às suas características (ubiquidade, imediatismo e conectividade), mas sobretudo graças à familiaridade de utilização pelos estudantes no seu dia a dia.

Na questão apresentada aos estudantes, destacaram uma condição significativa na inclusão e utilização do telemóvel no meio académico: a atitude do corpo docente.

A este respeito foram expressas as seguintes atitudes sobre o corpo docente (Tabela 4):

Tabela 4. *Atitudes do corpo docente sobre o uso dos telemóveis nas aulas para fins académicos?*

<i>Estudantes Portugueses</i>	<i>Estudantes Espanhóis</i>
Proibição de uso Uso ocasional e esporádico	Maior tolerância ao seu uso Uso para tarefas específicas
Atividades específicas	
Aplicações ou utilidades na sala de aula em disciplinas que o exijam (e.g., tecnologias de informação, TIC, etc.)	Atitude positiva ou de rejeição, dependendo da idade do docente (diferença de gerações)

O conflito entre gerações continua a impor-se como um fator significativamente excludente. Embora sejam percebidas duas perspetivas diferentes entre os estudantes é evidente uma atitude de pouca recetividade por parte dos professores mais velhos.

“Na aula os docentes dizem-me: ‘Nem penses em pegar no telemóvel para falar com o teu colega’. Se quiser informação, vá à biblioteca” (ED 9).

Neste sentido, ambos os grupos de alunos coincidem significativamente, já que no caso de Portugal foi acordado que:

“Quando usas o telemóvel na aula, o professor pensa que é para te distrair, para falar com alguém e nunca para trabalhar” (ID 3).

Mas a maioria dos participantes concorda que a idade é um fator chave na motivação para o uso das tecnologias. Por isso, os estudantes apresentam posicionamentos divergentes:

“Às vezes alguns professores ficam surpresos por não termos alguns aplicativos instalados ou por não sabermos utilizá-los” (ED 6).

Além da idade como fator determinante, a área de especialização do professor também parece desempenhar um papel importante na motivação para a utilização do telemóvel nas salas de aula. De qualquer forma, há pouca formação por parte dos professores das áreas de humanidades e ciências sociais:

“Mostrei à minha professora que existia um aplicativo de pronúncia e correção fonética e ela ficou surpresa” (ED 4).

Pelo contrário, as áreas relacionadas com as tecnologias encontraram uma motivação quase generalizada por parte do corpo docente. Contudo, foram justamente os estudantes da área educacional que manifestaram tanto o maior uso e conhecimento dos aplicativos pelos professores, quanto a motivação e o convite para utilizá-los nas aulas de formação de professores.

Em termos gerais, considerou-se que os telemóveis são muito úteis pelas vantagens que oferecem. E os estudantes consideraram que é algo que também tem estado presente entre os professores. De qualquer forma, é considerado um instrumento necessário e adequado no atual contexto, pois:

“Ajuda-me a procurar informação rapidamente” (ED 3).

Além disso, e conforme indicado ‘se o Wi-Fi do centro estiver ruim, posso usar dados do smartphone’” (ED 1).

Por outro lado:

“Também podemos fazer videochamadas entre alunos, criar grupos de trabalho para interagir e utilizar vários aplicativos” (ED 8).

Embora o corpo discente tenha avançado mais, ainda apresenta lacunas importantes para enfrentar os desafios que surgem:

“Temos um longo caminho a percorrer. Só sabemos gerir o que nos interessa ou o que necessitamos. Mas se formos assim, os professores têm ainda mais limitações” (ID 5).

Como consequência, destaca-se que ‘é preciso aprender a usar o telemóvel como mais uma ferramenta nas salas de aula’” (ID1).

4.2 Que meios utilizou (programas, recursos, plataformas)? Utilizou um telemóvel, tablet, laptop, etc. (tente indicar se utiliza um ou todos eles, e qual(is) deles(s) utiliza(m) mais)?

Os resultados mostraram que se percebe uma mudança significativa entre ambos os períodos. Normalizados os resultados obtidos, verifica-se uma mudança quantitativa e qualitativa entre ambos os momentos. Por um lado, os portáteis continuam a aumentar com o monopólio de utilização. São vistos como o instrumento de trabalho mais completo na sala de aula e fora dela. Por outro, o telemóvel desempenha um papel fundamental na pesquisa e divulgação da informação.

“Uma vez que a informação está na nuvem, é mais fácil entrar diretamente no nosso correio eletrónico ou conduzir e descarregar o documento ou partilhá-lo” (ED10).

Além disso, o número de ferramentas aumentou em termos da sua competência e dominância. Outras parecem ter perdido a validade em favor de instrumentos mais atualizados. Do mesmo modo, o trabalho *online* tornou-se uma prioridade devido à inércia criada durante a pandemia do COVID-19:

“Tivemos de nos habituar ao ano passado que alguns tiveram de ficar em casa por causa das quarentenas e outros puderam reunir-se. Assim, trabalhamos online com uma unidade, com uma videochamada ou com zoom” (ED7).

Além disso, o seu caráter prático para o trabalho remoto e híbrido (com membros do grupo presentes e outros, em casa) foi evidenciado:

"Agora nenhum de nós pode dizer que não pode ficar, porque nos ligamos e trabalhamos onde quer que estejamos" (ED8).

A necessidade de reinvenção, a proximidade dos participantes à sua vida profissional como professores e o maior contacto com dispositivos móveis levaram a um conhecimento mais amplo das aplicações e a novos programas informáticos. Poder-se-ia então dizer que a pandemia serviu de ponto de viragem na otimização das competências tecnológicas em geral e móveis em particular.

"Claro que, com a pandemia e com tanto contacto com os telemóveis, o que um não descobriu, foi partilhado por outro. Muita informação foi passada através do grupo e foram partilhadas páginas e aplicações que eram fáceis de instalar e utilizar" (ED5).

4.3 Que nível de competência tecnológica pensa que tem enquanto estudante?

Após o processo de normalização e categorização das respostas obtido, os resultados assinalam que existem certas diferenças entre os estudantes de ambos os contextos. Por um lado, a autoperceção que os estudantes de Portugal têm sobre o seu nível de competência tecnológica no campo académico é superior. Por outro lado, no caso dos estudantes espanhóis, percebe-se uma baixa competência, baseada no facto de:

"Utilizar apenas os programas de que necessitamos" (ED1).

"Sem expandir os interesses de aprender outras coisas ou investigar em diferentes aplicações ou software" (ED2).

Embora se perceba um nível de competência de grande aceitabilidade, no caso dos estudantes espanhóis, é considerado perfeccionável e em desvantagem em relação ao de outros graus que incluem mais a sua utilização:

"Algo mais diversificado do que temos, mas penso que outras carreiras têm muito mais, pelo menos orientados à pesquisa da informação" (ED7).

4.4 Acha que os professores estão preparados e adaptados para ensinar utilizando telemóveis? Que nível de competência tecnológica encontra no corpo docente?

Os estudantes destacaram uma série de fatores determinantes a este respeito que evidenciaram uma predisposição maior, mas ainda em termos muito discretos.

Consideradas as perceções sobre as motivações dos professores para incluir a utilização de aplicações, afirma-se que:

"Antes mal utilizávamos e agora temos de o utilizar sim ou sim" (ED3).

Em geral, os dispositivos móveis, principalmente computadores portáteis, são hoje uma parte essencial dos processos de ensino-aprendizagem.

"Não é possível compreender o corpo docente e as aulas sem o computador. Nisso, nós mudámos totalmente" (ED8).

"Já não se pode trabalhar sem um computador ou sem um telemóvel. Eles têm todas as ferramentas de que precisamos" (ED4).

Apesar das motivações que foram percebidas para este fim, é de notar que não existe uma percepção clara de um processo de formação adequado que permita esta adaptabilidade por parte do corpo docente de acordo com a percepção dos estudantes de ambos os países.

4.5. Finalmente, classifique o nível de competência do pessoal docente na utilização de tecnologias móveis no processo de ensino e aprendizagem.

A questão, de natureza descritiva e geral, inclui apenas uma avaliação global e objetiva desse nível de percepção do pessoal docente por parte do aluno, uma vez que as contribuições qualitativas tenham sido feitas. Foram encontradas diferenças relevantes entre estudantes portugueses e espanhóis. Esta última descreveu maiores limitações no pessoal docente. Por outro lado, no caso dos estudantes portugueses, houve uma percepção de um nível elevado por parte dos professores em termos da predisposição e preparação para a utilização de dispositivos móveis na sala de aula. No entanto, dever-se-á indicar que estas são percepções com uma componente paradoxal. Os estudantes espanhóis demonstraram, ao longo do grupo de discussão, um maior domínio e implementação de programas, dispositivos e aplicações. Isto é, em detrimento dos estudantes portugueses. No entanto, quando se tratava de expressar percepções sobre a utilização e preparação dos professores, as pontuações eram muito divergentes.

5. Discussão/ Conclusões

É sabido que a literacia da informação é, sem dúvida, um dos pilares da aprendizagem ao longo da vida. Mas a vida tornou-se em grande parte digital e a literacia da informação assume um papel central na conceptualização da literacia da informação digital. A sua importância torna-se cada vez mais evidente, até mesmo urgente, e isso só aumentará em todas as áreas do ensino, especialmente no ensino superior. Neste ambiente altamente tecnológico é importante lembrar, como proposto por Elmborg (2006) num estudo pioneiro, que a base reside em ajudar os estudantes a desenvolverem uma consciência crítica em relação à informação. E, no contexto digital e móvel que nos rodeia, é também uma prioridade dotar os estudantes das competências adequadas para lidar com as tecnologias móveis de uma forma que os capacite como cidadãos e, ao mesmo tempo, como futuros profissionais.

Os estudantes mostraram mudanças significativas após a crise pós-pandemia. Encontra-se uma síntese das principais mudanças destacadas nas diferentes áreas envolvidas nos processos de ensino-aprendizagem, relativamente a ferramentas e instrumentos.

Por outro lado, é demonstrado um aumento na utilização de telemóveis que atualmente é percebido como necessário. Anteriormente, era apenas mais um instrumento. Mas hoje, após a crise pandémica,

"temos a inércia; habituámo-nos a estar com computadores ou telemóveis e não sabemos como trabalhar se eles o fizerem" (ED9).

Nesta senda, importa, do lado dos bibliotecários, estar atento às tendências emergentes, já verificadas em estudos anteriores, que revelam uma necessidade mais direta no apoio às literacias digitais (Eynon, 2021). Em Portugal, as *Recomendações para as Bibliotecas do Ensino Superior* (Principe et al., 2020) advogam, no seu primeiro eixo – Apoio ao Ensino e à Aprendizagem –, não apenas o reforço nas competências em Literacia da Informação, mas a promoção da fluência digital e o uso ético da informação. Também as bibliotecas podem ser espaços de aprendizagem, experimentação e criação de conhecimento, promovendo o uso de tecnologias móveis; e os bibliotecários devem assumir o seu papel incontornável dando suporte a todos quantos procuram desenvolver as suas competências e capacidades.

Conclui-se neste estudo qualitativo que os estudantes, em geral, têm um elevado nível de competência na utilização de tecnologias móveis. Este, no entanto, é limitado às aplicações e programas de que necessitam ou em que estão interessados para uso diário. No caso de programas académicos específicos, a situação muda consideravelmente. Do mesmo modo, algumas das competências de literacia da informação apresentam resultados modestos. Além disso, percebe-se uma significativa brecha digital geracional por parte dos professores e a necessidade de as universidades completarem o processo de adaptação às tecnologias móveis e às competências digitais em geral. Embora a crise pandémica tenha mostrado uma plasticidade importante na adaptação de metodologias de ensino e de acesso à informação, são ainda necessárias estratégias que contribuam para uma adaptação mais precisa às tecnologias móveis e às possibilidades que estas oferecem em termos de acesso e gestão da informação.

Em suma, este estudo fornece um retrato – estudo de caso – das perceções dos estudantes finalistas da área das Ciências Sociais e, para estudos futuros, como próximo passo, será essencial examinar as perceções dos docentes para comparar possíveis divergências e analisar a brecha geracional. Além disso, estudos de acompanhamento poderiam ser realizados após a implementação de iniciativas de formação, com o apoio da biblioteca, para examinar como estas perceções podem ter evoluído; permitiria desenvolver estratégias e recursos para melhorar as fragilidades que possam ser diagnosticadas, de acordo com os perfis dos diversos cursos e contribuir para o indispensável desenvolvimento da literacia da informação dos dispositivos móveis como foco central no ensino superior.

Referências bibliográficas

- Acocella, I., & Cataldi, S. (2020). *Using focus groups: Theory, methodology, practice*. Sage.
- Alomary, A., & Woollard, J. (November, 21, 2015). How is technology accepted by users? A review of technology acceptance models and theories. In *Proceedings of The IRES 17th International Conference*, London, United Kingdom.
- Baker, D., & Ellis, L. (2021). *Libraries, digital information and COVID-19: Practical applications and approaches to challenge and change*. Chandos/Elsevier.
- Calzada, J., & Martínez Santos, F. (2014). Competencia en el Mercado de banda ancha móvil en España. *Cuadernos Económicos del ICE*, 88, 145-177. <https://doi.org/10.32796/cice.2014.88.6088>
- Chen, C. H., & Tsai, C. C. (2021). In-service teachers' conceptions of mobile technology-integrated instruction: Tendency towards student-centered learning. *Computers & Education*, 170, 104224. <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2021.104224>
- Crompton, H., & Burke, D. (2018). The use of mobile learning in higher education: A systematic review. *Computers & Education*, 123, 53-64. <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2018.04.007>
- Elmborg, J. (2006). Critical information literacy: Implications for instructional practice. *Journal of Academic Librarianship* 32(2), 192-99. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2005.12.004>
- Eynon, R. (2021). Becoming digitally literate: Reinstating an educational lens to digital skills policies for adults. *British Educational Research Journal*, 47(1), 146-162. <https://doi.org/10.1002/berj.3686>
- Huang, Y. M., Liao, Y. W., Huang, S. H., & Chen, H. C. (2014). Jigsaw-based cooperative learning approach to improve learning outcomes for mobile situated learning. *Journal of Educational Technology & Society*, 17(1), 128-140. <https://www.jstor.org/stable/jeductechsoci.17.1.128>
- Klimova, B. (2019). Impact of mobile learning on students' achievement results. *Education Sciences*, 9(2). <https://doi.org/10.3390/educsci9020090>
- Krueger, R. A., & Casey, M. A. (2000). *Focus groups: A practical guide for applied research* (3rd ed.). Sage.
- Krull, G., & Duarte, J. M. (2018). Research trends in mobile learning in higher education: A systematic review of articles (2011-2015). *International Review of Research in Open and Distributed Learning*, 18(7), 1-23. <https://doi.org/10.19173/irrodl.v18i7.2893>
- Marques, M. M., & Pombo, L. (2021). The impact of teacher training using mobile augmented reality games on their professional development. *Education Sciences*, 11(8), 404. <https://doi.org/10.3390/educsci11080404>
- Martin, J. (2013). Refreshing information literacy: Learning from recent British information literacy models. *Communications in Information Literacy*, 7(2), 6. <https://doi.org/10.15760/comminfolit.2013.7.2.142>
- Morgado, T., Loureiro, L., & Botelho, M. A. (2021). Intervenção psicoeducacional promotora da literacia em saúde mental de adolescentes na escola: Estudo com grupos focais. *Referência*. 5(6), e20133. www.redalyc.org/journal/3882/388268618012/388268618012.pdf
- Morgan, D. L. (1993). *Successful focus groups: Advancing the state of the art*. Sage.
- Morgan, D. L., Krueger, R. A., & King, J. A. (1998). *The focus group kit*. Sage.

- Pinto, M., Caballero Mariscal, D., & García Marco, F. (2021). Evaluación de la implantación de las aplicaciones móviles en las universidades españolas. *Revista Española de Documentación Científica*, 44(1), <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7851097>
- Pinto, M., Fernández-Pascual, R., Caballero-Mariscal, D., & Sales, D. (2020). Information literacy trends in higher education (2006–2019): Visualizing the emerging field of mobile information literacy. *Scientometrics*, 124, 1479–1510. <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03523-4>
- Pinto, M., Gómez-Hernández, J. A., Sales, D., Cuevas-Cerveró, A., Guerrero-Quesada, D., Fernández-Pascual, R., & Navalón, C. (2019). Aprender y enseñar competencias digitales en un entorno móvil: Avances de una investigación aplicada a profesorado y alumnado universitario de Ciencias Sociales. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação RICI*, 12(2). <http://dx.doi.org/10.26512/rici.v12.n2.2019.23590>
- Pinto, M., Fernández-Pascual, R., Lopes, C., Antunes, M. L., & Sanches, T. (2021). Perceptions of information literacy competencies among future psychology professionals: A comparative study in Spain and Portugal. *Aslib Journal of Information Management*, 73(3), 345-366. <https://doi.org/10.1108/AJIM-04-2020-0103>
- Pinto, M., Mariscal, D. C., & Segura, A. (2021). Experiences of information literacy and mobile technologies amongst undergraduates in times of COVID: A qualitative approach. *Aslib Journal of Information Management*, 74(2), 181-201. <https://doi.org/10.1108/AJIM-10-2020-0333>
- Porcar, A. M., Crespo, J. L., & Nuez, M. J. (2010). El mercado de las telecomunicaciones en España: Un estudio sobre la evolución de la telefonía móvil. *Boletín de Estudios Económicos*, 65(200), 361. <http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/index.php/es/component/content/article/61-revistas/148-revistasu-d04cast.html>
- Principe, P., Silva, D., Sanches, T., Lopes, S., Pereira, A. A., Lopes, C., ... Correia, M. A. (2020). Recomendações para as bibliotecas do ensino superior de Portugal 2020-2022 (version 1), 2020–2022. <https://doi.org/10.5281/ZENODO.3841363>
- Ramos Eclevia, M. (2022). Librarians' competencies in teaching information literacy in the online environment. *Journal of Library and Information Services in Distance Learning*, 16(1), 2–19. <https://doi.org/10.1080/1533290X.2022.2072046>
- Sales, D., Cuevas-Cerveró, A., & Gómez-Hernández, J. A. (2020). Perspectives on the information and digital competence of social sciences students and faculty before and during lockdown due to Covid-19. *Profesional de la Información*, 29(4), e290423. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.jul.23>
- Sánchez, C. C. (2012). Estado del arte de la comunicación móvil en España. Aportaciones realizadas y retos de futuro. *Vivat Academia*, (117E), 1049-1058. <https://doi.org/10.15178/va.2011.117E.1049-1058>
- Silva, I. S., Veloso, A. L., & Keating, J. B. (2014). Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, 26(2), 175-190.
- Udenze, S., & Oshionebo, B. (2020). Investigating 'WhatsApp' for collaborative learning among undergraduates. *Üsküdar Üniversitesi İletişim Fakültesi Akademik Dergisi Etkileşim*, 12(5), 24-50. <https://doi.org/10.32739/etkilesim.2020.5.92>
- Witt, C., & Gloerfeld, C. (2018). Mobile learning and higher education. In *The digital turn in higher education* (pp. 61-79). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-658-19925-8_6
- Zain, S. (2021). During COVID-19: Emerging themes in higher education. In D. Baker & L. Ellis (Eds.), *Libraries, digital information and COVID-19: Practical applications and approaches to challenge and change* (pp. 111-118). Chandos/Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-323-88493-8.00022-7>

Representation of the concept of sexual orientation in library classifications: a comparative analysis between the Universal Decimal Classification and the Library of Congress Classification

Paulo Vicente¹; Ana Lúcia Terra²; Maria Manuela Tavares de Matos Cardoso³

Abstract: Knowledge Organisation, particularly Classification, is grounded on classes/categories and the labels that designate them. Depending on the domain of human knowledge being addressed, these labels might represent human features, such as identity traits. In these cases, the social dimension of Knowledge Organisation surfaces. Our work explores the social dimension of the representation of the concept of sexual orientation in two universal library classifications. The main aim of our work is to critically analyse and to compare the representation of the concept of sexual orientation in the Universal Decimal Classification (UDC) and the Library of Congress Classification (LCC). Our research is grounded on the qualitative content analysis method. As far as the results are concerned, in both the library classifications studied, evidence of patriarchal and heteronormative hegemony emerges, as well as the absence of representation of the full spectrum of contemporary sexual orientations. The UDC seems to be more inclusive than the LCC, since it contains the representation of pansexuality/omnisexuality, which is not the case in the LCC. In both the UDC and the LCC, a medical view of the concept of sexual orientation still remains, since there are categories representing this concept that are hierarchically related to classes of clinical nature. Despite the continuous revision of both classifications, the representation of the concept of sexual orientation in the UDC and in the LCC is biased and outdated, being not in line with modern Western society and science way of conceptualizing the world.

Keywords: Critical Knowledge Organisation; Universal Decimal Classification; Library of Congress Classification; Representation of sexual orientation; Bias in knowledge representation.

Resumen: La organización del conocimiento, particularmente la clasificación, se basa en clases/categorías y las etiquetas que las designan. Dependiendo del dominio del conocimiento humano que se aborde, estas etiquetas pueden representar características humanas, como rasgos de identidad. En estos casos emerge la dimensión social de la Organización del Conocimiento. Nuestro trabajo explora la dimensión social de la representación del concepto de orientación sexual en dos clasificaciones bibliotecarias universales. El principal objetivo de nuestro trabajo es analizar críticamente y comparar la representación del concepto de orientación sexual en la Clasificación Decimal Universal (UDC) y la Clasificación de la Biblioteca del Congreso (LCC). Nuestra investigación se basa en el método de análisis de contenido cualitativo. En lo que respecta a los resultados, en ambas clasificaciones bibliotecarias estudiadas emerge evidencia de hegemonía patriarcal y heteronormativa, así como la ausencia de representación del espectro completo de orientaciones sexuales contemporáneas. La UDC parece ser más inclusiva que la LCC, ya que contiene la representación de la pansexualidad/omnisexualidad, lo que no es el caso en la LCC. Tanto en la UDC como en la LCC aún se mantiene una visión médica del concepto de orientación sexual, ya que existen

¹ Univ Coimbra, Faculdade de Letras, Portugal
E-mail: pvicente@student.uc.pt
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7488-592X>

² Univ Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20, Faculdade de Letras, Portugal
E-mail: anaterre@fl.uc.pt
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1292-2849>

³ Univ Coimbra, Faculdade de Letras, Portugal
E-mail: mmcardoso@fl.uc.pt
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8032-1792>

categorías que representan este concepto y que están jerárquicamente relacionadas con clases de carácter clínico. A pesar de la revisión continua de ambas clasificaciones, la representación del concepto de orientación sexual en la UDC y en la LCC es sesgada y obsoleta, y no está en línea con la forma occidental moderna de conceptualizar el mundo.

Palabras clave: Organización del Conocimiento Crítico; Clasificación Decimal Universal; Clasificación de la Biblioteca del Congreso; Representación de la orientación sexual; Sesgo en la representación del conocimiento.

Summary: 1. Introduction. 2. Literature review. 3. Aim and objectives. 4. Methodology. 5. Results and discussion. 6. Conclusion. 7. References

1. Introduction

To create categories and to sort things out helps us making sense of and giving meaning to the entropic universe, also known as chaos, that surrounds us. To categorise and to classify, both the corporeal and the abstract worlds, are, then, innate needs and features of the human being, even essential to manage life itself, especially when the world we are organising is the one within, *i.e.*, our own chaos.

Labels (the names of categories/classes) are a crucial piece in the continuously construction of our identity, as individuals and as communities and societies. These ontological universals allow us to understand ourselves, to find a sense of belonging and to meet our peers. As Bullard et al. emphasise, “we need labels” (2020, p. 394), but, simultaneously, we need to acknowledge that they are both human and social constructs and, as a consequence, they are and will be biased.

Knowledge Organisation Systems (KOS), *e.g.*, classifications, are, themselves, human and social works that carry in their labels (terms) and structures the subjective and biased nature of who designs them, mirroring and getting imprinted the social, political, historical and cultural context in which they are created. These phenomena may be observed and studied in the light of Critical Cataloguing (a practical application of Critical Knowledge Organisation and a movement of Critical Librarianship), allowing cases of social injustice, misrepresentation and negative biases, offensive terminologies, and hegemonic and oppressive hierarchical structures in the representation of communities and identities to surface. Being deeply rooted in the North American library community, it is natural that most works carried out under the movement of Critical Cataloguing focus on the Library of Congress Subject Headings (LCSH) and, to a lesser extent, on the Library of Congress Classification (LCC), hence studies on the Universal Decimal Classification (UDC) being scarce.

LCC and UDC are contemporary universal classification schemes. The first schedule of the LCC was published back in 1901 (Batley, 2014), while the UDC first edition was published from 1902 to 1907 (UDC Consortium, n.d.), and both of these library classifications have endured since the beginning of the twentieth century, being continuously revised, developed and updated to keep up with the natural evolution of society and knowledge. Nonetheless, we do know classifications are rigid systems, reluctant and resistant to change, and, as a consequence of their own “identity”, they do not keep pace with both societal and scientific progress at the

same time, due to the complexity of the (re)classificatory work. As an outcome, cases of domain misrepresentation in classification schemes occur quite commonly.

One set, or class, of identities that are, constantly and historically, inadequately and inaccurately represented in KOS is the queer domain, namely the concept of sexual orientation.

Given these premises, we examine, under a social justice-oriented critical eye, the most up to date editions of the LCC, published in 2022, and the UDC, which latest Master Reference File (MRF) was released at the end of December 2018, focusing on and comparing the representation of sexual orientation in the two classification schemes.

2. Literature review

The criticism of library classification systems, as social constructs, began in the early seventies of the twentieth century (Martínez Ávila & Guimarães 2013) with the preceding work of Foskett (1971). Back then, Foskett rose awareness to the prejudices (negative biases) easily perceived in library classifications, contesting the actual practicability of the objectivity maxim pleaded by classification theorists concerning the creation of classification schemes. Foskett recognised library classifications were likely to mirror not only the prejudices of their author but also of their time, *i.e.*, the collective societal thinking, questioning the representation of “some kind of eternal and external truth” (1971, p. 117) and, hence, the universalistic nature of those KOS.

As Martínez Ávila and Guimarães (2013) mention, the work of Foskett represented the starting point for the critical analysis, grounded on a social justice perspective, of library classification systems, lying within an approach of what is nowadays known as Critical Cataloguing, a practical application of Critical Knowledge Organisation and a movement of Critical Librarianship.

Critical Librarianship addresses library practice from a critical theory framework, which challenges us “to critique and perhaps change the social constructs in which we live, particularly those that contribute to social injustice” (Ketchum 2020, p. 1). Nonetheless, Robinson underlines that even librarians “not versed in critical theory still demonstrate concern regarding social justice issues in their daily practice” (2019, p. 350), such as racism and xenophobia, misogyny and patriarchy, religious intolerance, homophobia and transphobia, and other issues related to some kind of discrimination, and that despite the concept being quite young, the history of social sensitising within our community is longstanding. In turn, Rapchak states that “librarians have historically not recognized the role they play in exercising power and perpetuating ideas about cultural capital, and only by critical reflection can they uncover their participation in shaping and privileging certain voices and not others” (2021, p. 142), as libraries are fundamental and powerful dynamic integrated pieces of ancient and well alive systems of social oppression and segregation with the strength to perpetuate or to help fighting the traditional marginalisation of sets of people from accessing information and being represented in and by it. As Rapchak argues:

the library does not exist in a vacuum; the critical nature of fighting on all fronts for a more just society means libraries and librarians must play a role in both dismantling the structures that harm communities and in advocating for their communities who have been harmed. (2021, p. 142)

Just as Robinson (2019) puts it, Critical Librarianship exists in all areas of the field of Library and Information Science, including in the domain of Knowledge Organisation. Critical approaches and studies, deeply grounded on the advocacy of social justice, on Knowledge Organisation topics of interest and lines of research, such as information representation, subject cataloguing and classification of individual and/or communitarian features, such as identities, fit into the scope of the Critical Cataloguing movement.

Perera describes Critical Cataloguing as “the practical application of critical librarianship in a functional area such as cataloging and metadata work, and focuses on critiquing knowledge organization systems and dismantling oppressive structures and hierarchies used in cataloging and classification” (2022, p. 155).

Earlier on, Olson (1997) acknowledged Critical Cataloguing as the application of both critical thinking and critical knowledge in the practice of descriptive cataloguing. Olson defined critical thinking as the human thought devoid of biased ideas, outlooks and backgrounds that enables to observe and grasp different and diverse perspectives. Critical knowledge is, in the words of Olson, the acknowledgement and acceptance that the theory behind our practice of information mediation and how we operationalise it are not absolute truths, but merely one path among many other equally viable and appropriate. Olson further notes the reciprocal influence between critical knowledge and critical thinking, clarifying that “just as critical knowledge is the basis for the process of critical thinking, critical thinking also informs critical knowledge in a hermeneutic circle of perpetual learning and application” (1997, p. 52).

Another mutual influence and reciprocal relationship worth mentioning is the one between classification schemes and people, as enlightened by Hacking, as “naming has real effects on people, and changes in people have real effects on subsequent classifications” (2004, p. 280), and, as Fox forewarns, classifications “can have serious consequences on the lived experience of people being classified” (2016, p. 687).

Historically, and at present, a group of people who suffers real and stern social repercussions due to how they classify themselves, and how others categorise and classify them, is the queer community, whether because of their gender identity, gender expression and/or sexual orientation. Classifications, as artificial artefacts of a human-, social- and cultural-dependent perception of reality, extend those harmful effects, by reflecting the biases embedded in the dominant societal inherited values.

Both LCC and UDC are not exceptions when it comes to the misrepresentation of the queer domain, namely of the whole class of sexual orientation identities. Although studies under the movement of Critical Cataloguing, or that follow a similar approach, on the LCC and the UDC schemes are quite scarce, the works of Christensen (2008), Courbières (2013), Henry et al. (2022), and Santos et al. (1999)

are exemplary at demonstrating the biased nature and the inadequacy of these library classification systems on the representation of sexual orientation.

Christensen searches for terms related to gay and lesbian terminology in LCC to study the representation of both male homosexuality and lesbianism in it, listing all the terms found in each class of the classification scheme, perceiving a heteronormative bias. The author also confronts two opposite views of information representation, the universalising one and the minoritising one, underlining that:

we should also keep in mind that the people who make up each of these groups may have nothing more than sexual orientation in common, meaning that individuals will vary greatly in how they wish to be represented – as invisible parts of a unified whole or as visible minorities in a fractured multitude. (2008, p. 238)

In turn, Henry et al. (2022) conduct a diachronic research, examining the 1910, 1920, 1950, 1965, 1980, and 2020 LCC editions, particularly its HQ subclass, searching for changes in the representation of sex, sexuality and queerness over a timespan of more than a century. The authors note that, in the representation of queer sexual orientations, the categories mirror a reductionist view, merely differentiating homosexuality (both male and female) and bisexuality, stating that “options for sexual orientations and identities fail to illustrate the fluidity and nuances of sexual identities” (Henry et al. 2022, Treatment of sex and queerness in LC cataloging systems section, para. 3), a statement shared by Nowak and Mitchell (2016). Henry et al. add that “HQ manifest its . . . anti-queerness through five major mechanisms: granularity or spacing issues, scope note issues, harmful topical correlations due to proximity, issues with labels, and high stagnancy over time” (2022, Problem Statement section, para. 4), as a natural consequence of how, traditionally, American culture has dealt with sexuality-related issues.

When it comes to the UDC, Santos et al. (1990) briefly look into cases of sexual discrimination in this library classification, in its 1995 Spanish edition. The authors explain that the discriminations realised, concerning “sexual preferences”, denote an ideological and religious tendency, mainly catholic, while adding that both sexual preferences and behaviours do not dictate one’s gender, hence underlining the inadequate hierarchical relations of sexual orientation-related terms in the UDC structure.

Courbières also points out to problematic hierarchical relations between the concepts of gender identity and sexual orientation in the UDC, referring that “le choix opéré par le discours documentaire se trouve en décalage avec l’idée que l’identité de genre serait indépendante de l’affirmation d’une quelconque orientation sexuelle” (2013, p. 114), exemplifying her statement with the fact that the analysed UDC subdivided the male and female sexes onto ‘persons according to sexual orientation’, as if sexual orientation were an outcome of the sex assigned at birth.

Misconceptions and prejudices towards queer identities and, therefore, people continue to be perpetuated by the KOS used to represent information and knowledge, contributing to the marginalisation of individuals and communities in a physical and

digital space designed to be inclusive, welcoming and safe: our libraries. In the words of Adler:

[by] consciously framing knowledge organization theory and practice as a form of activism for social justice means that we reject any notion of neutrality and actively seek ways to remedy the inequities in access to and production of knowledge through categories deployed in the guise of a neutral, objective point of view. (2016, p. 139)

Continuing on our mission of being a living force for inclusion and accurate (meta)information (Krass et al., 2022).

3. Aim and objectives

The examination and discussion, under a social justice-oriented critical outlook, of two current and contemporary universal library classifications, LCC and UDC, concerning the representation of sexual orientation identities is the main aim of our work.

To achieve the proposed intent, our research objectives are as follows: 1. to identify which sexual orientations are represented in the classification schemes and by which terms; 2. to present in which classes are sexual orientation identities categorised, within the classification hierarchical structure; and 3. to critically discuss the research findings, in the light of a social justice eye, comparing the results referring to both LCC and UDC, and confronting them with present-day understanding of sexual orientation and social inclusion.

4. Methodology

The method of qualitative content analysis grounded our research. As Zhang and Wildemuth elucidate, qualitative content analysis “goes beyond merely counting words or extracting objective content from texts. ... it allows researchers to understand social reality in a subjective but scientific matter. ... [and to] explore the underlying meanings of messages” (2017, pp. 318–319), what is of the utmost importance when we are studying classifications as social and context-dependent artefacts.

The research method included a coding category developed deductively, extracted from the queer linked data vocabulary Homosaurus, which allows our study to be grounded on both cultural and literary warrants. We opted to use this thesaurus given its exhaustiveness, specificity and topicality when it comes to the representation of the queer community and identities. The coding category comprises the terms the thesaurus identify as narrow terms of sexual orientation, as well as the associated alternative terms (in parentheses): asexuality (ace); allosexuality; bisexuality; demisexuality; heterosexuality; homosexuality; lesbianism; monosexuality; pansexuality; polysexuality; greysexuality (gray-sexuality;

graysexuality; grey-sexuality); megasexuality. We added to this list the derivative adjectives, *i.e.*, asexual, allosexual, bisexual, etc.

LCC was analysed using the PDF files of LCC schedules freely available on the Library of Congress website, referring to May 2022. In turn, UDC was studied using the English UDC Online service (last updated January 2019), through a one-week free trial account, concerning the Master Reference File 12 (UDC MRF12) released by the UDC Consortium at the end of December 2018. Both editions/versions analysed were, at the moment (March 2023), the most up-to-date available.

5. Results and discussion

In the complete text of the LCC schedules, we found representation of the following sexual orientations: asexuality, bisexuality, heterosexuality, and female and male homosexuality. In the UDC auxiliary (facets) and main tables, the sexual orientations represented are: asexuality, bisexuality, heterosexuality, female and male homosexuality, and omnisexuality/pansexuality. In neither the library classifications there is a complete representation of the full spectrum of sexual orientation, but the UDC recognises omnisexuality/pansexuality, which it is not the case in the LCC.

Nonetheless, classifications are not merely sets of terms, their inner structure comprises a complex hierarchy, and the concepts represented in them cannot be accurately understood without considering the hierarchical relationships of the terms within the classification scheme.

Sexual orientation is represented in the UDC auxiliary tables in table -055.3 *Persons according to sexual orientation*: -055.32 *Heterosexual*; -055.34 *Homosexual*. *Gay*; -055.36 *Bisexual*. The representation in the main tables takes place in class 316 *Sociology*, by the compound terms *Heterosexual relations* and *Homosexual relations*. *Gay and lesbian relations*, as well as in class 613 *Hygiene generally. Personal health and hygiene*, where all the sexual orientations identified in the UDC appear.

While in the LCC outlines, sexual orientation shows up in classes *HQ1-2044 The family. Marriage. Women* and *LC8-6691 Special aspects of education*. Considering the LCC complete text of schedules, representation of sexual orientation is found subordinated to several other classes, however we highlight its presence in classes *RC31-1245 Internal medicine* and *PN6099-6110 Poetry* (in fact, the only appearance of asexuality throughout the whole LCC happens in this class, concerning the classification of special groups of poetry authors).

Comparing the representation of sexual orientation within both the library classifications, at first sight, the UDC seems to be more inclusive, since it recognises omnisexuality/pansexuality as a sexual orientation, hence one may assume the UDC to be queer-friendlier than the LCC. Nevertheless, there is a crucial difference between these KOS when it comes to the representation of sexual orientation in their respective medicine classes. LCC, in its *RC31-1245* class, underlines that only works on the psychiatric issues associated with homosexuality or bisexuality should be classed here. In turn, the UDC does not give a single guideline to subject cataloguers on which sexual orientation-related works to class in its medicine schedule.

However, the instruction given by the LCC, can hint towards to different views: 1. this classification keeps admitting the pathologisation of sexual orientations other than heterosexuality, or 2. LCC recognises that, in the past, non-heteronormative sexual orientations were perceived as mental disorders, hence there were works on the issue, studied from a psychiatric outlook, which may be of interest for researchers, and need to be properly classified, concerning its true subject, especially being LCC “the primary classification scheme used in academic and research libraries worldwide” (Henry et al. 2022, Introduction section, para. 4).

On both classifications, signs of heteronormative and patriarchal hegemony keep being quite evident. On the one hand, the constant representation of non-heteronormative sexual orientations, in the LCC, subordinated to upper classes containing the terms “special” or “minorities”, indicates that sexual orientations other than heterosexuality keep being perceived as a deviation from the norm. Nonetheless, one should keep in mind that the sum of the “special” and the “minority” identities in a community and in society is bigger than the “normal” majority. On the other hand, the minoritisation of women (by the terms lesbian(s) or lesbianism), but not of men (by, *e.g.*, the term gay man/men) mirrors and perpetuates a patriarchal view of identities.

6. Conclusion

Given the deep differences between the social, political, historical and cultural contexts on which the LCC and the UDC are grounded, North American and European, respectively, the way these contemporary library classifications think sexual orientation is, in fact, not that unlike. Although representing queer identities poses a complex challenge, given their intersectionality, the use of figurative language, the often lack of consensus within the community, as well as how fast queer identity labels show up and become outdated, it is neither hard nor intricate to acknowledge the social nature of identities, within the human knowledge structure, to the detriment of the obsolete, dangerous and offensive medical view.

In terms of future work related to the present one, on the one hand, a diachronic study from the first edition of the UDC to the most recent one could be carried out, in order to understand in-depth the evolution of the representation of the concept of sexual orientation in the different editions of this library classification. A similar work has already been conducted in the LCC by Henry et al. (2022).

On the other hand, a study of the religious influence on the representation of the concept of sexual orientation, taking into account the historic and cultural contexts behind each of these universal library classifications, could be interesting to conduct as well.

7. References

- Adler, M. (2016). The case for taxonomic reparations. *Knowledge Organization*, 43(8), 630–640. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2016-8-630>

- Batley, S. (2014). *Classification in theory and practice* (2nd ed.). Chandos Publishing. <https://doi.org/10.1016/C2014-0-00625-9>
- Bullard, J., Dierking, A. & Grundner, A. (2020). Centring LGBT2QIA+ subjects in knowledge organization systems. *Knowledge Organization*, 47(5), 393–403. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2020-5-393>
- Christensen, B. (2008). Minoritization vs. universalization: lesbianism and male homosexuality in LCSH and LCC. *Knowledge Organization*, 35(4), 229–238. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-4-229>
- Courbières, C. (2013). La représentation documentaire du genre dans les classifications décimales. *Hermès, La Revue*, 66, 112–118. <https://doi.org/10.4267/2042/51563>
- Digital Transgender Archive. (n.d.). *Homosaurus vocabulary terms*. Homosaurus. <https://homosaurus.org/v3>
- Foskett, A. C. (1971). Misogynists all : a study in critical classification. *Library Resources & Technical Services*, 15(2), 117–121.
- Fox, M. J. (2016). Legal discourse’s epistemic interplay with sex and gender classification in the Dewey Decimal Classification. *Library Trends*, 64(4), 687–713. <https://doi.org/10.1353/lib.2016.0017>
- Hacking, I. (2004). Between Michel Foucault and Erving Goffman: between discourse in the abstract and face-to-face interaction. *Economy and Society*, 33(3), 277–302. <https://doi.org/10.1080/0308514042000225671>
- Henry, T., Kauffman, R. & Chiu, A. (2022). The old and the prudish: an examination of sex, sexuality, and queerness in Library of Congress Classification. *In the Library with the Lead Pipe*.
- Krass, U., Allen, M., White, E., Cybelle Ferrari, A., Brigant, A., Prucková, L., Tarandova, S., Omella i Clarapols, E., McGuire, C. & International Federation of Library Associations and Institutions (2022). *The IFLA-UNESCO public library manifesto 2022*.
- Ketchum, D. H. (2020). Introduction: Critical Librarianship. In S. S. Hines & D. H. Ketchum (Eds.), *Critical Librarianship* (Vol. 41, pp. 1–3). Emerald Publishing. <https://doi.org/10.1108/S0732-067120200000041001>
- Martínez Ávila, D., & Guimarães, J. A. C. (2013). Library classifications criticisms: universality, poststructuralism and ethics. *Scire*, 19(2), 21–26. <https://doi.org/10.54886/scire.v19i2.4081>
- Nowak, K.L., & Mitchell, A. (2016). Classifying Identity: Organizing an LGBT Library. *Library Philosophy and Practice* (e-journal). 1452. <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1452>
- Olson, H. A. (1997). Thinking professionals: Teaching Critical Cataloguing. *Technical Services Quarterly*, 15(1–2), 51–66. https://doi.org/10.1300/J124v15n01_06
- Perera, T. (2022). Description specialists and inclusive description work and/or initiatives—an exploratory study. *Cataloging & Classification Quarterly*, 60(5), 355–386. <https://doi.org/10.1080/01639374.2022.2093301>
- Rapchak, M. (2021). Introducing Critical Librarianship to information professionals: using Critical Pedagogy and Critical Information Literacy in an LIS graduate course. *Communications in Information Literacy*, 15(1), 140–157. <https://doi.org/10.15760/comminfolit.2021.15.1.8>
- Robinson, S. M. (2019). Critical design in Librarianship: visual and narrative exploration for critical praxis. *The Library Quarterly*, 89(4), 348–361. <https://doi.org/10.1086/704965>
- Santos, T. M., Madina, A. M. & Serra, R. S. (1999). CDU: perspectiva de género y discriminación de minorías. In F. J. G. Marco (Ed.), *Organización del Conocimiento en*

sistemas de información y documentación: Actas del III encuentro de ISKO-España: Getafe, 19 al 21 de noviembre de 1997 (pp. 103–118). Universidade de Zaragoza.

UDC Consortium (n.d.). *UDC history*. https://udcc.org/index.php/site/page?view=about_history

Zhang, Y. & Wildemuth, B. M. (2017). Qualitative analysis of content. In B. Wildemuth (Ed.), *Applications of social research methods to questions in Information and Library Science* (2nd ed., pp. 318–329). Libraries Unlimited.

Artigos científicos sobre pole dance: um estudo no portal brasileiro de publicações e dados científicos em acesso aberto (Oasisbr)

Gabriela da Silva Conceição¹; Barbara Cristina Marques dos Santos Ribeiro²; Michely Jabala Mamede Vogel³

Resumo: O Pole Dance é uma prática que envolve acrobacias e movimentos de dança em torno de uma barra vertical de aço. Suas raízes são objeto de debate, visto que determinados teóricos apontam para influências do Mastro Chinês e do Mallakhamb indiano no século XII, enquanto outros defendem sua popularização nos Estados Unidos do século XIX, ligada a performances de strip-tease realizadas por mulheres em clubes e boates. Com a popularidade da temática no âmbito das redes sociais, surgiu a curiosidade de pesquisar o pole dance no meio científico, escolhendo o tipo de comunicação dito como a mais eficiente possível entre os canais formais da Comunicação Científica. A pesquisa possui o objetivo de realizar um mapeamento preliminar das produções científicas dedicadas ao pole dance no Portal brasileiro de publicações e dados científicos em acesso aberto, destacando e analisando autoria, coautoria, instituições, palavras-chave e referências. Para isso, foram analisados os artigos científicos sobre a temática publicados entre 2017-2022. Para a obtenção dos resultados, contou-se com o apoio de métodos bibliométricos para a análise dos indicadores de produção, citação e ligação. A pesquisa proporcionou um panorama da produção científica sobre pole dance. Demonstrou-se um crescimento notável na atenção ao tema, mas indicando a necessidade de mais estudos sobre a temática para uma futura consolidação do pole dance como campo de estudo no Brasil.

Palavras chave: Pole dance; Comunicação Científica; Plataforma Lattes; Bibliometria; Cientometria.

Resumen: El pole dance es una práctica que consiste en movimientos acrobáticos y de danza en torno a una barra vertical de acero. Sus raíces son objeto de debate, ya que algunos teóricos apuntan a influencias del Mastro chino y el Mallakhamb indio en el siglo XII, mientras que otros defienden su popularización en Estados Unidos en el siglo XIX, vinculada a las actuaciones de striptease de mujeres en clubes y discotecas. Con la popularización del tema en las redes sociales, surgió la curiosidad de investigar el pole dancing en el ámbito científico, eligiendo el tipo de comunicación que se dice más eficiente posible entre los canales formales de la Comunicación Científica. El objetivo de esta investigación es realizar un mapeo preliminar de las producciones científicas dedicadas al pole dance en el Portal Brasileño de Publicaciones y Datos Científicos en Acceso Abierto, destacando y analizando autoría, coautoría, instituciones, palabras clave y referencias. Para ello, se analizaron los artículos científicos sobre el tema publicados entre 2017-2022. Para obtener los resultados, se utilizaron métodos bibliométricos para analizar los indicadores de producción, citación y enlaces. La investigación proporcionó una visión general de la producción científica sobre pole dance. Mostró un notable crecimiento en la atención al tema, pero indicó la necesidad de más estudios sobre el tema para la futura consolidación del pole dance como campo de estudio en Brasil.

Palabras clave: Pole dance; Comunicación Científica; Plataforma Lattes; Bibliometría; Ciencometría.

¹ Universidade Federal Fluminense
E-mail: gconceicao@id.uff.br
ORCID: <http://orcid.org/0009-0003-8236-3963>

² Universidade Federal Fluminense
E-mail: barbara_marques@id.uff.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0311-3161>

³ Universidade Federal Fluminense
E-mail: michelyvogel@id.uff.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5791-4191>

Sumário: 1. Introdução. 2. Comunicação científica. 3. Abordagem e estrutura metodológica. 4. Resultados e discussões. 5. Considerações finais. 6. Referencias bibliográficas

1. Introdução

O Pole Dance é uma atividade física que utiliza uma barra vertical de aço para realização de acrobacias e movimentos de dança. Quando procuramos a raiz do pole dance, é comum encontrar algumas histórias divergentes: algumas declaram que sua origem remonta ao século XII e deriva do Mastro Chinês e do Mallakhamb indiano. O Mastro chinês consiste em atividade realizada por artistas circenses cujos exercícios são realizados em uma barra de ferro emborrachada. Já o Mallakhamb é uma atividade física indiana cujos movimentos são realizados em um mastro de madeira. Tanto no caso chinês quanto no caso indiano, as atividades estavam associadas à figura masculina. Outras já afirmam que a origem provém dos Estados Unidos do século XIX, a partir de performances de strip-tease realizadas por mulheres em clubes e boates. (Cinti et al., 2022).

Gonçalves (2020, não paginado), elenca três modalidades da prática de pole dance: pole arte, pole sensual e pole fitness ou pole sport. A vertente artística prioriza os elementos artísticos na execução da prática, voltando-se para aspectos como histórias e conceitos na concepção e execução das coreografias. A vertente sensual alinha a execução das coreografias com a exploração da sensualidade. A modalidade fitness prioriza a execução técnica do ponto de vista acrobático. Para Cinti et al. (2022) esta vertente se destaca como fundamental ou base para as demais. Peres (2022) pontua que os benefícios do pole dance envolvem aspectos físicos, psíquicos, a imagem corporal, autoestima e aspectos socioculturais. No entanto, a literatura científica carece de estudos que versem sobre a temática.

A ciência da informação, por sua vez, ocupa-se entre outras questões, da formação e institucionalização das ciências, com base nos estudos da comunicação científica. (Alvarez & Caregnato, 2017). Dessa forma, ao observar características do campo e do comportamento de pesquisadores, acompanha as tendências temáticas da publicação, produtividade de autores, instituições e países, impacto e influências intelectuais, apoiando-se especialmente nos estudos bibliométricos de informação. (Grácio et al., 2020)

A partir do exposto, pretende-se realizar um mapeamento preliminar dos artigos dedicados à temática do pole dance presentes no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASIS BR), que “reúne a produção científica e os dados de pesquisa em acesso aberto, publicados em revistas científicas, repositórios digitais de publicações científicas, repositórios digitais de dados de pesquisa e bibliotecas digitais de teses e dissertações.” (IBICT, s. d.).

Conforme o Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação (2014, p. 68), a comunicação científica envolve “[...] atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação, desde a busca de uma idéia para a pesquisa, até a aceitação da informação sobre os resultados dessa pesquisa como componente do conhecimento científico.” Dessa forma, espera-se que as análises dos indicadores mencionados permitam o delineamento de um panorama da atividade científica

relacionada ao pole dance, contribuindo para o cenário apontado por autores como Conceição (2022), que demonstra a existência de uma pesquisa emergente sobre o tema no contexto brasileiro.

2. Comunicação científica

Mueller (2006) explica que a literatura científica é fundamental para a confiabilidade da ciência, uma vez que esta literatura viabiliza a exposição dos resultados aos pares, permitindo a discussão dos resultados dos estudos. Ao complexo de atividades de comunicação entre os cientistas, dá-se o nome de comunicação científica.

Targino (2000) explicita:

A comunicação científica é indispensável à atividade científica, pois permite somar os esforços individuais dos membros das comunidades científicas. Eles trocam continuamente informações com seus pares, emitindo-as para seus sucessores e/ou adquirindo-as de seus predecessores. É a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem. (Targino, 2000, p. 10).

Gomes (2013), atribui o pioneirismo no emprego do termo "comunicação científica" a John Bernal, durante a primeira metade do século XX.

Quanto à contribuição de Bernal, entende-se que:

No conceito de comunicação científica formulado por Bernal, o autor incluiu as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento da concepção da ideia pelo cientista até a informação referente aos resultados alcançados a ser aceita como constituinte do estoque universal de conhecimentos pelos pares. (Caribé, 2011, p. 27).

As origens do sistema de comunicação científica, na opinião de Gomes (2013, p. 14), aludem à proliferação das revistas científicas no final do século XVII, no âmbito das sociedades científicas. A partir das tipologias de comunicação utilizadas pelos pesquisadores, pode-se dividir a comunicação em formal ou informal.

A comunicação científica na dimensão formal refere-se a livros, artigos de periódicos, obras de referência, relatórios técnicos e outras fontes que utilizam a comunicação escrita. (Targino, 2000, p. 18). No âmbito da comunicação informal, inserem-se, nos termos de Targino (2000, p. 20), as comunicações diretas ou interpessoais, a exemplo das reuniões científicas e colégios invisíveis.

Quanto aos contrastes entre os dois canais, Gomes (2003, p. 17) destaca o alcance, armazenamento e a recuperação. Para a autora, os canais formais alcançam um público maior e tendem ao armazenamento permanente, viabilizando também a recuperação.

Meadows (1999) e Ziman (1979) indicam as que uma área pode ser considerada institucionalizada ao possuir ao menos uma associação científica dedicada ao tema e especialmente um periódico científico sobre a temática.

3. Abordagem e estrutura metodológica

Para caracterizar a pesquisa, podemos dividir a sua estruturação metodológica em quatro categorias: quanto à abordagem; quanto à natureza; quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos.

Quanto à abordagem, esta pesquisa possui caráter quali-quantitativo pois combina elementos tanto da pesquisa qualitativa, utilizando dados bibliográficos, quanto da pesquisa quantitativa, utilizando métricas. Nesse tipo de pesquisa, as pesquisadoras utilizaram métodos e técnicas de coleta de dados tanto qualitativos quanto quantitativos para obter uma compreensão mais abrangente e profunda do fenômeno estudado.

Quanto à natureza, esta pesquisa possui caráter básico, isso é evidente, pois de acordo com a sua própria definição, a pesquisa básica busca produzir conhecimento que seja relevante para a ciência e tecnologia, sem necessariamente ter uma aplicação prática imediata ou visar lucros diretos.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa possui caráter exploratório, uma vez que “proporciona maior familiaridade com o problema com vistas a tomá-lo mais explícito” (Gil, 1991, p. 45) e, “na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico” (idem). Além disso, a pesquisa também apresenta caráter descritivo, que tem como objetivo descrever características de determinado grupo ou fenômeno.

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. Geralmente assumem a forma de levantamento. (Gil, 1991).

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa conta com levantamento bibliográfico e com apoio bibliométrico. O levantamento bibliográfico é uma etapa fundamental na pesquisa, visto que ela consiste na busca e junção de fontes bibliográficas que possam ser retiradas de artigos de periódicos, livros e capítulos de livro, teses, dissertações e etc. O apoio bibliométrico refere-se a utilização de métodos da bibliometria para realizar análise de dados coletados na pesquisa, utilizados métodos como entrevistas e grupos focais.

Segundo Guedes e Borschiver (2005), a bibliometria é um conjunto de leis que busca avaliar de maneira objetiva as produções científicas utilizando métodos quantitativos, assim estabelecendo parte dos fundamentos teóricos da Ciência da Informação. De acordo com Conceição (2022):

A bibliometria se utiliza de leis para fundamentar seus métodos, e as principais são:

- Lei de Lotka - para produtividade científica de autores
- Lei de Bradford - para medição da produtividade de periódicos
- Lei de Zipf - para a distribuição e frequência de palavras

Guedes (2012, p. 81), esclarece que as leis bibliométricas fundamentam-se na lógica de “poucos com muito e muitos com poucos”. Nesse sentido, a lei de Lotka visa mensurar a produtividade de autores, a partir dos documentos produzidos por estes. O enunciado desta lei versa o seguinte:

[...] a relação entre o número de autores e o número de artigos publicados por esses, em qualquer área científica, segue a Lei do Inverso do Quadrado: $1/n^2$. Isto é, em um dado período de tempo, analisando um número n de artigos, o número de cientistas que escrevem dois artigos seria igual a $1/4$ do número de cientistas que escreveram um. O número de cientistas que escreveram três artigos seria igual a $1/9$ do número de cientistas que escreveram um, e assim sucessivamente. (Guedes, 2012, p. 83-84).

Urbizagastegui-Alvarado (2007) argumenta que a tradição de análise da produtividade de autores por meio de variados meios de comunicação escrita iniciou-se em 1922 com Dresden, sendo esta análise posteriormente aperfeiçoada e fundamentada por Lotka em 1926. Além disso, Robredo e Vilan-Filho (2010) destacam que a Lei de Lotka é precursora no âmbito dos estudos cientométricos.

Já a lei preconizada por Samuel Clement Bradford, chamada de Lei de Bradford, foi idealizada em 1934 e relaciona-se à produtividade de periódicos científicos. Seu enunciado expressa o seguinte:

Se periódicos científicos forem ordenados em ordem decrescente de produtividade de artigos sobre determinado assunto, poderão ser divididos em um núcleo de periódicos mais particularmente dedicados ao assunto e em vários grupos ou zonas, contendo o mesmo número de artigos que o núcleo. O número de periódicos (n), no núcleo e zonas subsequentes, variará na proporção $1:n:n^2...$ (Brookes, 1969, p. 953 apud Guedes, 2012, p. 82).

Além disso, a aplicação desta lei permite apoiar o processo de formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas, particularmente na formulação de políticas de aquisição e descarte de periódicos (Guedes; Borschiver, 2005).

A lei de Zipf, preconizada por George Kinsley Zipf, busca analisar a frequência de ocorrência de palavras. Dessa forma, Zipf observou que, num texto suficientemente longo, existia uma relação entre a frequência que uma palavra ocorria e sua posição na lista de palavras ordenadas segundo sua frequência de ocorrência. Essa lista era confeccionada, levando-se em conta a frequência decrescente de ocorrências. À posição nesta lista dá-se o nome de ordem de série (rank). Assim, a palavra de maior frequência de ocorrência tem ordem de série 1, a de segunda maior frequência, ordem de série 2 e, assim, sucessivamente.

Dentre suas possibilidades de aplicação, tem-se a análise conceitual da escrita científica e a indexação automática. (Guedes, 2012, p.100).

Com base nesses princípios, é possível criar indicadores que segundo Kobashi e Santos (2006) podem ser divididos em indicadores de produção científica, indicadores de citação e indicadores de ligação, estes também chamados por Oliveira (2018) de indicadores de colaboração. O primeiro grupo se ocupa com a contagem de publicações, países, instituições e outros. Os indicadores de citação são

construídos a partir do número de citações recebidas pelo artigo e os indicadores de ligação utilizam as co-ocorrências de autorias, palavras e citações.

Para a obtenção dos resultados foi realizada uma busca pelo assunto “pole dance” no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASIS BR), que “reúne a produção científica e os dados de pesquisa em acesso aberto, publicados em revistas científicas, repositórios digitais de publicações científicas, repositórios digitais de dados de pesquisa e bibliotecas digitais de teses e dissertações.” (IBICT, s. d.). A partir disso, foi construída uma planilha na ferramenta *Microsoft Excel* com os seguintes metadados a serem preenchidos: Autor; Coautoria; Instituição; Título do Artigo; Ano; Fonte; Palavra-chave1; Palavra-chave2; Palavra-chave3; Palavra-chave4 e Palavra-chave5.

Após o preenchimento, o primeiro passo foi realizar uma análise desses indicadores de produção, explorando os resultados do preenchimento dos metadados. Com isso, foi possível identificar a existência de autoria em destaque, isto é, que produza com frequência sobre a temática; a presença ou não de coautoria; as instituições às quais esses autores pertencem; os periódicos em destaque sobre o tema e por fim, o ano com maior produção.

Em seguida, foi realizada a análise dos indicadores de citação, onde foi necessário montar uma nova planilha com os seguintes metadados a serem preenchidos: Referência; Nº Autores; Ano; Idioma; Título da Fonte; Tipo da Fonte; Autor1; Autor2; Autor3; Autor4; Autor5; Autor6; Autor7; Autor8; Autor9; Autor10. Sendo possível conferir a média de referências por artigo, a variação cronológica das citações, vida média, idioma, título e tipo de fonte.

Por fim, realizamos a análise dos indicadores de ligação, utilizamos a planilha criada para os indicadores de produções científicas e com ela foi possível descobrir algumas ligações como as ligações entre os autores, ligações entre as instituições e ligações com as palavras-chave.

4. Resultados e discussões

A pesquisa foi feita pelo termo “pole dance” no Portal OASIS BR em junho de dois mil e vinte e três e obtivemos 30 resultados, sendo: 16 trabalho de conclusão de curso; sete artigos e seis dissertações, no qual somariam 29 trabalhos. Então, decidiu-se analisar trabalho por trabalho sem o filtro “Tipo de documento” fornecido pela base e, a partir disso, foi encontrado um trabalho de conclusão de curso sem a tag informando o tipo de documento que se tratava. A partir desses resultados já foi possível inferir que a literatura científica carece de estudos que versem sobre a temática. Dos 30 documentos recuperados, utilizamos o filtro “Tipo de documentos” e dedicamos as análises aos sete artigos recuperados, compreendendo sua relevância para a comunicação científica. Meadows (1999) destaca que as formas mais importantes de comunicar a pesquisa científica são a fala e a escrita. Dentre as formas escritas, destaca os periódicos científicos, que de acordo com o mesmo autor surgem na segunda metade do século XVII, a partir da “necessidade de comunicação, do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações.” (Meadows, 1999, p. 7).

Em seguida, a pesquisa foi dividida em três etapas: análise de indicadores de produção científica; análise de indicadores de citação e análise de indicadores de ligação.

4.1 Indicadores de produção científica

Ao realizarmos a primeira análise com os 7 artigos recuperados, encontramos 26 autores totais sem reincidência, ou seja, não temos uma Elite de Pesquisa de acordo com a Lei de Elitismo de Price. Seguindo Price, 60% dos autores de uma determinada área publicam somente 1 trabalho, neste caso vimos que esse número é maior, tendo 100% dos autores produzindo somente um trabalho. Ainda se tratando de autoria, podemos analisar o fenômeno de coautoria, comum em algumas áreas científicas. Dos 7 artigos analisados, somente um tem autoria simples, isto é, somente um único autor. Encontramos dois artigos com autoria dupla, dois artigos com autoria quádrupla, um artigo com autoria quádrupla e, por fim, um artigo com autoria ócupla.

Após evidenciarmos quantos autores movimentam as pesquisas sobre pole dance no Portal OASIS BR, houve a necessidade de descobrir quais são as instituições que mais produzem sobre o tema desta pesquisa. Dessa forma, encontramos 12 instituições distintas, sendo elas: Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Uberlândia com 5 autores cada; Faculdade da Serra Gaúcha com 4 autores; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul com 3 autores e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com 2 autores. Ao analisarmos geograficamente essas instituições temos: 5 instituições na região Sul, 5 na região Sudeste, 1 na região Centro-Oeste e 1 localizada na Argentina.

Quanto ao recorte cronológico, optou-se por manter a maior abrangência possível e por isso não foi aplicado filtro, mantendo os artigos científicos publicados entre 2017-2022, sendo 2021 o único ano sem trabalhos, 2017 foi o ano com maior quantidade de publicações, totalizando 3.

Sobre as fontes desses artigos, não há recorrência de fonte, mas vale ressaltar que 3 deles são da Região Sudeste - São Paulo 2 vezes e Minas Gerais 1 vez; 2 da Região Centro-oeste - Brasília e Goiás; 1 da Região Sul - Paraná e 1 da Região Nordeste - Piauí. Um ponto importante é que todas essas fontes são pertencentes a instituições de ensino superior.

4.2 Indicadores de citação

Nessa segunda análise, investigaremos as referências bibliográficas que foram utilizadas nos artigos científicos que estão sendo explorados na pesquisa. Inicialmente, constatamos 200 referências, quando retiradas as repetições são 195, porém nesta análise trabalharemos com a quantidade total. O primeiro passo foi identificar os idiomas dessas referências e encontramos: espanhol (14 documentos); inglês (46 documentos) e português (139 documentos).

Em seguida, investigamos os tipos de fonte dessas referências e encontramos: Capítulo de livro; Dicionário; Dissertação; Exposição; Livro; Periódico; Tese; Trabalho de conclusão de curso; Trabalho de evento; Vídeo; Website. Onde livros e periódicos se destacaram sendo utilizados 78 e 72 vezes, respectivamente.

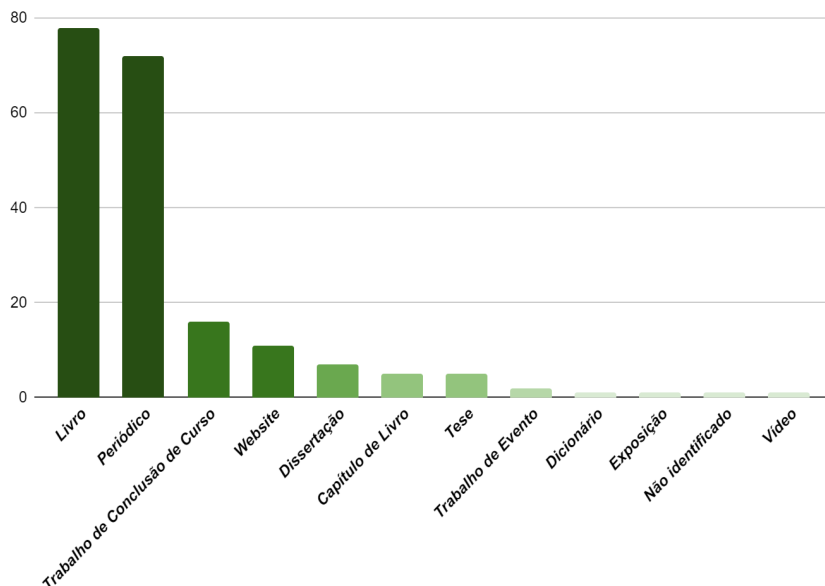


Figura 1. Tipos de fonte. Fonte: Elaboração Própria.

Utilizando as zonas Bradford, trabalharemos somente com os periódicos, sendo os 72 encontrados, nesse caso teríamos somente 1 zona de Bradford, onde 10 periódicos científicos fazem parte, correspondendo às revistas que tiveram 2 ou mais citações.

Quando analisamos os autores, encontramos 364 totais e 319 sem repetição, se seguirmos a projeção de Price quanto a frente de pesquisa seriam 18 autores, porém ao analisarmos os autores encontrados definimos que nossa frente de pesquisa é composta por 8 autores, os que produziram 3 ou mais trabalhos. Neste caso, se tivéssemos seguido a projeção de Price teríamos alguns autores que produziram 2 trabalhos, mas não corresponderia a todos, sendo priorizados os primeiros que aparecem em ordem alfabética.

De acordo com a Lei de Lotka, 20% dos autores são responsáveis pela maior parte dos textos (80%). Ao realizarmos essa análise descobrimos que 20% dos autores são responsáveis por 29,9% dos trabalhos publicados sobre a temática.

Apesar da frente de pesquisa mostrar RIZZO, D. T. S.; MOITA-LOPES, L. P. e SCAGLIA, A. J. como principais autores, ao analisarmos as referências mais utilizadas temos HOLLAND, S.; FERREIRA, C. F.; SANTOS, R. O. e ALLEN, K. L. sendo reconhecidos por seus trabalhos.

Tabela 1. Frente de Pesquisa

AUTORES	FREQ.
RIZZO, D. T. S.	6
MOITA-LOPES, L. P.	5
SCAGLIA, A. J.	4
GALATTI, L. R.	3
HOLLAND, S.	3
MARTIN, J. R.	3
NAVARRO, F.	3
REVERDITO, R. S.	3

Fonte: Elaboração Própria.

Outras informações que foram possíveis de recuperar através da análise de citações é a amplitude cronológica das referências, sendo a referência mais atual de 2021 e a mais antiga de 1974, tendo uma amplitude de 47 anos. Ainda com essas informações foi possível calcular a vida média do total das referências, nesse caso acontece em 2010 e sua obsolescência depois de 2010.

4.3 Indicadores de ligação

Para analisarmos as ligações presentes nos artigos recuperados, analisamos, inicialmente, os autores e, assim como foi abordado na análise dos indicadores de produção científica, não existe reincidência de autores, então as ligações relacionadas a autoria ocorrem dentro de cada artigo recuperado.

Por um outro lado podemos realizar ligações institucionais e encontramos os seguintes resultados:

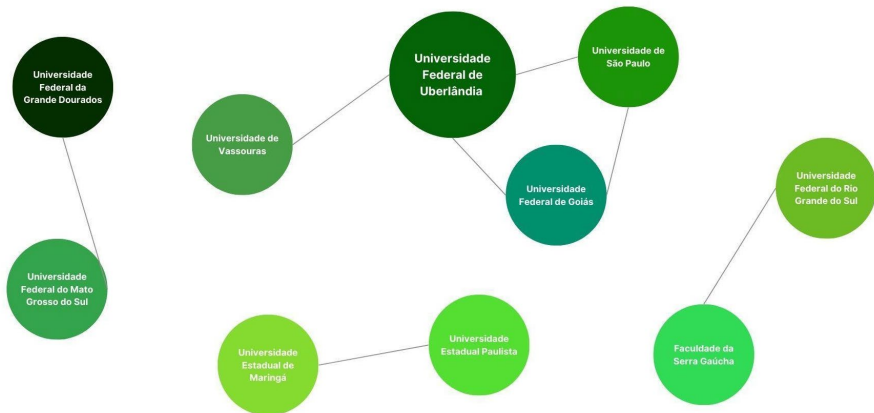


Figura 2. Ligações institucionais. Fonte: Elaboração Própria.

Considerando o recorte cronológico, 2017 foi o ano com maior índice de publicações. Este também foi o ano em que o pole dance ganhou reconhecimento de esporte olímpico internacionalmente, o que pode ter contribuído para o interesse na temática.

Quanto aos indicadores de ligação, particularmente as ligações entre às palavras-chave, "Pole Dance", aparece majoritariamente associado a "Educação Física" e "Esporte", denotando a inclinação dos pesquisadores à defesa da prática enquanto esporte, em detrimento da associação com dança, ao menos no âmbito deste estudo.

Verificou-se também que as referências utilizadas pelos pesquisadores dedicados ao pole dance estão majoritariamente em português e que dentre as fontes utilizadas destacam-se livros e periódicos.

Pelo exposto, percebe-se que a produção científica relacionada ao assunto é incipiente. Por outro lado, a presença de variadas instituições de ensino superior nas produções, bem como a variedade de regiões e relações de co-autoria manifestam esforços de inserção da questão no debate científico.

Verifica-se, portanto, que existe um movimento de institucionalização científica, ainda não consolidado nos moldes previstos pela literatura: associações de pesquisa e periódicos dedicados à temática.

6. Referências bibliográficas

- Alvarez, G. R., & Caregnato, S. E. (2017). A ciência da informação e sua contribuição para a avaliação do conhecimento científico. *BIBLOS*, 31(1), 09–26. <https://doi.org/10.14295/biblos.v31i1.5987>
- Caribé, R. (2011). Comunicação Científica para o Público Leigo no Brasil. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9003/1/2011_RitadeC%C3%A1ssiadoValeCarib%C3%A9.pdf
- Cinti, D. T. et al. (2022). Revisão sistemática sobre o Pole Dance. *UFB, Research, Society and Development*, v. 11, n. 3. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26470>.
- Conceição, G. da S. (2022). Mapeamento da produção científica brasileira sobre pole dance (TCC de Graduação, Curso de Biblioteconomia e Documentação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense).
- Gil, Antonio Carlos. (1991). Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 101 p. Disponível em: [https://sgcd.fc.unesp.br/Home/helber-freitas/tc/ci/gil como elaborar projetos de pesquisa -anto.pdf](https://sgcd.fc.unesp.br/Home/helber-freitas/tc/ci/gil%20como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa%20-anto.pdf).
- Gomes, M. (2013). Comunicação Científica: alicerces, transformações e tendências. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2127>.
- Gonçalves, A. C. (2020). Gênero, raça e sexualidade em performances de pole dance. In *Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Rio de Janeiro.
- Grácio, M. C. C. (2020). Análise de citação. In *Análises relacionais de citação para a identificação de domínios científicos: uma aplicação no campo dos Estudos Métricos da Informação no Brasil*. Oficina Universitária; Cultura Acadêmica. [Online]. <http://books.scielo.org/id/tx83k/pdf/gracio-9786586546125-03.pdf>
- Grácio, M. C. C., Matínez-Ávila, D., Oliveira, E. F. T., & Rosas, F. S. (Eds.). (2020). Tópicos da bibliometria para bibliotecas universitárias [Online]. Cultura Acadêmica. <https://books.scielo.org/id/zvdpp>

- Guedes, V. L. da S. (2012). A BIBLIOMETRIA E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO: uma revisão da literatura. *PontodeAcesso*, 6(2), 74–109.
- Guedes, V. L., & Borschiver, S. (2005). Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e conhecimento, em sistema de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In *Anais do V Encontro Nacional de Ciência da Informação (CINFORM)*.
- IBICT. (s.d.). Oasisbr – Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso aberto: sobre. Recuperado de <https://oasisbr.ibict.br/vufind/about/home>
- Kobashi, N. Y., & Santos, R. N. M. D. (2006). Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas. *Transinformação*, 18(1), 27-36. <https://doi.org/10.1590/S0103-37862006000100003>
- Meadows, A. J. (1999). A comunicação científica. Brique de Lemos.
- Mueller, Suzana Pinheiro Machado. (2006). A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38. www.scielo.br/ci/a/nGD3MkKfNxtjnnWshf3YVjP/?format=pdf&lang=pt.
- Oliveira, E. F. T. (2018). Estudos métricos da informação no Brasil: indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade [Online]. Oficina Universitária; Cultura Acadêmica. <https://books.scielo.org/id/msjk9>
- Peres, Veronica Mendonça. (2022). Das origens à contemporaneidade do pole dance: uma pluralidade de significados.
- Robredo, Jaime; Vilan Filho, Jayme Leiro. (2010). Metrias da informação: história e tendências. In: Robredo, Jaime; Brascher, Marisa. (Org.). *Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre a representação e organização da informação e do conhecimento*. Brasília: IBICT. <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>.
- Robredo, J., & Bräscher, M. (Eds.). (2010). *Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação da informação e do conhecimento*. Brasília: IBICT.
- Santos, R. O. d. (2018). *Pole Dance: Dança ou Esporte?* (TCC de Graduação, Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação. (2014). Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).
- Vogel, M. J. M. (2022). A bibliometria no GT 11 – Informação & Saúde – do Enancib. RECIIS, Rio de Janeiro, 16(2). <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2394/252>
- Targino. (2000). Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326>.
- Urbizagástegui-Alvarado, R. (2007). A Bibliometria: história, legitimação e estrutura. In L. M. B. B. Toutain (Org.), *Para entender a ciência da informação* (pp. 185-217). Salvador: EDUFBA.
- Ziman, J. M. (1968). *Public knowledge: An essay concerning the social dimension of Science*. Cambridge University Press.

O uso de Sistemas de Organização do Conhecimento na tipificação de crimes de homicídio de mulheres e feminicídio: abordagem introdutória

Rochelle Martins Alvorcem¹; Gercina Ângela de Lima²; Maria Cristina Vieira de Freitas³

Resumo: Conforme a OMS uma em cada três mulheres no mundo (aproximadamente 736 milhões) experienciou algum tipo de violência física ou sexual. No Brasil, em 2022, cerca de 30% sofreram algum tipo de violência de gênero. O número de homicídios de mulheres (3.878) ultrapassou o de feminicídios (1.341). Crimes classificados incorretamente? Tendo a Ciência da Informação como base para promover o desenvolvimento de metodologias e soluções estratégicas, fazem-se necessários tratamentos conceituais e técnicos acerca deste fenômeno. Objetivando contribuir com orientações para tipificar crimes de homicídio de mulheres e feminicídio no preenchimento do Formulário Nacional de Avaliação de Riscos (FNAR) e Boletim de Ocorrência (BO) mediante Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), utilizando como base a GSSO – Gender, Sex, and Sexual Orientation Ontology, Tesouro para Estudo de Gênero e sobre Mulheres, e o Tesouro de Mujeres, utilizou-se metodologia proposta por Araújo e Lima (2018), com quatro etapas: definindo questões de competência (QCs); selecionando documentos (*corpus*); elencando expressões relacionadas aos conceitos das QCs; avaliando expressões para inclusão na ontologia, ou criação de nova. A partir do enriquecimento semântico da ontologia GSSO resultou a ontologia OntoVDFcM – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para uso no preenchimento dos formulários FNAR e BO, visando diminuir erros, identificar os tipos de crime de forma mais assertiva, contribuindo para melhores estatísticas, possibilitando políticas públicas mais efetivas.

Palavras-chave: Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC); Ontologias; Enriquecimento semântico de ontologias; Homicídio de mulheres; Feminicídio.

Resumen: Según la OMS, una de cada tres mujeres en el mundo (aproximadamente 736 millones) ha sufrido algún tipo de violencia física o sexual. En Brasil, en 2022, cerca del 30% sufrió algún tipo de violencia de género. El número de homicidios de mujeres (3.878) superó al de feminicidios (1.341). ¿Delitos mal clasificados? Con la Ciencia de la Información como base para promover el desarrollo de metodologías y soluciones estratégicas, son necesarios tratamientos conceptuales y técnicos de este fenómeno. Con el objetivo de contribuir con directrices para la clasificación de los crímenes de homicidio de mujeres y feminicidio en el llenado del Formulario Nacional de Evaluación de Riesgos (FNAR) y del Informe Policial (BO) a través de Sistemas de Organización del Conocimiento (SOC),

¹ Universidade de Coimbra - Portugal
E-mail: rochelle.alvorcem@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9456-9278>

² Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil
E-mail: glima@eci.ufg.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0735-3856>

³ Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS 20, Universidade de Coimbra
E-mail: cristina.freitas@fl.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8849-8792>

utilizando como base la GSSO – Gender, Sex, and Sexual Orientation Ontology, el Tesauro para Estudo de Gênero e sobre Mulheres y el Tesauro Mujeres, utilizamos la metodología propuesta por Araújo y Lima (2018), con cuatro etapas: definición de preguntas de competencia (PCs); selección de documentos (*corpus*); listado de expresiones relacionadas con los conceptos de las PCs; evaluación de expresiones para su inclusión en la ontología, o creación de una nueva. El enriquecimiento semántico de la ontología GSSO dio lugar a la ontología OntoVDFcM - Violencia doméstica y familiar contra las mujeres, para su uso en la cumplimentación de los formularios FNAR y BO, con el objetivo de reducir errores, identificar los tipos de delito de forma más asertiva, contribuir a mejorar las estadísticas y permitir políticas públicas más eficaces.

Palabras clave: Sistemas de Organización del Conocimiento (SOC); Ontologías; Enriquecimiento semántico de ontologías; Homicidio de mujeres; Feminicidio.

Sumario: 1. Introdução. 2. Objetivos. 3. Metodologia e resultados. 4. Conclusões. 5. Referências bibliográficas

1. Introdução

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) uma em cada três mulheres no mundo (aproximadamente 736 milhões) sofreu algum tipo de violência física ou sexual. Isto acontece em todos os países e culturas, causando danos irreparáveis a milhões de mulheres e suas famílias (Nações Unidas, 2021).

No Brasil, cerca de 30% das brasileiras sofreu algum tipo de violência de gênero. O número de homicídios de mulheres foi de 3.878, enquanto o de feminicídios foi de 1.341, ou seja, 189% a mais homicídios de mulheres (Bueno et al., 2023). Será que estamos diante de crimes classificados incorretamente?

Em 2015, a Lei 13.104, alterou o art. 121 do Código Penal brasileiro, estabelecendo o crime de feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio quando o ato ocorrer contra a mulher em razão de sua condição de sexo feminino (quando o crime envolve violência doméstica, menosprezo ou discriminação à condição de mulher) (Lei no 13.104, de 9 de março de 2015, 2015).

No momento da denúncia de crimes de homicídio de mulheres e de feminicídio, ao preencher os registros de ocorrência, tanto os/as profissionais, como as pessoas, completam alguns campos seguindo o fluxo do questionário, com respostas fixas, sendo que a única forma de optar por outra resposta é: “Nenhuma das agressões acima”, ou “nenhum dos comportamentos acima listados”, ou “sim, de outra forma”; ou seja, a falta de opções e de uma metodologia ou padrão dificulta e distorce o conteúdo e a análise dos formulários FNAR - Formulário Nacional de Avaliação de Risco, preenchido quando o crime de morte ainda não ocorreu, e de denúncia no BO - Boletim de Ocorrência, preenchido quando o crime de morte já ocorreu. Percebe-se que precisamos ter padrões semânticos e terminológicos para serem seguidos no preenchimento dos formulários, contemplando o domínio “Violência familiar e doméstica contra a mulher (VDFcM)”.

Evidencia-se a emergência e importância do tema, pois está inserido em dois dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: o ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; e o ODS 16 -

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (Nações Unidas, 2022).

Neste cenário, a Ciência da Informação (CI) apresenta-se como suporte, interagindo com a Ciência Policial (CP) em nível tecnológico, promovendo o desenvolvimento e selecionando informações pertinentes, úteis e de valor para a segurança pública, ajudando para o bem-estar da sociedade. (Moreira & Muriel-Torrado, 2019).

Ao utilizarmos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), poderemos criar um instrumento de controle terminológico, com o propósito de alinhar e padronizar a inserção de informações nos formulários de denúncia (FNAR e BO), promovendo o desenvolvimento de soluções que apoiem através da correta tipificação, a melhor informação e interpretação dessas situações.

Zeng (2008) explica que existem diferentes tipos de SOC segundo a complexidade das suas estruturas e funções, e acrescenta que podem ser descritos com base em suas estruturas (do plano ao multidimensional), e em suas principais funções. Estas funções incluem: eliminar a ambiguidade, controlar sinônimos ou equivalentes, estabelecer relações semânticas explícitas, como as relações hierárquicas e associativas, apresentando ambas as relações e as propriedades dos conceitos nos modelos de conhecimento. Como exemplos de SOC temos: listas de termos (listas, dicionários, glossários, anéis de sinônimos); modelos semelhantes e metadados (arquivos de autoridades, diretórios); Classificação e categorização (Cabeçalhos de assunto, taxonomias, esquemas de categorização, esquemas de classificação); Modelos de relacionamentos (Tesauros, Redes semânticas e ontologias).

Com a finalidade de elaborar um instrumento de controle terminológico para representar e compartilhar o conhecimento e ser usado no preenchimento dos formulários tipificados como FNAR e BO, além de contemplar a complexidade do tema e dos diferentes sinônimos e ambiguidades das expressões apresentadas no vocabulário brasileiro, precisamos de modelos conceituais em que os termos representem os conceitos, suas relações e sinônimos. Neste cenário, as ontologias, como um dos modelos dos SOC, apresentam-se como “modelos conceituais específicos que representam relações complexas entre objetos, incluindo as regras e axiomas que faltam nas redes semânticas” (Zeng, 2008) (tradução nossa).

De acordo com Araújo (2021), as ontologias de domínio são formatadas a partir de orientações feitas por especialistas, sobre os objetivos específicos de um domínio de conhecimento, portanto, abordaremos o uso de ontologias de domínio e tesauros, para conceituar e classificar os termos sob a ótica de Araújo e Lima (2018), Zeng (2008) e Campos (2017, 2010). No complexo propósito de elaborar ontologias consistentes, as definições são fundamentais, pois descrevem o conteúdo semântico de um termo, proporcionando uma possível compatibilização semântica (Campos, 2010). Para um bom trabalho em domínios específicos é importante o uso de padrões nos enunciados definitórios. Dahlberg (1983) define um enunciado definitório como sendo uma combinação de atributos que descrevem um conceito em um cenário específico. Também utilizaremos a abordagem onomasiológica onde o conceito é a

premissa para a definição correta dos termos e suas relações, a Teoria do Conceito de Dahlberg (1978), que enfatiza a classificação baseada nas categorias Aristotélicas e na Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan, conforme orientações de Gomes, Campos e Guimarães (2010), e de Gomes e Campos (2019).

Buscou-se em estudos anteriores, pesquisas abordando o tema VDFcM com o propósito de identificar tesouros ou ontologias que pudessem representar de forma mais real tal domínio, sendo as mais representativas para realizar esta pesquisa: Tesouro para Estudo de Gênero e sobre Mulheres (TPEDGESM) (Bruschini et al., 1998), com informações no campo de estudo de gêneros, mostrando uma “revolução” em termos de objetividade e realidade sobre o gênero feminino; Tesouro de Mujeres (Mediavilla Herreros & Folla Fernández, 2015), elaborado a partir da coleção da Biblioteca de Mujeres em Madrid, abrangendo desde a evolução do Movimento Feminista na Espanha, mostrando a contribuição das mulheres no processo histórico e social, com uma linguagem não sexista, objetivando tornar as mulheres visíveis, empoderadas, eliminando termos misóginos na designação das mulheres; Tesouro sobre Violência contra Mulheres e Meninas (Morais, 2022), visando a democratização de informação utilitária para a proteção, amparo e suporte às mulheres em situação de violência, contribuindo no combate e prevenção a violência de gênero; e por ultimo, a Ontologia GSSO – Gender, Sex, and Sexual Orientation ontology (EMBL-EBI, 2022), criado em 2019, para fornecer uma forma de facilitar a comunicação entre pessoas LGBTQIA+ e profissionais de saúde, no domínio LGBTQIA+ , sendo classificado entre as 5% melhores de todas as ontologias no BioPortal do National Center for Biomedical Ontology (NCBO).

Como este artigo parte de uma pesquisa no âmbito de uma tese de doutoramento ainda em curso, na qual estuda-se o momento e a forma mais adequada de tipificar crimes de homicídios de mulheres e de feminicídios, nos cingir-nos-emos ao estudo dos SOC, mais especificamente no enriquecimento de uma ontologia. Portanto, seguiremos a metodologia proposta por Araújo e Lima (2018), que sugerem o enriquecimento semântico de ontologias a partir da comparação a um corpus de texto, com o “objetivo de medir a proximidade entre a ontologia e o domínio a que ela se propõe a representar” (Araújo & Lima, 2018, p. 649), complementando com Araújo (2021) o METHODOE (Methodology for Domain Ontology Enrichment).

2. Objetivos

A partir do problema apresentado temos como objetivo geral: contribuir com orientações para melhor tipificar e ajudar a prevenir crimes de homicídio de mulheres e de feminicídio por meio da elaboração e da aplicação de SOC.

Objetivos específicos:

- Enriquecimento semântico da Ontologia GSSO;
- Criar, a partir do enriquecimento semântico da ontologia GSSO, a ontologia OntoVDFcM – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

3. Metodologia e resultados

Para que a ontologia contemple a realidade do contexto em estudo, é fundamental ter especial atenção na sua modelagem e elaboração, utilizando assim, metodologias já validadas. Conforme Isotani e Bitencourt (2015), além da análise conceitual e modelagem do domínio, a identificação da função central da ontologia será fundamental, bem como a reutilização de outra ontologia para apoiar na elaboração da ontologia de interesse e a avaliação, através das questões de competência, da correta representação da realidade, conceitos e relações.

Na Figura 1, apresentamos as etapas metodológicas para a elaboração de uma ontologia através do enriquecimento semântico de outra ontologia. Neste artigo, reduzimos a apresentação das etapas metodológicas, com vista a contemplar a limitação de palavras.

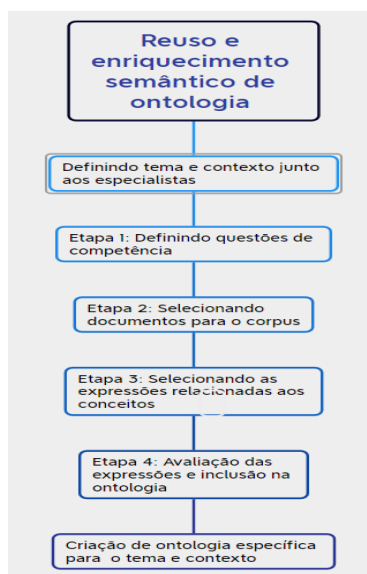


Figura 1. Reuso e enriquecimento semântico de Ontologia – etapas metodológicas

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Sendo a proposta enriquecer a ontologia GSSO, para que contemple de forma mais fidedigna o domínio “Violência familiar e doméstica contra a mulher” e seguindo Campos et al. (2011), tomou-se como base as **ontologias de domínio**, pois buscam representar de forma genuína as características de uma conceitualização, retratando de uma maneira mais próxima da realidade o domínio proposto, sendo elaboradas a partir do conhecimento dos especialistas de domínio, com propósitos bem definidos sobre um contexto. Além do mais, a partir de um vocabulário, fornecem maior semântica restringindo interpretações sobre os conceitos, e fornecem uma estrutura ontológica capaz de criar um corpus apto a validar o modelo conceitual estabelecido. Para iniciarmos o enriquecimento da ontologia GSSO é

importante respondermos a algumas questões relacionadas a domínio e escopo, sendo as seguintes etapas:

- a) Identificação do problema junto aos especialistas: tipificação dos crimes de homicídio de mulheres e feminicídio;
- b) Definição do tema da ontologia: Violência doméstica e familiar contra a mulher – VDFcM;
- c) Aplicação e uso da ontologia: contexto das Polícias Civis brasileiras nos formulários FNAR e BO;
- d) Ontologia para comparação e reuso: GSSO – Gender, Sex, and Sexual Orientation Ontology.

3.1 Definindo questões de competência

As questões de competência (QCs) são perguntas que a ontologia deve responder, e devem ser elaboradas com a ajuda de especialistas conforme os problemas identificados no domínio que a ontologia pretende abranger. Servem para apoio na avaliação das ontologias (Araújo, 2016; Santos & Bräscher, 2017). No caso em estudo serão utilizadas no desenvolvimento da ontologia e também na avaliação de possíveis falhas.

O crime de feminicídio é o fim de uma etapa de diversos tipos de violência anunciada, que culmina na morte de uma mulher. Após entrevistarmos policiais civis especialistas em atendimento à mulher em situação de violência oito QCs foram formuladas, baseadas no problema da pesquisa, no código Penal brasileiro e nas cinco formas de violência doméstica e familiar segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha:

- a) O que é entendido como violência doméstica e familiar contra a mulher?
- b) O que é entendido como feminicídio?
- c) O que é entendido como homicídio de mulher?
- d) O que é entendido como violência física, que outras nomenclaturas podemos atribuir a este tipo de violência, e que exemplos podemos considerar?
- e) O que é entendido como violência psicológica, que outras nomenclaturas podemos atribuir a este tipo de violência, e que exemplos podemos considerar?
- f) O que é entendido como violência patrimonial, que outras nomenclaturas podemos atribuir a este tipo de violência, e que exemplos podemos considerar?
- g) O que é entendido como violência moral, que outras nomenclaturas podemos atribuir a este tipo de violência, e que exemplos podemos considerar?

- h) O que é entendido como violência sexual, que outras nomenclaturas podemos atribuir a este tipo de violência, e que exemplos podemos considerar?

Na verificação das oito questões de competência, identificaram-se 11 termos que irão nortear as respostas: violência doméstica e familiar contra a mulher, violência doméstica, violência familiar, violência contra a mulher, feminicídio, homicídio de mulher, violência física, violência psicológica, violência patrimonial, violência moral e violência sexual.

3.2 Selecionando documentos para o corpus

Ao utilizarmos documentos como leis, código Penal Brasileiro e diretrizes nacionais, tornaremos mais efetivo o enriquecimento da ontologia e mais próximos estaremos da realidade, pois conforme Campos (2017), ao utilizarmos um corpus terminológico consistente e que descreva o domínio com o rigor necessário, poderemos produzir ontologias mais completas.

Quadro 1. Leis sobre o tema Violência doméstica e familiar contra as mulheres

Lei	Data	Detalhamento
Decreto Lei nº 2.848	07/12/1940	Código Penal Brasileiro
Decreto nº 19.841	22/10/1945	Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas.
Declaração Universal dos Direitos Humanos	1948	O documento (Resolução 217 A III) foi aprovado pela Assembleia Nacional das Nações Unidas em 1948, em momento de reestruturação da ordem mundial pós-Segunda Grande Guerra e serviu de base para a redação de várias cartas constitucionais em todo o mundo, entre elas a atual Constituição Federal brasileira.
Decreto nº 52.476	12/09/1963	Promulga a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, adotado por ocasião da VII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.
Decreto nº 89.460	20/03/1984	Promulgou a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher/CEDAW, 1979
Comissão Interamericana de Direitos Humanos	1994	Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”
Decreto nº 1.973	01/08/1996	Decreto nº 1.973, de 01/08/1996, que promulgou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e

		Erradicar a Violência contra a Mulher, Belém do Pará, 09/06/1994
Lei nº 11.340	07/08/2006	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Lei Maria da Penha.
Lei nº 13.104	09/03/2015	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Lei do Feminicídio
Legislação da Mulher	2016 (7th ed.)	Câmara dos Deputados (Série legislação, 230)
ONU Mulheres	2016	Diretrizes Nacionais Feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres

Fonte: Legislação sobre violência contra as mulheres no Brasil - Compromisso e Atitude (2023)

Os documentos selecionados são aqueles que embasam as decisões legais e ações do Ministério Público e da Polícia, escolhidos para esta etapa da pesquisa. Como a pesquisa está em curso, prevê-se, futuramente, adicionar outras leis para compor um quando mais completo da realidade.

3.3 Selecionando as expressões relacionadas aos conceitos

A técnica de extração da informação foi manual, dado que o nosso Corpus Textual é formado por documentos legalmente validados como leis, decretos, normas, etc., e assim podemos realizar um enriquecimento conceitual e de relações (Araújo, 2021). Apresentamos no Quadro 2, os termos escolhidos nas QCS, a quantidade de textos definitórios relacionados a cada um dos termos escolhidos nos documentos.

Quadro 2. Enunciados definitórios recuperados no acervo de documentos legais consultado

Nº QC	Termo / expressão de busca	Quantidade recuperada	Enunciados definitórios	Localizados nos documentos
QC-1	violência doméstica e familiar contra a mulher	34	1 (Lei nº 11.340)	Decreto Lei nº 2.848; Lei nº 11.340

QC-1	violência contra a mulher	35	1 (Decreto nº 1.973)	Decreto Lei nº 2.848; Decreto nº 1.973, Lei nº 11.340
QC-1	Violência doméstica	70	1(Decreto Lei nº 2.848)	Decreto Lei nº 2.848; Lei nº 11.340
QC-2	feminicídio	3	1(Decreto Lei nº 2.848/ Lei nº 13.104)	Decreto Lei nº 2.848; Lei nº 13104
QC-3	homicídio de mulher	0	1(Decreto Lei nº 2.848/ Lei nº 13.104)	Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro, Inciso VI - acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015
QC-4	violência física	2	1(Lei nº 11.340)	Lei nº 11.340
QC-5	violência psicológica	2	2 (Decreto Lei nº 2.848; Lei nº 11.340)	Decreto Lei nº 2.848; Lei nº 11.340
QC-6	violência patrimonial	1	1(Lei nº 11.340)	Lei nº 11.340
QC-7	violência moral	1	1(Lei nº 11.340)	Lei nº 11.340
QC-8	violência sexual	2	1(Lei nº 11.340)	Lei nº 11.340

Fonte: elaboração das autoras com base na legislação mencionada.

A definição aumenta a expressividade semântica das ontologias, possibilitando uma harmonização semântica, pois descreve o conteúdo semântico de um termo. “Essa descrição possibilita que agentes inteligentes possam entender o significado de um termo e estabelecer inferências sobre esses significados, pois a definição é composta de características de conceitos, que são também conceitos que se relacionam formando o entendimento semântico dos termos em questão” (Campos, 2010, p. 222).

Dahlberg (1978, p. 106), explica que “definições são pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos”. A autora afirma que as

características, além de apresentar os relacionamentos entre os conceitos, determinam as definições, e dividem-se em essenciais (necessárias e suficientes), e acidentais (opcionais) (Dahlberg, 1983).

Araújo (2021) infere sobre a importância dos conceitos na concepção de SOC, pois a partir dos princípios da Teoria do Conceito de Dahlberg (1978), quando aplicamos definições consistentes nas ontologias, poderemos estabelecer relações (relacionamentos ou propriedades) entre classes e subclasses tornando-as mais específicas e assertivas, e na elaboração de axiomas (restrições/regras sobre as relações, permitindo o uso de inferências que não aparecem nos Tesauros).

Ao selecionar o conhecimento candidato para a ontologia, resultado da aplicação da técnica de extração, buscaram-se enunciados definitórios e selecionaram-se conceitos relevantes que serão inseridos no contexto da OntoVDFcM (Quadro 3).

Quadro 3. Enunciados definitórios e conceitos relevantes

Nº QC	Termo / expressão de busca	Enunciados definitórios	Conceitos relevantes
QC-1	Violência doméstica e familiar contra a mulher	Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015); I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.	Ação, omissão, gênero, morte, lesão, sofrimento físico, sofrimento sexual, sofrimento psicológico, dano moral, dano patrimonial, unidade doméstica, convívio permanente, pessoas, vínculo familiar, esporadicament e agregadas, família, comunidade, indivíduos, aparentados, unidos, laços naturais, afinidade, vontade expressa, relação íntima, relação íntima

			de afeto, agressor, ofendida, coabitação, relações pessoais, orientação sexual, violação dos direitos humanos
QC-1	Violência contra a mulher	Violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica: §1. Que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual: §2. Que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e §3. Que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.	Violência física, violência sexual, violência psicológica, violência patrimonial, violência moral, ação, conduta, gênero, morte, dano, sofrimento físico, sofrimento sexual, sofrimento psicológico. Âmbito público, âmbito privado, dentro da família, unidade doméstica, relação interpessoal, agressor, domicílio, mulher, estupro, violação, maus-tratos, abuso sexual; comunidade, pessoas, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro, assédio sexual, lugar de trabalho, instituições

			educacionais, estabelecimentos de saúde, estado, agentes do estado
QC-1	Violência doméstica	<p>§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.886, de 17/7/2004, e com redação dada pela Lei nº 11.340, de 7/8/2006, publicada no DOU de 8/8/2006, em vigor 45 dias após a publicação)</p> <p>§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.886, de 17/7/2004)</p> <p>§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.340, de 7/8/2006, publicada no DOU de 8/8/2006, em vigor 45 dias após a publicação)</p> <p>§ 12. Se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos art. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.142, de 6/7/2015)</p> <p>§ 13. Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.188, de 28/7/2021).</p>	<p>Lesão, ascendente, descendente, irmão, cônjuge, companheiro, conviver, agente, relações domésticas, coabitação, hospitalidade, detenção, pena, crime, pessoa portadora de deficiência, lesão, autoridade, agente, integrantes do sistema prisional, integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, exercício da função, contra seu cônjuge, decorrência da função, mulher, lesão praticada contra a mulher, condição de sexo feminino, sexo feminino</p>
QC-2	Feminicídio	<p>(Nome jurídico acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015) Homicídio qualificado VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino; (Inciso acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015)</p> <p>§ 2º - A, considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e</p>	<p>Homicídio qualificado, mulher, contra a mulher, sexo feminino, violência doméstica e familiar,</p>

		familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.	menosprezo, discriminação, condição de mulher, discriminação à condição de mulher
QC-3	Homicídio de mulher	Matar alguém - homicídio qualificado: se o homicídio é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;	Homicídio qualificado, mulher, contra a mulher, sexo feminino, violência doméstica e familiar, menosprezo, discriminação, condição de mulher, discriminação à condição de mulher
QC-4	Violência física	Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; Tipos de violência física: Afogamentos; Agressões com as mãos; Agressões com objetos; Ameaças a(o)s filho(a)s; Ameaças de morte; Ameaças de suicídio Ameaças de violência física; Atirar objetos; Ausência de comunicação como forma de castigo: não escuta ou não fala; Beliscões; Chutes; Decide por ela; Destruição de objetos com valor sentimental especial Empurrões; Espancamento; Estrangulamento; Ferimentos causados por queimaduras; Ferimentos causados por armas de fogo; Ferimentos causados por facas ou objetos cortantes; Sacudir e apertar os braços; Impede ou dificulta o acesso ao trabalho, ao estudo ou a qualquer outra atividade; Lesões com objetos cortantes; Lesões com objetos perfurantes; Maus-tratos a animais domésticos; Mordidas; Mudanças bruscas e injustificadas de humor, frente a uma mesma situação ou comportamento: tanto a elogia como a humilha; Não permite que a vítima tome decisões sobre sua vida ou da família, nem participar das decisões; Pauladas;	Conduta, ofender, integridade corporal, saúde corporal, Afogamentos, agressões, Agressões com as mãos; Agressões com objetos; Ameaças, Ameaças a(o)s filho(a)s; Ameaças de morte; Ameaças de suicídio; Ameaças de violência física; atirar objetos; Ausência de comunicação, castigo, não escuta, não fala, Ausência de comunicação como forma de

		<p>Privação de necessidades básicas (alimento, sono etc.); Puxões de cabelo; Sentimento de culpa e confusão, provocado pelas constantes correções e pelas manifestações feitas por quem maltrata, com a intenção de se apresentar, ele, como vítima; Socos; Sufocamento; Enforcamento; Tapas; Tortura;</p>	<p>castigo: não escuta ou não fala; Beliscões; Chutes; Decide por ela; Destruição de objetos valor sentimental especial, destruição, objetos de valor especial, objetos de valor, Empurrões; Espancamento; Estrangulamento Ferimentos causados por queimaduras; ferimentos; queimaduras; armas de fogo; Ferimentos causados por armas de fogo; facas; objetos cortantes; Ferimentos causados por facas ou objetos cortantes; Sacudir e apertar os braços; sacudir os braços, apertar os braços; impede o acesso ao trabalho; dificulta o acesso ao trabalho; Impede ou dificulta o acesso ao trabalho, ao estudo ou a qualquer outra atividade; impede acesso</p>
--	--	--	---

			<p>ao estudo, acesso ao estudo, lesões, objetos cortantes; Lesões com objetos cortantes; objetos perfurantes; Lesões com objetos perfurantes; Maus-tratos a animais domésticos; maus-tratos, animais domésticos; Mordidas; Mudanças bruscas e injustificadas de humor, frente a uma mesma situação ou comportamento: mudanças bruscas, tanto a elogia como a humilha; elogios, humilhações; Não permite que a vítima tome decisões sobre sua vida ou da família, nem participar das decisões; Pauladas; Privação de necessidades básicas (alimento, sono etc.); privações, necessidades básicas, alimento, sono,</p>
--	--	--	--

			<p>Puxões de cabelo;</p> <p>Sentimento de culpa e confusão, provocado pelas constantes correções e pelas manifestações feitas por quem maltrata, com a intenção de se apresentar, ele, como vítima:</p> <p>Socos;</p> <p>Sufocamento;</p> <p>Enforcamento</p> <p>Tapas; Tortura;</p>
QC-5	Violência psicológica	<p>Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018). Tipos de violência psicológica: Alienação; Abandono; Ameaças; Aproximação física intimidante; bater nas portas; Chantagem; Constrangimento; distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre a sua memória e sanidade (gaslighting); examinar suas gavetas e pertences. Exploração; Gritos; Humilhação; Insistência em considerar a vítima louca, estúpida ou inútil; Insultos; Isolamento; Limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; Insultos; Manifestar ciúmes e suspeitas contínuas; Manipulação; Perseguição; Proibir</p>	<p>Conduta, dano emocional, Alienação; Abandono; Ameaças ;</p> <p>Aproximação física intimidante; bater nas portas; Chantagem;</p> <p>Constrangimento; Distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre a sua memória e sanidade (gaslighting);</p> <p>Examinar suas gavetas e pertences;</p> <p>Exploração; Gritos;</p> <p>Humilhação; Insistência em considerar a vítima louca, estúpida ou inútil; Insultos; Isolamento; Lim</p>

		<p>estudar; Proibir viajar; Proibir de falar com amigos; Proibir de falar com parentes; Proibir de sair de casa; Ridicularização; Tirar a liberdade de crença; Vigilância constante .</p>	<p>itação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; Insultos; Manifestar ciúmes e suspeitas contínuas; Manipulação; Perseguição; Proibir estudar; Proibir viajar; Proibir de falar com amigos; Proibir de falar com parentes; Proibir de sair de casa; Ridicularização; Tirar a liberdade de crença; Vigilância constante</p>
QC-6	Violência patrimonial	<p>Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; São tipos de violência patrimonial: Causar danos de propósito a objetos da mulher ou dos quais ela gosta; Controlar o dinheiro; Controle sobre o trabalho e o salário (pode chegar a reter o dinheiro); Deixar de pagar pensão alimentícia; Destruição de documentos pessoais; Estelionato; Furto, extorsão ou dano; Não dar acesso ao dinheiro necessário para atender às necessidades da família; Privar de bens, valores ou recursos econômicos; Subtração ou destruição de bens, objetos, documentos pessoais, bens, valores,</p>	<p>Causar danos de propósito a objetos da mulher ou dos quais ela gosta; Controlar o dinheiro; Controle sobre o trabalho e o salário (pode chegar a reter o dinheiro); Deixar de pagar pensão alimentícia; Destruição de documentos pessoais; Estelionato; Furto, extorsão ou</p>

		recursos etc., pertencentes à mulher, para lhe causar dano e controlá-la.	dano; Não dar acesso ao dinheiro necessário para atender às necessidades da família; Privar de bens, valores ou recursos econômicos; Sustração ou destruição de bens, objetos, documentos pessoais, bens, valores, recursos etc., pertencentes à mulher, para lhe causar dano e controlá-la;
QC-7	Violência moral	Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. São tipos de violência moral: Acusar a mulher de traição; denuncia a vítima para a polícia; desvalorizar a vítima pelo seu modo de vestir; distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre a sua memória e sanidade; emitir juízos morais sobre a conduta; expor a vida íntima; fazer críticas mentirosas; Faz-se de vítima em público, dizendo que ela o maltrata; impede ou dificulta as relações exteriores ao casal; impede que o acompanhe em atividades ou impõe sua presença a força; Isolamento social; rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre sua índole; tentar manchar a reputação da mulher.	Acusar a mulher de traição; Denuncia a vítima para a polícia; Desvalorizar a vítima pelo seu modo de vestir; Distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre a sua memória e sanidade; Emitir juízos morais sobre a conduta; Expor a vida íntima; Fazer críticas mentirosas; Faz-se de vítima em público, dizendo que ela o maltrata; Impede ou dificulta as relações

			<p>exteriores ao casal; Impede que o acompanhe em atividades ou impõe sua presença a força; Isolamento social; Rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre sua índole; Tentar manchar a reputação da mulher</p>
QC-8	Violência sexual	<p>Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; São tipos de violência sexual: Coação para manter relações sexuais, utilizando a força física ou chantagem emocional; Estuprar; Forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação; Humilhações relacionadas à conduta sexual dela; Impedir o uso de anticoncepcionais ou forçar a mulher a abortar; Limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher; Obrigar a mulher a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; Obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causam desconforto ou repulsa; Tratamento degradante do sexo feminino; Violência e agressões durante a gravidez.</p>	<p>Intimidação, ameaça, uso da força, Coação para manter relações sexuais, utilizando a força física ou chantagem emocional; Estuprar; Forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação; Humilhações relacionadas à conduta sexual dela; Impedir o uso de anticoncepcionais ou forçar a mulher a abortar; Limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher;</p>

			Obrigar a mulher a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; Obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causam desconforto ou repulsa; Tratamento degradante do sexo feminino; Violência e agressões durante a gravidez.
--	--	--	---

Fonte: ONU Mulheres (2016, pp.125-127), Formulário Nacional de avaliação de risco – violência doméstica e familiar contra a mulher (Conselho Nacional de Justiça, 2020), (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940), Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

A definição é uma limitação da ideia do conceito, e somente conceitos gerais precisam ser definidos, pois implicam diferenças dos outros conceitos. Os conceitos individuais, por outro lado, possuem os próprios objetos bem estabelecidos (possuem forma de tempo e espaço). Mas ao identificarmos aproximadamente 200 conceitos relevantes, referentes aos conceitos gerais extraídos das QCs, é importante a realização de uma análise para podermos extrair todas as características necessárias e ajudar a compor os conceitos gerais (Dahlberg, 1978).

3.4 Avaliação das expressões e inclusão na ontologia

Para que as ontologias possam representar o conhecimento é preciso identificar seus componentes gerais e auxiliares. Os componentes gerais: *Classes e subclasses* (elementos compostos de atributos semelhantes representam os conceitos do domínio, e as unidades básicas de uma ontologia); *propriedades/atributos* (características/qualidades das classes e subclasses); *relações* (relacionamento ou propriedade, responsáveis pelas ligações semânticas entre os conceitos de um dado domínio); *axiomas ou restrições* (regras sobre relações, permitindo fazer inferências e restringindo interpretações para não haver ambiguidades; aproximam a ontologia do modelo pretendido; e as *instâncias* (ou indivíduos) (representam um dado objeto de um conceito) (Araújo, 2021).

Para cada uma das expressões oriundas das QCs buscou-se informação no GSSO (1), TPEDGESM (2), Tesouro de Mujeres (3), e Tesouro sobre Violência contra Mulheres e Meninas (4), para identificar termos já existentes, suas relações e definições. Seguindo Araújo (2021), elaboramos uma tabela mostrando conceito (enriquecimento conceitual), termos sinônimos (enriquecimento lexical), relações entre conceitos (enriquecimentos de relações), resultando além do quadro abaixo, um glossário dos termos selecionados (Anexo A). Mostraremos somente dois termos, apontando com números, quando estiver em qualquer um dos SOC's, sinalizando aqueles que precisam ser enriquecidos nas definições e consequentemente nas relações (Quadro 4). Como espera-se que a ontologia seja utilizada pelas polícias civis brasileiras, o uso da língua portuguesa (BR) é *default*, sendo importante adicionar os termos em português na ontologia enriquecida VDFcM.

Quadro 4. Organização do conhecimento adquirido

Nº QC	Conceito (enriquecimento conceitual)	Tesouros & GSSO	Termos sinônimos (enriquecimento lexical)	Relações com outros conceitos (enriquecimento de relações)
QC-1	Violência doméstica e familiar contra a mulher	1, 2, 3	Violência doméstica contra a mulher; Violência familiar contra a mulher; Abuso contra a mulher, violência de gênero; violência conjugal; violência no lar; violência intrafamiliar; violência doméstica; violência no relacionamento; violência no âmbito familiar, violência no ambiente doméstico;	éPraticadoPor: pessoas com vínculo familiar, pessoas sem vínculo familiar, parceiros éTipoDe: violência, agressão, sofrimento físico. Sofrimento sexual éBaseadaEm: gênero éCausadaPor: ação ou omissão baseada em gênero nãoDependeDe orientação sexual resultaEm: morte, lesão, sofrimento físico, sofrimento sexual, sofrimento psicológico, dano moral dano patrimonial temComoContexto: âmbito da família, ambiente familiar, âmbito da unidade doméstica, relação íntima de afeto constituiUmaFormaDe: violação dos direitos humanos temImpacto físico, psicológico, social afeta a família, a mulher, os filhos éProdutoDe negligência, agressão, abuso, violência, maus-tratos, discriminação, exploração, crueldade, opressão éTipoRelacionadoA violência

			<p>violência no casamento; Violência no namoro/ Abuso doméstico; maus-tratos a mulheres; agressão doméstica contra mulheres; violência familiar</p>	<p>éUmaFormaDe violência, violência física, violência doméstica temLeis Lei nº 11.340, 2006 temFerimentos hematomas, cortes, machucados temConsequênciasLegais suspensão da posse ou restrição do porte de armas, afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, proibição de se aproximar da ofendida, de seus familiares e das testemunhas temDistânciaMínimaEntreAgressorE Vítima a ser fixada temComoTipos violência física, violência psicológica, violência moral, violência sexual, violência patrimonial temInstituiçãoQuePrevine União, Estado, Distrito Federal, Municípios, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública temÁreasNasInstituiçõesParaPreven ção Segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, delegacias de atendimento a mulher, temMedidaDePrevenção Políticas públicas, ações não-governamentais temMedidaDeProteção medidas protetivas de urgência temSinônimos Violência doméstica contra a mulher; Violência familiar contra a mulher; Abuso contra a mulher, violência de gênero; violência conjugal; violência no lar; violência intrafamiliar; violência doméstica; violência no relacionamento; violência no âmbito familiar, violência no ambiente doméstico; violência no casamento; Violência no namoro/ Abuso doméstico; maus-tratos a mulheres; agressão doméstica contra mulheres; violência familiar</p>
QC-6	violência patrimonial	4	<p>Dano patrimonial, Violência financeira, Abuso financeiro, Controle de</p>	<p>éPraticadoPor: pessoas com vínculo familiar, pessoas sem vínculo familiar, parceiros éTipoDe Violência doméstica e familiar contra a mulher, Violência contra a mulher, violência financeira, dano patrimonial, abuso financeiro, Controle</p>

			<p>bens, Destruição de bens, Destruição de bem pessoal, retenção de bem, esbulho processório</p>	<p>de bens, Destruição de bens, Destruição de bem pessoal, retenção de bem, esbulho processório éBaseadaEm: gênero éCausadaPor: ação ou omissão baseada em gênero nãoDependeDe orientação sexual resultaEm: morte, lesão, dano patrimonial temComoContexto: âmbito da família, ambiente familiar, âmbito da unidade doméstica, relação íntima de afeto constituiUmaFormaDe: violação dos direitos humanos temImpacto físico, psicológico, social afeta a família, a mulher, os filhos éProdutoDe negligência, agressão, abuso, violência, maus-tratos, discriminação, exploração, crueldade, opressão éTipoRelacionadoA violência éUmaFormaDe violência, violência física, violência doméstica temLeis Lei nº 11.340, 2006 temConsequênciasLegais suspensão da posse ou restrição do porte de armas, afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, proibição de se aproximar da ofendida, de seus familiares e das testemunhas temDistânciaMínimaEntreAgressorE Vítima a ser fixada temDefiniçãoLegal Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentação pessoal, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores. temSinônimo Violência emocional e Patrimonial temComoTipos Causar danos de propósito a objetos da mulher ou dos quais ela gosta, Controlar o dinheiro, Controle sobre o trabalho e o salário</p>
--	--	--	--	--

				(pode chegar a reter o dinheiro), Deixar de pagar pensão alimentícia, Destruição de documentos pessoais, Estelionato, Furto, extorsão ou dano, Não dar acesso ao dinheiro necessário para atender às necessidades da família, Privar de bens, valores ou recursos econômicos, Subtração ou destruição de bens, objetos, documentos pessoais, bens, valores, recursos etc., pertencentes à mulher, para lhe causar dano e controlá-la
--	--	--	--	--

Fonte: ONU Mulheres (2016, pp.125-127), Formulário Nacional de avaliação de risco – violência doméstica e familiar contra a mulher (Conselho Nacional de Justiça, 2020), (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940), Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Para assegurar que as informações estejam conforme o objetivo da ontologia OntoVDFcM e o propósito do enriquecimento, a lista será apresentada aos/às especialistas para validação e alterações (se necessárias). No caso de alterações, reapresentar-se-á a lista após modificações.

3.5 Criação da ontologia OntoVDFcM

Para adicionar as novas classes, subclasses e propriedades, apresentamos uma amostra do mapa conceitual (Figura 2) da ontologia enriquecida OntoVDFcM. Apresentaremos somente o mapa com o recorte do termo Violência patrimonial, que não se encontra inserido na GSSO.

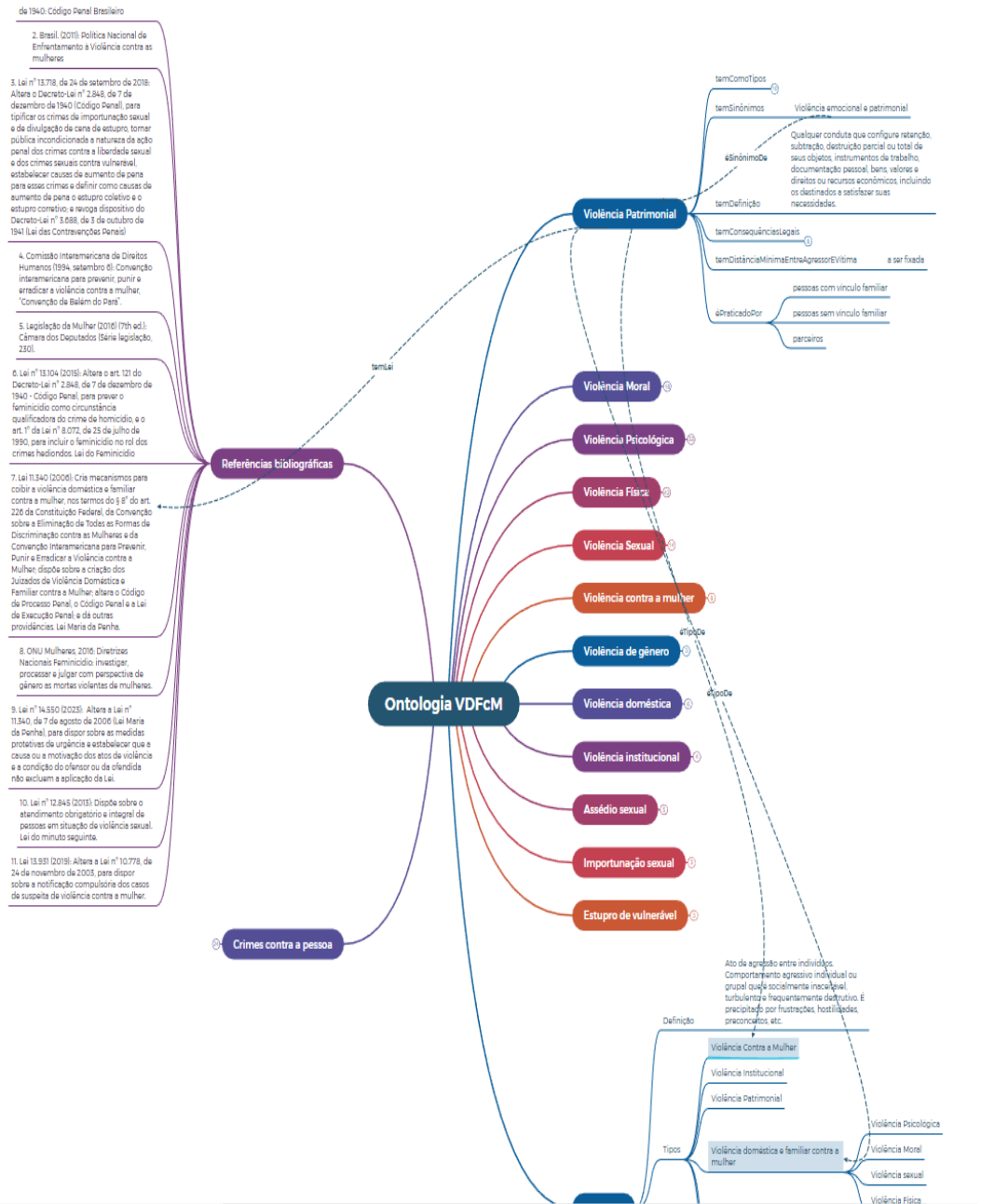


Figura 2. Mapa Conceitual da Ontologia GSSO + OntoVDFcM - Violência Patrimonial
Fonte: elaboração das autoras (2023)

Abaixo uma amostra das representações intermediárias (relações), apresentadas em triplas, em linguagem natural (LN), conforme a Figura 3.

Termo X	relação	Termo Y
Violência	temComoTipos	Violência contra a mulher
Violência contra a mulher	temComoTipos	Violência Moral
Violência contra a mulher	temComoTipos	Violência Sexual
Violência contra a mulher	temComoTipos	Violência Psicológica
Violência contra a mulher	temComoTipos	Violência Física
Violência contra a mulher	temComoTipos	Violência Patrimonial
Violência Patrimonial	éTipoDe	Violência contra a mulher
Violência Patrimonial	éTipoDe	Violência doméstica e familiar contra a mulher
Violência Patrimonial	éTipoDe	violência financeira
Violência Patrimonial	éTipoDe	dano patrimonial
Violência Patrimonial	éTipoDe	abuso financeiro
Violência Patrimonial	éTipoDe	Controle de bens
Violência Patrimonial	éTipoDe	Destruição de bens
Violência Patrimonial	éTipoDe	Destruição de bem pessoal
Violência Patrimonial	éTipoDe	retenção de bem
Violência Patrimonial	éTipoDe	esbulho processório
Violência Patrimonial	éBaseadaEm	gênero
Violência Patrimonial	éCausadaPor	omissão baseada em gênero
Violência Patrimonial	éCausadaPor	ação baseada em gênero
Violência Patrimonial	nãoDependeDe	orientação sexual
Violência Patrimonial	resultaEm	dano patrimonial
Violência Patrimonial	temComoContexto	âmbito da família
Violência Patrimonial	temComoContexto	ambiente familiar
Violência Patrimonial	temComoContexto	âmbito da unidade doméstica
Violência Patrimonial	temComoContexto	relação íntima de afeto
Violência Patrimonial	constituiUmaFormaDe	violação dos direitos humanos
Violência Patrimonial	temImpacto	físico
Violência Patrimonial	temImpacto	psicológico
Violência Patrimonial	temImpacto	social
Violência Patrimonial	afetaA	família
Violência Patrimonial	afetaA	a mulher
Violência Patrimonial	afetaA	os filhos
Violência Patrimonial	éProdutoDe	negligência
Violência Patrimonial	éProdutoDe	agressão
Violência Patrimonial	éProdutoDe	abuso
Violência Patrimonial	éProdutoDe	violência
Violência Patrimonial	éProdutoDe	maus-tratos
Violência Patrimonial	éProdutoDe	discriminação

Figura 3. Relações da OntoVDFcM
 Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

Para formalizar e implementar a ontologia OntoVDFcM, a partir do modelo conceitual representado na Figura 3 em LN transformaremos o conhecimento em linguagem formal usando linguagem legível por computador, OWL (Ontology Web Language), através do software Protégé, editor de ontologias. Seguindo a lógica proposta por Araújo (2021), fá-lo-emos na seguinte ordem: inserção dos conceitos como classes e subclasses; definições e sinônimos das classes; criação dos relacionamentos e suas propriedades lógicas; e os axiomas entre as classes. Apresentamos a ontologia na figura 4.

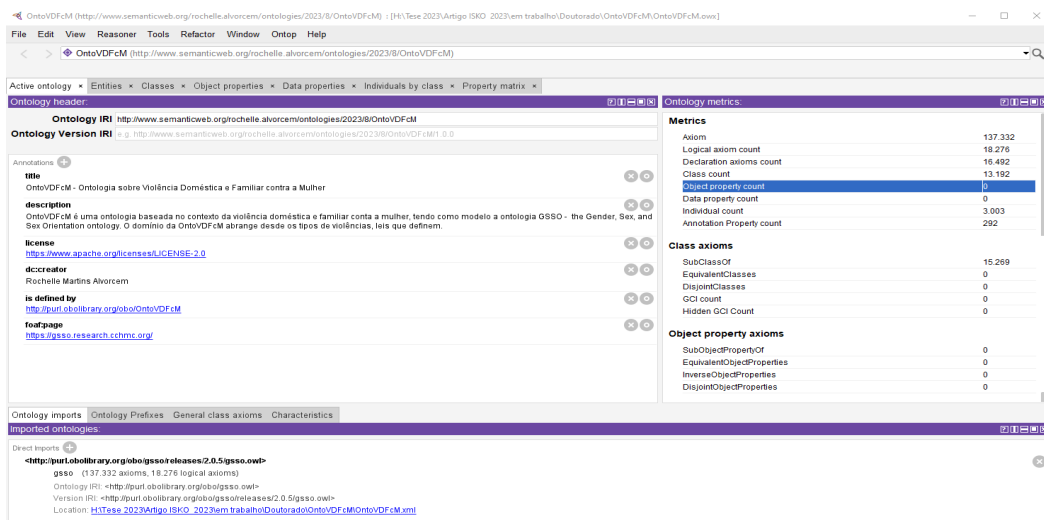


Figura 4. Ontologia OntoVDFcM

Fonte: as autoras (2023)

Ao final da tese, disponibilizaremos documento orientador com etapas e modificações realizadas para podermos compartilhar entre as Polícias Cíveis e Militares brasileiras.

A escolha da ontologia GSSO, permitiu um alcance em 70% dos termos iniciais que estarão disponíveis na OntoVDFcM. No que respeita às QCs, duas classes importantes (violência patrimonial e violência moral) não eram contempladas na GSSO. Os termos encontrados, na sua grande maioria apresentam definições, mas precisam de complementação, pois, a maioria das definições para o contexto VDFcM baseia-se em Leis, decretos. Quanto às relações do tipo *object properties* e *data properties* constatou-se que não existem na GSSO e foram adicionadas na OntoVDFcM.

Apresentamos os primeiros resultados, visto o assunto ser muito denso e as amostragens serem de grande volume. Outro ponto importante é que a ontologia GSSO está toda ela em inglês. No caso da nova ontologia OntoVDFcM, que pretendemos que seja utilizada no Brasil resulta em termos traduzidos e definidos na língua Portuguesa – BR.

5. Conclusões

A CI é uma ciência humana e social, em que a informação é tratada, como “algo vivo”, dinâmico, relacionando-se com a sociedade, em um momento específico, e em um dado contexto (Araújo e Lima, 2018). Da mesma forma, as ontologias também o são, pois precisam ser atualizadas, alimentadas e ajustadas ao contexto. Ao utilizarmos ontologias de domínio, pensou-se no potencial de representação do conhecimento de forma fidedigna no que respeita ao domínio pretendido, sendo legível tanto por humanos como por máquinas (no uso de linguagens como OWL/RDF).

No Quadro 1, apresentou-se documentos compostos por leis e resoluções que versam sobre Direitos da Mulher. No Quadro 2, apresentou-se a quantidade de enunciados definitórios encontrados nos documentos. No Quadro 3, apresentou-se os conceitos relevantes oriundos dos enunciados definitórios, que foram comparados a ontologia GSSO e tesouros. Tais conceitos precisam ser alinhados conforme o contexto VDFcM. No Quadro 4, listou-se uma pequena amostra da organização do conhecimento adquirido a partir das QCs. Utilizou-se 3 tipos de enriquecimento proposto por Araújo (2021): conceitual, lexical e das relações. A partir deste quadro, elaborou-se um mapa conceitual (Figura 2), mostrando as relações propostas. Na Figura 3 mostrou-se em LN as relações elaboradas, prontas para serem adicionadas na nova ontologia. E finalizando, mostrou-se uma prévia da nova ontologia no software Protégé.

Conforme Meneghel e Portella (2017), o crime de feminicídio é a etapa final de uma escalada de violência contra a mulher, sabendo-se que a grande maioria destas mortes são “anunciadas”, e poderiam ser evitadas.

Esta diferença entre registros de homicídios de mulheres e feminicídios demonstra como uma política pública não depende somente da aprovação de uma lei. É preciso registro e acompanhamento de dados, além de cuidados na implementação que, neste caso, parecem faltar.

Espera-se que o uso da ontologia OntoVDFcM, no momento do preenchimento da ocorrência (FNAR ou BO), auxilie na prevenção de um possível crime, ou pelo menos na identificação do crime de forma correta. Com o uso da ontologia, no momento do preenchimento dos campos, as opções de registros serão listadas de forma padronizada e dentro do domínio do conhecimento VDFcM. Desta forma, iremos contribuir para que as estatísticas retratem a real situação e atuem em prol da necessidade urgente de investir mais tempo e dinheiro em ações de proteção, prevenção, acolhimento, educação, e principalmente, em políticas públicas. E principalmente espera-se que as Polícias Civis percebam a importância deste trabalho e o utilizem.

6. Referências bibliográficas

Araújo, W. J. (2016). *Avaliação de ontologia com base na comparação a um corpus: um estudo da OntoAgroHidro da EMBRAPA*. Universidade Federal de Minas Gerais.

- Araújo, W. J. (2021). *Proposta metodológica para enriquecimento de ontologias de domínio*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Araújo, W. J., & Lima, G. Â. de. (2018). Avaliação e enriquecimento semântico de ontologia com base na comparação a um corpus: um estudo de caso no domínio da agricultura. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 11(3), 645–662.
- Bruschini, M. C. A., Ardaillon, D., & Ridenti, S. G. U. (1998). *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres* (1ª ed). Fundação Carlos Chagas : Editora 34.
- Bueno, S., Martins, J., Brandão, J., Sobral, I., & Lagreca, A. (2023). *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil* (4ª ed.). Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Campos, M. L. de A. (2010). O papel das definições na pesquisa em ontologia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 15(1), 220–238.
- Campos, M. L. de A. (2017). Elaboração de modelos de domínio em ontologias: a abordagem onomasiológica e a função da definição. *Ciência da Informação*, 46(1), 23-33.
- Campos, M. L. D. A., Campos, L. M., & Medeiros, J. D. S. (2011). A Representação de Domínios de Conhecimento e uma Teoria de Representação: a ontologia de fundamentação. *Informação & Informação*, 16(2), 140.
- Conselho Nacional de Justiça. (2020). *Formulário Nacional de Avaliação de Risco - Violência Doméstica e familiar contra a Mulher. Resolução Conjunta No 5 de 03/03/2020*
- Dahlberg, I. (1978). Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, 7(2), 101-107.
- Dahlberg, I. (1983). Terminological definitions: characteristics and demands. *Actes du Colloque International de Terminologie*, 13–34.
- Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (1940) (testimony of Brasil), Código Penal Brasileiro.
- EMBL-EBI. (2022). *GSSO - the Gender, Sex, and Sexual Orientation ontology [Repository]*. OLS Ontology Search. <https://www.ebi.ac.uk/ols/ontologies/gssso>
- Gomes, H. E., Campos, M. L. de A. & Guimarães, L. dos S. (2010) Organização da informação e terminologia: a abordagem onomasiológica. *DataGramaZero*, 11(5), 3.
- Gomes, H. E., & Campos, M. L. A. (2019). *A organização do conhecimento na Web: contribuições de Shiyali Ramamrita Ranganathan e de Ingetraut Dahlberg*. NiIACS/UFF.
- Isotani, S., & Bittencourt, I. I. (2015). *Dados abertos conectados*. Novatec.
- Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, (2015, 9 de março), Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006, 7 de agosto). Brasil. Diário Oficial da União nº 151, de 8 ago. 2006.
- Mediavilla Herreros, M., & Folla Fernández, R. (2015). *Tesouro de Mujeres*. Universidad Carlos III. Instituto Universitario de Estudios de Género.
- Meneghel, S. N., & Portella, A. P. (2017). Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 3077–3086.
- Morais, B. R. de S. (2022). *Proposta de Tesouro para dar suporte a organização da informação de apoio a prevenção e combate à violência contra a mulher* [Universidade de Brasília].
- Moreira, M. da S., & Muriel-Torrado, E. (2019). A relação da inteligência policial com a Ciência da Informação. In *Aproximação entre a Ciência da Informação com a Ciência Policial* (pp. 7–19). SENAC SC
- Nações Unidas (Brasil). (2022). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*.

- Nações Unidas. (2021, March 10). *OMS: uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência*. Nações Unidas.
- ONU Mulheres (Brasil) (2016). *Diretrizes nacionais feminicídio: Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Curadoria Enap.
- Santos, L. C. D. M. D., & Bräscher, M. (2017). Uso de ontologia na recuperação da informação em acervos digitais de jornais. *Informação & Informação*, 22(3), 346.
- Zeng, M. L. (2008). Knowledge Organization Systems (KOS). *Knowledge Organization*, 35(2-3): 160-182.

ANEXO A – GLOSSÁRIO OntoVDFcM

Feminicídio: Homicídio qualificado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino; (Inciso VI - acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015) § 2º - A, considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Fonte: Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro

Homicídio de mulher: Matar alguém - homicídio qualificado: se o homicídio é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; **Fonte:** Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro, Inciso VI - acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015

Violência doméstica e familiar conta a mulher: qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015); I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. Tipos: Violência sexual, violência psicológica, violência moral, violência patrimonial, violência física. **Fonte:** Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha

Violência conta a mulher: qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica: §1. Que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual: §2. Que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como

em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e §3. Que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. **Fonte:** Decreto nº 1973 de 1 de agosto de 1996.

Violência doméstica: Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade **Fonte:** Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro

Violência física: a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; Tipos de violência física: Afogamentos; Agressões com as mãos; Agressões com objetos; Ameaças a(o)s filho(a)s; Ameaças de morte; Ameaças de suicídio Ameaças de violência física; Atirar objetos; Ausência de comunicação como forma de castigo: não escuta ou não fala; Beliscões; Chutes; Decide por ela; Destruição de objetos com valor sentimental especial Empurrões; Espancamento; Estrangulamento; Ferimentos causados por queimaduras; Ferimentos causados por armas de fogo; Ferimentos causados por facas ou objetos cortantes; Sacudir e apertar os braços; Impede ou dificulta o acesso ao trabalho, ao estudo ou a qualquer outra atividade; Lesões com objetos cortantes; Lesões com objetos perfurantes; Maus-tratos a animais domésticos; Mordidas; Mudanças bruscas e injustificadas de humor, frente a uma mesma situação ou comportamento: tanto a elogia como a humilha; Não permite que a vítima tome decisões sobre sua vida ou da família, nem participar das decisões; Pauladas; Privação de necessidades básicas (alimento, sono etc.); Puxões de cabelo; Sentimento de culpa e confusão, provocado pelas constantes correções e pelas manifestações feitas por quem maltrata, com a intenção de se apresentar, ele, como vítima; Socos; Sufocamento; Enforcamento; Tapas; Tortura. **Fonte:** Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Violência psicológica: a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018). Tipos de violência psicológica: Alienação; Abandono; Ameaças; Aproximação física intimidante; bater nas portas; Chantagem; Constrangimento; distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre a sua memória e sanidade (gaslighting); examinar suas gavetas e pertences. Exploração; Gritos; Humilhação; Insistência em considerar a vítima louca, estúpida ou inútil; Insultos; Isolamento; Limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; Insultos; Manifestar ciúmes e suspeitas contínuas; Manipulação; Perseguição; Proibir estudar; Proibir viajar; Proibir de falar com amigos; Proibir de falar com parentes; Proibir de sair de casa; Ridicularização; Tirar a liberdade de crença; Vigilância constante. **Fonte:** Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Violência patrimonial: a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os

destinados a satisfazer suas necessidades; São tipos de violência patrimonial: Causar danos de propósito a objetos da mulher ou dos quais ela gosta; Controlar o dinheiro; Controle sobre o trabalho e o salário (pode chegar a reter o dinheiro); Deixar de pagar pensão alimentícia; Destruição de documentos pessoais; Estelionato; Furto, extorsão ou dano; Não dar acesso ao dinheiro necessário para atender às necessidades da família; Privar de bens, valores ou recursos econômicos; Subtração ou destruição de bens, objetos, documentos pessoais, bens, valores, recursos etc., pertencentes à mulher, para lhe causar dano e controlá-la. Fonte: Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Violência moral: entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. São tipos de violência moral: Acusar a mulher de traição; denuncia a vítima para a polícia; desvalorizar a vítima pelo seu modo de vestir; distorcer e omitir fatos para deixar a mulher e dúvida sobre a sua memória e sanidade; emitir juízos morais sobre a conduta; expor a vida íntima; fazer críticas mentirosas; Faz-se de vítima em público, dizendo que ela o maltrata; impede ou dificulta as relações exteriores ao casal; impede que o acompanhe em atividades ou impõe sua presença a força; Isolamento social; rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre sua índole; tentar manchar a reputação da mulher. Fonte: Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Violência sexual: entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; São tipos de violência sexual: Coação para manter relações sexuais, utilizando a força física ou chantagem emocional; Estuprar; Forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação; Humilhações relacionadas à conduta sexual dela; Impedir o uso de anticoncepcionais ou forçar a mulher a abortar; Limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher; Obrigar a mulher a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; Obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causam desconforto ou repulsa; Tratamento degradante do sexo feminino; Violência e agressões durante a gravidez. Fonte: Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Infodemia socioambiental sobre a Amazônia nas eleições do Brasil

Karine Tavares Nunes¹; Francisco Arrais Nascimento²; Caroline Kraus Luvizotto³

Resumo: Na Comunicação, a informação possui papel essencial na organização da sociedade, principalmente no processo de construção do conhecimento (Genro Filho, 1996) e orienta sobre processos decisórios. Porém, a desinformação (intencional ou espontânea) resulta na consolidação da infodemia, que ocorre pela dificuldade no gerenciamento das muitas informações que permeiam os sujeitos e instalam caos nos setores da sociedade, inclusive sobre questões socioambientais. Com atenção a este problema, este artigo investiga a infodemia socioambiental sobre a Amazônia Legal. O objetivo deste trabalho é compreender o fenômeno da infodemia em torno da questão socioambiental no Brasil a partir das publicações do portal de notícias InfoAmazonia durante as eleições de 2022 no país. Sob uma abordagem qualitativa, ancorada na revisão da literatura especializada sobre os conceitos e fenômenos que envolvem este tema, utilizamos como procedimento metodológico a Análise de Enquadramento (Porto, 2001 e 2004). Nesse sentido, analisamos vinte e quatro matérias jornalísticas publicadas no mês de outubro de 2022 – período em que ocorreu o primeiro e segundo turno das eleições no Brasil – para identificarmos a infodemia socioambiental sobre a Amazônia por meio do enquadramento noticioso e interpretativo. Como resultado, ressaltamos que, além de assuntos relativos a doenças virais, a infodemia se relaciona a outros temas da sociedade. Considerando esta desordem informacional, podemos pensar ações de enfrentamento a este problema por meio da Comunicação.

Palavras chave: Comunicação; Infodemia Socioambiental; Amazônia; Eleições; Brasil.

Resumen: En la comunicación, la información desempeña un papel esencial en la organización de la sociedad, especialmente en el proceso de construcción del conocimiento (Genro Filho, 1996) y en la orientación de los procesos decisivos. Sin embargo, la desinformación (intencional o espontánea) resulta en la consolidación de la infodemia, que ocurre debido a la dificultad de administrar las muchas informaciones que permean los temas y crean caos en sectores de la sociedad, incluyendo las cuestiones socioambientales. Teniendo en cuenta este problema, este artículo investiga la infodemia socioambiental en la Amazonia Legal. El objetivo de este trabajo es comprender el fenómeno de la infodemia en torno a la cuestión socioambiental en Brasil a partir de las publicaciones del portal de noticias InfoAmazonia durante las elecciones de 2022 en el país. A partir de un abordaje cualitativo, anclado en una revisión de la literatura especializada sobre los conceptos y fenómenos en torno a esta cuestión, utilizamos el “Análise de Enquadramento” (Porto, 2001 y 2004) como procedimiento metodológico. Analizamos veinticuatro noticias publicadas en octubre de 2022 -período en el que tuvieron lugar la primera y la segunda vuelta de las elecciones brasileñas- para identificar la infodemia socioambiental en la Amazonia a través de noticias y encuadres interpretativos. Como resultado, encontramos que, además de las cuestiones relacionadas con las enfermedades virales, la infodemia se relaciona con otras cuestiones de la sociedad. Considerando este desorden informativo, podemos pensar en acciones para enfrentar este problema a través de la comunicación.

Palabras clave: Comunicación; Infodemia socioambiental; Amazonia; Elecciones; Brasil.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
E-mail: karine_nunes@live.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7117-8058>

² Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp - Bauru – São Paulo - Brasil
E-mail: Francisco.arrais.nascimento@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4424-8844>

³ Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp - Bauru – São Paulo - Brasil
E-mail: caroline.luvizotto@unesp.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2132-4616>

Sumário: 1. Introdução. 2. Objetivos. 3. Metodologia. 4. Resultados. 5. Conclusões. 6. Referências Bibliográficas

1. Introdução

“A comunicação é um aspecto do trabalho e, mais particularmente, expressa a forma social de produção do conhecimento” (Genro Filho, 1996, p. 101). Com a assertiva, ressaltamos o potencial da Comunicação, por meio do Jornalismo, quanto à construção de uma trajetória em consonância com as transformações da sociedade. Dessa forma, refletimos sobre as dinâmicas de produção jornalística para aplicação de competências e habilidades inovadoras em reação aos desafios que surgem no contexto social, um deles: a consolidação da infodemia socioambiental, que ocorre pela dificuldade no gerenciamento das muitas informações que permeiam os sujeitos e instalam caos nos setores da sociedade.

Entendemos que a informação é essencial na sociedade. O direito e o acesso à informação e comunicação constituem alicerces essenciais para a participação ativa dos cidadãos nos processos políticos e sociais de suas nações. A capacidade de adquirir informações pertinentes e verídicas viabiliza a tomada de decisão fundamentada, a avaliação criteriosa das ações dos representantes eleitos e a compreensão das pautas públicas com impacto direto em suas vidas (Luvizotto, et. al., 2020). Ademais, a disponibilidade dessas informações incentiva o engajamento cívico, favorece a formulação de perspectivas informadas e faculta a expressão de opiniões embasadas, contribuindo para os processos deliberativos na esfera pública.

No Brasil, por exemplo, a Lei de Acesso à Informação, promulgada em 2011, representou um marco importante na garantia desse direito, permitindo que os cidadãos requisitem informações de órgãos públicos, aumentando a transparência e a *accountability* governamental. Entretanto, mesmo com esse avanço, verificam-se desafios significativos na garantia plena desse direito em todo o mundo. A desinformação, a manipulação da informação e as restrições ao acesso à informação são ameaças persistentes que precisam ser enfrentadas.

No Jornalismo, concomitantemente, as informações correspondem aos fatos. Nilson Lage (2005) escreve que a informação é a essência do jornalismo. Enfatizamos, assim, o dever de informar e o direito dos cidadãos de serem informados. Ainda neste aspecto, o autor destaca o interesse do público e a credibilidade ou prestígio que condicionam o êxito de um projeto jornalístico.

No entanto, o aspecto factual atribuído às informações é acompanhado de um movimento contrário à verdade. Trata-se da criação e compartilhamento de desinformações, como, por exemplo, a disseminação de notícias falsas, um problema identificado em muitos períodos da história. Prejudiciais em diferentes escalas, essas informações recebem notabilidade devido à repercussão possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico.

Posetti e Matthews (2018) destacam que a invenção da máquina de impressão tipográfica pelo alemão Johann Gutenberg (século XV), que revolucionou o modo de produção de materiais escritos, amplificou significativamente a disseminação de informações falsas. A popularização do rádio, a invenção da televisão, o advento da

Internet no século XX e as mídias sociais digitais no século XXI representaram o impulsionamento desse problema informacional.

Nessa conjuntura, ocorre a propagação acelerada de desinformações com a contribuição de três fatores: a remoção de barreiras comunicacionais na era digital; a popularização das mídias sociais, em que se construíram redes em torno da confiança desafiando os meios tradicionais de comunicação; e, por último, o terceiro fator que propiciou a potencialização da desinformação foi o surgimento das plataformas digitais de conversação (Posetti, 2018). Em plataformas de conversação como o *WhatsApp* e *Telegram*, por exemplo, as pessoas consomem e repassam preferencialmente informações que as interessam, muitas vezes, sem qualquer procedimento de verificação.

Nesse panorama relacional, o grande volume de informações verdadeiras e falsas expõe um contexto de infodemia. Sem a identificação exata da origem e qualidade das mensagens que transitam no ambiente online e na realidade material, as pessoas ficam desorientadas sobre sua própria realidade.

Antes de discutirmos questões relacionadas a este fenômeno na Comunicação, cabe salientar que os fundamentos teóricos sobre este problema ainda estão em estágio de construção. O que se tem registrado a respeito do assunto se encontra principalmente relacionado a crises na área de saúde.

Destacamos, então, dois momentos em que o termo infodemia foi utilizado para explicar uma situação de desordem informacional. O primeiro momento data de 2003, quando o jornalista David J. Rothkopf (2003) descreveu uma crise em saúde combinada a uma crise de informação ao reportar a epidemia de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) causada por um tipo de coronavírus na China, a qual classificou de “epidemia de informação” (Rothkopf, 2003, online). O segundo momento em que o termo emergiu com grande repercussão foi para caracterizar a desinformação sobre assuntos relacionados à pandemia da infecção respiratória COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Em tal conjuntura, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou a existência de uma infodemia, referente ao “excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OPAS, 2020, p. 2).

Tendo em vista as vezes em que o termo foi utilizado para explicar uma situação de crise combinada à desordem na Comunicação social, verificamos três marcações que podem servir de parâmetro para identificar situações de infodemia. Assim, durante um acontecimento (1); que ocorre por um tempo determinado, com início, meio e fim (2); há um excesso de informações sobre assuntos que se vinculam a este acontecimento (3).

Posto isso, no âmbito das eleições no Brasil em 2022, ressaltamos a ocorrência deste fenômeno da Comunicação sobre assuntos referentes à Amazônia Legal, área relativa ao território brasileiro (Amazônia brasileira) onde estão os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. A essa situação, que envolve excessiva circulação de informações, entre verdadeiras e falsas, disseminadas de forma intencional ou espontânea, chamamos de infodemia socioambiental sobre a Amazônia. O contexto de infodemia neste

enfoque considera, especificamente, o teor das narrativas de candidatos presidenciais e a cargos eletivos, nos nove estados da região amazônica, bem como a reprodução e o impacto dessas narrativas na sociedade.

2. Objetivos

O objetivo deste artigo é compreender o fenômeno da infodemia em torno da questão socioambiental no Brasil durante o período das eleições de 2022 no país. Especificamente, propomos analisar as publicações do portal de notícias independente InfoAmazonia, buscando os procedimentos utilizados para identificar a infodemia socioambiental sobre a Amazônia Legal.

3. Metodologias

Na editoria Notícias do portal InfoAmazonia, analisamos a seção “Eleições 2022” por se tratar de uma iniciativa criada para investigar a desinformação sobre a Amazônia Legal. Ao todo, são 24 (vinte e quatro) matérias que compõem nosso corpus de estudo. O conjunto de publicações, listadas no Quadro 1, são referentes ao mês de outubro de 2022, período em que ocorreu as eleições no país – com primeiro e segundo turno. Como percurso metodológico, aplicamos a Análise de Enquadramento Jornalístico (Porto, 2001 e 2004), que permite observar aspectos noticiosos e interpretativos nas narrativas deste produto jornalístico.

Quadro 1: Matérias que compõem o corpus de análise
(Seção “Eleições 2022” – setembro a novembro de 2022)

Nº	TÍTULO	PUBLICAÇÃO
1	Fake news ajudam a concentrar riqueza e favorecem destruição da floresta, diz Marina Silva	01/10/2022
2	O futuro da Amazônia será decidido nestas eleições	04/10/2022
3	Campanha de Bolsonaro recebeu R\$ 3,1 milhões de infratores ambientais	05/10/2022
4	No YouTube, PL infla números para dizer que Lula e Dilma queimaram mais a Amazônia do que Bolsonaro	06/10/2022
5	Bancada pró-meio ambiente na Câmara encolhe 20%, mas ganha nomes de peso	07/10/2022
6	‘Sepultamento da memória’ fez eleitores do Amazonas esquecerem a pandemia, diz sociólogo	07/10/2022
7	Tocantins: Wanderlei Barbosa, governador eleito, não assina carta-compromisso em defesa da agricultura familiar	11/10/2022
8	Por decreto, Bolsonaro corta funções da Funai: “será o fim da demarcação das terras indígenas”, denunciam entidades	13/10/2022
9	O truque de Bolsonaro para dizer que cuida do pequeno produtor rural	14/10/2022

10	Em meio a recordes, cidade mais bolsonarista da Amazônia está entre as mais desmatadas em setembro	14/10/2022
11	Estudantes indígenas relatam cansaço e desgaste após ataques às universidades públicas	15/10/2022
12	Maranhão: governador eleito cita 80 quilombos ‘regularizados’ — mas só titulóu 11	18/10/2022
13	Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro é de 73%	19/10/2022
14	YouTubers bolsonaristas desinformam ao dizer que Europa destruiu florestas e que agora pune agro brasileiro por desmatamento	20/10/2022
15	Uso da máquina pública, violação indígena e ambiental na construção da BR319: o legado de Tarcísio na Amazônia	24/10/2022
16	Wilson Lima responde por omissão no combate ao desmatamento em 15 municípios do Amazonas	20/10/2022
17	Exclusivo: Demarcar terras indígenas não acaba com o agronegócio como disse Bolsonaro, mostra levantamento	25/10/2022
18	‘Bolhanaro’: 97% das interações de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais ocorrem sem sair da própria bolha	26/10/2022
19	Ação de robôs é ‘extremamente alta’ nas eleições e aumentou com a aproximação do segundo turno, diz especialista	26/10/2022
20	Aliado de Bolsonaro, governador reeleito de MT diz que estado campeão em área degradada é exemplo de proteção ambiental	27/10/2022
21	Sem terras demarcadas, indígenas se arriscam fazendo autodemarcação durante o governo Bolsonaro	27/10/2022
22	Em imagens de satélite: a devastação da Amazônia no governo Bolsonaro	28/10/2022
23	Eleição de domingo vai definir política brasileira sobre garimpo na Amazônia	29/10/2022
24	Em Rondônia, vídeos desinformam sobre demarcação de terras indígenas para virar voto para Bolsonaro	29/10/2022

Fonte: Pesquisa dos Autores

4. Resultados

Em 2022, a Amazônia esteve em destaque durante a disputa eleitoral no Brasil. Nessa conjuntura, a título de exemplo, foi registrado alto número de páginas dedicadas a cobrir assuntos relacionados à região, entre eles, disseminadores de informações falsas. Ao todo, segundo levantamento feito pelo Intervozes (2023), especificamente de características manipulatórios, foram identificados 70 perfis produtores e difusores de desinformação.

De acordo com análise sobre política socioambiental nos planos de governo dos presidenciais, realizada pela PlenaMata (2022) em parceria com o portal de notícias independente InfoAmazonia, a maior floresta tropical do mundo esteve na pauta de campanha dos quatro principais nomes propensos ao cargo maior do Poder Executivo Federal. Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL), Simone

Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) foram os perfis avaliados tendo em vista os mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto no país.

Entre as propostas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estava o combate a crimes ambientais de milícias, grileiros e madeireiros. Jair Bolsonaro (PL) defendeu a liberdade para uso dos recursos naturais. Envolver a população da Amazônia em atividades econômicas que sejam rentáveis foi a proposta de Ciro Gomes (PDT). Enquanto para Simone Tebet (MDB) a preocupação estava na recuperação de áreas degradadas.

Nos estados da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso), temas socioambientais sobre a Amazônia também estiveram em destaque nas campanhas de candidatos a cargos no âmbito estadual e federal. Delegacia contra crimes ambientais, exploração de silvinita, agronegócio, construção de hidrovias, produção sustentável, mudanças climáticas e demarcação de terras indígenas foram partes das pautas defendidas ou contestas pelos candidatos, como apontado na seção “Eleições 2022” no portal InfoAmazonia (2022, online).

Ocorre que, diante de um excesso de informações, existe dificuldade para distinguir com clareza o que é verdadeiro ou falso, coerente ou não aos direitos humanos. Nesse cenário, ações desinformativas intencionais ou não podem fortalecer concepções erradas sobre temas que precisam fazer parte dos debates públicos e do planejamento de políticas públicas. Intencionalmente, essa prática atende a finalidades específicas e em se tratando de Amazônia o principal interesse norteador é o de aspecto econômico. Nesse sentido, a falta de tratamento adequado de dados contribui para a desordem no processo de informação.

Esse é o contexto político eleitoral, social e comunicacional que configura a situação de infodemia socioambiental sobre a Amazônia: as eleições de 2022 (1), que abrange um período determinado de realização, tendo em vista o período de campanha até a data do pleito eleitoral (2), quando foi desencadeado um excesso de informações, repercutidas sob diferentes perspectivas e para diferentes fins, inclusive como forma de desacreditizar causas sociais e capitalizar crises (3). A combinação desses três elementos, portanto, podem resultar em um processo de desinformação.

Com base nas proposições de Mauro Porto (2001, 2004), elencamos no enquadramento noticioso três categorias que configuram enquadramento dominante nas publicações do portal de notícias InfoAmazonia: de interesse humano (atores sociais), em que a cobertura jornalística focaliza em indivíduos; de enquadramento episódico, quando o foco está em um evento; e de enquadramento temático, onde se articulam os assuntos enfatizados nas publicações.

Como resultado, obtivemos o seguinte panorama no mês de outubro:

Tabela 1 – Classificação das notícias segundo seu enquadramento dominante (de 1 a 29 de outubro – 24 matérias)

ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DOMINANTE	TOTAL, DE MATÉRIAS	ESPECIFICAÇÕES
Atores sociais (personalidade)	11	Candidatos ao governo nos estados da Amazônia Legal e candidatos presidenciais.
Episódios	3	Publicações de Leis e Debate televisionado.
Temático	10	Eleições, educação, tecnologia, demarcação de terras indígenas e crimes ambientais.

Fonte: Pesquisa dos Autores.

Entre as onze publicações que citam pessoas com enquadramento dominante, estão candidatos a cargos eletivos nos estados da Amazônia Legal, a cargos no Legislativo Federal e presidenciais. Entre eles: Marina Silva (Rede), Jair Bolsonaro (PL), Wanderlei Barbosa (Republicanos), Carlos Brandão (PSB), Tarcísio de Freitas (Republicanos), Wilson Lima (União Brasil) e Mauro Mendes (União Brasil).

Neste conjunto, são ressaltados os posicionamentos dos candidatos a respeito de assuntos socioambientais sobre a Amazônia. A título de exemplo, a publicação “Maranhão: governador eleito cita 80 quilombos ‘regularizados’ — mas só titulóu 11” (Ferreira, 2022, online)” contradiz a declaração do governador eleito Carlos Brandão (PSB – Maranhão) durante debate local na TV Mirante, afiliada à TV Globo. Para isso, o InfoAmazonia ressaltava os registros do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (INTERMA), em que constam a regularização de apenas 11 títulos de terras no período de 2015 a 2022, quando o candidato fez parte da gestão estadual na função de vice-governador.

No enquadramento dominante episódico três acontecimentos estão no centro das notícias: o debate realizado pelo Grupo Bandeirantes de Comunicação com os presidenciais no segundo turno das eleições, a publicação do Decreto 11.226 que extingue comitês regionais na Fundação Nacional do Índio (*sic*) e a instituição de uma Lei na União Europeia (UE) que proíbe a compra de produtos originários de áreas desmatadas.

Sobre o debate da TV Band, por exemplo, a matéria do InfoAmazonia refuta as declarações do candidato Jair Bolsonaro (PL) a respeito da redução de desmatamento na Amazônia Legal durante seu mandato de presidente, entre 2019 e 2022. Na disputa de narrativas entre o presidencial com o também candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foram divulgados dados falsos sobre o assunto. Para contestar as informações, o InfoAmazonia utilizou estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para retificar o que foi declarado durante o debate televisionado. Assim, noticiou: “Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro é de 73%” (Dantas, 2022, online).

O enquadramento dominante de viés temático indica dez matérias que foram centralizadas em assuntos que relacionam eleições, educação, uso de tecnologias de informação e crimes ambientais. Em sua maioria, as publicações enfatizam a questão socioambiental sobre a Amazônia. Quando trata sobre educação, a ênfase está na educação indígena; os crimes ambientais problematizam a falta de demarcação de terras, garimpo e o desmatamento na região.

O resultado da identificação do enquadramento dominante nas publicações aponta para a ocorrência de desinformações a respeito de assuntos socioambientais sobre a Amazônia Legal durante as eleições no Brasil. Por meio da prática jornalística do InfoAmazonia, que articula as declarações dos candidatos a dados estatísticos, mapas de monitoramentos ambientais, entrevista com lideranças indígenas, entre outras formas de apuração de informações, é possível notar o problema informacional que remete à situação de infodemia socioambiental no país.

A desinformação, a manipulação da informação e as restrições ao acesso à informação são questões críticas e persistentes que constituem sérias ameaças à saúde da democracia e à participação social nas sociedades contemporâneas. Esses problemas têm implicações profundas e multifacetadas, exigindo atenção e ação imediata, sob pena de comprometer a integridade dos sistemas democráticos e a capacidade das pessoas de participarem efetivamente na vida política.

Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que a democracia como concebemos depende da existência de um ambiente informacional saudável. Os cidadãos precisam de informações precisas, imparciais e acessíveis para tomar decisões informadas em eleições, referendos e debates políticos. Quando a desinformação prevalece e a manipulação da informação é disseminada, os cidadãos são privados da capacidade de discernir com precisão os fatos e as consequências de suas escolhas políticas. Isso mina a essência da democracia, que se baseia na suposição de que o povo tem a capacidade de fazer escolhas racionais e informadas.

Além disso, a participação ativa dos cidadãos é um elemento central de qualquer sistema democrático saudável. Restrições ao acesso à informação ou a presença generalizada de informações falsas prejudicam a capacidade das pessoas de se envolverem de maneira significativa na vida política.

5. Conclusões

A pesquisa em andamento sobre a infodemia socioambiental relacionada à Amazônia nas eleições do Brasil apresenta um panorama complexo e desafiador da comunicação política-eleitoral no contexto contemporâneo. À medida que avançamos na análise desse fenômeno, fica evidente a necessidade de aprofundar nossas investigações e considerações sobre essa temática.

É importante destacar que a comunicação política-eleitoral emerge como um elemento significativo no repertório da infodemia socioambiental relacionada à Amazônia. Isso significa que, durante o período eleitoral no Brasil, a disseminação de informações, desinformações e narrativas conflitantes sobre a Amazônia desempenha um papel crítico na formação da opinião pública e, conseqüentemente, nas escolhas dos eleitores. Essa constatação reforça a necessidade de estudar a

interseção entre a política e a questão ambiental, bem como suas implicações para a tomada de decisões políticas e o futuro da região amazônica.

Nossa pesquisa demonstra a importância de identificar situações de infodemia que não se limitam exclusivamente a doenças virais, como o Covid-19 e a Sars. A infodemia socioambiental sobre a Amazônia mostra que a propagação de informações falsas, enganosas ou polarizadas pode ter impactos devastadores em questões críticas de sustentabilidade ambiental, recursos naturais e direitos humanos. Portanto, é fundamental que acadêmicos, profissionais da comunicação e tomadores de decisão estejam atentos a esses fenômenos e desenvolvam estratégias para combatê-los.

Por fim, reconhecemos a existência da infodemia socioambiental como um desafio que requer atenção e ação no campo da Comunicação. Nossos resultados, até o momento, indicam a necessidade de explorar alternativas e estratégias para enfrentar esse problema crescente. Isso pode envolver o fortalecimento da educação midiática, a promoção do pensamento crítico entre os cidadãos, a colaboração entre jornalistas, cientistas e especialistas em comunicação, além da regulamentação eficaz das mídias sociais e das plataformas de distribuição de informações.

6. Referências bibliográfica

- Ferreira, I. (2022). *Maranhão: governador eleito cita 80 quilombos 'regularizados' — mas só titulóu 11*. InfoAmazonia, 18 de outubro. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/18/maranhao-governador-quilombos/>
- Dantas, C. (2022). Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro é de 73%. InfoAmazonia, 19 de outubro. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/19/lula-reduziu-desmatamento-da-amazonia-em-70-aumento-em-anos-de-bolsonaro-e-de-73/>
- Genro Filho, A. (1996). *O segredo da pirâmide* - Para uma teoria marxista do jornalismo. In: Revista da Fenaj. Brasília, Fenaj. ano I, n.1.
- InfoAmazonia. (2022). *Seção Eleições 2022*. Disponível em: <https://infoamazonia.org/categoria/eleicoes-2022/>.
- Intervozes. Coletivo Brasil de Comunicação Social. (2023). Combate à desinformação sobre a Amazônia Legal e seus defensores. Relatório publicado em 25 de abril. Disponível em: <https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2023/04/INTERRelatorioICS-2.pdf>.
- Lage, N. (2005). *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 – 7ª tiragem. 1ª Ed. Elsevier.
- Luvizotto, C. K, Napolitano, C. J. & Trindade, A. C. (2020). A informação sobre a Democratização da Comunicação no blog do Intervozes na Revista da Carta Capital. Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación. 19 (1), 38-48. <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/637/641>
- Opas, Organização Pan-Americana da Saúde. OMS, Organização Mundial da Saúde. (2020). *Repositório Institucional para Troca de Informações – Iris*. Fichas Informativas COVID-19: entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19 [Internet]. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054?locale-attribute=pt>
- Plenamata. Newsletter PlenaMata. (2022). *Quatro planos para a Amazônia*. Disponível em: <https://plenamata.eco/quatro-planos-para-a-amazonia/>.

- Porto, M. (2001). *Framing the 2000 US Presidential Election: The Coverage by the Brazilian Media*. Paper prepared for delivered at the 51st Annual Conference of the International Communication Association (ICA), Washington D.C., United States.
- Porto, M. (2004). *Enquadramentos da Mídia e Política*. In: ALBINO, Antonio; RUBIM, Canelas (org). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba.
- Posetti, J.; Matthews, A. (2018). *A short guide to the history of 'fake news' and disinformation: a learning module for journalists and journalism educators* [S.l]: ICFJ.
- Posetti, J. (2018). *News industry transformation: digital technology, social platforms and the spread of misinformation in Ireton*, C & Posetti, J (Eds) *Journalism, 'Fake News' and Disinformation* (UNESCO) Forthcoming.
- Rothkopf, D. J. (2003, maio 11). When the buzz bites back. The Washington Post. <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/05/11/when-the-buzz-bites-back/bc8cd84f-cab6-4648-bf58-0277261af6cd/>

**TEORÍA Y EPISTEMOLOGÍA EN LA ORGANIZACIÓN
DEL CONOCIMIENTO**

Hermenêutica e organização e representação do conhecimento: um diálogo necessário

José Augusto Chaves Guimarães¹; Walter Clayton de Oliveira²

Resumo: O presente trabalho parte da Hipótese de que a os processos de organização e representação do conhecimento possuem natureza hermenêutica, razão pela qual torna-se importante estabelecer esse diálogo interdisciplinar, tendo por Objetivo discutir a hermenêutica no âmbito dos processos, instrumentos e produtos da organização e representação do conhecimento como subsídio a uma reflexão sobre os aportes teóricos-metodológicos que permeiam a disciplina. Para tanto, em termos Metodológicos, vale-se de uma análise de conteúdo da literatura da ISKO publicada nas últimas duas décadas relativamente aos processos interpretativos da área. Conclui-se que a dimensões interpretativa dos processos de leitura, identificação, seleção e tradução de conceitos, na organização do conhecimento, ainda são fortemente encarados como decorrentes de uma prática que se norteia pela aplicação - manual ou automatizada - de sistemas de organização e representação do conhecimento, muitas vezes encarados de forma dogmática sem que se busque uma reflexão sobre as condicionantes interpretativas que estão em jogo. Observou-se, que existe uma comunidade epistêmica na ISKO mais fortemente voltada para as questões culturais da organização e da representação do conhecimento e, por sua vez, atribui uma especial atenção aos processos interpretativos da área, a partir de olhares oriundos da sociologia da ciência, da ética, das humanidade digitais, da semiótica, das teorias de desconstrução, do pós-modernismo e outras.

Palavras-chave: Hermenêutica; Organização do conhecimento; Representação do conhecimento; ISKO; Ciencia da informação.

Resumen: Este trabajo parte de la Hipótesis de que los procesos de organización y representación del conocimiento son de naturaleza hermenéutica, de ahí la importancia de establecer este diálogo interdisciplinar, y tiene como Objetivo discutir la hermenéutica en el contexto de los procesos, instrumentos y productos de la organización y representación del conocimiento como medio de reflexión sobre las aportaciones teóricas y metodológicas que impregnan la disciplina. En cuanto a la Metodología, se utiliza un análisis de contenido de la literatura de ISKO publicada en las dos últimas décadas en relación con los procesos interpretativos en el campo. Se concluyó que las dimensiones interpretativas de los procesos de lectura, identificación, selección y traducción de conceptos en la organización del conocimiento siguen siendo fuertemente vistas como derivadas de una práctica guiada por la aplicación - manual o automatizada - de sistemas de organización y representación del conocimiento, que muchas veces son vistos de forma dogmática sin buscar reflexionar sobre las restricciones interpretativas que están en juego. Se observó que existe una comunidad epistémica en ISKO que se centra más fuertemente en las cuestiones culturales de la organización y representación del conocimiento y, a su vez, presta especial atención a los procesos interpretativos en el área, desde perspectivas derivadas de la sociología de la ciencia, la ética, las humanidades digitales, la semiótica, las teorías de la desconstrucción, el postmodernismo y otras.

Palabras clave: Hermenéutica; Organización del conocimiento; Representación del conocimiento; ISKO; Ciencia de la información.

¹ UNESP/UFF
E-mail: chaves.guimaraes@unesp.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0310-2331>

² UNEMAT/UNESP
E-mail: wcoliveira@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7309-2319>

Sumário: 1. Introdução. 2. Procedimentos metodológicos. 3. Resultados e discussões. 4. Conclusão

1. Introdução

A organização e representação do conhecimento permeia-se por uma dimensão eminentemente interpretativa na medida em que um dado conhecimento produzido, registrado e socializado passa a ser objeto de intervenção - organização e de re(a)apresentação - para que possa ser acessado, apropriado e subsidiar a produção de novo conhecimento, em um movimento helicoidal. Historicamente, essa disciplina se volta à organização de seres, saberes e documentos (Pombo,1998), em cujo âmbito destacam-se processos, instrumentos e produtos. Os processos, mais especificamente, visam ao estabelecimento de pontes entre um conhecimento registrado e o acesso e apropriação desse conhecimento em uma dinâmica social. Desse modo, a identificação de conceitos em um dado documento pressupõe uma interpretação que se evidencia, igualmente, na aplicação de instrumentos de representação (Barité, 2001; Guimarães,2008).

O termo hermenêutica deriva do grego *hermeneia* (declarar, anunciar, esclarecer, traduzir e interpretar) e remonta a Hermes, o mensageiro que interpretava o significado das mensagens e as traduzia de forma compreensível aos mortais (Coreth,1973; Butler,1998). Mas foi a partir do século XVIII que a hermenêutica passou a ser objeto da Filosofia, como estudo da teoria da interpretação de textos escritos para uma explicação coerente do conhecimento. Também conhecida como teoria ou filosofia da interpretação do significado (Bleicher, 1992), ou estudo da compreensão (Palmer, 1986), da transferência e interpretação do conhecimento (Hoel,1992), ou de como o contexto molda a interpretação (Froehlich,1994), a hermenêutica trata dos problemas oriundos de ações dotadas de significado e dos produtos dessas ações, principalmente textos (Mantzavinos,2016).

Martin Heidegger (1889-1976) desenvolveu a concepção moderna da hermenêutica como algo inerente ao cotidiano do ser humano em que as interpretações envolvem pressuposições pois o significado dado às palavras ocorre a partir das inter-relações entre mundo e conhecimento (Inwood,1998). Hans-George Gadamer (1900-1998) combinou a hermenêutica existencial de Heidegger com a fenomenologia de Husserl e destacou que a pré-compreensão (formação de pré-conceitos), moldada pela tradição e pelo contexto histórica e socialmente construído, constitui condição necessária para a compreensão, a partir da linguagem que, como elemento de mediação, se situa em “um contexto mais amplo de instituições e estrutura social” (Butler,1998, p.292). Para Gadamer, a hermenêutica se assenta no tripé interpretação-significado-compreensão em que a “interpretação coloca o intérprete em algum lugar no meio de uma conversa que já começou [...] na qual tentamos nos orientar para poder contribuir com ela” (Budd,1995,p.9). Influenciado pela semiótica e acreditando na primazia da palavra escrita sobre a falada, para o referido autor a hermenêutica, enquanto uma filosofia das e para as ciências humanas e sociais, volta-se para as relações entre os seres humanos e seu mundo (Bendiktsson,1989).

Trazendo a questão para os processos, instrumentos e produtos da organização e representação do conhecimento, a hermenêutica se coloca, por exemplo, naquilo que Hope Olson (2002) denomina como o “poder de nomear” (power to name) do indexador, um poder interpretativo que lhe é conferido pela sociedade para que crie substitutos de conhecimentos (surrogates of knowledge) que propiciem o acesso a um conhecimento registrado e socializado. Essa atividade interpretativa situa-se em uma dimensão ética permeada por valores como a garantia cultural (Beghtol, 2002, 2005), a transculturalidade da mediação (García Gutiérrez, 2002), e o compromisso com o diálogo global e com as peculiaridades locais (glocal commitment) (Guimarães, 2017).

Hjorland (2000, p.525) alerta para a hermenêutica como uma das importantes abordagens filosóficas que nutrem a organização e representação do conhecimento e, ao trazer a análise de domínio como uma perspectiva metodológica para essa disciplina, abriu caminho para que a dimensão interpretativa fosse mais minuciosamente analisada (Hjorland & Albrechtsen, 1995; Hjorland, 2002; 2004; 2017). A isso se somam as contribuições da Sociologia em termos de metateoria (Ritzer, 2007) e de comunidades epistêmicas (Meyer & Molineux-Hodgeson, 2010), que permitem que os processos de natureza analítico-sintética, como a leitura técnica, a identificação de conceitos, a seleção de conceito e tradução de conceitos em uma linguagem mediadora (Chaumier, 1980) levem a organização e representação do conhecimento a uma dimensão mais ampla ao considerar também os contextos, os atores, as comunidades e os valores envolvidos no conhecimento produzido.

2. Procedimentos metodológicos

O presente trabalho parte da hipótese de que os processos de organização e representação do conhecimento possuem natureza hermenêutica, razão pela qual torna-se importante estabelecer esse diálogo interdisciplinar, tendo por objetivo discutir a hermenêutica no âmbito dos processos, instrumentos e produtos da organização e representação do conhecimento como subsídio a uma reflexão sobre os aportes teóricos-metodológicos que permeiam a disciplina. Para tanto, em termos metodológicos, vale-se de uma análise de conteúdo (Bardin, 2013) da literatura da ISKO publicada no presente século – revista *Knowledge Organization* e série *Advances in Knowledge Organization* - relativamente aos processos interpretativos da área.

3. Resultados e discussões

Os resultados evidenciam que os processos inerentes à Organização e Representação do Conhecimento – ORC - leitura técnica, identificação de conceitos, seleção de conceitos e tradução/representação de conceitos em linguagens padronizadas (Chaumier, 1980) possuem natureza eminentemente interpretativa uma vez que estabelecem uma mediação entre os conceitos de produção e de uso da informação, ao que se alia o próprio contexto do profissional que se encarrega de tais processos.

Esse reconhecimento dos distintos contextos envolvidos – notadamente os contextos de produção e de recepção - caracteriza aquilo que se poderia denominar como perspectiva sócio cultural da ORC.

Nesse âmbito, Hope Olson (2002) refere-se a um poder interpretativo do indexador – o “poder de nomear” (power to name) que lhe é conferido pela sociedade para que crie substitutos de conhecimentos (surrogates of knowledge) aspecto que revela uma dimensão eminentemente ética permeada por valores como a garantia cultural (o lastro que as representações devem ter nos contextos envolvidos) e a hospitalidade cultural (a devida flexibilidade que os Sistemas de Organização do Conhecimento devem ter para incorporar as distintas e diversificadas facetas das realidades culturais envolvidas (Beghtol, 2002, 2005), o que leva à necessidade de estabelecimento de uma ética transcultural de mediação (García Gutiérrez, 2002) que, por sua vez, efetive um duplo compromisso: com o diálogo global e com as peculiaridades locais (glocal commitment) (Guimarães, 2017).

No âmbito da dimensão cultural da ORC, têm lugar o desenvolvimento de distintas matrizes de cunho teórico-metodológico oriundas da Linguística e da Sociologia da Ciência, tais como a identificação das comunidades discursivas (Swales, 1990), das comunidades epistêmicas (Haas, 1992; Hakanson, 2010; Meyer; Molyneux-Hodgson, 2010) e dos colégios invisíveis envolvidos (Solla Price, 1963; Crane, 1972; Merton, 1988). A tais elementos, voltados para o universo dos atores sociais que integram os contextos em que se organiza e representa o conhecimento aliam-se os aportes da Metateoria (Ritzer, 1991; Tognoli, 2013) que contribui para a análise das teorias e conceitos subjacentes ao conhecimento a ser representado. Tais elementos, por sua vez, são objeto de uma simbiose no âmbito da ORC a partir da teoria da Análise de Domínio (Hjørland & Albrechtsen, 1995; Hjørland, 2002; Smiraglia, 2012; Hjørland, 2017) que prevê o processo interpretativo a partir de um conjunto de abordagens que contemplam as dimensões epistemológica, histórica e terminológica, assim como os estudos relativos às fontes de informação, aos Sistemas de Organização do Conhecimento, aos gêneros documentais, aos estudos de usuário, aos estudos bibliométricos e cientométricos, à proveniência arquivística, à análise do discurso e aos processos de comunicação científica de um dado domínio de conhecimento, como subsídio à sua representação.

Na literatura analisada, a questão do contexto como subsídio aos processos interpretativos que se inserem na ORC, destacam-se os estudos de Pinho & Guimarães (2012) e de Campbell (2000) e Campbell et al. (2017) sobre aspectos inerentes a comunidades homoafetivas, de Michèle Hudon (1997, 1999) sobre o multiculturalismo que deve ser considerado na elaboração de SOC's multilíngues, dos vieses culturais que se colocam nos processos de ORC (Milani & Guimarães, 2011; Milani, 2014), sobre os preconceitos e antipatias que, por conta desses vieses culturais, podem incidir nos SOC (Berman, 1973) , sobre os valores e problemas éticos envolvidos (Guimarães et al, 2008) e, de uma forma mais ampla, sobre os contextos e culturas que interagem com os procesos, produtos e instrumentos de ORC (El Hadi; Kislin, 2013).

Especificamente sobre a questão hermenêutica, apenas dois autores – Birger Hjørland (2000) e Fulvio Mazzochi e Mela Bosch (2008) reconhecem explicitamente esse diálogo interdisciplinar específico da área com a hermenêutica.

Hjørland (2000, p. 518-519) destaca a importância da hermenêutica como uma base de natureza teórico-metodológica para a ORC:

“Knowledge of philosophical approaches to knowledge domains (e.g. hermeneutics and Kuhn's theory of paradigms) should in my opinion be essential reading in all schools of library and information science, and such theories should be cited in any serious book about indexing, classification, abstracting, and information seeking/retrieval. It might help indexers (and teachers/researchers in library schools) to look after broader perspectives or “paradigms” which may be very relevant for the users, but which are not necessarily explicated in the documents themselves”.

Para Mazzochi & Bosch (2008), a hermenêutica contemporânea pode se tornar uma base para a concepção e construção de novas formas de SOC. Pautando-se no conceito de Gadamer acerca da situação e da historicidade da compreensão humana como elementos prioritários para uma atividade interpretativo-dialógica, os autores destacam que a abordagem hermenêutica é especialmente importante em ORC uma vez que as representações são ali construídas por meio da interpretação e do diálogo, conferindo sentido, significado e contexto às ações empreendidas. Desse modo, concluem que o recurso à hermenêutica (p. 34):

“(...) can provide a more realistic representation of the complexity of knowledge and language, which occur according to a variety of viewpoints, language games and forms of life. And consequently catalyze the creation of systems which incorporate this vision”.

4. Conclusão

Conclui-se que as dimensões interpretativa dos processos de leitura, identificação, seleção e tradução de conceitos, na organização do conhecimento, ainda são fortemente encarados como decorrentes de uma prática que se norteia pela aplicação - manual ou automatizada - de sistemas de organização e representação do conhecimento, muitas vezes encarados de forma dogmática sem que se busque uma reflexão sobre as condicionantes interpretativas que estão em jogo. Observou-se, outrossim, que existe uma comunidade epistêmica na ISKO mais fortemente voltada para as questões culturais da organização e da representação do conhecimento e que, por sua vez, atribui uma especial atenção aos processos interpretativos da área, a partir de olhares oriundos da sociologia da ciência, da ética, das humanidades digitais, da semiótica, das teorias de desconstrução, do pós-modernismo e outras.

5. Referências Bibliográficas

Bardin, Laurence (2013). *L'analyse de contenu*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Barité, Mario (2001). Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación. In K Carrara (Org.). Educação, universidade e pesquisa. Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP. p.35-60.
- Beghtol, C. (2002b) Universal concepts, cultural warrant and cultural hospitality. In: M. J. López-Huertas (Ed.). Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002b. p. 45-49. (Advances in Knowledge Organization, 8).
- Beghtol, Clare (2002a). A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, v.58, n.5, p.507-532.
- Beghtol, Clare (2005). Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v.56, n.9, p.903-912.
- Benediktsson, Daniel (1989). Hermeneutics: Dimensions toward LIS Thinking. *Library and Information Science Research*, v.11, n.3, p.201-234.
- Berman, S. Prejudices and antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People. 2. ed. Jeffersin; North Carolina; London: McFarland & Company, Inc., 1993.
- Bleicher, Josef (1992). Hermenêutica contemporânea. Lisboa: Edições 70.
- Budd, John (1995). An epistemological foundation for library and information science. *Library Quarterly*, v.65, n.3, p.295-318.
- Butler, Tom (1998). Towards a Hermeneutic Method for Interpretive Research in Information Systems. *Journal of Information Technology*, v.13, n.4, p.285-300.
- Campbell, D. G. Queer Theory and the Creation of Contextualized Subject Access Tools for Gay and Lesbian Communities. *Knowledge Organization*, n. 27, v.3, 122-131, 2000.
- Campbell, D. Grant et al. The Terminological Polyhedron in LGBTQ Terminology: Self-Naming as a Power to Empower in Knowledge Organization. *Knowledge Organization*. Würzburg: Ergon-verlag, v. 44, n. 8, p. 586-591, 2017.
- Chaumier, Jacques (1980). Travail et metho-des du/de la documentaliste. Paris: ESF/Libraries Techniques.
- Coreth, Emerich (1973). Questões fundamentais de hermenêutica. São Paulo: EDUSP.
- Crane, Diana (1972). Invisible colleges; diffusion of knowledge in scientific communities. Chicago: University of Chicago Press
- El Hadi, W. M.; Kislin, P. (Eds). Contextes, langues et cultures dans l'organisation des connaissances. France: Fondation Maison des Sciences de L'Homme – Paris, 2013.
- Froehlich, Thomas (1994). Relevance reconsidered: towards an agenda for the 21st century. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 45,n. 3, p.124-134.
- García Gutiérrez, Antonio Luis (2002). Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. In: López-Huertas, María José (Ed.). Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century. Würzburg: Ergon. p.516- 522.
- Guimarães, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, 2008.
- Guimarães, José Augusto Chaves (2017). Slanted knowledge organization as a new ethical perspective. In: Andersen, Jack; Skouvig, Laura. (Org.). The organization of knowledge: caught between global structures and local meaning. Bingley: Emerald. p.87-102.

- Guimarães, José Augusto Chaves et al. Ethics in the knowledge organization environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: Arsenault, C.; Tennis, J. T. (Ed.). *Cultural and Identity in Knowledge Organization*. Würzburg: ERGON Verlag, 2008, p. 340-346.
- Haas, Peter M. (1992). Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*, pp. 1-35
- Haas, Peter M. 1992. Epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, Cambridge, v. 46, n. 1, p. 01-35.
- Håkanson, Lars (2010). The firm as an epistemic community: the knowledge-based view revisited". *Industrial and Corporate Change*, v. 19, n. 06, p.1801-1828.
- Hjørland, Birger (2000). Documents, memory institutions and information Science. *Journal of Documentation*, v.58, n.1, p.27-41.
- Hjørland, Birger (2002). Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v.58, n.4, p.422-462.
- Hjørland, Birger (2004). Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*, v.30, n.3.
- Hjørland, Birger (2017). Domain Analysis. In: ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization. http://www.isko.org/cyclo/domain_analysis.
- Hjørland, Birger; Albrechtsen, Hanne (1995). Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v 46, n.6, p.400-425.
- Hoel, I.A.L. (1992). Information science and hermeneutics - should information science be interpreted as a historical and humanistic science? In: Vakkari, Perti; Cronin, Blaise. *Conceptions of library and information science*. London: Taylor Graham, p.69-79.
- Hudon, M. (1999). Accessing documents and information in a world without frontiers. *The Indexer*, London, v. 21, n. 4, p. 156-159.
- Hudon, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.
- Inwood, Michael (1998). *Hermeneutics*, 1998, Routledge Encyclopedia of Philosophy. London: Routledge, p. 384-389.
- Mantzavinos, Chrysostomus. (2016). Hermeneutics. In: Zalta, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. <https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/hermeneutics/>
- Mazzocchi, Fulvio; Bosch, Mela (2008). Hermeneutic Approaches in Knowledge Organization: An Analysis of Their Possible Value. In Arsenault, Clément; Tennis, Joseph T. (ed.) *Culture and identity in knowledge organization*. Proceedings of the Tenth International ISKO Conference 5-8 August 2008 Montréal, Canada. Würzburg: Ergon, p.29-35
- Merton, Robert K. (1988). The Matthew Effect in Science, II: Cumulative Advantage and the Symbolism of Intellectual Property. *Isis*, v.79, n.4, p.606-623.
- Meyer, Morgan; Molineux-Hodgson, Susan (2010). Introduction: The Dynamics of Epistemic Communities. *Sociological Research Online*, v.15, n.2, p.109-115.
- Milani, S. O.; Guimarães, J. A.C. (2011). Biases in knowledge representation: an analysis of the feminine domain in Brazilian indexing languages. In R P Smiraglia, ed. *Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization*, 3. Toronto, pp. 94-104. Available: <http://iskocus.org/nasko2011-proceedings.php>.

- Milani, Suellen Oliveira. *Bias na Representação de Assunto: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*. 2014. 134 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/110388>.
- Olson, Hope (2002). *The Power to Name: Locating the Limits of Subject Representation in Libraries*. Dordrecht: Kluwer.
- Palmer, Richard (1986). *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70.
- Pinho, F. A.; Guimarães, J.A.C. (2012). Male homosexuality in Brazilian indexing languages: some ethical questions. *Knowledge Organization*, n. 39, v.5, 363-369.
- Pombo, Olga (1998). Da classificação dos se-res à classificação dos saberes. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, n.2, p.19-33.
- Ritzer, George (1991). *Metatheorizing in Sociology*. Lexington: Lexington Books.
- Smiraglia, Richard P. 2012. Epistemology of domain analysis. In: Smiraglia, R.P.; Lee, H.-L. (ed.) *Cultural frames of knowledge*. Wurz-burg: Ergon, p.111-124.
- Solla Price, Derek J.de (1963). *Little Science, Big Science*. New York: Columbia University Press.
- Swales, John. 1990. The concept of discourse community. In: *Genre analysis: English in Academic and Research Settings*. Boston: Cambridge University Press, p. 466-480.
- Tognoli, Natália Bolfarini. (2013). *A construção teórica da Diplomática: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. 2013. 162 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103383>

Organização do conhecimento: visão crítica de processos e procedimentos

Richele Grengue Vignoli¹

Resumo: O objetivo desta pesquisa é discutir sob ponto de vista crítico, o conhecimento, os processos e os procedimentos da organização do conhecimento, isto porque práticas e procedimentos da organização do conhecimento encontram-se defasados ou obsoletos e necessitam de discussão. Trata-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa em que a busca bibliográfica foi realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Google Scholar. As formas de construção de conhecimento mudaram drasticamente e não são mais determinadas por autoridades únicas ou reconhecidas por instituições tradicionais de publicação. Não são, tampouco, condicionadas a institucionalizações dominantes. Observa-se que na organização do conhecimento não há mudanças expressivas em seus processos e procedimentos, mas apenas uma transferência física de atividades para o contexto virtual. As práticas não foram alteradas, o foco está apenas no formato e não em como a realidade condiciona e solicita ao campo uma mudança de comportamento e de instrumentos frente os desafios atuais. Para organizar o conhecimento serão necessários instrumentos, processos e procedimentos não lineares, flexíveis e abertos a reconstruções constantes.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Processos da Organização do Conhecimento; Procedimentos da Organização do Conhecimento; Visão crítica da Organização do Conhecimento.

Resumen: El objetivo de esta investigación es discutir críticamente los conocimientos, procesos y procedimientos de la organización del conocimiento, porque las prácticas y procedimientos de la organización del conocimiento son anticuados u obsoletos y necesitan ser discutidos. Se trata de un estudio bibliográfico con enfoque cualitativo en el que la búsqueda bibliográfica se realizó en la Base de Datos em Ciência da Informação (BRAPCI) y en Google Scholar. Las formas de construcción del conocimiento han cambiado drásticamente y ya no están determinadas por autoridades únicas ni reconocidas por las instituciones editoriales tradicionales. Tampoco están condicionadas por las institucionalizaciones dominantes. Se observa que en la organización del conocimiento no ha habido cambios significativos en los procesos y procedimientos, sino sólo una transferencia física de las actividades al contexto virtual. Las prácticas no se han alterado, la atención se centra sólo en el formato y no en cómo la realidad condiciona y exige al campo cambiar sus comportamientos e instrumentos ante los retos actuales. La organización del conocimiento requerirá instrumentos, procesos y procedimientos no lineales, flexibles y abiertos a la reconstrucción constante.

Palabras clave: Organización del conocimiento; Procesos de organización del conocimiento; Procedimientos de organización del conocimiento; Visión crítica de la organización del conocimiento.

Sumário: 1. Introdução. 2. Objetivos. 3. Metodologia. 4. Resultados/Conclusões. 5. Referências

1. Introdução

A organização do conhecimento pode ser compreendida por meio de seus processos, instrumentos, produtos e teorias dirigidas aos estudos do conhecimento humano. Hiner (2018) indica que a organização do conhecimento se define na organização do conhecimento registrado – sua própria objetivação. Para Barité

¹ Universidade Estadual Paulista, Unesp, Brasil-E-
mail: r.vignoli@unesp.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1550-5258>

(2001) e Guimarães (2003, 2009), o conhecimento na organização do conhecimento é como um dínamo, um produto e necessidade social e que é sobre esse prisma, que é investigado no campo. O conhecimento se torna socializado quando possui uma materialidade passível de tratamento para sua conversão em produtos informacionais que poderão gerar outros conhecimentos individuais ou coletivos, o que nem sempre será uma necessidade, pois o conhecimento pode ser imaterial. Os documentos na organização do conhecimento são compreendidos em sua materialidade, o que significa que são “[...] entendidos em sua concepção mais ampla enquanto suportes informacionais de qualquer obra.” (Guimarães, 2003, p. 103). Como exemplo, “[...] o texto impresso ou o digital, áudio (música, discurso ou som ambiente), imagem fixa (fotografia, cartaz, quadro, etc.), imagem em movimento (filme, spot de publicidade, etc.), obra de arte (escultura, cerâmica), arquitetura (ponte, fábrica, igreja, etc.) ou um produto industrial (selo).” (Gil-Leiva, 2012, p. 65). Entretanto, a noção de documento na organização do conhecimento está justaposta ao critério de materialidade, o que é um pensamento ultrapassado e quem não incorpora as vicissitudes dos objetivos virtuais.

Com instrumentos e processos instituídos e contextualizados em outros períodos, o tratamento da informação na organização do conhecimento tem sido realizado por dispositivos anacrônicos. Seus processos, sistemas e instrumentos assim são, porque foram desenvolvidos para outras realidades, entidades, temporalidades, tecnologias, sujeitos e modos de gênese do conhecimento. Como exemplo, a Classificação Decimal de Dewey foi desenvolvida em 1876, a Classificação Decimal Universal em 1906 e a primeira versão do Anglo-American Cataloguing Rules (AACR) em 1967 e a segunda e atual em 1978, instrumentos em pleno uso na organização do conhecimento.

Na socialização do conhecimento na organização do conhecimento segundo seus processos, questiona-se: Como categorizar o conhecimento advindo das relações e experiências cotidianas, sociais e humano-maquínicas que não carecem de materialização em suas manifestações no polo virtual? Para contextualizar o questionamento, insere-se à discussão o conhecimento gerado nos ambientes virtuais por sujeitos da informação, múltiplos e despreocupados com questões de guarda e memória.

O cotidiano dos sujeitos da informação está envolto por novas práticas de geração de conhecimento e informação que pouco ou nada se assemelham às formas padronizadas da organização do conhecimento. Essa informação não possui formatos ou suportes convencionais, não é gerada somente por especialistas e não está armazenada em apenas um local ou URL. São práticas de geração e comunicação de conhecimento e de informação escorregadias e líquidas, porque não se detêm a materializações e padrões fixos ou pré-estabelecidos. São objetos contemporâneos que desafia a organização do conhecimento a rever suas práticas e, principalmente, suas formas de compreender a informação e o conhecimento.

Sob esses aspectos, a defesa é por uma reflexão acerca do conhecimento periférico ou não advindo somente de cientistas, técnicos, especialistas. O conhecimento não deixa de ser conhecimento se não for organizado ou se não receber uma materialidade.

Ainda que novos instrumentos tenham surgido e que continuem a surgir como tesouros e projetos de ontologias, a organização do conhecimento tem como um de seus contratempos, a falta de atualização dos dispositivos que utiliza para organizar o conhecimento e gerar produtos informacionais. A situação insere a organização do conhecimento, seus processos, sistemas e instrumentos em estagnações atemporais. Tesouros como o ASIS&T Thesaurus of Information Science, Technology, and Librarianship e o Tesouro Brasileiro em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia seguem sem atualização. Embora esses instrumentos recebam atualizações esporadicamente, são sempre tardias ou em descompasso com o avanço das representações sociais e dinâmicas do conhecimento. Os tesouros estáticos e sem nenhuma atualização ou acréscimo de termos são desafiados ao descaso e desuso frente os buscadores modernos como o Google (Hjørland, 2016).

Frente os buscadores modernos, a urgência de atualização dos tesouros se faz premente. Hjørland (2016) sugere que o design dos tesouros deveria ser revisto e que sua avaliação fosse realizada por atualizações com uso de ferramentas semânticas mais flexíveis como os Topic Maps, ontologias e uso de linguagens filosóficas. A necessidade de atualização é uma preocupação da organização do conhecimento, mas ainda sem soluções imediatas previstas.

A respeito das ontologias como uma concepção atual dos sistemas de organização do conhecimento na organização do conhecimento, Sales (2018) comenta que, ainda assim, são sistemas com abordagens teóricas predefinidas, preestabelecidas, apoiadas em cânones e axiomas de sentenças de verdade. As ontologias e os tesouros continuam a ser construídos em sistemas hierárquicos de organização do conhecimento, isto é, não dinâmicos e atualizados.

A terminologia tem seus esforços exauridos para o controle terminológico por meio de termos que representam conceitos destinados a especialistas e nunca para às camadas populares dos sujeitos da informação. Não são, portanto, práticas destinadas a qualquer público ou sujeito de informação. As terminologias são utilizadas para conhecimentos elitizados que comportam conceitos como entes autorizados por esses mesmos especialistas. Não são, portanto, entidades de representatividade social. O uso de terminologias no polo virtual pode não ser apropriado, pois há necessidade de individualizar grupos ou domínios do conhecimento. Ao fim e a cabo, as terminologias parecem ser matéria-prima para instrumentos que servirão apenas aos profissionais da informação.

Outro exemplo pode ser visualizado na classificação de e-books com uso da Classificação Decimal de Dewey. Para o sujeito da informação, o número de classificação é dispensável uma vez que só tem utilidade para a sua locomoção entre estantes nos espaços físicos. Por isso, o trabalho de classificar e-books em bibliotecas virtuais é descabido. A indexação não pode estabelecer exatidão nos conceitos extraídos de cada objeto porque não existem termos únicos para nenhum objeto informacional. Tal situação acontece porque o processo é subjetivo na indexação manual e a definição de um termo unívoco para cada objeto informacional é uma possibilidade de difícil alcance.

Em relação à confecção de resumos documentários na atualidade, sua utilidade já não parece primordial como quando havia insuficiência de armazenamento tecnológico. No contexto web é possível recuperar com facilidade os textos em formato *full-text* em cenário muito distinto da década de 1980. Na leitura documentária para indexação repousa nos modelos ou metodologias existentes, outras inconstâncias para praticá-la nos contextos do conhecimento e informação virtual. As metodologias existentes (Fujita; Alves; Almeida, 2020; Fujita; Neves; Dal’vedove, 2017) buscam traçar diretrizes para localizar assuntos nos diferentes tipos de texto entre estruturas textuais e macroestruturas que não englobam a diversidade de itens utilizados na comunicação humana. A referência que se faz é a respeito do que circula nas redes sociais, e-mails e entre dispositivos eletrônicos como smartphones por meio de memes, GIFs, emojis, vídeos curtos, podcast e outros formatos não contemplados por meio de texto escrito. Essas formas de comunicação não costumam ser contempladas nos modelos de leitura documentária, assim como não são pensadas em suas formas de indexação. Nesse sentido, a dúvida é compreender como serão construídos modelos de leitura documentária para fins de indexação para objetos com estruturas textuais tão disformes e não textuais ou ainda não desenvolvidos.

As formas mais expressivas do conhecimento têm sido visualizadas em ambientes virtuais, no próprio ciberespaço. Também os modos de divulgação, transferência e comunicação humana têm ocorrido em ambientes virtuais. A construção do conhecimento se intensifica como coletiva em suas formas virtuais extrapolando a necessidade de materialização de todo esse conjunto de saberes e práticas sociais. Também por isso, o conhecimento, utilizado como base nas teorias da organização do conhecimento e nas práticas do tratamento da informação, é desatualizado e anacrônico. Não acompanha, portanto, o dinamismo do conhecimento atual.

As formas de construção de conhecimento mudaram drasticamente e não são mais determinadas por autoridades únicas ou reconhecidas por instituições tradicionais de publicação. Não são, tampouco, condicionadas a institucionalizações dominantes. É o caso das entidades que prescrevem o que está ou não no centro das discussões de uma área científica, ou mesmo as instituições tradicionais de informação como as bibliotecas, centros de documentação e outras. Por isso, discorda-se do ponto de vista defendido por Rabello (2019) ao condicionar a informação como um documento institucionalizado em entidades que aferem o conhecimento e a informação, seu poder de existência formal.

O conhecimento válido não pode ser compreendido apenas como aquele advindo de ambientes técnico-científicos, de universidades, empresas ou de literatura publicada por editoras comerciais com fins lucrativos como na cultura de massas. Não pode tampouco, ser praticado apenas no contexto de sua institucionalização. Se a organização do conhecimento continua a estabelecer que somente o conhecimento formal ou formalizado a partir dessas instituições é passível de tratamento, todo um universo de conhecimentos de realidades multiculturais será e/ou continuará em desmerecimento. As práticas sociais e a construção e fragmentação do conhecimento, palavras, termos, linguagens e da própria informação surgem e decorrem de vivências nem sempre institucionalizantes. As práticas do

conhecimento foram alteradas e, por isso, as formas de organizá-las para a geração de produtos informacionais necessitam de revisão.

Diante das novas formas de criação do conhecimento de sujeitos da informação ativos e sempre conectados a múltiplas plataformas e ambientes virtuais, a questão que vem à baila é como a organização do conhecimento têm atuado nesses cenários. Ainda mais especificamente, a indagação é para quais sujeitos da informação a organização do conhecimento têm dirigido suas práticas e estudos, se não se volta para os estratos da realidade.

Na tentativa de evidenciar como a organização do conhecimento realizaria a passagem do tratamento dos objetos materializados aos desmaterializados, Monteiro (2003) realizou estudo com abordagem filosófica com objetivo de investigar uma mudança de paradigma na organização do conhecimento virtual no ciberespaço. Em sua proposta, a autora contextualizou seu objeto de investigação e propôs que com a presença do virtual, outro tipo de realidade passou a coexistir com as linguagens e as obras para além da coisa ou materialidade. Nesses objetos virtuais, as relações de intervenção, controle e organização física, além da própria materialidade da representação na organização do conhecimento urge por revisão.

Nesse raciocínio, para Monteiro (2003), o ciberespaço não se confina em fechamentos físicos (representação descritiva) ou semânticos (representação temática) da informação. Não há espaço, da mesma maneira, para fechamentos normativos ou editoriais relacionados à forma da informação registrada. Em sentido filosófico, explica Monteiro (2003), o conhecimento e a informação virtual não são esgotados e, portanto, seus fechamentos não se firmam. Inclui-se ainda que no sentido prático e de um conhecimento e informação gerados, por exemplo, nas redes sociais, o predomínio do tratamento materializado continua insustentável.

Os fechamentos físicos, semânticos ou normativos se adequam ou se adequavam aos objetos convencionais que são estáticos e presos na materialidade, mas não no contexto virtual. O contexto virtual não pode ser controlado, como o que é incomensurável e é exatamente sob esse aspecto que problemas na organização do conhecimento acontecem e se mantêm. Para exemplificar a rigidez dos instrumentos normativos do tratamento da informação na organização do conhecimento, Monteiro (2003) elaborou um quadro (quadro 1) para expor seu raciocínio.

Quadro 1 – A representação da informação e a referência fixa do conhecimento

REFERÊNCIA FIXA	SENTIDO ÚNICO	NTIDADEÚNICA	UNIVERSALIDADE
CLASSIFICAÇÃO (conteúdo)	Reprodução do modelo hierárquico das classes, das estruturas da linguagem, da raiz como imagem da árvore-mundo. Reprodução das relações ontológicas do conhecimento. Criação de um sistema de classes fixas de assuntos, indicando que há um só sentido, uma só classe a ser adotada para o assunto.	A identidade do assunto, dos referentes ontológicos, baseia-se na unidade estabilizada do Conhecimento.	A universalidade do conhecimento, a partir de uma classe, como extensão da universalidade das interpretações dos textos, das ciências. A classe, expressa por um significante, e transformada em notação internacional, conferiu a homogeneidade ontológica dos referentes científicos.

INDEXAÇÃO (conteúdo)	Reprodução da estrutura da linguagem, por meio das instruções semânticas que conferem o fechamento semântico , através do significante fundador, que recolhe todos os conteúdos ou significados sob o termo adotado, que indica o sentido certo .	A identidade do assunto baseia-se na unidade estabilizada da linguagem.	Criação e adoção de linguagens controladas em várias áreas do conhecimento humano: os tesauros.
CATALOGAÇÃO (forma)	Formação de um sistema de descrição que confere o fechamento físico das obras, que indica uma só direção a ser tomada à organização e à localização do conhecimento.	Identificação única da obra, por meio da catalogação, que atribui a identidade fixa de autores, obras e assuntos, sob um número	Criação e aplicação de normas e padrões internacionais de formatos de catalogação, conferindo universalidade à identificação das obras.

Fonte: Monteiro (2003, p. 10, grifo nosso).

Conforme o quadro 1 de Monteiro (2003), as noções de referência fixa ao conhecimento tratadas com envergadura materializada são evidenciadas na organização do conhecimento. É possível observar que referência fixa, antes categorizada por Monteiro (2003) como bom senso e senso comum e, nesse caso, demonstra que se trata de uma constatação única e aceita para representar o sentido tanto da classificação quanto da indexação e da catalogação. Os sentidos únicos revelam conceitos estabelecidos nas áreas e o que significam na prática de suas operações.

Na coluna da identidade única, a autora explica que está relacionada ao bom senso e identidades fixas como àquelas não alteradas e estabilizadas para a compreensão do sentido. O bom senso significa na representação do conhecimento fixo, sua identidade única e estável. Por isso, o senso comum e o bom senso significarão, na representação do conhecimento, representações fixas e estabilizadas, o que não condiz com a realidade de objetos virtuais no ciberespaço.

A busca por sentidos e significados únicos atribuídos a objetos informacionais foi de renomada importância em ambientes físicos e para documentos materializados. Quando a informação esteve presente somente em ambientes físicos, fazia sentido organizar o conhecimento e a informação em entidades fixas de espaço e para sujeitos que pouco se moviam em relação à informação que buscavam e obtinham. Os fechamentos semânticos e físicos obtinham sentido durante esses contextos de fixidez tanto do documento quanto dos sujeitos, mas não o fazem mais.

No ciberespaço o movimento de seus indivíduos é o que o torna vivo e pululante. Sua capacidade de gerar novos conhecimentos e de movimentar-se em relação aos seus sujeitos e de seus sujeitos movimentar-se a ele é o que promove a liquefação de seus construtos. Tudo que é construído no ciberespaço é fluido, temporário e escorregadio. Não há materialização e o conhecimento e a informação precisam ser organizados sobre esses pressupostos.

A organização do conhecimento apresenta também alguma resistência à inclusão da abertura e/ou inserção da linguagem natural ao processo de indexação, visto, por

exemplo, na adesão das folksonomias. A aplicação da folksonomia na organização do conhecimento poderia incorporar a realidade do sujeito da informação às práticas estabilizantes da indexação e classificação calcadas no preciosismo dos conceitos e terminologias. O argumento não se reflete na substituição das linguagens controladas, mas em sua consideração equilibrada para buscar representar a realidade do conhecimento e seus sujeitos da informação. Novamente, observa-se que a organização do conhecimento tem, no máximo, realizado as mesmas ações subjacentes aos documentos (materializados) nos objetos virtuais.

Da mesma forma a indexação não pode estabelecer exatidão nos conceitos extraídos de cada objeto porque não existem termos únicos para nenhum objeto informacional. Tal situação acontece porque o processo é subjetivo na indexação manual e a definição de um termo unívoco para cada objeto informacional é uma possibilidade de difícil alcance. A assertiva pode ser verificada na expressão categórica de Lancaster (2004, p. 09) “Em outras palavras, não há um conjunto ‘correto’ de termos de indexação para documento algum.” Portanto, as possibilidades da indexação diante da representação do conhecimento e da informação são no máximo aproximativas.

A defesa por uma indexação manual/humana em detrimento da automática (Dias; Naves, 2007) acabará por recair sempre na subjetividade e aproximação. Por outro lado, “Um programa de computador indexará sempre igual, bem ou mal, um documento sem que intervenha no contexto.” (Gil-Leiva, 2012, p. 82). Outro ponto é que os termos selecionados para representar um objeto no contexto virtual serão sempre provisórios, visto que a cada nova atualização de seu conteúdo, novos termos podem surgir e se apresentar como mais próximos do objeto. Não há indexação que resista ao tempo. Isso significa que a indexação funciona a princípio, no objeto primário, mas pode não o representar após sua reconstrução no ciberespaço tanto em forma quanto em conteúdo. Seus contextos reconstróem seus significados. Por isso, mesmo não faz sentido buscar uma identidade única para objetos informacionais virtuais.

Em relação à confecção de resumos documentários na atualidade, sua utilidade já não parece primordial como quando havia insuficiência de armazenamento tecnológico. No contexto web é possível recuperar com facilidade os textos em formato full-text em cenário muito distinto da década de 1980. As bibliografias ou índices nos formatos de index ou abstracts como o Medical Abstract ou Chemical Abstract eram úteis enquanto sistemas impressos de resumos e listas de referências, que informavam a seus leitores onde e como encontrar determinada publicação. Havia dificuldade para a recuperação da informação, pois a web não estava desenvolvida e popularizada como atualmente. Ou os computadores não eram realidade, ou não possuíam capacidade tecnológica de armazenamento e, por isso, os resumos e as listas de referências bibliográficas faziam bem o papel de representação de seus trabalhos completos. Entretanto, com a web e ciberespaço e com acesso a múltiplas bases de dados de acesso aberto, os mecanismos de busca como o google e a *deep web*, a confecção de resumos, especialmente para os textos que já o possuem, não demonstram a sua aplicabilidade ou necessidade como uma tarefa do profissional da informação.

Dito em outras palavras, não parece ser necessário representar por meio de resumos, o que está disponível na íntegra na web e no ciberespaço e que na maioria das vezes, já apresenta um resumo. O trabalho e o ensino de elaboração de resumos e de manuais não parece mais uma necessidade do profissional da informação no ambiente virtual. São atividades que perderam sua importância ao longo do tempo e que não são aplicadas no polo virtual. Nessa lógica, há práticas dos profissionais que necessitam ser revistas enquanto sua utilidade no cenário virtual.

No processo da classificação, os obstáculos mencionados na indexação são postergados na ação, já que os mesmos termos condicionantes e estabilizantes serão classificados em sistemas de organização do conhecimento. Os termos ou palavras-chave resultantes da indexação serão classificados por sistemas numéricos ou alfanuméricos que tornarão o conhecimento e a informação estáticos e fixos. Uma vez atribuído um número de classificação, o objeto tem sua identidade e local fixo para permanecer. Outrossim, o objetivo da Classificação Decimal de Dewey ou da Classificação Decimal Universal é possibilitar a recuperação dos objetos (materializados) nas estantes. Ainda que procurem unir assuntos, a obsolescência de seus vocábulos não consegue englobar termos atuais. Diante da realidade da classificação, acredita-se que a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal têm sido utilizadas apenas como signo indicial, para indicar a localização dos materiais na unidade física. Desse modo, o indivíduo realiza a busca informacional em um catálogo on-line, e vai fisicamente à unidade de informação para recuperar o material impresso segundo classificação nas estantes.

Obviamente, muitos estudos da organização do conhecimento têm sido realizados especificamente a respeito de estruturas semânticas, ontológicas e unidades complexas do conhecimento na web. Porém, ainda assim, o peso do objeto materializado no diálogo da organização do conhecimento continua a persistir mesmo quando “transferido” para o ambiente on-line.

2. Objetivos

O objetivo desta pesquisa é discutir sob ponto de vista crítico, o conhecimento, os processos e os procedimentos da organização do conhecimento, isto porque práticas e procedimentos da organização do conhecimento encontram-se defasados ou obsoletos e necessitam de discussão.

3. Metodologia

Trata-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica é aquela que utiliza fontes secundárias para a sua produção, como livros, artigos e outros materiais já publicados (Lakatos; Marconi, 1992). A abordagem qualitativa visa a observação de variáveis e comportamentos e não a quantificação, como neste estudo. A pesquisa bibliográfica foi realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Google Scholar sem limitação temporal.

4. Resultados/Conclusões

Observa-se que na organização do conhecimento não há mudanças expressivas em seus processos e procedimentos, mas apenas uma transferência física de atividades para o contexto virtual. As práticas não foram alteradas, o foco está apenas no formato e não em como a realidade condiciona e solicita ao campo uma mudança de comportamento e de instrumentos frente os desafios atuais. Para organizar o conhecimento serão necessários instrumentos, processos e procedimentos não lineares, flexíveis e abertos a reconstruções constantes. Não se pode tratar como fixidez e solidez o que é fluído e dinâmico, como o conhecimento.

Em resumo, esse conhecimento não pode e, muitas vezes, não tem sido representado na organização do conhecimento, pois:

- os processos e instrumentos utilizados não se relacionam com a realidade de gênese do conhecimento e informação atuais;
- os instrumentos utilizados para organizar o conhecimento buscam fixar sentidose identidades na materialização da informação;
- os instrumentos utilizados para organizar o conhecimento são, em sua maioria, fundamentados para o tratamento de documentos e oriundos da documentação;
- os instrumentos utilizados para organizar o conhecimento e a informação são obsoletos ou de pouca ou nenhuma atualização;
- os produtos oriundos dos processos de tratamento da informação não compreendem a realidade dos sujeitos da informação;
- os sujeitos de informação não realizam buscas informacionais de modo hierárquico ou da forma como a organização do conhecimento conduz suas práticas;
- a atribuição de sentido pelo sujeito não é estagnada, tampouco pode ser a representação do conhecimento por eles gerada;
- não é possível descrever um objeto em forma unívoca tanto em forma quanto em conteúdo quando os objetos se tornaram híbridos e com múltiplos significados;
- não é possível descrever um objeto com única linguagem quando o contexto é hipermediático;
- os sujeitos da informação são múltiplos e não só humanos;
- não é possível continuar organizando o conhecimento e a informação tendo comoreferência o registro material;
- o conhecimento é derivado de outros fatores condicionantes e não advém somente de contexto técnico-científicos e empresariais;
- o conhecimento e a informação não apresentam linearidade textual;
- o conhecimento e a informação são fenômenos fugidios.

Tais pontos indicam que os fechamentos da entrada da informação e do conhecimento são classistas, físicos e semânticos e refletem na saída da informação,

de seus produtos para os sujeitos da informação. Os sujeitos da informação desses processos fechados terão acesso a frações pouco representativas do conhecimento e da realidade em que estão inseridos. A compreensão de que o conhecimento e a informação estão em um devir contínuo deve ser a máxima da representação e organização do conhecimento.

5. Referências Bibliográficas

- Barité, M. (2001). Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual em Bibliotecología y Documentación. In: Carrara, K. (org.). *Educação, universidade e pesquisa*. Marília, SP: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo, SP: FAPESP.
- Dias, E. J. W.; Naves, M. M. L. (2007). *Análise de assunto: teoria e prática*. Brasília, DF: Thesaurus. 116 p. (Estudos avançados em Ciência da Informação, 3).
- Guimarães, J. A. C. (2003). A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: Rodrigues, G. M.; LOPES, I. L. (org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília, DF: Thesaurus.
- Guimarães, J. A. C. (2009). Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. *Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación*, v. 3, p. 105-117.
- Gil-Leiva, I. (2012). Aspectos conceituais da indexação. In: Gil Leiva, I.; Fujita, M. S. L. (ed.). *Política de indexação*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica; Marília, SP: Oficina Universitária. p. 31-63.
- Fujita, M. L. S.; Alves, R. C. V.; Almeida, C. C. de. (org.). (2020). *Modelos de leitura documentária para indexação: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos*. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.
- Fujita, M. S. L.; Neves, D. A. De B.; Dal'avedove, P. C. (org.). (2017). *Leitura documentária: estudos avançados em indexação*. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.
- Hiner, P. (2018). The terminological and disciplinary origins of information and knowledge organization. *Education for Information*, v. 34, n.1, p. 135-161.
- Hjørland, B. 2016. Does the traditional thesaurus have a place in modern information retrieval? *Knowledge Organization*, v. 43, n. 3, p. 145-159.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. (1992). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas.
- Lancaster, F. W. (2004). *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet deLemos.
- Monteiro, S. D. (2003). A organização virtual do conhecimento no ciberespaço. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 4, n. 6, dez.2003.
- Rabello, R. (2019). A informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends (BRAJIS)*, v. 13, n. 2, p. 05-25, jun.
- Sales, R. de. (2018). Devir-rizoma: tumulto na organização e representação do conhecimento. *Liinc em Revista*, v. 14, n. 2, p. 259-275, nov.

A semiótica francesa na representação da informação de histórias em quadrinhos

Etefania Cristina Pavarina¹; Fernanda Lacerda Santana²

Resumo: Este estudo aborda a interrelação entre a representação da informação e a semiótica francesa direcionada à análise e representação de histórias em quadrinhos. As histórias em quadrinhos são recursos importantes na Ciência da Informação, sendo fontes úteis para pesquisa e ensino. A presença de quadrinhos em acervos cresce, requerendo estratégias cuidadosas de representação para facilitar sua recuperação e acesso. A semiótica francesa, originada dos trabalhos de Greimas, baseia-se em desdobramentos do percurso gerativo de sentido. Este estudo direciona-se para a semiótica Greimasiana, semiótica plástica e semissimbolismo, teorias complementares que podem ser utilizadas para analisar recursos sincréticos, como as histórias em quadrinhos. Usando uma abordagem qualitativa, de cunho teórico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados BRAPCI, Dialnet e Google Scholar. Consideraram-se também estudos de Greimas, Floch e Pietroforte no âmbito da semiótica francesa. Como resultado apresentam-se elementos essenciais de análise dessa matriz semiótica que podem direcionar a representação de quadrinhos como a semântica fundamental, sintaxe narrativa, semântica discursiva, categorias plásticas e relações semissimbólicas. Conclui-se que a análise a partir da semiótica é útil para o desenvolvimento de bases teóricas e metodológicas para representação da informação, identificação de conceitos e tradução para metadados semânticos. Sendo assim, a semiótica francesa mostra-se eficaz para análise intrínseca e extrínseca de recursos informacionais, além da elaboração de metadados tanto de forma quanto de conteúdo.

Palavras-chave: Histórias em quadrinhos; Semiótica francesa; Semiótica plástica; Representação da informação; Análise de assunto.

Resumen: Este estudio examina la interrelación entre la representación de la información y la semiótica francesa en relación con el análisis y la representación de los cómics. Los cómics son recursos importantes en las Ciencias de la Información y constituyen fuentes útiles para la investigación y la docencia. La presencia de cómics en las colecciones es cada vez mayor, lo que exige cuidadosas estrategias de representación para facilitar su recuperación y acceso. La semiótica francesa, que tiene su origen en la obra de Greimas, se basa en el despliegue de la vía generativa del sentido. Este estudio se centra en la semiótica greimasiana, la semiótica plástica y el semisimbolismo, teorías complementarias que pueden utilizarse para analizar recursos sincréticos como el cómic. Con un enfoque cualitativo y teórico, se realizó una investigación bibliográfica en las bases de datos BRAPCI, Dialnet y Google Scholar. También se consideraron los estudios de Greimas, Floch y Pietroforte en el contexto de la semiótica francesa. Los resultados muestran elementos esenciales para el análisis de esta matriz semiótica que puede orientar la representación del cómic, como la semántica fundamental, la sintaxis narrativa, la semántica discursiva, las categorías plásticas y las relaciones semissimbólicas. La conclusión es que el análisis semiótico es útil para desarrollar las bases teóricas y metodológicas de la representación de la información, la identificación de conceptos y su traducción en metadatos semánticos. Así pues, la semiótica francesa se revela eficaz para analizar los recursos informativos intrínsecos y extrínsecos, así como para elaborar metadatos tanto de forma como de contenido.

¹ Universidade Estadual Paulista, UNESP, Brasil.
E-mail: e.pavarina@unesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3626-5567>

² Universidade Estadual Paulista, UNESP, Brasil.
E-mail: f.santana@unesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5280-5909>

Palabras clave: Cômico; Semiótica francesa; Semiótica plástica; Representación de la información; Análisis temático.

Sumario: 1. Introdução. 2. A semiótica francesa como aparato teórico-metodológico para representação da informação. 3. Da análise semiótica a representação de histórias em quadrinhos. 4. Considerações finais. 5. Agradecimentos. 6. Referências bibliográficas

1. Introdução

Este estudo aborda a interseção entre a Ciência da Informação e a Semiótica, ao explorar a correlação entre a representação da informação e a semiótica francesa. Ambas as áreas compartilham preocupações comuns em relação à linguagem e representação, o que se reflete nos mecanismos de organização e representação da informação. A interpretação e significação desses recursos informacionais variam de acordo com o profissional, contexto e visões de mundo, o que afeta diretamente a recuperação da informação. Portanto, compreender o processo de representação é fundamental para estudos semióticos e de Organização da Informação.

As histórias em quadrinhos desempenham um papel de extrema relevância na Ciência da Informação, atuando como uma valiosa fonte de informação e recurso informacional que pode ser aplicado em atividades de pesquisa, ensino e extensão. Consequentemente, observa-se um aumento significativo da presença dos quadrinhos nos acervos de instituições de patrimônio cultural. Esse cenário demanda uma abordagem cuidadosa no que diz respeito às estratégias de representação da informação, a fim de facilitar a recuperação e o acesso aos quadrinhos pelos usuários.

A semiótica francesa é uma abordagem teórica que se originou dos trabalhos de Algirdas J. Greimas (1917-1992) e baseia-se em desdobramentos do percurso gerativo de sentido. Nesta pesquisa, concentramos nossa atenção nos conceitos da semiótica Greimasiana, semiótica plástica e semissimbolismo, pois são teorias da matriz semiótica francesa que podem ser integradas, uma vez que apresentam aspectos complementares. Isso favorece a análise de recursos informacionais sincréticos, que são construídos por duas ou mais linguagens, como é o caso das histórias em quadrinhos. A integração dessas teorias proporciona uma análise mais aprofundada e abrangente do objeto de estudo, permitindo uma compreensão mais complexa da representação e interpretação da informação em diferentes contextos. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar as relações teórico-metodológicas que podem ser estabelecidas entre a semiótica francesa e a representação da informação, com o intuito de aplicá-las no tratamento de histórias em quadrinhos.

Para alcançar esse objetivo, adotamos uma abordagem qualitativa e de natureza teórica. Realizamos uma pesquisa bibliográfica, com base em publicações científicas relacionadas à representação da informação, histórias em quadrinhos e semiótica, recuperadas em bases de dados como a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Dialnet e Google Scholar. Além disso, destacamos os estudos de Greimas (1987; 2004), Floch

(1985) e Pietroforte (2021) para compreender as teorias que compõem a semiótica plástica e o semissimbolismo.

2. A semiótica francesa como aparato teórico-metodológico para representação da informação

A área da Ciência da Informação engloba várias atividades como armazenamento, gerenciamento, tratamento, difusão e recuperação de informações, considerando as necessidades indivíduos em contextos sociais ou institucionais. Um destaque notável dentro dessas atividades é a representação da informação, essencial para assegurar a recuperação por meio de processos de descrição física e temática de um recurso informacional. Isso gera registros bibliográficos que substituem os recursos informacionais em estruturas logicamente organizadas (Taylor, Joudrey & Miller, 2015).

A organização, representação, busca e recuperação da informação podem ser entendidas como processos semióticos, uma vez que a representação envolve a tradução de signos de uma linguagem natural para linguagens documentárias (Almeida, 2020). Tal tradução implica na substituição dos recursos informacionais por seus respectivos registros bibliográficos.

Nesse aspecto, nas bibliotecas um recurso informacional (significado) necessita que o seu registro bibliográfico (significante) seja representado adequadamente para garantir a sua precisão e possível recuperação. No entanto, considerando que há diversas maneiras de representar um mesmo recurso informacional, a multiplicidade de variações sintáticas pode se tornar um dos principais desafios relacionados à descrição desses recursos. Em outras palavras, a escolha entre diferentes representações pode afetar a veiculação do significado associado a um determinado recurso informacional (Cheng-Huang, 2007).

Devido à existência de múltiplas formas de representar um mesmo objeto, é fundamental compreender os processos de significação envolvidos na representação. A interpretação e representação podem variar de acordo com o profissional, contexto, visões de mundo e instrumentos de representação.

Conforme observado por Reis et al. (2018), a incorporação de teorias semióticas demonstra potencial para a compreensão dos processos interpretativos inerentes à representação da informação, desde a produção de sentido por parte do usuário até os processos de representação, além de considerar os fatores cognitivos subjacentes aos profissionais que desempenham essa função.

Lima e Santos (2019), afirmam que é possível utilizar a semiótica como fundamento para criar técnicas de leitura documental focadas nas unidades estruturais básicas dos recursos informacionais, especialmente aqueles compostos por signos não-verbais, auxiliando na análise e representação desses recursos.

Na Ciência da Informação, a abordagem teórico-metodológica da semiótica greimasiana desempenha um papel essencial na condução da leitura, análise e representação de recursos informacionais. Como indicado por Gandier (2016), a proposta de semântica discursiva de Algirdas Julien Greimas oferece uma metodologia que se mostra apta a prover soluções satisfatórias para a análise

textual. Isso se deve à oferta de métodos que possibilitam o equilíbrio entre as nuances semânticas, simbólicas, alegóricas e estruturais presentes no texto, junto à sua representação temática e documental.

É relevante ressaltar a eficácia do modelo greimasiano na interpretação de textos diversos, incluindo literários, de ficção e visuais. Isso se deve à essência da semiótica francesa como uma teoria da significação que se concentra na construção de sentido em várias formas de texto. Essa abordagem não se limita a considerar o texto apenas como um meio de transmitir significado através da linguagem verbal, mas também o concebe como uma entidade que incorpora linguagens não-verbais, resultando em composições sincréticas. Esse fenômeno emerge da concepção do texto como uma totalidade de sentido, dotado de uma estrutura específica, cujo conteúdo se manifesta por meio de uma expressão (Fiorin, 1995).

Conforme Fiorin (1995), a abordagem da semiótica francesa, em um primeiro momento, abstrai a manifestação para examinar o plano do conteúdo e só depois se dedica a estudar as especificidades da expressão e sua relação com o significado.

Dessa forma, essa teoria desenvolve procedimentos e mecanismos para análise do plano do conteúdo, por meio do percurso gerativo de sentido; do plano da expressão, por meio da semiótica plástica, e da articulação entre o plano da expressão e do plano do conteúdo, estabelecida pelas relações semissimbólicas. Isso porque a compreensão total do texto e dos sentidos engendrados em sua composição só é possível por meio do percurso gerativo e das relações estabelecidas entre suas etapas e níveis.


O percurso gerativo de sentido é dividido em três níveis, sendo o primeiro nível das estruturas fundamentais, que é o nível mais abstrato e simples do percurso. Nesse nível, os sentidos do texto são compreendidos como uma categoria ou oposição semântica, sendo determinadas relações sensoriais que evidenciam conteúdos atraentes ou eufóricos e repulsivos ou disfóricos. Esses conteúdos são negados ou afirmados por operações sintáticas, representados e visualizados por relações lógico-semânticas, denominado de quadrado semiótico (Barros, 2005).

O segundo nível corresponde às estruturas narrativas, caracterizado como o nível das transformações. Esse patamar diz respeito à narrativa de um sujeito em busca de valores, que são inseridos nos objetos para que possam ser acessados pelo sujeito. No âmbito narrativo, a sintaxe é constituída pela organização dos sujeitos e seus papéis na ação, por meio do esquema narrativo canônico, que engloba manipulação, competência e sanção. Na etapa de manipulação, um sujeito age sobre outro para despertar um desejo. Na competência, o sujeito detém o conhecimento ou habilidade necessários para a realização da performance, que representa o estado transformador central da narrativa. A fase de sanção envolve a validação do cumprimento da performance pelo sujeito, podendo resultar em recompensas ou punições (Fiorin, 2000).

Por fim, o terceiro nível é o discursivo, no qual é realizado a construção de isotopias. Nesse nível, o enunciado é produzido por uma enunciação, e o sujeito e os objetos são transformados em destinadores e destinatários. A análise sintática examina as estruturas discursivas das escolhas actorial, temporal e espacial realizadas pelo sujeito da enunciação. Já o aspecto semântico envolve a

tematização e figuratização, em que os temas são recorrências de traços semânticos conceituais abstratos no discurso, organizando e ordenando elementos em percursos temáticos. As figuras, por sua vez, correspondem a todo conteúdo perceptível no mundo natural e as relações entre elas geram efeitos de sentido que são analisados como percursos figurativos (Fiorin, 2000). Essa análise é fundamental para compreender a significação que se manifesta no plano do conteúdo de um texto. Além disso, “[...] graças a investimentos semânticos e de pessoa, os valores dos objetos vão ser disseminados como temas e transformados, sensorialmente, em figuras” (Barros, 2005, p. 193). Um esboço do percurso gerativo de sentido pode ser delineado conforme demonstrado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Percurso gerativo de sentido

Níveis	Componente sintático	Componente semântico
Nível fundamental Estruturas sêmi-narrativas profundas	Sintaxe fundamental Relação entre semas  Quadrado semiótico	Semântica fundamental (Eixo paradigmático) Inventário de categorias sêmicas Axiologia (valores morais, políticos, religiosos, sociais etc.)
Nível narrativo Estruturas sêmi-narrativas superficiais	Sintaxe narrativa Relação entre sememas Programa narrativo (Percurso destinador, objeto e sujeito) Esquema narrativo canônico (Manipulação, competência, performance e sanção)	Semântica narrativa (Eixo sintagmático) Modalizações (Busca de valores às ideologias e as suas atualizações)
Nível discursivo Estruturas discursivas	Sintaxe discursiva Debreamento de tempo, pessoa e espaço (enunciativa e enunciva)	Semântica discursiva Figuras do conteúdo e temas Isotopias

Fonte: Elaboração própria (2023).

De acordo com Fiorin (2000, p. 31) o percurso gerativo de sentido “[...] é um modelo que simula a produção e a interpretação do significado, do conteúdo”. Nesse sentido, é importante destacar que não há conteúdo sem a sua materialização em uma expressão, o que implica a consideração das categorias do plano da expressão.

No estudo *"De l'imperfection"*, Greimas (1987) propõe que tanto as categorias da expressão quanto as do plano de conteúdo possuem estratos que variam de superficiais a profundos. Isso enfatiza a necessidade de uma análise abrangente que considere tanto os aspectos formais quanto os conteúdos expressos. Paralelamente, Floch (1985) concentrou-se na investigação do plano de expressão em linguagens visuais, desempenhando um papel fundamental no estabelecimento da semiótica

plástica ou visual. Tais abordagens promovem uma compreensão mais abrangente e profunda dos processos de produção e interpretação de significados em diversas linguagens, contribuindo assim para a análise crítica de discursos e criações culturais.

Assim, a semiótica plástica se apresenta como um desdobramento contemporâneo da semiótica greimasiana, dedicado à análise de textos visuais. Conforme delineado por Floch (1985), seu propósito reside na compreensão das circunstâncias de criação e na intencionalidade da relação entre o significante visual e o significado. Para tanto, a análise do plano de expressão ocorre através das categorias cromáticas, eidéticas e topológicas.

A categoria eidética, correspondente à forma dos elementos plásticos, é considerada a mais superficial. Por sua vez, a categoria cromática engloba as cores presentes no recurso informacional (ou texto) e é tida como mais profunda do que a categoria eidética. Segundo Greimas (1987), a luz é identificada como a categoria de percepção estética mais profunda. Em um estágio subsequente, Greimas (2004) introduz a categoria topológica, que aborda o espaço e é posicionada em um nível ainda mais profundo que a luz. O Quadro 2 sintetiza a hierarquização do plano da expressão.

Quadro 2. Níveis do plano da expressão

Níveis	Categorias	Exemplos de sintagmas
Nível superficial	Eidética	Largo vs estreito Circular vs retilíneo
Nível intermediário	Cromática	Cor quente vs cor fria Branco vs preto
Nível profundo	Topológica	Alto vs baixo Central vs periférico

Fonte: Pavarina (2021, p. 199).

A semiótica plástica une a análise do plano da expressão e do plano de conteúdo através de uma relação semissimbólica. Isso implica que o semissimbolismo é definido pela conformidade entre as categorias da expressão e do conteúdo, estabelecendo uma ligação direta entre os elementos do plano da expressão (cores, formas e posições) e do plano do conteúdo (percurso gerativo de sentido). Como Floch (1985) afirma, essa conexão não se dá entre elementos isolados nos dois planos, mas entre categorias desses planos, conferindo atenção particular aos atributos da figuratividade. Essa articulação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão é mostrada na Figura 1.



Figura 1. Relação semissimbólica. Fonte: Elaboração própria (2023).

Conforme ilustrado na Figura 1, há uma articulação entre os elementos do plano da expressão e do plano do conteúdo no processo de significação (Floch, 1985). Essa relação semissimbólica ocorre a partir da conexão entre as categorias semânticas e as categorias plásticas. Enquanto as categorias semânticas são determinadas pelo percurso gerativo de sentido nos níveis fundamental, narrativo e discursivo, as categorias plásticas são determinadas pelas relações visuais e verbais estabelecidas com o plano do conteúdo (Petroforte, 2021).

3. Da análise semiótica à representação de histórias em quadrinhos

A representação da informação engloba a dicotomia entre a representação temática e a representação descritiva, ambas de natureza intrinsecamente complementar, que engendram procedimentos destinados a representar de forma precisa um recurso informacional dentro de um acervo. No entanto, esta investigação concentra-se de maneira específica na esfera da representação temática, em virtude da escassez de modelos analíticos voltados à abordagem de conteúdo em histórias em quadrinhos, conforme claramente destacado por Souza e Toutain (2010) e reafirmado no estudo de Pavarina (2021).

Dentro dessa abordagem, assume destaque a análise de assunto como um componente fundamental do procedimento de organização da informação, intrinsecamente associado às etapas de análise conceitual e tradução dos conceitos. A análise conceitual envolve um conjunto de procedimentos e estratégias para a descrição do conteúdo do recurso informacional, abrangendo tanto seus atributos de forma quanto suas características de gênero (Holley & Joudrey, 2020). Esses procedimentos englobam a leitura documental e segmentação do texto, visando à identificação e seleção criteriosa dos conceitos.

Na literatura científica, diversas estratégias de abordagem da leitura documental para a identificação e seleção de conceitos são delineadas (Fujita, 2020). Num contexto que integra a representação da informação e a semiótica francesa, um conjunto de estratégias focaliza a exploração dos processos de significação inerentes aos recursos informacionais, facilitando a identificação de conceitos essenciais para a análise de assunto (Pavarina, 2021). Tais estratégias se fundamentam no percurso gerativo de sentido, mediante a proposição de questionamentos ancorados no nível narrativo (especificamente a sintaxe narrativa

por meio de manipulação, competência, performance e sanção). Esse enfoque permite a extração de conceitos durante a análise das partes textuais (Alves & Moraes, 2016). Adicionalmente, a perspectiva do nível discursivo (mais especificamente a semântica discursiva) serve de base para identificar temas e figuras, possibilitando a análise e descrição minuciosas dos recursos informacionais (Gaudêncio, 2014; Gandier & Pinho, 2018). No Quadro 3, é apresentada uma síntese abrangente das estratégias voltadas à análise de recursos informacionais, baseadas em conceitos do percurso gerativo de sentido.

Quadro 3. Elementos do percurso gerativo de sentido para análise de assunto

Elemento do percurso gerativo de sentido	Descrição no processo de representação	Elementos ou pontos-chave para extrair os conceitos
Nível fundamental: Quadrado semiótico	Considerado implicitamente na representação, porém sem uma manifestação direta nessa representação, esse aspecto é empregado para estabelecer o nível mínimo de significado que posteriormente será concretizado no âmbito discursivo.	Identificar a oposição central (semântica fundamental), uma vez que essa oposição estabelece o mínimo de sentido inerente ao texto, pois remeterá ao tema principal abstrato.
Nível narrativo: Sequência canônica (manipulação, competência, performance e sanção)	A representação é realizada ao descrever as interações de manipulação existentes entre o manipulador e o manipulado, que no contexto de histórias em quadrinhos podem ser exemplificados pelo antagonismo entre vilão e herói. Além disso, essa representação também engloba elementos que denotam competências, performances e sanções (uma temática parcial e intrínseca ao próprio texto).	Para extrair os elementos da sequência canônica, é necessário proceder à identificação dos seguintes componentes: a figura do manipulador (englobando nome, personalidade ou características físicas), a figura do manipulado, o contexto em que se desenrola a narrativa (abrangendo espaço, ambientes e localizações), o período temporal em que se situa a história, a linha temporal da narrativa (cronológica), a configuração do narrador (primeira pessoa ou terceira pessoa), o gênero da história, bem como eventuais subgêneros, a avaliação das competências que habilitam o personagem principal (manipulado) a executar a ação e a transformação de estado, o <i>modus operandi</i> subjacente à manipulação do estado ou à execução da performance, e, por fim, o estado final alcançado pelo protagonista ou a consequente sanção resultante.
Nível discursivo: Temas e figuras	As figuras representam os componentes tangíveis (concretos) obtidos diretamente do texto, enquanto os temas correspondem aos elementos de natureza abstrata identificados pelo	A definição das figuras requer a identificação das palavras concretas ou expressões presentes no texto que refletem objetos ou conceitos do mundo natural. Por meio dessa identificação das figuras, o indexador é capacitado a realizar a tradução e conversão destas em temas, que consistem em palavras ou expressões desvinculadas do âmbito do

	indexador.	mundo natural. Em outras palavras, tais temas abstratos são identificados pelo indexador dentro do conteúdo textual.
--	------------	--

Fonte: Elaboração própria, com base em Alves & Moraes (2016), Gaudêncio (2014) e Pavarina (2021).

No âmbito da representação de histórias em quadrinhos, a análise e identificação dos temas presentes no recurso informacional são norteadas por uma estratégia que se fundamenta na apreensão do conteúdo da obra (plano do conteúdo). Nesse contexto, considera-se igualmente os elementos que conferem forma a esse tipo particular de texto (plano da expressão), ou seja, a estrutura moldada pela aplicação do percurso gerativo de sentido, em consonância com as categorias de expressão pertinentes.

A análise que permeia tanto o plano da expressão quanto o plano do conteúdo na perspectiva da semiótica plástica se encontra intrinsecamente entrelaçada através de relações semissimbólicas. O semissimbolismo opera como uma ponte que conecta as categorias de expressão e conteúdo, estabelecendo uma ligação direta entre os componentes do plano da expressão (tais como cores, formas e disposições) e do plano do conteúdo (abrangendo os níveis fundamental, narrativo e discursivo).

A análise de histórias em quadrinhos demanda uma abordagem holística tanto dos elementos verbais quanto dos não-verbais presentes nesse tipo de recurso, assim como das interações entre o verbal e o não-verbal, inerentes à expressão e ao conteúdo. O semissimbolismo emerge como um componente central nessa conjunção de planos, desempenhando um papel vital ao estabelecer conexões entre os elementos de ambas as linguagens.

Por meio dessa dinâmica, surgem mecanismos que lidam simultaneamente com as duas linguagens presentes nas histórias em quadrinhos, engendrando uma interligação substancial. O resultado desse processo é a construção do sentido da informação veiculada pelo recurso, contribuindo para a compreensão mais profunda e abrangente das narrativas visuais.

Na análise do plano da expressão, utilizam-se técnicas da semiótica plástica. Elementos como as cores utilizadas nas falas, nas roupas dos personagens e nos ambientes, a postura dos personagens e o estilo de desenho são passíveis de análise. No que diz respeito à análise do plano do conteúdo, utiliza-se o percurso gerativo de sentido, que analisa aspectos das histórias em quadrinhos desde níveis mais simples e abstratos até níveis mais complexos e concretos. Elementos como a relação entre os personagens, o desenrolar da narrativa e as mensagens comunicadas ao leitor podem ser analisados nesse plano (Pavarina, 2021).

Em consonância com os componentes que compõem o percurso gerativo de sentido e com as discussões presentes na literatura da área, que priorizam a leitura documental e a análise de assunto, notadamente através das contribuições de Alves & Moraes (2016), Gaudêncio (2014) e Pavarina (2021), um resumo das fases envolvidas na leitura e análise de histórias em quadrinhos, conforme a ser conduzida pelo profissional indexador, é apresentado de maneira concisa na Figura 2 a seguir.

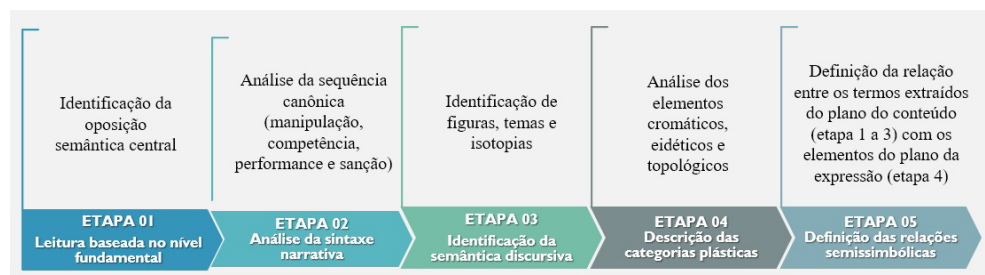


Figura 2. Etapas da análise de assunto de quadrinhos. Fonte: Adaptado de Pavarina (2021).

Assim, a análise documental para a compreensão das histórias em quadrinhos se inicia pela identificação dos termos gerais que estabelecem o núcleo mínimo de sentido, fundamentando-se nas relações semânticas do nível fundamental. A progressão, então, avança para o nível narrativo, onde o enfoque recai na sintaxe narrativa delineada pelo esquema narrativo canônico. Esta abordagem facilita a detecção de manipulações na trama, das ações dos personagens, bem como das avaliações de competências e performances (especialmente nas narrativas de super-heróis), além das sanções. A semântica discursiva é empregada para analisar figuras, temas e isotopias. Enquanto os temas representam os aspectos abstratos que delimitam os tópicos abordados nas histórias em quadrinhos, as figuras são os elementos tangíveis que podem ou não se relacionar com esses temas. A isotopia, que denota a recorrência de um mesmo traço semântico ao longo do texto, desempenha um papel crucial na definição dos descritores que melhor representam as histórias em quadrinhos, evidenciando os elementos centrais que compõem o conteúdo informacional. Essa abordagem delimita as possíveis interpretações a um grupo semântico específico, auxiliando no tratamento das ambiguidades presentes nas imagens.

No âmbito da análise do plano da expressão nas histórias em quadrinhos, a compreensão dos três níveis de manifestação - superficial (ícones), intermediário (figuras) e profundo (formantes não-figurativos) - se faz imprescindível. Tais níveis devem ser analisados considerando as categorias cromática, eidética e topológica do plano da expressão. A categoria eidética diz respeito aos jogos de linhas e formas presentes na linguagem visual, enquanto a cromática envolve a identificação dos elementos cromáticos fundamentais. Por sua vez, a categoria topológica focaliza a disposição espacial destes elementos na imagem.

Ademais, na análise de histórias em quadrinhos, é essencial considerar aspectos como os requadros, os planos e os ângulos, que compõem a estrutura e influenciam a geração de sentido na narrativa. Em especial, o enquadramento impacta a percepção do leitor e a interpretação do enredo.

A análise dos elementos mencionados possibilita a formulação de bases teóricas e metodológicas para a representação da informação, fornecendo estratégias de leitura documental que reduzem a dispersão interpretativa por parte dos profissionais. Tal abordagem facilita a identificação e extração de conceitos em

linguagem natural que devidamente representam o recurso informacional. Em seguida, esses conceitos podem ser traduzidos para uma linguagem controlada, visando a atribuição de metadados.

4. Considerações finais

A abordagem da semiótica greimasiana oferece uma perspectiva rica para a análise de histórias em quadrinhos, indo além da simples interpretação dos significados plásticos presentes. Ela possibilita compreender não apenas o que uma história em quadrinhos representa em sua superfície, mas também desvendar sua intenção comunicativa subjacente (o que ela significa) e identificar os mecanismos empregados para transmitir essa mensagem específica (como ela atribui significado ao que expressa). A intersecção entre a semiótica plástica e o conceito de semissimbolismo contribui para a apreensão da mensagem textual, através da análise conjunta do plano da expressão e da sua interação com o plano do conteúdo.

Na ciência da informação, é notável a concentração em abordagens como o percurso gerativo de sentido de Greimas, uma faceta proeminente da semiótica francesa. No entanto, outras vertentes dessa teoria semiótica têm relevância no contexto da análise de recursos informacionais, particularmente naqueles constituídos por linguagens visuais ou sincréticas, como é o caso da semiótica plástica e do semissimbolismo. A convergência dessas perspectivas da semiótica plástica potencializa uma representação mais abrangente, não apenas capturando os aspectos manifestos no plano do conteúdo do recurso informacional, mas também abrangendo sua manifestação global por meio das conexões intrínsecas e extrínsecas entre conteúdo e forma.

A análise das histórias em quadrinhos abarca componentes essenciais, como a semântica no nível fundamental, a estrutura narrativa, a semântica discursiva no plano do conteúdo, as categorias plásticas no plano da expressão e as interrelações semissimbólicas. Estes princípios oriundos da semiótica francesa proporcionam uma base sólida para a interpretação, análise e descrição precisa das histórias em quadrinhos.

Esta reflexão evidencia que a semiótica francesa estabelece um arcabouço robusto para a análise tanto dos elementos intrínsecos quanto extrínsecos dos recursos informacionais, viabilizando a formulação de metadados que abarcam tanto a forma quanto o conteúdo.

5. Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Estendemos nossos agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (PPGCI-UNESP) pelo auxílio financeiro para a apresentação deste trabalho e ao grupo de pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2580>).

6. Referências bibliográficas

- Almeida, C. C. (2020). *Semiótica documental: aspectos contextuais, teóricos e interdisciplinares*. Marília: Oficina Universitária.
- Alves, R. C. V. & Moraes, J. B. E. (2016). Aboutness em análise documental de textos literários infanto-juvenis: perspectivas para o aprimoramento da representação de conteúdo. *Informação & Sociedade: Estudos*, 26(3).
- Barros, D. L. P. (2005). *Teoria da semiótica do texto*. São Paulo: Ática.
- Cheng-Huang, S. (2007). A semiotic view of information: Semiotics as a foundation of LIS research in information behavior. *Proceedings of the American Society for Information Science and Technology*, 43 (1), pp. 1-17.
- Fiorin, J. L. (2000). *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- Floch, J. M. (1985). *Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit: pour une sémiotique plastique*. Amsterdam: Hadés-Benjamins.
- Fujita, M. S. L. (2020). A leitura em análise de assunto para identificação e seleção de conceitos: orientações a todos leitores com objetivo de indexação. In: M. S. L. Fujita, R. V. Alves & C. C. Almeida. (Org.), *Modelos de leitura Documentária para Indexação: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos* (pp. 17-42). Faculdade de Filosofia e Ciências.
- Gandier, A. M. & Pinho, F. A. (2018). A importância da semântica discursiva para a análise documental: um estudo em texto ficcional. *Brazilian Journal of Information Science*, 12(2).
- Gandier, Â. M. (2016). A contribuição do percurso gerativo de sentido para a organização do conhecimento. [Conference session]. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Salvador, Brasil.
- Gaudêncio, S. M. (2014). *Representação da informação de cibercordéis em blogs: uma análise sob a luz da semântica discursiva*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Paraíba.
- Greimas, A. J. (2004). *Semiótica figurativa e semiótica plástica*. In A. C. Oliveira (Org.), *Semiótica plástica* (pp. 75-96). Hacker Editores.
- Greimas, A. L. (1987). *De l'imperfection*. Périgueux: Pierre Fanlac Éditeur.
- Holley, R. M. & Joudrey, D. N. (2020). Aboutness and Conceptual Analysis: A Review, *Cataloging & Classification Quarterly*, 59(2-3), pp. 159-185. <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1856992>
- Lima, F. R. B. & Santos, P. L. V. A. C. (2019). O aspecto icônico da linguagem visual. *Informação & Informação*, 24 (1), pp. 147-168.
- Pavarina, E. C. (2021). *Contribuição dos estudos semióticos para catalogação de histórias em quadrinhos* [Dissertação, Universidade Federal de São Carlos].
- Pietroforte, A. V. (2021). *Semiótica visual: os percursos do olhar*. São Paulo: Contexto.
- Reis, D. M. A. et al. (2018). Tratamento descritivo e temático da informação: recomendações para estudos sobre aspectos semióticos na criação de registros bibliográficos. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 11 (1), pp. 42-58.
- Souza, E. & Toutain, L. D. B. O. (2010). Histórias em quadrinhos: barreiras para a representação documental. *Ponto de Acesso*, 4 (1), 78-95. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3930>
- Taylor, A. G., Joudrey, A. D. & Miller, D. P. (2015). *Introduction to Cataloging and Classification*. Libraries Unlimited: Santa Barbara.

Organização do Conhecimento e Pragmatismo: Sinequismo e Falibilismo na atualização do conceito

Alexandre Robson Martinez¹; Valdirene Aparecida Pascoal²

Resumo: Os conceitos são representados semântica e logicamente consoante as diretrizes dos domínios correlacionados. Embora sistematizado em fundamentos normatizadores do conhecimento humano, há de se apontar o embate sobre a configuração de conceitos, se é estabilizado, ou se sofre atualizações. O objetivo desta pesquisa é analisar quais são os aspectos epistemológicos que viabilizam a teoria do conceito no cenário da Organização do Conhecimento e, assim, tendo, como fundamentação teórica, o sinequismo, o tiquismo e o falibilismo da filosofia peirceana, analisar elementos que implicam a atualização do conceito. A metodologia utilizada foi literatura bibliográfica, para seu desenvolvimento, utilizou-se a Análise de Conteúdo, como técnica e procedimentos para inferir conhecimentos relacionados aos conteúdos e conceitos descritos pelos autores utilizados. As teorias apresentadas no cenário da Organização do Conhecimento para tratar da teoria do conceito abordam propostas epistemológicas bastante distintas, pois enquanto uma se apegua aos fundamentos lógico-semânticos para a constituição do valor linguístico-semântico; a outra, destaca o historicismo e o pragmatismo para visualizar uma teoria mais realista. Somado à luz do sinequismo e da teoria da continuidade de Peirce, é possível compreender sua afirmação partindo da capacidade de evolução de todos os fenômenos que circundam a existência. As inquições peirceanas, podem auxiliar na compreensão da evolução do conceito, pois o interpretante do signo propicia a ideia de autogeração, movimento e crescimento do próprio signo

Palavras-chave: Teoria do conceito; Arquitetura Filosófica de Peirce; Pragmatismo; Sinequismo; Falibilismo.

Resumen: Los conceptos se representan semántica y lógicamente según las pautas de los dominios correlacionados. Aunque sistematizados en fundamentos normativos del conocimiento humano, existe un enfrentamiento sobre la configuración de los conceptos, si se estabiliza o sufre actualizaciones. El objetivo de esta investigación es analizar los aspectos epistemológicos que viabilizan la teoría del concepto en el contexto de la Organización del Conocimiento y, así, tomando como fundamentos teóricos el sinequismo, el tiquismo y el falibilismo de la filosofía peirceana, analizar los elementos que implican la actualización del concepto. La metodología utilizada fue la literatura bibliográfica, y se utilizó el Análisis de Contenido como técnica y procedimiento para inferir conocimientos relacionados con los contenidos y conceptos descritos por los autores utilizados. Las teorías presentadas en el escenario de la Organización del Conocimiento para abordar la teoría del concepto abordan propuestas epistemológicas bastante diferentes, pues mientras una se aferra a fundamentos lógico-semánticos para la constitución del valor lingüístico-semántico, la otra destaca el historicismo y el pragmatismo para visualizar una teoría más realista. A la luz del sinequismo y de la teoría de la continuidad de Peirce, es posible comprender su afirmación a partir de la capacidad de evolución de todos los fenómenos que rodean la existencia. Las indagaciones peirceanas pueden ayudar a comprender la evolución del concepto, ya que el interpretante del signo proporciona la idea de autogeneración, movimiento y crecimiento del propio signo.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
E-mail: alexandre.martines@unesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4524-0978>

² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
E-Mail: valdirene.pascoal@unesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3695-6560>

Palabras clave: Teoría del concepto; Arquitectura filosófica de Peirce; Pragmatismo; Sinectismo; Falibilismo.

Sumário: 1. Introdução. 2. Objetivos. 3. Metodologia. 4. Teoria do Conceito. 5. Filosofia Peirceana. 6. Resultados. 7. Conclusões. 8. Referências bibliográfica

1. Introdução

No cenário da Ciência da Informação, destaca-se a Organização do Conhecimento, devido às suas atividades epistemológicas, práticas e técnicas, que envolvem procedimentos de tratamento da informação advinda de documentos e como organiza o conhecimento em esfera ontológica, semântica, sistemática e lexical, possibilitando mecanismos para efetivar a classificação e a categorização.

Os conceitos são representados semântica e logicamente consoante as diretrizes dos domínios correlacionados, contemplando-se em termos, definições, descrições, propriedades e atributos. Frente a isso, há a necessidade de normalização dos conceitos para que possam ser aplicados a sistemas de representação, como sistemas informacionais. Porém, embora sistematizado em fundamentos normatizadores do conhecimento humano, há de se apontar o embate sobre a configuração de conceitos, isto é, se são fundamentos mentais e, com isso, performam a constituição de cenários, de fenômenos, objetos ou eventos da realidade, desse modo há o questionamento sobre fatores metafísicos e linguísticos que o envolvem; ou se o conceito é constituído de fatores semânticos e lógicos que recaem na configuração de atributos, desse modo é resultado da convencionalidade oriunda dos aspectos científicos e culturais, por isso é um recurso do conhecimento estabilizado. Com a intenção de debater sobre a evolução e atualização dos conceitos, esta pesquisa explorou a arquitetura filosófica de Peirce, destacando a tricotomia do interpretante, a semiose, o hábito mental, o pragmatismo, assim adentrando à sua metafísica no que consiste o falibilismo, o tiquismo e o sinequismo.

2. Objetivos

O objetivo desta pesquisa é analisar quais são os aspectos epistemológicos que viabilizam a teoria do conceito no cenário da Organização do Conhecimento e, assim, tendo, como fundamentação teórica, o sinequismo, tiquismo e falibilismo da filosofia peirceana, analisar elementos que implicam a atualização do conceito, já que sua concepção é inerente à evolução dos mais diversos campos do conhecimento, sendo o pragmatismo elemento crucial para ampliar a Teoria do Conceito na Ciência da Informação.

3. Metodologia

A metodologia utilizada foi literatura bibliográfica, sob a qual se realizou um levantamento com autores que exploram temas como *Organização do Conhecimento*, *Teoria do Conceito* e *Filosofia Peirceana*, assim o material trabalhado foi coletado de bancos de dados como Brapci, Dialnet, Google Scholar,

como também publicações de eventos como Ibersid, Isko Ibérico, Isko Brasil e Enancib, como ainda livros especializados. Para seu desenvolvimento, utilizou-se a Análise de Conteúdo, como técnica e procedimentos para inferir conhecimentos relacionados aos conteúdos e conceitos descritos pelos autores utilizados, de modo a ultrapassar incertezas e potencializar a assertividade da pesquisa.

Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) deve seguir três fases, como realizado nesta pesquisa: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na primeira fase, organizam-se referências que serão analisadas, auxiliando na sistematização das ideias iniciais, incluindo demarcação de hipóteses e objetivos. A segunda fase requer exploração dos materiais a partir de categorias, possibilitando interpretações e inferências com profundidade de detalhes, e fornece base para orientar as hipóteses realizadas na primeira fase. Por fim, a terceira fase, possibilita a inferência, interpretação e tratamento dos resultados. Dessa forma, tal etapa possibilita a análise das informações contidas nas referências do texto e garante a capacidade de interpretação e reflexão crítica, com potencial inovador para resultados obtidos.

4. Teoria do Conceito

O desenvolvimento intelectual está atrelado à construção do conhecimento, sendo este um fundamento produtivo que impulsiona a presença de uma mente que aprende decorrente das experiências e fenômenos presentes na realidade. O conhecimento humano é representado, mediado e organizado por instrumentos linguísticos, que perfazem a interação objeto, fenômeno, evento, cognição e signos, já que a linguagem ativa a cognição através de signos que estão no lugar dos objetos e fenômenos da realidade.

Nessa perspectiva, a experiência com a realidade, somada a fatores cognitivos, filosóficos e linguísticos, constituem a formação de conceitos. Os conceitos são resultantes da compreensão dos fatores que compõem a realidade, assim os conceitos podem estar fundamentados em constituições semântica e lógicas, em uma perspectiva formal; ou apresentar uma constituição de construtos que sistematizam práticas, ações, cenas, propósitos, conduta, ou seja, especifica um fim último diante da realidade que se configura, isto é, os conceitos são resultantes das informações construídas advindas dos objetos, fenômenos, eventos e como estes afetam uma mente, através de signos, é capaz de descrever um sistema de representação dessa realidade.

Em um trabalho primoroso, em 1978, Dahlberg apresenta uma versão sobre a teoria do conceito, que se tornaria o pilar dos processos de tratamento da linguagem documental. Uma versão preocupada com fatores semânticos, decorrentes de uma linguística estruturalista e formalista, cuja epistemologia é marcada pela concepção positivista, oriunda do positivismo lógico do Círculo de Viena, já que observa a relação linguagem e conceito sob uma concepção da forma, ou seja, o signo, no caso a terminologia afeta o sentido do objeto, e aspectos semânticos são oriundos dos aspectos lógicos que se perfazem na natureza do significado do léxico. Por outro lado, já em 2009, preocupado com uma composição pragmática, visto que a proposta

de entendimento da natureza do conceito está atrelado aos processos metodológicos para a execução da análise de domínio e, assim, promover a verificação dos sistemas informacionais com critérios precisos, Hjørland apresenta sua versão da teoria do conceito, cujo objetivo é demonstrar quatro grandes linhas epistemológicas para tratar do conhecimento, por conseguinte do conceito e, assim, demonstrar que a linha do pragmatismo pode oferecer recursos contundentes para atender às necessidades da Organização do Conhecimento frente às demandas informacionais dos sistemas informacionais, bem como a análise de domínio e recuperação da informação.

Nesse segmento de concepção do conceito, para Dahlberg (1978, p. 101), “o conhecimento fixou-se através dos elementos da linguagem”. Novos conhecimentos apareceram com elementos linguísticos e também através destes tornaram-se mais claros e distintos”. Tal posicionamento evidencia uma posição epistemológica da linguagem atrelada ao pensamento formalista, visto que Dahlberg constitui sua teoria do conceito fundamentada em bases lógicas, isso aponta uma implicatura na forma de entender a relação linguagem e realidade, visto que para formalistas a linguagem afeta a realidade e é a linguagem que define o significado da referência através da predicação.

Nessa linha, Dahlberg (1978, p. 101) ainda aponta que “com a ajuda da linguagem foi o homem capaz de relacionar-se com os vários objetos que o circundavam e foi também capaz de elaborar enunciados sobre os mesmos”. Assim sendo, a autora se dedicou a classificar tipos de conceito, conforme sua aplicabilidade semântica, denominando-os de individuais, gerais e, assim estabelecendo apontamentos lógicos para estabelecer o tipo de relação lógica, como hierárquicos, partitivos, de oposição e funcionais, porém não explorando relações de meronímia e associativas.

Ademais, também é possível destacar a preocupação sobre como o conceito é capaz de afetar integrantes de uma comunidade científica ou cultural e, consequentemente, quem busca informação sobre esses conhecimentos, visto que Dahlberg (1978, p. 106) aponta que “nosso conhecimento do mundo cresce continuamente assim como se enriquece sempre mais a intenção dos nossos conceitos relativos ao mesmo”, o que indica que “não há dúvida que as enciclopédias e dicionários necessitam muitas vezes de uma atualização. O que contém está muitas vezes ultrapassado e os termos deveriam receber novos reajustamentos” (Dahlberg, 1978, p. 106).

Por sua vez, Hjørland (2009) apresenta uma proposta de reorganização epistemológica para apresentar sua teoria do conceito. Demonstrando quatro vertentes epistemológicas: empirismo, racionalismo, historicismo e pragmatismo, o autor evidencia problemas de fundamentação teórica nos dois primeiros, valorando outros dois modelos. Para chegar a esse resultado, Hjørland (2009) evidencia a importância das discussões acerca da análise de domínio como uma proposta de análise e verificação de sistemas informacionais, bem como a constituição da comunidade discursiva a eles atrelada, já que a organização do conhecimento é sistematizada a partir de uma coletânea de conceitos, assim uma teoria do conceito deve se preocupar em proporcionar suporte para “[...] o *designer*, uso e evolução desses sistemas” (Hjørland, 2009, p. 1520, tradução nossa).

Ao destacar o historicismo como um caminho para tratar o conceito, Hjørland (2009) aponta ser o importante para evidenciar as pesquisas em contextos sociais, atrelados ao desenvolvimento histórico e o arco de compreensão implicado na realização da pesquisa. Ademais, há a aplicação da hermenêutica para fundamentar estudos na linha do historicismo, assim o aprendizado de um conceito não é decorrente da associação da palavra com o objeto, mas sim oriundo de profundidade histórica, isto é, relativo às funções e às experiências, assim podendo ser influenciadas pelo contexto cultural (Hjørland, 2009).

Sobre aspectos históricos, “uma formação conceitual registra e forja simultaneamente, no plano da linguagem, um determinado contexto de experiências, um determinado estado de coisas localizados num tempo e num espaço específicos”, contudo “uma mesma palavra pode ser portadora de novos conceitos, tornando-se suporte de novos significados” e estes podem se referir a novos estados de coisas” (Koselleck, 2020, p. 10), ou seja, um conceito está amparado por uma compreensão fixada no tempo-espaço, porém passível de ampliação, como por exemplo democracia, que atualmente exerce um conjunto de definições muito mais amplo que se apresentava na antiguidade grega.

Já o pragmatismo, conforme aponta Hjørland (2009, p. 1526, tradução nossa), é um caminho para embasar “[...] o conhecimento na análise de objetivos, propósitos, valores e consequências”, além disso está atrelado à cognição e à relação com a realidade, ou seja, “[...] é importante descobrir valores inerentes e consequências em qualquer reivindicação de conhecimento, em qualquer concepção e em qualquer classificação”. Portanto, o pragmatismo “[...] entende os conceitos como uma forma de fixar partes da realidade no pensamento, na linguagem e em outros sistemas simbólicos” (Hjørland, 2009, p. 1526, tradução nossa).

Em suma, as teorias apresentadas no cenário da Organização do Conhecimento para tratar da teoria do conceito abordam propostas epistemológicas bastante distintas, pois enquanto uma se apega aos fundamentos lógico-semânticos para a constituição do valor linguístico-semântico e este é aplicado em comparação e diferenciação de outros conceitos; a segunda teoria, destacando o historicismo e o pragmatismo, visualiza uma teoria mais realista, pois busca aproximar as experiências à cognição e à realidade extralinguística.

5. Filosofia Peirceana

O aspecto fundamental da filosofia peirceana é a solução para o problema da realidade e verdade. Peirce considera a doutrina do contínuo, denominada por ele de *sinequismo*, como a chave para entender que os conceitos mudam, porque a realidade muda. Ainda há o fator do acaso absoluto como elemento fundamental da experiência (*tiquismo*) e o principal no desenvolvimento de toda e qualquer ciência, o *falibilismo*, ou seja, na filosofia peirceana o conhecimento é provisório e falível, depende das significações produzidas na comunicação originada dos processos *sígnicos*.

O pragmatismo peirceano é a aplicação do *sinequismo* aos conhecimentos até então aceitos, de modo que o método pode garantir e corroborar a aceitação de

hipóteses e descartar ideias que não estão de acordo com a experiência e realidade. Em suma, com a aplicação da arquitetura filosófica de Peirce é possível analisar fatores fenomenológicos que envolvem o surgimento e generalização do conceito como uma lei, sua condição diante da percepção do admirável e a afirmação do autocontrole e da conduta diante do devir, como ainda fatores éticos de aplicação, fatores lógicos na confirmação da lógica, em que o conceito é nomeado, estabilizado, além de afetar mentes, motivando a semiose, em que signos se constroem sobre signos, *ad infinitum*, assim criando e atualizando hábitos, os quais podem ser testados, verificados sob a inquirição do pragmatismo (Santaella, 2007).

Peirce desenvolve o conceito de sinequismo, ou sua teoria da continuidade, partindo da premissa de “tudo que existe é contínuo” (Peirce, 1958 [CP 1.172]), o intuito é superar o problema dos fins últimos ou hábitos cristalizados. Cunha (2011) argumenta que a filosofia senequista peirceana pontua que toda cognição é provocada por uma cognição anterior, de modo que o pensamento é responsável pela mediação do *continuum*. Peirce constrói quase toda a sua filosofia, senão toda, com base nas categorias fenomenológicas da experiência: primeiridade, secundidade, terceiridade.

Peirce, em busca de uma máxima generalização e uma teoria abrangente, desenvolveu suas categorias pautadas na observação dos fenômenos. O filósofo denominava Fenomenologia ou Faneroscopia, com o intuito de diferenciar suas inquietações de outras teorias. Jungk (2015) afirma que a palavra categoria é conceitualmente a mesma em diversos sistemas filosóficos, a saber: um elemento geral inerente a fenômenos de diversas naturezas.

Assim, as categorias fenomenológicas desenvolvidas por Peirce têm o intuito de categorizar os universais da existência em níveis de experiência, ou seja, a primeiridade é todo ser de qualidade ou mera possibilidade, qualidade que existe em si, o ser antes da própria existência. A secundidade é reação, uma ação de um fato atual ou qualquer evento no aqui e agora, o ato em si. E a terceiridade a mediação, o ser de lei que rege ou governa os acontecimentos ou fatos futuros, qualquer tipo de princípio regulador (Santaella, 1999).

O sinequismo é sustentado pela realidade ontológica da realidade “todas as coisas nadam em *continua*” (Peirce, 1958 [CP 1.171]). Dessa forma, busca compreender as coisas existentes, de forma gradativa e contínua. Peirce considera que “não há nenhuma dificuldade em conceber a existência como uma questão de níveis” (Peirce, 1958 [CP 1.175]), e por esse motivo, entende-se a evolução do universo, da não existência à existência. Nesse sentido, Cunha (2011) argumenta que o sinequismo peirceano possibilita entender relações da existência ou não existência pela continuidade, por meio da gradação. Assim, por mais que a realidade se apresenta de maneira singular e majestosamente forte, ela não é estática, seus componentes e níveis estão sempre em evolução.

A evolução ou continuidade dos fenômenos está alicerçada na lei da continuidade, ou seja, a tendência a generalizar e formar associações também é a tendência de desenvolver hábitos. Santaella (2007) argumenta que para Peirce a

realidade e/ou a existência são governadas pela lei da mente³, isto é, a capacidade de adquirir hábitos, do mundo físico até o pensamento. A diferença crucial é que a mente humana não vai se adequar à lei de forma rígida ou cristalizada, do mesmo modo que a matéria irá se submeter.

Peirce (1958 [CP 5.448]) argumenta polemicamente que “todo universo está permeado de signos, se é que não seja composto exclusivamente de signos” (Peirce, 1958 [CP 5.448]), assim, à luz do sinequismo e da teoria da continuidade de Peirce, é possível compreender sua afirmação partindo da capacidade de evolução de fenômenos que circundam a existência. Um signo pode evoluir, transformar-se, adequar-se, passar por processos garantindo a semiose que ocorre entre signo, e signo, e matéria, e mente.

Por sua vez, a noção de tiquismo, de origem grega *tyche* traduz-se como *por acaso*, tal conceito afirma a noção de acaso como fundadora do universo, ou seja, não havia nada no início, isto é, de acordo com a fenomenologia peirceana, não havia nenhuma atualidade (secundidade) e nenhuma lei natural (terceiridade). Viana (2014) argumenta que, contra o determinismo, as leis físicas não são efetivas, nem absolutas, portanto é nesse ponto que o acaso assume o comando, ou seja, é como se houvesse uma evolução do caos para a razão.

Nesse sentido, entende-se que Peirce ao defender o tiquismo acredita que o mundo não é determinado por leis físicas rígidas ou materiais, porque tudo está em evolução, tudo se transforma. O fim não pode ser determinado, porque, mesmo que um hábito ou fenômeno se cristalice, o fim demarca o início, a continuidade de um novo fenômeno. Por esse motivo, é difícil afirmar se tiquismo e sinequismo possuem uma existência linear, entre primeiridade e secundidade, sabe-se, porém que a terceiridade é repleta de primeiridade, e a primeiridade se inicia com a terceiridade. Dessa forma, o signo se atualiza, bem como conceitos. O falibilismo presente tanto no sinequismo, como no tiquismo, demarca o ponto alto da filosofia peirceana: a capacidade de evolução da ciência.

Peirce desenvolve o falibilismo partindo da ideia de que “o nosso conhecimento nunca é absoluto, mas sempre navega, por assim dizer, em um *continuum* de incerteza e indeterminação” (Peirce, 1958 [CP 1.171]). Nesse sentido, esperar atingir a certeza absoluta, exatidão ou universalidade, nem mesmo a partir de raciocínios confiáveis seria um erro. Santaella (2022) argumenta que seria impossível extrair do falibilismo uma tese sobre a verdade em si mesma, mas o falibilismo nos garante a possibilidade de tentar se aproximar da verdade, da nossa capacidade de aceitação de algo mais próximo do real.

Peirce, de acordo com Santaella (2022), encontra um caminho possível para não cair no relativismo ou dogmatismos, situado na sua filosofia realista, pois para o filósofo, o real não se submete e nem se confunde com as nossas fantasias. Sendo assim, o real pode ser submetido à investigação, sendo essa a principal tarefa da ciência, cujos resultados podem ser constatados ou não. A evolução da ciência indica que a verdade não cessa, mesmo que ela seja obtida por um curto período de tempo,

³ Lembrando que para Peirce tudo aquilo que aprende com a experiência possui mente.

inovações sempre vêm e exigem novas respostas ou descobertas. Santaella (2022) afirma que se entregar ao ceticismo é abandonar a busca pela verdade e pelas novas descobertas, sendo assim, a evolução da ciência não se conforma aos resultados, mas sim às investigações.

6. Resultados

O estudo sobre o conceito perfaz uma ordem de compreensão bastante complexa, já que é preciso salientar camadas de significação que o conceito assume e, consequentemente, efetiva sua aplicação na organização do pensamento científico. Não obstante, é preciso evidenciar que o conceito é elemento fundamental para promover a cognição e é, através dele, que uma mente aprende e amplia sua experiência frente às coisas da realidade. Nesse aspecto, é necessário destacar a atuação do conceito como construto capaz de articular o conhecimento em um processo cognitivo, em que o objeto, o fenômeno ou o evento afetam a mente, como ainda recurso de representação do conhecimento, que, atrelado à lógica, é capaz de promover generalizações cujo objetivo é a compreensão do conhecimento.

Nessa linha, é preciso destacar que a primeira função é de ordem fenomenológica, cognitiva e realista, enquanto a segunda, é de ordem tecnicista, sistemática e organizacional. Todavia, tanto em um modelo quanto no outro, a essência do conceito não é estática, contudo enquanto a primeira demanda experimentações, interações e resultados para confirmar as atualizações, a segunda procede a estabilização e a normalização do conceito para que este atue como instrumento de produção de conhecimento, recurso de organização, como categorização e classificação, sob um viés ontológico, bem como proliferar a comunicação, através de terminologias e gatilhos cognitivos para simular a realidade. Nesse sentido, a teoria apresentada por Hjørland (2009) busca compreender a dinâmica da primeira função; enquanto a teoria apresentada por Dahlberg (1978) se restringe a atender às preocupações da segunda.

É sobre essa esfera do conceito como fenômeno mental, cognitivo e físico que recaem a metafísica de Peirce e melhor se aplica o pragmatismo, pois esse conceito é doravante aquilo que o objeto e o fenômeno oferecem à mente, não sendo possível o contrário, ou seja, é a realidade que exerce influência sobre a mente e não a mente que constrói a realidade. Sendo assim, o tiquismo é inerente à realidade, com isso o acaso pode alterar o rumo da constituição da realidade; o falibilismo, nessa linha, efetiva a evolução dos fenômenos, dos objetos, da natureza e da cultura, pois tudo está no devir e a repetição não é idêntica, as células não são idênticas, os átomos não são idênticos. Consequentemente, frente ao sinequismo, o devir gera objetos similares, mas não iguais. Frente a isso, é com a aplicação do pragmatismo que se torna possível verificar a veracidade na constituição do conceito, sobre em que circunstâncias se constrói e se aplica.

Nesse sentido, as inquições peirceanas, podem auxiliar na compreensão da evolução do conceito, isso ocorre porque o interpretante do signo propicia a ideia de autogeração, movimento e crescimento do próprio signo. Dessa maneira, o interpretante é o elemento que conduz a ação de ser interpretado, ou o efeito que o

signo produz na mente. Sempre contínuo e a partir de uma lógica triádica, Peirce considera o interpretante, em sua cadeia sógnica como “uma intrincada rede mapeadora dos detalhes mais sutis que regem os processos de interpretação” (Santaella, 2008, p. 86). Assim, cada ramo da classificação dos interpretantes desenvolvidos por Peirce especifica partes do processo de interpretação.

Nesse cenário, o conceito está em continuidade com o fenômeno. Não está na mesma dimensão e velocidade de realização, mas advindo de novas percepções, o conceito é circundado pela lógica pura, ou seja, há novas abduções, deduções e induções, visto que este viés do conceito continua a existir concomitante a possibilidade de existir alterações nos objetos e fenômenos, consequentemente conforme a realidade se desenvolve e evolui, o conceito a acompanha. Ainda existe a situação de o conceito evoluir conforme a mente amplia sua experiência sobre o objeto e sobre o fenômeno, ou seja, o conceito pode evoluir conforme a incidência do interpretante.

O interpretante como terceiridade na tricotomia do signo (*representamen*, objeto e interpretante) é fundamental para a efetivação da semiose, pois esta é resultante da relação entre signo e objeto com a incidência dessa experiência sobre a mente, portanto é “[...] compreendido decorrente a atividades cognitivas que são constituídas pela interação da experiência; ele estabelece um hábito de conduta, porque é resultado de semiose”, além disso “[...] um conceito é atualizável conforme aspectos semióticos geram a semiose, atualização e crescimento dos signos”, com isso, é “[...] na tricotomia do interpretante, na categoria discente, e, por isso, há um processo pragmático na inquirição acerca da sua atualização” (Martines; Pascoal; Almeida, 2021, p. 589).

Ademais, o conceito, como instrumento de um domínio e aplicado por uma comunidade discursiva, por conseguinte afetando o sistema informacional e seus usuários, estabelece nesse cenário a conduta do objeto, por sua vez “a conduta do objeto direciona a conduta do intérprete do objeto”, o que leva a apontar que “[...] relações sógnicas compõem o desenvolvimento de um hábito de conduta, ou seja, tal hábito é o resultado do significado interpretado de um conceito”, visto que “[...] o signo atua na mediação do objeto frente ao universo fenomenológico” (Martines; Pascoal; Almeida, 2021, p. 587).

7. Conclusões

A constituição de um conceito não pode ser realizada através de condições lógico-semânticas viabilizadas por convenção ou determinismo, já que a configuração de um conceito não é dado *a priori*, ou decorrente de uma determinação de signos sociais estabelecidos por valores conforme sua atribuição por contrastes semânticos. Desse modo, esta pesquisa, fundamentada na arquitetura filosófica de Peirce demonstrou que o conceito é constituído na relação mente e realidade, sua aplicação em sistemas deve acompanhar estágios de compreensão sobre sua formatação nos cenários que efetivam a atuação dos domínios. Dessa forma, o conceito, de um ponto de vista sinequista peirceano, busca sua continuidade, sua permanência incerta e causal, em um mundo de relações e representações sistêmicas e simbólicas. Essa

continuidade não é relativa, longe disso, assegura a validação de teorias e hipóteses a partir da realidade existente, pois se coloca a prova da secundidade, isto é, dos fatos brutos do mundo.

Em suma, o conceito, como recurso mental-cognitivo, é contínuo, por isso está alinhado ao sinequismo, tiquismo e falibilismo. Também deve ser compreendido como uma ação do signo que se apresenta no interpretante e promove a semiose, visto que a mente evolui em busca de compreensão do objeto e do fenômeno.

Assim, demonstrou-se que ao analisar o conceito sob o viés do interpretante final, sua tendenciosidade, tem-se a semiose ou ação genuína do signo. Ou seja, autogeração e crescimento do signo por meio do interpretante, busca-se uma finalidade, meta, ideal, que norteia o crescimento infinito de um conceito ou conceito enquanto signo. Nesse sentido, pode ser conceituado como um padrão ou norma que direciona o desenvolvimento de ideias, ou a história cultural de um povo ou sociedade.

Com isso, o que fica evidente nessa relação entre interpretante final e semiose, ao se tratar do conceito, é o interpretante dinâmico, pois ele se concretiza enquanto efeito do conceito, este é mais ideal e inserido na perspectiva do pragmatismo, como afirma Santaella (2008, p. 74): “[...] aparece como um limite ideal, aproximável na infinidade da continuidade, mas intangível, para o qual os interpretantes dinâmicos tendem”. Além disso, na construção científica, é verificado pelo pragmatismo, permitindo a correlação de saberes e análise dos fundamentos aplicados para a sua efetivação.

8. Referências bibliográfica

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Cunha, W. G. (2011). *Conceitos da teoria de C. S. Peirce para um entendimento da relação entre realidade e ficção*. Monografia (Bacharel em Comunicação Social - Audiovisual) – Universidade de Brasília, Brasília.
- Dahlberg, I. (1978). Teoria do conceito. *Ciência Da Informação*, 7(2). <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v7i2.115>.
- Hjørland, B. (2009). Concept theory. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 60(8), 1519-1536.
- Jungk, I. (2015). Métodos para a investigação do real. *Teccogs: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, TIDD | PUC-SP, São Paulo, n. 12, p. 37-65, jul-dez. 2015.
- Koselleck, R. (2020). *História dos conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Martines, A. R.; Pascoal, V. A. & Almeida, C. C. (2021). Pragmatismo e categorias fenomenológicas de Peirce: um debate sobre a noção de conceito. In.: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde* / coord. por Carlos Guardado da Silva, Jorge Revez, Luis Corujo, ISBN 978-989-566-137-4, págs. 583-593
- Peirce, C. S. (1958). *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Harvard University Press. 1931-1938. Citado CP, seguido pelo número do volume e número do parágrafo.
- Santaella, L. (1999). Methodeutics, the liveliest branch of semiotics. *Semiotica*, vol. 127, nº. 3/4, 1999, p. 377-395.

- Santaella, L. (2007). *Sinequismo e Onipresença da Semiose*. Cognitio, 8(1), 141-149.
- Santaella, L. (2008). *A Teoria Geral dos Signos: Como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- Santaella, L. (2022). *A verdade à luz da vagueza do falibilismo*. Estudos semióticos, 18(2).
- Viana, W. C. (2014). *A Metafísica de C. S. Peirce: do pragmatismo ao idealismo objetivo*. Síntese - Revista da Filosofia, 41(129), 55-79.

Agradecimentos

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

Cartografando os destinos discursivos em Filosofia e Epistemologia da Ciência da Informação: mapas bibliográficos do século XXI

Isabelle Nunes¹; Gustavo Silva Saldanha²

Resumo: Este trabalho apresenta o resultado parcial de um projeto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) sobre "Cartas Filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação". O projeto explora a aplicação da filosofia da informação no contexto do século XXI, investigando sua relação com ciência, sociedade e inovação. Utilizando bases de dados bibliográficas, o estudo mapeia a evolução histórica da filosofia da informação em Ciência da Informação, com ênfase na criação de uma linha do tempo dos artigos da BRAPCI. O objetivo é entender o desenvolvimento filosófico e epistemológico do campo informacional, incluindo sua interação com a filosofia da linguagem e organização do conhecimento.

Palavras-chave: Epistemologia Histórica; Teoria do Conhecimento; Ciência da Informação.

Resumen: Este artículo presenta los resultados parciales de un proyecto del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología (Ibict) sobre "Cartas Filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação". El proyecto explora la aplicación de la filosofía de la información en el contexto del siglo XXI, investigando su relación con la ciencia, la sociedad y la innovación. Utilizando bases de datos bibliográficas, el estudio mapea la evolución histórica de la filosofía de la información en la Ciencia de la Información, con énfasis en la creación de una línea de tiempo de artículos BRAPCI. El objetivo es comprender el desarrollo filosófico y epistemológico del campo de la información, incluyendo su interacción con la filosofía del lenguaje y la organización del conocimiento.

Palabras clave: Epistemología histórica; Teoría del conocimiento; Ciencia de la información.

Sumario: 1. Introdução. 2. Metodologia. 3. Resultados. 4. Conclusões. 5. Referências

1. Introdução

Este trabalho apresenta o resultado parcial do projeto “Cartas Filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação: cartografias narrativas das teorias da informação do século XXI para ciência, sociedade e inovação”, projeto de pesquisa científica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), apresentado à Chamada CNPq n. 09-2021 de Bolsas de Produtividade em Pesquisa / Pesquisador Nível 2 - do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A partir dos resultados e das interpretações do projeto de pesquisa da bolsa de produtividade do CNPq da chamada 2018, com vigência no período 2019-2021, intitulado “Epistemologia histórica da Ciência da Informação e

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
E-mail: isabelle.silva@edu.unirio.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4963-5819>

² Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
E-mail: gustavosaldanha@ibict.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7679-8552>

organização do conhecimento: dos fundamentos filosóficos da linguagem à teoria crítica da classificação”.

Esse projeto coloca em evidência o papel aplicado no âmbito da inovação do exercício filosófico em informação no século XXI, ou seja, reconhecendo, como nas experiências anteriores de pesquisa, uma epistemologia histórica, interessada em compreender as dinâmicas de formação conceitual no campo informacional. Apontamos para a condição fundamentalmente aplicada da filosofia da informação, sintetizando teoria e empiria desde o seu remoto nascimento nas reflexões sociotécnicas da linguagem.

A partir desta dinâmica, a investigação se propõe a investigar a relação entre os fundamentos filosóficos do campo e suas relações intrínsecas com a tríade ciência, sociedade e inovação.

O objetivo geral é constituir a cartografia filosófica e epistemológica, sob a base da historicidade das ciências humanas e sociais, da filosofia da informação tecida em Ciência da Informação no contexto do século XXI.

Tendo como ponto de partida o foco do elo teórico-empírico da filosofia da informação constituída em Ciência da Informação, sob diferentes influências, via delineamentos históricos e sociais de cada espaço-tempo, a investigação focaliza a percepção de diferentes contextos de produção conceitual dispersas na linha de uma historiografia informacional em seus canais centrais de repercussão do pensamento filosófico-epistemológico. Para tal, lançamos mão da abordagem da epistemologia histórica como marco teórico preliminar que sustenta a figuração de nosso discurso.

2. Metodología

Quanto aos procedimentos metodológicos, de fundo bibliográfico, o corpus da pesquisa foi constituído via levantamento bibliográfico utilizando as bases de dados: (1) Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA/EBSCO); (2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD IBICT); (3) Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); (4) Repositório IIBI UNAM; (5) CAIRN.INFO; (6) Library & Information Science Abstracts (LISA); (7) Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD). O levantamento bibliográfico foi obtido a partir de oito descritores combinados com o descritor "Ciência da Informação", são eles: (1) Filosofia; (2) Teoria social; (3) Epistemologia; (4) Teoria; (5) Teoria da cultura; (6) Teoria crítica; (7) Teoria do conhecimento; (8) Teoria política. O resultado foi compilado e gerenciado pelo programa Zotero, software gerenciador de referências em formato livre e de código aberto, que permite modelar dados bibliográficos e documentais relacionados a pesquisa em diferentes extensões (como PDFs).

3. Resultados

O resultado foi compilado e está sendo gerenciado pelo programa Zotero, um software gerenciador de referências em software livre e de código aberto que serve

para gerenciar dados bibliográficos e materiais relacionados a pesquisa (como PDFs).

Foram 1651 publicações encontradas nas bases de dados, do qual 513 são da BRAPCI, ao dividir o resultado da busca na BRAPCI, é possível observar que a maior parte das publicações estão relacionadas com o termo “Epistemologia”, com 209 publicações, seguido de “Teoria”, com 197 trabalhos, “Filosofia”, com 54, “Teoria crítica”, 26, “Teoria social”, 15, “Teoria do conhecimento” e “Teoria política”, ambas com 6 publicações, e “Teoria da cultura” apresentando nenhum resultado.

4. Conclusões

Até o momento, o projeto resultou na produção e publicação de uma linha do tempo, contendo os artigos encontrados na BRAPCI, organizados por ano de publicação (FIG. 1).



Figura 1. Linha do tempo produzida a partir dos resultados parciais da pesquisa. Fuente: Elaborado pelos autores.

Essa linha do tempo serve como um produto preliminar do projeto, que visa a produção de reflexões teóricas e sociorreflexivas. O artigo proposto apresenta uma abordagem detalhada da epistemologia histórica da CI, apontado para a filosofia da informação como prova da inseparabilidade fundamental da empiria no construto teórico da realidade, ou seja, podemos provar os efeitos materiais de toda a teoria informacional, desde a mais longa tradição filosófica do Fedro platônico; e a epistemologia da Ciência da Informação, para além de um território empírico de aplicação de uma filosofia (retrospectiva ou contemporânea) da informação é o solo (meta)teórico seguro, posta sua historicidade, de produção filosófica da e para informação, incluindo parte da mais relevante e exaustiva crítica ao conceito em questão, “informação”. Os resultados esperados incluem a geração de reflexões bibliográficas filosóficas e críticas sobre as relações entre a epistemologia da CI, a filosofia da linguagem, bem como a organização do conhecimento, que contribuirão

na compreensão do desenvolvimento filosófico e epistemológico do campo informacional.

Referências

- Capurro, R. (2003). Epistemologia y ciencia de la información. In *5th Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação da UFMG.
- Capurro, R. (1992). What is information science for? A philosophical reflection. In P. Vakkari & B. Cronin (Eds.), *Conceptions of library and information science; historical, empirical and theoretical perspectives* (pp. 82-96). Proceedings of the International Conference for the Celebration of 20th Anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland. London, Los Angeles: Taylor Graham.
- Couzinnet, V. (2011). Des pratiques érudites à la recherche: bibliographie, bibliologie. In C. Gardiès (Ed.), *Approche de l'information-documentation: Concepts fondateurs* (pp. 167-186). Toulouse: Cédaduers-Éditions.
- González de Gómez, M. N. (2002). Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In M. de A. Aquino (Ed.), *O Campo da Ciência da Informação: Gênese, conexões e especificidades* (pp. 25-47). João Pessoa: Editora UFPB.
- González de Gómez, M. N. (2001). Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 6(1), 5-18.
- Hjørland, B. (2005a). Library and information science and the philosophy of science. *Journal of Documentation*, 61(1), 5-10.
- Hjørland, B. (2005b). Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. *Journal of Documentation*, 61(1), 130-155.
- Mostafa, S. P. (1985). Epistemologia da Biblioteconomia (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Nitecki, J. Z. (1997). *Philosophical ancestry of the American library information science*.
- Nitecki, J. Z. (1995). *Philosophical aspects of library information science in retrospect*.
- Nitecki, J. Z. (1993). *Metalibrarianship: A model for intellectual foundations of library information science*.
- Otlet, P. (1934). *Traité de documentation: Le livre sur le livre: Théorie et pratique*. Bruxelas: Editiones Mundaneum.
- Peignot, G. (1802a). *Dictionnaire raisonné de bibliologie* (Vol. 1). Paris: Chez Villier.
- Peignot, G. (1802b). *Dictionnaire raisonné de bibliologie* (Vol. 2). Paris: Chez Villier.
- Roubakine, N. (1998b). *Introduction à la psychologie bibliologique* (Vol. 2). Paris: Association Internationale de Bibliologie.
- Pinheiro, L. V. R. (2005). Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. *Informação e Sociedade*, 15(1).
- Platão. (1949). *A República* (15th ed., M. H. R. Pereira, Trans.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rendón Rojas, M. A. (1997). *Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología*. México, D.F.: Universidade Nacional Autónoma de México, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas.
- Saldanha, G. S., & Menezes, V. S. (2018). O mapa angelicó de Rafael Capurro de través: Cartografias da epistemologia da Ciência da Informação. *Brazilian Journal of Information Science*, 12, 7-21.

- Saldanha, G. S. (2015). O esquema e as formas simbólicas: Uma 'arqueologia filosófica' do esquema no pensamento bibliológico. *Tempo Brasileiro*, 203, 79-102.
- Schrader, A. (1983). *Toward a new theory of library and information science* (Master's thesis). Indiana University, School of Library and Information Science, Indiana, USA.
- Shera, J. H. (1977). Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. *Ciência da Informação*, 6(1), 9-12.
- Shera, J. H. (1973). Toward a theory of librarianship and information science. *Ciência da Informação*, 2(2), 87-97.
- Shera, J. H., & Cleveland, D. B. (1977). History and foundations of information science. *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST, 12), 249-275.
- Wittgenstein, L. (1979). *Investigações filosóficas* (2nd ed.). São Paulo: Abril Cultural.
- Wittgenstein, L. (1992a). *O Livro azul*. Lisboa: Ed.70.
- Wittgenstein, L. (1992b). *O Livro castanho*. Rio de Janeiro: Edições 70.

Organização do conhecimento: visão crítica de processos e procedimentos

Richele Grengue Vignoli¹; Mariana Rodrigues Gomes de Mello²; Daniel Martínez-Ávila³; Aurora Cuevas-Cerveró⁴

Resumo: O objetivo desta pesquisa é discutir com visão crítica, as premissas básicas à compreensão da organização do conhecimento de Barité à luz do pensamento complexo de Edgar Morin. Trata-se de uma pesquisa crítico-teórica, de natureza bibliográfica e exploratória, ante a revisão da literatura na Ciência da Informação e na Filosofia. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa crítico-teórica, de natureza bibliográfica e exploratória. Concluímos os sistemas de organização do conhecimento precisam de constante avaliação, em face do caráter dinâmico do seu conteúdo. O paradigma da complexidade é capaz de ligar princípios de inteligibilidade de diversas questões e domínios, reconhecendo traços de singularidade entre eles, ao invés de separar e isolar, se torna um pressuposto de comunicabilidade do todo com as partes e vice-versa; ora organizado, ora disperso. Algumas premissas de Barité, no que tange à organização do conhecimento estão em desacordo com o pensamento complexo de Morin.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Complexidade; Pensamento Complexo; Premissas de Mario Barité; Sete princípios da Complexidade de Edgar Morin.

Resumen: El objetivo de esta investigación es discutir críticamente las premisas básicas de la organización del conocimiento según la comprensión de Barité a la luz del pensamiento complejo de Edgar Morin. Se trata de un estudio crítico-teórico, bibliográfico y exploratorio, basado en una revisión de la literatura en Ciencia de la Información y Filosofía. Metodológicamente, se trata de un estudio crítico-teórico, bibliográfico y exploratorio. Concluimos que los sistemas de organización del conocimiento necesitan ser evaluados constantemente, dada la naturaleza dinámica de su contenido. El paradigma de la complejidad es capaz de vincular principios de inteligibilidad de diferentes temas y dominios, reconociendo rasgos de singularidad entre ellos en lugar de separar y aislar, y se convierte en un supuesto de comunicabilidad del todo con las partes y viceversa; a veces organizadas, a veces dispersas. Algunas de las premisas de Barité sobre la organización del conocimiento están en contradicción con el pensamiento complejo de Morin.

Palabras clave: Organización del conocimiento; Complejidad; Pensamiento complejo; Las premisas de Mario Barité; Los siete principios de la complejidad de Edgar Morin.

Sumario: 1. Introdução. 2. Objetivos. 3. Metodologia. 4. Resultados/Conclusões. 5. Referências Bibliográficas

¹ Universidade Estadual Paulista, Unesp, Brasil
E-mail: r.vignoli@unesp.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1550-5258>

² Universidade Estadual Paulista, Unesp, Brasil

E-mail: mariana rg.mello@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5925-8554>

³ Universidad de León,

E-mail: dmarta@unileon.es

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2236-553X>

⁴ Universidad Complutense de Madrid,

E-mail: macuevas@ucm.es

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0928-0403>

1. Introdução

Hjørland (2008, 2017) explica que existe uma organização do conhecimento de forma ampla que consiste em como o conhecimento é organizado em outros domínios de conhecimento além da Biblioteconomia e Ciência da Informação, com objetivos da teoria e prática da Ciência da Informação: a recuperação da informação. Entre a interdisciplinaridade com outras áreas, campos do conhecimento e teorias, a complexidade de Edgar Morin é acrescida à discussão neste estudo.

Para Morin (2015), a complexidade coincide com uma parcela de incerteza, seja inerente ao próprio fenômeno ou decorrente dos seus limites. Porém, a complexidade não se reduz à incerteza. Ela é “[...] a incerteza no seio de sistemas ricamente organizados. Ela diz respeito sistemas aleatórios, cuja ordem é inseparável dos acasos que os concernem” (Morin, 2015, p. 46). A complexidade não compreende cálculos precisos, pois também compreende fenômenos aleatórios. A riqueza do cérebro humano, segundo Morin (2015), é justamente a capacidade de trabalhar o vago, o impreciso, diferente do computador.

Nesse sentido, Mario Barité (2001), pesquisador uruguaio, elaborou dez premissas básicas para a compreensão da organização do conhecimento, as quais devem ser objeto de reflexão e análise na área. As premissas desconsideram a contribuição do pensamento complexo, ao voltar-se apenas ao conhecimento científico e registrado como válidos nos sistemas de organização do conhecimento, uma vez que o conhecimento somente pode ser transferido e socializado quando materializado em informação registrada, segundo acepções da própria Organização do Conhecimento (Guimarães, 2003; Rabello, Guimarães, 2006). Além disso, a abordagem produz a desconsideração de aspectos tecnológicos, filosóficos e de interação de saberes que vão além do conhecimento registrado.

O problema de pesquisa incide em discutir criticamente as premissas básicas à compreensão da organização do conhecimento de Barité. Para tanto, objetiva-se comentar criticamente algumas das premissas à luz do pensamento de a pensamento complexo de Edgar Morin.

O termo complexidade provém do latim *complexus* ou qualidade do que é complexo, ou seja, algo que abrange vários elementos ou partes. É primeiramente contextualizado pela cibernética, teoria dos sistemas e auto-organização e somente começa a ser conceituado por Morin no final da década de 1960, como um conjunto de circunstâncias, ou objetos interdependentes, os quais se comunicam entre si. Implica em uma reunião de elementos que são membros e partícipes do todo, o qual é uma unidade complexa. O todo não pode ser reduzido à soma dos elementos que integram as partes. Reflete mais do que isso, à medida que cada parte tem sua especificidade. Porém, cada qual dessas partes em contato com as outras altera tanto elas mesmas quanto o todo (Petraglia, 2003).

As premissas de Barité (2001) são:

Premissa 1 – “O conhecimento é um produto social, uma necessidade social, e um dínamo social.” (Barité, 2001,) o saber acumulado da sociedade está presente nas mais variadas ações e decisões cotidianas, como na política, vida pessoal e familiar, nas empresas, no fazer científico e outros. Por isso, o conhecimento, fruto do

dinamismo social, é necessário para satisfazer necessidades individuais, coletivas e informacionais na sociedade e para tornar cidadãos conscientes e críticos.

Premissa 2 – “O conhecimento se realiza a partir da informação, e ao socializar-se, transforma-se em informação.” (Barité, 2001) nessa visão discordante, o conhecimento deixa de ser conhecimento quando objetivado em informação. Assim, o conhecimento só é socializado quando transformado em informação.

Premissa 3 – “A estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto.” (Barité, 2001) a informação encontra-se em estado aberto latente, pode ser estudada ou compreendida por diversos pontos de vista distintos. No raciocínio, o conhecimento pode ou deveria ser investigado em suas condições de existência, organização, transformação e outras situações não estanques.

Premissa 4 – “O conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social.” (Barité, 2001) o conhecimento disperso e existente apenas na subjetividade dos indivíduos tem pouca ou nenhuma utilidade em sua socialização e na organização do conhecimento.

Premissa 5 – “Existem ‘n’ formas possíveis de organizar o conhecimento.” (Barité, 2001) a organização do conhecimento deve ser pensada de acordo com sua demanda. Entretanto, é necessário atender aos múltiplos acessos que um mesmo assunto ou sistema pode obter na área das ciências e de forma geral, principalmente para usos não científicos que o conhecimento e sujeitos da informação estão suscetíveis em suas multiplicidades no polo virtual e sob as tecnologias da informação e comunicação.

Premissa 6 – “Toda organização do conhecimento é artificial, provisória e determinista.” (Barité, 2001) apesar do histórico de aceitação de esquemas e classificações do conhecimento, sua obsolescência é indissociável. Ao aplicar linguagens controladas para controle e organização do conhecimento, o contexto é perpetuado por linguagens artificiais e ao mesmo, deterministas. Quando o conhecimento é tratado por e para comunidades específicas e em determinados períodos, são também organizados por visões deterministas. Portanto, é importante que o conhecimento seja organizado em sistemas abertos, sem demarcações fronteiriças de linguagens e por sistemas anacrônicos e determinantes, como os existentes na organização do conhecimento, em exemplo, a CDD ou a CDU.

Premissa 7 – “O conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis e admite usos indiscriminados.” (Barité, 2001). Nesse aspecto, o autor defende que o conhecimento é sempre registrado por documentos organizados ou organizáveis. Em associação aos seus usos, é indicado que poderá acontecer em suas mais variadas espécies, inclusive por meio eletrônico. Cabe, segundo o autor, um conjunto de argumentos aos quais utiliza-se para se opor ao defendido. Assim, o conhecimento quando objetivado não o faz mais somente em documentos registrados, na materialidade. Virtualmente, o conhecimento não recebe materialidade como no polo físico, dos objetos materializados em livros impressos, pinturas em tela, arquivos empresariais e ainda sim é conhecimento útil.

Premissa 8 – “O conhecimento se expressa em conceitos, e se organiza mediante sistemas de conceitos.” (Barité, 2001). Para o autor, um conceito sem fundamentação científica não corresponde a um conceito e ao conhecimento. Assim, só há

possibilidades de organização do conhecimento através de sistemas de classificação, taxonomias e tesouros, como formas precisas e científicas à ação de organizar o conhecimento na oc.

Premissa 9 – “Os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação.” (Barité, 2001). Os sistemas de classificação e organização do conhecimento operam para fins específicos, na organização de conceitos que representam o conhecimento em modo científico, técnico e para atender os profissionais da CI. Isto significa que sua aplicação é limitada e não aberta, determinista e para usos específicos.

Premissa 10 – “As leis que regem a organização de sistemas conceituais são uniformes e previsíveis, e se aplicam igualmente a qualquer área disciplinar.” (Barité, 2001). Na acepção do autor um sistema de organização do conhecimento deve seguir as regras majoritárias para que a organização do conhecimento ocorra sempre com os mesmos parâmetros, independente da disciplina/área.

A previsibilidade incita o controle de palavras, termos e seus conceitos, que fechados, não acompanham o movimento e desenvolvimento do conhecimento, nem mesmo nas comunidades científicas. Portanto, nas etapas de Barité (2001) para a compreensão disciplinar da organização do conhecimento, há pouco avanço prático e teórico. Não há, por exemplo, alta valorização da organização do conhecimento como uma área possibilitante de uma organização que vise alcançar quaisquer outras formas de conhecimento, como o popular ou advindo das redes sociais como os que abarquem tendências multiculturais dos sujeitos da informação, com aberturas às tendências não tradicionais (para além de sistemas de organização do conhecimento padrões) no tratamento da informação e do conhecimento.

Em uma primeira perspectiva, Morin (2015) trabalha com a concepção da complexidade enquanto um tecido formado por um emaranhado de elementos heterogêneos associados ao paradoxo do uno e do múltiplo. Ela é “[...] o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico” (Morin, 2015, p. 13). Em um segundo momento, concebe a complexidade como inquietude da desordem, da ambiguidade, da incerteza. Se assim procede, o pensamento complexo não se dá através de ações isoladas, individuais, mas atua por ações integradas, que incidem no paradoxo do uno e do múltiplo; da ordem e da desordem.

Acerca da teoria da complexidade Mariotti (2007, p. 727) esclarece que: “A complexidade é uma palavra problema e não uma palavra solução”, pois “[...] corresponde à multiplicidade, ao entrelaçamento e à interação contínua da infinidade de sistemas e de fenômenos que compõem o mundo atual [...]”. O que implica que a teoria da complexidade não tem como escopo ofertar uma resposta pronta e acabada sobre dado assunto. Isto porque Morin (2008) defende que os conceitos de ordem, desordem e organização fazem parte do universo, da vida, da história e da evolução biológica da humanidade. Ao contemplarmos o céu durante a noite, enxergamos aparentemente a desordem dos corpos celestes.

Contudo, ao analisarmos melhor, nos surpreenderemos com a ordem cósmica, pois parece que não há mudanças, cada corpo celeste ocupa a mesma posição. Ocorre que a organização do universo versa sobre o movimento constante da ordem e da

desordem. No sentido complexo, a ordem não apresenta o sentido determinista de imutabilidade, estabilidade e permanência, mas sim de influências e interações, tanto internas quanto externas. O mesmo procede sob o ponto de vista complexo da desordem. “A desordem vai além da ideia de acaso, apesar de admiti-lo sempre. Morin diz não saber se o acaso é uma desordem objetiva ou fruto da ignorância humana. Sua natureza é incerta” (Petraglia, 2003, p. 55).

Nesta perspectiva, “[...] o conhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação, ligação, análise e síntese” (Morin, 2017, 24). Segundo Morin (2017), a organização do conhecimento é circular, comportando, separação e ligação. Porém, Morin adverte que a civilização ocidental e seu sistema de ensino priorizaram a separação e a acumulação, e não a interligação dos saberes.

Todo processo de organização do conhecimento para Morin (2017) é circular, passando da separação à ligação e vice-versa. Também, remete à síntese à análise e ao processo inverso.

A civilização ocidental e, consequentemente, seu sistema de ensino privilegiam a separação ao invés da ligação e preferem a análise à síntese. A organização deve ligar os conhecimentos, contudo, o sistema educacional, ainda, favorece a separação e a acumulação, sem interligar os saberes, sem unir o todo com as partes, que para Morin (2017, p. 25), “trata-se ao mesmo tempo de reconhecer a unidade dentro do diverso; o diverso dentro da unidade; de reconhecer, por exemplo, a unidade humana em meio às diversidades individuais e culturais”.

Para elucidar toda a teoria da complexidade e entendê-la melhor, Morin (2017) estabelece sete princípios, os quais exporemos sinteticamente a seguir:

1. **Princípio sistêmico ou organizacional:** diz respeito à ligação do todo com as partes, estabelecendo a ideia de que o todo ultrapassa a soma das partes, haja vista que apresenta novas qualidades que transcendem as partes isoladas. Todavia, o todo é menor do que a soma das partes, visto a organização do conjunto que inibe as faculdades das partes (Morin, 2017).

2. **Princípio holográfico:** este princípio expõe que tanto o todo está imerso na parte, como a parte está contida no todo. Por exemplo: em cada célula (parte) está contido todo o material genético. O organismo (todo) é composto por cada uma destas células (Morin, 2017).

3. **Princípio do circuito retroativo:** princípio que entende que todo efeito é fruto de uma causa específica, embora a recíproca não seja verdadeira. De acordo com o princípio do circuito retroativo, se a causa influencia o efeito, a recíproca também ocorre, possibilitando que o efeito aja em relação à causa. Fato que implica em um sentido positivo, se o retorno dado incide num mecanismo amplificador dos fenômenos, refletindo aspectos sociais, econômicos ou culturais (Morin, 2017).

4. **Princípio do circuito recursivo:** se estabelece na relação entre o binômio: produto e produtor. Do mesmo modo em que a humanidade é fruto da união sexuada de duas pessoas de sexos opostos, o produto desta união (filho), em geral, será um dia produtor, gerando um novo ser. Estas perspectivas também seguem a visão social, compreendendo que a sociedade é produto da intervenção humana no meio social (Morin, 2017).

5. **Princípio da autonomia/dependência (auto-organização):** segundo este princípio, os seres vivos são auto-organizadores, à medida que se autoproduzem e despendem energia concomitantemente. Apesar dos seres humanos serem também auto-eco-organizadores, haja vista que sua autonomia apresenta uma relação de dependência tanto com o meio ambiente quanto com o meio cultural e social onde vivem. A vida e a morte, embora possam ser compreendidas como ideias antagônicas, são complementares, estabelecendo-se como o cerne da auto-eco-organização, como, no processo de regeneração celular (Morin, 2017).

6. **Princípio dialógico:** é fundamentado implicitamente na concepção do devir do filósofo da Antiguidade grega, Heráclito de Efeso. Este princípio integra conceitos antagônicos em um mesmo prisma, isto é, concebe faces de um mesmo movimento incessante, dialógico, de ordem, desordem e organização que integram os mundos físico, biológico e humano do devir. Assim, “[...] a dialógica permite racionalmente assumir a inseparabilidade de noções contraditórias para conceber o mesmo fenômeno complexo” (Morin, 2017, p. 96).

7. **Princípio da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento:** princípio que vislumbra que todo conhecimento, da percepção à teoria, desdobra-se da tradução ou da reconstrução processada pela mente/cérebro em dado contexto histórico-cultural. Na acepção de Morin (2017, p. 96), “[...] a reforma do pensamento é de natureza não programática, mas paradigmática, porque concerne à nossa aptidão pra organizar o conhecimento”. Desse modo, Morin (2017) argumenta que a lucidez do pensamento humano está intimamente ligada à complexidade da maneira como o indivíduo organiza suas ideias. O que enseja que o pensamento complexo, bem como sua capacidade de compreender o conjunto, ao integrar pensamentos, pode fomentar um mundo mais solidário, o qual aceita a diferença.

2. Objetivos

O objetivo desta pesquisa é discutir criticamente as premissas básicas à compreensão da organização do conhecimento de Barité, à luz do pensamento complexo de Edgar Morin.

3. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa crítico-teórica, de natureza bibliográfica, qualitativa e exploratória, ante a revisão da literatura na Ciência da Informação e na Filosofia. A pesquisa foi realizada nas bases de dados Web Of Science, Scopus, Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e Google Scholar, sem delimitação temporal, a partir dos termos de busca em português, inglês e espanhol. Os termos de busca foram: organização do conhecimento, pensamento complexo, teoria da complexidade, premissas de Marius Barité e os sete princípios da complexidade de Edgar Morin, combinadamente, e separadamente. Resgataram-se capítulos de livros, artigos publicados em periódicos

e anais de evento, que tivessem relação com a pesquisa, selecionados a partir da leitura dos respectivos resumos.

4. Resultados/Conclusões

O pensamento complexo requer que o conhecimento seja organizado, pois a aptidão da contextualização é muito importante. O pensamento complexo não atua por meio de ações isoladas, individuais, mas parte de ações integradas, que implicam no paradoxo do uno e do múltiplo; da ordem e da desordem.

No entanto, os sistemas de organização do conhecimento precisam de constante avaliação, em face do caráter dinâmico do seu conteúdo. O paradigma da complexidade é capaz de ligar princípios de inteligibilidade de diversas questões e domínios, reconhecendo traços de singularidade entre eles, ao invés de separar e isolar, se torna um pressuposto de comunicabilidade do todo com as partes e vice-versa; ora organizado, ora disperso.

Diferente de algumas das premissas propostas por Barité, os princípios do pensamento complexo de Morin estabelecem que o conhecimento disperso é útil e necessário, pois faz parte do processo do conhecer. Ordem e desordem se dispersam, e posteriormente, se unem no movimento incessante do devir, o qual comporta perfeitamente movimentos opostos.

Ademais, Morin não trata da informação registrada especificamente, contudo, o princípio dialógico, fundamentado no devir, concebe a ideia de fluidez que trata, de certa forma, de uma concepção mais fluida da informação e do conhecimento. O que converge com a ideia de informação líquida.

Outra ideia incompatível ao pensamento complexo, diz respeito aos sistemas de organização do conhecimento regidos a partir de leis uniformes e previsíveis, aplicáveis igualmente em qualquer área disciplinar. Os parâmetros são móveis, e não estáticos na ótica do pensamento complexo. Não podemos pensar em um padrão, nem mesmo na mesma área, pois correntes opostas podem conviver harmonicamente e serem usadas para uma proposta, e excluída na outra, dependendo dos objetivos.

Outro ponto a ser abordado, trata dos sistemas de conceitos organizados, segundo demandas funcionais ou de documentação. Morin também não trata deste ponto específico da organização do conhecimento. Porém, por meio da compreensão do pensamento complexo, vislumbramos que esta premissa de Barité é imbuída de determinismo, de aplicação limitada, a fim de usos específicos. Fato antagônico à teoria de complexidade, que como vimos, consiste em um tecido constituído de elementos heterogêneos associados ao paradoxo do uno e do múltiplo, com traços de ambiguidades e de incertezas.

Posto isso, cremos que nosso objetivo foi cumprido, à medida que traçamos um paralelo entre algumas premissas da organização do conhecimento de Barité com os princípios do pensamento complexo de Morin. Neste trabalho, tratamos das divergências, em trabalhos futuros poderemos estabelecer as convergências.

5. Referências Bibliográficas

- Barité, M. (2001). Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual em Bibliotecologia y Documentación. In: Carrara, K. (org.). *Educação, universidade e pesquisa*. Marília, SP: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo, SP: FAPESP.
- Guimarães, J. A. C. (2003). A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: Rodrigues, G. M.; Lopes, I. L. (org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília, DF: Thesaurus. pp. 100-118.
- Hjørland, B. (2017). Reviews of concepts in knowledge organization. *Knowledge Organization*, Germany, 44 (1), pp. 86-101.
- Hjørland, B. 2008. What is knowledge organization (KO). *Knowledge Organization*, Germany, 35 (2/3), pp. 86-101.
- Mariotti, H. (2007). Complexidade e pensamento complexo: breve introdução e desafios actuais. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 23 (6).
- Morin, E. (2017). *Cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2008). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2015). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Petraglia, I. C. (2003). *Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e saber*. Petrópolis: Vozes.
- Rabello, R., Guimarães, J. A. C. (2006). A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da organização do conhecimento: elementos para uma reflexão. In: Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação (Enancib), 7., Marília, SP. *Anais [...]*. Marília, SP: ANCIB.

Aspectos Epistemológicos e Mudanças Paradigmáticas da Arquivologia junto à Organização do Conhecimento

Rosale de Mattos Souza¹

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar as mudanças operadas na Epistemologia da Arquivologia junto à Ciência da Informação e à Organização do Conhecimento com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no período contemporâneo. Como metodologia o uso de levantamento e revisão de literatura, exploratória, comparativa e descritiva entre a Arquivologia Clássica e a Arquivologia Pós-moderna. Conclusões: A preservação dos documentos com a migração de conteúdos para outras mídias, em função da obsolescência dos equipamentos e dos programas de computador; As atividades de trabalho são em constante mudança e multifacetados; Os arquivistas têm que ser profissionais atualizados em conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos. As tecnologias da Informação e comunicação mudaram a sociedade, ampliando potencialidades cognitivas, existenciais, empresariais, patrimoniais, de acesso à informação, de direitos humanos em novas formas de integração através do meio digital: com mensagem eletrônica, a memória artificial, redes sociais, difundir acervos e conhecimentos em alta escala através da WEB com sites e páginas eletrônicas.

Palavras-chave: Arquivologia Clássica; Arquivologia Pós-Moderna; Tecnologias da Informação e da Comunicação; Mudanças de paradigmas; Organização do Conhecimento.

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar los cambios que se han producido en la Epistemología de la Archivología, junto con la Ciencia de la Información y la Organización del Conocimiento, con el uso de las Tecnologías de la Información y la Comunicación en la época contemporánea. La metodología utilizada fue una encuesta y revisión bibliográfica exploratoria, comparativa y descriptiva entre la Archivología Clásica y la Archivología Postmoderna. Conclusiones: La conservación de los documentos con la migración de los contenidos a otros soportes, debido a la obsolescencia de los equipos y programas informáticos; Las actividades laborales están en constante cambio y son multifacéticas; Los archiveros tienen que ser profesionales actualizados en cuanto a conocimientos culturales, científicos y tecnológicos. Las tecnologías de la información y la comunicación han cambiado la sociedad, ampliando el potencial cognitivo, existencial, empresarial, patrimonial, de acceso a la información y a los derechos humanos en nuevas formas de integración a través del entorno digital: con la mensajería electrónica, la memoria artificial, las redes sociales, la difusión de colecciones y conocimientos a gran escala a través de la WEB con sitios y páginas electrónicas.

Palabras clave: Archivología clásica; Archivología postmoderna; Tecnologías de la información y la comunicación; Cambios de paradigma; Organización del conocimiento.

Sumário: 1 Introdução. 1.1. Objetivos Geral. 1.2. Objetivos Específicos. 2 Metodologia. 3 Considerações finais. 4 Referencias Bibliográficas

1. Introdução

1.1. Objetivo geral: Analisar as mudanças operadas na Epistemologia da Arquivologia junto à Ciência da Informação e à Organização do Conhecimento

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
E-mail: rosale.m.souza@unirio.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5302-5629>

com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no período contemporâneo.

1.2. Objetivos Específicos: observar a imparcialidade, a neutralidade e a unicidade dos documentos que são características de arquivos, além dos princípios arquivísticos que vêm sendo discutidos e adaptados às mídias digitais.

Observou-se na Arquivologia Clássica Sir Hilary Jenkinson (1922) comparada com as mudanças paradigmáticas na Pós-Modernidade sobre estes conceitos em Hugh Taylor (1987), Theo Thomassen, e Terry Cook (2012). Os objetos da Arquivologia eram somente os Arquivos, os arquivistas, e os documentos, e passou a ter como objeto no período contemporâneo: a informação orgânica registrada, social e científica. Quanto à Diplomática associada à Arquivística, ao invés dos selos e assinaturas do passado, hoje em dia temos as assinaturas digitais e as autoridades certificadoras para os documentos digitais. Na postura clássica da Arquivologia Natalis de Wally em 1841 criou o Princípio de Respeito aos Fundos documentais ou da Proveniência : não se pode misturar um fundo documental a outros fundos documentais; O Respeito à Ordem original – respeitar a ordenação dos documentos exatamente como foram organizados; Respeito à Territorialidade, respeito ao local onde a documentação foi produzida, e as características de integridade, imparcialidade, naturalidade, unicidade, inter-relacionamento. Arquivologia como disciplina auxiliar da história no séc.XIX e o surgimento dos conceitos de memórias individuais e coletivas no séc. XX. A abordagem Pós-moderna da Arquivística na ótica do Arquivista Canadense Terry Cook(2012) da razão de preservação do documento de arquivo jurídico-administrativa do estado para uma razão sócio-cultural, baseada em usos públicos mais amplos; a maneira como os Arquivistas vêm tentando preservar os documentos como autênticos e confiáveis no meio eletrônico, preocupando-se com a migração do conteúdo para softwares atualizados; regras para arranjo e descrição de estruturas hierárquicas estáveis mudam para processos de produção de registros com múltiplas dinâmicas de criação e multiproveniência; os Arquivos, fundos documentais e documentos não estão mais numa ordem física e estática de acumulação, mas de processos não totalmente lineares.

2. Metodologia

A revisão de literatura, exploratória, comparativa e descritiva entre a Arquivologia Clássica e a Arquivologia Pós-moderna.

3. Considerações finais

A preservação dos documentos hoje se preocupa com a migração de conteúdos para outras mídias, em função da obsolescência dos equipamentos e dos programas de computador; As atividades de trabalho não são mais em ambientes estáticos, mas em constante mudança e multifacetados; Os arquivistas têm que ser profissionais atualizados em conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos. As tecnologias da Informação e comunicação mudaram o contexto da sociedade,

ampliando suas potencialidades cognitivas, empresariais, patrimoniais, de Acesso à informação, de direitos humanos em novas formas de integração através do meio digital: a mensagem eletrônica, memória artificial, difundir acervos, conhecimentos em alta escala através da WEB com sites, portais. Os princípios da Arquivística não são mais constituídos de leis imutáveis, mas como todos os campos de conhecimento são passíveis de revisões e atualizações.

4. Referências bibliográficas

- Araújo, C. A. A. (2014) *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos/ABRAINFO
- Associação dos Arquivistas Holandeses. (1975). *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Bellotto, H. L. 2019. In: *Arquivologia: objetivos e objetos*. In: <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>
- Brasil. Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. (2013) Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.
- Cook, T. (2013) Moda absurda ou Renascimento Profissional: Pós-modernismo e a Prática de Arquivo. Em: *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 1, p. 158-187, jan./jun.
- Duranti, L. (1994). Registros Documentais Contemporâneos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 50-64.
- Fonseca, M. O. K. (2005) *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Jardim, J. M. (2011) A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto Campo Científico no Brasil. Em: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia: a Formação e a Pesquisa nas Universidades Públicas Brasileiras. Angélica Alves da Cunha Marques, Cyntia Roncaglio e Georgete Medleg Rodrigues. Brasília: Thesaurus, p. 53-75.
- Jardim, J. M; Fonseca, M. O. K. (1992) As Relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *Cadernos BAD* (2), p. 29-45
- Jenkison, H. (1922). *A manual of Archive administration*. Oxford: Clarendon Press.

A Organização do Conhecimento nas Humanidades Digitais: uma abordagem exploratória a partir de manuais de HD

Ana Lúcia Terra ¹

Resumo: Este trabalho explora o contributo da Organização do Conhecimento (OC) para as Humanidades Digitais (HD), analisando a presença de teorias, métodos e técnicas da OC numa amostra de manuais HD. O objetivo principal é compreender como a OC, enquanto campo de estudo da Ciência da Informação, é incorporada nos contextos teóricos e práticos das HD. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e utiliza análise de conteúdo para identificar tópicos relativos à OC nos manuais de Gardiner & Musto (2015), Schreibman et al. (2016) e Drucker (2021). Os resultados destacam que, embora a expressão "Organização do Conhecimento" raramente seja explicitada, tópicos relacionados, como metadados, classificação, indexação, *tagging* e ontologias, são incorporados de modo substantivo. No manual de Gardiner & Musto (2015), a OC é abordada com ênfase na organização e manipulação de dados digitais, realçando o papel das bibliotecas e museus na gestão de metadados. Schreibman et al. (2016) dedicam vários capítulos à classificação e aos dados ligados, destacando a relevância de ontologias, como o modelo CIDOC-CRM, para projetos digitais em HD. Drucker (2021) adota uma perspectiva crítica, sublinhando que os sistemas de OC refletem valores culturais e ideológicos. Estes manuais demonstram que a OC é essencial para as HD, fundindo práticas tradicionais com tecnologias emergentes e promovendo novas abordagens epistemológicas. A pesquisa sugere que o diálogo entre a Ciência da Informação e as HD pode ser ampliado, reforçando a interdisciplinaridade e contribuindo para o avanço das metodologias em ambas as áreas.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Humanidades Digitais; Ciência da Informação; Metadados; Classificação.

Resumen: Este trabajo explora la contribución de la Organización del Conocimiento (OC) para las Humanidades Digitales (DH) mediante el análisis de la incorporación de teorías, métodos y técnicas de OC en una muestra de libros de texto de DH. El objetivo principal es comprender cómo la OC, en cuanto campo de estudio de la Ciencia de la Información, se incorpora a los contextos teóricos y prácticos de las HD. La investigación adopta un enfoque cualitativo y utiliza el análisis de contenido para identificar los temas relacionados con la OC en los manuales de Gardiner & Musto (2015), Schreibman et al. (2016) y Drucker (2021). Los resultados muestran que, aunque el término "Organización del Conocimiento" rara vez se hace explícito, los temas relacionados como los metadatos, la clasificación, la indexación, el *tagging* y las ontologías se incorporan de forma sustantiva. En el manual de Gardiner & Musto (2015), la OC se aborda con énfasis en la organización y manipulación de datos digitales, destacando el papel de bibliotecas y museos en la gestión de metadatos. Schreibman et al. (2016) dedican varios capítulos a la clasificación y a los datos enlazados, haciendo hincapié en la relevancia de las ontologías, como el modelo CIDOC-CRM, para los proyectos de HD. Drucker (2021) adopta una perspectiva crítica, subrayando que los sistemas de OC reflejan valores culturales e ideológicos. Estos manuales demuestran que la OC es esencial para las HD, fusionando prácticas tradicionales con tecnologías emergentes y promoviendo nuevos enfoques epistemológicos. La investigación sugiere que el diálogo entre la Ciencia de la Información y las HD puede ampliarse, reforzando la interdisciplinariedad y contribuyendo al avance de las metodologías en ambas áreas.

Palabras clave: Organización del Conocimiento; Humanidades Digitales; Ciencia de la Información; Metadatos; Clasificación.

¹ Universidade de Coimbra, CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares
E-mail: anatertra@fl.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1292-2849>

Sumário: 1. Introdução. 2. Objetivos e metodologia. 3. Resultados 4. Discussão e conclusões. 5. Referências bibliográficas.

1. Introdução

As Humanidades Digitais têm-se afirmado como um movimento de abertura e incorporação das tecnologias digitais na área das humanidades, iniciado em 1949 quando o padre jesuíta Roberto Busa contacta com Thomas Watson, fundador da IBM, para o apoiar na feitura do seu *Index Thomisticus*, projeto pioneiro dos estudos linguísticos com recursos computacionais. Desde então, mas sobretudo a partir da segunda década do novo milénio, as Humanidades Digitais foram sendo configuradas como uma nova área científica interdisciplinar (Walsh et al., 2022), para uns, ou transdisciplinar (Pimenta, 2020), para outros. Este movimento de construção assume-se como disruptivo ao procurar quebrar a separação tradicional entre as tecnologias digitais e as humanidades, ensaiando compatibilizar os métodos das ciências humanas e sociais com as características, procedimentos e potencialidades dos sistemas computacionais (Araújo, 2017).

O diálogo da Ciência da Informação com as Humanidades Digitais tem sido destacado por vários autores (Araújo, 2017; del Rio, 2018; Pimenta, 2020; Walsh et al., 2022), já que ambas se desenvolvem à volta de um discurso interdisciplinar, havendo frequentemente partilha de temáticas de investigação e de metodologias. Como refere (Pimenta, 2020, p. 2), os discursos de ambas «parecem convergir cada vez mais para um campo de interesses em comum onde o uso das tecnologias digitais nos diversos processos de mediação da informação ou de seu respectivo acesso e recuperação parecem indicar uma espécie de “encontro” entre as duas». Contudo, para aferir a efetividade e a magnitude deste encontro importa identificar os *loci* onde ele ocorre e quais os elementos participantes.

Este trabalho procura dar um contributo para este mapeamento indo às Humanidades Digitais buscar a presença da Ciência da Informação, ao invés de se situar na Ciência da Informação para destacar o contributo que esta pode dar às Humanidades Digitais, como tem sido mais habitual na literatura (Pimenta, 2020; Sula, 2013).

2. Objetivos e metodologia

O presente trabalho apresenta como objetivo principal analisar o contributo de teorias, métodos e técnicas da área da Organização do Conhecimento na área das Humanidades Digitais através da identificação da sua inclusão em manuais de Humanidades Digitais. Os objetivos específicos envolvem: 1. Caracterização genérica da estrutura de conteúdos dos manuais de Humanidades Digitais selecionados; 2. Identificação de tópicos relativos à organização do conhecimento presentes nestes manuais; 3. Categorizar os tópicos relacionados com a organização do conhecimento identificados nos manuais; 4. Discutir o contributo que a organização do conhecimento assume nos manuais de Humanidades Digitais e como isso configura a relação entre a Ciência da Informação e as Humanidades Digitais.

A escolha dos manuais de Humanidades Digitais como objeto de pesquisa decorre do facto de se apresentarem como um instrumento de estabilização e de formalização das Humanidades Digitais enquanto área de pesquisa e de estudo, tal como é próprio de qualquer manual para uso em contexto escolar ou académico. De facto, como sublinha Cunningsworth (1995), os manuais são uma referência para os professores e alunos, ao selecionarem um leque de conteúdos, que ilustram um significativo grau de aceitação por parte da comunidade científica em que se enquadram. Sendo as Humanidades Digitais um campo emergente de estudo, de investigação e de trabalho, com forte carater interdisciplinar, os manuais publicados com o intuito de fornecer um quadro conceptual, envolvendo princípios, teorias e terminologia específicos, e de delinear um cenário prático de aplicação, com ferramentas e técnicas, podem apresentar-se como um contributo interessante para identificar e compreender os contributos teóricos e práticos com que as diferentes ciências “alimentam” as Humanidades Digitais.

Para a seleção dos manuais, foi realizado um levantamento preliminar da bibliografia presente em disciplinas de Humanidades Digitais (<https://dhcr.clarin-dariah.eu/>). Em resultado desse levantamento, foram escolhidos três manuais (Drucker, 2021; Gardiner & Musto, 2015; Schreibman et al., 2016) em função da sua disponibilidade de acesso para esta investigação, o que implicou uma escolha por conveniência.

Trata-se, portanto, de um estudo exploratório baseado numa seleção por conveniência de manuais de Humanidades Digitais, em que se fez uso de uma abordagem qualitativa recorrendo à análise de conteúdo para a recolha, leitura, tratamento e interpretação dos dados.

3. Resultados

3.1. Caracterização genérica da estrutura de conteúdos dos manuais de Humanidades Digitais selecionados

O manual *The digital humanities: a primer for students and scholar* (Gardiner & Musto, 2015) apresenta-se como uma introdução e um guia prático para os humanistas que utilizam o digital para fazer investigação, organizar materiais, bem como analisar e publicar resultados. Depois de uma síntese da evolução histórica das humanidades digitais e do foco em algumas definições e fundamentos teóricos, a obra apresenta um conjunto de ferramentas digitais, com ênfase para as suas funcionalidades do ponto de vista do uso dos investigadores de Humanidades Digitais. Este grupo de ferramentas apresenta-se estruturado em quatro blocos: ferramentas baseadas em texto, ferramentas baseadas em dados, ferramentas de som e imagem e ferramentas orientadas para divulgação de resultados.

A obra *A New Companion to Digital Humanities* é um trabalho coletivo editado por Susan Schreibman, Ray Siemens e John Unsworth (Schreibman et al., 2016), que compreende 37 capítulos de 56 autores. O livro teve primeira edição em 2004 e, desde esse momento, teve a preocupação de incluir abordagens teóricas e práticas às Humanidades Digitais com contributos de autores de diferentes áreas,

nomeadamente especialistas da “Library and Information Studies”. Está estruturado em cinco partes, dedicadas às infraestruturas subjacentes às Humanidades Digitais, às fases de conceção, análise e disseminação de projetos, terminando com um conjunto de textos sobre o passado, presente e futuro das humanidades digitais.

O livro *The Digital Humanities Coursebook: an introduction to digital methods for research and scholarship* (Drucker, 2021) baseia-se no pressuposto de que as competências técnicas e a compreensão das questões críticas e dos problemas, numa determinada área de pesquisa, são inseparáveis. Assim, todos os 12 capítulos da obra estão focados na apresentação conhecimentos teóricos e no desenvolvimento de competências no uso das ferramentas digitais aplicadas às humanidades, mas abordam também aspetos éticos de reflexão crítica do seu uso. A origem da edição de 2021 remonta a um manual criado pela autora, no ano letivo de 2011-2012, na UCLA. A obra começa com uma introdução às Humanidades Digitais com ênfase para a sua definição, componentes e atividades. Seguem-se capítulos sobre modelação e uso de dados; digitalização; metadados, linguagens de marcação e descrição de dados; design de bases de dados; visualização da informação; mineração e análise de dados; mapeamento e sistemas de informação geográfica; 3D e modelos virtuais; design de interfaces; formatos de apresentação Web e, por fim, design de projetos e propriedade intelectual.

3.2. Identificação e categorização dos tópicos relativos à organização do conhecimento presentes nos manuais de HD

No manual de (Gardiner & Musto, 2015), apesar de não ocorrer nenhuma vez a expressão “knowledge organization” a ideia de Organização do Conhecimento está subjacente em várias partes da obra. Essa perspectiva é evidente no capítulo 2, intitulado “The organization of humanities research”, onde se incluem tópicos sobre representação, recolha de dados, classificação e documentação, manipulação, análise, interpretação, agregação e preservação, no que parece apresentar-se como um contínuo do ciclo dos dados e da informação nas Humanidades Digitais. Neste capítulo (p. 22-24), a atenção à questão da Organização do Conhecimento começa por sublinhar que uma das principais diferenças entre as ciências humanas, as ciências sociais e as ciências físicas deriva da forma como organizam os dados que estudam, no fundo, como manipulam, organizam e representam as suas evidências. Tanto nas ciências físicas como nas sociais, os dados são geralmente organizados e analisados em grandes classes: as semelhanças e os desvios podem ser avaliados através de meios matemáticos, estatísticos, métricos e outros meios quantitativos sofisticados. Estas provas são geralmente convertidas em dados digitais. Mas, para as humanidades, a matéria-prima de estudo tem sido tradicionalmente bastante diferente, individual e muitas vezes única: uma vida humana, uma obra de arte ou de arquitetura, uma escultura, uma poesia ou uma obra de ficção, o registo histórico de uma escritura, um testamento, um tratado, uma carta ou um conjunto de objetos individuais que são estudados em si mesmos e não reduzidos a estatísticas ou padrões de dados e seus desvios.

A categoria metadado tem seis ocorrências no texto. Refere-se o facto de as agregações de artefactos digitais se destacarem positivamente por virem acompanhadas de metadados consistentes e de dados catalográficos, normalmente com total acessibilidade e uso (p. 55). Adicionalmente, sublinha-se que as ferramentas digitais permitem adicionar metadados no processamento de imagens (p. 83) ou a partilha de metadados quando se trabalha na publicação e partilha (p. 88). É também incluída uma referência a metadados valorizando o facto de bibliotecas e museus disponibilizarem uma imensidão de imagens acompanhadas de metadados de qualidade (p. 172), o que favorece o trabalho dos humanistas digitais e também sustenta a gestão dos direitos digitais (p. 174). Por fim, refere-se que as bibliotecas têm contribuído para facilitar o trabalho computacional de dados das ciências humanas ao melhorar técnicas de catalogação, de pesquisa de palavras, criação de metadados e de classificação (p. 183).

Termos tradicionalmente associados à Organização do Conhecimento, como “indexing” e “tagging”, também estão presentes no texto mas de modo muito circunstancial. “Indexing” é associado à criação de uma estrutura de dados numa base de dados permitindo melhorar as operações de pesquisa e recuperação (p. 47). Por seu lado, “tagging” é apresentada como a ação de atribuir uma palavra-chave ou termo não hierárquico a um elemento de informação, como um recurso da Internet, uma imagem digital ou um ficheiro informático (p. 288). Esta ideia é reforçada quando se alude à ideia de organização de dados com referências ao trabalho de processamento do material recolhido em formato digital, incluindo a sua etiquetagem e estruturação, fazer parte do trabalho das Humanidades Digitais, e muito desse trabalho ser efetuado por arquivistas e bibliotecários (p. 41).

Uma perspetiva sublinhada na obra é também a de que a multiplicidade de plataformas, aplicações, técnicas e ferramentas de índole digital, tem vindo a mudar drasticamente a forma como os humanistas organizam a informação que recolhem, analisam, interpretam e o modo como divulgam os resultados (p. 14).

O trabalho editado por (Schreibman et al., 2016) incorpora contributos significativos de Organização do Conhecimento, ainda que também não haja referências explícitas à expressão. Assim, o termo metadado ocorre 78 vezes, com alusões ao facto de a modelação de conteúdos, quer seja realizada manualmente ou através de um processo (semi-)automatizado, se destinar a criar uma representação de metadados do documento, a qual serve como substituto do documento e destaca as principais entidades relacionadas com o documento (p. 175). São também referidos tipos específicos de metadados, como o XML(86 ocorrências) ou o TEI (141 ocorrências).

Já a ideia de representar conceitos através de termos parece ter um peso pouco significativo na obra, com a palavra “tagging”, com 15 ocorrências, e “indexing”, com 16 ocorrências, a serem pouco frequentes. Com efeito, este manual, no que à Organização do Conhecimento diz respeito, enfatiza essencialmente o papel da classificação e das suas estruturas (capítulo 26) para a análise dos dados usados em pesquisas e projetos de humanidades digitais, bem como as potencialidades dos dados ligados para fundamentar uma web semântica do conhecimento nas Humanidades (capítulo 18). Verifica-se, portanto, que a obra dedica dois capítulos a

temas intrínsecos à Organização do Conhecimento, quer nos seus fundamentos teóricos, com referências à classificação, quer nos procedimentos e tecnologias mais atuais, com os dados ligados e a web semântica.

O capítulo intitulado “Classification and its structures” (p. 377-393), da responsabilidade de C. M. Sperberg-McQueen, fornece uma síntese bem estruturada para iniciar os humanistas digitais nesta abordagem à Organização do Conhecimento. Apresenta a definição e as funções do processo de classificação e das classificações. Segue-se a distinção entre classificações unidimensionais (classificações nominais, essencialmente listas de rótulos) e as que se apresentam como espaços multidimensionais (em que se consideram simultaneamente várias características dos objetos), dando como exemplo, entre outros, a Classificação de Dewey. Seguem-se alguns apontamentos sobre distinções entre vários tipos de classificações, incluindo classificações facetadas e sistemas enumerativos, sobre discussões relativas às notações, com referências aos *Prolegomena* do Ranganathan e à Classificação da Biblioteca do Congresso. Neste capítulo, são também abordadas as linguagens vocabulares, com a ressalva que se distinguem das linguagens categoriais, não sendo consideradas classificações em sentido estrito. A distinção entre sistemas pré-coordenados e pós-coordenados também é apresentada. Apresenta-se depois a síntese de algumas regras para a elaboração de esquemas de classificação, com alusões a exemplos praticados nas classificações bibliográficas para resolver situações com as quais os humanistas digitais se deparam, como a necessidade de prever ampliações semânticas e a adição de novos conceitos, como é bem visível nesta passagem «Library classification schemes often attempt to achieve this by providing standard schedules for subdividing classes by chronology, geographic distribution, and so on, to be applied according to the judgment of the classifier; the *Colon Classification* goes further by defining an array of abstract semantic concepts which can be used when subdivision by other standard axes is not feasible or appropriate» (Schreibman et al., 2016, p. 386). Além desta abordagem de índole mais aplicada, o texto também discorre sobre visões epistemológicas das classificações, concluindo que não existem classificações “perfeitas”, pois todas as classificações existentes captam apenas um subconjunto das propriedades imagináveis dos objetos, havendo que fazer escolhas frequentemente por razões pragmáticas. Discorre, então, sobre a necessidade de criar um esquema de classificação adequado ao projeto onde será aplicado ou de adotar um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) já existente, com referências a propostas de várias áreas, desde classificações orientadas para a linguística ou para a pesquisa histórica. O capítulo termina com referências às dificuldades e potencialidades da classificação de imagens tanto através de linguagens naturais não controladas, como de reconhecimento automático de similaridades através de ferramentas tecnológicas.

Outro capítulo que podemos identificar como um contributo da Organização do Conhecimento para este manual é o texto de Dominic Oldman, Martin Doerr e Stefan Gradmann (p. 251-273), intitulado “Zen and the Art of Linked Data: New Strategies for a Semantic Web of Humanist Knowledge”. Os autores enfatizam que a Web Semântica coloca desafios a curto e a longo prazo aos humanistas na promoção de uma abordagem mais orientada para o significado da representação dos dados. Para

lidar com as ferramentas de representação do conhecimento, na Web Semântica, os humanistas, os programadores de software e os responsáveis por projetos de Humanidades Digitais devem compreender que tipo de significado os humanistas necessitam de obter e que pode ser representado nestas ferramentas. Na verdade, apresentam uma abordagem crítica aos usos e às potencialidades atribuídas à Web Semântica e aos Dados Ligados, afirmando «While basic Linked Data publication may well be useful for some kinds of data, it is usually counterproductive for many types of humanities sources unless adapted to reflect specific methods and practices, and integrated into the epistemological processes they genuinely belong to» (Schreibman et al., 2016, p. 255). Discorrendo sobre os conceitos de significado e de modelação para a Web Semântica, concluem que a representação do conhecimento, independentemente da tecnologia de implementação, é o passo fundamental mais importante para trabalhar a integração da informação com as tecnologias digitais. Todos os formatos tecnológicos, sejam eles XML, bases de dados relacionais ou mesmo o RDF, têm vantagens e desvantagens. Neste seguimento, é referido o CIDOC - Conceptual Reference Model (CIDOC-CRM), uma ontologia desenvolvida para a área do património cultural, sustentando-se que a utilização de ontologias como esta cria uma plataforma para análises macro e micro mais precisas. O uso das ontologias é apresentado como uma solução para melhorar a representação do conhecimento em projetos de Humanidades Digitais, mas realça-se que são necessárias novas competências para permitir que os humanistas atuem e influenciem as complexidades da Web Semântica. Caso isso não se verifique, a "intersecção" das Humanidades Digitais nesta área será desequilibrada e não concretizará as potencialidades anunciadas.

Na obra da autoria de (Drucker, 2021), encontramos duas referências explícitas à Organização do Conhecimento. Primeiro, as ontologias são identificadas como sistemas de organização do conhecimento, enquanto as taxonomias não são apresentadas como tal. Depois, aludindo à sua importância nos projetos de “arqueologia de sistemas tecnológicos”, onde é referido que as questões de organização do conhecimento são inseparáveis das características e da história desses sistemas (p. 226).

No capítulo sobre metadados, linguagens de marcação e descrição de dados (p. 52-69), enquadram-se os metadados descritivos como sendo transversais a todos os sistemas e atividades de classificação do conhecimento. É ainda dedicada atenção especial à classificação, com referências às classificações bibliográficas tradicionais, como a Classificação Decimal Dewey ou a Classificação da Biblioteca do Congresso. Justifica-se que os sistemas de classificação são aplicados de várias formas e que são úteis no campo das Humanidades Digitais pois permitem organizar os materiais num sítio Web, organizar ficheiros num sistema informático, ou para identificar e nomear objetos digitais e/ou os materiais analógicos a que se referem. Qualquer sistema de classificação impõe uma ordem secundária aos objetos, sejam eles textos, objetos físicos, ficheiros imagens, gravações, etc. Mas, além de usarmos os sistemas de classificação para identificar e ordenar, também os usamos para criar modelos de conhecimento. Os modelos de conhecimento expõem e incorporam diferenças culturais e valores, estando implícitos em cada ato de nomear ou

organizar. Nenhum sistema de classificação é neutro em termos de valores ou objetivos, todos trazem em si a marca ideológica da sua produção. Neste capítulo, são também abordadas as ontologias, com particular relevo para as ontologias leves e para a sua relação com as folksonomias, na capacidade que apresentam de reproduzir diferentes modelos cognitivos acerca do mundo, facultando a conjugação de modelos produzidos por entidades governamentais, por exemplo, com visões de comunidades locais.

4. Discussão e conclusões

Não ocupando um lugar central nos manuais de Humanidades Digitais analisados, a Organização do Conhecimento, tanto do ponto de vista dos conceitos mas sobretudo do ponto de vista de instrumentos e processos, é referida com alguma frequência. A sua presença implícita é observada na forma como esses textos tratam da representação, classificação e gestão de dados, evidenciando a sua relevância teórica e prática para a área.

No manual de Gardiner e Musto (2015), a Organização do Conhecimento é abordada indiretamente por meio de temas como a classificação e manipulação de dados, metadados e folksonomias (*tagging*). O texto destaca a singularidade dos objetos de estudo das humanidades e a forma como as ferramentas digitais transformam práticas tradicionais de organização e análise de dados. Além disso, ressalta-se o papel de metadados consistentes no acesso e preservação dos artefatos digitais, destacando a sua importância em instituições culturais, como bibliotecas e museus.

Já o manual editado por Schreibman et al. (2016) apresenta uma abordagem mais aprofundada da Organização do Conhecimento, dedicando capítulos inteiros a temas como a classificação e os dados ligados. O texto discute classificações tradicionais (e.g., Dewey e Ranganathan) e as suas aplicações, além de explorar os desafios da Web Semântica e do uso de ontologias, como o CIDOC-CRM. A obra enfatiza a necessidade de os investigadores das áreas das humanidades compreenderem as normas, técnicas, processos e tecnologias associadas à representação e organização do conhecimento para maximizar o potencial das ferramentas digitais.

Por fim, Drucker (2021) oferece uma perspetiva crítica, destacando os valores culturais e ideológicos embutidos nos sistemas de organização do conhecimento. O texto aborda ontologias e folksonomias como instrumentos de organização flexíveis que permitem a coexistência de modelos cognitivos diversos, além de explorar a história e as características dos sistemas tecnológicos.

Esses manuais evidenciam que a Organização do Conhecimento é essencial para a concretização de projetos de Humanidades Digitais, fundindo práticas tradicionais com tecnologias emergentes e oferecendo ferramentas para explorar novos paradigmas epistemológicos.

Assim, verifica-se que os manuais de Humanidades Digitais configuram um *locus* interessante e relevante para compreender a relação entre a Ciência da Informação e as Humanidades Digitais.

Tratando-se de um trabalho exploratório esta linha de pesquisa poderá ser aprofundada, permitindo conhecer de modo mais substantivo o contributo da Ciência da Informação, no geral, e da Organização do Conhecimento, em específico, que está a ser incorporado pela comunidade das Humanidades Digitais nas suas praxis de reflexão e atuação. Em trabalhos futuros de análise de manuais de Humanidades Digitais será possível aprofundar em que medida a Organização do Conhecimento desempenha um papel estratégico na formalização e aplicação das Humanidades Digitais, identificando contributos de teorias, técnicas e procedimentos passíveis de serem assimilados pelas Humanidades Digitais, propondo a sua inclusão nesses manuais.

Referências bibliográficas

- Araújo, C. A. Á. (2017). Teorias e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. *Informação em Pauta*, 2(2), 9–34.
- Cunningsworth, A. (1995). *Choosing your coursebook*. Macmillan Education.
- del Rio, G. (2018). Humanidades Digitales CAICYT: Las Humanidades Digitales en la agenda de investigación de las Ciencias de la Información. *8va JoBiCyT Del Congreso de ABGRA*. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3233995>
- Drucker, J. (2021). *The Digital Humanities coursebook: an introduction to digital methods for research and scholarship*. Routledge.
- Gardiner, E., & Musto, R. G. (2015). *The digital humanities: a primer for students and scholars*. Cambridge University Press.
- Pimenta, R. M. (2020). Por que Humanidades Digitais na Ciência da Informação? Perspectivas pregressas e futuras de uma prática transdisciplinar comum. *Informação & Sociedade: Estudos*, 30(2), 1–20. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n2.52122>
- Schreibman, S., Siemens, R., & Unsworth, J. (Eds.). (2016). *A new companion to digital humanities*. Wiley Blackwell.
- Sula, C. A. (2013). Digital Humanities and Libraries: a conceptual model. *Journal of Library Administration*, 53(1), 10–26. <https://doi.org/10.1080/01930826.2013.756680>
- Walsh, J. A., Cobb, P. J., de Fremery, W., Golub, K., Keah, H., Kim, J., Kiplang'at, J., Liu, Y. H., Mahony, S., Oh, S. G., Sula, C. A., Underwood, T., & Wang, X. (2022). Digital humanities in the iSchool. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 73(2), 188–203. <https://doi.org/10.1002/asi.24535>

Fundamentos da Ciência da Informação: arcabouços teóricos nos Programas de Pós-Graduação brasileiros

Edivanio Duarte de Souza¹; Dalgiza Andrade Oliveira²; Jonas Aron Cardoso Diniz³

Resumo: Este trabalho objetiva analisar componentes curriculares dos Fundamentos Teóricos da Ciência da Informação nos programas de pós-graduação brasileiros que sustentam categorias analíticas, nas áreas de concentração e nas linhas de pesquisa. Nessa perspectiva, recorta-se as disciplinas na área de Organização da Informação e do Conhecimento (OIC), a partir das quais serão, posteriormente, levantados os referenciais nos componentes curriculares; descritas as teorias nos referenciais mapeados e verificados os indícios de compartilhamento de teorias. Definiu o método indutivo como parâmetro geral de estudo. A pesquisa, conforme os objetivos, se caracteriza como exploratório-descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, operacionalizada a partir de pesquisas documental e bibliográfica. O universo compreende os componentes curriculares sobre fundamentos teóricos dos programas de pós-graduação brasileiros que ofertam cursos de Mestrado e Doutorado acadêmicos. A amostra compreende disciplinas do domínio da OIC, naquele domínio de estudo. A coleta de dados foi realizada junto aos programas de pós-graduação evidenciando a área de OIC. Considera-se que parte dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação contemplam em suas matrizes diferentes componentes curriculares dedicados à OIC. A partir disso, com os desdobramentos da pesquisa, espera-se ampliar e aprofundar o conhecimento acerca do lastro teórico que sustenta as linhas dos programas de pós-graduação, bem como o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação em informação.

Palavras-chave: Fundamentos da Ciência da Informação; Organização da Informação; Organização do Conhecimento; Disciplinas; Programas de pós-graduação.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar componentes curriculares de los Fundamentos Teóricos de las Ciencias de la Información en programas de posgrado brasileños que sustentan categorías analíticas, en áreas de concentración y líneas de investigación. Desde esta perspectiva se seleccionan las asignaturas del área de Organización de la Información y el Conocimiento (OIC), de las cuales luego se recogerán los referentes en los componentes curriculares; Las teorías se describieron en las referencias mapeadas y se verificó la evidencia del intercambio de teorías. Definí el método inductivo como un parámetro general de estudio. La investigación, según los objetivos, se caracteriza por ser exploratoria-descriptiva, con enfoque cualitativo y cuantitativo, operacionalizada a partir de la investigación documental y bibliográfica. El universo comprende los componentes curriculares basados en fundamentos teóricos de los programas de posgrado brasileños que ofrecen cursos académicos de Maestría y Doctorado. La muestra está compuesta por sujetos del dominio OIC, en ese campo de estudio. La recolección de datos se realizó en programas de posgrado destacando el área OIC. Se considera que parte de los programas de posgrado en Ciencias de la Información incluyen en sus matrices diferentes componentes curriculares dedicados a la OIC. A partir de esto, con el desarrollo de la investigación, se espera ampliar y profundizar el conocimiento sobre las bases

¹ Filiación: Universidade Federal de Alagoas
E-mail: edivanio.duarte@ichca.ufal.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7461-828X>

² Filiación: Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: dalgizamg@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0814-6325>

³ Filiación: Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: jonasacd@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3080-5005>

teóricas que sustentan las líneas de los programas de posgrado, así como la docencia, la investigación, la extensión y la innovación en información.

Palabras clave: Fundamentos de las Ciencias de la Información; Organización de la Información; Organización del Conocimiento; Disciplinas; Programas de posgrado.

Sumário: 1. Introdução; 2. Breve histórico da Ciência da Informação no Brasil; 3. Metodologia; 4. Resultados parciais. 5. Considerações finais. 6. Referências

1. Introdução

Os estudos sobre informação ganham impulso, em meados do século XX, fundamentados na convergência de diferentes elementos que constituem a base de produção, quais sejam pesquisadores, teorias, tecnologias, metodologias, e áreas do conhecimento, entre outros.

Tomando como referência esses pressupostos, a produção de conhecimento em informação se caracteriza pelo compartilhamento de teorias e de metodologias na medida em que a área se estrutura a partir da pluralidade de diferentes pesquisadores, com formações acadêmicas diversas, áreas de conhecimento afins e fundamentos teórico-metodológicos, com a perspectiva de construções interdisciplinares. Porém, embora os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) brasileiros ofertem em suas matrizes curriculares disciplinas destinadas aos estudos dos arcabouços teóricos, essas abordam, em grande medida, a história do surgimento da área, a constituição do campo científico e a delimitação do objeto de estudo. Ressalta-se que é evocado sempre que essa área ainda tem seus paradigmas indefinidos ou em construção, embora suas origens permeiem o final da primeira metade do século passado.

Este trabalho objetiva enunciar a presença de arcabouços teóricos, compreendendo equações, leis, modelos, teoremas e teorias, entre outros, nas disciplinas de Fundamentos Teóricos da Ciência da Informação nos PPGCI do Brasil, que sustentam as categorias analíticas gerais e específicas, presentes, respectivamente, nas áreas de concentração e nas linhas de pesquisa. Contudo, recorta-se, neste estudo, as disciplinas que compõem, neste domínio, a Organização da Informação e do Conhecimento (OIC), muitas vezes, apontado na literatura como principal subárea da Ciência da Informação. Com efeito, há condições que podem resultar em algumas fragilidades de ordens diversas, entre as quais se podem destacar a dificuldade no aprofundamento de estudos; a baixa qualidade da produção bibliográfica, técnica e artística; os entraves no avanço dos programas de pós-graduação e, por conseguinte, a dificuldade de consolidação da área da Ciência da Informação como um todo.

Assim, apresenta-se, neste estudo de maneira sintética, breve histórico da Ciência da Informação no Brasil, a metodologia e os resultados parciais e as conclusões.

2. Breve histórico da Ciência da Informação no Brasil

O primeiro curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil foi criado em 1970, conforme Pinheiro (2007), entre um convênio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No seu nascedouro, não contava com Doutores formados, nesse campo, no Brasil, tendo recebido a colaboração de pesquisadores estrangeiros como Tefko Saracevic, Frederick Wilfrid Lancaster, Ingetraut Dahlberg, e Douglas Foskeet, dentre outros, que contribuíram, de forma efetiva, com a formação dos primeiros mestres em Ciência da Informação, no país (Zaher, 1995; Souza, Carvalho & Ramos, 2020). Nesse período, também havia alunos que se originavam de países latino-americanos que vinham cursar o mestrado do IBICT (Oliveira, 2011). Desde então, a área da Ciência da Informação tem ampliado os cursos e os Programas de Pós-Graduação (PPG) no Brasil, de forma gradativa.

De acordo com a Plataforma Sucupira⁴, mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵, o Brasil possui, atualmente, 30 PPG em funcionamento que têm como área básica a Ciência da Informação. Entre eles, os cursos de mestrado e de doutorado acadêmicos e os cursos de mestrados profissionais em modalidade *stricto sensu*. Assim, são ofertados 19 mestrados acadêmicos, 11 mestrados profissionais e 14 de doutorados acadêmicos, totalizando 44 cursos. Constituem-se como objeto de análise deste estudo os PPGCI que ofertam cursos de mestrado e doutorado acadêmicos.

Os programas concentram-se em sua quase totalidade em universidades públicas, sendo apenas um em universidade de origem privada, na Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Destaca-se também o programa da Universidade Federal do Pará (UFPA), que foi aprovado em junho de 2023, sendo o primeiro e o único da Região Norte do país.

3. Metodologia

O método indutivo foi definido como parâmetro geral da pesquisa. Quando aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como exploratório-descritiva e, quanto à abordagem, qualitativa e quantitativa. Conforme os procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa se caracteriza como documental e bibliográfica, pois tem como base, respectivamente, os componentes curriculares dos programas de pós-graduação que pretendem abordar os fundamentos da Ciência da Informação e os referenciais teóricos adotados nesses componentes curriculares, evidenciando o núcleo disciplinar que se volta para a OIC. A pesquisa tem como universo os programas de pós-graduação brasileiros que ofertam mestrados e doutorados acadêmicos, na modalidade *strito sensu*.

⁴ A Plataforma Sucupira é uma ferramenta de atualização e de compartilhamento de informações acadêmicas. Através dessa plataforma, a CAPES consegue realizar de forma mais eficiente o acompanhamento e as avaliações periódicas sobre os dados dos programas de pós-graduações que existem no país. Além disso, a plataforma também funciona como uma base de referência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Disponível em: <https://blog.mettzer.com/plataforma-sucupira/>

⁵ Instituição federal, de natureza pública, responsável, no Brasil, pela regulamentação da Pós-Graduação.

3.1 Universo e amostra da pesquisa

O universo da pesquisa é composto pelos componentes curriculares sobre fundamentos teóricos dos PPGCI brasileiros que ofertam cursos de Mestrado e Doutorado acadêmicos. A amostra compreende disciplinas do domínio da OIC, que é apontada, muitas vezes, como a principal subárea da Ciência da Informação.

3.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada junto aos PPGCI brasileiros, especificamente, às ementas dos componentes curriculares que pretendem abordar os fundamentos teóricos evidenciando a área da OIC.

O mapeamento dos PPGCI foi, inicialmente, realizado junto à Plataforma Sucupira. No que se refere às linhas de pesquisa e às disciplinas, o levantamento se deu nos próprios *sites* dos programas para fins de identificação da presença do campo da OIC.

Para a sistematização dos dados foram construídas planilhas no *software* Microsoft Excel, a partir das quais foi realizada a mineração de dados para fins da construção dos quadros, tabelas e gráficos necessários à discussão e à apresentação dos resultados.

4. Resultados parciais

Após mapeamento e sistematização dos dados, abaixo, apresenta-se o Quadro 1 com os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Quadro 1 – Lista dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação

Programas	Ano de Criação	Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT/UFRJ)	1970	1994
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG)	1976	1996
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF/UnB)	1978	1992
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UNESP)	1998	2004
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA)	2000	2010
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN/UFSC)	2003	2012
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB)	2006	2012
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/USP)	2006	2006
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	2008	2017

(PPGCI/UFPE)		
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFF)	2009	2015
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento da Fundação Mineira de Educação e Cultura (PPGSIGC/FUMEC)	2010	2015
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UEL)	2012	2018
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC/UFMG)	2015	2015
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPA)	2016	2023

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O Quadro 1 revela que a Pós-graduação em Ciência da Informação, no Brasil, nasce na década de 1970, tendo seu ápice em criação de cursos na década de 2000. Contudo, o impulsionamento dos cursos de Doutorado vem na década seguinte. Há que se destacar que houve uma ampliação de cursos e de vagas na graduação nesses períodos, o que levou a necessidade de qualificação de um número maior de pessoas, inclusive para o exercício da docência.

Evidencia-se que os cursos de mestrado e de doutorados acadêmicos estão localizados, principalmente, na Região Sudeste, com sete deles assim distribuídos: PPGCI/USP, PPGCI/UNESP, PPGCI/UFMG, PPGGOC/UFMG⁶, PPGSIGC/FUMEC, PPGCI-IBICT/UFRJ e PPGCI/UFF. Na sequência, a Região Nordeste com três: PPGCI/UFBA, PPGCI/UFPB e PPGCI/UFPE. A Região Sul apresenta dois programas: PPGCIN/UFSC e PPGCI/UEL. A Região Centro-Oeste e Região Norte conta cada uma com um programa, respectivamente, PPGCI/UnB e PPGCI/UFPA. Observa-se que a concentração na Região Sudeste⁷ tem se mantido desde o início da implantação dos programas, tal fato pode ser atribuído a um número maior de Universidades que concentram cursos de Biblioteconomia e que, conforme Dias (2002), foram os espaços que deram lugar ao desenvolvimento da Pós-graduação em Ciência da Informação no país. No outro extremo, tem-se que as regiões que ofertam menos cursos de Pós-graduação na área, são as que possuem menos cursos de Biblioteconomia.

A seguir, por meio da representação disposta no Quadro 2, demonstra-se as distribuições das linhas de pesquisas dos PPGCI, no país.

⁶ A Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais é a única no país que possui dois Programas que têm como área de concentração, a Ciência da Informação.

⁷ Compõe os estados brasileiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Concentra o maior Produto Interno Bruto (PIB), sendo também a região com a maior população do país.

Quadro 2 – Linhas de pesquisa dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação

Programa	Linhas de Pesquisa
PPGCI/IBICT/UFRJ	Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento
	Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação
PPGCI/UFMG	Memória social, patrimônio e produção do conhecimento
	Políticas públicas e organização da informação
	Usuários, gestão do conhecimento e práticas informacionais
PPGCINF/UnB	Produção, socialização e usos da informação e do conhecimento
	Gestão, tecnologias e organização da informação e do conhecimento
PPGCI/UNESP	Informação e Tecnologia
	Produção e Organização da Informação
	Gestão, Mediação e Uso da Informação
PPGCI/UFBA	Políticas e Tecnologias da Informação
	Produção, circulação e mediação da Informação
PGCIN/UFSC	Memória, Mediação e Organização do Conhecimento
	Informação, Comunicação Científica e Competência
	Dados, Inteligência e Tecnologia
	Gestão da Informação e do Conhecimento
PPGCI/UFPB	Organização, Representação, e Tecnologias da Informação
	Memória, mediação e apropriação da Informação
	Ética, Gestão e Políticas de Informação
PPGCI/USP	Apropriação Social da Informação
	Gestão de Dispositivos de Informação
	Organização da Informação e do Conhecimento
PPGCI/UFPE	Memória da Informação Científica e Tecnológica
	Comunicação e Visualização da Memória
PPGCI/UFF	Informação, Cultura e Sociedade
	Fluxos e Mediações Sócio-Técnicas da Informação
PPGSIGC/FUMEC	Gestão da Informação e do Conhecimento
	Tecnologia e Sistemas de Informação
PPGCI/UEL	Organização e Representação da Informação e do Conhecimento
	Compartilhamento da Informação e do Conhecimento
PPGGOC/UFMG	Arquitetura e Organização do Conhecimento
	Gestão e Tecnologia da Informação e Comunicação
PPGCI/UFPA	Mediação e Uso da Informação
	Organização da Informação

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No Quadro 2, é possível verificar que as linhas de pesquisas dos PPGCI possuem uma capilaridade muito abrangente, todavia, de maneira mais geral, verifica-se que termos como Informação, Conhecimento, Organização, Tecnologia e Gestão aparecem com maior regularidade. Há que se ressaltar que alguns programas possuem nomes de linhas de pesquisa que são coincidentes como “Gestão da Informação e do Conhecimento”, por exemplo, no PPGCI/UFSC e no

PPGSIGC/FUMEC, ou muito próximas como o caso da linha “Gestão, Mediação e Uso da Informação” no PPGCI/UNESP e “Mediação e Uso da Informação”, no PPGCI/UFGA.

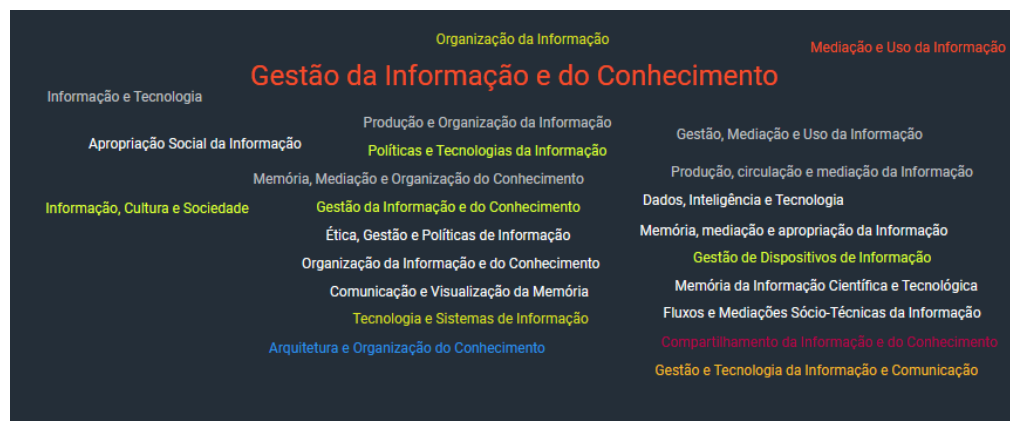


Figura 1 – Linhas de pesquisas/PPGCI do Brasil. Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A partir da Figura 1 é possível visualizar como a ênfase no termo Informação é mais evidenciada, seguida pelo termo Conhecimento e Organização. Observa-se, de toda forma, que há uma grande dispersão de temáticas abrangidas e de cobertura no campo da OIC, que permeiam e prepassam essas linhas e que são manifestadas nos estudos resultantes da produção científica da área da Ciência da Informação, embora, neste estudo, não tenha sido objeto de análises.

Na sequência, a amostra da pesquisa é evidenciada pelas disciplinas listadas no Quadro 3, abaixo. Após análise das ementas, foi possível identificar o conjunto ou a unidade disciplinar, uma que alguns programas elencam apenas uma disciplina que aborda a OIC, por PPGCI.

Quadro 3 – Lista de disciplinas relacionadas à Organização do Conhecimento nos cursos de doutorado no Brasil

Programa	Disciplina
PPGCI/IBICT/UFRJ	Sistemas de Organização do Conhecimento
	Organização de Domínios de Conhecimento
	Modelagem de Organização e Representação do Conhecimento
	Web Semântica
PPGCI/UFGA	Linguagem, documento e mediação: estudos em organização da informação
PPGCINF/UnB	Fundamentos em Organização da Informação
PPGCI/UNESP	Abordagens críticas em Organização do Conhecimento
	Bases Teórico-Metodológicas da análise de domínio em Ciência da Informação
	Metateoria e análise de domínio em organização do conhecimento

Programa	Disciplina
	Metodologías de evaluación de Indización
	Elementos Eticos de Organizacao e Representacao do Conhecimento
	Sistemas de organização do conhecimento: aspectos teóricos e metodológicos
	Bases Epistemológicas em organizacao do conhecimento
	Epistemologia da Ciência da Informação
	Formas de representação da informação: das bases teórico-metodológicas às aplicações tecnológicas em ambientes digitais
	Metadados no Domínio Bibliográfico
	Modelos de leitura para o processo de indexação
	Recuperação de Informação: técnicas e tecnologias
	Formas de representação da informação: das bases teórico-metodológicas às aplicações tecnológicas em ambientes digitais
	Classificação, Conhecimento e Poder
PPGCI/UFBA	Organização, Recuperação e Disseminação da Informação
PGCIN/UFSC	Organização do Conhecimento e Gestão Documental
	Sistemas de Organização do Conhecimento
PPGCI/UFPB	Representação do Conhecimento e Ontologias
	Signo, Significado e Informação
	Fundamentos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento
	Representação da Informação e do Conhecimento
PPGCI/USP	Recuperação da Informação
	Ciência e método em Ciência da Informação e Organização do Conhecimento: diálogos interdisciplinares
PPGCI/UFPE	Bases Epistemológicas da Organização do Conhecimento
	Representação e Recuperação da Informação
PPGCI/UFF	Fundamentos da Análise e Tratamento da Informação
	Instrumentos Terminológicos de Representação e Recuperação da Informação e do Conhecimento
	Modelos e Teorias de Representação de Domínios de Conhecimentos
	Organização e Representação da Informação e do Conhecimento em Ambientes Digitais
	Recuperação da Informação
PPGSIGC/FUMEC	Fundamentos Teóricos da Informação e do Conhecimento
PPGCI/UEL	Tópicos Especiais em Organização do Conhecimento
	Tópicos Especiais em Ciência da Informação: Tecnologias de Representação e Organização
PPGGOC/UFGM	Sistemas de Organização do Conhecimento
	Estudos Avançados em Informação e Conhecimento
	Bibliotecas Digitais
	Teoria e Repr. do Conhecimento em Sistemas
	Representação Ontológica em Sistemas Formais
	Sistemas de Informação Organizacionais
	Sistemas de Recuperação da Informação

Programa	Disciplina
PPGCI/UFPA	Serviços de Redes Sociais Online: fundamentos
	Organização e Representação da Informação para a Amazônia brasileira
	Organização do Conhecimento: instrumentos de representação
	Metodologias de avaliação de Indización
	Linguagem e Discurso em Face à Organização do Conhecimento

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As análises iniciais, acentuadamente preliminares, sobre as disciplinas que em suas ementas tratam de temáticas relativas à OIC, demonstram que o PPGCI/UNESP possui um número expressivo de 15 unidades ofertadas. Destaca-se que esse programa tem uma linha de pesquisa que se denomina Produção e Organização da Informação. Ressalta-se ainda que esse programa é o que tem a maior nota de avaliação na área da Ciência da Informação, conferida pela CAPES, na atualidade. Ademais, essa grande concentração disciplinar no campo da OIC pode se dar em decorrência da influência de um corpo docente muito inclinado às pesquisas nessa área. Na sequência, aparece o PPGGOC/UFGM com sete disciplinas. Esse programa que foi criado em 2015, possui um núcleo de docentes bibliotecários bastante significativo, o que pode contribuir para a oferta desse número de disciplinas que se voltam para essa ênfase que pode ser também entendida como o núcleo base da área biblioteconômica. Os PPGCI da UFF, UFPB e UFPA contam com cinco disciplinas cada um, seguidos pelo PPGCI/IBICT com quatro, PPPGCI da UFSC, UFPE e UEL com duas os demais com apenas uma disciplina.

Embora, em particular, o PPGCI/UFAL tenha a linha de pesquisa Produção, Mediação e Gestão da Informação, que contempla a organização da informação, no segundo eixo temático, sua matriz curricular ainda não dispõe de elementos disciplinares específicos acerca da OIC.

5. Considerações finais

A partir dos resultados preliminares, considera-se que as ementas das disciplinas levam ao entendimento de que a Ciência da Informação, no Brasil, tem contemplado o campo da OIC de maneira mais aprofundada em alguns PPGCI e, em outros menos. Contudo, o campo é parte fundamental no que se refere ao núcleo disciplinar dos Fundamentos Teóricos da Ciência da Informação, ao se considerar a forte presença, em grande parte, dos programas de pós-graduação brasileiros. Inobstante à nominata das disciplinas, da variedade e da dispersão nesses aspectos, ao se deter sobre as análises das ementas, é possível identificar os indícios, as teorias e as conformações presentes nos fenômenos que dão lugar ao domínio da OIC.

De qualquer modo, o estudo, ainda em fase inicial, poderá revelar de forma mais precisa como o campo da OIC se apresenta como um dos principais

componentes da curriculares da Ciência da Informação, constituindo-se como indispensável ao seu estatuto científico. E mais, a partir disso, com os desdobramentos da pesquisa, espera-se ampliar e aprofundar o lastro teórico que sustenta o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação nos programas de pós-graduação e, especialmente, no PPGCI/UFAL, que vem procurando aprofundamento em torno dos fundamentos teóricos que sustentam sua área de concentração e suas linhas de pesquisa.

6. Referências

- Dias, E. W. (2002). O específico da Ciência da Informação. In: Aquino, M. A. (Eds.), O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades (pp. 87-99), Editora Universitária.
- Oliveira, D. A. (2011). A influência da Ciência da Informação nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil: formação docente, aspectos teóricos e manifestações temáticas [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
- Plataforma Sucupira (2023). [site]. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade de Brasília. <http://ppgciinf.fci.unb.br/pt/>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. (2023). [site]. Universidade Estadual de Londrina. <https://portal.uel.br/home/>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade Estadual Paulista. <https://www.marilia.unesp.br/-/posci>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade Federal da Bahia. <https://ppgci.ufba.br/pt-br>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade Federal Fluminense. <https://ppgci-uff.com.br/>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade Federal de Minas Gerais. <http://ppgci.eci.ufmg.br/>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade Federal da Pará. <https://www.ppgci.propesp.ufpa.br/index.php/br/>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade Federal da Paraíba. https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/porta.jsf?lc=pt_BR&id=1871.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade Federal de Alagoas. <https://ichca.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade Federal de Pernambuco. <https://www.ufpe.br/ppgci/o-programa>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://www.ppgci.ufrj.br/>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. (2023). [site]. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://pgcin.ufsc.br/areas-de-pesquisa/>.
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (2023). [site]. Universidade de São Paulo. <https://www.eca.usp.br/pos/programa-de-pos-graduacao-em-ciencia-da-informacao>.

- Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (2023). [site]. Universidade Federal de Minas Gerais. <https://ppggoc.eci.ufmg.br/>.
- Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento (2023). [site]. Universidade FUMEC. <https://sigc.fumec.br/>.
- Souza, R. F., Carvalho, P. R., & Ramos, M. G. (2020). 50 anos do PPGCI IBICT: análise textual da produção científica com IRaMuTeQ. *Informação & Informação*, 25(4), 117–141.
- Zaher, C. R. (1995). Entrevista. *Ciência Da Informação*, 24(1).

5

**FUTURO PROFESIONAL EN LA ORGANIZACIÓN
DEL CONOCIMIENTO**

Competencias profesionales para la Organización del Conocimiento en Repositorios Institucionales

Gema Bueno de la Fuente¹; Carmen Agustín-Lacruz²; Mariângela S.L. Fujita³; Ana Lucía Terra⁴

Resumen: El objetivo de este trabajo es identificar las habilidades necesarias para el desempeño de los profesionales de la información y la documentación en la organización del conocimiento en repositorios. Se ha desarrollado una investigación exploratoria que utiliza técnicas de análisis documental para identificar y analizar diferentes documentos, recomendaciones y declaraciones elaboradas por asociaciones y grupos de trabajo de profesionales, tales como: American Library Association (ALA); su división Association of Library Collection and Technical Services (ALCTS); el comité North American School Internet Governance Committee (NASIG); la Ohio College Library Center (OCLC) Research, con su programa WebJunction; el Grupo de trabajo conjunto entre Association of Research Libraries (ARL), la Canadian Association of Research Libraries (CARL), la Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche – Association of European Research Libraries (LIBER) y la Confederation of Open Access Repositories (COAR); la International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA); la Australian Library and Information Association (ALIA) y el grupo de trabajo español de la Red de Bibliotecas Universitarias Españolas (REBIUN). En este corpus se identificaron y analizaron las competencias específicas para el desempeño profesional en repositorios, como la representación con metadatos temáticos, los esquemas de clasificación y los vocabularios controlados para la organización del conocimiento. El análisis de las competencias en repositorios revela que de los 10 documentos identificados, no se recupera ninguno dedicado exclusivamente a los conocimientos relacionados con la Organización del Conocimiento. Por otro lado, hay tres documentos más genéricos de asociaciones profesionales internacionales con indicaciones de competencias de Organización del Conocimiento, así como un documento elaborado para una orientación más específica sobre el trabajo de los bibliotecarios en el contexto de los repositorios académicos con competencias de Organización del Conocimiento.

Palabras clave: Perfiles profesionales; Competencias profesionales; Repositorios institucionales; Procesos de Organización del Conocimiento; Sistemas de Organización del Conocimiento.

Abstract: The aim of this work is to identify the skills necessary for the performance of information and documentation professionals in the organisation of knowledge in repositories. An exploratory research was developed with documentary analysis techniques to identify and analyse different documents, recommendations and declarations elaborated by professional associations and working groups, such as: American Library Association (ALA); its Association of Library Collection and Technical Services (ALCTS) division; the North American School Internet Governance Committee (NASIG); the Ohio College Library Center (OCLC) Research, with its WebJunction program; the

1 Universidad de Zaragoza,
E-mail: gbeno@unizar.es
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5400-1488>

2 Universidad de Zaragoza
E-mail: cagustin@unizar.es
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2577-1998>

3 Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp
E-mail: mariangela.fujita@unesp.br,
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8239-7114>

4 Universidade de Coimbra
E-mail: anaterre@fl.uc.pt
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1292-2849>

Joint Working Group between the Association of Research Libraries (ARL), the Canadian Association of Research Libraries (CARL), the Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche – Association of European Research Libraries (LIBER) and the Confederation of Open Access Repositories (COAR); the International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA); the Australian Library and Information Association (ALIA) and the Spanish working group of the Spanish University Libraries Network (REBIUN). In this corpus, specific competencies for professional performance in repositories, such as thematic metadata representation, classification schemes and controlled vocabularies for knowledge organisation, were identified and analysed. The analysis of competencies in repositories revealed that of the 10 documents identified, none were retrieved dedicated exclusively to knowledge related to Knowledge Organisation. On the other hand, there were three more generic documents from international professional associations with indications of Knowledge Organisation competencies, as well as one document developed for more specific guidance on the work of librarians in the context of academic repositories with Knowledge Organisation competencies.

Keywords: Competency profiles; Competencies for professional performance; Institutional repositories; Knowledge Organisation Processes; Knowledge Organisation Systems.

Sumario: 1. Introducción. 2. Objetivos. 3. Metodología. 4. Resultados. 5. Conclusiones. Referencias bibliográficas.

1. Introducción

Los repositorios institucionales, en el escenario de los sistemas de acceso abierto, son entornos de trabajo habitual para bibliotecarios y profesionales de la información y requieren que los conocimientos albergados en ellos estén debidamente organizados. Desde su aparición a finales del siglo XX, las colecciones que los conforman se han incrementado acompañando a los fondos de las bibliotecas académicas, y han integrado también documentación archivística e institucional, para facilitar así su accesibilidad y preservación. Sanches (2020, 4) constata que en el proceso de cambio que experimentan las bibliotecas universitarias en la actualidad, los profesionales están desempeñando nuevos roles, entre los que se incluyen la gestión y administración de los repositorios digitales. Estas tareas requieren aplicar procesos y técnicas de organización del conocimiento tanto para estructurar las colecciones de contenido del repositorio, como para representar y describir temática de sus recursos digitales.

La Organización del Conocimiento (KO), además de su carácter disciplinar, tiene una orientación aplicada incuestionable, como destaca Hjørland (2021). Para este autor, la KO abarca tanto los procesos como son la indización, el etiquetado, la clasificación, la descripción y la organización de documentos e información; como los propios sistemas de organización del conocimiento (KOS), tales como los tesauros, los sistemas de clasificación, las ontologías y las taxonomías. Por lo tanto, los dos aspectos principales abordados por la Organización del Conocimiento son los procesos de organización del conocimiento (KOP) y los sistemas de organización del conocimiento (KOS) (Hjørland, 2016). En un trabajo posterior, Hjørland (2022) distingue dos dimensiones interrelacionadas en la formación en Organización del conocimiento: el punto de vista práctico o profesional y el punto de vista teórico o académico.

La hipótesis de partida de este trabajo considera que los conocimientos y habilidades adquiridos por los profesionales de la información y la documentación para la organización del conocimiento en repositorios académicos están comprendidos en su formación básica y obligatoria, y que dicha formación se especializa paulatinamente en función de la actividad profesional desarrollada. En este sentido, son relevantes las aportaciones de ISKO a través de su consejo asesor científico técnico (*Scientific and Technical Advisory Council*, STAC), pues cuenta con grupos de trabajo internacionales, uno de ellos centrado en la educación en Organización del Conocimiento en todas las disciplinas, y otro dedicado a desarrollar directrices que especifiquen los requisitos de los metadatos de acceso temático para la adquisición de sistemas de gestión de bibliotecas. Este grupo ha lanzado recientemente una encuesta para elaborar una serie de directrices para la adquisición de sistemas de búsqueda por parte de las bibliotecas universitarias (ISKO STAC, 2023).

También son de interés diversos estudios, como los de Salaba (2020) y Hudon (2021), que han estudiado la presencia de la organización del conocimiento en los programas de títulos universitarios de grado y de máster del área de biblioteconomía y documentación. En el caso español, Alvite Díez (2021) ha abordado esta cuestión considerando la evolución de los programas formativos como respuesta al vertiginoso proceso de transformación digital y las propuestas ministeriales (*Libro Blanco para el diseño de las titulaciones universitarias en el marco de la economía digital*, 2015).

2. Objetivos

En ese contexto, la pregunta de investigación planteada es: ¿qué conocimientos y competencias necesitan los profesionales que trabajan efectivamente en los repositorios institucionales para organizar el conocimiento?

Para darle respuesta, este trabajo se propone como objetivo identificar las competencias necesarias para el desempeño de los profesionales de la información y la documentación en la organización del conocimiento, aplicada tanto a la estructura de los repositorios digitales, como a la descripción temática de sus contenidos.

3. Metodología

Para lograrlo, se desarrolla una investigación exploratoria que utiliza técnicas de análisis documental para identificar y analizar distintos documentos, recomendaciones y declaraciones elaborados por asociaciones y grupos de trabajo profesionales como: American Library Association (ALA); su división Association of Library Collection and Technical Services (ALCTS); el comité North American School Internet Governance Committee (NASIG); la Ohio College Library Center (OCLC) Research, con su programa WebJunction; el Grupo de trabajo conjunto entre Association of Research Libraries (ARL), la Canadian Association of Research Libraries (CARL), la Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche

– Association of European Research Libraries (LIBER) y la Confederation of Open Access Repositories (COAR); la International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA); la Australian Library and Information Association (ALIA) y el grupo de trabajo español de la Red de Bibliotecas Universitarias Españolas (REBIUN).

En el corpus de textos se rastrean las designaciones de las competencias específicas para la organización del conocimiento en repositorios y sistemas de información de acceso abierto, como la representación mediante metadatos temáticos, esquemas de clasificación y vocabularios controlados.

4. Resultados

En los últimos años, las principales asociaciones profesionales en el ámbito de las bibliotecas universitarias se encuentran en un proceso de reflexión sobre cómo adaptar los perfiles profesionales a entornos de trabajo en evolución para incorporar nuevos roles. En los siguientes apartados se estudian diferentes textos producidos por estas asociaciones en los que se abordan los conocimientos y habilidades relacionados con la organización del conocimiento en los repositorios institucionales.

Las *ALA's Core Competences of Librarianship* (2009) recogieron como competencias básicas tanto los conocimientos adquiridos a través de la formación en Biblioteconomía y Documentación, como en el desempeño en el puesto de trabajo y el desarrollo profesional continuo de la carrera bibliotecaria. En la edición de 2009 incluyeron ocho competencias básicas. La competencia 3 se denomina "Organización del Conocimiento y la Información Registrada" y comprende tres conocimientos específicos: 3A. Los principios que intervienen en la organización y representación del conocimiento; 3B. Las capacidades de desarrollo, descripción y evaluación necesarias para organizar los conocimientos y recursos de información registrados; y 3C. Los sistemas de catalogación, los metadatos, la indización y las normas y métodos de clasificación utilizados para organizar el conocimiento y la información registrados.

En la revisión posterior las competencias se ampliaron a nueve y la dedicada a "Organización del Conocimiento y la Información Registrada" pasó a ser la número 5. La descripción de esta competencia indica que "todos los profesionales de las bibliotecas deben conocer los principios, métodos, herramientas y objetivos de la organización y representación de la información y el conocimiento entre culturas e identidades. Los profesionales de las bibliotecas deben tener habilidades esenciales para adaptarse a los cambios tecnológicos, revisar las normas descriptivas y de clasificación, resolver problemas y tomar decisiones éticas con el conocimiento y la información registrados" (American Library Association, 2021 y 2023, p. 6-7). Independientemente de su cargo o función específica, los profesionales deben poseer cuatro competencias específicas (vid. Tabla 1). No se mencionan explícitamente los repositorios, pero se entiende que se encuentran incluidos en los sistemas indicados en 5C.

Tabla 1. Organización del Conocimiento y la Información Registrada

Competences	Foundational skills and understanding to
5. Organization of Recorded Knowledge and Information	
Rationale: All library professionals should have an understanding of principles, methods, tools, and goals of organizing and representing information and knowledge across cultures and identities. Library professionals should have essential skills to adapt to technological changes, revise descriptive/classification standards, solve problems, and make ethical decisions with recorded knowledge and information.	5A. Understand the principles, systems, trends, and goals involved in the organization and representation of recorded knowledge and information.
	5B. Implement the developmental, descriptive, analytical, and evaluative skills needed to organize recorded knowledge and information.
	5C. Maintain the systems of cataloging, collection, metadata, indexing, and classification standards and structures, and implement methods used to apply, create, and discover recorded knowledge and information, and the weaknesses and strengths of these systems.
	5D. Recognize the ways that cultural biases impact and influence the collection and description of recorded knowledge and information.

Fuente: Elaboración propia a partir de la información de American Library Association (2021 y 2023).

De forma específica, la Association for Library Collections & Technical Services, una división de ALA, y en particular el grupo de trabajo ALCTS CaMMS (Cataloging and Metadata Management Section) elaboró un documento sobre competencias básicas para bibliotecarios profesionales de la catalogación y metadatos (Association for Library Collections & Technical Services, 2017) diferenciando competencias de conocimiento “Knowledge Competencies” y habilidades y capacidades “Skill & Ability Competencies”. Este documento pretendía completar las competencias básicas de ALA (2009), porque la evolución de las normas de catalogación y metadatos, las tecnologías bibliotecarias y los flujos de trabajo de los servicios técnicos son un desafío para la profesión. El documento define competencias básicas en bibliotecas de diferentes tipos y tamaños, independientemente de los desarrollos bajo una norma o tecnología particular. También es útil para la evaluación del desempeño profesional para la promoción laboral y como guía para el desarrollo de planes de estudio.

De nuevo en el entorno norteamericano, OCLC Research, con su programa WebJunction, desarrolló un índice de competencias para el ámbito bibliotecario (Gutsche y Hough, 2014) con aportaciones de bibliotecarios y consultores. Publicado en 2009, se actualizó en 2014 para abordar las crecientes demandas de las comunidades locales que repercuten en las competencias que el personal bibliotecario debe desarrollar para atender esas necesidades. El interés en la organización del conocimiento se refleja especialmente en la competencia de *Catalogación*, en la que se destaca la evolución de los materiales físicos a recursos digitales, empleando conjuntos de metadatos más ricos y mencionando a los repositorios.

También *NASIG Scholarly Communication Core Competencies TaskForce* propuso herramientas para identificar cuatro temas comunes en todos los perfiles de los bibliotecarios especialistas en comunicación científica, e identificó cinco áreas potenciales de énfasis. El área de gestión de repositorios institucionales incluía competencias clave como el conocimiento y la capacidad para aplicar esquemas de metadatos (NSCCCTF, 2017). Los bibliotecarios, colaborando con

personal técnico e investigadores, deben conocer y ser capaces de aplicar los esquemas de metadatos adecuados, especialmente conforme se exploran nuevos medios de interoperabilidad.

El perfil profesional *Librarians' Competencies Profile for Scholarly Communication and Open Access* (Calarco et al. 2016) fue elaborado por el grupo de trabajo internacional sobre competencias de los bibliotecarios de apoyo de la investigación y la comunicación académica, representado por la *Association of Research Libraries* (ARL), la *Canadian Association of Research Libraries* (CARL), la *Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche – Association of European Research Libraries* (LIBER) y la *Confederation of Open Access Repositories* (COAR). El trabajo comenzó en 2013 y concluyó en 2016 (Schmidt, Calarco, Kuchma y Shearer, 2016). El objetivo de este grupo fue elaborar perfiles como apoyo a las nuevas funciones en la comunicación científica y la investigación en bibliotecas. En una primera etapa identificaron las distintas funciones profesionales en las bibliotecas académicas, la gestión de repositorios y la comunicación científica. A continuación, relacionaron estos servicios y funciones con las competencias requeridas por los profesionales de las bibliotecas académicas para llevar a cabo autoevaluaciones y servir de base para el desarrollo de programas de formación.

Tabla 2. Funciones bibliotecarias en las áreas de comunicación académica y acceso abierto

Areas	Roles involved
1. Scholarly publishing services	Providing publishing services via local or hosted digital publishing platforms for journals, books, conference proceedings, working papers and other works of original scholarship from faculty and students. <i>Working with digital repositories and other professionals to provide for storage, description, access and preservation of this content.</i>
2. Open access repository services	<i>Collecting, managing and disseminating the digital materials created by the institution and its community members.</i>
3. Copyright and open access advice	Providing consultation and education to faculty and students on copyright and open access policies, services and resources, as well as open access licenses and publishing alternatives.
4. Assessment of scholarly resources	Providing expertise, consultation and outreach to the campus community around scholarly resource assessment and metrics, including traditional bibliometrics as well as new and emerging metrics.

Fuente: Elaboración propia con la información aportada por Calarco *et al.* (2016).

En este perfil (Calarco et al. 2016) en las funciones bibliotecarias, en el área 1 de servicios de publicación académica se recoge expresamente la descripción del contenido de los repositorios digitales; y en el área 2 de servicios de repositorio de acceso abierto se engloba en la función de recopilación, gestión y difusión de contenidos digitales de la institución. Se destacan en cursiva y sombreadas las relacionadas con la organización del conocimiento (vid. Tabla 2). Las actividades bibliotecarias se concretan en conocimientos, comprensión y habilidades, como se refleja en la Tabla 3. En particular, los bibliotecarios deberán tener una amplia perspectiva y comprensión de los modelos de publicación tradicionales y de acceso abierto, propiedad intelectual y publicación académica. Se destacan en cursiva y sombreados las relacionadas con la organización del conocimiento.

Tabla 3. Actividades bibliotecarias relacionadas con conocimientos, comprensiones y habilidades.

Áreas	Knowledge of	Understanding of	Ability to
1. Scholarly publishing services	Commercial and open access publishing platforms	Current trends and issues in open access and scholarly communication	Manage OA publishing software services, such as Public Knowledge Project's Open Journal System (OJS) and Open Monograph Press (OMP)
	Publishing workflows and operational models	<i>Data curation and preservation practices</i>	Work with local IT to develop capacity and infrastructure
	Editorial processes	Licensing issues pertaining to open access	
	Standards: Digital Object Identifiers (DOI), International Standard Serial Numbers (ISSN), International Standard Book Numbers (ISBN), persistent URL and citation options, such as OpenURL and CNRI Handle.		
	Funder mandates and requirements.		
	<i>Metadata standards, and discovery tools.</i>		
2. Open access repository services	Open access policies and requirements.	<i>Manage repository platform</i> and update software over time.	Current trends and issues in open access and scholarly communication.
	Repository software, <i>metadata standards, and discovery tools.</i>	<i>Work with researchers on deposit of research outputs into the repository.</i>	Copyright and licensing issues pertaining to scholarly content.
	Data formats, database design, data management, data manipulation tools.	Liaise with publishers on issues relating to archiving policies including embargo periods and where applicable article processing charges.	<i>Data curation and preservation practices.</i>
3. Copyright and open access advice	Copyright and licensing issues pertaining to scholarly content, including tradition copyright as well as creative commons and other OA licenses.	Traditional scholarly publishing system.	Raise awareness of OA, including practical questions such as financing and policy adherence.
	Open access policies and requirements.		Provide advice to faculty and graduate students on alternatives to transferring copyright to their original scholarly works.
	Current trends and issues in open access and scholarly communication.		
4. Assessment of scholarly resources	Assessment criteria for journals and other resources.	Faculty promotion and tenure policies and procedures.	Provide support to faculty in assessing journals and other scholarly resources.
	Bibliometrics and altmetrics theory and practice.	Institutional assessment/planning interests in scholarly output.	Provide advice to library acquisition departments on quality indicators.

Fuente: Elaboración propia con la información aportada por Calarco *et al.* (2016)

En el 2021 *IFLA Trend Report Update* (Crepin-Leblond *et al.*, 2021) identificó los principales desafíos de la profesión, haciendo hincapié en la necesidad de que

los bibliotecarios reciban formación para tratar con nuevos tipos de materiales, incluidos los contenidos de acceso abierto y las bibliotecas digitales, sin aludir expresamente a la organización del conocimiento, los metadatos o la representación de la información. Menciona específicamente la pujanza del movimiento Open Access (OA). Entre las 10 tendencias predominantes destaca la 7. El dominio de los datos. También el *IFLA Trend Report 2022 Update* (Al Badi et al., 2023) resalta el papel de las bibliotecas en el movimiento "abierto", aportando sus colecciones, conocimientos y valores y conformando una versión de Internet más positiva y de espíritu más público.

Sustituyendo a las directrices de 2012, IFLA ha publicado las *IFLA Guidelines for Professional Library and Information Science (LIS) Education Programmes* (Chu et al., 2022) para planificar programas de formación en Biblioteconomía y Documentación con ocho áreas de conocimiento fundamentales. El área 5 está centrada en la gestión de recursos de información. Comprende todas las etapas un recurso de información, (adquisición, identificación, descripción, organización, y preservación). Incluye los principios de organización e interoperabilidad, los requisitos funcionales para la organización de los recursos de información, las normas de intercambio y presentación, los procedimientos y las herramientas. Estas directrices contemplan que un profesional sea capaz de crear metadatos de calidad para el descubrimiento de recursos; adoptar, adaptar, planificar, diseñar, desarrollar y/o implementar un sistema de información, herramientas, normas y servicios de descubrimiento de recursos de información; planificar y gestionar el almacenamiento de colecciones; evaluar la calidad de las colecciones y de la información de acuerdo con los contextos de información y las necesidades de los usuarios; y aumentar la visibilidad y promover las colecciones y los productos y servicios basados en colecciones. También IFLA incluye el acceso abierto dentro del área 2. El acceso a la información. Considera la información como un bien público y recoge que la libertad intelectual, la administración responsable de los datos, la información y el conocimiento, las tecnologías y la inteligencia que los impulsan, son fundamentales para la profesión.

En 2020 en Australia, ALIA publicó un documento *Foundation knowledge for entry-level library and information professionals* con el objetivo de describir y promover las diferentes áreas de conocimiento que son necesarias para una práctica profesional eficaz en el sector de las bibliotecas y de la información (Australian Library and Information Association, 2020). El documento enumera diez áreas en las que sólo hay dos referencias explícitas al término repositorio, asociado a la gestión y las tecnologías de la información, refiriéndose a los conocimientos requeridos para gestionar el repositorio y al conocimiento de las herramientas tecnológicas necesarias. Por otro lado, se identifican indirectamente las competencias que serán necesarias para el desarrollo y mantenimiento de los repositorios.

En España, la línea 4 de REBIUN Calidad en las Bibliotecas Universitarias, publicó *Competencias profesionales en las bibliotecas universitarias españolas: catálogo y perfiles* (Alonso Moya, 2016), enumerando 10 áreas de competencia para el ejercicio profesional en las bibliotecas universitarias (vid. Tabla 4). Cada

gran área de competencias se compone de un conjunto de competencias específicas, dentro de las cuales podemos encontrar el término "repositorio" en ocho ocasiones. En el área de Organización del Conocimiento se recogen las siguientes: "Organiza los contenidos del sitio web y del repositorio institucional", "Organiza y estructura los datos relativos a la descripción de documentos y colecciones de documentos en cualquier soporte", "Define o readapta perfiles de interés para organizar los contenidos de un repositorio o sitio web", "Diseña un sistema global de almacenamiento de información que responda a la política general de la organización (portal documental, repositorio, sistema de información institucional, sitio web)", y "Establece criterios de indexación (metadatos)". Por tanto, se pide a los profesionales que diseñen estructuras generales para organizar la información en el repositorio y que trabajen en su representación mediante la indización temática y los metadatos descriptivos.

Tabla 4. Competencias profesionales en las bibliotecas universitarias españolas: catálogo y perfiles.

Competencias profesionales en las bibliotecas universitarias españolas: catálogo y perfiles
A. Selección y difusión de recursos documentales como apoyo al aprendizaje.
B. Selección y difusión de recursos documentales como apoyo a la investigación.
C. Búsqueda, recuperación, acceso y uso de la información y documentación.
D. Gestión y planificación de bibliotecas universitarias
E. Formación de usuarios y alfabetización informacional / Formación en competencias informacionales
F. Análisis de la actividad científica,
G. Evaluación actividad investigadora
H. Organización de la información
I. Gestión de la información y la documentación
J. Gestión de colecciones

Fuente: Elaboración propia con la información aportada por Alonso Moya (2016).

Por otro lado, los grupos de trabajo de REBIUN –dentro de CRUE– han redactado el *Documento marco para la integración de las competencias profesionales en las pruebas selectivas de bibliotecas universitarias. Parte I y Parte II*, respectivamente (Alonso Moya y Jarillo Calvarro, 2019 y 2021). Son informes con los diferentes perfiles profesionales y las competencias requeridas para servir como temarios en los procesos de selección y de promoción, en los que se asocian conocimientos sobre el acceso abierto, los repositorios y la organización del conocimiento, con competencias básica como la selección y difusión de recursos de apoyo a la investigación; la búsqueda, recuperación, acceso y uso de información; el análisis de la actividad científica; la gestión de la información y la gestión de colecciones.

También es relevante que, entre los compromisos asumidos en el ámbito de las universidades españolas para promover el desarrollo de la *Ciencia abierta* (CRUE, 2019) se considere que, además de generar la formación básica en ciencia abierta entre los investigadores e incentivarlos para que opten por este modelo de creación y comunicación de la ciencia, es necesario que también los gestores de la investigación y los agentes del sistema de generación de conocimiento (bibliotecas, gestores de repositorios, servicios de tecnología de datos, etc.) cuenten con la formación adecuada.

El Grupo de trabajo dedicado a los repositorios de REBIUN ha elaborado también la *Guía para la evaluación de repositorios institucionales de investigación* (Barrueco Cruz, Rico-Castro, & Bonora Eve, 2021) y los *Marcos de calidad y autoevaluación para repositorios institucionales: resultados de la encuesta a repositorios DSpace españoles* (Bernal et al., 2023) en los que se recogen interesantes parámetros técnicos de los repositorios, incluyendo información básica, funcionalidades y desarrollo.

5. Conclusiones

La investigación documental sobre textos que abordan los conocimientos y competencias profesionales en repositorios institucionales, concretamente en lo que se refiere a la organización del conocimiento, ha resultado en 10 documentos para su análisis. Estos documentos adoptan diversas formas, predominando las competencias elaboradas por grupos de trabajo de asociaciones profesionales nacionales (Australia, EE.UU., España) o internacionales (IFLA, LIBER). Dado que se buscaba información sobre un área específica de competencias bibliotecarias, la de Organización del Conocimiento, y su aplicación en un contexto bien definido, el de los repositorios institucionales, no se ha recuperado ningún documento dedicado exclusivamente a la relación de competencias y conocimientos relacionados con la Organización del Conocimiento en este ámbito. Sin embargo, se encontró que documentos más genéricos como el *ALA's Core Competences of Librarianship* (2009, 2023), *Foundation Knowledge for Entry-level Library and Information Professionals* (Australian Library and Information Association, 2020) y el *IFLA Guidelines for Professional Library and Information Science (LIS) Education Programmes* (Chu et al., 2022) enumeran competencias de Organización del Conocimiento y otras relacionadas con la gestión de repositorios institucionales. Asimismo, se han localizado documentos para orientar más específicamente el trabajo de los bibliotecarios en el contexto de los repositorios académicos, como el *Librarians' Competencies Profile for Scholarly Communication and Open Access* (Calarco et al., 2016), así como los *Marcos de calidad y autoevaluación para repositorios institucionales: resultados de la encuesta a repositorios DSpace españoles* (Bernal et al., 2023).

En conclusión, se ha demostrado que faltan documentos específicos con directrices sobre competencias relativas a la aplicación de los procesos y sistemas de Organización del Conocimiento en el contexto de los repositorios institucionales y otros sistemas de acceso abierto. Esta laguna en la literatura repercute en la

formación y capacitación de los profesionales de la información que asumen la responsabilidad de gestionar y organizar estos repositorios, que inicialmente fueron concebidos para la preservación digital de la producción científica, tecnológica y administrativa de las instituciones y actualmente están activos por la necesidad de representar y recuperar información. Se recomienda continuar la investigación con el estudio de estas competencias en los currículos para verificar la presencia de las competencias en Organización del Conocimiento.

Referencias bibliográficas

- Al Badi, W., Alvandian, L., Au, A., Gomulka, M., Bravo Govea, E. et al. (2023). *IFLA Trend Report 2022 Update*. <https://repository.ifla.org/handle/123456789/245>.
- Alonso Moya, T. (2016). *Competencias profesionales en las bibliotecas universitarias españolas: catálogo y perfiles*. <http://hdl.handle.net/20.500.11967/258>.
- Alonso Moya, T. y Jarillo Calvarro, S. (2019). *Documento marco para la integración de las competencias profesionales en las pruebas selectivas de bibliotecas universitarias. Parte I*. <https://repositoriorebiun.org/handle/20.500.11967/615>.
- Alonso Moya, T. y Jarillo Calvarro, S. (2021). *Documento marco para la integración de las competencias profesionales en las pruebas selectivas de las bibliotecas universitarias. Parte II*. <https://hdl.handle.net/20.500.11967/897>.
- Alvite Díez, M. L. (2021). Organización del conocimiento en el diseño curricular académico: Perspectivas desde los nuevos grados en documentación implantados en España. En: Guardado da Silva, C.; Revez, J. y Corujo, L. (coords.). *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde*, p. 851-861. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8411162>.
- American Library Association. (2009). *ALA's Core Competences of Librarianship*. <https://www.ala.org/educationcareers/sites/ala.org.educationcareers/files/content/careers/corecomp/corecompetences/finalcorecompstat09.pdf>.
- American Library Association. (2021). *ALA's Core Competences of Librarianship. Draft version*. <https://www.ala.org/educationcareers/sites/ala.org.educationcareers/files/content/education/Draft%20-%20ALA%20Core%20Competences%202021%20Update.pdf>.
- American Library Association. (2023). *ALA's Core Competences of Librarianship*. https://www.ala.org/educationcareers/sites/ala.org.educationcareers/files/content/2022%20ALA%20Core%20Competences%20of%20Librarianship_FINAL.pdf.
- Association for Library Collections & Technical Services (ALCTS) (2017). *Core Competencies for Cataloging and Metadata Professional Librarians: Cataloging Competence Taskforce*. Association for Library Collections & Technical Services. <http://hdl.handle.net/11213/7853>.
- Australian Library and Information Association (2020). *Foundation knowledge for entry-level library and information professionals*. <https://read.alia.org.au/foundation-knowledge-entry-level-library-and-information-professionals>.
- Barrueco Cruz, J.M., Rico-Castro, P., & Bonora Eve, L. V. (Eds.) (2021). *Guía para la evaluación de repositorios institucionales de investigación*. Madrid: FECYT - Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología. <https://www.fecyt.es/es/publicacion/guia-para-la-evaluacion-de-repositorios-institucionales-de-investigacion>.

- Bernal, I., Frías, M. A., Navarro, E. M., Santiago, S., Suárez, M., & Gárate, I. (2023). *Marcos de calidad y autoevaluación para repositorios institucionales: resultados de la encuesta a repositorios DSpace españoles*. <https://repositoriorebiun.org/handle/20.500.11967/1284>.
- Calarco, P., Shearer, K., Schmidt, B. & Tate, D. (2016). Librarians' Competencies Profile for Scholarly Communication and Open Access. *Joint Task Force on Librarians' Competencies in Support of E-Research and Scholarly Communication*. https://www.coar-repositories.org/files/Competencies-for-ScholComm-and-OA_June-2016.pdf.
- Chu, C. M., Raju, J., Cunningham, C., Ji, J., Ortíz-Repiso Jiménez, V., Slavic, A., Talavera-Ibarra, A. M. & Zakaria, S. (2022). *IFLA Guidelines for Professional Library and Information Science (LIS) Education Programmes*. IFLA. <https://repositorio.ifla.org/handle/123456789/1987>.
- Crepin-Leblond, O., Esterhuysen, A., Frau-Meigs, D., Gregg, M., Houghton, J., Jacobs, D., Jamme, M., Karklins, J., Pisanty, A., Rainie, L., Russell, K., Schleicher, A., Singh Tuli, S., Stielow, Lohmann, F., & Zacharilla, L. (2021). *IFLA Trend Report 2021 Update*. <https://repositorio.ifla.org/handle/123456789/1830>.
- CRUE (2019). *Compromiso de las universidades españolas ante la Open Science*. https://www.crue.org/wp-content/uploads/2020/02/2019.02.20-Compromisos-CRUE_OPENSCIENCE-VF.pdf.
- Gutsche, B., & Hough, B. (Eds.). (2014). *Competency index for the library field: compiled by WebJunction*. Dublin, Ohio: OCLC. https://www.webjunction.org/documents/webjunction/Competency_Index_for_the_Library_Field.html.
- Hjørland, B. (2016). Knowledge Organization (KO). *Knowledge Organization*, 43: 6, 475-84.
- Hjørland, B. (2021). Information retrieval and knowledge organization: a perspective from the philosophy of science. *Information*, 12, 135. <https://doi.org/10.3390/info12030135>.
- Hjørland, B. (2022). Education in knowledge organization, in Hjørland, B. and Gnoli, C. (eds). *ISKO. Encyclopedia of Knowledge Organization*. <https://www.isko.org/cyclo/education>.
- Hudon, M. (2021). The Status of Knowledge Organization in Library and Information Science Master's Programs, *Cataloging & Classification Quarterly*, 59: 6, 576-596. <https://doi.org/10.1080/01639374.2021.1934766>.
- ISKO STAC (2023). *ISKO STAC working group on Subject Access Metadata*. <https://www.isko.org/stac/metadata>.
- Libro Blanco para el diseño de las titulaciones universitarias en el marco de la economía digital (2015). Madrid: Ministerio de Industria, Energía y Turismo. <https://www.cci.es/images/ccii/recursos/Libro-Blanco.pdf>.
- NASIG Scholarly Communication Core Competencies TaskForce. (2017). NASIG Core Competencies for Scholarly Communication Librarians. *NASIG Newsletter*, 32: 5, 1-11. <https://tigerprints.clemson.edu/nasig/vol32/iss5/>.
- Rebiun. Grupo de Repositorios. (2020). *Guía para la evaluación de los procesos de preservación en repositorios institucionales de investigación*. https://www.recolecta.fecyt.es/sites/default/files/contenido/documentos/2021GuiaEvaluacionRecolecta_vf.pdf.
- Salaba, A. (2020). Knowledge Organization Requirements in LIS Graduate Programs. *Proceedings of the Sixteenth International ISKO Conference, Aalborg, Denmark, 6-8 July 2020*. Würzburg: Ergon Verlag. <http://doi.org/10.5771/9783956507762-384>.

- Sanches, T. (2020). Bibliotecários do ensino superior: o desafio da atualização de competências. En: *Jornadas APDIS, Be OPEN: Inspirar, Capacitar, Investigar, Inovar & Partilhar*, 14. Porto. Jornadas APDIS, 2020. <https://publicacoes.apdis.pt/index.php/jornadas/article/view/269/398>.
- Schmidt, B.; Calarco, P.; Kuchma, I.; y Shearer, K. (2016). Time to Adopt: Librarians' New Skills and Competency Profiles. En: Loizides, F. Schmidt, B. (Eds.). *Positioning and Power in Academic Publishing: Players, Agents and Agendas*. IOSPress. <http://dx.doi.org/10.3233/978-1-61499-649-1-1>.

Relações entre Humanidades Digitais e Organização do Conhecimento: além de uma perspectiva instrumental

Moisés Rockembach¹; Thiago Henrique Bragato Barros²

Resumo: Nos últimos anos, tem havido um crescente interesse acadêmico nas interações entre as Humanidades Digitais (HD) e a Organização do Conhecimento (OC). Este estudo realizou uma revisão de literatura com base em artigos indexados no Scopus e Web of Science para explorar as conexões entre essas áreas, considerando seu desenvolvimento, avanços tecnológicos e tendências atuais. Embora as HD não sejam novas, têm ganhado destaque recentemente como um campo transdisciplinar que integra disciplinas humanísticas, tecnologia digital e diálogo aberto entre diversas formas de conhecimento. A criação de comunidades de humanistas digitais e a publicação do Manifesto Humanidades Digitais têm impulsionado esse campo. A revisão de literatura revelou a relevância das conexões entre HD e KO, abrangendo desde a criação de tesouros até análises de eventos históricos por meio de visualizações. Essa interação está moldando a evolução dessas áreas, oferecendo oportunidades para aprimorar a organização, acesso e compartilhamento do conhecimento. As HD não devem ser vistas apenas como ferramentas digitais, mas como uma abordagem que transcende as disciplinas, promovendo uma compreensão mais profunda das humanidades. No entanto, desafios como a adaptação de ferramentas às necessidades dos pesquisadores e a consideração das limitações tecnológicas devem ser superados. A promoção da aprendizagem e adoção eficaz dessas ferramentas é fundamental para maximizar seu potencial na pesquisa das HD. Conclui-se que as interações entre as HD e a OC estão redefinindo a pesquisa acadêmica contemporânea, oferecendo novas perspectivas e oportunidades de avanço, desde que sejam abordadas com uma visão ampla e consideração cuidadosa das complexidades envolvidas.

Palavras chave: Humanidades Digitais; Organização do Conhecimento; Intersecção disciplinar; Ferramentas digitais; Comunidade acadêmica.

Resumen: En los últimos años ha crecido el interés académico por las interacciones entre las Humanidades Digitales (DH) y la Organización del Conocimiento (KO). Este estudio realizó una revisión bibliográfica basada en artículos indexados en Scopus y Web of Science para explorar las conexiones entre estas áreas, considerando su desarrollo, avances tecnológicos y tendencias actuales. Aunque las DH no son nuevas, recientemente han ganado protagonismo como campo transdisciplinar que integra disciplinas humanísticas, tecnología digital y diálogo abierto entre diversas formas de conocimiento. La creación de comunidades de humanistas digitales y la publicación del Manifiesto de Humanidades Digitales han impulsado este campo. La revisión bibliográfica reveló la relevancia de las conexiones entre las HD y la KO, que van desde la creación de tesouros hasta el análisis de acontecimientos históricos a través de visualizaciones. Esta interacción está dando forma a la evolución de estas áreas, ofreciendo oportunidades para mejorar la organización, el acceso y la puesta en común del conocimiento. Las HD no deben verse sólo como una herramienta digital, sino como un enfoque que trasciende las disciplinas, promoviendo una comprensión más profunda de las humanidades. Sin embargo, hay que superar retos como adaptar las herramientas a las necesidades de los investigadores y tener en cuenta las limitaciones tecnológicas. Promover el aprendizaje y la adopción efectiva de estas herramientas es clave para maximizar su potencial en la investigación sobre DH. Se concluye que las interacciones entre las DH y el KO están redefiniendo la investigación

¹ Universidade de Coimbra
E-mail: moises.rockembach@uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9057-0602>

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: bragato.barros@ufrgs.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7439-5779>

académica contemporânea, oferecendo novas perspectivas y oportunidades de avance, siempre que se aborden con una visión amplia y una cuidadosa consideración de las complejidades que entrañan.

Palabras clave: Humanidades digitais; Organización del conocimiento; Intersección disciplinar; Herramientas digitales; Comunidad académica.

Sumário: 1.Introdução. 2. Das relações entre as Humanidades Digitais e a Organização do Conhecimento. 3. Metodologia e Análise dos Resultados. 4. Conclusões. 5. Referências bibliográficas

1. Introdução

Humanidades Digitais (HD) e Organização do Conhecimento (OC) são dois campos interconectados que têm recebido crescente atenção acadêmica nos últimos anos. Este estudo se propõe a identificar as relações entre essas áreas por meio de uma revisão de literatura baseada em artigos indexados no Scopus e Web of Science. O objetivo foi explorar as conexões entre as Humanidades Digitais e a Organização do Conhecimento, considerando o desenvolvimento dessas disciplinas, os avanços tecnológicos e as tendências atuais.

As Humanidades Digitais não são um campo novo de pesquisa, sendo possível traçar suas origens aos estudos de Roberto Busa (Nyhan, Passarotti, 2019). No entanto, nos últimos anos, as Humanidades Digitais ganharam destaque como um campo transdisciplinar que reúne as disciplinas humanísticas, o potencial das tecnologias e um diálogo aberto entre diferentes formas de conhecimento. A formação de uma comunidade de humanistas digitais, a publicação do Manifesto Humanidades Digitais (Dacos, 2011) e o aumento do acesso a recursos computacionais e métodos digitais impulsionaram essa área.

Já a Organização do Conhecimento, é um campo que tem se desenvolvido ao longo do século XX por meio de discussões sobre a melhor forma de construir sistemas classificatórios, contribuindo fundamentalmente para o desenvolvimento de metodologias para representar um determinado domínio (disciplina científica, entidades e comunidades). As metodologias de KO auxiliam na melhor compreensão do conhecimento em si, refletindo em maneiras de acessar e recuperar informações. A esse respeito, uma série de desenvolvimentos têm sido apresentados para a construção de linguagens documentais, estruturas, classificações, ou seja, sistemas de organização do conhecimento. (Barros, 2020)

2. Das relações entre as Humanidades Digitais e a Organização do Conhecimento

Nos últimos anos, tem havido uma crescente convergência de interesse e investigação nas áreas das Humanidades Digitais (HD) e da Organização do Conhecimento (OC), esses campos, embora diferentes em sua natureza, têm compartilhado cada vez mais pontos de intersecção, gerando um terreno fértil para explorar suas interações e o impacto mútuo que exercem na pesquisa. O presente estudo se propôs a lançar luz sobre essas conexões entre as HD e a OC, empregando uma abordagem de revisão de literatura baseada em artigos indexados. O objetivo principal consistiu em explorar esse território interdisciplinar, a partir

do desenvolvimento dessas áreas, os avanços que as têm moldado e as tendências emergentes que as caracterizam.

Embora as Humanidades Digitais tenham uma presença que remonta a décadas, sua ascensão como um campo transdisciplinar tem sido notavelmente mais proeminente nos últimos tempos. O crédito por suas raízes pode ser atribuído a figuras visionárias como o já mencionado Roberto Busa, cujos estudos pioneiros lançaram as bases para a aplicação da tecnologia digital na pesquisa humanística. No entanto, é nos anos recentes que as HD realmente floresceram, à medida que ganharam reconhecimento como um domínio que harmoniza as disciplinas humanísticas, a capacidade inovadora das tecnologias digitais e a promoção de um diálogo aberto entre diversas formas de conhecimento. A criação de comunidades de humanistas digitais, especialmente simbolizada pela publicação do Manifesto Humanidades Digitais em 2011, mas também vista em diversos outros locais, bem como o acesso ampliado a recursos computacionais e métodos digitais, têm servido como catalisadores poderosos para o crescimento e evolução desse campo. O senso de comunidade e compartilhamento de ferramentas e infraestruturas digitais tem a potencialidade de ser um catalisador de novos projetos em Humanidades Digitais e na abertura de diálogo entre áreas afins (Rockembach, 2019). Além de comunidades consolidadas, como a Associação Europeia para Humanidades Digitais (<https://eadh.org/>), cabe destacar iniciativas recentes, como a que acontece no Brasil a partir da Rede Colaborativa para as Humanidades Digitais (Colab HD+).

3. Metodologia e Análise dos Resultados

Para realizar este estudo, adotou-se como metodologia uma abordagem descritiva e utilizou-se a Scopus e o Web of Science como bases de dados. Os termos de pesquisa utilizados foram "Digital Humanities" e "Knowledge Organization", combinados pelo operador booleano "AND", e a busca foi limitada aos anos de 2013 a 2022 para focar em publicações mais recentes. A coleta de dados resultou em 33 documentos encontrados no Scopus (gráfico 1) e 27 no Web of Science (gráfico 2).

Na análise dos artigos recuperados no Scopus, observou-se pesquisas sobre tesouros, indexação, vocabulários controlados, linked data, relações entre bibliotecas digitais e humanidades digitais, bem como práticas colaborativas. Já no Web of Science, foram identificados estudos sobre avaliação das Humanidades Digitais, metodologias de ensino da Organização do Conhecimento, desenvolvimento de colaboração, Análise de Domínio em Humanidades Digitais, estudos de proveniência como princípio da Organização do Conhecimento, visualização de eventos históricos, classificações, representação semântica e desenvolvimento de tesouros.

Documents by year

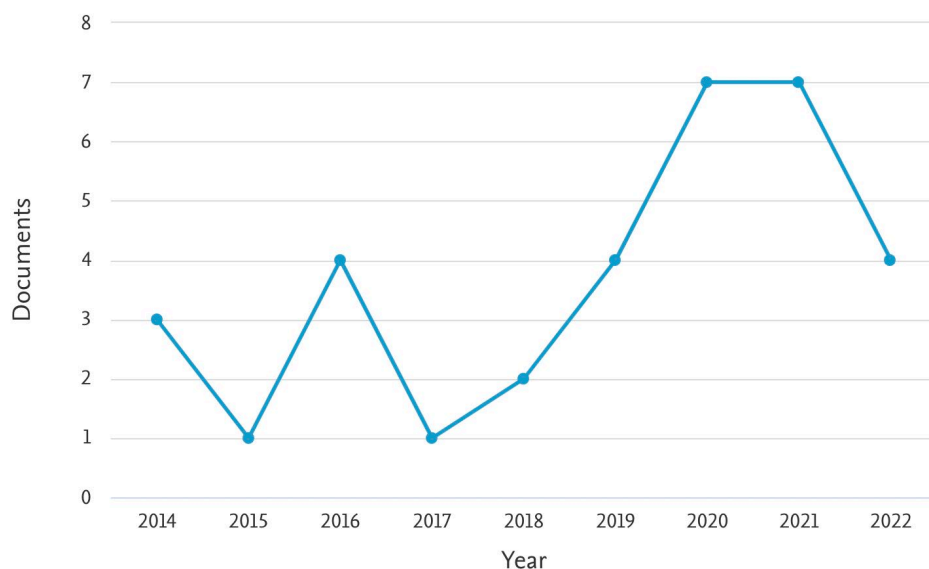
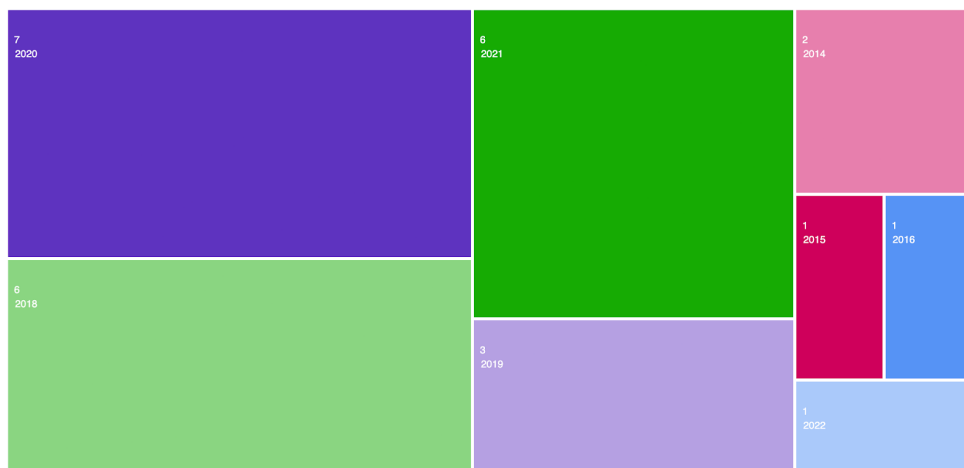


Figura 1 - Resultados da base Scopus - Fonte: os autores

Figura 2 - Gráfico de mapa de árvore WoS dos anos de publicação
Fonte: os autores

Com base nas contribuições de El Hadi (2014), é possível observar que, desde o final dos anos 1990, a web deixou de ser exclusivamente um espaço acadêmico para se tornar um ambiente comercial. Nesse contexto, o uso da tecnologia tem experimentado avanços significativos, o que tem permitido a convergência entre o patrimônio cultural, outros usos sociais e a melhoria da experiência online. A própria internet, juntamente com os diversos tipos de repositórios digitais, têm se

estabelecido como recursos essenciais no âmbito da educação, pesquisa e preservação do patrimônio cultural.

No entanto, mesmo com os avanços tecnológicos, a recuperação da informação e os sistemas de organização do conhecimento (KOS) ainda apresentam desafios consideráveis. À medida que as coleções digitais crescem, torna-se cada vez mais difícil localizar recursos relevantes e garantir a eficácia dos sistemas de organização e busca de informações. Até o momento, grande parte dos esforços no ambiente digital têm se concentrado em questões técnicas, tais como arquitetura, padrões de metadados, direitos autorais e interoperabilidade, que são fundamentais para o gerenciamento dos repositórios digitais.

No entanto, é importante ressaltar que, até recentemente, pouca atenção ou experiência foram direcionadas para questões relacionadas ao acesso a conteúdo semântico, interoperabilidade semântica ou captura e facilitação de conhecimento. (Slavic, 2011).

Essa prática começa a ganhar força, relevância e importância a partir da discussão da Web Semântica, de um uso efetivo de artefatos ontológicos, dos requisitos de SKOS e da ISO 25964-1 (2011) norma que cobre todos os aspectos para o desenvolvimento e manutenção de tesouros monolíngues e multilíngues destinados à recuperação de informação.

Nesse sentido, acredita-se que a Ciência da Informação, em especial a Organização do Conhecimento (KO), pode desempenhar um papel importante na área de Humanidades Digitais (DH), auxiliando na integração de tecnologias e sistemas semânticos em ambientes digitais contemporâneos, com usos para além das ambiências tradicionais do próprio campo.

Por exemplo, a análise e classificação por meio de facetas, utilizada em alguns repositórios como o da Unesco, e a exploração de big data, conforme proposto por Shiri (2014), são abordagens que evidenciam o potencial da KO para a DH. Ao combinar tecnologias integradas a sistemas semânticos, é possível promover a interoperabilidade semântica e facilitar a descoberta e o acesso a conhecimentos diversos. Dessa forma, a KO contribui para a melhoria dos ambientes digitais, permitindo uma exploração mais eficiente e aprofundada do vasto acervo de informações disponível na web, especialmente no que se relaciona aos conteúdos e dados gerados a partir da ciência, tecnologia, indústria e entidades governamentais.

A web passou por uma transformação significativa ao longo das últimas décadas, deixando de ser exclusivamente acadêmica para se tornar um espaço comercial. No entanto, apesar dos avanços técnicos, os desafios relacionados à recuperação da informação e à organização do conhecimento persistem, independentemente das técnicas empregadas. É nesse contexto que a KO desempenha um papel relevante ao facilitar a integração de tecnologias semânticas em ambientes digitais contemporâneos, permitindo uma exploração mais eficiente e enriquecedora dos recursos disponíveis.

Um colóquio realizado em 2015, durante o 10º congresso do capítulo francês da ISKO-França, abordou a relação entre Sistemas de Organização do Conhecimento e Humanidades Digitais (Hudon, 2016). As conclusões apontam para a necessidade

de redesenhar as disciplinas nas Humanidades Digitais e considerar o impacto na Organização e Gestão do Conhecimento, buscando processos e sistemas adaptáveis e dinâmicos. Desde a fundação do capítulo francês da ISKO em 1996, pesquisas têm abordado questões relacionadas à estrutura, ferramentas técnicas e compartilhamento de conhecimento. O foco está nas formas de produção e acesso à informação, bem como na circulação do conhecimento. O colóquio examinou como o digital está transformando a organização do conhecimento na pesquisa em ciências humanas e sociais.

Nas últimas duas décadas, o digital alterou significativamente a produção e disseminação do conhecimento. A criação, digitalização, estruturação, processamento e valorização de imagens, textos, sons e vídeos têm implicações cruciais para as ciências humanas e sociais. Isso levou à formação das "humanidades digitais", uma comunidade que busca integrar a cultura e tecnologia digitais nas pesquisas nesses campos. O colóquio de 2015 explorou as mudanças nos sistemas de organização do conhecimento na era digital. As questões levantadas incluem a possível emergência de novos paradigmas disciplinares, novas práticas nas ciências humanas e sociais, a interoperabilidade de modelos de dados, práticas de organização do conhecimento na pesquisa interligando humanidades e digital, e o impacto da disponibilização online de grandes corpora. Também examinou as implicações para a disseminação e comunicação de pesquisas, o relacionamento com instituições de patrimônio cultural, e o papel das humanidades digitais na economia. Temas específicos incluíram abordagens epistemológicas, modelos de representação de dados, atividades de pesquisa, papel de arquivos e bibliotecas, e impactos econômicos na pesquisa em ciências humanas e sociais.

Autores como Tomasi (2020), Sula (2013), Koltay (2016) e Sabharwal (2017) destacam a importância das Humanidades Digitais no contexto das Bibliotecas, Arquivos e no desenvolvimento de ferramentas e sistemas. Esses estudos enfatizam a necessidade de explorar o potencial das HD para potencializar o uso de dados de arquivos, bibliotecas e museus, direcionando seu uso por usuários humanos e máquinas.

O trabalho de Tomasi (2020) discute a evolução da chamada "informática humanística" ao longo dos anos, destacando a importância do ensino dessa disciplina. Digital Humanities (DH), ou Humanidades Digitais, envolve a combinação de conhecimentos de diversas áreas para criar novas estratégias de representação, análise e disseminação do conhecimento humano. Ensinar DH implica capacitar os alunos a aplicar esses conhecimentos metodológicos e técnicos para abordar as disciplinas humanísticas de maneira inovadora.

Tomasi (2020) menciona o curso de pós-graduação internacional em Digital Humanities and Digital Knowledge (DHDK) na Universidade de Bolonha (<https://corsi.unibo.it/2cycle/DigitalHumanitiesKnowledge>), que enfatiza a aplicação prática de métodos e modelos DH em projetos reais. Os alunos são incentivados a desenvolver projetos que produzam resultados cientificamente sólidos, que podem ser apresentados de várias maneiras, como artigos científicos, aplicativos web, ambientes digitais ou exposições virtuais. Além disso, Tomasi

aborda a importância da Linked Open Data (LOD) nas bibliotecas, arquivos e museus, bem como a interseção entre as Humanidades Digitais e a Ciência da Informação. Essa colaboração pode enriquecer a descrição do patrimônio cultural por meio da interpretação semântica das fontes. Destaca-se, portanto, a evolução e importância das Humanidades Digitais, especialmente em um contexto educacional, e a interseção entre as DH e a Ciência da Informação, enfatizando a aplicação prática e a colaboração interdisciplinar.

De acordo com a pesquisa realizada por Gibbs e Owens (2012) em relação ao uso de ferramentas nas Humanidades Digitais, identificaram-se diversos motivos pelos quais essas ferramentas permanecerão em segundo plano nos estudos. Em primeiro lugar, constatou-se que o usuário típico das Humanidades Digitais é frequentemente negligenciado quando se trata do design e da documentação das ferramentas. Muitas vezes, as interfaces e os manuais de instrução são inadequados para atender às necessidades específicas desses usuários, o que dificulta seu uso efetivo.

Além disso, é essencial que os usuários tenham clareza sobre as limitações das ferramentas e estabeleçam expectativas razoáveis em relação a elas, nem todas as ferramentas são capazes de atender a todas as necessidades e demandas dos usuários. Por fim, as abordagens de dados devem ser suportadas pelas ferramentas, as Humanidades Digitais têm suas particularidades quando se trata de coleta, análise e interpretação de dados, portanto, as ferramentas utilizadas nesse contexto devem oferecer suporte adequado às abordagens metodológicas e aos tipos de dados comumente encontrados nessas disciplinas, a fim de promover a sua aplicabilidade e relevância.

Para promover a adoção e a efetividade das ferramentas nas Humanidades Digitais, é essencial considerar as necessidades e os desafios específicos dos usuários humanistas, fornecer exemplos claros de aplicação e valor metodológico, estabelecer expectativas realistas, investir no desenvolvimento da interface do usuário, garantir o suporte adequado às abordagens de dados e abordar as dificuldades de aprendizado associadas ao uso das ferramentas. Dessa forma, é possível ampliar o papel das ferramentas como aliadas na pesquisa e na reconceptualização do trabalho nas Humanidades Digitais.

A partir da bibliografia e reflexões acerca do papel das Humanidades Digitais e sua relação com a Organização do conhecimento, e também parafraseando Liu (2009), vislumbramos que as Humanidades Digitais devem ser percebidas como lentes e não apenas como ferramentas digitais devido à profunda transformação que trazem para a maneira como compreendemos e exploramos o conhecimento humano. Enquanto as ferramentas digitais podem ser vistas como instrumentos neutros que auxiliam em tarefas específicas, as Humanidades Digitais representam um novo paradigma que reconfigura fundamentalmente nossa relação com a informação e a cultura, atuando como lentes que nos permitem enxergar além das fronteiras tradicionais das disciplinas acadêmicas, integrando a tecnologia digital com as humanidades de uma forma interdisciplinar e holística.

Além disso, as Humanidades Digitais, para além de uma visão instrumental do uso de ferramentas, não apenas facilitam a análise e a interpretação de dados, mas

também promovem uma mudança de perspectiva. Elas nos incentivam a questionar os paradigmas estabelecidos, a explorar novas formas de narrativa e a compreender melhor a complexidade das questões humanas. Essa abordagem vai além da mera aplicação de ferramentas técnicas; trata-se de uma abertura para um novo entendimento das humanidades, uma abertura que nos permite ampliar nossas visões, interconectar disciplinas e explorar de maneira mais rica e profunda os muitos aspectos da experiência humana.

Diante dessas informações, conclui-se que as Humanidades Digitais surgem com o propósito de estabelecer uma abordagem híbrida que permite a exploração engajada do patrimônio cultural da informação, preservando os objetos digitais e lidando com a Organização do Conhecimento por meio da tecnologia digital. As conexões entre as Humanidades Digitais e a Organização do Conhecimento são evidentes na pesquisa acadêmica, com estudos que exploram temas como tesouros, indexação, colaboração, análise de domínio e visualização de eventos históricos. Essas áreas continuam a evoluir e oferecem potencialidades para aprimorar a forma como lidamos com o conhecimento, sua organização e disseminação.

4. Conclusões

Este estudo revela a crescente intersecção entre as Humanidades Digitais e a Organização do Conhecimento, destacando a sua importância na pesquisa acadêmica contemporânea. As Humanidades Digitais emergiram como um campo transdisciplinar dinâmico que capitaliza a tecnologia digital para explorar, preservar e reinterpretar nosso patrimônio cultural e informações humanísticas.

A revisão de literatura demonstra claramente a relevância das conexões entre essas disciplinas, abrangendo tópicos que vão desde a criação de tesouros até a análise de eventos históricos por meio de visualizações avançadas. Essa interação está impulsionando a evolução desses campos e oferece oportunidades significativas para aprimorar a maneira como organizamos, acessamos e compartilhamos o conhecimento.

No entanto, é importante reconhecer que, à medida que exploramos essa convergência, devemos enfrentar desafios específicos, como a adaptação de ferramentas às necessidades dos pesquisadores das Humanidades Digitais e a consideração cuidadosa das limitações das tecnologias disponíveis. Além disso, a promoção da aprendizagem e da adoção eficaz dessas ferramentas é fundamental para maximizar seu potencial na pesquisa nas Humanidades Digitais.

Assim, à medida que avançamos, podemos esperar que as Humanidades Digitais e a Organização do Conhecimento continuem a enriquecer e redefinir nossa abordagem ao conhecimento humano, oferecendo novas perspectivas e insights importantes para a pesquisa e a prática acadêmica. A colaboração entre esses campos é essencial para alcançar avanços significativos e promover uma compreensão mais profunda de nossa herança cultural e intelectual.

5. Referencias bibliográficas

- Barros, T. H. B. (2020) Touching from a distance: concept theory and archival hierarchical classification. In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION CONFERENCE, 16., 2020, Aalborg, Denmark. Proceedings [...]. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2020. p. 465-469.
- Dacos, M. (2011). Manifeste des Digital humanities. THATCamp Paris, 26.
- El Hadi, W. M., & Favier, L. (2014). Bridging the Gaps Between Knowledge Organization and Digital Humanities. In Knowledge Organization in the 21st Century: Between Historical Patterns and Future Prospects (pp. 477-485). Ergon-Verlag.
- Gibbs, F., & Owens, T. (2012). Building better digital humanities tools. DH Quarterly, 6(2), 1-14.
- Hudon, M. (2016). Knowledge Organization Systems and Digital Humanities: 10th ISKO-France Colloquium, 2015. *Knowledge Organization*, 43(4), 296-300.
- International Organization of Standardization. (2011) ISO 25964-1. Information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1: Thesauri for information retrieval. Geneva: ISO.
- Koltay, T. (2016). Library and information science and the digital humanities: perceived and real strengths and weaknesses. *Journal of Documentation*, 72(4), 781-792.
- Liu, A. (2009). Digital humanities and academic change. *English Language Notes*, 47(1), 17-35.
- Nyhan, J., & Passarotti, M. (Eds.). (2019). *One Origin of Digital Humanities: Fr Roberto Busa in His Own Words*. Springer Nature.
- Rockembach, M. (2019) Arquivamento da Web no contexto das Humanidades Digitais: da produção a preservação da informação digital. *Liinc em Revista*; 15(1), 131-139.
- Sabharwal, A. (2017). Digital humanities and the emerging framework for digital curation. *College & Undergraduate Libraries*, 24(2-4), 238-256.
- Slavic, A.(2011) Classification revisited: a web of knowledge. In: Innovations in information retrieval: perspectives for theory and practice. Eds. Allen Foster and Pauline Rafferty. London: Facet, pp. 23-48
- Shiri, A. (2014). Making sense of big data: A facet analysis approach. *Knowledge Organization*, 41(5), 357-368.
- Sula, C. A. (2013). Digital humanities and libraries: A conceptual model. *Journal of Library Administration*, 53(1), 10-26.
- Tomasi, F. (2020). A digital humanities methodology for teaching knowledge organization and LAM. *AIB studi*, 60(2), 411-425.

Uso de Inteligência Artificial para indexação de filmes: reflexões sobre a importância do profissional da informação

Ednéia Silva Santos Rocha¹; Vitoria Safrá Moraes²

Resumo: Neste artigo, exploramos a importância da inteligência artificial (IA) na categorização de filmes, destacando como essa tecnologia pode ser valiosa na indústria cinematográfica. Com algoritmos avançados e aprendizado de máquina, a IA pode analisar elementos essenciais de um filme, como enredo e gênero. No entanto, ressaltamos que a apreciação cinematográfica é complexa e subjetiva, envolvendo elementos artísticos e emocionais que não podem ser capturados apenas por análises algorítmicas. Portanto, a IA deve ser complementada pelo olhar crítico do profissional da informação. O objetivo deste estudo é testar o uso da IA na análise de sinopses de filmes para categorização de conceitos, contribuindo para a criação de vocabulários controlados. Para alcançar esse objetivo, utilizamos a ferramenta ATLAS.ti para codificar as sinopses de filmes de terror. Realizamos a importação dos dados, codificação automática e exploração dos resultados. Para compreender a categorização de filmes como documentos, referimos a definição de documento de Buckland, destacando a materialidade, intencionalidade, processamento e posição fenomenológica como critérios relevantes. Além disso, discutimos a importância da indexação de filmes, que facilita a pesquisa e a busca, permitindo uma análise mais específica do conteúdo temático. Reconhecemos as limitações do estudo, enfatizando que a eficácia da IA depende da qualidade dos dados de entrada e da interpretação cuidadosa dos resultados. Por fim, destacamos a importância do profissional da informação na indexação de filmes, enfatizando sua compreensão contextual, capacidade de personalização e adaptação, controle de qualidade e considerações éticas e culturais. Concluímos que a IA é uma ferramenta valiosa, mas a combinação da IA com as habilidades humanas resulta em uma indexação mais precisa e relevante para os usuários.

Palavras chave: Indexação de filmes; Inteligência Artificial; Análise documental; Documento audiovisual.

Resumen: En este artículo, exploramos la importancia de la inteligencia artificial (IA) en la categorización de películas, destacando cómo esta tecnología puede ser valiosa en la industria cinematográfica. Con algoritmos avanzados y aprendizaje automático, la IA puede analizar elementos esenciales de una película, como el argumento y el género. Sin embargo, insistimos en que la apreciación de una película es compleja y subjetiva, e implica elementos artísticos y emocionales que no pueden captarse únicamente mediante análisis algorítmicos. Por tanto, la IA debe complementarse con el ojo crítico del profesional de la información. El objetivo de este estudio es probar el uso de la IA en el análisis de sinopsis de películas para categorizar conceptos, contribuyendo a la creación de vocabularios controlados. Para ello, utilizamos la herramienta ATLAS.ti para codificar sinopsis de películas de terror. Importamos los datos, los codificamos automáticamente y analizamos los resultados. Para entender la categorización de las películas como documentos, nos remitimos a la definición de documento de Buckland, destacando la materialidad, la intencionalidad, el procesamiento y la posición fenomenológica como criterios relevantes. Además, discutimos la

¹ Professora doutora do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP).
E-mail: edneia@usp.br.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1478-6828>.

² Graduanda em Biblioteconomia e Ciência da Informação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP).

E-mail: safravitoriausp@usp.br

ORCID: <http://orcid.org/0009-0007-9969-897X>.

importancia de la indexación de las películas, que facilita la investigación y la búsqueda, permitiendo un análisis más específico del contenido temático. Reconocemos las limitaciones del estudio, destacando que la eficacia de la IA depende de la calidad de los datos de entrada y de la interpretación cuidadosa de los resultados. Por último, destacamos la importancia del profesional de la información en la indexación de películas, haciendo hincapié en su comprensión contextual, su capacidad de personalización y adaptación, el control de calidad y las consideraciones éticas y culturales. Concluimos que la IA es una herramienta valiosa, pero que la combinación de la IA con las habilidades humanas da como resultado una indexación más precisa y relevante para los usuarios.

Palabras clave: Indexación de películas; Inteligencia Artificial; Análisis de documentos; Documento audiovisual.

Sumario: 1 Introdução. 2 Objetivo. 3. Classificação de filmes. 4. Procedimentos metodológicos. 5. Análise dos resultados. 6. Considerações finais. Referências.

1. Introdução

O uso da Inteligência Artificial (IA) para a categorização de filmes tem-se mostrado uma ferramenta valiosa na indústria cinematográfica. Com algoritmos avançados e técnicas de aprendizado de máquina, a IA pode ser capaz de analisar e entender os elementos essenciais de um filme, como enredo, gênero, estilo visual e até mesmo o tom emocional da obra. Essa capacidade de categorização auxilia tanto os espectadores, na descoberta de novos filmes que possam ser do seu interesse, como também os profissionais indexadores, que atuam no tratamento técnico de itens documentários audiovisuais. No entanto, é importante destacar que a categorização automática pode ter suas limitações, uma vez que a apreciação cinematográfica é um processo subjetivo e complexo, envolvendo elementos artísticos e emocionais que nem sempre podem ser capturados apenas por meio de análises algorítmicas. Assim, a IA é uma importante ferramenta, mas deve ser complementada pelo olhar crítico e sensibilidade humana na análise e interpretação dos filmes.

Nesse cenário, para se compreender o item documentário, pode-se recorrer a definição de documento apontada por Buckland (1997), que ressalta quatro critérios para sua categorização: (1) existe materialidade: apenas objetos físicos e sinais físicos; (2) há intencionalidade: pretende-se que o objeto, geralmente assim, seja tratado como evidência; (3) os objetos devem ser processados: devem ser transformados em documentos; e, pensamos, (4) há uma posição fenomenológica: o objeto é percebido como um documento (Buckland, 1997).

Dessa forma, não só os filmes, como também demais conteúdos audiovisuais, devem ser representados tematicamente, visando sua recuperação. A indexação tem um papel relevante nesse contexto, visto que ela serve, primordialmente, para facilitar a pesquisa e a busca, sendo a análise mais específica sobre o assunto buscado. Pode ser definida como uma "operação que consiste em escrever e caracterizar um documento, com o auxílio da representação dos conceitos nela contidos" (Chaumier, 1988, p. 63). A análise documental de conteúdo é composta por etapas que correspondem à análise e síntese desse conteúdo, que resultam na representação temática, cujo conteúdo temático consiste em um conjunto de

elementos documentais que refletem a dimensão de informação (a função original) do documento (Moraes et. al. 2020).

2. Objetivo

Nesse cenário, o advento das tecnologias de informação, principalmente a IA, tem favorecido esses processos de categorização, uma vez que podem contribuir com as atividades dos profissionais da informação. Observa-se que ferramentas de análise de conteúdo, as quais utilizam algoritmos de IA, como o ATLAS.ti³, podem auxiliar na estruturação, organização e análise sistemática das sinopses de filmes, contribuindo na descoberta de padrões, tendências e relacionamentos relevantes, facilitando a interpretação dos resultados. Assim, este artigo tem como objetivo testar o uso de IA na análise de conteúdo de sinopses de filmes para categorização de conceitos, que podem auxiliar na criação de vocabulários controlados, esses que, por sua vez, servirão de instrumento para o profissional da informação realizar a indexação de filmes.

3. Classificação de filmes

Os filmes, assim como outras formas de arte, são informações e, portanto, podem ser indexadas. Porém, a classificação dos filmes é feita de forma distinta, pois a configuração da passagem de informação aos usuários é feita através de aspectos cinematográficos, ou seja, os conjuntos desses aspectos que se diferenciam e, por conta disso, os filmes são classificados em gêneros.

A informação audiovisual se difere da informação textual, uma vez que se baseia na junção dos aspectos visuais e dos sonoros, além de depender fortemente da interpretação do usuário.

Diferente da informação textual, a informação audiovisual pode apresentar um assunto e significar outro, devido às inúmeras possibilidades de interpretação. Bem como o conhecimento de mundo do consumidor, por interferir no modo como aquela informação é abstraída (Sundstrom et al., 2019). A construção da obra pode, ainda, ser apresentada de um modo totalmente contraditório, ou metafórico - quase que enganando o espectador - gerando, por exemplo, os chamados plot-twists⁴.

Representar o tema de um documento visual, sonoro ou visual e sonoro, como as imagens em movimento, envolvem não só o que vemos ou ouvimos, mas também o que a imagem e o som nos sugerem. A informação audiovisual pode ser criada com determinado objetivo e utilizada para outro (Lima, 2016).

Gêneros cinematográficos derivam dos antigos estudos acerca de gêneros literários. Sendo que, em sua unidade, gênero pode ser conceituado como uma instância “herdada” da literatura e da dramaturgia, que desde a Poética de Aristóteles (e, mais ainda, desde a Arte Poética de Horácio, escrita três séculos

³ Trata-se de um software de análise de dados qualitativos assistido por computador que facilita a análise de dados qualitativos para pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa e pesquisa de métodos mistos. Ver mais detalhes em: <https://atlasti.com/>.

⁴ Comumente conhecidos como as reviravoltas do enredo.

depois), organiza um conjunto de obras que compartilham um número significativo de elementos temáticos e narrativos (Gonçalves, 2022).

Atualmente, temos a consciência de que gênero pode ser traduzido como o “nicho” em que a obra a ser analisada (ou apenas apreciada) está inserida, uma vez que todos os elementos da sua composição apontam para uma área específica, seguindo um roteiro determinado pela sucessão de fatores recorrentes no filme, tornando-se inevitável segmentar seu assunto principal.

Os gêneros cinematográficos foram continuamente classificados e analisados por estudiosos por meio de definições formalistas sustentadas, principalmente, pela identificação em um certo conjunto de filmes que fossem de temas semelhantes (ênfase no conteúdo da história), que tivessem elementos visuais recorrentes (ênfase na “iconografia do gênero”) ou com os mesmos tipos de estruturas narrativas (ênfase nas tramas e situações narrativas dos filmes) (Freire, 2011).

A partir do momento que existe tal categorização, que distingue os filmes - e, respectivamente, suas informações - o papel da indexação é exercer a representação temática do documento e classificá-lo em um gênero ou subgênero, dentre os existentes, especificamente usados para esse tipo de documento.

3.1. Como os serviços de streaming impactaram o acesso aos filmes

A priori, deve-se entender o que são os serviços de streaming e o modo como suas plataformas se desenvolveram no decorrer do tempo. Há algumas décadas, o fenômeno de ter o acesso ao cinema dentro de casa iniciou-se após o surgimento das fitas de VHS, uma vez que Santos (2007, p. 5) afirmou que:

O cinema em casa, iniciado pela tecnologia de gravação e reprodução em cassete, veio alterar a longevidade dos filmes. Fora das salas de cinema, da capacidade de cartaz e da chegada de novidades, os filmes encontram nas casas um cartaz permanente, em que o seu visionamento está muito mais próximo da vontade individual de quem o compra do que de uma vontade coletiva. Os filmes passam a ser comprados tanto quanto os seus bilhetes.

E, a partir da VHS, as tecnologias foram se aprimorando, na tentativa de trazer os conteúdos, antes presentes apenas nas salas de cinema, para dentro das casas. Baseando-se nisso, as VHS deram lugar aos DVD 's - juntamente com seus devices - que, por conseguinte, eram mais leves, sofisticados e ocupavam menos espaço.

Alugar um filme em VHS era considerado quase um ritual até o fim da década de 2000, quando surgiu a internet e a pirataria. [...] Segundo a UBV – União Brasileira de Vídeo, havia quase 14 mil locadoras no Brasil entre 2003 e 2005. Em 2009, esse número caiu para 6 mil. Hoje, são menos de 4 mil locadoras (Marafon, 2013).

Com a chegada dos DVD 's, ocorreu uma onda de eclosão muito potente por parte das locadoras e, ainda que estas também estivessem presentes no período que apenas as VHS existiam, não eram tão reconhecidas quanto na era do DVD. Essa popularidade transformou esses locais não apenas pontos de distribuição

audiovisual - o que incluía jogos também, além de filmes - mas também lugares de socialização, principalmente para o público-jovem, onde era desenvolvido o gosto, principalmente, pela sétima arte, juntamente com o cultivo de relações, atribuindo às locadoras quase que o mesmo papel das bibliotecas em seus primórdios.

Posteriormente, surgem os serviços de streamings, que transmitem conteúdo sem a necessidade de download. A popularização da banda larga foi outro fator determinante para o streaming ser adotado em escala massiva. Quanto mais veloz a conexão, mais nítido fica o resultado. Porém, com a chegada do Wi-fi, em 1989 - que, inclusive, só despontou no Brasil cerca de 10 anos após sua criação de fato - a facilidade de conexão, embora que não tão rápida quanto hoje em dia, se tornou um marco na história e, atualmente, continua nos surpreendendo com suas novidades.

Graças a toda essa evolução em um curto espaço de tempo, contamos com a facilidade nos conectarmos de praticamente qualquer lugar, e ainda utilizar de forma constante serviços que exigem conexão com a internet, como é o caso do armazenamento em nuvem e da chamada Internet das Coisas (IoT), que utiliza uma rede Wi-fi para conectar vários dispositivos e se comunicar com todos de forma harmônica (*Wi-Fi: Como a tecnologia evoluiu e transformou a vida das pessoas?*, 2021).

A chegada dessa categoria de serviço “virtual” para disponibilização de filmes transformou a forma como a indústria cinematográfica passou a ser consumida, modificando desde a obtenção desse tipo de material até o lugar que pode ser acessado.

O streaming e o download muito se assemelham e, embora a semelhança seja notável, eles muito diferem. Enquanto o download armazena o arquivo preterido em seu dispositivo até que este seja manualmente excluído pelo usuário, o streaming faz o uso de uma técnica conhecida como buffering, em que os arquivos são transferidos para o seu dispositivo, porém, são excluídos logo após o uso. Trata-se de uma forma de armazenamento temporário, que dura apenas enquanto o arquivo está em execução. “No entanto, o consumo do conteúdo de forma simultânea ao fluxo contínuo dos dados só é viável devido dos avanços tecnológicos no manuseio dos dados, transferidos de forma online, e ao aumento da velocidade de transmissão das redes” (Canedo & Zalla, 2022, p. 16).

Com o aumento da banda larga das redes, no início dos anos 2000, o streaming torna-se essencial não apenas às práticas comerciais, mas também para como encontramos e habitamos a cultura mediatizada. Portanto, streaming é tanto uma inovação tecnológica, quanto uma prática cultural, que configura a audiência e a indústria (Burroughs, 2015). Atualmente, existem diferentes plataformas de streaming, tais como: Netflix, Amazon Prime, HBO Max, Telecine e, recentemente, a Disney+.

3.2. A recuperação de informações nas plataformas de streaming

A base principal da indexação é a recuperação rápida da informação, capaz de satisfazer o que está sendo buscado pelo usuário e, eventualmente, ajudá-lo a acessar conteúdos semelhantes. A partir disso, nas plataformas de streaming não

seria diferente, pois, uma vez que estas se tornaram grandes catálogos virtuais, o usuário necessita de auxílio para encontrar o conteúdo que lhe interessa.

As informações disponíveis nos catálogos das plataformas de streaming também precisam ser acessíveis e permitir seu uso pelos usuários. “Então, com um catálogo tão extenso e com grande quantidade de usuários/assinantes, se faz necessário entender como organizar todas essas informações de forma a possibilitar a busca e a recuperação desta informação para que todos os usuários tenham suas necessidades atendidas” (Acorse et al., 2022, p. 7).

Dessa forma, é notório que o principal termo aliado a essas plataformas é a folksonomia, uma vez que ela pode ser definida como: “o ato de etiquetar é do próprio usuário da informação, i.e., não é o autor nem o profissional de indexação que indexam o recurso da Web; é o seu próprio usuário”. (Catarino & Baptista, 2007, p. 7). Porém, ainda que a folksonomia seja o termo atribuído a etiquetagem feita pelos próprios usuários, é necessário que o profissional indexador esteja apto a identificar os termos descritivos que melhor cabem àquele conteúdo, pensando a partir do papel de usuário e como o público se referiria acerca daquela temática, além de manter a visão de indexador, uma vez que é de suma importância o uso dos vocabulários controlados nesse tipo de atividade. Como destacado por Lancaster (2004), os termos utilizados na indexação serão, com frequência, extraídos de algum tipo de vocabulário controlado.

A indexação realizada de maneira satisfatória é a chave para que o usuário tenha suas necessidades informacionais atendidas nessas plataformas. No entanto, existem algumas dificuldades na indexação dos filmes. As maiores dificuldades encontradas, atualmente, nas plataformas de serviços de streaming, são relacionadas a dificuldade de encontrar conteúdos sobre assuntos específicos - ou seja, que estão mal organizados dentro do sistema - e a claustrofobia causada pelo algoritmo.

Essa anomalia é considerada um dos principais problemas para recuperação de temas mais específicos. A claustrofobia causada pelo algoritmo trata-se do quão refém o usuário se torna de conteúdos que seguem as mesmas temáticas. Isso ocorre, pois, no contexto das plataformas de *streaming*, as experiências do usuário em relação a diferentes tipos de materiais são analisadas e, a partir delas, a interface se utiliza desses algoritmos para continuar apresentando “mais do mesmo”, visando a fidelização do público à plataforma.

Em razão disso, Naísa & Lisboa (2021) ressaltam que os usuários acabam consumindo apenas alguns tipos de conteúdo, não aproveitando os materiais disponíveis em sua totalidade, uma vez que a comunidade de usuários se torna refém do algoritmo e não consegue descobrir coisas novas, pois depende das recomendações das plataformas.

Diante disso, em relação a dificuldade de recuperação de conteúdos, destaca-se a pluralidade temática dos conteúdos audiovisuais e a falta de análise documentária com atuação do profissional da informação.

Essa pluralidade temática atual dos conteúdos audiovisuais pode ser considerada como um desafio. A organização dos materiais de acordo com seu gênero, exclusivamente, pode não representar seu conteúdo eficientemente: os

gêneros cinematográficos estão cada vez mais entrelaçados, o que dificulta sua categorização.

Conforme descrito em *Luz, Câmera e Ação!* (2020), os filmes geralmente têm gêneros que se sobrepõem, como aventura em um filme de espionagem, ou crimes em um filme de ficção científica. Mas, quase sempre, um determinado gênero é predominante. Cada filme é diferente do outro, porém, estar rotulado em um gênero ajuda as pessoas a encontrarem um filme, em particular, que elas possam estar interessadas em assistir.

Talvez o maior desafio dessas plataformas, em relação a indexação do conteúdo, se refere a falta da análise documentária. A partir do momento que o sistema de recuperação de um material se torna inviável, em sua totalidade, e não atende ao que lhe é requerido, ele deixa de cumprir sua principal função, que é disponibilizar conteúdo aos usuários eficientemente.

Hinkle (2021) destaca que as plataformas de streaming se utilizam de algoritmos para a maioria de suas operações. Esses algoritmos usam aprendizado de máquina, estatísticas baseadas em dados coletados e IA, para torná-los mais avançados ou específicos. À medida que as plataformas de streaming emergiram como as principais fontes de mídia de entretenimento – especialmente para filmes e música – o acesso ao conteúdo aumentou. Em dezembro de 2015, uma pesquisa de consumo da Netflix estimou que um assinante perde o interesse após 60 a 90 segundos de navegação, antes de escolher algo ou abandonar a plataforma de streaming. A Amazon usa recomendações de algoritmos para seu serviço desde 1998. A Netflix usa algoritmos para recomendar entretenimento desde 2007, quando enviava apenas DVDs. Agora, quase todas as principais plataformas de streaming usam seu próprio algoritmo exclusivo, que combina conhecimento humano e aprendizado de máquina, para criar um processo de tomada de decisão que orientará o espectador.

Algoritmos podem parecer a solução perfeita para recomendar aos usuários o conteúdo que eles irão gostar. No entanto, há uma razão pela qual plataformas como HBO Max e Criterion estão se afastando das recomendações apenas de algoritmos (Hinkle, 2021). Como menciona Seth Godin (2021), os algoritmos não podem ser neutros - a Netflix recebeu críticas por direcionar imagens com tendências raciais para certos usuários. Embora a Netflix não use dados demográficos em seu algoritmo, o algoritmo pode ser tendencioso e fazer inferências.

O futuro incluirá algoritmos e aprendizado de máquina, mas, à medida que as plataformas avançam, elas precisam reconhecer as falhas dos algoritmos e utilizar profissionais capacitados para fazer a descrição dos conteúdos os filmes.

A popularização de acervos audiovisuais através de serviços de streaming ampliou a complexidade de organização e a necessidade de recuperação deste tipo de recurso. Esses serviços de streaming oferecem experiências diversas em termos de conteúdo.

Há muitos filmes que são indexados de forma inadequada ou incompleta; dessa forma, o usuário não consegue encontrar a informação que foi

buscada; ou o que foi recuperado não tem relação com a sua pesquisa. Chaumier (1988), define isso como “ruído” ou “silêncio”, sendo que o primeiro recupera informações que não tem nenhuma relação com os termos pesquisados e o segundo é a ausência de resultados. Por isso, a necessidade de haver uma indexação adequada (Acorse et al., 2022, p. 16).

Com isso, os materiais, frequentemente, aparecem expostos em gêneros e descrições que não são as suas de fato, atrapalhando não só o algoritmo atribuído ao usuário, como também sua experiência dentro daquela plataforma.

Os serviços de streaming atuais não realizam, pelo menos à primeira vista, uma categorização uniforme em seus catálogos. A pesquisa propõe a utilização de termos e conceitos atrelados à própria definição conceitual de gênero cinematográfico para a construção de categorias de busca nessas plataformas.

“Se um documento não for indexado pelos termos que o definem, ele pode não ser recuperado nas buscas, invisibilizando a temática e o próprio do documento no momento de recuperabilidade pelo usuário que busca determinada informação” (Acorse et al., 2022, p. 13). Ou seja, quando um usuário de uma plataforma com serviço streaming faz uma busca, ele deseja recuperar a informação que necessita. Para isso, é importante que os vídeos estejam indexados de forma correta.

Diante desse cenário, torna-se relevante verificar se o uso de IA na análise de conteúdo de sinopses de filmes, para categorização de conceitos, que podem auxiliar na criação de vocabulários controlados, que servirão de instrumento para o profissional da informação realizar a indexação de filmes.

4. Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento do estudo, temos como principal utilitária a pesquisa bibliográfica, uma vez que sua principal finalidade é acrescentar ao conhecimento prévio que já possuímos enquanto adiciona dados relevantes a respeito do tema. Em relação aos objetivos, a pesquisa é de cunho teórico-exploratória. As ações de pesquisa exploratória implicam investir em planejamento, construção e realização de sucessivas aproximações ao concreto empírico, a partir de várias angulações possíveis – angulações que interessam ao problema/objeto em construção. Os procedimentos de pesquisa exploratória podem ser diversos, desde o recurso a dados secundários até a observação direta de fenômenos empíricos concernentes à problemática investigada. A pesquisa exploratória traz contribuições importantes para a construção investigativa. As pistas relativas ao(s) fenômeno(s) geradas através dela facilitam a construção e a concretização dos problemas/objetos investigados (Bonin, 2009).

Para a análise das sinopses dos filmes, com a utilização da ferramenta de análise de conteúdo ATLAS.ti, para realizar a categorização de sinopses de filmes de terror, realizou-se as seguintes etapas:

- Importação dos dados: Primeiro, importamos as sinopses de filmes de terror em formato de texto para o ATLAS.ti.

- Codificação automática dos dados: a ferramenta atribuiu os códigos apropriados aos trechos relevantes de cada sinopses.
- Exploração dos dados: Utilizou-se as ferramentas de visualização e exploração do ATLAS.ti para examinar os padrões nas sinopses codificadas.

Com base nas categorizações identificadas durante a exploração dos dados, realizamos uma análise crítica dos resultados, de modo a evidenciar a importância da indexação de filmes de terror com base na análise realizada e apresentar quaisquer recomendações relevantes para aprimorar esse processo.

No que se refere as limitações do estudo, sabe-se que o ATLAS.ti é uma ferramenta relevante de análise qualitativa de dados, mas sua eficácia depende da qualidade dos dados de entrada e da interpretação cuidadosa dos resultados obtidos. Os dados de entrada, foram pesquisados na Letterboxd⁵ é uma rede social global para discussão e descoberta de filmes, e suas sinopses são copiadas dos editores dos próprios filmes. Os filmes escolhidos são uma amostra dos mais populares de acordo com a plataforma, tais como: Midsommar (2019); A Bruxa (2015); A Bruxa de Blair (1999); A Noite dos Mortos-Vivos (1968); Abismo do Medo (2005); Alien, o 8º Passageiro (1979); Atividade Paranormal (2007); Carrie, a Estranha (1976); Casamento Sangrento (2019); Corra! (2017); Corrente do Mal (2015); Grave (2016); Guerra Mundial Z (2013); Halloween (1978); Hereditário (2018); Invasão Zumbi (2016); Invocação do Mal (2013); It - A Coisa (2017); Mãe! (2017); Não! Não Olhe! (2022); Nós (2019); O Bebê de Rosemary (1968); O Despertar dos Mortos (1978); O Exorcista (1973); O Homem Invisível (2020); O Iluminado (1980); O Massacre da Serra Elétrica (1974); O Menu (2022); O Poço (2019); O Silêncio dos Inocentes (1991); O Telefone Preto (2022); Os Inocentes (2021); Os Pássaros (1962); Pânico (1996); Parasita (2019); Psicose (1960); REC (2007); Sorria (2022); Suspiria (1977); Um Lugar Silencioso (2018); Violência Gratuita (2007); X - A Marca da Morte (2022).

5. Análise dos resultado

A indexação de filmes geralmente envolve a análise de informações complexas e variadas. O ATLAS.ti permitiu importar e organizar as sinopses dos filmes de terror, possibilitando uma visualização clara de todo o corpus de dados. Como se observa na Figura 1, foram criadas 16 categorias de acordo com a análise do conteúdo. O que se nota, é que apesar das categorias identificadas estarem relacionadas a temáticas de filmes de terror, categorizar os textos com os termos 'filme' e 'cinema' não é eficaz, pois a indexação deve ser realizada com termos específicos que representem o conteúdo temáticos dos itens informacionais analisados.

⁵ Para mais informações consulte: <https://letterboxd.com/>



Figura 1. Codificação das sinopses dos filmes de terror. Fonte: Dados da pesquisa.

A identificação e exploração de relacionamentos entre diferentes códigos e categorias, permite visualizar as redes de relacionamentos entre os elementos identificados nas sinopses. De acordo com a Figura 2, as co-ocorrências mais significativas da análise da AI, se refere aos conceitos terror; suspense; violência; medo; ação e tensão, o que nos permite inferir que esses são os principais conceitos associados à codificação das sinopses. Essas relações associativas podem ser exploradas para enriquecer a indexação dos filmes, fornecendo interconexões relevantes entre os termos e indicando as associações conceituais presentes nos filmes de terror.

Códigos de co-ocorrência mais importantes

1	◇ Terror	+	◇ Suspense
2	◇ Suspense	+	◇ Medo
3	◇ Violência	+	◇ Terror
4	◇ Suspense	+	◇ Ação
5	◇ Medo	+	◇ Tensão
6	◇ Suspense	+	◇ Tensão
7	◇ Violência	+	◇ Suspense

Figura 2. Associação de categorias de acordo com a codificação realizada pela ferramenta.
Fonte: Dados da pesquisa.

A ferramenta permitiu a análise textual de trechos específicos das sinopses. É possível realizar análises de frequência para identificar quais palavras ou frases relacionadas à indexação de filmes de terror ocorrem com mais frequência. Isso pode ajudar a compreender os aspectos mais relevantes que devem ser considerados durante a indexação.

Filme: O Telefone Preto (Título Original: The Black Phone)

Sinopse: Finney Shaw, um garoto tímido, mas inteligente, de 13 anos, é sequestrado por um assassino sádico e preso em um porão à prova de som, onde gritar é de pouca utilidade. Quando um telefone desconectado na parede começa a tocar, Finney descobre que pode ouvir as vozes das vítimas anteriores do assassino. E elas estão determinadas a garantir que o que aconteceu com elas não aconteça com Finney.

- 5:1 Sinopse: Finney Sha...
- ◇ Angústia
 - ◇ Cativoiro
 - ◇ Medo
 - ◇ Sobrevivência
 - ◇ Tensão

Filme: Os Inocentes (2021)

Sinopse: Criança loira no meio da floresta. Dirigido por Eskil Vogt, o filme norueguês de terror sobrenatural já conquistou o público do mundo todo. As protagonistas do enredo são quatro crianças que começam uma amizade durante as férias de verão. Sem que os pais percebam, elas descobrem que têm poderes mágicos e começam a explorá-los. No entanto, suas brincadeiras tomam um rumo cada vez mais perigoso.

- 5:13 Sinopse: Crianç...
- ◇ Crianças
 - ◇ Diversidade de temas: Amizade
 - ◇ Drama psicológico: Terror sobr...
 - ◇ Perigo
 - ◇ Poderes sobrenaturais: Podere...

Filme: Corra (Título Original: Get Out)

Sinopse: Chris e sua namorada Rose vão ao interior do estado para visitar os pais dela no fim de semana. No início, Chris interpreta o comportamento excessivamente complacente da família como uma tentativa nervosa de lidar com o relacionamento inter-racial da filha, mas, à medida que o fim de semana avança, uma série de descobertas cada vez mais perturbadoras o leva a uma verdade que ele nunca poderia ter imaginado.

- 5:6 Sinopse: Chris e sua...
- ◇ Descoberta da verdade
 - ◇ Diversidade cultural
 - ◇ Preconceito racial
 - ◇ Racismo (2)

Figura 3. Temáticas identificadas nas sinopses dos filmes ‘O telefone preto’ e ‘Os inocentes’ e categorização de temas sensíveis (racismo). Fonte: Dados da pesquisa.

Essa comparação de diferentes sinopses de filmes de terror, pode ser útil para identificar variações e semelhanças nos elementos de terror, estilos narrativos ou outras características relevantes. Podendo oferecer insights adicionais na indexação de filmes pelo indexador humano.

Especificamente em relação a indexação de filmes de terror, se deve considerar os aspectos éticos e culturais, pois o profissional da informação pode avaliar os aspectos sensíveis dos filmes de terror, como violência, temáticas controversas ou culturais, e lidar com essas questões de forma adequada na indexação. Eles podem considerar políticas de inclusão, representatividade e sensibilidade cultural, garantindo uma indexação mais equilibrada e responsável, de acordo com o perfil dos usuários.

Com os recursos de codificação para atribuição de códigos às sinopses para representar conceitos ou características específicas, permitiu uma análise mais estruturada e a identificação de padrões e tendências nos filmes de terror. Essa categorização pode ser utilizada para construção de um vocabulário controlado para indexação de filmes de terror. Conforme algumas categorizações das análises podem ser evidenciadas de acordo com a Figura 4.

<ul style="list-style-type: none"> ○ Drama psicológico <ul style="list-style-type: none"> ○ Abuso emocional ○ Extraterrestres ○ Manipulação social ○ Paranoia ○ Paranormal ○ Psicopatia ○ Tabu ○ Terror Psicológico ○ Terror sobrenatural 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Comportamento disfuncional <ul style="list-style-type: none"> ○ Comportamento anormal ○ Comportamento destrutivo ○ Desigualdade social ○ Distúrbios alimentares ○ Influência cultural ○ Isolamento social 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Poderes sobrenaturais <ul style="list-style-type: none"> ○ Forças ocultas ○ Mitologia ○ Poderes mágicos ○ Poderes psíquicos
---	---	---

Figura 4. Exemplo de relações associativas evidenciadas na codificação das sinopses.

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da categorização das sinopses de filmes de terror, pode-se identificar termos-chave relevantes para indexação, pois são termos que aparecem com mais frequência nos documentos analisados. Esses termos, podem representar além do gênero do filme, mas também a atmosfera (clima do filme), características dos personagens, as tramas e os cenários, contribuindo para seleção de um conjunto inicial de termos representativos que poderão compor o vocabulário controlado que auxiliará na indexação.

O estabelecimento das relações hierárquicas entre os termos também contribui para construção da linguagem de indexação, por exemplo, pode-se estabelecer a categoria ‘elementos de terror’ e como termos subordinados ‘monstros’ e ‘fantasmas’. Assim, essas relações contribuem para organização dos descritores, porque indicam as subcategorias e interconexões.

Vale ressaltar, que a ferramenta pode contribuir com as categorizações, mas o fator humano é essencial para o refinamento e expansão do tesauro, pois à medida

que o profissional assiste aos filmes pode identificar novos conceitos e relações, além das estabelecidas com a análise das sinopses.

Essa abordagem iterativa entre o uso da tecnologia aliada às competências do profissional da informação, permite que a linguagem de indexação se torne cada vez mais completa, capturando a diversidade de elementos presentes nos filmes de terror.

6. Considerações finais

O profissional da informação possui conhecimento especializado e compreensão do contexto em que os filmes estão inseridos. Entendem os elementos específicos dos filmes de terror, seus gêneros, subgêneros, temáticas, efeitos visuais e sonoros, além de outras características relevantes. Essa compreensão contextual é fundamental para uma indexação precisa e abrangente.

Embora a IA possa identificar termos-chave e realizar categorizações automáticas, como foi evidenciado com o uso do Atlas.TI para codificação das sinopses dos filmes, é o profissional da informação que possui a habilidade de selecionar e priorizar os termos mais relevantes para a indexação, pois podem considerar nuances e particularidades dos filmes de terror, escolhendo termos que melhor representem os elementos essenciais e ajudem os usuários a encontrarem informações desejadas.

Entende-se que a indexação de filmes pode variar de acordo com as necessidades informacionais dos usuários, o contexto e objetivos do serviço de informação. Desse modo, o profissional da informação pode personalizar a indexação, adaptando-a para atender a um determinado público ou contexto específico, levando em consideração diferentes perspectivas, preferências e necessidades dos usuários, o que resulta em uma indexação mais relevante e eficaz.

Outro tópico a ser considerado, é que o profissional da informação desempenha um papel fundamental na garantia da qualidade da indexação, pois consegue revisar e avaliar os resultados gerados pela IA, corrigindo erros, preenchendo lacunas e refinando as categorizações. Além disso, eles podem realizar revisões regulares para garantir que a indexação esteja atualizada e alinhada com as mudanças e evoluções do campo do cinema de terror.

Assim, apesar da IA ser utilizada como ferramenta na categorização e indexação de filmes de terror, o fator humano é indispensável. Os profissionais da informação possuem conhecimento especializado, compreensão contextual, habilidades de seleção e priorização, capacidade de personalização e adaptação, controle de qualidade e considerações éticas e culturais. Mas, a combinação da IA e as habilidades do profissional indexador pode resultar em uma indexação mais precisa, relevante e confiável para os usuários.

Referências

- Acorse, M., Sabbag, D. M. A. & Achilles, D. (2022). Entre a memória e o esquecimento: efeitos da prática da representação de filmes na netflix. *Revista Fontes Documentais*, 5(1), 11-23. <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/1351>.
- Bonin, J. A. (2009). Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. *Famecos*, 1(15), 121-127. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.37.4809>.
- Buckland, M. K. (1997). What is a document? *Journal of the American Society for Information Science*, 48(9). [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199709\)48:9<804::AID-ASIS>3.0.CO;2-V](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199709)48:9<804::AID-ASIS>3.0.CO;2-V).
- Burroughs, B. E. (2015). *Streaming Media: audience and industry shifts in a networked society* [Tese de Doutorado, University of Iowa]. Iowa Research Online. DOI: [10.17077/etd.e9qi86xf](https://doi.org/10.17077/etd.e9qi86xf).
- Canedo, F. M. & Zalla, F. V. (2022). *Uma análise sobre os fatores de sucesso do mercado de streaming* [TCC, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/232441>.
- Catarino, M. E. & Baptista, A. A. (2007). Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na web. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*. <https://hdl.handle.net/1822/7162>.
- Chaumier, J. (1988). Indexação: conceitos, etapas e instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 21(1/2), 63-79.
- Freire, R. D. L. (2011). *Carnaval, mistério e gangsters: o filme policial no Brasil (1915-1951)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional UFF. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/19305>.
- Godin, S. (2021, 19 de fevereiro). *Algorithms give or they take*. <https://seths.blog/2021/02/algorithms-give-or-they-take/>.
- Gonçalves, J. A. (2022). *A situação do terror no cinema nacional (2009-2019): uma análise do estudo sobre "gêneros cinematográficos" (2018) da Ancine*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/234791>.
- Hinkle, D. (2021, 18 de agosto). *How streaming services algorithms*. Arts Management e Technology Laboratory. <https://amt-lab.org/blog/2021/8/algorithms-in-streaming-services>.
- Lancaster, F. W. (2004). *Indexação e Resumos* (2a ed) (Lemos, A. A. B. Trad.). Briquet de Lemos.
- Lima, V. M. A. (2016). A documentação audiovisual. In *Tópicos para o ensino de biblioteconomia: volume I*. São Paulo: ECA-USP. <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002749728.pdf>.
- Luz, Câmera e Ação! (2020, 06 de julho). *O que é o gênero de um filme e como isso é determinado?* <https://luzcameracao.com.br/o-que-e-o-genero-de-um-filme/>.
- Marafon, R. (2013, 12 de junho). *O Fim das Videolocadoras*. Cine POP. <https://cinepop.com.br/o-fim-das-videolocadoras-45458/>.
- Moraes, J. B. E., Lima, L. & Caprioli, M. S. (2020). Análise documental de textos narrativos ficcionais: aportes teóricos de aboutness para identificação de temas. In *Modelos de leitura documentária para indexação: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos* (pp. 69-91). Oficina Universitária; Cultura Acadêmica.

- Naísa, L. & Lisboa D. (2021). *Rebobinando o streaming*. <https://tab.uol.com.br/edicao/rebobinando-o-streaming/#page1>
- Santos, R. (2007). *Indústrias culturais: imagens, valores e consumos*. Edições 70.
- Sundstrom, A. S. S., Moraes, J. B. E. & Albuquerque, A. C. (2019). Fiction film for information science: a study on thematic organization and representation approaches. *Encontros Bibli - Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 24(54), 124-134. <http://hdl.handle.net/11449/196213>.
- Wi-Fi: como a tecnologia evoluiu e transformou a vida das pessoas? (2021, 08 de março). Positivo, Casa Inteligente. 2021. <https://blog.positivocasainteligente.com.br/wi-fi-como-tecnologia-evoluiu/>.

Revisitando o debate entre organização da informação e organização do conhecimento: um estudo de caso na Universidade de Lisboa

Jorge Revez¹

Resumo: Desde 2015, o Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa oferece no seu programa de estudos duas unidades curriculares, cada uma com um semestre de duração, sobre organização e representação da informação e do conhecimento. Estas unidades são intituladas 'Organização da Informação I' e 'Organização da Informação II'. A partir da apresentação do contexto da formação avançada em organização da informação/conhecimento na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, este trabalho adota o método de estudo de caso, com os objetivos de (1) explorar as implicações epistemológicas e curriculares dos programas das duas unidades curriculares hoje lecionadas, bem como (2) revisitar o debate teórico entre as designações 'Organização da Informação' e 'Organização do Conhecimento', discutindo-se quais seriam os títulos mais apropriados para as disciplinas lecionadas. Após a revisão do debate teórico, a 'Organização da Informação' e a 'Organização do Conhecimento' não parecem ser duas disciplinas diferentes. Ambas as expressões têm uma origem comum, tratam do mesmo problema e são usadas, genericamente, como sinónimos. Parece, ainda, que a disciplina da Organização do Conhecimento foi capaz de integrar os problemas passados e presentes e de desenvolver, de forma mais consistente, o campo da organização e representação da informação e do conhecimento. Conclui-se que, para a oferta formativa em análise estar alinhada com o exposto na revisão do debate e ser coerente com as opções curriculares assinaladas, a segunda parte do curso, ou mesmo todo o curso, deveria intitular-se Organização do Conhecimento. O percurso científico da Organização do Conhecimento enquanto área interdisciplinar ou meta-disciplina, ampla, inclusiva e dialogante, justifica esta possibilidade como alternativa às atuais designações.

Palavras-chave: Ensino Superior; Formação em Organização do Conhecimento; Curso de Mestrado; Universidade de Lisboa; Portugal.

Resumen: Desde 2015, el Máster en Documentación y Ciencias de la Información de la Facultad de Letras y Humanidades de la Universidad de Lisboa ofrece dos unidades curriculares, de un semestre de duración cada una, sobre la organización y representación de la información y el conocimiento. Estas unidades se titulan «Organización de la Información I» y «Organización de la Información II». Partiendo de una presentación del contexto de la formación avanzada en organización de la información/conocimiento en la Facultad de Letras y Humanidades de la Universidad de Lisboa, este trabajo adopta el método de estudio de caso, con los objetivos de (1) explorar las implicaciones epistemológicas y curriculares de los programas de las dos unidades curriculares impartidas en la actualidad, así como (2) retomar el debate teórico entre las denominaciones «Organización de la Información» y «Organización del Conocimiento», discutiendo cuáles serían los títulos más adecuados para las materias impartidas. Tras revisar el debate teórico, «Organización de la Información» y «Organización del Conocimiento» no parecen ser dos disciplinas diferentes. Ambas expresiones tienen un origen común, tratan el mismo problema y se utilizan genéricamente como sinónimos. También parece que la disciplina de Organización del Conocimiento ha sido capaz de integrar los problemas pasados y presentes y desarrollar el campo de la organización y representación de la información y el conocimiento de forma más coherente. Puede concluirse que para que la oferta formativa analizada se ajuste a lo expuesto en la revisión del debate y sea coherente con las opciones curriculares señaladas, la segunda parte del curso, o incluso el curso completo, debería titularse Organización del

¹ Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos, Portugal
E-mail: jrevez@campus.ul.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3058-943X>

Conocimiento. La trayectoria científica de la Organización del Conocimiento como área interdisciplinar o metadisciplina, amplia, integradora y dialógica, justifica esta posibilidad como alternativa a las actuales denominaciones.

Palabras clave: Enseñanza Superior; Formación en Organización del Conocimiento; Curso de Máster; Universidad de Lisboa; Portugal.

Sumário: 1. Introdução. 2. Métodos. 3. Organização da Informação e Organização do Conhecimento. 4. O caso da Universidade de Lisboa. 5. Conclusão. 6. Referências.

1. Introdução

Desde 2015, o Mestrado em Ciências da Documentação e Informação (MCDI) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) oferece no seu programa de estudos duas unidades curriculares, cada uma com um semestre de duração, sobre organização e representação da informação e do conhecimento. Estas unidades são intituladas 'Organização da Informação I' e 'Organização da Informação II' (Despacho n.º 10603/2015, de 23 de setembro, 2015). As duas disciplinas são de frequência obrigatória e são únicas no panorama do MCDI quanto a conteúdos na subárea da Ciência da Informação denominada, em língua inglesa, *organization of information, information organization* (Svenonius, 2000; Park & Howarth, 2013; Joudrey & Taylor, 2018) ou *knowledge organization* (Hjørland, 2008).

Esta oferta foi antecedida, desde a criação do MCDI, no ano letivo 2007-2008, pela oferta de duas unidades curriculares denominadas 'Organização do Conhecimento' e 'Organização e Recuperação da Informação Biblioteconómica' (Deliberação n.º 1006/2009, de 6 de abril, 2009), divisão que se manteve na alteração promovida desde o ano letivo de 2010-2011 (Despacho n.º 5454/2010, de 25 de março, 2010). No entanto, é importante ter em conta que, entre 2007 e 2015, o Mestrado funcionava com dois ramos distintos – Arquivística e Biblioteconomia. Os estudantes dos dois ramos apenas frequentavam em comum a unidade de 'Organização do Conhecimento' (1.º semestre). Neste trabalho, não abordaremos a anterior experiência de lecionação nesta área, na FLUL, no âmbito do Curso de Especialização em Ciências Documentais, desde 1983 (Portaria n.º 449/83, de 19 de abril, 2015).

No presente, cada unidade curricular implica 168 horas de trabalho, com 46 horas de contacto e 6 ECTS, decorrendo ao longo de 14 semanas. Os estudantes do MCDI (tal como outras pós-graduações da FLUL) iniciam o seu ciclo de estudos em setembro ou janeiro de cada ano, o que significa que, se entrarem em setembro, frequentarão, em primeiro lugar, a primeira parte ('Organização da Informação I') e, se entrarem em janeiro, frequentarão a segunda parte ('Organização da Informação II'), e só depois 'Organização da Informação I' no mês de setembro seguinte.

Por outro lado, o MCDI insere-se no Programa em Ciências da Documentação e Informação da FLUL, que no presente apenas oferece o 2.º ciclo de estudos previsto no Modelo de Bolonha. Isto implica que os futuros profissionais de informação não têm acesso, na Universidade de Lisboa, a conteúdos de graduação (Licenciatura) com uma carga horária mais alargada, que possibilitaria a frequência de oficinas práticas de aprendizagem em organização da informação/conhecimento.

Eventualmente, esta oferta formativa, com mais horas de contacto disponíveis, poderia conferir à sua formação um carácter prático/profissionalizante mais acentuado, dimensão que o MCDI não consegue e não pretende abranger.

A partir da apresentação do contexto da formação avançada em organização da informação/conhecimento na FLUL, este trabalho adota o método de estudo de caso, com os objetivos de (1) explorar as implicações epistemológicas e curriculares dos programas das duas unidades curriculares hoje lecionadas, bem como (2) revisitar o debate teórico entre as designações 'Organização da Informação' (OI) e 'Organização do Conhecimento' (OC), discutindo-se quais seriam os títulos mais apropriados para as disciplinas lecionadas. A resposta a estes dois objetivos forma as duas partes principais do trabalho, seguidas da conclusão.

2. Métodos

O método de estudo de caso possibilita a observação de uma realidade concreta, articulando-se com outros métodos e técnicas, de forma a explorar em profundidade um objeto de estudo, neste caso, a formação avançada em organização do conhecimento na Universidade de Lisboa.

Nas palavras de Gerring, “um estudo de caso é um estudo intensivo de um caso singular ou de um pequeno número de casos”, “altamente focado”, cujo objetivo é “parcialmente explicar o(s) caso(s) sob investigação e também, ao mesmo tempo, elucidar uma classe maior de casos (uma população)” (Gerring, 2019, pp. 69–70). No presente estudo, não existe qualquer pretensão de generalizar os resultados, mas somente problematizá-los, tendo em conta os diferentes contextos formativos em que a organização do conhecimento pode ser objeto de processos de ensino-aprendizagem.

Outro autor fundamental, Yin, define estudo de caso como “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes” (Yin, 2015, p. 17). Outros contributos teóricos têm destacado a questão da profundidade e da singularidade enquanto abordagens epistemológicas essenciais para tornar o estudo de caso relevante para o conhecimento de um determinado objeto de estudo (Creswell, 2014; Simons, 2014; Coutinho, 2015; Stake, 2016; Denzin & Lincoln, 2018).

Articulado com o estudo de caso, foi utilizado o método de investigação documental, tendo como fontes a literatura científica, a legislação e os materiais académicos sobre a formação estudada. Este método, que pode assumir diferentes designações, é utilizado de forma significativa nas ciências sociais e humanas como estratégia de estudo das evidências analógicas ou digitais que constituem os diferentes documentos que nos podem informar sobre um objeto de estudo (Prior, 2003; Bowen, 2009; Coffey, 2014; Grant, 2018; Silva, 2021).

3. Organização da Informação e Organização do Conhecimento

Esta secção pretende rever algumas questões, como saber se a OI é igual à OC e se são ou não disciplinas diferentes? Pelo que se irá observar, ambas as expressões têm uma origem comum - a catalogação e as classificações bibliográficas usadas nas bibliotecas desde a segunda metade do séc. XIX e lecionadas nas escolas profissionais e nas universidades - apresentando evoluções lexicais distintas e pouco consistentes, ainda que tratem substancialmente do mesmo problema e sejam, ainda hoje, usadas como sinónimos. O mais importante é que qualquer tentativa de as diferenciar, sugerindo a existência de dois campos de estudos distintos, sobretudo ao nível do objeto de estudo, parece ser teoricamente frágil. Mesmo sendo verdade que os conceitos de *informação* e *conhecimento* podem ser definidos de forma distinta (debate não aprofundado neste trabalho, mas *vide* (Hjørland, 2023)), o facto é que o uso das expressões OI e OC como sinónimos, como se verá adiante, torna irrelevante, por ora, a clarificação dos seus limites conceptuais.

A organização é um elemento central da Ciência da Informação (Glushko, 2014). Organiza-se para estruturar e controlar (não se discutirá o problema da designação “controlo bibliográfico”), para dar ordem e sentido, para permitir a representação, a arrumação, o acesso, a recuperação e a preservação, construindo-se sistemas contextuais e conjuntos documentais/informacionais. A organização parece obedecer a razões elementares, separando-se a natureza e o conteúdo: “These reasons are the needs to describe the nature of a document (its title, creator, date of creation, physical form, publishing details, etc.), fully and accurately, through cataloguing and metadata creation, and to denote its subject, what it is about, through classifying, indexing and summarising” (Bawden & Robinson, 2022, p. 133). Todavia, o que é realmente organizado? Documentos, informação, conhecimento?

Hjørland (2012) publicou uma discussão do nome que esta área de estudos poderia assumir no seio da Ciência da Informação. Apresenta uma posição que defende que a OC e a OI não deveriam ser usadas como sinónimos, mas reconhece que isso sucede, ainda que sejam termos usados em contextos distintos, mas com princípios teóricos idênticos: “primarily concerned with subjects, concepts, and semantic relations between concepts” (Hjørland, 2012, p. 6). Sugere, ainda, que a OC seria o termo mais apropriado para designar a área de estudos, por se relacionar com o contexto social da informação, ao invés de enfatizar questões relativas à teoria da informação ou à computação. Não é, por isso, estranho que Hjørland defina a OC como detentora de um amplo alcance: “KO is about describing, representing, filing and organizing documents and document representations as well as subjects and concepts both by humans and by computer programs” (Hjørland, 2020).

Hjørland assinala também que as obras de Svenonius (2000) e de Joudrey e Taylor (2018) são as principais publicações que ligam a OI ao campo da OC, mas as etiquetas *information organization* ou *organization of information* não revelam, ao longo do tempo, um padrão consistente de utilização na literatura especializada. Destaca, ainda, o caso da obra de Rowley e Hartley (2008) cujo título tenta combinar ambas as designações de *informação* e *conhecimento*: *Organizing knowledge: an introduction to managing access to information*. Como explica Hider (2018), o

manual de Taylor (1.^a ed. 1999) é o equivalente norte-americano do manual britânico de Rowley (1.^a ed. 1987), ambos tratando das diferentes atividades que permitem o acesso intelectual aos recursos de informação. Porém, a tendência para uma mudança lexical que privilegiaria o termo *informação* em detrimento de *conhecimento*, que parecia ser para Hjørland uma realidade, em 2012, não parece ter ganho força na última década, apontando-se para um reforço da OC como a designação mais consensual, que abrange as dimensões teóricas e aplicadas da organização e representação no seio da Ciência da Informação. O mesmo entendimento, que prefere a designação OC, como mais indicada para representar o campo, é partilhado, por exemplo, na recente obra de divulgação de Pintar e Hopping (2023), ainda que a expressão OI continue a ser a mais utilizada nos cursos de mestrado acreditados pela American Library Association (Hudon, 2021).

No manual de Bawden e Robinson (2022) aponta-se para um uso frequente das duas expressões como sinónimos, apesar de a OC ser habitualmente ligada à organização e à estrutura do conhecimento em si e a OI ser associada à organização de documentos físicos ou digitais, que suportam informação, e à busca das melhores soluções para facilitar o acesso e a recuperação desses objetos ou recursos e, consequentemente, da informação que transportam. Parece existir, nesta explicação, uma separação entre atividades ou realidades concretas (objetos, documentos, recursos) e abstratas (conceitos, ideias, pensamentos), entendimento que é também partilhado por outros autores. Por exemplo, Brascher e Café defendem que existem: “dois tipos distintos de processos de organização, um que se aplica às ocorrências individuais de objetos informacionais - o processo de organização da informação, e outro que se aplica a unidades do pensamento (conceitos) - o processo de organização do conhecimento (...) [que] visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade” (2008, p. 6). No mesmo sentido, Lima defende que a OC: “produz representações sistematizadas de conhecimento, que podem ser utilizadas na OI, para padronizar as representações dos conteúdos dos recursos informacionais, visando facilitar a recuperação e o uso deles. Entende-se que a organização do conhecimento é condição necessária para a organização da informação, ou mais especificamente dos recursos informacionais, sob o aspecto dos seus conteúdos” (2020, p. 63). Assim, “enquanto a área de OC organiza o conhecimento a partir da modelagem de domínios, representando sua estrutura com base na descrição de conceitos e dos relacionamentos semânticos entre eles, na área de OI ocorre o processo de representação do conteúdo de um documento específico, o qual tem o conhecimento registrado, para que ele seja posteriormente recuperado pelo usuário em um Sistema de Recuperação da Informação” (Lima, 2020, p. 63).

Estas explicações são, até certo ponto, pertinentes, mas podem não ser viáveis quando enveredamos, na era digital, por operações cada vez mais complexas e automatizadas de organização e representação. No horizonte da *Web* semântica e da adoção generalizada de modelos de representação baseados no modelo entidade-relação será ainda relevante uma distinção disciplinar entre objetos e conceitos? Para observar esse problema, basta apreciar as recentes propostas do *IFLA Library Reference Model* (Riva et al., 2017) ou do modelo conceptual e da ontologia *Records in Contexts* (Conselho Internacional de Arquivos. Experts Group on Archival

Description (EGAD), 2021) para verificar que a metainformação descritiva, tradicionalmente associada à catalogação bibliográfica e à descrição de documentos de arquivo (os ditos objetos), é agora inseparável dos avanços trazidos por um campo nuclear da OC, como é o caso das ontologias (uma especificação formal e explícita de uma conceptualização partilhada (Guarino et al., 2009)). Afinal, a descrição de objetos/recursos, associada à OI, e a construção de modelos de entendimento e representação da realidade, associada à OC, coexistem no que parece ser o futuro caminho dos processos e sistemas de organização. Esta coexistência já tinha sido teorizada por Buckland:

Knowledge organization is concerned with describing, representing, organizing, discovery, selection, and retrieval of concepts and of knowledge in a wide variety of contexts. As a practical matter, it does this through the manipulation of “representations” of concepts and of knowledge, through documents. Knowledge organization is, therefore, directly and centrally concerned with documents. In consequence, understanding the nature of documents should be an important concern in knowledge organization. (Buckland, 2018, p. 425)

Uma observação das duas expressões, em separado, poderá aduzir mais alguns elementos relevantes. No caso da expressão OI, Svenonius adotou um quadro conceptual que observa a “organization of information in an historico-philosophical context”, sendo a principal característica de natureza linguística: “information is organized by describing it using a special-purpose language” (2000, p. 1). Organização e descrição (representação) são processos indissociáveis, para os quais se utiliza uma linguagem especializada, que a autora denominará de *bibliográfica*: “the most colossal labor of all involved in organizing information is that of having to construct an unambiguous language of description — a language that imposes system and method on natural language and at the same time allows users to find what they want by names they know” (2000, p. 14).

Svenonius reconhece o campo como herdeiro direto da tradição da “Anglo-American descriptive and subject cataloging” dos últimos 150 anos. Para esta autora, não é linear a existência de um domínio ou objeto de estudo facilmente definível, pois “the collective domain of all systems for organizing information [are] all message content created by humans, recorded, and deemed worthy of being preserved” (Svenonius, 2000, p. 8), mas o documento, enquanto veículo do conteúdo da mensagem, isto é, o registo que fixa a informação, tem uma dimensão material, tornando a informação algo do domínio do abstracto. Observa-se, na miscelânea terminológica, a dificuldade de separar a forma e o conteúdo ou a descrição do objeto vs. descrição do assunto (no sentido de “aboutness” enquanto “subject of a work contained in a resource, which is translated into controlled subject languages” (Holley & Joudrey, 2021, p. 4)), distinções que permitiriam autonomizar os eventuais objetos de estudo da OI e da OC, isto é, separando os objetos e os conceitos/modelos do mundo, a que se aludiu anteriormente.

Outra obra fundamental para situar este problema apresenta problemas conceptuais semelhantes. Arlene Taylor reconhecia, em 1999, que o seu manual tinha sido construído para responder à emergência da formação superior, que adotava

uma abordagem holística ao problema da organização, precedendo os problemas mais específicos da catalogação e da classificação:

These courses typically cover much more than cataloging and classification. They discuss the concept of organization and its role in human endeavors; many kinds of retrieval tools, such as bibliographies, indexes, finding aids, catalogs, and other kinds of databases; encoding standards, such as MARC, SGML, various SGML DTDs, and XML; creation of metadata; all kinds of controlled vocabularies, including thesauri and ontologies, as well as subject heading lists; classification theory and methodology; arrangement and display of metadata records and physical information-bearing packages; and system design. (Joudrey & Taylor, 2018, p. 13)

Na 4.^a edição do manual, os autores reconhecem que o objeto do campo, isto é, o que está a ser organizado, é *informação*, ainda que outros autores considerem que é *conhecimento*: “It seems to us that we can use our knowledge to write a book, but until you read that book, understand it, and integrate it into your own knowledge, it is just information. That is why we believe we organize information—so that others can find it, read or otherwise absorb it, and use it to add to their own reserve of knowledge” (Joudrey & Taylor, 2018, p. 19). Esta perspetiva sugere uma visão mecanicista, apenas centrada no sujeito informacional, criador de conhecimento, ignorando a dimensão social da epistemologia, que marca as sociedades humanas e os seus diferentes contextos sociais e culturais. De qualquer forma, o manual cobre genericamente o campo do que hoje se entende por OC, e também poderia designar-se ou intitular-se *organização do conhecimento*, perspetiva que os próprios autores não rejeitam.

Por outro lado, a origem e o sentido da expressão OC provém do conceito de classificação das ciências, enquanto formas de sistematização do que se conhece como realidade. Isso é visível, por exemplo, na mudança do título da revista da International Society for Knowledge Organization (ISKO) denominada *International Classification* para *Knowledge Organization*, em 1993. No entanto, a impossibilidade de uma sistematização teoricamente universal, independente dos contextos sociais, culturais, linguísticos, etc., faz com que os conceitos de classificação e OC se possam observar somente como construtos artificiais e ficções humanas (San Segundo Manuel, 1996). Na verdade, apesar dos antecedentes clássicos da OC, a disciplina, como hoje é entendida, está diretamente ligada à tradição da biblioteconomia anglo-saxónica, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XIX. Hjørland refere, entre outros autores, a obra seminal de Henry Bliss *The organization of knowledge and the system of the sciences* (1929), que estabeleceu a conexão entre a classificação bibliográfica e a OC, pois a primeira deveria respeitar a estruturação das ciências estudada pela segunda. O estabelecimento da ISKO, em 1989, e a mudança de nome da sua revista oficial, em 1993, marcariam a fundação disciplinar da OC, sob a liderança de Ingetraut Dahlberg (Hjørland, 2020).

Outra obra de referência, que também se depara com o problema de distinguir OC e OI, é o manual de Jennifer Rowley (na 4.^a ed. com Richard Hartley). Os autores adotam a expressão OC como forma de abranger as ferramentas e os processos associados ao fornecimento de acesso à informação e ao conhecimento. A OC é a outra face da recuperação da informação, pois a qualidade da primeira é o sucesso

da segunda. Para explicar a sua opção, os autores recorrem à literatura da gestão do conhecimento, que entende existir uma separação entre conhecimento tácito ou implícito (pessoal, armazenado na mente humana, passível de ser registado) e conhecimento explícito (codificado, registado, partilhado). O debate entre os autores que consideram que o conhecimento explícito é *conhecimento*, e os que consideram que é *informação*, é resolvido por Rowley e Hartley ao considerarem que abordarão a organização do conhecimento explícito: “if the term 'explicit knowledge' is used, the indexing and organization of packages of information or documents can be described as the organization of knowledge” (Rowley & Hartley, 2008, p. 7). A mesma lógica é encontrada na definição de OC, apresentada por Anderson:

The description and organization for retrieval of messages representing knowledge, texts by which knowledge is recorded, and documents in which texts are embedded. (...) Library and information science deals with the description and organization of the artefacts (messages, texts, documents) by which knowledge (including feelings, emotions, desires) is represented and shared with others. These knowledge resources are often called information resources as well. Thus ‘knowledge organization’ in the context of library and information science is a short form for ‘knowledge resources organization’ or ‘knowledge representations organization’. It is often called ‘information organization’. (2003, p. 471; também citado por Hjørland, 2008)

Complementarmente, Hider (2018) admite que OC e OI podem ser usadas como sinónimos, ainda que também possam ser reconhecidas de forma distinta, mas relacionada: neste caso, Hider considera que OI/OC podem ser usadas para designar o campo de estudos, de forma genérica, mas OC pode também ser utilizada para designar um campo mais específico, focando sobretudo a representação de assuntos dos recursos de informação, isto é, a “subject approach”, o que está diretamente ligado à criação da ISKO, em 1989. Se, nos anos 90, se privilegiava a dimensão do conteúdo e da sua representação, o alcance dos trabalhos dos membros da ISKO alargou-se, posteriormente, para a problemática dos metadados e da organização dos objetos/suportes/documentos. Mostra-se aqui um aspeto fundamental: a progressiva fusão entre as chamadas *descriptive cataloging* (centrada no suporte e no documento) e a *subject cataloging* (centrada na dimensão abstrata do conteúdo), distinção que hoje parece fazer cada vez menos sentido, quer na prática profissional, quer na formação académica, acompanhando o movimento global que favorece a dimensão informacional, em toda a sua complexidade, em detrimento da lógica somente documental ou meramente centrada nas necessidades dos construtos sociais biblioteca/arquivo/museu/centro de documentação.

Hider (2018) também detetou a sobreposição de quatro fases distintas na evolução do campo de estudos da OC. Nas suas origens biblioteconómicas, a área da organização era ensinada separando a catalogação da classificação, o que durou até meados do séc. XX. Desde a década de 1930 e ao longo do século, ambas começam a ser ensinadas como um campo unificado e central no processo formativo. Desde a década de 60 até aos anos 90, no desabrochar da *Information Science*, agora *Library and Information Science*, emerge a chamada “subject approach” e os novos processos de recuperação da informação. A última fase, que é ainda a presente, revela a solidificação da OC nos *curricula* académicos. No caso da expressão OI, Hider

assinala que só nos anos 80 do séc. XX se encontra um uso equivalente ao de OC, citando as obras de Doreen Goodman *Information Organization: Principles & Practice* (1985) e de Christopher Turner *Organizing Information* (1987). Isto significa que, na opinião deste autor, o campo de estudos da OC, quer com a designação *conhecimento* ou *informação*, só foi consolidado no final do séc. XX, assumindo diferentes designações, muitas vezes sem uma explicação lógica, e enleado na confusão terminológica que afeta amiúde as ciências sociais e humanas.

No manual de Claudio Gnoli (2020), o autor também reconhece a equivalência entre OI e OC, mas defende que o conhecimento é uma rede de informação integrada que permite processar e enquadrar a informação subsequente. Este conhecimento é produzido culturalmente na forma de *mentefactos* e tornado disponível publicamente, seja na forma oral ou escrita, ou de forma síncrona ou assíncrona. Para a utilização plena deste conjunto e das suas inter-relações, a OC é uma tarefa essencial. Gnoli define OC como: “the representation of real objects (knowledge) arranged into useful structures (organization). That is, the individual components of knowledge (...) can be gathered and organized into more structured systems (...). The resulting complex system is called a knowledge organization system” (2020, p. 6). Naturalmente que a OC, nesta perspetiva, centra-se, sobretudo, no conhecimento público acumulado em coleções de *mentefactos* materializados em documentos, formalizado através de um vocabulário comum e partilhado por uma determinada comunidade. Isto significa que a dimensão objetiva ou material continua a ser fundamental, ainda que o documento não seja o princípio e o fim do objeto de estudo da OC: “modern KO is especially concerned with ordering knowledge as conveyed in some kind of document. But what is of interest to KO is not the document itself, be it a clay tablet or a website archive or a living tree. It is its knowledge content” (Gnoli, 2020, p. 9).

Em suma, a OC e a OI não parecem ser duas disciplinas diferentes. Ambas as expressões têm uma origem comum, tratam do mesmo problema e são usadas, genericamente, como sinónimos. Parece, ainda, que a disciplina da OC foi capaz de integrar os problemas passados e presentes e de desenvolver, de forma mais consistente, o campo da organização e representação da informação e do conhecimento. Isso pode ser explicado pela cultura e pela comunidade epistémica (Knorr-Cetina, 1999) existente, nomeadamente os investigadores associados à ISKO, que se reuniram para investigar e lecionar esta área de estudos. A dualidade de títulos das disciplinas, cursos e obras de referência - OI vs. OC – parece ser, simplesmente, o resultado de diferentes opções autorais e tradições académicas. Não existe uma divergência substancial entre as duas perspetivas, nem tão pouco duas disciplinas autónomas. De seguida, iremos observar como a revisitação deste debate impacta a conceção de um curso de mestrado, de formação superior em Ciência da Informação, que permita uma visão crítica do campo da organização e representação da informação e do conhecimento.

4. O caso da Universidade de Lisboa

Tendo em conta a argumentação da secção anterior, o MCDI da FLUL oferece, desde 2015, duas unidades curriculares semestrais sobre OC, aqui considerada como a expressão mais consensual e solidificado no seio da Ciência da Informação. Contrariando esta solidificação do campo de estudos, nas últimas três décadas, as unidades do MCDI são intituladas 'Organização da Informação I' (OI1) e 'Organização da Informação II' (OI2) (Despacho n.º 10603/2015, de 23 de setembro, 2015). Não é fácil apurar os motivos que conduziram a esta intitulação, até porque existiu, anteriormente, no mesmo programa de estudos, uma disciplina denominada OC. De qualquer forma, as duas disciplinas são de frequência obrigatória e são únicas no panorama do MCDI quanto a conteúdos de OC.

No ano letivo de 2022-2023, os conteúdos programáticos foram os seguintes:

Tabela 1 - Conteúdos programáticos de OI1 e OI2 (2022-2023)

Organização da Informação I	Organização da Informação II
1. Organização da Informação na Ciência da Informação: conceptualização enquanto forma, conteúdo e meio	1. Organização da Informação e Organização do Conhecimento
2. Fundamentos da Organização da Informação	2. Conceitos: Conceito, Indexação, Análise e representação do conteúdo, Sistemas de organização do conhecimento, Linguagens documentais
3. Princípios de catalogação	3. Thesauri: definição, estrutura e terminologia
4. Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD) – Edição consolidada	3.1 Normalização: Norma ISO 2788-1986, NP 3715-1989, NP 4036-1992, NP 4285-4-2000, ISO 25964 - Partes 1-2: 2011-2013
5. Formatos Machine Readable Cataloging (MARC) e Universal Machine Readable Cataloging (UNIMARC)	3.2. Descritores e relações entre descritores: equivalência, hierarquia, associação
6. Requisitos Funcionais dos Registos Bibliográficos (FRBR)	4. Resumos: funções e tipologias
7. Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition (AACR2) e Resource Description and Access (RDA)	4.1 Normalização: NP 418-1988
8. IFLA Library Reference Model	5. Classificações: funções e tipologias
9. Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) e Orientações para a Descrição Arquivística – 3.ª versão (ODA)	4.1 Tabelas de classificação
10. Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias (ISAAR (CPF)), Norma Internacional para	4.2 Classificação Decimal Universal

Descrição de Funções (ISDF) e Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH)

11. Records in Contexts – modelo conceptual (RiC-CM) e ontologia (RiC-O)

5. Ontologias e taxonomias

12. Metainformação para a Interoperabilidade (MIP), Dublin Core Metadata Initiative e Metadados

13. Big Data, Linked Open Data e as tendências futuras da Organização da Informação

Fonte: Programa das Unidades Curriculares.

A observação dos conteúdos programáticos de OI1 e OI2 (Tabela 1) revela a sobrevivência e a resistência de muitos aspetos abordados no debate enunciado anteriormente, particularmente a divisão entre objetos/conceitos e natureza/conteúdo. Isto é revelador de que os conteúdos das unidades curriculares, definidos pelo corpo docente, não são propostas acabadas sobre um determinado campo de estudos, mas o resultado de uma reflexão contínua sobre os objetivos de aprendizagem que se pretendem atingir; resultado esse que é mutável e que não pode deixar de transparecer aquilo que são os debates das diferentes comunidades académicas. Por estes motivos, os conteúdos lecionados na FLUL têm, obrigatoriamente, de abranger a riqueza do debate académico sobre as questões da organização e representação, no seio da Ciência da Informação.

O estudo de caso da Universidade de Lisboa mostra que a primeira parte do curso incide sobre o problema da expressão OI no seio da Ciência da Informação e os fundamentos teóricos da OI (Joudrey & Taylor, 2018; Svenonius, 2000), os princípios de catalogação (IFLA, 2018), a descrição normalizada de documentos bibliográficos e de documentos de arquivo (Conselho Internacional de Arquivos, 2002; IFLA, 2012; Joint Steering Committee for Revision of AACR, 2005; Joudrey et al., 2015; Lazarinis, 2015; Mering, 2014) (incluindo as novas propostas *IFLA LRM* e *Records in Contexts*), os esquemas de metadados (Baca, 2008) e os dados ligados (Heath & Bizer, 2011). A segunda parte foca a denominada “subject approach to information” (Foskett, 1969), a teoria da organização do conhecimento (Hjørland, 2016), os sistemas de organização do conhecimento (Zeng, 2008), mais especificamente, as classificações (Broughton, 2015), os thesauri (Aitchison et al., 2000) e as ontologias (Almeida, 2020; Biagetti, 2021), e os resumos (*abstracting*) (Simões, 2015). Estes conteúdos são articulados com elementos de avaliação, resultantes da investigação individual ou em grupo, por parte dos estudantes, bem como elementos de natureza sumativa.

As opções apresentadas mostram uma divisão que ainda assenta na perspetiva de que a OI diz respeito à descrição e à representação dos objetos/recursos de informação e a OC diz respeito a uma abordagem conceptual – “the construction of concept systems and, the correlation to, or the mapping of, units of such a concept system with objects of reality” (Dahlberg, 2006, p. 12) - no seio de uma análise de

domínio, para ser aplicada em atividades de organização da informação (Brascher & Café, 2008; Lima, 2020). Esta separação, que é teoricamente frágil à luz do que foi discutido, também procura responder, de forma pragmática, ao modo de admissão de novos estudantes no MCDI, através do qual a segunda parte do curso pode ser realizada antes da primeira. Ao arrepio de uma visão global da OC, tem sido útil manter uma distinção entre os dois semestres, que permita viabilizar percursos diferenciados.

A experiência de lecionação ao longo dos anos e a reflexão teórica suscitada pelos diferentes trabalhos de investigação, produzidos no âmbito da FLUL, têm conduzido, progressivamente, a uma situação formativa em que se procura contextualizar na sala de aula o debate existente sobre as diferentes formulações e promover nos estudantes do MCDI uma reflexão sobre estes problemas. A limitação das horas de contacto e a elevada carga curricular do MCDI conduz a que os estudantes disponham de pouco tempo para o aprofundamento de leituras essenciais para compreender a complexidade desta área de estudos. Por outro lado, a maior parte dos estudantes do MCDI nunca tiveram qualquer formação prévia em Ciência da Informação. Possuem, sobretudo, graduações em diferentes áreas disciplinares, desde Artes e Humanidades até outras Ciências Sociais. Esta situação obriga a que a densidade dos conteúdos programáticos procure, simultaneamente, colmatar a inexistência de conhecimentos prévios e cumprir objetivos de aprendizagem adequados ao 2.º Ciclo de estudos.

Tendo em vista o potencial mercado de trabalho (genericamente, serviços de informação, como bibliotecas e arquivos), os estudantes esperam que o MCDI lhes forneça um conjunto de competências profissionais de índole prática. No caso de OI1 e OI2, a maioria dos estudantes espera aprender a catalogar livros, descrever fundos de arquivo, classificar de acordo com a CDU ou saber utilizar um tesouro. Esta expectativa dificulta aquilo que Hjørland designa como a importância da teoria na formação em OC:

All practical activities in KO depend on KO-theory, which in turn depends on philosophical assumptions. Specific KO solutions include making a specific knowledge organization system (KOS), making specific indexing of specific documents or making any other specific application. To use another word, all such tasks are “theory-laden”, which suggests that KO without theory does not exist (even if the theoretical issues mostly seem absent, are difficult to identify and even denied by leading scholars). It also implies that any deeper understanding of KO issues must be based on KO theory, which in turn must be considered from ontological/epistemological perspectives. (Hjørland, 2022)

Não é, por isso, fácil compatibilizar uma oferta de 2.º Ciclo com esta exigência teórica, pois está limitada no tempo de trabalho. Também se espera que não seja inicial ou, pelo menos, seja mais avançada do que são, normalmente, os conteúdos do nível de graduação. Por outro lado, como explica Hudon, é importante ir além da dimensão prática e fornecer quadros teóricos consistentes: “It is our belief that cataloging, classification, and indexing courses will only be considered essential in LIS master’s programs if they go beyond the “how” to consider also the all-important “why” (2021, p. 593). Contudo, a dimensão teórica pode suscitar reações negativas: “there is often avoidance if not anxiety involved by examining the kinds of problems

raised by theoretical research in KO, and theoretical research may sometimes, rightly or wrongly, be considered relatively non-relevant by students, professionals and employers” (Hjørland, 2022).

Em síntese, mesmo que exista ou não exista uma distinção entre as dimensões OI e OC, os processos de ensino-aprendizagem devem mostrar os argumentos do debate e realçar que estas dimensões são, em última análise, mutuamente dependentes e podem ser fortemente relacionadas durante as atividades curriculares. Contudo, para estar alinhada com o exposto na revisitação do debate e ser coerente com as opções curriculares assinaladas, a segunda parte do curso, ou mesmo todo o curso, deveria intitular-se OC e não OI. O percurso científico da OC enquanto área interdisciplinar ou meta-disciplina, ampla, inclusiva e dialogante, justifica esta possibilidade como alternativa às atuais designações.

5. Conclusão

A revisitação do debate entre OC e OI permitiu observar que é difícil sustentar que estas sejam duas disciplinas distintas. Para a área de estudos que se dedica ao problema da organização e representação, no seio da Ciência da Informação, a designação OC surge como a mais consolidada, sobretudo tendo em conta o labor promovido pela ISKO. Este debate permite que possam ser questionadas as designações das unidades curriculares do MCDI da FLUL, bem como os seus conteúdos programáticos e a forma com as duas unidades se estruturam e se articulam.

Os conteúdos do ano letivo de 2022-2023, enquanto exemplo analisado, mostram a persistência de concepções herdadas da tradição académica desta área, bem como uma divisão que, aparentemente, suporta a existência de duas disciplinas distintas, quando o debate mostra que essa divisão é teoricamente frágil. De qualquer forma, as duas unidades curriculares mostram, apesar de tudo, o debate existente na academia e a afirmação da OC enquanto área interdisciplinar, sempre em prol da melhoria dos serviços de informação, independentemente do nome das disciplinas: “For us in the KO community within LIS, the purpose of studying and teaching KO is to develop better information services, whatever that means” (Hjørland, 2020).

Os objetivos propostos de (1) explorar as implicações epistemológicas e curriculares dos programas das duas unidades curriculares hoje lecionadas, bem como (2) visitar o debate teórico entre OI ou OC, como os títulos mais apropriados para as disciplinas lecionadas, foram atingidos, com a limitação principal de se ter apenas observado a literatura anglo-saxónica, sem ter em conta outros casos potencialmente relevantes, como o espanhol ou o francês. Reelaborar as discussões teóricas e promover o seu reflexo na formação em OC mostram-se como exercícios relevantes para suportar o ensino-aprendizagem, sustentar a investigação produzida e melhorar o desempenho dos futuros profissionais de informação.

6. Referências Bibliográficas

- Aitchison, J., Gilchrist, A., & Bawden, D. (2000). *Thesaurus construction and use: A practical manual* (4th ed.). ASLIB.
- Almeida, M. B. (2020). *Ontologia em Ciência da Informação: Teoria e Método*. CRV.
- Anderson, J. D. (2003). Organization of knowledge. Em J. Feather & R. P. Sturges, *International encyclopedia of information and library science* (2nd ed, pp. 471–490). Routledge.
- Baca, M. (Ed.). (2008). *Introduction to metadata* (2nd ed.). The Getty Research Institute.
- Bawden, D., & Robinson, L. (2022). *Introduction to information science* (2nd ed.). Facet.
- Biagetti, M. T. (2021). Ontologies (as knowledge organization systems). Em *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. <https://www.isko.org/cyclo/ontologies>
- Bowen, G. A. (2009). Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Brascher, M., & Café, L. (2008). Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *IX ENANCIB - Diversidade cultural e políticas de informação*. IX ENANCIB, São Paulo. <http://hdl.handle.net/123456789/809>
- Broughton, V. (2015). *Essential Classification* (2nd ed.). Facet.
- Buckland, M. (2018). Document Theory. *Knowledge Organization*, 45(5), 425–436. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2018-5-425>
- Coffey, A. (2014). Analysing documents. Em U. Flick (Ed.), *The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis* (pp. 367–379). SAGE.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: Adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999* (Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo, Trad.; 2.ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/isadg.pdf>
- Conselho Internacional de Arquivos. Experts Group on Archival Description (EGAD). (2021). *Records in Contexts: Conceptual model* (Consultation Draft v0.2). ICA. https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-02_july2021_0.pdf
- Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª ed.). Almedina.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches* (4th ed.). SAGE.
- Dahlberg, I. (2006). Knowledge Organization: A New Science? *Knowledge Organization*, 33(1), 11–19. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2006-1-11>
- Deliberação n.º 1006/2009, de 6 de abril. (2009). Em *Diário da República*, n.º 67, Série II.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2018). *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (5th ed.). SAGE.
- Despacho n.º 5454/2010, de 25 de março. (2010). Em *Diário da República*, n.º 59, Série II.
- Despacho n.º 10603/2015, de 23 de setembro. (2015). Em *Diário da República*, n.º 186, Série II.
- Foskett, A. C. (1969). *The subject approach to information*. Clive Bingley.
- Gerring, J. (2019). *Pesquisa de estudo de caso: Princípios e práticas*. Vozes.
- Glushko, R. J. (Ed.). (2014). *The Discipline of Organizing* (Core Concepts Edition). O'Reilly Media.
- Gnoli, C. (2020). *Introduction to Knowledge Organization*. Facet.
- Grant, A. (2018). *Doing excellent social research with documents: Practical examples and guidance for qualitative researchers*. Routledge.

- Guarino, N., Oberle, D., & Staab, S. (2009). What Is an Ontology? Em S. Staab & R. Studer (Eds.), *Handbook on Ontologies* (pp. 1–17). Springer Berlin Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-540-92673-3_0
- Heath, T., & Bizer, C. (2011). *Linked Data: Evolving the Web into a Global Data Space*. Morgan & Claypool.
- Hider, P. (2018). The terminological and disciplinary origins of information and knowledge organization. *Education for Information*, 34(2), 135–161. <https://doi.org/10.3233/EFI-180165>
- Hjørland, B. (2008). What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*, 35(2–3), 86–101. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86>
- Hjørland, B. (2012). Knowledge Organization = Information Organization? *Categories, contexts and relations in knowledge organization: proceedings*, 8–14. https://static-curis.ku.dk/portal/files/47028310/Abstract_KO_and_IO_full.pdf
- Hjørland, B. (2016). Knowledge organization. *Knowledge Organization*, 43(6), 475–484.
- Hjørland, B. (2022). Education in knowledge organization. Em *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. ISKO. <https://www.isko.org/cyclo/education>
- Hjørland, B. (2023). Information. *Knowledge Organization*, 50(1), 47–79. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2023-1-47>
- Hjørland, B. (2020). Knowledge organization. ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization. https://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization
- Holley, R. M., & Joudrey, D. N. (2021). Aboutness and Conceptual Analysis: A Review. *Cataloging & Classification Quarterly*, 59(2–3), 159–185. <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1856992>
- Hudon, M. (2021). The Status of Knowledge Organization in Library and Information Science Master's Programs. *Cataloging & Classification Quarterly*, 59(6), 576–596. <https://doi.org/10.1080/01639374.2021.1934766>
- IFLA. (2012). *Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD)* (R. M. Galvão & M. Lopes, Trans.; Edição consolidada). Biblioteca Nacional de Portugal.
- IFLA. (2018). *Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC)* (Orig. 2016). IFLA.
- Joint Steering Committee for Revision of AACR. (2005). *Anglo-American cataloguing rules* (2nd ed., 2002 revision, 2005 update). American Library Association.
- Joudrey, D. N., & Taylor, A. G. (2018). *The Organization of Information* (4th ed.). Libraries Unlimited.
- Joudrey, D. N., Taylor, A. G., & Miller, D. P. (2015). *Introduction to cataloging and classification* (11th ed.). Libraries Unlimited.
- Knorr-Cetina, K. (1999). *Epistemic cultures: How the sciences make knowledge*. Harvard University Press.
- Lazarinis, F. (2015). *Cataloguing and Classification: An introduction to AACR2, RDA, DDC, LCC, LCSH and MARC 21 Standards*. Chandos.
- Lima, G. Â. de. (2020). Organização e representação do conhecimento e da informação na web: Teorias e técnicas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 25, 57–97. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/4299>
- Mering, M. (Ed.). (2014). *The RDA Workbook: Learning the Basics of Resource Description and Access*. Libraries Unlimited.
- Park, J.-R., & Howarth, L. C. (Eds.). (2013). *New directions in information organization*. Emerald.
- Pintar, J., & Hopping, D. (2023). *Information science: The basics*. Routledge.

- Portaria n.º 449/83, de 19 de abril. (2015). Em *Diário da República*, n.º 90, Série I (pp. 1353–1355).
- Prior, L. (2003). *Using documents in social research*. SAGE.
- Riva, P., Le Boeuf, P., & Žumer, M. (2017). *IFLA Library Reference Model: A conceptual model for bibliographic information*. IFLA. <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017.pdf>
- Rowley, J. E., & Hartley, R. J. (2008). *Organizing knowledge: An introduction to managing access to information* (4th ed). Ashgate.
- San Segundo Manuel, R. (1996). *Sistemas de organización del conocimiento: La organización del conocimiento en las bibliotecas españolas*. Univ. Carlos III.
- Silva, C. G. da. (2021). Investigação documental. Em S. P. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques (Eds.), *Manual de investigação qualitativa: Conceção, análise e aplicações* (pp. 103–123). PACTOR.
- Simões, M. da G. (2015). *Resumo documental: Uma incursão à (des)construção concetual na literatura científica*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Simons, H. (2014). Case Study Research: In-Depth Understanding in Context. Em P. Leavy (Ed.), *The Oxford handbook of qualitative research* (pp. 455–470). Oxford University Press.
- Stake, R. E. (2016). *A arte da investigação com estudos de caso* (4ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Svenonius, E. (2000). *The Intellectual Foundation of Information Organization*. The MIT Press.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (5.ª ed.). Bookman.
- Zeng, M. (2008). Knowledge Organization Systems. *Knowledge. Organization*, 35, 160–182.

Perceções dos investigadores sobre as competências do bibliotecário da saúde: um estudo qualitativo

Maria Luz Antunes¹; Carlos Lopes²; Maria Manuel Borges³

Resumo: Na área da saúde constata-se o crescimento, a renovação e a adaptação de competências por parte do bibliotecário. Objetivo: Identificar as perceções dos investigadores sobre as competências que o bibliotecário da saúde possui e perceber como podem estas competências representar um contributo válido em ambiente de investigação. Métodos: Abordagem qualitativa assente numa entrevista semiestruturada para uma amostra seletiva e não-probabilística composta por um conjunto de investigadores que representam o universo multidisciplinar das ciências da saúde. Resultados: Foram identificadas três categorias maior: 1) as competências reconhecidas ao bibliotecário (estratégias de pesquisa, seleção de bases de dados, métodos de investigação, gestores de referências, artigos de revisão, revisões sistemáticas e meta-análises, disseminação de resultados, bibliometria, diálogo/comunicação, ética profissional); 2) os critérios de seleção de um bibliotecário (experiência profissional e de investigação, conhecimento/proximidade, avaliação prévia de competências, conhecimentos linguísticos, conhecimento do jargão científico, formação académica); e 3) os pontos fortes da colaboração de um bibliotecário em ambiente de investigação (profissional multidisciplinar e interdisciplinar, diálogo/comunicação, validação da pergunta de investigação, robustez das pesquisas, controlo de vocabulários, escrita científica, disseminação de resultados). Conclusões: A colaboração com os investigadores representa uma oportunidade única para a melhoria das competências do bibliotecário da saúde: estimula a formação académica; motiva a participação noutros projetos, grupos e redes, aumentando e articulando a investigação da ciência da informação com outras ciências.

Palavras-chave: Competências; Equipas de Investigação em Saúde; Bibliotecários; Investigadores; Análise qualitativa.

Resumen: Los bibliotecarios del ámbito de la salud están creciendo, renovando y adaptando sus competencias. Objetivo: Identificar las percepciones de los investigadores sobre las competencias que poseen los bibliotecarios sanitarios y comprender cómo estas competencias pueden aportar una contribución válida en un entorno de investigación. Método: Enfoque cualitativo basado en entrevistas semiestructuradas con una muestra selectiva y no probabilística de investigadores representativos del universo multidisciplinar de las ciencias de la salud. Resultados: Se identificaron tres categorías principales 1) las competencias reconocidas a los bibliotecarios (estrategias de investigación, selección de bases de datos, métodos de investigación, gestores de referencias, artículos de revisión, revisiones sistemáticas y metaanálisis, difusión de resultados, bibliometría, diálogo/comunicación, ética profesional); 2) los criterios de selección de un bibliotecario (experiencia profesional e investigadora, conocimiento/proximidad, evaluación previa de competencias, dominio de idiomas, conocimiento de la jerga científica, formación académica); y 3) los puntos fuertes de la colaboración de un bibliotecario en un entorno de investigación (profesional multidisciplinar e interdisciplinar, diálogo/comunicación, validación de la pregunta de investigación, solidez de las búsquedas, control de vocabularios, redacción

¹ Instituto Politécnico de Lisboa (ESTeSL), Portugal; APPsyCI - Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion, Portugal.

E-mail: mluz.antunes@estesl.ipl.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0942-7601>

² APPsyCI – Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion, Ispa – Instituto Universitário, Portugal

E-mail: clopes@ispa.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6440-4739>

³ Univ. de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, FLUC, Coimbra, Portugal.

E-mail: mmmb@fl.uc.pt

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7755-6168>

científica, difusión de resultados). Conclusiones: La colaboración con investigadores representa una oportunidad única para mejorar las competencias de los bibliotecarios de salud: estimula la formación académica; motiva la participación en otros proyectos, grupos y redes, incrementando y articulando la investigación en ciencias de la información con otras ciencias.

Palabras clave: Competencias; Equipos de investigación en salud; Bibliotecarios; Investigadores; Análisis cualitativo.

Sumário: 1. Introdução, 2. Objetivo, 3. Método, 4. Resultados, 5. Discussão, 6. Conclusões, 7. Referências bibliográficas.

1. Introdução

A colaboração do bibliotecário da área da saúde em processos de investigação tem sido objeto de alguns estudos de caso, em que se descrevem relatos da sua intervenção em projetos isolados ou em equipas de investigação. Neste processo, o bibliotecário demonstra competências próprias da sua experiência profissional que o habilitam a colaborar com equipas de investigação.

De acordo com a literatura, o padrão de cooperação entre o investigador da saúde e o bibliotecário caracteriza-se pela colaboração nas primeiras etapas de artigos de revisão, revisões de âmbito, revisões sistemáticas e meta-análises, em que a seleção de bases de dados, a definição da equação de pesquisa, as pesquisas propriamente ditas e a extração e migração de dados são tarefas atribuídas ao bibliotecário (Dudden & Protzko, 2011; Foutch, 2016; Spencer & Eldredge, 2018; Swinkels et al., 2006). Com menor expressão, este colabora também noutras tarefas, igualmente importantes no processo de investigação, como a preparação da documentação para a atribuição de financiamentos, a redação e submissão de manuscritos, a escolha de revistas para publicação – em função do fator de impacto, do quartil, mas também do *fee* – ou a análise de dados (Cooper & Crum, 2013; Ketchum, 2017; Otter et al., 2017).

Desta forma, a colaboração do bibliotecário evoluiu para a de um parceiro de investigação, porque os investigadores procuram diversificar as suas equipas de investigação para serem bem-sucedidos nos concursos internacionais das agências de financiamento, mas também para garantir que a equipa assegura as competências necessárias ao desenvolvimento de projetos (Borrego et al., 2018).

Neste âmbito, a revisão da literatura realizada permitiu identificar a interdisciplinaridade da ciência da informação com as ciências da saúde, traduzida em equipas de investigação que refletem processos colaborativos e de multidisciplinaridade de saberes. Assim, a pergunta de investigação do presente estudo foi: *Quais as perceções dos investigadores sobre as competências que o bibliotecário deve demonstrar em equipas de investigação em saúde, num processo de colaboração efetiva e eficaz para a equipa?*

2. Objetivo

Identificar as percepções dos investigadores sobre as competências que o bibliotecário da área da saúde possui e perceber como podem estas competências representar um contributo válido em ambiente de investigação.

3. Método

Para a conceptualização do estudo realizou-se uma revisão específica da literatura, centrada na parceria colaborativa de bibliotecários e de investigadores na área da saúde.

3.1. Participantes

A amostra seletiva e não-probabilística é composta por um conjunto de investigadores que representam o universo multidisciplinar das ciências da saúde – as especialidades médicas e as ciências afins, como: sociologia da saúde, bioestatística, bioquímica, biologia, etc.

3.2. Procedimento

A abordagem qualitativa segue uma entrevista semiestruturada.

Sob consentimento informado, a participação dos investigadores foi voluntária, podendo desistir em qualquer momento ou opor-se ao tratamento dos seus dados e à sua portabilidade.

Os entrevistados tiveram acesso prévio às questões. Para a entrevista foi usado o *software* Zoom Colibri. Foi gravada com autorização, posteriormente transcrita e validada pelo entrevistado. As entrevistas foram anonimizadas, codificadas alfanumericamente [INV01, INV02, etc.] e salvaguardadas. A informação resultante das entrevistas permaneceu ativa ao longo da realização do estudo, sendo posteriormente destruída, preservando o anonimato e a confidencialidade dos inquiridos.

O estudo obteve parecer favorável da Comissão de Ética da instituição de um dos autores.

3.3. Instrumento

A entrevista semiestruturada recolheu dados pessoais. As variáveis sociodemográficas analisadas contemplaram dados como: idade, sexo, categoria profissional, número de anos na profissão e no local de trabalho (ambiente académico ou hospitalar).

A versão final da entrevista considerou um conjunto de questões orientadoras, de modo a incrementar a capacidade de recuperar informação de qualidade, designadamente:

- a) Que competências reconhece que o bibliotecário possui e que podem ser relevantes em ambiente de investigação?
- b) Se tivesse oportunidade de contar com um bibliotecário num projeto ou numa equipa de investigação como o selecionaria?
- c) Identifique os pontos fortes da participação de um bibliotecário em ambiente de investigação.

4. Resultados

4.1. Caracterização sociodemográfica

Foram entrevistados 21 investigadores das áreas da sociologia da saúde, ciências farmacêuticas, genética, engenharia da saúde, ciências da visão, imagiologia médica, saúde pública, medicina geral e familiar, nutrição, bioquímica e saúde ambiental.

Do total de investigadores entrevistados, 11 (52,3%) são do sexo masculino. A média de idades é de 48 anos; o mais jovem tem 28 anos e o mais velho tem 64 anos. Dezanove (90,4%) entrevistados são investigadores em instituições do ensino superior e dois em hospitais. Relativamente ao número de anos na profissão, a média é de 20,7 anos de profissão, sendo o mínimo de cinco anos e o máximo de 43 anos no exercício.

Somente três (14,2%) entrevistados são exclusivamente profissionais de saúde e investigadores e, destes, dois trabalham em ambiente hospitalar; os restantes acumulam estas funções com a docência no ensino superior. Do conjunto dos investigadores entrevistados, oito (38%) têm experiência de investigação em estreita colaboração com bibliotecários.

4.2. Coding tree

A apresentação dos resultados seguiu o objetivo da investigação, de modo a assegurar consistência e facilidade na sua estruturação.

O conteúdo das entrevistas foi classificado e categorizado para facilitar a sua análise (Tabela 1). A análise primária permitiu criar três categorias *major*: 1) as competências reconhecidas ao bibliotecário; 2) os critérios de seleção de um bibliotecário; e 3) os pontos fortes da colaboração de um bibliotecário em ambiente investigativo. O aprofundamento da análise das entrevistas originou um conjunto de categorias *minor*, mais descritivas.

Tabela 1. *Coding tree*

Categorias <i>major</i>			
Categorias <i>minor</i>	Reconhecimento de competências	Critérios de seleção de um bibliotecário	Pontos fortes da colaboração
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégias de pesquisa ▪ Seleção de bases de dados ▪ Métodos de investigação ▪ Gestores de referências ▪ Artigos de revisão ▪ Revisões sistemáticas e meta-análises ▪ Disseminação de resultados ▪ Bibliometria ▪ Diálogo/Comunicação ▪ Ética profissional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Experiência profissional ▪ Conhecimento/proximidade ▪ Experiência em investigação ▪ Avaliação prévia de competências ▪ Conhecimentos linguísticos ▪ Conhecimento do jargão científico ▪ Formação académica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Profissional multidisciplinar e interdisciplinar ▪ Diálogo/Comunicação ▪ Validação da pergunta de investigação ▪ Robustez das pesquisas ▪ Controlo de vocabulários ▪ Escrita científica ▪ Disseminação de resultados

Fonte: Elaboração própria.

4.3. Reconhecimento de competências

Os investigadores identificaram um conjunto de competências que o bibliotecário da saúde possui e que globalmente é relevante para um ambiente de investigação colaborativo. Destas, algumas assumem uma relevância mais destacada do que outras. O domínio de estratégias de pesquisa de informação e a seleção de bases de dados adequadas à investigação são as competências que os investigadores consideram que integram o *core* de competências do bibliotecário.

“Eu vejo o papel do bibliotecário, numa investigação, num artigo, como sendo um processo que se inicia já no delineamento da pesquisa (...) estar junto com os investigadores num primeiro momento para auxiliar, validar uma pergunta de pesquisa na área de síntese de evidência, de revisão sistemática (...) para auxiliar a validar quais seriam as fontes de informação, quais seriam as bases de dados mais adequadas (...) validar as estratégias de busca (...), auxiliar também na extração, na exportação dos ficheiros, dos arquivos das bases de dados para um outro formato...” [INV04]

São igualmente destacadas as suas noções de métodos, no que se refere à organização do conhecimento e método de trabalho, e ainda as suas capacidades de gestão da informação, relativamente à forma de recuperar, de armazenar e de migrar os dados para os gestores de referências.

“A identificação e a pesquisa em bases documentais e transformação (...) em ficheiros que depois pudessem ser importados para gestores de citação ou para aqueles gestores do tipo Rayyan e tipo Covidence.” [INV13]

A colaboração do bibliotecário num artigo de revisão, numa revisão sistemática ou numa meta-análise é igualmente destacada e valorizada pela solidez de conhecimentos.

“No caso de fazermos uma revisão, uma revisão sistemática, uma scoping review (...), se nós não tivermos uma base de pesquisa suficientemente sólida, todo o trabalho acaba por não ter o mesmo impacto, não ser tão sólido. (...) aí está uma parceria entre a parte da academia e a parte mais bibliotecária é muito importante porque essas competências nós, como investigadores, não temos.” [INV12]

A preocupação com a divulgação dos resultados da investigação em plataformas científicas e em repositórios institucionais e temáticos é evidenciada.

“Há todo um (...) contributo, quer no momento investigativo ou da preparação até da investigação (...) que alguém com formação em biblioteconomia (...) nos possa conferir nos processos até pós-investigativos, quer nos processos de disseminação da publicação, quer nos processos da forma como essa investigação depois pode tocar públicos diversos.” [INV01]

Também a vertente da bibliometria é assinalada pelos investigadores.

“Num projeto de análise bibliométrica acho que é fundamental termos um bibliotecário e eu própria não me sinto à vontade para iniciar esse projeto sem ter esse elemento na equipa.” [INV09]

É ainda destacada a capacidade de o bibliotecário ouvir os outros e de dialogar.

“O principal aprendizado que eu tive em trabalhar com um bibliotecário (...) alguém que conseguia fazer esse papel de intermediário de conseguir conectar várias áreas de pesquisa e principalmente saber ouvir, saber dialogar e não tentar impor uma visão pré-fabricada de uma linha de pesquisa.” [INV08]

Por fim, os investigadores realçam a ética profissional.

“Uma pessoa com muita experiência, com uma ética de trabalho muito profunda.” [INV01]

4.4. Critérios de seleção de um bibliotecário

Quando instados a pronunciar-se sobre como selecionariam um bibliotecário para trabalhar com a sua equipa de investigação, os investigadores destacam que convidaram o profissional que já integrava a biblioteca da sua instituição.

“Eu selecionaria um bibliotecário a princípio por proximidade e conveniência. Ou seja, um profissional que trabalha numa instituição ou numa faculdade que eu já conheça ou com o qual eu já colabore, por questão de ter mais fácil contacto ou eu já conhecer o profissional pessoalmente.” [INV04]

A maioria dos investigadores responde que o bibliotecário teria de ser selecionado à sua imagem, alguém que já conhecessem e que já tivesse feito investigação, que soubesse o que é fazer investigação.

“Alguém que tenha tido algum contacto anterior com investigação, penso que pode ser um valor acrescentado.” [INV03]

“(…) alguém que tenha um... olho clínico... e consiga perceber isto é palha, isto não é, isto se calhar vale a pena dar uma vista de olhos, isto é importante.” [INV07]

Também estariam atentos à desenvoltura demonstrada na realização de algumas funções. Alguns referiram que, por hábito, fazem mais solicitações a um ou outro bibliotecário, porque nem todos demonstram ter os mesmos conhecimentos.

“Há sempre uma avaliação de quais é que são as competências do bibliotecário, é sempre uma conversa sobre se se sentem à vontade para fazer determinadas funções. Já me aconteceu pedir mais coisas a alguns especialistas da informação do que a outros. Penso que qualquer especialista de informação nos consegue ajudar a localizar fontes bibliográficas credíveis, às vezes fazer estratégias de pesquisa complexa sinto que nem todos têm esses conhecimentos.” [INV13]

Privilegiam também um bibliotecário que domine outros idiomas, para além da língua materna.

“Que fale mais do que uma língua. O ideal é que, além do português e do inglês – que são o mínimo –, dava muito jeito que falassem francês e que falassem, por exemplo, alemão (...) e já não estou a falar do chinês.” [INV17]

Os investigadores realçam ainda o conhecimento do jargão científico.

“Uma pessoa que esteja habituada a ler e a escrever documentos e a ver documentos deste género consegue perceber em si, em termos estruturais, em termos de homogeneidade, se o artigo ou a parte que está a ser escrita não precisará de uma modificação aqui e ali.” [INV17]

E valorizam muito a formação académica do bibliotecário.

“O ponto forte, na verdade, é a formação do bibliotecário. Não é exatamente que ele tenha um ponto forte. Quando ele participa de um projeto de investigação, ele se aperfeiçoa em várias frentes da formação de biblioteconomia.” [INV10]

4.5. Pontos fortes da colaboração

Quando questionados sobre os pontos fortes da colaboração de um bibliotecário em ambiente de investigação, os investigadores salientam várias características, destacando o profissional da informação como um elemento multidisciplinar e interdisciplinar na equipa.

“Esse papel tem de ser complementado por outras expertises e outros profissionais. Só incluir farmacêutico dentro de um projeto às vezes não cai bem em alguns pontos, porque nós não conseguimos abraçar um mundo inteiro com as nossas competências. Então acho que para mim essa é a mais-valia de um bibliotecário, o ponto forte, acredito que também o conhecimento que os bibliotecários têm em fontes de informação é essencial, especialmente

porque eu conheço muitos investigadores que não têm noção de como fazer buscas ou quais são as principais fontes de informação da área.” [INV04]

É também enaltecida a capacidade de diálogo e comunicação do bibliotecário.

“Tinha uma alta eficácia na forma como ajudava a gerir as relações de comunicação. (...) Foi uma interlocutora muito importante até em termos de discussão (...) porque ela permitiu a edificação de um diálogo permanente muito curioso.” [INV01]

Os investigadores destacam a validação da pergunta de investigação e a robustez das pesquisas realizadas.

“Os pontos fortes do bibliotecário (...) ajudar na robustez científica das nossas afirmações.” [INV19]

“Pontos fortes: os especialistas da informação sabem muito mais do que um investigador médico sobre onde localizar e confirmar a pesquisa eficiente. (...) Portanto, eu sou muito apologeta que cada especialista tem um papel forte.” [INV13]

Destacam ainda as competências e a evidência profissional demonstrada, o facto de ser um profissional disponível e célere na resposta e que consiga dominar vários aspetos da escrita, sobretudo da escrita científica.

“Outros pontos fortes eu acrescento a parte de poder fazer revisões de textos científicos, auxiliar a dar essa opinião, um outro olhar sobre um material que está sendo produzido, o artigo científico, por exemplo.” [INV04]

“Pontos fortes são (...) o know-how sobre as fontes de informação, o acesso às fontes de informação e a possibilidade de ter uma visão muito mais ampla às vezes sobre o tema.” [INV16]

Por fim, uma das características mais relevantes é o domínio da disseminação da ciência.

“O bibliotecário também é um profissional que consegue disseminar a ciência, ou seja, fazer essa interface em que às vezes nós investigadores não fazemos. Então seria para fechar esse ciclo, disseminar a ciência depois de ter sido produzido o projeto, o artigo científico; o bibliotecário acho que tem, como ponto forte, saber fazer essas atividades muito bem.” [INV04]

5. Discussão

A questão de investigação do presente estudo pretendia identificar as perceções dos investigadores sobre as competências que o bibliotecário da área da saúde possui e perceber como podem estas competências representar um contributo válido em ambiente de investigação.

A análise das entrevistas permitiu refletir sobre a oportunidade oferecida ao bibliotecário da saúde quando convidado a colaborar com investigadores. Estes não parecem impressionar-se com um profissional que seja um mero e passivo

fornecedor de informação. Privilegiam um bibliotecário interventivo na pesquisa de informação, na seleção de bases de dados, mas também na descodificação da linguagem científica dos investigadores, contribuindo no desenho da investigação e na escrita científica.

5.1. Reconhecimento de competências

Os investigadores são de opinião que o bibliotecário da saúde deve ser mais do que um profissional que recupera informação e que a divulga. Genericamente, deve ser um profissional muito familiarizado com a informação, independentemente do suporte e do recurso, que conheça muito bem a aplicabilidade das diversas bases de dados e de *software* em investigação e que esteja muito familiarizado com as diversas normas de citação e referenciação.

Alguns dos investigadores reconhecem no bibliotecário competências para trabalhar na génese de projetos de investigação, ou seja, na conceção do protocolo e também no desenho da revisão da literatura – o que corrobora o relatório da Research Libraries UK (2021). Consideram que, nestas circunstâncias, pode ajudar na interpretação dos resultados e na revisão crítica do manuscrito final, isto é, reconhecem no bibliotecário competências para a conceção, aquisição, interpretação de dados e redação dos conteúdos. Consideram, todavia, que o contributo do bibliotecário já será muito valioso se se limitar à pesquisa de informação, incluindo as suas características de rigor, profundidade e sensibilidade, e se preparar a extração dos resultados em ficheiros de exportação para gestores de citação ou para *software* de análise de conteúdo, como o Rayyan e o Covidence.

Logo no delineamento da investigação, creem os investigadores que o bibliotecário tem o potencial de estar junto deles desde o primeiro momento para auxiliar na construção e validar uma pergunta de investigação, por exemplo, na síntese de evidências ou na revisão sistemática (Spencer et al., 2018). Mas também auxilia a validar as fontes de informação, a identificar as bases de dados mais adequadas para as pesquisas de informação, a validar as estratégias de pesquisa, a adaptar as estratégias para as diferentes bases de dados e, depois, a auxiliar na extração e na exportação dos dados (Esmailzadeh et al., 2020). Desejavelmente, este processo deve ser realizado em colaboração e consonância com os investigadores e alguns já nem ponderam trabalhar sem este apoio.

Admitem ainda que atualmente, e com o volume de artigos publicados, devem seriamente equacionar, senão mesmo obrigar, a inclusão do bibliotecário nos projetos e nas equipas de investigação. Receiam estar a investir tempo, esforço e recursos em investigações que possam já estar publicadas. E não duvidam de que aquele profissional é uma fonte versátil de conhecimento que se move facilmente no mundo da informação, o que lhes permite ter uma visão mais ampla dos temas em estudo.

Por fim, os investigadores afirmam que o bibliotecário é um profissional que evidencia uma ética de trabalho profunda e um conhecimento de causa técnico, para além das idiosincrasias dos processos de investigação (Esmailzadeh et al., 2020).

5.2. Critérios de seleção de um bibliotecário

Se puderem selecionar o bibliotecário para integrar a equipa, os investigadores ponderam em várias competências. Regra geral, selecionam os parceiros de projeto à sua imagem, que conhecem e demonstram a experiência que eles próprios têm. Por norma, é importante conhecer previamente o bibliotecário e entender se se sente à vontade para assumir determinadas funções (Kennedy & Brancolini, 2018).

Consideram que um bibliotecário que já tenha feito investigação percebe os vários cenários envolvidos – a começar pela incerteza e pelos tempos de espera. A avaliação prévia de competências, especificamente direcionadas aos objetivos do projeto em causa, é um procedimento a seguir. Portanto, deve existir alguma ligação, inclusivamente de experiência da área de trabalho desse bibliotecário, que contribua para a equipa e para os resultados da investigação.

O bibliotecário pode, neste alinhamento, ser selecionado por proximidade e conveniência, por uma questão de facilidade de contacto, por já se conhecer pessoalmente o profissional, por relações de amizade, pode ser um profissional que trabalhe na instituição e com o qual já se colabore. Alguns investigadores referiram que gostariam de ter selecionado o profissional da informação por outras razões, mas a proximidade e a afetividade acabaram por destacar-se. Pode ser mais fácil falar e trabalhar com uma pessoa que integra a instituição; por um lado, porque já se conhece, às vezes até possui as competências que se procura e, por outro lado, é a relação, a qual pode ser facilitadora. Quando a confiança já existe entre o investigador e o bibliotecário, esta sedimenta-se com estas experiências; agora o investigador pode delegar no profissional da informação todas as tarefas associadas à seleção de recursos, à pesquisa e à extração de dados.

E, se o bibliotecário estiver habituado ao jargão científico, pode emitir uma opinião válida em termos da estrutura e da homogeneidade dos documentos produzidos, trazendo mais perspetivas para o projeto em desenvolvimento.

Por fim, os investigadores também consideram genericamente que o bibliotecário deve investir na sua formação académica. Quanto mais elevada esta for, sempre nivelada ou acima da licenciatura, melhor. Em primeiro lugar, pela aquisição de conhecimentos adquiridos; em segundo lugar, pela experiência em investigação; e, em terceiro lugar, porque esse é um critério considerado na avaliação dos projetos de investigação.

5.3. Pontos fortes da colaboração

Os investigadores consideram que, mercê da sua especialização em informação, o bibliotecário tem uma visão de conjunto invejável, podendo contribuir para o desenho do estudo, as opções metodológicas, a escrita, a revisão do artigo, a adequação às exigências das revistas e, desejavelmente, tem uma forte componente motivacional para estar nos projetos de investigação – é alguém que demonstra disponibilidade e celeridade na resposta às diferentes solicitações, o que corrobora o estudo de Lawton & Burns (2015).

Reconhecem que precisam de um profissional da informação que lhes garanta todo o apoio que necessitem, o qual, ao longo do processo de investigação e no pós-investigação, pode ser múltiplo em diferentes momentos e de natureza bastante diversa.

O bibliotecário é considerado um profissional multidisciplinar e interdisciplinar, que se encontra muito bem posicionado nas instituições de ensino, que agiliza a articulação dos investigadores com a academia e com outros organismos, por exemplo, com os hospitais e as instituições de saúde – “Part of the job is to change the job”, como referiu Tuulevi Ovaska, em 2009, no 10th International Congress on Medical Librarianship, em Brisbane. Este é um papel focal importante e são os investigadores que consideram que sejam dominadas estas competências numa equipa de investigação para além das suas *expertises* na área da saúde.

Finalmente, as entrevistas destacam a competência do bibliotecário para a gestão de dados e sua divulgação, demonstrando que se trata de um elemento fundamental na disseminação da ciência e na agilização da interface que por vezes os investigadores não fazem nem dominam (Bower et al., 2017; Sewell & Kingsley, 2017).

6. Conclusões

Este trabalho, que segue uma metodologia qualitativa, enquadra-se num projeto mais amplo sobre perceções de bibliotecários e investigadores acerca das competências demonstradas pelo bibliotecário da saúde em estreita colaboração com equipas de investigação. A presente análise realça a experiência, eficácia e *know-how* profissional do bibliotecário como características muito valorizadas pelos investigadores pelos benefícios que traduzem em ambiente de investigação.

Os investigadores consideram que quem integra uma equipa de investigação deve contribuir positivamente para o trabalho. Deste modo, se o bibliotecário manifestar interesse e motivação, se já tiver alguma experiência em investigação, um mestrado ou um doutoramento, se se tratar de um profissional que trabalha na área da saúde e possuir um conhecimento mínimo da informação e da terminologia em saúde, de divulgação, sistematização e integração em redes, será este o perfil do bibliotecário que os investigadores entrevistados conceptualizam.

As implicações práticas desta colaboração assentam na renovação da formação do bibliotecário do campo da saúde e na ampliação de conteúdos de âmbito pedagógico e científico para a construção de novas competências. O trabalho futuro pretende, por conseguinte, redigir um conjunto de recomendações no âmbito da formação para uma participação eficaz do bibliotecário nas equipas de investigação.

A colaboração entre o investigador e o bibliotecário da saúde é, assim, uma oportunidade para a melhoria das suas competências e a parceria representa um estímulo para a investigação no campo da ciência da informação.

7. Referências bibliográficas

- Borrego, Á., Ardanuy, J., & Urbano, C. (2018). Librarians as research partners: Their contribution to the scholarly endeavour beyond library and information science. *Journal of Academic Librarianship*, 44(5), 663-670.
- Bower, K., Sheppard, N., Bayjoo, J., & Pease, A. (2017). Establishing the role and impact of academic librarians in supporting open research: A case study at Leeds Beckett University, UK. *New Review of Academic Librarianship*, 23, 233-244. <https://doi.org/10.1080/13614533.2017.1318767>
- Cooper, I. D., & Crum, J. A. (2013). New activities and changing roles of health sciences librarians: A systematic review, 1990-2012. *Journal of the Medical Library Association*, 101(4), 268-277.
- Dudden, R. F., & Protzko, S. L. (2011). The systematic review team: Contributions of the health sciences librarian. *Medical Reference Services Quarterly*, 30(3), 301-315.
- Esmailzadeh, M., Bahrami, M., & Soleymani, M. R. (2020). Competences of academic librarians in providing health research services: A qualitative study. *Journal of Education and Health Promotion*, 9, 220. https://doi.org/10.4103/jehp.jehp_254_20
- Fouch, L. J. (2016). A new partner in the process: The role of a librarian on a faculty research team. *Collaborative Librarianship*, 8(2), 80-83.
- Kennedy, M. R., & Brancolini, K. R. (2018). Academic librarian research: An update to a survey of attitudes, involvement, and perceived capabilities. *College & Research Libraries*, 79, 822-851. <https://doi.org/10.5860/crl.79.6.822>
- Ketchum, A. M. (2017). The research life cycle and the health sciences librarian: Responding to change in scholarly communication. *Journal of the Medical Library Association*, 105(1), 80-83.
- Lawton, A., & Burns, J. (2015). A review of competencies needed for health librarians: A comparison of Irish and international practice. *Health Information and Libraries Journal*, 32, 84-94. <https://doi.org/10.1111/hir.12093>
- Otter, M. L., Wright, J. M., & King, N. V. (2017). Developing the librarians' role in supporting grant applications and reducing waste in research: Outcomes from a literature review and survey in the NIHR Research Design Service. *New Review of Academic Librarianship*, 23(2-3), 258-274.
- Research Libraries UK (2021). *The role of academic and research libraries as active participants and leaders in the production of scholarly research: A report on an RLUK scoping study*. <https://www.rluk.ac.uk/wp-content/uploads/2021/07/RLUK-Scoping-Study-Report.pdf>
- Sewell, C., & Kingsley, D. (2017). Developing the 21st century academic librarian: The research support ambassador programme. *New Review of Academic Librarianship*, 23, 148-158. <https://doi.org/10.1080/13614533.2017.1323766>
- Spencer, A. J., & Eldredge, J. D. (2018). Roles for librarians in systematic reviews: A scoping review. *Journal of Medical Library Association*, 106, 46-56. <https://doi.org/10.5195/jmla.2018.82>
- Swinkels, A., Briddon, J., & Hall, J. (2006). Two physiotherapists, one librarian and a systematic literature review: Collaboration in action. *Health Information and Libraries Journal*, 23(4), 248-256. <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2006.00689.x>

Os desafios da formação de profissionais da organização do conhecimento arquivístico para acervos com documentos fotográficos

Anna Carla Almeida Mariz¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar como deve ser preparado o profissional para lidar com a organização do conhecimento arquivístico presente em fotografias. A metodologia se baseia em pesquisa bibliográfica, com a análise no Portal e nas edições da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO). A pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório, com vistas a tornar o tema mais explícito ou construir hipóteses. Do ponto de vista teórico, caracteriza-se como sendo do tipo descritiva exploratória de natureza qualitativa, devido ao fato de ter como objetivo a reunião de dados e informações sobre o tema abordado. Está em fase inicial e nesta primeira etapa foram contempladas as edições do ISKO Ibérico. Estamos testemunhando uma mudança no padrão de comunicação entre as pessoas de uma forma geral, a produção de imagens cresceu consideravelmente e, sobretudo a partir da popularização do acesso aos equipamentos de registros, lançou luz sobre a necessidade de um cuidado especial que evite a perda destes registros. Para lidar com os acervos que contêm estes materiais, que são cada vez mais presentes e numerosos atualmente, os profissionais da organização do conhecimento precisam estar preparados para esta realidade. As questões sobre a formação do profissional precisam estar nas pautas de discussões, precisam ser ampliadas por ser a base do que se traduz no futuro do fazer profissional da área.

Palavras-chave: Arquivologia; Documentos fotográficos; Formação do Arquivista; Organização do Conhecimento Arquivístico; Fotografia.

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar cómo deben prepararse los profesionales para abordar la organización del conocimiento archivístico en fotografías. La metodología se basa en la investigación bibliográfica, con análisis del Portal y de las ediciones de la *International Society for Knowledge Organisation* (ISKO). La investigación es cualitativa y exploratoria, con vistas a explicitar el tema o construir hipótesis. Desde el punto de vista teórico, se caracteriza como descriptiva y exploratoria de carácter cualitativo, debido a que su objetivo es recoger datos e información sobre el tema. Se encuentra en su fase inicial y en esta primera etapa se han cubierto las ediciones de ISKO Ibérico. Asistimos a un cambio en las pautas de comunicación entre las personas en general, la producción de imágenes ha crecido considerablemente y, especialmente desde la popularización del acceso a los equipos de grabación, ha puesto de manifiesto la necesidad de un cuidado especial para evitar la pérdida de estos registros. Para tratar las colecciones que contienen estos materiales, cada vez más presentes y numerosos en la actualidad, los profesionales de la organización del conocimiento deben estar preparados para esta realidad. Las cuestiones sobre la formación de los profesionales necesitan estar en la agenda de las discusiones, necesitan ser ampliadas porque son la base de lo que se traduce en el futuro de la práctica profesional en el área.

Palabras clave: Archivología; Documentos fotográficos; Formación de archiveros; Organización del conocimiento archivístico; Fotografía.

Sumário: 1. Introdução. 2. Objetivos. 3. Metodologia. 4. Resultados. 5. Conclusões parciais. 6. Referências bibliográficas.

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
E-mail: annacarla@unirio.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1871-0986>

1. Introdução

Estamos testemunhando uma mudança no padrão de comunicação entre as pessoas de uma forma geral. A comunicação informal está se dando mais por meio de imagens do que por meio da palavra escrita, sejam fotografias, desenhos, ‘memes’, filmes e animações. O acesso aos meios para gerar registros imagéticos vem aumentando significativamente desde a invenção das primeiras máquinas e o aprimoramento dos processos. Assim, a produção de imagens cresceu consideravelmente e, sobretudo a partir da popularização do acesso aos equipamentos de registros, lançou luz sobre a necessidade de um cuidado especial que evite a perda destes registros. Esta comunicação informal está, agora, presente em arquivos pessoais e nos produtos da sociedade como um todo, como por exemplo nas redes sociais.

A produção e o armazenamento de documentos imagéticos cresceram muito, na medida em que o acesso aos instrumentos de produção destas imagens veio aumentando com o tempo. Assim, passa a ser uma realidade também para os arquivos institucionais, uma vez que várias atividades das organizações são registradas em imagens, especialmente em fotografias, por exemplo o andamento de obras, os eventos organizados pelas instituições, ou nos quais ela participa, as atividades dos gestores, entre outros, dependendo das atividades que realiza.

Malverdes e Lopez (2016) afirmam que não se pode mais conceber certos tipos de processos sem a inclusão de imagens, tais como: processos arquitetônicos, processos judiciais, expedientes de identificação etc., nos quais as imagens são indispensáveis como prova ou para a resolução dos trâmites.

O Senado Federal é um exemplo, já que o Serviço de Fotografia (Sefoto) da Casa, responsável pela cobertura fotográfica de todas as atividades legislativas e institucionais do Senado, produziu em 2019 cerca de 548 mil fotos, mais que o dobro do ano anterior. Essas imagens compõem o acervo fotográfico do seu site e podem ser acessadas livremente no banco de imagens *Flickr* do Senado na internet, que hoje conta com mais de 260 mil fotos. Os dados são do relatório de atividades fotográficas feito pelo setor².

Layne (1994, p.583-588) afirma “A imagem diz algo a mais que o texto não consegue dizer por si mesmo”, somando-se ao fato de a imagem poder comunicar algo que o texto não pode, ela o faz de forma mais rápida, ou seja, mais em menos tempo. Como o tempo está cada vez mais escasso, esta pode ser uma das razões pelas quais a imagem está dominando a linguagem na internet.

A internet é realidade no dia a dia de grande parte da população mundial e uma parte significativa do uso da Internet se dá nas redes sociais. O número de usuários de redes sociais ultrapassou o de correio eletrônico desde 2009 (Castells 2015, p. 40). A população mundial ultrapassou 8 bilhões de pessoas e existem atualmente 5,18 bilhões de usuários de internet (64,4% da população mundial), são 4,80 bilhões

² Agência Senado, 28/01/2020, 17h14. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/01/28/producao-de-fotografias-no-senado-dobra-em-2019-e-seu-uso-e-tema-de-mestrado>. Acesso em 30 de maio de 2023

de “identidades” ativas de usuários de mídia social no mundo hoje – o equivalente a 59,9% da população total. No entanto, essas “identidades” de usuários podem não representar indivíduos únicos. O número de identidades de usuários de mídia social em todo o mundo cresceu 150 milhões nos 12 meses até abril de 2023 (dados de abril de 2023).³

No final de 2019, um relatório da Keypoint Intelligence estimou que a população global tiraria 1,44 trilhão de fotos em 2020.⁴ Porém, com a pandemia global de Covid-19 que teve início em 2020, este número não se confirmou. Em junho de 2021, a Rise Above Research⁵, uma empresa de consultoria que fornece pesquisa de mercado para a indústria de imagens digitais, estimou que o número global de fotos de 2020 era de apenas 1,12 trilhão. A mesma pesquisa indicou que os smartphones são os aparelhos mais usados e que as redes sociais são um dos grandes motivadores para a produção de fotografias.

São várias as questões e competências. Manini (2016, p. 110), em relação à análise de imagens, considera que a leitura do documento fotográfico “requer certo conhecimento prévio (o repertório) sobre o conteúdo da imagem ou do conjunto maior de que ela faz parte”.

Mariz e Melo (2019) em pesquisa que apresenta uma análise do panorama do ensino relativo aos documentos fotográficos em arquivos nos cursos de graduação em Arquivologia existentes no Brasil, 16 na época, verificaram que nem todas as universidades ofereciam disciplinas sobre o tema, e apenas quatro, das dezoito disciplinas oferecidas, dedicavam-se exclusivamente às fotografias nos arquivos. A maioria das disciplinas, sendo optativas e não exclusivamente deste assunto, diluíam o conteúdo relativo ao tratamento dos documentos fotográficos em disciplinas que trabalham também outras espécies e gêneros documentais. Em quase metade dos cursos de Arquivologia analisados, sete, o aluno só terá contato com o tratamento de documentos fotográficos em arquivos se assim escolher e se a disciplina for oferecida, já que as disciplinas optativas nem sempre o são.

Rabelo e Schmidt (2021) verificaram que o tema sobre a formação profissional está entre as abordagens com menor frequência ao analisarem qualitativa e quantitativamente a produção bibliográfica na área de classificação de documentos nos seguintes quatro eventos: Congresso ISKO Espanha-Portugal; Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento, promovido pela ISKO Brasil, ENANCIB e CNA do período de 2011 a 2021. Este panorama se repete em relação às fotografias nos arquivos?

Para lidar com os acervos que contém estes materiais, que são cada vez mais presentes e numerosos na atualidade, os profissionais da organização do conhecimento precisam estar preparados para esta realidade. A formação atual dá conta desta necessidade? O que é preciso para que o profissional esteja preparado para tal? A formação do profissional da organização do conhecimento

³ Digital 2023 April Global Statshot Report — DataReportal – Global Digital Insights. Acesso 05 de junho de 2023

⁴ How Many Photos Will Be Taken in 2021? - Mylio Blog. Acesso em 05 de junho de 2023

⁵ Home - Rise Above Research. Acesso em 05 de junho de 2023

deve prever as habilidades e competências para que o profissional seja capaz de lidar com estes materiais, que apresenta especificidades.

2. Objetivo

Este trabalho tem por objetivo analisar como deve ser preparado o profissional para lidar com a organização do conhecimento arquivístico presente em imagens, mais especificamente em fotografias.

3. Metodologia

A metodologia se baseia em pesquisa bibliográfica, com a análise no Portal e nas edições da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO). A pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório, com vistas a tornar o tema mais explícito ou construir hipóteses. Do ponto de vista teórico, caracteriza-se como sendo do tipo descritiva exploratória de natureza qualitativa, devido ao fato de ter como objetivo a reunião de dados e informações sobre o tema abordado.

A pesquisa está em estágio inicial e nesta primeira fase foi pesquisada a produção científica no contexto do Isko Ibérico, os cinco congressos de 2013 a 2021, quais sejam: 2013, na cidade do Porto, 2015 na cidade de Murcia, 2017, em Coimbra, 2019, em Barcelona e 2021, em Lisboa. Foram pesquisados os termos formação, ensino, fotografia, arquivo e derivados. Além disso, a pesquisa foi realizada também nos sumários de cada livro, as buscas ocorreram em inglês, espanhol e português. Em alguns casos foram lidos apenas os resumos e alguns artigos foram lidos em sua totalidade, escolhidos a partir do assunto que tratavam. Cabe informar que não são apresentados todos os resultados devido ao limite do tamanho do texto. Prevê-se para as próximas etapas, a ampliação da pesquisa nos capítulos do Isko Internacional e Isko Brasil, além das edições do Reparq e bases de dados. A escolha por iniciar analisando as edições do Isko Iberico se deu por ser este resultado parcial um trabalho a ser apresentado em uma das edições deste evento.

4. Resultados

Apresenta-se aqui a análise dos cinco livros resultantes dos eventos Isko Iberico, em relação ao que consta sobre a formação, a fotografia e a organização do conhecimento em arquivos, como os temas foram trabalhados pelos respectivos autores, além de também fazer uma relação entre os temas. A análise não pretendeu ser quantitativa, e sim qualitativa.

Dentre os cinco livros, apenas o de Coimbra (2017) tem um eixo dedicado à formação: 'Formação e atuação profissional em organização do conhecimento'. O de Barcelona (2019) tem três eixos voltados para arquivos (*Archivística*, *Archivos y organizaciones* e *Archivos personales y familiares*), um de *Imagen fotográfica* e um de *Televisión y otros recursos audiovisuales*. Jesús Gascón García aponta no prólogo do livro:

cabe destacar la presencia de un número considerable relacionadas con recursos archivísticos y, por ello, la presencia de profesionales de la archivística, poco habitual en otros congresos previos. En lo referente a los medios audiovisuales, la fotografía y la imagen fija han tenido algo más de atención que la imagen en movimiento, centrada casi siempre en los recursos televisivos (2019, p.xi).

Em relação a imagens, em especial as imagens fotográficas, encontram-se muitos textos em todas as edições, e tratam da imagem e da fotografia sob diversos aspectos. Serão destacadas aqui as que fazem relação com o assunto deste artigo, quais sejam: o aumento e a multiplicidade de usos das fotografias na atualidade e as formas de tratá-las na organização do conhecimento.

Franganillo (2019, p.276-277, trad. nossa) tratando de fotografias pessoais, afirma que as fotografias criadas ao longo da vida cotidiana são consideradas insubstituíveis e muito valorizadas por quem produz, dada sua singularidade. Por sua natureza, formam um conjunto que tende a crescer com o tempo, e, portanto, também cresce a dificuldade para sua gestão. A chegada da fotografia digital e em seguida o surgimento dos telefones móveis com câmeras, deu lugar a uma explosão no número de fotografias que se tiram e guardam. Este cenário traz desafios para a organização e posterior recuperação e uso das fotografias pessoais.

Gil Leiva, Diaz Ortuño e Rodriguez Muñoz (2019, p.12, trad. nossa) chamam a atenção de que na atualidade a produção de informação não textual visual é enorme. Destacam que os numerosos instrumentos de captura de imagem produzem a cada dia informação não textual de forma desmedida e impossível de processar manualmente, tais como: telefones móveis e câmeras, o sensoriamento remoto que toma imagens da superfície terrestre por meio de drones, naves espaciais e satélites e geram dados sobre meteorologia, oceanografia, geologia, geografia, geolocalização, segurança, entre outros.

Souza e Souza (2013, p.652) em um texto que analisa a presença e o tratamento das imagens na área da publicidade, afirmam que a importância da imagem no anúncio publicitário é justificada pela primazia da imagem na sociedade contemporânea e que o uso da imagem no anúncio proporciona ao consumidor duas mensagens: literal ou denotativa, a partir da percepção de objetos e pessoas; e simbólica ou conotativa, com base na interpretação individual.

Desta forma, surgem as discussões a respeito da interpretação e da representação para a organização do conhecimento, um aspecto que aparece também em outros textos, já que a imagem é polissêmica e sua representação envolve a subjetividade. Existem textos abordando a temática da representação da imagem, porém sem envolver as especificidades deste material enquanto documento de arquivo. Alguns deles indicam a importância de competências específicas para desenvolver estas atribuições, o que implica em uma especificidade na formação do profissional responsável pela atividade. A seguir são apresentados alguns exemplos:

Ainda de acordo com Souza e Souza (2013, p.652) “O aspecto subjetivo implícito à interpretação da fotografia permite a multiplicidade de significados e usos, o que

pressupõe, de forma consciente, a impossibilidade de esgotar as diferentes formas de representá-la”.

Para ler o conteúdo da imagem, Souza e Souza afirmam que é necessário que o observador conheça seus códigos semânticos, e que Barthes indica que esta percepção está associada à cultura a partir da qual a imagem é visualizada (2013, p.658).

As autoras (Souza e Souza, 2013, p.670-1) complementam que “o analista indexador deve desenvolver competências para reconhecer o que está na imagem, identificar o contexto em que aparecem as pessoas e os objetos, analisar esteticamente a composição da imagem”, bem como “identificar personagens, situações, contexto global da imagem; e identificar tempo e espaço retratados”.

Fazem uma reflexão sobre as competências e habilidades dos analistas que trabalham com fotografias. O tratamento de fotografias, “exige nova postura do profissional e a integração com outras disciplinas para formar novos conhecimentos que atendam as novas atividades”, especialmente na sociedade atual, onde a produção da imagem fotográfica é significativa, exigindo representação adequada para sua efetiva recuperação (Souza e Souza, 2013, p.671).

Na visão de Santos, Souza e Rodrigues (2021, p.878), baseando-se em Smit (1996), a representação da imagem se constitui em um problema complexo sobre a sua leitura, sendo necessário operacionalizá-la com procedimentos que garantam a qualidade e a eficácia da representação da imagem. Consideram também que a descrição de uma imagem nunca é completa tornando a percepção difícil, o que demanda treinamento para obter respostas detalhadas para as perguntas: “quem (seres vivos), onde (ambiente), quando (tempo), onde (espaço), o que (ação) e como (técnica)”.

Travieso-Rodriguez e Rodriguez-Bravo (2019, p.256) citam Valle Gastaminza (2002) que argumenta que dos documentos em imagem se deriva uma tripla informação, a denotação (sentido literal), a conotação (sentido figurado) e o contexto, que é preciso decodificar para representá-los de forma adequada e, com isso, facilitar seu acesso e difusão.

Estas reflexões sobre as especificidades do tratamento da imagem fotográfica em textos que não tratam desta questão nos acervos arquivísticos não devem ser desconsideradas, pelo contrário, devem ser incluídas nas discussões sobre o tratamento da fotografia nos acervos arquivísticos, somando-se às questões específicas que envolvem a teoria arquivística.

Importante destacar que o foco desta pesquisa é a fotografia como documento de arquivo e, desta forma, baseia-se nos princípios arquivísticos e na organização do conhecimento arquivístico, de Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) que estabeleceram este conceito com base em definições da teoria arquivística: no princípio de respeito aos fundos, no conhecimento da forma documental e no contexto de produção.

Schmidt e Smit (2013, p.585) lembram que o estatuto probatório do documento de arquivo se dá pela sua natureza contextual e não pela natureza do assunto e por isso na teoria arquivística as informações de contexto são mais significativas, porém, na sociedade da informação com tecnologias digitais em contínuo desenvolvimento,

com acentuada troca de informação e conhecimento em rede, o conteúdo do documento a natureza do assunto, passa a ser contemplado na atividade do profissional da informação. Sendo assim, destacam que tanto as informações de contexto quanto as de conteúdo, devem ser representadas e organizadas de modo a facilitar o seu acesso de acordo com premissas específicas, porém não excludentes.

Em relação aos aspectos apontados, as autoras (Schmidt e Smit, 2013, p.586) mencionam a formação dos profissionais, afirmando que buscaram “apontar caminhos para necessidades que hoje são muito mais presentes do que antes e pelas quais temos que nos preparar enquanto profissionais que lidam com documentos arquivísticos, sejam em suporte físico ou eletrônico” e que a ideia não é mudar a formação dos arquivistas, mas inseri-los em perspectivas contemporâneas.

Como o foco deste trabalho é considerar a fotografia no âmbito dos arquivos, é necessário que, assim como apontam Schmidt e Smit, seja feita a representação dos dois tipos de informação (contexto e conteúdo), e o entrelaçamento das duas possibilidades informacionais favorece que arquivos preencham seu papel social do acesso à informação (Schmidt e Smit, 2015, p.581-582).

Rodrigues (2017, p.706), em relação à gestão de documentos fotográficos nos arquivos aponta que esta tipologia documental ainda não é vastamente estudada, circunstância essa que motiva o escasso entendimento desta área de estudo.

Em relação à formação profissional foram encontrados poucos textos, e especificamente na arquivologia, o resultado é ainda menos expressivo.

Rabelo e Schmidt (2021, p.888), analisando as edições de quatro eventos (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação -ENANCIB, Congresso Nacional de Arquivologia – CNA, ISKO Espanha-Portugal e ISKO Brasil) apontaram a frequência do tema ‘classificação de documentos fotográficos’ em pelo menos 3 eventos.

Machado, Semidão e Madio (2017, p.1019) fazem uma análise da organização do conhecimento fotográfico em termos arquivísticos, a identificação do lastro de elementos que vão da fotografia, na condição de índice, até a sua gênese documental. Desta forma refletem acerca da perspectiva arquivística diante da organização do conhecimento fotográfico de acervos institucionais. Indicam a importância de uma mudança de postura dos arquivistas, no sentido de se adotar um posicionamento investigativo de teor historiográfico e interpretativo que deixe de tomar a imagem fotográfica veiculada no suporte como insumo exclusivo do conhecimento, e que procure recuperar a via que leva da imagem (como índice) até o seu contexto de produção documental, proporcionando assim uma organização do conhecimento fotográfico apta a refletir a complexidade das ações, propósitos e concepções que condicionaram a produção da fotografia e o momento histórico que ela registra.

Para os autores (Machado, Semidão e Madio (2017, p.1020), a fotografia se insere no âmbito documental da esfera teórica que Guimarães e Tognoli (2015) denominam de *archival knowledge organization* e que traduziram como organização do conhecimento arquivístico, “cujo processamento teórico e técnico, essencialmente, procura seguir o lastro de funções e atividades que produziram o documento, adotando uma abordagem de contextualização administrativa, histórica e social, que se expressa na seriação orgânica dos documentos de mesma proveniência”.

Machado, Semidão e Madio (2017, p.1021), citando Joan Schwartz (1995), levantam uma importante discussão onde consideram que os arquivistas ainda têm perpetuado o analfabetismo visual, promovendo na maioria das vezes a descontextualização, que visa apenas em termos de seu valor informativo, acessível pelo nome ou lugar, pessoas, entre outros, ratificando que os documentos fotográficos são retirados de seu contexto funcional e do poder comunicativo.

Eles ainda se baseiam em Lopez (2011) e em Lopez e Carvalho (2013) para explicar que os documentos fotográficos de arquivo, ao receberem a organização individualizada e a criação de coleções reduzem a compreensão do significado global pelo qual os documentos foram produzidos. E consideram o contexto de produção dos documentos “essencial para propiciar aos pesquisadores a compreensão sobre os motivos que levaram à criação do mesmo, os quais ficam impossibilitados de serem identificados somente através do conteúdo da imagem fotográfica e, ademais, a atribuição de prazos de guarda e destinação final fica prejudicada pela identificação equivocada dos documentos” (Machado, Semidão e Madio, 2017, p.1022-3).

Sendo assim, concluem dizendo que não propõe novas técnicas de processamento, mas sim uma guinada quanto à postura do arquivista, de modo que ele leve em consideração para a organização do conhecimento fotográfico arquivístico tanto a imagem da fotografia como índice, quanto a recuperação do lastro de produção do documento fotográfico a ser arquivisticamente processado (Machado, Semidão e Madio, 2017, p.1024-5).

Em 2021, Machado, Semidão e Madio continuam suas reflexões diante das considerações acerca do caráter alusivo e indicial da fotografia, para trazer uma perspectiva desde o ponto de vista da Organização do Conhecimento Arquivístico, refletindo sobre a possibilidade de uma compreensão dual de tratamento documental que reconheça e utilize o fator indicial da imagem e o processo de evidenciação documental da fotografia enquanto resultante do exercício das funções e atividades de uma instituição, isto é, da sua contextualização a partir de sua proveniência. (2021, p.599)

A partir de suas pesquisas os autores (Machado, Semidão e Madio, 2021, p.601) propõe que, “ao representar/descrever fotografias, haja, nos instrumentos de representação, uma explícita divisão entre os elementos que descrevem a fotografia em seu contexto de produção e elementos que a descrevem de forma indicial, a partir da imagem em si”.

5. Conclusões Parciais

As conclusões iniciais permitem constatar que a união dos temas sobre o tratamento de fotografias em acervos arquivísticos não é tão comum, menos ainda quando pensamos na formação de pessoal para trabalhar com estes acervos. Poucos são os textos e, quando existem, as abordagens têm sido superficiais.

As questões sobre a formação do profissional precisam estar nas pautas de discussões, precisam ser ampliadas por ser a base do que se traduz no futuro do fazer profissional da área. E as discussões sobre o preparo que os futuros profissionais da organização do conhecimento terão para lidar com os documentos fotográficos, se

justificam pela regularidade com que cada vez mais estes documentos estão presentes nos arquivos. Os profissionais com um maior acesso a este conteúdo estarão melhor preparados para os desafios que encontrarão no seu fazer cotidiano. Soma-se a isso o fato de que os formandos, submersos a essa realidade do seu cotidiano, possam compreender mais facilmente os impactos nas instituições decorrentes desse fenômeno.

6. Referências Bibliográficas

- Castells, Manuel. (2015). O Poder da comunicação. Paz e Terra.
- Franganillo, J. (2020). La organizacion social de fotografias personales en Flickr: una mirada desde la gestion de informacion personal. En J. Tramullas, P. Garrido-Picazo y G. Marco-Cuenca (eds.) *Actas del IV Congreso ISKO Espana y Portugal 2019* (pp. 275-292). <https://doi.org/10.5281/zenodo.3738541>
- Gascón Garcia, Jesús (2019) Prólogo. In *Anais*, IV Congreso ISKO España-Portugal, Zaragoza: Universitat de Barcelona.
- Gil Leiva, I., Diaz Ortuno, P., Rodriguez Munoz, J.V. (2020). Tecnicas y usos en la clasificacion automatica de imagenes. En J. Tramullas, P. Garrido-Picazo y G. Marco-Cuenca (eds.) *Actas del IV Congreso ISKO España y Portugal 2019* (pp. 11-26). <https://doi.org/10.5281/zenodo.3733409>
- Hootsuite. Digital in 2023 Global Overview. Disponível em: Digital 2023 April Global Statshot Report — DataReportal – Global Digital Insights
- Layne, S. (1994). Some issues in the indexing of images. *Journal of the American Society for Information Science*, 45(8): 583-588.
- Machado, Bruno Henrique, Semidão, Rafael & Madio, Telma Campanha de Carvalho (2017) Reflexões sobre uma organização do conhecimento fotográfico segundo seu contexto de produção documental. En: *Anais*, III Congresso ISKO Espanha-Portugal, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Machado, Bruno Henrique, Semidão, Rafael & Madio, Telma Campanha de Carvalho (2021) Cunho evidencial e indicial da fotografia na organização do conhecimento arquivístico. In *Anais*, V Congresso ISKO España-Portugal, Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Malverdes, André, Lopez, André P. A. (2016). Patrimônio Fotográfico e os Espaços de Memória no Estado do Espírito Santo, *Ponto de Acesso*, 10(2), 59-80.
- Manini, Miriam Paula. (2016). Acervos Imagéticos e Memória. *Ponto de Acesso*, 10(3), 97-115.
- Mariz, Anna Carla Almeida e Melo, Raquel Oliveira. (2019) A formação do profissional arquivista e o ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos. In: Barros, Thiago Henrique Bragato, Santos Jr., Roberto Lopes dos, Cândido, Gilberto Gomes. (Eds.) *A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital*. Ed. da UFPA.
- Rabelo, Natália Bruno & Schmidt, Clarissa Moreira dos Santos (2021). Organização do conhecimento em arquivos: o uso da identificação arquivística na classificação de documentos. In *Anais*, V Congresso ISKO España-Portugal, Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Rodrigues, Joana. (2017) O controlo de autoridade de documentos fotográficos nos arquivos. En: *Anais*, III Congresso ISKO Espanha-Portugal, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Santos, Melina de Brito dos, Souza, Rosali Fernandez de & Rodrigues, Jeorgina Gentil (2021). Indexação de imagens fotográficas raras: um olhar sobre o álbum da construção do canal do mangue na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. In *Anais*, V Congresso ISKO España-Portugal, Lisboa: Universidade de Lisboa.

- Schmidt, Clarissa & Smit, Johanna. (2013) Organização da informação e arquivos: diferentes perspectivas informacionais em torno do documento de arquivo. En I Congreso ISKO España-Portugal. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Schmidt, Clarissa & Smit, Johanna. (2015) Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. En II Congreso ISKO España-Portugal, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia.
- Souza, Joice Cleide Cardoso Ennes de & Souza, Rosali Fernandez de. (2013) Abordagem teórica conceitual de representação de fotografias em bancos de imagens para uso na publicidade. En: I Congreso ISKO España-Portugal. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Travieso-Rodríguez, C., Rodríguez-Bravo, B. (2020). Análisis de las etiquetas de contenido de un banco de imágenes: Agefotostock. En J. Tramullas, P. Garrido-Picazo y G. Marco-Cuenca (eds.) *Actas del IV Congreso ISKO España y Portugal 2019* (pp. 253-266). <https://doi.org/10.5281/zenodo.3738448>
- Tognoli, N. B.; Rodrigues, A. C.; Guimarães, J. A. C. (2019) Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. *Informação & Informação*, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 58-75, 2019. DOI: [10.5433/1981-8920.2019v24n2p58](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n2p58). Disponível em: [HTTPS://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38321](https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38321). Acesso em: 26 set. 2023.



FACULTAD DE
CIENCIAS
DE LA DOCUMENTACIÓN
UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID